



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3484

Quarta-feira - 28 de Abril de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Correia Pinto	447	Jaraguá do Sul	810
Água Doce	4	Corupá	448	Joaçaba	849
Águas de Chapecó	21	Descanso	460	Lacerdópolis	859
Águas Frias	25	Dionísio Cerqueira	517	Lages	869
Alfredo Wagner	29	Dona Emma	520	Laguna	871
Alto Bela Vista	36	Entre Rios	522	Lajeado Grande	872
Anchieta	38	Ermo	524	Lauro Muller	874
Angelina	40	Faxinal dos Guedes	525	Leoberto Leal	876
Anitápolis	42	Flor do Sertão	526	Lindóia do Sul	882
Antônio Carlos	43	Formosa do Sul	543	Lontras	883
Apiuna	46	Forquilha	544	Luiz Alves	884
Arroio Trinta	48	Fraiburgo	558	Luzerna	888
Ascurra	66	Galvão	560	Macieira	909
Aurora	74	Garopaba	569	Mafrá	910
Balneário Arroio do Silva	94	Garuva	572	Major Vieira	919
Balneário Camboriú	96	Gaspar	576	Maracajá	925
Balneário Gaivota	109	Governador Celso Ramos	578	Maravilha	926
Balneário Piçarras	115	Grão Pará	595	Marema	927
Balneário Rincão	133	Gravatal	601	Massaranduba	928
Barra Bonita	134	Guabiruba	634	Matos Costa	933
Barra Velha	137	Guaraciaba	637	Meleiro	936
Benedito Novo	143	Guaramirim	650	Modelo	938
Biguaçu	146	Guarujá do Sul	659	Mondaí	939
Blumenau	147	Guatambú	667	Monte Carlo	941
Bom Jardim da Serra	181	Herval d'Oeste	668	Morro da Fumaça	942
Bom Jesus	253	Ibiam	672	Morro Grande	947
Bom Jesus do Oeste	254	Ibicaré	678	Navegantes	948
Bom Retiro	255	Ibirama	679	Nova Erechim	951
Braço do Trombudo	262	Ilhota	680	Nova Itaberaba	954
Brunópolis	290	Imbituba	689	Nova Trento	955
Brusque	291	Imbuia	697	Nova Veneza	960
Caçador	332	Indaial	699	Novo Horizonte	961
Caibi	367	Ipirá	705	Orleans	962
Camboriú	371	Iporã do Oeste	706	Otacílio Costa	964
Campo Alegre	373	Ipuacú	722	Paial	981
Campo Erê	381	Ipumirim	724	Palhoça	982
Campos Novos	387	Iraceminha	743	Palma Sola	991
Canoinhas	393	Irani	750	Palmeira	1026
Capinzal	404	Iratí	756	Palmitos	1062
Capivari de Baixo	407	Irineópolis	759	Papanduva	1063
Catanduvas	408	Itá	771	Paraíso	1064
Caxambu do Sul	410	Itaiópolis	783	Passo de Torres	1065
Celso Ramos	414	Itapema	784	Passos Maia	1066
Chapecó	415	Itapiranga	785	Pedras Grandes	1070
Cocal do Sul	420	Itapoá	790	Penha	1071
Concórdia	422	Ituporanga	796	Peritiba	1086
Cordilheira Alta	438	Jaborá	803	Pescaria Brava	1089
Coronel Freitas	441	Jacinto Machado	808	Petrolândia	1090
Coronel Martins	442	Jaguaruna	809	Pinhalzinho	1109

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3484

Quarta-feira - 28 de Abril de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Pinheiro Preto	1111	Santa Rosa do Sul	1269	Sombrio.....	1496
Piratuba.....	1115	Santa Terezinha do Progresso	1271	Sul Brasil	1498
Planalto Alegre.....	1117	Santiago do Sul.....	1274	Taió.....	1500
Pomerode	1122	Santo Amaro da Imperatriz	1280	Tangará	1502
Ponte Alta do Norte.....	1126	São Bento do Sul.....	1311	Tigrinhos	1503
Ponte Serrada	1131	São Bernardino	1316	Tijucas	1505
Porto Belo	1145	São Carlos	1321	Timbé do Sul	1531
Porto União.....	1147	São Cristóvão do Sul.....	1327	Timbó	1539
Pouso Redondo	1150	São Domingos.....	1337	Timbó Grande	1566
Praia Grande.....	1151	São Francisco do Sul.....	1341	Três Barras	1567
Presidente Castello Branco.....	1152	São João Batista.....	1379	Treviso	1568
Presidente Getúlio	1156	São João do Oeste	1392	Treze de Maio	1570
Princesa	1159	São João do Sul	1395	Treze Tilias	1573
Quilombo.....	1164	São Joaquim	1396	Trombudo Central.....	1574
Rancho Queimado	1173	São José.....	1399	Tunápolis.....	1578
Rio das Antas	1174	São José do Cedro.....	1414	União do Oeste	1580
Rio do Campo	1175	São José do Cerrito	1416	Urubici	1581
Rio do Oeste.....	1176	São Lourenço do Oeste.....	1417	Urussanga	1582
Rio dos Cedros.....	1210	São Ludgero	1443	Vargeão.....	1584
Rio do Sul.....	1201	São Miguel da Boa Vista	1459	Vargem Bonita	1588
Rio Negrinho.....	1233	São Miguel do Oeste.....	1462	Vidal Ramos.....	1589
Rio Rufino.....	1256	São Pedro de Alcântara.....	1471	Videira.....	1591
Romelândia.....	1259	Saudades.....	1473	Vitor Meireles.....	1595
Salto Veloso	1262	Schroeder	1474	Xanxerê.....	1597
Santa Cecília	1263	Serra Alta	1485	Xavantina	1603
Santa Helena	1267	Siderópolis.....	1492	Xaxim.....	1604

Associações

AMMVI	1605	AMOSC.....	1606
-------------	------	------------	------

Consórcios

CIMVI.....	1607
CINCATARINA	1612
CIS/AMARP	1763
CIS/AMVI	1764
CISAM.....	1765
Quiriri.....	1766
CVC.....	1769
Lambari.....	1772
CIRSURES.....	1787



Abdon Batista**PREFEITURA****PRORROGAÇÃO 01/2021**

Publicação N° 3003398

PRORROGAÇÃO DE EDITAL 02/2021

PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2021– PMAB

Pregão eletrônico 01/2021– PMAB

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada provisoriamente à Rua João Santin, Centro, Abdon Batista, SC, através do Prefeito Municipal o Senhor JADIR LUIZ DE SOUZA, TORNA PÚBLICO que retificar o edital do Processo Licitatorio 16/2021 licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS EM MADEIRA PLASTICA PARA INSTALAÇÃO EM VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS.

FICA PRORROGADO O PRAZO PARA ABERTURA DO PROCESSO LICITATORIO PARA DIA 07/05/2021 AS 10:00H

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 059/2021

Publicação Nº 3004203

DECRETO Nº 059/2021 – DE 27 DE ABRIL DE 2021

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIAL E TOTAL E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.896, de 27 de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 168.502,94 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos e dois reais e noventa e quatro centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para ações de Construção/Reforma/Ampliação/Equipamentos e Enfretamento da Emergência covid19.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.1.022 CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO/EQUIPAMENTOS
4.4.90.00.00.0.3.38.0827/2 Aplicações Diretas R\$ 18.502,94

10.122.0027.2.083 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19
3.3.90.00.00.0.3.38.0829/20 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
TOTAL R\$ 168.502,94

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcial e total os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE FEDERAIS
3.1.90.00.00.0.3.38.0829/8 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
3.3.90.00.00.0.3.38.0827/9 Aplicações Diretas R\$ 18.502,94
TOTAL R\$ 168.502,94

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 060/2021

Publicação Nº 3004211

DECRETO Nº 060/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.897, de 27 de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o "caput" deste artigo será para ajuste de elemento de despesa na contabilidade.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO	
3.3.40.00.00.0110/12 Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrat	
R\$ 40.000,00	
TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP.DE CARÁTER FILANTRÓPICO	
3.3.50.00.00.0110/12 Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrat	R\$
40.000,00	
TOTAL	R\$ 40.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 061/2021

Publicação Nº 3004213

DECRETO Nº 061/2021 – DE 27 DE ABRIL DE 2021

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA DE QUE TRATA O EDITAL Nº 007/2021 DE 06/04/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI,
Prefeita Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e em especial no Edital nº 007/2021 de 06/04/2021, homologa o Resultado Final da Chamada Pública, conforme abaixo descrito:

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final da Chamada Pública de que trata o Edital nº 007/2021, de 06/04/2021, para os cargos abaixo mencionados, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme a seguinte classificação:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Classificação	Candidato(a)	Pontuação	Situação
1º	Andressa de Assis Schuller	2,0	Classificado(a)
2º	Eliane Fátima da Silva	0,5	Classificado(a)
3º	Vanessa Baú	0,5	Classificado(a)
4º	Chaiane Cristina da Silva	0,5	Classificado(a)
5º	Alice Wolfart Côrso	0,0	Classificado(a)
6º	Estela Aparecida Kawakami	0,0	Classificado(a)
7º	Bruna Mayeli Moreira	0,0	Classificado(a)
8º	Rhaíla Gabrielly Toigo Vargas	0,0	Classificado(a)
9º	Neuza Aparecida Forcelini	0,0	Desclassificado(a)
10º	Vanderleia Flores da Silva	0,0	Desclassificado(a)

* Critério de desempate por idade, conforme disposto no item 13, b, III

ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Candidato(a)	Pontuação	Situação
1º	Maria Laura Oltramari	2,0	Classificado(a)
2º	Maria Célia Ferreira da Silva	0,5	Classificado(a)

MÉDICO (A)

Classificação	Candidato(a)	Pontuação	Situação
1º	Gabriele Maroni Barbieri	0,5	Classificado(a)

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Classificação	Candidato(a)	Pontuação	Situação
1º	Riane Cruz Scherer	4,5	Classificado(a)
2º	Naralgia Hessel de Souza	2,0	Classificado(a)

TÉCNICO (A) DE ENFERMAGEM

Classificação	Candidato(a)	Pontuação	Situação
1º	Maria Jesovina dos Santos	6,5	Classificado(a)
2º	Nilcéia Kuster Palhano Silveira	0,0	Classificado(a)

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

LEI Nº 2.896/2021

Publicação Nº 3004195

LEI Nº 2.896/2021 – DE 27 DE ABRIL DE 2021

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 168.502,94 (cento e sessenta e oito mil e quinhentos e dois reais e noventa e quatro centavos), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para ações de Construção/Reforma/Ampliação/Equipamentos e Enfretamento da Emergência covid19.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente, os elementos de despesas Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.1.022 CONSTRUÇÃO/REFORMA/AMPLIAÇÃO/EQUIPAMENTOS	
4.4.90.00.00.0.3.38.0827/2 Aplicações Diretas	R\$ 18.502,94
10.122.0027.2.083 ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19	
3.3.90.00.00.0.3.38.0829/20 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
TOTAL	R\$ 168.502,94

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcial e total os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE FEDERAIS	
3.1.90.00.00.0.3.38.0829/8 Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
3.3.90.00.00.0.3.38.0827/9 Aplicações Diretas	R\$ 18.502,94
TOTAL	R\$ 168.502,94

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

LEI Nº 2.897/2021

Publicação Nº 3004198

LEI Nº 2.897/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. O recurso a que se refere o “caput” deste artigo será para ajuste de elemento de despesa na contabilidade.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	

10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO

3.3.40.00.00.0110/12 Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrat R\$

40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

10.302.0027.2.062 CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES HOSP. DE CARÁTER FILANTRÓPICO

3.3.50.00.00.0110/12 Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrat R\$

40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

LEI Nº 2.898/2021

Publicação Nº 3004201

LEI Nº 2.898/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município Água Doce/SC autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de "Bem Móvel" com o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme minuta constante no Anexo Único da presente Lei, do seguinte bem móvel: "01 (um) veículo marca Chevrolet, S-10 LT DD4A, tipo caminhonete, cor branca, combustível Diesel, ano de fabricação 2020 e ano de modelo 2021, chassi nº 9BG148FK0MC422198, Renavam nº 01256802732, placas RLE-9B01".

§1º A Cessão de Uso de que trata a presente Lei será pelo prazo de 05 (cinco) anos.

§ 2º Os bens objetos da presente Lei estão com todos os equipamentos obrigatórios, e foram adquiridos através do Município de Água Doce/SC.

§ 3º Os veículos destinam-se ao serviço de serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Água Doce/SC, ficando o 2º/4º/1ª/26 BPM, sediado neste Município, responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso dos referidos veículos.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Água Doce/SC, 27 de abril de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

(MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE USO)

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso de "Bem Móvel" que entre si celebram o Município de Água Doce/SC, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

O Município de Água Doce/SC, doravante denominado - Cedente, situado à Praça João Macagnan, nº 322, Centro inscrito no CNPJ sob nº 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo (a) Excelentíssimo(a) Sr.(a) -----, Prefeito(a) Municipal, portador(a) do CPF nº

-----, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - Cessionária, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo Diretor da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças, amparados na Lei Municipal nº ----- de ----- de ---- de 2021, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, na Portaria nº 242/GEPEP/DIAF/SSP, de 21 de setembro de 2016 e inciso XI, do Art. 4º da Portaria Nº 237/PMSC/2011, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva no 2º/4º/1ª/26 BPM da Polícia Militar, sediado no Município de Água Doce, os seguintes bens:

- 01 (um) veículo marca Chevrolet, S-10 LT DD4A, tipo caminhonete, cor branca, combustível Diesel, ano de fabricação 2020 e ano de modelo 2021, chassi nº 9BG148FK0MC422198, Renavam nº 01256802732, placas RLE-9B01;

O bem objeto do presente termo está com todos os equipamentos obrigatórios, e foram adquiridos através do Convênio PMSC 58242/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se ao serviço de policiamento ostensivo motorizado no Município de Água Doce, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso dos veículos, obrigar-se-á:

- Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- Zelar pela guarda dos veículos, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente;
- Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- A OPM a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual e do Seguro DPVAT do veículo, arcando com as despesas, através dos recursos financeiros oriundos de Fundos Municipais;
- Arcar com os custos de manutenção dos veículos que correrão por conta, no exercício corrente, dos recursos municipais de Água Doce/SC e a partir do próximo exercício financeiro, além da fonte já citada, também com recursos do tesouro estadual.
- Publicar o extrato do presente termo, no Diário Oficial do Estado – DOE.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, objeto deste instrumento passarão a integrar a frota da Cessionária, caracterizados por suas placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO DO BEM

Ao findar o prazo de vigência desta Cessão de Uso ou sendo rescindida por qualquer motivo, o Cedente providenciará leilão para venda do bem objeto(s) desta cessão, depositando o montante arrecadado na conta nº da agência do Banco do Brasil, denominada conta "Convênio de Rádio Patrulha de Água Doce – SC", para que possa ser utilizado conforme dispõe a lei municipal nº (lei que criou ou autorizou a criação do Fundo ou Convênio).

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC, (data).

Prefeito(a) Municipal

Diretor da DALF/PMSC

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome: Roberto Carlos Chaves
CPF: 018.120.479-75

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2020

Publicação Nº 3003340

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2020

Segundo termo aditivo ao Contrato de obras e serviços de engenharia nº 35/2020 para execução de pavimentação asfáltica na Rua Luiz Balestrin (parte), Centro - Município de Água Doce, que entre si celebram de um lado MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, com sede à Praça João Macagnan, 322, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.939.398/0001-90, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, brasileira, casada, portador do CPF n. 517.949.269-68, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TRIANGULO ENGENHARIA LTDA estabelecida na Linha Triângulo, Km 47, Rodovia SC 303, sala 02, Ibicaré – SC, CEP 89640-000 CNPJ n. 12.816.075/0001-24, neste ato representado por seu Administrador, Senhor ALEXANDRE CALDEIRA, brasileiro, portador do CPF n. 033.034.619-96, doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira:**Onde se lê:**

- 4.1. O valor total ora contratado é aquele consignado conforme a proposta apresentada e declarada como vencedora do Processo de Licitação, ou seja, R\$ 268.697,98 (duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos), sendo:
- R\$ 231.785,98 (duzentos e trinta e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondente ao material e meio mecânico e
 - R\$ 36.912,79 (trinta e seis mil novecentos e doze reais e setenta e nove centavos), correspondente aos serviços.

Leia-se:

- 4.1. O valor total ora contratado é aquele consignado conforme a proposta apresentada e declarada como vencedora do Processo de Licitação, ou seja, R\$ 268.697,98 (duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa e oito centavos), sendo:
- R\$ 231.785,19 (duzentos e trinta e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), correspondente ao material e meio mecânico e
 - R\$ 36.912,79 (trinta e seis mil novecentos e doze reais e setenta e nove centavos), correspondente aos serviços.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 26 de março de 2021.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI
Prefeita Municipal
Contratante

ALEXANDRE CALDEIRA
Triângulo Engenharia EIRELI
Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva
CPF: 005.614.419-95

Evarista Bernadete Trento
CPF: 028.865.979-10

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
RENATO RODRIGO DUTRA
OAB/SC 41.169

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA 19-04-2021**

Publicação Nº 3003177

16ª LEGISLATURA
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA
1.º PERÍODO LEGISLATIVO
12.ª SESSÃO ORDINÁRIA
ATA N. 12/2021
Em 19 de abril de 2021.

No dia 19 (dezenove) de abril do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 19h. (dezenove horas), na Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, aconteceu a décima segunda sessão ordinária remota, em cumprimento ao Decreto Estadual n. 1.218, de 23 de março de 2021, pelo qual: "dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;" Decreto Estadual n. 1.221, de 23 de março de 2021, pelo qual tem por assunto: "Altera o art. 1.º do Decreto n. 1.218, de 2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;" Decreto Estadual n. 1.232, de 29 de março de 2021, pelo

qual: "Altera o art. 1.º do Decreto n. 1.218, de 2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;" e Decreto Estadual n. 1.238, de 4 de abril de 2021, pelo qual: "Altera o art. 1.º do Decreto n. 1.218, de 2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;" e Decreto Estadual n. 1.244, de 9 de abril de 2021, pelo qual: "Altera o art. 8º do Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências, e o art. 1º do Decreto nº 1.218, de 2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências," sendo os dois últimos de autoria da Governadora do Estado de Santa Catarina, participaram os nobres Edis: Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL e Presidente; Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Vice-Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Primeiro Secretário; Senhor Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Segundo Secretário; Senhor Rudimar Bergossa, Vereador do PP; Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP; Senhor Jorge Rone Haslinger, Vereador do PP; e Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL, e Senhor Anilton Tonial, Vereador do PL.

O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, fez a leitura de um versículo da Bíblia Sagrada, consoante ao Artigo 1.º da Resolução n. 067/2013 de 8 de outubro de 2013."

Foi aprovada por unanimidade a ata realizada no dia 12 (doze) de abril de 2021, referente à sessão ordinária remota.

Em havendo quórum regimental, a SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA e PRESIDENTE, em nome de Deus, declarou aberta a sessão ordinária cumprimentando a todos os presentes e aos internautas. Com fundamento na EMENDA MODIFICATIVA N.º 008/2015 DE 4 DE MARÇO DE 2015, que "ACRESCENTA PARÁGRAFOS NO ARTIGO 151 DA RESOLUÇÃO N. 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005 – REGIMENTO INTERNO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SANTA CATARINA, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," e EMENDA ADITIVA N. 001/2020, DE 16 DE ABRIL DE 2020" pela qual cria as sessões remotas, passo a redigir esta ata.

PEQUENO EXPEDIENTE: A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA e PRESIDENTE, agradeceu ao Senhor Evandro Carlos Zanatto, Primeiro Secretário, e ao Senhor Alex Matheus Piaia, Segundo Secretário, pela leitura dos expedientes. O Grupo da Edilidade estendeu os cumprimentos, bem como ao corpo técnico formado pelo Servidor Efetivo CE-2 ocupante do cargo de Técnico Legislativo Administrativo, Senhor Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Matrícula n. 42; Assessor Jurídico Comissionado, Dr. Tiago Grando, OAB/SC 31.404, Matrícula n. 224; Assessora Legislativa Comissionada, Senhora Raquel Tatiana Corso, Matrícula n. 226; Contadora, Senhora Nilza Aparecida Mendes, Matrícula n. 85, e aos internautas.

PROJETO DE LEI Nº 028/2021, DE 16 DE ABRIL DE 2021. O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem a apresentar a justificativa com o seguinte teor: "[...] Estamos encaminhando para apreciação o incluso projeto de lei que abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente. Os recursos anulados parcial e total não serão mais utilizados durante o exercício corrente, assim serão transferidos parte para a ações de Construção/Reforma/Ampliação/Equipamentos e parte para Enfretamento da Emergência covid19, dando assim continuidade as atividades do Fundo Municipal de Saúde. [...]"

PROJETO DE LEI Nº 029/2021, DE 16 DE ABRIL DE 2021. O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem a apresentar a justificativa com o seguinte teor: "[...] Estamos encaminhando para apreciação o incluso projeto de lei que abre crédito adicional especial no orçamento vigente. O recurso anulado totalmente será para ajuste de elemento de despesa 3350 subvenções para 3340 convênios com outros municípios, dando assim continuidade as atividades do Fundo Municipal de Saúde. [...]"

PROJETO DE LEI Nº 030/2021, DE 16 DE ABRIL DE 2021. O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem a apresentar a justificativa com o seguinte teor: "[...] A administração pretende ceder a título gratuito uso do PATRIMÔNIO N. 9840 cujo consiste em UMA CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE MARCA TORNEARIA CAVAZZOLA para a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES VALE DO RETIRO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e comunitário, inscrita no CNPJ sob o n. 05.404.469/0001-00, com sede na comunidade Linha Zona Nova, s/n, interior, do Município de Água Doce – SC, a fim de elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas exclusivamente no setor agrícola do Município. O bem será cedido até 31/12/2024, podendo ser prorrogado por outros períodos, justificando-se esse prazo em razão de coincidir com o encerramento do mandato desta administração. As condições gerais e específicas regulamentando o uso estão dispostas no TERMO DE CESSÃO DE USO, que acompanha o presente Projeto de Lei. Portanto, o texto legal proposto, atente o interesse público, necessidade e adequação, bem como visa dar melhores condições a modernização e eficiência da atividade agrícola no município. [...]"

PROJETO DE LEI Nº 031/2021, DE 16 DE ABRIL DE 2021. O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR E LÍDER DE GOVERNO, com o uso da palavra, consignou que o texto desse projeto vem a apresentar a justificativa com o seguinte teor: "[...] A administração pretende ceder a título gratuito uso do PATRIMÔNIO N. 9841 cujo consiste em UMA CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE MARCA TORNEARIA CAVAZZOLA, para a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES VALE DO ESTREITO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente e comunitário, inscrita no CNPJ sob o n. 05.404.468/0001-65, atendendo as comunidades de Linha Paiol de Telhas, Linha Serra da Trincheira, Linha Macaão e Linha Nova Vicenza, interior, do Município de Água Doce – SC, a fim de elevar o nível de eficiência econômica das atividades desenvolvidas exclusivamente no setor agrícola do Município. O bem será cedido até 31/12/2024, podendo ser prorrogado por outros períodos, justificando-se esse prazo em razão de coincidir com o encerramento do mandato desta administração. As condições gerais e específicas regulamentando o uso estão dispostas no TERMO DE CESSÃO DE USO, que acompanha o presente Projeto de Lei. Portanto, o texto legal proposto, atente o interesse público, necessidade e adequação, bem como visa dar melhores condições a modernização e eficiência da atividade agrícola no município. [...]"

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO N. 031/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021 de autoria dos Vereadores Senhores: Paula Cristina Mendes Gatelli, Agenor José Nichetti, Anilton Tonial, Aloir Gonçalves da Conceição, e Alex Matheus Piaia. A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra, consignou que a proposição apresenta o seguinte teor: "[...] manifestam-se a presença de Vossas Senhorias, a fim de propor à Chefe do Poder Executivo Municipal bem como aos responsáveis pela Comissão Municipal de Trânsito que estudem a viabilidade de adquirir placas padronizadas de sinalização vertical de obras e serviços, além de cones, para a utilização durante a sinalização em trechos quando houver obras, contribuindo assim para a segurança dos usuários e servidores públicos, no município de Água Doce, (SC). Destaca-se que a sinalização adequada de obras e serviços que interfiram ou tragam mudanças do tráfego da rodovia, ruas ou estradas vicinais, tais como o uso de placas de sinalização vertical e cones, tem como objetivo advertir os usuários para que adotem velocidade compatível com o trecho em obras, além de estarem atentos, evitando assim sinistros e prejuízos, tanto para os munícipes quanto para os servidores públicos. A medida se justifica devido ao fato de que acidentes ocorridos em obras públicas sem a devida sinalização poderão incorrer em demandas judiciais em face do(a) administrador(a) público(a), uma vez que em diversas secretarias, os serviços e obras acontecem o tempo todo, pois, mesmo assim, a responsabilidade neste caso é objetiva. A referida sinalização tem como característica

a combinação de dispositivos e sinalizações auxiliares de forma que os usuários das vias possam ser advertidos sobre intervenção que venha a ser realizada, identificando-se o seu caráter temporariamente. [...].”

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO N. 032/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021, de autoria do Senhor LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, VEREADOR, que com o uso da palavra, consignou que sua proposição apresenta o seguinte teor: “[...] manifesta-se a presença de Vossa Excelência e Vossas Senhorias, a fim de propor à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de implantar uma farmácia no interior de cada unidade de saúde, a fim de disponibilizar medicamentos no mesmo local em que houver os atendimentos realizados por profissionais da área da saúde. Destaca-se que o vereador proponente foi procurado por inúmeros municípios sendo informado que quando atendidos nas referidas unidades de saúde, que não seja na unidade central, sempre que o profissional prescreve medicamentos, as pessoas que recebem o atendimento precisam se dirigir à farmácia central para retirá-los. Tal situação gera dificuldades aos municípios já que precisam se deslocar, considerando-se que muitos (doentes e pessoas com idade avançada) não dispõem de transporte para locomoção.. [...].”

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO N. 033/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021 de autoria dos Vereadores Senhores: Jorge Rone Haslinger, Rudimar Bergossa, Evandro Carlos Zanatto, e Laerte Nivaldo dos Santos. O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, consignou que a proposição apresenta o seguinte teor: “[...] manifestam-se a presença de Vossa Excelência e Vossas Senhorias, a fim de propor à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de construir uma cobertura com material apropriado na frente do ESF Irmã Tereza Uber, localizado na Rua 15 de novembro, centro, neste município. A medida se justifica tendo-se em vista que os usuários quando aguardam para os atendimentos antes do horário de expediente ficam expostos ao tempo, e ,em dias chuvosos, acabam se molhando, pois a referida unidade não dispõe de amplo espaço para que as pessoas possam ficar aguardando. Considerando-se que estamos vivenciando o período da pandemia da covid-19, há determinadas restrições e critérios que devem ser seguidos, e um deles é o distanciamento de no mínimo um metro e cinquenta centímetros entre uma e outra pessoa. Tendo-se a referida cobertura, caberá aos responsáveis estudarem qual é o melhor material a ser utilizado, e aqueles que estiverem aguardando para o devido atendimento, além de não ficarem molhados também estarão respeitando o distanciamento exigido por lei com um pouco mais de comodidade. Logo, contamos com o apoio de todos na discussão e votação da presente indicação.. [...].”

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO N. 034/2021, DE 16 DE ABRIL DE 2021 de autoria dos Vereadores Senhores: Rudimar Bergossa, Laerte Nivaldo dos Santos, Evandro Carlos Zanatto e Jorge Rone Haslinger. O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, com o uso da palavra, consignou que a proposição apresenta o seguinte teor: “[...] manifestam-se a presença de Vossa Excelência e Vossas Senhorias, a fim de propor à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de aquisição de: um caminhão traçado, 6x4, estilo roll-on; dois caminhões caçambas bitruck; escavadeira hidráulica acima de 15 toneladas e duas mini escavadeiras 8 toneladas, para servir e suprir a demanda de serviços no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina (SC). A medida se justifica já que o caminhão traçado, 6x4, estilo roll-on, pode ser utilizado tanto como tanque para dejetos suíno líquido, comportando entre 15 a 18 mil litros, quanto como caçamba para distribuição de camas de aviário, distribuição de calcário, entre outras utilidades. As demais máquinas e veículos são essenciais pelas demandas das secretarias municipais, para melhor atendimento da população em geral, especialmente setor agrícola, que é a principal área econômica do nosso município, bem como para atendimento de manutenção de estradas municipais e acessos às propriedades. Logo, contamos com o apoio de todos na discussão e votação da presente indicação. [...].”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “colegas vereadores, sabemos que os projetos de leis n. 030 e n. 031 não vieram em pedido de urgência oriundos do Poder Executivo, mas tivemos o pedido do Vereador Laerte e do Vereador Jorge solicitando que ambos os projetos sejam votados em regime de urgência, importante destacar que esta presidência estará acatando o pedido dos vereadores, no entanto é importante que em outros momentos que isso se fizer necessário, nós pedimos aos colegas vereadores que nos informem com antecedência, visto que tem todo o trabalho técnico desta Casa Legislativa e é necessária a produção de todos esses trâmites, e agora é necessário parar a sessão para se organizar e serem votados em regime de urgência. Então eu quero combinar isso com os colegas vereadores para que nossa sessão sempre ande da melhor forma e que não causem transtornos. Desta vez, irei acatar o pedido dos vereadores pela importância da matéria e para os agricultores que necessitam e que estão aguardando esses maquinários. Eu agradeço a compreensão dos colegas vereadores, e, em outros momentos, podemos proceder desta forma.”

GRANDE EXPEDIENTE: Com fundamento na EMENDA ADITIVA E SUPRESSIVA N.º 002/2018 DE 25 DE SETEMBRO DE 2018, pela qual: “ALTERA A RESOLUÇÃO N.º 017/2005 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” deu-se o início ao grande expediente. O SENHOR LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “eu agradeço. A indicação ao executivo nº 031 de 2021 dos colegas vereadores e da vereadora, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal bem como aos responsáveis pela Comissão Municipal de Trânsito que estudem a viabilidade de adquirir placas padronizadas de sinalização vertical de obras e serviços, além de cones, para a utilização durante a sinalização em trechos quando houver obras, contribuindo assim para a segurança dos usuários e servidores públicos, com certeza, é de suma importância e temos que sinalizar para garantir a segurança dos usuários e também dos funcionários públicos, com certeza, tem o meu apoio. A indicação ao executivo número 033 de autoria dos Vereadores Senhores: Jorge Rone Haslinger, Rudimar Bergossa, Evandro Carlos Zanatto, e Laerte Nivaldo dos Santos, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de construir uma cobertura com material apropriado na frente do ESF Irmã Tereza Uber, localizado na Rua 15 de novembro, centro, neste município, mais conhecido como oposto de cima, os pacientes hoje lá eles se encontram tendo que aguardar para o lado de fora, então a gente faz essas sugestões para que a administração veja com carinho essa indicação. A indicação nº 034 também de autoria dos vereadores: Rudimar Bergossa, Laerte Nivaldo dos Santos, Evandro Carlos Zanatto e Jorge Rone Haslinger, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de aquisição de: um caminhão traçado, 6x4, estilo roll-on; dois caminhões caçambas bitruck escavadeira hidráulica acima de 15 toneladas e duas mini escavadeiras 8 toneladas, para servir e suprir a demanda de serviços no município de Água Doce. Eu acho que é muito importante esta indicação ao executivo, que vai suprir todas as demandas da secretaria de infraestrutura e obras, e também da secretaria de agricultura para atender melhor a nossa população de Água Doce. Contamos com o apoio dos colegas vereadores. Também quero deixar registrado que no último dia 15 recebemos o convite para a entrega de cento e cinquenta mil reais para o Hospital Nossa Senhora da Paz. Essa entrega pelo deputado federal Celso Maldaner do MDB, que mais uma vez está colaborando com o nosso município. Só temos a agradecer ao deputado, pois sabemos da importância que temos em buscar recursos para manter o nosso hospital. Seria isso, presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador, com direito à réplica disse: “obrigado, senhora presidente. Então, dentro dos dois minutos, eu vou compartilhar as sugestões dos colegas vereadores, na ocasião em que eu fui citado. Essa de autoria do vereador Rudimar, juntamente com nós vereadores da bancada progressista sobre a questão da aquisição de um caminhão traçado 6x4 estilo roll-on. Como o vereador já explicou, que tem várias funções a serem utilizadas,

um distribuidor de dejetos suínos com a caçamba também e o espalhador de esterco seco, ou seja, cama de aviário, composti dos barracões onde estão alojados os animais, dois caminhões caçamba bitruck e uma escavadeira hidráulica acima de quinze toneladas e duas mini escavadeiras de oito toneladas. Isso seriam equipamentos muito necessários para o bom andamento dos setores de transportes e obras e da agricultura também. Então, esse caminhão traçado, seria muito importante sendo que a gestão passada já adquiriu esse caminhão traçado para puxar dejetos de suínos bovinos, ou seja, adubo orgânico líquido também adquiriu uma escavadeira, a mini escavadeira também deu oito toneladas como falou o vereador Rudimar, anteriormente, ele que foi secretário e acompanhou ainda mais de perto esta máquina trabalhando, o quanto é relevante e necessária para colaborar com a secretaria de obras, bem como também pode ser utilizada na agricultura também, então, eu vejo essa indicação de suma importância, que deve ser analisada com muito carinho por parte da administração, e, com certeza, pelo setores responsáveis também. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador, com direito à réplica disse: “se passar de dois minutos, eu utilizo o tempo que eu tenho. Em relação aos projetos de leis, já foram todos devidamente explicados e justificados, defendidos, e não tenho objeção nenhuma aos projetos de leis do executivo e também em relação ao pedido da votação em regime de urgência. Eu entendo a colocação da presidente também, e, nas próximas, sobre essa matéria, solicitarei também com antecedência. Em relação às indicações também todas as propostas pelos colegas vereadores elas atendem a vários segmentos da nossa sociedade do nosso município e já foram amplamente defendidas, e sou também favorável. Vou me manifestar ao líder de governo, Vereador Agenor, algumas colocações para que ele posteriormente nos traga alguma resposta. Recentemente, tivemos a reforma do velatório municipal, matéria essa que passou por esta Casa e prontamente foi atendida pelo executivo, no qual a gente fica contente que uma obra saiu, mas eu vou deixar a seguinte questão se as horas que foram de mão de obra são dessa licitação, é dessa gestão ou se é da gestão anterior. Quanto foi gasto na questão de horas e material na reforma do relatório. Também o muro que divide o cemitério e a praça ele está comprometido em uma parte dele, então antes que dê algum problema maior, que seja feito e avaliado por uma pessoa com conhecimento técnico a questão do muro que divide o cemitério com a praça. Eu solicito que seja feito isso ou até certo ponto de urgência para que não tenhamos comprometimento e consequentemente uma despesa maior. Também gostaria de deixar registrado alguns problemas na Rua Arlindo Cunha no sentido do Nilo Luvison em diante. Naquela rua tem um problema em um poste de iluminação, tem a questão de uma tubulação ou encanamento que já foi consertado e faz muito tempo que está tá aberto lá o buraco com sinalização, mas está interferindo na questão da passagem dos veículos. Também como vai calçamento, tem um problema de vegetação nascendo e tomando conta da referida rua daquele espaço, então se está sendo utilizada a bobicat, ou se não está sendo utilizado, eu não vi mais, então que seja dado uma olhada com carinho na rua Arlindo Cunha no sentido do Nilo Luvison em diante. Me chamou a atenção hoje a cobrança de alguns munícipes em relação à questão do ESF Alzira Ferreti. Hoje eu fui comunicado e estou passando e entendo em partes que segundo não possuía médicos no referido ESF e o e o mesmo doutor Carlos que foi citado que o médico responsável está de atestado. Nós também entendemos a questão do atestado, mas que só haverá médico na quinta-feira e isso me preocupa. Não me preocupa a questão do médico estar de atestado, ele tem suas preocupações é o médico que o avaliou, me preocupa como os pacientes que forem procurar o ESF até na quinta-feira, se eles serão encaminhados para outros ESFs ou se serão atendidos por alguns médicos, como ficará essa questão. Também uma das pessoas que me procurou hoje, amanhã pagará uma consulta particular aqui para o doutor Ernesto. Então eu vejo com preocupação essa questão e tivemos recentemente a perda do doutor Rudinei e por um motivo claro de atestado, eu quero deixar justificado bem claro aqui que não compete a mim nesse sentido, mas estamos desassistidos naquele ESF, então eu solicito que seja o mais rápido possível não até quinta-feira ou uma forma de encaminhamento dos pacientes que procuram até outros ESFs ou sei lá que os médicos deem um atendimento também, um sobreaviso sei lá. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador, com direito à réplica disse: “presidente, vou falar os dois minutos que fui mencionado nas indicações. Eu quero aqui ser favorável a indicação do Laerte da questão das farmácias nos postos de saúde, eu sou favorável à indicação dele. Sou favorável também à indicação da vereadora Paula, nossa presidente e demais componentes da indicação, que nos colocam aqui a questão do equipamento para a sinalização, e eu vejo ainda em cima de tudo isso, além de tudo isso, é uma segurança para que isso venha abranger aos usuários e aos operadores e as pessoas que trabalham próximos aos equipamentos. Hoje, nós sabemos que esses equipamentos e os equipamentos de EPIs são muito importantes e até é lei, por que existem leis e a gente vê nas grandes empresas que se não usarem isso nem podem começar a obra né. Nós sabemos ainda, e eu fico bem preocupado que quando nós sabemos que quando temos o pessoal que vão largar a brita na corrente dos caminhões é tão perigoso que o caminhão não pode parar e de repente se depara com alguém. Eu sempre tinha esse cuidado, inclusive com nosso que era um grande motorista tal, e nós sempre comentávamos com o seu pai, o Ari, eu dizia ele sempre teria medo e não dava a oportunidade, mas sempre deixava alguém quando dava para ficar sinalizando, mas eu acho muito importante essa indicação e digo o seguinte: é uma indicação e retorno a dizer né, é de grande valia e tenho certeza que a administração vai fazer essa aquisição desses equipamentos. Quanto à indicação do Jorge, aqui também da questão da cobertura do posto ali na frente, foi construído, foi reformado, faltou fazer somente essa cobertura na frente porque é uma unidade nova reformada e várias pessoas já pediram também, e o colega vereador também explicou bem a questão na validade dela e ainda mais hoje que estamos na questão da pandemia e temos que ter o distanciamento que é muito importante, ainda mais que estamos em um período de sol que ninguém suporta ficar no sol lá. Eu acho que seria importante essa indicação, e que a administração olhasse com carinho para essa indicação também. Seria isso, presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR ANILTON TONIAL, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: “eu quero falar um pouco sobre essas indicações, e tem a indicação 031, da nossa da bancada, placa, cone sinalização, sou totalmente favorável. Indicação nº 034, da bancada do PP, essa indicação já é do planejamento da administração e até, inclusive, uma plataforma para levar máquinas e eu peço a bancada do PP uma ajuda junto com os deputados para que nós possamos adquirir esse maquinários aí. A indicação nº 033, da bancada também, é uma indicação da bancada que se tem um projeto que está sendo elaborado pela AMMOC, e já foi dada a entrada para o dia 15 de janeiro e é só nós esperarmos. A indicação nº 0321 da farmácia nos postos, isso também é ótimo, o problema será para os funcionários, mas seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR ALOIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, VEREADOR, com o uso da palavra, após estender os seus cumprimentos, disse: “obrigado, presidente. Eu sou favorável aos projetos de leis do executivo os quais foram bem explicados, e eu não tenho nada contra, então sou favorável. A indicação de nº 031, de autoria da Paula e dos membros da bancada, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal bem como aos responsáveis pela Comissão Municipal de Trânsito que estudem a viabilidade de adquirir placas padronizadas de sinalização vertical de obras e serviços, além de cones, para a utilização durante a sinalização em trechos quando houver obras, contribuindo assim para a segurança dos usuários e servidores públicos, no município de Água Doce, eu sou totalmente favorável, a sinalização vai ajudar muito para não provocar acidentes e os motoristas também para ficarem mais localizados, quando estiverem fazendo esses reparos, então eu sou favorável a essa indicação também. A indicação nº 034, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com

a secretaria responsável estudem a viabilidade de aquisição de: um caminhão traçado, 6x4, estilo roll-on; dois caminhões caçambas bitruck; escavadeira hidráulica acima de quinze toneladas e duas mini escavadeiras oito toneladas, para servir e suprir a demanda de serviços no município de Água Doce, eu acho que é uma indicação importante, que isso vai ajudar muito o interior e a cidade para fazer esse trabalho que essas máquinas ajudam muito. Isso aí já faz parte do planejamento da administração e logo serão adquiridas essas máquinas para atender a população, então eu sou favorável a essa indicação. A Indicação nº 033, pela qual propõem à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de construir uma cobertura com material apropriado na frente do ESF Irmã Tereza Uber, localizado na Rua 15 de novembro, centro, neste município, também eu sou totalmente favorável. Já foi feito uma reforma ali e essa cobertura também já está eu acho que feito o projeto pela engenheira Ana, então logo vai ser feita também essa cobertura e eu sou favorável também. A indicação nº 032, do Laerte, pela qual propõe à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de implantar uma farmácia no interior de cada unidade de saúde, a fim de disponibilizar medicamentos no mesmo local em que houver os atendimentos realizados por profissionais da área da saúde, também eu sou totalmente favorável por que, claro, que hoje tem a pandemia que nós estamos enfrentando, não é fácil para ter funcionários para trabalharem todas essas farmácias, mas que se estude a viabilidade e que venha fazer com o tempo essas adequações para ajudar os municípios. Seria isso, presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra."

O SENHOR ALEX MATHEUS PIAIA, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: "obrigado, senhora presidente. Primeiramente, eu queria agradecer ao Deputado Celso Maldaner do MDB, onde ele esteve presente em nossa cidade trazendo cento e cinquenta mil reais para o nosso hospital. Eu acho que é de extrema importância ter o hospital dentro do município de Água Doce, onde tem que ter equipamentos com modernização é de extrema importância. Então eu quero ainda pedir ir para Presidente se essa Casa pode encaminhar um ofício de agradecimento para ele, fazendo um favor. A indicação 031, de autoria da nossa presidente juntamente comigo, eu acho que para sinalizar trechos em obras segurança em primeiro lugar tem que ter, tem que existir esses equipamentos para colocar cones e sinalizar onde estão fazendo as obras. É de extrema importância por que a segurança tem que ser em primeiro lugar. A indicação nº 032, do Laerte, pela qual propõe à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de implantar uma farmácia no interior de cada unidade de saúde, a fim de disponibilizar medicamentos no mesmo local em que houver os atendimentos realizados por profissionais da área da saúde, eu também sou favorável. A indicação números 033, de autoria da bancada, também eu sou favorável, e acho que é importante. A indicação 034 pela qual propõe à Chefe do Poder Executivo Municipal para que juntamente com a secretaria responsável estudem a viabilidade de aquisição de: um caminhão traçado, 6x4, estilo roll-on; dois caminhões caçambas bitruck; escavadeira hidráulica acima de quinze toneladas e duas mini escavadeiras oito toneladas, para servir e suprir a demanda de serviços no município de Água Doce, eu acho que é importante essa tecnologia, e temos que ir nos modernizando, pois as empresas, os agricultores que vêm se aperfeiçoando ou se mantendo mais fácil dentro da agricultura e assim caindo dentro de uma prefeitura outros tipos de coisas a tecnologia vem e nós temos que buscar sempre a melhor opção, então esse caminhão roll-on, eu acho que será muito bem aproveitado se a prefeita já, com a ideia com os colegas vereadores, falaram que tem essa ideia, então eu acho que é importante e se ela partir para esse rumo vai ser de extrema importância. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra."

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: "eu agradeço ao vereador senhor Alex. Vereador Alex, seu ofício será atendido e vai ser encaminhado para o nobre Deputado Celso Maldaner."

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, com o uso da palavra, disse: "senhora presidente, referente à indicação, eu gostaria de dizer aos colegas vereadores o agradecimento pelas colocações, e temos ao Vereador líder da bancada do PL que temos encaminhado ofício já para os deputados e o anseio da bancada do PP é ir atrás de recursos para buscar esses equipamentos sim. Eu até quero colocar ao vereador Anilton Tonial que fez essas colocações e a questão do caminhão bem colocado pelos demais vereadores aí eu vi hoje uma licitação de horas para caminhões, tantas horas para caminhão de dejetos suínos e nós vamos gastar só em horas, nós estamos gastando em horas com caminhões para distribuição de dejetos no município, por isso que está saindo uma licitação porque eu também me antecipei e coloquei essa indicação com a tecnologia nova que tem aí e vai abranger tudo que eu tenho colocado a minha indicação. Eu concordo com o vereador Evandro na questão dos médicos na unidade de saúde porque eu lembro muito bem o questionamento que nós tinha na gestão anterior das críticas que nós tinha do vereador Agenor e quando o Teti que criticava a saúde, que não tinha organização, e estamos hoje e até o Agenor nos explica aí como líder também como é que eles vão fazer sem médico até quinta posto de saúde sem médico não podemos ficar se vão transportar tudo para o hospital ou como é que vão fazer. Outra coisa que eu quero pedir também para o líder de governo, eu tive no assentamento 9 de novembro e andei por lá e os produtores me pediram e que tem uma máquina da secretaria da agricultura lá se vão fazer para todos os serviços dos assentados ou só vão beneficiar as famílias que estavam fazendo lá, lá do assentamento 9 de novembro, lá no tronco. Outra situação, não só criticar, mas dar os parabéns para a secretaria de obras que fizeram a ponte pedido pelo vereador Jorge lá na linha Olinda e efetuar uma ponte lá, então vamos dar os parabéns e agradecer o pedido do vereador Jorge lá também. A outra situação, que o líder de governo Agenor nos responda se vão conseguir atender as famílias pelo tornado a família Mannes, que foram atingidas e os vizinhos ao redor também que tem serviço se vão ser atendidos logo ou não, se está dentro do cronograma, porque foi pelo tornado. Então a gente tem preferência, inclusive com isso para que atenda essas famílias. A questão eu quero agradecer aqui presidente do MDB, o Helioberto Marcel Ramos, o Fino, pelo convite feito para a bancada do PP para nós participar da entrega de cento e cinquenta mil reais para o nosso hospital Nossa Senhora da Paz, que ajudou muito para a manutenção, pode pagar os funcionários, pode usar lá e bem colocado também pelo nosso presidente Lili pela gestora que fez as colocações no momento em que veio. Eu acho que todos os partidos vão em busca de mais recursos para o nosso município Celso Maldaner a gente tem uma intimidade muito grande ele é do mesmo município onde eu morava antigamente em maravilha. Ele já nos ajudou com trator agrícola para a linha Olinda, ajudou o carro para a saúde e tem uma Van na saúde que é dele, então é um deputado presente aí e eu reforço que mandei um ofício dando os parabéns e agradecendo a ele e nos recursos ao hospital também. Eu quero também e a gente como Vereador não só cobrar mas também que se oficializasse é o Deinfra e ao CINCATARINA, eles estão fazendo a roçada na SC 150 e eu acho que, inclusive, devem limpar a sarjeta também, mas a roçada está pronta e já implementaram algumas placas também na SC-150 de Hercilópolis a Três Pinheiros. Então seria importante essa questão aí de fazer um ofício também de agradecimento em nome da Câmara de Vereadores de Água Doce. Seria isso, presidente, e devolvo-lhe a palavra."

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: "eu agradeço ao vereador senhor Rudimar. Vereador Rudimar, os seus pedidos serão atendidos, e os ofícios serão encaminhados aos órgãos competentes, e ao nobre Deputado Celso Maldaner, conforme o Vereador Alex também pediu."

O SENHOR ANILTON TONIAL, VEREADOR, com o uso da palavra, após estender os seus cumprimentos, disse: "eu só quero agradecer ao Vereador Rudimar pela busca de recursos para o nosso município. Seria isso, presidente, obrigado e devolvo-lhe a palavra."

O SENHOR EVANDRO CARLOS ZANATTO, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Rudimar Bergossa, Vereador, com direito à réplica disse: "presidente, eu agradeço, e na minha fala anterior, eu não toquei no hospital, no qual eu reitero o agradecimento pelo convite

também e reitero mais uma vez agradecimento ao deputado. Como o vereador falou todos os deputados, o nosso dever como vereador é cobrar os deputados agora porque, com certeza, nas eleições eles nos cobram. Então agora nós temos que nos unirmos cada qual vereador cada qual bancada com os seus deputados em prol do nosso município independente de cada área, mas assim, eu reitero o nosso agradecimento pelo convite por que na hora de nós pedirmos para os nossos deputados a gente vai fazer as colocações e mostra as necessidades e deixa registrado o pedido e na hora de fazer a entrega, às vezes, a gente não é lembrado, então eu gostaria particularmente de deixar esse registro de agradecimento nessa solenidade, que fui convidado em relação independente como eu falei no programa da rádio no sábado, de cores partidárias, que nós estamos falando em trazer ideias e nós estamos aprovando projetos para o município de Água Doce. Nós estamos buscando com os deputados subvenções, emendas parlamentares para o município de Água Doce. Várias áreas de atuações da administração que, com certeza, qualquer recurso que vem é bem-vindo e economiza nos cofres públicos. Seria isso, presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra."

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Rudimar Bergossa, Vereador, com direito à réplica disse: "obrigado, senhora presidente. Então a respeito do que foi mencionado na questão do pedido da ponte na linha Olinda que nas proximidades da família Lambert que dá acesso à família da Linha Tateto também eu quero agradecer o pedido que foi atendido pela secretaria de transportes e infraestrutura na pessoa do diretor Ari Mendes, eu fico muito agradecido por ter então atendido esse pedido e, com certeza, foi uma melhoria para a comunidade e para os moradores dessas proximidades os produtores que utilizam a mesma no dia a dia. Também aproveitando para agradecer o convite pelo presidente do MDB de Água Doce, Helioberto Marcel Ramos, para se fazer presente então na última quinta-feira dia quinze na entrega da emenda parlamentar no valor de cento e cinquenta mil reais ao nosso Hospital Nossa Senhora da Paz pelo Deputado Federal Celso Maldaner. Temos mais é que agradecer o deputado e parabenizar esse ofício de parabenização, pois é bem cabível o qual também eu quero reforçar sendo que, com certeza, essa emenda ajudará bastante o nosso hospital sendo que nós temos também pedidos encaminhados de emendas para diversos setores da administração pública municipal, bem como para o nosso hospital também e em breve teremos novidades, sendo que conseguimos já algumas emendas e que é essa de administração já teve o privilégio de ser agraciada com cento e trinta mil reais através do deputado José Milton Scheffer, que destinou a este município para compra de uma ambulância, com certeza, é de grande valia para o transporte dos pacientes e tudo mais para contribuir no setor de saúde, então toda ajuda é bem-vinda e temos mais é que parabenizar quem lembra e atende os pedidos do nosso município, independente de cores partidárias. Era isso, senhora presidente, de antemão eu agradeço e devolvo-lhe a palavra."

O SENHOR AGENOR JOSÉ NICHETTI, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Rudimar Bergossa, Vereador, com direito à réplica disse: "primeiro de tudo eu quero fazer a colocação a respeito do que o vereador falou da reclamação da saúde da gestão passada, olha, eu não gosto de estar teimando, mas eu acho que tem um pouquinho de engano, deve ter um enganozinho por que fazer essas reclamações é muito difícil. Eu gostaria até de procurar alguma ata e ver se eu tenho feito alguma reclamação, não estou duvidando, mas dificilmente eu faço isso, mas podemos com calma e vendo se eu fiz alguma reclamação em cima da saúde. A respeito do serviço no Mannes, no Mannes foi feito o serviço e o outro pelo que eu sei, ele não veio pedir, mas nós estamos aí se for o caso que possa citar o nome vou mandar lá ou ele vem pedir, mas a prefeita, o secretário estão aí para atender qualquer pessoa, não temos nada de divergência com ninguém, estamos aí para atender, com certeza, dando apoio a toda a nossa população e a todos os nossos agricultores, isso é o que nós queremos fazer. Então vou falar sobre a indicação do vereador na bancada como o Anilton até citou que já foi elaborada essa cobertura do ESF lá. Inclusive foi elaborado a cobertura e tenha sensibilidade com isso aí, tem que ter sensibilidade e sem sensibilidade não pode e a sensibilidade está junto com esse elaborado como foi falado. Eu acho que foi em janeiro, alguma coisa assim, tem a sensibilidade junto, sou totalmente favorável, viu Vereador, não sou nada contra sua indicação. A indicação também do Rudimar Bergossa, o Laerte e o e o Evandro, enfim da bancada e do Jorge, também como foi comentado tem que ter uma plataforma junto, mas também está sendo licitada uma escavadeira e um caminhão, mas sou favorável sim porque a administração anterior eu não tenho bem a lembrança, mas eu acho que só foi comprado uma escavadeira pequena e um caminhão, mas tudo bem, isso não estou falando por provocação e por nada, sou totalmente favorável a indicação, mas já tem esse pedido dessa escavadeira e de um caminhão. O caminhão que ele está pedindo aqui sem dúvida nenhuma sou favorável, e esperamos que todas essas indicações que estamos apresentando que todos os vereadores estão apresentando bastantes indicações bastantes serviços para a prefeita, bastantes requerimentos, que se ela conseguir fazer uma boa parte ficaria a prefeita da história, então eu acho que se ela puder conseguir e nós ir atrás de emendas com os deputados e trazer emendas eu acredito que vai ser feito muito para o nosso município, por isso que é bom nós trabalhar unidos seriamente. A indicação do Laerte também sem dúvida nenhuma é uma boa ideia e a gente também já está com uma idade avançada e ter que ir lá embaixo pegar os remédios seria bem mais fácil sem dúvida nenhuma a tua ideia é válida. A indicação da Paula também sem dúvida nenhuma sou totalmente favorável, placas padronizadas, sem dúvida nenhuma sou favorável. E também eu preciso dar uma resposta aí não sei se fica a contento dos vereadores a respeito do Dr Rudinei. O Dr Rudinei tinha então quarenta horas como todo mundo fala que tivemos o maior que nós perdemos, o Dr Rudinei, isso todo mundo ficou muito sentido, mas o doutor Rudinei do tempo do ex-prefeito Antonio Bissani ele tinha quarenta horas aí ele pediu eu acho que fez um acerto com o Bissani para voltar para vinte horas e voltou para vinte horas, mas como essa doença avançou a epidemia de tanta coisa que aconteceu em nosso município, a nossa prefeita precisava de um médico um doutor para quarenta horas e ele achou por melhor então pedir a conta e atender o consultório dele, que ele montou o consultório dele foi chamado não sei se é Concórdia, afinal ele foi chamado em algum lugar também e montou o consultório dele, então eu acho que nós temos que respeitar a opinião dele, mas se não for assim pelo menos como eu estou explicando a gente vai chegar numa conclusão correta. Também sobre o vereador que questionou sobre ajuda das empresas, a gente sabe que não é bem assim o tornado aconteceu dia quatorze de agosto, então você veja, foi quatorze de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Eu acho que também a administração não conseguiu nada para as pequenas empresas, mas eu não sou nada contra poder tentar conseguir, só que eu não sei se há legalidade para isso, mas se houver legalidade para isso e eu até duvido que qualquer vereador ou a prefeita ou vice-prefeito ou secretários não corram atrás disso. Eu acho que temos todo direito de socorrer as nossas pessoas sim. Também na continuação, eu quero falar assim nós temos que ser mais humildes. Não adianta eu vir aqui e citar os companheiros só para ficar fazendo tumulto. Eu fui citado na sessão passada duas vezes, três vezes, claro que respondi, mas eu não vou querer criar atritos com ninguém eu não quero atritos com ninguém por causa que eu fui citado. Eu acho que eu respondi alguma coisa, mas o vereador também nos meus projetos sempre acha que estão mal explicados, mas tudo bem, eu gostaria que ele que entende bem de projetos que pudesse até me ajudar, ele poderia ver o projeto, ler o projeto e poderia até me ajudar em vez de criticar que não foi bem entendido, alguma coisa assim, mas é assim mesmo que acontecem as coisas, mas vamos procurar fazer uma reunião de companheirismo, uma reunião que o povo e a nossa sociedade vejam o que que nós estamos fazendo aqui sem críticas, sem maldade com ninguém, seria melhor coisa que nós poderíamos fazer. Outra coisa também que eu queria só deixar uma resposta como teve na sessão, nem foi na anterior foi na outra ainda, que um vereador comentou que eu sou bem ligado a Deus, ou falo bastante de Deus, pode ter certeza viu, vereador, que eu falo bastante em Deus mesmo, e eu tenho setenta e sete anos, cinquenta e sete anos de casado com a mesma dona de casa e somos

muitos devotos à Deus e não perdemos a fé em Deus de jeito nenhum, se não vão na missa no sábado, vou no domingo. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR LAERTE NIVALDO DOS SANTOS, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Agenor José Nichetti, Vereador, com direito à réplica disse: “então, presidente, tratando-se dessas indicações que deram entrada nesta noite nesta Casa, eu acho que são as quatro indicações de suma importância, e a administração que olhe com carinho para nossa população para adquirir essas indicações para nós como vereadores estamos aí para fiscalizar e também para dar as indicações para administração, então é o que nós estamos fazendo. Estamos trazendo bastante trabalho, com certeza, mas é o que a população espera de nós, trabalho. Não é porque não foi feito lá no passado que não vamos tentar fazer, vamos trazer para esta Casa, trazer parar de ministração, para o executivo e eu acho assim de suma importância. Sem agredir ninguém, mas temos que fazer o nosso papel, que é trazer algum executivo da melhor forma. Seria isso, senhora presidente, eu agradeço e devolvo-lhe a palavra.”

O SENHOR RUDIMAR BERGOSSA, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Agenor José Nichetti, Vereador, com direito à réplica disse: “falando assim que não é questão dos vereadores, do seu Agenor, na sessão que ele nos fala na questão das aquisições do ano passado, ele como Vereador eu acho que ele deveria saber os equipamentos que foram comprados, mas vou repetir. Foram comprados dois caminhões um caminhão caçambado bitruck, foi comprado um caminhão novo LA para dejetos suínos, foram compradas duas escavadeiras hidráulicas, foi comprada uma retroescavadeira e já deveria ter chego para trabalhar eu não sei o que aconteceu que não chegou ainda, na retro que era direto licitado pelo governo federal e eu até quero ver como é que ficou essa questão por parte de licitação com Cristiano, eu quero ver o que aconteceu se essa máquina não veio para o município outros municípios eu acho que deve estar recebendo. A frota da educação, praticamente e, toda ela melhorada com carros novos, ônibus e vans. A frota da saúde toda ela revitalizada toda ela e trocado os carros e vans. Então, vereador está aí. A questão que ele falou que não criticava a saúde eu vou ver as atas e daí posso até ler em ata. Aqui, a responsabilidade em defender e nos explicar os projetos é o líder do governo agora se ele não tem capacidade, se eu não posso pedir ao líder de governo eu vou me referir a quem para eu votar o projeto. Que nem essa das escolas que aconteceu no transporte escolar de Salto Veloso e Macieira, quem nos explicou certo foi a presidente que era dois turnos fazia duas viagens e tal, nós não estamos referindo indo, nós estamos pedindo informações dentro do projeto. Nós não estamos criticando aí ele e de mais para menos tem assessoria jurídica da prefeitura que tem que lhe por a par de tudo a questão de trâmite de cada projeto. Aproveitando isso, já que o vereador falou eu vou fazer mais um pedido o município para aquisição dessas máquinas hoje o município tem caixa por que o município ficou assim com superávit deixado da outra administração com quase oito milhões. Esses quatro para cinco meses quanto é que arrecadou, qual é o superávit que tem e quanto está arrecadando por mês, isso eu peço para o líder para que nos informe na próxima sessão, daí a gente vai fazer uma avaliação de quanto o município tem de superávit e que se encontram hoje para investir nesses investimentos que os vereadores estão pedindo. A partir do ano que vem é lei e o vereador pode pedir emenda parlamentar aí nós podemos pedir dentro do orçamento e a gente pode direcionar para todas as casas também. Seria isso, presidente, e eu devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “vereador Jorge, por uma questão de ordem, eu só vou pedir a gentileza para os colegas vereadores que prestem atenção no tempo, até dois minutos.”

O SENHOR JORGE RONE HASLINGER, VEREADOR, com o uso da palavra, citado pelo Senhor Agenor José Nichetti, Vereador, com direito à réplica disse: “obrigado, senhora presidente. Então só complementando também sobre a fala do vereador Agenor, eu acho que também ele está um pouco desinformado nessa questão aí das compras das máquinas das aquisições na administração anterior. E o friso mais uma vez também que foram compradas duas escavadeiras, uma retroescavadeira, outra que como Vereador Rudimar falou está para chegar, já estava certo e vamos ver o que aconteceu que não veio ainda mas a princípio seria duas retas dois caminhões. As frota que foram praticamente renovadas na educação, da saúde, então todo esse acompanhamento que nós vereadores temos em relação à administração pública municipal e deve ter que o papel do vereador acompanhar, fiscalizar também, elogiar quando necessário e criticar quando é necessário também, mais vejo assim no bom sentido, às vezes eu vejo que eu não sei se o líder como ele falou que se apura mas explicações daí ele acaba às vezes se perdendo nas conversas e desviando o foco, mas nós estamos aí para debater e defender assuntos relativos ao nosso município, a nossa população e administração pública municipal, por isso, que nós temos que aproveitar esse precioso tempo que nós temos aí em nossa Casa de leis para tratar de assuntos desta natureza e qualquer coisa de antemão a gente está à disposição também para maiores esclarecimentos. Eu agradeço o presidente e devolvo-lhe a palavra.”

A SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, PRESIDENTE, com o uso da palavra disse: “eu farei as considerações finais. Em relação às indicações que deram a entrada nesta Casa hoje, eu acho que todas são importantes e todas vêm ao encontro das necessidades da nossa comunidade. Em relação à indicação que está sugerindo à Chefe do Poder Executivo Municipal que estudem a viabilidade de implantar em todas as ESFs uma farmácia própria para que sejam disponibilizados os medicamentos aos municípios no próprio local onde são atendidos para que não seja necessário se deslocar até a farmácia central, é uma boa sugestão que se está encaminhando à Chefe do Poder Executivo Municipal, só é necessário verificar a possibilidade disso e a questão da contratação se é necessária ou não profissionais especialistas nisso, os farmacêuticos, que precisam atuar dentro das farmácias. Então, tem algumas outras questões envolvidas, mas eu acho importante que se estude a viabilidade de se implantar essas farmácias próprias, de acordo com as condições do nosso município. Em relação à indicação que se sugere a construção de uma cobertura com material apropriado na frente do ESF Irmã Tereza Uber, que está localizado na rua 15 de novembro, também é importante. Eu acho que os usuários precisam ter uma condição adequada para aguardar os atendimentos quando chegam antes do horário, enfim será necessário um distanciamento. Sabemos que essa ação já foi encaminhada pelo Poder Executivo Municipal e o projeto encontra-se na AMMOC já para estudos, desde o início do ano, desde de 15 de janeiro, juntamente com outros projetos, e que consideram também isso de suma importância. A indicação que está sugerindo à Chefe do Poder Executivo Municipal a aquisição de caminhão traçado estilo roll-on, dois caminhões caçamba bitruck, escavadeira hidráulica e duas mini escavadeiras de oito toneladas para suprir as demandas dos serviços que o município exige, é importante e faz parte do plano de governo. Eu acho que algo que precisa o tempo todo estar sendo estruturado, e, como falamos já há alguns dias atrás, é importante que os vereadores estejam unidos em uma causa porque o nosso município tem uma grande extensão territorial e precisa ser atendido da melhor forma. Sabemos que existem n condições, e que n questões que impedem, às vezes, em um atendimento mais rápido e eficaz ao mesmo tempo a todas as pessoas que necessitam, mas o poder público tem que dar as condições e ir estruturando as suas secretarias a fim de atender todos esses serviços da melhor forma possível. Então, eu acho muito válido quando os vereadores se colocam à disposição para auxiliar com recursos, porque eu penso que a nossa função primordial além de todas as atribuições de vereadores, com certeza, é buscar recursos para auxiliar na estruturação dessa e secretarias e para o investimento em nosso município. Então, nesse momento, toda ajuda é bem-vinda e, com certeza, já estão em andamento algumas aquisições de maquinários para o município, e tem outros planejamentos para frente conforme a nossa prefeita municipal já enalteceu há alguns dias atrás em uma entrevista a qual ela concedeu nos primeiros cem dias de governo, quando ela abordou essa questão dos planejamentos para os próximos meses, enfim, e considero assim de suma importância e espero que

seja possível colocar em prática junto com o auxílio de todos os vereadores com recursos para isso. Então parabéns aos vereadores que se colocam à disposição e espero que possamos contar nesse ano e nos próximos anos seguintes. Se cada um fizer a sua parte, eu acho que podemos fazer a diferença. Também eu quero comentar algo que se veiculou na mídia e que eu acho bem importante que passou por essa Casa Legislativa, uma luta de todos os vereadores, foi levantada por alguns vereadores e depois foi uma causa que todos nós daqui desta Casa Legislativa e da região assumimos, e eu acho que isso é importante porque nós estamos aqui para trabalhar em prol do nosso município e dos nossos municípios. Então, aqui, veiculou-se que as perdas causadas por doenças transmitidas pela cigarrinha-do-milho receberam a cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária PROAGRO, ou seja, os produtores que receberam apoio na liquidação dos custos agrícolas de financiamentos. Então essa era uma forte demanda aqui dos produtores catarinenses, especialmente, do nosso município que perderam boa parte da colheita devido à cigarrinha. Então, aqui no Estado, o nosso município a queda na safra pode chegar a grandes prejuízos especialmente após a estiagem pelo ataque desta praga. O PROAGRO é administrado pelo Banco Central e executado por instituições financeiras autorizadas a operar em créditos rurais, então isso é uma informação que vem da Secretaria do Estado da Agricultura, e que eu acho que é importante para o nosso município. Também eu quero dar um destaque especial à nova lei de licitações. Falamos antes de algumas indicações e das necessidades de estruturação dentro do serviço público. Sabemos que nós precisamos seguir a Lei, e a Lei constantemente, está evoluindo. Sabemos que a nova lei de licitações foi sancionada no dia primeiro de abril deste ano e é uma realidade que precisamos nos enquadrar a gestão pública brasileira e ela substitui a lei de licitações no ano de noventa e três, com algumas mudanças que vão gerar impactos nos municípios e que é preciso estar sempre em consonância com as necessidades, mais que o poder público precisa segui-las. Também eu quero aproveitar a oportunidade, nesse momento, que os municípios nos acompanham e parabenizar o presidente do sindicato rural, senhor Newton Bedin, e toda a sua equipe de trabalho, pela realização da 43ª feira do leiteiro e da carneiro que aconteceu no último domingo dia 18 de abril, pela modalidade remota, onde foram apresentados os lotes com animais de excelente qualidade, que vem a divulgar e a enaltecer o Município de Água Doce. Eu acho importante também destacar que a qualidade para com o atendimento do sindicato rural com seus produtores rurais também mantém o profissionalismo, a responsabilidade para com as atividades envolvidas, então isso vem somar na arrecadação do nosso município, do movimento econômico, em nosso município sempre trazendo bons frutos. Parabenizar também todos os proprietários dos animais que foram oferecidos à venda sendo animais de ponta, com alta qualidade genética, e que para nós é uma satisfação em nome desta Casa de Leis estar divulgando os resultados que vêm a contribuir com o município. Os animais que foram leiloados receberam uma média de R\$ 14,84 por quilo vivo para os carneiros machos, e R\$ 14,62 para as carneiras fêmeas. Então, colegas vereadores, e aos municípios que nos assistem, desse modo, esta presidência em nome do Legislativo Municipal estará encaminhando ofício de parabenização ao presidente do sindicato estendido a toda a equipe de trabalho, incluindo os organizadores, leiloeiro, e principalmente, os pecuaristas proprietários desses animais. É uma grande satisfação para o nosso município. Agora eu suspendo a sessão por cinco minutos para preparar a pauta para votação em regime de urgência, conforme foi solicitado que não estava na nossa pauta e que não estava programado. Retornando à sessão, passamos para a ordem do dia."

ORDEM DO DIA: Resultado da ordem do dia da sessão ordinária remota realizada no dia 19 (dezenove) do mês de abril do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), das matérias sobre a Mesa Diretora em discussão e votação. Considerando-se o artigo 37 "caput" e seus incisos da Lei Orgânica do Município de Água Doce, SC, traz que: "o Presidente da Câmara, ou quem o substituir, somente manifestará o seu voto nas seguintes hipóteses: I. eleição da Mesa Diretora. II. Quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal; III. Quando ocorrer empate em qualquer votação do plenário."

PROJETO DE LEI nº 025/2021, de 9 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE MACIEIRA (SC), PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças e Orçamento, e Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 12 de abril de 2021, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

PROJETO DE LEI nº 026/2021, de 9 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO PARA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," baixado nas seguintes comissões permanentes: Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças e Orçamento, e Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 12 de abril de 2021, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

PROJETO DE LEI nº 030/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM MÓVEL AGRÍCOLA COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES VALE DO RETIRO, PARA OS FINS, QUE ESPECIFICA," tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado em regime de urgência por unanimidade, no dia 19 de abril de 2021.

PROJETO DE LEI nº 031/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO GRATUITO DE BEM MÓVEL AGRÍCOLA COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES VALE DO ESTREITO, PARA OS FINS, QUE ESPECIFICA," protocolo nº260 /2021, tendo-se a coleta dos pareceres, foi aprovado em regime de urgência por unanimidade, no dia 19 de abril de 2021.

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO nº 031/2021 de 12 de abril de 2021, de autoria dos Vereadores, e da Vereadora, Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, PL, e Presidente, Senhor Agenor José Nichetti, PL, e Vice- Presidente, Senhor Alex Matheus Piaia, MDB e Segundo Secretário, Senhor Anilton Tonial, PL, e Senhor Aloir Gonçalves da Conceição, PL, pela qual tem por assunto: "PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTAMENTE COM OS RESPONSÁVEIS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO ESTUDEM A VIABILIDADE DE ADQUIRIR PLACAS PADRONIZADAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE OBRAS E SERVIÇOS, ALÉM DE CONES, COM O ESCOPO DE SINALIZAR ADEQUADAMENTE TRECHOS EM OBRAS, CONTRIBUINDO PARA A SEGURANÇA DOS USUÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC)", foi aprovada por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO nº 032/2021 de 15 de abril de 2021, de autoria do Vereador Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, PP, pela qual tem por assunto: "PROPÕE À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE JUNTAMENTE COM A SECRETARIA RESPONSÁVEL ESTUDEM A VIABILIDADE DE IMPLANTAR EM TODAS AS ESFs UMA FARMÁCIA PRÓPRIA, A FIM DE DISPONIBILIZAR MEDICAMENTOS AO MUNICÍPIOS NO PRÓPRIO LOCAL DE ATENDIMENTO, NÃO HAVENDO A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO ATÉ A FARMÁCIA CENTRAL, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC)", foi aprovada por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO nº 033/2021 de 15 de abril de 2021, de autoria dos Vereadores, Senhores Jorge Rone Haslinger, PP, Senhor Evandro Carlos Zanatto, PP, e Primeiro Secretário, Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, PP, Senhor Rudimar Bergossa, PP, pela qual tem por assunto: "PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE JUNTAMENTE COM A SECRETARIA RESPONSÁVEL ESTUDEM A VIABILIDADE DE CONSTRUIR UMA COBERTURA COM MATERIAL APROPRIADO NA FRENTE DO ESF Irmã Tereza Uber, LOCALIZADO NA

RUA 15 DE NOVEMBRO, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC),” foi aprovada por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

INDICAÇÃO AO EXECUTIVO nº 034/2021 de 16 de abril de 2021, de autoria dos Vereadores, Senhor Rudimar Bergossa, PP, Senhor Jorge Rone Haslinger, PP, Senhor Evandro Carlos Zanatto, PP, Primeiro Secretário, Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, PP, pela qual tem por assunto: “PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL QUE JUNTAMENTE COM A SECRETARIA RESPONSÁVEL ESTUDEM A VIABILIDADE DE AQUISIÇÃO DE: UM CAMINHÃO TRAÇADO, 6X4, ESTILO ROLÃO; DOIS CAMINHÕES CAÇAMBAS BITRUQUE; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACIMA DE 15 TONELADAS E DUAS MINI ESCAVADEIRAS 8 TONELADAS, PARA SERVIR E SUPRIR A DEMANDA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA (SC),” foi aprovada por unanimidade no dia 19 de abril de 2021.

PROJETO DE LEI nº 028/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 19 de abril de 2021.

PROJETO DE LEI nº 029/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” foi baixado nas seguintes comissões: Legislação, Justiça e Redação Final; Finanças e Orçamento Educação, Saúde e Assistência Social, no dia 19 de abril de 2021.

Nada mais em havendo a tratar, a SENHORA PAULA CRISTINA MENDES GATELLI, VEREADORA E PRESIDENTE, em nome de Deus, agradeceu pela participação de todos, e deu por encerrados os trabalhos, e, para constar, eu Odin Gustavo Mendes Corrêa Rocha, Servidor Efetivo Público Municipal, Técnico Legislativo Administrativo, Matrícula 42, lavrei a presente ata que será lida, e se aprovada, será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

PAULA CRISTINA MENDES GATELLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce - SC

EVANDRO CARLOS ZANATTO

Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC

ALEX MATHEUS PIAIA

Segundo Secretário da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce – SC

DELIBERAÇÕES PLENÁRIA DIA 26-04-2021

Publicação Nº 3003185

No dia 26(vinte seis) do mês de abril do ano de 2021(dois mil e vinte um), ocorreu a decima terceira sessão ordinária, remota, na qual participaram “on line” os seguintes Vereadores e Vereadora desta Casa Legislativa: Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli, Vereadora do PL e Presidente; Senhor Agenor José Nichetti, Vereador do PL e Vice-Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto, Vereador do PP e Primeiro Secretário, Senhor Alex Matheus Piaia, Vereador do MDB e Segundo Secretário, Senhor Rudimar Bergossa Vereador do PP, Senhor Jorge Rone Haslinger Vereador do PP, Senhor Laerte Nivaldo dos Santos, Vereador do PP, Senhor Anilton Tonial, Vereador do PL, e Aloir Gonçalves da Conceição, Vereador do PL.

Na ordem do dia, foram discutidas as seguintes proposições:

PODER EXECUTIVO

PROJETO de Lei nº 028/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIAL E TOTAL E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” protocolo nº257 /2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

PROJETO de Lei nº 029/2021, de 16 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” protocolo nº258 /2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

PROJETO de Lei nº 032/2021, de 23 de abril de 2021, de autoria da Senhora Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal, pelo qual traz por assunto: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,” protocolo nº280 /2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

PODER LEGISLATIVO

Indicação ao Executivo nº 035/2021 de 19 de abril de 2021 de autoria dos Vereadores, e da Vereadora, Senhor Alex Matheus Piaia MDB e Segundo Secretário, Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli PL e Presidente, Senhor Agenor José Nichetti PL e Vice- Presidente, Senhor Anilton Tonial PL e Senhor Aloir Gonçalves da Conceição PL pela qual tem por assunto: PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTO AO DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL ESTUDEM A VIABILIDADE DE ISENTAR O PAGAMENTO DA TAXA PARA EMISSÃO DO ALVARÁ SANITÁRIO ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DO INTERIOR, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, (SC),” protocolo nº263/2021,foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

Indicação ao Executivo nº 036/2021 de 22 de abril de 2021 de autoria dos Vereadores, e da Vereadora Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli PL e Presidente, Senhor Agenor José Nichetti PL e Vice- Presidente, Senhor Alex Matheus Piaia MDB e Segundo Secretário, Senhor Anilton Tonial PL e Senhor Aloir Gonçalves da Conceição PL pela qual tem por assunto: PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTO À SECRETARIA RESPONSÁVEL ESTUDEM A VIABILIDADE DE ADQUIRIR E AFIXAR A MINIATURA DE UM GERADOR DE ENERGIA EÓLICA, EM UM LOCAL DESTAQUE NA PRAÇA JOÃO MACAGNAN, A FIM DE IDENTIFICAR A CAPITAL CATARINENSE DA ENERGIA EÓLICA, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, (SC), " protocolo nº275/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

Indicação ao Executivo nº 037/2021 de 23 de abril de 2021 de autoria da Vereadora Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli PL e Presidente, pela qual tem por assunto: PROPÕEM À CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTO À SECRETARIA RESPONSÁVEL, E SUA ASSESSORIA JURÍDICA, ESTUDEM A VIABILIDADE DE CRIAR O PROGRAMA "ADOTE UMA PRAÇA OU ESPAÇO PÚBLICO", VISANDO AUTORIZAR À INICIATIVA PRIVADA A EXECUTAR AS SUAS EXPENSAS, MELHORIAS URBANÍSTICAS, PAISAGÍSTICAS E A MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS, NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, " protocolo nº278/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

Requerimento nº 005/2021 de 20 de abril de 2021, de autoria dos Vereadores e da Vereadora Senhor Anilton Tonial PL, Senhora Paula Cristina Mendes Gatelli PL e Presidente, Senhor Agenor José Nichetti PL e Vice- Presidente, Senhor Evandro Carlos Zanatto PP e Primeiro Secretário, Senhor Alex Matheus Piaia MDB e Segundo Secretário, Rudimar Bergossa, PP, Senhor Laerte Nivaldo dos Santos PP, Senhor Jorge Rone Haslinger PP, e Aloir Gonçalves da Conceição PL, pela qual tem por assunto: Requer que se oficie aos responsáveis pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), bem como ao Consórcio Interfederativo Santa Catarina (CINCATARINA), para que procedam com a construção de uma terceira faixa e redutores de velocidade, na SC-355, nas proximidades da Linha Nova Vicenza, interior do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, (SC)", protocolo nº273/2021, foi aprovado por unanimidade no dia 26 de abril de 2021.

Nada mais havendo a tratar na presente sessão, a Presidente PAULA CRISTINA Mendes Gatelli, em nome de Deus agradeceu a presença "on line" de todos e deu por encerrados os trabalhos convocando os Senhores Vereadores para próxima Sessão Ordinária Remota, a ser realizada no dia 03(três) do mês de maio de 2021 (dois mil e vinte um), a partir das 19h (dezenove horas).

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 054 - 2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3002823

DECRETO Nº 054/2021 De 27 de abril de 2021	DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATUAR JUNTO AO COMITÊ REGIONAL DE PREVENÇÃO DOS ÓBITOS MATERNO, INFANTIL E FETAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora publica municipal Srta. Nataniele Moretto, brasileira, solteira, cadastrada no CPF sob nº 053.854.759-63 e registrada na CI sob nº 3.922.404, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para atuar junto ao Comitê Regional de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal da Região de Saúde Oeste de Santa Catarina, implantado pela Gerência Regional de Saúde de Chapecó a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 2º As funções da servidora ora nomeada, são consideradas de caráter público relevante ao município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como, não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 059, de 20 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 27 de abril de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 07/2021 - SEMEM

Publicação Nº 3003817

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Termo de comp. Nº:	07/2021
Contratante:	MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	SEMEX DO BRASIL COMERCIO, IMP.EXP.LTDA ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA PROGENETICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS P/ AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DE PRO-GRAMAS CONFORME LEI MUNICIPAL N1380/2003
Valor:	R\$ 79.200,00(setenta e nove mil e duzentos reais)
Proj. Atividade	Orçamento Anual Vigente
Licitação:	Processo de licitação nº18/2021 Pregão Presencial P/ Registro de Preços. Nº.08/2021.
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 27 de abril de 2021.	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001.2021

Publicação Nº 3004087

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Edital n.º 001/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

CONSIDERANDO-SE a publicação, após o decurso dos respectivos prazos recursais editais dos resultados finais do certame em 26 de abril de 2021;

FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado 001/2021 destinado ao provimento, em caráter temporário, da vaga existente no quadro para o cargo de PROFESSOR MAG II – ARTE:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA ÁREA	CURSOS NA ÁREA	TOTAL DE PONTOS
1º lugar	Jaqueline Werlang	20,0	18,0	20,0	32,0	90,0
2º lugar	Talia Follmann	5,0	18,0	0,0	0,0	23,0
3º lugar	Eunice Marina de Oliveira	4,0	0,00	2,16	16,0	22,16
4º lugar	Elines Silvia Boita	5,0	0,0	7,58	0,0	12,58
5º lugar	Ana Maria de Souza Lucas	5,0	0,0	2,66	0,0	7,66
6º lugar	Eli Teresinha Alves de Moura	4,0	0,0	0,0	0,0	4,0

Águas de Chapecó, 27 de Abril de 2021.

Leonir Antônio Hentges
Prefeito Municipal**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002.2021**

Publicação Nº 3004088

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Edital n.º 002/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, o que segue:

CONSIDERANDO-SE a publicação, após o decurso dos respectivos prazos recursais editais dos resultados finais do certame em 26 de abril de 2021;

FICA HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado 002/2021 destinado ao provimento, em caráter temporário, da vaga existente no quadro para o cargo de PROFESSOR MAG II – LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	GRADUAÇÃO	PÓS GRADUAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA ÁREA	CURSOS NA ÁREA	TOTAL DE PONTOS
1º lugar	Tiago Junior Breier	20,0	0,0	0,0	0,0	20,0
2º lugar	Elines Silvia Boita	5,0	7,58	0,0	0,0	12,58

Águas de Chapecó, 27 de Abril de 2021.

Leonir Antônio Hentges
Prefeito Municipal**LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 068-2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021**

Publicação Nº 3004458

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 068/2021,
DE 27 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO, CONSTATANTE DO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 064/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a

presente Lei Complementar:

Art. 1º As atribuições do cargo de assessor jurídico, constante no ANEXO II (atribuição dos cargos de provimento em comissão), da Lei Complementar nº 064, de 17 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

CARGO: Assessor Jurídico

ÓRGÃO: Gabinete do Prefeito

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Bacharel em Direito, com registro no respectivo órgão da profissão.

ATRIBUIÇÕES:

- Emitir parecer nos processos administrativos;
- Auxiliar na elaboração de contratos, projetos de lei, justificativas de veto, portarias e instruções normativas, regulamentos e outros documentos de natureza jurídica;
- Prestar assessoramento jurídico aos órgãos da Prefeitura e ao Prefeito Municipal;
- Orientar as Comissões de Sindicância e Processos Administrativos;
- Requisitar parecer técnico e procedimentos administrativos fiscais e processos legislativos;
- Coordenar as atividades de Execução Fiscal;
- Prestar assessoramento e orientação;
- Executar outras atribuições afins.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Complementar nº 064, de 17 de dezembro de 2019, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 27 de abril de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 069-2021, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004858

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 069/2021,
DE 28 DE ABRIL DE 2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 005/2001 QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 143 da Lei Complementar nº 005/2001, de 12 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 143. A cobrança da dívida ativa do município será procedida pela via administrativa extrajudicial, protesto da CDA – Certidão de Dívida Ativa junto ao Tabelionato de Protestos de Títulos e Documentos ou pela via Judicial.

§ 1º As três vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a administração proceder simultaneamente à dois tipos de cobrança.

§ 2º Caso já tiver sido ajuizada a execução fiscal, a CDA não poderá ser encaminhado à protesto.

§ 3º Caso a CDA já tenha sido encaminhada à protesto, não obstará o ajuizamento da execução fiscal, podendo a mesma permanecer protestada.

§ 4º O encaminhamento da CDA à protesto, terá que, no mínimo, aguardar o transcurso de 1 (um) exercício financeiro, incluindo-se àquele que deu origem ao débito, para ser encaminhado à protesto.

§ 5º O município poderá, através do protesto da CDA junto ao Tabelionato de Protestos, tentar reaver seu crédito, desde que o devedor seja previamente notificado, através de uma das possibilidades a seguir elencadas:

I – envio do carnê;

II – notificação pessoal do devedor; e,

III – publicação de edital contendo o código cadastral e o CPF/CNPJ do devedor e o respectivo valor a ser pago.

§ 6º O município não poderá levar a CDA à protesto, caso a exigibilidade da dívida esteja suspensa.

§ 7º Em caso de pronto pagamento ou não após a notificação pelo Tabelionato de Protestos, as despesas cartorárias correrão por conta do devedor.

§ 8º Fica expressamente proibido o parcelamento administrativo dos débitos constantes na certidão de dívida ativa no período compreendido entre o envio e a lavratura do protesto.

§ 9º É prescindível a informação ao devedor de que o débito será encaminhado para cobrança judicial ou protesto.

§ 10 A CDA deverá, se possível, ser encaminhada de modo eletrônico a protesto.

§ 11 A CDA poderá permanecer protestada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

§ 12 Uma vez quitado integralmente ou parcelado o débito, o devedor deverá encaminhar o comprovante junto ao Tabelionato de Protestos, requerendo para que se proceda a baixa do protesto, sendo este encaminhamento responsabilidade exclusiva do devedor.

Art. 2º Os demais artigos da Lei Complementar nº 005/2001, de 12 de dezembro de 2001, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 28 de abril de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL DE ADITIVO Nº30/2021

Publicação Nº 3004914

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 118/2.020

Contrato de Aditivo: 30/2020

Termo de Aditivo...: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº118/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : R D S CONSTRUTORA EIRELI ME

Motivo do Aditivo.: Cláusula Primeira: Em conformidade com o relatório de supressão do Setor de Engenharia o valor contratual constante na cláusula quarta do contrato nº118/2020 será suprimido em R\$28.093,41 (vinte e oito mil, noventa e três reais e quarenta e um centavos). Cláusula Segunda: Com a supressão o valor do contrato nº118/2020 passará de R\$184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais) para R\$155.906,59 (cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos). Cláusula Terceira: Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº118/2020, não alteradas pelo presente instrumento.

Vigência : Início :28/04/2021 Término :31/12/2021

Licitação : Dispensa por Justificativa nº35/2020

Processo : 101/2.020

Águas Frias-SC, 28 de abril de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2021

Publicação Nº 3004133

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 27/2021

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 14/2021

Tipo : Menor preço - Unitário por Item

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM DESTINADOS A EXECUÇÃO DE CURATIVOS ESPECIALIZADOS EM TRATAMENTO DE FERIDAS CRÔNICAS. AGUDAS, OSTOMIAS, INCONTINÊNCIAS E TRATAMENTOS ALTERNATIVOS.

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 10 de maio de 2021.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 10 de maio de 2021

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3332-0019 ou no site www.aguasfrias.sc.gov.br.

Águas Frias -SC, 27 de abril de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
PREFEITO

LEI Nº 1.302/2021

Publicação Nº 3004043

LEI Nº 1.302, de 27 de abril de 2021.

DISPÕE SOBRE A MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO DA ESCOLA NÚCLEO MUNICIPAL DE ENSINO TARUMÃZINHO PARA ESCOLA DO CAMPO EM TEMPO INTEGRAL TARUMÃZINHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - A Escola Núcleo Municipal de Ensino Tarumãzinho situada na Linha Tarumãzinho, espaço rural do município de Águas Frias – SC, passa a denominar-se “Escola do Campo em Tempo Integral Tarumãzinho”.

Art. 2º - Fica reconhecida a Escola do Campo em Tempo Integral Tarumãzinho como sendo uma escola do campo, com o objetivo de desenvolver uma política de permanência deste estabelecimento na zona rural, reorganizar o seu projeto político pedagógico, sua matriz curricular e respectivas práticas educativas, visando conectar a formação científica-intelectual com o modo de vida, com o trabalho, a natureza, as culturas e tradições da comunidade em que ela está inserida.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias –SC, em 27 de abril de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

Registrada em data supra e publica no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 12/2021

Publicação Nº 3004047

PORTARIA Nº 12, de 27 abril de 2021

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, Comarca de Coronel Freitas, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Federal nº 13.019/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros para compor a comissão de monitoramento e avaliação a fim de avaliar a execução das parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil - OSC, em regime de mútua cooperação, para de finalidades de interesse público.

Presidente: Marcia Dolores Cavassini Palombit
Membro: Vanessa Rodrigues
Membro: Ledriana Minusculi Panis Cassol

Parágrafo Único - a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialistas, para subsidiar seus trabalhos.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as demais as disposições contrárias.

Águas Frias - SC, em 27 de abril de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

Registrada em data supra e publicada no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

TERMO DE COLABORAÇÃO - APAE

Publicação Nº 3003416

Justificativa para firmar Termo de Colaboração com a APAE – Pinhalzinho-SC Inexigibilidade de Chamamento Público (arts. 30 a 32 da Lei 13.019/2014).

1. Objetivo:

Firmar Parceria, por meio de Termo de Colaboração (art. 2º, VII, Lei 13.019/2014) com a APAE de Pinhalzinho – SC, sociedade civil sem fins lucrativos, objetivando atender as pessoas com necessidades especiais no município de Águas Frias – SC.

O Termo de Colaboração tem por objeto estabelecer e desenvolver, uma parceria na Assistência à Saúde, destinado às pessoas com deficiência intelectual e/ou necessidades especiais, visando garantir a assistência integral, bem como a integração social desses pacientes, para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

2. Demanda do Município de Águas Frias:

No Município de Águas Frias 15 (quinze) alunos necessitam de atendimento especializado ofertado apenas pela a APAE.

3. Valor para transferência de Recursos Financeiros:

Para execução da presente parceria o Município de Águas Frias/SC destinará a APAE a importância de R\$ 4.298,28 (quatro mil duzentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos) por aluno no ano, totalizando um montante de R\$ 64.474,20 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, e vinte centavos), para o ano de 2021.

Dotação Orçamentária: Proj./Atividade 2.025; Elemento de despesa 3.3.50.43.02; Fonte de Recurso: 0.1.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.

4. Caracterização dos serviços:

No Brasil, a atenção às pessoas com necessidades especiais surgiu com um caráter de atendimento elementar nas áreas de educação e saúde, desenvolvidas em organizações públicas e não governamentais, evoluindo para o atendimento de reabilitação. No entanto, além disso, busca-se também além da assistência, que seja preparada e ampliada a inclusão dessas pessoas, a fim que sejam preparadas para as situações diárias.

Em Águas Frias, um município com aproximadamente 3.000 (três mil habitantes), esse trabalho e atendimento é desenvolvido por organização da sociedade civil sem fins lucrativos – APAE, sendo que há vários anos esse atendimento é realizado pela APAE de Pinhalzinho – SC, mediante convênio pactuado anualmente.

O Município busca propiciar e incentivar a participação destas pessoas e suas famílias nestes organismos de buscas de saberes específicos para atender as suas necessidades e melhorar sua qualidade de vida.

Ademais, a APAE de Pinhalzinho oferece os seguintes níveis de ensino, por meio de profissionais especializados e com estrutura física conizente:

Estimulação Essencial (0 a 05 anos e 11 meses); Serviço Pedagógico Específico (06 a 13 anos e 4 a 17 anos); Serviço de Atendimento Específico SAE (16 anos em diante); Atendimento Educacional Especializado – AEE (07 a 17 anos de idade – são alunos inclusos no ensino regular); Turmas de TEA – Transtorno Espectro Autista (06 anos a 16 anos de idade); Preparação para o trabalho (14 a 17 anos); aulas de artes, educação física e informática educativa. Além de todo o atendimento pedagógico que a Escola oferece aos alunos também de reabilitação conforme a necessidade de cada caso.

5. Exposição de Motivos para firmar Termo de Colaboração:

a) O Município de Águas Frias-SC justifica firmar parceria com a APAE de Pinhalzinho, nos termos dos artigos 30 a 32, da Lei 13.019/2014, considerando ser inexigível o chamamento público, haja vista a inviabilidade de competição entre as organizações de sociedade civil deste ramo de atuação – APAEs, em razão da natureza singular do objeto da parceria.

b) Em atendimento ao art. 31, II, da Lei 13.019/2014, o Município de Águas Frias-SC possui a Lei Municipal n. 1.127/2015, que autoriza a transferência de recursos financeiros à APAE de Pinhalzinho-SC;

c) Que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho – APAE, tem mais de 30 (trinta) anos de existência, e trabalha com um corpo técnico com expertise na assistência integral às pessoas com deficiência intelectual e/ou necessidade especiais, à luz das diretrizes do Ministério da Saúde;

d) Que não manter parceria com a APAE de Pinhalzinho caracterizará desassistência, principalmente as crianças e adolescentes com deficiência intelectual, comprometendo o desempenho na escola, no trabalho, suas relações sociais na família e na comunidade;

e) Que a firmação de convênio com a APAE de Pinhalzinho é a melhor opção em relação à logística, por se situar a aproximadamente 20 quilômetros do Município de Águas Frias, não havendo outra instituição com as mesmas características em distância tão próxima;

f) Que dentre os alunos que frequentarão a APAE de Pinhalzinho no corrente ano, a grande maioria já utilizava dos serviços da referida instituição nos anos anteriores, estando plenamente adaptados ao espaço físico e aos profissionais da entidade;

g) Que o presente ajuste é viável, possível e justificável pelos motivos elencados nesta Justificativa;

h) Que o artigo 199 da Constituição Federal, menciona que:

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

i) Que o art. 4º da Lei Federal 8.080/90, afirma que:

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

j) No presente caso, os serviços a serem prestados pela entidade APAE alcançam fins específicos, necessitando de profissionais qualificados, equipe técnica especializada;

k) Considerando que o Município não possui condições próprias para atender as pessoas com deficiência intelectual e/ou necessidade especiais e por conta disso ambas as partes possuem interesse mútuo em firmar a presente parceria;

l) Considerando a invalidade de competição entre as organizações de sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria e desenvolvido pela APAE, não necessitando, portanto, da realização de chamamento público (art. 31, Lei 13.019/2014);

m) A reciprocidade de interesses e a confluência entre os objetivos estatutários da APAE e a Política Municipal de Saúde de Águas Frias;

n) Considerando que o Município de Águas Frias não possui serviço próprio que garanta a assistência à saúde em questão e que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhalzinho – APAE, demonstrou ter capacidade técnica operacional para executar o objeto conveniado, demonstrando, a existência em quadro permanente de profissionais qualificados para a execução das ações pretendidas (Plano de Trabalho anexo).

6. Conclusão:

Pelos motivos acima expostos, justifica-se a realização de parceria por meio da celebração de Termo de Colaboração com a APAE de Pinhalzinho, nos termos dos arts. 30 a 32 da Lei 13.019/2014.

A prestação de contas financeiro e contábil deverá ser realizada mensalmente nos termos da Instrução Normativa n. TC – 14/2012, editada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e respeitando os artigos 63 a 72 da Lei 13.019/2014.

7. Da Publicação:

O ato de formalização de parceria prevista nos artigos. 30 e 31 da Lei 13.019/2014 deverá ter o extrato da justificativa publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Águas Frias-SC, 27 de abril de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO Nº4663/2021

Publicação Nº 3004191



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**DECRETO Nº 4663/2021****NOMEIA RUBENS AUGUSTO SCHLEMPER JOCHEM AO CARGO DE
TÉCNICO AGROPECUÁRIO**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Nº. 170/90 de 05/04/90, Artigo 93, VIII e XII.

D E C R E T A:

ART. 1º- Fica nomeado de acordo com os artigos 20 e 21 da Lei Complementar nº 008/2005 – Quadro Geral do Município, o Sr. Rubens Augusto Schlemper Jochem, para exercer o cargo de Técnico Agropecuário, conforme Concurso Público 001/2019, a partir de 03 de maio de 2021.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de maio de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO NESTA DATA



PORTARIA Nº 166/2021

Publicação Nº 3003408



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 166/2021****CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA
JACQUELINE FERNANDES TRINETTE**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

1º - Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **JACQUELINE FERNANDES TRINETTE**, a partir do dia 22/04/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº 167/2021

Publicação Nº 3003424



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 167/2021****CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA
HELLEN LOISE DA SILVA**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

1º- Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 1 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **HELLEN LOISE DA SILVA**, a partir do dia 20/04/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº 168/2021

Publicação Nº 3003427



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 168/2021****CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA
MARIA IZETE MARIAN CANDORIN**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

1º- Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 7 (sete) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **MARIA IZETE MARIAN CANDORIN**, a partir do dia 22/04/2021 à 28/04/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº 169/2021

Publicação Nº 3003429



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 169/2021****CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA
JULIA FERMINO**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

1º- Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 1 (um) dia de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **JULIA FERMINO**, a contar o dia 19/04/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº 170/2021

Publicação Nº 3003431



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 170/2021****CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA
MARIA LÍDIA KUSTER**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

1º- Conceder de acordo com o artigo 98 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 2 (dois) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora **MARIA LÍDIA KUSTER**, a partir do dia 19/04/2021 à 21/04/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº171/2021

Publicação Nº 3003806



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 171/2021****ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDEVINO MACHADO**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

1º - Admitir em caráter temporário de acordo com Lei Municipal n.º 539/2002 de 26/09/2002 alterada pela lei n.º 710/2007 da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, **VALDEVINO MACHADO**, para desempenhar o cargo de Operador de Maquinas, com exercício na Secretária Municipal da Infraestrutura, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, do dia 04/05/2021 à 31/12/2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina

27 de abril de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



Alto Bela Vista

PREFEITURA

ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR17/2021

Publicação Nº 3003397



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital
 1393-0431-331

Página
 1 / 1

Licitações Adjudicadas

Licitação: PR17/2021 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de baterias para manutenção da frota municipal.

Fornecedor: 2123 - MECANICA POTTI LTDA. - ME		CPF/CNPJ: 79.816.914/0001-85		Valor total (R\$): 6.858,00	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)
27/04/2021	1	23425 - Bateria 5A Bateria nova de 05 amperes com a seguinte especificação 5ah 12 V C10 (Ah) 5 CCA (A) 40 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 40 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: HELIAR	unidade	2,00000	179,00000
27/04/2021	7	23429 - Bateria 95 A Bateria automotiva nova de 95 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 95 RC (Mn) 170 CCA (A) 800 ou superior, caixa baixa ou alta, 12 volts, lados opcionais, mínimo corrente de partida a frio de 800 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: HELIAR	unidade	10,00000	650,00000
Fornecedor: 4239 - RP COMERCIO DE PECAS E FERRAMENTAS EIRELI		CPF/CNPJ: 28.866.126/0001-62		Valor total (R\$): 62.325,00	
27/04/2021	2	23426 - Bateria 48A Bateria automotiva nova de 48 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 48 RC (Mn) 68 CCA (A) 375 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 375 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: PIONEIRO	unidade	15,00000	265,00000
27/04/2021	3	23427 - Bateria 60A Bateria automotiva nova de 60 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 60RC (Mn) 90 CCA (A) 480 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 480 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: PIONEIRO	unidade	20,00000	315,00000
27/04/2021	4	23430 - Bateria 100A Bateria automotiva nova de 100 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah) 100 RC (Mn) 180 CCA(A) 750 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 750 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: PIONEIRO	unidade	30,00000	575,00000
27/04/2021	5	23431 - Bateria 150A Bateria automotiva nova de 150 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah)150 RC (Mn)290 CCA(900 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 900 (CCA) livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: PIONEIRO	unidade	24,00000	700,00000
27/04/2021	6	23432 - Bateria 180A Bateria automotiva nova de 180 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah)180 RC (Mn) 360 CCA(A) 1050 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 1050 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal. Marca: PIONEIRO	unidade	20,00000	900,00000

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 69.183,00

ELTON MATTES
 PREFEITO



HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR17/2021

Publicação Nº 3003399



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Chave de Autenticação Digital
 2109-4771-773

Página
 1 / 1

Licitações homologadas

Licitação: PR17/2021

Modalidade: Pregão

Registro de preço: Sim

Controle quantidade: Sim

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de baterias para manutenção da frota municipal.

Credor/Fornecedor: 2123-MECANICA POIT LTDA. - ME

Data **Item** **Un. Medida** **Material/Serviço/Denominação**

27/04/2021	1	unidade	23425 - Bateria 5A Bateria nova de 05 amperes com a seguinte especificação 5ah 12 V C10 (Ah) 5 CCA (A) 40 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 40 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
27/04/2021	7	unidade	23429 - Bateria 95 A Bateria automotiva nova de 95 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 95 RC (Mn) 170 CCA (A) 800 ou superior, caixa baixa ou alta, 12 volts, lados opcionais, mínimo corrente de partida a frio de 800 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
Credor/Fornecedor: 4239-RP COMERCIO DE PECAS E FERRAMENTAS EIRELI			
27/04/2021	2	unidade	23426 - Bateria 48A Bateria automotiva nova de 48 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 48 RC (Mn) 68 CCA (A) 375 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 375 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
27/04/2021	3	unidade	23427 - Bateria 60A Bateria automotiva nova de 60 amperes com a seguinte especificação: C20 (Ah) 60RC (Mn) 90 CCA (A) 480 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 480 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
27/04/2021	4	unidade	23430 - Bateria 100A Bateria automotiva nova de 100 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah) 100 RC (Mn) 180 CCA(A) 750 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 750 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
27/04/2021	5	unidade	23431 - Bateria 150A Bateria automotiva nova de 150 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah)150 RC (Mn)290 CCA)900 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 900 (CCA) livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.
27/04/2021	6	unidade	23432 - Bateria 180A Bateria automotiva nova de 180 amperes com a seguinte especificação: C20(Ah)180 RC (Mn) 360 CCA(A) 1050 ou superior, lados opcionais, 12 volts, mínimo corrente de partida a frio de 1050 (CCA), livre de manutenção com troca de casco e com no mínimo 12 meses de garantia após nota fiscal.

Total licitações homologadas: 1

ELTON MATTES
 PREFEITO

Anchieta

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2020-FMAS

Publicação Nº 3003357

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2020 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, FIRMADO ENTRE A EMPRESA ELOIDE APARECIDA ODY - ME E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, neste ato representado pela Gestora do FMAS, Sra. FERNANDA CRISTINA SEGALIN, residente e domiciliada neste município de Anchieta/SC, portadora do CPF sob nº 044.345.439-62, e a Empresa ELOIDE APARECIDA ODY - ME, já qualificada no contrato nº 005/2020, representado pela Sra. ELOIDE APARECIDA ODY, portadora do CPF sob nº 627.204.499-20, com base na Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 e o previsto nas Cláusulas Primeira/Segunda e Sexta do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Sexta, fica prorrogado até 30 de junho de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

O valor mensal previsto nas Cláusulas Primeira e Segunda do Contrato nº 005/2020, será mantido em R\$: 2.050,00 (Dois Mil e Cinquenta Reais), totalizando o valor de R\$: 4.100,00 (Quatro Mil e Cem Reais) para o período de 02 meses.

Obs: Quando houver o implemento do benefício, haverá redução no valor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação 2021:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano/Elemento	Descrição	Valor Bloqueado
10.01 – 08.244.0029.2.206	131	20/2021 – 3.3.90.39.53	Proteção Social Especial de Atividades de Média e Alta Complexidade.	4.100,00

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 27 de abril de 2021.

FERNANDA CRISTINA SEGALIN ELOIDE APARECIDA ODY

Gestora do FMAS Contratada/Responsável

CPF: 044.345.439-62 CPF: 627.204.499-20

DECRETO N. 085/2021

Publicação Nº 3003730

DECRETO Nº. 085/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 01/2021 DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 84, VIII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a aprovação da Resolução n. 01/2021, expedida pelo Conselho Municipal da Saúde, em reunião realizada no dia 22 de abril de 2021;

Considerando a Comunicação Interna da Secretaria de Assistência Social n. 27/2021, que encaminhou para homologação a Resolução n. 01/2021, do Conselho Municipal do Idoso;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 01/2021, de 22 de abril de 2021, do Conselho Municipal do Idoso, que define o percentual de participação da pessoa idosa no custeio de vaga em instituição de acolhimento institucional contratada pelo município de Anchieta/SC, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Anchieta – SC, 19 de abril de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 086/2021

Publicação N° 3003836

DECRETO N°. 086/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Municipal nº 2.385 de 13 de agosto de 2018;

Considerando a Comunicação Interna nº 022/2021, expedida pela Secretária Municipal de Educação solicitando a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Anchieta, para o mandato de dois anos;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, a saber:

I – quatro representantes do Poder Executivo Municipal, sendo, dois titulares e dois suplentes:

- a) Selma Antonia Giongo (Titular) e Gilmar Machado Soares (Suplente);
- b) Jackline Appio (Titular) e Artur Chenet (Suplente);

II – dois representantes de familiares de alunos vinculados aos Conselhos Deliberativos ou Associações de Pais e Professores das escolas do sistema municipal de ensino: Silvano Góis Snigura (Titular) e Soleandra Feldkircher (Suplente);

III - dois representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais: Nair Kath (Titular) e Fabiane Lago (Suplente);

IV - quatro representantes dos profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino:

- a) Educação Infantil: Neli da Costa Thums (Titular) e Arieli Pulga Dal Castel (Suplente);
- b) Ensino Fundamental: Matília Mattanna (Titular) e Vera Lucia Sufredini da Costa (Suplente);

V - dois representantes dos diretores das Unidades Educativas da Rede Municipal de Ensino: Sheila Fernanda Dornelles (Titular) e Andreia Milani de Souza (Suplente);

VI - dois representantes das Escolas Estaduais: Juliana Pressotto (Titular) e Laercio Bernardi (Suplente);

VII - Dois representantes das associações de estudantes de graduações do município: Thainá Tábata Scholtze (Titular) e Sandra Barbosa dos Santos Scholtze (Suplente);

VIII - dois representantes das agremiações estudantis das Escolas do Município: Geórgia Stephany Eschemmbah (Titular) e Andressa Machado Testolin (Suplente);

IX - dois representantes dos conselheiros tutelares do município: Cristiane Provin (Titular) e Marta Antunes de Oliveira (Suplente);

X - dois representantes do Poder Legislativo: Gilmar de Souza (Titular) e Edemar Luiz Griebler (Suplente).

Art. 2º O mandato dos conselheiros e conselheiras nomeados neste Decreto será por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para mais um mandato sem interrupção, se reeleitos pelos pares.

Art. 3º Por tratar-se de serviços de relevância comunitária os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 27 de abril de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 046/2021

Publicação Nº 3003646

DECRETO Nº046/2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO DA TAXA DE LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSELI ANDERLE, Prefeita do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 60, da Lei Orgânica Municipal, e ainda;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus";

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar o colapso do sistema de saúde pública no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020 (declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense), já alterado pelo Decreto nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020 e pelo Decreto nº 1.168, de 24 de fevereiro de 2021, prorrogando o prazo da declaração de calamidade pública até 30 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1221, de 23 de março de 2021, que alterou o art. 1º do Decreto Estadual nº 1.218, de 19 de março de 2021, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial, relacionada à região da Grande Florianópolis, incluindo a região repetidamente como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO;

CONSIDERANDO a Resolução CGSN nº 158, de 24 de março de 2021, que dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, DECRETA:

Art. 1º Ficam definidas, no âmbito do Município de Angelina, medidas de ordem tributária para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), com caráter complementar às ações em outras áreas, constantes em atos normativos editados anteriormente, e sem prejuízo de novas deliberações.

Art. 2º Fica prorrogado o prazo para pagamento da taxa de licença de localização e funcionamento (alvará), cujas parcelas vencem-se em 30/04/2021 e 30/09/2021, que passarão a ter vencimento na seguinte data:

a) Primeira Parcela - vencimento dia 30/09/2021

b) Segunda Parcela - vencimento dia 30/12/2021

Art. 3º Compete ao contribuinte/mutuário, retirar a guia no site oficial do Município na rede mundial de computadores, através do endereço eletrônico www.angelina.sc.gov.br, link "serviços ao cidadão", à emissão de novo documento de arrecadação (DAM), das competências/parcelas objeto de prorrogação, ou ainda, mediante solicitação presencial junto ao Setor de Tributação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina (SC), 26 de abril de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita do Município de Angelina

DECRETO Nº 047/2021

Publicação Nº 3003651

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 047/21

"DISPÕE SOBRE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

Roseli Anderle, Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001279 de 21 de Dezembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada.
-----------	---

08 - ENCARGOS GERAIS		
08.01 - ENCARGOS GERAIS		
2884300.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna		
(166) 3.3.91.00.00.00.00.0.3.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Aplicação entre Órgãos	R\$	100.000,00

Art. 2º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, são oriundos do superávit financeiro, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na fonte de recurso abaixo discriminada.	
-----------	---	--

0.3.00.000 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	R\$	100.000,00
Total	R\$	100.000,00

Art. 3º -	Fica aberto no exercício corrente crédito adicional suplementar na importância de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada.	
-----------	--	--

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10304142.036 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária		
(87) 4.4.90.00.00.00.00.0.3.38.0016 – Aplicação Direta	R\$	12.400,00

Art. 4º -	Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior, são oriundos da anulação de saldo financeiro, na importância de R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais) na dotação e fonte de recurso abaixo discriminada.	
-----------	--	--

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10304142.036 - Vigilância em Saúde - Vigilância Sanitária		
(74) 3.3.90.00.00.00.00.0.3.38.0016 – Aplicação Direta	R\$	12.400,00
0.3.38.0016 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União - Vigilância Sanitária	R\$	12.400,00
Total	R\$	12.400,00

Art. 5º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário	
-----------	---	--

Angelina, 27 de abril de 2021.

ROSELI ANDERLE
Prefeita Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - FMS

Publicação N° 3004100

PREGAO PRESENCIAL N° 002/2021 – O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 11/05/2021, às 09:00 horas. Objeto: O presente pregão tem como objeto o Registro de Preços para futura, eventual e parcelada contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de confecção de prótese dentária, para atender a demanda dos usuários do Sistema Único de Saúde do município de Anitápolis/SC. O Edital completo estará à disposição dos interessados, a partir do dia 28/04/2021, no email: licita@anitapolis.sc.gov.br; no site www.anitapolis.sc.gov.br; na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis, Fone: (48) 3256-0188. Anitápolis, 27/04/2021. Anderson Volpato – Secretário Municipal de Saúde.

Antônio Carlos**PREFEITURA****9ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2021**

Publicação Nº 3003712

9ª CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2021

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 08/2021, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 28/04/2021, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA	
Class.	Candidato
21º	RENATA PEREIRA MARAFIGO
22º	JOSIANE SOUSA PEREIRA
23º	VANDELI FATIMA DA SILVA MARTINS

Antônio Carlos, 27 de abril de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 052/2021

Publicação Nº 3003267

DECRETO Nº 52 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Abre crédito adicional extraordinário na Lei Orçamentária Anual para 2021.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 167, § 3º da Constituição Federal c/c artigo 41, inciso III e 44 da Lei (federal) 4.320/64.

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 30, de 04 de março de 2021 prorroga até 31 de dezembro de 2021 o decreto 44, de 03 de abril de 2020, o qual decretou estado de calamidade pública estabelecendo medidas de prevenção e combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO, que a Lei Orgânica do município em seu art.98 § 3º dispõe que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento Municipal, um Crédito Adicional Extraordinário no valor de R\$ 20.000,00, para fazer face ao conjunto de medidas necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do corona vírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do corona vírus, para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.0012.2.041

Dotação (83) 11.01.10.301.0012.2.041-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas. R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

Excesso de Arrecadação – PORTARIA GM/MS Nº 3874, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de abril de 2021.

__ _ GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 282/2021

Publicação N° 3003265

PORTARIA N° 282/2021
Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 10 dias a servidora MARIELI KOERICH, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO, referente ao período aquisitivo de 01/06/2018 a 31/05/2019, a partir de 18 de maio de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2021
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 28 de abril de 2021.

PORTARIA N 283/2021

Publicação N° 3003266

PORTARIA N° 283/2021
Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 10 dias ao servidor CARLOS HENRIQUE SOARES SELL, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, referente ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, a partir de 03 de maio de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2021
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 28 de abril de 2021.

PORTARIA N 284/2021

Publicação N° 3003469

PORTARIA N° 284/2021
Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 10 dias a servidora KALINA TRIVELATO DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de NUTRICIONISTA, referente ao período aquisitivo de 03/11/2019 a 02/11/2020, a partir de 17 de maio de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2021
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 28 de abril de 2021.

PORTARIA N 285/2021

Publicação N° 3003490

PORTARIA N° 285/2021
Concede licença prêmio.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 15 dias a servidora GRASIELA MARIA SIMÃO SILVINO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 a 31/03/2020, a partir de 03 de maio de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2021

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 28 de abril de 2021.

PORTARIA N 286/2021

Publicação N° 3003734

PORTARIA N° 286/2021
Concede férias.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 10 dias ao servidor ELENO WEBER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, referente ao período aquisitivo de 03/03/2020 a 02/03/2021, a partir de 28 de abril de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 27 de abril de 2021

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 28 de abril de 2021.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO 3797/2021

Publicação Nº 3004174

DECRETO Nº 3797/2021
De 22/04/2021

REVOGA OS DECRETOS 2731/2017 E 3789/2021 E INSTITUI A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 64 da Lei Orgânica, inciso VI e de acordo com a Lei Municipal nº 778/2015,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação tem por finalidade avaliar sua implantação e implementação, por meio de monitoramento contínuo e de avaliação periódicas das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação (PME), de acordo com a Lei Municipal 778/2015.

Art. 2º - Compete à Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

I – Monitorar, analisar e propor medidas aos gestores e comunidade em geral, a partir dos resultados obtidos em fontes de pesquisa oficiais e demais documentos fornecidos pela Equipe Técnica, com fins de melhorar a educação municipal;

II – Avaliar, monitorar e propor políticas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento de metas propostas no Plano Municipal de Educação;

III – Apresentar relatórios, pareceres e notas referentes aos estudos realizados;

IV – Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações, bem como do cumprimento das metas e estratégias do PME;

V- Analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em educação, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - A comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação será integrada por membros representantes dos seguintes órgãos:

a) Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: CLAUDIO EBERLE

Suplente: PRISCILA FRAINER

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Titular: JULIANA JAQUELINE ELIAS

Suplente: MARILÉIA REZINI MERINI

Parágrafo único: O Secretário Municipal de Educação, independente das representações, será membro nato da Comissão Coordenadora do Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º - Os representantes que trata o art. 3º foram indicados pelos órgãos e entidades a que pertencem, podendo ocorrer substituição, a pedido, ou quando os mesmos não mais representarem a entidade ou órgão ou nível/modalidade de ensino, respectivo.

Art. 5º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação estará administrativamente vinculada a Secretaria Municipal de Educação, para garantir o seu funcionamento e o registro de todo o processo.

Art. 6º - Os representantes que trata o artigo 3º deste Decreto, não serão remunerados, em hipótese alguma, por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art.7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os decretos nº 2731/2017 e 3789/2021.

Apiúna/SC, 22 de abril de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3798

Publicação Nº 3004233

DECRETO Nº 3798/2021
de 23/04/2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2020.

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado os vínculos de recursos 30.000 – Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$179.000,00 (Cento e setenta e nove mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.1061	Aquisição de Maquinas, Veículos, Equipamentos e Acessórios.	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	179.000,00
	TOTAL	179.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 23 de Abril de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0029/2021

Publicação Nº 3003054

CONTRATO Nº 0029/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2021, AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES E FILTROS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor, ALCIDIR FELCHILCHER, inscrito no CPF sob o nº 518.040.009-06, e portador da Carteira de Identidade nº 1.518.8051, Residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta- Santa Catarina doravante considerada CONTRATANTE e a empresa LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 22.259.826/0001-02, com inscrição estadual nº 257.623.108, com sede á Rua Prefeito César Augusto Filho 603, Bairro Dois Pinheiros em VIDEIRA- SC, neste ato representada pelo, Senhor ÉDSON JOHNNY SCUCIATO, brasileiro, sócio gerente, portador do CPF nº 054.723.909-23 e CI sob nº 4.260.417, residente e domiciliado Rua Prefeito César Augusto Filho 603, Bairro Dois Pinheiros em VIDEIRA- SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0038/2021, PREGÃO PRESENCIAL 0013/2021, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a

CLÁUSULA PRIMEIRA –

0.1. CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A Aquisição de óleos lubrificantes, aditivos e filtros em proveito do Município de Arroio Trinta e do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, visando a manutenção em caráter preventivo e periódico de máquinas, veículos e equipamentos pertencentes às suas frotas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, com fornecimento parcelado, ao longo do exercício de 2021, conforme descrição abaixo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	27552 - Filtro de combustível. Código original: 93316245 Aplicação: Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV.	Un	TECFIL	4	18,25958	73,04
1	2	31568 - Filtro de óleo. Código original: 24588463 Aplicação: Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV	Un	TECFIL	4	15,30574	61,22
1	3	30231 - 90528145 - Vedador de Borracha Código original: 90528145 Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV	Un	CHEVROLET	4	12,63994	50,56
1	4	33913 - Filtro de ar condicionado. Código original: 52102242 Aplicação: Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV	Un	TECFIL	4	28,80416	115,22
1	5	35932 - Filtro de ar do motor. Código original: 94757663 Aplicação: Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV.	Un	TECFIL	4	30,63972	122,56
1	6	29734 - Óleo API SN, ILSAC GF5 ou superior e viscosidade SAE 0W20. Aplicação: Chevrolet Onix 1.4 MT LT, Placa QJA 3066, Ano/Modelo 2018/2019, 106 CV	L	LUBRAX	16	29,83772	477,40
3	13	34620 - Anel Bujão Carter. Código original: 16508460 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	IVECO	5	15,93962	79,70
3	14	34621 - Filtro Lubrificante. Código original: 2995655 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	93,52774	467,64
3	15	34624 - El. Filtro Combustível. Código original: 500086009 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	172,77583	863,88
3	16	34625 - Filtro Anti-Pólen/Ar Condicionado. Código original: 500086267 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	48,30883	241,54
3	17	34633 - Elemento Filtro de ar. Código original: 5802525725 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	121,47707	607,39

3	18	34630 - Elemento Filtro combustível. Código original: 5801671974 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	180,86563	904,33
3	19	34631 - Filtro de Ar Seco Eletroválvula. Código original: 5801935268 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	Wega	1	62,67849	62,68
3	20	35937 - Filtro sedimentador. Código original: 5802311095 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	Un	TECFIL	5	63,33847	316,69
3	21	35938 - Óleo do motor sintético API SM 5W30. Código original: LB1209 Aplicação: Iveco Daily, TCA MIC, Ano/Modelo 2018/2019, Placa QJH-5756, 170CV, Diesel.	L	LUBRAX	40	46,02889	1.841,16
4	22	31072 - Filtro de Óleo. Código original: 152093920R Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	Un	Wega	3	43,25941	129,78
4	23	31074 - Filtro do ar do motor. Código original: 165465171R. Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	Un	Wega	3	69,17858	207,54
4	24	31073 - Filtro de ar condicionado. Código original: 8201676037 Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	Un	Wega	3	63,32069	189,96
4	25	31071 - Filtro de combustível. Código original: 164039587R Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	Un	TECFIL	3	67,11409	201,34
4	26	28336 - Anel de Vedação. Código original: 7703062062 Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	Un	Original Renault	3	2,58973	7,77
4	27	35940 - Óleo lubrificante 100% sintético 5W30. Código original: 8660089615 Aplicação: Renault Master Euro Amb, 2.3 16v 130cv, ano/modelo 2016/2017, placas QID-5188.	L	LUBRAX	27	39,39306	1.063,61
7	36	28550 - Filtro de óleo lubrificante. Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Código Original: 93370535 ou opcionalmente 24588462.	Un	TECFIL	3	19,92702	59,78
7	37	28551 - Filtro de ar do motor. Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Código Original: 96950990	Un	TECFIL	5	22,48787	112,44
7	38	28552 - Filtro de Combustível. Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Código Original: 93316245	Un	TECFIL	3	17,52136	52,56
7	39	28553 - Filtro de Cabine (ar condicionado). Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Código Original: 52102242	Un	TECFIL	4	20,46469	81,86
7	40	28554 - Anel retentor vedador de borracha 22 mm do Bujão do Carter de Óleo. Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Código Original: 90528145	Un	CHEVROLET	4	6,35226	25,41
7	41	28555 - Óleo lubrificante de base 100% sintética, viscosidade 5w30, para 10.000 km. Aplicação: GM/Chevrolet Spin LT 2016/2016 1,8 8V. Atende às especificações ILSAC GF-5 e API SN, além de ser APROVADO pela norma GM Dexos 1. Frasco de 1L. Produtos de referência: Óleo original da Montadora (Cod. 98550154), Mobil Super Sintético D1 5w30, Elaion F50 D1 5w30.	L	LUBRAX	10	26,79477	267,95
10	46	28362 - Filtro Carter Aplicação: Micro Ônibus Agrale MPolo/Volare V8L, 4x4 EQ, 2014/2015 Código Original ou Compatível: WOP 1001-Wega ou opcionalmente WO-612/ RL829 Parker/ W950/26 Mann .	Un	Wega	1	95,25635	95,26

10	47	28363 - Elemento combustível/separador de água Aplicação: Micro Ônibus Agrale MPolo/Volare V8L, 4x4 EQ, 2014/2015 Código Original ou Compatível: R 9010M /Racor.	Un	Parker	2	105,22983	210,46
10	48	28364 - Filtro Diesel Aplicação: Micro Ônibus Agrale MPolo/Volare V8L, 4x4 EQ, 2014/2015. Código Original ou Compatível: FCD 4000 / Wega.	Un	Wega	1	110,91663	110,92
10	49	28365 - Filtro de ar externo Aplicação: Micro Ônibus Agrale MPolo/Volare V8L, 4x4 EQ, 2014/2015 Código Original ou Compatível: C 20 500/Mann	Un	TECFIL	1	114,31145	114,31
10	50	28366 - Filtro ar interno Aplicação: Micro Ônibus Agrale MPolo/Volare V8L, 4x4 EQ, 2014/2015. Código Original ou Compatível: CF 500/1 - Mann	Un	TECFIL	1	98,58404	98,58
10	51	28370 - Óleo 15w40 diesel mineral CI4. Lubrificante multiviscoso de alto desempenho para motores a diesel de base mineral, com viscosidade no grau SAE 15w40, classificação API CI-4 e ACEA E7. Deve atender aos níveis de qualidade Caterpillar ECF-2 e possuir APROVAÇÃO pelas normas Mercedes-Benz 228.3 e Volvo VDS-3. SUGESTÕES de produtos: Mobil Delvac Power/MX 15w40, Ipiranga Brutus Alta Performance, Lubrax Top Turbo, e Texaco URSA® PREMIUM TDX SAE 15W-40. Aplicação Micro QHS 9733. Galão 20L.	GALÃO	LUBRAX	2	345,23593	690,47
11	52	28371 - Filtro Motor. Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014 Código original ou compatível: 51055017160 ou W 1160/MANN	Un	TECFIL	2	101,36329	202,73
11	53	28372 - Filtro Diesel (separador de água) Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014. Código: Parker/Racor R120LJ-10M-AQII	Un	Parker	2	120,1798	240,36
11	54	28373 - Filtro de diesel (interno) Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014. Código Mann: PU 1059 x	Un	Wega	2	122,45858	244,92
11	55	28374 - Filtro de ar interno Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014 Código original ou compatível: 25129620. ASR839 Tecfil.	Un	TECFIL	3	112,0575	336,17
11	56	28375 - Filtro de ar externo Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014 Código original ou compatível: AF 25997 ou Tecfil ARS9839	Un	TECFIL	4	112,08587	448,34
11	57	28376 - Óleo da caixa SAE 50 Lubrificante mineral monoviscoso para transmissões com viscosidade no grau SAE 50. Deve possuir índice de viscosidade (IV) igual ou superior a 97. Em litros ou galão de 20L, conforme conveniência do licitante. Sugestões de produtos: Lubrax TRM SAE 50, Texaco Ursa© LA-3.	L	LUBRAX	20	23,67665	473,53
11	58	28378 - Óleo motor 10w40 100 % sintético Lubrificante multiviscoso de alto desempenho para motores a diesel, de base sintética com viscosidade SAE 10w-40 e nível de desempenho ACEA E4 ou superior. APROVADO pelas normas MAN M 3277 e Mercedes – Benz 228.5 Produtos de referência Mobil Delvac Sintético 10w-40, Texaco Ursa© Premium TDX (E4) SAE 10w-40, Ipiranga Brutus Sintético 10w40 E4, entre outros. Em galões de 20 L. Aplicação: Ônibus VW 15.190 EOD E.HD ORE, 186 CV, ano 2014/2014.	GALÃO	LUBRAX	3	651,31589	1.953,95
13	59	28379 - Kit de serviço. Kit de serviço composto por 01 filtro de óleo lubrificante, 01 filtro de óleo diesel e 01 filtro separador de água Racor. Equivalente ao kit de serviço Original Volvo de Código: 85132546. As peças também poderão ser fornecidas separadamente. Aplicação: Ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	TECFIL	1	320,8695	320,87

13	60	28380 - Filtro de ar do motor Inclui o elemento primário e o elemento secundário. Código de referência original: 21436535. Códigos MANN: C 27 1320/1 (primário) e CF 1651 (secundário) Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	TECFIL	1	397,7913	397,79
13	61	28381 - Elemento filtrante (filtro secador válvula P.U) Código original Volvo: 21620181. Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	Wega	2	319,14574	638,29
13	62	28382 - Filtro entrada tanque de combustível Código original Volvo: 21743197 Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	Wega	1	214,07575	214,08
13	63	28383 - Filtro do tanque de Arla (kit completo) Codigo original Volvo: 21333097 Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	Wega	1	344,4542	344,45
13	64	28384 - Filtro do hidráulico Codigo original Volvo: 349619 Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	Un	TECFIL	1	18,22409	18,22
13	65	28385 - Óleo lubrificante do motor. Lubrificante mineral multiviscoso para motores a diesel, com classificação API CI-4, viscosidade SAE 15w40 e que possua APROVAÇÃO pela norma Volvo VDS-3. Em bombonas/galões de 20L. Produtos de referência: Ipiranga Brutus Alta Performance 15w40 CI-4, Texaco Ursa® TDX 15W40, Mobil Delvac MX 15W-40. Aplicação: ônibus rodoviário Mascarello Roma ON, chassi Volvo B270F, 2015/2015	GALÃO	LUBRAX	1	358,38382	358,38
13	66	35921 - Óleo para caixa automática e direção hidráulica. Com APROVAÇÃO pela norma ZF TE-ML 14A. Galão contendo 20L.	GALÃO	LUBRAX	1	577,90986	577,91
29	205	28542 - Óleo 15w40 diesel mineral CI4. Lubrificante multiviscoso de alto desempenho para motores a diesel de base mineral, com viscosidade no grau SAE 15w40, classificação API CI-4 e ACEA E7. Deve atender aos níveis de qualidade Caterpillar ECF-2 e possuir APROVAÇÃO pelas normas Mercedes-Benz 228.3 e Volvo VDS-3. SUGESTÕES de produtos: Mobil Delvac Power/MX 15w40, Ipiranga Brutus Alta Performance, Lubrax Top Turbo, e Texaco URSA® PREMIUM TDX SAE 15W-40. Galão 20L.	GALÃO	LUBRAX	30	380,00	11.400,00
30	206	28543 - LUBRIFICANTE ATF TIPO A SUFIXO A Óleo hidráulico tipo ATF de alta qualidade, de cor avermelhada, indicado para uso em transmissões automáticas e sistemas de direção hidráulica de veículos e caminhões, que atenda à classificação GM Tipo A Sufixo A. O produto deverá ainda ter APROVAÇÃO pela norma MB 236.2 (DBL 6623.10). Sugestões de produtos: Texaco Texamatic® ATF, Lubrax ATF TA, Mobil ATF 200, Ipiranga AT Fluído Tipo A. Embalado em galões de 20L ou frascos de 1L (neste caso o licitante deverá entregar proporcionalmente, ou seja, 20 frascos de 1L para cada galão de 20L)	GALÃO	LUBRAX	6	529,83333	3.179,00
31	207	28544 - Óleo para cambio e diferencial 85w140 Lubrificante mineral multiviscoso para transmissões automotivas, com viscosidade no grau SAE 85w140, e nível de desempenho API GL-5, que atenda a norma MIL-L-2105D e que possua APROVAÇÃO pela norma Mercedes-Benz AH00. 40-B-0001-01ABA. Sugestões de produtos: Lubrax TRM 5, Mobil Mobilube HD 85w-140, Texaco Multigear EP 85w-140, YPF Hipoidal 85W-140, Shell Spirax S2 A 85W-140, Ipiranga Ultragear MB 85W-140, entre outros. Deve ser fornecido em galões de 20 Litros.	GALÃO	LUBRAX	10	437,90	4.379,00

32	208	28545 - Lubrificante de base mineral no grau ISO VG 46, com IV (índice de viscosidade) acima de 90. HLP e Aditivação antidesgaste AW Lubrificante de base mineral desenvolvido para sistemas hidráulicos de equipamentos de terraplanagem e industriais, que operem em condições severas de pressão e temperatura. Deve atender aos requisitos na norma DIN 51.524 PARTE 2 – HLP. Atende ainda aos requisitos dos fabricantes de bombas hidráulicas Rexroth, Vickers e Cincinatti. Sugestões de produtos: Texaco Rando HD, Ambra Hi-Tech, Petronas Hydraulic Plus, Ipiranga Ipitur AW HLP, Lubrax Hydra XP, entre outros. Galões de 20L.	GALÃO	LUBRAX	15	323,00	4.845,00
33	209	28546 - Lubrificante de base mineral no grau ISO VG 68, com IV (índice de viscosidade) acima de 90. HLP e Aditivação antidesgaste AW Lubrificante de base mineral desenvolvido para sistemas hidráulicos de equipamentos de terraplanagem e industriais, que operem em condições severas de pressão e temperatura. Deve atender aos requisitos na norma DIN 51.524 PARTE 2 – HLP. Atende ainda aos requisitos dos fabricantes de bombas hidráulicas Rexroth, Vickers e Cincinatti. Sugestões de produtos: Texaco Rando HD, Ambra Hi-Tech, Petronas Hydraulic Plus, Ipiranga Ipitur AW HLP, Lubrax Hydra XP, entre outros. Galões de 20L.	GALÃO	LUBRAX	30	330,00	9.900,00
Total (R\$):							50.478,00

0.2. Os materiais deverão ser entregues, sem custos adicionais, no Almoxarifado Central do Município de Arroio Trinta, localizado à Rua do Comércio, Centro, Arroio Trinta, SC, de segunda à sexta feira, em horário de expediente.

0.3. Devido à grande quantidade de itens, o fornecedor deve comunicar o Município com antecedência sobre o momento de entrega, afim de que se possa providenciar o espaço físico necessário para o armazenamento dos itens no almoxarifado.

0.4. Após a entrega dos itens no Almoxarifado, a Licitante vencedora dos lotes de parte I deverá promover a instalação dos mesmos em seus respectivos veículos, quando comunicada, por escrito, pela autoridade competente, em até 48 horas após o recebimento da notificação.

1.3. O prazo de entrega dos materiais licitados será de 7 dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento por parte da empresa vencedora, em remessas parceladas, que poderão ocorrer no prazo máximo de até a data de 31/12/2021. Correm por conta da empresa contratada todas as despesas com a entrega.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0038/2021 - PR, Pregão Presencial nº 0013/2021 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2021, conforme segue:

128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 194 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por transferência bancária, em até 30 (trinta) dias após cada fornecimento de mercadoria, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não manter a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual o Sr. Angelo Araldi, Mecânico do Município, e-mail obras@arroiotrinta.sc.gov.br e telefone (49) 3535 0110 e o servidor designado como Responsável pelo Almoxarifado

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.

b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.

c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2021, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 26 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

LUBRE MAIS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE LUBRIFICANTES LTDA
22.259.826/0001-02
EDSON JOHNNY SCUCIATO
CPF nº 054.723.909-23
Contratada

Testemunhas:

CRISLAINE SCOPEL
CPF: 084.392.529-94

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0030/2021

Publicação Nº 3003549

CONTRATO Nº 0030/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2021, AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES E FILTROS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA MGS – COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor, ALCIDIR FELCHILCHER, inscrito no CPF sob o nº 518.040.009-06, e portador da Carteira de Identidade nº 1.518.8051, Residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta- Santa Catarina doravante considerada CONTRATANTE e a empresa, MGS – COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº 27.720.223/0001-80, com inscrição estadual nº 258326514, com sede na BR 470 Nº 7507, Sala 01, Canta Galo, Rio do Sul - SC, neste ato representada pelo, Senhor, MARCOS AURÉLIO EGER, brasileiro,

sócio gerente, portador do CPF nº 031.386.729-14 e CI sob nº 3741346, residente e domiciliado em Rio do Sul- SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0038/2021, PREGÃO PRESENCIAL 0013/2021, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO a Aquisição de óleos lubrificantes, aditivos e filtros em proveito do Município de Arroio Trinta e do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, visando a manutenção em caráter preventivo e periódico de máquinas, veículos e equipamentos pertencentes às suas frotas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, com fornecimento parcelado, ao longo do exercício de 2021, conforme descrição abaixo:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
14	76	28416 - Filtro de diesel (combustível) Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2422, 2008/2008. Código Racor: RC 376	Un	TURBO	1	41,08413	41,08
14	77	28417 - Filtro de diesel Sedimentador Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2422, 2008/2008. Código Racor: S-3015	Un	TURBO	1	50,21394	50,21
14	78	28418 - Filtro de óleo lubrificante (cárter) Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2422, 2008/2008. Código Parker: RL - 377	Un	TURBO	1	68,47356	68,47
14	79	28420 - Filtro de ar externo Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2422, 2008/2008 Código FRAM: FLI6120	Un	TURBO	1	109,55769	109,56
14	80	28421 - Filtro de ar interno Aplicação: Caminhão Caçamba Ford Cargo 2422, 2008/2008 Código FRAM FLI 6121	Un	TURBO	1	77,60337	77,60
14	81	35952 - Óleo de caixa Original Eaton SAE 40. De coloração verde, para aplicações médias e pesadas. Aplicação: Ford Cargo 2422 2008/2008. Código original EATON: 3001000R. Código original FORD: BG5X19589BA	L	LUBRAX	50	31,04135	1.552,07
15	82	28426 - Filtro de óleo lubrificante do motor. Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código Original: A9061800209. Código MANN: HU 945/2 x	Un	TURBO	1	26,84149	26,84
15	83	28427 - Filtro Combustível. 712C/914C. Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código Original: A0000901551. Código Mann: PU 1046 x	Un	TURBO	1	37,57809	37,58
15	84	28428 - Elemento filtro combustível (separador de água). Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código Original: A9584770015. Código Mann: WK 1060/4	Un	TURBO	1	65,18648	65,19
15	85	28430 - Filtro de ar primário. Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código original: 634 528 0306	Un	TURBO	1	92,02797	92,03
15	86	28431 - Filtro de ar Secundário. Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código original: A 634 528 0306	Un	TURBO	1	65,18648	65,19
15	87	28432 - Filtro de cabine (ar condicionado). Aplicação: Caminhão Mercedes-Benz Atron 2729 K Ano 2014. Código Original: A6938350047. Código WEGA AKX4014	Un	TURBO	1	42,17949	42,18
16	88	28436 - Filtro de óleo lubrificante. Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014. Código original: BG5X6731AA. Código Mann: W 950/26	Un	TURBO	1	62,42669	62,43
16	89	28437 - Filtro de combustível. Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014. Código original: BH1X9155AA. Código Mann: WK 954/2 x.	Un	TURBO	1	91,239	91,24
16	90	28438 - Filtro de combustível (separador de água). Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014. Código original: BH4X-9N074AA. Código Parker/Racor: S-23070.	Un	TURBO	1	62,42669	62,43
16	91	28442 - Filtro pólen. (ar condicionado) Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014. Código original: 5M3518D543AB. Código Tecfil: ACP200	Un	TURBO	1	24,01026	24,01
16	92	28444 - Óleo de caixa Original Eaton SAE 40 de coloração verde, para aplicações médias e pesadas. Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014. Código original EATON: 3001000R. Código original FORD: BG5X19589BA	L	LUBRAX	50	30,73314	1.536,66

16	93	28445 - Óleo para direção hidráulica ATF Dexron III. Fluido de coloração vermelha, que atenda simultaneamente às normas GM Dexron III H, Ford Mercon, Allison C-4 Que tenha cSt a 100 °C próxima (admite-se variação de+ - 1%) de 7,3. Sugestões de produto: MOBIL ATF D/M, Lubrax ATF TDX Aplicação: Ford Cargo 1319 2014/2014	L	Lubrax ATF TDX	4	47,06012	188,24
17	94	28480 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Trator Agrícola New Holland TL95 Exitus ano 2010 Código Mann: w 940/18	Un	TURBO	2	34,97483	69,95
17	95	28481 - Filtro de Combustível Aplicação: Trator Agrícola New Holland TL95 Exitus ano 2010 Código Mann: P 945 x	Un	TURBO	2	31,97699	63,95
17	96	28482 - Filtro de ar externo Aplicação: Trator Agrícola New Holland TL95 Exitus ano 2010 Código original: 87344135	Un	TURBO	3	74,94606	224,84
17	97	28483 - Filtro de ar interno Aplicação: Trator Agrícola New Holland TL95 Exitus ano 2010 Código original: 87344136	Un	TURBO	3	54,96045	164,88
17	98	28484 - Filtro de óleo hidráulico Aplicação: Trator Agrícola New Holland TL95 Exitus ano 2010 Código PSH 112 Tecfil	Un	TURBO	2	105,92377	211,85
17	99	28485 - Fluido de freio Lubrificante de base mineral com coloração verde, específico para sistemas hidráulicos de freios de tratores. Produzido de acordo com os padrões de qualidade da norma ISO 7308. Produtos de referência: Óleo Original NH 610 A; Tutela Brake LHM; Ambra Brake LHM.	L	Tutela Brake LHM	3	134,90291	404,71
17	100	28486 - Óleo lubrificante multifuncional, viscosidade SAE 10w30 e classificação API GL-4. Lubrificante mineral multiviscoso para múltiplas aplicações, de alto desempenho. Recomendado para uso em transmissões, sistemas hidráulicos e freios úmidos de equipamentos agrícolas. Possui elevada resistência à oxidação e ao cisalhamento. Deve atender às normas Caterpillar TO-2, Alisson C4, e normas CNH (Case-New Holland) MAT 3525 e 3505. Além disso, deverá possuir APROVAÇÃO pela norma ZF TE-ML 03E, ou 05F ou 21F ou ambas simultaneamente. Sugestões de produtos: Óleo original código NH410B, Lubrax Unitractor, Petronas ARBOR MTF 10W-30, entre outros.	GALÃO	Lubrax Unitractor	4	409,70514	1.638,82
18	101	25128 - Filtro ar Externo Aplicação: Carregadeira Michigan 75 III Modelo 4100D – 289 PRC Ano 1984 Código original ou compatível: 3522507 ou C 20 325	Un	TURBO	1	94,59227	94,59
18	102	28497 - Filtro de ar interno. Aplicação: Carregadeira Michigan 75 III Modelo 4100D – 289 PRC Ano 1984 Código original ou compatível: CF 1000/MANN	Un	TURBO	1	44,80687	44,81
18	103	25126 - Filtro Hidráulico Aplicação: Carregadeira Michigan 75 III Modelo 4100D – 289 PRC Ano 1984 Código original ou compatível: 215502 ou H 11 106/ MANN	Un	TURBO	1	92,60086	92,60
19	104	25143 - Filtro Lubrificante Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original ou compatível: RP487 ou H 947/1/MANN	Un	TURBO	1	34,92296	34,92
19	105	28498 - Filtro Combustível primário. Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original ou compatível: RI392/Parker ou BFU 707/Mann ou FC161/Tecfil. Kit com 02 unidades.	KIT	TURBO	1	24,94497	24,94
19	106	28499 - Filtro de combustível separador de água, (para copo) Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código RACOR: R26A50 ou PSD 530 TECFIL	Un	TURBO	2	31,92957	63,86
19	107	25146 - Filtro Ar Externo Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original ou compatível: C 20 325/2 MANN ou AP9834 TECFIL.	Un	TURBO	1	109,75789	109,76
19	108	28500 - Filtro de ar interno Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original ou compatível: CF 1000/MANN ou 3338478	Un	TURBO	1	44,90095	44,90

19	109	25148 - Filtro Transmissão Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original ou compatível: Clark 247052 ou BT8833/Baldwin	Un	TURBO	2	421,07117	842,14
19	110	25144 - Filtro Hidráulico Aplicação: Pá carregadeira Michigan Clark articulada ano 1995. Código Original: 2526831 Código Fleetguard: HF6479	Un	TURBO	2	119,73588	239,47
20	111	28520 - Elemento do Filtro de Óleo. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: MMH80890 / MMH80900/GI	Un	TURBO	2	279,79104	559,58
20	112	28521 - Elemento pré filtro de combustível. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: MMH80580 / MMH80590/GI	Un	TURBO	1	263,80299	263,80
20	113	28522 - Elemento do filtro de combustível Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KHH11890 / KHH10490/GI	Un	TURBO	2	227,82985	455,66
20	114	28523 - Filtro Diesel Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: MMH80930 / MMH80930/GI	Un	TURBO	2	165,87612	331,75
20	115	28524 - Reparo da Bomba de Combustível Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KHH11900 / KHH11900/GI	Un	TURBO	1	137,89701	137,90
20	116	28525 - Elemento do Filtro de Ar externo. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original:KLH10550 / MMH80100/GI	Un	TURBO	2	262,80373	525,61
20	117	28526 - Elemento do Filtro de Ar interno. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KLH10560 / MMH80090/GI	Un	TURBO	2	324,75746	649,51
20	118	28527 - Elemento filtrante do sistema hidráulico Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KNJ14680 / KNJ14680/GI	Un	TURBO	1	489,63433	489,63
20	119	28528 - Filtro hidráulico servo piloto Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KHJ17730 / MMJ80090/GI	Un	TURBO	2	324,75746	649,51
20	120	28529 - Elemento filtrante Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KHJ22152 / KHJ22152/GI.	Un	TURBO	2	144,89179	289,78
20	121	28530 - Corrente de transmissão de borracha Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KLH10610 ; KHR13570; MMH81000/GI	Un	TURBO	1	259,80597	259,81
20	122	28531 - Corrente de transmissão de borracha Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KHR13570; MMH 81000	Un	TURBO	1	479,64179	479,64
20	123	28532 - Filtro de cabine A/C. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: PKHR13340 / MMR80030/GI	Un	TURBO	2	224,83209	449,66
20	124	28533 - Filtro de cabine A/C int. Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original:PKHR13330 / MMR80050/GI	Un	TURBO	2	214,83955	429,68
20	125	33310 - Filtro do Tanque Hidráulico Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: KNJ10660; MMJ 80040	Un	TURBO	2	239,8209	479,64
20	126	33311 - Anel Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: LBQ1653	Un	RENATCH	2	61,95373	123,91
20	127	33312 - Anel Aplicação: Escavadeira hidráulica Link Belt 160X2 ano 2016. Código original: LBQ1302	Un	RENATCH	2	59,95522	119,91
21	128	28538 - Filtro de óleo lubrificante Aplicação: Britador Móvel CCM 5030; Código Tecfil: PSL 962	Un	TURBO	2	31,9096	63,82
21	129	28539 - Filtro de combustível Aplicação: Britador móvel CCM 5030. Código Mann: BFU 707. Para bomba injetora Bosch ½ litro	Un	TURBO	1	21,93785	21,94
21	130	28540 - Filtro de ar externo Aplicação: Britador móvel CCM 5030. Código Mann: C 20 325/2	Un	TURBO	2	88,74859	177,50
21	131	28541 - Filtro de ar interno Aplicação: Britador móvel CCM 5030. Código MANN: CF 1000	Un	TURBO	2	44,87288	89,75

22	132	33389 - Filtro de óleo lubrificante do motor. Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 84228488	Un	TURBO	1	161,54905	161,55
22	133	33390 - Filtro de combustível. Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 84412164	Un	TURBO	1	94,15435	94,15
22	134	33391 - Filtro de combustível separador Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 8434882	Un	TURBO	1	208,13068	208,13
22	135	33394 - Filtro de ar interno (secundário). Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código Original: 84286397	Un	TURBO	1	123,88731	123,89
22	136	33395 - Filtro de ar externo. Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 84286399	Un	TURBO	1	178,39772	178,40
22	137	33396 - Filtro do evaporador da cabine. Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 84347979	Un	TURBO	1	203,17519	203,18
22	138	33397 - Filtro do evaporador da cabine. Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014. Código original: 84350712	Un	TURBO	1	194,2553	194,26
22	139	33398 - Correia de transmissão Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014	Un	Continental	2	189,29981	378,60
22	140	33399 - Correia dentada compressor do ar condicionado Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014	Un	Continental	2	133,79829	267,60
22	141	33401 - Óleo do sistema hidráulico Lubrificante recomendado para sistemas hidrostáticos e hidráulicos de alta pressão, com viscosidade no grau ISO VG 68 e características antidesgaste AW. Atende às especificações DIN 51524 Parte 3 HVLP 68; MS 1216; Denison HF-0 e Cincinnati Milacron P-69. Em galões de 20L Produto de referência: AKCELA AW Hydraulic Fluid 68 Aplicação: Motoniveladora Case 845B 2013/2014	GALÃO	LUBRAX	10	376,61742	3.766,17
22	142	33402 - Lubrificante para o diferencial traseiro central Lubrificante com viscosidade no grau SAE 80w-90 e nível de desempenho Api GL-5, dotado de características de extrema pressão (EP) e escorregamento limitado (limited slip), especificamente desenvolvido para aplicação em eixos de máquinas de terraplanagem equipadas com freios em banho de óleo e diferenciais de escorregamento limitado. Atende às exigências estabelecidas por MIL-L-2105 D; GTG LLP-007 E ZF TE-ML 21C Em galões de 20 litros Produto de referência: Akcela Axlepower Aplicação: Mononiveladora Case 845B	GALÃO	LUBRAX	2	758,19033	1.516,38
22	143	33403 - Lubrificante para os tandem traseiros e freios Lubrificante específico para transmissões e eixos de máquinas de terraplanagem, com viscosidade no grau SAE 20w-40 e nível de desempenho API GL-4. Atende às especificações MS 1317; ZF TE-ML 05F; ZF TE-ML 06K e ZF TE-ML 21F Em galões de 20L Produto de referência: Akcela Transaxle Fluid Aplicação: Motoniveladora Case 845B	GALÃO	AKCELA TRANSAXLE FLU	7	515,3712	3.607,60
22	144	33404 - Lubrificante para o redutor do gira-circulo Lubrificante multiviscoso no grau SAE 80w-90, nível de desempenho API GL-5 e características de extrema pressão (EP) dotado de excelentes propriedades anti-espuma e antiemulsionantes para assegurar a máxima continuidade de lubrificação e melhor dispersão de calor. Atende às especificações MS 1316; ZF TE-ML 05A; ZF TE-ML 07a; ZF TE-ML 21a; MIL-L-2105 D Produto de referência: Akcela Gear 135H EP 80W-90 Em galões de 4 litros. Aplicação: Motoniveladora CASE 845B	GALÃO	Lubrax GL5	1	100,10095	100,10
23	145	25137 - Filtro de Ar Externo Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original ou Compatível: 580/12020	Un	TURBO	1	209,74317	209,74
23	146	25138 - Filtro de Ar Interno Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original ou Compatível: 580/12021	Un	TURBO	1	119,85324	119,85
23	147	25139 - Filtro Lubrificante do motor Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original ou Compatível: 320/04133A	Un	TURBO	1	124,84713	124,85

23	148	25141 - Filtro Combustível Linha. Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original: 320/07138.	Un	TURBO	1	355,56461	355,56
23	149	25142 - Elemento Filtrante de Combustível Lubricity Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original: 32/926107	Un	TURBO	1	749,08276	749,08
23	150	28890 - Elemento Filtrante Sedimentador. Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código Original: 32/925915	Un	TURBO	2	263,67713	527,35
23	151	33314 - Correia do Ventilador Aplicação: Rolo Compactador JCB VM 115 Código: 320/08609	Un	Continental	1	363,55483	363,55
24	152	25129 - Filtro de Ar Secundário Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original ou Compatível: 227-7449/MANN	Un	TURBO	3	94,94157	284,82
24	153	25130 - Filtro de Ar Primário Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original ou Compatível: 2277448; 293-4053	Un	TURBO	3	179,8893	539,67
24	154	25131 - Filtro Lubrificante Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original Cat 7W2326 ou P554407 DONALDSON	Un	TURBO	2	119,9262	239,85
24	155	25132 - Filtro Sedimentador Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original ou Compatível: 1561200	Un	TURBO	3	94,94157	284,82
24	156	25133 - Filtro Separador Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original ou Compatível: 2289130; 3619554	Un	TURBO	3	119,9262	359,78
24	157	25136 - Filtro Transmissão Aplicação: Retroescavadeira Caterpillar 416 E, ano /13. Código Original ou Compatível: 119-4740; 4717003	Un	TURBO	1	96,94034	96,94
24	158	33307 - Lubrificante para transmissão e trem de força SAE 30 Lubrificante de base mineral no grau SAE-30, que atenda simultaneamente aos requisitos das normas Caterpillar TO4, TO-4M e Alisson C4. Índice de viscosidade (ATSM D 445) igual ou superior a 95. Produtos de referência: Fluido OEM Caterpillar, CAT TDTO Cod. 7x-7855; Mobiltrans HD SAE 30; Petronas Tutela TRC 30. Embalado em baldes e/ou galões de 20L	GALÃO	Tutela TRC	3	654,59717	1.963,79
24	159	33308 - Óleo hidráulico SAE 10W Fluido hidráulico de alto desempenho, que permite longos intervalos de drenagem e menores custos de operação. Índice de Viscosidade ATSM D2270 superior a 105. Produtos de referência: Fluido OEM Caterpillar Hydo Advanced 10, Cod: 309-6942; Mobil Hydraulic 10W Deve ser embalado em baldes e/ou galões de 20L.	GALÃO	Lubrax Grans HR	3	649,60025	1.948,80
24	160	33309 - Aditivo para óleo de freio e eixos. Fluido original Caterpillar, recomendado pelo fabricante do equipamento para reduzir o ruído e vibrações oriundas do sistema de freios, bem como o desgaste. Em balagem de 1 litro. Código Original: 197-0017.	Un	Lubrax Unitractor	1	781,51907	781,52
25	161	28509 - Filtro de óleo do motor. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 4897898; 84228488	Un	TURBO	2	119,94079	239,88
25	162	28510 - Filtro de combustível Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 84412164	Un	TURBO	2	119,94079	239,88
25	163	28511 - Filtro de combustível (separador água) Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 87435525; 84565926	Un	TURBO	2	124,93832	249,88
25	164	28514 - Filtro de cabine. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 87691825; 60-4452T2	Un	TURBO	2	329,83717	659,67
25	165	28515 - Filtro de cabine. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 87397414	Un	TURBO	2	319,84211	639,68
25	166	28516 - Filtro de ar primário. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 86993191; 48028822NXP	Un	TURBO	2	239,88158	479,76

25	167	28517 - Filtro de ar secundário. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 86993192; 48028831NXP	Un	TURBO	2	94,95313	189,91
25	168	28519 - Filtro ar circulação motor. (respiro do motor) Aplicação: Trator de Esteiras Case 1150L. Código original: 2992447 Caixa c/ 2 unidades e anel de vedação	Un	TURBO	2	494,75576	989,51
25	169	28119 - Correia De Borracha. Código original: 87561763 Aplicação: Trator Case Modelo 1150L	Un	Continental	2	449,77797	899,56
25	170	33318 - Lubrificante para sistema hidráulico e transmissão e sistema de inclinação da cabine SAE 10W-30 Lubrificante utilizado em motores a gasolina e sistemas hidráulicos, com viscosidade no grau SAE 10w30 e nível de desempenho API SN. Atende aos padrões de desempenho estabelecidos por ILSAC GF-5 e MAT 3560 Galão de 20 litros. Produto de referência: Akcela Auto Supreme 10w30. Aplicação: Trator de Esteiras Case 1150L ano 2016.	GALÃO	Lubrax Unitractor	6	549,72862	3.298,37
25	171	33319 - Lubrificante para os roletes e roda tensora. SAE 80w-90 Lubrificante mineral multiviscoso para transmissões automotivas, com viscosidade no grau SAE 80w90, nível de desempenho API GL-5 e aditivação de extrema pressão. Homologado pelas normas MAT 3511 e MIL-L-2105D. Produto de Referência: Petronas Akcela Gear 135 H EP SAE 80w90 Aplicação: Trator Case 1150 L Galão de 20 litros.	GALÃO	Lubrax GL5	1	749,62994	749,63
25	172	28513 - Elemento. Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 435141 A 1	Un	TURBO	4	379,8125	1.519,25
25	173	28518 - Filtro de proteção Aplicação: Trator de esteiras Case 1150L 2016/2016. Código original: 87551016	Un	TURBO	4	479,76316	1.919,05
25	174	35953 - Correia Alternador. S-87561763, V-Belt 3.56 mm, Wx 1778.00 mml. Aplicação: Trator Case Modelo 1150L	Un	Continental	2	529,73849	1.059,48
25	175	35954 - Correia ar condicionado. 21.87451034 V-Belt 12.70 mm, Wx 1012.80 mml. Aplicação: Trator Case Modelo 1150L	Un	Continental	3	348,8278	1.046,48
26	176	25112 - Filtro de Combustível Aplicação: Mini Carregadeira New Holland modelo L 218 57HP, ano 2011/ 2012 Código original: 84299977	Un	TURBO	1	94,90155	94,90
26	177	25113 - Filtro de Ar Externo Aplicação: Mini Carregadeira New Holland modelo L 218 57HP, ano 2011/ 2012 Código original: 86982522	Un	TURBO	2	161,83212	323,66
26	178	25114 - Filtro de Ar Interno Aplicação: Mini Carregadeira New Holland modelo L 218 57HP, ano 2011/ 2012 Código original: 86982523	Un	TURBO	2	147,84663	295,69
26	179	25115 - Filtro de Lubrificante Aplicação: Mini Carregadeira New Holland modelo L 218 57HP, ano 2011/ 2012 Código original: 87415600 ou 84475542	Un	TURBO	1	44,95337	44,95
26	180	33317 - Correia de Transmissão de Borracha Aplicação: Mini Carregadeira New Holland modelo L 218 57HP, ano 2011/ 2012 Código original: 47396937	Un	Continental	1	204,78756	204,79
27	181	34409 - Filtro combustível 11LG-70010. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	2	131,35769	262,72
27	182	34410 - Filtro ar condicionado 11Q6-90510. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	2	44,78103	89,56
27	183	34412 - Filtro lubrificante 11N8-70110. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	2	144,29443	288,59
27	184	34413 - Filtro separador de água 11QA-71040.BR OU R90-10M PARKER/RACOR. Com encaixe para copo. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	1	74,63505	74,64
27	185	34414 - Pré filtro 11NA-72011 OU R90-10M PARKER/RACOR. Com encaixe para copo. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	1	129,36742	129,37
27	186	34415 - Filtro de ar externo 11Q6-28030. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	2	278,63752	557,28
27	187	34416 - Filtro Retorno hid. 31RF-10100. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	2	313,46721	626,93

27	188	34418 - Filtro respiro tanque 31EE-02110-A. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	3	48,76157	146,28
27	189	34419 - Filtro de ar interno 11Q6-28020. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	3	179,12412	537,37
27	190	34420 - Correia ar condicionado 11N6-90250. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	TURBO	1	78,61558	78,62
27	191	34421 - Correia motor 3289930 Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	Continental	1	985,18265	985,18
27	192	34422 - Dentes 52718. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	Metisa	10	291,57426	2.915,74
27	193	34423 - Trava da unha 55518. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	Metisa	10	29,20718	292,07
27	194	34424 - Pino trava da unha 55029. Aplicação: Escavadeira hidráulica Hyundai R160LC-9SB.	Un	Metisa	10	27,56521	275,65
28	195	34432 - Elemento interno. filtro de ar - RK 219001058/G-Trib. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	2	78,1147	156,23
28	196	34433 - Filtro externo do ar RK-219001057/G-Trib. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	2	74,15953	148,32
28	197	34435 - Elemento sedimentador combustível RK-218002539/G-Trib. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	1	99,86816	99,87
28	198	34436 - Filtro óleo lubrificante RK-100000055580/GI. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	2	88,00264	176,01
28	199	34437 - ELEMENTO COMBUSTÍVEL MAR-1 Código Randon: RK-1000000173073/G-Mono. Código MWM: 9.0541.15.1.0023 Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	1	75,14832	75,15
28	200	34438 - Filtro ar condicionado RK-218004412/G. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	TURBO	4	84,04746	336,19
28	201	34440 - Arruela vedação filtro motor RK-219001497/G-Trib. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	RENOTECH	2	16,3151	32,63
28	202	34443 - Correia RK-219001747/G-Trib. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	Continental	1	199,73632	199,74
28	203	34446 - Polia RK-219001256/G-M. Aplicação: Retroescavadeira Randon RD406A.	Un	RENOTECH	1	381,67436	381,67
28	204	34453 - Lubrificante da transmissão e eixos RK-10000016388. Lubrificante multifuncional no grau SAE 10W-30, com nível de desempenho API GL-4 e que atenda aos padrões de qualidade exigidos pela norma técnica Allison C-4. De acordo com as exigências do fabricante no manual de operações do equipamento, somente serão aceitos os seguintes produtos: • Texaco-Chevron: TDH Oil Special; ou • Castrol: Agri Transplus; ou • Exxon-Mobil: Mobilfluid 424 O fornecedor que optar em cotar outras marcas que não sejam as recomendadas pelo fabricante terá sua proposta desclassificada neste lote, em momento anterior a fase de lances. Em galões de 20 Litros.	GALÃO	Exxon Mobil	3	464,73303	1.394,20
34	210	28887 - ÓLEO LUBRIFICANTE NEUTRO (DESENGRIPANTE). Possui penetração desengripante, anticorrosiva em contatos elétricos, podendo ser utilizado na limpeza de todos os tipos de veículos sem agredir borrachas e a pintura, eliminador de água, a base de mistura de minerais e derivados de petróleo, com as características de não ressecar borrachas, não atacar a pintura, não agredir à madeira, plásticos ou tecidos. Recomendado pela Yamaha para limpeza do sistema de alimentação em motores com intervalos prolongados de desuso. Quando submetidas à testes de proteção anticorrosiva, chapas tratadas com o produto, submetidas a jato de salmoura, (FED STD 151) não devem apresentar corrosão, no mínimo, pelas primeiras 50 horas. Não conduz eletricidade até 12.000 V. Sugestão de produto: WD 40. Unidade de fornecimento: Deve ser fornecido em latas de 300 ml, embaladas em caixas com 12 latas. Cada lata deve vir acompanhada de um pequeno cano direcionador para aplicação do produto em locais difícil acesso, e o Spray deve ser capaz de operar mesmo quando colocada a lata de cabeça para baixo.	Lata	AXIS	24	39,61479	950,75
34	211	35955 - Óleo Fluído de Freio DOT4, 500 ml.	Un	AXIS	24	27,54171	661,00
34	212	35956 - Óleo fluído de freio DOT3, 500 ml.	Un	AXIS	24	24,05184	577,24

35	213	29616 - ÓLEO 2T 500ML. Lubrificante de elevado poder detergente para motores dois tempos, boa miscibilidade em gasolina, aditivação anticorrosiva, ação antidesgaste, protege contra pré ignição, uso em baixas proporções de mistura. Assegura limpeza interna do motor, evitando o acúmulo de resíduos de carbono e a formação de vernizes e lacas, classificação JASOFB. ANP 9690. Deve atender a norma ABNT NBR 14725-2. Marca de referência: Castrol	Un	AXIS	30	31,96667	959,00
36	214	33410 - Óleo lubrificante do motor 10W30. Lubrificante multiviscoso no grau SAE 10W-30, utilizado em motocicletas e motores estacionários da marca Honda, de base semissintética, nível de desempenho API SL e classificação JASO MA. Frascos de 1l	L	AXIS	1	26,77311	26,77
36	215	33411 - Óleo da Bomba. Óleo hidráulico com viscosidade no grau ISO VG 46, que atenda à norma DIN 51524 parte 1. Frascos de 500 ml	Un	AXIS	4	22,80672	91,23
Total (R\$):							64.031,95

0.2. Os materiais deverão ser entregues, sem custos adicionais, no Almoxarifado Central do Município de Arroio Trinta, localizado à Rua do Comércio, Centro, Arroio Trinta, SC, de segunda à sexta feira, em horário de expediente.

0.3. Devido à grande quantidade de itens, o fornecedor deve comunicar o Município com antecedência sobre o momento de entrega, afim de que se possa providenciar o espaço físico necessário para o armazenamento dos itens no almoxarifado.

0.4. Após a entrega dos itens no Almoxarifado, a Licitante vencedora dos lotes de parte I deverá promover a instalação dos mesmos em seus respectivos veículos, quando comunicada, por escrito, pela autoridade competente, em até 48 horas após o recebimento da notificação.

1.3. O prazo de entrega dos materiais licitados será de 7 dias úteis, contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento por parte da empresa vencedora, em remessas parceladas, que poderão ocorrer no prazo máximo de até a data de 31/12/2021. Correm por conta da empresa contratada todas as despesas com a entrega.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0038/2021 - PR, Pregão Presencial nº 0013/2021 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2021, conforme segue:

128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 194 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por transferência bancária, em até 30 (trinta) dias após cada fornecimento de mercadoria, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não manter a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual o Sr. Angelo Araldi, Mecânico do Município, e-mail obras@arroioitinta.sc.gov.br e telefone (49) 3535 0110 e o servidor designado como Responsável pelo Almoxarifado

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.

b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.

c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2021, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 26 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Contratante

MGS – COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

CNPJ Nº 27.720.223/0001-80

MARCOS AURÉLIO EGER

CPF nº 031.386.729-14

Contratada

Testemunhas:

CRISLAINE SCOPEL

CPF: 084.392.529-94

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº: 0030/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 0038/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 0013/2021

FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTES E FILTROS

CONTRATADA: MGS – COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA.

VALOR: R\$64.031,95

CONVOCAÇÃO 013 - PROCESSO SELETIVO 003/2021

Publicação Nº 3003732

Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2021

Convocação 013

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município e Processo Seletivo Simplificado, regulamentado pelo Edital nº 003/2021, e por excepcional interesse público, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. TATIANA CORRÊA WENCESLAU, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2021, para o cargo de NUTRICIONISTA (EDUCAÇÃO – 30H).

A convocada deve comparecer na Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, no Setor de Recursos Humanos, situado na Rua XV de Novembro, nº 26, até as 17h do dia 14 de maio de 2021, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Arroio Trinta – SC, 26 de abril de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2127

Publicação Nº 3004546

DECRETO Nº 2127, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1957 de 16/12/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 114.525,03 (cento e quatorze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e três centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA
2.3000.3001.10.301.9.2.19.1 MANUTENÇÃO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA
31900000-0138 Aplicações Diretas R\$ 114.525,03
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 114.525,03

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 114.525,03 (cento e quatorze mil, quinhentos e vinte e cinco reais e três centavos), por conta do excesso de arrecadação relativo a fonte de recursos 0138.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 27 de abril de 2021.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 27 de abril de 2021.

Valcir Afonso Serighelli
Supervisor de Finanças

Ascurra

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N. 1615 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003069



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

LEI ORDINÁRIA N. 1615 DE 27 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS-FUNDEB, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

ARÃO JOSINO DA SILVA, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Ascurra- CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei n. 1.079, de 21 de fevereiro de 2008, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao respectivo Tribunal de Contas.

Art. 6º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME;

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 2º Para cada membro titular, deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 3º Para fins da representação referida no inciso III do § 1º do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Ascurra;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 4º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Acurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS - FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14. As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 1.079 de 21 de fevereiro de 2008.

Município de Ascurra/SC, 27 de abril de 2021.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Prefeito de Ascurra/SC

Aurora

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 015/2021

Publicação N° 3003579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 001 de 2 de janeiro de 2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que foi assinado nesta data a Ata de Registro de Preços n° 015/2021 que visa a AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA PACIENTES ACAMADOS DO MUNICÍPIO DE AURORA –SC vinculado ao Pregão Eletrônico N°.001/2021 - FMS, Processo licitatório n° 001/2021. A empresa contratada: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ 83.157.032/0001-22 com o valor total de R\$ 58.409,40.

Aurora, 27 de abril de 2021.

Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 1.665 DE 10 DE MARÇO DE 2021**

Publicação Nº 3004494

LEI Nº1.665 DE 10 DE MARÇO DE 2021**Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais e fixa a remuneração dos agentes comunitários de saúde e dá outras providências**

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido a partir de março do corrente ano ajuste no percentual de 4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis pontos percentuais) sobre a remuneração de todos os servidores públicos municipais, ativos e inativos, e ainda sobre os subsídios dos agentes políticos municipais: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores com objetivo de efetuar a revisão geral dos vencimentos conforme prevê a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais em seu art. 39, § 2º.

§ 1º Como índice aplicado à revisão geral anual a que se refere o *caput* deste artigo, utilizou-se o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE), relativo a recomposição da perda de poder aquisitivo ocorrida no período entre fevereiro de 2020 e janeiro de 2021.

Art. 2º Estabelece em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais) o piso remuneratório dos Agentes Comunitários de Saúde do Município nos termos da Lei Federal nº 13.708, de 14 de agosto de 2018, e da Portaria GM/MS nº 3.317/2020.

Art. 3º As despesas decorrentes de execução da presente Lei, correrão a conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de março de 2021.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 10 de março de 2021

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI N° 1.666 DE 26 DE MARÇO DE 2021

Publicação N° 3004517

LEI N° 1.666 DE 26 DE MARÇO DE 2021**Autoriza Doação de bem móvel para a associação de agricultores do Chapadão Nova Itália - ACNI**

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar à Associação de Agricultores do Chapadão Nova Itália - ACNI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Estrada Geral de Chapadão Nova Itália, Interior, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 04.688.542/001-50, fundada em 19/03/2001, declara de utilidade pública municipal através da Lei 1.221/2006 o seguinte equipamento:

I – uma grade niveladora com controle remoto com no mínimo 28 discos de 22”, mancal a óleo, espaçamento mínimo de 200 mm entre discos, com total acionamento em pistão hidráulico e com 2 pneus novos – novo - nota fiscal nº 000.002.952 – série 001;

II – um subsolador aleirador (papa terra) com disco de no mínimo 1,60 metros – novo – Nota Fiscal 000.009.731 – Série 2.

§ 1º O bem móvel de que trata o inciso I e II do Caput, encontra-se registrado no Patrimônio do Município.

§ 2º A transferência definitiva dos bens móveis, será formalizada através de um “Termo de Doação”, constante do “Anexo único”, que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 3º Haverá reversão da presente doação ao patrimônio do Município, caso seja dada destinação diversa ao bem móvel ou se o donatário não cumprir com a finalidade prevista no prazo de 2 (dois) anos, a partir da lavratura do termo.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, e do respectivo Termo de Doação para a Associação, a mesma fluirá plenamente do uso do bem móvel, e responderá por todos os

encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o bem doado.

Art. 3º Os bens móveis doados não poderão ser vendidos, locados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, e, em caso de cessarem as razões que justificaram a doação, os mesmos serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º Os bens objeto desta doação serão utilizados, exclusivamente, pelo beneficiário para atender os projetos e objetivos, previstos no Estatuto da Associação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a dar baixa no Cadastro de Bens Móveis e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, tão logo for assinado o Termo de Doação entre o Doador e o Donatário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 26 de março de 2021

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.667 DE 26/03/2021

Publicação Nº 3004541

LEI Nº 1.667 DE 26 DE MARÇO DE 2021**Autoriza Doação de bem móvel para a associação de agricultores de Nova Itália - AGRINI**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar à Associação de Agricultores de Nova Itália - AGRINI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Estrada Geral de Nova Itália, Interior, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 05.098.027/0001-82, fundada em 22/04/2002, declara de utilidade pública municipal através da Lei 1.265/2007 o seguinte equipamento:

I - uma grade niveladora com controle remoto com no mínimo 28 discos de 22", mancal a óleo, espaçamento mínimo de 200 mm entre discos, com total acionamento em pistão hidráulico e com 2 pneus novos - novo - Nota Fiscal 000.002.952 - Série 001.

II - Carreta agrícola metálica, hidráulica com capacidade de no mínimo 5.000 kg - novo - Nota Fiscal 000.001.283 - Série 1.

III -Subsolador Aleirador (papa Terra) com disco de no mínimo 1,60 metros - Novo - Nota Fiscal 000.009.731 - Série 2.

§ 1º O bem móvel de que trata o inciso I, II e III do Caput, encontra-se registrado no Patrimônio do Município.

§ 2º A transferência definitiva dos bens móveis, será formalizada através de um "Termo de Doação", constante do "Anexo único", que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 3º Haverá reversão da presente doação ao patrimônio do Município, caso seja dada destinação diversa ao bem móvel ou se o donatário não cumprir com a finalidade prevista no prazo de 2 (dois) anos, a partir da lavratura do termo.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, e do respectivo Termo de Doação para a Associação, a mesma fluirá plenamente do uso do bem móvel, e responderá por todos os

encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o bem doado.

Art. 3º Os bens móveis doados não poderão ser vendidos, locados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, e, em caso de cessarem as razões que justificaram a doação, os mesmos serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º Os bens objeto desta doação serão utilizados, exclusivamente, pelo beneficiário para atender os projetos e objetivos, previstos no Estatuto da Associação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a dar baixa no Cadastro de Bens Móveis e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, tão logo for assinado o Termo de Doação entre o Doador e o Donatário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 26 de março de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.668 DE 26/03/2021

Publicação Nº 3004547

LEI Nº 1.662 DE 26 DE MARÇO DE 2021**Autoriza Doação de bem móvel para a Associação de Agricultores de Alto Ribeirão Paca e Ribeirão Paca - ARPA**

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar à Associação de Agricultores de Alto Ribeirão Paca e Ribeirão Paca - ARPA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Estrada Geral de Ribeirão Pacas, Interior, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 07.869.321/0001-76, fundada em 01/07/2001, declara de utilidade pública municipal através da Lei 1.476/2013 o seguinte equipamento:

I - uma grade niveladora 28 discos de 22" espaçamento 200mm com controle remoto, nota fiscal nº 030.041.178 - série 890;

II - uma carreta agrícola metálica, hidráulica com capacidade de no mínimo 5.000 kg - novo - Nota Fiscal 000.001.283 - Série 1.

§ 1º O bem móvel de que trata o inciso I e II do Caput, encontra-se registrado no Patrimônio do Município.

§ 2º A transferência definitiva dos bens móveis, será formalizada através de um "Termo de Doação", constante do "Anexo único", que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 3º Haverá reversão da presente doação ao patrimônio do Município, caso seja dada destinação diversa ao bem móvel ou se o donatário não cumprir com a finalidade prevista no prazo de 2 (dois) anos, a partir da lavratura do termo.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, e do respectivo Termo de Doação para a Associação, a mesma fluirá plenamente do uso do bem móvel, e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o bem doado.

Art. 3º Os bens móveis doados não poderão ser vendidos, locados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, e, em caso de cessarem as razões que justificaram a doação, os mesmos serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º Os bens objeto desta doação serão utilizados, exclusivamente, pelo beneficiário para atender os projetos e objetivos, previstos no Estatuto da Associação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a dar baixa no Cadastro de Bens Móveis e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, tão logo for assinado o Termo de Doação entre o Doador e o Donatário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 26 de março de 2021

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.669 DE 26/03/2021

Publicação Nº 3004558

LEI Nº 1.669 DE 26 DE MARÇO DE 2021**Autoriza Doação de bem móvel para a associação de agricultores dos São Martinho - ASM**

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar à Associação de Agricultores de São Martinho - ASM, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Estrada Geral de São Martinho, Interior, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 03.941.223/0001-41, fundada em 20/06/2000, declara de utilidade pública municipal através da Lei 1.156/2004 o seguinte equipamento:

I - uma grade niveladora com 28 discos de 22", espaçamento de 200 mm, com controle remoto - novo - Nota Fiscal 030.041.178 - Série 890.

§ 1º O bem móvel de que trata o inciso I do Caput, encontra-se registrado no Patrimônio do Município.

§ 2º A transferência definitiva dos bens móveis, será formalizada através de um "Termo de Doação", constante do "Anexo único", que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 3º Haverá reversão da presente doação ao patrimônio do Município, caso seja dada destinação diversa ao bem móvel ou se o donatário não cumprir com a finalidade prevista no prazo de 2 (dois) anos, a partir da lavratura do termo.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, e do respectivo Termo de Doação para a Associação, a mesma fluirá plenamente do uso do bem móvel, e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o bem doado.

Art. 3º Os bens móveis doados não poderão ser vendidos, locados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, e, em caso de cessarem as razões que justificaram a doação, os mesmos serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º Os bens objeto desta doação serão utilizados, exclusivamente, pelo beneficiário para atender os projetos e objetivos, previstos no Estatuto da Associação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a dar baixa no Cadastro de Bens Móveis e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, tão logo for assinado o Termo de Doação entre o Doador e o Donatário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 26 de março de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.670 DE 26/03/2021

Publicação Nº 3004572

LEI Nº 1.670 DE 26 DE MARÇO DE 2021**Institui e Cria o Programa de Combate ao mosquito Borrachudo.**

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Institui no Município de Aurora - SC a Campanha e Programa de Combate ao Mosquito Borrachudo e demais espécies, no mês de Fevereiro de cada ano, através da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal Agricultura e do Meio Ambiente, com o apoio das associações, dos agricultores e munícipes, através de ações voluntárias.

§ 1º O Município poderá firmar convênio com as associações legalmente existentes e apoio dos agricultores e munícipes, que após mobilização e orientação, promoverão ações simultâneas que minimizem a proliferação deste mosquito em parceria com as entidades legalmente constituídas e comunidade em geral.

§ 2º Fica o Município autorizado firmar convênio e parceria com instituições de educação pública e privadas, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, no intuito de desenvolver técnicas, conhecimento técnico científico e aperfeiçoamento profissional e educacional.

Art.2º Este programa consistirá no combate dos locais, regiões e áreas de expansão dos mosquitos e áreas onde são deportadas larvas e pupas do borrachudo, através de orientação técnica e aplicação dos larvicidas biológicos nos locais onde se originam e concentram os insetos.

Art.3º O programa se desenvolverá da seguinte forma:

I) A Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente fornecerá orientação técnica e os insumos para o combate ao mosquito borrachudo;

II) As Associações do Município beneficiadas com o programa, fornecerão a mão-de-obra e o transporte para a execução dos trabalhos;

a) As associações aptas a receber o produto serão responsáveis pela distribuição e apresentação de relatório para a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, contendo identificação dos aplicadores (nome e CPF), quantidade de doses aplicadas e locais entregues;

b) Fica vedado qualquer tipo de comercialização e utilização para outro fim que não seja ao combate ao borrachudo, devendo ser de uso exclusivo para aplicação no território do Município;

III) Ocorrendo qualquer infração em desacordo com as regras previstas nesta Lei o infrator responderá pelos crimes previstos no Código Penal Brasileiro.

IV) Os recursos para aquisição do inseticida serão provenientes do orçamento do Município de Aurora - SC.

Art. 4º A aplicação dos inseticidas nos focos, será realizada periodicamente até obter o controle satisfatório da proliferação do mosquito, salvo soluções excepcionais.

Parágrafo único. O controle do borrachudo será realizado imediatamente nos locais onde houver incidência do mosquito-borrachudo.

Art.5º A presente lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art.6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Aurora, 26 de março de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.671 DE 2021

Publicação Nº 3004586

LEI Nº 1.671 DE 31 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre a reestruturação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS - FUNDEB, em conformidade com o artigo 212- A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de AURORA/SC - CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei nº 1.250, de 22 de maio de 2007, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Município.

Art. 6º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - CME;

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 2º Para cada membro titular, deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 3º Para fins da representação referida no inciso III do § 1º do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de Aurora/SC;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 4º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS - FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 14. As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

- I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;
- II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

- I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III - das atas de reuniões;
- IV - dos relatórios e pareceres;
- V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS-FUNDEB, assegurar:

- I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;
- II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 1.250, de 22 de maio de 2007 e alterações.

Aurora, 31 de março de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.672 DE 23/04/2021

Publicação Nº 3004612

LEI Nº 1.672 DE 23 DE ABRIL DE 2021**Autoriza Doação de bem móvel para a associação de agricultores do Fundos Aurora, Braço Aurora e Serra Aurora**

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legis, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a doar à Associação de Agricultores de agricultores do Fundos Aurora, Braço Aurora e Serra Aurora - AFA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Estrada Geral de Fundos Aurora, Interior, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 02.460.181/0001-64, fundada em 13/03/1998, declara de utilidade pública municipal através da Lei 1.438/2011 o seguinte equipamento:

I - um arado subsolador de no mínimo 5 hastes com disco de corte com roda para controle de profundidade - novo - Nota Fiscal 000.003.435 - Série 001.

§ 1º O bem móvel de que trata o inciso I do Caput, encontra-se registrado no Patrimônio do Município.

§ 2º A transferência definitiva dos bens móveis, será formalizada através de um "Termo de Doação", constante do "Anexo único", que passa a ser parte integrante da presente Lei.

§ 3º Haverá reversão da presente doação ao patrimônio do Município, caso seja dada destinação diversa ao bem móvel ou se o donatário não cumprir com a finalidade prevista no prazo de 2 (dois) anos, a partir da lavratura do termo.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, e do respectivo Termo de Doação para a Associação, a mesma fluirá plenamente do uso do bem móvel, e responderá por todos os encargos, despesas, responsabilidades civis, criminais, administrativas e tributárias que venham a incidir sobre o bem doado.

Art. 3º Os bens móveis doados não poderão ser vendidos, locados, emprestados ou transferidos, a qualquer título, e, em caso de cessarem as razões que justificaram a doação, os mesmos serão revertidos ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 4º Os bens objeto desta doação serão utilizados, exclusivamente, pelo beneficiário para atender os projetos e objetivos, previstos no Estatuto da Associação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a dar baixa no Cadastro de Bens Móveis e na Contabilidade, dos valores contábeis correspondentes ao bem relacionado nesta Lei, tão logo for assinado o Termo de Doação entre o Doador e o Donatário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 23 de Abril de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

LEI N° 1.673 DE 23/04/2021

Publicação N° 3004596

LEI N° 1.673 DE 23 DE ABRIL DE 2021

Autoriza o Município de AURORA - SC a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Instituto Geral de Perícias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de AURORA-SC autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através do Instituto Geral de Perícias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora, 23 de Abril de 2021.

ALEXSANDRO KOHL
Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

3º ATA - LEILOEIROS

Publicação Nº 3003296

3ª ATA SORTEIO DOS LEILOEIROS

Objeto da Parceria: CREDENCIAMENTO de Leiloeiros Oficiais, regularmente registrados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, para a realização de leilão de bens móveis inservíveis, bens automotivos do Município de Balneário Arroio do Silva.

Foram Protocolados os Envelopes de Documentação dos seguintes Leiloeiros:

SIMONE WENNING; PAULO ROBERTO WORM; MAGNUN LUIZ SERPA; RODRIGO SCHMITZ; LILIAMAR FÁTIMA PARMEGGIANI PESTANA MARQUES GOMES; FABIO MARLON MACHADO; JEAN CARLO PETERLONGO MENEGOTTO; JANINE LEDOUX KROBEL LORENZ; JÚLIO RAMOS LUZ; PAULO ALEXANDRE HEISLER; JORGE VINICIUS DE MOURA CORREIA; RAFAEL SERETTA ALEGRANZZE; GIOVANO AVILA ALVES; DIEGO WOLF DE OLIVEIRA; ARIDINA MARIA DO AMARAL; OSMAR SÉRGIO COSTA; MARCUS ROGÉRIO ARAUJO SAMOEL; DANIEL ELIAS GARCIA; ALEX WILLIAN HOTPE; DIORGENES VALÉRIO JORGE; CESAR LUIS MORESCO; MICHELE PACHECO DA ROSA SANDOR; ROGER WENNING; EDUARDO SCHMITZ; ROGÉRIO DAMIANI; JOAO PAULO SAMPAIO DAMIANI; LÚCIO UBIALLI;

TEXTO SOBRE SORTEIO:

Na data e hora prevista foi iniciado o sorteio para a classificação dos Leiloeiros, estando presente Vanessa Priscila Brassiani, representando o Leiloeiro Júlio Ramos, realizado o sorteio foram sorteados na seguinte ordem:

18 – Lúcio Ubialli – Titular;

14 – Diorgenes Valério Jorge - Suplente 1;

15 – Cesar Luis Moresco - Suplente 2;

A filmagem do sorteio está disponível no site oficial do Município, <https://www.arroiodosilva.sc.gov.br>.

Balneário Arroio do Silva/SC, 27 de abril de 2021.

EVERTON SEHNEM
Presidente Comissão de Licitação

JULIANA SCHERER MOUTINHO
Secretária

ALTEMIR DAROS FONTANELA
Membro

LUCAS BORGES FERNANDES
Membro

VANESSA PRISCILA BRASSIANI
Representante Júlio Ramos

OFÍCIO Nº 074/2021

Publicação Nº 3003482

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Of. nº 074/2021-DT

Balneário Arroio do Silva-SC, 26 de abril de 2021.

À Empresa
EDEL – EMPRESA DE ENGENHARIA LTDA
Nesta

Assunto: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO

Senhor contribuinte,

Venho por meio deste, informar que tramita na esfera administrativa o Processo Administrativo (PA) nº 1359/2021, formulado por VALERIA ARAÚJO SOUTO, onde a mesma requer a alteração cadastral de contribuinte pela posse, do cadastro imobiliário do imóvel inscrito sob o nº 3741, referente ao lote 24.818 da quadra A22 do Loteamento Morro dos Conventos Zona Nova.

Desta forma, em respeito ao princípio do contraditório, fica esta Empresa INTIMADA para que no PRAZO DE 10 (DEZ) dias apresente oposição ao pedido formulado, sob pena de deferimento do requerimento interposto.

Tal oposição deverá ser apresentada pessoalmente ou através do e-mail iptu@arroiodosilva.sc.gov.br mencionando o número do Processo Administrativo.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente.

GUSTAVO AMBONI
Diretor de Tributos

OFÍCIO Nº 075/2021

Publicação Nº 3003485

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS

Of. nº 075/2021-DT

Balneário Arroio do Silva-SC, 26 de abril de 2021.

Ilmo. Sr.
PEDRO ERNANI LISSARACA DA MOTTA
Nesta

Assunto: INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO

Senhor contribuinte,

Venho por meio deste, informar que tramita na esfera administrativa o Processo Administrativo (PA) nº 1359/2021, formulado por VALERIA ARAÚJO SOUTO, onde a mesma requer a alteração cadastral de contribuinte pela posse, do cadastro imobiliário do imóvel inscrito sob o nº 3741, referente ao lote 24.818 da quadra A22 do Loteamento Morro dos Conventos Zona Nova.

Desta forma, em respeito ao princípio do contraditório, fica Vossa Senhoria INTIMADO para que no PRAZO DE 10 (DEZ) dias apresente oposição ao pedido formulado, sob pena de deferimento do requerimento interposto.

Tal oposição deverá ser apresentada pessoalmente ou através do e-mail iptu@arroiodosilva.sc.gov.br mencionando o número do Processo Administrativo.

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente.

GUSTAVO AMBONI
Diretor de Tributos

Balneário Camboriú**PREFEITURA****1ª MANUTENÇÃO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - SEBOLD**

Publicação N° 3003585

1ª MANUTENÇÃO AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PE N° 111/2020 – PMBC – ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00152/2020 – PMBC (SRP)

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 00152/2020 – PMBC (SRP).

VENCIMENTO: 05/11/2021

CONTRATADA: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA.

CNPJ n° 09.196.745/0001-42.

PROTOCOLO: 13.985/2021.

I - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Item 137: 136467 – Luva de procedimento em látex natural, tamanhos P, M e G. Descartável, contemplado pela SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n° 09.196.745/0001-42 no certame em epígrafe, constante da Ata de Realização do Pregão Eletrônico n° 00152/2020 – PMBC – (SRP), oriunda do Pregão Eletrônico n° 111/2020 – PMBC – RP, com valor definido no presente processo administrativo equivalente a R\$ 42,20 (quarenta e dois reais e vinte centavos), após a concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, passará ao importe de R\$ 62,51 (sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos).

II - DA ALTERAÇÃO

Altera-se o valor unitário conforme o item acima especificado.

III - DA DECISÃO

Este ato entra em vigor na data de 24 de fevereiro de 2021.

Ficam mantidas as demais disposições da Ata de Registro de Preços.

Balneário Camboriú/SC, 22 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

1º ADT CT 020/2021 - PMBC

Publicação N° 3003596

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CONTRATO N° 020/2021

CONTRATADA: ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI

I – DO OBJETO: Aquisição de papel A4 para fornecimento pelo período de 12 meses, segundo a demanda da Secretaria de Educação na forma do edital, termo de referência e demais documentos que integram o Pregão Eletrônico n° 066/2020.

II – DO ACRÉSCIMO: Pelo presente instrumento, fica reajustado o valor unitário ao Item de R\$ 122,44 (cento e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) para R\$ 135,94 (cento e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos), ficando acrescido ao valor global original a cifra de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta centavos), totalizando o presente contrato o importe de R\$ 95.158,00 (noventa e cinco mil e cento e cinquenta e oito reais) alterando cláusula 4.1 do contato originário.

III – DA EFICÁCIA: O presente termo aditivo produzirá seus efeitos retroativamente a 09/02/2021.

IV – RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 26 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET

1º TERMO ANULAÇÃO ATA 342/2020

Publicação N° 3003570

ESTADO DE SANTA CATARINA	
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ	
SECRETARIA DE COMPRAS	

TERMO DE ANULAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 342/2020 – PMBC

Pregão Eletrônico n° 101/2020 – PMBC

Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC

Protocolo nº 735/2021

Empresa Contemplada: START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA.

CNPJ nº 17.280.379/0001-33

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, com sede na Rua Dinamarca, 320 – Bairro Nações – Paço Municipal – CEP 88338-900, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fabrício José Satiro de Oliveira, portador da carteira de identidade de nº 3235003, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF nº 974.418.059-53, no uso de suas atribuições legais, considerando a inteireza constante do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADE - PROTOCOLO Nº 735/2021 – Publicação nº 2976077, em especial o julgamento do recurso em face da empresa START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.280.379/0001-33, RESOLVE: ANULAR a Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, oriunda do Pregão Eletrônico nº 101/2021.

I – DO JULGAMENTO DE RECURSO

Após análise do processo que foi autuado sob o nº 735/2021, considerando as razões recursais, o Prefeito Municipal de Balneário Camboriú-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONHECEU o recurso interposto para no mérito NEGAR-LHE provimento, mantendo incólume a decisão que ANULOU a Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, bem como todos os atos posteriores a sua assinatura, aplicando a START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 17.280.379/0001-33 às penalidades de impedimento de licitar e contratar com esta municipalidade pelo período de 2 (dois) anos, bem como multa equivalente a R\$ 9.369,91 (nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos), nos termos do art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e na Súmula 473 do STF, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o subitem 17.1, inciso II, do edital.

II – DA DESIGNAÇÃO DO TERMO DE ANULAÇÃO

Considerando o Despacho 23: 735/2021, conforme segue:

Prezado Secretário

Tendo em vista o trânsito em julgado da decisão administrativa de penalização (anexa ao Despacho 17), a qual ANULOU a Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC e todos os atos posteriores à sua assinatura e APLICOU à empresa START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. as penalidades de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ pelo período de 2 (dois) anos e MULTA de R\$ 9.369,91 (nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos), com fundamento no art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e na Súmula 473 do STF e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o subitem 17.1, inciso II, do edital, respectivamente, solicito a vossa senhoria seja promovida a inscrição da mesma junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

Atenciosamente.

Samaroni Benedet

Secretário de Compras

Matrícula 11.326

Portaria nº 25.245/2018

Considerando as determinações pontuadas pelo Secretário de Compras, o senhor Samaroni Benedet, para promoção do Termo de Anulação da Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, com respectiva juntada aos autos do Processo Licitatório nº 101/2020 – PMBC, conforme segue:

Prezado Sr. Presidente

Tendo em vista o trânsito em julgado da decisão administrativa de penalização (anexa ao Despacho 17), a qual ANULOU a Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC da qual era detentora a empresa START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. com fundamento no art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e na Súmula 473 do STF e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c o subitem 17.1, inciso II, do edital, respectivamente, solicito a vossa o seguinte:

a) Seja promovido TERMO DE ANULAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, da qual era detentora a empresa START DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA e respectiva publicação no DOM/SC;

b) Seja promovida a juntada aos autos do processo licitatório do respectivo TERMO DE ANULAÇÃO, publicações e decisões administrativas que a ensejaram.

Atenciosamente.

Samaroni Benedet

Secretário de Compras

Matrícula 11.326

Portaria nº 25.245/2018

III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A efetiva ANULAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, oriunda do Pregão Eletrônico nº 101/2020 – PMBC se dará a partir do dia 9 de abril de 2021, contado a partir do primeiro dia útil subsequente.

II – DA CONCLUSÃO

Diante das considerações supradescritas para o presente Termo, fica ANULADA a Ata de Registro de Preços nº 342/2020 – PMBC, oriunda do Pregão Eletrônico nº 101/2020–PMBC referente ao Item 76 – 66 – Papel Higiênico – Unidade de Medida: Fardo – Marca: Doullins – Quantidade: 3.497 – Valor Unitário: R\$ 27,20 (vinte e sete reais) e Valor Total R\$ 95.118,40 (noventa e cinco mil cento e dezoito reais e quarenta centavos).

Balneário Camboriú - SC, 23 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

1º TERMO DE ERRATA - PE Nº 009/2021 - FMS

Publicação Nº 3004141

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 - FMS
COMPRASNET Nº 051/2021

Em conformidade ao art. 22 do Decreto Federal nº 10.024/2019, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado no site www.bc.sc.gov.br, cujo objeto trata-se da aquisição de equipamentos hospitalares, computador e mobiliários, sofrerá alteração no prazo de entrega, que se encontra disponibilizada no mesmo site.

Tendo em vista que a alteração supracitada interfere na formulação das propostas, fica definida nova data de realização do Pregão para às 09h30min do dia 13 de maio de 2021, em sessão pública eletrônica através do Comprasnet, www.comprasgovernamentais.gov.br.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

5º ADT CT 076/2018 - PMBC

Publicação Nº 3003221

QUINTO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO NOVO POLO DO CEAC – PROJETO OFICINAS -TERMO Nº 076/2018 – PMBC

CONTRATADA: STEF ADMINISTRADORA

OBJETO: prestação de locação de imóvel situado a rua canelinha, como novo polo do centro de atendimento de contraturno escolar- CEAC- projeto oficinas. esse local atenderá as finalidades precípuas da administração, para a instalação desse novo polo, considerando vários fatores como: local amplo e arejado, localização estratégica para finalidade de atendimento das crianças dos bairros municípios, vila real, jardim iate clube e estados e possibilidade de ampliação do número de oficinas ofertadas, o que possibilitará o aumento no número de alunos atendidos.

I – DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 39 (trinta e nove) meses, alterando a cláusula terceira do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo, agregar-se-á ao valor global original do Contrato a cifra de R\$ 144.376,80 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), ficando assim valor global de R\$ 544.580,52 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e dois centavos), alterando o subitem 5.1 do contato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET

6º ADT CT 235/2020 - PMBC

Publicação Nº 3003656

SEXTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA TERMO Nº 235/2020 – PMBC

CONTRATADA: PRO ENGTEC AUTOMAÇÃO EIRELI

OBJETO: Execução de obra de infraestrutura elétrica no Molhe da Barra Norte, no Município de Balneário Camboriú, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma do projeto básico

I – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL - Em face do acréscimo supracitado, conforme valores firmados, agregar-se-á ao valor global do original do contrato a cifra de R\$ 13.744,14 (treze mil e setecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), passando o presente contrato a totalizar o valor global de R\$ 360.200,62 (trezentos e sessenta mil e duzentos reais e sessenta e dois centavos), alterando o subitem 3.1 do contrato originário.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

SAMARONI BENEDET

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021 - FUNDEMA

Publicação Nº 3004308

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021 - FUNDEMA

O Município de Balneário Camboriú, por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sob o CNPJ 83.102.285/0001-07, situada na Rua Alameda Delfim de Pádua Peixoto Filho, nº 122 – Parque Natural Municipal Raimundo Gonzalez Malta, torna público o Chamamento Público visando o credenciamento de instituição de ensino ou empresa que possua vínculo com instituição de ensino, para a identificação dos pontos críticos de escape de resíduos e limpeza dos costões, com a quantificação dos resíduos coletados.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pessoalmente, no endereço Rua Dinamarca, nº 175 ou pelo telefone (47) 3267-7080.
LEITURA E/OU RETIRADA DO EDITAL: no endereço acima citado, em dias úteis, das 12h:00 às 18h:00; ou e-mail: semam@bc.sc.gov.br; ou através do site www.bc.sc.gov.br.
Balneário Camboriú, 26 de abril de 2021.
MARIA HELOISA B. C. FURTADO LENZI
Secretária do Meio Ambiente

CONTRATO Nº 052/2021 - PMBC

Publicação Nº 3004689

RESUMO CONTRATO PMBC PUBLICAÇÃO EM 28/04/2021

CONTRATO 052/2021 – PMBC

COMPRA DIRETA Nº 85/2021 - PMBC

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

CONTRATADO: EDUARDO DA SILVA VIEIRA.

OBJETO: Contratação de profissional da área de eletrotécnica capacitado para prestação de serviços de elaboração de projetos para obras de ampliação, melhoria, deslocamento de rede de distribuição de energia elétrica, bem como obras de iluminação pública em diversos logradouros do município de Balneário Camboriú pelo período de 12 meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

DESPESA: 528.

PRAZO CONTRATUAL: 12 meses.

Balneário Camboriú – SC – 08/04/2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

DECRETO Nº 10.353 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004623

DECRETO Nº 10.353 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 6º, incisos I da Lei Municipal 4.490 de 10/12/2020 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do artigo 72 da Lei nº 933, de 03 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional na importância de R\$ 171.691,47 (cento e setenta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e sete centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 005 – Obras e Benfeitorias Urbanas

Funcional-programática: 15.451.4014

Atividade: 2.114 – Manutenção das Atividades de Obras e Benfeitorias Urbanas

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/823

Fonte de Recurso: 300004 – SF Recursos Ordinários

Valor: R\$ 58.200,00

Órgão: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 003 – Sistema Viário e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.4018

Atividade: 2.112 – Manutenção e Melhorias no Sistema de Drenagem Pluvial

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/822

Fonte de Recurso: 300615 – SF Recursos Ordinários - EMASA

Valor: R\$ 7.779,00

Órgão: 08 – Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Unidade Orçamentária: 004 – Análises e Projetos

Funcional-programática: 04.121.4004

Atividade: 2.167 – Manutenção dos Serviços de Análises e Projetos

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/817

Fonte de Recurso: 300000 – SF Recursos Ordinários

Valor: R\$ 18.617,76

Órgão: 11 – Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social

Unidade Orçamentária: 002 – Promoção Social

Funcional-programática: 08.244.4022
Atividade: 2.82 – Manutenção das Atividades de Promoção Social
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/771
Fonte de Recurso: 300000 – SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 84.120,00

Órgão: 22 – Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Desenv. do Meio Ambiente
Funcional-programática: 18.541.4008
Atividade: 2.66 – Manut. das Atividades da Fitoterapia e Viveiro Mata Atlântica
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/821
Fonte de Recurso: 300000 - SF Recursos Ordinários
Valor: R\$ 2.974,71

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior na mesma importância observada a destinação por fonte de recurso - DFR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 27 de abril de 2021, 171º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE DOAÇÃO Nº 29200/2020

Publicação Nº 3004002

EXTRATO DE DOAÇÃO Nº 29200/2020

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO Espécie: Processo nº Termo de Doação com Encargos nº 29200/2020, Doadora: MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS, Donatária: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ CNPJ nº 83102285000107, Objeto: 01 (um) Bebedouro, cujas características constam do Anexo no Termo de Doação, para ser utilizado exclusivamente na execução das atribuições legais do(s) Órgãos e Conselhos de Promoção da Igualdade Racial do Município de Balneário Camboriú/SC, Valor 390,00 (trezentos e noventa reais), Data de Assinatura: 24/08/2020, Signatários: Doadora: DAMARES REGINA ALVES CPF nº 266.308.695- 91, Donatária: FABRÍCIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA CPF nº 974.418.059-53

PAUTA DE JULGAMENTO - RECURSO TRIBUTÁRIO N.º 278/2021 - RECORRENTE: GB – SERVIÇOS EMPRESARIAIS E COMÉRCIO LTDA

Publicação Nº 3003527

PAUTA de JULGAMENTO de RECURSOS TRIBUTÁRIOS

DATA de JULGAMENTO: 04/05/2021, às 9h00min

O Presidente do Conselho de Contribuintes torna público que será julgado no dia 04 de maio de 2021, terça-feira, às 9h00m, em Sessão Pública em ambiente digital, via videoconferência, o(s) seguinte(s) recurso(s) tributário(s):

RECURSO TRIBUTÁRIO n.º 278/2021

RECORRENTE: GB – SERVIÇOS EMPRESARIAIS E COMÉRCIO LTDA

ASSUNTO: ITBI - CERTIDÃO DE NÃO INCIDÊNCIA - CISÃO DE PESSOAS JURÍDICAS - PEDIDO INDEFERIDO - RECURSO INTERPOSTO À SEGUNDA INSTÂNCIA.

RELATOR: CONSELHEIRO MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes a expedição do presente Edital, que deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e no site http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho_contribuinte. A reunião ocorrerá em ambiente virtual e poderá ser assistida ao vivo pelo público em geral no seguinte link: <https://www.facebook.com/ConselhoContribuintesBC>.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2021

Francisco de Paula Ferreira Junior
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

PE 012- 2021 - SSSM - 064 - 2021 - COMPRASNET

Publicação Nº 3003664

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 - SSSM

COMPRASNET 064/2021

Objeto: Aquisição de sistema de chamada de enfermagem para o Hospital Municipal Ruth Cardoso - HMRC.

Data e local da sessão pública: Dia 12/05/2021. Horário: Às 09h00min, no Portal de Compras do Governo Federal – Código UASG: 988039.
Tipo de Licitação: Menor preço.
Valor estimado R\$ 66.129,98.
Leitura e/ou retirada do edital: No endereço acima citado, portal COMPRASNET ou através do site www.bc.sc.gov.br.
Balneário Camboriú, 27/04/2021.
SAMARONI BENEDET
Secretaria de Compras

PORTARIA 27.769/2021

Publicação N° 3003669

PORTARIA N° 27.769/2021

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar n° 12, de 23 de dezembro de 2015 e conforme protocolo n° 28.596/2021.

RESOLVE:

1º. – Conceder a Sra. MARILIA MARIA MENON ARAUJO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria de Educação, LICENÇA para frequentar Doutorado em período integral.

2º. – Este ato entra em vigor ao dia 20 de abril de 2021 e cessará seus efeitos no dia 30 de junho de 2021.

Balneário Camboriú, 22 de abril de 2021.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 27.770/2021

Publicação N° 3003671

PORTARIA N° 27.770/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da lei orgânica do município, e de acordo com o caput do artigo 65, da lei municipal 1.069/91, acompanhado da lei municipal 2.776/2007,

RESOLVE:

1º – DIMITIR A PEDIDO a Sra. MICHELI ANTUNES PISKI COSTA, do cargo de emprego público de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º. – Este ato retroage seus efeitos ao dia 19 de abril de 2021

Balneário Camboriú, 26 de abril de 2021.

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 27.771/2021

Publicação N° 3004215

PORTARIA N° 27.771/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 63, inciso VI, da Lei Municipal 1069/1991,

RESOLVE:

1º - DECLARAR VACÂNCIA DE CARGO do Sr. REGIS DANIEL DA SILVEIRA, do cargo de provimento efetivo de GUARDA PATRIMONIAL lotado na Secretaria de Segurança, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º - Este ato retroage seus efeitos ao dia 19 de abril de 2021.

Balneário Camboriú, 26 de abril de 2021.

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PORTARIA 27.772/2021

Publicação Nº 3003673

PORTARIA Nº 27.772/2021

FABRICIO JOSE SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da lei orgânica do município, e de acordo com o caput do artigo 65, da lei municipal 1.069/91, acompanhado da lei municipal 2.776/2007,

RESOLVE:

1º – DIMITIR A PEDIDO a Sra. REJANE ORTIZ, do cargo de emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º. – Este ato entra em vigor nesta data.

Balneário Camboriú, 26 de abril de 2021.

FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021 - PMBC

Publicação Nº 3003450

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2021 - PMBC

COMPRASNET Nº 063/2021

OBJETO: Registro de preços de gêneros alimentícios.

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.621.487,56.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 11 de maio de 2021. HORÁRIO: 09h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 3003705

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ SECRETARIA DE COMPRAS DIRETORIA DE CONTRATOS	
--	--

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Município de Balneário Camboriú torna público para conhecimento que, decidiu tornar sem efeito a publicação do Contrato nº 025/2020–FUMPRESI, em nome de CRISTINA AMERICO PEREIRA, CNPJ nº 14.992.217/0001-30, para o fornecimento de pães ao 13º Batalhão de Bombeiros Militar, oriundo do Pregão Eletrônico 008/2020 - FUMPRESI, publicado neste diário em 07 de dezembro de 2020. Motivo: cancelamento do contrato devido à desistência da proponente.

TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 3003683

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ SECRETARIA DE COMPRAS DIRETORIA DE CONTRATOS	
--	--

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Município de Balneário Camboriú torna público para conhecimento que, decidiu tornar sem efeito a publicação do Contrato nº 017/2020–FUMPRESI, em nome de KARINI JARDIM GADIS, CNPJ nº 34.797.503/0001-51, para a manutenção preventiva e corretiva do Grupo Gerador do 13º Batalhão de Bombeiros Militar, oriundo da Compra Direta 69/2020, publicado neste diário em 07 de outubro de 2020. Motivo: cancelamento do contrato devido à desistência da proponente.

ACÓRDÃO - RECURSO TRIBUTÁRIO Nº 266/2020 - RECORRENTE: IGREJA EVANGÉLICA BOLA DE NEVE

Publicação Nº 3003466

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ | SECRETARIA DA FAZENDA | CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

CENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÕES

O Presidente do Conselho de Contribuintes do Município de Balneário Camboriú, torna público o teor da **ementa** e o **resultado do julgamento** do seguinte Recurso Tributário:

RECURSO TRIBUTÁRIO nº 266/2020

RECORRENTE: IGREJA EVANGÉLICA BOLA DE NEVE

RELATOR: CONSELHEIRO CHARLES DOUGLAS CORREA

DATA DO JULGAMENTO: 20/04/2021

DECISÃO: por unanimidade, foi decidido conhecer e **NÃO DAR PROVIMENTO** ao Recurso Tributário.

EMENTA: IPTU - ISENÇÃO DE IPTU PARA IGREJA DE QUALQUER CULTO - LEI MUNICIPAL Nº 4197/2018 - CONTRATO APONTA UTILIZAÇÃO DE PARTE DA ÁREA EM CONCOMITANCIA COM O PROPRIETÁRIO - NÃO CUMPRIDOS CRITÉRIOS PARA ISENÇÃO - VEDADA JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO APÓS PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO DO REFERIDO RECURSO - POR UNANIMIDADE FOI DECIDIDO CONHECER E NÃO DAR PROVIMENTO AO RECURSO TRIBUTÁRIO.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes a expedição do presente Edital, que deverá ser publicado em jornal de circulação local, em lugar de livre acesso ao público, junto ao Setor de atendimento ao contribuinte da Secretaria da Fazenda e no site http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br/conselho_contribuinte.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2021

Francisco de Paula Ferreira Junior
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/50001-7

Publicação Nº 3004051

#Pública

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/50001-7, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E O BANCO DO BRASIL S.A., NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO DO BRASIL S.A.**, com sede no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Ed. Banco do Brasil, Asa Norte, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, através de sua agência Setor Público Santa Catarina (SC), prefixo 3582-3, localizada na Cidade de Florianópolis (SC), neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, pelo Sr. Marcelo Reali Andreola, brasileiro, solteiro, bancário, residente em Florianópolis (SC), portador da Carteira Nacional de Habilitação nr. 02774185885, emitida por DETRAN RS, inscrito no CPF/MF sob o nr. 007.623.870-92, doravante denominado **"FINANCIADOR"**; e o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dinamarca, 320, Bairro das Nações, Balneário Camboriú (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, doravante denominado **"FINANCIADO"**, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) do Município, Excelentíssimo(a) Senhor(a) Fabrício José Sátiro de Oliveira, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Balneário Camboriú (SC), portador da CARTEIRA DE IDENTIDADE nr. 3235003, emitida por SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nr. 974.418.059-53, ao final assinado;

Considerando:

- a) a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto à reanálise dos limites e condições para a realização de operação de crédito e a ratificação da Garantia da União pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme **Processo SEI nº 17944.101596/2019-25**;
- b) o Parecer da Procuradoria Geral do **Município de Balneário Camboriú (SC)** quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis às operações de crédito, conforme disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN de nº 3.751/2009; e
- c) a comprovação, pelo **FINANCIADO**, da adimplência junto ao Sistema Financeiro Nacional e da regularidade fiscal, trabalhista, precatória e previdenciária, na forma solicitada pelo **FINANCIADOR**, válida na data constante neste **ADITIVO**.

O **FINANCIADOR** e o **FINANCIADO**, em conjunto, denominados simplesmente **PARTES**, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao **Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Nº 20/50001-7**, doravante denominado simplesmente **"ADITIVO"**, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante, para todos os fins de direito, mediante as seguintes cláusulas e condições.

#Pública

Continuação do PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/50001-7, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **ADITIVO** tem por objeto a alteração da **indicação da LOA no preâmbulo da Cláusula Segunda – Objeto do Contrato**, das alíneas “a” e “b” da **Cláusula Terceira – Forma de Desembolso** e do **ANEXO I** (“Quadro de Componentes e Ações”), do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N° 20/50001-7**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – o preâmbulo da **Cláusula Segunda – Objeto do Contrato**, passa a vigorar com a seguinte redação:

O presente contrato tem por objeto o financiamento de despesas de capital constantes do plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2021) e dos exercícios subsequentes, do Município de Balneário Camboriú (SC), nos termos das definições e regras estabelecidas na Lei nº 4.320, de 17.03.1964 e na Lei Complementar nº 101/2000, de 04.05.2000.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alíneas “a” e “b” da **Cláusula Terceira - Forma de Desembolso**, passam a vigorar com a seguinte redação:

- a) até R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) até 30/12/2021; e
- b) até R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais) até 30/12/2022.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica substituído o **ANEXO I**, no qual consta a discriminação dos itens que compõem o “Quadro de Componentes e Ações” do contrato ora aditado, pelo **ANEXO I**, apensado a este **ADITIVO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – TARIFAS

É devida pelo **FINANCIADO** tarifa de aditamento referente a este **ADITIVO**, no valor correspondente àquele vigente à época da cobrança constante da Tabela de Serviços Bancários – Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em todas as agências do Banco do Brasil S.A.

PARÁGRAFO ÚNICO – o valor correspondente será informado pelo **FINANCIADOR** na data de formalização deste **ADITIVO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

#Pública

Continuação do PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/50001-7, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

O **FINANCIADO** obriga-se a providenciar a publicação deste **ADITIVO** ou de seu extrato no Diário Oficial do Município de Balneário Camboriú (ou órgão oficial em que os atos da administração são publicados) às suas expensas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, em atendimento ao § único do artigo 61 da Lei Federal de n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – FORO

FINANCIADO e **FINANCIADOR** elegem o foro da Comarca do **Município de Balneário Camboriú (SC)**, como competente para decidir judicialmente qualquer questão referente ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do **CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/50001-7**.

Estando assim justas e acordadas, as **PARTES** ratificam o Instrumento Original em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito, assinando o presente **ADITIVO** em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, a fim de que produza os devidos efeitos legais.

Município de Balneário Camboriú (SC), 20 de abril de 2021.

FINANCIADOR:

BANCO DO BRASIL S.A.

#Pública

Continuação do PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/50001-7, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

FINANCIADO:**MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ****TESTEMUNHAS:**

Nome:

Identidade:

CPF:

Nome:

Identidade:

CPF:

#Pública

Continuação do PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO N.º 20/50001-7, QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

ANEXO I

A) ANEXO I - QUADRO DE COMPONENTES E AÇÕES

Contrato de Financiamento nº 20/50001-7

COMPONENTES	AÇÕES	VALOR R\$
SISTEMA/PROJETO DE PROTEÇÃO COSTEIRA E ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL - PRAIA CENTRAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (SC)	Serviços Preliminares	1.185.855,04
	Mobilização e Desmobilização de equipamentos	10.716.643,80
	Obras de engordamento e recuperação da praia	54.979.000,21
	SUBTOTAL	66.881.499,05
PROJETO BÁSICO AMBIENTAL	Execução do Projeto Básico Ambiental (PBA) da reestruturação da faixa de areia da Praia Central	3.900.000,00
	SUBTOTAL	3.900.000,00
FISCALIZAÇÃO DA OBRA	Contratação de empresa com qualidade técnica para fiscalização e acompanhamento da obra de recuperação da praia	4.000.000,00
	SUBTOTAL	4.000.000,00
URBANIZAÇÃO DA ORLA	Pavimentação e urbanização da orla da praia	10.285.385,88
	SUBTOTAL	10.285.385,88
TOTAL GERAL		85.066.884,93
FINANCIAMENTO BB		85.000.000,00
RECURSOS PRÓPRIOS		66.884,93

Município de Balneário Camboriú (SC)

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DECRETO 046/2021

Publicação Nº 3003812

DECRETO Nº 046 DE 13 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVERALDO DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa, que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 940/2017 e 1.008/2018 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS os novos membros e suplentes:

A) REPRESENTANTES DO ORGÃO GOVERNAMENTAL

Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Titular: Samarina Costa (Presidenta)

Suplente: Marta Teresinha Silvério

Um representante da Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Leidiane Coelho Jorge

Suplente: Rosimeri Sebold Albino

Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Salete Rosi Veiga dos Santos

Suplente: Rosana Porto Matias Mateus

B) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: Paula Camilo Sperfeld (vice-presidenta)

Suplente: Antonio S. Lima dos Santos (1º Secretário)

Titular: Maria Aparecida Scheffer

Suplente: Wildebrandt Pacheco Acosta

Titular: Elizângela Esther Leite Rabelo

Suplente: Lisandra Ferrari Fernandes (2ª Secretária)

Art. 2º Pela relevância dos serviços prestados, os membros do Conselho não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza pelo desempenho de suas funções, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas na íntegra as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 13 de Abril de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Designado

EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 3004476

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 106/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Joel Valdenir Ouriques Eich

Objeto: Desempenho das funções de Vigia, com a Secretaria de Obras, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010 e Parecer 272/2021.

Valor do vencimento mensal: 1.039,88

Vigência: 01/04/2021 a 31/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 107/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Josias Brasil da Rosa

Objeto: Desempenho das funções de Vigia, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010 e Parecer 272/2021.

Valor do vencimento mensal: 1.039,88

Vigência: 07/04/2021 a 31/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 108/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Edina Benites Espindola

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 1.476,94

Vigência: 07/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 109/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Juliana Elias da Rosa

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 2.953,88

Vigência: 07/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 110/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Marcia Regina Bittencourt Pereira

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 1.476,94

Vigência: 12/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 111/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Renata Leite Rabelo da Silva

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 2.953,88

Vigência: 12/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 112/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Dandara Morgenstern dos Santos

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 664,62

Vigência: 13/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 113/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Arilda Araujo Lopes

Objeto: Desempenho das funções de Professora, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010.

Valor do vencimento mensal: 1.476,94

Vigência: 19/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 114/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Ketherin de Souza Andrade

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Serviços Gerais I, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010 e Parecer 178/2021.

Valor do vencimento mensal: 984,92

Vigência: 06/04/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 115/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Kaline Alegre da Silva

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Serviços Gerais I, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010 e Parecer 178/2021.

Valor do vencimento mensal: 984,92

Vigência: 18/03/2021 a 22/12/2021

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 116/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado(a): Vanessa Eusébio Valentim

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Serviços Gerais I, com a Secretaria de Educação, conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010 e Parecer 178/2021

Valor do vencimento mensal: 984,92

Vigência: 12/04/2021 a 22/12/2021

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Termo de rescisão nº 009/2021 do contrato administrativo de serviço temporário nº 030/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Contratado: Edina Benites Espindola

Fica rescindido a pedido da parte contratada, o contrato administrativo temporário nº 030/2021, a partir da data de 06/04/2021.

PORTARIA 186/2021

Publicação Nº 3004266

PORTARIA N. 186 De 22 De abril de 2021.

CONCEDE PROGRESSÃO POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL AOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere os incisos V, do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com os artigos 15 e 16 da Lei nº 905 de 03 de Agosto de 2016 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida progressão por Avaliação de Desempenho Profissional, com avanço automático de uma referencia para a imediatamente subsequente, para os Membros do Magistério Público Municipal abaixo relacionados, de acordo com o ofício de nº 039/2021, expedido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Balneário Gaivota/SC.

Matrícula	Nome	Cargo
1710	Adriana Selau da Silva Fiuza	Professor
1709	Adriane dos Santos Silva Soltau	Professor
1239	Alzeni Barbosa de Souza Cardoso	Professor
601	Ana Paula Carvalho Bitencourt	Professor
1893	Ana Paula Cardoso Bastos	Professor
2551	Claudia Martins Gonçalves	Professor
588	Cleia Simone Machado	Professor
2526	Cristina de Oliveira Velho	Professor
850	Darci Humberto Vieira	Professor
59	Dersa Pires	Professor
2611	Débora Casagrande	Professor
1747	Diego Marcelo Rodrigues Silveira	Professor
1279	Edevar Boteon	Professor
767	Ednéia da Silva Machado	Professor
62	Eládio Assis Silvério	Professor
63	Elis Adriane da Silva Pereira	Professor
2469	Elizangela Esther Leite Rabelo	Professor
1708	Erotides Bressan Sorato	Professor
1257	Etel Martins de Oliveira	Professor
1256	Greice dos Santos Matias	Professor
1811	Jacira Semprebom Molgato	Professor
2976	Jessi Pereira da Silva	Professor
1921	Katieli Evaldt do Nascimento	Professor
2753	Keilane Estevam de Oliveira	Professor
163	Keli Cristina Silveira Ramos	Professor
2578	Luciana Venson	Professor
1258	Luciane Pereira Magenis	Professor
1254	Luciano Elias Silvano	Professor

569	Luiz Carlos Ferreira	Professor
2975	Marcia Regina Elias da Silva	Professor
2598	Marcia da Costa dos Santos	Professor
2796	Mariani Cabreira Gomes	Professor
2534	Maria Mailete dos Santos Lima	Professor
2817	Rosa Helena Vignali Rolim	Professor
2579	Renata da Rosa Crescencio	Professor
1705	Riciane Elias Delfino dos Santos	Professor
1706	Rosemeri Candiotto Montovani Paulo	Professor
845	Rosinéa Alves Ferreira	Professor
72	Rosimeri Sebold Albino	Professor
2812	Sandra Nádia Kuntze	Professor
2510	Susane Goulart Pereira Silveira	Professor
2617	Suelen Maggi Scheffer Vieira	Professor
164	Taciana Cechinel Silvério	Professor
2970	Tania Constante Possamai	Professor
1932	Trícia Sant Helena Cardoso	Professor
1240	Vanderlei Roberto Vignali Alves	Professor
2583	Valcirlene Silva da Rosa	Professor
781	Vanderléia Montovani Cechinel	Professor
1749	Vanessa Ribeiro Souza	Professor
1416	Sandra da Silva Bendo Benedet	Orientadora Educacional
2065	Rita de Cássia Silveira	Supervisora Escolar
1264	Fabiana de Souza Rocho	Psicóloga
2550	Mariza da Costa dos Santos	Auxiliar de Biblioteca
2577	Alessandro da Silva de Borba	Aux. de Ens. De Educação
2501	Alessa Nogueira Yamamoto	Aux. de Ens. De Educação
1711	Aline da Silva Gomes	Aux. de Ens. De Educação
1724	Andressa Martins	Aux. de Ens. De Educação
2966	Beatriz Pereira de Souza	Aux. de Ens. De Educação
1704	Camila Euzébio Lucrécio Silveira	Aux. de Ens. De Educação
1729	Clair Borges Velho	Aux. de Ens. De Educação
1728	Deise Aparecida Euzébio Lucrécio	Aux. de Ens. De Educação
2774	Elizete Rocha de Souza Colares	Aux. de Ens. De Educação
2493	Fátima de Lourdes Rodrigues Piazza	Aux. de Ens. De Educação
1842	Fernanda D'ávila Kuhn	Aux. de Ens. De Educação
2971	Fernando Machado Constante	Aux. de Ens. De Educação
2503	Géssica Cardoso	Aux. de Ens. De Educação
1718	Giane Gregorini Rodrigues	Aux. de Ens. De Educação
2498	Gislaine Nicolau da Silva	Aux. de Ens. De Educação
2984	Hebe Magali Vicente Ribeiro	Aux. de Ens. De Educação
2502	Josiane de Matos Leandro Batista	Aux. de Ens. De Educação
2752	Jucileia Vieira do Nascimento	Aux. de Ens. De Educação
1802	Juliana Porto Miguel	Aux. de Ens. De Educação
2491	Karoline da Silva Rampinelli	Aux. de Ens. De Educação
1809	Kátia Luana Pereira	Aux. de Ens. De Educação
1715	Lidiane Machado Peres	Aux. de Ens. De Educação
1716	Lilian Oliveira de Souza da Rosa	Aux. de Ens. De Educação
2580	Maria Aparecida Feck de Souza	Aux. de Ens. De Educação
2495	Maria Otilia de Souza	Aux. de Ens. De Educação
1822	Mariany Santos da Rosa	Aux. de Ens. De Educação
1731	Márcia Antunes Alves Batista	Aux. de Ens. De Educação
1748	Moisés Barbosa Fereira	Aux. de Ens. De Educação
2499	Priscila Albino Moraes	Aux. de Ens. De Educação
2771	Raquel Leão Trindade	Aux. de Ens. De Educação
2983	Rosiléia Rosa da Silva	Aux. de Ens. De Educação
2492	Rosimere Roldao da Silva	Aux. de Ens. De Educação
2775	Schirlei Antunes dos Santos	Aux. de Ens. De Educação
2783	Silvania Regina R. de Vargas	Aux. de Ens. De Educação
1712	Simone Pereira da Silva	Aux. de Ens. De Educação
2532	Taise Rabelo Possamai	Aux. de Ens. De Educação
1727	Viviane Posser Righi	Aux. de Ens. De Educação
1754	Enio Jorge Ramos	Monitor de Transp. Escolar
1815	Fábio Righi Machado	Monitor de Transp. Escolar

1878	Jeverson Leandro Alves	Monitor de Transp. Escolar
2513	José Nazareno Ferreira	Monitor de Transp. Escolar
1755	Kleber Costa Anchieta	Monitor de Transp. Escolar
1752	Luis Alves da Silva Filho	Monitor de Transp. Escolar
1875	Maicon Nunes Ramos	Monitor de Transp. Escolar
1843	Silviani da Silva Colares	Nutricionista

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de Abril de 2021.

Balneário Gaivota, 22 de Abril de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
Secretário de Administração e Finanças - Designado

PORTARIA 187/2021

Publicação Nº 3004271

PORTARIA N. 187, DE 23 DE ABRIL 2021.
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Municipal nº 905/2016, artigo 15, incisos, III, artigo 19 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida progressão por nova habilitação profissional, com avanço de nível aos servidores abaixo descritos, mediante requerimentos e cópias dos certificados de Pós Graduação:

MATRÍCULA	NOME	DE NIVEL	P/ NIVEL
2796	Mariani Cabreira Gomes Fermiano	1 - B	2 - A
2936	Márcia Adriana Matos de Quadros Magnus	1 - B	2 - A

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 23 de Abril de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Designado

PORTARIA 188/2021

Publicação Nº 3004275

PORTARIA N. 188, DE 26 DE ABRIL 2021.
EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE FALECIMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V e IX do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 35, inciso V da Lei nº 045 de 24 de Julho de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º Exonera por motivo de falecimento, a servidora Sra. Enilda Silveira de Souza, portadora da matrícula nº 841, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota/SC, em razão de seu falecimento na data de 18/04/2021, conforme cópia da certidão de óbito em anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 18 de Abril de 2021.

Balneário Gaivota, 26 de Abril de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - Designado

PORTARIA 189/2021

Publicação Nº 3004335

PORTARIA N. 189, De 26 de ABRIL de 2021.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas em caráter temporário aos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Agente de Saúde	40 horas	Thais Duarte Rodrigues
Agente de Saúde	40 horas	Carolina Rolim Segger
Agente de Saúde	40 horas	Lais da Rosa Antonin
Agente de Saúde	40 horas	Marina Pereira de Sa
Enfermeiro	40 horas	Quedima Scheffer de Aguiar
Técnico de Enfermagem	40 horas	Tamilis de Britto

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 26 de Abril de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI
Secretario de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA 020/2021 PMBP

Publicação Nº 3003208

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2021 – PMBP
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.024/2019 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão ELETRÔNICO para Registro de Preços, tipo menor preço por item. Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um o Município de Balneário Piçarras por meio do(a), pessoa jurídica de direito público, situado na Emanuel Pinto nº 1655, centro, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ. nº 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do Sistema de Registro de Preços nº 012/2021, resolve registrar os valores oferecidos para futura aquisição de 01 (um) veículo 4x4 0 (zero) km cabine dupla diesel, afim de atender as demandas operacionais do projeto "recicla al", através do convênio sob o nº 889695/2019, entre a união, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente e o Município de Balneário Piçarras/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Empresa vencedora do certame: Belisa Comercio e Serviços LTDA – CNPJ. 31.479.773/0001-26. Valor R\$192.500,00

Balneário Piçarras, 23 de abril de 2021.

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação Nº 3003755

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS -SC
PROCESSO SELETIVO - EDITAL No 01/2021
ANEXO V

FORMULÁRIO PARA REQUISIÇÃO DE ISENÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____, inscrição nº _____ inscrito(a) no Processo Seletivo para o cargo de _____ para a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC, requiro isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 4.5 do respectivo Edital.

() Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de pré-inscrição neste concurso (boleto);
- declaração da entidade onde foram realizadas as doações, certificando a data em que ocorreram.

() Candidato componente de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007.

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de Cadastramento fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (www.mds.gov.br/consultadadao); ou Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, assinada e carimbada com data inferior a 30 dias. Somente serão aceitos Cadastramentos realizados até a data de publicação deste Edital;
- comprovante de pré-inscrição neste concurso (boleto);
- declaração assinada de que atende à condição estabelecida em lei.

() Candidato doador de medula

- comprovante de pré-inscrição neste concurso (boleto);
- cópia da Carteira de Doador ou o do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Cadastro no REDOME, com data anterior a data de publicação do Edital de abertura.

Assinatura do candidato

Caso sua solicitação seja como componente de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007, você deve assinar a Declaração abaixo

DECLARAÇÃO

Declaro que sou componente de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Declaro também, sob as penas da Lei, a veracidade das informações aqui prestadas e que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no Edital, notadamente aquelas que versam acerca das condições de isenção da taxa de inscrição.

Assinatura do candidato

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação N° 3003752

instituto brasileiro de
administração municipal**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC**
PROCESSO SELETIVO N° 01/2021
ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**NOME DO CANDIDATO:****MOTIVO DO
RECURSO:**☐**1 - GABARITO**
2 - PONTUAÇÃO
3 - ISENÇÃO**Nº DE INSCRIÇÃO:****CARGO:****Nº DA QUESTÃO:****DATA:****FUNDAMENTAÇÃO:**

Balneário Piçarras, ____/____/2021.

Assinatura do Candidato _____

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação Nº 3003748

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO - EDITAL No 01 /2021

A Comissão do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria 329/2021, torna público o edital de abertura para realização de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Balneário Piçarras, que se regerá pelas Leis nº 79/2004, 152/2019, 47/2007 e 164/2019, suas alterações e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa do Processo Seletivo será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Os cargos objeto do Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.
- 1.2. As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição dos conteúdos programáticos, o processo seletivo e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II e III do presente Edital.
- 1.3. O candidato para se inscrever deverá acessar o site www.ibam-concursos.org.br, clicar no link do cargo escolhido, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código
- 1.4. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 1331 de 31 de agosto de 2007, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo.
- 1.5. O disposto no subitem 1.4 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique, na prática, em majoração indevida do percentual mínimo fixado.
- 1.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município de Balneário Piçarras.

2. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Lei.
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. A participação de pessoas com deficiência no presente Processo Seletivo será assegurada nos termos da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015; do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e suas atualizações e da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.
- 3.2. Ao candidato abrangido pela legislação acima especificada é assegurado o direito de inscrever-se como candidato com deficiência, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.3. O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, no Formulário de inscrição.
- 3.4. O candidato deverá apresentar, durante o período de inscrição - de 26 de abril a 26 de maio de 2021, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando o tipo e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
- 3.4.1. O laudo médico deverá ser com data inferior a 01 (um) ano, contados da data do presente Edital.
- 3.4.2. Os candidatos com deficiência deverão enviar o laudo médico por meio de carta simples com AR ou Sedex com AR, durante o período de inscrição, para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. Na parte externa do envelope na identificação do Remetente, além do endereço completo do candidato e CEP deverá constar o número da inscrição, o nome do candidato e o cargo para o qual está concorrendo e no campo do destinatário, além do endereçamento correto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal, deverá constar o processo a que se refere e a respectiva etapa, tudo conforme indicam os quadros abaixo:

REMETENTE: Nome completo do candidato: Número da inscrição: Cargo: Endereço completo - CEP

DESTINATÁRIO: Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM;
Processo Seletivo da Prefeitura de Balneário Piçarras/SC - Laudo Médico.

Rua Antônio Cândido de Figueiredo, 39 – Vila Nova, Blumenau/ SC CEP: 89035 - 310

- 3.4.3. O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não-deficiente, perdendo o direito à reserva de vaga e passando à ampla concorrência. Nestes casos, o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
- 3.4.4. Os documentos constantes dos envelopes apresentados em desconformidade com as especificações estabelecidas no item 3.4.2. não serão objeto de avaliação e considerados, para todos os fins, como não entregues no prazo hábil.
- 3.5. Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.
- 3.6. O candidato com deficiência aprovado, dentro da reserva de vaga definida no Anexo I deste Edital, será convocado, no momento da nomeação, para se apresentar perante uma junta de especialistas que será a responsável por avaliar a compatibilidade da deficiência com

as atribuições do cargo a ser ocupado, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

3.7. Compete à junta oficial, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no item 1.6, concorrendo à totalidade das vagas.

3.8. Caso a deficiência do candidato seja avaliada pela junta de especialistas como incompatível com o cargo para o qual se inscreveu, o candidato será eliminado do concurso.

3.9. A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória.

3.10. A não observância do disposto nos itens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.11. Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.12. O candidato com deficiência que necessitar de condição especial no dia do Concurso Público deverá especificá-la no Formulário de inscrição.

3.13. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no item 3.12, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.14. A realização das provas por esses candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

3.15. O candidato que, no ato de inscrição, se declarar deficiente e tiver cumprido as exigências contidas no item 3.4 e seus subitens, se aprovado no Processo Seletivo, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.15.1. Na ocorrência de desistência de vaga por candidato com deficiência aprovado, essa vaga será preenchida por outro candidato com deficiência, respeitada a ordem de classificação.

3.16. Caso não haja candidato com deficiência aprovado para cargo que tenha reserva legal, a vaga será considerada de ampla concorrência.

3.17. Considerando que a legislação reserva para os deficientes 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato

classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 20ª vaga e assim, sucessivamente a cada 20 vagas.

4. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1. Período: de 26 de abril a 26 de maio de 2021, pela Internet, através do site (www.ibam-concursos.org.br).

4.1.1. Valores de inscrição:

Cargos de nível superior: R\$ 90,00 – noventa reais

Cargos de nível médio: R\$ 80,00 – oitenta reais

4.2. Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico (www.ibam-concursos.org.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 06 (seis) horas do dia 26 de abril e 18:00 (dezoito) horas do dia 26 de maio de 2021.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da taxa de inscrição. O candidato poderá verificar a confirmação de sua inscrição no site (www.ibam-concursos.org.br) através do link: Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento eletrônico.

4.4.1. O candidato que optar por realizar inscrições em mais de um cargo, mesmo que regularizadas com o pagamento, somente poderá realizar uma prova, tendo que optar por uma das inscrições validadas.

4.5. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, os candidatos componentes de família de baixa renda nos termos dos Decretos 6.135/2007 e 6.593/2008, e os doadores de sangue ou medula.

4.5.1. Para ter direito à isenção na condição de hipossuficiente de renda, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de Cadastramento (CadÚnico) fornecido pelo Ministério da Cidadania (www.mds.gov.br/consultacidadao); ou Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, assinada e carimbada com data inferior a 30 dias. Somente serão aceitos Cadastramentos realizados até a data de publicação deste Edital;

II. declaração assinada de que atende à condição estabelecida em lei, conforme Anexo V deste edital.

4.5.2. Para ter direito à isenção como doador de sangue, o candidato terá que comprovar que realizou a doação, dentro do período de 12 (doze) meses que antecedem a data de publicação deste edital, através de declaração da entidade coletora.

4.5.3. Para ter direito à isenção como doador de medula, o candidato terá que comprovar que está cadastrado no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea. A data de cadastramento deverá ser anterior à data de publicação deste edital.

4.5.3.1. Somente serão considerados como comprovantes a Carteira de Doador ou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Cadastro no REDOME.

4.5.4. Em qualquer situação de isenção os candidatos deverão enviar o formulário identificado como Anexo V, devidamente preenchido, comprovante de pré-inscrição (boleto) juntamente com os demais comprovantes para o escritório regional do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rua Antônio Cândido de Figueiredo, 39 – CEP 89035-310, Bairro Vila Nova – Blumenau-SC, com postagem no período de 26 de abril a 07 de maio de 2021.

4.5.4.1. Para efeitos de cumprimento do prazo, será considerada data do carimbo postal.

4.6. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM (www.ibam-concursos.org.br) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 14/05/2021.

4.6.1. Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

4.6.2. O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá atender ao estabelecido no item 7 deste Edital.

4.6.3. Os candidatos cujos pedidos de isenção forem indeferidos definitivamente poderão, querendo, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.4.

4.7. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.8. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Processo Seletivo, no telefone (47) 3041 6464, a fim de verificar a razão da pendência.

4.9. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Secretaria Municipal de Administração de Balneário Piçarras não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.10. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.11. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação ou cancelamento do Processo Seletivo bem como na hipótese de alteração da data do Processo Seletivo, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

4.11.1. Na impossibilidade de comparecimento dos candidatos ou de suspensão ou adiamento das provas por motivo de força maior (como por exemplo: ocorrência de fenômenos naturais, pandemias, guerras, revoluções ou outros fatos externos independentes do IBAM ou da Prefeitura de Balneário Piçarras) o valor pago a título de inscrição não será devolvido.

5. PROCESSO SELETIVO

5.1. Provas Escritas

5.1.1. As provas escritas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas escritas serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem pontos em número igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.

5.1.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. Realização das Provas

5.2.1. As provas escritas serão realizadas no dia 04 de julho de 2021 às 09 horas para os cargos de Nível Médio e às 14h para os cargos de Nível Superior e terão a duração de duas horas e trinta minutos.

5.2.2. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Processo Seletivo.

5.2.3. O local de realização das provas constará no cartão de confirmação de inscrição que poderá ser acessado no link Área do Candidato, a partir de 25/06/2021.

5.2.4. O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o fechamento dos portões de acesso aos locais de aplicação das provas, munido de seu documento de identificação e de caneta esferográfica (tinta azul ou preta).

5.2.5. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG) (preferencial); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRA etc.); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de Motorista e Passaporte.

5.2.6. Somente serão aceitos documentos físicos e originais.

5.2.7. O candidato não poderá fazer uso, no local de realização da prova, de qualquer aparelho eletrônico. O uso e/ou disparo de alarmes, campainha ou qualquer emissão de som, de bip, telefone celular, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do Processo Seletivo, podendo a organização do certame vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos, além dos acima citados.

5.2.8. No local de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.9. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.6, no dia de realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá ser identificado em cartão de identificação específico.

5.2.10. Os candidatos só poderão sair do local de realização do certame após 60 minutos (sessenta minutos) do início da prova, podendo levar o caderno de provas.

5.2.11. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos, após assinarem o boletim de sala.

5.2.12. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.13. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.14. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.15. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.16. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.17. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.18. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.19. A Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

5.2.20. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores já tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.21. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas, passível de desclassificação caso não o faça.

5.3. Do protocolo sanitário

5.3.1. O candidato deve comparecer ao local de provas utilizando máscara para proteção à COVID-19 podendo portar álcool em gel ou líquido antisséptico (70%). A máscara deve cobrir totalmente o nariz e a boca do participante e estar no rosto desde a sua entrada até sua saída do local de provas.

5.3.2. Será de responsabilidade do candidato levar máscara e álcool para uso pessoal. A troca da máscara deverá ocorrer antes do início ou após o término da prova, não sendo possível efetuar a troca durante a prova.

5.3.3. O candidato não poderá retirar a máscara facial de proteção durante a realização da prova e enquanto estiver no local a não ser para beber água ou se identificar.

5.3.4. Durante a identificação do participante, será necessária a retirada pelo candidato da máscara de proteção, sem tocar sua parte frontal, prosseguida da higienização das mãos com álcool em gel ou líquido, antes de se sentar. Para esse procedimento será respeitada a distância mínima entre o candidato e o fiscal de sala.

5.3.5. O candidato deve levar sua própria garrafa de água (transparente), não será permitido a utilização de bebedouros nos locais de provas.

5.3.6. Não será permitida a alimentação do candidato durante a realização da prova, exceto os candidatos com condições de saúde que requerem alimentação intervalada (diabéticos, hipertensos, hipotensos, etc.). Nesses casos, os candidatos deverão comparecer ao local de prova munido do laudo médico que ateste sua condição e a alimentação ocorrerá em local designado pela coordenação do local.

5.3.7. Na entrada do local de prova haverá aferição de temperatura corporal dos candidatos, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato. O candidato que apresentar temperatura superior a 37,8°C, não poderá realizar a prova e deverá deixar o local de prova.

5.3.8. O candidato deverá utilizar sua própria caneta para assinar a lista de presença, cartão resposta e demais documentos que se façam necessários.

5.3.9. O participante não poderá adentrar ou permanecer no local de aplicação das provas, assim entendido como as dependências físicas onde será realizada a prova, sem documento de identificação válido e sem a máscara de proteção à Covid-19. Caso o participante precise aguardar o recebimento de documento válido e/ou da máscara de proteção, deverá fazê-lo fora do local de prova.

5.3.10. Será dispensado o uso da máscara para os candidatos amparados pela Lei nº 14.019, de 02 de julho de 2020 - pessoas com autismo, deficiência intelectual, deficiências sensoriais ou com quaisquer outras deficiências que as impeçam de fazer o uso adequado de máscara. Nesses casos, os candidatos deverão comparecer ao local de prova munido do laudo médico que ateste sua condição.

5.3.11. Recomenda-se a utilização dos banheiros somente quando for estritamente necessário aos candidatos, com rígido processo de controle de entrada, higiene e assepsia.

5.3.12. O candidato ao terminar sua prova, após uma hora do seu início, deverá retirar-se imediatamente do local, não podendo permanecer em suas dependências, tampouco utilizar os banheiros e bebedouros.

5.3.13. O candidato que descumprir as regras constantes deste Edital, especialmente se retirar a máscara durante a permanência no local de prova ou desrespeitar as normas aqui estabelecidas ou as orientações da equipe de fiscalização quanto ao distanciamento e medidas de prevenção de contágio, será eliminado do processo seletivo e retirado do local de prova.

5.3.14. A alocação dos candidatos na sala cumprirá o distanciamento mínimo estabelecido no decreto estadual.

6. CONTAGEM DE PONTOS

6.1. A contagem de pontos será obtida pela soma dos pontos atribuídos nos três núcleos da prova objetiva.

7. RECURSOS E REVISÕES

7.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo Seletivo.

7.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Processo Seletivo poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, conforme as orientações a seguir:

a) seja feito via Internet, através do site www.ibam-concursos.org.br, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após a publicação do ato que motivou a reclamação, no horário de 8h às 18h.

b) acessar o site www.ibam-concursos.org.br, entrar em Área do Candidato com número do CPF e criar o recurso, através da opção Abrir Recurso. Assim que aparecer na tela o número do recurso, o candidato deverá preencher e salvar no seu computador o formulário de recurso constante do Anexo IV. Em seguida entrar no recurso criado e anexar o formulário em PDF com a fundamentação e enviar.

c) Em caso de recurso contra gabarito deverá ser um formulário por questão recorrida. Que conste obrigatoriamente do recurso fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser digitado e devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas.

d) quando o recurso for julgado pela Banca, a resposta estará disponível para vista do candidato na opção Área do candidato - RECURSOS.

e) o IBAM e o Município de Balneário Piçarras não se responsabilizarão por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados, salvo quando o motivo da falha for comprovadamente de responsabilidade das entidades organizadoras do Processo Seletivo.

f) o candidato tem a obrigação de acompanhar a comunicação feita pelo IBAM na Área do candidato e através do e-mail cadastrado no Formulário de inscrição, não cabendo ao IBAM qualquer responsabilidade pelo não acompanhamento ou pela demora na resposta por parte do candidato.

7.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado ou for apresentado fora do prazo estabelecido na letra a do item 7.2.

7.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, procuração, fax, via postal ou outro meio que não seja o especificado no item 7 e seus desdobramentos do Edital.

7.5. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.6. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.7. Não serão apreciados os recursos que forem apresentados:

a) em desacordo com as especificações contidas no item 7 e seus desdobramentos;

b) sem o Anexo IV em Word ou PDF;

- c) com redação manuscrita;
- d) fora do prazo estabelecido;
- e) fora da fase estabelecida;
- f) sem fundamentação lógica, coerente e consistente;
- g) com pendência de envio de arquivo contendo a fundamentação do recurso, nos moldes do item 7.2 letra b;
- h) contra terceiros;
- i) em coletivo;
- j) cujo teor desrespeite a Banca Examinadora.

7.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, nos sites do IBAM (www.ibamconcursos.org.br) e da Prefeitura de Balneário Piçarras.

7.9. Não haverá 2ª (segunda) instância de recurso administrativo.

8. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

8.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao processo seletivo descrito no item 5 do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

8.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

- 1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2o) maior no de pontos na prova de Legislação;
- 3o) maior no de pontos na prova de Português.
- 4o) maior idade.

8.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

8.3. O resultado preliminar do Processo Seletivo contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites (www.ibam-concursos.org.br), através da opção Documentação do Concurso e (<https://balneariopicarras.atende.net/>).

8.4. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.5. Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao órgão de gestão de pessoal da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, seu endereço para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

8.6. Os gabaritos serão divulgados no dia 05 de julho de 2021, nos sites (www.ibam-concursos.org.br) e (<https://balneariopicarras.atende.net/>).

9. DA CONVOCAÇÃO

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo quando convocados, serão encaminhados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

9.2. Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

9.2.1. A critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no item 9.2, poderão ser requisitados exames complementares.

9.3. Os candidatos considerados aptos nos exames médicos deverão apresentar a documentação necessária à sua contratação, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, situado à Avenida Emanuel Pinto, 1655 – Centro - Balneário Piçarras /SC.

9.4. Os candidatos convocados deverão apresentar a documentação relacionada abaixo, necessária à sua contratação.

Documentos:

- a) Fotocópia do CPF;
- b) Fotocópia da identidade;
- c) Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- d) Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- e) Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos, se houver);
- f) Cópia de certificados e diplomas, conforme requisitos mínimos do cargo (Escaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2018;
- g) 01 foto 3x4;
- h) Comprovante de residência;
- i) Exame Admissional expedido por Médico do Trabalho;
- j) Fotocópia da carteira de reservista (para candidatos do sexo masculino);
- k) Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- l) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- m) Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- n) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública (emitida no órgão);
- o) Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei (emitida no órgão);
- p) Declaração de bens e fontes de renda (emitida no órgão);
- q) Declaração de parentesco (emitida no órgão);
- r) Cópia do cartão bancário do Bradesco ou Banco do Brasil para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (número da agência e conta);
- s) Cópia da carteira profissional com o número do registro do conselho (para cargo a nível superior)
- t) Certidão de ética profissional e negativa de débitos do conselho;
- u) Cópia da carteira de vacinação atualizada ou declaração de vacina.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

10.2. A homologação do Processo Seletivo será feita por ato do Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, mediante a apresentação das

listagens finais dos resultados do certame.

10.3. O Processo Seletivo terá validade de 01 ano, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período conforme as necessidades da Prefeitura de Balneário Piçarras.

10.4. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

10.5. Será excluído do certame, por ato da Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo, o candidato que:

- a) portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do processo;
- b) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- c) for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- d) prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- e) deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital;
- f) deixar de assinar a folha de respostas.

10.7. O presente Processo Seletivo objetiva o preenchimento de vagas temporárias, de acordo com a legislação municipal vigente.

10.8. A aprovação em Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, dentro do prazo de validade do Processo e com prazo de contrato definido conforme as necessidades da Prefeitura de Balneário Piçarras.

10.9. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelos jornais, site do IBAM e da Prefeitura de Balneário Piçarras ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o processo.

10.10. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Processo Seletivo, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Balneário Piçarras, após a homologação do resultado do Processo Seletivo, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

10.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.12. São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III, IV e V que o acompanham.

10.13. O presente Edital e demais atos relativos ao Processo Seletivo estarão disponibilizados no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, bem como no site do IBAM, (www.ibam-concursos.org.br) e no site da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras (<https://balneariopicarras.atende.net/#!/tipo/inicial>).

Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC, 22 de abril de 2021.

Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo
de Balneário Piçarras/SC.

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação Nº 3003753

- NÍVEL SUPERIOR CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS 1. Análise textual: interpretação e compreensão dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; estratégias e características do texto; elementos de coesão e coerência. 2. Aspectos semânticos: denotação e conotação; sentido e emprego dos vocábulos e expressões; sentidos atribuídos às palavras pelo acréscimo de prefixos e sufixos; figuras de linguagem (metáfora, paradoxo, metonímia, antítese, eufemismo, ironia). 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; flexões do verbo (tempo, modo, voz); uso e colocação dos pronomes; processos de formação de palavras. 4. Aspectos sintáticos: concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; crase. 5. Sistema Ortográfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

LEGISLAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social. Diretrizes para a gestão do SUS: Descentralização, Regionalização, Municipalização, Financiamento, Regulação, Pactos pela Saúde, Protocolos do SUS. Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; Sistemas de informação em saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica – PNAB 2017, Lei 8080/90. Estatuto do Idoso: Lei 10.741/2003. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III).

- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO/PROFISSIONAL

ENFERMEIRO Lei orgânica de saúde. Sistema Único de Saúde. Princípios, Diretrizes, Regulamentação, Gestão e Organização do Sistema Único de Saúde. Políticas Públicas de Saúde. Participação da comunidade. Política Nacional de Atenção Básica. Atenção Primária em Saúde. Ações de promoção, proteção e recuperação da saúde. Humanização. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Diretrizes operacionais: Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Implementação do modelo assistencial de atenção básica com os Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Regionalização e Redes de Atenção à Saúde. Gerenciamento de resíduos, biossegurança, prevenção e controle de riscos. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei do exercício profissional. Gerenciamento, administração e organização dos serviços de enfermagem. Educação em Saúde. Teorias de Enfermagem. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Consulta de Enfermagem. Assistência de enfermagem em: urgências e emergências; vigilância em saúde; auditoria dos serviços de saúde; imunização; saúde do adulto; saúde da criança/adolescente; saúde da mulher; saúde do idoso; assistência em doenças sexualmente transmissíveis (DST), síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), tuberculose e hepatites; obesidade; doenças respiratórias; hipertensão arterial; diabetes mellitus; doenças cardiovasculares; doenças cerebrovasculares e doença renal. Princípios de prevenção e controle da Infecção Relacionada

à Assistência à Saúde (IRAS). Cuidados Assistenciais de Fundamentos de Enfermagem. Ações e cuidados na Atenção à Rede de Urgências e Emergências, na Atenção à Rede de Pessoas com Deficiências, na Atenção à Rede de Doenças Crônicas e na Atenção à Rede Psicossocial.

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: 1. Resposta Endócrina-Metabólica ao Trauma; 2. Equilíbrio Hidroeletrólítico e Ácido-Base; 3. Nutrição em Cirurgia; 4. Cicatrização e Cuidados com a Ferida Cirúrgica; 5. Infecções e Antibioticoterapia em Cirurgia; 6. Cuidados Pré e Pós-Operatórios; 7. Choque – Falência de Múltiplos Órgãos; 8. Terapia Intensiva em Cirurgia; 9. Hemostasia – Terapia Transfusional; 10. Avaliação do Risco Cirúrgico; 11. Princípios Gerais de Cancerologia Cirúrgica; 12. Transplantes – Aspectos Gerais; 13. Ética e profissionalismo em Cirurgia; 14. Segurança do paciente no período perioperatório.

MÉDICO CLÍNICO GERAL Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: 1. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. 2. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. 3. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. 4. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. 5. Cuidados ao recém nascido normal e condução da puericultura. 6. Tratamento das afecções mais frequentes na infância, na adolescência, na idade adulta e na velhice. 7. Interpretação de exames complementares de apoio diagnóstico na atividade clínica diária. 8. Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamentos necessários. 9. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples. 10. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. 11. Conhecimento sobre o ciclo vital, a estrutura e a dinâmica familiar. 12. Promoção de ações de educação em saúde e ações em parceria com a comunidade. 13. Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. 14. Gerenciamento de serviços de saúde. 15. Montagem e operação de sistemas de informação na Atenção Primária à Saúde. 16. Montagem, orientação e avaliação de sistema de referência e contra-referências. 17. Estudos de prevalência e incidência de morbi-mortalidade e de indicadores de saúde na população sob sua responsabilidade. 18. Implementação, controle e avaliação do programa de imunização da unidade. 19. Orientação e implementação de atividades de treinamento de pessoal e educação continuada para a equipe de saúde.

MÉDICO INFECTOLOGISTA Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Febre de Origem Indeterminada. Hepatites virais. Toxoplasmose. Citomegalovirose. Mononucleose infecciosa. Herpes/Herpes Zoster. Tuberculose. Blastomicose (Paracoccidiodomicose). Hanseníase. Leishmaniose tegumentar. Leishmaniose visceral (Calazar). Doenças Exantemáticas. Dengue. Febre amarela. Raiva. Tetano. Estafilococis. Endocardite infecciosa. Febre Tifoide. Salmonellose. Meningite meningocócica. Meningite bacteriana. Leptospirose. Hantavirose. Malária. DST. HIV/AIDS. Doença de Chagas. Histoplasmose. Covid -19. Febre maculosa. Esquistossomose. Influenza. Doença respiratória aguda grave.

MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Anatomia, embriologia e fisiologia do aparelho genital. Anamnese e exame ginecológico. Exames complementares em Ginecologia. Malformações genitais. Estados intersexuais. Ginecologia infanto-puberal. Doenças sexualmente transmissíveis. Vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. Dismenorreia. Síndrome pré-menstrual. Hemorragia uterina disfuncional. Amenorreias. Distopias genitais. Distúrbios urogenitais. Incontinência urinária. Infertilidade conjugal. Endometriose. Métodos contraceptivos. Climatério descompensado. Patologias benignas do colo e do corpo uterino. Miomatose uterina. Doenças da vulva. Síndrome dos ovários policísticos. Câncer do colo do útero. Tumores malignos e benignos dos ovários. Lesões benignas e malignas das mamas. Abdômen agudo em ginecologia. Cirurgias ginecológicas e suas complicações. Obstetrícia. Fisiologia e endocrinologia do ciclo gravídico-puerperal. Assistência pré-natal e propedêutica da gestação. Estudo das doenças intercorrentes do ciclo gravídico. Gestação de alto risco. Medicina fetal. Deslocamento prematuro de placenta. Inserção viciosa placentária. Abortamento. Prematuridade. Gravidez pós-termo. Doenças hipertensivas do ciclo gravídico-puerperal. Rotura prematura de membranas. Crescimento intrauterino restrito. Diabetes Mellitus e gestação. Infecções pré-natais. Prenhez ectópica. Gemelaridade. Parto e puerpério: estudo e assistência. Sofrimento fetal agudo. Doença hemolítica Peri natal. Doença trofoblástica gestacional. Hemorragias da gestação e do puerpério.

MÉDICO PEDIATRA Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: História e exame físico em pediatria. Semiologia pediátrica. Assistência integral a saúde da criança. Educação em saúde: Conceitos: Prioridades em saúde maternas infantil. O papel educativo do pediatra. Crescimento e desenvolvimento. Fatores do crescimento e desenvolvimento. Desenvolvimento Neuro-Psicomotor e Emocional. Necessidades afetivas. Parâmetro de crescimento e desenvolvimento. Higiene Alimentar. Princípios gerais da alimentação da criança. Aleitamento materno. Alimentação do Pré-escolar e escolar. Principais distrofias carenciais primárias. Doença diarreica Terapia de rehidratação oral. Higiene Anti-Infecciosa. Imunização: Vacinação e Calendário de Vacinação. Parasitoses: Prevenção e tratamento. Higiene do Ambiente Físico. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção dos distúrbios de conduta. Prevenção de Acidentes na Infância. Primeiros socorros em Pediatria. Pediatria Clínica. Semiologia Pediátrica. Nutrição e distúrbios nutricionais. Necessidades básicas requeridas nas diferentes idades. Critérios de avaliação de criança eutrófica e distrófica. Classificação (Desnutrição, Marasmo, Kwashiorkor). Doenças Infecciosas e Parasitárias. Sistema digestivo: Sinopse de fisiologia Malformações. Gastrenterites Alergias Alimentares Desidratação. Desequilíbrios Hidroeletrólíticos, Acidose, Alcaloses. Sist. Respiratório: Sinopse de fisiologia Malformações. IVAS: Rinofaringites, Amidalites, Otites, Rino-sinusopatias, Bronquite, Bronquiolite, Pneumonias, Asma, Afecções pulmonares Crônicas. Sistema Cardiovascular: Sinopse de fisiologia Malformações congênitas. Insuficiência cardíaca, Infecções: Febre Reumática, Miocardites. Sistema Nervoso: Sinopse de fisiologia, Malformações. Doenças Infecciosas do Sistema Nervoso. Distúrbios Motores de instalação aguda. Problemas de aprendizagem: considerações neurológicas. Sistema Endócrino: Sinopse de Fisiologia Déficit pondero-estatural. Distúrbios Tireoidianos, Diabetes, hiperplasia de suprarenal. Neoplasias na infância.

MÉDICO PSIQUIATRA Conhecimentos básicos de Medicina: Semiologia médica na prática clínica; Radiologia Básica na prática clínica; Patologia Geral; Epidemiologia Geral; Farmacologia básica; Ética Médica. Específico: Psicopatologia. A relação médico-paciente. A entrevista psiquiátrica. História da psiquiatria. Transtornos de humor. Transtornos de ansiedade. Interconsulta psiquiátrica. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Suicídio e outras emergências psiquiátricas. Transtornos psicossomáticos, dissociativos e somatoformes. Transtornos alimentares. Transtornos relacionados a substâncias. Delírio e demências. Sexualidade humana e seus transtornos. Transtornos da

personalidade. Saúde mental pública. Psiquiatria infantil. Psicofarmacoterapia. Psicoterapias. Psiquiatria forense e ética.

ODONTÓLOGO 1. Epidemiologia em saúde bucal: princípios e dados do relatório do Projeto SB Brasil; 2. Políticas de Saúde Bucal: Brasil Sorridente – Política Nacional de Saúde Bucal; 3. Saúde bucal coletiva: Cariologia– Aplicações Clínicas, prevenção; 4. Dentística restauradora: Técnicas e materiais restauradores: amálgama, resina composta e ionômero de vidro – propriedades e indicações; 5. Endodontia: Diagnóstico e tratamento das alterações pulpares; 6. Periodontia: periodonto, exame periodontal, anatomia e noções clínicas; 7. Cirurgia: exodontia – técnicas. Saúde Pública: Programa Brasil Sorridente e suas respectivas portarias. Promoção de Saúde. Plano de Gerenciamento de resíduos de serviços odontológicos. Prevenção e controle de riscos. Caderno de Atenção Básica /número 17.

PEDAGOGO Fundamentos da educação; Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas; o papel político pedagógico e a organicidade do ensinar, aprender e pesquisar; o processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis; o processo de ensino/aprendizagem; Metodologia de projetos; Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento; Alternativas de trabalhos didáticos com jovens e adultos; Conceitos e percepções em meio ambiente e educação ambiental. Noções básicas de Meio Ambiente e Saúde. Serviço de Abordagem Social: Diretrizes e fundamentos; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Política Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infância Juvenil.

TERAPEUTA OCUPACIONAL Conteúdos básicos das ciências biológicas: anatomia humana; bioquímica; citologia; histologia e embriologia. Prática da Terapia Ocupacional. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Saúde e Qualidade de Vida; Sistema Único de Saúde - Histórico e Princípios; Níveis de Atenção à Saúde; Fundamentos da Humanização. Princípios da Terapia Ocupacional: Perspectivas Teóricas e Práticas da Terapia Ocupacional; Métodos de Avaliação em Terapia Ocupacional; Processos Criativos em Terapia Ocupacional; Técnicas Corporais em Terapia Ocupacional. Tecnologias Assistivas: definição, prescrição e aplicação. Próteses e Órteses: conceito, prescrição, avaliação e confecção. Terapia Ocupacional e abordagens no cotidiano da pessoa com deficiência. Atividades e recursos terapêuticos em terapia ocupacional. Reabilitação psicossocial e a prática da Terapia Ocupacional em saúde mental. Terapia Ocupacional no contexto hospitalar. A prática da Terapia Ocupacional nos processos neurológicos, traumato-ortopédicos, e reumatológicos. Terapia Ocupacional aplicada à gerontologia e geriatria. Políticas Públicas da Pessoa Idosa; Processo de Envelhecimento e Cultura; Patologias na Velhice; Oficina de Memória para Idosos; Reabilitação Cognitiva. Ética em terapia ocupacional. Leis e Resoluções do COFFITO.

- NÍVEL MÉDIO

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS 1. Análise textual: interpretação e compreensão dos sentidos construídos nos textos verbais e não verbais; estratégias e características do texto; elementos de coesão e coerência. 2. Aspectos semânticos: denotação e conotação; sentido e emprego dos vocábulos e expressões; sentidos atribuídos às palavras pelo acréscimo de prefixos e sufixos; figuras de linguagem (metáfora, paradoxo, metonímia, antítese, eufemismo, ironia). 3. Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos; flexões do verbo (tempo, modo, voz); uso e colocação dos pronomes; processos de formação de palavras. 4. Aspectos sintáticos: concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; crase. 5. Sistema Ortográfico: ortografia; regras de acentuação; uso dos sinais de pontuação.

LEGISLAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios, diretrizes, leis e regulamentação. Participação e Controle Social; Estratégia de Saúde da Família - ESF: conceitos, legislações, Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, 2017. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais. Do Direito e das Garantias Fundamentais. Da organização do Estado (Títulos I, II e III).

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde: Lei 11350/2006; Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990. Processo saúde doença e seus determinantes/condicionantes. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Noções de ética e cidadania. Noções básicas epidemiologia, meio ambiente e saneamento. Noções básicas de doenças Leishmaniose, Dengue, chikungunya, zika, Malária, Esquistossomose, Febre Amarela, Leptospirose. Formas de aprender ensinar em educação popular. Promoção de saúde: conceitos e estratégias. Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Visita domiciliar. Mapeamento/territorialização. Noções de vigilância em saúde. Regras sanitárias de combate à COVID 19.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Trabalho em equipe/processo de trabalho/comunicação. Ética. Cidadania/direitos humanos. Processo Saúde-Doença/determinantes/condicionantes. Visita domiciliar. Cadastramento familiar. Mapeamento e territorialização. Estratégia de avaliação em saúde. Diagnóstico comunitário. Promoção da saúde: conceitos e estratégias. Atribuições do Agente Comunitário de Saúde. Educação em Saúde. Participação e mobilização social. Estratégia saúde da família. Imunidade/Imunização. Vigilância em saúde. Saneamento. Riscos ocupacionais. Sistemas de Informação. Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Atenção Integral: à Criança e Adolescente; Mulher e Homem e ao Idoso. Atenção Psicossocial. Comunicação em Saúde. Planejamento em Saúde. Orientações sobre Covid-19. Informática Básica: Sistema Operacional Windows 10, Microsoft Word 2016, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

ARTESÃO Cidadania e Risco Social. Educação Social: Reinserção e Desenvolvimento Comunitário. Arte: linguagens, materiais e conceitos. Arte-educação: propostas metodológicas. Materiais e técnicas das artes plásticas. Volume, forma e estética. Tipos de materiais para artesanato; Artesanato regional brasileiro; Materiais recicláveis para artesanato; Legislação Municipal para exposição de Artesanato; Materiais Tóxicos; Soma e subtração de cores; Tipos de tintas para diferentes fins artesanais; Manipulação e diferenciação de ferramentas básicas para artesanato.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL Anatomia da cavidade bucal. Anatomia dental. Atribuições da equipe de saúde bucal no programa de saúde da família. Atribuições de pessoal auxiliar em odontologia (Lei 11.889/2008). Biossegurança, controle de infecção, prevenção e controle de riscos. Cárie dentária/cariologia. Dentição humana. Dieta, nutrição, saúde bucal. Doenças periodontais. Doenças transmissíveis e não transmissíveis. Técnicas de escovação supervisionada. Epidemiologia. Equipamento, material e instrumental de uso odontológico. Ergonomia, riscos ocupacionais. Ética. Fluoretos. Ficha clínica. Imunidade, resistência, seres vivos. Legislação Estadual, Municipal referente à saúde

bucal. Prevenção das doenças bucais. Radiologia odontológica, processamento filme radiográfico. Doenças da Cavidade Bucal; Política Nacional de Saúde Bucal; Especialidades Odontológicas e Dentições Humanas.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO CAPS Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução, contrato, convênio. Técnica Legislativa: conceitos básicos. Sistemática da Lei. Requisitos essenciais. Normas gerais para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e demais atos normativos. Informática Básica: Sistema Operacional Windows 10, Microsoft Word 2016, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM Sistemas de informação em saúde. Atenção Básica a Saúde: Programa Nacional de Imunização (esquema básico e rede de frio); Tuberculose; Influenza A (H1N1); Hipertensão; Diabetes; Tabagismo; Obesidade; DST/AIDS; Atenção a Saúde da Mulher; Atenção a Saúde da Criança e do Recém Nascido (RN); Atenção a Saúde do Adolescente, Adulto e Idoso; Humanização e ética na atenção a Saúde; Saúde Mental; Educação Permanente como estratégia na reorganização dos Serviços de Saúde e Acolhimento; Atenção à saúde do trabalhador; Saúde da família; Saúde bucal; Urgência e emergência. Biossegurança: Normas de biossegurança; Métodos e procedimentos de esterilização e desinfecção; Serviço de Controle de Infecções Hospitalares (SCIH). Procedimentos de enfermagem: Técnicas básicas de enfermagem: sinais vitais, medidas antropométricas, preparo e administração de medicações, tratamento de feridas e técnica de curativos. Código de Ética e Lei do Exercício Profissional: Legislação e ética para o exercício do profissional de enfermagem.

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação Nº 3003749

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRA- BALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$
NÍVEL SUPERIOR					
01	ENFERMEIRO CAPS	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 4.389,57
02	MÉDICO – CIRURGIA GERAL	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Cirurgia Geral	01	10h	R\$ 4.592,14*
03	MÉDICO – CLÍNICO GERAL	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM	CR	10h	R\$ 4.592,14*
04	MÉDICO –INFECTOLOGISTA	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Infectologia	01	10h	R\$ 4.592,14*
05	MÉDICO –GINECOLOGIA/ OBSTETRÍCIA	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia	01	10h	R\$ 4.592,14*
06	MÉDICO –PEDIATRA	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Pediatria	01	10h	R\$ 4.592,14*
07	MÉDICO - PSIQUIATRA	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Psiquiatria	02	20h	R\$ 7.912,47
08	ODONTÓLOGO	Diploma de graduação em Odontologia e registro no CRO	CR	30h	R\$ 2.927,23
09	PEDAGOGO	Diploma de graduação em Pedagogia	01	40h	R\$ 3.397,69
10	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Diploma de graduação em Terapia Ocupacional e registro no CREFITO	01	30h	R\$ 3.615,99
CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRA- BALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$ (*)
NÍVEL MÉDIO					
11	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	Certificado de conclusão do Ensino Médio, CNH Categoria AB e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACE realizado na plataforma AVASUS	08	40h	R\$ 1.557,27
12	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO MOR- RO ALTO	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACS realizado na plataforma AVASUS	04	40h	R\$ 1.557,27
13	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACS realizado na plataforma AVASUS	03	40h	R\$ 1.557,27

14	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO NOSSA SENHORA DA PAZ	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACS realizado na plataforma AVASUS	03	40h	R\$ 1.557,27
15	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO CENTRO	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de ACS realizado na plataforma AVASUS	08	40h	R\$ 1.557,27
16	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO ITACOLOMI	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACS realizado na plataforma AVASUS	08	40h	R\$ 1.557,27
CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$ (*)
17	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – UBS BAIRRO SANTO ANTÔNIO	Certificado de conclusão do Ensino Médio, comprovante de residência na área de atuação desde a data da publicação deste edital e Certificado do Curso Introdutório de Formação Inicial de ACS realizado na plataforma AVASUS	01	40h	R\$ 1.557,27
18	ARTESÃO	Certificado de conclusão do Ensino Médio	01	40h	R\$ 1.698,84
19	AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	Certificado de conclusão de curso de Auxiliar de Saúde Bucal e registro no CRO	02+CR	40h	R\$ 1.557,27
20	AUXILIAR ADMINISTRATIVO CAPS	Certificado de conclusão do Ensino Médio	CR	40h	R\$ 1.698,84
21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	01+CR	30h	R\$ 1.609,58
22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM CAPS	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 2.769,31

* Neste valor já está incluído gratificação por especialidade no valor de R\$ 1.664,71 de acordo com a LC Nº 12/2009.

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

ENFERMEIRO CAPS: Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição; Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde; Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas identificadas, necessidades para determinar assistência a ser prestada pela equipe; Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança; Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes; Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade; Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc; Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho; Fazer a triagem os casos de ausência de médico, e prestar atendimento nos casos de emergência.

MÉDICOS - Atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar o paciente a tratamento especializado quando as circunstâncias assim exigirem, e prestar outros serviços de sua especialidade e inerentes a sua profissão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

MÉDICO PSQUIATRA - Ter habilidade para trabalhar em equipe multiprofissional, colaborando na construção do projeto terapêutico do serviço, Realizar atendimento na área de psiquiatria, Desempenhar funções da medicina preventiva e curativa, realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área. Realizar atendimentos individuais, em grupos e visitas domiciliares, Promover e participar de ações intersetoriais e matriciamento com as Equipes de Saúde da Família ou Atenção Básica, favorecendo o trabalho em rede.

ODONTÓLOGO: Dar atendimento ao público, realizando serviços inerentes à sua profissão e outros definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

PEDAGOGO: Acompanhar o desenvolvimento biopsicossocial no que se refere ao processo pedagógico dos usuários atendidos no CAPS, bem como estimular o desenvolvimento das potencialidades de cada um deles; Avaliar resultados quanto ao processo educativo dos usuários e promover intervenções didáticas que o favoreçam; Realizar orientação às famílias no que se refere ao modelo Assistencial de Saúde Mental; Realizar oficinas terapêuticas dentro da proposta de reabilitação psicossocial do CAPS; Realizar atendimentos na modalidade de grupo operativo para usuários do CAPS; elaborar projeto terapêutico individual dos portadores de sofrimento mental junto à equipe multiprofissional, de acordo com reunião específica para discussão do mesmo; participar a elaboração de planos, programas e projetos voltados para a melhoria do Serviço de Saúde Mental.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: Planejar e desenvolver atividades ocupacionais e recreativas; Elaborar programas de tratamento avaliando as consequências deles decorrentes; Orientar a execução de atividades manuais e criativas para fins de recuperação do indivíduo; Ministras

técnicas de trabalho em madeira, couro, argila, tecido, corda e outros; Motivar para o trabalho, valorizando a expressão criadora do indivíduo; Atender individualmente e em grupos os pacientes, aplicando as técnicas inerentes à profissão, Executar outras atividades inerentes ao cargo.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS: Realizar inspeção em armadilhas e pontos estratégicos no Município para descobrimento de focos, pesquisar larvária em imóveis para levantamento de índice de infestação ou com presença de *Aedes Aegypti*; realizar a eliminação de criadouros de *Aedes Aegypti*, tendo como método de primeira escolha o controle mecânico (remoção, destruição, vedação, etc.); executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar ao controle mecânico do *Aedes Aegypti*, aplicando inseticidas autorizados, conforme orientação técnica; orientar a população com relação aos meios de evitar a proliferação dos vetores de *Aedes Aegypti*; utilizar corretamente os equipamentos de proteção individual indicados para cada situação; repassar ao supervisor da área os problemas de maior grau de complexidade, não solucionados; manter atualizado o cadastro de imóveis e pontos estratégicos da sua área de trabalho; registrar as informações referentes às atividades executadas nos formulários específicos; deixar seu itinerário de trabalho junto à coordenação do programa. Desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE: 1. Trabalhar com descrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; 2. Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; 3. Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população pertencente à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades; 4. Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados; 5. Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva; 6. Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito a agendamentos ou desistências de consultas e exames solicitados.

ARTESÃO: Atuar sob a orientação do Terapeuta Ocupacional, em oficinas terapêuticas; Desenvolver atividades artísticas, manuais e artesanais; Desenvolver outras atividades inerentes à função por determinação das chefias.

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL: 1. Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; 2. Executar organização, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, dos equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; 3. Auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas; 4. Realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; 5. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Atenção Básica, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; 6. Aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; 7. Processar filme radiográfico; 8. Selecionar moldeiras; 9. Preparar modelos em gesso; 10. Manipular materiais de uso odontológico realizando manutenção e conservação dos equipamentos; 11. Participar da realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; e 12. Exercer outras atribuições que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO CAPS: Exercer atividades administrativas condizentes com as necessidades do CAPS, de acordo com os procedimentos estabelecidos.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM- Exercer atividades de nível médio, envolvendo orientação e acompanhamento do trabalho de enfermagem em grau auxiliar, e participar no planejamento da assistência de enfermagem, cabendo-lhe especialmente: participar da programação da assistência de enfermagem; executar ações assistenciais de enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no parágrafo único do art. 6º desta Lei Complementar; participar da orientação e supervisão do trabalho de enfermagem em grau auxiliar; participar da equipe de saúde.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM CAPS- Técnico de Enfermagem Ministar cuidados de enfermagem aos usuários do CAPS, tais como administrar medicamentos, assisti-los nas atividades da vida cotidiana dentro do ambiente do CAPS; Realizar visitas domiciliares e medicação supervisionada; Realizar outras atribuições inerentes à profissão e às demandas do cargo.

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021

Publicação Nº 3003751

DEMONSTRATIVO DAS PROVAS OBJETIVAS

Nível Superior e Médio

Cargo	Núcleo de prova	Número de Questões	Valor de pontos de cada Questão	Mínimo de Pontos Exigidos em cada Núcleo
Todos os cargos	Conhecimento Técnico Profissional	10	10	30
	Legislação SUS	10	10	30
	Português	10	10	30

PROCESSO SELETIVO SAÚDE 001/2021 ERRATA

Publicação Nº 3003757

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO - EDITAL No 01 /2021 - ANEXO I
ERRATA 01

A Comissão do Processo Seletivo torna pública a Errata 01 ao edital.

ANEXO I**ONDE SE LÊ:**

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABA- LHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$
NÍVEL SUPERIOR					
01	ENFERMEIRO CAPS	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 4.389,57
02	MÉDICO – CIRURGIA GERAL	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Cirurgia Geral	01	10h	R\$ 4.592,14*
NÍVEL MÉDIO					
21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	01+CR	30h	R\$ 1.609,58
22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM CAPS	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 2.769,31

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

ENFERMEIRO CAPS: Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição; Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde; Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas identificadas, necessidades para determinar assistência a ser prestada pela equipe; Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança; Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes; Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade; Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc; Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho; Fazer a triagem os casos de ausência de médico, e prestar atendimento nos casos de emergência.

MÉDICOS - Atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar o paciente a tratamento especializado quando as circunstâncias assim exigirem, e prestar outros serviços de sua especialidade e inerentes a sua profissão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

LEIA-SE:

CÓDIGO	CARGO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	VENCIMENTO R\$
NÍVEL SUPERIOR					
01	ENFERMEIRO CAPS	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 4.389,57
23	ENFERMEIRO – CENTRO DE TRIAGEM COVID-19	Diploma de graduação em Enfermagem e registro no COREN	10	30h	R\$ 2.410,66
02	MÉDICO – CIRURGIA GERAL	Diploma de graduação em Medicina, registro no CRM e Título de Especialista em Cirurgia Geral	01	10h	R\$ 4.592,14*
NÍVEL MÉDIO					
21	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	01+CR	30h	R\$ 1.609,58
22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM CAPS	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	CR	40h	R\$ 2.769,31
24	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - CENTRO DE TRIAGEM COVID-19	Certificado de conclusão de curso de Técnico em Enfermagem e registro no COREN	18	30h	R\$ 1.609,58

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

ENFERMEIRO- Prestar serviços de supervisão administrativa e orientação aos auxiliares de saúde segundo os conhecimentos profissionais inerentes à sua formação. Executar tarefas relacionadas com o atendimento ao público segundo a complexidade do caso e fora do alcance dos auxiliares, bem como as definidas pela Secretaria da Saúde e Bem Estar Social.

ENFERMEIRO CAPS: Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem empregando processos de rotina e ou específicos que possibilitem a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva. Participar da equipe multidisciplinar, nas diversas atividades visam o aprimoramento e desenvolvimento das atividades de interesse da instituição; Identificar as necessidades de enfermagem, programando e coordenando as atividades da equipe de enfermagem, visando a preservação e recuperação da saúde; Elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas identificadas, necessidades para determinar assistência a ser prestada pela equipe; Supervisionar a equipe de trabalho da enfermagem em todos os segmentos para manter uma adequada assistência aos clientes com eficiência, qualidade e segurança; Executar diversas tarefas de enfermagem de maior complexidade, valendo-se de seus conhecimentos técnicos, para proporcionar o maior grau possível de bem estar físico, mental e social aos seus pacientes; Elaborar escalas de serviço e atividades diárias da equipe de enfermagem sob sua responsabilidade; Fazer medicação intramuscular e endovenosa, curativos, retirada de pontos, etc; Realizar reuniões de orientação e avaliação, visando o aprimoramento da equipe de trabalho; Fazer a triagem os casos de ausência de médico, e prestar atendimento nos casos de emergência.

MÉDICOS - Atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar o paciente a tratamento especializado quando as circunstâncias assim exigirem, e prestar outros serviços de sua especialidade e inerentes a sua profissão definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Permanecem inalterados os demais itens.

Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC, 26 de abril de 2021.

Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da

Prefeitura de Balneário Piçarras/SC.

TA 007/2021 AO CONTRATO 008/2020 PMBP

Publicação Nº 3003284

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 007/2021 PMBP DE 26/04/2021

CONTRATO Nº 008/2020 PMBP de 18/03/2020

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2019 PMBP

MODALIDADE Tomada de Preços nº 009/2019 PMBP

HOMOLOGADO EM 22/01/2020

Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços por parte de contratada, para a execução de obras de reurbanização e qualificação de via urbana da Avenida Getúlio Vargas, em estrita observância do memorial descritivo e demais documentos anexos ao processo, na forma do Termo de Referência, em anexo ao Edital. Conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável e Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, através do Ofício SPDES nº 089/2021 e Ofício nº 264/2021, respectivamente, deferidos pelo parecer nº 112/2021 da Procuradoria Jurídica do Município de Balneário Piçarras, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 65, fica acrescido o valor de R\$ 19.743,41 (dezenove mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), a partir da assinatura deste termo, referente ao reajuste anual previsto na Clausula 3.2 do termo de contrato. Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato.

CR Artefatos de Cimento LTDA – CNPJ. 01.650.178/0001-40

Balneário Piçarras, 26 de abril de 2021.

Tiago Maciel Baltt – Prefeito Municipal

DECRETO 66/2021

Publicação Nº 3003468

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Gabinete do Prefeito**DECRETO Nº 066/2021**

Homologa o Plano Municipal de Contingência — Defesa Civil - PLAMCON — para doenças infecciosas virais - CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19) - que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres, quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a desastres naturais.

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Contingência – Defesa Civil – PLAMCON – para doenças infecciosas virais - CORONAVÍRUS 2019 (COVID-19), Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 27/04/2021



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal



Assinado digitalmente por:
MARCELO ALVES CRIVELATTI
801.318.089-15
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Marcelo Alves Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 27/04/2021 ÀS 11:05:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p60880c2b02e21>



CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 042/2021**

Publicação Nº 3004096

PORTARIA Nº 042/2021

Designa a Assessora de Recursos Humanos a realizar os pagamentos bancários.

JORGE LUIZ DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas Atribuições Legais DESIGNA a Sra. JUCILENE GAZANIGA, Assessora de Recursos Humanos, matrícula nº 392, a realizar os pagamentos bancários da Câmara Municipal de Balneário Piçarras-SC, no interesse do serviço público do Poder Legislativo Municipal, durante os dias 27 de abril de 2021 a 05 de maio de 2021, período de férias do servidor efetivo ocupante do cargo de Tesoureiro Legislativo.

REGISTRE-SE
CIENTIFIQUE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Sala das Sessões, 27 de abril de 2021.

JORGE LUIZ DA SILVA – Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2021

Publicação Nº 3003832

DECRETO/GP/Nº042/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Designa os membros da subcomissão técnica de licitação para julgar o Edital de Tomada de Preço nº. 035/PMBR/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada a Subcomissão Técnica de Licitação formada pelos Membros abaixo relacionados, para analisar e julgar propostas técnicas a que se refere a Licitação de Tomada de Preço nº: 035/PMBR/2021 para a contratação de Agência de Publicidade e Propaganda:

- Credenciados com vínculo funcional:

- Franciele Teixeira Fernandes – Jornalista - Membro;
- Eduardo Danielski – Manutenção do Departamento de Imprensa - Membro.

II - Credenciado sem vínculo funcional:

- Cristiane de Oliveira Freitas – Membro - Jornalista;
- Antônio Pereira Rozeng – Suplente - Jornalista;
- Paula Daros Darolt - Suplente - Jornalista.

Art. 2º - Compete ao Procurador Geral do Município a responsabilidade pelos pareceres jurídicos, do procedimento licitatório.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão – SC, 26 de abril de 2021.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração em 26 de abril de 2021.

RAMIRES LINO
Secretário de Administração e Finanças

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO Nº 1367/2021**

Publicação Nº 3004126

DECRETO Nº 1.367, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Adota medidas preventivas e restritivas no âmbito do Município de Barra Bonita para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de Dezembro de 1997;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO os Decretos emitidos pelo Estado de Santa Catarina declarando estado de calamidade pública em todo o território catarinense, estabelecendo medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de restringir atividades sociais e

econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027 de 18 de dezembro de 2020 que institui regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica local, o crescente número de pessoas contaminadas, a falta de vagas de leitos de UTI nos hospitais da região do extremo oeste e oeste catarinense, e;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual que dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da COVID-19 em todo o território catarinense;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, até 30 de abril de 2021, em todo o território municipal, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19:

- I- proibição do fornecimento de bebidas alcoólicas com consumo no próprio estabelecimento entre 22h00 e 06h00;
- II- proibição de atividades esportivas coletivas e recreativas, como futebol, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, inclusive aquelas de treinamentos realizadas por clubes e escolas;
- III- para o transporte coletivo urbano municipal, transporte coletivo intermunicipal e transporte coletivo interestadual, limite de ocupação de 50% (cinquenta por cento) por veículo;
- IV- permissão das atividades religiosas em templos e igrejas, com limite de ocupação de 25% (vinte e cinco por cento) e limite de horário de funcionamento entre 06h00 e 22h00;
- V- Permissão das atividades de restaurantes, lanchonetes, bares e afins, com limite de ocupação de 25% (vinte e cinco por cento) e funcionamento somente entre 06h00 e 22h00, sendo limitado o ingresso de novos clientes até 21h00, com encerramento das atividades às 22h00;
- VI- funcionamento de agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito somente com

atendimento individual, controle de entrada e monitoramento do distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) entre as pessoas;

VII – utilização de parques, praças e demais espaços públicos somente sem aglomeração e concentração; e

VIII – funcionamento de supermercados e afins, com limite de acesso de até 2 (duas) pessoas por família e ocupação simultânea de até 50% (cinquenta por cento) da capacidade do estabelecimento, das 6h00 às 22h00.

Parágrafo único. Todas as atividades mencionadas deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 2º - Todos os estabelecimentos deverão atender rigorosamente às determinações das autoridades sanitárias e de saúde relativas ao COVID-19, como a obrigatoriedade do uso de máscaras, disponibilização de álcool gel, distanciamento de 1,5 m (um metro e meio) medidores de temperatura na entrada do estabelecimento e todas as demais medidas de segurança preconizadas pelos protocolos vigentes.

Art. 3º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde, sob pena de aplicação da sanção prevista no artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.

Art. 4º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 5º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 1.359/2021.

Barra Bonita, SC, 27 de abril de 2021.

AGNALDO DERESZ
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 1.366/2021

Publicação Nº 3004187

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.366/2021

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar até a importância de R\$. 348.000,00 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil Reais), com recursos oriundos do superávit financeiro apurado no balanço anual do exercício de 2020 e dá outras providências.

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº. 887/2021 de 09 de abril de 2021.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 348.000,00 (Trezentos e Quarenta e Oito Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal, para fazer frente a despesa acima autorizada:

ÓRGÃO: 06.000 – SECRET.MUNIC. DE AGRIC.IND.COM.E MEIO AMB.

UNID/ORÇ: 06.001 - UNIDADE DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ/ATIV: 020.602.0026.2015 –Manut. e Coord. das Ativ. daSéc.Agricultura

CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 03420042 – Outras Transf. Legais e Const. MP.938....R\$ 348.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício financeiro de 2020 nas fontes abaixo discriminadas:

SUPERAVIT

FONTE/REC: 03420042 – Outras Transf. Legais e Const. MP.938....R\$ 348.000,00

Total R\$. 348.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE PREFEITO DE BARRA BONITA, SC em 27 de abril de 2021.

Aginaldo Deresz
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2021

Publicação Nº 3003504

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2021

CONVOCA PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE BARRA BONITA-SC

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Convocar os aprovados no Processo Seletivo Simplificado 003/2021, cujo resultado foi homologado pelo DECRETO Nº 1363/2021, de 19 de abril de 2021, a seguir relacionado:

Nome	Cargo		Classificação
Lodir Luiz Mittmann	Operador de Equipamentos		1º

Art.2º O convocado deve apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Barra Bonita/SC, até o dia 29 de abril de 2021, durante o horário de expediente munidos da seguinte documentação:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título eleitoral e comprovante da última votação;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Nº do PIS, encontrado na Carteira de Trabalho;
- 01 Foto 3x4;
- Quando em cargos que exigem formações: (certificados e registros);
- Comprovante de Escolaridade;
- Certidão de antecedentes criminais (obtida na Distribuição no Fórum ou site TJSC);
- Declaração de Bens;
- Declaração de ter sofrido ou não penalidades;
- Declaração de Conta bancaria para depósito salarial. (Sicoob ou BB);
- Declaração de não acúmulos de cargos;
- Atestado médico ocupacional;
- Comprovante de residência.

Art.3º O Não comparecimento do candidato, bem como a Não apresentação dos documentos exigidos até a data aprazada ou Não havendo justificativa para tal falta, importara em Renúncia tácita do candidato a vaga que se classificou.

Barra Bonita - SC em 27 de abril de 2021.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 02/2021 – CMDCA

Publicação Nº 3003467

PORTARIA Nº 02/2021 – CMDCA

Exonera Ocupante do Cargo de Conselheiro Tutelar

Marcela Cristina Tomé, presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes –CMDCA- de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a senhora Fernanda De Fátima Caldas da função de Conselheira Tutelar pelo motivo de que a mesma termina seu tempo de conselheira suplente, substituindo as conselheiras em férias;

Artigo 2º - A Conselheira retorna a ser a primeira suplente;

Artigo 3º- Esta exoneração entra em vigor a partir do dia 20 de abril de 2021;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 20 de abril de 2021.

Marcela Cristina Tomé
Presidente do CMDCA

PORTARIA Nº 1231-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003841

PORTARIA Nº 1231-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1337-GAB de 12 de agosto de 2017, datado de 02 de março de 2021;

CONSIDERANDO que a conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1337-GAB de 12 de agosto de 2017, assevera suspensão de 90 (noventa) dias sem remuneração ao Sr. E. A. D., servidor efetivo no cargo de Coordenador de Arrecadação, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças, com ressarcimento dos valores recebidos indevidamente reajustados pelo INPC;

CONSIDERANDO o artigo 164, inciso II e artigo 165 da Lei Complementar nº 120 de 2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - SUSPENDER do exercício do cargo, o servidor Sr. E. A. D., servidor efetivo no cargo de Coordenador de Arrecadação, matrícula funcional nº 911, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças, PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS SEM REMUNERAÇÃO, com fulcro no artigo 164, inciso II e artigo 185 da Lei Complementar 120 de 2011, A PARTIR DE 01/05/2021 ATÉ 29/07/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 19 de abril de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1232-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003846

PORTARIA Nº 1232-GAB, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO a conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1337-GAB de 12 de agosto de 2017, datado de 02 de março de 2021;

CONSIDERANDO que a conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1337-GAB de 12 de agosto de 2017, assevera suspensão de 90 (noventa) dias sem remuneração a Sra. S. dos S. M., servidora efetiva no cargo de Professora, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com ressarcimento dos valores recebidos indevidamente reajustados pelo INPC;

CONSIDERANDO o artigo 187, inciso II e artigo 188, inciso VIII, da Lei Complementar nº 125 de 2011;

RESOLVE:

Artigo 1º - SUSPENDER do exercício do cargo, a servidora Sra. S. DOS S. M, servidora efetiva no cargo de Professora, matrícula funcional nº 1380, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS SEM REMUNERAÇÃO, com fulcro no artigo 187, inciso II e artigo 188, inciso VIII, da Lei Complementar nº 125 de 2011, A PARTIR DE 01/05/2021 ATÉ 29/07/2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 19 de abril de 2021.

DOUGLAS ELIAS DA COSTA
Prefeito Municipal

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

Publicação Nº 3003437

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 4594/2021

CONTRIBUINTE: ITAÚ UNIBANCO S/A

ASSUNTO: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI – INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA. ITBI. INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA. INCISO II, § 2º DO ART. 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EMPRESA SUSTENTA NÃO TER COMO ATIVIDADE PREPONDERANTE COMPRA E VENDA DE BENS IMÓVEIS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. NÃO INCIDÊNCIA RECONHECIDA. A contribuinte requereu administrativamente o reconhecimento da não incidência do ITBI sob a incorporação de bem imóvel. Sustentou que não possui dentre suas atividades preponderantes a compra e venda de bens imóveis. Analisando as informações constantes no CNPJ é possível afirmar que não direciona suas atividades a exploração do mercado imobiliário. Desta forma, considerando a disposição constitucional acerca do tema (§ 2º do art. 156 da Constituição Federal), o pedido deve ser julgado procedente, não devendo incidir o ITBI na presente integralização.

ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, dar provimento ao pedido da contribuinte, RECONHECENDO A NÃO INCIDÊNCIA do ITBI na incorporação do imóvel de matrícula 11240, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 5534/2021

CONTRIBUINTE: ADRIANA SILVA DA SILVEIRA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU do ano de 2005. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU referente ao ano de 2005 em nome do Requerente, nos termos

do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 5601/2021

CONTRIBUINTE: VALMIRE GOMES

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU do ano de 2014 E 2015. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU referente ao ano de 2014 E 2015 em nome do Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 5620/2021

CONTRIBUINTE: MARIA VITÓRIA MACHADO ESPINDOLA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – CERTIDÃO DE QUALQUER NATUREZA

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE CERTIDÃO DE QUALQUER NATUREZA. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO.

O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de Certidão de Qualquer Natureza do ano de 2014. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de Certidão de Qualquer Natureza do ano de 2014 em nome do Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 5622/2021

CONTRIBUINTE: ELIZANGELA ESPINDOLA

ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU

RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU do ano de 2007 a 2009. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU referente aos anos de 2007 a 2009 em nome do Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 20/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 6786/2021

CONTRIBUINTE: RG7 ADMINISTRADORA DE BENS E PART. LTDA.

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A BASE DE CÁLCULO. DECRETO 1305/2019. ENTREGA DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA ASSINADA POR PROFISSIONAL INSCRITO NO CRECI E COM CADASTRO NO CNAI. DEFERIMENTO DO PEDIDO. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI. Qualquer contribuinte pode insurgir-se quanto a base de cálculo estabelecida pelo fisco municipal quando entender que o valor mensurado supera o de mercado. Inicialmente há que se destacar que a base de cálculo para fins de ITBI é o valor de mercado do bem. O contribuinte discordou do valor e apresentou a documentação exigida pelo art. 13 § 1º do Decreto 1305/2019, ou seja, Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, em consonância com a norma NBR nº 14.653 – ABNT, assinado por profissional inscrito no CRECI e CNAI em

que o profissional esclarece que o valor de mercado é de R\$ 461.910,00 (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e dez reais). Desta forma, o pedido deve ser julgado procedente, retificando-se a base de cálculo de ITBI para R\$ 461.910,00 (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e dez reais) o imóvel.

ACORDAM os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, retificando a base de cálculo do imóvel para R\$ 461.910,00 (quatrocentos e sessenta e um mil novecentos e dez reais) (ITBI nº 994/2021), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Realize-se o lançamento. Após, expeça-se a referida guia de recolhimento.

SESSÃO DO DIA: 23/04/2021

Publicação Nº 3003452

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 23/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 5566/2021

CONTRIBUINTE: VICCI INCORPORADORA LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA. ITBI. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL. INCISO II, § 2º DO ART. 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EMPRESA SUSTENTA NÃO TER COMO ATIVIDADE PREPONDERANTE COMPRA E VENDA DE BENS IMÓVEIS. ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA NÃO É DIRECIONADA AO MERCADO IMOBILIÁRIO. INCIDÊNCIA DO ITBI SOB A DIFERENÇA QUE ULTRAPASSAR O MONTANTE A SER INTEGRALIZADO. PEDIDO PROCEDENTE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. A contribuinte requereu administrativamente o reconhecimento da não incidência do ITBI sob a integralização de bens imóveis a título de capital social. Sustentou que não possui dentre suas atividades preponderantes a compra e venda de bens imóveis. Mormente, analisando as informações constantes no CNPJ da empresa é possível concluir que a empresa pública não direciona suas atividades para o mercado imobiliário, fazendo necessário destacar o art. 36, I, do CTN, onde verifica-se que o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos quando para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito. Desta forma, considerando a disposição constitucional acerca do tema (§2º do art. 156 da Constituição Federal), o pedido deve ser julgado procedente, não devendo incidir o ITBI na presente integralização por meio dos imóveis. Nada obstante, verificável que o montante mensurado pela contribuinte, está minorado do real valor venal dos imóveis em questão. A jurisprudência é pacificada no sentido de que a base de cálculo do ITBI é o valor real da venda do imóvel ou de mercado, nesse sentido é imprescindível a realização de análise dos valores, para que sob o remanescente, incida o montante do imposto, matéria esta, já decidida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2011.073712-5, de São João Batista, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 17/05/2012). Isto posto, a base de cálculo do ITBI a ser utilizada é o valor de mercado do bem que ultrapassar o montante a ser integralizado, não merecendo guarida a alegação da parte de que não deve ser utilizado o valor de mercado. Ressalta-se, todavia, que a qualquer momento o fisco municipal poderá realizar fiscalização a fim de verificar a veracidade das informações.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido da contribuinte reconhecendo a não incidência do ITBI na integralização do imóvel (constantes na matrícula 34.405) até o limite das cotas sociais integralizadas, devendo incidir o ITBI sob o remanescente que ultrapassar esse valor, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 23/04/2021

PRESIDÊNCIA INTERINA: WELITON NIVALDO ALVES

PROCESSO Nº: 5566/2021

CONTRIBUINTE: RG7 ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DE ITBI

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: REVISÃO DE ITBI. EXCESSO NO VALOR DA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL TRANSMITIDO. LAUDO DE AVALIAÇÃO ELABORADO PELO CORRETOR DE IMÓVEIS. DOCUMENTO COM PREÇO BEM ABAIXO DO VALOR DE MERCADO NÃO MERECE CREDIBILIDADE. ARTIGO 13, §4º, IN FINE, DO DECRETO 1.305/2019. LAUDO QUE APRESENTOU COMO PARÂMETRO IMÓVEIS DISTANTES DO LOCAL NEGOCIADO. VALOR DO METRO QUADRADO MUITO ABAIXO DO PRATICADO NA LOCALIDADE. IMÓVEL SEM CARACTERÍSTICAS QUE JUSTIFIQUEM A GRANDE DIFERENÇA ENTRE O PREÇO NEGOCIADO NA REGIÃO E O VALOR DA VENDA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

A incidência do tributo deve levar em conta o valor venal real do imóvel, a par de avaliação feita pelo Município, que detém tal prerrogativa. A divergência do valor arbitrado pela autoridade fiscal para fins de tributação, em relação àquele declarado nos instrumentos dos negócios, não derruem por si só, a presunção de legitimidade do ato administrativo, cujo ônus impõe-se ao contribuinte, a quem cabe demonstrar eventual excesso. Quando o laudo trazido pelo contribuinte apresenta valor muito aquém do negociado na região não deve ser considerado com força suficiente para alterar o montante arbitrado pela tributação.

ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por maioria de votos, em JULGAR IMPROCEDENTE o pedido da contribuinte, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ACÓRDÃO

SESSÃO DO DIA: 23/04/2021

PRESIDÊNCIA: EDILSON ARY DELFINO

PROCESSO Nº: 7046/2021

CONTRIBUINTE: SEBASTIÃO SOUZA MACHADO
ASSUNTO: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO – IPTU
RELATOR: RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE PRESCRIÇÃO DE IPTU. AUSÊNCIA DE ATO ADMINISTRATIVO QUE SUSPENDA OU INTERROMPA A PRESCRIÇÃO. DÉBITO TRIBUTÁRIO NÃO EXECUTADO. PEDIDO DEFERIDO. O contribuinte protocolou pedido de reconhecimento da prescrição dos débitos de IPTU do ano de 2011. Em conformidade com o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar judicialmente o crédito tributário a partir da sua constituição, o que, conforme pesquisas no sistema informatizado do Município não foi feito. Além disso, inexistiu ato administrativo que suspendesse ou interrompesse a prescrição tributária. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido do contribuinte, devendo ser considerado prescrito os créditos tributários de IPTU referente ao ano de 2011 em nome do Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

PEDIDO PROCEDENTE – ISENÇÃO – APOSENTADO BAIXA RENDA

CONSIDERANDO que o contribuinte JOAO SANTOS MORAIS comprovou por meio do processo de número 1460/2021: a) ser aposentado/pensionista; b) possuir 01 (um) único imóvel no país; c) não possuir rendimentos mensais acima de 2 (dois) salários mínimos; d) não possuir veículo automotor e que a Secretaria de Assistência se manifestou favoravelmente à concessão do pedido a presente Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT vem pelo presente, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de reconhecimento de isenção do IPTU do ano de 2021.

Encaminhe-se cópia ao setor responsável para cancelamento do débito. Ressaltamos, por fim, que o presente deferimento não se estenderá aos anos subseq-entes, devendo o contribuinte renovar o pedido ano a ano.
Registre-se. Publique-se. Intime-se.

PEDIDO PROCEDENTE – ISENÇÃO – APOSENTADO BAIXA RENDA

CONSIDERANDO que o contribuinte MAURA LIDIA ANDRE comprovou por meio do processo de número 1292/2021: a) ser aposentado/pensionista; b) possuir 01 (um) único imóvel no país; c) não possuir rendimentos mensais acima de 2 (dois) salários mínimos; d) não possuir veículo automotor e que a Secretaria de Assistência se manifestou favoravelmente à concessão do pedido a presente Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT vem pelo presente, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de reconhecimento de isenção do IPTU do ano de 2021.

Encaminhe-se cópia ao setor responsável para cancelamento do débito. Ressaltamos, por fim, que o presente deferimento não se estenderá aos anos subseq-entes, devendo o contribuinte renovar o pedido ano a ano.
Registre-se. Publique-se. Intime-se.

PEDIDO PROCEDENTE – ISENÇÃO – APOSENTADO BAIXA RENDA

CONSIDERANDO que o contribuinte MAURA PAULINA VIANA comprovou por meio do processo de número 1138/2021: a) ser aposentado/pensionista; b) possuir 01 (um) único imóvel no país; c) não possuir rendimentos mensais acima de 2 (dois) salários mínimos; d) não possuir veículo automotor e que a Secretaria de Assistência se manifestou favoravelmente à concessão do pedido a presente Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT vem pelo presente, por unanimidade, JULGAR PROCEDENTE o pedido de reconhecimento de isenção do IPTU do ano de 2021.

Encaminhe-se cópia ao setor responsável para cancelamento do débito. Ressaltamos, por fim, que o presente deferimento não se estenderá aos anos subseq-entes, devendo o contribuinte renovar o pedido ano a ano.
Registre-se. Publique-se. Intime-se.

TOMADA DE PREÇO 004/2021 PMBV

Publicação Nº 3003405

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 044/2021

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 004/2021

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Pavimentação Asfáltica da Estrada Geral do Escalvado no Bairro Escalvado, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Financiamento: CAIXA ECONOMICA FEDERAL através do contrato numero 890890/2019/ MAPA/CAIXA. Cadastro na Prefeitura: até 13/05/2021. Data/horário recebimento envelopes: 18/05/2021 até 08:15 horas. Data/horário abertura envelopes: 18/05/2021 às 08:30 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 28 de abril de 2021. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito

TOMADA DE PREÇO 005/2021 PMBV

Publicação Nº 3003453

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 045/2021

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2021

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Contratação de empresa especializada para serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Silvério Bertolino Ribeiro no bairro São Cristóvão, extensão de 1.036,87 metros, incluindo material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. CONTRATO DE FINANCIAMENTO BADESC 2019024401. Cadastro na Prefeitura: até 13/05/2021. Data/horário recebimento envelopes: 18/05/2021 até 13:45 horas. Data/horário abertura envelopes: 18/05/2021 às 14:00 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 28 de abril de 2021. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 28/2021

Publicação Nº 3003845

PORTARIA Nº 028/2021

Altera a Portaria nº 25/2021, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Ementa da Portaria nº 25/2021 para a seguinte redação:

"Concede 30 dias de férias ao servidor Rui Cesar Torrens, autoriza o servidor a gozar nos períodos de 24 de março de 2021 a 5 de abril de 2021, e de 26 de abril de 2021 a 12 de maio de 2021, bem como autoriza o adiantamento da primeira metade do 13º Salário".

Art. 2º Alterar o art. 1º da Portaria nº 25/2021, para a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor Rui Cesar Torrens, matrícula nº 317373, relativas ao período aquisitivo de 2020/2021."

Art. 3º Alterar o art. 2º da Portaria nº 25/2021, para a seguinte redação:

"Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 24 de março de 2021 a 5 de abril de 2021, e de 26 de abril de 2021 a 12 de maio de 2021."

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 26 de abril de 2021.

Claudionir Arbigaus
Presidente

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO Nº 053/2021 - ADOTA AS MEDIDAS NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, CONFORME ESTABELECE O DECRETO ESTADUAL Nº 562, DE 17 DE ABRIL DE 2020, QUE DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO CATARINENSE, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS, PARA FINS

Publicação Nº 3004424

Decreto nº 053/2021, de 27 de abril de 2021.

Adota as medidas no Município de Benedito Novo, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, “n”, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Considerando o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências, bem como suas alterações.

Considerando ainda as competências municipais estabelecidas nas Constituições Federal e Estadual, bem como a necessidade do Município de Benedito Novo pela continuidade na adoção das recomendações e determinações em face do cenário de emergência de saúde pública; DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas no âmbito Municipal, as medidas estabelecidas no Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020 e suas alterações, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no que for de abrangência e competência municipal.

Parágrafo único – Os prazos estabelecidos no Decreto Estadual, ficam igualmente adotados no Município de Benedito Novo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, 27 de abril de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

O Decreto nº 053/2021 foi publicado e registrado na forma da Lei.
Benedito Novo, 27 de abril de 2021.

Joice Aparecida Costa
Auxiliar Administrativo I

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DP 51/2021

Publicação Nº 3004033

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Dispensa de Licitação: 51/2021

Afigurando-me que a licitação epigrafada se encontra regularmente desenvolvida dentro dos parâmetros legais, está em ordem e não há impugnações ou recursos pendentes de julgamento e, restando ainda presente o interesse na contratação/compra que deu ensejo à instauração do processo, **HOMOLOGO** o procedimento de que se cogita em favor da empresa vencedora:

15318 - LAURO VOLLES						
Lote: 1 - PEÇA PARA MÁQUINA MOTONIVELADORA N.23 - OBRAS						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	BOMBA DE DIREÇÃO E FREIO	UNIDADE		1	R\$2.449,00	R\$2.449,00
Lote: 2 - PEÇAS PARA CONERTO DO FREIO DA MÁQUINA RETROESCAVADEIRA N.27 - AGRICULTURA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	DISCO 237021A1	PECA		4	R\$115,00	R\$460,00
3	PLACA 237022A1	PECA		2	R\$319,00	R\$638,00
4	PLACA 308029A1	UNIDADE		2	R\$320,00	R\$640,00
5	PLACA 308030A1	UNIDADE		2	R\$190,00	R\$380,00
6	ANEL 308036A1	UNIDADE		2	R\$65,00	R\$130,00
7	ANEL 190493A1	PECA		2	R\$75,00	R\$150,00
8	ANEL P2230493	UNIDADE		10	R\$3,00	R\$30,00
9	ANEL 238-5270	PECA		4	R\$12,00	R\$48,00
10	ANEL 292210A1	UNIDADE		2	R\$3,00	R\$6,00
11	ANEL 305152A1	UNIDADE		1	R\$2,00	R\$2,00
12	ANEL 128376A1	UNIDADE		1	R\$3,00	R\$3,00
13	RETENTOR K262143	UNIDADE		1	R\$40,00	R\$40,00
14	ANEL 238-5152	PECA		1	R\$3,00	R\$3,00
15	REPARO 219000671	KIT		2	R\$345,00	R\$690,00
16	REPARO 219000672	KIT		2	R\$295,00	R\$590,00
Lote: 3 - PEÇAS PARA CONERTO DO EMBUCHAMENTO DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA N.105 - AGRICULTURA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
17	PINO 1545280	UNIDADE		1	R\$388,00	R\$388,00
18	PINO 1545279	UNIDADE		1	R\$258,00	R\$258,00
19	BUCHA 9R0320	UNIDADE		2	R\$52,00	R\$104,00
20	BUCHA 1545257	UNIDADE		2	R\$57,00	R\$114,00
21	BUCHA 2136703	UNIDADE		2	R\$73,00	R\$146,00
22	BUCHA 9R0162	UNIDADE		8	R\$92,00	R\$736,00
23	CALÇO 9R0158	UNIDADE		12	R\$18,00	R\$216,00
24	CALÇO 9R1510	UNIDADE		14	R\$18,00	R\$252,00
25	PINO 1545278	UNIDADE		1	R\$255,00	R\$255,00
26	PINO 2136698	UNIDADE		1	R\$380,00	R\$380,00
27	BUCHA 9R0170	UNIDADE		4	R\$100,00	R\$400,00
28	BUCHA 2136687	UNIDADE		2	R\$72,00	R\$144,00
29	PINO 2136697	UNIDADE		1	R\$355,00	R\$355,00
30	ARRUELA 9R1502	UNIDADE		4	R\$22,00	R\$88,00
31	ANEL 6V4364	UNIDADE		2	R\$11,00	R\$22,00

**PREFEITURA DE BENEDITO NOVO****CNPJ: 83.102.780/0001-08****Rua Celso Ramos, 5.070 – Centro - Benedito Novo - SC****CEP: 89.124-000 – FONE/FAX (47) 3385-0487****E-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br****Home Page: www.beneditonovo.sc.gov.br**

32	ANEL 6V8344	UNIDADE		2	R\$7,50	R\$15,00
33	CORREIA 0617140	UNIDADE		2	R\$62,00	R\$124,00
Total do Fornecedor:						R\$10.256,00

Benedito Novo/ SC, 27 de abril de 2021.

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

CORREÇÃO AVISO PERP 31/2021-PMB

Publicação N° 3004755

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

CORREÇÃO DO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 31/2021 – PMB
COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS DESTINADAS AO TRANSPORTE DE SERVIDORES QUANDO EM VIAGENS OFICIAIS A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 29/04/2021, às 14:00h do dia 18/05/2021.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 18/05/2021, no endereço eletrônico comprasbr.com.br, horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura <https://www.bigua.sc.gov.br/> e site comprasbr.com.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3094 4100.
Biguaçu, 27 de abril de 2021.

SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.173/2021

Publicação Nº 3004597

DECRETO Nº 13.173, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 12.511, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2019, QUE "REGULAMENTA A LEI Nº 784 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE 'INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-E; A GERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARA TOMADORES DE SERVIÇOS; - DISPÕE SOBRE O SISTEMA ELETRÔNICO DE GESTÃO, PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN, PREVISTA NO ART. 296 DA LC 632/2007 E ART. 99 DO DECRETO 8664/2008; ALTERADOS PELO DECRETO 12.650, DE 22 MAIO DE 2020; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.'".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 59, V, e 75, I, "a" e "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 59 do Decreto nº 12.511, de 19 de novembro de 2019, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 12.650 de 22 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. Os contribuintes poderão escriturar suas declarações através do sistema disponibilizado pela secretaria da Fazenda do município de Blumenau até 31 de agosto de 2021, retroativamente a partir da competência de janeiro de 2021."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.176/2021

Publicação Nº 3004600

DECRETO Nº 13.176, DE 27 DE ABRIL DE 2021.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.958, de 16 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento, no valor de R\$ 25.160,00 (vinte e cinco mil, cento e sessenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1201 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.01.08.241.0055.2291 – Man. das Atividades de Prot. Especial
Modalidade 4.4.90 (472) Aplicações Diretas R\$ 25.160,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1201 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.01.08.241.0055.2291 – Man. das Atividades de Prot. Especial
Modalidade 3.3.90 (469) Aplicações Diretas R\$ 25.160,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.187/2021

Publicação Nº 3004616

PORTARIA Nº 25.187, DE 08 DE ABRIL DE 2021.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE ANDRESSA KARINA ESTEVÃO, PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE MUSEUS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER - SECTUR, ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 25.050/2021.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO a nomeação de ANDRESSA KARINA ESTEVÃO, através da Portaria nº 25.050/2021, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Museus, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Laser - SECTUR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.259/2021

Publicação Nº 3004632

PORTARIA Nº 25.259, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

RETIFICA AS PORTARIAS QUE ESPECIFICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 057/2021, de 22/04/2021, resolve:

RETIFICAR as portarias abaixo especificadas, na seguinte forma:

1) a Portaria nº 25.216, de 13 de abril de 2021, que nomeou para o exercício de cargos de provimento em comissão, onde se lê: "...LUIZ CARLOS WIGENANT [...]" leia-se: "...LUIZ CARLOS WEIGENANT [...]";

2) a Portaria nº 25.216, de 13 de abril de 2021, que nomeou para o exercício de cargos de provimento em comissão, onde se lê: "...NORIVALDO CANDIDO [...]" leia-se: "...NORIVAL CANDIDO [...]";

3) a Portaria nº 25.023, de 10 de março de 2021, que nomeou servidores públicos municipais para o exercício de cargos de provimento em comissão na secretaria municipal de educação, onde se lê: "...SANDRA MARISA DA SILVA LIMA [...]" leia-se: "...SANDRA MARISA DA SILVA DE LIMA";

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.261/2021

Publicação Nº 3004633

PORTARIA Nº 25.261, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHEILA SCHAEFER, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE CONTADOR, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Gestão Governamental, por meio do Memorando nº 098/2021, de 23/04/2021, resolve:

DESIGNAR, no dia 06 de abril de 2021, a servidora pública municipal SHEILA SCHAEFER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Cotações - FGC de 50%, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.262/2021

Publicação Nº 3004635

PORTARIA Nº 25.262, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JONAS ARLAN FRITZKE, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ELETRICISTA, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER - SECTUR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Turismo e Lazer, por meio do Ofício RH nº 755/2021, de 15/04/2021, resolve:

DESIGNAR, no dia 19 de abril de 2021, o servidor público municipal JONAS ARLAN FRITZKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor no Plano Municipal de Turismo - FGC de 30%, na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.263/2021

Publicação Nº 3004636

PORTARIA Nº 25.263, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL THIAGO CESAR PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, resolve:

DISPENSAR, no dia 03 de dezembro de 2020, o servidor público municipal THIAGO CESAR PEREIRA, Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Administrativo da ETSUS - FGC 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, designado pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.264/2021

Publicação Nº 3004638

PORTARIA Nº 25.264, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELE PEREIRA DEUNIZIO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD - Diretoria de Pessoal nº 0285/2021, de 20 de abril de 2021, resolve:

DISPENSAR, a contar de 18 de abril de 2021, a Gratificação pelo Atendimento aos Usuários do SUS, de que trata o artigo 47 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, da servidora pública municipal MICHELE PEREIRA DEUNIZIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, concedida pela Portaria nº 19.667, de 26/04/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.265/2021

Publicação Nº 3004639

PORTARIA Nº 25.265, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MICHELE PEREIRA DEUNIZIO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 286/2021, de 20/04/2021, resolve:

DESIGNAR, no dia 19 de abril de 2021, a servidora pública municipal MICHELE PEREIRA DEUNIZIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Administrativo da ETSUS - FGC de 60%, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.266/2021

Publicação Nº 3004641

PORTARIA Nº 25.266, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE GABARITOS DE VIAS LOCAIS EXISTENTES DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, por meio do Memorando SEPLAN/GAD nº 031/2021, de 22/04/2021, resolve:

DISPENSAR, os servidores públicos municipais abaixo, da Comissão de Análise de Gabaritos de Vias Locais Existentes do Município de Blumenau, instituída pelo Decreto nº 8.811, de 06 de novembro de 2008 e regida pelo Decreto nº 12.833, de 21 de setembro de 2020:

MARELIZE AMANDIO PRADE, matrícula nº 224316, Arquiteta, designada pela Portaria nº 24.515, de 29/09/2020;

MOACIR LUIS BOECK, matrícula nº 133400, Engenheiro Civil, designado pela Portaria nº 24.515, de 29/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.267/2021

Publicação Nº 3004642

PORTARIA Nº 25.267, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JACINTHO GIACOMONI, DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE VIGILÂNCIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO, a contar de 26 de abril de 2021, ao servidor público municipal JACINTHO GIACOMONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme Processo Administrativo nº 2399/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.268/2021

Publicação Nº 3004643

PORTARIA Nº 25.268, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRÉ CHRISTIAN FADL SCHALDACH, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ARQUITETO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, por meio do Memorando nº 029/2021, de 20/04/2021, resolve:

DISPENSAR, no dia 20 de abril de 2021, o servidor público municipal ANDRÉ CHRISTIAN FADL SCHALDACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Modelagem e Simulação de Tráfego - FGC 70%, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, designado pela Portaria nº 23.501, de 22/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.269/2021

Publicação Nº 3004644

PORTARIA Nº 25.269, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRÉ CHRISTIAN FADL SCHALDACH, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ARQUITETO, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, por meio do Memorando nº 029/2021, de 20/04/2021, resolve:

DESIGNAR, no dia 21 de abril de 2021, o servidor público municipal ANDRÉ CHRISTIAN FADL SCHALDACH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Planejamento e Pesquisas Urbanísticas - FGC de 70%, na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.270/2021

Publicação Nº 3004645

PORTARIA Nº 25.270, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, NA FORMA E PERCENTUAL QUE ESPECIFICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o art. 1º, 'b', da Lei Complementar nº 1.274, de 10 de dezembro de 2019, e em atenção ao Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 278/2021, de 16/04/2021, resolve:

CONCEDER, a gratificação mensal pela atuação em Abrigos Municipais, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) ou no Serviço de Abordagem Social de Rua, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento de que trata o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 (art. 1º, 'b', LC 1.274, de 10/12/2019), aos servidores públicos municipais:

GABRIEL LEANDRO RODRIGUES, matrícula nº 719234, contratado em caráter temporário para a função de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, atuação no AMBLU, a contar de 12 de abril de 2021;

ERIVELTON DE ARAUJO COSTA, matrícula nº 719292, contratado em caráter temporário para a função de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, atuação no AMBLU, a contar de 15 de abril de 2021;

HUGO HENRIQUE BARRA TRABACK, matrícula nº 718292, contratado em caráter temporário para a função de Educador Social, lotado na

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, atuação no Serviço de Abordagem Social de Rua, a contar de 15 de abril de 2021;

WELLITON DE CARVALHO NOVAES CAVALCANTI, matrícula nº 719298, contratado em caráter temporário para a função de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, atuação no AMBLU, a contar de 19 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.271/2021

Publicação Nº 3004646

PORTARIA Nº 25.271, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

EXONERA FABIO HORNBURG DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE LICENCIAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL, NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 26 de abril de 2021, FABIO HORNBURG, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Licenciamento e Controle Ambiental, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, nomeado pela Portaria nº 25.062, de 17 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.272/2021

Publicação Nº 3004647

PORTARIA Nº 25.272, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA FABIO HORNBURG PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA - PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 27 de abril de 2021, FABIO HORNBURG, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente da Criança e do Adolescente, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal da Família - PRÓ-FAMÍLIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 26 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.273/2021

Publicação Nº 3004648

PORTARIA Nº 25.273, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA DIANA VIEIRA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – COMEN, PARA O BIÊNIO 2020/2022.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26/04/2012, e atendendo a solicitação contida no Memorando GAB SEMUDES nº 183/2021, de 22 de abril de 2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, para compor o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMEN, no biênio 2020/2022, juntamente com os demais membros:

DIANA VIEIRA, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, em substituição a SORAYA DAM-BROSO CAIGAR, nomeada pela Portaria nº 24.627, de 03 de novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.276/2021

Publicação Nº 3004650

PORTARIA Nº 25.276, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CHARLENE FURTADO CARNEIRO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37, inciso II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 282/2021, de 20/04/2021, resolve:

DISPENSAR, a contar de 30 de março de 2021, a gratificação pelo desempenho de atividades de COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (Coordenação AG Guilherme Jensen), de que trata o artigo 37, inciso II, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, da servidora pública municipal CHARLENE FURTADO CARNEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 22.941, de 27/05/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.277/2021

Publicação Nº 3004653

PORTARIA Nº 25.277, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO NOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NAIARA LEAL ANDRADE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 39, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 283/2021, de 20/04/2021, resolve:

CONCEDER, a contar de 15 de abril de 2021, a gratificação pela Participação nos Serviços de Atenção Psicossocial, de que trata o artigo 39, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal NAIARA LEAL ANDRADE, contratada em caráter temporário para a função de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.278/2021

Publicação Nº 3004655

PORTARIA Nº 25.278, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO MENSAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLÁUDIA EUGENIA DE OLIVEIRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e em atenção ao Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 284/2021, de 20 de abril de 2021, resolve:

CONCEDER, a contar de 19 de abril de 2021, a gratificação mensal pela PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, de que trata o artigo 32, inciso I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal CLÁUDIA EUGENIA DE OLIVEIRA, contratada em caráter temporário para a função de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.280/2021

Publicação Nº 3004656

PORTARIA Nº 25.280, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU – COPE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, e em atenção ao Ofício SEPLAN/COPE nº 013/2021, de 22/04/2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar Lei Complementar nº 794, de 19 de abril de 2011, para comporem o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau – COPE, para o biênio 2020-2022, juntamente com os demais membros:

CAMILA DIX e MARCOS DÖRING, representantes titular e suplente, respectivamente, da Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, em substituição LUIZ MÁRIO ROCHA CASTANHO e WAGNER FIGUEIRA DE FARIA, nomeados pela Portaria nº 23.946, de 06 de março de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.281/2021

Publicação Nº 3004658

PORTARIA Nº 25.281, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA GISELE DOMINGUES PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere com o art. 75, II, “c” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com O art. 22 da Lei Complementar nº 1.314, de 17/09/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.314, de 17/09/2020 e com as atribuições nela previstas, para compor a Comissão Municipal de Regularização Fundiária, juntamente com os demais membros:

GISELE DOMINGUES, representante suplente da Procuradoria-Geral do Município, em substituição a RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, nomeado pela Portaria nº 24.645, de 10 de novembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.282/2021

Publicação Nº 3004661

PORTARIA Nº 25.282, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando GAB SEMUDES nº 176/2021, de 16 de abril de 2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, juntamente com os demais membros:

JEANY ESKELSEN, segunda suplente representante da Política de Habitação e Regularização Fundiária, em substituição a SORAYA DAMBROSO CAIGAR DE MEDEIROS, nomeada pela Portaria nº 23.166, de 24 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.283/2021

Publicação Nº 3004663

PORTARIA Nº 25.283, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, e de conformidade com o Memorando GAB SEMUDES nº 177/2021, datado de 16 de abril de 2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, 12 de setembro de 2013, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais representantes indicados:

GISELE CRISTINA DE JESUS MACHADO, representantes suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a VANESSA GABRIELLE RAUTENBERG, nomeada pela Portaria nº 23.747/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.284/2021

Publicação Nº 3004665

PORTARIA Nº 25.284, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA SANDRA MARISA DA SILVA DE LIMA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores, e atendendo a solicitação constante do Memorando GAB SEMUDES nº 175/2021, 16 de abril de 2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, juntamente com os demais membros:

SANDRA MARISA DA SILVA DE LIMA, representante titular da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a GRAZIELA VALLE SCHULTZ, nomeada pela Portaria nº 23.664, de 05 de dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.285/2021

Publicação Nº 3004666

PORTARIA Nº 25.285, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO FISCAL DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA - CFA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017 e alterações posteriores, e em atenção ao Memorando SMC/Secretário nº 002/2021, de 20 de abril de 2021, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017 e alterações posteriores, para compor o Conselho Fiscal de Administração do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, para o biênio 2021/2023:

WALTER SALVADOR, Diretor Administrativo-Financeiro da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC, em substituição a RIVADÁVIO MATOS DA SILVA, nomeado pela Portaria nº 25.200, de 09 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25.286/2021

Publicação Nº 3004669

PORTARIA Nº 25.286, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

RETIFICA A PORTARIA Nº 25.073, DE 19 DE MARÇO DE 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

RETIFICAR

a Portaria nº 25.073, de 19 de março de 2021, nomeou membros representantes titular e suplente do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região – CRESS, junto ao Conselho Municipal do Idoso, onde se lê: "ROSIVANE SOUSA DOS SANTOS" leia-se: "ROSIVANE SOUSA DOS PASSO".

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PREGAO ELETRÔNICO N.º 25/2021

Publicação Nº 3004670

HOMOLOGAÇÃO PREGAO ELETRÔNICO N.º 25/2021 - Aquisição de equipamentos de sonorização para uso do Auditório Carlos Jardim, da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), conforme Convênio nº 833778/2016 - Reforma de espaço cultural - SMC.

NºItem	Licitante(s) Vencedor(es) da Licitação:	Valor Total
2	ELIMAX COMERCIO E SERVIÇOS EM ARTE CENICA LTDA ME	710,00
3	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	780,00
4	ELIMAX COMERCIO E SERVIÇOS EM ARTE CENICA LTDA ME	206,04
5	ELIMAX COMERCIO E SERVIÇOS EM ARTE CENICA LTDA ME	750,00
6	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	760,00
7	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	830,00
8	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	6.293,00
9	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	20.272,00
10	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	16.480,00
11	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	2.540,00
12	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME	5.200,00

Item Fracassado: 01. VALOR TOTAL PREGÃO ELETRÔNICO 25/2021: R\$ 54.821,04. BASE LEGAL: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações. Lei 13.987/2020 bem como a Lei Federal 13.979/2020. Data homologação: 05 de abril de 2021. Anderson Rosa - Secretário Municipal de Administração.

CONCORRÊNCIA Nº 020/2021

Publicação Nº 3004676

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 020/21

OBJETO: Contratação de empresa especializada com fornecimento de mão de obra, EPI's e equipamentos para a prestação de serviços de poda, roçada dos gramados, manutenção dos canteiros e demais áreas do Parque Alcântaro Corrêa – Parque das Itoupavas – Rua 1º de Janeiro, ao lado do número 2901 – Bairro Fidélis, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 12 meses – SECTUR. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 28 de maio de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 27/04/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº 04/2021

Publicação Nº 3004677

RESOLUÇÃO COMSEA-BL Nº. 04/2021

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS PARA COMPOR AS VAGAS EM VACANCIA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA-BL, GESTÃO 2020/2022 E NOMEIA SEUS COMPONENTES.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº. 858, de 25 de maio de 2012 e alterações.

CONSIDERANDO:

- O Decreto nº. 11.115, de 31 de outubro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL;
- As vagas em vacância referente ao Edital COMSEA-BL 01/2020;
- A deliberação da Sessão Plenária Ordinária, conforme Ata da reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, Nº. 04/2021 de 26 de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial do Processo de Escolha dos Conselheiros da sociedade civil para compor o COMSEA-BL, Gestão 2020/2022.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral poderá prorrogar prazos para o preenchimento das vagas destinadas às Entidades Não Governamentais, caso se faça necessário, com autonomia para tanto, devendo posteriormente ser referendado em Plenária.

Art. 2º As reuniões desta comissão acontecerão com a presença de no mínimo, dois membros.

Art. 3º A Comissão Especial instituída no Art. 1º será composta pelos seguintes Conselheiros (as):

I – Titular: Bruna Roman Ros Kopsch Suplente: Maria Aparecida Paulino

II – Titular: Edna Ernestina Evangelista Gonçalves Suplente: Débora Gonçalves Brueckheimer Ricardo

III – Titular: Maria Aurenice Rodrigues Josino Suplente: Kátia Morgana Sant'Ana

Art. 4º Ao término do Processo de Escolha dos Conselheiros da sociedade civil para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA-BL, Gestão 2020/2022, a presente Comissão ficará automaticamente destituída.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, de 26 de abril de 2021.

EDNA ERNESTINA EVANGELISTA GONÇALVES
Coordenadora Geral do Conselho Municipal de Segurança
Alimentar e Nutricional
COMSEA-BL

PORTARIA SEMUDES Nº 15/2021

Publicação Nº 3004679

PORTARIA SEMUDES Nº 15 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

PATRÍCIA MORASTONI SASSE, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 25.163, de 05 de abril de 2021, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990:

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Especial, instituída pela Portaria Semudes nº 11/2020 designando:

I – CINTIA LARISSA CAZAGRANDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, como Coordenadora da Comissão, em substituição à Caroline Maria Merini;

II - DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, conselheira governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição a MILLER DOMINGUES LOPES;

III – LEIZE FRAGA MORITZ, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio aos Conselhos, em substituição a Ana Paula Bilek;

IV – MARJORE KATINE CARDOSO BABITONGA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, em substituição a Lilian Patrícia Threis.

Art. 2º Manter os demais membros indicados na Portaria SEMUDES nº 11/2020, bem como as alterações constantes na Portaria SEMUDES nº 08/2021.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau/SC, 26 de Abril de 2021.

PATRÍCIA MORASTONI SASSE
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PREGÃO PRESENCIAL N° 06-2216/2020 – SAMAE

Publicação N° 3004682

PREGÃO PRESENCIAL N° 06-2216/2020 – SAMAE.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de extintores e mangueiras, manutenção, recarga e reteste e peças conforme disposto no edital, pelo período de 01(um) ano - SAMAE.

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO:

Stop Fire – Projetos e Soluções Contra Incêndio EIRELI EPP.

CNPJ: 24.504.598/0001-14

Valor Total R\$ 27.300,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC) 26/04/2021.

Paulo França

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06-2207/2021 - SAMAE

Publicação N° 3004683

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06-2207/2021

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva da frota de MÁQUINAS RETROESCAVADEIRAS do SAMAE, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares que atendam às recomendações dos fabricantes, pelo período de 01 (um) ano.

HOMOLOGAÇÃO

De acordo com o julgamento de preços realizado e Adjudicado pelos Pregoeiros, homologo o objeto licitado tendo como critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

EMPRESAS:

PR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS E IMPORTADORA LTDA - ME

CNPJ: 28.174.440/0001-84

Valor Total R\$ 1.125.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

Paulo França

Diretor Presidente

INEXIGIBILIDADE N° 09-2203/2021 - SAMAE

Publicação N° 3004685

INEXIGIBILIDADE N° 09-2203/2021 - SAMAE

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de consultoria referente a atualizações e adequações ao sistema Sênior de RH, utilizado pela Gerência de Gestão de Pessoas.

CONTRATADOS: NOVA ERA CONSULTORIA E TREINAMENTO EM RECURSOS HUMANOS LTDA.

BASE LEGAL: Artigo 25II Lei nº. 8.666/93 e alterações.

VALOR: R\$ 16.500,00

DATA HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021

Blumenau (SC) 27/04/2021

Paulo França

Diretor Presidente

TOMADA DE PREÇOS 02-2202/2021 - SAMAE

Publicação N° 3004686

Tomada de Preços 02-2202/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desmonte de rocha a frio, com uso de cápsulas pirotécnicas expansoras de gases, para abertura de valas para obras de expansão de redes no bairro Itoupavazinha – Bnu/SC, conforme Termo de Referência. ENTREGA ENVELOPES: dia 14 de maio de 2021, às 08:30 horas. ABERTURA ENVELOPES: dia 14 de maio de 2021, às 09:00 horas. As empresas que não possuem CRC deverão apresentar documentação exigida para cadastramento, na Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Administração, até o 3º dia anterior a data de abertura dos envelopes, ou seja, dia 11/05/2021. EDITAL COMPLETO: sem custas via e-mail: karlakaestner@samae.com.br - Contato (47) 3331-8422 e marcelofileti@samae.com.br - Contato (47) 3331-8421 e/ou site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. OBS: A EMPRESA QUE OBTIVER O EDITAL DIRETAMENTE PELO SITE, SERÁ RESPONSÁVEL PELA CONSULTA DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES/INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA LICITAÇÃO. BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e legislações complementares.

Blumenau (SC), 27/05/2021.

Paulo França
Diretor Presidente

CONCORRÊNCIA 03-2201/2021 - SAMAE

Publicação N° 3004691

Concorrência 03-2201/2021

OBJETO: Contratação de serviços de transporte, triagem e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis do município de Blumenau – SC. ENTREGA ENVELOPES: até o dia 27 de maio de 2021, às 08h:30m. ABERTURA ENVELOPES: dia 27 de maio de 2021, às 09:00h. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município (www.blumenau.sc.gov.br); e-mail: luizeduardo@samae.com.br - Contato (47) 3331-8484 ou marcelofileti@samae.com.br - Contato (47) 3331-8421 OBS: A EMPRESA QUE OBTIVER O EDITAL DIRETAMENTE PELO SITE, SERÁ RESPONSÁVEL PELA CONSULTA DE EVENTUAIS ALTERAÇÕES/INFORMAÇÕES PERTINENTES A ESTA LICITAÇÃO. BASE LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e legislação complementar.

Blumenau (SC), 26/04/2021

Paulo França
Diretor Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 089/2021 - FURB

Publicação N° 3004692

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico n°. 089/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e eletrônicos, através do convênio 907972/2020, entre a Universidade e o Ministério da Saúde.

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, até o dia 20 de maio de 2021, às 09h30.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto Federal 10.024/19 e Decreto Municipal n°. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria n°. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2021 - FURB

Publicação Nº 3004693

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 090/2021

Objeto: Aquisição de mobiliário em geral, através do convênio 907972/2020, entre a Universidade e o Ministério da Saúde.

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, até o dia 21 de maio de 2021, às 15h00.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto Federal 10.024/19 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 091/2021 - FURB

Publicação Nº 3004701

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 091/2021

Objeto: Aquisição de mobiliário hospitalar, através do convênio 907972/2020, entre a Universidade e o Ministério da Saúde.

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, até o dia 20 de maio de 2021, às 15h00.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto Federal 10.024/19 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 092/2021 - FURB

Publicação Nº 3004708

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Eletrônico nº. 092/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos médico hospitalar, através do convênio 907972/2020, entre a Universidade e o Ministério da Saúde.

Local, data e horário limite para credenciamento, entrega das propostas e documentos de habilitação: devem ser registradas no sistema "ComprasBR" através de acesso ao site <https://comprasbr.com.br>, até o dia 21 de maio de 2021, às 09h30.

Edital completo à disposição dos interessados no website <https://comprasbr.com.br> ou www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações. Demais dúvidas, esclarecimentos ou impugnações, devem ser enviadas ao e-mail licitacao@furb.br.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93, Decreto Federal 10.024/19 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 27 de abril de 2021.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

EXTRATO Nº. 079/2021 - FURB

Publicação Nº 3004712

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**Extrato nº. 079/2021**

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E
PARTNER TECNOLOGIA EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos de informática para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 240/2020 e Ata de Registro de Preços nº 037/2021, firmado em 19 de abril de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Garantia (em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
02	31784	50	Peça	<p>Microcomputador acadêmico tipo I com monitor, com as seguintes características:</p> <p>Processador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plataforma: 32 e 64 bits • Frequência nominal mínima: 2,9 GHz <ul style="list-style-type: none"> ◦ Suporte à Frequência Dinâmica • Cache mínimo: 9 MB • Núcleos: mínimo de 6 cores e 6 threads. • Suporte a virtualização ativado <p>Memória:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: DDR4 de no mínimo 2133 MHz • Capacidade: 8 GB (1 x 8 GB) ou superior • Deverá ter etiqueta com número de série, logotipo e dados do fabricante impressos na memória <p>Unidade de estado sólido (SSD):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima: 240 GB • Interface: SATA III de 6Gb/s • Fixação: para discos de 2,5 polegadas, a fixação ao gabinete deverá ser feita por meio de adaptador de plástico ou metal, com 04 parafusos para fixação no disco e 04 parafusos para fixação no gabinete. • Garantia: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil. ◦ A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países. <p>Placa mãe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deverá conter a marca e o modelo gravados na placa, não serão aceitas placas com etiquetas coladas contendo 	NTC/INTEL CORE I5-9400F	24	4.670,00	233.500,00

				<p>marca e modelo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões mínimas: comprimento 21 cm e largura 17 cm <p>Chipset: Do mesmo fabricante do processador</p> <p>Interfaces mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04 SATA III de 6 GB/s • 02 USB 2.0 • 02 USB 3.0 • 02 USB frontais, sendo pelo menos 1 (uma) porta USB 3.0 • 01 Slot PCI Express x16 3.0 ou superior • 01 Slot PCI Express x1 • 2 Slots de memória DDR4, compatível com o modelo de memória ofertado para o equipamento <p>Som: Integrado com suporte a High Definition</p> <p>Placa de Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Off-Board • Interface: PCI Express 3.0 • Clock mínimo do processador (core clock): 1485 MHz • Clock de memória efetivo mínimo: 8000 MHz • Memória mínima dedicada: 4 GB dedicados GDDR5 ou superior • Interface mínima de memória: 128 bits • Suporte às tecnologias: <ul style="list-style-type: none"> ○ DirectX 12 ou superior ○ Open GL 4.5 ou superior • Refrigeração: Cooler original do fabricante devidamente fixado e alimentado na própria placa de vídeo • Autenticidade: Deverá conter impresso ou em selo do fabricante, marca e modelo. • Conectores mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ 1 x DVI ou HDMI <ul style="list-style-type: none"> ▪ Este item deve ser obrigatoriamente ofertado com as mesmas conexões suportadas pelo monitor <p>Rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gigabit (100/1000 MBPS) com conector RJ45 • Porta RJ-45 para cabo UTP categoria 5 ou superior • Deve possuir LEDs de indicação de link e de atividade <p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com chaveamento manual ou automático entre 110 e 220V • Potência mínima: 450 Watts reais • Fonte deverá possuir o conector PCI-Express (6+2) para alimentação da placa de 			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>vídeo, sem necessidade de adaptadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificação: 80 PLUS • Frequência: 60Hz • Ventilação: deve possuir ventilador integrado com dimensão mínima de 80X80mm. • Acessórios inclusos: Cabo de energia padrão NBR 14136 <p>Gabinete:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: torre • Refrigeração <ul style="list-style-type: none"> ○ Cooler de dimensão mínima de 80x80mm fixado na parte traseira do gabinete e alimentado diretamente na placa mãe. • O gabinete deverá ser feito com aço galvanizado, com espessura mínima de 0,40mm. • As tampas laterais deverão ser afixadas por meio de parafusos, permitindo o acesso interno pelas duas laterais. • Acabamento interno composto por superfícies não cortantes. • Acesso frontal a pelo menos 02 portas USB, sendo pelo menos uma porta USB 3.0. • Acesso frontal para microfone e fone de ouvido, ambos no padrão de conector P2. • A parte frontal do gabinete não deve possuir peças móveis (portinholas) para encobrir qualquer dispositivo (Portas USB, drives, etc.). <p>Teclado e Mouse:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem teclado e mouse <p>Sistema operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Windows 10 ou superior • Obrigatoriamente deverá estar descrito na nota fiscal ou em declaração anexa a nota fiscal do equipamento. <p>Acessórios: mídia de drivers com suporte a Windows 10 ou superior</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 02 anos no local para todo o equipamento</p> <p>Assistência Técnica durante a garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento presencial em até 3 dias úteis a partir da abertura do chamado com o Callcenter da empresa/fabricante, via e-mail ou telefone. • Resolução do defeito em até 5 dias úteis, a contar do atendimento presencial. • O equipamento que apresentar 3 defeitos que requeiram intervenção de assistência técnica em um período de 90 dias consecutivos, deverá ser 				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>substituído por outro novo, de modelo idêntico ou superior, dentro das características do produto.</p> <ul style="list-style-type: none"> Expediente: Segunda a Sexta-feira das 8h às 12hs e das 14h às 18hs. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> O fabricante do equipamento deverá permitir a abertura do equipamento por parte da equipe técnica da FURB para conferência, identificação de problemas e instalação de sistemas da contratante, sem perda da garantia. <p>Aceite: O aceite do equipamento só será emitido após conferência das características em confronto com a proposta e testes de funcionamento realizados pela equipe técnica da FURB. A comissão de recebimento fará a análise técnica do equipamento verificando todas as características informadas na documentação e conferindo com o equipamento entregue.</p> <p>Em caso de desacordo das configurações do equipamento entregue, a empresa contratada deverá substituir as peças ou equipamentos em desacordo, no prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da notificação enviada pela contratante.</p> <p>MONITOR</p> <p>Tamanho mínimo da tela: 18,5" widescreen</p> <p>Tipo: LED ou superior.</p> <p>Tempo de Resposta Máximo: 5 milissegundos</p> <p>Ângulo de Visão mínimo: 160 graus</p> <p>Resolução mínima: 1360x768</p> <p>Suporte mínimo de Cores: 16 Milhões</p> <p>Conectores mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 x DVI ou HDMI Este item deve ser obrigatoriamente ofertado com as mesmas conexões da placa de vídeo, para conexão, sem a necessidade de adaptadores. <p>Alimentação: automática entre 110 e 220V</p> <p>Teclas mínimas no Painel: Mínimo de uma tecla que possibilite regular as configurações de imagem, sem a necessidade de uso de software adicional.</p> <p>Certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Energy Star (EPA) <p>Base: Deverá ser móvel, permitindo o ajuste do ângulo de visão da tela</p> <p>Autenticidade: Deverá conter impresso no produto ou em selo adesivo do fabricante:</p> <ul style="list-style-type: none"> Marca Modelo Número de série <p>Acessórios inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cabo DVI ou HDMI <ul style="list-style-type: none"> Este item deve ser 			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>obrigatoriamente ofertado com as mesmas conexões da placa de vídeo</p> <ul style="list-style-type: none">• Cabo de alimentação padrão NBR14136• Fonte externa (se houver) <p>Embalagem: Original do fabricante, lacrada e intacta.</p> <p>Compatibilidade: Windows 8 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 24 (vinte e quatro) meses no local para todo o equipamento).</p>					
03	31352	50	Peça	<p>Microcomputador administrativo básico sem monitor, com as seguintes características:</p> <p>Processador:</p> <ul style="list-style-type: none">• Plataforma: 32 e 64 bits• Frequência mínima: 3.6 GHz• Cache mínimo: 4 MB• Núcleos: mínimo de 4 cores e 4 threads.• Especificações da GPU:<ul style="list-style-type: none">◦ Nominal mínima: 1250 MHz ou superior◦ Núcleos: 8 ou superior <p>Memória:</p> <ul style="list-style-type: none">• Tipo: DDR4 de no mínimo 2133 MHz• Capacidade: 8 GB (1 x 8 GB) ou superior• Deverá ter etiqueta com número de série, logotipo e dados do fabricante impressos. <p>Unidade de estado sólido (SSD):</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade mínima: 120 GB• Interface: SATA III de 6Gb/s• Fixação: para discos de 2,5 polegadas, a fixação ao gabinete deverá ser feita por meio de adaptador de plástico ou metal, com 04 parafusos para fixação no disco e 04 parafusos para fixação no gabinete.• Garantia:<ul style="list-style-type: none">◦ Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil.◦ A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países. <p>Placa mãe:</p> <ul style="list-style-type: none">• Deverá conter a marca e o modelo gravados na placa, não serão aceitas placas com etiquetas coladas contendo marca e modelo.• Dimensões mínimas: comprimento 21 cm e largura 17 cm <p>Chipset: Do mesmo fabricante do processador</p> <p>Interfaces mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• 04 SATA III de 6 GB/s• 02 USB 2.0• 02 USB 3.0	NTC/ AMD Ryden 3-3200G	24		2.140,00	107.000,00

				<ul style="list-style-type: none"> • 02 USB frontais, sendo pelo menos 1 x USB 3.0 • 01 Slot PCI Express x16 2.0 ou superior • 01 Slot PCI Express x1 • 2 Slots de memória DDR4, compatível com o modelo de memória ofertado para o equipamento • 1 x VGA • 1 x DVI ou HDMI <p>Som: Integrado com suporte a High Definition</p> <p>Rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gigabit (100/1000 MBPS) com conector RJ45 • Porta RJ-45 para cabo UTP categoria 5 ou superior. • Deve possuir LED de indicação de link e de atividade. <p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com chaveamento manual (115/220 V) ou automático entre 100 e 240 V. • Potência mínima: 200 Watts reais. • Frequência: 60Hz. • Ventilação: deve possuir ventilador com dimensão mínima de 80x80mm. • Acessórios inclusos: Cabo de energia padrão NBR14136 <p>Gabinete:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: torre • Refrigeração <ul style="list-style-type: none"> ○ Cooler de dimensão mínima de 80x80mm fixado na parte traseira do gabinete e alimentado diretamente na placa mãe. • O gabinete deverá ser feito com aço galvanizado, com espessura mínima de 0,40mm. • As tampas laterais deverão ser afixadas por meio de parafusos, permitindo o acesso interno pelas duas laterais. • Acabamento interno composto por superfícies não cortantes. • Acesso frontal a pelo menos 02 portas USB, sendo pelo menos uma porta USB 3.0. • Acesso frontal para microfone e fone de ouvido, ambos no padrão de conector P2. • A parte frontal do gabinete não deve possuir peças móveis (portinholas) para encobrir qualquer dispositivo (Portas USB, drives, etc.). <p>Teclado e Mouse:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem teclado e mouse <p>Sistema operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Windows 10 ou superior • Obrigatoriamente deverá estar descrito na nota fiscal ou em declaração anexa a nota fiscal do equipamento. <p>Acessórios: mídia de drivers com</p>				
--	--	--	--	---	--	--	--	--

				<p>suporte a Windows 10 ou superior</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 02 anos no local para todo o equipamento</p> <p>Assistência Técnica durante a garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento presencial em até 3 dias úteis a partir da abertura do chamado com o Callcenter da empresa/fabricante, via e-mail ou telefone. • Resolução do defeito em até 5 dias úteis, a contar do atendimento presencial. • O equipamento que apresentar 3 defeitos que requeiram intervenção de assistência técnica em um período de 90 dias consecutivos, deverá ser substituído por outro novo, de modelo idêntico ou superior, dentro das características do produto. • Expediente: Segunda a Sexta-feira das 8h às 12hs e das 14h às 18hs <p>Condições adicionais: O fabricante do equipamento deverá permitir a abertura do equipamento por parte da equipe técnica da FURB para conferência, identificação de problemas e instalação de sistemas da contratante, sem perda da garantia.</p> <p>Aceite: O aceite do equipamento só será emitido após conferência das características em confronto com a proposta e testes de funcionamento realizados pela equipe técnica da FURB. A comissão de recebimento fará a análise técnica do equipamento verificando todas as características informadas na documentação e conferindo com o equipamento entregue.</p> <p>Em caso de desacordo das configurações do equipamento entregue, a empresa contratada deverá substituir as peças ou equipamentos em desacordo, no prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data de notificação enviada pela contratante.</p>				
04	39976	3	peça	<p>Microcomputador acadêmico tipo III com monitor, com as seguintes características:</p> <p>Processador:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plataforma: 32 e 64 bits • Frequência nominal mínima: 3,6 GHz <ul style="list-style-type: none"> ◦ Suporte à Frequência Dinâmica • Cache mínimo: 32 MB • Núcleos: mínimo de 8 cores e 16 threads. <p>Memória:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: DDR4 de no mínimo 2666 MHz • Capacidade: 32 GB (4 x 8 GB) ou superior • Deverá ter etiqueta com número de série, logotipo e 	NTC AMD Ryden 7-3700X	24	15.900,00	47.700,00

				<p>dados do fabricante impressos.</p> <p>Unidade de estado sólido (SSD):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima: 960 GB ou superior • Interface: PCI-Express 3.0 x4 • Taxa de leitura mínima: 2000 MB/s • Garantia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil. ○ A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países. <p>Disco Rígido (HD):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade mínima: 2TB • Interface: SATA III de 6Gb/s • Velocidade mínima: 7200 rpm • Garantia: <ul style="list-style-type: none"> ○ Mínima de 24 (vinte e quatro) meses no Brasil. ○ A garantia deverá ser atendida no Brasil, sem a necessidade de envio do disco para outros países. <p>Placa mãe:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deverá conter a marca e o modelo gravados na placa, não serão aceitas placas com etiquetas coladas contendo marca e modelo. • Dimensões mínimas: comprimento 21cm e largura 17,4 cm <p>Chipset: Do mesmo fabricante do processador</p> <p>Interfaces mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 04 SATA III de 6 GB/s • 01 Slot M.2 (suporte PCIe x4) • 02 USB 2.0 • 02 USB 3.0 • 02 USB frontais, sendo pelo menos 1 (uma) porta USB 3.0 • 01 Slot PCI Express x16 3.0 ou superior • 01 Slot PCI Express x1 • 04 Slots de memória DDR4, compatível com o modelo de memória ofertado para o equipamento. • 01 x DVI ou HDMI <p>Som: Integrado com suporte a High Definition</p> <p>Placa de Vídeo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: Off-Board • Interface: PCI Express 3.0 ou superior • Memória mínima dedicada: 8 GB dedicados GDDR6 ou superior • Interface mínima de memória: 256 bits • Suporte às tecnologias: <ul style="list-style-type: none"> ○ DirectX 12 ou superior ○ Open GL 4.5 ou superior 				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> ○ Ray Tracing • Refrigeração: Cooler original do fabricante devidamente fixado e alimentado na própria placa de vídeo • Autenticidade: Deverá conter impresso ou em selo do fabricante, marca e modelo. • Conectores mínimos: <ul style="list-style-type: none"> ○ 03 DisplayPort 1.4 ○ 01 HDMI 2.0b • Garantia do fabricante: mínima de 36 meses <p>Rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gigabit (100/1000 MBPS) com conector RJ45 • Porta RJ-45 para cabo UTP categoria 5 ou superior • Deve possuir LEDs de indicação de link e de atividade <p>Alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Com chaveamento manual ou automático entre 110 e 220V • Potência mínima: 650 Watts reais • Certificação: 80 PLUS • Frequência: 60Hz • Ventilação: deve possuir ventilador integrado com dimensão mínima de 80X80mm. • Acessórios inclusos: Cabo de energia padrão NBR 14136 <p>Gabinete:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipo: torre • Fixação da Fonte: Parte inferior do gabinete • Refrigeração: <ul style="list-style-type: none"> ○ Cooler de dimensão mínima de 80x80mm fixado na parte traseira do gabinete e alimentado diretamente na placa mãe. • O gabinete deverá ser feito com aço galvanizado, com espessura mínima de 0,40mm. • As tampas laterais deverão ser afixadas por meio de parafusos, permitindo o acesso interno pelas duas laterais. • Acabamento interno composto por superfícies não cortantes. • Acesso frontal a pelo menos 02 portas USB, sendo pelo menos uma porta USB 3.0. • Acesso frontal para microfone e fone de ouvido, ambos no padrão de conector P2. • A parte frontal do gabinete não deve possuir peças móveis (portinholas) para encobrir qualquer dispositivo (Portas USB, drives, etc.). <p>Sistema operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Windows 10 ou superior • Obrigatoriamente deverá estar descrito na nota fiscal ou em declaração anexa a nota 			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>fiscal do equipamento.</p> <p>Acessórios: mídia de drivers com suporte a Windows 10 ou superior</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 02 anos no local para todo o equipamento</p> <p>Assistência Técnica durante a garantia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento presencial em até 3 dias úteis a partir da abertura do chamado com o Callcenter da empresa/fabricante, via e-mail ou telefone. • Resolução do defeito em até 5 dias úteis, a contar do atendimento presencial. • O equipamento que apresentar 3 defeitos que requeiram intervenção de assistência técnica em um período de 90 dias consecutivos, deverá ser substituído por outro novo, de modelo idêntico ou superior, dentro das características do produto. • Expediente: Segunda a Sexta-feira das 8h às 12hs e das 14h às 18hs. <p>Condições adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fabricante do equipamento deverá permitir a abertura do equipamento por parte da equipe técnica da FURB para conferência, identificação de problemas e instalação de sistemas da contratante, sem perda da garantia. <p>Aceite: O aceite do equipamento só será emitido após conferência das características em confronto com a proposta e testes de funcionamento realizados pela equipe técnica da FURB. A comissão de recebimento fará a análise técnica do equipamento verificando todas as características informadas na documentação e conferindo com o equipamento entregue. Em caso de desacordo das configurações do equipamento entregue, a empresa contratada deverá substituir as peças ou equipamentos em desacordo, no prazo de 10 dias úteis a contar a partir da data da notificação enviada pela contratante.</p> <p>MONITOR</p> <p>Tamanho da tela: 27 polegadas ou superior</p> <p>Proporção da Tela: 16:9</p> <p>Tempo de Resposta Máximo: 5 milissegundos</p> <p>Ângulo de Visão mínimo: 160 graus</p> <p>Resolução mínima: 3840 x 2160</p> <p>Suporte mínimo de Cores: 1 bilhão ou superior</p> <p>Conectores mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 02 HDMI • 01 Display Port 			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<ul style="list-style-type: none"> Este item deve ser obrigatoriamente ofertado com as mesmas conexões da placa de vídeo, para conexão, sem a necessidade de adaptadores. <p>Alimentação: automática entre 110 e 220V</p> <p>Teclas mínimas no Painel: Mínimo de uma tecla que possibilite regular as configurações de imagem, sem a necessidade de uso de software adicional.</p> <p>Certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Energy Star (EPA) <p>Base: Deverá ser móvel, permitindo o ajuste do ângulo de visão da tela</p> <p>Autenticidade: Deverá conter impresso no produto ou em selo adesivo do fabricante:</p> <ul style="list-style-type: none"> Marca Modelo Número de série <p>Acessórios inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cabo DisplayPort ou HDMI <ul style="list-style-type: none"> Este item deve ser obrigatoriamente ofertado com as mesmas conexões da placa de vídeo Cabo de alimentação padrão NBR14136 Fonte externa (se houver) <p>Embalagem: Original do fabricante, lacrada e intacta.</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 24 (vinte e quatro) meses no local para todo o equipamento).</p>				
05	30669	50	Peça	<p>Monitor de LED widescreen de 18,5 polegadas, com as seguintes características:</p> <p>Tamanho mínimo da tela: 18,5" widescreen</p> <p>Tipo: LED ou superior.</p> <p>Tempo de Resposta Máximo: 5 milissegundos</p> <p>Ângulo de Visão mínimo: 160 graus</p> <p>Resolução mínima: 1360x768</p> <p>Suporte mínimo de Cores: 16 Milhões</p> <p>Conectores mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 x analógico (RGB) <p>Alimentação: automática entre 100 e 220 VAC (Bivolt)</p> <p>Teclas mínimas no Painel: Mínimo de uma tecla que possibilite regular as configurações de imagem, sem a necessidade de uso de software adicional.</p> <p>Certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Energy Star (EPA) <p>Base: Deverá ser móvel, permitindo o ajuste do ângulo de visão da tela</p> <p>Autenticidade: Deverá conter impresso no produto ou em selo adesivo do fabricante:</p> <ul style="list-style-type: none"> Marca Modelo Número de série <p>Acessórios inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cabo VGA 	LENOVO/ E2002B	12	630,00	31.500,00

				<ul style="list-style-type: none"> Cabo de alimentação padrão NBR14136 Fonte externa (se houver) Embalagem: Original do fabricante, lacrada e intacta. Compatibilidade: Windows 10 ou superior Garantia mínima: 12 (doze) meses.				
09	32627	5	peça	Televisor LED de 43"; Full HD; com conversor digital integrado; bivolt automático, com as seguintes características: Tipo de TV: Smart TV Tela: <ul style="list-style-type: none"> Tipo da Tela: LCD ou LED Tamanho mínimo: 43 polegadas Resolução mínima: Full HD de 1920x1080p Proporção de imagem: 16:9 Taxa atualização mínima: 60Hz Recursos: <ul style="list-style-type: none"> Wi-Fi integrado Rede integrada com conector RJ45 Conversor digital integrado Navegador web nativo ou via aplicativo (app) Todos os recursos de SmartTV devem ser nativos do televisor, sem necessidade de acessórios para ativar estes recursos Conexões mínimas: <ul style="list-style-type: none"> 2 HDMI 1 USB 1 porta ethernet (LAN RJ45) 1 saída de áudio 1 Entrada de TV a cabo Potência total de áudio mínima: 10 Watts Recursos para fixação: <ul style="list-style-type: none"> Possibilitar fixação sem base em parede Possuir furação padrão VESA 200x200 mm Idioma do menu: Português do Brasil Alimentação: Bivolt automático entre 110 e 220 volts Acessórios: <ul style="list-style-type: none"> Cabo de alimentação (Padrão ABNT NBR 14136) Manual do usuário/instruções Controle remoto original com pilhas Base, se houver Garantia mínima: 12 (doze) meses	LG/43LM6300	12	2.300,00	11.500,00
10	40212	1	peça	Televisor LED de 75 polegadas; 4K, com as seguintes características: Tipo de TV: Smart TV LED Tela: <ul style="list-style-type: none"> Tipo da Tela: LED Tamanho mínimo: 75 polegadas Resolução mínima: 4K/Ultra HD de 3840x2160 Taxa atualização mínima: 60Hz Processador: Quad Core Processor 4K ou Crystal 4k	TV SAMGUNG suporte BEDIN	12	7.600,00	7.600,00

			<p>Sistema operacional: WebOS 4.5 ou superior / Tizen</p> <ul style="list-style-type: none"> O Sistema Operacional deverá ser desenvolvido pela mesma empresa fabricante da TV, não serão aceitos televisores com sistemas operacionais desenvolvidos por terceiros. <p>Recursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Wi-Fi integrado Bluetooth integrado Rede integrada com conector RJ45 Possuir o recurso Miracast ou WiFi Direct Navegador web nativo ou via aplicativo (app) Todos os recursos de SmartTV devem ser nativos do televisor, sem necessidade de acessórios para ativar estes recursos Deve ser compatível com o uso de assistentes pessoais como por exemplo Alexa, Bixby e/ou outros <p>Conexões mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2 HDMI 1 USB 1 porta ethernet (LAN RJ45) 1 saída de áudio 1 Entrada de TV a cabo <p>Potência total de áudio mínima: 20 Watts</p> <p>Recursos para fixação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Possibilitar fixação sem base em parede Possuir esquema de fixação padrão VESA <p>Idioma do menu: Português do Brasil</p> <p>Alimentação: Bivolt automático entre 110 e 220 volts</p> <p>Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cabo de alimentação (Padrão ABNT NBR 14136) Manual do usuário/instruções Controle remoto original com pilhas Base, se houver <p>Garantia mínima do fabricante: 12 (doze) meses</p> <p>Suporte para fixação: Deverá ser fornecido o suporte padrão VESA para fixação do televisor.</p>					
12	40176	2	peça	<p>Scanner de mesa / tamanho A4 / USB 2.0, com as seguintes características:</p> <p>Tipo: Scanner de mesa</p> <p>Interface: USB 2.0 ou superior</p> <p>Tipo de sensor: CIS (<i>Contact Image Sensor</i>)</p> <p>Fonte de Luz: LED tricolor (RGB)</p> <p>Resolução mínima: 2400 x 2400 dpi</p> <p>Opções de digitalização mínima:</p> <ul style="list-style-type: none"> Colorido Escala de cinza (preto e branco) <p>Tamanho de documento aceito:</p>	CANON/ LIDE 300	12	390,00	780,00

			<p>máximo A4 (216 x 297 mm)</p> <p>Botões: mínimo 4 com as seguintes funções.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PDF • Digitalização automática • Copiar • Enviar <p>Alimentação: deverá ser fornecida pela própria USB, sem a necessidade de fonte adicional</p> <p>Homologação: Equipamento deverá ser homologado pela VETOR Editora para o Sistema de Correção Informatizado do Palográfico</p> <p>Compatibilidade: Windows 10 ou superior</p> <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses</p>				
Valor total em reais (R\$)			439.580,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e oitenta reais)				

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos equipamento(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 19/04/2021.

EXTRATO Nº 085/2021 - FURB

Publicação Nº 3004721

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 085/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Cristiano Roberto Franco

OBJETO: contratação de professores para lecionar no curso de pós-graduação lato sensu em data science promovido pela Universidade.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 6.253,66 (seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 073/2021, especialmente quanto a Proposta de folhas 15, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação - Curso: Data Science; - Disciplina: Chatbits (turma 01 - 24h e turma 02 - 24h); - Prestação do Serviço: 16, 17, 24/04/2021.
Preço Total (em R\$)				6.253,66
Preço Total (em reais, por extenso)				seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e),

através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2021, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 15/04/2021

EXTRATO Nº 086/2021 - FURB

Publicação Nº 3004726

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 086/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Ricardo Grunitzki

OBJETO: contratação de professores para lecionar no curso de pós-graduação lato sensu em data science promovido pela Universidade.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 5.104,96 (cinco mil, cento e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 073/2021, especialmente quanto a Proposta de folhas 44, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação - Curso: Data Science; - Disciplina: Reinforcement Learning (turma 01 - 16h e turma 02 - 16h); - Prestação do Serviço: 19/06 e 26/06, 07/08 e 21/08/2021.
Preço Total (em R\$)				5.104,96
Preço Total (em reais, por extenso)				cinco mil, cento e quatro reais e noventa e seis centavos

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2021, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 15/04/2021

EXTRATO Nº 090/2021 - FURB

Publicação Nº 3004729

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 090/2021

Dispensa de Licitação nº. 083/2021

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal de Dispensa de Licitação do procedimento em epígrafe, com fundamento no Artigo 24, II, da Lei 8.666/1993 e demais alterações e o Parecer Jurídico nº 128/2021/PROGEF, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CALIBRAÇÃO DE APARELHOS DE ELETROCARDIOGRAMA (ECG) LOCALIZADOS NA POLICLÍNICA UNIVERSITÁRIA. Setor solicitante: COMPLEXO DE SAÚDE DA FURB. Contratada: HUBERMED EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. (CNPJ: 25.100.851/0001-37). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 24 Inciso II da Lei 8.666/1993. Forma de Pagamento: Em até 30 dias após finalização do serviço com NF. Prazo de entrega: Em até 15 dias após recebimento da Ordem de Serviço. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 500,00 (quinhentos reais) / 01.33.10.302.0109.2013 (Manutenção das Atividades Hospitalares e Ambulatoriais Hum.)/ 3.3.90. (Outros Despesas Correntes)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Maquinas e Equipamentos Gerais).

Blumenau/SC, 16 de abril de 2021.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 108/2021 - FURB

Publicação Nº 3004731

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 108/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

VOLCANO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de Camisetas e execução de serviços afins para divulgação de projetos, eventos, institucional ou uniformes para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 020/2021 e Ata de Registro de Preços nº 041/2021, firmado em 26 de abril de 2021.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 03						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31165	100	Serviço	Serviço de bordado para personalização de uniformes e confecções Pedido mínimo de 10 peças	5,00	500,00
2	35031	10	Serviço	Despesa com pagamento de programa para bordado Por criação de bordado (arquivo) de até 10 x 10 cm, até 4 cores.	75,00	750,00
Preço Total do Lote (em R\$)				1.250,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Hum mil, duzentos e cinquenta reais		

Lote 04						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	38204	50	Peça	Guarda pó branco, manga longa, em tecido 100% sintético, com bordado de até 10 x 10 cm 2 cores / Tamanhos a definir O serviço será solicitado para personalização de no mínimo 10 peças, com tamanhos e bordados a definir.	55,95	2.797,50
2	38204	50	Peça	Guarda pó branco, manga longa, em tecido 100% algodão, com bordado de até 10 x 10 cm 2 cores / Tamanhos a definir O serviço será solicitado para personalização de no mínimo 10 peças, com tamanhos e bordados a definir.	55,95	2.797,50
3	38206	50	Peça	Jaleco branco, manga curta, em tecido 100% sintético, com bordado de até 10 x 10 cm 2 cores / Tamanhos a definir O serviço será solicitado para personalização de no mínimo 10 peças, com tamanhos e bordados a definir.	50,45	2.522,50
4	38206	50	Peça	Jaleco branco, manga curta, em tecido 100% algodão, com bordado de até 10 x 10 cm 2 cores / Tamanhos a definir O serviço será solicitado para personalização de no mínimo 10 peças, com tamanhos e bordados a definir.	50,45	2.522,50
Preço Total do Lote (em R\$)				10.640,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dez mil, seiscentos e quarenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após o fornecimento dos materiais/produtos ou da prestação dos serviços, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 27/04/2021.

EXTRATO Nº 110/2021 - FURB

Publicação Nº 3004736

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 110/2021

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

OI S/A.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE
TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 079/2017

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa para os diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 181/2016 e Contrato nº. 079/2017, firmado em 1º de maio de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 079/2017, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 02 de maio de 2021 até 1º de maio de 2022, totalizando 60 (sessenta) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

O Item 1.2 da Cláusula Primeira do Contrato nº. 079/2017 passa, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, a ter a seguinte redação: "1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitário constante da tabela abaixo, de acordo com a proposta final apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Unidade	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Global (em R\$)
1	37782	12	Mês	Serviço de telefonia fixa para os diversos Campi da Universidade.	3.296,05.	39.552,60
Preço Global (em reais, por extenso)				Trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos		

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 079/2017 e Aditivo nº 01, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 16 de abril de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL

MD 3604

Publicação Nº 3004789

RESOLUÇÃO MD Nº 3604

CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO LIO CÉSAR ORTMANN EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao servidor público efetivo Lio César Ortmann, a partir de 1º de março de 2021, promoção funcional, referente ao triênio março de 2018/março de 2021, no cargo de provimento efetivo de Agente Legislativo, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 05/2021, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de março de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 23 de abril de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

MD 3605

Publicação N° 3004791

RESOLUÇÃO MD N° 3605**CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL À SERVIDORA PÚBLICA NEUSEMARI BERNARDES EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida à servidora pública efetiva Neusemari Bernardes, a partir de 1º de março de 2021, promoção funcional, referente ao triênio março de 2018/março de 2021, no cargo de provimento efetivo de Agente Legislativo, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 04/2021, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional da servidora pública.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de março de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 23 de abril de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

MD 3606

Publicação N° 3004792

RESOLUÇÃO MD N° 3606**CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO ARY MOLIN JÚNIOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao servidor público efetivo Ary Molin Júnior, a partir de 1º de março de 2021, promoção funcional, referente ao triênio março de 2018/março de 2021, no cargo de provimento efetivo de Agente Legislativo, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 06/2021, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de março de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 23 de abril de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

MD 3607

Publicação N° 3004793

RESOLUÇÃO MD N° 3607**CONCEDE PROMOÇÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR CÉLIO ALEXANDRE MACHADO EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL.**

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida ao servidor público efetivo Célio Alexandre Machado, a partir de 10 de março de 2021, promoção funcional, referente ao triênio março de 2018/março de 2021, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar Legislativo, com o acréscimo, em sua remuneração, de 2 (duas) referências sobre seu padrão de vencimento, conforme art. 14 e seguintes da Resolução nº 407, de 3 de março de 2011 combinado com o art. 11 e seguintes da Resolução MD nº 1.635, de 14 de abril de 2011, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 07/2021, da Coordenação de Avaliação de Desempenho da Câmara Municipal.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 10 de março de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 23 de abril de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

MD 3608

Publicação Nº 3004794

RESOLUÇÃO MD Nº 3608
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO NERIVAL JOSÉ ANDRADE.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional ao servidor público efetivo Nerival José Andrade, por 12 (doze) anos de tempo de serviço no cargo de Motorista Parlamentar - para a Classe E da carreira, com Referência de Vencimento 57 - a partir de 26 de março de 2021, nos termos do art. 10 e seguintes, combinados com o Anexo III da Resolução nº 407 e do Processo Administrativo nº 10/2021, da Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 26 de março de 2021.

Câmara Municipal de Blumenau, ____ de _____ de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

MD 3609

Publicação Nº 3004795

RESOLUÇÃO MD Nº 3609

DEFINE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam suspensas, até 30 de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau:

I – A presença de público externo nas reuniões das comissões legislativas e sessões plenárias;

II – As sessões solenes e especiais;

III – Eventos e cursos realizados pela Escola do Legislativo, exceto os realizados na modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Art. 2º É permitido o atendimento ao público externo nos gabinetes dos Vereadores, limitada a presença a no máximo duas pessoas em cada atendimento, simultaneamente, por gabinete.

Art. 3º É permitido o encontro dos vereadores mirins, uma vez a cada 14 (catorze) dias, nas dependências da Câmara Municipal, para realização das atividades pertinentes ao programa.

Art. 4º Fica prorrogado o período de funcionamento da Câmara Municipal de Blumenau das 9 às 19 horas, até 30 de abril de 2021, mantidas

as demais disposições da Resolução da Mesa Diretora n.º 3.583, de 26 de fevereiro de 2021, que não colidirem com o disposto nesta resolução, também prorrogadas neste ato e vigentes até 30 de abril de 2021.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 26/04/2021.

Câmara Municipal de Blumenau, 26 de abril de 2021.

EGÍDIO DA ROSA BECKHAUSER
Presidente

SILMARA SILVA MIGUEL
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

AILTON DE SOUZA
2º Secretário

RESOLUÇÃO 507

Publicação N° 3004796

RESOLUÇÃO N° 507

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DA BRK AMBIENTAL COM O MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 5 (cinco) Vereadores com assento na Câmara Municipal, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar o contrato da BRK Ambiental com o Município de Blumenau, em virtude da cobrança indevida de taxa de esgoto, conforme Requerimento n° 135, de 20 de fevereiro de 2020.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I – Ailton de Souza (Autor) – Bancada do PL - Minorias;

II – Sylvio Zimmermann – (Bloco Parlamentar PSDB/DEM);

III – Oldemar Becker – (Bloco Parlamentar PSDB/DEM);

IV – Almir Vieira – Bancada do PP;

V – Jovino Cardoso Neto (PROS) - Minorias.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 90 (noventa dias) – contado a partir da data de sua instalação - para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 23 DE JUNHO DE 2020.

MARCELO LANZARIN
Presidente

BRUNO CUNHA
Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA
1º Secretário

GILSON DE SOUZA
2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

LEI N 1427/2021 AUTORIZA A DESAFETAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3004091

LEI Nº 1.427/2021

AUTORIZA A DESAFETAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica desafetada a área 370 m2 do imóvel sob da matrícula nº 5043 do RGI da Comarca de São Joaquim, passando à categoria de bem disponível, conforme descrições e locações na planta baixa e memorial, integrantes do Anexo I desta lei.

§ 1º A desafetação de que trata o caput deste artigo se dá, para fins de EDIFICAÇÃO PÚBLICA;

Art. 2º A área total de uso de 114,80 m2, permanecerá como terminal rodoviário, conforme descrições e locações na planta baixa e memorial, integrantes do Anexo I desta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 26 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N 1429/2021 ALTERA LEI MUNICIPAL 1366/2019 QUE INSTITUI O DEPARTAMENTO JÚRIDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3004621

LEI Nº 1.429/2021

ALTERA LEI MUNICIPAL 1366/2019 QUE INSTITUI O DEPARTAMENTO JÚRIDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º O parágrafo primeiro do Art.2º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O Assessor Jurídico será nomeado em confiança pelo Prefeito Municipal, escolhido dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Art.2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI N 1430/2021 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ

Publicação Nº 3004626

LEI Nº 1.430/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os Habitantes do Município de Bom Jardim da Serra, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nos termos da Resolução CMN nº. 2.827/2001 e posteriores alterações e observadas as

disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação. Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Despesa de Capital no Município de Bom Jardim da Serra/SC, no âmbito da linha de crédito do FINISA.

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1.º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2.º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3.º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4.º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1428/2021 ATUALIZA A TABELA DE VALORES DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORAS MÁQUINAS PARA MELHORIAS NAS PROPRIEDADES RURAIS E URBANAS (LEI 1.292/2017) DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3004615

LEI Nº 1.428/2021

ATUALIZA A TABELA DE VALORES DO PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORAS MÁQUINAS PARA MELHORIAS NAS PROPRIEDADES RURAIS E URBANAS (LEI 1.292/2017) DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA, Estado de Santa Catarina, PEDRO LUIZ OSTETTO, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado a tabela do Artigo 5º da Lei Municipal 1.292/2017 que passa a ter os seguintes valores:

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	VALOR DA HORA/ MÁQUINA POR PRODUTOR	LIMITE DE HORAS/ MÁQUINA
TRATOR AGRÍCOLA	R\$ 40,00	20 HORAS
RETROESCAVADEIRA	R\$ 50,00	12 HORAS

Art. 2º - Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 223/2021

Publicação Nº 3004026

PORTARIA Nº 223/2021

De 27 de abril de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE

Art. 1º - DETERMINAR A ABERTURA de processo administrativo disciplinar, para apurar possíveis responsabilidades e desídia da Servidora Aline Gasperin Velho por possível desídia da funcionária em participar como membro das Comissões de Processo Administrativo aberto pelas Portarias nº 84/2020 e 85/2020 sendo que a servidora em questão recebeu gratificação especial para participar da referida comissão.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos servidores (todos servidores efetivos e estáveis):

- Maria Helena Borão – que a presidirá;
- Ranizzi Cassettari – secretária;
- Valdecir Martins Correa – membro.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º - A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,

em 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se

PORTARIA Nº 222/2021

Publicação Nº 3004021

PORTARIA Nº 222/2021

De 27 de abril de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE

Art. 1º - DETERMINAR A ABERTURA de processo administrativo disciplinar, para apurar possíveis responsabilidades e danos ao erário público pelo pagamento da Guia de Recolhimento da União-GRU no valor de R\$ 3.175,13 (três mil cento e setenta e cinco reais e treze centavos).

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos servidores (todos servidores efetivos e estáveis):

- Luana Rodrigues Gonçalves – que a presidirá;
- Naiana Aparecida Bibiana – Secretária;
- Francisco de Assis Anastacio Assunção – membro.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º - A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,

em 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO

Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se

PORTARIA Nº 317/2021

Publicação Nº 3004035

PORTARIA Nº 317/2021
De 23 de abril de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - A pedido, suspender em caráter definitivo a FG 04 concedida na Portaria Nº 200/2021 à Sra. FERNANDA ZANETE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 23 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se e
Cumpra-se

PORTARIA Nº 318/2021

Publicação Nº 3004036

PORTARIA Nº 318/2021
De 27 de abril de 2021

PEDRO LUIZ OSTETTO, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

RESOLVE

Art. 1º - DETERMINAR A ABERTURA de processo administrativo disciplinar, para apurar possíveis responsabilidades da ARTEDÂNIO SILVA EPP por possível ato lesivo à administração, através do procedimento instaurado 01.2020.00023820-0 do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será composta pelos servidores (todos servidores efetivos e estáveis):

- Angela Aparecida da Silva – que a presidirá
- Emanuella Barth – secretária
- Lucia Pereira Cipriano – membro.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º - A comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,
em 27 de abril de 2021.

PEDRO LUIZ OSTETTO
Prefeito Municipal

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se

PR 19/2021

Publicação N° 3003270

Processo Licitatório nº 29/2021

Edital de Pregão Presencial nº 19/2021

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Pedro Luiz Ostetto, Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às 13 horas do dia 18 de Maio de 2021, horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO presencial na forma de julgamento pelo menor preço global, regida pela Lei nº 10.520/02, pelas Leis Complementares nº 123/06, 124/2014, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por este Edital, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Centro - Sala de Licitações, destinado à, aquisição dos serviços, conforme segue:

1.2. Entrega dos Envelopes – Envelope N.º 1 (Proposta de Preços) e Envelope N.º 2 (Documentos de Habilitação)

Data/Hora: 18/05/2021 às 13:00h.

Local: Prédio da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal, visando a contratação de empresa especializada em Tecnologia da Informação – T.I., para concessão de licenciamento de Solução Integrada de Gestão Pública Municipal (SIGPM) em ambiente web, com acessos, contemplando serviços de implantação, conversão de dados, parametrização, treinamento de usuários, suporte técnico, acompanhamento técnico e prestação de serviços técnicos especializados de consultoria técnica (sob demanda),

2.2. O presente processo justifica-se pela necessidade de sistema para gerenciar todos os procedimentos administrativos realizados no município. Com o intuito de padronização, realiza-se o processo juntamente com a Câmara Municipal de Vereadores.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação todos os interessados no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições exigidas neste Edital.

3.2. Não poderão participar deste Pregão as pessoas físicas, servidor ou dirigente da Prefeitura, as interessadas que se encontram em processo de concordata preventiva ou suspensiva, recuperação judicial e/ou extrajudicial, de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

3.3. Não poderão participar de licitação as empresas que estejam impedidas de contratar com a Administração Pública, incluindo, portanto, Municípios, Estados, União, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações, nos termos do julgamento do Recurso Especial n. 151.567/RJ, do Superior Tribunal de Justiça, que diz que uma vez aplicada a sanção de “suspensão temporária de participação em licitação e impedimento com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos”, na forma prevista no inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93, a pessoa fica impedida de licitar e contratar com todos os órgãos e entidades que integram a Administração Pública, de todas as esferas da Federação.

3.4. Não poderão participar as empresas que se apresentarem na forma de empresas em consórcio. .

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Quaisquer dúvidas porventura existentes, pedido de esclarecimentos, ou ainda, impugnação ao ato convocatório do presente Pregão, deverão ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro da Prefeitura, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis anteriores à data de abertura, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal situada na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68 Bairro Centro – Bom Jardim da Serra, Estado de Santa Catarina, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 as 17:00 horas, cabendo o Pregoeiro decidir sobre o mesmo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.2. Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.3. Não serão conhecidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Na sessão pública será admitido o credenciamento e a intervenção de somente um representante de cada proponente para formular propostas, o qual deverá se apresentar para credenciamento junto o Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

5.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada FORA DOS ENVELOPES.

5.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

5.3.1 Se administrador ou sócio da empresa, deverá apresentar:

- a) Documento de identidade ou outro documento que contenha foto, e;
- b) Ato constitutivo, estatuto/contrato social em vigor com última alteração contratual (se houver) ou Contrato Social Consolidado.
- c) No caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração da finalidade social de atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devendo o capital social estar registrado e integralizado.

5.3.2. Se PREPOSTO da empresa, deverá apresentar:

- a) Documento de identidade ou outro documento que contenha foto, e;
- b) Procuração Pública ou particular, sendo esta com firma reconhecida, ou;
- c) Carta de Credenciamento específica, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, com firma reconhecida, acompanhado de cópia do Contrato Social (original ou fotocópia autenticada), a fim de assegurar que o mandante detém poderes para tanto, conforme Modelo do Anexo III.

5.4. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a proponente deverá apresentar comprovação da condição de ME ou EPP: Certidão Simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 90 (noventa) dias, da data prevista para abertura das propostas de preços; sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.

5.5. O credenciamento será realizado no início dos trabalhos, antes da abertura dos envelopes contendo as Propostas e Documentação,

sendo mesmo condição obrigatória para a participação dos proponentes neste Pregão. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas, ou cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, ou por publicações em órgãos da Imprensa Oficial, e serão recebidos condicionalmente pelo Pregoeiro que se julgar necessário, verificará sua autenticidade e veracidade.

5.6. A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento ou a ausência de representante legal de empresas proponentes não importará na desclassificação da proposta da respectiva empresa no presente certame. Contudo implicará na impossibilidade da apresentação de lances verbais, assim como impossibilitará qualquer manifestação em nome da empresa na sessão do Pregão.

5.7. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação de mais de uma empresa na presente licitação.

6. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

6.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes das proponentes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão dos representantes credenciados, DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPREM PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (CONFORME MODELO ANEXO IV), e em envelopes distintos, devidamente fechados e lacrados, rubricados nos fechos, a PROPOSTA DE PREÇOS e a DOCUMENTAÇÃO exigida para habilitação dos proponentes, sob pena de desclassificação.

6.2. Os envelopes deverão conter as seguintes indicações externas:

Envelope contendo a Proposta:

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2021

ENVELOPE "A" – PROPOSTA DE PREÇO

NOME DA EMPRESA: _____ CNPJ: _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº. ____/2020

ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

NOME DA EMPRESA: _____ CNPJ: _____ ENDEREÇO COMPLETO: _____
E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

6.3 A NÃO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO MENCIONADA NO SUBITEM 6.1, IMPLICARÁ NA EXCLUSÃO DO INTERESSADO NESTA LICITAÇÃO, SALVO SE O REPRESENTANTE CREDENCIADO DECLARAR NA SESSÃO PÚBLICA, EXPRESSAMENTE, QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. O PREGOEIRO SOLICITARÁ PARA A EQUIPE DE APOIO A EXPEDIÇÃO DO MODELO DE DECLARAÇÃO QUE DEVERÁ SER ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL CREDENCIADO E JUNTADA AO PROCESSO.

6.4. Serão aceitas proposta encaminhada via postal (correio), desde que entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio antes do horário previsto para o início da sessão pública. O envelope deverá conter os documentos de credenciamento (Contrato Social em vigor com a última alteração ou consolidação), Certidão da Junta Comercial e a Declaração dando ciência que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (conforme Modelo Anexo IV) e, em envelopes distintos, devidamente lacrados, a PROPOSTA e a DOCUMENTAÇÃO.

6.5. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos do Pregão.

6.6. Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as Propostas, sendo verificada sua conformidade e posterior rubrica, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

6.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 01)

7.1. A proposta deverá ser apresentada em original, digitada ou datilografada, em uma única via, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, preferencialmente rubricadas, devendo estar assinada na última folha, por seu representante legal, conforme modelo Anexo II;

7.2. Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

7.3. Indicar a marca dos produtos cotados.

7.4. No preço proposto e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

7.5. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura da proposta. Caso a proposta de preço apresentada não contenha prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias;

7.6. O preço inicial proposto será de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. Na hipótese de serem apresentadas propostas sem a assinatura, estando presente o representante legal na sessão de abertura, a falta da assinatura poderá ser sanada pelo mesmo, até a etapa de cadastramento de propostas.

8. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 02)

8.1. Do envelope Nº 02 DOCUMENTAÇÃO, deverão constar os seguintes documentos:

8.1.1. Habilitação Jurídica, por intermédio dos seguintes documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto/contrato social em vigor com última alteração contratual (se houver) ou Contrato Social Consolidado.

c) No caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração da finalidade social de atuação no ramo pertinente ao objeto da presente licitação, devendo o capital social estar registrado e integralizado.

OBSERVAÇÃO: Os documentos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" só serão exigidos na fase de habilitação quando não apresentados no ato de credenciamento (ITEM 5 DO CREDENCIAMENTO).

8.1.2. Qualificação Econômico-Financeira, por intermédio dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e/ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias anteriores à abertura desta licitação.

a.1) considerando a implantação do sistema EPROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de abril de 2019, as certidões dos modelos "Civil e Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser solicitadas no sistema EPROC quando no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente. Caso contrário não terão validade.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, inclusive os enviados via SPED para a Secretaria da Receita Federal, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b.1) Empresas constituídas há menos de 01 (um) ano, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação de tão somente do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, ou ainda, Declaração do Contador ou Técnico Contábil (com firma reconhecida em cartório), assinada por profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;

b.2) Empresas constituídas há mais de 01 (um) ano, deverão comprovar tal situação, mediante apresentação obrigatória: Termo de Abertura, Balanço, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e Termo de Encerramento, sob pena de desclassificação na ausência de qualquer um destes.

b.3) Empresas obrigadas e/ou optantes por Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, com regulamentação pela Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013 e alterações posteriores, poderão apresentar documentos extraídos do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, ou ainda, através do site da Junta Comercial, relativa ao domicílio ou sede da licitante, na seguinte forma:

b.4) Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), deverão comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS (DEFIS), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do "recibo de entrega", junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.

b.5) Microempreendedor Individual (MEI), deverá comprovar a boa situação financeira da empresa, mediante apresentação obrigatória da DECLARAÇÃO ANUAL DE FATURAMENTO DO SIMPLES NACIONAL (DASN – SIMEI), ou ainda, conforme o caso, na hipótese consubstanciada de acordo com a personalidade jurídica da empresa licitante, que opcionalmente adota de escrituração contábil simplificada, facultado à apresentação da DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) do último exercício social, devidamente acompanhada do "recibo de entrega", junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na forma da Lei.

8.1.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista, por intermédio dos seguintes documentos:

a) Cópia do CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, em conformidade com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, em vigor a partir de 03 de novembro de 2014).

c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.

d) Certidão Negativa de Débitos mobiliário e imobiliário com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa.

e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT

g) Declaração de Regularidade - Anexo V

h) Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não empregando menores em trabalho perigoso, noturno ou insalubre, bem como não empregando menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na eventual condição de aprendiz, a partir dos catorze anos;

j) Declaração de Ausência de Parentesco conforme disposto na Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, sob as penas do art. 299 do Código Penal de acordo com o Anexo IX.

8.1.4. Qualificação Técnica, por intermédio dos seguintes documentos:

a) Apresentação de Atestado de fiel cumprimento, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou aplicativos similares aos solicitados no presente edital.

8.2. Se o proponente interessado for da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, eles deverão ser da filial, à exceção daqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.3. Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, realizar consultas on-line via internet, para verificar a sua autenticidade.

8.4. Os documentos poderão ser apresentados:

a) em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas, ou cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio,

b) por publicações em órgãos da Imprensa Oficial ou;

c) em conformidade com o artigo 63, parágrafo 3º da Lei 8.934/1994, alterado pela Medida Provisória nº 876, de 16/03/2019.

8.5. Os documentos de Habilitação (Certidões Negativas) que não constarem, expressamente, as datas de validade serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contadas de suas datas de emissão.

8.6. Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão pública, e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do proponente, salvo se os mesmos estiverem de posse do Representante Credenciado e entregues na sessão pública.

Observação: No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 43 § 1º, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (item 8.1.3) alíneas "a" ao "f", o Pregoeiro, concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.7. Após a análise da documentação apresentada, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

9. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Será desclassificada a proposta que, para viabilização, apresente vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, assim como, as que não se enquadrem na conformidade com os requisitos estabelecidos no presente Edital.

9.2. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas para o objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

9.3. Havendo duas ou mais propostas, com preços exatamente iguais no início do certame será efetuado sorteio, a fim de identificar qual proponente terá preferência na oferta de lances verbais, conforme disposto nos parágrafos 2º e 3º do Art. 45, da Lei nº 8.666/93.

9.4. Serão classificadas pelo Pregoeiro, a Proponente que apresentar a proposta de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

9.4.1 Caso não haja, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até que haja no máximo 3 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

9.5. Às proponentes classificadas conforme estabelecido no subitem 9.4 ou no caso do item 9.4.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação aos lances oferecidos pelas demais proponentes.

9.6. O Pregoeiro convidará individualmente as proponentes classificadas, forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.

9.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará em exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente, para efeitos de classificação das propostas para o item em disputa.

9.8 Caso não se realize lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e classificadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço por item.

9.9. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao preço ofertado, decidindo motivadamente a respeito.

9.10. No que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte a aferição das propostas por elas apresentadas respeitará o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação para verificar a regularidade da documentação apresentada a fim de declarar o vencedor.

9.12. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será o proponente declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação, sendo o procedimento licitatório encaminhado à AUTORIDADE COMPETENTE para homologação do resultado final do pregão.

9.13. Se a proposta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora, e a ela adjudicada o objeto do certame.

9.14. A data referência a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver outras sessões, será aquela utilizada para o recebimento dos envelopes, devendo, contudo, serem sanadas, anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades decorrentes do vencimento do documento que se apresentem após aquela data.

9.15. Reserva-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento. .

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. No julgamento das propostas será considerada vencedora a de menor preço global, desde que atendidas todas as especificações constantes deste Edital.

10.2. Havendo divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o UNITÁRIO.

11. DOS RECURSOS

11.1. Ao final da sessão declarado o vencedor, qualquer proponente poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais proponentes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da proponente importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

11.1.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.1.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.1.4. A manifestação do recurso poderá ser feita na própria sessão do Pregão, e, se oral, será reduzida a termo em ata.

11.1.5. Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto da licitação a proponente vencedora.

11.1.6. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

11.2. Os recursos serão dirigidos a autoridade competente, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-los à autoridade superior, devidamente instruídos, para apreciação e decisão no mesmo prazo.

11.3. Os recursos interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

12. DAS PENALIDADES

12.1. A proponente estará sujeita a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos produtos após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue os produtos no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

12.2 A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

12.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02, se a proponente, convocada dentro prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da licitação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

12.4. A aplicação das sanções previstas nos itens 12.2 e 12.3 competem ao Chefe do Poder Executivo ou ao Secretário Municipal, conforme o caso, após prévia manifestação do Departamento Jurídico.

12.5. As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

12.6. A aplicação das sanções prevista neste item não exclui a responsabilização da proponente inadimplente por eventuais perdas ou danos causados a Prefeitura.

12.7. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO

13.1. Em não sendo interposto recurso, caberá a Pregoeiro adjudicar o objeto à proponente vencedora e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua Homologação.

13.2. Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à proponente vencedora e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

13.3. A adjudicação do objeto à proponente vencedora ficará vinculada à demonstração e comprovação de que os aplicativos ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I deste Edital.

13.3.1. Quando da definição do proponente vencedor, será marcada a data para a demonstração prevista no subitem anterior.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato, conforme Anexo III, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

14.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

14.3. A adjudicação proveniente do presente processo licitatório terá vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Não constituindo renúncia ou alteração de tal prazo a confecção de contrato com prazo inicial de vigência limitada às dotações vigentes do exercício em execução ou de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

15. DO PAGAMENTO E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

15.1. O pagamento mensal do licenciamento será realizado via boleto bancário até o primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação de serviços, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

15.1.1. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal devidamente liquidada pelo setor competente.

15.1.2. O pagamento dos serviços técnicos eventuais do órgão licitante, quando contratados, será realizado via boleto bancário em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

15.2. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o INP-C acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

15.3. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da Empresa Vencedora.

15.4. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias, contidas no orçamento de 2021:

PM (30, 34, 37, 84)

FMAS (17)

FMIA (9)
Hospital (6)
FMS (10, 18, 24)
Câmara Municipal de Vereadores (3)

16. CRITÉRIO DE REAJUSTE

16.1. Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice INP-C acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecido.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Da reunião uma realizada para o recebimento dos envelopes, oferecimento de lances e verificação da documentação da proponente habilitada, todas especificamente delineadas neste Edital, será lavrada ata circunstanciada que mencionará todas as proponentes, as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que houver durante a realização do certame, devendo a ata ser assinada pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, bem como pelas proponentes ainda presentes ao final da reunião.

17.2. Em caso de ausência de assinaturas na documentação/proposta de preços, poderá o Representante Credenciado, fazê-lo durante a sessão.

17.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação. Poderá ser revogada, no todo ou em parte, pelo Prefeito, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulada de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, se houver ilegalidade.

17.4. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.5. É vedado ao proponente retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

17.6. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

17.7. A participação da proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

17.8. Será comunicada por escrito, às empresas que retirarem o Edital, qualquer alteração que importe em modificação em seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

17.9. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas e documentação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.10. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

17.11. Recomenda-se as proponentes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

17.12. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

17.13. Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos serão dirimidas pelo Pregoeiro, no endereço mencionado no Item 1, pelo e-mail licitação01@bomjardimdasserra.sc.gov.br ou através do telefone 49 3232-0196/3232-0197.

17.14. O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de São Joaquim Estado de Santa Catarina, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18. ANEXOS DO EDITAL

18.1 Integram este Edital, os seguintes anexos: Integram este Edital, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II – Modelo Proposta de Preços
- c) Anexo III – Carta de Credenciamento
- d) Anexo IV – Declaração de Habilitação
- e) Anexo V – Declaração de Regularidade
- f) Anexo VI – Minuta de Contrato

Bom Jardim da Serra, 27 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prover sistema informatizado de gestão pública municipal em ambiente web, com total aderência às NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) e ao PCASP (Plano de Contas Padrão); SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse); SIOPS (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde); SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação); exigências da LC-131 (Lei Complementar 131/09 Lei da Transparência); SICONFI/STN; demais orientações e determinações da STN-Secretaria do Tesouro Nacional, e demais legislações vigentes; para serem utilizados pela Prefeitura Municipal de BOM JARDIM DA SERRA, incluindo-se no objeto desta licitação os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados pré-existentes, treinamento, manutenção, suporte técnico eventual e permanente

e acompanhamento técnico no envio das prestações de contas durante o período contratual, em conformidade com as especificações técnicas e funcionais contidas neste termo de referência e seus anexos.

• JUSTIFICATIVAS:

- 2.1. Os Sistemas de Informática Integrados de Gestão Pública são necessários para o fortalecimento institucional e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de caráter legal, administrativo e tecnológico vinculados à administração municipal, bem como deverão compor uma solução única, totalmente integrada entre si e comunicativa, para o bom e fiel andamento dos serviços públicos prestados a comunidade.
- 2.2. Diante disso, essa municipalidade optou por uma solução ERP (Enterprise Resource Planning), visando trazer uma série de vantagens ao erário. Segundo o website <https://portalerp.com/erp/5-entenda-erp>, há vantagens objetivas estatisticamente definidas com o uso de uma plataforma única. E existem boas soluções ERP disponíveis no mercado para a Administração Pública.
- 2.3. Os principais benefícios que podem ser experimentados pelas administrações públicas com a utilização do ERP é a redução da despesa com TI, melhoria do tempo de resposta às alterações da legislação, melhor controle, padronização de procedimentos, dentre vários outros.
- 2.4. Busca-se, ainda, uma maior integração dos processos e uma potencialização da eficiência administrativa como um todo. Assim, com a presente contratação, esta Administração almeja alcançar mais agilidade na execução das tarefas entre os setores, por meio dos sistemas integrados entre si, e que funcionem a partir de banco de dados único ou com integrações nativas entre bancos, permitindo uma maior segurança relacional dos dados, uma efetiva integridade e a gradativa eliminação de informações conflitantes em mais de um banco de dados da municipalidade.
- 2.5. Optou-se, assim, a exemplo de diversos municípios de porte assemelhado, por um lote único baseado em tecnologia ERP para execução dos serviços, diante de alguns fatores-chave, tais como: padronização, eliminação dos trabalhos de regiditação de dados, troca de informações entre aplicativos para fins administrativos e gerenciais, troca de informações em tempo real, elaboração de análises gerenciais combinadas, e atendimento da NBC T 16.11 – gestão de custos na administração pública, o que seria impossível implementar se a contratação abarcasse sistemas não integrados e não compatíveis entre si.
- 2.6. Tal solução também busca permitir a padronização de toda a estrutura tecnológica de gestão, permitindo que as ferramentas de gestão de custos e gerenciamento inteligente criem cenários combinando dados das mais variadas áreas de aplicação.
- 2.7. Portanto, a licitação de uma solução ERP web enaltece um dos princípios do processo licitatório que vincula o administrador público, mesmo porque a imposição de um determinado padrão pela administração pública parte da presunção de que será possível obter, dentre outros benefícios, a redução de custos de manutenção, redução de custos de treinamento e a compatibilização entre os diversos órgãos públicos, mediante economia de escala e uma melhor aderência das soluções aos processos administrativos locais.
- 2.8. Embasando a decisão administrativa, o art. 15, I, da Lei nº 8.666/93 estabelece:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;”

2.9. Já o art. 11 do mesmo diploma legal prevê que:

“As obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, exceto quando o projeto-padrão não atender às condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.”

- 2.10. Noutro lado, tratando-se de contratação de sistemas nativos do ambiente web, faz-se necessário que o licitante a ser contratado forneça também a hospedagem em datacenter de alta performance e segurança, disponível em regime ininterrupto, certificado contra riscos de ataques de negação de serviços e roubo/sequestro de dados.
- 2.11. Adiante, importante ressaltar que a divisão da contratação em lotes implicaria em perda de garantia de integridade referencial de dados caso duas ferramentas de desenvolvedores distintos comesçassem a se intercomunicar, alterando concomitantemente importantes bases de dados que seriam distintas. Haveria o risco de sério entrave técnico, tornando mais onerosa e menos confiável a contratação em caso de consórcios, embora, por motivos de ampliação de competitividade.
- 2.12. Portanto, sendo praticamente impossível e tecnicamente difícil garantir-se a integridade referencial de dados que constantemente são alterados por ferramentas de desenvolvedores com diferentes visões de tecnologias e rotinas de segurança, redundando que, ao final, ninguém se declararia “culpado” por eventual perda de dados ou de segurança, em caso de consórcios ou de fracionamento do objeto em mais de um lote.
- 2.13. E além da já referida economia de escala obtida com a contratação de uma única empresa, já que, por exemplo, haveria apenas uma base de dados integrada a ser assimilada e gerida, e todas as ferramentas seriam rodadas a partir de plataforma única, o que evitaria manutenções em diversas plataformas, temos ainda que a contratação de sistema único integrado evita a necessidade de dupla ou tripla capacitação da equipe de T.I. da prefeitura em diversas tecnologias de concepção distintas.
- 2.14. Assim, com a fixação de lote único, o setor de T.I. do município não precisará estar concomitantemente capacitado e atualizado com diversas tecnologias distintas. Haveria, ainda, potencial desperdício de dinheiro público com o pagamento das despesas de duas ou mais equipes de implantação concomitantes, ou ainda, com o desenvolvimento e manutenção de ferramentas de integração dos mais diversos sistemas, e que lamentavelmente somente poderiam ser desenvolvidas a partir da definição dos vencedores, com considerável perda de tempo e recursos públicos.
- 2.15. Algumas integrações do termo de referência são óbvias e dispensam considerações, como a questão da integração contabilidade x planejamento, tributos x contabilidade, porém, o conceito ERP vai muito além, tornando toda a gestão informatizada uma e íntegra.
- 2.16. Sobre o assunto, ainda é imprescindível estabelecer que aplicativos como o Gestão Educacional possuem integrações fundamentais para a condução administrativa, permitindo que, através dos aplicativos de gestão financeira e custos, possa-se criar cenários que cruzam informações do departamento de compras, do departamento contábil e do aplicativo de gestão educacional, permitindo o cumprimento de padrões exigidos pelo TCE-SC de forma objetiva, simples e eficiente.
- 2.17. De fato, o TCE-SC possui consulta, com força normativa e oponente aos jurisdicionados, obrigado a adoção da NBC-T 16.11, do Conselho Federal de Contabilidade, parte integrante dos padrões e normas NBCASP. Assim, faz-se necessária uma maximização da gestão financeira, que nessa entidade administrativa está sendo priorizada para iniciar-se pela área de gestão educacional, permitindo a execução

de diversos controles de custos que auxiliam na transparência e tomada inteligente de decisões.

2.18. E como empresa não poderia saber de antemão quem seria o vencedor do outro lote, ainda seria necessário que a administração pública aguardasse um entendimento técnico entre concorrentes, para ver os serviços plenamente executados, ou seja, isso colocaria em risco objetivos fundamentais da contratação.

2.19. Enfim, diversas razões de interesse público recomendam a licitação em lote único, de modo que, ao contrário do que o olhar técnico – porém abstrato e dissociado do contexto administrativo – indica, há significativas justificativas para a licitação de softwares de gestão em lote único, à exemplo do que vem fazendo a quase totalidade dos municípios brasileiros, cumprindo salientar que ao contratar sistemas com apenas uma empresa será preciso apenas uma plataforma para interação entre os sistemas e ainda, economizando-se com manutenção, treinamentos, dentre outros.

2.20. Além disso, optou-se por uma plataforma nativa na web visando eliminação de custos diretos e indiretos com manutenção de infraestrutura de hardware própria, que seria necessária para suportar servidores de bancos de dados e servidores de aplicações.

2.21. Dessa forma, estabeleceu-se um conceito de plataforma web que pressupõe conceitos de cloud (nuvem), como escalabilidade automática de recursos, dispensando-se onerações desnecessárias típicas de nuvens privadas, onde o dimensionamento de máquinas virtuais exige alocação superdimensionada de recursos para suportar picos de processamento, modelo inclusive cancelado pelo Tribunal de Contas da União.

2.22. Essa problemática de “reserva” virtual de recursos de armazenamento e processamento de dados de nuvem, através das chamadas “máquinas virtuais” foi há muito superada pelo conceito cloud, que permite elasticidade virtualmente “infinita”, permitindo que tanto em curto quanto em médio e longo prazo ocorra dimensionamento automático de recursos.

2.23. Assim, ao invés de precisar reservar uma máquina virtual superdimensionada para suportar picos de processamento (lançamento de tributos em lotes, por exemplo), a administração pública tem a garantia de que gasta o mínimo possível com estruturas virtuais, sabendo que picos serão suportados automaticamente pelo atributo de elasticidade que caracteriza o cloud.

2.24. Ademais, como essa equipe de tecnologia desta Administração não deseja executar processos de vistoria extenuantes e caríssimos nas dependências físicas que suportam toda a ambientação cloud, recomenda-se a exigência para a contratação de que a contratada apresente as certificações definidas como fundamentais pelo MPOG e referendadas pelo TCU recentemente, a saber: ISO 27001, SOC 1 e SOC 2.

2.25. Tais certificações são encontradas em diversas plataformas cloud existentes no mercado brasileiro, a custo acessível, sendo oportuno lembrar-se que, independentemente da linguagem de programação do sistema, basta que seja desenvolvido em arquitetura web, que o aplicativo pode, a custo módico, ser hospedado em ambiente com as certificações requisitadas.

2.26. Neste contexto, resta justificada a necessidade da contratação, bem como os principais requisitos do objeto.

2. ENTIDADES LICENCIADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL DE BOM JARDIM DA SERRA
FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE DE BOM JARDIM DA SERRA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA
HOSPITAL AMERICO CAETANO DO AMARAL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

3. SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

3.1. Licenciamento mensal dos seguintes sistemas de gestão pública:

1. Compras, Licitações e Contratos;
2. Contabilidade Pública (Contabilidade, Prestação de contas, Controladoria e Convênios)
3. Portal da Transparência;
4. Patrimônio Público;
5. Almoxarifado;
6. Tesouraria;
7. Planejamento Público (PPA, LDO e LOA);
8. Obras
9. Atendimento ao cidadão;
10. Portal da Gestão;
11. Contra cheque on-line;
12. Gestão de Cemitério
13. Procuradoria;
14. Nota Fiscal Eletrônica;
15. Escrituração Eletrônica do ISS;
16. Monitoramento das Notas Fiscais;
17. Tributação e arrecadação;
18. Protocolo;
19. Recursos Humanos;
20. E-Social;
21. Folha de Pagamento;
22. Relógio ponto via Internet
23. Ponto Eletrônico;
24. Software de gestão de intranet corporativa
25. Gestão Educacional
26. Gestão de Pais e Alunos
27. Gestão de Professores

- 28. Merenda Escolar
- 29. Transporte Escolar
- 30. Geoprocessamento
- 31. Gestão da Saúde
- 32. Gestão Assistência Social
- 33. Controle Interno
- 34. Assinaturas e Documentos

4.1.1. A Solução ERP poderá agrupar ou dividir as funcionalidades em tantos sistemas/módulos quantos forem necessários para o pleno atendimento dos requisitos exigidos no presente edital, não se constituindo obrigatório o fornecimento idêntico de sistemas elencados acima, contanto que seja desenvolvida com garantia e padronização de confiabilidade e integridade do banco de dados já justificadas acima.

o Implantação (migração, configuração e parametrização das informações e habilitação dos sistemas para uso):

4.2.1. A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pela entidade para uso. Deverão ser convertidos todos os dados tributários, de gestão de pessoal, marcações de ponto, de protocolos e documentos, de patrimônio e de gestão educacional constantes dos sistemas legados. Além disso, também deverão ser convertidas as informações de contabilidade, planejamento público, compras e licitações, tributário, estoques e frotas do atual exercício, pelo menos.

4.2.2. A entidade não dispõe de diagrama e/ou dicionário de dados para fornecimento a empresa vencedora da licitação, devendo a mesma migrar / converter a partir de cópia de banco de dados a ser fornecida.

4.2.3. Para cada um dos sistemas licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de configuração/parametrização de programas, de forma que os mesmos estejam adequados à legislação da entidade;

4.2.4. Acompanhamento dos usuários, na sede da entidade, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

4.2.5. Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couberem, as seguintes etapas:

- a) adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- b) parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- c) estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- d) adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pela entidade;
- e) ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

4.2.6. O recebimento dos serviços de implantação, customização inicial, conversão e treinamento se darão mediante aceite formal e individual para cada sistema licitado, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo Secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados.

4.2.7. O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que detalhe os serviços prestados e o tempo de execução.

4.2.8. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévia e formalmente acordados e documentados entre as partes.

4.2.9. A CONTRATADA será responsabilizada pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando der causa e estas estiverem sob sua responsabilidade.

4.2.10. A CONTRATADA e os membros da equipe deverão manter absoluto sigilo acerca de todos os dados e informações relacionadas ao objeto da presente licitação, assim como, quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da prestação de serviços contratada, podendo responder contratualmente e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

4.2.11. Todas as decisões e entendimentos que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, durante o período contratual, deverão ser prévias e formalmente acordadas e formalizadas entre as partes.

4.2.12. O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

o Treinamento e Capacitação:

• A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado, Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos sistemas, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, livros, fotos, etc.).
- O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela CONTRATADA.
- As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação, sendo que cada turma não possuirá mais de 15 (quinze) participantes; a quantidade de usuários por sistema é irrelevante, devendo a proponente dimensionar seus custos pela quantidade de horas estimadas para cada treinamento, de cada módulo, além das demais despesas correlatas.
- Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos funcionários que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.
- Os equipamentos disponíveis serão no mínimo de um microcomputador para cada dois participantes, fornecidos pela CONTRATANTE, a ser realizado nas dependências da entidade, devendo em todo caso haver disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes.

- A CONTRATADA deverá treinar os usuários dentro do período de implantação, em carga horária e com métodos suficientes a capacitação para normal uso do ferramental tecnológico a ser fornecido.
- Em relação aos usuários dos sistemas nota fiscal eletrônica e escrituração eletrônica do ISS, deverá a CONTRATADA realizar palestras os contadores, procuradores ou empresários convidados para assistir a palestra orientadora, cada uma com duração mínima de 04 (quatro) horas;
- Em relação ao sistema de atendimento ao cidadão, deverá a CONTRATADA treinar os servidores envolvidos com a operação, os quais ficarão responsáveis pelo treinamento à comunidade, em sendo o caso;
- A CONTRATANTE resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá à CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, ministrar o devido reforço.

o Suporte Técnico:

- A CONTRATADA deverá disponibilizar portal de atendimento, suporte e sustentação ao usuário, permitindo à entidade uma visão gerencial completa dos serviços e do atendimento técnico prestado pela empresa contratada.
- Deverá ser garantido o atendimento à entidade, no horário das 08h00 min às 12h00 min e das 13h30 min às 18h00 min, de segunda a sexta-feira;
- Para cada novo atendimento iniciado deverá ser vinculado um código ou número de chamado exclusivo, podendo ser listado e visualizado pelo usuário posteriormente.
- O atendimento deverá ser realizado via chamado técnico virtual ou ligação de voz, devendo a proponente viabilizar esta tecnologia sem custos adicionais à entidade;
- Poderá a CONTRATANTE chamar a central de atendimento da provedora via linha telefônica.
- O portal de atendimento deve permitir o cadastro dos usuários em diversas entidades a qual o mesmo esteja vinculado, possibilitando abrir chamados, executar reclamações, enviar documentos, tramitar questões técnicas.
- O login e senha deve ser individualizado e permitir o acesso ao portal de atendimento e demais sistemas licitados.
- O portal de atendimento deve disponibilizar um recurso para o usuário pesquisar e visualizar todos os seus registros de chamados realizados.
- O portal de atendimento deve permitir que o usuário altere a sua senha de acesso.
- O portal de atendimento deve permitir o envio/recebimento de notificações aos usuários envolvidos no atendimento de uma solicitação ou tarefa.
- O portal de atendimento deve possuir pesquisa de satisfação dos chamados atendidos.

o Atendimento Técnico na sede da entidade:

- O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da entidade, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:
- Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc;
- Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para órgão governamental, instituição bancária, gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros; e,
- Prestação de serviços de consultoria e orientações aos usuários.

• REQUISITOS DE TECNOLOGIA:

o Os sistemas devem rodar (servidor de aplicações e servidor de bancos de dados) em Datacenter estruturado com escalabilidade automática, elasticidade virtualmente infinita, que permita o dimensionamento da estrutura de T.I. dedicada de acordo com a demanda de armazenamento e hits (requisições). Não serão admitidas soluções baseadas em máquinas virtuais estáticas, manualmente dinamizadas, que não suportem picos de processamento e onerem a administração pública em médio e longo prazo com aumento de capacidade de processamento.

o Os sistemas devem permanecer hospedados em Datacenters com comprovação de disponibilidade multizona com no mínimo três estruturas distintas e fisicamente separadas em locais com distância mínima de 50 km entre si.

o O ambiente multizona deve funcionar com replicação de dados em tempo real, assegurando disponibilidade dos serviços em caso de queda de um datacenter.

o Visando melhor performance, independência, conectividade e acessibilidade, os sistemas devem ser desenvolvidos em linguagem e arquitetura nativas para web, sendo responsivos à tela do equipamento.

o Não deverá haver necessidade de qualquer instalação física em qualquer máquina, dispositivo ou computador, devendo o usuário acessar os sistemas sem uso de nenhum recurso tecnológico como: runtimes e plugins para uso da aplicação, exceto em casos onde houver necessidade de software intermediário para acesso a outros dispositivos como leitor biométrico, impressoras, leitor de e-CPF/e-CNPJ, ou para assinador digital.

o Os sistemas devem ser acessados através de navegador web padrão (Chrome, Firefox, Opera, Internet Explorer, Edge e Safari), com acesso em dispositivos com os seguintes sistemas operacionais, no mínimo: Windows, Linux, MacOS, e também nas seguintes plataformas mobile: Android e iOS.

o Os sistemas devem possuir help online, para esclarecimento de dúvidas sem necessidade de abertura de chamado técnico, acessado através dos próprios sistemas.

o Os sistemas devem ser estruturados sem tabelas redundantes ao usuário, permitindo que, sempre que um dado for cadastrado em um sistema, a informação esteja disponível em outro.

o Também deve ser possível ao usuário optar pela não integração entre cadastros, mediante simples parâmetro no sistema, permitindo a indicação, pelo administrador do sistema, de usuários que poderão decidir as integrações entre os sistemas pendentes.

o Possuir ferramenta automatizada de integração de cadastros, para uso do usuário, que poderá optar por não integrar cadastros de áreas de aplicação distintas.

o Todos os sistemas devem utilizar protocolo HTTPS para navegação na internet, garantido a segurança das informações tramitadas através de criptografia.

o Os sistemas devem possuir recursos de extração de dados através de web services, acessíveis diretamente pelo usuário final.

o Os sistemas devem permitir o controle de acesso com o uso de senhas, contendo controle de permissões de acesso tanto por usuário quanto por grupo de usuários, com definição das permissões para somente consulta, alteração, inclusão, exclusão e outras ações da aplicação como: estornar, cancelar, calcular, desativar, etc., quando disponíveis, por telas, dentro de cada módulo individualmente.

o Permitir alternância entre sistemas e entidades, sem novo login, permitindo que, na mudança de entidades, o usuário seja automaticamente redirecionado para o mesmo exercício.

o Possuir gerenciamento de relatórios forma livre, permitindo ao usuário a escolha dos campos a serem gerados, possibilitando arrastar e soltar os componentes na posição em que deverá ser impressa.

o Possuir gerenciamento de relatórios, permitindo ao usuário final, a partir de um modelo de relatório existente, criar um novo relatório (salvar como/copiar), mantendo-se o modelo de relatório original inalterado, com a opção de torná-lo público (qualquer usuário acessa o novo modelo) ou mantê-lo restrito (somente o usuário acessa o modelo).

o Permitir que os relatórios solicitados sejam executados em segundo plano, permitindo ao usuário continuar trabalhando enquanto o relatório é gerado, com notificação em tela assim que o relatório é gerado, ou opção de abertura automática, independente da página em que o usuário se encontra.

o Permitir a restauração de relatórios excluídos através de um repositório/lixeira.

o Permitir que, ao gerar um relatório que tenha sido previamente compartilhado com outro usuário, este segundo possa ser notificado da emissão automaticamente e visualizá-lo.

o Permitir a utilização de elementos visuais no layout dos relatórios, como: textos, imagens, linhas, quadrados, retângulos, círculos, campos calculados, códigos de barra, códigos QR code e gráficos.

o Possibilitar que documentos sejam assinados digitalmente no sistema, e que, após a assinatura, o usuário remeta o documento a outro usuário, que receberá notificação dentro do próprio sistema de que existe documento aguardando sua assinatura.

o Fornecer um código único, ou número de protocolo da impressão do relatório, evitando criação de relatório falso.

o Possuir uma ferramenta de geração de campos adicionais, em formato texto, lista, data, valor, alfanumérico, CPF, CNPJ, e-mail, hora, número inteiro, lista de seleção, múltipla seleção, telefone, texto e valor (fracionário), descrição, tamanho, dica de preenchimento quando o tipo de dado exigir e ainda, indicar se deve ser de preenchimento obrigatório ou não, ou mesmo possibilitar o agrupamento destes dados e a sua publicação entre as entidades, permitindo que o usuário defina críticas para cada um dos campos criados, sem necessidade de auxílio ou validação da empresa contratada.

o A alteração deverá criar automaticamente os repositórios no banco de dados, permitindo a criação de modelos de relatórios e gráficos diretamente pelo usuário, a partir da alteração efetivada, possibilitando ainda informar título para cada campo, que poderá ser utilizado em relatório ou gráfico.

o Permitir à entidade contratante, a partir de um ambiente de criação tecnológica disponível ao usuário, e sem auxílio ou prévia aprovação da empresa contratada, a criação de novos cadastros e rotinas nos sistemas.

o A alteração deverá criar automaticamente os repositórios no banco de dados, permitindo também a criação de modelos de relatórios e gráficos diretamente pelo usuário a partir da alteração efetivada, bem como a inclusão dos campos criados em relatórios já existentes.

o Possuir ferramenta de geração de gráficos, disponível ao usuário e que dispense o uso de códigos ou comandos de programação, para que, a partir de qualquer informação existente no sistema, seja possível a criação de gráfico pelo próprio usuário.

o Possuir ferramenta de geração de gráficos que permita ao usuário a criação de gráficos a partir de qualquer gráfico anterior do sistema, mantendo o original inalterado. O gráfico, uma vez criado e gerado pelo usuário, deve ser atualizado automaticamente, sem necessidade de nova geração, com possibilidade de indicação de periodicidade da atualização.

o Possibilitar a criação de apresentação automatizada de gráficos nos sistemas que permita a exibição em série de gráficos, com possibilidade de periodização do tempo de exibição de cada gráfico.

o O gráfico, uma vez criado e gerado pelo usuário em qualquer sistema, deve ser atualizado automaticamente, com possibilidade de envio de link a gestores ou outros interessados. Quando o destinatário acessar o link, deve ter acesso a dados atualizados, e não estáticos.

o Manter histórico dos acessos por usuário, registrando a data, hora e módulo de acesso, criando também log de auditoria que permita identificar a data, hora e responsável por qualquer operação de alteração, inclusão e exclusão de dados.

o Nos principais cadastros dos sistemas, a auditoria deve estar visível ao usuário, quando da execução da alteração ou consulta de alterações. O sistema deve mostrar uma timeline, diretamente no cadastro e sem acesso a novas telas, indicando o histórico de alterações.

o A solução ERP deve possuir ferramenta de inteligência artificial, permitindo aplicação do conceito "machine learning", potencializando a redução de custos com a autonomia virtual da administração pública e permitindo um amadurecimento contínuo da gestão e tomada de decisões.

o A solução ERP deve possuir capacidade de integração com outros bancos de dados, gerando relatórios via web services com uso de API's que combinam dados de bancos de dados de terceiros com dados do próprio banco de dados da solução.

o A solução ERP deve possuir capacidade de exportar, via fonte de dados, informações para que outros sistemas de informação possam gerar bancos de dados.

o A solução ERP deve possuir fonte de dados que permita a criação de Scripts com o uso integrado e consistente de soluções google forms.

o A solução deve possuir armazenamento de certificados digitais do tipo A1 em nuvem, em hardware inviolável do tipo HSM, permitindo ao usuário, de forma segura, executar assinaturas digitais de qualquer dispositivo sem necessidade de token físico.

o Nos principais cadastros dos sistemas, a auditoria deve estar visível ao usuário, quando da execução da alteração ou consulta de alterações. O sistema deve mostrar uma timeline, diretamente no cadastro e sem acesso a novas telas, indicando o histórico de alterações.

o Os principais cadastros do sistema devem possuir visualização organizada e dinâmica em lista, que possua elementos de distinção visual de informações relevantes dos cadastros (distinção de tipos de itens cadastrados por cores, símbolos, etc), permitindo que, sem a abertura ou análise do item de cadastro, o usuário possa identificar as informações mais relevantes.

o Propiciar ao usuário acesso a ambiente de criação de scripts de sistema, com possibilidade de exportação do script para uso externo, em outras aplicações, combinando API's para geração de integrações. Esta funcionalidade deverá permitir alterar qualquer sistema.

o Possibilitar a cópia/distribuição de roteiros para outros sistemas, definindo as permissões que os usuários terão nos mesmos.

o Possibilitar uma cópia do roteiro para criação de novo, mantendo preservado o original.

o Permitir a elaboração de relatórios a partir do roteiro criado.

o Possibilitar o gerenciamento das versões dos roteiros para compartilhamento, permitindo a visualização de informações detalhadas, como: descrição do roteiro, sistema, natureza, fonte de dados, tags, autor de criação, data e hora de criação, último usuário que modificou, data

e hora da modificação, permissões de modificação.

o Possibilitar a distribuição de relatórios ou roteiros para outras entidades ou sistemas, definindo inclusive as permissões que os usuários das entidades terão nos mesmos, bem como a atualização de relatórios já distribuídos.

• PROVA DE CONCEITO

6.1. A prova de conceito tem como objetivo certificar-se de que a solução apresentada pela licitante satisfaz às exigências constantes do termo de referência no que tange às características técnicas, funcionalidades desejadas e desempenho ao município.

6.2. A realização da prova de conceito limitar-se-á somente à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar na fase de propostas de preços. Apenas se convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja inabilitada pelo não atendimento aos requisitos aferidos pela Comissão de Avaliação.

6.3. A prova de conceito será realizada em data e local a serem divulgados pelo Pregoeiro, na sessão pública de abertura das propostas ou em ata encaminhada às licitantes.

6.4. Para a realização da prova, a licitante poderá eleger no máximo dois representantes, a fim de que se mantenha a ordem na sessão.

6.5. A demonstração deverá ocorrer de forma dinâmica e respeitados os horários estipulados pela Comissão de Avaliação para o início e término, podendo estender-se por mais de um dia, hipótese em que o Pregoeiro divulgará a data de continuidade dos trabalhos, podendo ser o dia imediatamente posterior

6.6. A prova de conceito ocorrerá consoante o seguinte rito:

7 Leitura, de forma sequencial, pela licitante, em voz alta, da funcionalidade a ser demonstrada;

8 Demonstração da funcionalidade (requisito) em questão;

6.7. A Comissão utilizar-se-á de critérios objetivos para o julgamento dos requisitos a serem demonstrados, podendo, a qualquer momento da sessão de avaliação, efetuar questionamentos acerca do objeto demonstrado.

6.7.1. Como requisito indispensável para homologação do objeto desta licitação, o software oferecido pela empresa licitante vencedora deverá atender no ato da apresentação da amostra um percentual mínimo de 90% (noventa por cento) das funcionalidades de cada módulo, constantes no item 7 deste documento "Funcionalidades Específicas", e um percentual de 100% de todas os requisitos tecnológicos listados no item 5 deste documento "Requisitos Tecnológicos".

6.7.2. Os 10% restantes do item 7 de não atendimento imediato pela empresa vencedora deverão ser entregues dentro do período estipulado para implantação dos sistemas.

6.8. A licitante deverá disponibilizar todos os equipamentos que julgar necessários para a demonstração, sendo recomendada a utilização de projetor multimídia, a fim de que se proporcione uma melhor visualização a todos os presentes na sessão.

6.9. Será permitida a participação das demais licitantes (limitado a um (1) representante por empresa) nas sessões de demonstração, porém estas não poderão manifestar-se no decurso das mesmas.

6.10. Caberá à Comissão de Avaliação garantir a plena execução de todas as atividades relativas à prova de conceito, e ainda:

6.10.1. Avaliar cada funcionalidade demonstrada, preenchendo questionário específico de atendimento/não atendimento, pontuando as observações necessárias;

6.10.2. Emitir o "Relatório de conclusão da avaliação técnica";

6.10.3. Emitir o Termo de aceite definitivo ou de recusa da solução, a fim de que se possibilite a continuidade do processo licitatório.

6.11. Além dos requisitos técnicos constantes do termo de referência, a Comissão poderá solicitar outras demonstrações que considerar necessárias à aferição ao atendimento ao edital, desde que não gerem à licitante esforço superior ao razoável.

6.12. Na hipótese de recusa da solução pela Comissão de Avaliação, a licitante será declarada inabilitada, situação em que será convocada a próxima licitante para realizar a prova de conceito, na ordem de classificação das propostas.

7. FUNCIONALIDADES ESPECÍFICAS

8.1 CONTABILIDADE PÚBLICA (Contabilidade, Prestação de contas, Controladoria e Convênios)

1) Propiciar ao usuário realizar o cadastro de empenhos objetivando atender o fluxo operacional proporcionado pela Lei nº 4.320/64. A partir do cadastro do empenho, no momento de salvar, o usuário deve ter permissão de iniciar imediatamente a fase de "Em liquidação" ou ainda iniciar diretamente a fase da "Liquidação", sem necessidade de abertura de outros menus e telas.

2) Propiciar ao usuário informar os valores dos componentes fiscais em cada período fiscal.

3) Propiciar ao usuário registrar a quantidade de postos de trabalho terceirizados via contratos de terceirização de serviços com disponibilização de mão de obra.

4) Propiciar ao usuário registrar os valores arrecadados decorrentes de venda de bens públicos. Informação referente aos três últimos exercícios conforma artigo 4º, parágrafo 2º alínea III da LRF.

5) Propiciar ao usuário cadastrar Naturezas das receitas com suas respectivas características específicas e segundo o fato gerador, ou seja, acontecimento real que gera o ingresso da receita no cofre público. O cadastro deve informar seu Número: respeitando a formatação prévia na configuração de natureza de receita, seu Tipo (sintético ou analítico), sua Descrição e Marcadores vinculados.

6) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de receita, permitindo possível realizar a edição, exclusão e o desdobramento das Naturezas de receitas através da listagem.

7) Propiciar ao usuário cadastrar naturezas de despesas conforme necessidade da entidade. O cadastro deve em informar sua Descrição e seus, permitindo em um exercício, colocar em uso uma configuração, tornando naturezas da despesa válidas para utilização no exercício.

8) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de naturezas de despesas, possibilitando realizar a edição, exclusão e o desdobramento de Natureza da despesa através da listagem.

9) Propiciar ao usuário cadastrar Despesas não prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual) que objetiva registrar despesas que não tiveram seus gastos previstos na elaboração da LOA e que receberão recursos financeiros através de operações de alterações orçamentárias (Suplementações).

10) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de despesas não previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual), podendo realizar através da listagem, operações de edição e exclusão.

11) Propiciar ao usuário cadastrar as Ações de governo conforme necessidade da entidade, consistindo em informar seu Número, seu Tipo, sua Descrição e Finalidade.

12) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de Ações por meio da listagem, sem necessidade de relatório, podendo o usuário editar

- e excluir o registro de uma Ação. Além disso, o usuário poderá visualizar as alterações da Ação, bem como desfazer essas alterações.
- 13) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros das alterações orçamentárias de receitas. No ambiente da listagem, poderá realizar a edição e exclusão de uma alteração orçamentária desde que esta, não esteja sancionada.
- 14) Propiciar ao usuário o cadastro de alterações orçamentárias da receita que objetiva alterar o valor previsto da Receita ou até mesmo criar Receitas que por algum motivo não foram previstas na LOA. Esta alteração pode ocorrer por meio de algum ato autorizativo (Lei, Decreto, etc.). O cadastro deve informar o tipo de alteração, sua finalidade, a respectiva Receita, o Recurso da Receita, a Dedução, o Valor da dedução, seu Impacto da alteração (se aumenta ou diminui), e o respectivo Valor.
- 15) Possibilitar a interação do cadastro de alterações orçamentárias da despesa através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com as etapas da alteração orçamentárias que podem ser: Proposta em elaboração, Proposta Concluída, No Legislativo e Sancionada.
- 16) Propiciar ao usuário visualizar e pesquisar as alterações orçamentárias da despesa através de listagem, de modo dinâmico, sem necessidade da emissão de relatórios.
- 17) Propiciar ao usuário a visualização e pesquisa dos bloqueios/desbloqueios através de listagem dinâmica com filtro, sem necessidade de relatório.
- 18) Propiciar ao usuário desbloquear despesas já bloqueadas para a realização da execução orçamentária. Seu cadastro deve informar a Data, seu Valor, sua Finalidade e sua Fonte de recurso.
- 19) Propiciar ao usuário interagir com o cadastro de bloqueios e desbloqueios através da listagem. Através da listagem o usuário poderá interagir com o filtros dos bloqueios, selecionando os registros por: "Todos", "Desbloqueados" ou a "Desbloquear". Poderá realizar operações como: Desbloquear, editar ou excluir bloqueios. Poderá interagir com o histórico do bloqueio, que além de visualizar toda movimentação do registro (bloqueios e desbloqueios), poderá, pelo histórico, editar ou excluir um registro.
- 20) Propiciar ao usuário parametrizar o cadastro de bloqueios de despesas. O usuário poderá configurar o sistema para bloqueios automáticos, ou para autorizar previamente cada bloqueio vindo do departamento de compras, devendo ser notificado por mensagem no sistema, a cada novo pedido de bloqueio.
- 21) Propiciar ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação do compras, possibilitando a efetivação do bloqueio e desbloqueio orçamentário individualmente, podendo recusá-lo e apontar o motivo.
- 22) Propiciar ao próprio usuário personalizar o registro do desbloqueio com informações complementares conforme necessidade da entidade utilizando informações adicionais.
- 23) Propiciar ao usuário cadastrar adiantamentos concedidos de suprimento de fundos e de diárias. Essa funcionalidade deve registrar todos os adiantamentos concedidos através do pagamento de empenhos que possuam identificadores de Adiantamento ou diária, possibilitando ao usuário interagir com listagem dinâmica que permita filtros por favorecido, ou como "Concedido", "Comprovado", "a prestar contas", "encerrados" ou "todos" em tela, sem necessidade de geração de relatórios.
- 24) Propiciar ao usuário realizar a devolução de valores não utilizados no adiantamento, atendendo a necessidade da devolução dos valores de adiantamento ou de diárias que não foram utilizados. O usuário pode executar a devolução do saldo, o que desencadeia a anulação dos documentos de pagamento, liquidação, em liquidação (se existir) e empenho com o valor devolvido.
- 25) Propiciar ao usuário visualizar e pesquisar os adiantamentos concedidos de suprimentos de fundos e de diárias através da listagem. A pesquisa dos adiantamentos se dá pelo: Nome do credor, CPF, CNPJ e pela Especificação do empenho. Na listagem as informações visíveis ao usuário são: Credor, CPF ou CNPJ, Número do adiantamento, Número do empenho, especificação do empenho, data do adiantamento, valor, data limite para utilização, data limite para prestação de contas e status do adiantamento.
- 26) Possibilitar aos usuários interagir com os cadastros de Agências bancárias, realizando operações de edição e exclusão de agências por meio da listagem dinâmica.
- 27) Permitir estorno total ou parcial tanto do saldo da liquidação quanto do valor das retenções, possibilitando a substituição ou alteração dos documentos fiscais.
- 28) Propiciar ao usuário cadastrar a Anulação de liquidação, pagamento, prestação de contas de adiantamento e subempenho.
- 29) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de Atos, realizando operações de edição e exclusão de atos, bem como ter a possibilidade de visualizar documentos em anexo aos atos e fazer o download dos mesmos, por meio da listagem dinâmica.
- 30) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de Naturezas de texto jurídico, realizando operações de edição e exclusão de naturezas, por meio da listagem dinâmica.
- 31) Propiciar ao usuário visualizar e pesquisar os tipos de atos pela listagem. A pesquisa pelos tipos de atos pode ser realizada pela descrição e pela classificação. Na listagem as informações da descrição e classificação devem ser visíveis ao usuário e passíveis de ordenação.
- 32) Permitir gerar liquidações de empenhos a partir da folha de pagamento, permitindo ao usuário interagir através de um painel com os registros oriundos do serviço de interação da Folha, possibilitando a efetivação do Empenho e Liquidação.
- 33) Propiciar ao usuário interagir com o cadastro de empenhos através da listagem. Por meio da listagem, o usuário poderá editar e excluir empenhos, além de poder realizar cópias de empenho, adicionar subempenho, adicionar liquidação, adicionar pagamento, adicionar anulação, emitir relatório e emitir nota. Poderá ainda realizar filtros por empenhos ou restos e empenhos a comprovar.
- 34) Através da listagem dinâmica de empenhos o usuário poderá efetivar as etapas do "em liquidação", "liquidação" e "pagamento", além de poder gerar um empenho complementar.
- 35) Propiciar ao usuário realizar o cadastro de liquidação, conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964.
- 36) Propiciar ao usuário a opção de sugerir o texto da especificação do empenho no cadastro da liquidação, sem a necessidade de digitação (preenchimento inteligente).
- 37) Efetuar os lançamentos automáticos das variações patrimoniais no momento da liquidação de empenho e arrecadação da receita.
- 38) Propiciar ao usuário cadastrar regras contábeis específicas de planos de contas (PCASP) ou definições de descartes para aplicação nos documentos escrituráveis cabíveis. O cadastro deve informar sua Descrição, seu Status, o Documento escriturável e sua Condição.
- 39) Propiciar ao usuário cadastrar uma Solicitação de Diária, com Identificador no empenho, com isso, no momento de realizar um Empenho utilizando o identificador "Diária", esse empenho ficará associado à solicitação da diária.
- 40) Propiciar ao usuário utilizar marcadores nos cadastros, que serão utilizados nas listagens dinâmicas para agilizar as análises e pesquisas, conforme sua necessidade.
- 41) Propiciar ao usuário cadastrar os ordenadores da despesa, que são autoridades cujo seus atos resultam em emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos.
- 42) Propiciar ao usuário cadastrar e interagir com os cadastros de organogramas, realizando operações de edição e exclusão de organogramas

por meio da listagem dinâmica.

- 43) Propiciar ao usuário realizar a configuração do momento que irá realizar as retenções da entidade, que pode ser: na liquidação, no pagamento ou individual por retenção.
- 44) Propiciar ao usuário criar e configurar as classificações contábeis, permitindo a construção de relatórios e demais artefatos a partir das configurações estabelecidas.
- 45) Permitir inscrever as contas contábeis automaticamente no sistema de compensação dos empenhos de adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas.
- 46) Propiciar ao usuário efetuar a prestação de contas de adiantamento de suprimentos de fundos e de diárias. A prestação de contas do adiantamento deve ser realizada pela interação do usuário com o ambiente de listagem, sendo que na efetiva prestação de contas deverão ser informados o respectivo Número e Data da prestação, os comprovantes das despesas vinculadas e seus respectivos valores. Permitindo efetuar a devolução de valores não utilizados, caso existam.
- 47) Propiciar ao usuário cadastrar Programas de governo conforme necessidade da entidade. O cadastro deve informar seu Número e descrição, seu Público alvo, seus Objetivos, Justificativa, Diretrizes, Responsável, e Horizonte temporal, com listagem dinâmica.
- 48) Propiciar ao usuário cadastrar a Administração de recursos, onde devem ser informadas as contas bancárias administradoras dos recursos e quais retenções extras são administradas por esses recursos. O cadastro deve informar o Recurso, a Conta bancária administradora e a respectiva Retenção extra orçamentária administrada, com interação posterior via listagem dinâmica.
- 49) Propiciar ao usuário cadastrar os tipos de comprovantes que serão utilizados no cadastro de comprovantes para identificar o tipo de documento fiscal (Nota fiscal, Sentença Judicial, Guia de recolhimento, Outros, Recibo, Fatura, Bilhete de passagem, Cupom fiscal, Conhecimento), podendo o usuário interagir com o cadastro de tipos de comprovantes, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem dinâmica.
- 50) Propiciar ao usuário cadastrar e interagir com os cadastros de transações financeiras podendo realizar, através da listagem, operações de edição e exclusão, bem como realizar a ativação de determinadas transações financeiras.
- 51) Propiciar ao usuário interagir com os cadastros de unidades de medidas, realizando operações de edição e exclusão, através da listagem.
- 52) Verificar estruturação da configuração de fases de encerramento de exercício.
- 53) Propiciar ao usuário reabrir o período contábil após encerrado.
- 54) Propiciar ao usuário realizar o encerramento do período contábil.
- 55) Permitir a anulação de empenhos estimativos para que os mesmos não sejam inscritos em restos a pagar.
- 56) Permitir a transferência dos saldos de balanço para o exercício seguinte, no encerramento do exercício.
- 57) Não permitir a exclusão de lançamentos contábeis automáticos da execução orçamentária.
- 58) Propiciar ao usuário cadastrar Eventos contábeis objetivando configurar roteiros pré-definidos para a realização da escrituração contábil conforme particularidade de cada documento escriturável. No Roteiro Contábil devem ser informadas as Contas contábeis integrantes do Roteiro, seu Tipo (Débito ou Crédito), seu Par e Desdobramento caso possua.
- 59) Propiciar ao usuário configurar o plano de contas conforme determina a legislação aplicável, podendo interagir com o plano de contas através de planilha dinâmica.
- 60) Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas.
- 61) Possuir ambiente de escrituração que permita interação, podendo selecionar os documentos por: "Todos", "Escrituráveis", "Descartado", "Atrasado", "Não escriturado", "Inconsistente" ou "Escriturado".
- 62) Propiciar ao usuário estornar um lançamento contábil, que deve reverter a escrituração de lançamentos contábeis já existentes. Seu cadastro deve informar o Lançamento contábil desejado, sua data de estorno, seu histórico e valor.
- 63) Propiciar ao usuário descartar registros de interações nos serviços de empenhos, bloqueios/desbloqueios, arrecadações e escrituração.
- 64) Propiciar ao usuário recepcionar/armazenar os documentos enviados pelos departamentos competentes para proceder com a escrituração contábil.
- 65) Propiciar ao usuário emitir o Balancete Dinâmico, permitindo controlar através de filtros a consulta aos lançamentos e movimentações das contas contábeis. Possibilitando visualizar os lançamentos das contas conforme o filtro, apresentando em forma de razão da conta, as movimentações da conta analítica em questão. Os filtros possíveis para emissão do balancete dinâmico devem ser por Período: Anual, Mensal e Diário; Grupo, Conta, Visão, Apenas saldo atual, Conta corrente, Componente, Registro contábil, Totalizador por dia, Saldos iniciais, abertura, diários, encerramento e documentos escriturados.
- 66) Propiciar ao usuário gerar informações do sistema Contábil para o SIOPE
- 67) Propiciar ao usuário emitir notas e relatórios a partir dos próprios ambientes do sistema.
- 68) Propiciar ao usuário realizar a interação entre os sistemas Contábil e Compras, permitindo interagir com registros de empenhos, anulações de empenhos, em liquidação, anulações de em liquidação, liquidação e anulações de liquidação.
- 69) Propiciar ao usuário utilizar alterações contratuais do tipo "aditivo" ou "apostilamento" via interação com o compras; na emissão de empenhos; arrecadações, bem como na escrituração desses documentos.
- 70) Propiciar ao usuário efetuar a interação de Empenhos do sistema Contábil com o Compras dispensando-o de informar um processo administrativo.
- 71) Propiciar ao usuário alterar a entidade logada no sistema rapidamente.
- 72) Propiciar ao usuário realizar o registro dos tipos de certidões expedidas por órgãos, ao informar uma descrição, utilizadas no cadastro de certidões dos convênios.
- 73) Propiciar cadastrar e realiza a interação do usuário com o cadastro de convenientes e concedentes, por meio da listagem dinâmica.
- 74) Propiciar ao usuário realizar pesquisas dos convênios recebidos cadastrados ao informar respectivo convênio, seu objeto ou situação do mesmo, o aditivo, sua justificativa ou situação do mesmo, demonstrando-os e ordenando-os por meio de listagem as informações do registro, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar.
- 75) Propiciar ao usuário realizar a prestação de contas de convênios repassados de forma ágil, gerados de forma automática com base nos pagamento de empenho de convênios, por meio de informações básicas como a data da respectiva prestação e os comprovantes.
- 76) Propiciar que pessoas ou empresas fornecedoras do município consulte os empenhos que estão pendentes de pagamento pelo município via dispositivo móvel.
- 77) Permitir registrar a destinação das receitas decorrentes da alienação de bens, referente aos três últimos exercícios conforma artigo 4º, parágrafo 2º alínea III LRF.
- 78) Propiciar ao usuário a realização da prestação de contas para o Tribunal de Contas.

- 79) Propiciar a captura, armazenamento e gestão de notas fiscais contra o CNPJ da entidade através de monitoramento automático no webservice da Secretaria da Fazenda Nacional – SEFAZ;
- 80) Propiciar a pesquisa das Notas Fiscais eletrônicas, informando o nº da nota fiscal, nome, CPF ou CNPJ da empresa responsável por sua emissão, data de emissão, valor ou situação;
- 81) Propiciar a visualização de detalhes de uma Nota Fiscal eletrônica quando da consulta da consulta da Nota Fiscal eletrônica;
- 82) Propiciar a visualização de eventos realizados entre o emitente e o destinatário quando da consulta da Nota Fiscal eletrônica;
- 83) Propiciar visualização das Notas Fiscais eletrônicas canceladas na SEFAZ Nacional, evitando pagamentos desnecessários quando do cancelamento da nota, pelo emitente;
- 84) Propiciar a geração automática de Manifestação de Recusa de operação por Desconhecimento de Operação e Operação não Realizada;
- 85) Propiciar a configuração de certificado do tipo A1 e/ou A3 para comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional.
- 86) Possibilitar que pessoas ou empresas fornecedoras do município consulte os empenhos que estão pendentes de pagamento pelo município via dispositivo móvel.
- 87) Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.
- 88) Possuir relatório de saldo das contas por fonte de recurso, Possibilitar sua emissão demonstrando apenas as fontes em que existir diferença de saldo
- 89) Possuir relatório da administração direta de consórcio Anexo 1 – Repasse de recursos dos municípios aos consórcios públicos.
- 90) Possuir relatório da entidade consórcio Anexo 2 – Prestação de contas dos consórcios públicos.
- 91) Permitir informar os responsáveis com seus dados pessoais vinculados às entidades.
- 92) Permitir informar a publicidade dos relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária.
- 93) Permitir informar os valores dos componentes fiscais em cada período fiscal.
- 94) Permitir registrar a quantidade de postos de trabalho terceirizados via contratos de terceirização de serviços com disponibilização de mão de obra.
- 95) Permitir registrar os valores arrecadados decorrentes de venda de bens públicos. Informação referente aos três últimos exercícios conforme artigo 4º, parágrafo 2º alínea III da LRF.
- 96) Permitir registrar a destinação das receitas decorrentes da alienação de bens. Informação referente aos três últimos exercícios conforme artigo 4º, parágrafo 2º alínea III LRF.
- 97) Possibilitar aos munícipes e pessoas jurídicas do município a consulta dos empenhos pendentes de pagamento pelo município consultado via dispositivo móvel.

6.2. COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 1) Deverá propiciar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:
 - a. Publicação do processo;
 - b. Emissão do mapa comparativo de preços;
 - c. Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
 - d. Interposição de recurso;
 - e. Anulação e revogação;
 - f. Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
 - g. Parecer jurídico;
 - h. Homologação e adjudicação;
 - i. Autorizações de fornecimento;
 - j. Contratos e aditivos;
 - k. Liquidação das autorizações de fornecimento;
 - l. Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos.
- 2) Possuir listagens dinâmicas para controle de processos.
- 3) Possuir listagem dinâmica para controle de autorizações de fornecimento.
- 4) Permitir gerar bloqueios na Contabilidade a partir das solicitações de compra.
- 5) Permitir a geração de arquivo com os itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores, possibilitando a leitura dos preços cotados para preenchimento automático dos preços dos itens da coleta.
- 6) Integrar materiais do sistema de Compras com materiais utilizados pelo sistema de Frotas e quando integrado manter os mesmos materiais, fornecedores e centro de custos.
- 7) No cadastro de novos fornecedores, permitir a integração com a receita federal para consulta de regularidade dos fornecedores.
- 8) Propiciar controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.
- 9) Propiciar gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação, permitindo a visualização da geração da movimentação no estoque (gerada ou não) na própria janela de liquidações.
- 10) Permitir gerar bens no sistema patrimonial a partir das liquidações de compra.
- 11) Permitir configurar o sistema para que emita mensagem sobre os contratos vencidos, cancelados e a vencer, podendo ser somente de aviso ou impedindo a emissão de Autorizações de Fornecimento para contratos vencidos e cancelados.
- 12) Permitir parametrização para numerar a licitação de forma sequencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração sugerida pelo sistema.
- 13) Permitir parametrizar o sistema para que quando iniciar, seja mostrado na tela inicial o acompanhamento da data de vencimento dos contratos e aditivos, selecionando a antecedência em dias que o contrato irá vencer. Podendo também imprimir a relação dos mesmos.
- 14) Permitir parametrizar o sistema, de forma que seja possível a vinculação de saldo à requisição de compras.
- 15) Permitir cadastro e emissão de ordem de compra de acordo com as adjudicações do processo. Essa ordem de compra deve permitir liquidação total ou parcial de acordo com as entregas do fornecedor.
- 16) Propiciar a inserção de itens no cadastro das liquidações das autorizações de compra, bem como copiar os itens de uma outra liquidação.
- 17) Propiciar efetuar o controle da quantidade entregue dos itens da liquidação, bem como copiar os itens de autorizações anteriores.
- 18) Propiciar o cancelamento das autorizações de compra, permitindo a descrição completa do motivo da anulação.

- 19) Propiciar controle, através de listagem dinâmica, de todas as autorizações e/ou liquidações.
- 20) Permitir realizar o acompanhamento do saldo dos itens da licitação, detalhando por processo e podendo optar por um determinado período.
- 21) Propiciar efetuar o cadastro dos materiais incluindo informações como material perecível, material estocável, material de consumo ou permanente, material combustível e o tipo do combustível, descrição sucinta e detalhada do material, grupo e classe do material, podendo executar o controle de materiais em lista dinâmica.
- 22) O sistema deverá alertar, no processo de de compras, caso o mesmo tenha sações de impedimento de contratar com a administração pública.
- 23) Permitir vincular ao fornecedor ramos de atividade, documentos e certidões negativas, materiais fornecidos, nome dos sócios.
- 24) Permitir a inidoneidade de fornecedores por rescisão de contrato, controlando a data limite da situação.
- 25) Propiciar o cadastro de tipos de documentos dos fornecedores.
- 26) Permitir o cadastramento de comissões dos tipos permanente, especial, servidores, pregoeiros e leiloeiros. Informando as portarias ou decretos que as designaram, com suas respectivas datas de designação e expiração, permitindo informar também os seus membros e funções designadas.
- 27) Permitir a realização de licitações com julgamento pelo Maior Desconto sobre uma Tabela/Catálogo de Preço ou sobre os próprios Itens da licitação.
- 28) Permitir a realização de licitações com julgamento pelo Menor Adicional de Acréscimo sobre uma Tabela da Preço.
- 29) Permitir a utilização do Pregão para licitações em que o vencedor será aquele que apresentar o Maior Lance.
- 30) Propiciar o cadastramento de critérios de avaliação para julgamento pela Melhor Técnica e Preço.
- 31) Permitir realizar licitações por lotes com rateio automático do preço unitário, ou ficando a cargo do fornecedor vencedor a atribuição do preço unitário para cada item do lote.
- 32) Permitir aplicar, em licitações do tipo "Menor Preço por Lote", descontos proporcionais aos itens que contemplam cada lote.
- 33) Propiciar o controle dos gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos.
- 34) Permitir o cadastro dos objetos de Licitação com a possibilidade de acompanhar os valores para cada modalidade dentro de um mesmo objeto, podendo saber quando o limite for ultrapassado. Os objetivos poderão serem utilizados nos processos licitatórios.
- 35) Permitir efetuar o vínculo dos fornecedores por cada material fornecido.
- 36) Permitir utilizar uma codificação para desmembrar um elemento de despesa, podendo ser aplicada na autorização de compra por departamento.
- 37) Permitir o cadastro dos limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.
- 38) Permitir cadastrar a forma de julgamento das propostas dos licitantes que participam da licitação.
- 39) Propiciar manter o registro de modelos de textos próprios, como solicitações e pareceres.
- 40) Propiciar manter o cadastro do órgão oficial que serão realizadas as publicações dos processos.
- 41) Permitir emitir relação das solicitações de compra em um determinado período.
- 42) Permitir o cadastramento de coletas de preço, possibilitando gerar uma compra direta, processo administrativo ou de compra, tendo como base para o valor máximo do item o preço médio ou menor preço cotado para o item na coleta de preços.
- 43) Permitir cadastrar uma coleta de preços, informando os itens por fornecedor ou por lotes, ainda com a possibilidade de ler Solicitações.
- 44) Permitir cancelar uma coleta de preços, de forma total ou parcial.
- 45) Propiciar realizar a pesquisa do menor preço por material, global ou por lote dos fornecedores, e marcar o vencedor de forma automática.
- 46) Permitir o cadastro de compras diretas, informando dados como data da compra, fornecedor, centro de custo, objeto da compra, local de entrega e forma de pagamento.
- 47) Permitir cadastro dos itens da compra direta separando estes por centros de custo específicos, por despesas ou por centros de custo e despesas
- 48) Permitir executar a rotina de anulação da compra direta.
- 49) Propiciar emitir o ofício de justificativa de dispensa de licitação.
- 50) Propiciar a emissão do parecer do departamento contábil sobre determinada compra direta.
- 51) Propiciar a emissão da autorização de fornecimento das compras diretas, permitindo vincular os dados dos empenhos.
- 52) Emitir a solicitação da abertura da licitação, com informações de data de abertura da licitação, horário da abertura, número da licitação, modalidade, membros da comissão responsável pela abertura e objeto a ser licitado.
- 53) Propiciar cadastrar e acompanhar os processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, em listagem interativa.
- 54) Propiciar o cadastramento de licitações envolvendo a demanda de uma ou mais entidades, onde a entidade gestora da licitação poderá gerenciar as aquisições realizadas pelas entidades participantes.
- 55) Permitir a contratação do segundo classificado quando o fornecedor vencedor deixar de fornecer o material ou de executar os serviços, mostrando na tela o próximo fornecedor classificado e opção para assumir ou não o mesmo preço unitário do ex-vencedor.
- 56) Registrar os processos licitatórios contendo todos os dados necessários para sua identificação, tais como número do processo, objeto da compra, modalidade de licitação e datas de abertura e recebimento dos envelopes.
- 57) Permitir que os itens do processo sejam separados por centro de custo com suas respectivas quantidades, possibilitando ainda a separação por despesa.
- 58) Possuir rotina para apurar os vencedores da licitação, bem como desclassificar aqueles que não cumpriram algum item do edital ou cotaram preço acima do preço máximo estabelecido para um item, inclusive se for licitação por lotes.
- 59) Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).
- 60) Permitir efetuar lances para a modalidade "pregão presencial" em tela com cronômetro para cada lance, controlar a diferença mínima entre os lances com visualização do valor mínimo aceitável do próximo lance, bem como ter opção para declinar os participantes que desistem da competição.
- 61) Permitir o registro da inabilitação de um licitante logo após o encerramento de cada item/lote do Pregão Presencial ou somente após o encerramento de todos os itens/lotos. Ao registrar a inabilitação de um licitante o sistema mostra o próximo classificado e assim sucessivamente até encontrar um participante habilitado.
- 62) Controlar o tempo entre um lance e outro por meio de um cronômetro, possibilitando ao pregoeiro pausar ou disparar quando desejar.

- 63) Propiciar a utilização de critérios de julgamento das propostas em relação a microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.
- 64) Conter rotina de classificação das propostas dos participantes do pregão presencial ao abrir o item ou lote para lances.
- 65) Conter rotina de duplicação de dados de um processo de compra já cadastrado para um novo processo de compra de forma automática.
- 66) Conter rotina de cadastramento de sanções administrativas aplicadas aos fornecedores que fornecem produtos ou serviços para a entidade.
- 67) Conter rotina de cadastramento avisos de licitações para posterior publicação, mediante ao cadastro do processo de compra.
- 68) Conter rotina de registro das interposições de recursos nos processos de compra.
- 69) Conter rotina de anulação ou revogação dos processos de compra.
- 70) Conter rotina de registro das possíveis impugnações no processo de compra.
- 71) Propiciar efetuar os registros dos pareceres das comissões de licitação.
- 72) Propiciar o registro das homologações e adjudicações nos processos de compra.
- 73) Propiciar informar nos processos de compra as dotações orçamentárias da entidade gestora e das participantes para cada item.
- 74) Propiciar gerar os bloqueios e empenhos para cada entidade contábil através do processo de compra.
- 75) Possuir banco de dados unificado, permitindo o cadastro de diferentes entidades, onde, os cadastros de materiais e credores poderão ser integrados entre as entidades. O sistema deve permitir cadastrar processos de compras individuais para cada entidade, desde as solicitações de compras, coletas de preços, processo de compra e contratos.
- 76) Permitir o cadastro de um processo de compra para mais de uma entidade, permitindo reunir solicitações de compra de todas as entidades para formação de um único processo licitatório, dessa forma, os itens deverão ser separados em quantidades para cada entidade levando em consideração as respectivas dotações e centros de custos. Para esses casos, o sistema deve possuir uma entidade gestora, responsável pelo processo de compra.
- 77) Permitir manter histórico das alterações do contrato permitindo identificar se foi unilateral ou bilateral e o tipo de alteração contratual, tais como: acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão ou apostilamento.
- 78) Propiciar a rescisão do contrato ou aditivo, informando motivo da rescisão, data do termo, da rescisão e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento Legal e imprensa oficial.
- 79) Propiciar registrar o apostilamento das dotações do processo, substituindo uma dotação por outra.
- 80) Propiciar a emissão de demonstrativo com a relação da economicidade do pregão (valor previsto x lance).
- 81) Possibilitar aos munícipes e proponentes das licitações a consulta do status do processo licitatório no município consultado via dispositivo móvel.

7.3. PLANEJAMENTO PÚBLICO (PPA, LDO e LOA);

- 1) Permitir executar alterações orçamentárias da despesa, sempre via ato legal (ex.: Lei e/ou Decreto), com reflexo na execução orçamentária em andamento.
- 2) Propiciar a interação dos cadastros de alterações orçamentárias das despesas realizadas por meio de listagem interativa, ou seja, o usuário realiza navegação entre as etapas da alteração orçamentárias, ou seja, proposta em elaboração, proposta concluída, se está no legislativo, ou mesmo, sancionada. Tal interação, possibilita avançar etapas do respectivo registro, bem como, regressar a mesma.
- 3) Propiciar ao usuário realizar o cadastro de alterações orçamentárias da receita e interagir com os cadastros a partir de listagem dinâmica.
- 4) Propiciar ao usuário cadastrar e pesquisar as alterações orçamentárias da receita através de listagem dinâmica.
- 5) Propiciar ao usuário a emissão e utilização de relatórios da Lei 4.320/64.
- 6) Propiciar ao usuário a emissão e utilização de relatórios legais da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
- 7) Permitir o registro das audiências realizadas para elaboração do orçamento e/ou sugestões da sociedade, ao informar o tema, o Ato autorizativo, a data e hora, a equipe de planejamento, a situação, o endereço, o tipo de audiência, o(s) endereço(s) da(s) audiência(s), o assunto, bem como, anexar documentos da audiência registrada.
- 8) Permitir o cadastro e pesquisa das ações de governo.
- 9) Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como organograma, programa, ação, função, subfunção, naturezas da receita e despesa e recursos.
- 10) Permitir registrar cenários macroeconômicos na LDO para aplicação nas receitas e despesas, informando: Variável Método de cálculo (percentual ou valor) Percentual ou valor para o ano Atual e para os próximos anos Além disso possibilita informar texto, para detalhar as premissas utilizadas.
- 11) Propiciar ao usuário a criação de uma configuração de organogramas personalizada para que o registro seja realizado conforme a organização estrutural da entidade pública.
- 12) Permitir o registro da configuração de função e subfunção conforme a necessidade do município, indicando que está em uso uma determinada configuração e validando as funções e subfunções para utilizá-las no exercício, bem como, informar alguma descrição.
- 13) Permitir o cadastro e a pesquisa de dedução da receita em listagem dinâmica, podendo ordená-las ao serem demonstradas.
- 14) Permitir a criação/alteração das despesas do PPA, LDO e LOA de forma incremental durante a elaboração ou alteração do orçamento, solicitando somente informações obrigatórias, mas possibilitando que as demais sejam informadas em momento posterior. Permanece assim com a situação em elaboração, notificando ao usuário de que estão pendentes algumas informações, e logo preenchidas, deve ser possível o envio ao legislativo e sanção da referida peça orçamentária.
- 15) Permite a visualização de diferenças, inclusão, atualização ou exclusão de receitas da LOA em comparação a LDO.
- 16) Permitir o registro das despesas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- 17) Permitir a identificação nos registros de receitas e despesas a ausência de informação ou informação indevida, onde o usuário receberá a orientação devida referente a qual informação deverá ser complementada ou ajustada.
- 18) Permitir o registro das despesas da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 19) Permitir o registro das despesas do Plano Plurianual (PPA).
- 20) Permite o registro de envio ao legislativo quando o orçamento estiver elaborado, possibilitando informar: Data de envio ao legislativo Observações Após o envio permite retorno ao executivo para alterações ou sancionar. Além disso quando estiver como enviado ao legislativo não deve permitir que a peça orçamentária seja alterada garantindo a integridade dos registros.
- 21) Permitir o envio dos registros de receitas e despesas da LDO para escrituração contábil após a peça orçamentária ser sancionada, possibilitando a visualização de quais documentos já foram enviados para escrituração, e se efetuada alguma alteração no orçamento elaborado,

reenviá-los novamente.

22) Permitir o envio dos registros de receitas e despesas da LOA para escrituração contábil após a peça orçamentária ser sancionada, possibilitando a visualização de quais documentos já foram enviados para escrituração, e se efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, reenviá-los novamente.

23) O usuário deve ter a possibilidade de reenviar a LOA para escrituração e caso seja efetuada alguma alteração no orçamento elaborado, permitindo reenviar os documentos alterados para escrituração.

24) Permitir o envio dos registros de receitas e despesas do PPA para escrituração após a peça orçamentária ser sancionada, visualizando quando os documentos já foram enviados para escrituração, e caso se efetue alguma alteração no orçamento elaborado, permite-se reenviar os documentos alterados para escrituração.

25) Permitir o cadastro e a pesquisa das equipes de planejamento previamente cadastrados ao informar a descrição e/ou seus os membros pertencentes, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.

26) Cadastrar a execução de metas físicas e realizar a avaliação, informando: Ação Programa Entidade Produto Unidade de medida Localizador Meta física estimada Meta física executada Observações Situação (A executar, Em execução, Executada) Além disso, na listagem, permitir realizar uma pesquisa pelas registros do ambiente, permitindo filtrar por: Ação: número e descrição Programa: número e descrição Situação Produto Unidade de medida; Localizador.

27) Permitir, na LDO, o registro de expansão das despesas e as suas respectivas compensações, uma descrição, o Ato regulamentar, o valor para o ano atual e para as projeções dos dois anos subsequentes,

28) Permitir realizar as alterações legais no PPA.

29) Permitir nos parâmetros da LDO escolher o grau do plano de contas de receita e despesa a ser utilizado

30) Permitir o cadastro e a pesquisa de naturezas das receitas cadastradas, ao informar total ou parcial a máscara ou o texto da descrição da natureza, visualizando-as por meio de listagem.

31) Permitir a visualização de todas as despesas elaboradas no PPA, conforme quadriênio selecionado, possibilitando de uma forma rápida inserir de forma individual ou em lote, registros de despesas na LDO, para atendimento do Art. 165 da Constituição Federal 1988. O recurso do saldo à priorizar disponível é da meta financeira conforme saldo orçamentário da despesa (previsto no PPA menos o priorizado na despesa da LDO do referido quadriênio.

32) O usuário deve ter a possibilidade de replicar os marcadores de receitas e despesa do PPA para LDO por meio da priorização da LDO.

33) Permitir a definição de quais colunas serão exibidas na listagem para visualização e ordenação das informações referentes ao cadastro de programas de governo, como o público-alvo e objetivos, indicando quais dados o usuário deseja visualizar.

34) Permitir o cadastro de programas válido para o quadriênio, não permitindo que sejam incluídos novos programas no PPA quando a peça orçamentária que esteja com o status diferente de „Em elaboração“ ou „Em alteração“ e não podem existir dois programas com o mesmo número.

35) Permitir a pesquisa dos programas de governos cadastros ao informar o número, a descrição, o público alvo e os objetivos por meio de listagem, ensejando maior visibilidade das informações que o usuário necessitar, bem como, ordená-las ao serem demonstradas.

36) Permitir o registro das projeções atuariais no qual projeta-se o fluxo anual de receitas, despesas e saldo do regime próprio de previdência social dos servidores públicos para um período de 75 anos. Este registro deve ser realizado para atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

37) Permitir a identificação quando o valor da meta financeira da receita não está totalmente alocada nos recursos, confrontando valor da meta em comparação com o valor aplicado nos recursos, demonstrando a diferença a maior ou a menor.

38) Propiciar ao usuário informar apenas os recursos na dedução que estejam vinculados a receita, demonstrando nas deduções somente os recursos da receita para seleção e uso.

39) Propiciar ao usuário o registro dos recursos que representam as fontes financeiras, que sustentarão e assegurarão o desenvolvimento do plano de ação e atingimento do objetivo do governo. O registro deve ser possível por meio de informações como o número, conforme a formatação configurada dos recursos, o tipo ordinário ou vinculado, uma descrição, bem como, se é um recurso de superávit financeiro, também conforme a configuração.

40) Permitir o registro das fontes de recursos, tipos ordinário e vinculado, conforme a configuração dos mesmos previamente cadastrada e necessidade do município, informando o número (este respeita a formatação previamente na configuração de recursos), a descrição, ou até mesmo, se é um recurso de superávit financeiro, informação habilitada quando a configuração designar uma enumeração de forma distinta para aqueles que são caracterizados como tal.

41) Permitir o registro das renúncias fiscais, ao informar a receita da LDO renunciada, o tipo, ou seja, se é uma redução, isenção etc., a localização, o Ato regulamentador, uma descrição e os valores para o exercício atual e os dois subsequentes. Permite ainda registrar a(s) compensação(ões) informando as mesmas informações citadas, bem como, o setor beneficiário. Este registro deve ser realizado para propiciar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 2º inciso V.

42) Permitir a visualização mediante pesquisa das renúncias fiscais previamente cadastradas ao informar a natureza da receita, a descrição da natureza da receita e a respectiva descrição, visualizando-as e ordenando-as por meio de listagem.

43) Permitir registrar os resultados nominais mensais de forma automática (dividir por 12). Além disso, caso o valor do rateio não fechar com valor total do ano logado, o sistema avisa e indica a diferença a ser ajustada.

44) Permitir realizar os registros dos riscos fiscais ao informar o tipo de risco, a entidade pública, o organograma, o detalhamento e a providência, bem como, o exercício atual e os próximos dois. Este registro deve ser realizado para possibilitar a elaboração do relatório solicitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 4º, § 3º.

45) Permite o registro da sanção da peça orçamentária após seu envio ao legislativo, ao informar a respectiva data de envio ao legislativo, o Ato autorizativo, possíveis observações, bem como, não permitir que a peça orçamentária seja alterada quando a mesma estiver sancionada, garantindo a integridade dos registros.

46) Permitir após a sanção da LOA disponibilizar as receitas e despesas para execução orçamentária.

47) Permitir o controle de alteração dos dados do plano plurianual para que, depois de aprovado, os dados não possam ser alterados.

48) Permitir a pesquisa das sugestões realizadas para a elaboração do orçamento previamente cadastradas ao informar o seu assunto, a sugestão apresentada, a categoria, tipo, período e origem, visualizando-as por meio de listagem, ensejando maior visibilidade.

49) Permitir o registro dos tipos de alterações da receita, conforme a necessidade do município e utilizá-los na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) nos registros de alterações orçamentárias da receita.

50) Permitir a realização de filtros rápidos das entidades por meio de painéis interativos, selecionando os saldos positivos ou negativos

conforme a necessidade do usuário, listando-as somente os relacionados a esses.

51) Permitir a visualização do saldo do orçamento por entidade (receitas (+) transferências recebidas (-) despesas (-) transferências concedidas) durante a elaboração da peça orçamentária, dispensando por exemplo, realizar emissões de relatórios para conhecer o saldo planejado.

52) Permitir a realização de filtros rápidos dos recursos das peças orçamentárias, por meio de painéis interativos, selecionando os saldos positivos ou negativos conforme a necessidade do usuário, listando-as somente os relacionados a esses.

53) Permitir a realização de filtros rápidos com único clique no recurso apresentado na listagem da LOA somente registros vinculados a receita ou despesa.

54) Propiciar ao usuário a realização da prestação de contas para o Tribunal de Contas.

7.4. TESOURARIA

1) Permitir efetuar a arrecadação orçamentária:

a. Com baixa automática dos débitos correspondentes em sistema de tributação, agindo de forma integrada;

b. Utilizando a leitura de código de barras;

c. Desdobrando automaticamente o valor total arrecadado em valores de acordo com percentuais, previamente configurados para as receitas;

d. Possibilitando realizar a impressão do cheque no momento do recebimento.

2) Propiciar integração com sistema tributário para consultar a situação do credor no momento do pagamento.

3) Possuir banco de dados multi-exercício e multi-entidades (não necessitando integração via exportação/importação de arquivos).

4) Possuir checagem por parâmetros, que possibilita ou não determinadas informações nos cadastros e outras configurações no sistema.

5) Permitir o cadastro e gestão de saldo das contas bancárias e de caixa.

6) Deve ser possível pagar valores totais ou parciais de empenhos liquidados.

7) Permitir descontos extraorçamentários e orçamentários no pagamento, restos a pagar e despesas extraorçamentárias, efetuando automaticamente os lançamentos nas contas de naturezas de informação patrimonial, orçamentária e de controle.

8) Permitir descontos extras e orçamentários na liquidação de empenho e liquidação de restos a pagar não processados, efetuando automaticamente os lançamentos nas contas de naturezas de informação patrimonial, orçamentária e controle.

9) Permitir gerar cadastro para pagamento de despesas extraorçamentárias, automaticamente, quando forem inseridos descontos extraorçamentários na liquidação ou pagamento do empenho.

10) Permitir registrar a conciliação bancária, sendo possível inserir os dados das movimentações do banco manualmente ou importando o arquivo gerado pelo banco em layout FEBRABAN com as movimentações da conta, e assim, realizar as comparações necessárias do saldo contábil dos lançamentos de pagamentos e de recebimentos do período selecionado com o saldo do extrato bancário, além de emitir o demonstrativo de conciliação do saldo bancário.

11) Propiciar o registro da abertura e fechamento de caixa, com opção de efetuar o registro dos lançamentos em datas anteriores ao do caixa atual, com o devido registro na fita de caixa.

12) Permitir pagamento de diversos documentos simultaneamente;

13) Permitir realização de vários pagamentos, podendo optar por única ou diversas formas de efetuá-lo.

14) Possibilidade de envio de SMS e/ou e-mail para os credores referentes aos documentos pagos por meio da tela de pagamentos, sem custo adicional a contratante.

15) Registrar os lançamentos de débito/crédito e de transferências bancárias. Deve obrigar a informação do recurso e Propiciar inserir lançamentos concomitantes por fonte de recurso.

16) Permitir controlar os talonários de cheques em poder da Tesouraria e não permitir que pagamento (com cheque) seja efetuado sem o respectivo registro.

17) Controlar a movimentação de pagamentos (nas dotações orçamentárias, extra orçamentárias e restos a pagar):

a. Registrando todos os pagamentos efetuados contra caixa ou bancos;

b. Gerando recibos permitindo estornos;

c. Efetuando os lançamentos automaticamente nas respectivas contas contábeis, permitindo consultas;

d. Emitindo relatórios (auxiliares) em diversas classificações.

18) Permitir registrar automaticamente os lançamentos dos pagamentos em sistema de contabilidade.

19) Propiciar a emissão de borderôs (ordens bancárias) para agrupamento de pagamentos a diversos fornecedores de uma mesma instituição bancária, efetuando o mesmo tratamento caso o pagamento seja realizado individualmente.

20) Permitir gerar os arquivos relativos às ordens bancárias para pagamento dos fornecedores com crédito em conta bancária. Os arquivos deverão ser configuráveis e já possuir modelos das principais instituições bancárias.

21) Permitir a emissão de boletim de caixa demonstrando a movimentação diária e respectivos saldos.

22) Propiciar a demonstração diária de receitas arrecadadas (orçamentárias e extra orçamentárias).

23) Propiciar a demonstração diária de despesas realizadas (orçamentárias e extra orçamentárias).

24) Propiciar a demonstração de saldos bancários, possuindo boletim diário de bancos, livro do movimento do caixa, boletim diário da tesouraria e demonstrativos financeiros de caixa.

25) Permitir que sejam emitidas notas de:

26) Recebimento;

27) Liquidação;

28) Ordem de pagamento;

29) Restos a pagar;

30) Despesa extra; e

31) Respectivas anulações.

7. PORTAL DA GESTÃO

1) Visualização da fonte de informação em cada indicador, para que o gestor municipal saiba qual é origem dos dados, garantindo assim a confiabilidade necessária para a tomada de decisão.

2) Permitir a personalização de um gráfico através de um modelo pré-estabelecido.

- 3) Permitir que o usuário realize a ordenação de disposição visual de sua preferência nos indicadores de uma aba temática
- 4) Permitir ao gestor público a seleção de indicadores de sua preferência possibilitando que os mesmos sejam visualizados de forma conjunta formando um painel especial para compor os indicadores de sua preferência.
- 5) Permitir ao gestor público a visualização do quadro societário referente a uma pessoa Jurídica contribuinte do município. A visualização conterá uma listagem de sócios da Pessoa Jurídica exibindo detalhes sobre o nome, CPF/CNPJ e percentual de participação e situação do sócio.
- 6) Permitir a recepção de dados dos sistemas de gestão de custos municipais, via web service de acordo com layout definido.
- 7) Permitir a recepção de dados dos sistemas de arrecadação via web service, de acordo com layout definido.
- 8) Permitir a recepção de dados dos sistemas de gestão escolar via web service, de acordo com layout definido.
- 9) Permitir a recepção de dados dos sistemas da saúde do município via web service, de acordo com layout definido.
- 10) Permitir a recepção de dados dos sistemas de gestão pessoal via web service, de acordo com layout definido.
- 11) Permitir a recepção de dados de sistemas de gestão contábil e orçamentária via web service, de acordo com layout definido.
- 12) Permitir a recepção de dados de sistemas de gestão patrimonial via web service, de acordo com layout definido.
- 13) Permitir a recepção de dados de sistemas com informações de frotas via web service, de acordo com layout definido.
- 14) Permitir a recepção de dados de sistemas da linha de licitações e contratos via web service, de acordo com layout definido.
- 15) Permitir a recepção de dados gerados por outros sistemas, desde que atendidos os formatos pré-estabelecidos pelo leiaute do service layer e também autorizado por token.
- 16) Possibilitar que o gestor público verifique a posição no ranking referente o resultado da apuração dos custos gerados pelos objetos de custos apurados pelo município comparando o resultado com outros municípios da mesma microrregião, mesmo estado e do país
- 17) O gestor público somente saberá sua posição do ranking, sem saber os resultados dos demais municípios. Da mesma forma, os demais municípios não saberão os resultados do Município visualizado.
- 18) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente os 10 menores custos unitários médios da merenda escolar gerados por unidades escolares no município.
- 19) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente os 10 maiores custos unitários médios da merenda escolar gerados por unidades escolares no município.
- 20) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da iluminação pública por habitante no exercício atual.
- 21) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da iluminação pública por Imóvel no exercício atual.
- 22) Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da merenda escolar por aluno realizada nos exercícios atual.
- 23) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise do custo médio unitário da coleta de lixo por imóvel realizada nos exercícios atual.
- 24) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao valor dos investimentos em obras públicas realizado pelo Município no exercício corrente.
- 25) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao valor do Patrimônio público gerido pelo Município.
- 26) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de veículos da frota gerida pelo Município.
- 27) Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise dos 10 maiores valores investidos em patrimônio municipal detalhados com base na classificação de tipo de Patrimônio.
- 28) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise da quantidade de veículos pertencentes a frota municipal classificados conforme o tipo de veículo.
- 29) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores dotações orçamentárias bloqueadas no município considerando os valores envolvidos
- 30) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores dotações orçamentárias bloqueadas no município considerando os valores envolvidos.
- 31) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra o saldo atual do valor total das dotações orçamentárias bloqueadas
- 32) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores licitações em andamento no município considerando os valores envolvidos.
- 33) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores licitações em andamento no município considerando os valores envolvidos.
- 34) Possibilitar ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a valor total das licitações em andamento do município
- 35) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 grupos de materiais que possuem os maiores valores em estoque no município.
- 36) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a valor da posição atual dos estoques armazenados pelo município
- 37) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a avaliação média da nota de avaliação do IDEB obtida pela rede municipal de Educação do Município
- 38) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de alunos abrangidos pela rede municipal de ensino cadastrados no sistema de educação do município.
- 39) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 creches da rede municipal que mais possuem crianças aguardando em fila de espera
- 40) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 creches da rede municipal que mais possuem vagas livres
- 41) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a quantidade de crianças aguardando na fila de espera das creches da rede municipal
- 42) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que demonstra a quantidade de vagas livres nas creches da rede

municipal

- 43) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as vagas de creches ocupadas com as vagas de creches livres disponibilizadas pela rede pública Municipal.
- 44) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que possibilite a análise de quantidade de alunos matriculados no 1º ao 5º ano e a quantidade de alunos matriculados no 6º ao 9º ano
- 45) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias geradas por alunos do 6º ao 9º ano por estabelecimento de ensino do Município
- 46) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as notas médias previstas com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos do 6º ao 9º ano da rede pública Municipal.
- 47) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 Maiores notas médias por disciplina de ensino gerados por alunos do 1º ao 5º ano do Município.
- 48) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias geradas por alunos do 1º ao 5º ano por estabelecimento de ensino do Município.
- 49) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias geradas por alunos do 1º ao 5º ano por estabelecimento de ensino do Município.
- 50) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a nota média prevista com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos do 1º ao 5º ano da rede pública Municipal.
- 51) Possibilitar ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias por disciplina de ensino do Município.
- 52) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 menores notas médias por estabelecimento de ensino do Município.
- 53) Possibilitar ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente as 10 maiores notas médias por estabelecimento de ensino do Município.
- 54) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre as nota médias previstas com as notas médias dos últimos 3 anos obtidas pelos alunos da rede pública Municipal.
- 55) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise das despesas com educação já efetivamente comprometidas pelo Município, dividindo em valores já vencidos e não quitados e valores com vencimento para as competências futuras.
- 56) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa mensal entre a despesa com educação realizada com o percentual da meta constitucional de gastos com educação referente ao exercício atual.
- 57) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a despesa com educação prevista com o valor efetivamente gasto pelo Município no exercício financeiro atual.
- 58) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de servidores do Município.
- 59) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise da série histórica mensal dos últimos 12 meses referente a quantidade de afastamento dos servidores em números de dias afastados.
- 60) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com funções gratificadas por órgão do Município.
- 61) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com funções gratificadas em relação aos demais gastos com pessoal.
- 62) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com horas extras por órgão do município
- 63) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com horas extras em relação aos demais gastos com pessoal.
- 64) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores valores de gastos com cargos comissionados por órgão do município
- 65) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa da proporção de gastos com pessoal em cargo comissionado em relação aos demais gastos com pessoal.
- 66) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa mensal entre a despesa com pessoal realizada com o percentual da meta de gastos de pessoal estipulada pela Lei de Responsabilidade Fiscal referente ao exercício atual.
- 67) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a despesa com pessoal prevista com o valor efetivamente gasto pelo Município no exercício financeiro atual.
- 68) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de Empresas cadastradas pela arrecadação do Município.
- 69) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente a quantidade de Imóveis cadastrados pela arrecadação do Município.
- 70) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores devedores com dívida protestada pelo município.
- 71) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores arrecadadores de outros tributos no município
- 72) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada da arrecadação com outros tributos realizado com o valor previsto.
- 73) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para arrecadação dos outros tributos com o valor efetivamente arrecadado
- 74) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores arrecadadores de alvará no município.
- 75) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada da arrecadação com alvará realizado com o valor previsto.
- 76) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para arrecadação de Alvarás com o valor efetivamente arrecadado.

- 77) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores pagadores de ISS no município.
- 78) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada do ISS realizado com o valor previsto.
- 79) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para ISS com o valor efetivamente arrecadado.
- 80) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores pagadores de IPTU no município.
- 81) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a evolução mensal acumulada do IPTU realizado com o valor previsto.
- 82) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise comparativa entre a receita prevista para IPTU com o valor efetivamente arrecadado.
- 83) Permitir ao gestor público a visualização de um ranking que possibilite a análise referente aos 10 maiores devedores cadastrados em dívida ativa no município.
- 84) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação mensal da dívida ativa demonstrando o saldo do valor ao final de cada mês.
- 85) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação atual da dívida ativa demonstrando os valores que foram encaminhados a protesto comparando com os que ainda não foram enviados para protesto.
- 86) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao saldo atual referente ao valor do saldo das contas, ao valor comprometido do orçamento e o valor disponível para empenhos do município para o exercício corrente.
- 87) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica referente ao valor do orçamento total do município para o exercício corrente.
- 88) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da despesa realizada apresentando o detalhamento conforme a fonte de recursos livres ou vinculados.
- 89) Permitir ao gestor público a visualização de indicador numérico que possibilite a análise referente ao saldo atual das contas apresentando também a divisão do saldo em recursos livres e vinculados.
- 90) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da despesa realizada em comparação ao valor previsto.
- 91) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente a situação atual da despesa em comparação ao valor previsto.
- 92) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico que possibilite a análise referente ao valor histórico mensal acumulado da receita realizada em comparação ao valor previsto.
- 93) Permitir ao gestor público a visualização de indicador gráfico possibilite a análise referente a situação atual da receita em comparação ao valor previsto.
- 94) Possibilitar ao gestor público, imediatamente após o acesso ao sistema, a visualização numérica correspondente ao número de habitantes do Município conforme informações divulgadas pelo IBGE.

7.6. PROTOCOLO

- 1) Permitir a consulta de processos, via internet.
- 2) Definir grupos de solicitações de forma a categorizá-las.
- 3) Permitir ao cidadão a consulta de requisitos de protocolização, via internet.
- 4) Definir a estrutura organizacional por meio do cadastro de organogramas.
- 5) Devendo ser composta, no mínimo, por:
 - 6) Secretarias;
 - 7) Departamentos;
 - 8) Seções.
- 9) Propiciar a definição de quais departamentos permitirão a entrada de processos.
- 10) Permitir a definição de quais usuários poderão ter acesso a processos em um determinado departamento.
- 11) Definir grupos de solicitações de forma a categorizá-las.
- 12) Manter registro das solicitações a serem protocoladas.
- 13) Controlar os documentos necessários no momento da protocolização de uma solicitação.
- 14) Propiciar a definição de um roteiro a ser seguido pela solicitação e com a previsão de permanência em cada departamento.
- 15) Permitir a protocolização de solicitações, dando entrada em processos.
- 16) Propiciar ao usuário configurar a numeração dos processos (solicitações protocoladas) por:
 - 17) Solicitação;
 - 18) Grupo de solicitações;
 - 19) Entidade.
- 20) Propiciar ao usuário configurar o reinício da numeração de processos anualmente.
- 21) Permitir a anexação de documentos digitalizados a um processo.
- 22) Emitir comprovante de protocolização.
- 23) Permitir a tramitação do processo fornecendo pareceres ao mesmo.
- 24) Permitir consultar o andamento do processo em toda a sua vida útil.
- 25) Controlar o acesso dos usuários para visualização dos pareceres de um processo.
- 26) Permitir o encerramento de processos.
- 27) Permitir o arquivamento de processos.
- 28) Propiciar a emissão de relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:
 - 29) Solicitações;
 - 30) Pessoas;
- 31) Por processos: encerrados, organograma, usuários, movimentações tempo de permanência, abertura, além de informações sobre

estornos de arquivamentos e encerramentos.

32) Propiciar a emissão de relatórios gerenciais, tais como:

33) Acompanhamento de processos;

34) Relação de processos por órgão, unidade, departamento, solicitação e Requerente;

35) Gráficos.

36) Permitir ao cidadão solicitar a protocolização de processos pela internet.

37) Permitir o cadastro retroativo de processos.

38) Permitir que o usuário crie informações adicionais para as solicitações de aberturas de processos, configurando a obrigatoriedade ou não do preenchimento destas informações pelo requerente ou usuário que realiza a abertura do processo.

39) Permitir o acesso ao software, configuração de rede LDAP ou com login integrado a demais softwares de e-mail.

40) Ao efetuar um determinado trâmite com um processo, indicar na mesma tela a próxima ação a ser feita com este processo.

41) Propiciar ao usuário configurar os menus de sua preferência no local do software também de sua preferência.

42) Permitir enviar e-mail ao requerente a cada tramitação efetuada no processo.

43) Permitir enviar e-mail ao usuário do software e aos responsáveis após efetuar um andamento ao organograma ao qual estes estão alocados.

44) Propiciar a retirada e devolução de documentos anexados a processos mantendo o histórico das retiradas e devolução, possibilitando a emissão de guias que comprovem a retirada e devolução dos documentos.

45) Permitir efetuar encerramentos de diversos processos simultaneamente.

46) Propiciar ao usuário configurar, criar e manipular campos criando assim a possibilidade de inserir novos itens em um determinado cadastro assim como novas páginas de forma personalizada.

47) Permitir ajuntamento de processos por anexação ou apensação.

48) Permitir inserir movimentações aos processos como Paradas ou Cancelamentos e seus respectivos estornos.

49) Permitir a exclusão de andamentos de processos, confirmados ou não confirmados no organograma destino.

50) Permitir a emissão de gráficos de abertura de processos por Organogramas e Solicitações.

51) Permitir deferimento de solicitações de aberturas externas de processos protocolados pelo requerente.

52) Permitir a transferência de processos já arquivados entre organogramas.

53) Permitir a emissão de solicitação de comparecimento do requerente.

54) Permitir controlar os volumes dos processos, de forma que seja possível dar andamento aos volumes para organogramas diferentes do processo principal, bem como emitir o termo de abertura de volumes e termo de encerrado de volumes.

55) Permitir definir as regras para ajuntamentos por apensação, possibilitando ajuntar processos de organogramas, solicitações ou requerentes diferentes do processo principal.

56) Permitir alterar o número do processo no momento em que o mesmo está sendo cadastrado.

57) Permitir alterar o requerente e/ou solicitação do processo, caso não tenha recebido nenhum andamento e/ou parecer.

58) Permitir definir as regras para ajuntamentos por anexação, possibilitando ajuntar processos solicitações ou requerentes diferentes do processo principal.

59) Permitir configurar para cada usuário se o mesmo pode realizar tramitações e encerramento para processos dos organogramas que está vinculado, mesmo que o processo não esteja atualmente com o ele.

60) Permitir configurar para cada usuário se o mesmo poderá visualizar nos resumos da página inicial todos os processos do organograma que estejam em análise, não analisados.

61) Permitir configurar um organograma padrão para arquivamento dos processos. No encerramento dos processos deve sugerir ao usuário realizar andamento para este organograma, caso o processo seja encerrado em organograma diferente, ou sugerir o arquivamento, caso seja encerrado no organograma padrão de arquivamento.

7.7. PATRIMÔNIO PÚBLICO

1) Propiciar a indicação da configuração do organograma do município que será válida para o exercício.

2) Propiciar o controle dos bens por meio de registro de placas.

3) Propiciar o registro da fórmula de cálculo para diferentes métodos de depreciação, exaustão e amortização, permitindo a classificação em linear, soma de dígitos ou unidades, podendo ativar ou desativar.

4) Permitir a configuração dos órgãos, unidades orçamentárias e centro de custo da entidade.

5) Permitir o registro de grupos de bens, definição do percentual de depreciação anual, valor residual do bem e vida útil do grupo de bens, com controle e consulta através de listagem dinâmica.

6) Propiciar o cadastro de unidade de medida dos bens da entidade, permitindo informar a abreviatura.

7) Permitir o cadastro dos tipos de transferências dos bens, informando descrição e classificação, e nos casos de transferência entre responsáveis, organogramas, grupos de bem ou localização física.

8) Propiciar o armazenamento de documentos relacionados ao bem, ou a sua localização, através de arquivos em formato pdf, doc, docx, txt, html, xls, xlsx, jpg.

9) Permitir o cadastro de localizações físicas.

10) Permitir o registro de seguros de bens, com controle de seguradora, vigência, valor e apólice.

11) Propiciar o envio, retorno e consulta de bens da manutenção, permitindo o registro da próxima revisão.

12) Propiciar o envio, retorno e consulta de bens cedidos ou emprestados, com registro da data prevista para retorno.

13) Propiciar o registro da utilização do bem imóvel, classificando em dominicais, uso comum do povo, uso especial, em andamento.

14) Permitir tombamento do bem, demonstrando o organograma, placa e responsável.

15) Permitir informar o estado de conservação dos bens.

16) Permitir identificar na listagem a situação que o bem se encontra, inclusive de está ou não em uso.

17) Propiciar a remoção do registro do bem até quando for colocado em uso.

18) Permitir informar a moeda vigente na aquisição do bem e conversão dos valores para moeda vigente.

19) Permitir o cadastro de responsáveis pelos bens patrimoniais, informando nome, CPF, telefone, e-mail, se é funcionário do município, matrícula, cargo, natureza do cargo e o endereço.

20) Permitir a emissão e registro do Termo de Guarda e Responsabilidade, individual ou coletivo dos bens.

- 21) Permitir o registro e processamento da depreciação, amortização e exaustão dos bens em uso, atualizando de forma automática os valores depreciados no bem.
- 22) Propiciar o uso de formas de depreciações flexíveis, com base na necessidade.
- 23) Propiciar a baixa de bens de forma individual ou em lote, atualizando automaticamente a situação do bem para baixado, bem como estornar a baixa após sua finalização, retornando o bem para a situação antes de ser baixado.
- 24) Propiciar transferências de bens entre organograma, responsáveis, grupos de bens, e localizações físicas.
- 25) Permitir transferências individual ou por lote, atualizando automaticamente os novos registros no bem.
- 26) Permitir o controle da destinação dos bens patrimoniais em desuso (alienação, sessão, baixa, perda, furto, roubo, sucata).
- 27) Permitir a elaboração de inventário de bens patrimoniais.
- 28) Permitir o Controle dos bens em garantia e as saídas de bens para manutenção e assistência técnica.

7.8. ALMOXARIFADO

- 1) Propiciar o controle de toda movimentação do estoque, sendo entrada, saída e transferência de materiais. Realizando a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada.
- 2) Possuir gerenciamento automático nas saídas através de requisições ao almoxarifado, anulando as quantidades que não possui estoque e sugerindo as quantidades disponíveis em estoque.
- 3) Permitir informar limites mínimos de saldo físico de estoque.
- 4) Permitir consultar as últimas aquisições, com informação ao preço das últimas compras, para estimativa de custo.
- 5) Propiciar consultar e gerenciar a necessidade de reposição de materiais, possibilitando a realização do pedido ao Compras por meio de requisição ao Compras.
- 6) Propiciar integração com o sistema de compra para realização de entradas de materiais importando dados oriundos de ordens de compra ou realizar entradas por meio de informações de notas fiscais acesso ao centro de custos, materiais e fornecedores.
- 7) Permitir realizar requisições/pedidos de materiais ao responsável do almoxarifado, bem como realizar o controle de pendências dos respectivos pedidos para fornecimento de materiais.
- 8) Utilizar centros de custo (setores/departamentos) na distribuição de matérias, através das requisições/pedidos de materiais e/ou saídas de materiais para controle do consumo.
- 9) Registrar a abertura e o fechamento de inventários. Não permitindo a movimentação, seja de entrada ou saída de materiais quando o estoque e/ou produto estiverem em inventário. Sua movimentação somente poderá ocorrer após a conclusão do inventário.
- 10) Possuir rotina que permita que o responsável pelo almoxarifado realize bloqueios por depósito, por produto ou por produto do depósito, a fim de não permitir nenhum tipo de movimentação (entrada/saída).
- 11) Possuir a possibilidade de consulta rápida dos dados referente ao vencimento do estoque, possibilitando ao menos a consulta dos vencidos, vencimentos em 30 dias, através de listagem dinâmica, com possibilidade de inclusão, alteração ou exclusão de item através da lista.
- 12) Propiciar a emissão de relatórios de entradas e saídas de materiais por produto, nota fiscal e setor.
- 13) Emitir um resumo anual das entradas e saídas, mostrando o saldo financeiro mês a mês por estoque e o resultado final no ano.
- 14) Emitir relatórios de controle de validade de lotes de materiais, possibilitando seleção por: almoxarifado/deposito; período; materiais vencidos; materiais a vencer.
- 15) Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados/depositos.

7.9. MONITORAMENTO DE NOTAS FISCAIS

- 1) Permitir gerar manualmente a Manifestação de Recusa de operação, com o objetivo de realizar as seguintes manifestações: Desconhecimento de Operação e Operação não Realizada.
- 2) Possibilitar visualizar uma listagem das notas fiscais eletrônicas armazenadas no sistema, contendo as seguintes informações: Número da NF-e, emitente, CPF/CNPJ, Data e Hora de emissão, Valor total e os STATUS do emitente, destinatário, XML, SEFAZ e Transportador.
- 3) Possibilitar a gestão de permissões de acessos, funcionalidades e ações por usuários e grupos de usuários, a partir de uma ferramenta de acessos.
- 4) Criar fonte de dados referente informações da NF-e.
- 5) Demonstrar ao usuário um histórico de manifestações de destinatário (ciência de emissão, confirmação da operação, operação não realizada e desconhecimento da operação) realizadas pelo mesmo, onde será listado o que ocorreu com cada NF-e manifestada, apresentando quem realizou a manifestação, nome do emitente, número da NF-e, série da NF-e e a descrição do retorno do evento.
- 6) Manter o contexto da entidade selecionado pelo cliente ao atualizar navegador.
- 7) Possibilitar ao usuário que ao visualizar a NF-e completa e voltar para a listagem de NF-e recebidas, o sistema apresente ao usuário a mesma página acessada anteriormente ou o mesmo filtro selecionado anteriormente.
- 8) Possibilitar ao usuário que ao visualizar a NFS-e completa e voltar para a listagem de NFS-e recebidas, o sistema apresente ao usuário a mesma página acessada anteriormente ou o mesmo filtro selecionado anteriormente.
- 9) Possibilitar que o usuário tenha acesso aos detalhes de uma Nota Fiscal eletrônica, tendo acesso a todos os campos definidos no layout mais atual das notas técnicas da SEFAZ, após pesquisa da nota desejada.
- 10) Possibilitar a um profissional autorizado pela entidade criar relatórios personalizados para a entidade.
- 11) Possibilitar que os usuários realizem a configuração de certificado do tipo A1, a fim de que a comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional seja realizada.
- 12) Possibilitar que o usuário do sistema realize a consulta, manualmente a cada sessenta minutos, das notas fiscais eletrônicas emitidas para o CNPJ da entidade configurada, tempo este que compreende o mínimo de processamento da secretaria da fazenda, e ainda notificá-lo, caso o mesmo não seja respeitado.
- 13) Disponibilizar as Notas Fiscais eletrônicas emitidas contra o CNPJ da entidade pública, demonstrando um resumo e situação das mesmas para o usuário, por meio de monitoramento automático no WebService da SEFAZ nacional.
- 14) Possibilitar ao usuário acesso as páginas da Central de Ajuda em cada funcionalidade do sistema.
- 15) Possibilitar que os usuários do sistema realizem a pesquisa de satisfação do produto Monitor DF-e, com o objetivo de ser avaliado o que precisamos melhorar no produto.
- 16) Possibilitar que o usuário visualize, na consulta da Nota Fiscal eletrônica, os eventos realizados entre o emitente, destinatário, SEFAZ, e transportador.

- 17) Possibilitar a sinalização do STATUS do WebService da SEFAZ
- 18) Possibilitar indicação manual das manifestações de ciência e confirmação da operação, das notas fiscais eletrônicas emitidas para o CNPJ da entidade configurada.
- 19) Possibilitar que os usuários realizem a configuração de certificado do tipo A3, a fim de que a comunicação com o Web Service da SEFAZ Nacional seja realizada.
- 20) Demonstrar para o usuário quando a Nota Fiscal eletrônica for cancelada na SEFAZ Nacional, afim de evitar pagamentos desnecessários quando do cancelamento da nota, pelo emitente.
- 21) Possibilitar a utilização de ferramenta de certificados digitais para assinar documentos (PDF, XML e CSV).
- 22) Possibilitar o gerenciamento dos scripts disponíveis para execução.
- 23) Possibilitar a tramitação em massa de várias NF-e ao mesmo tempo, onde será possível realizar as seguintes ações: Ciência de Emissão, Confirmação de Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento de Operação.
- 24) Possibilitar o gerenciamento dos relatórios disponíveis para execução.
- 25) Disponibilizar a um profissional autorizado pela entidade recursos para geração de arquivos para outros sistemas e/ou órgãos externos.
- 26) Possibilitar que o usuário realize consultas dos fatos vinculados a Nota Fiscal eletrônica emitida, conforme eventos usuais da SEFAZ: Ciência da Operação, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação.
- 27) Notificar o usuário o número de notas fiscais eletrônicas recebidas, tanto na busca automática que é feita diariamente quanto na busca manual.
- 28) Possibilitar que o usuário tenha acesso aos detalhes de uma Nota Fiscal de serviço eletrônica, após pesquisa da nota desejada.
- 29) Possibilitar que seja apresentado para o usuário um STATUS de cada NF-e, onde será possível visualizar os eventos realizados pelo emitente, destinatário, transportador, XML e a SEFAZ.
- 30) Possibilitar a criação de relatórios personalizados a partir de uma ferramenta de relatórios.
- 31) Possibilitar que usuário realize pesquisa pelas Notas Fiscais eletrônicas que desejar, podendo informar o número da nota, chave de acesso, a empresa responsável por sua emissão ou o seu CPF ou CNPJ, a data de emissão da nota, o valor total, o produto e serviço da NF-e ou realizar um filtro para buscar notas associadas a determinada situação.
- 32) Possibilitar ações em cada NF-e recebida, tais como: Visualizar, onde será possível ver os detalhes da NF-e. Download, onde será possível realizar o download do XML do documento fiscal. Manifestações de destinatário, onde será possível realizar a ciência da emissão, confirmação da operação, operação não realizada e desconhecimento de operação. Visualizar a DANF-e, onde será possível visualizar um documento em PDF similar a DANF-e.

7.10. TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO

- 1) Permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Escrituração Fiscal do ISS, Atendimento ao Cidadão via internet, Contabilidade Pública e Compras e Licitações.
- 2) Propiciar integração com o sistema de contabilidade municipal, permitindo o lançamento automático dos pagamentos efetuados nas devidas contas contábeis.
- 3) Propiciar a integração com o sistema de tesouraria, efetuando baixa de pagamento de débitos, dívidas, dividas parceladas e parcelas do Refis, automaticamente.
- 4) Integrar com o sistema de contabilidade da Prefeitura, possibilitando ao usuário configurar a forma de contabilização integrando ou não as deduções vinculadas a rubricas redutoras cadastradas no sistema de arrecadação.
- 5) Propiciar efetuar integração via web service com empresas de geoprocessamento.
- 6) Propiciar a alteração do cadastro de imóveis devido a ajustes do geoprocessamento.
- 7) Possuir cadastro de:
 - a. bancos e agências.
 - b. atividades econômicas.
 - c. fiscais.
 - d. documentos fiscais que serão exigidos na fiscalização.
 - e. cartórios para possibilitar o relacionamento com o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis).
 - f. imobiliárias a fim de relacioná-las aos imóveis.
- 8) Permitir que haja Planta de Valores e que seja configurável conforme boletim cadastral e a localização do imóvel.
- 9) Ter configuração para mensagens de guias e/ou carnês.
- 10) Possuir cadastro de imóvel urbano e rural, configurável conforme boletim cadastral da Prefeitura, com a possibilidade de inserir campos numéricos (inteiros e decimais), datas, horas e textos a qualquer momento.
- 11) Possuir cadastro de averbações/observações para:
 - a. Contribuintes;
 - b. Imóveis;
 - c. Econômicos;
 - d. Dívidas;
 - e. Receitas diversas (solicitação de serviço).
- 12) Propiciar o cadastramento de validações de dados para deixar as informações dos cadastros abaixo consistentes, evitando (por exemplo), que um imóvel construído fique sem área de construção:
 - a. Imobiliários;
 - b. Mobiliários (econômico);
 - c. Pessoas;
 - d. Projetos;
 - e. Receitas Diversas;
 - f. Contribuição de Melhorias;
 - g. Auto de Infração;
 - h. Características Imobiliárias;
 - i. Características Mobiliárias.
 - j. Permitir o controle de obras e construção civil, informando o tipo.

- k. Ampliação Reforma;
- l. Construção;
- m. Demolição
- 13) O cadastro deverá ser alterado após a realização das obras supramencionadas.
- 14) Permitir o englobamento de imóveis, ainda que de lotes diferentes, para a emissão de carnês.
- 15) Permitir consultar os valores detalhados de cada imóvel englobado.
- 16) Ter controle sobre as notificações de lançamentos emitidas/enviadas, anuladas e devolvidas.
- 17) Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício.
- 18) Propiciar que o servidor municipal possa configurar e administrar novas informações sobre os imóveis, econômicos e contribuintes.
- 19) Permitir que sejam gerados arquivos para a impressão dos carnês por terceiros.
- 20) Permitir alterações nos programas de cálculo; e ainda permitir cálculos ou recálculos individuais, ou de um grupo de contribuintes.
- 21) Emitir guias e/ou carnês dos créditos tributários e dívida ativa, bem como segunda via desses, imprimindo opcionalmente algumas parcelas.
- 22) Propiciar a emissão de notificação de lançamento endereçada aos contribuintes que tiverem lançamentos.
- 23) Propiciar a consulta de lançamentos (dados financeiros), através:
 - a. Nome;
 - b. Parte do nome;
 - c. CNPJ/CPF.
- 24) Emitir certidão negativa, positiva ou positiva com efeito negativa.
- 25) Emitir extrato da movimentação financeira do contribuinte (tributos pagos, em aberto ou cancelados).
- 26) Gerar arquivos para a impressão das guias e/ou carnês pelos bancos: Bradesco, Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica.
- 27) Controlar a emissão e pagamento do ITBI, bloqueando a transferência de imóveis quando este possui débitos em aberto ou está em dívida ativa.
- 28) Manter uma tabela de dias não úteis para fins de cálculo de juro/multa.
- 29) Permitir trabalhar com várias moedas no sistema (UFIR, Reais, UFM) com possibilidade de indexadores para intervalos de datas.
- 30) Possuir rotinas de movimentações e alterações de dívidas (anistias, prescrições, cancelamentos, estornos, etc.)
- 31) Emitir notificação de cobrança administrativa para o contribuinte devedor, com parametrização do conteúdo da notificação.
- 32) Emitir certidão executiva e petição com textos parametrizados para cobrança judicial.
- 33) Propiciar a emissão da Certidão de Dívida Ativa junto com a Petição através de uma única rotina para composição do processo de execução fiscal.
- 34) Permitir baixas dos débitos automaticamente através de arquivos de arrecadação fornecidos pelos Bancos.
- 35) Ter consulta geral unificada da situação do contribuinte (dívida ativa, débitos correntes de todas as receitas) com valores atualizados e opção para impressão de segundas vias, re-parcelamentos e pagamentos.
- 36) Ter opção para cadastrar fórmulas de juros de financiamentos para refinanciamento de débitos correntes e dívida ativa, vencidos ou a vencer, podendo cobrar ou não taxa de expediente.
- 37) Possuir rotina configurável de Parcelamento de Dívida Ativa:
- 38) Podendo parcelar várias receitas,
- 39) Parcelar outros parcelamentos em aberto;
- 40) Dívidas executadas;
- 41) Conceder descontos legais através de fórmulas configuráveis;
- 42) Determinar valor mínimo por parcela;
- 43) Cobranças de taxas de parcelamento.
- 44) Possuir controle da apuração dos lançamentos dos contribuintes onde seja possível, por exemplo, comparar quanto foi declarado e quanto realmente foi faturado pelo contribuinte, gerando um lançamento com a diferença apurada com os devidos acréscimos. Sendo ainda possível a geração da notificação fiscal por atividade, ano, ano e atividade e parcela, facilitando uma possível contestação por parte do contribuinte.
- 45) Controlar a geração de cálculo e emissão de notas avulsas, impressas pela secretaria da fazenda.
- 46) Permitir configuração de modelos de guias e/ou carnês pelo próprio usuário.
- 47) Controlar a compensação e restituição de pagamentos efetuados indevidamente.
- 48) Controlar os projetos para emissão Alvará de Construção e Habite-se.
- 49) Permitir que sejam parametrizados todos os tributos, quanto à sua fórmula de cálculo, multa, correção e índices, moedas, etc.
- 50) Permitir cálculo de juros e multas de débitos correntes baseado em fórmulas, podendo variar de ano para ano e também de receita para receita.
- 51) Permitir o controle de isenção/imunidade definido nas fórmulas de cálculo, constando resumos por tipo de isenção/imunidade de cada receita.
- 52) Possuir rotina de inscrição em dívida com emissão do livro de dívida ativa, gerando informações sobre o ato da inscrição (livro, folha, data e número da inscrição), permitindo cálculos de atualizações e acréscimos legais e controle da execução fiscal.
- 53) Possuir rotinas de configuração para:
 - a. Cancelar;
 - b. Prescrever;
 - c. Suspender;
 - d. Anistiar a dívida ativa automaticamente, com seus respectivos registros.
- 54) Permitir a emissão de documentos inerentes à fiscalização:
 - a. Termo de Início da Fiscalização;
 - b. Termo de Encerramento da Fiscalização;
 - c. Termo de Ocorrência;
 - d. Termo de Apreensão de Documentos;
 - e. Termo de Prorrogação da Fiscalização;
 - f. Intimação;

- g. Recibo de Entrega de Documentos;
- h. Auto de Infração;
- i. Produção Fiscal;
- j. Planilha de Cálculo da Apuração Fiscal.
- 55) Propiciar que seja feito cálculo simulado baseado no histórico de alterações, exercícios anteriores, dados cadastrais do exercício atual, considerando os parâmetros de cálculo do exercício solicitado.
- 56) Permitir desmembramentos e remembramentos de imóveis.
- 57) Possuir rotina para importar imagem da planta cartográfica do imóvel, individual e geral.
- 58) Permitir gerar o ITBI de mais de um imóvel do mesmo proprietário para o mesmo comprador.
- 59) Propiciar a consulta de ações fiscais por fiscal.
- 60) Possuir cadastro para suspender lançamento total ou de algumas receitas do mesmo.
- 61) Poder emitir parcela unificada para pagamento, relacionando todos os débitos correntes, dívidas ativas e parcelas de dívidas em aberto.
- 62) Ter o controle de emissão de segunda via de guias e/ou carnê com acréscimo de taxa por emissão, podendo ser configurado por Receita.
- 63) Propiciar a emissão de parcelas, pagamento, transferência para dívida e parcelamento através das janelas de consultas.
- 64) Dispor de rotinas que permitem o controle de acesso aos usuários de acordo com a área de atuação de cada usuário dentro do sistema.
- 65) Propiciar o cadastramento único de contribuintes, o qual poderá ser utilizado em todo o sistema, facilitando as consultas e emissão de Certidão Negativa de Débito.
- 66) Permitir emitir receitas referentes a imóveis, econômicos, contribuição de melhorias ou serviços diversos.
- 67) Possuir opção para verificar os históricos das alterações cadastrais (cadastro de contribuintes, cadastro imobiliário e cadastro mobiliário) efetuadas por determinados usuários, por data ou por processo de alteração, diretamente no sistema.
- 68) Ter o controle das ME, MEI e EPPs optantes pelo Simples Nacional.
- 69) Ter rotina que possibilite conceder Remissão ao contribuinte para Débitos e Dívidas.
- 70) Propiciar o parcelamento de débitos podendo optar pela cobrança ou não de juro de financiamento.
- 71) Conter rotina configurável para refinanciamento (parcelamento) onde possam ser refinanciados todos os débitos, dívidas ativas e dívidas parceladas, vencidos ou a vencer, podendo cobrar ou não taxa de expediente.
- 72) Gerar relatórios com a receita classificada de acordo com o plano de contas da receita, de forma que se integre ao sistema de contabilidade pública.
- 73) Emitir os livros de dívida ativa e notificação para os contribuintes inscritos.
- 74) Propiciar a emissão de relatório para a verificação da movimentação das dívidas ativas dentro de um período informado, controlando assim os saldos.
- 75) Permitir agregar junto ao parcelamento de dívidas, a cobrança de outros valores pertinentes a ela, como honorários, juros de financiamento, correção pré-fixada, taxa de expediente, etc.
- 76) Ter a possibilidade de, ao parcelar as dívidas, incluir valores de reforços em parcelas, devido a sazonalidade de liquidez dos contribuintes.
- 77) Propiciar o cadastramento de fiscais, documentos fiscais, relacionamento entre documentos e atividades, infrações e notificações, os quais poderão ser utilizados na programação de ações fiscais e apurações fiscais.
- 78) Possuir controle de inconsistências do cadastro imobiliário.
- 79) Possuir controle de inconsistências do cadastro mobiliário.
- 80) Possuir controle da liberação do alvará provisório.
- 81) Permitir consultas cadastrais através:
 - a. Nome;
 - b. Parte do nome;
 - c. CNPJ/CPF;
 - d. Endereço;
 - e. Inscrição cadastral.
- 82) Propiciar após a baixa, a emissão de relatório com o demonstrativo do movimento para conferência.
- 83) Possuir cadastros mobiliário (econômico) e de atividades configuráveis, conforme boletim cadastral da Prefeitura Municipal de (cidade), com a possibilidade de inserir campos numéricos (inteiros e decimais), datas, horas e textos a qualquer momento.
- 84) Ter a possibilidade de parametrizar a geração de lançamentos, com a diferença dos pagamentos a menor para Débitos, Dívida Ativa, Dívida Parcelada e Refis. Permitindo, ainda, a utilização de configurações diferentes para cada receita.
- 85) Propiciar a importação de arquivos de Períodos e Eventos do Simples Nacional.
- 86) Propiciar a contabilização dos valores das deduções (descontos, anistias, cancelamentos, etc) juntamente com os valores das receitas arrecadadas.
- 87) Propiciar o controle da data de validade das notas fiscais liberadas.
- 88) Efetuar consistência no cadastro de pessoas em relação as informações das pessoas jurídicas enquadradas como MEI (Microempreendedor Individual) conforme critérios estabelecidos pelo Simples Nacional.
- 89) Propiciar que o abatimento realizado na composição dos parcelamentos possa ser parametrizado para baixar os débitos/dívidas de forma cronológica.
- 90) Propiciar a geração de um único cadastro de ITBI para transferência de diversos imóveis com vendedores e compradores diferentes.
- 91) Propiciar que sejam informadas as dívidas que estão sendo enviadas para protesto, podendo ser filtradas e consultadas em relatórios específicos.
- 92) Propiciar a emissão de gráfico para análise da receita lançada x arrecadada x em dívida ativa x isenta e, gráfico para análise da dívida ativa anual e acumulada.
- 93) Propiciar o cadastro automático de imóveis rurais quando for cadastrado um ITBI Rural de um imóvel que não possua ainda cadastro.
- 94) Propiciar a geração de ITBI para imóveis rurais com opção de cadastro ou não do imóvel envolvido na transação.
- 95) Conter um cadastro de imóveis rurais, em que seja possível inserir informações relacionadas ao Incra e planta de valores específica para este tipo de imóvel, onde as informações possam também servir de subsídio para o cálculo do ITR.
- 96) Conter no cadastro de Imóveis uma forma de acessar as principais funcionalidades relacionadas ao imóvel, onde ao acessá-las o sistema já demonstre as informações do imóvel ou contribuinte associado ao imóvel.
- 97) Propiciar ao usuário definir a classificação contábil para as diferenças de pagamento dos créditos tributários.

- 98) Permitir que seja gerado um novo número de baixa quando dos boletos provenientes dos parcelamentos.
- 99) Permitir definir qual o formato de cancelamento do Protesto deverá ser destinado a Certidão de Dívida Ativa, de modo a haver indicação no sistema de quando não deve ser cobrada custas cartorárias do contribuinte, quando do protesto indevido, por erro.
- 100) Permitir ao munícipe a realização de consulta dos imóveis vinculados ao seu cadastro no município consultado via dispositivo móvel.

7.11. NOTA FISCAL ELETRÔNICA

- 1) Permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Tributação e Escrituração Fiscal do ISS.
- 2) Possibilitar que a nota fiscal eletrônica de serviços prestados seja integrada automaticamente no sistema de escrituração fiscal.
- 3) Possibilitar o intercâmbio automático de dados de lançamentos e pagamentos com o sistema tributário.
- 4) Possibilitar a configuração de fórmula relativa aos acréscimos para emissão de guia, a fim de que a integração de acréscimos com o sistema utilizado para a arrecadação de tributos pare de ocorrer.
- 5) Permitir ao fiscal controlar a sequência das notas fiscais emitidas, autorizando ou não que a mesma seja alterada.
- 6) Possuir rotina para liberação online de acesso aos contribuintes, podendo ou não estabelecer um prazo de validade para solicitação do acesso. Após o deferimento o acesso não deverá expirar até que o prestador seja desautorizado.
- 7) Permitir a emissão de relatório dos contribuintes que aderiram ao sistema, como prestadores para emissão de nota fiscal eletrônica.
- 8) Permitir a emissão de relatório de solicitações de acesso pendentes.
- 9) Possibilitar acesso ao sistema de nota fiscal eletrônica através de usuário e/ou certificado digital (e-CPF).
- 10) Permitir a emissão eletrônica de notas fiscais de serviços, contendo validade jurídica por certificação digital.
- 11) Possuir configuração, que permita parametrizar o cancelamento pelo prestador das notas fiscais eletrônicas de serviços.
- 12) Possibilitar a substituição de nota fiscal de serviço eletrônica, permitindo que a mesma nota (substituta), substitua apenas uma ou várias notas.
- 13) Permitir pelo Módulo do Fiscal e Módulo do Contribuinte, a emissão de relatório para controle das notas fiscais eletrônicas emitidas, possibilitando ainda verificar apenas as notas canceladas e/ou substituídas.
- 14) Permitir a emissão de relatórios de controle das notas fiscais eletrônicas emitidas.
- 15) Permitir ao Contribuinte a emissão de guia de recolhimento referente as notas fiscais de serviço eletrônicas.
- 16) Permitir que o contribuinte escolha quais as notas de serviço eletrônica componham a guia de recolhimento.
- 17) Permitir verificar quais prestadores de serviços do município estão autorizados a emitir Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.
- 18) Permitir a configuração para gerar valor de crédito para abatimento em impostos municipais (Definição de percentuais, limites de abatimento, etc).
- 19) Permitir ao Contribuinte prestador a consulta dos valores de créditos gerados para abatimento de impostos municipais.
- 20) Possibilitar ao Contribuinte prestador a emissão de relatórios dos valores de créditos gerados.
- 21) Permitir ao município a gestão de cadastro de competências, permitindo nele, indicar o período inicial e final da competência, como também sua data de vencimento.
- 22) Permitir ao município a adequação das alíquotas dos serviços tributáveis em regime de emissão eletrônica de notas fiscais de serviço, exibindo inclusive o histórico de alterações deste valor.
- 23) Permitir ao município a definição de alíquotas por prestador individualmente.
- 24) Permitir ao fiscal a emissão de relatórios de notas fiscais de serviço eletrônicas por contribuinte.
- 25) Permitir a emissão de relatórios de notas fiscais de serviço eletrônicas por tipo de atividade, utilizando a lista de serviços ou CNAE.
- 26) Permitir a emissão de relatórios de evolução das notas fiscais de serviço eletrônicas por quantidade de notas emitidas e por valor de ISS.
- 27) Permitir a emissão de relatórios de maiores emitentes de notas fiscais de serviço eletrônica.
- 28) Permitir a emissão de relatórios de consultas gerais aos dados constantes dos cadastros do sistema.
- 29) Possibilitar o recebimento de lotes de RPSs para geração de notas fiscais de serviço eletrônicas.
- 30) Registrar na emissão manual da nota fiscal de serviços eletrônica qual o RPS que gerou a nota em campo específico.
- 31) Possibilitar a consulta da situação do Lote de RPS via WebService.
- 32) Possibilitar que notas oriundas da integração por meio de webservices sejam passíveis de consulta também por WebService.
- 33) Possibilitar a emissão de gráficos estatísticos de acompanhamento da arrecadação por Competência.
- 34) Possibilitar a emissão de gráficos estatísticos de emissão de notas por atividade.
- 35) Possibilitar a emissão de gráficos estatísticos de evolução das notas fiscais (Qtde. notas X meses).
- 36) Possibilitar a emissão de gráficos estatísticos de crescimento das notas fiscais (Perc. De Crescim. X meses).
- 37) Possibilitar que o tomador de serviço denuncie a não conversão do RPS em nota fiscal de serviço eletrônica.
- 38) Possibilitar ao fiscal a consulta dos RPSs convertidos fora do prazo.
- 39) Permitir a emissão de relatório com os RPSs convertidos fora do prazo.
- 40) Possibilitar que o prestador de serviço liberado para emitir nota fiscal de serviços eletrônica, possa personalizar sua nota com o logotipo de sua empresa.
- 41) Enviar e-mail ao tomador do serviço quando a nota fiscal eletrônica de serviços prestados for emitida.
- 42) Enviar e-mail ao fiscal quando for efetuada uma solicitação de acesso a entidade, permitindo cadastrar quais fiscais receberão este email.
- 43) Possibilitar a consulta da autenticidade da nota fiscal de serviço eletrônica.
- 44) Possibilitar ao Contribuinte a exportação de todas as notas fiscais no formato XML.
- 45) Possibilitar a geração da nota fiscal de serviços eletrônica de forma online através do site da prefeitura.
- 46) Possibilitar a Autenticidade da Nota através de link no site da prefeitura.
- 47) Possibilitar a Autenticidade da Nota através de formulário diretamente na página da prefeitura, permitindo ainda a criação de seu próprio formulário.
- 48) Possibilitar a solicitação de acesso através de link no site da prefeitura, mediante acesso direto ao terceiro passo da solicitação.
- 49) Possibilitar a solicitação de acesso através de formulário diretamente na página da prefeitura, permitindo a criação de formulário próprio.
- 50) Possibilitar a consulta de RPS (Recibo Provisório de Serviço) através de formulário, diretamente na página da prefeitura, permitindo a criação de formulário próprio.
- 51) Possibilitar a consulta de prestadores cadastrados no município através de formulário diretamente na página da prefeitura, permitindo

a criação de formulário próprio com a exibição de ícones.

52) Realizar a denúncia fiscal através de formulário diretamente na página da prefeitura, permitindo a criação de formulário próprio.

53) Possibilitar a personalização de informações, diretamente na página da prefeitura, incluindo dados tais como: contribuintes autorizados, NFS-e emitidas, total de NFS-e emitidas nos últimos meses, estimativa de ISS nos últimos meses, valores das NFS-E nos últimos meses.

54) Permitir ao Fiscal emitir uma relação de todos os bairros do município, facilitando o acerto das informações pelo setor de cadastro, corrigindo as informações duplicadas ou com erros.

55) Possibilitar ao Fiscal a criação de Fórmulas (scripts) para a validação dos dados da nota, tendo ainda a possibilidade de bloquear a sua emissão exibindo uma mensagem.

56) Possibilitar aos usuários do sistema verificarem todas as importantes melhorias acrescentadas em cada versão lançada.

57) Exibição de dicas de uso do sistema, que são cadastradas previamente a utilização.

58) Possibilitar a exibição do site do prestador, bem como as informações da inscrição municipal e estadual na impressão da nota fiscal de serviço.

59) Possibilitar a utilização do teclado virtual para digitação da senha de acesso, tornando o processo de login mais seguro.

60) Possibilitar o envio do XML da Nota Fiscal de Serviço, anexado ao e-mail enviado ao Tomador da nota, contendo as informações da mesma. Este recurso é estendido também durante a conversão automática de RPS em notas.

61) Possibilitar a informação das condições de pagamento na nota fiscal eletrônica de serviços. Tratando-se de condições a prazo deverá ser informada a quantidade de parcelas, as datas de vencimento e o valor de cada uma.

62) Possibilitar a configuração do valor mínimo para geração das guias de pagamento.

63) Possibilitar a emissão de nota fiscal com a situação "descontado pela prefeitura", por parte dos tomadores de serviços, a fim de obter o funcionamento de uma nota retida.

64) Possibilitar a consulta de Lotes de RPS, de acordo com os filtros pré-determinados, que deverão ser: situação do processamento destes lotes, número do protocolo, dados do prestador e data de envio dos lotes. Esta consulta, deverá permitir ainda o detalhamento dos erros de integração, a possibilidade de efetuar o download do arquivo XML, e quando o lote estiver com a situação de "processado com sucesso" poderá visualizar o número dos RPS nele contidos (detalhamento), existindo ainda a possibilidade de efetuar o reenvio dos lotes não processados.

65) Possibilitar a Consulta e visualização na íntegra de Notas fiscais emitidas, inclusive pelo fiscal, do documento pdf da respectiva nota.

66) Permitir a configuração do sistema, para que somente pessoas jurídicas possam solicitar acesso ao sistema como "prestador de serviço" para emitir notas fiscais.

67) Possibilitar as permissões através das configurações de usuários e grupos de usuários.

68) Permitir a emissão de relatório de acesso dos diversos usuários ao sistema, com informações do horário de acesso e saída.

69) Possibilitar a seleção do formato de saída dos diversos relatórios do sistema, nos seguintes formatos: PDF, HTML e XLS.

70) Permitir a adequação do sistema aos limites da faixa de receita bruta para optantes do Simples Nacional.

71) Permitir a disponibilização de programa emissor de RPS com código fonte aberto.

72) Possibilitar o controle sobre as liberações dos RPS.

73) Permitir a autorização para impressão de RPS.

74) Permitir selecionar qual modelo deve ser utilizado para visualização da NFS-e.

75) Permitir a emissão de relatório gerencial, a fim de identificar a quantidade de nota emitidas por prestador ou controle de quais deles não a emitiram. O relatório deverá permitir o filtro pelo tipo de pessoa (Física e/ou jurídica), porte da empresa (MEI, ME, EPP, EMP, EGP) e optante do Simples Nacional.

76) Possibilitar o acesso a ambiente de teste para homologação dos sistemas de terceiros (ERP), a fim de executar determinados procedimentos, testando todo o processo de integração. A liberação para uso deste ambiente não deverá depender de deferimento da fiscalização.

77) Possuir relatório que demonstre os valores referentes aos impostos federais.

78) Permitir que o prestador do município visualize os créditos tributários recebidos/gerados.

79) Permitir que o contribuinte envie sua opinião sobre o sistema.

80) Permitir a criação de contra-senha (captcha), caso o contribuinte erre a senha do seu respectivo usuário 3 vezes seguidas.

81) Permitir visualizar uma prévia da nota fiscal eletrônica antes de efetivar sua emissão.

82) Permitir a exportar de dados das tabelas do sistema.

83) Possibilitar a verificação de autenticidade do RPS.

84) Permitir a correção de algumas informações (endereço, contato, outras informações, condição de pagamento e discriminação do serviço) da nota fiscal eletrônica gerada por meio da carta de correção.

85) Permitir a comunicação entre os usuários fiscais de uma determinada entidade por meio de um gerenciador de mensagens.

86) Permitir que usuários fiscais criem novos campos e/ou novas telas de cadastros em funcionalidades pré-determinadas.

87) Permitir que o contribuinte solicite o cancelamento de nota fiscal, ainda que ultrapassado os limites da configuração do sistema, tendo em vista que haverá a apreciação posterior do fiscal que deverá Deferir ou Indeferir tal solicitação, com a possibilidade de inclusão de anexos.

88) Permitir que o fiscal emita relatório a fim de controle acerca do Total de ISS, Total de ISS contido em guia, Total de ISS não contido em guia, Total do ISS Pago e Total do ISS contido em guia em aberto.

89) Permitir que o fiscal efetue o cancelamento de guia de pagamento gerada por qualquer contribuinte, ainda que a guia esteja vencida ou o sistema esteja parametrizado nesse sentido.

90) Permitir que o contribuinte efetue alterações nas informações do Telefone, Fax, Celular e E-mail sem ter que entrar em contato com o fisco municipal.

91) Permitir que o contribuinte copie uma nota fiscal já emitida para a geração de uma nova nota.

92) Possibilitar a Importação do arquivo DAF607, a fim de identificar os pagamentos dos contribuintes Optantes do Simples Nacional e gerar os créditos tributários.

93) Permitir a geração de auto de infração para os RPSs convertidos fora do prazo estipulado pela prefeitura.

94) Possibilitar o controle do usuário que deferiu ou indeferiu uma solicitação de cancelamento de notas.

95) Disponibilizar controle acerca das rotinas que tenham pendências, em que seja possível selecioná-las a fim de seja direcionado para a tela da funcionalidade.

96) Permitir que após executar a rotina de substituição, as notas que foram substituídas sejam exibidas com uma tarja contendo a informação "Substituída".

- 97) Permitir a impressão de RPS's que estão pendentes de análise pela fiscalização, através de link de acesso no sistema. A lista com as autorizações para impressão de RPS's pendentes de análise deverá ser disponibilizada através de uma pop-up, que direcione o fiscal para a rotina de autorização para impressão de RPS's, podendo assim, o fiscal efetuar uma análise.
- 98) Permitir a criação de filtros de exportação de XML para facilitar o download dos mesmos por parte dos prestadores, podendo optar por datas de emissão e fato gerador, notas, situação das notas e tomador.
- 99) Possibilitar que o fiscal altere as notas fiscais de um contribuinte que não está mais enquadrado como Simples Nacional para Optante do Simples Nacional.
- 100) Possibilitar que o fiscal possa alterar as notas fiscais de um contribuinte que está enquadrado como Simples Nacional para Não Optante do Simples Nacional.
- 101) Disponibilizar botão na barra de menus para que o fiscal possa definir seus menus favoritos.
- 102) Disponibilizar botão na barra de menus para que o fiscal possa pesquisa um menu existente.
- 103) Permitir que o fisco municipal defina quais mensagens devem ser exibidas no quadro "Outras informações", na visualização das notas, através do cadastro de mensagens.
- 104) Permitir que seja definido configurações para a emissão de guia de pagamento.
- 105) Possibilitar a inserção de mais de um item cujas alíquotas são diferentes tanto pela aplicação quanto por meio do Web-Service.
- 106) Possibilitar que o cartão de crédito e débito seja utilizado nas condições de pagamento.
- 107) Receba informações relativas as condições de pagamento.
- 108) Possibilitar a verificação de autenticidade da nota bem como alguns dos seus principais dados por meio da leitura do QR-Code.
- 109) Disponibilizar gerenciador de mensagens eletrônicas ao contribuinte, a fim de o prestador de serviço possa entrar em contato com os fiscais do município.
- 110) Permitir a emissão de resumo estatístico das notas fiscais emitidas pelo contribuinte, composto por gráficos resultando em uma visão geral e gerencial sobre a prestação de serviços de um determinado período.
- 111) Permitir a emissão de mensagem do fisco municipal aos contribuintes na tela de solicitação de cancelamento de notas fiscais.
- 112) Permitir a reutilização de numeração de RPS caso a situação da solicitação em que ele está contido seja indeferida.
- 113) Permitir a visualização acerca da carga tributária dos serviços prestados, através da emissão de nota eletrônica.
- 114) Permitir a geração automática de competências por parte do fiscal.
- 115) Permitir que o sistema gere as competências para o exercício seguinte de forma automática, caso essas não tenham sido geradas até o dia 31/12.
- 116) Permitir a parametrização do sistema para que os contribuintes do tipo pessoa física enquadrada como Fixo e Microempreendedor Individual - MEI não sejam obrigados a emitir notas fiscais eletrônicas de serviço com certificado digital.
- 117) Permitir a parametrização do sistema para que o contribuinte seja notificado quando uma quantidade (em porcentagem) escolhida por ele, de RPS, já tenha sido convertida em nota.
- 118) Permitir que o contribuinte seja informado por e-mail quando a sua autorização de impressão de RPS sofrer alguma alteração.
- 119) Permitir que o contribuinte seja informado por e-mail quando ele for desautorizado da emissão eletrônica de notas fiscais de serviços.
- 120) Permitir a emissão de um relatório que permita ao fiscal observar os pagamentos realizados.
- 121) Permitir a emissão de um relatório que permita ao fiscal identificar os CNAEs vinculados aos itens de serviço.
- 122) Possibilitar que o contribuinte seja informado por e-mail quando a sua solicitação de acesso estiver "Em Análise".
- 123) Possibilitar o controle acerca das notas substituídas, através de informação inserida na nova nota emitida.
- 124) Permitir a emissão de relatório de notas fiscais de serviços prestados em que seja possível filtrar pelo local da prestação do serviço.
- 125) Permitir a emissão de relatório de notas fiscais de serviços prestados em que seja possível filtrar pelo tomador de serviços.
- 126) Permitir a assinatura da nota fiscal de serviço eletrônica ou carta de correção automaticamente a partir do certificado A1, previamente importado para um determinado usuário. Uma vez que o certificado A1 estiver importado, o sistema deve identificá-lo e utilizá-lo independente do computador em que a nota/carta de correção está sendo emitida.
- 127) Permitir o bloquear automático de emissão de notas do contribuinte caso ele não emita nenhuma nota em até XX dias (conforme configuração) após o deferimento da sua respectiva solicitação de acesso ele deve ser comunicado por e-mail que teve a emissão de notas bloqueada.
- 128) Permitir a movimentação da natureza da operação de uma determinada nota para "Exigibilidade Suspensa por processo administrativo", "Exigibilidade suspensa por procedimento administrativo", "Imune" ou "Isenção".
- 129) Permitir a configuração de mensagem a ser exibida no corpo do RPS autorizado.
- 130) Permitir o controle de saldos.
- 131) Possibilitar que o contribuinte seja impedido de solicitar uma nova autorização de emissão de RPS, caso já exista para a mesma série uma solicitação que esteja como Não Analisada, Em Análise ou Pendente com o Prestador.
- 132) Permitir a consulta às notas que estão assinadas digitalmente ou não.
- 133) Possibilitar a identificação na visualização da nota se ela está assinada digitalmente ou não e qual o tipo de certificado utilizado (Digital ou ICP Brasil).
- 134) Permitir realizar o estorno do cancelamento de notas.
- 135) Permitir a inserção de vários tomadores com o mesmo CNPJ, distintos apenas pela Inscrição Estadual.
- 136) Permitir a alteração dos modelos de notas fiscais, conforme necessidades da prefeitura através de gerador de relatórios.
- 137) Permitir a inserção de diversos métodos de pagamento na emissão da nota.
- 138) Permitir a exibição de relatórios gráficos referente às "Notas fiscais emitidas por período", "Notas fiscais emitidas por prestador" e "Notas fiscais emitidas por tomador". O primeiro deverá ser informado a quantidade e os dois últimos a quantidade e o percentual de evolução.
- 139) Permitir ao fiscal realizar a manutenção de notas fiscais emitidas, alterando as seguintes informações: deduções fiscais, alteração do regime tributário (optante e não optante do simples) e natureza de operação.
- 140) Permitir a criação de relatório de resumos de notas, apresentando de forma resumida informações sobre a quantidade de notas emitidas bem como seus respectivos valores dentro de um período informado pelo usuário
- 141) Permitir a alteração do modelo de documento de solicitação de acesso, conforme necessidades da prefeitura através de gerador de relatórios.
- 142) Permitir a emissão de boletos bancários com a modalidade de Carteira com Registro para o Banco do Brasil.
- 143) Permitir a emissão de nota fiscal eletrônica no formato simplificada.

144) Permitir ao Contribuinte tomador a consulta dos valores de créditos gerados para abatimento de impostos municipais.

145) Permitir que o prestador possa por meio de configuração, autorizar outras pessoas a serem responsáveis por emitir e assinar digitalmente notas eletrônicas.

7.12. ESCRITURAÇÃO ELETRÔNICA DO ISS

1) Permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com os sistemas de Tributação, Nota Fiscal Eletrônica e Portal da Transparência.

2) Possuir integração com sistema de arrecadação tributária, permitindo a consulta de lançamentos, transferência para a dívida e a emissão de relatórios de lançamentos, arrecadação, etc.

3) Permitir que o contador cadastre seus funcionários, definindo individualmente as permissões para as rotinas e relatórios do sistema, bem como as empresas que eles terão acesso.

4) Permitir que o contribuinte realize a solicitação de AIDF, possibilitando que seja anexado o modelo do documento a ser impresso e após o deferimento, permitir a emissão da autorização para impressão.

5) Possibilitar a reabertura da declaração. Podendo ser automático de acordo com a parametrização ou através da solicitação para deferimento pelo fiscal.

6) Possibilitar a parametrização das funcionalidades do programa de acordo com a legislação do município.

7) Possibilitar ao contribuinte o registro da solicitação de reabertura de declarações de despesas.

8) Possibilitar que o contador solicite a transferência da responsabilidade dos serviços contábeis de um determinado contribuinte para o seu escritório de contabilidade e que somente após a devida análise e deferimento de um fiscal a transferência seja realizada.

9) Possibilitar que o contador solicite o desvínculo do contador de determinado contribuinte e que somente após a devida análise e deferimento de um fiscal o desvínculo seja realizado.

10) Possibilitar que os contribuintes enquadrados como declarante por conta de serviço, realizem a importação do plano de contas.

11) Possibilitar que os contribuintes que efetuam suas declarações através de contas bancárias, utilizem o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), podendo realizar a importação por grupos de contas separadamente.

12) Possibilitar a verificação da autenticidade do recibo de AIDF, comparando os dados impressos no recibo com os dados emitidos pelo sistema.

13) Possibilitar a verificação da autenticidade do recibo de Notas Avulsas, comparando os dados impressos no recibo com os dados emitidos pelo sistema.

14) Possibilitar a verificação da autenticidade do recibo de ISS, comparando os dados impressos no recibo com os dados emitidos pelo sistema.

15) Disponibilizar meios para que o contribuinte realize todas as declarações de serviços prestados e tomados, de ISS retido de terceiros ou retidos por terceiros, podendo ser realizada manualmente, informando os documentos fiscais individualmente ou por meio de um arquivo contendo todos os documentos a serem declarados.

16) Possibilitar que declarações encerradas sejam retificadas, gerando uma nova guia de pagamento ou um saldo a ser compensado em novas declarações.

17) Possibilitar a configuração do sistema para que seja possível inserir mais de uma declaração para a mesma competência.

18) Possibilitar que os contribuintes façam a declaração de serviços prestados de forma simplificada. Para aqueles enquadrados como entidades especiais será possível informar as características que irá compor a base de cálculo.

19) Possibilitar que o fiscal crie características para cada tipo de entidade especial.

20) Possibilitar ao contribuinte registrar a declaração de faturamento mensal de vendas.

21) Possibilitar por meio de configuração do sistema, que o fiscal exija do contribuinte enquadrado como microempresa o preenchimento da declaração de faturamento de vendas.

22) Permitir a emissão de guias para pagamento, conforme o convênio bancário utilizado pela entidade.

23) Possibilitar a emissão do Livro de ISS, constando as declarações normais e retificadoras.

24) Possibilitar a emissão de relatório de conferência de serviços declarados.

25) Possibilitar a emissão de Recibos de Declarações de ISS.

26) Possibilitar que o contribuinte seja informado sobre suas pendências de declaração de documentos fiscais de serviços prestados e/ou tomados.

27) Permitir que o fiscal defina as competências de determinado exercício, informando a data inicial e a data final, bem como a data de vencimento.

28) Permitir que o fiscal gere as competências de forma automática.

29) Permitir que o fiscal realize manutenção nos cadastros da lista de serviços (lei 116/03).

30) Possibilitar que o fiscal realize o cadastro de mensagens a serem exibidas aos Contribuintes.

31) Permitir que o fiscal realize o cadastro de materiais diversos a serem utilizados nas declarações de serviços pelos contribuintes enquadrados como construtora.

32) Possibilitar a configuração do sistema para que gere automaticamente autos de infração, nos casos de declarações que sejam encerradas fora do prazo estabelecido pela entidade.

33) Possibilitar que o fiscal configure quais rotinas estarão disponíveis para os contribuintes.

34) Permitir a criação de regras para gerar o ISS diferenciado para Microempresas e para o ISS Fixo.

35) Permitir a criação de regras para validar a solicitação de AIDF, possibilitando o bloqueio para empresas com irregularidades.

36) Permitir a definição de scripts para realização de validações no momento de proceder a liberação da AIDF.

37) Permitir que o fiscal efetue a análise das solicitações de AIDF, podendo ou não deferir o pedido, ou ainda, realizar a liberação de uma quantidade menor de documentos.

38) Permitir que o fiscal realize a anulação de uma Liberação de AIDF deferida.

39) Permitir que o fiscal realize a reabertura de declarações de serviço e a de despesa já encerradas.

40) Permitir que o fiscal emita seu parecer referente a uma solicitação de transferência de contador.

41) Permitir que saldos gerados sejam liberados para uso de forma automática, sem a intervenção do fiscal, ou manualmente, após a análise do mesmo.

42) Possibilitar o cruzamento de documentos fiscais, confrontando os dados informados pelo prestador do serviço com os dados informados

pelo tomador do serviço, evidenciando, assim, indícios de sonegação fiscal.

- 43) Possibilitar a emissão de relatório dos serviços tomados, das empresas de fora do município, exibindo: o município do prestador, os valores declarados e o imposto retido, possibilitando ainda, fazer a análise das informações por atividade.
- 44) Possibilitar a emissão de relatório de consulta a situação do contribuinte, podendo ser verificado se foram realizadas as declarações de serviços prestados ou tomados e se o imposto foi pago.
- 45) Possuir rotinas para consulta, lançamento, liberação, bloqueio, cancelamento e utilização de saldos.
- 46) Possibilitar a troca de mensagens eletrônicas entre todos os usuários do sistema.
- 47) Possibilitar que o fiscal acesse o módulo do contribuinte, para averiguações nos dados gerados sem permissão de realizar qualquer alteração.
- 48) Exigir a todos os Prestadores de serviço a assinatura digital na declaração de serviço prestado e/ou tomado.
- 49) Exigir a todos os Contadores a assinatura digital ao declarar serviço prestado e/ou tomado de seus Declarantes.
- 50) Possibilitar o encerramento de declarações de serviço assinadas digitalmente, permitindo ainda, o download das declarações assinadas, bem como a realização de estorno da assinatura digital registrada para a declaração.
- 51) Possibilitar que os contribuintes efetuem acesso seguro através de um teclado virtual.
- 52) Possibilitar a criação de grupos de usuários fiscais, bem como a definição das permissões para cada grupo.
- 53) Possibilitar a emissão dos relatórios em HTML, PDF ou ainda, em formato de planilha eletrônica, tipo Excel.
- 54) Possibilitar a assinatura das declarações utilizando o e-CPF dos responsáveis pelo contribuinte.
- 55) Possibilitar a visualização das notas fiscais emitidas no sistema de emissão de notas fiscais eletrônicas de serviços.
- 56) Possibilitar a inserção do valor de dedução nas declarações de serviços prestados e de serviços tomados, para as atividades que incidem dedução, podendo ser informado um único valor por competência. Quanto a dedução no documento fiscal deverá ser informado na inserção da declaração de serviço.
- 57) Permitir configurar e gerar Taxas Diversas, de acordo com o serviço prestado pelo contribuinte.
- 58) Possibilitar a realização de declaração de documento de serviço prestado/tomado para estrangeiro.
- 59) Possibilitar que o fiscal efetue o encerramento das declarações de serviços prestados e/ou tomados de uma determinada competência, para um único contribuinte ou para todos os contribuintes, que possui/possuam declarações em aberto ou que não possui/possuam declarações.
- 60) Permitir que o contribuinte insira a informação do valor arrecadado em cartão de crédito/débito.
- 61) Possibilitar a emissão de relatório que efetua o cruzamento entre declarações de serviços e valores recebidos em cartão.
- 62) Permitir que o fiscal realize as configurações para emissão da nota avulsa.
- 63) Possibilitar a configuração do sistema para gerar automaticamente ou não o auto de infração para a declaração normal ou retificadora de serviço que foi encerrada fora do prazo.
- 64) Permitir o cálculo e exibição do valor da dedução do SEST/SENAT na Nota Fiscal Avulsa, conforme valor definido em fórmula previamente configurada.
- 65) Permitir a definição de scripts para o cálculo de acréscimos (juro/multa/correção) para emissão de guias de pagamento.
- 66) Possibilitar o gerenciamento de pendências de documentos fiscais.
- 67) Possibilitar ao Contador o encerramento da atividade econômica das empresas vinculadas a ele, e ainda a critério do município permitir a parametrização da efetivação da baixa da atividade com ou sem a verificação de pendência financeira.

7.13. PROCURADORIA

- 1) Permitir ao usuário realizar a interação do sistema de procuradoria com o sistema de arrecadação tributária, possibilitando que as informações das dívidas ativas sejam compartilhadas entre os sistemas, diminuindo erros de digitação e aumentando o controle sobre o histórico da dívida ativa desde a sua criação.
- 2) Permitir ao funcionário do setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa jurídica, informar se a empresa é optante do Simples Nacional, regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos.
- 3) Permitir realizar a comunicação com o Web Service do Tribunal de Justiça para realização do peticionamento eletrônico, possibilitando informar a URL, o local de tramitação para onde será enviada a petição, a área, o assunto e classe da petição intermediária que será enviada ao tribunal via Web Service.
- 4) Gerar certidões e emitir de acordo com filtros cadastrais e de débitos.
- 5) Permitir consultar as dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, possibilitando, após filtro e agrupamentos a visualização dos contribuintes devedores com as especificações da dívida ativa.
- 6) Possibilitar a geração de petições para mais de um processo de dívida ativa.
- 7) Permitir a emissão da Certidão de Dívida Ativa, da Petição Inicial, realizar a Assinatura Eletrônica dos Documentos, a Comunicação com o Tribunal de Justiça e criação do Cadastro do Processo Judicial através de uma única rotina, de maneira individual ou em lote.
- 8) Permitir a emissão de livro de dívida ativa e informação automática destes dados nas certidões e termos de dívida ativa.
- 9) Possibilitar administração de honorários e custas judiciais no momento da abertura da ação judicial.
- 10) Permitir que o setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa física ou jurídica, realizar o cadastro das contas bancárias da empresa ou pessoa, informando banco e agência, número, tipo e data de abertura da conta. Permitindo ainda registrar o encerramento da conta e a respectiva data de encerramento.
- 11) Permitir o cadastro de ações, recursos, procuradores (advogados), locais de tramitações, tipos e movimentações e custas processuais.
- 12) Permitir controle detalhado de todos os processos judiciais em que a Prefeitura Municipal é parte, com registro de dados: das partes do processo; das certidões de dívida ativa utilizadas; das citações realizadas; das despesas incorridas no curso do processo; das garantias apresentadas; das penhoras realizadas; dos leilões realizados e dos recursos apresentados.
- 13) Permitir a consulta das dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, possibilitando filtrar por dívidas sem certidão, com certidão emitida, com petições emitidas ou que as dívidas já tenham sido executadas, objetivando a centralização das informações.
- 14) Permitir ao usuário anexar arquivos digitais nos formatos PDF, DOC, JPEG, GIF, PNG, BITMAP, TIFF, DOCX, TXT, ZIP, XLS, XLSX, RAR, JPG, ODT, BMP, CSV, com tamanho máximo de 10 megabytes, no cadastro do processo judicial auxiliando o usuário a possuir uma cópia digital dos documentos relevantes do processo judicial.
- 15) Permitir a consulta e seleção das dívidas ativa do município organizadas por anos, possibilitando o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor e possibilitando ainda filtrar por contribuinte, CPF ou CNPJ do contribuinte, data de inscrição

e número de inscrição da dívida ativa as certidões de dívida ativa que serão encaminhadas para emissão da CDA.

- 16) Permitir realizar movimentações nos cadastros de contribuintes, podendo alterar sua situação para ativo ou inativo e incluir averbações cadastrais informando o processo e devidas observações, incluindo comentários e possibilitando a consulta do histórico de alterações realizadas.
- 17) Permitir cadastrar e consultar bairros existentes no município, a fim de controle de localização dos imóveis.
- 18) Permitir o cadastramento dos processos judiciais.
- 19) Permitir cadastrar os tipos de movimentações que serão utilizadas no cadastro de processo judicial, possibilitando informar a descrição da movimentação, se altera a situação do processo judicial e auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.
- 20) Permitir informar o valor e o tipos das custas processuais no cadastro do processo judicial, auxiliando o usuário a manter um controle de custas de cada processo judicial existente no sistema.
- 21) Possibilitar gerar Petições de Dívida Ativa de acordo com filtros cadastrais e de débitos. A petição pode ser gerada para mais de uma CDA do mesmo contribuinte.
- 22) Permitir o cadastramento de pessoas físicas e jurídicas as quais serão consideradas como contribuintes, possibilitando informar, tipo de pessoa se física ou jurídica, nome do contribuinte, seu CPF/CNPJ, nome social em caso de pessoas físicas ou nome fantasia em caso de pessoas jurídicas.
- 23) Permitir no momento de cadastrar uma pessoa jurídica que seja optante pelo Simples Nacional, registrar as informações relativas aos eventos ocorridos com o contribuinte enquanto optante pelo Simples Nacional ou MEI, com as informações de descrição do evento, datas inicial, final e de efeito do evento, número do respectivo processo, nome do responsável pelo evento, data de ocorrência e comentário.
- 24) Permitir realizar emissão de guias de pagamento para as dívidas ativas e certidões de dívida ativa, após realizado os agrupamento e filtros desejados, informando a data base e selecionando o modelo de guia e o convênio.
- 25) Permitir no momento de cadastrar uma pessoa jurídica que seja classificada como Microempreendedor individual, registrar as informações de movimentação de aderência à classificação, indicando se é MEI ou não, a data de início e data de efeito da classificação, o motivo, órgão responsável e comentário.
- 26) Gerenciar as operações referentes aos trâmites dos processos de ajuizamento de débitos, permitindo a vinculação da certidão de petição a um procurador responsável, registrado no cadastro de procuradores.
- 27) Permitir consulta e seleção dos processos judiciais que serão encaminhadas para emissão da petição intermediária, possibilitando ao usuário filtrar os processos judiciais por número do processo ou por contribuinte e selecionar um modelo de documento criado no sistema.
- 28) Possibilitar a emissão parametrizada da certidão de petição para ajuizamento dos débitos de contribuinte inscritos em dívida ativa.
- 29) Permitir cadastrar escritórios de advocacia, que atuarão nas ações judiciais do município, informando o nome do escritório, o registro na OAB do advogado responsável pelo escritório, a seccional da inscrição na OAB e se se trata de primeira, segunda ou terceira inscrição ou superior.
- 30) Permitir controlar a execução dos créditos inscritos em dívidas ativas, para que uma dívida ativa não seja vinculada a mais de uma Certidão de Dívida Ativa ou a mais de uma Execução Fiscal, visando a agilidade e segurança nas informações.
- 31) Possibilitar realizar a configuração de fórmulas para criação dos dígitos verificadores para o número, código de barras e linha digitável para diversos convênios bancários, conforme especificações previstas nos layouts de comunicação bancária.
- 32) Permitir cadastrar e consultar cartórios responsáveis por efetuar os protestos de títulos, informando o nome e a que tipo ele pertence e o código do cartório.
- 33) Permitir o cadastro e consulta de loteamentos, apresentando o seu nome, município e bairro que se encontra localizado, área comum, área total dos lotes e área remanescente, informando ainda a quantidade de lotes, quadras e lotes caucionados e por fim a data de aprovação, criação e liberação do loteamento.
- 34) Permitir consultar e selecionar as certidões de dívida ativa emitidas no município organizadas por anos, permitindo o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor e possibilitando ainda filtrar por contribuinte, data de inscrição e número de inscrição da CDA as certidões de dívida ativa que serão encaminhadas para protesto.
- 35) Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema, possibilitando utilizar certificados digitais do Tipo A1 e A3 e a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.
- 36) Possibilitar a emissão e o controle de notificações de diversos tipos e modelos, de petições para cobrança judicial, de certidões em texto e layout definido pelo usuário.
- 37) Permitir cadastrar e consultar estados do território nacional e estrangeiro, apresentando descrição, sigla e país.
- 38) Conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em dívida ativa também em função de sua origem (IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria e outros), no que se refere à inscrição e cobrança, administrativa, judicial e cartório.
- 39) Permitir o cadastro e consulta dos tipos de petições intermediárias que podem ser utilizadas no peticionamento intermediário eletrônico, informando a descrição da petição intermediária e o código utilizado pelo Tribunal de Justiça, auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.
- 40) Permitir cadastrar e consultar municípios do território nacional e estrangeiro, apresentando descrição e estado.
- 41) Possibilitar consultar os processos judiciais e recursos cadastrados no sistema, permitindo que sejam localizados processos com base no número judicial, no nome das partes ou na área e assunto do processo.
- 42) Permitir a criação de relatórios através de editor de modelos de relatórios.
- 43) Possibilitar que a certidão de um débito de dívida seja possível ser gerada para cobrança Judicial e Cartório, não perdendo ambas as referências.
- 44) Permitir ao usuário registrar os convênios bancários, possibilitando informar uma descrição, a numeração, as informações bancárias, definir quais créditos tributários podem ser utilizados, quais métodos de cálculo e quais modelos de carnê podem ser selecionados para geração das guias de pagamento com código de barras.
- 45) Permitir realizar o cancelamento de documentos emitidos no sistema possibilitando selecionar os documentos para cancelamento com base no modelo do documento utilizado, data de emissão, número do documento e contribuinte.
- 46) Permitir a parametrização dos documentos envolvidos no processo de protesto.
- 47) Permitir cadastrar e consultar todos os distritos existentes em território nacional e estrangeiro, com a finalidade de padronizar as informações de distritos que serão utilizadas no sistema.
- 48) Permitir cadastrar advogados e procuradores, que atuarão nas ações judiciais do município, informando o nome do advogado/procurador,

a inscrição na OAB, a seccional da inscrição na OAB e se se trata de primeira, segunda ou terceira inscrição ou superior.

49) Permitir o cadastro de tipos de documentos digitais conforme padrão disponibilizado pelo Tribunal de Justiça informando o código do tipo de documentos digital e a descrição do tipo de documento digital, possibilitando posteriormente a utilização dessas informações no peticionamento eletrônico.

50) Permitir que os documentos a serem emitidos possam ser formatados pelo próprio usuário.

51) Permitir consultar as dívidas ativas inscritas no município organizadas por anos, permitindo o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor, objetivando a centralização das informações.

52) Permitir cadastrar e consultar logradouros, mencionando o seu tipo (rua, alameda, avenida, travessão ou rodovia, por exemplo), com sua descrição, informando ainda o CEP, município e zona fiscal de localização, a lei municipal que ensejou a sua criação, a sua extensão em km, a epígrafe que gerou o nome e por fim bairro(s) e CEP(s) que cortam o logradouro.

53) Permitir o armazenamento dos arquivos de retorno dos processos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado.

54) Permitir cadastrar e consultar os motivos padrões ou específicos para que sejam utilizados nas operações administrativas realizadas na entidade.

55) Permitir emissão de CDA's por ordem alfabética, por tributo, por intervalo de exercícios ou intervalo de contribuintes.

56) Permitir cadastrar e consultar Países, com a finalidade de padronizar as informações de Países que serão utilizadas no sistema.

57) Permitir controlar a sequência dos documentos emitidos no sistema, com base na numeração do documento, ano da emissão, tipo e nos dados padrões utilizados.

58) Permitir a vinculação de documentos ao processo, possibilitando, quando for o caso, a importação de documentos gerados a partir do sistema de gestão das receitas;

59) Permitir controlar a rotina de ajuizamento eletrônico para que uma petição inicial que foi protocolada com sucesso, não possa ser enviada novamente ao Tribunal de Justiça por meio eletrônico.

60) Permitir controlar a execução dos créditos inscritos em dívidas ativas, para que uma dívida ativa não seja enviada para execução fiscal sem que esteja vinculada a uma Certidão de Dívida Ativa, visando a agilidade e segurança nas informações.

61) Permitir realizar o apensamento de processos no sistema, possibilitando vincular todos os processos relacionados entre si e assegurando que o usuário tenha acesso rápido aos dados dos demais processos que possam impactar no processo selecionado.

62) Gerenciar as ações de cobrança dos contribuintes inadimplentes, ajuizadas ou não após a inscrição em dívida ativa.

63) Permitir inserir os trâmites de um processo anexando os documentos do fórum a cada trâmite.

64) Permitir a edição e alteração de documentos como petição, citação, dentre outros;

65) Permitir que certidão as Certidões de Dívida possa ser assinada digitalmente.

66) Permitir cadastrar e consultar as localidades existentes no município, a fim de que a descrição do imóvel seja a mais completa possível, informando uma descrição, o município e distrito que se encontra localizado.

67) Permitir cadastrar e consultar condomínios de casas ou prédios, apresentando o logradouro, número, bairro, município e CEP localização, disponibilizando ainda o responsável, ano de construção, área comum e edificada (em m²), informando números de pavimento, apartamentos, blocos, garagens, elevadores e sala, quando houverem.

68) Permitir no momento de cadastrar uma pessoa jurídica, realizar o vínculo de sócios à mesma, informando o nome, sua qualificação profissional, o responsável pela sociedade e qualificação, as datas de inclusão e desligamento do sócio e o respectivo percentual de participação. E ainda realizar verificação automática dos percentuais de participação, impedindo que os percentuais de sociedade ultrapassem 100%.

69) Permitir cadastrar os tipos de custas processuais que podem ser lançadas no processo judicial, auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.

70) Permitir cadastrar e consultar as informações dos referentes que compõem a dívida ativa, informando os dados do imóvel como inscrição imobiliária, quadra lote e endereços do imóvel, informações do contribuinte pessoa física e jurídica, como nome do contribuinte, informações de endereço do contribuinte e informações das atividades econômicas quando o contribuinte for pessoa jurídica.

71) Permitir no momento de cadastrar uma pessoa jurídica que seja optante pelo Simples Nacional, registrar as informações de movimentação de aderência ao respectivo regime, indicando se é optante ou não, a data de início e data de efeito da opção, o motivo, órgão responsável e comentário.

72) Permitir vincular as dívidas ativas ao cadastro de processo judicial de execução fiscal, objetivando a cobrança judicial dos débitos informados.

73) Permitir a emissão de segunda via das Certidões de Dívida Ativa, Petições Iniciais e Petições Intermediária geradas no sistema, possibilitando visualizar os documentos que já foram emitidos no sistema a qualquer momento.

74) Permitir a criação de modelos de certidões de dívida ativa, petições iniciais e petições intermediárias através de editor de modelos de documentos.

75) Propiciar o envio de certidão de dívida ativa para cobrança em cartórios de maneira automática através de WebService padrão.

76) Permitir a criação, consulta e emissão de relatórios de Ações Judiciais, Execuções Fiscais, Execução de Sentença, Recursos, Etiquetas e Movimentos entre outros através de editor de modelos de relatório.

77) Permitir o cadastro de locais de tramitação informando o código do Tribunal de Justiça, a descrição do Tribunal, o grau de jurisdição do Tribunal, o município do Tribunal, a UF do Tribunal, o código da comarca, a descrição da comarca, o município da comarca, a UF da comarca, o código da vara, a descrição da vara, o e-mail da vara, o telefone da vara e a competência eletrônica da vara, e posteriormente utilizar essas informações em filtros no sistema, no cadastro de processos judiciais e no peticionamento eletrônico.

78) Permitir que o sistema informe ao usuário os processos de execução fiscal que ainda estão ativos mesmo com dívidas quitadas e/ou canceladas, a fim de evitar a tramitação de processos de dívidas pagas e/ou canceladas.

79) Permitir a emissão de notificação de inscrição em dívida ativa e relatório para conferência destes inscritos.

80) Permitir ao funcionário do setor de cadastro, anexar arquivos ao cadastro de contribuintes, com tamanho máximo de 10mb e extensões PDF, DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG, PNG, possibilitando consultar todos os arquivos anexados ao cadastro, bem como remover arquivos eventualmente incluídos indevidamente ao registro do contribuinte.

81) Permitir realizar a comunicação com o Web Service do Tribunal de Justiça para realização do ajuizamento eletrônico, possibilitando informar a URL, o local de tramitação para onde será enviada a petição, a área, o assunto e classe da petição que será enviada ao Tribunal via Web Service.

82) Permitir o cadastramento de pessoas físicas as quais serão consideradas como contribuintes, informando seus dados pessoais como endereço, telefones, e-mails, site, data de nascimento, estado civil, sexo, filiação e data de óbito e dados de documentação como naturalidade,

nacionalidade, RG, RIC e inscrição municipal.

83) Permitir o cadastro dos tipos de partes processuais que podem ser lançadas no processo judicial, informando a descrição do tipo de participação e o código utilizado pelo Tribunal de Justiça, auxiliando a manter a padronização das informações que serão lançadas no sistema.

84) Permitir ao funcionário do setor de cadastros, no momento de cadastrar uma pessoa física ou jurídica, vincular mais de um endereço ao mesmo, informando CEP, município, logradouro, número, descrição de endereço, complemento, condomínio, bloco, apartamento, loteamento, bairro, distrito e caso julgar necessário, incluir observações ao endereço. E ainda, em casos onde o contribuinte possuir mais de um endereço, permitir sinalizar qual destes será o endereço principal.

85) Permitir consultar e selecionar as Certidões de Dívida Ativa do município organizadas por anos, possibilitando o agrupamento por tipos de créditos tributários, mês de inscrição ou faixas de valor e possibilitando ainda filtrar por contribuinte, CPF ou CNPJ do contribuinte, número de inscrição da dívida ativa, número da certidão de dívida ativa e data da inscrição das certidões de dívida ativa que serão encaminhadas para emissão da petição inicial.

86) Permitir o cadastramento de pessoas jurídicas as quais serão consideradas como contribuintes, informando seus dados pessoais como inscrições municipal e estadual, indicação se o contribuinte é isento de inscrição estadual, informar sua natureza jurídica, endereço, telefones, e-mails, site, porte da empresa, órgão responsável pelo registro, número e data de inscrição.

7.14. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

1) Permitir ao contribuinte o acompanhamento de sua situação junto à entidade, por meio de consulta e emissão, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados em tempo real.

2) Permitir ao contribuinte o acompanhamento da situação financeira de seus imóveis e econômicos junto à entidade, por meio de consulta, apresentando débitos e dívidas com valores atualizados em tempo real.

3) Propiciar a autenticação do documento de Certidão Negativa de Débitos Municipais impresso via Internet.

4) Permitir que o contribuinte possa efetuar a alteração de suas senhas de acesso.

5) Permitir que o contribuinte efetue seu cadastro por meio da internet, utilizando assinatura digital e anexo de documentos.

6) Permitir de forma configurável que os contadores, imobiliárias ou cartórios acessem as informações dos clientes que representam.

7) Propiciar a emissão de documentos, como certidões e Alvarás pela internet de forma personalizada, utilizando como base para verificação a situação financeira do contribuinte no sistema tributário em tempo real.

8) Propiciar a emissão de guias de pagamento de qualquer Tributo Municipal, via Internet, podendo ser emitidas por parcela com descontos ou acréscimos e ter suas informações atualizadas em tempo real.

9) Propiciar a geração de um código de controle para averiguar a veracidade das informações contidas no documento emitido pelo sistema.

10) Permitir a emissão de guias de pagamento, possibilitando a unificação de parcelas e receitas distintas em uma só guia.

11) Permitir configurar quais informações serão demonstradas na consulta de Informações Cadastrais.

12) Permitir qualquer rotina de emissão de documentos ou guias, por exemplo, mas sem excluir outras: Alvará de Licença/Localização ou Funcionamento e Certidão Negativa de Contribuinte.

13) Disponibilizar ao administrador do site, em módulo administrativo, a lista de links para acesso a funcionalidades direto do site da Prefeitura Municipal de (cidade).

14) Permitir personalizar o layout das certidões negativas e dos alvarás que são editáveis, definindo modelo específico para a Prefeitura Municipal de (cidade).

15) Permitir configurar se a lista dos imóveis englobados será exibida na certidão negativa de contribuinte e de imóvel.

16) Permite cadastrar convênios e emitir boletos bancários com a modalidade de Carteira com Registro.

17) Permitir configurar quais informações do endereço do sacado serão exibidas nas guias de pagamento.

18) Propiciar o envio da senha via email nos casos de esquecimento, após solicitação do contribuinte.

19) Propiciar emissão e configuração de Alvará de Vigilância Sanitária, de Meio Ambiente e de licença e localização, bem como definir se haverá verificação dos débitos para geração do documento.

20) Permitir apresentar informações cadastrais de imóveis ou econômicos nas guias de pagamento.

21) Permitir que a ferramenta tenha um acesso para os usuários da Prefeitura Municipal de (cidade) e outra para o contribuinte.

22) Permitir a emissão de certidão de cadastro econômico já baixado (situação cadastral do contribuinte, quando do encerramento das atividades econômicas ou da transferência para outra localidade).

23) Permitir que o contribuinte consulte quais documentos serão necessários para fazer solicitações junto a Prefeitura Municipal de (cidade).

24) Propiciar alterar a data de vencimento de guias, possibilitando simular os acréscimos conforme data de vencimento.

7.15. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

1) Permitir a edição das informações cadastrais das entidades.

2) Permitir a seleção do estado e município através do filtro específico para cada um.

3) Permitir ativar modo de alto contraste para facilitar acesso a deficientes visuais.

4) Permitir ativar zoom para facilitar acesso a deficientes visuais ou com alguma dificuldade visual.

5) Possuir uma ferramenta de busca afim de listar as consultas que tiverem em sua descrição do título, palavras coincidentes com a o termo digitado para pesquisar.

6) Possuir uma ferramenta que possibilita ao usuário leigo o entendimento de termos técnicos utilizados nas páginas do sistema.

7) Permitir consulta de Receitas, Despesas, Veículos, Patrimônio, Almoxarifado, Licitações, Compras, Contratos, Pessoal, Demonstrativos contábeis, Contas Públicas.

8) Possuir uma seção específica que permite a exibição das informações das receitas do município e com diferentes abordagens, como:

a. As receitas com detalhamento por entidade;

b. Maiores arrecadações por contribuinte;

c. Ingressos de receitas.

9) Possuir uma seção específica que permite a exibição das informações das despesas da entidade. As informações da execução da despesa podem ser analisadas com base nos seguintes relatórios:

a. Despesas por credor;

b. Execução de programas;

c. Gastos diretos por despesas;

- d. Gastos diretos por órgão;
 - e. Transferências financeiras a terceiros;
 - f. Empenhos a pagar por ordem cronológica;
 - g. Despesas com diárias e passagens por credor;
 - h. Execução de despesas;
 - i. Gastos diretos de governo;
 - j. Gastos diretos por favorecidos;
 - k. Gastos diretos por projeto/atividade;
 - l. Despesas empenhadas, liquidadas e/ou pagas;
 - m. Despesas com diárias e passagens;
 - n. Despesas com cartão corp. e suprimento de fundos.
- 10) Possuir uma seção específica que permite a consulta da relação dos veículos da entidade, com informações como o setor qual pertence, ano, placa e tipo, isto é, um carro, ônibus, máquinas e outros.
- 11) Possuir uma seção específica para demonstração da composição dos bens que compõe o ativo imobilizado da entidade, além de possibilitar o acompanhamento das baixas dos bens (venda, desuso, extravio, obsolescência), com informações como a data de aquisição e o valor de aquisição.
- 12) Possuir uma seção específica que permite obter informações do controle físico e financeiro de entradas e saídas de materiais dos estoques da entidade.
- 13) Possuir uma seção específica que permite a exibição das licitações realizadas pela entidade, juntamente com as etapas do processo, as modalidades, empresas ganhadoras, perdedoras, mercadorias com suas respectivas quantidades e cotações de cada participante, além dos responsáveis legais das empresas e a relação dos fornecedores impedidos de licitar. Possibilitar também a publicação dos documentos legais tais como editais, avisos, retificações vinculadas ao certame.
- 14) Possuir uma seção específica que permite a exibição todas as compras de pequena monta realizadas pela entidade através das compras diretas.
- 15) Possuir uma seção específica que permite a exibição dos itens contratuais dos seus fornecedores de bens e serviços contratados pela entidade.
- 16) Permitir a publicação do contrato, na sua íntegra, para a visualização completa do documento bem como aditivos e outros possíveis documentos adicionais.
- 17) Possuir uma seção específica que apresenta a relação dos cargos e salários dos servidores da entidade, os valores calculados da folha de pagamento separando-os por entidade, secretaria, organograma, lotação e classificação, conforme seus respectivos planos de carreira.
- 18) Possuir uma seção específica que possibilite a visualização dos demonstrativos contábeis da entidade, com as seguintes consultas:
- a. Convênios;
 - b. Transferências financeiras entre entidades governamentais;
 - c. Transferências voluntárias;
 - d. Receitas e despesas extra-orçamentárias;
 - e. Movimentação de contas correntes bancárias.
- 19) Possuir uma seção específica para exibição dos Relatórios de Gestão Fiscal e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, ambos compostos de uma série de demonstrativos contábeis, publicados em bases mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais, conforme princípio constitucional da publicidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei n.º 9.755/98.
- 20) Possuir uma seção específica para a consulta de publicações diversas (e opcionais) por parte da entidade. A seção permitirá a customização dos links e do título dos mesmos para que esteja da forma mais adequada segundo interpretação da entidade.
- 21) Possuir uma seção específica de acesso à informação que possibilita ao cidadão efetuar questionamentos através de um canal direto com a entidade. Esta solicitação pode ser somente digital ou protocolizada em meio físico se for de interesse da entidade.
- 22) Possuir uma seção específica de acesso à informação que possibilita consultar um relatório com estatística dos pedidos de informação já solicitados, os atendidos prorrogados, deferidos e indeferidos. Além disso, informar o quantitativo de solicitações, bem como o detalhamento de pedidos solicitados por sexo, profissão, escolaridade e localização geográfica.
- 23) Permitir o cadastro de usuários com caráter de administrador os quais terão acesso à área administrativa do sistema para realizar toda a configuração do mesmo.
- 24) Permitir o envio de e-mail que notifique o administrador e/ou responsável pela transparência ativa da entidade sobre atualização e última geração de carga para o sistema. O e-mail também notifica se há atraso de atualização dos dados.
- 25) Possibilitar ao usuário realizar o relacionamento entre documentos e seus respectivos contratos ou processos licitatórios, para posterior exibição na consulta de contratos ou licitação.
- 26) Permitir o cadastro de IPs para upload das cargas de dados, a fim de impedir que o envio de informações não sejam realizados fora dos IPs cadastrados.
- 27) Permitir o cadastro dos dados da entidade, como endereço, contato, setores e responsáveis, além da possibilidade de inclusão de imagem do brasão do município.
- 28) Permitir o cadastro de links para que a eles sejam vinculados a relatórios conforme a necessidade da entidade. Estes relatórios devem ser disponibilizados às consultas de publicações opcionais.
- 29) Permitir o cadastro dos relatórios previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei n.º 9.755/98, conhecidos por pertencerem aos relatórios das Contas Públicas.
- 30) Permitir o cadastro de setor(es) responsável(is) pelo acesso à informação para que as solicitações sejam efetuadas à elas, além de exibir os dados juntamente com as informações da entidade.
- 31) Permitir o cadastramento de motivos para a negação dos pedidos de acesso à informação.
- 32) Possibilitar o cadastro de perguntas frequentes as quais reúnem respostas às perguntas mais comuns que os internautas do sistema fazem acerca do mesmo.
- 33) Possibilitar o cadastro de termos e seus respectivos significados para que usuários leigos, ao navegarem pelas páginas do sistema, possam entendê-los.
- 34) Permitir a parametrização para exibir ou não o cabeçalho e rodapé da entidade.
- 35) Permitir que seja aplicada uma máscara aos CPF's e CNPJ's, a fim de que sejam ocultados, conforme configuração da máscara, nos

resultados das consultas em que os mesmos aparecem. As máscaras podem ser configuradas por município e para cada alteração fica registrado o seu responsável.

36) Permitir que o usuário realize as configurações para quais consultas deseja exibir, de todos os sistemas estruturantes, para a(s) entidade(s) vinculada(s) a ele.

37) Permitir que as informações consultadas pelo cidadão possam ser exportadas em diferentes formatos como PDF, ODT, ODS e CSV, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.

38) Permitir o cadastro de uma mensagem a ser apresentada ao internauta quanto à ausência de informação da consulta por ele realizada, pelo fato da entidade não ter fatos geradores para apresentar tais informações.

39) Permitir o cadastro de uma mensagem a ser apresentada ao internauta quando a consulta por ele realizada não apresentar nenhuma informação, com base nos filtros de busca estabelecidos.

40) Permitir o cadastro de uma mensagem a ser apresentada ao internauta referente à última atualização dos dados processados pelo sistema.

41) Permitir o cadastro de uma mensagem de justificativa a ser apresentada ao internauta, informando que a entidade não possui ou deixou de utilizar o sistema estruturante, ou outra justificativa que possibilite a atualização diária de cargas de dados do sistema.

42) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto às receitas, despesas e demonstrativos contábeis da entidade. Nas parametrizações poderão ser configuradas as informações sobre:

- a. Detalhamento das receitas arrecadadas, possibilitando o comparativo entre as receitas orçadas, lançadas e efetivamente arrecadadas;
- b. Empenhos da entidade com foco na visualização detalhada por credor;
- c. Gastos por órgão, programas de governo, por projeto/atividade e por elemento do gasto;
- d. Valores pagos em diárias e passagens;
- e. Estágio da execução orçamentária dos empenhos (empenhado, liquidado e pago);
- f. Acompanhamento da execução orçamentária;
- g. Convênios;
- h. Transferências financeiras entre entidades governamentais;
- i. Transferências voluntárias;
- j. Receitas e despesas extra-orçamentárias;
- k. Movimentação de contas correntes bancárias.

43) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto a relação dos veículos da entidade, com informações como o setor qual pertence, ano, placa e tipo.

44) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto aos bens que compõe o ativo imobilizado da entidade, além de possibilitar o acompanhamento das baixas dos bens (venda, desuso, extravio, obsolescência), com informações como a data e o valor de aquisição, bem como a localização dos bens.

45) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto ao controle físico e financeiro de entradas e saídas de materiais dos estoques da entidade.

46) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto às licitações, contratos e compras diretas realizadas pela entidade. Nas parametrizações poderão ser configuradas as informações sobre:

- a. Licitações juntamente com as etapas do processo, as modalidades, empresas ganhadoras e perdedoras, as mercadorias/serviços, além dos responsáveis legais das empresas participantes;
- b. Fornecedores impedidos de licitar;
- c. Contratos firmados pela entidade;
- d. Compras diretas.

47) Possuir uma seção específica que permite a parametrização das informações que serão exibidas, no momento das consultas, aos cidadãos quanto à informações de pessoal da entidade. Nas parametrizações poderão ser configuradas as informações sobre:

- a. Quadro de pessoal;
- b. Servidores inativos;
- c. Servidores contratados/temporários;
- d. Estagiários;
- e. Níveis Salariais;
- f. Agentes políticos;
- g. Servidores/empregados ativos;
- h. Servidores efetivos;
- i. Servidores comissionados;
- j. Total da folha de pagamento;
- k. Servidores cedidos/recebidos;
- l. Autônomos.

48) As configurações permitem que os cargos e salários existentes dos servidores, exibe os valores calculados da folha de pagamento separando por entidade, secretaria, organograma, lotação, classificação dos servidores conforme seus respectivos planos de carreira. Parametrizar as informações funcionais dos servidores, verificando sua remuneração, trocas de cargos, transferências por cessão a outras entidades ou funções."

49) Permitir personalizar os níveis de detalhamento das consultas.

50) Possibilitar a exibição ou não, para cada relatório previsto na LRF e Resúmenes da Execução Orçamentária, os dados do município, da câmara ou para ambos. Além disso, permitir a seleção do ano a partir do qual os dados poderão ser visualizados pelos cidadãos, bem como a opção de exportar os dados.

51) Possuir um mecanismo de segurança para a validação entre a aplicação e os sistemas estruturantes, afim de garantir que a carga de dados aconteça seguramente entre as partes através desta validação.

52) Possuir uma seção específica que ofereça links que possibilitem a entidade divulgar a sua página da transparência através de tais links disponíveis em outros sítios.

53) Possuir uma seção específica que seja possível consultar e atender aos questionamentos e solicitações de informação realizados pelo internauta.

54) Possuir uma seção específica que seja possível consultar as cargas de dados oriundos dos sistemas estruturantes para gerenciamento, controle e tratamento de eventuais inconsistências no processo de envio.

7.16. FOLHA DE PAGAMENTO

1) Conter rotina de configuração de parâmetros da Previdência Social (RGPS) assim como códigos e os percentuais que são utilizados na geração de valores.

2) Flexibilizar as configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pela prefeitura Municipal de (cidade).

3) Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

4) Permitir cadastrar e vincular dependentes no cadastro de pessoas informando o tipo de dependência, data inicial e final.

5) Permitir mais de um vínculo para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

6) Controlar a lotação e localização física dos servidores.

7) Permite registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a admissão do funcionário, através da informação do ato.

8) Permitir indicar para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

9) Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

10) Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

11) Permitir registrar os vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdenciário ou assistencial ao qual o funcionário está vinculado.

12) Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

13) Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado, permitindo informar seus dependentes para desconto no IRRF.

14) Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias, controle dos lançamentos, suspensões e cancelamentos por funcionário conforme configuração.

15) Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

16) Permitir visualizar as faltas e os descontos de faltas que o funcionário teve dentro do período aquisitivo de férias e propiciar o lançamento destas faltas.

17) Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.

18) Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos, suspensões dos períodos ou manutenção manual dos períodos aquisitivos.

19) Permitir cadastrar grupos funcionais visando a flexibilização no controle de funcionários, já que dentro do organograma da entidade não se permitem controles adicionais por espécie de contratação ou características comuns de determinado grupo.

20) Permitir diferentes configurações de férias por cargo.

21) Cadastrar níveis salariais, permitindo definir a ordem de progressão das classes e referências, informar uma classe ou referência com tamanho menor que a máscara definida no plano salarial.

22) Manter as respectivas informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

23) Permitir registrar todas as informações referentes aos atos legais associados às movimentações cadastrais do funcionário. Por meio desses dados são gerados os registros a serem enviados para o TCE. Os registros desse cadastro podem ser gerados automaticamente pelo sistema, caso seja informado o código do ato durante o cadastramento de uma movimentação (admissão, alteração de cargo, alteração salarial, demissão/exoneração, etc.). Esse cadastro, também, pode ser feito manualmente, bastando para isso, cadastrar a movimentação de pessoal no próprio cadastro.

24) Permitir o cadastro dos tipos de movimentação de pessoal. Estas movimentações servem para alimentar o registro funcional, e também, para gerar informações necessárias ao TCE. De maneira geral, cada alteração cadastral - alterações salariais, de cargo, de lotação, admissão, exoneração ou demissão, aposentadoria, falecimento, transferências, etc - sofrida pelo funcionário, pode ser considerada um tipo de movimentação de pessoal.

25) Permitir a configuração das tabelas de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

26) Permitir copiar os dados de uma outra tabela para que sejam realizadas as devidas alterações, conforme legislação.

27) Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

28) Permitir o cadastro e manutenção de eventos dos tipos: proventos, descontos e eventos informativos que servem somente para realizar o cálculo interno não havendo crédito ou débito do salário pago ao funcionário.

29) Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com as legislações vigentes da entidade.

30) Permitir a inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

31) Permitir configurar o cálculo da provisão de férias e 13º salário, adicionando novos eventos que incidam no cálculo da entidade, ou alterar o processo de provisionamento para tratar os eventos principais como médias e/ou vantagens.

32) Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

33) Permitir estipular as regras para "cancelamento" dos períodos aquisitivos de férias conforme as normas previstas em estatuto e/ou lei regulamentada. Motivos que o funcionário perde o direito às férias.

34) Permitir estipular as regras para "suspensão" do período aquisitivo de férias conforme normas previstas em estatuto e/ou lei, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado a data final.

- 35) Permitir a configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.
- 36) Permitir cadastrar tipos de diárias e o seu respectivo valor conforme o cargo.
- 37) Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.
- 38) Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais, férias coletivas e férias programadas.
- 39) Permitir o desconto de faltas no pagamento das férias.
- 40) Permitir o pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.
- 41) Permitir calcular individualmente para o funcionário as verbas rescisórias e também excluir rescisões.
- 42) Permitir calcular para vários funcionários, as verbas rescisórias.
- 43) Permitir calcular uma rescisão complementar para funcionários que tiverem a rescisão calculada.
- 44) Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura. Não permitir a emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.
- 45) Controlar os afastamentos do funcionário.
- 46) Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.
- 47) Registrar todo o histórico salarial do servidor, registrando automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor, através da informação do ato.
- 48) Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.
- 49) Propiciar a adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.
- 50) Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando informar novos campos para o cadastro de níveis salariais conforme a sua necessidade.
- 51) Emitir o resumo da folha por período com todos os tipos de proventos e descontos gerados na folha, mostrando o valor total e a quantidade total de funcionários. Além disso, permitir selecionar as informações, assim como agrupar os dados, e também ordená-los.
- 52) Permitir a emissão de guia de recolhimento do IRRF (Imposto de Renda dos Funcionários). Ao emití-la, poderá escolher o modelo, o tipo de impressão e fazer a seleção das informações.
- 53) Permitir a emissão da guia para fins de recolhimento rescisório do FGTS e da Contribuição Social para funcionários que não possuem rescisão por motivo de morte, pois as informações referentes à rescisão são geradas automaticamente pelo processo da Sefip.
- 54) Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 55) Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.
- 56) Permitir a configuração dos eventos que comporão os valores de alguns campos do arquivo da Rais.
- 57) Permitir a visualização de empréstimos consignados. Consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento dela para cada funcionário.
- 58) Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro através da mudança de organogramas.
- 59) Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote.
- 60) Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos e ordens de pagamentos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.
- 61) Permitir consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.
- 62) Permitir consultar os contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.
- 63) Permitir cadastrar as informações: de pessoal de contato com o eSocial, dados da entidade, para serem enviado para eSocial.
- 64) Permitir informar qual a empresa que fornece o software para a entidade. Podendo ser de diferentes Software house, sendo essas informações enviadas para o eSocial.
- 65) Permitir o cadastro dos dados estrangeiros da pessoa.
- 66) Permitir registrar casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.
- 67) Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.
- 68) Registrar os atos e todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos conforme a solicitações do TCE.
- 69) Permitir importar o arquivo do SISOBÍ (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais do Identificar as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.
- 70) Permitir cadastrar informações de alguns tipos de afastamentos para atender a exigências do eSocial.
- 71) Permitir as Entidades uma forma de identificar possíveis divergências entre os cadastros internos das empresas, o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, a fim de não comprometer o cadastramento inicial ou admissões de trabalhadores no eSocial, através da extração dos dados conforme layout disponibilizado pelo eSocial.
- 72) Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF.
- 73) Gerar a GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).
- 74) Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos na competência ou dia informado (CAGED).
- 75) Emitir informações que comprovem o rendimento e retenção de imposto de renda retido na fonte.
- 76) Gerar o arquivo com a relação dos funcionários para a Dirf, conforme exigências da Receita Federal.
- 77) Gerar o arquivo com a relação dos funcionários para Rais, Além disso, pode-se selecionar outras entidades para gerar dados para o arquivo e informar o mês base para a remuneração dos funcionários.
- 78) Permitir a visualização de possíveis inconsistências na base de dados na entidade, que são exigidas para a validação do eSocial, selecionando competência, modelos, agrupando informações.
- 79) Permitir gerar informações de dados cadastrados no sistema para atendimento das exigências legais do TCE.
- 80) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu holerite no Município consultado

81) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu Informe de rendimentos para IRPF no Município consultado.

7.17. RECURSOS HUMANOS

- 1) Permitir o controle de empréstimos concedidos a servidores com desconto automático das parcelas na folha mensal ou na rescisão.
- 2) Permitir a limitação do acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.
- 3) Propiciar o lançamento de históricos do tempo de serviço anterior, permitindo averbar esses períodos anteriores como:
- 4) Tempo para a aquisição de licença-prêmio;
- 5) Tempo para a aquisição de adicional;
- 6) Tempo válido para a contagem de tempo de serviço.
- 7) Permitir o registro de salários de contribuição das experiências anteriores a admissão nesta entidade, informando a competência, valor da contribuição e o tipo de previdência.
- 8) Permitir o cadastro das emissões de certidão de tempo de serviço.
- 9) Registrar atos de elogio, advertência e punição.
- 10) Propiciar a geração automática de afastamento.
- 11) Propiciar que seja informado o responsável pelo ato.
- 12) Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrado algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.
- 13) Permitir o controle de níveis salariais do cargo.
- 14) Propiciar as informações dos processos de aposentadorias e pensões integrado com a folha de pagamento.
- 15) Registrar os históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.
- 16) Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões.
- 17) Propiciar o cadastro de pensionistas integrado com a folha de pagamento.
- 18) Propiciar o controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial.
- 19) Permitir a inserção de representante legal do beneficiário menor ou incapaz.
- 20) Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão.
- 21) Permitir o cadastro de concursos públicos e processos seletivos para provimento de vagas de cargos públicos por meio de editais e critérios de aplicação de provas na área de conhecimento.
- 22) Permitir a separação dos candidatos por região, área, avaliações, candidatos, perfil do cargo concorrido a vaga.
- 23) Permitir o cadastro da forma como serão informados os resultados finais (aprovação e classificação) das avaliações do concurso público.
- 24) Permitir o cadastro de comissões avaliadora dos concursos e seus membros que irão participar sendo presidente, secretário ou membro.
- 25) Permitir o cadastro de atestados com informação do CID (Classificação Internacional de Doenças).
- 26) Permitir o controle dos atestados através de laudos médicos.
- 27) Propiciar o controle por meio do laudo médico se o servidor já se encontra em readaptação pelo mesmo CID (Classificação Internacional de Doenças) do atestado.
- 28) Permitir no deferimento do laudo médico a geração automática de afastamentos.
- 29) Permitir o cadastro de responsáveis pelos PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
- 30) Propiciar o cadastro de acidentes de trabalho com registro dos dados do acidente, utilização ou não de equipamento de segurança, entrevista com o funcionário e testemunhas do acidente.
- 31) Propiciar o cadastramento da ficha de avaliação médica "Anamnese", para fazer a entrevista de saúde do candidato à vaga da função na entidade.
- 32) Permitir o cadastro de médicos que faram parte da junta médica podendo ser composta por um ou vários médicos.
- 33) Permitir o cadastro ou vinculação pessoa jurídica como instituição médica
- 34) Permitir o cadastro de acompanhamento das informações da avaliação da situação de saúde do funcionário, podendo ser submetido a exames, devido ao seu trabalho ou qualquer outro fator que o leve a ser examinado. Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)
- 35) Permitir o cadastro dos fatores de risco a que se expõe um funcionário, servindo para a geração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).
- 36) Permitir o registro das informações referentes às exposições a fatores de risco, que possam causar danos a saúde ou integridade dos funcionários, servindo para a geração do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).
- 37) Permitir o cadastro dos requisitos do Ministério do Trabalho para EPI (Equipamento de Proteção Individual). Essas informações servem para gerar o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).
- 38) Permitir o cadastro de período em que o funcionário desempenhou a função, ou seja, sua atividade profissional.
- 39) Permitir o cadastro de aquisição pela entidade de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC.
- 40) Permitir o planejamento e execução de cursos de aperfeiçoamento com as seguintes características:
- 41) Definir cronograma, carga horária e data da emissão de certificado;
- 42) Propiciar a informação do ministrante;
- 43) Permitir identificar se o curso foi por iniciativa da empresa ou por solicitação dos próprios servidores.
- 44) Permitir o cadastro das comissões avaliadoras e os membros que irão participar dentro do período vigente informado.
- 45) Permitir a configuração do uso de tempos anteriores averbados, para cada período de adicional do funcionário.
- 46) Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a concessão de adicional ao servidor, através da informação do ato.
- 47) Propiciar a identificação o tipo da transferência entre cedência ou recebimento do servidor.
- 48) Permitir as configurações de diferentes formas de contagem de períodos de licença-prêmio por cargo.
- 49) Permitir a configuração do período para a aquisição da licença-prêmio em anos ou em dias.
- 50) Permitir a configuração do período de gozo da licença ao ser lançado como um afastamento e qual o tipo do afastamento.
- 51) Propiciar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados que fará com que o período de aquisição de licença-prêmio do funcionário seja cancelado ou postergado.
- 52) Propiciar a configuração de quais motivos e quantidades de faltas fazem com que o período de aquisição de licença-prêmio do funcionário seja cancelado ou postergado.

- 53) Permitir as configurações de diferentes formas de contagem de períodos para a aquisição de adicionais.
- 54) Permitir a utilização dos tempos de experiências anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor.
- 55) Permitir a utilização dos tempos ainda não averbados de contratos anteriores para mais de uma matrícula atual do servidor.
- 56) Propiciar a configuração de quais afastamentos e qual a quantidade de dias afastados que fará com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado.
- 57) Propiciar a configuração de quais motivos de faltas e qual a quantidade de faltas que fará com que o período de aquisição de adicional do funcionário seja cancelado ou postergado.
- 58) Proporcionar o controle automático dos períodos de aquisição de adicionais conforme as configurações.
- 59) Proporcionar o controle dos períodos de aquisição de licenças-prêmio conforme as configurações da licença-prêmio.
- 60) Oportunizar o controle dos afastamentos do funcionário, integrado com a folha de pagamento do mesmo.
- 61) Propiciar o registro automático da movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, por meio da informação do ato.
- 62) Propiciar o encerramento do concurso para não ocorrer alterações das informações e candidatos que participaram a fim de serem admitidos como funcionários.
- 63) Permitir o controle do nível de escolaridade do servidor.
- 64) Viabilizar a efetuação do encerramento dos cursos oferecidos pela entidade aos funcionários.
- 65) Permitir os registros dos tempos referentes a contratos rescindidos anteriormente, experiências anteriores e averbações que devem ser contados para adicionais, licenças-prêmio ou tempo de serviço.
- 66) Permitir o registro dos históricos salariais do servidor.
- 67) Propiciar o registro automático da movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor por meio da informação do ato.
- 68) Propiciar o registro do histórico de alterações de cargo do servidor.
- 69) Permitir a geração das despesas referentes aos planos de saúde no período informado cadastrando nas despesas do funcionário.
- 70) Permitir a emissão de relatórios cadastrais por pessoa, dependentes, experiências anteriores, averbações e bolsas de estudo.
- 71) Propiciar a emissão de relatórios referente a pessoa, compreendendo as informações de dependentes, experiências anteriores, averbações para aposentadoria, licença-prêmio, adicionais de tempo de serviço e bolsa de estudo.
- 72) Propiciar a emissão da ficha de avaliação médica "Anamnese", preenchendo a entrevista de saúde do candidato à vaga da função na entidade.
- 73) Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do TCE.
- 74) Propiciar o cadastro de comunicação de acidente de trabalho para posterior emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT para o INSS.
- 75) Propiciar a emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, baseado no histórico do servidor, conforme o layout da Previdência Social.

7.18. E-SOCIAL

- 1) O aplicativo de E-Social deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com o sistema de Folha de Pagamento.
- 2) Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada arquivo.
- 3) Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um arquivo.
- 4) Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do arquivo.
- 5) Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.
- 6) Permitir a consulta dos dados integrados entre o software de gestão ofertado e o sistema eSocial para ajustes posteriores.

7.19. PONTO ELETRÔNICO

- 1) Permitir a integração de dados com sistemas de Folha de Pagamento.
- 2) Possibilitar que na rotina de apuração do ponto, seja possível filtrar por data inicial e final do período de apuração, por servidor, por regime, por centro de custo, por cargo e por lote.
- 3) Possibilitar a apuração das marcações de ponto dos estagiários
- 4) Possibilitar a apuração das marcações de ponto dos funcionários
- 5) Possibilitar a consulta e acompanhamento de ações do sistema e rotinas de cálculo via log
- 6) Possibilitar que a rotina de importação e apuração do ponto sejam executadas em segundo plano, deixando o sistema liberado para o usuário operar normalmente.
- 7) Ao término do processamento do cálculo o usuário deve ser notificado.
- 8) Permitir o registro das áreas de atuação, possibilitando o vínculo com o CBO de atuação.
- 9) Permitir o registro de atos legais como leis, portarias, decretos, requisições, possibilitando informar o número oficial do ato, tipo de natureza do texto jurídico, data de criação do ato, data a vigorar do ato, data de publicação do ato, data da resolução do ato, número do diário oficial, responsável, fonte(s) de divulgação, ementa e anexos. Permitir anexar arquivos de até 10 megabyte, dos tipos DOC, DOCX, TXT, HTML, XLS, XLSX, JPG ou PNG.
- 10) Possibilitar o cadastro de tipos de ausências para justificativas de faltas.
- 11) Exemplo: Folga, Viagem à trabalho, Curso, Treinamento, Conferência, Congresso, Palestra, Seminário, Encontro técnico, Fórum, Workshop, Nascimento de filho(a).
- 12) Possibilitar o lançamento de ausências dos servidores de forma individual ou coletiva, permitindo registrar o tipo de ausência, período de ausência, observação e se a mesma será abonada ou não.
- 13) Controlar a quantidades de vagas disponíveis por cargo, por grupo de cargos e por centro de custos.
- 14) Permitir a vinculação do cargo com a tabela salarial.
- 15) Permitir o registro do quadro de cargos da entidade, informando a descrição, o percentual mínimo, o ato de criação e do percentual mínimo e também o ato de revogação.
- 16) Permitir o cadastro de todos os cargos do quadro de pessoal dos tipos efetivo, comissionado, temporário, agentes políticos, estabilizados pela CF/88, dentre outros conforme a necessidade do cliente, com nome do cargo, tipo de cargo, grau de instrução, CBO, escolaridade mínima, carga horária mensal, referência salarial inicial e quantidade de vagas criada.
- 17) Permitir o registro da criação, alteração e extinção dos cargos, juntamente com a fundamentação legal de cada um destes registros.

- 18) Permitir o Cadastro de empresas classificando-as entre geral, cessionária, fornecedor de transporte, instituição de ensino, operadora de plano de saúde ou sindicato.
- 19) Permitir cadastrar em ambiente centralizado os endereços, possibilitando o registro de logradouros, bairros e municípios brasileiro. Além de estados de federações estrangeiras.
- 20) Permitir a consulta e alteração de informações da entidade que o sistema foi liberado. Possibilitando ao usuário alterar informações como sigla da entidade, CNAE, responsável da entidade, endereço da entidade, telefone da entidade, e-mails da entidade, site da entidade, horário de funcionamento da entidade, indicativo de RPPS, tipo de administração, número da UG SIAFI, sindicato, classificação tributária, indicativo de registro eletrônico de funcionário, classificação tributária e situação da entidade.
- 21) Permitir o registro dos feriados, possibilitando subdividi-los entre os tipos Fixo, Variável e Ponto Facultativo, informando Descrição, Abrangência, Tipo e Data.
- 22) Permitir o cadastro da configuração da estrutura de níveis de Organogramas, possibilitando definir a quantidade de níveis, dígitos, separador da máscara dos organogramas e em qual nível do Organograma será realizado o controle de vagas dos Cargos.
- 23) Permitir a identificação de qual configuração de organograma está em uso não sendo necessário criar uma para cada ano vigente
- 24) Permite realizar o anexo de documentos de modo que fiquem disponíveis aos usuários
- 25) Permitir o registro das deficiências da pessoa informando tipo e grau da deficiência
- 26) Permitir o registro de dependentes das pessoas físicas, informando nome, grau de dependência, data inicial da dependência, motivo, data final da dependência, motivo, estuda, período, se é dependente no IRRF, se é dependente de salário família, se é dependente de pensão, início do benefício, duração, data de vencimento, alvará judicial, data do alvará, aplicação de desconto, valor, pensão sobre FGTS, representante legal, forma de pagamento e
- 27) conta bancária.
- 28) Permitir o registro de pessoas, possibilitando informar:
- 29) Dados Principais, composto de nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, dados pessoais, endereço(s), telefone(s), e-mail(s), rede social, filiação(ões), moléstia(s) grave(s), grau de escolaridade, raça, cor dos olhos, estatura, peso, tipo sanguíneo, indicativo de doador, deficiência(s), base(s) de outra(s) empresa(s) ;
- 30) Dados de documentos, composto por naturalidade, nacionalidade, RG, órgão emissor, UF, data da emissão, número do título de eleitor, zona, seção, número do CNS, data da emissão, RIC, órgão emissor, UF, data da emissão, certidão(ões) civil(s), número do certificado de reservista, número da CTPS, série, UF, data da emissão, número do PIS / PASEP, data da emissão, inscrição municipal, número da CNH, UF, categoria, data da emissão, data da 1ª habilitação, data de vencimento, observações da CNH, conta(s) bancária(s).
- 31) Além de permitir também, o anexo de arquivos de até 10 Megabyte.
- 32) Permitir o registro de informações adicionais no cadastro de dependentes.
- 33) Permitir o cadastro de responsáveis
- 34) Permitir o controle para compensação de horas extras e folgas.
- 35) Permitir que o usuário realize o controle de compensação de horas dos funcionários e estagiários, possibilitando o fracionamento das horas a serem compensadas, enviando as mesmas para o banco de horas ou para pagamento e desconto em folha de pagamento.
- 36) Permitir a configuração do layout de importação de marcações conforme modelo utilizado pelo cliente
- 37) Permitir o registro de vínculos empregatícios, com intuito de representar um agrupador entre os funcionários e a entidade. Ao registrar o vínculo permitir informar a descrição, regime trabalhista, regime previdenciário, categoria do trabalhador, categoria do SEFIP, vínculo temporário, motivo da rescisão, data final obrigatória, sai no CAGED, gera licença-prêmio, sai na RAIS, código RAIS.
- 38) Permitir o cadastro de eventos extraordinários, definindo o período do evento, se será concedido folga para os participantes, a quantidade de dias de folga a conceder e o período em que o participante pode folgar, por conta da participação no evento.
- 39) Exemplo: Campanha de vacinação no sábado e domingo
- 40) Possibilitar o registro dos servidores convocados para participar do evento extraordinário
- 41) Permitir a configuração da permissão de acesso por grupos de usuários e individualmente para cada usuário.
- 42) Permitir o cadastro e manutenção dos afastamentos dos servidores.
- 43) Exemplo: Afastamentos por motivo de doença, acidente de trabalho, cessão e atestado de horas, sem prejuízo na frequência diária do servidor.
- 44) Permitir o cadastro dos tipos de afastamento que poderão ser realizados pelo servidor
- 45) Permitir a parametrização de abatimentos em tempo de serviço por tipo de afastamentos
- 46) Permitir vincular um afastamento a outros afastamentos que deram origem ou sequência ao afastamento.
- 47) Possibilitar a vinculação de atestados médicos com afastamentos.
- 48) Permitir a realização da manutenção do cartão ponto, mantendo a integridade da marcação original.
- 49) Permitir acessar o dia para inserir a marcação faltante ou desconsiderar uma marcação equivocada, possibilitando apurar novamente o dia em que as marcações foram ajustadas
- 50) Permitir a consulta das ocorrências apuradas a partir da manutenção de marcações
- 51) Permitir o acionamento do cadastro de afastamentos, a partir da data onde se está realizando a manutenção de marcações
- 52) Permitir o bloqueio de manutenção para o período de apuração
- 53) Permitir que o usuário alterne rapidamente entre os períodos de apuração, selecionando apenas o Mês/Ano equivalente ao período de apuração
- 54) Permitir o cadastro de grupos funcionais
- 55) Permitir ao usuário trocar de entidade sem sair do sistema
- 56) Permitir o cadastro dos horários utilizados pelos servidores, possibilitando informar o código, descrição, vigência, entrada, saída, se é flexível, espera, carga horária.
- 57) Permitir a desativação de horários previamente cadastrados
- 58) Permitir a importação de marcações das matrículas por arquivo txt gerado a partir do layout configurado no cadastro de relógios.
- 59) Permitir a configuração de vários tipos de horários para o servidor.
- 60) Permitir gerenciar períodos semanais e turnos corridos de jornadas de trabalho
- 61) Permitir o controle de substituição de período por dia, semana ou mês para o servidor.
- 62) Permitir o registro da estrutura de Lotação Física
- 63) Permitir registrar todas as configurações das estruturas de níveis das lotações físicas utilizadas para determinar o local de trabalho do

servidor na entidade

- 64) Permitir a identificação de qual configuração de lotação física está em uso não sendo necessário criar uma para cada ano vigente.
- 65) Permitir que o usuário veja a nomenclatura do cargo efetivo no cadastro funcional de servidor efetivo que exerça cargo em comissão ou função comissionada
- 66) Permitir a informação do motivo da alteração de cargo, e também possibilitar a criação de novos motivos.
- 67) Permitir a informação do motivo da alteração salarial, possibilitando a criação de novos motivos.
- 68) Permitir alteração e exclusão apenas para o registro histórico mais atual do servidor.
- 69) Permitir cadastrar as informações do funcionário exigidas pelo MTE, dispensando o livro registro conforme determinação da Portaria nº 41 de 28/03/2007, além de permitir a inserção de novos campos para cadastramento de informações adicionais.
- 70) Permitir que no cadastro de matrículas dos servidores, ao informar o cargo, seja disponibilizado apenas os níveis salariais configurados para o cargo e o campo salário seja preenchido de acordo com o nível/classe/referência selecionado.
- 71) Permitir a visualização de todos os registros de histórico do funcionário.
- 72) Permitir ao usuário, alternar entre as demais matrículas existentes para a mesma pessoa, na entidade logada.
- 73) Permitir o autocompletar no registro de matrículas, com dados já existentes no sistema.
- 74) Permitir o controle de histórico dos contratos, para informações que podem ser modificadas com o passar do tempo, como cargo, salário, organograma, jornada de trabalho e campos adicionais.
- 75) Permitir o registro de afastamentos para funcionários e estagiários, a partir do cadastro de matrículas.
- 76) Permitir cadastrar estagiários com as informações abaixo:
- 77) Dados pessoais, composto por nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, filiação(ões), grau de escolaridade, conta(s) bancária(s);
- 78) Dados do contrato, composto por data inicial, data final, categoria do Trabalhador, ato, instituição de ensino, agente de integração, formação, período, fase, responsável, indicativo de estágio obrigatório, objetivo, número do contrato, indicativo de seguro de vida, número da apólice, número do cartão ponto, parâmetro do ponto;
- 79) Dados de cargos e salários, composto por cargo, área de atuação, nível salarial, classe e referência, horas por mês, valor da bolsa de estudo, forma de pagamento, conta bancária, indicativo de ocupa vaga, configuração de férias;
- 80) Dados da estrutura, composto por grupo funcional, jornada de trabalho, estrutura organizacional, lotação(ões) física(s)
- 81) Permitir cadastrar funcionários com as informações abaixo:
- 82) Dados da Identificação composta por informações como nome, CPF, data de nascimento, idade, estado civil, sexo, filiação(ões), grau de escolaridade, conta(s) bancária(s);
- 83) Dados do contrato composto por data de admissão, data-base, vínculo empregatício, indicativo de admissão, tipo de admissão, indicativo de primeiro emprego, natureza da atividade, Indicativo de optante de FGTS, data da opção do FGTS, conta do FGTS, sindicato, tipo de provimento, lei do contrato, ato de admissão, data da nomeação, data da posse, tempo de aposentadoria, indicativo de provimento, número do cartão ponto, parâmetro do ponto, previdência;
- 84) Dados de cargos e salários composto por cargo, área de atuação, salário contratual, cargo comissionado, área de atuação, salário comissionado, nível salarial (comissionado), classe e referência (comissionado), configuração de férias, horas por mês, horas por semana, unidade de pagamento, forma de pagamento, conta bancária, indicativo de ocupa vaga, função(ões) gratificada(s);
- 85) Dados da Estrutura composto por grupo funcional, jornada de trabalho, estrutura organizacional, ocorrência SEFIP, controle de jornada, indicativo de jornada parcial, lotação(ões) física(s)
- 86) Permitir que o usuário acesse as informações do cadastro da pessoa, a partir do cadastro de matrículas.
- 87) Permitir que o usuário defina o número da matrícula do servidor.
- 88) Permitir o cadastro de níveis salariais
- 89) Permitir o desenvolvimento de formulas de calculo para execução de ocorrências do ponto
- 90) Permitir o registro de ocorrências de ponto, permitindo informar o código, descrição, competência, classificação, sigla e indicativo para gera eventos na folha.
- 91) Permitir a cópia de uma ocorrência previamente cadastrada facilitando assim as alterações em novas ocorrências geradas a partir da ocorrência copiada.
- 92) Permitir a desativação de ocorrências previamente cadastradas
- 93) Permitir o controle histórico de alteração para cada registro de ocorrência, permitindo a edição do histórico mais atual
- 94) Permitir a configuração de parâmetros para auxílio nas apurações de marcações e impactos em folha de pagamento, permitindo informar a tolerância de marcações, tolerância diária, período noturno, tempo mínimo entre batidas, tempo mínimo de interjornada, tempo mínimo e máximo de intrajornada, definir se as ocorrências vão gerar eventos na folha e indicativo de que a entidade segue a portaria 1.510/2009.
- 95) Permitir o cadastro de períodos de apuração de ponto possibilitando sua utilização no processo de apuração das marcações.
- 96) Permitir a permuta de horários, com data de início e término da permuta.
- 97) Permitir que a permuta de horário seja individual, vinculada com um colega ou para um lote de servidores selecionados
- 98) Permitir que o usuário realize o lançamento de permutas para os estagiários
- 99) Permitir que o usuário realize o lançamento de permutas para os funcionários.
- 100) Permitir o registro de planos de previdência dos tipos previdência ou assistência, regime e âmbito. Ao registrar um plano permitindo informar os campos descrição, tipo, regime, âmbito, data, ato e observação.
- 101) Permitir a configuração dos limites do plano salarial no cargo
- 102) Permitir o cadastro da tabela salarial, contemplando progressões horizontais e verticais, viabilizando a vinculação da faixa salarial dos cargos.
- 103) Permitir o registro da máscara a ser utilizada nas classes e referências e as regras de progressão salarial
- 104) Permitir ao usuário, a personalização de relatórios.
- 105) Permitir seleção de scripts de importação de marcações a partir do cadastro de relógios.
- 106) Permitir o registro das funções de marcações para os relógios do ponto
- 107) Permitir o registro de relógios de ponto, permitindo informar o número do relógio, descrição, lotação física, tipo de relógio, indicativo de REP, marca, número de fabricação.
- 108) Permitir a migração de dados de outros sistemas.

7.20. CONTRA-CHEQUE ONLINE

- 1) Permitir o acesso via internet das informações dos servidores.
- 2) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de alterações cadastrais pessoais.
- 3) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade comprovem a necessidade das solicitações de alterações cadastrais pessoais anexando documentos no formato de imagem.
- 4) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de cursos de aperfeiçoamento.
- 5) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de graduações.
- 6) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de palestras.
- 7) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de seminários.
- 8) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de treinamentos.
- 9) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de workshop.
- 10) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de programação de férias.
- 11) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de licença adoção.
- 12) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade comprovem a necessidade das solicitações de licença adoção anexando documentos no formato de imagem.
- 13) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de licença casamento.
- 14) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade comprovem a necessidade das solicitações de licença casamento anexando documentos no formato de imagem.
- 15) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de licença maternidade.
- 16) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade comprovem a necessidade das solicitações de licença maternidade anexando documentos no formato de imagem.
- 17) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de licença prêmio.
- 18) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de licença sem vencimento.
- 19) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de adiantamento de 13º salário.
- 20) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de adiantamento de férias.
- 21) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de adiantamento salarial.
- 22) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de benefício, como plano de saúde.
- 23) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de benefício, como plano odontológico.
- 24) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de benefício de vale transporte.
- 25) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de benefício de vale alimentação.
- 26) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de benefício de vale refeição.
- 27) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade efetuem solicitações de benefício de seguro de vida próprio, bem como, para seus dependentes.
- 28) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade façam solicitações de folga, tipo: banco de horas, desconto em folha e compensação de horas extras.
- 29) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade realizem solicitações de dúvidas sobre qualquer assunto.
- 30) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade consultem os recibos referentes aos pagamentos efetuados por meio da folha de pagamento.
- 31) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula e entidade emitam os recibos referentes aos pagamentos efetuados por meio da folha de pagamento.
- 32) Possibilitar aos usuários a emissão de relatórios com todas as informações que comprovem o rendimento e retenção de IRRF de funcionários.
- 33) Possibilitar aos usuários a consulta de todas as informações que comprovem o rendimento e retenção de IRRF de funcionários.
- 34) Possibilitar aos usuários visualizarem todo o seu histórico financeiro.
- 35) Permitir a emissão de relatórios da movimentação dos funcionários em determinado exercício, detalhando as bases de cálculo e apresentando as informações mensalmente.
- 36) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula consultarem as informações pessoais do servidor.
- 37) Possibilitar aos usuários por meio de cada matrícula consultarem as informações contratuais, possibilitando visualizar detalhes do cargo, salário, organograma, férias, alterações de salário e cargos.
- 38) Possibilitar aos usuários consultarem as marcações de ponto selecionando o ano e período de apuração.
- 39) Possibilitar aos usuários a emissão por meio de relatório as marcações de ponto selecionando o ano e período de apuração.
- 40) Permitir a realização de pesquisa avançada por critérios e por campos das solicitações.
- 41) Possibilitar ao administrador configurar as permissões de acesso dos usuários.
- 42) Possibilitar aos usuários a visualização dos status das solicitações cadastradas.
- 43) Permitir a geração e o envio do código token de vinculação do usuário com o servidor por e-mail.
- 44) Permitir a impressão em documento no formato PDF do código token de vinculação do usuário com o servidor.
- 45) Possibilitar aos usuários com permissão em um único ambiente aprovarem ou reprovarem as solicitações realizadas pelos servidores.
- 46) Possibilitar aos usuários com perfil administrador adicionarem e concederem permissões por funcionalidades para usuários e grupos de usuários.
- 47) Possibilitar aos usuários com perfil administrador criarem usuário e senha automaticamente de forma individual ou em lote.
- 48) Possibilitar aos usuários com perfil administrador personalizarem o formato do usuário e senha.
- 49) Possibilitar aos usuários com perfil administrador alterarem a senha dos usuários adicionados a partir do sistema.
- 50) Permitir a geração e o envio dos dados de usuário e senha do servidor criados a partir do sistema por e-mail.
- 51) Permitir a impressão em documento no formato PDF dos dados de usuário e senha do servidor criados a partir do sistema.
- 52) Possibilitar aos usuários redefinirem a senha de acesso em qualquer momento.
- 53) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu holerite no Município consultado.
- 54) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta do seu Informe de rendimentos para IRPF no Município consultado.
- 55) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta de suas ocorrências de ponto realizadas no Município consultado.
- 56) Permitir aos usuários por meio de dispositivo móvel a consulta das marcações de ponto realizadas no Município consultado.

7.21 - GESTÃO EDUCAÇÃO

- 1.1 Permitir a edição das informações cadastrais das entidades.
- 1.2 O Gestão Educacional deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com o sistema de Portal dos gestores públicos web que buscará dados em tempo real para tratamento inteligente.
- 1.3 O sistema de Gestão Educacional deverá permitir o envio de informações sobre vagas livres para o sistema de Portal dos gestores públicos web.
- 1.4 Possibilitar o cadastramento de critérios de classificação específicos para os processos de inscrição de matrícula, além dos critérios padrões já disponibilizados.
- 1.5 Permitir a configuração das regras das matrículas, definindo o ano letivo, documentos necessários por modalidade e nível escolar e sua obrigatoriedade.
- 1.6 Permitir a criação de novas turmas apenas quando as vagas das turmas existentes estiverem todas preenchidas.
- 1.7 Possibilitar a definição da quantidade máxima de alunos por turma, bem como a configuração de horas/aula por turno.
- 1.8 Possibilitar a definição da quantidade de pessoas por m².
- 1.9 Permitir o cadastramento das configurações de quantidade de aulas para cada dia da semana, bem como a duração de cada aula e dos intervalos entre elas.
- 1.10 Permitir a configuração da forma de registro das frequências dos alunos, sendo que esta configuração pode ser definida de forma padrão para toda a rede de ensino, como cada estabelecimento de ensino ou até mesmo turmas da mesma etapa da matriz curricular podem ter uma configuração específica.
- 1.11 Permitir o controle da frequência escolar dos alunos tendo a opção de controlar as faltas por aula ou por dia, conforme configuração definida em cada modalidade e nível escolar.
- 1.14 Permitir a configuração dos tipos de avaliações com suas respectivas características. Os tipos de avaliação são: Avaliação numérica, avaliação conceitual sem correspondente numérico e avaliação conceitual com correspondente numérico.
- 1.15 Permitir a elaboração de fórmulas de cálculo de desempenho de alunos, que as escolas da rede de ensino municipal utilizam durante um ano letivo.
- 1.16 Permitir o cadastramento de cursos, definido a sua respectiva modalidade, nível escolar e forma de organização das etapas, além de possibilitar ativar ou desativar os cursos.
- 1.17 Permitir o cadastramento das disciplinas com suas respectivas siglas e classificação segundo o INEP.
- 1.18 Permitir o cadastramento de eixos temáticos.
- 1.19 Permitir que cada etapa da matriz curricular tenha componentes curriculares (disciplinas) específicos.
- 1.20 Permitir a configuração da forma de organização didático-pedagógica da matriz curricular para a modalidade Educação Básica e nível escolar "Educação Infantil". Ou seja, se a matriz deve utilizar "Disciplinas" ou "Eixos temáticos".
- 1.21 Possibilitar que as etapas da matriz curricular sejam classificadas. Ou seja, permite a atribuição de uma descrição para uma etapa ou para um grupo de etapas.
- 1.22 Permitir o cadastramento de competências, conhecimentos/conteúdos, habilidades/capacidades e atitudes para cada componente curricular da etapa de ensino.
- 1.23 Permitir a definição do curso em que a matriz curricular será aplicada, a quantidade de dias letivos, a idade mínima e máxima que os alunos devem ter em cada etapa, além de possibilitar ativar ou desativar as matrizes curriculares.
- 1.24 Permitir a configuração da orientação curricular de cada componente curricular. Ou seja, se pertence a "Base nacional comum" ou a "Parte diversificada".
- 1.25 Permitir o cadastramento de competências, conhecimentos/conteúdos curriculares, habilidades/capacidades e atitudes para o auxílio na implementação da proposta pedagógica e gestão escolar dos processos de ensino e aprendizagem.
- 1.26 Permitir o cadastramento de tipos de cargos.
- 1.27 Permitir o cadastramento de cargos com suas devidas características.
- 1.28 Permitir o cadastramento de funções gratificadas.
- 1.29 Permitir o cadastramento de lotações físicas.
- 1.30 Permitir o cadastramento dos funcionários com informações referentes a sua admissão, demissão, cargo, função entre outras.
- 1.31 Permitir o cadastramento e a manutenção de alunos.
- 1.32 Permitir o cadastramento do histórico escolar dos alunos.
- 1.33 Permitir o cadastramento de estabelecimentos de ensino com informações referente a endereço, área de atuação, infraestrutura, avaliações externas, dependência física, entre outras.
- 1.34 Permitir o cadastramento de avaliações externas que são aplicadas nos estabelecimentos de ensino.
- 1.35 Permitir o cadastramento de atividades de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 1.36 Permitir o cadastramento de atividades complementares.
- 1.37 Permitir o cadastramento de motivos de movimentações de matrículas e remanejamento interno.
- 1.38 Permitir o cadastramento de motivos de dispensa de componentes curriculares.
- 1.39 Permitir o cadastramento de religiões.
- 1.40 Permitir o cadastramento e manutenção de legislações.
- 1.41 Permitir o cadastramento e manutenção de convenções.
- 1.42 Permitir o cadastramento de programas sociais associados aos alunos da rede de ensino.
- 1.43 Permitir o cadastramento de eventos.
- 1.44 Permitir o cadastramento de feriados de esfera municipal, estadual e nacional.
- 1.45 Permitir o cadastramento de calendários para a Secretaria de Educação, Estabelecimentos de Ensino e Matrizes Curriculares.
- 1.46 Permitir a vinculação de eventos ao calendário escolar, informando se o mesmo é considerado como dia letivo, dia trabalhado, se é obrigatório, além do público alvo que o evento é direcionado.
- 1.47 Permitir a vinculação de feriados ao calendário escolar, informando se o mesmo é considerado como dia letivo e/ou dia trabalhado.
- 1.48 Possibilitar a definição do tipo de período avaliativo de cada matriz curricular, informando a data inicial e final de cada período avaliativo, tendo, inclusive, uma visão quanto à quantidade de dias letivos de cada período avaliativo, além de uma visão comparativa entre o total de dias letivos da matriz curricular com o total de dias letivos da matriz curricular no calendário.

- 1.49 Possibilitar a visualização do total de dias letivos do calendário escolar, de acordo com as datas definidas, além dos eventos e feriados.
- 1.50 Possibilitar a visualização do calendário escolar por semana, mês, ano e eventos.
- 1.51 Permitir que cada estabelecimento de ensino aceite ou não um evento sugerido pela Secretaria de Educação.
- 1.52 Realizar o cálculo dos dias letivos do calendário escolar, descontando os dias que não são considerados como dia letivo.
- 1.53 Permitir a definição do total de vagas por estabelecimento de ensino, matriz curricular, etapa e turno, sendo que desse total uma parte pode ser reservada para o processo de inscrição de matrículas.
- 1.54 Permitir a configuração das diretrizes que conduzirão o processo de inscrição de matrícula, onde é possível definir:
- 0.0.1. - as informações quanto ao formulário que o candidato deverá preencher ao realizar a sua inscrição;
- 0.0.2. - os estabelecimentos de ensino que participarão do processo;
- 0.0.3. - o período de realização do processo;
- 0.0.4. - a quantidade de estabelecimentos de ensino que o candidato pode se inscrever;
- 0.0.5. - os critérios de classificação dos candidatos, se as inscrições podem ser realizadas apenas nos estabelecimentos de ensino e secretaria de educação ou os candidatos e pais podem se inscrever diretamente no sistema.
- 1.55 Permitir o cadastramento de candidatos no processo de inscrição de matrícula.
- 1.56 Permitir a realização do processo de classificação dos candidatos conforme critérios estabelecidos pela rede de ensino.
- 1.57 Possibilitar a comunicação aos candidatos participantes do processo de inscrição de matrícula, quanto ao seu resultado. Ou seja, se o candidato foi ou não classificado no processo de inscrição.
- 1.58 Possibilitar a realização da matrícula do candidato classificado, bem como o indeferimento da sua inscrição no processo de matrícula.
- 1.59 Possibilitar o cadastramento do candidato participante do processo de inscrição de matrícula na lista de espera.
- 1.60 Possibilitar a visualização dos candidatos inscritos, classificados, inscritos matriculados e indeferidos.
- 1.61 Possibilitar a descrição das informações necessárias para originar um documento de atestado de vaga para um estabelecimento de ensino da rede municipal.
- 1.62 Disponibilizar uma rotina de cópia de cadastros e configurações de um ano letivo para outro. Os dados copiados são:
- 0.0.6. - Fórmulas de cálculo;
- 0.0.7. - Calendário escolar;
- 0.0.8. - Quadro de vagas;
- 0.0.9. - Turmas.
- 1.63 Disponibilizar relatórios de declaração de Matrícula, de declaração de transferência, boletim escolar e ficha individual.
- 1.64 Permitir a reclassificação da matrícula dos alunos, definido se o processo é de avanço ou aceleração para etapas posteriores.
- 1.65 Permitir a movimentação da matrícula dos alunos sendo as movimentações de: Cancelamento, Deixou de frequentar, Falecimento ou Transferência, além de informar o motivo da movimentação.
- 1.66 Disponibilizar relatórios de Declaração de Matrícula, Declaração de Transferência, Boletim escolar e ficha individual.
- 1.67 Possibilitar a consulta do histórico de inclusões, alterações e movimentações de cada matrícula do aluno.
- 1.68 Permitir que o aluno seja enturmado ao realizar o registro da matrícula.
- 1.69 Permitir a configuração das diretrizes que conduzirão o processo de lista de espera, onde é possível definir:
- 0.0.10. - as informações quanto ao formulário que o candidato deverá preencher ao realizar a sua inscrição;
- 0.0.11. - a quantidade de estabelecimentos de ensino que o candidato pode se inscrever;
- 0.0.12. - as matrizes curriculares, etapa de ensino, modalidade e turnos, disponíveis para lista de espera.
- 1.70 Permitir o cadastramento de candidatos no processo de lista de espera.
- 1.71 Disponibilizar informações das movimentações escolares de forma sintética e analítica de uma rede de ensino.
- 1.72 Permitir a visualização das movimentações escolares por meio de gráfico e tabela.
- 1.73 Permitir a rematrícula dos alunos de um ano letivo para o ano letivo seguinte.
- 1.74 Permitir a definição das informações de origem e destino do processo de rematrícula
- 1.75 Permitir o registro do encerramento dos períodos letivos das turmas oferecidas em uma rede de ensino, bem como o encerramento das atividades oferecidas aos alunos, com suas respectivas características específicas. Com esta funcionalidade a secretaria de educação ou estabelecimento de ensino poderá gerenciar e restringir os registros realizados em um ano letivo.
- 1.76 Permitir o registro dos dias da semana e os horários disponíveis dos professores em cada estabelecimento de ensino.
- 1.77 Possibilitar a realização das consultas de feriados e eventos que tem como público alvo os professores, data inicial e final dos períodos avaliativos das matrizes curriculares.
- 1.78 Possibilitar a visualização das informações da agenda por dia, semana, mês e eventos.
- 1.79 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos da rede de ensino. Ou seja, registrar a presença ou ausência do aluno.
- 1.80 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos diariamente ou por período avaliativo.
- 1.81 Realizar o cálculo da frequência escolar dos alunos da rede de ensino.
- 1.82 Permitir o registro de abono ou justificativa das ausências dos alunos da rede de ensino, em um determinado período do ano letivo.
- 1.83 Permitir o registro de desempenho dos alunos da rede de ensino, em cada componente curricular da matrícula e em seus respectivos períodos avaliativos, exames finais e/ou no conselho de classe.
- 1.84 Permitir o registro de desempenho dos alunos da rede de ensino, por meio das competências, conhecimentos/conteúdos, habilidades/capacidades e atitudes de cada componente curricular da matrícula e em seus respectivos períodos avaliativos e exames finais.
- 1.85 Permitir o registro de pareceres para os alunos da rede de ensino, em cada componente curricular da matrícula e em seus respectivos períodos avaliativos, exames finais, conselho de classe e/ou média final do ano letivo.
- 1.86 Permitir a realização do cálculo de médias e exames dos alunos da rede de ensino.
- 1.87 Permitir o registro o desempenho dos alunos somente após o início das aulas.
- 1.88 Permitir o registro da média dos períodos avaliativos para cada aluno da turma até o período avaliativo em que este frequentou, independente da data em que foi matriculado e da situação da matrícula na turma.
- 1.89 Permitir o registro de desempenho de alunos portadores de necessidades especiais (PNE's) de maneira diferenciada.
- 1.90 Permitir o registro de desempenho dos alunos de acordo com a tipo de avaliação definido para cada componente curricular da turma.
- 1.91 Permitir o cadastramento de turmas, possibilitando a definição de suas características como: horários das aulas, tipos de avaliação, quantidade de exames finais, quantidade de aulas semanais de cada componente curricular, além de exibir a organização curricular e os alunos da turma.

- 1.92 Controlar a quantidade máxima de alunos de cada turma, não permitindo enturmar alunos acima da quantidade definida.
- 1.93 Possibilitar o vínculo de vários professores e auxiliares de professor para o mesmo componente curricular.
- 1.94 Possibilitar o vínculo de várias dependências físicas para cada turma.
- 1.95 Possibilitar que os componentes curriculares da turma sejam divididos.
- 1.96 Permitir a enturmação dos alunos em turmas do estabelecimento de ensino, matriz curricular, etapa e turno correspondentes as matrículas dos alunos.
- 1.97 Possibilitar o vínculo entre duas ou mais turmas, formando uma turma multisseriada.
- 1.98 Permitir o registro do número de chamada dos alunos em cada turma.
- 1.99 Permitir que as configurações de frequência das turmas sejam alteradas depois de excluídos os registros de frequência dos alunos.
- 1.100 Permitir a realização do processo de geração do quadro de horários das turmas.
- 1.101 Permitir que a geração do quadro de horários seja realizado para várias turmas simultaneamente.
- 1.102 Permitir o remanejamento de alunos de uma turma para outra turma da mesma etapa de ensino dentro do mesmo estabelecimento de ensino e ano letivo, além de informar o motivo do remanejamento.
- 1.103 Permitir o cadastramento de acompanhamentos pedagógicos para os alunos da rede de ensino, durante o ano letivo.
- 1.104 Possibilitar a realização de dispensa de componentes curriculares das matrículas dos alunos da rede de ensino.
- 1.105 Permitir um canal de comunicação que viabilize o usuário enviar um feedback da sua utilização do sistema.
- 1.106 Possibilitar um local centralizado que oferece ajuda descrita aos usuários quando às funcionalidades do sistema.
- 1.107 Permitir a consulta dos quadros de horários das turmas em que o aluno esteja enturmado em um ano letivo.
- 1.108 Permitir a exibição das aulas alocadas pelos professores, com as informações de identificação da aula, da frequência, planejamento, conteúdo ministrado.
- 1.109 Permitir a exibição do calendário escolar associado a matrícula do aluno, contendo lista de eventos e feriados do respectivo calendário.
- 1.110 Permitir a visualização do planejamento de aulas ao aluno registrado pelos professores, com suas respectivas características específicas.
- 1.111 Permitir a visualização do conteúdo ministrado ao aluno registrado pelos professores, com suas respectivas características específicas.
- 1.112 Permitir a exibição dos registros de acompanhamento pedagógico, com suas respectivas características específicas.
- 1.113 Permitir a exibição do calendário da matriz curricular, com suas respectivas características específicas.
- 1.114 Permitir a listagem de instrumentos de avaliação adicionados, alterados e removidos ao aluno.
- 1.115 Permitir a visualização do desempenho em cada instrumento de avaliação.
- 1.116 Permitir a visualização do desempenho por competências.
- 1.117 Permitir a exibição do parecer do professor.
- 1.118 Permitir a visualização das informações do desempenho escolar do aluno em forma de gráfico.
- 1.119 Permitir a visualização do Total de faltas por período avaliativo.
- 1.120 Permitir a visualização do percentual de frequência.
- 1.121 Permitir a visualização da frequência diária em cada aula.
- 1.122 Possibilitar aos alunos, pais e responsáveis pelos alunos a consulta do boletim escolar do aluno, ou seja, o desempenho escolar obtido pelo aluno ao final dos períodos avaliativos e do período letivo.
- 1.123 Permitir a consulta das matrículas do aluno na rede de ensino, com sua situação e demais características específicas.
- 1.124 Permitir o acesso por meio de chave de acesso sem necessidades de cadastro de login.
- 1.125 Permitir aos professores o registro da distribuição e planejamento de suas aulas por período.
- 1.126 Permitir o cadastramento dos instrumentos de avaliação de aprendizagem, além de informar quais serão os critérios de avaliação empregados neles.
- 1.127 Permitir o registro do desempenho dos alunos referente aos instrumentos de avaliação, exames finais, conselho de classe e média dos períodos avaliativos.
- 1.128 Permitir o registro de pareceres aos instrumentos de avaliação realizados.
- 1.129 Permitir o registro da recuperação paralela: recuperação dos instrumentos de avaliação e recuperação do período avaliativo (média).
- 1.130 Permitir o registro de resultados do período avaliativo, mesmo que não exista um instrumento de avaliação cadastrado.
- 1.131 Permitir o registro do desempenho de cada aluno referente às Competências, Habilidades e Atitudes - CHA - na visão anual, mesmo que não tenha um instrumento de avaliação cadastrado.
- 1.132 Permitir a visualização do cálculo das médias de alunos pertencentes a turmas que não possuem instrumentos de avaliação cadastrados.
- 1.133 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos. Possibilitando, inclusive, o registro por aula individualmente ou pelo total de faltas no período avaliativo.
- 1.134 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos, por dia.
- 1.135 Permitir o cadastramento e manutenção de justificativas para ausências dos alunos nas aulas.
- 1.136 Permitir o cadastramento do conteúdo ministrado no diário de classe.
- 1.137 Permitir o registro de acompanhamentos pedagógicos dos alunos nas escolas da rede pública municipal.
- 1.138 Permitir um canal de comunicação que viabilize o usuário enviar um feedback da sua utilização do sistema.
- 1.139 Possibilitar um local centralizado que oferece ajuda descrita aos usuários quando às funcionalidades do sistema.

7.22. GESTÃO PROFESSORES

- 2.1 O Portal dos Pais e Alunos deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com o sistema de Gestão Educacional Web.
- 2.2 Permitir aos professores o registro da distribuição e planejamento de suas aulas por período.
- 2.3 Permitir o cadastramento dos instrumentos de avaliação de aprendizagem, além de informar quais serão os critérios de avaliação empregados neles.
- 2.4 Permitir o registro do desempenho dos alunos referente aos instrumentos de avaliação, exames finais, conselho de classe e média dos períodos avaliativos.
- 2.5 Permitir o registro de pareceres aos instrumentos de avaliação realizados.

- 2.6 Permitir o registro da recuperação paralela: recuperação dos instrumentos de avaliação e recuperação do período avaliativo (média).
- 2.7 Permitir o registro de resultados do período avaliativo, mesmo que não exista um instrumento de avaliação cadastrado.
- 2.8 Permitir o registro do desempenho de cada aluno referente às Competências, Habilidades e Atitudes - CHA - na visão anual, mesmo que não tenha um instrumento de avaliação cadastrado.
- 2.9 Permitir a visualização do cálculo das médias de alunos pertencentes a turmas que não possuem instrumentos de avaliação cadastrados.
- 2.10 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos. Possibilitando, inclusive, o registro por aula individualmente ou pelo total de faltas no período avaliativo.
- 2.11 Permitir o registro da frequência escolar dos alunos, por dia.
- 2.12 Permitir o cadastramento e manutenção de justificativas para ausências dos alunos nas aulas.
- 2.13 Permitir o cadastramento do conteúdo ministrado no diário de classe.
- 2.14 Permitir o registro de acompanhamentos pedagógicos dos alunos nas escolas da rede pública municipal.
- 2.15 Permitir um canal de comunicação que viabilize o usuário enviar um feedback da sua utilização do sistema.
- 2.16 Possibilitar um local centralizado que oferece ajuda descrita aos usuários quando às funcionalidades do sistema.

7.23. GESTÃO PAIS E ALUNOS

- 3.1 O Portal dos Pais e Alunos deverá permitir a integração de dados de forma automática ou ainda através de arquivos de intercâmbio de informações com o sistema de Gestão Educacional Web.
- 3.2 Permitir a consulta dos quadros de horários das turmas em que o aluno esteja enturmado em um ano letivo.
- 3.3 Permitir a exibição das aulas alocadas pelos professores, com as informações de identificação da aula, da frequência, planejamento e conteúdo ministrado.
- 3.4 Permitir a exibição do calendário escolar associado a matrícula do aluno, contendo lista de 3 eventos e feriados do respectivo calendário.
- 3.5 Permitir a visualização do planejamento de aulas ao aluno registrado pelos professores, com suas respectivas características específicas.
- 3.6 Permitir a visualização do conteúdo ministrado ao aluno registrado pelos professores, com suas respectivas características específicas.
- 3.7 Permitir a exibição dos registros de acompanhamento pedagógico, com suas respectivas características específicas.
- 3.8 Permitir a exibição do calendário da matriz curricular, com suas respectivas características específicas.
- 3.9 Permitir a listagem de instrumentos de avaliação adicionados, alterados e removidos ao aluno.
- 3.10 Permitir a visualização do desempenho em cada instrumento de avaliação.
- 3.11 Permitir a visualização do desempenho por competências.
- 3.12 Permitir a exibição do parecer do professor.
- 3.13 Permitir a visualização das informações do desempenho escolar do aluno em forma de gráfico.
- 3.14 Permitir a visualização do total de faltas por período avaliativo.
- 3.15 Permitir a visualização do percentual de frequência.
- 3.16 Permitir a visualização da frequência diária em cada aula.
- 3.17 Possibilitar aos alunos, pais e responsáveis pelos alunos a consulta do boletim escolar do aluno, ou seja, o desempenho escolar obtido pelo aluno ao final dos períodos avaliativos e do período letivo.
- 3.18 Permitir a consulta das matrículas do aluno na rede de ensino, com sua situação e demais características específicas.
- 3.19 Permitir o acesso por meio de chave de acesso sem necessidades de cadastro de login.

7.24. GESTÃO MERENDA ESCOLAR

- 4.1 Disponibilizar a lista de ingredientes conforme tabela de composição de alimentos do IBGE.
- 4.2 Não deve permitir dois ou mais registros ativos com a mesma descrição.
- 4.3 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, realizar o cadastro de ingredientes.
- 4.4 Ao visualizar as informações dos ingredientes padrões, o sistema deve exibir a tabela de origem do ingrediente.
- 4.5 Na listagem dos ingredientes, deve ser possível visualizar a tabela de origem dos ingredientes (padrões ou não).
- 4.6 Para os registros padrões, o sistema deve manter a tabela como "TACO".
- 4.7 Para registros feito pelo usuário, o sistema deve validar a obrigatoriedade desse campo, caso o usuário realize alguma alteração no registro.
- 4.8 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis no cadastro de nutrientes.
- 4.9 Deve ser possível realizar filtros com as informações disponíveis nesta fonte de dados.
- 4.10 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 4.11 Permitir a integração de dados cadastrais dos estabelecimentos de ensino entre os sistemas de gestão escolar e gestão da merenda, mantidos pela empresa fornecedora do produto, otimizando assim a rotina do profissional responsável pela merenda escolar.
- 4.12 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar a(s) deficiências do aluno, caso este possuir.
- 4.13 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis
- 4.14 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar registrar os nutrientes que o aluno possui restrição, com base nas informações o profissional terá a possibilidade de realizar uma dieta alimentar adequada as restrições dos alunos.
- 4.15 Disponibilizar a visualização dos nutrientes de uma receita, conforme ingredientes informados.
- 4.16 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar as medições antropométricas do(s) aluno(s), possibilitando um controle nutricional adequado para o aluno.
- 4.17 Permitir que usuários administradores possam elaborar relatórios de forma personalizada com base nas informações disponíveis de cada funcionalidade, possibilitando assim que o profissional elabore documentos conforme sua necessidade.
- 4.18 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, informar os nutrientes dos ingredientes.
- 4.19 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar a situação do peso e da estatura relacionados a idade dos alunos com até 19 anos, conforme índices antropométricos calculados com Escore-z e determinados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
- 4.20 Permitir a integração de dados de nutricionistas entre os sistemas de gestão escolar e gestão da merenda da fornecedora do produto.
- 4.21 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, realizar a conversão de unidade de medida.

- 4.22 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, acompanhar por indicadores a quantidade total de alunos registrados, quantidade de alunos agrupados por sexo e a quantidade de alunos com deficiência, otimizando assim a sua rotina.
- 4.23 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar a quantidade de alunos com restrições alimentares.
- 4.24 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, informar os ingredientes que compõem uma receita.
- 4.25 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, realizar o cadastro de receita.
- 4.26 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar o histórico de vínculos (realizados e desfeitos) dos alunos no(s) grupo(s) de consumo.
- 4.27 Possibilitar que o profissional responsável pela merenda escolar, visualize os alunos que possuem restrições alimentares relacionados ao cardápio escolar registrado.
- 4.28 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, realizar a substituição de alimentos do cardápio para atendimento exclusivo aos alunos com restrições alimentares, possibilitando assim que os alunos com restrições tenham um cardápio adequado a sua dieta.
- 4.29 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, realizar o cadastro de alunos garantindo assim o armazenamento de dados pessoais importantes para a rotina da merenda escolar.
- 4.30 Permitir a integração de dados de aluno(s) entre os sistemas de gestão escolar e gestão da merenda da fornecedora do produto, otimizando assim a rotina dos profissionais.
- 4.31 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis
- 4.32 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar os dados das matrículas do aluno, facilitando o controle da merenda escolar.
- 4.33 Permitir a integração de dados cadastrais da(s) matrícula(s) do(s) aluno(s) entre os sistemas de gestão escolar e gestão da merenda da fornecedora do produto, otimizando assim a rotina do profissional responsável pela merenda escolar.
- 4.34 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, desfazer o vínculo dos alunos no(s) grupo(s) de consumo, facilitando a organização da merenda escolar.
- Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar dados quantitativos e percentuais com situação nutricional dos alunos da rede de ensino.
- 4.35 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar os fornecedores.
- 4.36 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, efetuar o registro das Unidades de medida utilizadas na rede de ensino.
- 4.37 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar, em forma de gráfico, a situação nutricional dos alunos da rede de ensino. As visualizações devem ser disponíveis:
- Altura/idade;
 - IMC/Idade;
 - Peso/Idade.
- 4.38 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, inserir uma foto do aluno em seu respectivo registro, provendo mais facilidade para os usuários identificar os alunos que consomem a merenda escolar.
- 4.39 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar os nutricionistas.
- 4.40 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar registrar o nome social do aluno, proporcionando assim que o aluno seja reconhecido pelo nome que se identifica.
- 4.41 Permitir que profissional responsável pela merenda escolar, realize o registro dos estabelecimentos de ensino.
- 4.42 Disponibilizar a lista de ingredientes da tabela 1: Composição de alimentos por 100 gramas de parte comestível: Centesimal, minerais, vitaminas e colesterol contendo seus nutrientes, quantidade e unidade de medida conforme Tabela Brasileira de Composição de Alimentos – TACO 4ª edição (2011).
- 4.43 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar os alunos aniversariantes do dia diretamente na funcionalidade, podendo assim realizar ações para os mesmos.
- 4.44 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, efetuar os registros das refeições, informando qual(is) receita(s) fazem parte do cardápio, auxiliando na rotina dos profissionais.
- 4.45 Permitir aos profissionais responsáveis pela merenda escolar, realizar o envio de feedback sobre a utilização do produto para os desenvolvedores responsáveis pelo mesmo, podendo ser elogios, críticas, sugestões entre outros.
- 4.46 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar registrar os ingredientes que o aluno possui restrição, com base nas informações o profissional terá a possibilidade de realizar uma dieta alimentar adequada as restrições dos alunos.
- 4.47 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, visualizar a situação nutricional dos alunos com até 19 anos, conforme o Índice de Massa Corporal (IMC), realizando o cálculo determinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).
- 4.48 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, criar grupos de consumo da merenda e realizar o vínculo dos alunos por meio de informações da matrícula, restrições alimentares, entre outros, facilitando assim a organização da rotina escolar.
- 4.49 Permitir ao profissional responsável pela merenda escolar, registrar os nutrientes dos alimentos utilizados pela entidade.

7.25. GESTÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

- 5.1 O sistema deve oferecer ao usuário uma forma de visualizar no mapa o detalhamento da rota, ou seja, visualizar o itinerário percorrido entre o Endereço de saída, os pontos intermediários e o Endereço de chegada. Itinerário são ruas, estradas ou caminhos percorridos entre o Endereço de saída, os pontos intermediários e o Endereço de chegada.
- 5.2 O sistema deve preencher automaticamente o campo Distância percorrida (km) com a 5 quilometragem total percorrida entre o Endereço de saída e Endereço de chegada, considerando os pontos intermediários.
- 5.3 O sistema deve permitir que o usuário altere a quilometragem
- 5.4 Todas as informações abaixo são obrigatórias:
- Descrição;
 - Endereço de saída;
 - Endereço de chegada;
 - Distância percorrida (Km).
- 5.5 Não podem existir duas ou mais rotas com a mesma descrição.

- 5.6 O mesmo veículo, fornecedor e motorista não podem ser informados duas ou mais vezes para a mesma rota e horário.
- 5.7 Os horários devem respeitar uma ordem cronológica, por rotas e dia da semana. Não pode existir um horário com saída prevista maior que o horário de chegada, para uma rota e dia da semana.
- 5.8 O cadastro de usuários do transporte escolar, deve prover uma lista de matrículas dos alunos ou locais de trabalho de professores, contendo as seguintes informações
- Rota;
 - Dia da semana utilizado;
 - Horário de saída previsto;
 - Horário de chegada previsto;
 - Ponto de embarque;
 - Ponto de desembarque;
- 5.9 A mesma rota e dia da semana não podem ser informados mais de uma vez para a mesma matrícula.
- 5.10 Permitir a impressão do mapa conforme rota definida.
- 5.11 Possibilitar a manutenção da lista de deficiências das pessoas.
- 5.12 Permitir o envio de feedback da utilização do sistema para os desenvolvedores do produto.
- 5.13 Permitir ao gestor do transporte escolar a gestão do passe escolar possibilitando o controle da entrega de aos usuário do transporte escolar e/ou empresas operadoras (Transportadores).
- 5.14 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os dados da(s) matrícula(s) dos usuários do transporte escolar.
- 5.15 Permitir a integração de dados do estabelecimento de ensino entre os sistemas de gestão escolar e gestão do transporte escolar da fornecedora do produto
- 5.16 Permitir a integração de dados de matrículas dos usuários entre os sistemas de gestão escolar e gestão do transporte escolar da fornecedora do produto
- 5.17 Possibilitar a utilização dos cadastros gerenciada por uma ferramenta de cadastro único, onde o usuário personaliza a forma como seus cadastros devem ser unificados, podendo ser geral ou por campo
- 5.18 Permitir registrar os tipos de usuários do transporte escolar.
- 5.19 Possibilitar a manutenção da lista de telefones das pessoas.
- 5.20 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 5.21 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar rotas contendo os veículos, fornecedores e motoristas utilizados na rota.
- 5.22 Possibilitar o vínculo de pessoas do mesmo sexo na filiação do aluno
- 5.23 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar as marcas dos veículos.
- 5.24 Possibilitar a manutenção da lista de e-mails das pessoas.
- 5.25 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os anos letivos utilizados pela entidade.
- 5.26 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os tipos de veículos.
- 5.27 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, realizar o registro dos veículos utilizados pela entidade.
- 5.28 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 5.29 Possibilitar a manutenção da lista de telefones das pessoas.
- 5.30 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 5.31 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, definir a(s) rota(s) por matrícula dos usuários do transporte escolar.
- 5.32 Permitir registrar as situações da carteirinha de transporte escolar, para determinar a validade, suspensão e atividades sobre o uso do transporte escolar.
- 5.33 Possibilitar a manutenção da lista de e-mails das pessoas.
- 5.34 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os pontos da rota por meio do recurso de mapa.
- 5.35 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar as informações dos motoristas.
- 5.36 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, definir a(s) rota(s) por lotação física dos usuários do transporte escolar.
- 5.37 Possibilitar a manutenção da lista de telefones das pessoas.
- 5.38 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar a(s) apólice(s) de seguro de cada veículo utilizado pela entidade.
- 5.39 Permitir a integração de dados dos usuários entre os sistemas de gestão escolar e gestão do transporte escolar da fornecedora do produto
- 5.40 Possibilitar a manutenção da lista de telefones das pessoas.
- 5.41 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 5.42 Permitir que seja inserido uma foto no cadastro do aluno.
- 5.43 Possibilitar a manutenção da lista de e-mails das pessoas.
- 5.44 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os estabelecimentos de ensino da entidade.
- 5.45 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar as rotas por meio do recurso de mapa, proporcionando um acompanhamento da distância percorrida.
- 5.46 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.
- 5.47 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar as informações dos modelos de veículos utilizados pela entidade.
- 5.48 Possibilitar o registro do(s) responsável (eis) pelos usuários do transporte escolar.
- 5.49 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, definir a(s) a lotação(ões) física(s) de professores usuários do transporte escolar.
- 5.50 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, realizar a gestão de usuários do transporte escolar.
- 5.51 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, registrar os dados da carteirinha de transporte escolar.
- 5.52 Possibilitar a saída dos dados, com base nas informações disponíveis.

5.53 Permitir ao profissional responsável pelo controle do transporte escolar, definir os pontos de embarque e desembarque da rota.

5.54 Possibilitar o registro da filiação dos usuários do transporte escolar.

5.55 Permitir a visualização do itinerário conforme rota definida, por meio do recurso de mapa.

5.56 Permitir o registro de fornecedores de serviços do transporte escolar.

7.26. OBRAS

1) Permitir visualizar o resumo da execução da obra, visualizando os valores dos orçamentos, valor executado, período das medições e percentual executado da obra.

2) Permitir cadastrar responsáveis técnicos, informando além do seu nome, o CPF, qual o tipo de responsabilidade, o número do registro no CREA, RG, Endereço, Telefone e E-mail.

3) Permitir registrar os dados das movimentações das operações, dentre elas as paralisações, reinício, medições, cancelamento e conclusão das obras.

4) Possibilitar o registro das obras do município, possibilitando informar os dados principais, dentre eles a descrição da obra, o objeto, data do cadastro, local da obra, prazo de conclusão, centro de custo para o qual ela pertence, classificação, categoria, tipo de execução, tipo da obra e posição geográfica."

5) Permitir registrar medições da obra, informando o período da medição, responsável técnico, percentual físico, número do contrato, ato administrativo e valor correspondentes.

6) Possibilitar o registro da conclusão da obra, informando a data, o responsável técnico e o ato administrativo que oficializou a conclusão.

7) Possibilita controlar as medições da obra por contrato, aditivo e sem contrato.

8) Permitir reiniciar a obra após estar paralisada, informando a data do reinício.

9) Possibilitar cadastrar os tipos de obras, indicando nela a sua classificação, para melhor identificação das obras do município.

10) Permitir filtrar todas as situações das obras como não iniciadas, em andamento, paralisadas, canceladas e concluídas em um único lugar.

11) Permitir ao usuário configurar a estrutura organizacional a ser utilizada no exercício, onde ainda podem ser criadas novas configurações caso exista necessidade.

12) Permitir desativar o registro de um responsável técnico informando a data que o mesmo foi desativado.

13) Permitir visualizar e acompanhar as obras cadastradas, demonstrando as informações da sua descrição, tipo, data do cadastro, percentual já executado, situação atual.

14) Permitir cadastrar as categorias da obra, informando sua descrição.

15) Disponibilizar os dados dos registros efetuados para a criação de relatórios, scripts e validações

16) Permitir registrar os orçamentos das obras, informando o responsável técnico, tipo de planilha, data da inclusão e base, contrato firmado para a realização da obra, ato administrativo e valor.

17) Permitir visualizar o histórico das movimentações da obra, visualizando a data, situação e usuário que registrou a movimentação.

18) Possibilitar a utilização de filtros e realização de pesquisas, apresentando apenas os dados desejados pelo usuário.

19) Permitir registrar as possíveis paralisações da obra, informando a data, responsável técnico, ato administrativo e motivo.

20) Permitir configurar o código da obra, podendo ser manual ou automático.

21) Permitir cadastrar os dados correspondentes aos endereços, possibilitando informar os logradouros, condomínios, loteamentos, bairros, distritos, estados e municípios.

7.27. RELOGIO DE PONTO VIA INTERNET

6.1.

1) Possibilitar o registro de marcações de ponto por biometria, captando as biometrias nos

2) leitores homologados conforme abaixo:

3) Hamster III

4) Hamster DX

5) Suprema Biomini

6) Leitor HU20 - HUPx-AK (SECUGEM Pro)

7) Multilaser - GA151

8) Possibilitar ao usuário parametrizar o envio de e-mails de marcações.

9) Possibilitar que o usuário cadastre os relógios de marcações no sistema.

10) Possibilitar que o usuário cadastre as biometrias das pessoas no sistema.

11) Possibilitar que o usuário cadastre funcionários no sistema.

12) Possibilitar gerenciar as permissões de acesso dos usuários no sistema.

13) Permitir que as marcações sejam coletadas por meio eletrônico, sem a necessidade de registrar por um relógio físico.

14) Permitir gerenciar as permissões por grupo de usuário ou de cada usuário

15) individualmente.

16) Permitir a inclusão do brasão da prefeitura ou logotipo da entidade no cabeçalho dos relatórios e recibo de pagamentos.

17) Possibilitar a integração de funcionários via integrador Pessoal.

18) Possibilitar integração de funcionário autônomo pelo integrador pessoal quando este for conselheiro tutelar.

19) Possibilitar estilizar cores para datas específicas.

7.28. SOFTWARE DE GESTÃO DE INTRANET CORPORATIVA

1) solução deve permitir a gestão da comunicação interna e externa da entidade, por meio da troca de memorandos, circulares, comunicados, ofícios ou ainda outros tipos de comunicação que podem ser configurados para atender cenários específicos.

2) O acesso a ferramenta deve ser organizado por meio de grupos de trabalho, que organizam as tarefas em caixas de entrada do grupo e pessoal.

3) A ferramenta deve permitir ao usuário verificar na caixa de entrada do grupo as tarefas recebidas pelo seu grupo, sendo possibilitada a alteração da atribuição da tarefa para outro usuário do grupo.

4) O sistema deve permitir ao usuário na caixa de entrada pessoal uma visão das tarefas que lhe foram direcionadas, atribuídas ou

encaminhadas diretamente.

5) A solução deve possibilitar o registro completo e o histórico de todas as conversas dos usuários através da ferramenta.

6) A solução deve possibilitar o controle de visualização e leitura, proporcionando o acompanhamento dos usuários que estão interagindo com a tarefa encaminhada, com o registro de data e hora.

7) O sistema deve permitir aos usuários e grupos participantes adicionarem novos usuários e grupos, além de conseguirem adicionar despachos, anexar arquivos e arquivar a tarefa.

8) A solução deve permitir que uma tarefa seja encaminhada com o controle de privacidade, de modo, a garantir o sigilo de conversas apenas entre remetentes e destinatários.

9) A ferramenta deve possibilitar que um usuário remetente delegue a outro usuário a redação de uma tarefa, proporcionando ao remetente o acompanhamento em tempo real.

10) A ferramenta deve manter todo o histórico da comunicação em um formato de linha do tempo, com o registro de todas as interações realizadas em uma tarefa, desde o envio até o seu arquivamento.

11) A ferramenta deve permitir o controle de acesso por grupos de trabalho e controle de privacidade no envio e recebimento de tarefas.

12) A solução deve permitir a consulta de confirmações de leitura realizadas pelos participantes de uma tarefa.

13) A solução deve permitir a consulta de visualizações de uma tarefa por seus participantes.

14) O sistema deve possibilitar a criação e a personalização de tipos de tarefas, a fim de que seja possível definir as regras para o fluxo de comunicação pertinente para cada tipo (exemplo: memorando, circular, comunicado, ofício, etc.).

15) A ferramenta deve permitir o arquivamento das tarefas.

16) A solução de permitir a formatação do texto de uma tarefa (tamanho de fontes, cores, espaçamento, destaque para links, etc.).

17) A solução deve permitir ao usuário anexar documentos em uma tarefa para os formatos mais comuns: GIF, JPG, JPEG, AI, PSD, SVG, INDD, MP3, WAV, OGG, AVI, MPG, MPEG, M4V, PNG, MP4, 3GP, BMP, CSV, DOC, DOCX, MSG, EML, EMLX, EMLM, DOCM, XLS, XLSX, XLSM, PPT, PPTX, PPTM, PAGES, NUMBERS, PDF, RTF, DWG, ZIP, RAR, TXT, ODT, ODS, ODP, ODB, ODD, TIF, TIFF e CDR.

18) A ferramenta deve permitir ao usuário consultar grupos de trabalho participantes de uma tarefa.

19) A ferramenta deve possibilitar configurar a redação e o envio de tarefas por usuários distintos.

20) A ferramenta deve possibilitar o envio de tarefas para um ou mais grupos de trabalho ou para participantes específicos de um ou mais grupos de trabalho (aos cuidados de).

21) A solução deve permitir ao usuário ocultar tarefas arquivadas da caixa de entrada.

22) A solução deve permitir ao usuário consultar tarefas: arquivadas, enviadas, em rascunho.

23) A ferramenta deve possibilitar a consulta: de parte do conteúdo das tarefas sem ter que acessar cada tarefa; a última data da última atividade de uma tarefa; todas as atividades em uma tarefa de forma cronológica.

24) A ferramenta deve possibilitar destacar tarefas enviadas, encaminhadas e respondidas nas caixas de entrada, bem como as tarefas ao qual o participante confirmou leitura nas caixas de entrada.

25) O sistema deve possibilitar o armazenamento de tarefas que estão em edição em uma área de rascunhos para que sejam enviadas posteriormente.

26) O sistema deve possibilitar a configuração de: um tipo de tarefa para impedir que tarefas do respectivo tipo contenham despachos; tipo de tarefa para impedir que tarefas do respectivo tipo sejam encaminhadas para participantes de outros grupos de trabalho; hierarquias de grupos de trabalho para organização de acessos e controle de alçadas para tarefas pertinentes a grupos que possuem algum critério de afinidade organizacional (setores, equipes, estabelecimentos, etc.).

27) A solução de permitir ao usuário alternar entre grupos de trabalho ao qual um usuário participa sem sair do ambiente principal.

28) A ferramenta deve permitir ao usuário consultar hierarquia de grupos de trabalhos configuradas.

29) A ferramenta de possibilitar o controle de níveis de acessos por grupos de trabalho, com papéis para administrar ou operar tarefas em um grupo de trabalho onde administradores do grupo de trabalho possam conceder acesso a outros usuários sob o grupo ao qual administra.

30) O sistema deve ser acessível, em todas as suas funcionalidades, em dispositivos móveis (ex: celular, tablet, etc.)

7.29. SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO

1) Por motivos de segurança e organização dos dados o sistema deve possuir um editor de geometrias próprio no mesmo ambiente web (online), não permitindo à conexão de outros softwares no banco de dados.

2) O Sistema deve gerar um reticulado georreferenciado no mapa do município a fim de gerar os números de zonas, setores e retículas permitindo a geração das inscrições imobiliárias de forma automatizada.

3) O Sistema deve prover as informações necessárias e pertinentes ao cadastro imobiliário para promover a impressão ou a consulta de certidões, declarações, boletins do cadastro imobiliário e mapas de localização de imóveis e ruas, servindo de base de dados para a cobrança dos tributos IPTU, ITBI.

4) O Sistema deverá possuir acesso por nível de usuário, controlado por um administrador, responsável por conceder as permissões aos demais usuários, inclusive permitir o acesso aos contribuintes, via internet e de forma segura.

5) O sistema deverá originar todas as informações do cadastro imobiliário do município, sendo o único meio de inserir e alterar essas informações, devendo exportá-las em tempo real para o sistema tributário.

6) Os valores venais dos terrenos e das construções e as informações necessárias para a cobrança da taxa de lixo e demais receitas acessórias devem ser originadas e exportadas em tempo real para o sistema tributário sempre que houver movimentação nas informações cadastrais.

7) O sistema deverá ter configuração de margem de tolerância para as diferenças das geometrias e os dados cadastrais informados (exemplo: áreas dos terrenos e das construções), que será definida pelo administrador.

8) O sistema deve permitir o cadastro de entidades do ambiente externo conveniadas da prefeitura como por exemplo: Cartórios, Delegacias, Bombeiros, etc., as permissões de acesso dessas entidades devem ser definidas pelo administrador do sistema.

9) Os contribuintes proprietários de imóveis deverão ter acesso Restrito às suas informações cadastrais, ao espelho e arquivo georreferenciado de seus imóveis. O cadastrados contribuintes deverá ser feito via internet ou no atendimento presencial da prefeitura.

10) Do Cadastro de Quadras

a. O sistema deve permitir gerar as geometrias de quadras e seu número, sendo este escolhido de acordo com a posição da mesma no reticulado do município.

b. Sistema deve ter ferramenta específica para edição, desmembramento e remembramento de quadras renumerando os lotes

automaticamente quando for necessário.

11) Do Cadastro de Logradouros

- a. O sistema deve permitir a criação das geometrias de trecho de logradouros, vinculando-os a um logradouro já existente ou a um novo logradouro e vincular também esse trecho a uma seção, se houver.
- b. O Sistema deve permitir cadastrar o ponto inicial de um logradouro.
- c. O sistema deve possuir ferramenta específica para cortar ou unir trechos de logradouros.
- d. O sistema deve permitir a edição dos dados e da geometria dos logradouros, gerando histórico das informações cadastrais e possibilitando a consulta dos mesmos.
- e. O sistema deve permitir buscar e geolocalizar os logradouros no mapa.

12) Do Cadastro de Pessoas

- a. O controle e a gestão do cadastro de todas as pessoas físicas e jurídicas deverão ser feitas no sistema de geoprocessamento e exportados para o sistema tributário.
- b. O histórico de movimentação no cadastro de pessoas devem ser gravados, permitindo a consulta ou o relatório das mesmas com os usuários que as fizeram.
- c. O sistema deve disponibilizar no cadastro de pessoas a condição para informar qual o imóvel que a pessoa reside ou está sediada, usando o endereço do imóvel e evitando o preenchimento desses dados diretamente no cadastro da pessoa.
- d. O CPF/CNPJ deve ser validado, obrigatório e único no cadastro de pessoas, evitando duplicidades.
- e. No cadastro de endereço da pessoa ao ser informado o CEP o sistema deverá buscar os dados relacionados a esse CEP como por exemplo: Estado, Cidade, e Logradouro.
- f. O sistema deve permitir no cadastro de pessoas a inserção, visualização e exclusão de fotos e documentos.

13) Do Cadastro de Imóveis

- a. Todos os dados cadastrais pertinentes aos imóveis, incluindo seus proprietários e sócios, deverão ser importados do sistema tributário e armazenados no sistema de geoprocessamento para fins de correlacionamento com as geometrias correspondentes.
- b. O sistema deve gerar históricos de todas as alterações feitas no cadastro dos imóveis, podendo estes serem consultados a qualquer tempo.
- c. O BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) deverá ser composto de tabelas por item com a possibilidade de criação, alteração e exclusão destes itens pelo usuário administrador do sistema.
- d. O BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário) deverá ser apresentado, em tela ou impresso, com as características que formam a base de cálculo do imóvel, com os valores das construções, do terreno e do imóvel, as frações de áreas de uso comum do terreno e das construções, os fatores corretivos, as metragens de áreas e testadas, tudo de acordo com a localização em que o imóvel pertencer e com a legislação vigente.
- e. Para o cadastramento de um novo lote o sistema deverá exigir primeiramente que seja desenhada ou importada a sua geometria, devendo o sistema gerar sua inscrição imobiliária automaticamente, de acordo com a sua localização no território, o seu posicionamento na quadra e o sentido de numeração dos lotes definidos pelo administrador.
- f. Na criação ou edição de um lote o sistema deve mostrar as ruas mais próximas dele para que o usuário selecione. O sistema não deve permitir que um imóvel fique vinculado a uma rua que não seja uma das 4 mais próximas a ele.
- g. Na criação ou edição de um lote o sistema deve informar automaticamente o valor do m² do terreno de acordo com a PGV do município, sem permitir que um usuário possa editar essa informação, sendo a base para o cálculo do valor venal do imóvel que será exportado para o sistema tributário.
- h. Na criação ou edição de um lote o sistema deve calcular automaticamente a testada geométrica do lote em relação com a quadra informando para o usuário que poderá alterar antes de salvar, caso o usuário não informe o valor da testada o sistema deve utilizar a testada geométrica do lote. Caso o lote for encravado o sistema não precisará calcular.
- i. Um mesmo lote deve ter a condição de ter mais de uma unidade imobiliária vinculada, devendo neste caso, ser calculado o valor de cada unidade separadamente, de acordo com a fração do lote que essa unidade utilizar e suas características, incluindo neste o valor proporcional das áreas de uso comum territorial e predial.
- j. O sistema deve permitir que a(s) unidade(s) imobiliária(s) possa(am) ter ou não construções vinculadas, ou ainda que uma unidade possa ter mais de uma construção, (exemplo: casa, edícula e garagem separadas), devendo neste caso, o sistema calcular o valor de cada construção separadamente, de acordo com suas características, para compor o valor venal das construções da unidade.
- k. Quando houver um prédio com vários apartamentos ou salas (múltiplas unidades) o sistema deve ter esse prédio cadastrado uma única vez com sua área total e nas unidades permitir informar a área privativa de cada unidade, gerando assim as frações de áreas da(s) construção(ões).
- l. Para cadastrar uma construção o sistema deverá permitir desenhar ou associar a uma geometria já importada.
- m. O sistema deve ter rotinas específicas para desmembramentos e remembramentos de lotes mantendo todas essas modificações em históricos e garantido à auditoria de quem os fez.
- n. Boletins de Cadastro Imobiliário deverão ter à sua visualização ou impressão de qualquer ano a partir da data de implantação do sistema de geoprocessamento.
- o. Rotina específica para a transferência de proprietários de imóveis deverá estar disponível aos usuários visando a correção de cadastro e gerando histórico dessas movimentações.
- p. Ferramenta de busca de imóveis geolocalizando-os no mapa do território municipal devem estar disponíveis aos usuários através de consultas por: Nome do Proprietário, Código do Imóvel no Sistema Tributário e Inscrição Imobiliária.
- q. Ao editar o lote ou as informações do mesmo, o sistema deve avisar sempre que a área informada no cadastro e a área geométrica tiver uma diferença superior a margem de tolerância configurada.
- r. Ao editar informações das unidades o sistema deve mostrar as fotos e documentos que tiver associado a essa unidade, permitindo a inclusão e remoção dos(as) mesmos(as) e gravando a movimentação no histórico.

14) Das Validações de Geometrias Gerais

- a. As geometrias inferiores tem que estar contidas nas geometrias superiores por exemplo: a geometria da construção tem que estar contida na geometria da unidade, a unidade tem que estar contida no lote, o lote tem que estar contido na quadra e a quadra tem que estar contida no território do município.
- b. As geometrias que forem desenhadas ou importadas devem ser geometrias válidas, ou seja, o sistema não deve permitir à importação

ou o desenho de geometrias que contenham curvas, linha sobre linha ou ponto sobre ponto.

15) Das Validações de Geometrias de Logradouros

- a. A geometria de logradouro deve ser representado por linhas.
- b. O sistema não deve permitir que as geometrias de logradouros toquem as quadras ou lotes.

16) Das Validações de Geometrias de Quadras

- a. As geometrias de quadras devem ser importadas pelo sistema através de arquivos georreferenciados ou desenhadas nele na forma de polígonos.
- b. O sistema não deve permitir a sobreposição de quadras sobre quadras.

17) Das Validações de Geometrias de Lotes

- a. As geometrias de lotes devem ser importadas pelo sistema através de arquivos georreferenciados ou desenhadas nele na forma de polígonos.
- b. O sistema não deve permitir que as geometrias de lotes tenham sobreposição entre si, devendo os mesmos estar contidos na sua quadra de origem.

18) Das Validações de Geometrias de Unidades

- a. As geometrias de unidades devem ser representadas por polígonos e devem ser desenhadas através de ferramenta própria do sistema ou importadas de arquivos georreferenciados.
- b. O sistema não deve permitir que as geometrias de unidades tenham sobreposição entre si, devendo estar contidas no seu lote de origem.

19) Das Validações de Geometrias de Construções

- a. As geometrias de construções devem ser representadas por polígonos e devem ser desenhadas através de ferramenta própria do sistema ou importadas de arquivos georreferenciados.
- b. As geometrias de construções devem estar contidas no lote de origem ou unidade de origem se houver desenho.

20) Da importação das Geometrias do Cadastro Imobiliário Municipal

- a) O sistema da empresa vencedora do presente certame, deverá garantir a importação e o correlacionamento de toda a cartografia inerente ao cadastro imobiliário do sistema tributário, estando à mesma de acordo com seu manual de instrução para esse fim.

21) Dos Relatórios do Sistema

- a. Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) mostrando claramente as informações cadastrais do imóvel, valores venais, mapa de localização do imóvel com fotos do terreno e da construção e seu(s) proprietário(s).
- b. Os BCIs de imóveis pertencentes à condomínios, devem expressar as frações das áreas de uso comum do terreno e da construção com seus valores venais.
- c. BCIs de imóveis que tenham mais de uma construção, devem expressar as características individuais de cada uma delas bem como sua característica e o seu valor venal.
- d. Quando um prédio tiver múltiplas unidades o BCI deve expressar as características e a área que a unidade ocupa no prédio juntamente com o valor venal da construção proporcional a sua área.
- e. Relatório de Movimentação no cadastro de Imóveis permitindo o mesmo ser filtrado por usuário ou imóveis e períodos.
- f. Relatório de Averbações das alterações no cadastro de imóveis permitindo ser filtrado por usuário ou imóveis e períodos.
- g. Relatório dos Logradouros.
- h. Relatório dos Bairros.
- i. Relatório das exportações das movimentações do cadastro imobiliário originadas no sistema de geoprocessamento para o sistema tributário, permitindo selecionar o período desejado.
- j. Relatório de Produção dos usuários com informações relevantes para gestão das ações no cadastro: Quantidade de Imóveis Ativos, Imóveis Inativos, Imóveis Desmembrados, Imóveis Remembrados, Imóveis Construídos, Imóveis Não Construídos, Quantidade de Inserções e Alterações de Imóveis podendo selecionar um período e a lista de usuários com a quantidade produzida no período selecionado.
- k. O sistema deverá permitir ao administrador a criação de Relatórios/Certidões personalizadas de acordo com a necessidade.

7.30. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E MÓDULO AUDIÊNCIA PÚBLICA

- 1. Permitir cadastro estrutura administrativa do ente.
- 2. Possuir integração automática com sistema contábil, compras, recursos humanos.
- 3. Permitir a emissão de relatório gerencial mensal e anual com índices constitucionais, legais e gerencias consolidado ou por entidade gestora. (educação, fundeb, saúde, pessoal, execução orçamentária, etc).
- 4. Possibilitar a emissão de relatório de gestão com gráficos dos principais índices constitucionais, receitas, despesas.
- 5. Permitir a emissão do relatório Controle Interno Mensal e Bimestral.
- 6. Permitir a geração do relatório de prestação de contas Anual (PCA).
- 7. Permitir a emissão do relatório Circunstanciado. Parecer de Balanço.
- 8. Permitir Cadastro de Verificações. (check List).
- 9. Permitir execução de Auditorias com base em Check List.
- 10. Permitir geração de Notificações, Comunicados, Ofícios, Pareceres, Solicitações, Instruções Normativas;
- 11. Permitir encaminhar alertas para central de ações e e-mail (Correio Eletrônico) para o responsável da área setorial quando encerrar as respostas de todos quesitos de exame da área, para que possa proceder averiguação dos itens e digitar o parecer setorial.
- 12. Possuir na avaliação dos controladores, recurso para visualizar o histórico das ocorrências anteriores dos quesitos de exame.
- 13. Possuir painel para exibir as informações da avaliação do controle interno segregado por área setorial, fornecendo dados estatísticos como: total de verificações no exercício, no mês, total regulares, irregulares, ressalva e etc.
- 14. Permitir a importação de documentos digitalizados, relatórios, planilhas entre outros.
- 15. Permitir cadastro de Agenda de Obrigações.
- 16. Possuir rotina de lançamentos para acompanhamento da agenda de obrigações;
- 17. Disponibilização de uma base de dados de Verificações pré-cadastradas no sistema.
- 18. Permitir geração de pareceres diversos. (atos de pessoal, compras, transferências de recursos, etc);
- 19. Possuir anexos possibilitando a emissão mensal para acompanhamento da administração:
 - a. Resumo Geral da Despesa;
 - b. Acompanhamento físico e financeiro dos projetos/atividades previstas na LDO;

- c. Acompanhamento das Metas de Arrecadação;
- d. Acompanhamento do Cronograma de Desembolso;
- e. Demonstrativo Despesas por Funções, Subfunções;
- f. Demonstrativo da Despesa por Órgãos;
- g. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- h. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;
- i. Demonstrativo de gasto de Pessoal – Executivo, Legislativo – Consolidado;
- j. Demonstrativo de gasto de Pessoal por Órgão de Governo;
- l. Demonstrativo de Gasto com Saúde;
- m. Demonstrativo de Gasto com Educação;
- n. Demonstrativo de Gasto com FUNDEB 60%;
- o. Demonstrativo de Gasto com FUNDEB 100%;
- p. Demonstrativos diversos do Poder Legislativo;
- q. Balanço Orçamentário;
- r. Balanço Financeiro;
- s. Balanço Patrimonial;
- t. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- u. Demonstrativo da Dívida Fundada Interna;
- v. Demonstração da Dívida Flutuante.
- 20. Controle Execução Orçamentária por Fonte de Recurso;
- 21. Possibilidade de geração dos relatórios do sistema em diversas extensões (ex.: PDF, Word).
- 22. Possuir Modulo de Audiência Pública com apresentação em modo texto e gráficos com no mínimo os seguintes anexos:
 - a. Acompanhamento da Evolução da Execução Orçamentárias dos últimos 5 anos;
 - b. Acompanhamento da Evolução da Receita Corrente Líquida dos últimos 5 anos;
 - c. Acompanhamento das Metas de Arrecadação;
 - d. Acompanhamento do Cronograma de Desembolso;
 - e. Acompanhamento do Resultado Nominal e Primário;
 - f. Acompanhamento dos Índices e Educação, Saúde, Fundeb;
 - g. Acompanhamento dos Gastos de Pessoal. (Executivo, Legislativo e Consolidado);
 - h. Acompanhamento dos Restos a Pagar, Alienação de Ativos;
 - i. Acompanhamento das Ações previstas na LDO.
- 23. Possuir a geração de ATA;
- 24. Possuir a geração de Convite;
- 25. Possuir a geração de lista de presença.

7.31. APLICATIVO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR.

- 1) Permitir que os profissionais do município sejam vinculados ao sistema gerenciador das informações de saúde do município, e que possa ser definido um perfil específico para as ações relacionadas à Atenção Básica.
- 2) Permitir que no sistema gerenciador sejam definidas quais rotinas poderão ser utilizadas pelos profissionais que utilizarão o dispositivo móvel.
- 3) Permitir que os profissionais possam acessar o dispositivo móvel informando o usuário e a senha, conforme parâmetros do sistema gerenciador.
- 4) Permitir que o aplicativo realize a importação automática dos dados cadastrados no sistema gerenciador de saúde (bairros/logradouros, Profissionais, turmas), sempre que conectado à internet.
- 5) Permitir que as informações relacionadas às áreas de abrangências de cada Profissional Agente Comunitário de Saúde (Pacientes/Domicílios) sejam sincronizadas com o aplicativo.
- 6) Permitir que os cadastros sejam realizados mesmo que o dispositivo móvel não esteja conectado à internet.
- 7) Permitir que as equipes de Atenção Básica possam cadastrar famílias, registrar suas situações sócio-demográficas, problemas e condições de saúde que pertençam à sua área de abrangência.
- 8) Permitir que as equipes de Atenção Básica possam cadastrar os domicílios pertencentes a sua área de abrangência (Micro Área), bem como suas características sócio-sanitárias.
- 9) Permitir que os Agentes Comunitários de Saúde possam registrar as visitas domiciliares realizadas em sua área de abrangência (Micro Área)
- 10) Permitir que as equipes de Atenção Básica possam registrar as Atividades Coletivas, realizadas em sua área de abrangência (Micro Área)
- 11) Permitir que os cadastros realizados pelas equipes de Atenção Básica no dispositivo móvel possam ser sincronizados para o sistema gerenciador de saúde para a realização da produção e envio dos arquivos ao Ministério da Saúde.
- 12) Permitir que os dados cadastrados no sistema gerenciador de saúde (bairros/logradouros, Profissionais, turmas, pacientes e domicílios), também possam ser importados para o dispositivo móvel de forma manual, sendo que o usuário poderá informar quais informações deseja importar.
- 13) Permitir que o código do responsável familiar cadastrado no sistema do município seja usado para a pesquisa neste aplicativo.
- 14) Permitir que os Agentes Comunitários de Saúde possam registrar as visitas domiciliares realizadas em suas respectivas áreas de abrangência (micro áreas), conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
- 15) Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar as atividades coletivas, realizadas em sua área de abrangência (micro área), conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
- 16) Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar as fichas para avaliação de elegibilidade e admissão conforme os padrões do sistema e-SUS.
- 17) Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar o consumo alimentar dos pacientes conforme faixa etária.
- 18) Permitir que as equipes de saúde possam cadastrar turmas, possibilitando posteriormente vinculá-las às atividades realizadas nas unidades de saúde.
- 19) Permitir que todas as ações da Atenção Básica (cadastro individual, cadastro domiciliar e territorial, atendimento individual, atendimento odontológico, atividade coletiva, procedimentos, visita domiciliar e territorial, consumo alimentar, avaliação de elegibilidade, atendimento domiciliar) sejam exportadas para a base nacional.

20) Permitir que os profissionais responsáveis possam consultar as exportações realizadas, possibilitando a análise de possíveis inconsistências para que as devidas providências sejam tomadas.

7.32. GESTÃO DA SAÚDE

1. Permitir que os profissionais que utilizam o HORUS OU SIGAF tenham seus logins e senhas de acesso vinculados ao sistema para que possam sincronizar as informações referente aos medicamentos dispensados.
2. Possuir níveis de segurança para navegação web utilizando os protocolos HTTPS e SSL.
3. Permitir acesso do usuário utilizando certificados digitais.
4. Permitir que os usuários definam os atalhos que aparecerão no menu principal do sistema, de acordo com suas preferências ou atribuições.
5. Permitir a inclusão de profissionais pertencentes a municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada), possibilitando a solicitação via sistema, dos recursos definidos no pacto entre gestores, conforme a Portaria n.º 1.097 de 22 de maio de 2006.
6. Permitir a criação de grupos de usuários e papéis específicos para atribuir aos profissionais que executam as mesmas funções, possibilitando definir o nível de acesso dos profissionais vinculados a estes grupos: Poderão visualizar e editar ou apenas visualizar as informações do cadastro individual ou do cadastro de pacientes.
7. Permitir a inclusão e parametrização de profissionais das equipes de atenção básica, responsáveis pela coleta de informações nos domicílios dos pacientes, possibilitando vincular estes profissionais a um dispositivo móvel que possibilite a coleta das informações.
8. Permitir cadastrar com antecedência os períodos que contemplam os prazos para a geração da produção e realização do faturamento, as Competências.
9. Permitir que os parâmetros necessários ao faturamento sejam informados no momento da geração do arquivo para produção, conforme o layout do SIA (Sistema de Informação ambulatorial), possibilitando optar pelos tipos de financiamento, tipos de produção, órgão de destino, competência e estabelecimento.
10. Permitir a geração de arquivos de produção de BPA exclusivos para a Atenção Básica, outro arquivo de produção da Atenção Básica exclusivo para Atenção Especializada ou um único arquivo contemplando ambos os tipos de Atenção.
11. Possibilitar a geração de arquivos da produção ambulatorial dos estabelecimentos para a realização do faturamento das competências.
12. Possibilitar a visualização de inconsistências que impossibilitem a geração dos arquivos de produção para que sejam tomadas as devidas providências.
13. Permitir a visualização dos procedimentos contemplados pelo SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), possibilitando a alteração do parâmetro que determina se haverá necessidade de autorização antes de realizá-los.
14. Permitir o cadastro de Faixas Numéricas para Procedimentos que necessitem de autorização.
15. Permitir o cadastro de Teto Financeiro, possibilitando aos profissionais regularem os recursos financeiros conforme Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e da Programação Pactuada e Integrada (PPI).
16. Permitir o cadastro dos recursos pactuados com os municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) por competência, possibilitando aos gestores optarem pela forma como irão controlar esta oferta: Simplificada (determinando uma quantidade de consultas ou procedimentos); Orçamentária (determinando um teto financeiro para cada município pactuante).
17. Permitir que os profissionais dos municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) tenham acesso, onde poderão:
18. cadastrar de pacientes,
19. cadastrar laudos para TFD (Tratamento Fora do Domicílio),
20. cadastrar solicitações de exames e procedimentos,
21. cadastrar solicitação de agendamentos e consulta de cotas definida pelos municípios referências.
22. Permitir o cadastro da Ficha de Programação Orçamentária (FPO) para cada estabelecimento da entidade, possibilitando aos gestores um controle do orçamento por grupos de procedimentos, subgrupos, forma de organização ou procedimentos).
23. Permitir que as informações referentes ao controle de entrada e dispensa de medicamentos sejam sincronizadas com o sistema Hórus. Permitir ainda que seja possível visualizar as inconsistências de sincronização, caso ocorram.
24. Permitir a manutenção dos dados cadastrais de pacientes que tenham sido importados através do processo de barramento do Cartão SUS, conforme determina a Portaria 2.073, de 31 de agosto de 2011. O sistema também deve permitir o cadastro de pacientes que não tenham sido contemplados pelo processo de barramento.
25. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar as famílias, registrar suas situações sócio-demográficas, problemas e condições de saúde que pertençam à sua área de abrangência, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
26. Permitir que no cadastro de pacientes sejam adicionados dados necessários ao acompanhamento das equipes de Atenção Básica, possibilitando exportação para o sistema e-SUS.
27. Permitir que o cadastro de pacientes seja inativado: por óbito, mudança ou qualquer outro motivo que o leve a não ser mais acompanhado pelas equipes de saúde do município. Nos casos em que o paciente muda de endereço mas retorna depois de um tempo, o cadastro poderá ser reativado e a série histórica permanecerá registrada.
28. Permitir que cadastros duplicados de pacientes sejam analisados pelos profissionais, possibilitando a comparação das informações e a unificação cadastral.
29. Permitir a consulta dos profissionais vinculados ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) através do serviço de barramento, possibilitando o vínculo dos mesmos ao sistema.
30. Permitir a visualização dos cadastros de estabelecimentos oriundos do CNES.
31. Permitir o cadastro de Tipos de Estabelecimentos conforme a natureza ou tipo de Atenção prestada pelo mesmo. Os Tipos de Estabelecimentos devem estar de acordo com o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).
32. Permitir a consulta dos estabelecimentos vinculados ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) através do serviço de barramento, possibilitando o vínculo dos mesmos ao sistema.
33. Permitir o cadastro dos estabelecimentos que fornecem materiais (medicamentos, insumos, outros) à entidade, além dos laboratórios / fabricantes.
34. Permitir a visualização dos nomes de todos os Estados e Municípios brasileiros para que possam ser vinculados aos endereços dos pacientes. Permitir ainda o cadastro de bairros, loteamentos, logradouros e condomínios.
35. Permitir que na parametrização, seja possível determinar que o cadastro de pacientes seja realizado sem o preenchimento completo do

endereço.

36. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que um paciente possa ser cadastrado mesmo que não possua o número do CNS (Cartão Nacional de Saúde).
37. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que os profissionais possam cadastrar solicitações de agendamentos para especialidades ou procedimentos que não possuam agendas ativas. Esta informação é útil aos gestores, pois as solicitações de agendamentos é um indicador da demanda de pacientes.
38. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir o período que o sistema deverá emitir aos profissionais autorizadores, o alerta para a duplicidade dos procedimentos já autorizados para um paciente.
39. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que sejam cadastrados prontos atendimentos para os pacientes, mesmo que estes já possuam outros prontos atendimentos não finalizados para as mesmas especialidades ou para os mesmos procedimentos.
40. Permitir o cadastro de feriados municipais ou pontos facultativos, possibilitando a programação das agendas de consultas e procedimentos.
41. Permitir o cadastro dos veículos que serão utilizados pelo setor que controla o TFD (Tratamento Fora do Domicílio).
42. Permitir o cadastro da agenda para controle de viagens do setor de TFD (Tratamento Fora do Domicílio).
43. Permitir que no controle de viagens, os profissionais possam adicionar um acompanhante para o paciente, sendo que ao informar o nome completo do acompanhante, seus dados cadastrais aparecerão automaticamente na tela desde que esteja cadastrado no sistema.
44. Permitir o registro dos laudos médicos, possibilitando que posteriormente possam ser visualizadas e analisadas antes da autorização da remoção do paciente.
45. Permitir o cadastro de pedidos pra TFD (Tratamento Fora do Domicílio), possibilitando o vínculo do laudo como referência para o tratamento solicitado.
46. Permitir o cadastro de solicitações de Remoção para os pacientes que serão tratados fora do seu município de residência, possibilitando utilizar como referência as informações registradas nos Laudos e nos Pedidos de TFD. (Tratamento Fora do Domicílio).
47. Permitir o cadastro das agendas dos profissionais médicos, assim como dos procedimentos realizados nos estabelecimentos. As informações necessárias para a validação das agendas são obtidas das informações oriundas do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), como por exemplo, a carga horária dos profissionais ou os recursos oferecidos por cada estabelecimento de saúde.
48. Permitir que a entidade crie uma Central de Regulação de Agendamentos, onde as agendas das principais especialidades ou procedimentos de média e alta complexidade sejam criadas, mantidas e organizadas por um único setor, possibilitando aos demais estabelecimentos de saúde enviarem solicitações de agendamentos que serão analisadas pela Central e deferidas conforme a disponibilidade de vagas ou complexidade de atendimento.
49. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam consultar a cota de vagas disponíveis para a agendamentos.
50. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam solicitar agendamentos para consultas em especialidades, procedimentos ou exames laboratoriais.
51. Permitir que na solicitação de agendamentos, seja possível emitir um comprovante de autorização desde que a solicitação tenha sido deferida pelo estabelecimento executante.
52. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam consultar a situação das solicitações cadastradas (deferidas / não deferidas).
53. Permitir que os estabelecimentos de saúde tenham autonomia para cadastrarem agendamentos para consultas médicas ou para procedimentos, sem a necessidade de cadastrarem uma solicitação de agendamento.
54. Permitir que os agendamentos realizados sejam cancelados ou até mesmo transferidos para outras datas, sendo que quando isso ocorrer, outro paciente poderá ocupar a vaga que ficou aberta.
55. Permitir o registro no sistema do período ao qual o profissional médico ficará ausente, para que a agenda do mesmo fique indisponível durante este período.
56. Permitir que em cada competência sejam criadas cotas de agendamentos para cada estabelecimento de saúde.
57. Permitir que em cada competência seja criada uma reserva de agendamentos para uso exclusivo da secretaria de saúde.
58. Permitir a impressão de um comprovante de agendamento para que seja entregue ao paciente, informando o local do agendamento e o horário.
59. Permitir o registro dos contatos realizados com os pacientes sobre avisos de transferências ou cancelamentos de agendamentos, entre outros.
60. Permitir a definição de um parâmetro que possibilite o envio de mensagens aos pacientes, contendo informações do local e horário do agendamento.
61. Permitir via auditoria a visualização de informações relacionadas à cancelamentos de agendamentos.
62. Permitir o cadastro de prontos atendimentos, possibilitando que os profissionais informem a chegada do paciente no estabelecimento de saúde mesmo que não exista um agendamento prévio.
63. Permitir a impressão da FAA (Ficha de Atendimento Ambulatorial) durante o cadastro do pronto atendimento.
64. Permitir a organização da fila de atendimentos em guias que determinam os tipos de atendimentos (consultas / procedimentos).
65. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam ordenar os pacientes conforme critérios de avaliações compatíveis com as necessidades de cada paciente:
66. Situação: Agendado, aguardando, em atendimento, atendimento em aberto, cancelado, finalizado e encaminhado;
67. Origem: Agendamento, pronto atendimento ou retorno;
68. Prioridade: Idoso, gestante ou deficiente;
69. Urgência: Emergência, muito urgente, urgente, não urgente ou baixa complexidade.
70. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam iniciar o atendimento realizando a triagem que vai determinar a ordem do atendimento do paciente.
71. Permitir que na fila de atendimentos, os pacientes sejam ordenados conforme critérios de avaliação do Protocolo Manchester: Cor vermelha representando os casos de emergência; a cor laranja representando os casos muito urgentes; a cor amarela representando os casos urgentes; a cor verde representando os casos não urgentes; a cor azul representando os casos de baixa complexidade.
72. Permitir que na fila de atendimentos, os pacientes sejam encaminhados para outros estabelecimentos, desde que durante a realização da triagem, seja constatado que o estabelecimento que o atendeu não oferece os recursos necessários para o atendimento adequado à sua

necessidade.

73. Permitir que pacientes oriundos da demanda espontânea sejam adicionados à fila de atendimentos através do cadastro de prontos atendimentos.

74. Permitir que os pacientes adicionados à fila de atendimentos sejam direcionados aos profissionais ou setores responsáveis pelo atendimento, possibilitando que cada profissional possa visualizar apenas os pacientes encaminhados a ele.

75. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais médicos possam visualizar os dados registrados na triagem do paciente para que a partir dessas informações ele possa dar continuidade ao atendimento e realizar seus próprios registros (procedimentos realizados, anamnese, prescrição de medicamentos, diagnóstico, solicitação de exames, outros).

76. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam emitir o prontuário do paciente, possibilitando o registro manual das informações obtidas nos setores por onde o paciente passou.

77. Permitir que os nomes dos pacientes sejam exibidos em um painel de senhas localizado na recepção, possibilitando que os profissionais os chamem conforme ordenação da fila de atendimentos.

78. Permitir os profissionais de saúde registrem atendimentos compatíveis com a sua CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), possibilitando classificá-los por caráter (eletivo ou urgência) e origem (pronto atendimento, agendamento, retorno, outros).

79. Permitir a visualização dos procedimentos disponíveis no SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), possibilitando selecionar aqueles que estiverem compatíveis com a CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) do profissional responsável.

80. Permitir o registro das informações que compõem o Prontuário Eletrônico do Paciente, possibilitando que outros profissionais possam consultá-los posteriormente, desde que estejam habilitados a visualizar estes registros conforme a CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) e com os parâmetros definidos pelos administradores do sistema.

81. Permitir a visualização das informações coletadas na triagem, possibilitando o registro de novas informações, conforme a necessidade dos pacientes ou dos critérios de avaliação do profissional que o atendeu.

82. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar as informações seguindo o padrão da anamnese ou então o modelo SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Prescrição/Conduta).

83. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar as informações referentes ao exame físico realizado no paciente.

84. Permitir que no atendimento, os profissionais possam solicitar exames que o ajudem a chegar a um diagnóstico: Exames laboratoriais, exames citopatológicos, exames de mamografia.

85. Permitir que no atendimento, os profissionais médicos possam registrar as prescrições dos medicamentos indicados para o tratamento do paciente, possibilitando informar a quantidade, a duração do tratamento, a posologia, entre outras informações que auxiliem a administração do medicamento. Este registro deve possibilitar ainda que os profissionais possam visualizar os últimos medicamentos prescritos.

86. Permitir que no atendimento, os profissionais possam prescrever os tratamentos indicados ao paciente, possibilitando que a administração dos medicamentos necessários ao tratamento seja realizada no estabelecimento.

87. Permitir que no atendimento, os profissionais médicos possam vincular o CID (Classificação Internacional de Doenças) ao diagnóstico do paciente.

88. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar de tempo em tempo, a evolução do paciente quando este necessitar ficar em observação.

89. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar e emitir atestados para o paciente (médicos, comparecimento e de saúde).

90. Permitir que os atestados oriundos de atendimentos registrados no sistema possam ser encaminhados por e-mail para a empresa onde o paciente trabalha.

91. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar os encaminhamentos dos pacientes para outros estabelecimentos.

92. Permitir que um usuário realize um encaminhamento interno para paciente quando este estiver em atendimento na Atenção Básica. Esta ação deverá colocar o paciente novamente na Fila de Atendimentos para a continuidade do atendimento para uma especialidade ou para um procedimento.

93. Permitir que no atendimento, os profissionais possam cadastrar as solicitações para AIH (Autorização de Internação Hospitalar).

94. Permitir que no atendimento, os profissionais possam cadastrar os laudos para o TFD (Tratamento Fora do Domicílio), possibilitando que posteriormente esse registro possa ser visualizado e vinculado ao pedido de transporte.

95. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar no sistema os retornos de consultas solicitados pelos profissionais médicos, possibilitando utilizar o registro do atendimento como referência para a solicitação.

96. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar no sistema as solicitações de procedimentos de média e alta complexidade conforme indicação dos profissionais médicos.

97. Permitir que os profissionais da Central de Regulação possam consultar as solicitações de procedimentos de média e alta complexidade cadastradas nos estabelecimentos de saúde, possibilitando a análise que vai determinar no deferimento ou não deferimento da solicitação.

98. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar solicitações de exames citopatológicos a partir da indicação dos profissionais médicos, possibilitando que posteriormente os estabelecimentos executantes possam visualizar essa solicitação para realizarem o registro do exame e emitirem os resultados obtidos.

99. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar solicitações de exames de mamografias a partir da indicação dos profissionais médicos, possibilitando que posteriormente os estabelecimentos executantes possam visualizar essa solicitação para realizarem o registro do exame e emitirem os resultados emitidos.

100. Permitir que no atendimento, os dados cadastrais do paciente informado sejam inseridos automaticamente sempre que for necessário solicitar um exame de mamografia, exame citopatológico, AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e TFD (Tratamento Fora do Domicílio).

101. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar o laudo para AIH (Autorização de Internação Hospitalar), a partir das indicações do profissional médico que realizou o atendimento.

102. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar as solicitações de laudos para BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individual), possibilitando que procedimentos de média e alta complexidade possam ser adicionados a essa solicitação.

103. Permitir que os profissionais devidamente habilitados possam acessar os registros de atendimentos do paciente (Prontuário Eletrônico), possibilitando a visualização dos atendimentos realizados, dos agendamentos, dos medicamentos dispensados, os exames solicitados, os registros de tratamentos fora do domicílio (quando houver) e os medicamentos de uso contínuo. Por se tratar de informações que muitas vezes possuem caráter sigiloso, o acesso à essas informações são parametrizadas conforme o cargo ou as funções de cada profissional.

104. Permitir que sejam realizados os cadastros voltados para a Atenção Básica conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde

através do sistema e-SUS nos módulos CDS (Coleta de Dados Simplificado) e PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão).

105. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar os atendimentos individuais, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS (atendimento, procedimento e odontológico).
106. Permitir que no atendimento em atenção básica, os profissionais possam solicitar diferentes exames laboratoriais para diferentes estabelecimentos no mesmo registro, possibilitando que cada solicitação gere um número de protocolo.
107. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar os domicílios pertencentes à sua área de abrangência (micro área), bem como as suas características sociosanitárias, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
108. Permitir que os Agentes Comunitários de Saúde possam registrar as visitas domiciliares realizadas em suas respectivas áreas de abrangência (micro áreas), conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
109. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar as atividades coletivas, realizadas em sua área de abrangência (micro área), conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
110. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar as fichas para avaliação de elegibilidade e admissão conforme os padrões do sistema e-SUS.
111. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar o consumo alimentar dos pacientes conforme faixa etária.
112. Permitir que as equipes de saúde possam cadastrar turmas, possibilitando posteriormente vinculá-las às atividades realizadas nas unidades de saúde.
113. Permitir que todas as ações da Atenção Básica (cadastro individual, cadastro domiciliar e territorial, atendimento individual, atendimento odontológico, atividade coletiva, procedimentos, visita domiciliar e territorial, consumo alimentar, avaliação de elegibilidade, atendimento domiciliar) sejam exportadas para a base nacional.
114. Permitir que os profissionais responsáveis possam consultar as exportações realizadas, possibilitando a análise de possíveis inconsistências para que as devidas providências sejam tomadas.
115. Permitir o cadastro dos exames laboratoriais realizados no município, sejam eles ofertados por estabelecimentos públicos ou privados, possibilitando aos profissionais definirem todas as variáveis necessárias para a obtenção dos resultados.
116. Permitir que através de um editor de scripts, sejam cadastradas fórmulas específicas para cada elemento (variável) contemplado em um exame laboratorial. Permitir também que sejam cadastradas as variáveis (valores de referências e valores permitidos), possibilitando a obtenção de resultados mais precisos.
117. Permitir que os procedimentos mantidos pelo SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos) sejam vinculados aos exames laboratoriais cadastrados, possibilitando posteriormente a geração da produção.
118. Permitir que exames laboratoriais sejam solicitados conforme orientação médica, possibilitando aos estabelecimentos executantes (laboratórios) consultarem cada solicitação para então registrarem a coleta do material e posteriormente informarem os resultados que serão emitidos e entregue aos pacientes.
119. Permitir que sejam criadas para os laboratórios, agendas para a realização das coletas dos materiais que serão analisados, possibilitando definir a quantidade de coletas por agenda e determinar uma cota para cada estabelecimento solicitante.
120. Permitir que os resultados dos exames fiquem disponíveis no prontuário do paciente para que os profissionais que o solicitaram possam visualizá-los, possibilitando ainda a emissão destes resultados para entregar aos pacientes.
121. Permitir que na solicitação dos exames laboratoriais, os profissionais possam classificá-las conforme critérios de avaliação do Protocolo Manchester: Cor vermelha representando os casos de emergência; a cor laranja representando os casos muito urgentes; a cor amarela representando os casos urgentes; a cor verde representando os casos não urgentes; a cor azul representando os casos de baixa complexidade.
122. Permitir o cadastro de medicamentos imunobiológicos, possibilitando vinculá-los às estratégias (campanhas) de vacinação.
123. Permitir o cadastro de campanhas de vacinação, possibilitando informar características específicas como a data inicial e final, o imunobiológico utilizado na campanha, a etapa, o público alvo e a faixa etária.
124. Permitir o registro das ações de aplicação das vacinas.
125. Permitir o cadastro dos materiais (medicamentos e insumos) utilizados pelos estabelecimentos na dispensa aos pacientes, possibilitando ainda o cadastro de outros tipos de materiais utilizados pelos estabelecimentos de saúde (materiais médico-hospitalar, materiais de expediente, outros).
126. Permitir o cadastro dos dados que possibilitam a organização dos materiais nos estabelecimentos de saúde: Grupos, subgrupos e unidades de medidas.
127. Permitir que as unidades de medidas sejam vinculadas ao Horus, possibilitando que os medicamentos sigam o mesmo padrão de organização estabelecido pelo CATMAT (Catálogo de Materiais do Ministério da Saúde).
128. Permitir o cadastro de diferentes setores de custos nos estabelecimentos de saúde, possibilitando que no registro de entrada, os materiais possam ser vinculados aos seus respectivos setores (sala de enfermagem, odonto, outros).
129. Permitir o registro de toda ação que envolva a entrada dos materiais nos estabelecimentos de saúde, possibilitando que estes registros sejam organizados conforme sua natureza (normal, transferência ou devolução), além de informar o tipo de aquisição (licitação, doação, pregão, outros).
130. Permitir o registro de transferência de materiais entre os estabelecimentos de saúde do município.
131. Permitir que os estabelecimentos possam cadastrar solicitações de materiais e encaminhá-las ao almoxarifado ou para qualquer outro estabelecimento que possua estoque cadastrado, possibilitando que estes consultem cada solicitação, analisá-las e autorizá-las parcial ou integralmente.
132. Permitir que no registro de entrada dos materiais, os profissionais possam cadastrar perdas ou sinistros sempre que constatarem que um determinado item estiver com a quantidade física menor que a quantidade apresentada na nota.
133. Permitir o cadastro de um estoque crítico para os materiais que são considerados essenciais, sendo que quando um destes materiais chegar ao seu estoque crítico, o sistema irá alertar os profissionais sobre a necessidade de uma nova requisição.
134. Permitir o cadastro de uma programação física de materiais, possibilitando a criação de uma rotina de transferências entre o estabelecimento que fornece e o estabelecimento que solicita.
135. Permitir a realização da dispensa de medicamento a um paciente. Esta dispensa pode ser mediante de uma prescrição realizada no próprio sistema durante o atendimento ao paciente ou poderá ser feita de forma direta, ou seja, quando o paciente não estiver vinculado a um atendimento no sistema.
136. Permitir o registro do tratamento indicado para a administração do medicamento, possibilitando informar a via de administração, a

posologia, a duração do tratamento e outras observações que possam ser úteis ao paciente.

137. Permitir a visualização do histórico dos medicamentos retirados pelo paciente na mesma tela onde se realiza a dispensa dos mesmos, sem a necessidade de mudar de tela e sem que dados digitados durante a dispensa sejam perdidos.

138. Permitir que os medicamentos com a data de validade vencida possam ser transferidos aos estabelecimentos responsáveis em caráter de devolução.

139. Permitir que medicamentos de uso contínuo sejam preenchidos automaticamente, desde que estejam cadastrados no Acompanhamento do Paciente.

140. Permitir que os medicamentos dispensados sejam controlados em livro registro.

141. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão dos relatórios cadastrais disponíveis no sistema.

142. Permitir que os profissionais acompanhem as curvas de crescimento infantil, conforme as normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), possibilitando a visualização de gráficos que contenham: Peso para a idade; Estatura para a idade; IMC (Índice de Massa Corporal); Perímetro cefálico para a idade.

143. Permitir que na página inicial do sistema, os profissionais possam visualizar informações gerenciais referentes às seguintes informações, no mínimo:

i. Agendamentos (cancelados, faltas, desistência, atraso, outros);

ii. Atendimentos (nº de atendimentos realizados no mês, pacientes do município, pacientes de fora do município, nº de atendimentos de urgência);

iii. Materiais (nº de dispensas realizadas no mês, média diária, nº de materiais com estoque crítico, medicamentos a vencer no mês, medicamentos a vencer no próximo mês).

144. Permitir que os pacientes instalem gratuitamente em seus dispositivos móveis (tablets e smartphones) o aplicativo que possibilite a visualização de informações referente às consultas agendadas, aos atendimentos realizados, aos exames realizados e aos medicamentos dispensados.

145. Permitir o registro de procedimentos consolidados do e-SUS pelo BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado), possibilitando que posteriormente seja gerada a produção destes procedimentos para que seja realizado o faturamento.

146. Permitir que na emissão do receituário médico, os profissionais tenham a opção de imprimir todos os medicamentos contemplados na receita (prescrição) em um único documento, ou imprimir uma receita (prescrição) para cada medicamento.

147. Permitir que os usuários administradores tenham acesso ao cadastro que possibilite o registro de atendimentos na Atenção Especializada (Cadastro de Paciente), e também ao cadastro que possibilite o registro de atendimentos na Atenção Básica (Cadastro individual de pacientes).

148. Permitir a restrição do acesso às informações relacionadas ao acompanhamento do paciente. A restrição deverá ser de acordo com os grupos criados para os profissionais com a mesma CBO (Classificação Brasileira de Ocupação). A restrição aplica-se mesmo aos profissionais vinculados ao sistema como "usuários administradores" (de estabelecimentos).

149. Permitir aos munícipes a consulta dos agendamentos de consultas médicas programados nas unidades de Saúde do Município consultado via dispositivo móvel.

150. Permitir aos munícipes a consulta via dispositivo móvel, do seu histórico de atendimentos realizados em unidades de Saúde do município consultado via dispositivo móvel.

151. Possibilitar ao munícipe consultar o seu histórico de vacinas recebidas aplicadas em unidades de Saúde do município, via dispositivo móvel.

152. Possibilitar ao munícipe consultar o seu histórico de dispensa de medicamentos realizados pelo Município Consultado.

7.33. GESTÃO DE CEMITÉRIO

1. Permitir o cadastro e controle de vários cemitérios simultaneamente.

2. Permitir o cadastro e controle dinâmico de setores.

3. Permitir o cadastro e controle de sepulturas e seus respectivos responsáveis.

4. Permitir o cadastro e controle de falecidos.

5. Permitir a emissão de guias de exumação, realização de concessão de lotes e de sepulturas por prazo determinado ou indeterminado, com emissão de cobrança de taxas.

6. Permitir a emissão de relatórios de falecidos de um determinado período ou causa mortis e de toda sua movimentação.

7. Permitir a emissão de relatório das guias de cobrança das movimentações e sepultamentos em aberto (vencidas ou não) e pagas.

8. Permitir o emissão de relatório de todas as movimentações realizadas por cemitério e por tipo de movimento.

9. Propiciar a emissão de relatórios de ocupação de vagas do cemitério.

10. Permitir a realização de consulta detalhada de cada falecido, incluindo todos os dados do falecimento, sepultamento.

11. Permitir a elaboração de gráficos da ocupação do cemitério.

7.34. GESTÃO DE ASSINATURAS E DOCUMENTOS

1 Assinar documentos utilizando e-CPF

2 Realizar upload de documentos para assinatura

3 Acompanhar andamento das assinaturas realizadas pelos assinantes associados à um documento

4 Consultar histórico de documentos assinados

5 Assinar documentos utilizando e-CNPJ

6 Assinar documentos em massa

7 Consultar documentos por período

8 Realizar o download de documentos assinados

9 Assinar lotes de documentos

10 Gerenciar e compartilhar certificados de entidades

11 Gerenciar certificados de usuários

12 Assinar documentos com certificados no servidor

13 Consultar documentos assinados pelo nome do documento, solicitante, assinante e natureza

14 Assinar documentos utilizando certificado A3

- 15 Assinar documentos a partir de funcionalidades de uma aplicação (Suíte Cloud, extensões de scripts e relatórios, aplicações de terceiros)
- 16 Assinar documentos utilizando e-CPF
- 17 Assinar documentos com múltiplos assinantes
- 18 Assinar documentos em formatos TXT, PDF, XML, P7S
- 19 Consultar documentos assinados através de rótulos personalizados
- 20 Gerar certificados digitais

MODULO DOCUMENTOS

- 1 Permitir a visualização de anexos dos documentos
- 2 Permitir a pré-visualização dos arquivos anexados a um documento
- 3 Permitir a realização do download dos anexos de um documento
- 4 Permitir enviar documentos excluídos para lixeira
- 5 Permitir a configuração de campos adicionais em documentos
- 6 Permitir controlar a versão de arquivos anexados a um documento
- 7 Controlar os níveis de acesso para leitura e escrita de documentos compartilhados
- 8 Permitir compartilhar documentos com outros usuários
- 9 Permitir auditar todas as operações realizadas em um documento (criação, alteração, exclusão, compartilhamento)
- 10 Permitir localizar documentos pelo nome, autor e pelo conteúdo dos arquivos anexados
- 11 Permitir localizar documentos pelo texto em imagens anexadas
- 12 Permitir acessibilidade a todas as funcionalidades em dispositivos móveis
- 13 Permitir criar fluxos de trabalho para validação e aprovação de documentos
- 14 Permitir obter documentos e arquivos anexos diretamente de caixas de email
- 15 Permitir organizar documentos em pastas

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

Licenciamento de uso dos aplicativos:

0.1. PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Planejamento Público	Ilimitado			
3	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
4	12	Mês	Patrimônio Público	Ilimitado			
5	12	Mês	Folha de Pagamento	Ilimitado			
6	12	Mês	Ponto eletrônico	Ilimitado			
7	12	Mês	Recursos Humanos	Ilimitado			
8	12	Mês	Contra-cheque on-line	Ilimitado			
9	12	Mês	E-Social	Ilimitado			
10	12	Mês	Tributação e Arrecadação	Ilimitado			
11	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS	Ilimitado			
12	12	Mês	Atendimento ao Cidadão	Ilimitado			
13	12	Mês	Notas Fiscais Eletrônicas	Ilimitado			
14	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
15	12	Mês	Almoxarifado	Ilimitado			
16	12	Mês	Protocolo	Ilimitado			
17	12	Mês	Procuradoria	Ilimitado			
18	12	Mês	Obras	Ilimitado			
19	12	Mês	Gestão Educacional	5			
20	12	Mês	Gestão Pais e Alunos	Ilimitado			
21	12	Mês	Gestão Professores	Ilimitado			
22	12	Mês	Merenda Escolar	2			
23	12	Mês	Transporte Escolar	2			
24	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado			
25	12	Mês	Monitoramento de Notas Fiscais	Ilimitado			
26	12	Mês	Portal da Gestão	Ilimitado			
27	12	Mês	Relógio Ponto via Internet	Ilimitado			
28	12	Mês	Software de gestão de intranet corporativa	Ilimitado			
29	12	Mês	Geoprocessamento	Ilimitado			
30	12	Mês	Controle interno	Ilimitado			
31	12	Mês	Gestão de Cemitério	Ilimitado			
32	12	Mês	Assinaturas e Documentos	Ilimitado			
VALOR TOTAL R\$							

0.2. FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIAL DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado			
5	12	Mês	Obras	Ilimitado			
6	12	Mês	Gestão da Assistência Social	Ilimitado			
VALOR TOTAL R\$							

0.3. FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado			
5	12	Mês	Obras	Ilimitado			
VALOR TOTAL R\$							

0.4. HOSPITAL AMERICO CAETANO DO AMARAL:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado			
5	12	Mês	Obras	Ilimitado			
VALOR TOTAL R\$							

0.5. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado			
5	12	Mês	Obras	Ilimitado			
6	12	Mês	Gestão da Saude	5			
VALOR TOTAL R\$							

0.6. CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado			
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado			
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado			
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado;			
5	12	Mês	eSocial	Ilimitado			
6	12	Mês	Recursos Humanos	Ilimitado			
7	12	Mês	Folha de Pagamento	Ilimitado			
8	12	Mês	Patrimônio	Ilimitado			
VALOR TOTAL R\$							

0.7. SERVIÇOS TÉCNICOS:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	XXX	----	XXX
2.	200	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos sistemas, quando solicitado, executados na sede da Entidade	XXX	----	XXX
3.	200	Hora	Serviços Técnicos executados na sede da contratada	XXX	----	XXX
VALOR TOTAL R\$						

- a) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias as contar da entrega dos envelopes.
b) Prazo e local para entrega: conforme estabelecido no edital.
c) Concordo com todas as exigências do Edital.

LOCAL/DATA

Nome completo e Assinatura do responsável legal e carimbo da Empresa

Este documento deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02

ANEXO III**Modelo de Credenciamento**

Nome da Empresa

Papel Timbrado

Através da presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF/MF sob nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº XX/2021, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, fazer lances de preço, interpor recurso ou dele desistir e praticar todos os demais atos inerentes ao certame., dede 2021.

(assinatura do representante legal da Proponente) com firma reconhecida

Observação: Esta Declaração deverá vir acompanhado de cópia do Contrato Social ou Estatuto (original ou fotocópia autenticada).
Este documento deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02

ANEXO IV**Modelo Declaração**

Nome da empresa

Papel Timbrado

DECLARAÇÃO

O representante legal da Empresa, na qualidade de proponente do processo licitatório, sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº xx/2021, instaurado pela Prefeitura, declara para os fins de direito que a referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo edital de licitação. de de 2020. (assinatura do representante legal da Proponente) OBSERVAÇÃO: A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO IMPLICARÁ NA EXCLUSÃO DO INTERESSADO NESTA LICITAÇÃO

Esta Declaração deverá integrar o envelope nº 02 documentos de Habilitação

ANEXO V**Declaração de Regularidade**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, declara, perante à Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

LOCAL E DATA

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa proponente possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO VI**MINUTA DE CONTRATO**

Pregão Presencial nº.

Processo nº.

CONTRATO DE LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A MUNICIPALIDADE DE BOM JARDIM DA SERRA - SC E *****.

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA -SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 82.844.754/0001-92 sediada na R. Manoel Cecílio Ribeiro, 68 - SC, CEP 88.640-000, neste representado por seu Prefeito Municipal Pedro Luiz Ostetto doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e ***** Inscrita no CNPJ/MF sob n.º ***** com Inscrição Estadual sob nº ***** com sede na ***** nº, Bairro ***** na cidade de ***** CEP: ***** neste ato representada por seu ***** Sr. ***** denominado CONTRATADA, tendo em vista o preço homologado na licitação por PREGÃO PRESENCIAL Nº *****/20****, de conformidade com a Lei n.º 8.666/93, regulamentada pelo Decreto nº 7.892/2013, e demais normas legais pertinentes mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O objeto do presente contrato é o licenciamento de sistemas de Gestão da Administração Pública Municipal conforme especificações constantes do Termo de Referência e do Edital, objeto do Pregão Presencial nº. *****/2021 que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição, correspondendo aos itens.

DA EXECUÇÃO

Cláusula Segunda: O fornecimento do objeto do presente contrato será realizado mensalmente conforme requisitado pelo Setor competente.

DO PREÇO

Cláusula Terceira: O preço, para a presente contratação, é no valor total de R\$ ***** (*****), sendo discriminados conforme abaixo:

1. PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Planejamento Público	Ilimitado		
3	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
4	12	Mês	Patrimônio Público	Ilimitado		
5	12	Mês	Folha de Pagamento	Ilimitado		
6	12	Mês	Ponto eletrônico	Ilimitado		
7	12	Mês	Recursos Humanos	Ilimitado		
8	12	Mês	Contra-cheque on-line	Ilimitado		
9	12	Mês	E-Social	Ilimitado		
10	12	Mês	Tributação e Arrecadação	Ilimitado		
11	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS	Ilimitado		
12	12	Mês	Atendimento ao Cidadão	Ilimitado		
13	12	Mês	Notas Fiscais Eletrônicas	Ilimitado		
14	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
15	12	Mês	Almoxarifado	Ilimitado		
16	12	Mês	Protocolo	Ilimitado		
17	12	Mês	Procuradoria	Ilimitado		
18	12	Mês	Obras	Ilimitado		
19	12	Mês	Gestão Educacional	5		
20	12	Mês	Gestão Pais e Alunos	Ilimitado		
21	12	Mês	Gestão Professores	Ilimitado		
22	12	Mês	Merenda Escolar	2		
23	12	Mês	Transporte Escolar	2		
24	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado		
25	12	Mês	Monitoramento de Notas Fiscais	Ilimitado		
26	12	Mês	Portal da Gestão	Ilimitado		
27	12	Mês	Relógio Ponto via Internet	Ilimitado		
28	12	Mês	Software de gestão de intranet corporativa	Ilimitado		
29	12	Mês	Geoprocessamento	Ilimitado		
30	12	Mês	Controle interno	Ilimitado		
31	12	Mês	Gestão de Cemitério	Ilimitado		
32	12	Mês	Assinaturas e Documentos	Ilimitado		
VALOR TOTAL R\$						

2. FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS. SOCIALDE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado		
5	12	Mês	Obras	Ilimitado		

6	12	Mês	Gestão da Assistência Social	Ilimitado		
VALOR TOTAL R\$						

3.FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA/ADOLESCENTE DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado		
5	12	Mês	Obras	Ilimitado		
VALOR TOTAL R\$						

4.HOSPITAL AMERICO CAETANO DO AMARAL

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado		
5	12	Mês	Obras	Ilimitado		
VALOR TOTAL R\$						

5..FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JARDIM DA SERRA

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado		
5	12	Mês	Obras	Ilimitado		
6	12	Mês	Gestão da Saude	5		
VALOR TOTAL R\$						

6. CAMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	12	Mês	Contabilidade Pública	Ilimitado		
2	12	Mês	Compras, Licitações e Contratos	Ilimitado		
3	12	Mês	Tesouraria	Ilimitado		
4	12	Mês	Portal da Transparência	Ilimitado;		
5	12	Mês	eSocial	Ilimitado		
6	12	Mês	Recursos Humanos	Ilimitado		
7	12	Mês	Folha de Pagamento	Ilimitado		
8	12	Mês	Patrimônio	Ilimitado		
VALOR TOTAL R\$						

4. SERVIÇOS TÉCNICOS:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	01	----	XXX
2	200	Hora	Serviços Técnicos, após implantação dos sistemas, quando solicitado, executados na sede da Entidade	01	----	XXX
3	200	Hora	Serviços Técnicos executados na sede da contratada	01	----	XXX
VALOR TOTAL R\$						

Parágrafo primeiro: O faturamento do licenciamento mensal deverá ocorrer a partir da cessão do direito de uso, que ocorre mediante disponibilização das chaves e senhas de acesso.

DAS LICENÇAS DE USOS DOS SISTEMAS

Cláusula Quarta: O CONTRATADA desenvolvedora ou representante dos sistemas licitados, concede à CONTRATANTE o direito de uso das licenças dos sistemas temporariamente e a título não exclusivo durante o período de vigência do presente contrato.

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA deverá possuir poderes irrestritos para modificação dos códigos-fontes e executáveis durante a vigência contratual, garantindo a aderência à legislação Federal e Estadual em face de alterações posteriores.

Parágrafo segundo: A CONTRATANTE é vedada à sublocação a qualquer título, bem como, cessão, empréstimo, arrendamento ou transferência dos sistemas licenciados, assim como realizar ou permitir a realização engenharia reversa por terceiros, a decompilação ou a decomposição dos sistemas licenciados.

Parágrafo terceiro: Por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas web deverão permanecer on-line por no mínimo 96% do tempo de cada mês civil.

Parágrafo quarto: A CONTRATADA não será responsabilizada por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar

os sistemas.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Cláusula Quinta: O presente contrato vigorará durante doze meses a partir da data de sua assinatura e publicação no diário oficial, podendo ser prorrogado por até 48 meses, nos termos do artigo 57, IV da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro: Em casos de extinção natural ou rescisão antecipada deverá a CONTRATADA fornecer a base de dados ou prover meios de acesso para obtenção de backup da mesma pela CONTRATANTE.

Cláusula Sexta: Fica expressamente previsto neste contrato, a possibilidade de acréscimo ou redução das quantidades licitadas, respeitando o limite de 25% (vinte e cinco por cento) fixado pelo artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Cláusula Sétima: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do serviço prestado, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal, sendo realizado através de transferência bancária, devendo a empresa contratada manter conta bancária ativa, para realização do pagamento, ou através de boleto bancário.

Parágrafo primeiro: O faturamento do licenciamento mensal deverá ocorrer a partir da cessão do direito de uso, que ocorre mediante disponibilização das chaves e senhas de acesso.

Parágrafo segundo: Em caso de atraso nos pagamentos será o mesmo corrigido monetariamente, durante o período de inadimplência, de acordo com o INP-C acumulado e juros moratórios à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

Parágrafo terceiro: Os valores serão reajustados a cada 12 meses, pelo índice INP-C acumulado no período, cuja data base será a data de apresentação da proposta, podendo ser registrado por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão no mesmo dia do prazo limite estabelecido.

Parágrafo quarto: Os valores poderão ser revistos somente nos termos do artigo 65, I, d da Lei 8.666/93.

Parágrafo quinto: As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

Cláusula Oitava: As despesas decorrentes do licenciamento do Direito de uso dos sistemas objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

XX
XX
XX

Cláusula Nona: O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº *****/2021, cujos termos logo constituem parte integrante da presente avença.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Décima: A CONTRATANTE deverá:

Parágrafo primeiro: Realizar o pagamento dos serviços contratados no prazo avençado.

Parágrafo segundo: Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

Parágrafo terceiro: Manter pessoal habilitado para operacionalização dos sistemas.

Parágrafo quarto: Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização dos sistemas licenciados, incluindo:

i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas.

ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

iii. Priorizar o atendimento dos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

Parágrafo quinto: Realizar a digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados dos sistemas.

Parágrafo sexto: Conferir os resultados obtidos na utilização dos sistemas licenciados. Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro dos sistemas.

Parágrafo sétimo: Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer sistema contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

Parágrafo oitavo: Realizar a atualização dos sistemas para as últimas versões no prazo de até 60 dias.

Cláusula Décima-Primeira: A CONTRATADA deverá:

Parágrafo primeiro: Prestar os serviços contratados na forma e no prazos avençados.

Parágrafo segundo: Prestar suporte técnico na operacionalização dos sistemas contratados, aos usuários devidamente treinados, nos termos previstos no edital.

Parágrafo terceiro: Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

Parágrafo quarto: Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos sistemas, causadas por problemas originados dos códigos-fontes.

Parágrafo quinto: Tratar como confidenciais as informações e dados contidos nos sistemas da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

Parágrafo sexto: Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Parágrafo sétimo: Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

Parágrafo oitavo: Realizar as modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, durante a vigência do contrato, em prazos compatíveis com a legislação, desde que não afetem a estrutura dos sistemas.

Parágrafo novo: Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas,

a CONTRATADA deverá indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização dos sistemas.
Parágrafo décimo: As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula Décima-Segunda: A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

Parágrafo primeiro: A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no parágrafo 3º da Cláusula Sétima poderá ser executado por simples apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

DAS PENALIDADES

Cláusula Décima-Terceira: Ocorrendo a inexecução total ou parcial das cláusulas contidas no presente contrato, estará o faltoso sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com esse Município, por prazo não superior a 05 (cinco) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o Município, que será concedida sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo primeiro: A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal, sendo facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação, sendo que da decisão final decorrerá imediata comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo segundo: As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo terceiro: Incorrendo o licitante numa das hipóteses descritas nas alíneas "a" e "b" do caput será sancionado com a multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor proposto pelo faltoso, considerando-se a quantidade total pretendida.

Parágrafo quarto: A aplicação da penalidade "multa" não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e venha a aplicar, cumulativamente, as sanções previstas no caput, alíneas "c" e "d".

Parágrafo quinto: As sanções dispostas nas alíneas "c" e "d" do caput poderão ser também aplicadas àquelas que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8.666/1993:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

DA RESCISÃO

Cláusula Décima-Quarta: A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal 8.666/93 ou extinção natural pelo decurso do prazo, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

Parágrafo primeiro: A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

DO FORO

Cláusula Décima-Quinta: As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de São Joaquim para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Bom Jardim da Serra,

MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

Pedro Luiz Ostetto

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

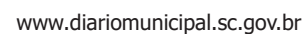
Nome:

CPF n.º

Nome:

CPF n.º

Publicação Nº 3004097



Bom Jesus

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2021

Publicação Nº 3004817

MUNICIPIO DE BOM JESUS – SC
Extrato de Edital

Edital de Credenciamento nº 2/2021
Processo Licitatório nº 32/2021

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis, encontra-se aberto neste Município edital de credenciamento de emissoras de rádio AM e FM localizadas em até 40 km de distância de Bom Jesus, para divulgação dos atos e atividades oficiais da municipalidade durante o exercício de 2021. Os interessados poderão solicitar o Credenciamento pessoalmente até o dia 13/05/2021 às 9h. Maiores informações ou a cópia da íntegra do presente edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bom Jesus, na Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus, em horário de expediente, ou pelo telefone (0xx49)3424-0181, ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

Bom Jesus/SC, 28 de abril de 2021.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

Publicação Nº 3004820

MUNICIPIO DE BOM JESUS - SC
Extrato de Edital

Edital de Pregão Presencial nº 14/2021 - Sistema de Registro de Preços
Processo Licitatório nº 33/2021

Município de Bom Jesus – SC, torna público, a todos os interessados, para que, querendo, apresente cotação para os objetos desta LICITAÇÃO do tipo Menor Preço por Item, em conformidade com a Lei n. 10.520 de 17/07/02 e Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Municipal nº 70/2018, e suas alterações, bem como nas condições deste, com a entrega dos envelopes, contendo os documentos para habilitação e proposta, no Setor de Licitações, para o dia 11/05/2019 às 08h00min, e a abertura dos mesmos a realizar-se no dia 11/05/2019 às 08h15min, cujo objeto consiste na prestação de serviços de recauchutagem, recapagem e vulcanizações de pneus para frota municipal de veículos, caminhões e máquinas, de acordo com a necessidade. Poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Bom Jesus, na Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus, em horário de expediente, ou pelo telefone (0xx49) 3424-0181, ou no site www.bomjesus.sc.gov.br.

Bom Jesus (SC), 28 de abril de 2021.

Rafael Calza
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA POR CREDENCIAMENTO Nº. 08-2021

Publicação Nº 3004455

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 995/2021
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº. 08/2021

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que está aberto o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas e exames de média e alta complexidade, o credenciamento estará aberto até o dia 31 de dezembro de 2021, a documentação deverá ser entregue junto ao setor de licitações, no Centro Administrativo Municipal. O Processo será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 28 de abril de 2021.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

576.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE WILLIAN S. REZENDE

Publicação Nº 3003330

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 576/21 de 23.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 14 de abril com término no dia 16 de abril de 2021, ao funcionário Willian Senna Rezende, ocupante do cargo de Professor I – 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Barbaquá.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

577.04.21 - P. FÉRIAS FERNANDO PEREIRA

Publicação Nº 3003333

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 577/21 de 23.04.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário Fernando Pereira, Ocupante do cargo de Motorista Socorrista - Padrão I – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Samu, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia do dia 19 de abril com término no dia 28 de abril de 2021 e os 20 (vinte) para gozá-las a contar do dia 29 de abril com término no dia 18 de maio de 2021, conforme requerimento n.º 21/2021 de 22 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

578.04.21 - P. DES. AG. SAUDE ELI AP. B. ALTHOFF

Publicação Nº 3003335

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 578/21 de 23.04.21

Designa Agente de Saúde Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Eli Aparecida Borba Althoff, para exercer o cargo de Agente de Saúde – nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde – ACS – Bairro Centro, no período de 23 de abril com término no dia 31 de dezembro de 2021, para Contratação de Agente Comunitário de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitário de Saúde – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: em virtude do excepcional interesse público, causado pela pandemia de Covid-19 e em virtude da aposentadoria da servidora Iolete de Fatima Guckert Zelazowski que se aposentou. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

579.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE FRANCISLENE W. MORETTI

Publicação Nº 3003336

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 579/21 de 23.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 21 de abril com término no dia 23 de abril de 2021, a funcionária Francislene Werlich Moretti, Ocupante do cargo de Monitor de Creche – Nível 16, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

580.04.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. JACKELINE S. ABREU

Publicação Nº 3003338

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 580/21 de 23.04.21
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 19 e 20 de abril de 2021, a funcionária Jackeline Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Professor de Artes – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – ESCUA.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

581.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE FABIANA D. SILVA

Publicação Nº 3003339

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 581/21 de 23.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 22 de abril com término no dia 26 de abril de 2021, a funcionária Fabiana Duarte da Silva, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

582.04.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. JACKELINE S. ABREU

Publicação Nº 3003342

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 582/21 de 23.04.21
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (um) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 22 de abril de 2021, a funcionária Jackeline Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Professor de Artes – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – ESCUA.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

583.04.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. JACKELINE S. ABREU

Publicação Nº 3003344

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 583/21 de 23.04.21
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (um) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 23 de abril de 2021, a funcionária Jackeline Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Professor de Artes – Nível 22, do Quadro de

Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – ESCUA.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

584.04.21 - P.LIC. MOT. P. FAM. JACKELINE S. ABREU

Publicação Nº 3003346

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 584/21 de 26.04.21
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 01 (um) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 26 de abril de 2021, a funcionária Jackeline Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Professor de Artes – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – ESCUA.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

585.04.21 - P. ISOL. DOM. ROSEMARI AP. POGGERE

Publicação Nº 3003348

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria nº 585/21 de 26.04.2021
DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO DE SERVIDORA EM ISOLAMENTO DOMICILIAR

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC); o Decreto nº 63/20 de 17.07.20; o Decreto Estadual Nº 587, de 30 de Abril de 2020 e Conforme: Laudo Médico;

RESOLVE:

Tornar público a concessão de afastamento no período de 24 de abril de 2021 com previsão de termino no dia 02 de maio de 2021, por motivo da necessidade de isolamento domiciliar, a funcionária Rosemari Aparecida Poggere, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 50 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher e Escola do Campo Barbaquá.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

586.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE CARLOS A. CRUZ

Publicação N° 3003349

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 586/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 24 de abril com término no dia 24 de maio de 2021, ao funcionário Carlos Alberto da Cruz, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão I – Nível 5, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

587.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE CLARICE A. SCHLEMPER

Publicação N° 3003434

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 587/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 12 de abril com término no dia 16 de abril de 2021, a funcionária Clarice Amilda Schlemper, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

588.04.21 - P.LIC.TRAT.SAUDE TEREZINHA CHINI

Publicação N° 3003435

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 588/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 06 (seis) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar

do dia 19 de abril com término no dia 24 de abril de 2021, a funcionária Terezinha Chini, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

589.04.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DANIELA MATEUS

Publicação N° 3003436

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 589/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 23 de abril de 2021, a funcionária Daniela Mateus, Ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem, Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

590.04.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA ROSSI

Publicação N° 3003440

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 590/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 16 de abril de 2021, a funcionária Fabiana Rossi, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário – Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa Saúde Bucal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

591.04.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE BERENICE SCHLEMPER

Publicação N° 3003441

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 591/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 23 de abril de 2021, a funcionária Berenice Schlemper, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

592.04.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA ROSSI

Publicação N° 3003444

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 592/21 de 26.04.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 26 e 27 de abril de 2021, a funcionária Fabiana Rossi, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário – Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa Saúde Bucal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de abril de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 52/2021

Publicação Nº 3004024

Decreto nº 052/2021

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo – SC, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0586/2008, de 25.05.2008 e Lei Municipal nº 0648/2010 de 31.03.2010, etc...

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Saneamento Básico, de acordo com as Leis Municipais nº 0586/2008 de 21.05.2008 e 0648/2010 de 31.03.2010, terá a seguinte composição:

I – Por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: Denilson Joenck

Suplente: Alair Franz Hein

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Mara Eliza Schaade

Suplente: Jessé Valente

c) Câmara de Vereadores:

Titular: Mateus Payerl

Suplente: Amanda T. Trainotti

II – Por 03 (três) representantes de entidades não governamentais, representantes de entidades filantrópicas ou de organização Social legalmente constituídas, sendo:

a) Um representante da APP – Associação de pais e Professores da Escola Básica Adriano Mosimann da localidade de Serril:

Titular: Deivid Lottin da Silva

Suplente: Gláucea Alma larsen

b) Um representante da Associação dos Aquicultores:

Titular: Rubens Georg

Suplente: Joel Sardo

c) Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Titular: Guisela Bennert

Suplente: Egon Bennert

Art.2º - Fica revogado o Decreto nº 0113/2018 de 14/12/2018.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 26 de abril de 2021.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4127/2021

Publicação Nº 3004480

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4127/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda

Rod. BR 470, Canta Galo

Cidade: Rio do Sul – SC

CNPJ: 01.104.642/0001-01

Objeto: Despesa referente a contratação de Serviço para manutenção do Veículo SPIM placas: MMI 5806 da Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$ 112,01 (cento e doze reais e um centavo)

Data da autorização de fornecimento: 26/04/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO E EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº39/2021

Publicação Nº 3003702

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO-SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

CONTRATADA: JLM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA inscrita no CNPJ nº19.029.345/0001-04

ENDEREÇO: Rua Maria Sandrini, bairro Vila Nova, Trombudo Central/SC

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação, aquisição de materiais para cobertura da garagem do novo quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Trombudo Central.

VALOR TOTAL: de R\$4.794,00(quatro mil setecentos e noventa e quatro reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 27.04.2021 até 26.05.2021

ASSINATURA: 27.04.2021.

Braço do Trombudo, em 27 de abril de 2021.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 2021

Publicação Nº 3003569

Página: 1 / 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO

Processo Nº
43/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 / 2021

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, com sede administrativa localizada na Praça da Independência, 25, bairro Centro, CEP nº 89178000, nesta cidade de Braço do Trombudo, SC, representado pelo, o Sr(a) Clóvis Samp inscrito no cpf sob o nº 044.494.899-69, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 13/2021, Processo licitatório nº 43/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção de implementos agrícolas do Departamento de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
L R VALLE MAQUINAS LTDA	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
L R VALLE MAQUINAS LTDA	31.913.900/0001-53	Leonardo Raulino Valle Junior	089.406.349-93

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção de implementos agrícolas do Departamento de Agricultura do Município de Braço do Trombudo/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: L R VALLE MAQUINAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	abraçadeira grade	UND	TATU	20	42,10	841,90
2	afiador JF	UND	JF	15	308,36	4625,44
3	afiador Nogueira	UND	JF	5	538,49	2692,46
4	Anéis	UND	UNITEC	100	13,71	1370,91
5	aro 15	UND	TRITON	10	313,28	3132,76
6	aro 16	UND	TRITON	10	342,63	3426,30
7	aro 16 duplo	UND	TRITON	10	411,14	4111,43

Página: 2 / 9

8	arruela grade	UND	TATU	20	42,10	841,90
9	banda compactação em V	UND	MAX	10	51,90	519,01
10	banda compactadora	UND	MAX	10	81,25	812,54
11	barra linha 6.000	UND	AEMCO	10	298,60	2986,00
12	bica ferro JF	UND	JF	5	1125,82	5629,10
13	bica ferro Nogueira JF	UNDS	JF	5	1076,86	5384,28
14	bica polietileno JF	UND	JF	5	1076,86	5384,28
15	bico leque Mepel	UND	MEPEL	10	146,90	1468,97
16	braçadeira do mancal JF	UNDS	JF	5	323,15	1615,74
17	bucha maior plantadeira	UND	MAX	50	17,62	881,25
18	bucha menor plantadeira	UND	MAX	50	20,56	1028,02
19	cabo de aço JF	UND	JF	5	147,90	739,48
20	caixa adubo	UND	MAX	10	50,97	509,66
21	caixa cardan plantadeira	UND	MAX	10	198,73	1987,33
22	caixa derrubadora de semente	UND	MAX	40	42,10	1683,80
23	cano adubo	UND	MAX	20	42,10	841,90
24	carenagem direita JF	UND	JF	5	1693,54	8467,69
25	conjunto fixador Roçadeira	UND	MECRUL	2	898,93	1797,86
26	contra faca dentrada JF	UNDS	JF	10	83,25	832,54
27	contra faca lisa JF	UND	JF	10	83,25	832,54
28	contra faca lisa Nogueira	UND	NOGUEIRA	10	83,25	832,54
29	Correia JF	UNDS	JF	10	1204,08	12040,75
30	Correia Nogueira	UNDS	NOGUEIRA	3	1204,14	3612,42
31	correias espalhador Jumil	UND	JUMIL	10	102,80	1028,02
32	cruzeta linha 6.000	UND	AEMCO	10	120,41	1204,14
33	cubo 5 furos completo	UND	TRITON	10	396,47	3964,66
34	cubo 6 furos completo	UND	TRITON	10	495,33	4953,33
35	cubo da roda subsolador	UND	GIRO	5	296,66	1483,32
36	cubo da semente plantadeira	UND	MAX	20	204,60	4092,08
37	cubo do disco plantadeira	UND	MAX	20	203,64	4072,72
38	cubo do disco subsolador	UND	GIRO	10	249,63	2496,34
39	disco de arado 26	UND	METISA	6	299,64	1797,86
40	disco de arado 28	UND	METISA	6	347,56	2085,39
41	disco de corte 17	UND	METISA	20	120,41	2408,28
42	disco plantadeira 16	UND	METISA	20	102,80	2056,04

Página: 3 / 9

43	disco plantadeira 17	UND	METISA	20	130,22	2604,40
44	disco recortado grade 18	UND	METISA	40	93,01	3720,48
45	disco recortado grade 20	UND	METISA	40	112,58	4503,02
46	disco recortado grade 22	UND	METISA	40	132,16	5286,22
47	duplo disco semente	UND	METISA	20	102,80	2056,04
48	eixo do rotor JF	UND	JF	10	521,82	5218,16
49	eixo do rotor Nogueiraeixo	UND	NOGUEIRA	3	521,79	1565,38
50	eixo grade	UND	TATU	10	200,73	2007,33
51	eixo tração	UND	JF	10	198,73	1987,33
52	engate rapido Mepel	UND	MEPEL	4	494,50	1977,98
53	engrenagem JF	UND	JF	10	309,34	3093,41
54	engrenagem Nogueira	UND	NOGUEIRA	10	309,34	3093,41
55	engrenagem plantadeira	UND	MAX	20	120,41	2408,28
56	espaçador grade	UND	TATU	40	51,88	2075,39
57	esticador da corrente	UND	MAX	50	21,55	1077,37
58	faca roçadeira	UND	MECRUL	4	120,42	481,66
59	facão completo	UND	MAX	10	296,66	2966,64
60	flange maior	UND	MAX	50	16,65	832,54
61	flange menor	UND	MAX	50	21,55	1077,37
62	folha arado	UND	TATU	6	301,54	1809,21
63	haste do disco plantadeira	UND	MAX	10	64,64	646,42
64	jogo de faca JF	UND	JF	15	1025,69	15385,37
65	jogo de facas Nogueira	UND	NOGUEIRA	5	1027,89	5139,45
66	limpador de grade	UND	TATU	40	42,10	1683,80
67	luva linha 6.000	UND	AEMCO	20	102,80	2056,04
68	mancal de atrito grade	UND	TATU	20	200,70	4014,02
69	mancal rolamento grade	UND	TATU	20	293,70	5873,93
70	mangote adubo	UND	MAX	30	26,44	793,19
71	mola de subsolador	UND	GIRO	40	42,10	1683,80
72	mola do rotor JF	UND	JF	20	71,48	1429,61
73	mola quebra jato JF	UND	JF	20	22,52	450,30
74	molas plantadeira	UND	MAX	20	42,10	841,90
75	olhal 29mm	UND	PROFER	10	102,80	1028,02
76	palheta espahador Jumil	UND	JUMIL	16	101,82	1629,09
77	parafuso faca JF	UND	JF	50	15,66	783,19

						Página: 4 / 9
78	parafuso fixação roçadeira	UND	MECRUL	6	42,14	252,83
79	parafuso fixação subsolador	UND	GIRO	20	22,52	450,30
80	parafuso plantadeira	UND	MAX	50	11,75	587,72
81	parafuso subsolador	UND	GIRO	100	3,92	391,60
82	peneiras	UND	UNITEC	100	16,64	1664,44
83	pinhão maior plantadeira	UND	MAX	20	71,48	1429,61
84	pinhão menor plantadeira	UND	MAX	20	51,90	1038,02
85	pino argola roda de ferro	UND	PROFER	20	32,32	646,42
86	pino de segurança JF	UND	JF	100	5,88	587,72
87	pino do braço trator	UND	PROFER	20	30,35	607,07
88	pino R	UND	PROFER	50	4,90	244,83
89	Pino terceiro ponto	UND	PROFER	40	32,30	1292,20
90	pino trava	UND	PROFER	100	4,90	489,66
91	pistão da bica JF	UND	JF	5	898,73	4493,67
92	pistão do quebra jato JF	UND	JF	5	702,87	3514,36
93	polia maior JF	UND	JF	2	1402,94	2805,88
94	polia maior Nogueira	UNDS	NOGUEIRA	2	1207,14	2414,28
95	polia menor JF	UND	JF	5	652,04	3260,18
96	polia menor Nogueira	UND	NOGUEIRA	5	521,88	2609,40
97	ponta de eixo	UND	TRITON	10	247,70	2476,99
98	ponteira arado	UND	TATU	6	255,50	1533,03
99	ponteira de subsolador	UND	GIRO	40	75,38	3015,35
100	ponteira plantadeira	UND	MAX	20	32,32	646,42
101	prato espalhador Jumil	UND	JUMIL	4	512,01	2048,04
102	prato semente	UND	MAX	10	296,66	2966,64
103	quebra jato JF	UND	JF	10	211,47	2114,74
104	quebra jato Nogueira	UND	NOGUEIRA	10	211,47	2114,74
105	reservatório da semente	UND	MAX	10	342,63	3426,30
106	reservatório do adubo	UND	MAX	10	440,56	4405,61
107	rolamento carreta Timken	UND	TIMKEN	50	26,43	1321,55
108	rolamento ensiladeira Timken	UND	TIMKEN	50	26,43	1321,55
109	rolamento plantadeira Timken	UND	TIMKEN	50	26,43	1321,55
110	rolamento subsolador Timken	UND	TIMKEN	50	26,43	1321,55
111	rolo dentado JF	UND	JF	10	538,43	5384,28
112	rolo dentado Nogueira	UND	NOGUEIRA	10	538,43	5384,28

Página: 5 / 9						
113	rolo liso JF	UND	JF	10	538,43	5384,28
114	rolo liso Nogueira	UND	NOGUEIRA	10	538,43	5384,28
115	rosca helicoidal	UND	MAX	50	102,79	5139,45
116	rotor lobular 4 Triton	UND	TRITON	4	1117,92	4471,67
117	selo mecânico Mepel	UND	MEPEL	8	203,64	1629,09
118	tubo linha 6.000	UND	AEMCO	10	203,67	2036,68
119	Válvulas de abertura do reservatório	UND	MAX	10	51,90	519,01

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLAUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa

ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Trombudo, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Braço do Trombudo, 27 de Abril de 2021

L R VALLE MAQUINAS LTDA
CNPJ: 31.913.900/0001-53

Clóvis Samp

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2021

Publicação Nº 3004440

Página: 1 / 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO

Processo Nº 45/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16 / 2021

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, com sede administrativa localizada na Praça da Independência, 25, bairro Centro, CEP nº 89178000, nesta cidade de Braço do Trombudo, SC, representado pelo, o Sr(a) Clóvis Samp inscrito no cpf sob o nº 044.494.899-69, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 14/2021, Processo licitatório nº 45/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro, servente de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braço do Trombudo/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
CARLOS KOERICH ENGENHARIA	1,2,3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CARLOS KOERICH ENGENHARIA	23.722.533/0001-82	Carlos Koerich	026.384.259-23

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro, servente de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braço do Trombudo/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: CARLOS KOERICH ENGENHARIA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	serviço pedreiro/carpinteiro: - Realizar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais similares, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares. - Assentar tijolos e outros materiais de construção, para edificar muros, paredes, chaminés e outras obras, assentar tijolos de material refratário, para construir e fazer reparos; - Construir passeios nas ruas e meios fios; - Revestir as paredes, muros e fachadas dos edifícios com argamassa de cimento, gesso ou material similar; - Rebocar as estruturas construídas, atentando para o prumo e o nivelamento das mesmas;	HORA	Koerich	1500	24,41	36609,33

- Fazer as construções de boca de lobo, calhas com grades para captação de águas pluviais das ruas, com o auxílio do mestre de obras (quando houver);
- Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas, etc;
- Providenciar e acompanhar serviços de construção e reparo em prédios da Administração e outros locais indicados pela Secretaria de Obras;

2	<p>servente de pedreiro/carpinteiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Executar tarefas manuais simples na construção civil para auxiliar na edificação e reforma de construção civil. - Efetuar a carga, descarga e transporte de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e/ou ferramentas manuais, possibilitando a utilização ou remoção daqueles materiais. - Escavar valas e fossas, abrir sulcos em pisos e paredes, extraindo terras, rebocos, massas, permitindo a execução de fundações, o assentamento de canalizações ou tubulações para água ou rede elétrica, ou a execução de obras similares. - Misturar cimento, areia, água, brita e outros materiais, através de processos manuais ou mecânicos, obtendo concreto ou argamassa. - Preparar e transportar materiais, ferramentas, aparelhos ou qualquer peça, limpando-as e arrumando-as de acordo com instruções. - Auxiliar o oficial ou encarregado, em conjunto ou sozinho para levar a bom termo a execução de suas tarefas. - Zelar pela conservação dos locais onde estão sendo realizados os serviços. - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. 	HORA	Koerich	1500	15,34	23011,56
3	<p>Pintor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - realizar serviços de pinturas em edificações de alvenarias e madeiras, telhados, estruturas de madeiras e metálicas; - Pintura de meios fios e postes ao longo dos logradouros limpos durante a capina e a varrição; 	HORA	Koerich	1500	20,92	31379,11

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado

vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas

decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

Página: 6 / 6

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Trombudo, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Braço do Trombudo, 27 de Abril de 2021

CARLOS KOERICH ENGENHARIA
CNPJ: 23.722.533/0001-82

Clóvis Samp

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2021

Publicação Nº 3004436

Página: 1 / 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO

Processo Nº
50/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 150000 / 2021

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.952.230/0001-67, com sede administrativa localizada na Praça da Independência, 25, bairro Centro, CEP nº 89178000, nesta cidade de Braço do Trombudo, SC, representado pelo, o Sr(a) Clóvis Samp inscrito no cpf sob o nº 044.494.899-69, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 15/2021, Processo licitatório nº 50/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Registro de preços para aquisição de itens de playgrounds, mobiliário público e serviços especializados para o Município de Braço do Trombudo/SC, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA	02.801.221/0001-94	Djeison Regis da Silva	078.105.859-75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para aquisição de itens de playgrounds, mobiliário público e serviços especializados para o Município de Braço do Trombudo/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	CASINHA CENTRAL COM BANGALÔ sustentação da casinha, 4 (quatro) paus de eucalipto tratado auto clavado com diâmetro 17cm e 3.20mts de comprimento sendo que 50cm será chumbado com concreto no chão, ficando 2.70mts em vista dividido faixas com 4 cores 4 cores cada pau. telhado bangalô em fibra de vidro com 5mm de espessura de alta resistência contra ressecamento e apodrecimento, cobrirá uma área de 1,80cmx1,80cm (3,24m²) e 0,80cm de altura. terá o efeito de tabuas sobrepostas e divididas em 4 cores. piso da casinha feito com deck de pinus sem nó, tratado auto clavado com cantos arredondados, e tendo como base de fixação paus e sarrafos encaixados e parafusados nos 4 paus de sustentação da casinha. casinha cercada com sarrafos de 2x4,5cm e 75cm de altura, alinhados na vertical com 7cm de	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	3050,05	15250,25

	<p>espaçamento e parafusados em dois sarrafos na horizontal de 3x8cm que estarão fixos nos 4 paus de sustentação e mais 4 sarrafos verticais. Será de uma cor os sarrafos na vertical e outra cor os sarrafos na horizontal.</p> <p>casinha com duas entradas, uma com acesso a ponte e a outra com acesso a escada, e terá também uma saída que dará acesso ao escorregador.</p>					
2	<p>PONTE DE ACESSO A CASINHA</p> <p>- A ponte com 75cm de largura e 4.35mts de comprimento sendo 1,83mts na horizontal e 2,50mts em decida ate o chão.</p> <p>- feita com deck sem nó de 3x7cm e 75cm de comprimento, serão parafusados em 4 paus 14cm de diâmetro plainados para melhor assentar os decks.</p> <p>- Os paus que estarão na horizontal ficarão a 93cm do chão e os outros dois com decida até o chão.</p> <p>- Os paus em que os decks estarão pregados serão fixos com barra roscada 5/8 porcas e arruelas, a fixação é feita em 5 paus de 14cm de diâmetro, e um pau com 17cm de diâmetro que é o pau de sustentação da casinha, todos na vertical.</p> <p>- A cerca da ponte é no mesmo modelo da cerca da casinha mudando apenas o comprimento.</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	2326,31	11631,55
3	<p>ESCORREGADOR DE FIBRA</p> <p>- O escorregador de fibra com 2,50mts de comprimento 45cm de largura na parte externa e 38cm na parte interna, A borda tem 19cm de altura para as crianças não caírem no chão.</p> <p>- Tendo de 6 a 10mm de espessura</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	1973,39	9866,95
4	<p>ESCADA DE CORRENTE E CORDAS</p> <p>- feita com dois paus 2.70mts de 13cm de diâmetro e com duas travessas, uma em cima outra na parte de baixo da escada, e usada para a fixação das correntes que ficam na vertical com a inclinação depois de montada na casinha.</p> <p>- com correntes galvanizadas e cordas entrelaçadas com as correntes no espaçamento de 20cm cada quadrado</p> <p>- ter 2,20 mts para fora do concreto os 50cm que sobram chumbado no chão</p> <p>- A largura da escada de 80cm</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	916,43	4582,15
5	<p>ESTRUTURA COM TRÊS BALANÇOS</p> <p>- estrutura dos balanços feita de eucalipto tratado auto clavado e chumbado no chão</p> <p>- O pau de fixação das correntes deve ficar a 2,67mtrs de altura ter 4mts de comprimento e 18cm de diâmetro.</p> <p>- Um lado do pau é fixado com barra roscada 5/8 em um dos pau da sustentação da casinha, e o outro lado é apoiado e fixado também com barra roscada 5/8 em dois paus em formação de forca, esses paus devem ter no mínimo 17cm de diâmetro e 3,70mts de comprimento, sendo 50cm chumbado no chão</p> <p>- sustentação dos balanços feita com correntes galvanizadas</p> <p>- As correntes devem ser fixas nas dobradiças feitas com aço temperado para maior resistência à desgaste, tendo um furo para engraxar e manter lubrificado o eixo. as dobradiças devem ser soldadas em barras roscadas 5/8 e presas com porcas e arruelas no pau.</p> <p>- Os balanços tem acento de pneus sem arame e pensado para que crianças menores não caiam do acento e no caso de queda o balanço não bata com tanta violência. Os pneus tem furos para escoar a agua em dias de chuva.</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	2419,73	12098,65
6	<p>GANGORRA</p> <p>- gangorra feita de madeira AUTO CLAVADA e aço GALVANIZADO, com uma prancha de 5cm de espessura 20cm de largura 2,98mts de comprimento, com um eixo de madeira com as pontas enlurvadas com buchas de aço para a resistência ao desgaste.</p> <p>- uma prancha de 5cm de espessura e 16cm de altura 1,82mts de comprimento, servindo de reforço e parafusada com parafusos de cabeça redonda que atravessam para por a porca por baixo</p> <p>- Ter como base dois paus de 15cm de diâmetro e 1,20mts de comprimento sendo 50cm chumbado no chão, e com furos na altura de 60cm do chão para o apoio do eixo.</p> <p>- O encaixe do eixo deve conter uma luva de aço, ou seja trabalhando aço com aço podendo engraxar para</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	1200,26	6001,30

evitar ruídos e desgaste

- Colocar pneus enterrados embaixo da área de impacto com o chão, esses pneus evitam o choque com o solo e ajudam na durabilidade da gangorra, também evita acidentes.
- gangorra com dois suportes para as crianças segurarem evitando a queda, os suportes ficam na frente do acento, eles são feitos de tubos galvanizados e soldados para que formem uma espécie de cavalinho.

7	<p>CARROSSEL</p> <p>- carrossel produzido com tubos de aço de 1 polegada com parede de 2,65 galvanizado a fogo, com pintura eletrostática e acentos em tabuas de 3cm tratada auto clavada.</p> <p>- cubo central com 41/2 com parede de 1/4 e comprimento de 600mm</p> <p>- eixo central com diâmetro de 4 polegadas por 1500mm de comprimento, sendo chumbado na sapata de concreto</p> <p>- Possuir reservatório de graxa e engraxadora para manutenção</p> <p>- medidas do carrossel de 2,00 metros de diâmetro e 1,10 metros de altura</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	2515,93	12579,65
8	<p>BANCO DE METAL / MP, com as seguintes especificações mínimas:</p> <p>De 1500 mm e 450 mm de altura pé em formato de um quadrado, utilizando o tubo quadrado galvanizado a fogo de 2x2 (polegadas) parede de 2,75mm com pintura eletrostática na cor preto fosco na parte da base dos pés, com 4 chapas 3mm de espessura furadas para a fixação do banco no concreto pés do banco devem estar na distancia de 1500mm, ligados por 2 tubos quadrados galvanizado a fogo 2x2 (polegadas) parede 2,75mm com pintura eletrostática preto fosco na parte do assento com 5 réguas de madeira plástica na cor itaúba com largura de 90mm e comprimento 1500mm, espessura de 30mm tudo fixado com parafusos galvanizados.</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	886,10	4430,50
9	<p>BANCO PARIS</p> <p>BANCO COM PÉS EM ALUMINIO FUNDIDO, CONFORME O MODELO BANCO PARIS</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA PRETO FOSCO, E FURO PARA FIXAR NO CONCRETO</p> <p>ASSENTO COM 13 REGUAS DE MADEIRA EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 30mm E LARGURA DE 60mm</p> <p>COMPRIMENTO DE 1500mm</p> <p>PINTURA DA MADEIRA COM OSMOCOLOR NA COR MOGNO</p> <p>FIXADOS COM PARAFUSOS GALVANIZADOS</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	10	739,68	7396,83
10	<p>BANCO TAMANDUÁ</p> <p>BANCO COM PÉS EM ALUMINIO FUNDIDO, CONFORME MODELO BANCO TAMANDUA</p> <p>PINTURA ELETROSTÁTICA PRETO FOSCO, E FURO PARA FIXAR NO CONCRETO</p> <p>ASSENTO COM 9 REGUAS DE MADEIRA EUCALIPTO COM ESPESSURA DE 30mm E LARGURA DE 60mm</p> <p>COMPRIMENTO DE 1500mm</p> <p>PINTURA DA MADEIRA COM OSMOCOLOR NA COR MOGNO</p> <p>FIXADOS COM PARAFUSOS GALVANIZADOS</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	10	586,20	5862,00
11	<p>BANCO 8 LADOS DECK RIPADO COM ENCOSTO E SUPORTE PARA FLOREIRA</p> <p>BANCO COM 8 LADOS DE DECK PLAINADO E TRATADO, CADA LADO COM 1 METRO DE COMPRIMENTO</p> <p>DIÂMETRO DE 2,30 METROS NAS PONTAS E 2 METROS ENTRE LADOS RETOS</p> <p>ALTURA DO ASSENTO = 45 CM ALTURA DO ENCOSTO PARTINDO DO CHÃO = 90 CM</p> <p>PROFUNDIDADE DO ACENTO 45 CM</p> <p>ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO = 15° GRAUS PARTINDO DA VERTICAL</p> <p>ESPESSURA DOS DECKS = 20mm</p> <p>LARGURA DOS DECKS = 45mm</p> <p>PARAFUSOS E INPERFEIÇÕES DA MADEIRA TAMPADOS COM MASSA ACRILICA</p> <p>PINTURA BASE FUNDO E DUAS A TRÊS DE MÃO DE ESMALTE SINTÉTICO COLORIDO NAS CORES VERMELHO, AMARELO, AZUL, E VERDE, SENDO CADA ACENTO DE UMA COR</p> <p>CENTRO DO BANCO COM UM SUPORTE TIPO TABUAS</p>	UND	REGIS PLAYGROUNDS	3	2896,46	8689,38

	NO MESMO FORMATO DOS BANCOS, PARA ALOJAR FLOREIRAS PARAFUSOS E INPERFEIÇÕES DA MADEIRA TAMPADOS COM MASSA ACRILICA					
12	MESA BANCO 8 LADOS MESA 8 LADOS DE DECK PLAINADO E TRATADO MEDINDO 2,80 MTS DE DIÂMETRO ALTURA DA MESA = 73CM (PODENDO SER AJUSTADA) DIÂMETRO DA MESA = 2 MTS CADA LADO DA MESA COM 80CM MESA INTERIÇA SE TORNANDO UMA PEÇA SÓ NO CENTRO UMA ABERTURA DE 40CM DE DIÂMETRO PARA LIXEIRA OU ARVORE O BANCO INTERIÇO COM 8 LADOS AO REDOR DA MESA NA LARGURA DE 30CM COM DECK RIPADO ALTURA DO BANCO 45CM = (PODENDO SER AJUSTADO) PARAFUSOS E INPERFEIÇÕES DA MADEIRA TAMPADOS COM MASSA ACRILICA PINTURA BASE FUNDO E DUAS A TRÊS DE MÃO DE ESMALTE SINTÉTICO COLORIDO NAS CORES VERMELHO, AMARELO, AZUL, E VERDE, SENDO CADA ACENTO DE UMA COR.	UND	REGIS PLAYGROUNDS	3	3416,70	10250,10
13	LIXEIRA PÚBLICA COM UM CESTO, PÉ COM ESTRUTURA DE TUBO 75mm DE DIAMETRO, E ARCOS DE CHAPA 3mm COM LARGURA DE 40mm CESTO DA LIXEIRA COM 400mm DE DIAMETRO, E 600mm DE PROFUNDIDADE, INSTALADA COM BASE DE CONCRETO SE NECESSÁRIO, ALTURA TOTAL APÓS SERM INSTALADA 950mm FUNDO DA LIXEIRA COM UMA CHAPA MOEDA TODA A ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO A FOGO E PINTURA ELETROSTÁTICA CESTO DA LIXEIRA REVESTIDO COM 10 REGUAS DE MADEIRA PLÁSTICA DE 90mm LARGURA, 30mm DE ESPESSURA E 600mm DE COMPRIMENTO FIXADOS COM PARAFUSOS GALVANIZADOS	UND	REGIS PLAYGROUNDS	35	673,53	23573,55
14	CONJUNTO LIXEIRA SELETIVA CONJUNTO DE LIXEIRA TRÊS CESTAS COM TAMPA MATERIAL = MADEIRA TRATADA CAPACIDADE DE 100 L CADA COMPARTIMENTO TAMPA COM PISTÃO GAS	UND	REGIS PLAYGROUNDS	5	1040,99	5204,95
15	LIXEIRA QUADRADA GRANDE, com as seguintes especificações mínimas: Lixeira quadrada com deck de madeira faveiro ferro, e estrutura com palanque quadrado 10x10 cm em faveiro ferro Dimensões do sexto 1000mm x 700mm x 500mm. Altura total de 1100mm. Colorida com três cores, amarelo, branco, e verde, cores da bandeira do Município.	UND	REGIS PLAYGROUNDS	40	769,13	30765,20
16	Madeira deck pinus autoclavado sem nó, de 9 cm de largura 3 metros de comp. plainado	UND	REGIS PLAYGROUNDS	500	21,58	10790,00
17	Palanque de cerca de madeira tratada de 13 a 16 cm de diâmetro e 2,20 comp. com anti-racha	UND	REGIS PLAYGROUNDS	100	34,40	3440,00
18	Caibro de madeira de lei (Faveiro Ferro) medidas 6x12 por 3m de comp. plainado	UND	REGIS PLAYGROUNDS	300	126,03	37809,00
19	Sarrafo de madeira de lei (Faveiro Ferro) 3x6 x 3 metros de comp. plainado	UND	REGIS PLAYGROUNDS	350	54,85	19197,50
20	Prancha de madeira de lei (faveiro ferro) 6cm x 20cm x 3 metros plainada	UND	REGIS PLAYGROUNDS	100	241,30	24130,00
21	Poste de Madeira eucalipto tratado autoclavado, de 14 a 16 cm de diâmetro e 4 metros de comprimento, com anti-racha.	UND	REGIS PLAYGROUNDS	20	146,80	2936,00
22	Poste de Madeira eucalipto tratado autoclavado, de 18 a 20 cm de diâmetro e 6 metros de comprimento, com anti-racha	UND	REGIS PLAYGROUNDS	20	271,95	5439,00
23	Tabua de deck 10 largura x 2,5 espessura 3 metros de comp. madeira de lei faveiro ferro plainada e com cantos arredondados	UND	REGIS PLAYGROUNDS	550	93,17	51243,50
24	SERVIÇO DE RESTAURAÇÃO/MONTAGEM E INSTALAÇÃO ESPECIALIZADA EM PLAYGROUNDS E MOBILIARIO PUBLICO.	HORA	REGIS PLAYGROUNDS	1200	72,36	86832,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação

deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados,

obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Trombudo, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Braço do Trombudo, 27 de Abril de 2021

ARTEFATOS DE MADEIRA REGIS LTDA
CNPJ: 02.801.221/0001-94

Clóvis Samp

DECRETO Nº 48/2021

Publicação Nº 3004016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO
C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67
Município: BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 1 / 1

Usuário: Valentemarco

DECRETO Nº 48/2021, de 26 de Abril de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 16 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

08.001 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

08.001.20.606.8.2074-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, 26 de Abril de 2021.

Nildo Melmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 49/2021

Publicação Nº 3004019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO
C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67
Município: BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 1 / 1

Usuário: Valentemarco

DECRETO Nº 49/2021, de 26 de Abril de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 16 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

08.001 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

08.001.20.606.8.2074-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, 26 de Abril de 2021.

Nildo Melmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 50/2021

Publicação Nº 3004020

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO
C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67
Município: BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 1 / 1

Usuário: Valentemarco

DECRETO Nº 50/2021, de 26 de Abril de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 16 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 31.454,20, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.003 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

04.003.12.361.5.2033-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 31.454,20

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 31.454,20

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, 26 de Abril de 2021.

Nilido Melmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 51/2021

Publicação Nº 3004022

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO**

C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67

Município: BRAÇO DO TROMBUDO

Página: 1 / 1

Usuário: Valentemarco

**DECRETO Nº 51/2021, de 26 de Abril de 2021.**

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 16 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.005 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

04.005.12.367.5.2114-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, 26 de Abril de 2021.

Nildo Melmestet
PREFEITO MUNICIPAL

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2021

Publicação Nº 3003494

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 15/2021 – Dispensa de Licitação nº 06/2021

Na qualidade de Prefeito Municipal de Brunópolis/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação nº 06/2021, relativo à Contratação de Serviço para Orientação, Treinamento e a Acompanhamento para Elaboração do PPA LDO E LOA, em favor da empresa Angonese e Picinini Contabilidade e Assessoria Ltda, no valor de R\$ 9.900,00.

Brunópolis/SC, 27 de abril de 2021.

Volcir Canuto - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8915-2021

Publicação Nº 3004563

DECRETO Nº 8915, DE 27 DE ABRIL DE 2021.
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.333 de 27/11/2020, Lei 4.343 de 22/12/2020 e a Lei nº 4.311 de 01/09/2020, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais) para atender as programações abaixo especificadas:

32.00 Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

32.001 Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

0004.0129.0010.2014 Manutenção do Departamento de Tributação e Fiscalização

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.400,00

0004.0126.0250.2033 Manutenção do Departamento de Tecnologia da Informação

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.700,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I– Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

32.00 Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

32.001 Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

0004.0129.0010.2014 Manutenção do Departamento de Tributação e Fiscalização

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.400,00

0004.0126.0250.2033 Manutenção do Departamento de Tecnologia da Informação

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 9.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Abril de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI Dr. EDSON RISTOW
Prefeito de Brusque Procurador-Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03-2021-SEME – CACS FUNDEB

Publicação Nº 3004566

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2021/SEME – CACS FUNDEB

Eleição para Composição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB.

Gestão 2021/2022

A Secretaria Municipal de Educação, torna público e, considerando a Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020, bem como a Lei Municipal nº 4.359 de 30 de março de 2021, CONVOCA todas as entidades que, desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos do município de Brusque para participarem da eleição dos Representantes da Sociedade Civil, objetivando compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB., para o biênio compreendido de 2021/2022. Onde, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a publicação deste instrumento convocatório editalício, deverão reunir-se para eleger os respectivos membros conselheiros Titulares e Suplentes, conforme local, data e horário, previamente estipulados, a seguir:

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Brusque - SC

Data: 27/05/2021 - Quinta-Feira

Horas: das 09h00min às 11h00min

Serão eleitos 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) representantes suplentes de organizações da sociedade civil.

Fica estabelecido os regramentos constantes no inc. IV, do § 2º do art. 34º, bem como os incisos de I à V do §3º do mesmo artigo 34, veja-se:

“IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso. § 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

I - são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

III - devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;”

IV - desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Os 02 (dois) representantes e seus respectivos suplentes serão indicados pelo Poder Executivo Municipal de acordo com a composição prevista no art. 6º, inciso IX, da Lei municipal nº 4.359 de 30 de março de 2021.

NOTAS:

1. Cada Entidade poderá indicar apenas um Representante Delegado (a), para votar e ser votado.

2. Será considerado representante delegado (a) a pessoa indicada pelo Representante Legal de cada Entidade, mediante a apresentação de procuração através de [ofício de indicação], devidamente firmado pelo Representante Legal, emitido em papel timbrado e ou com o carimbo oficial da entidade, no qual deverá conter: endereço, telefone, número de identidade (RG) do delegado, endereço eletrônico (e-mail), cópia da ata de eleição atualizada da diretoria, cópia do cartão CNPJ da entidade emitida pela RFB.

3. São impedidos de integrar o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB. Àqueles que estão previstos no artigo 34º, §5º, da Lei Federal nº 14.113/2020, conforme seguem:

“I – titulares dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Estadual, Distrital ou Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III – estudantes que não sejam emancipados;

IV – pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito dos Poderes Executivos em que atuam os respectivos conselhos.”

4. As entidades e representantes do seguimento da sociedade civil, deverão efetuar suas inscrições e protocolar a documentação conforme este edital, na Secretaria dos Conselhos; 2º andar da Prefeitura Municipal de Brusque, sito, à Praça das Bandeiras, 77, Centro de Brusque/SC, aos cuidados da secretária-executiva Ana Carolina. A documentação poderá ser entregue a partir do ato de convocação até o dia 20/05/2021, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira.

5. Toda documentação será avaliada pela Comissão Eleitoral Temporária, indicada pelo Poder Executivo, não cabendo assim, à secretaria-executiva, fazer tal avaliação ou conferência dos documentos apresentados, em face do princípio da impessoalidade.

6. Informações adicionais podem ser obtidas, com Ana Carolina, pelo telefone (47) 3251-1833 Ramal 1914.

7. Do Processo de Votação:

7.1. Das Entidades

- a) Terá direito a voto, apenas um representante (delegado) por entidade inscrita;
- b) O delegado não poderá votar em si mesmo, devendo dispor de dois votos em duas entidades distintas;

8. Os membros conselheiros serão escolhidos por meio de v no momento da apuração;

- 8.1 – A escolha dos candidatos dar-se-á por maioria simples dos votos;
- 8.2 – Cada delegado somente poderá representar uma única entidade;
- 8.3 – A apuração dos votos será feita pela Comissão Eleitoral Temporária, devidamente designada conforme supradito;
- 8.4 – Será conselheiro titular, por cada uma das categorias representativas, o candidato que obtiver o maior número de votos;
- 8.5 - Serão conselheiros suplentes, aqueles que obtiverem votos imediatamente inferiores ao obtido pelo titular oriundo da mesma categoria representativa;
- 8.6 - As entidades que não se fizerem presentes no dia da eleição, poderão ser substituídas pelas entidades eleitas de outros segmentos;
- 8.7 – Em caso de empate, será considerado eleito, o representante delegado mais idoso, e ainda se o empate persistir, deverá ser realizado sorteio;

9. Da Posse:

9.1. Os conselheiros escolhidos serão empossados pelo Prefeito de Brusque, mediante ato oficial, por portaria específica até o dia 10 (dez) de junho do corrente ano, e a solenidade ocorrerá às 14 horas no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, onde, na sequência, se dará a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, para a escolha da mesa diretora do Conselho, caso a pandemia e decretos estadual e municipal permitirem.

9.2. Se o Município estiver sob restrição relativamente a pandemia, a posse ocorrerá através de reunião telepresencial online, por ferramenta que será definida pela Secretaria dos Conselhos.

9.3. Os casos omissos referentes a este Edital serão decididos pela Comissão Eleitoral Temporária.

Brusque(SC), 27 de abril 2021.

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 0001-2021

Publicação Nº 3004391

EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 001/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº 060/2021

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Secretaria de Infraestrutura Estratégica, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, cidade de Brusque/SC, torna público que realizará CREDENCIAMENTO destinada ao recebimento de propostas para CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA, DO RAMO IMOBILIÁRIO, PARA ELABORAÇÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA E PARA A CONFEÇÃO DE LAUDO/PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA, PARA FINS DE INSTRUIR PROCESSOS DE COMPRA, VENDA, PERMUTA, INDENIZAÇÃO, DOAÇÃO, LOCAÇÃO E CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO QUE ENVOLVAM IMÓVEIS LOCALIZADOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

Os interessados poderão apresentar o seu credenciamento, a partir da publicação do presente edital, junto ao Departamento de Licitação da prefeitura municipal de Brusque, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Informações e retirada do Edital no horário comercial na Diretoria de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br. 27/04/2021. ANDREA PATRICIA VOLKAMNN. Secretária de Infraestrutura Estratégica

EDITAL Nº 007-2021-PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 3004393

**Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 007/2021**

O Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica, nomeado da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 218/2013, 322/2020, faz saber que estão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, destinado à contratação de **Médico Clínico Geral**, em caráter temporário a fim de atender necessidade de excepcional interesse público, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.
- 1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do **item 5** deste edital.
- 1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado; atendimento ao público.
- 1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo consistirá de comprovação de tempo de serviço no cargo e avaliação de títulos.
- 1.5- O prazo de validade do presente processo seletivo é de 01 (um) ano, contado a partir da data de homologação do resultado final, prorrogável uma única vez por igual período, a critério do Poder Executivo.
- 1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos, e em caráter emergencial.

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

Cargo	Requisitos
Médico Clínico Geral	Ensino Superior em Medicina; Registro No Conselho Federal Medicina;

3- DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital do Processo Seletivo;
- 3.2 As inscrições serão realizadas exclusivamente no site do Processo Seletivo, <https://ps.brusque.sc.gov.br>, no período de 08:00 horas do dia 03 de Maio de 2021 às 17:00 horas do dia 18 de Maio de 2021;
- 3.3- Após a inscrição, os candidatos que já realizaram a inscrição no site do Processo Seletivo (<https://ps.brusque.sc.gov.br>), **deverão encaminhar e-mail**, do dia 03 maio de 2021 a 18 de maio de 2021, para o seguinte endereço eletrônico: processoseletivo@brusque.sc.gov.br com a ficha de inscrição preenchida e certificados escolares e Diplomas, para comprovação de sua habilitação e

comprovante de tempo de atuação.

3.4- O e-mail deverá ser encaminhado em **arquivo único e em formato PDF**, contendo a documentação exigida, na seguinte ordem:

(a) Ficha de Inscrição; (<https://ps.brusque.sc.gov.br>)

(b) Diplomas conforme exigido para o cargo (Item 2 do Edital)

(c) Comprovantes de tempo de serviço;

(d) Comprovante de registro no Conselho Federal/Estadual de Medicina.

3.5- Não serão aceitos documentos posteriores a validação da inscrição.

3.6- Não será aceito inscrição via postal, ou via fax, tampouco será aceito inscrição fora da data especificada no item 3.2;

3.7- Será indeferida a inscrição incompleta, que contiver dados falsos ou incorretos, ou que não atender de qualquer maneira as regras deste edital.

3.8- Para inscrever no processo seletivo é requisito não ter punição em esfera administrativa, no âmbito municipal.

3.9- O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas;

3.10- A Secretaria de Saúde não se responsabiliza por quaisquer problemas técnicos que possam provocar a “não inscrição do candidato”, sendo este o único responsável por procurar meios para fazer a inscrição;

3.11- Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

4- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

4.1- Ter Formação exigida para o cargo na qual se inscreveu e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional para os cargos que exijam;

4.2 - A nacionalidade brasileira ou equiparada;

4.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

4.4 - Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

4.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

4.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

4.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

4.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, “c” da Constituição Federal;

5 - DO CARGO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
Médico Clínico Geral “40”	1 vaga + C.R.*	40 horas semanais	R\$ 15.605,30 + R\$ 330,00 Auxílio Alimentação
Médico Clínico Geral “20”	1 vaga + C.R.*	20 horas semanais	R\$ 7.802,65 + R\$ 165,00 Auxílio Alimentação

***CADASTRO DE RESERVA.**

5.2- O Local de trabalho ficará a critério ou interesse da Secretaria Municipal de Saúde. Podendo este vir a atuar em qualquer Unidade Básica de Saúde ou em outros serviços.

5.3- Poderá ocorrer o remanejamento da lotação do servidor a qualquer momento, a critério da

administração.

5.4- A carga Horária 20 ou 40 horas deverá ser definida no momento da contratação.

6- DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

6.1- Médico Clínico Geral

Responsabilidades e atribuições

- Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e, quando necessário, no domicílio;
- Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção Básica, definidas nas normas e diretrizes da estratégia de saúde coletiva vigente no país;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental entre outros que se fizerem necessários;
- Promover a qualidade de vida e contribuir para que o meio ambiente seja mais saudável;
- Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária em sua área de abrangência, participando da elaboração dos relatórios mensais a serem produzidos pela unidade de saúde;
- Estar comprometido com a pessoa inserida no seu contexto biopsicossocial, cuja atenção não deve estar restrita a problemas de saúde rigorosamente definidos;
- Seu compromisso deve envolver, também, ações com indivíduos saudáveis, abordando aspectos de promoção, prevenção e educação para saúde;
- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico de confiança;
- Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na US de origem, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Indicar internação hospitalar quando necessário;
- solicitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Fazer prescrições de medicamentos de acordo com a política municipal de Assistência Farmacêutica;
- Verificar e atestar óbito;
- Acatar seu remanejamento para qualquer unidade da rede municipal, atendendo necessidade ou posicionamento estratégico de readequação;
- Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade;
- Analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico;
- Prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença;
- Emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais;
- Atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas;
- Atender convocação da Secretaria Municipal de Saúde para participar de curso, treinamento e atividades afins que estejam ligas à sua área de atuação;

- Participar de campanhas de saúde comunitária de caráter preventivo;
- Exercer outras atividades, compatíveis com a sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior.

7- A CLASSIFICAÇÃO E DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

7.1- O preenchimento das vagas será efetuado pela **ordem decrescente de pontuação final**, observando-se, para tanto, os critérios de pontuação especificados no quadro abaixo:

a) **Tempo de serviço:**

	PONTOS
Por mês de serviço trabalhado como médico Clínico Geral, considerado até 28/02/2021.	1,0
Por mês de serviço - durante o período de residência multiprofissional na especialidade para qual se inscreveu	0,5

b) **Habilitação, na área que pretende atuar:**

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
Diploma de Conclusão de Graduação	10
Diploma de Conclusão de Pós-Graduação/ Especialização	20
Diploma de Conclusão de Mestrado	30
Diploma de Conclusão de Doutorado	40

7.2- Para cálculo da pontuação será utilizada a seguinte fórmula:

$$PF = PMH + PTS$$

Na qual:

PF = Pontuação Final;

PMH = Pontuação da Maior Habilitação;

PTS = Pontuação do Tempo de Serviço.

7.3- Estará classificado o candidato que obter, no mínimo, 10 (dez) pontos.

8- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

8.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

a) Candidato mais idoso;

b) Maior tempo de serviço correlacionado ao cargo;

9 - DA LISTA DE INSCRIÇÃO

9.1- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 19 de maio de 2021, em ordem alfabética

sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque (<https://portal.brusque.sc.gov.br/>).

10 - DO RECURSO DA LISTA DE INSCRIÇÃO

10.1- O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser Enviado no seguinte endereço eletrônico: processoseletivo@brusque.sc.gov.br, no dia **20 de maio de 2021** até às 17h.

10.2- A lista dos candidatos pós recurso será divulgada em **21 de maio de 2021**, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque (<https://portal.brusque.sc.gov.br/>).

11- DO RESULTADO PRELIMINAR

11.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em **21 de maio 2021**, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: <https://portal.brusque.sc.gov.br> bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

12- DO RECURSO

12.1- O candidato poderá interpor recurso do resultado preliminar, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) em que deseja combater, sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser enviado no seguinte endereço eletrônico: processoseletivo@brusque.sc.gov.br, no dia **24 de maio de 2021**, até às 17h.

12.2- Não será aceito recurso via postal, via fax, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 12.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido com procuração pública com poderes específicos para esse ato.

12.3- Caso não haja manifestação da parte interessada, o resultado provisório será considerado como resultado final.

13- DO RESULTADO FINAL

13.1- O resultado final será publicado no dia **25 de maio de 2021**, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: <https://portal.brusque.sc.gov.br>, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

13.2- Contra o Resultado final não caberá mais recurso.

14- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

14.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na data e horários fixados por este departamento, **CÓPIA** dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório);
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

- i) Comprovação relativa a quitação militar, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (anexo I deste Edital);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (anexo II deste Edital);
- m) Declaração de bens (anexo III deste Edital);
- n) Certificado Escolar exigido para o cargo;
- o) Foto 3X4;
- p) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social.
(<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>).
- q) CPF de cônjuge e filhos.
- r) Registro no Conselho Regional de Medicina / SC

14.2 Os candidatos aprovados e convocados para trabalhar, via Edital de Convocação, Publicados no site (<https://portal.brusque.sc.gov.br>), os que não comparecerem no horário marcado para aceitação da vaga e para a realização do exame médico admissional, perderá a vez para os subsequentes da lista de classificação.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

15.2- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica.

15.3- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

15.4- O pedido de inscrição do candidato **importará no conhecimento do presente edital**, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

15.5- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

15.6- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela **Caixa Econômica Federal, agência Brusque**, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

15.7- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com **restrição no CPF**, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

15.8- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

15.9- É de inteira responsabilidade do candidato, manter atualizado o seu contato telefônico, enquanto estiver participando do processo Seletivo, por meio de requerimento.

15.10- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

Brusque, 27 de Abril de 2021.

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica

Anexo I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins de de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha contratação para o cargo de _____ deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

Anexo II**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, portador (a) da Carteira de Identidade número _____, e inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos fins que, no exercício do cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque, ____/____/____.

Assinatura do Candidato.

Anexo III**DECLARAÇÃO DE BENS**

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, apartamento ou terreno				
Endereço	Data aquisição	da	Valor aquisição	de Valor de venda atual

Veículo					
Tipo	Ano	Data aquisição	da	Valor aquisição	de Valor de venda atual

Outros				

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

ANEXO IV
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado pelo edital n°....., realizado pela Prefeitura de Brusque.

Eu,....., portador do documento de identidade n°....., requerimento da inscrição n°....., para concorrer a uma vaga no Processo Seletivo Simplificado, edital n°, a ser prestado para a Secretaria Municipal de Saúde, para o cargo de, apresento recurso junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Brusque e contra decisão da comissão do referido Processo Seletivo.

I. Do objeto de recurso:

.....
.....
.....
.....
..... (explicitar a decisão que está contestando).

II. Dos argumentos do recurso:

.....
.....
.....
.....

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

.....
.....
.....

Brusque,.....de.....de 2021.

.....

Assinatura do candidato

EDITAL Nº 008-2021-PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 3004403

Processo Seletivo – Edital nº 008/2021

O Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica, nomeado da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nºs 2.174/97, 2.270/98, 3248/09 e Decreto nº 4.859/02, faz saber que estão abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado à contratação de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS e SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS em caráter temporário a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público, para atuação no Município de Brusque, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, que se regerá pelas normas dispostas neste edital.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos no Edital que rege o Processo Seletivo Simplificado, antes de realizar sua inscrição.

1.2- Os cargos, número de vagas, carga horária, habilitação e remuneração estão especificados no quadro constante do item 6 deste edital.

1.3- O exercício da função poderá exigir a prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como a prestação de serviço externo e desabrigado e atendimento ao público, se necessário, o empregado exercerá a função em regime de sobreaviso com possibilidade de prestação de serviço em outra localidade, bem como trabalho em escala 12x36 .

1.4- O critério de seleção do presente Processo Seletivo para os cargos de Agente de serviços especiais: Roçador consistirá de prova prática, de caráter eliminatório e classificatório. E para o cargo de Servente de Serviços Gerais será comprovação de tempo de serviço em atividades correlacionadas ao cargo pretendido.

1.5- O prazo de validade do presente processo seletivo é de 01 (um) ano, contado a partir da data de homologação do resultado final, prorrogável uma única vez por igual período, a critério do Poder Executivo.

1.6- O presente processo seletivo dá-se em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos.

1.7- O local de trabalho ficará a critério ou interesse da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

1.8- Poderá ocorrer o remanejamento do servidor, a qualquer momento, a critério da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

1.9- Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o contrato será rescindido a qualquer momento e será admitido o próximo classificado na lista deste processo seletivo.

1.10 - O candidato poderá se inscrever somente a 1(uma) vaga

2- DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO

2.1 Estar vestido adequadamente em todo o período de trabalho, conforme preconizado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

2.2 Cumprir escala de serviço estabelecido e fazer uso do equipamento de EPI (Equipamento de Proteção Individual), de acordo com a finalidade a que se destina, responsabilizando-se pela guarda e conservação, cumprindo as determinações do empregador sobre o uso adequado.

2.3 Ter disponibilidade para realização de cursos pertinentes a função oferecidos pela administração municipal;

2.4 Ter os requisitos de acordo com o quadro abaixo:

Cargo	Requisitos
AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS Roçador	Ensino fundamental incompleto.
SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA	Ensino fundamental incompleto.
SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – VIGIA	Ensino fundamental incompleto.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, localizado na Rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque - SC, no período de 10 a 14 de maio de 2021 e de 17 a 20 maio de 2021, das 08h às 11h30min e 13h30min às 16h.

3.2- O candidato inscrito além dos documentos pessoais deverá apresentar uma cópia dos seguintes documentos, na seguinte ordem:

a) Ficha de inscrição;

b) Cópia dos contratos registrados na CTPS em atividades no cargo;

c) Se possuir algum tipo de deficiência incapacitante permanente apresentar laudo médico, emitido nos últimos 3(três) meses.

3.3.O candidato no ato da inscrição deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a confirmação, o único responsável pelas mesmas.

3.4 Não será exigido qualquer valor a título de condição para inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

3.5 Não será aceito documentos posteriores a validação da inscrição.

3.6 Não será aceito inscrição via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito inscrição fora da data especificada no item 3.1; todavia, será admitida a inscrição por intermédio de procurador, munido com procuração pública (original), com poderes específicos para esse ato.

3.7 Será indeferida a inscrição incompleta, que contiver dados falsos ou incorretos, ou que não atender de qualquer maneira as regras deste edital.

3.8 Somente será aceito, para fins de comprovação de tempo de serviço, os contratos devidamente registrados em CTPS.

4- DA VALIDAÇÃO

4.1- A comissão realizadora do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de servidores fará análise de toda a documentação

entregue, validando as inscrições.

4.2- Será indeferida a inscrição do candidato que tiver sido dispensado, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, ou por abandono ao serviço sem justificativa, ou justa causa.

4.3 – O candidato poderá ser convocado a qualquer momento para apresentar original da CTPS, para conferência ou qualquer outro documento.

5- DOS REQUISITOS GERAIS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

5.1- Atender as exigências de escolaridade para o cargo na qual se inscreveu, cuja comprovação dar-se-á por meio da apresentação do histórico escolar original ou, no caso de candidato formado, pelo original do certificado de conclusão de curso;

5.2- A nacionalidade brasileira ou equiparada;

5.3- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

5.4- Apresentar comprovante de quitação eleitoral;

5.5- Ter certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;

5.6- Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função, comprovado por meio de Atestado Médico Admissional;

5.7- Ter sido aprovado em todas as etapas do processo seletivo;

5.8- Não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, salvo os casos previstos no art.37, XVI, "c" da Constituição Federal.

6- DOS CARGOS, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E REMUNERAÇÃO

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO
AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS- Roçador	1+ C.R*	40 horas semanais	Ensino fundamental incompleto;	R\$1.383,15
SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – limpeza e merenda	1+ C.R*	40 horas semanais	Ensino fundamental incompleto;	R\$1.383,15
SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS – VIGIA	1+ C.R*	40 horas semanais ou Escala 12X36	Ensino fundamental incompleto;	R\$1.383,15

*CADASTRO DE RESERVA

7- DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO- ATRIBUIÇÕES DO CARGO

7.1- Agente de Serviços Especiais

· Realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros.

· Promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água.

· Auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros, utilizando instrumentos diversos.

· Integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão-pipa.

· Auxiliar no serviço de levantamentos, medições – topográficos e agrimensor – montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento.

· Auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato.

· Executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

7.2- Servente de Serviços Gerais:

· Contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros.

· Manter fora do alcance de crianças produtos químicos e utensílios que coloquem em risco a vida das mesmas quando atuando em escolas e/ou creches.

· Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho.

· Preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos.

· Garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação.

· Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

8- DATA, HORA E LOCAL DAS PROVAS

8.1- O cronograma de realização da prova prática será divulgada no dia 26 de maio de 2021 no Site da Prefeitura Municipal de Brusque <https://portal.brusque.sc.gov.br/>, bem como afixada no mural da Prefeitura e da Secretaria de Obras.

8.2- Os candidatos deverão se apresentar nas dependências da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, localizado na rua Ivandro Bruns, 411 - Nova Brasília, Brusque – SC, no dia e horário estabelecidos para a realização da prova prática

8.3 Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo, por aviso fixado no mural ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

8.4 Não haverá segunda chamada para a prova prática em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer

motivo, eliminado do certame;

9- DA PROVA PRÁTICA, CLASSIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

9.1- Os candidatos serão submetidos a prova prática que tem por objetivo avaliar a aptidão do candidato para o exercício das atividades inerentes às funções especificadas no item 6.

9.2- Todos os candidatos inscritos para o cargo de servente de serviços gerais - vigia, deverão ser submetidos a prova prática com caráter classificatório e eliminatório e não caberá recurso, a qual consistirá na realização de tarefas inerentes à natureza de cada modalidade ao cargo a ser exercido, observando-se os critérios seguintes:

CARGO	ATIVIDADE PROVA PRÁTICA
Agente de serviços especiais- roçador	Manuseio do equipamento e utilização na roçagem de determinado trecho.

9.3- Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso ao publicado neste edital.

9.4- Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por aviso fixado no mural ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;

9.5- Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados no item 8.1 deste edital:

a) Munidos de documento de identificação pessoal, sem o qual não poderão ingressar no local;

b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado, calçado aberto ou sem peça de vestuário.

9.6- Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

9.7- Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de som ou eletrônico de qualquer natureza, bem como de manuais ou instrucionais.

9.8- O candidato poderá trazer e beber água acondicionada em garrafa de material plástico.

9.9- Durante a realização da Prova Prática serão avaliados os seguintes quesitos:

Organização no trabalho;

Eficiência na operação do processo;

Segurança na execução das atividades;

Limpeza e manutenção do patrimônio.

9.10- A avaliação da Prova Prática será feita por dois avaliadores, designados pela PREFEITURA. Os avaliadores preencherão, para cada candidato, uma ficha de avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 para cada um dos quesitos descritos no item anterior.

9.11- O preenchimento das vagas será efetuado pela ordem decrescente de classificação, levando-se em conta, a nota final, caso haja vaga disponível;

9.12- Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

9.13- No caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão ou Boletim de Ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova;

9.14- Não haverá segunda chamada para a prova prática em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

10- DA PONTUAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1- A média das notas obtidas dos quesitos da prova prática, será a pontuação Final do candidato ao cargo de Agente de serviços Especiais – Roçador.

10.2- Estará automaticamente eliminado o candidato que não atingir a média 5 na prova prática.

10.3- Para os cargos de comprovação de tempo de serviço, cada mês de serviço na área correlacionada com o cargo pretendido valerá 1 ponto.

10.4- Ocorrendo empate na pontuação aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.2- Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios de desempate:

a) Maior idade;

11 - DA LISTA DE INSCRIÇÃO E DA DATA DA PROVA PRÁTICA

11.1.- A lista dos candidatos inscritos será divulgada em 24 de maio de 2021, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque <https://portal.brusque.sc.gov.br/>, bem como afixada no mural da Prefeitura e da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

11.2. - O candidato poderá interpor recurso do resultado da lista de inscrição, devidamente fundamentado, apontando com clareza o(s) ponto(s) que deseja contestar sob pena de não ser admitido seu recurso, que deverá ser apresentado no setor de Recursos Humanos, Primeiro andar da Prefeitura Municipal de Brusque localizada na Praça das Bandeiras, 77 - Centro, Brusque - SC no dia 25 de maio de 2021 no horário das 08h às 11h30min e 13h30min às 16h.

11.3 - A lista dos candidatos pós recurso, juntamente do Cronograma de realização das provas práticas será divulgada em 26 de maio de 2021, em ordem alfabética sem classificação, no Site da Prefeitura Municipal de Brusque <https://portal.brusque.sc.gov.br/>, bem como afixada no mural da Prefeitura e da Secretaria de Obras.

11.4 O candidato deverá tomar conhecimento do local e horário da realização da prova prática e dos requisitos para a realização da mesma.

12- DO RESULTADO PRELIMINAR

12.1- As listagens dos aprovados na ordem decrescente de classificação serão divulgadas em 08 de junho de 2021, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: <https://portal.brusque.sc.gov.br/>, e afixado no Mural da Secretaria de Obras.

13- DO RECURSO

13.1- O candidato poderá interpor recurso contra o resultado da classificação preliminar do Processo Seletivo. O recurso deverá ser entregue no setor de Recursos Humanos, Primeiro andar da Prefeitura Municipal de Brusque localizada na Praça das Bandeiras, 77 - Centro, Brusque - SC no dia 09 de junho de 2021 das 08h às 11h30min e 13h30min às 16h.

13.2- O recurso, para ser aceito deverá ser fundamentado e assinado pelo candidato, apontando com clareza o(s) ponto(s) da sua irresignação, sob pena de ser, preliminarmente, indeferido.

13.3- Não será aceito recurso via postal, via fax ou via correio eletrônico, tampouco será aceito recurso fora da data especificada no item 13.1; todavia, será admitida a interposição de recurso por intermédio de procurador, munido com procuração pública com poderes específicos para esse ato. 13.4 Caso não haja manifestação da parte interessada, o resultado provisório será considerado como resultado final.

14- DO RESULTADO FINAL

14.1. O resultado final será publicado no dia 10 de junho de 2021, através do site da Prefeitura Municipal de Brusque, no endereço eletrônico: <https://portal.brusque.sc.gov.br/>, bem como no Diário Oficial dos Municípios - DOM..

14.2. Contra o Resultado final não caberá mais recurso.

15- DOS DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

15.1- O candidato aprovado e convocado para trabalhar, deverá apresentar no Recursos Humanos através da Secretaria Municipal de Obras na data e horários fixados por este departamento, CÓPIA e ORIGINAL dos seguintes documentos:

- a) 1 (uma) foto 3x4 recente e com data.
- b) CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social (folhas da identificação);
- c) PIS;
- d) CPF;
- e) Carteira de Identidade;
- f) Título de Eleitor;
- g) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação com firma reconhecida no cartório ou declaração com firma reconhecida no cartório, acompanhado de fatura de água ou energia em nome do declarante;
- h) Quitação das obrigações militares, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);
- i) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Certidão de Quitação Eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- l) Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares, no exercício do cargo ou função pública (Anexo I deste Edital);
- m) Declaração de não exercer cargo, emprego ou função pública em quaisquer das esferas federal, estadual ou municipal (Anexo II deste Edital);
- n) Declaração de bens (Anexo III);
- o) Diploma ou Certificado de Conclusão de escolaridade;
- p) CPF de todos os dependentes (filhos e cônjuge).
- q) CNH, para os cargos que exijam;
- r) Cursos para os cargos que exijam.
- s) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social. (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>).

15.2 Os candidatos aprovados e convocados para trabalhar, via edital de convocação, que não comparecerem no horário marcado para aceitação da vaga e para a realização do exame médico admissional, perderá a vez para os subsequentes da lista de classificação.

15.3 Estará automaticamente desclassificado o candidato que deixar de apresentar o documento original, quando for solicitado.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Será automaticamente eliminado do certame e cancelada sua inscrição o candidato que obteve rescisão de contrato por justa causa, na Prefeitura Municipal de Brusque;

16.2- Não havendo candidatos classificados no processo seletivo, as vagas remanescentes serão preenchidas de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Secretaria de Orçamento e Gestão.

16.3- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas, inexatas ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos decorrentes, sem prejuízo das cominações legais;

16.4- O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital, e valerá como aceitação tácita das normas estabelecidas para o presente processo seletivo.

16.5- O presente edital poderá ser cancelado ou alterado de acordo com os interesses da Administração, não gerando para tanto nenhum direito adquirido aos candidatos.

16.6- O candidato aprovado no Processo Seletivo e convocado para trabalhar, receberá seu salário pela Caixa Econômica Federal, agência Brusque, cuja data da assinatura do contrato de abertura de conta será informada pela sua respectiva secretaria.

16.7- O candidato convocado para trabalhar e que estiver com restrição no CPF, deverá regularizá-lo junto à Receita Federal, o mais breve

possível, sob pena de não ter seu salário depositado na conta em razão da irregularidade.

16.8- A aprovação e classificação final no Processo Seletivo geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. Durante o período de validade do Processo Seletivo, a Prefeitura Municipal de Brusque reserva-se no direito de proceder às convocações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e respeitados os limites de gastos com pessoal, até o número de vagas existentes, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

16.9 Incorporar-se-ão neste edital, para todos os efeitos, as disposições e instruções, bem como editais complementares, ratificações do edital, ou resoluções referentes ao processo de seleção que vierem a ser expedidos.

16.10 É de inteira responsabilidade do candidato, manter seu contato telefônico atualizado, enquanto estiver participando do processo seletivo, por meio de requerimento.

16.11- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Fazenda e Gestão Estratégica.

Brusque, 27 de Abril de 2021.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Estratégica

EDITAL Nº 02-2021-SEME

Publicação Nº 3004408

EDITAL Nº 02/2021 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS, DIRETORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE E REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA COMPOSIÇÃO DO CACS- CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE-SC.

1-A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E COM BASE NA LEI FEDERAL 14.113/2020 E LEI MUNICIPAL Nº 4.359/2021, CONVOCA ASSEMBLEIA PARA ELEIÇÃO DE MEMBROS TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DOS DIRETORES, DE PAIS DE ALUNOS, DE ESTUDANTES DOS OITAVOS ANOS E REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DE CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE BRUSQUE PARA A REESTRUTURAÇÃO DO CACS.

2 A LEI FEDERAL 14.113/2020 QUE DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, MOTIVOU A ELABORAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 4.359/2021 QUE TRATA DA REESTRUTURAÇÃO DO CACS -CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, QUE TEM A FINALIDADE DE FISCALIZAR E DELIBERAR A RESPEITO DO FUNDO MUNICIPAL, SENDO A FORMAÇÃO DO MESMO, ENTRE OUTROS REPRESENTANTES, A SEGUINTE: 1(UM) REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS; 2 (DOIS) REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA; 1(UM) REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA E 1(UM) REPRESENTANTE DAS ESCOLAS DO CAMPO, SENDO QUE PARA CADA TITULAR DEVERÁ SER ELEITO UM MEMBRO SUPLENTE.

3 DESTA FORMA, FICAM CONVOCADOS OS DIRETORES E ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAIS DE BRUSQUE E ESCOLAS DE CAMPO PARA ENCAMINHAREM NOMES DE DIRETORES, DE PAIS DE ALUNOS E DE ALUNOS DOS OITAVOS ANOS, BEM COMO REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DE CAMPO PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS TITULARES E E SUPLENTE.

4 OS NOMES DOS REPRESENTANTES DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATÉ O DIA 14 DE MAIO DO CORRENTE PARA O ENDEREÇO:

sm.merenda@educacao.brusque.sc.gov.br.

5 A ASSEMBLEIA PARA A ELEIÇÃO DOS NOVOS MEMBROS ACONTECERÁ NO DIA 19 DE MAIO DO CORRENTE, ÀS 14 HORAS, VIA ONLINE, ATRAVÉS DE LINK A SER ENCAMINHADO.

6 A ELEIÇÃO SE DARÁ NA FORMA A SER DEFINIDA PELOS PARTICIPANTES DA ASSEMBLEIA.

7 APÓS O ENCERRAMENTO DA ASSEMBLEIA SERÃO PROCLAMADOS OS OS NOVOS CONSELHEIROS, CUJOS NOMES CONSTARÃO EM ATA, SENDO: O TITULAR E O SUPLENTE PARA REPRESENTAREM OS DIRETORES, OS PAIS DE ALUNOS, ALUNOS E REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DE CAMPO NO CACS - CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

8 DA ELEIÇÃO CABERÁ IMPUGNAÇÃO, SENDO O PRAZO DE QUALQUER ATO DO PROCESSO ELETIVO

DE 2 (DOIS) DIAS ÚTEIS.

9 AO TÉRMINO DO PERÍODO DE IMPUGNAÇÃO, NÃO HAVENDO RECURSOS IMPETRADOS DENTRO DO PRAZO, A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO SOLICITARÁ AO CHEFE DO EXECUTIVO A NOMEAÇÃO DOS CONSELHEIROS ELEITOS, POR MEIO DE ATO FORMAL.

10 OS CASOS OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

BRUSQUE, 26 DE ABRIL DE 2021.

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO N° 052 2021

Publicação N° 3004439

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 052/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ISAIAS ANTONIO BARBOSA	06/04/2021 - 05/04/2022
ARIEL DOS SANTOS BEZERRA	05/04/2021 - 04/04/2022
JOAQUIM VALDENIL RIBEIRO	13/04/2021 - 12/04/2022
LUCIANO MONTEIRO	13/04/2021 - 12/04/2022
JOAO APARECIDO CHREMONEZI	13/04/2021 - 12/04/2022
JOSE BRILHANTE DA SILVA	05/04/2021 - 04/04/2022
WILLIAN JOSEPH DE SOUZA	05/04/2021 - 04/04/2022
JOSE AUGUSTO GOZ DE MENEZES	13/04/2021 - 12/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 20/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 053 2021

Publicação N° 3004443

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 053/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
JONI MARQUES	05/04/2021 - 04/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 03/2020

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 054 2021

Publicação N° 3004445

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 054/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
DIENNE KARLA DE SOUZA DE AVELAR	06/04/2021 - 05/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ASSISTENTE SOCIAL dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 055 2021

Publicação N° 3004450

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 055/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ROSANGELA PAULA DA ANUNCIACAO	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 03/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ASSISTENTE SOCIAL dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 056 2021

Publicação N° 3004452

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 056/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
SABRINA MARIA FRANZEN	16/04/2021 - 15/04/2022
LAURA VARGAS DA SILVA	01/04/2021 - 27/09/2021
JAQUELINE MORAES DE OLIVEIRA	06/04/2021 - 05/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 02/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de AUXILIAR CONSULTORIO ODONTOLOGICO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 057 2021

Publicação N° 3004453

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 057/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
CAROLINA DE MIRANDA MEURER	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de CIRURGIAO DENTISTA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 058 2021

Publicação N° 3004456

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 058/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E :

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
EDUARDO LOOS	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 05/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de CIRURGIAO DENTISTA ESPECIALISTA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 059 2021

Publicação N° 3004459

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 059/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
BRUNA KREUTZ	01/04/2021 - 27/09/2021

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 11/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de ENFERMEIRO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 060 2021

Publicação N° 3004464

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 060/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
RAQUEL ORTUNIO HARGER	05/04/2021 - 04/04/2022
MARCEL BRUNNO ALVES MARQUES	05/04/2021 - 04/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de FISIOTERAPEUTA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 061 2021

Publicação Nº 3004466

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 061/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
SOLANGE MARIA POJO DE SOUZA ARAUJO	05/04/2021 - 04/04/2022
DEBORA ASSUNCAO AGUIAR	06/04/2021 - 05/04/2022
CRISTIANE DE OLIVEIRA SANTAREM	07/04/2021 - 06/04/2022
PAULO FELIPE WILLRICH COLZANI	19/04/2021 - 18/04/2022
RICARDO NUNES BUENO	05/04/2021 - 04/04/2022
FRANCIELLE SORDI VEIGA	06/04/2021 - 05/04/2022
RONALDO CALDEIRA GODINHO	07/04/2021 - 06/04/2022
EULA GIOVANA NASCIMENTO DOS SANTOS	13/04/2021 - 12/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 05/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 062 2021

Publicação Nº 3004469

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 062/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
MICHELI CRISTIANE HINTZ	19/04/2021 - 18/04/2022
MARIA JACKELIN GIL OZUNA	07/04/2021 - 06/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 05/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 063 2021

Publicação Nº 3004473

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 063/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ANA PAULA FIORAVANTI SCHACHT	12/04/2021 - 11/04/2022
LUIZ FERNANDO SILVEIRA PARRELA	12/04/2021 - 11/04/2022
SAMIR FARAH	12/04/2021 - 11/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 02/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MEDICO ESPECIALISTA dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 064 2021

Publicação Nº 3004474

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 064/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E :

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
TAMIRES CRISTINA CORDEIRO VALE	12/04/2021 - 11/04/2022
JULIANE CAROLINA THOLL	07/04/2021 - 06/04/2022
MARIANE PEDROSO DE SOUZA	05/04/2021 - 04/04/2022
RAQUEL DA SILVA SUTEL	06/04/2021 - 04/10/2021
RAFAEL DA ROSA RODRIGUES	06/04/2021 - 05/04/2022
VIVIANE NERY PACHECO DA SILVA	13/04/2021 - 12/04/2022
FRANCINI DANIELLE PEDRINI	01/04/2021 - 27/09/2021
PRISCILA GOMES FERREIRA	06/04/2021 - 05/04/2022
MARIA RAQUEL LOPES MACEDO	19/04/2021 - 18/04/2022
JEANE DE RAMOS	06/04/2021 - 05/04/2022
SUELLEN FELICIANO GUIMARAES	09/04/2021 - 08/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 02/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 065 2021

Publicação Nº 3004478

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 065/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
DEISY LINS MAIA	08/04/2021 - 17/12/2021
TAINARA FREDERICO SAUERESSIG DA SILVA	19/04/2021 - 17/12/2021
CAIANE DA SILVA SANTOS	20/04/2021 - 17/12/2021
VILMA MARIA DOS SANTOS LANG	12/04/2021 - 17/12/2021
PATRICIA SOARES LIMA	07/04/2021 - 17/12/2021
ANDREA DE FATIMA SILVA	07/04/2021 - 17/12/2021
THAIS MARTINS DE ARAUJO	01/04/2021 - 17/12/2021
IRLANDIA DOS SANTOS MUNIZ SOUZA	15/04/2021 - 17/12/2021
LESLIE THAISE FREITAS	05/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo 19/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR II dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 066 2021

Publicação Nº 3004482

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 066/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
LUCAS COELHO GRIMM	12/04/2021 - 17/12/2021
UBIRAJARA CONCATTO	07/04/2021 - 17/12/2021
ALEXANDRE HENRIQUE ROCHA PEREIRA	19/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo 19/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR III dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 067 2021

Publicação N° 3004484

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 067/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
SABRINA SOUZA DE OLIVEIRA	22/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo 19/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MONITOR ESCOLAR III dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 068 2021

Publicação N° 3004488

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 068/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ISRAEL LUIZ PEREIRA	06/04/2021 - 05/04/2022
IGOR TEDESCO	07/04/2021 - 06/04/2022
VANDERLEIA ALEXANDRE	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 21/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de MOTORISTA VEICULOS LEVES dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 069 2021

Publicação N° 3004490

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 069/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
GEAMIMA MACHADO FLORIANO PAIXAO	19/04/2021 - 17/12/2021
NUBIA EVELYN DIONISIO MARTINHO	20/04/2021 - 17/12/2021
VIVIANE BERNARDI	19/04/2021 - 17/12/2021
SCHEILA CRISTINA DOS SANTOS	22/04/2021 - 17/12/2021
ROSANGELA SORAYA CORDEIRO SILVA	19/04/2021 - 17/12/2021
JAQUELINE DA SILVA GONDIM ROCHA	22/04/2021 - 17/12/2021
DELCEMAR DA PAZ DE ASSUNCAO ARAUJO	22/04/2021 - 17/12/2021

MARINEI DE SOUZA	22/04/2021 - 17/12/2021
JUCIMARA COELHO	16/04/2021 - 17/12/2021
ELIZIANE APARECIDA RIBEIRO	19/04/2021 - 17/12/2021
EVA APARECIDA FERNANDES ARAUJO	22/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 06/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 070 2021

Publicação N° 3004495

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 070/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ANTONY MARCIO TARGINO DE FREITAS	01/04/2021 - 17/12/2021
ELISANGELA MARQUES DA SILVA	12/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo 19/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 071 2021

Publicação N° 3004498

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 071/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ROSILENE REIS DE FRANCA DE PAULA	12/04/2021 - 11/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 01/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 072 2021

Publicação N° 3004501

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 072/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
YERI DE ALMEIDA TOURINHO	13/04/2021 - 12/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 01/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 073 2021

Publicação N° 3004504

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 073/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
EVERTON LUIZ DO NASCIMENTO	12/04/2021 - 17/12/2021

ORIGEM: Processo Seletivo 19/2019

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 20 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 074 2021

Publicação N° 3004505

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 074/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
GERUZA FERREIRA HAUBERT	19/04/2021 - 18/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 01/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PROFESSOR dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 30 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO N° 075 2021

Publicação N° 3004507

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 075/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
FABIANA SILVA SANTOS GASCOIN	23/04/2021 - 22/04/2022
VIVIANE REIS ODEBRECHT	07/04/2021 - 06/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 03/2021

FUNDAMENTO: Lei n° 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PSICOLOGO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 076 2021

Publicação Nº 3004509

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 076/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
IZADORA PAULINI	12/04/2021 - 11/04/2022
MARLI PAZA	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 11/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de PSICOLOGO dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 077 2021

Publicação Nº 3004510

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 077/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
CLEUSA RODRIGUES FERREIRA	06/04/2021 - 05/04/2022
VERONICA DZIOBA	06/04/2021 - 05/04/2022
FABIANA CRISTINA PENA	07/04/2021 - 06/04/2022
MARY ILOIR DE SOUZA	07/04/2021 - 06/04/2022
MARIA APARECIDA NUNES	01/04/2021 - 31/03/2022
DORGIVAL RICARDO DA SILVA	01/04/2021 - 31/03/2022
ANA PAULA ANTUNES DE SOUZA	01/04/2021 - 31/03/2022
JUCIANE SILVEIRO HELLMANN	01/04/2021 - 31/03/2022
MARLISE ZANON	06/04/2021 - 05/04/2022
SIRLENE CONCEICAO LIMA SILVA	01/04/2021 - 31/03/2022
SHIRLEY OLIVEIRA PIMENTEL	07/04/2021 - 06/04/2022
ERONDINA APARECIDA CORDEIRO DE CARLI	05/04/2021 - 04/04/2022
ARLEIDE CLEMENTE DOS SANTOS	08/04/2021 - 07/04/2022
MARIA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA SOUZA	01/04/2021 - 31/03/2022
MARIA BENANCIA DO AMARAL WURTZ	06/04/2021 - 05/04/2022
ELIZANGELA RODRIGUES MARTINS	01/04/2021 - 31/03/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 02/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 078 2021

Publicação Nº 3004512

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 078/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
ELISANGELA SCHUQUEL MATTIONI	05/04/2021 - 01/10/2021
RUTH PIRES DE ARAUJO	08/04/2021 - 07/04/2022
DAYANE VIEIRA CARDOSO	19/04/2021 - 18/04/2022

ROSANE APARECIDA PADILHA DE SOUZA	23/04/2021 - 22/04/2022
LEONETE MARTINS VIEIRA DO AMARAL	01/04/2021 - 27/09/2021
ANNA CAROLINA SOUZA DA SILVA	09/04/2021 - 08/04/2022
JOANA DARC FERREIRA GOMES	01/04/2021 - 27/09/2021
SIRLENE COSTA DOS SANTOS	05/04/2021 - 01/10/2021
TONI ATANASIO	22/04/2021 - 21/04/2022
MARIA HELENA VOLTOLINI MELLO	06/04/2021 - 05/04/2022
JOSILEIDE ARAUJO COSTA	01/04/2021 - 27/09/2021
GILVANE ANDREA SPIER	13/04/2021 - 12/04/2022
FERNANDA OLIVEIRA BARBOSA	20/04/2021 - 19/04/2022
GILMAR SANT ANNA	06/04/2021 - 05/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo Simplificado 02/2021

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de TECNICO EM ENFERMAGEM dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO Nº 079 2021

Publicação Nº 3004513

MUNICÍPIO DE BRUSQUE

EXTRATO 079/2021

EXTRATO DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E:

SERVIDORES	DATA DE ADMISSÃO / TERMINO DO CONTRATO
DANIELA FRANCA	05/04/2021 - 04/04/2022
EVANDIA LILIA DOS SANTOS SILVA	05/04/2021 - 04/04/2022
LORENA REGINA BEZERRA DOS SANTOS	05/04/2021 - 04/04/2022

ORIGEM: Processo Seletivo 20/2019

FUNDAMENTO: Lei nº 2174/1997

OBJETO: O empregado trabalhará para a contratante nas funções de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS dentro da natureza do seu cargo, com carga horária de 40 horas semanais.

Brusque, 27/04/2021

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 051-2021-CP Nº 002-2021-ESCLARECIMENTO

Publicação Nº 3004412

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Processo Licitatório n. 051/2021

Concorrência Pública n. 002/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PAC MACRODRENAGEM BACIA FELIPE SCHMIDT, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SC.

CONSIDERANDO questionamentos apresentados por empresas interessadas no objeto da licitação referente a qualificação técnica prevista na Cláusula 9.3, alínea "b" e "c", do Edital, bem como solicitação da Secretaria de Infraestrutura Estratégica (Memorando n. 3.270/2021), somado ao fato que a Administração tem o dever de divulgar todos os seus atos, o que se faz em observância aos princípios da isonomia e publicidade (art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei 8.666/93), bem como em observância aos princípios da celeridade e economia processual; tornar público, através desse termo que:

Onde se lê:

b) Atestado em nome do profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a potencialidade da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto desta licitação, comprovando sua qualificação operacional. Este documento deverá estar acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA ou CAU, comprovando a execução de 50% dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, através de até 03 (três) atestados. Não será admitido atestados que se refiram a trabalhos de fiscalização ou de supervisão de obras ou serviços similares.

c) em nome do profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a capacidade técnica do profissional em atividades compatíveis com o objeto desta licitação. Este documento deverá estar acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA ou CAU,

comprovando a execução de 50% dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, através de até 03 (três) atestados. Não será admitido atestados que se refiram a trabalhos de fiscalização ou de supervisão de obras ou serviços similares.

Leia-se:

b) Atestado em nome do profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a potencialidade da empresa licitante em atividades compatíveis com o objeto desta licitação, comprovando sua qualificação operacional. Este documento deverá estar acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA ou CAU, comprovando a execução de 50% dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, através de até 03 (três) atestados. Não será admitido atestados que se refiram a trabalhos de fiscalização ou de supervisão de obras ou serviços similares. Os atestados deverão comprovar:

Serviço	Quantitativo mínimo a ser comprovado*	Quantitativo estimado a ser executado no futuro contrato
assentamento de galerias pluviais	478,00 metros	50% da soma dos itens 1.2.5, 1.2.6 e 1.2.7
Pavimentação Asfáltica	269,52m ³	50% do item 1.4.14

*Será tolerada diferença de até 10% no quantitativo mínimo a ser comprovado.

**Também para fins de qualificação técnica é admitida a somatória de atestados.

c) Atestado em nome do profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a capacidade técnica do profissional em atividades compatíveis com o objeto desta licitação. Este documento deverá estar acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico do CREA ou CAU, comprovando a execução de 50% dos serviços pertinentes e compatíveis ao objeto da licitação, através de até 03 (três) atestados. Não será admitido atestados que se refiram a trabalhos de fiscalização ou de supervisão de obras ou serviços similares. Os atestados deverão comprovar independente de quantitativo assentamento de galerias pluviais e de Pavimentação Asfáltica.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Esclarecimentos e informações poderão ser realizados na Diretoria de Licitações (Secretaria de Orçamento, Finanças e Patrimônio), localizada na sede da Prefeitura Municipal, sito a Praça das Bandeiras, nº. 77, Brusque/SC, das 08:00h às 12:00h e das 13h30min às 17h:30min, pelo telefone (47) 3251-1833/1870. Brusque/SC, 27 de abril de 2021. JOSEANA PAES LOPES. Diretora de Licitação

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055-2021-PE Nº 037-2021

Publicação Nº 3004418

PREGÃO ELETRÔNICO nº 037/2021

Processo Licitatório nº 055/2021

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Secretaria de Orçamento, Finanças e Patrimônio, situado na Praça das Bandeiras, n. 45, Centro, cidade de Brusque/SC, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E DE PROTEÇÃO.

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:30h do dia 04/05/2021, às 08:30h do dia 14/05/2021.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00h do dia 14/05/2021, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Retirada do Edital diretamente no endereço. 27/04/2021. EDENA BEATRIS CENSI. Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059-2021-PE Nº 038-2021

Publicação Nº 3004421

PREGÃO ELETRÔNICO nº 038/2021

Processo Licitatório nº 059/2021

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através da Secretaria de Infraestrutura Estratégica, situado na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, cidade de Brusque/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS (SILICONE/MANTA ASFÁLTICA/IMPERMEABILIZANTE/ADITIVO/PARAFUSOS/FERRAGENS/DOBRADIÇAS)

Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 08:30h do dia 05/05/2021, às 08:30h do dia 17/05/2021.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00h do dia 17/05/2021, no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Retirada do Edital diretamente no endereço. 27/04/2021. ANDREA PATRÍCIA VOLKMANN. Secretária de Infraestrutura Estratégica

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033-2021- TP Nº 007-2021- HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 3004413

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 033/2021

Tomada de Preço nº 007/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE BRUSQUE.

A Secretária de Infraestrutura Estratégica no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 10.520/2002, DECIDE:

HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo licitatório supracitado, onde sagrou-se vencedora a(s) Empresa(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), nos termos da Ata de Licitação.

DETERMINAR a adoção de medidas cabíveis para a contratação da(s) Empresa(s): SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Brusque, 27 de abril de 2021. ANDREA PATRICIA VOLKMANN. Secretária de Infraestrutura Estratégica.

PORTARIA Nº 1097-2021

Publicação Nº 3004514

Portaria nº 1097/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
857068	0	GABRIELA BARTH BARBOSA	Secretaria Municipal de Saúde	26/04/2021	25/05/2021	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 26/04/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Abril de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1098-2021

Publicação Nº 3004515

Portaria nº 1098/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
941565	0	LUCIANA GOULART MEDEIROS	Secretaria Municipal de Saúde	28/04/2021	07/05/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Abril de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1099-2021

Publicação Nº 3004516

PORTARIA Nº 1099/2021

Declara vacância do cargo público por falecimento de servidor.

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, em razão do falecimento do servidor JOEL FUCKNER, matrícula n. 6289-0, ocorrido em 17 de abril de 2021, nos termos do inciso VI do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de abril de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1100-2021

Publicação Nº 3004518

PORTARIA Nº 1100/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora LISANDRA LIMAS HEIDERSCHIEDT, matrícula n. 7480-15, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de abril de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1101-2021

Publicação Nº 3004519

PORTARIA Nº 1101/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por motivo de aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora ROSELIS MARGUIT PEHNK, matrícula n. 430803-10, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de abril de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1102-2021

Publicação Nº 3004520

PORTARIA Nº 1102/2021

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora IRENE RAFAELE PEREIRA ORIBES, matrícula Nº 10000267814-01, exercendo as funções de MONITOR ESCOLAR II 40, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação 120 (cento e vinte) dias, no período compreendido entre 11/04/2021 a 08/08/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/04/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de abril de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1103-2021

Publicação Nº 3004522

PORTARIA Nº 1103/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora ALAIDES SIDIANE PEREIRA HALAIKO, matrícula nº 892777-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 09/04/2021 a 22/05/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 09/04/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1104-2021

Publicação Nº 3004524

PORTARIA Nº 1104/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor IZABELA ALBANI, matrícula nº 486442-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de DIRETORA DE GESTAO DA EDUCACAO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 06/04/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 21/04/2021 a 15/05/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 21/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1105-2021

Publicação Nº 3004525

PORTARIA Nº 1105/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora WANDERLEIA MARIA BROERING PAOLI, matrícula nº 10084606-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 22/03/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 06/04/2021 a 15/05/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 06/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1106-2021

Publicação Nº 3004527

PORTARIA Nº 1106/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora GIORGIA EMANUELE DA LUZ, matrícula nº 675997-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 12/04/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 27/04/2021 a 05/06/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 27/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1107-2021

Publicação Nº 3004529

PORTARIA Nº 1107/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor Wanderson Jose Cunha dos Santos, matrícula nº 4116704-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE OBRAS, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em decorrência do atestado médico a contar do dia 29/03/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 13/04/2021 a 27/06/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 13/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1108-2021

Publicação Nº 3004530

PORTARIA Nº 1108/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do art. 5º da Lei Complementar 313/2020 de 29/04/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora DELFINA DA SILVA BELTRAME, matrícula nº 413127-09, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação entre os dias 08/04/2021 a 07/06/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 5º da LC 313/2020 está em conformidade com o art. 1º, da Normativa 001/2020 .

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. com efeitos a contar de 08/04/2021 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1109-2021

Publicação Nº 3004532

PORTARIA Nº 1109/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art.5º . Lei Complementar 313 de 29/05/2020, o servidor GILBERTO VECHI, matrícula Nº 6610-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS, lotado no Gabinete do Prefeito (Chefia Gabinete do prefeito municipal), em decorrência do atestado médico do dia 05/04/2021, sendo seu afastamento no dia 20/04/2021 a 01/07/2021.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 20/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1110-2021

Publicação Nº 3004533

PORTARIA Nº 1110/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art. 5º. Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora PATRICIA SOARES VENZON, matrícula nº 443743-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado médico a contar do dia 29/03/2021 sendo concedido afastamento entre os dias 13/04/2021 a 15/05/2021

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 13/04/2021

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Gestão Estratégica

PORTARIA Nº 1111-2021

Publicação Nº 3004534

PORTARIA Nº 1111/2021

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art.5º . Lei Complementar 313 de 29/05/2020, por meio da Instrução Normativa 001/2020, requerido pela servidora CARLA APARECIDA BODENMULLER, matrícula nº 4242955-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda entre os dias 12/04/2021 a 11/07/2021 .

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º, da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/04/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária da Fazenda

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1112-2021

Publicação Nº 3004536

PORTARIA Nº 1112/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

Considerando o Art. 4º da Lei Complementar Municipal nº 278 de 29 de outubro de 2018, considerando também o Ofício Nº 294-21-3ºBBM da 3ª Companhia de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Brusque;

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar a cessão do(a) servidor(a) RICARDO ALEXANDRE BURIGO, matrícula nº 781932, ocupante do cargo efetivo, de AGENTE DEFESA CIVIL, lotado(a) na Defesa Civil para prestar serviços na 3ª Companhia de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina, com ônus para o Município.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão.

Parágrafo Segundo: A cessão se dá por 1 ano, podendo ser prorrogado mediante prévia comunicação das partes.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de abril de 2021.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

TERMO DE FOMENTO Nº 01-2021-FMAC-FCB

Publicação Nº 3004430

TERMO DE FOMENTO 01/2021 - FMAC/FCB

Termo de Fomento que entre si celebram a Fundação Cultural de Brusque e o MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM.

Pelo presente TERMO DE FOMENTO, de um lado a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.894.677/0001-71 sede administrativa estabelecido na rua Germano Scheafer nº 110, centro. Brusque (SC), representada pela Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque, Sra. Elisane Marcos, CPF sob nº 987.061.019-68 RG 2.728.206, residente nesta cidade e comarca de Brusque, doravante denomina CONCEDENTE, e de outro o MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM 1) F.: BRUSQUE. inscrito no CNPJ sob nº 82.986.910/0002-30 com sede na Rua Azambuja 960. bairro Azambuja - SC, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Pe. Francisco de Assis Wloch, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 223.664.319-53, RG 145.592 SSP/SC, endereço Rua Azambuja, 1076, Bairro Azambuja, Brusque (SC), doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, observada as disposições na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n.13.204, de 14 de dezembro de 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Esta parceria tem por objeto a transferência de recursos por parte da CONCEDENTE a título de cooperação financeira destinada à manutenção do Museu e Arquivo Histórico do MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM.

CLÁUSULA SEGUNDA — JUSTIFICATIVA

A presente parceria é firmada no intuito de subsidiar a entidade CONVENIENTE para possibilitar seu funcionamento e para que comunidade em geral, pesquisadores, historiadores e unidades de ensino de Brusque e região tenham acesso aos documentos, fotos e objetos que compõem o acervo do MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM, proporcionando acesso à cultura.

Levando também em consideração a Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público 01/2021 da FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, que considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014; O fundamento principal para a presente iniciativa é o artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014, que possibilita a administração pública tornar inexigível o chamamento público;

Art. 31 da Lei Federal 13.019/2014 – Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (.....)

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE obriga-se:

- a) A efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do TERMO DE FOMENTO restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;
- b) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENIENTE,
- c) A publicar no órgão de imprensa oficial o extrato do presente Convênio até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

d) A promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor da parceria por parte da CONVENIENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

A CONVENIENTE obriga-se a:

1. Prestar contas com os documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 60 (sessenta) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único; e, (h) 30 (trinta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;
2. Prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
4. Devolução de eventual saldo do valor da parceria, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 desta cláusula;
5. Ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos por meio desta parceria, quando se comprovara sua inadequada utilização;
6. Manter conta-corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNP;
7. Aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;
8. Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA QUINTA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente TERMO DE FOMENTO terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEXTA — DO VALOR

Para a execução do presente TERMO DE FOMENTO a CONCEDENTE repassará a importância global de R\$ 45.000.00 (quarenta e cinco mil reais), conforme consta do Plano de Trabalho anexo.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 65.001/2225/33350439928/010000.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA CONTRAPARTIDA DA CONVENIENTE

• A título de contrapartida a CONVENIENTE se compromete a:

- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), realizar atividades educativas on-line nas mídias da entidade.
- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), manter as atividades internas e oferecer atendimento ao público externo de forma remota e também sempre que possível, com agendamento prévio para atendimento no próprio museu, obedecendo sempre as medidas sanitárias necessárias.
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais, abrir a entidade para visitas de terça a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h; segunda-feira das 13h às 17h;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Oferecer Educação Patrimonial: visita monitorada ao Museu para alunos da rede Municipal. Estadual e Particular de Ensino (público potencial de 3 mil estudantes/ano);
- Participar na Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, mesmo que de forma virtual;
- Disponibilizar seu acervo documental, fotográfico e arqueológico para consulta e pesquisa aos estudiosos da História, com agendamento prévio durante o período de restrição social causado pela pandemia do coronavírus;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Receber alunos da rede municipal de ensino periodicamente no Museu, oferecendo profissional capacitado para acompanhamento das visitas, dentro do projeto Visitando Museus.

CLÁUSULA OITAVA — DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente TERMO DE FOMENTO será efetuado através de depósito ou transferência bancária para o Banco 756 – SICOOB, conta-corrente nº 189.779-9, de titularidade da CONVENIENTE.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente TERMO DE FOMENTO e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no TERMO DE FOMENTO ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente TERMO DE FOMENTO, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

A CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, por meio de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto deste instrumento e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente TERMO DE FOMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Brusque/SC, 22 de Abril de 2021.

CONCEDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE

ELISANE MARCOS

Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque Presidente

CONVENENTE

MUSEU ARQUIDIOCESANO DOM JOAQUIM

PE FRANCISCO DE ASSIS WLOCH

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

TERMO DE FOMENTO Nº 02-2021-FMAC-FCB

Publicação Nº 3004433

TERMO DE FOMENTO 02/2021 - FMAC/FCB

Termo de Fomento que entre si celebram a Fundação Cultural de Brusque e a SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE (MUSEU CASA DE BRUSQUE)

Pelo presente TERMO DE FOMENTO, de um lado a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.894.677/0001-71 sede administrativa estabelecido na rua Germano Scheafer nº 110, centro. Brusque (SC), representada pela Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque, Sra. Elisane Marcos, CPF sob nº 987.061.019-68 RG 2.728.206, residente nesta cidade e comarca de Brusque, doravante denomina CONCEDENTE, e de outro a SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE 1) F.: BRUSQUE. inscrita no CNPJ sob nº 83.721.639/0001-93 com sede na Avenida Otto Renaux. 285. bairro São Luiz, Brusque - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. RICARDO JOSÉ SCHARF, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 070.568.879-88, RG 4538265, endereço Rua Manoel Tavares, 43, Centro, Brusque (SC), doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, observada as disposições na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n.13.204, de 14 de dezembro de 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Esta parceria tem por objeto a transferência de recursos por parte da CONCEDENTE a título de cooperação financeira destinada à manutenção do Museu e Arquivo Histórico da Sociedade Amigos de Brusque.

CLÁUSULA SEGUNDA — JUSTIFICATIVA

A presente parceria é firmada no intuito de subsidiar a entidade CONVENENTE para seu funcionamento e também possibilitar que a comunidade em geral, pesquisadores, historiadores e unidades de ensino de Brusque e região tenham acesso aos documentos, fotos e objetos que compõem o acervo da Casa de Brusque, proporcionando acesso à cultura.

Levando também em consideração a Inexigibilidade de Chamamento Público 02/2021 da FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, que Considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014; O fundamento principal para a presente iniciativa é o artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014, que possibilita a administração pública tornar inexigível o chamamento público;

Art. 31 da Lei Federal 13.019/2014 – Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (.....)

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE obriga-se:

a) A efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do TERMO DE FOMENTO restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;

b) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENENTE,

c) A publicar no órgão de imprensa oficial o extrato do presente instrumento até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

d) A promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor da parceria por parte da CONVENENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

A CONVENENTE obriga-se a:

1. Prestar contas com os documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 60 (sessenta) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único: e, (h) 30 (trinta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;

2. Prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
4. Devolução de eventual saldo do valor da parceria, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 desta cláusula;
5. Ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos por meio desta parceria, quando se comprovar a sua inadequada utilização;
6. Manter conta-corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNP;
7. Aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;
8. Responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA QUINTA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente TERMO DE FOMENTO terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEXTA — DO VALOR

Para a execução do presente TERMO DE FOMENTO a CONCEDENTE repassará a importância global de R\$ 45.000.00 (quarenta e cinco mil reais), conforme consta do Plano de Trabalho anexo.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 65.001/2225/33350439929/010000

CLÁUSULA SÉTIMA — DA CONTRAPARTIDA DA CONVENIENTE

• A título de contrapartida a CONVENIENTE se compromete a:

- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), realizar atividades educativas on-line nas mídias da entidade.
- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), manter as atividades internas e oferecer atendimento ao público externo de forma remota e também sempre que possível, com agendamento prévio para atendimento no próprio museu, obedecendo sempre as medidas sanitárias necessárias.
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais, abrir a entidade para visitas de terça a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h; segunda-feira das 13h às 17h;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Oferecer Educação Patrimonial: visita monitorada ao Museu para alunos da rede Municipal. Estadual e Particular de Ensino (público potencial de 3 mil estudantes/ano);
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Promover de exposições culturais durante o ano, com divulgação na mídia local;
- Publicar a Revista "Notícia de Vicente Só"
- Participar na Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, mesmo que de forma virtual;
- Disponibilizar seu acervo documental, fotográfico e arqueológico para consulta e pesquisa aos estudiosos da História, com agendamento prévio durante o período de restrição social causado pela pandemia do coronavírus;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Receber alunos da rede municipal de ensino periodicamente no Museu, oferecendo profissional capacitado para acompanhamento das visitas, dentro do projeto Visitando Museus.

CLÁUSULA OITAVA — DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente TERMO DE FOMENTO será efetuado através de depósito ou transferência bancária para a conta-corrente nº 908.460-6, junto a agência nº 0101-5 da VIACREDI de titularidade da CONVENIENTE.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente TERMO DE FOMENTO e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no TERMO DE FOMENTO ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente TERMO DE FOMENTO, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

A CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, por meio de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto deste instrumento e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente TERMO DE FOMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de

02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Brusque/SC, 22 de Abril de 2021.

.....
CONCEDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE

ELISANE MARCOS

Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque Presidente

CONVENENTE

SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE

RICARDO JOSÉ SCHARF

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

TERMO DE FOMENTO Nº 03-2021-FMAC-FCB

Publicação Nº 3004437

TERMO DE FOMENTO 03/2021 - FMAC/FCB

Termo de Fomento que entre si celebram a Fundação Cultural de Brusque e o INSTITUTO ALDO KRIEGER.

Pelo presente TERMO DE FOMENTO, de um lado a FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 04.894.677/0001-71 sede administrativa estabelecido na rua Germano Scheafer nº 110, centro. Brusque (SC), representada pela Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque, Sra. Elisane Marcos, CPF sob nº 987.061.019-68 RG 2.728.206, residente nesta cidade e comarca de Brusque, doravante denomina CONCEDENTE, e de outro o INSTITUTO ALDO KRIEGER inscrito no CNPJ sob nº 05.745.094/0001-41 com sede na Rua Paes Leme número 63, bairro centro, Brusque - SC, neste ato representado pelo sua Diretora Artístico Administrativa, Sra. IZABEL KRIEGER MORITZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 034.913.119-85, RG 3.865.813 SSP/SC, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, observada as disposições na Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei n.13.204, de 14 de dezembro de 2015, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

Esta parceria tem por objeto a transferência de recursos por parte da CONCEDENTE a título de cooperação financeira destinada à manutenção do Museu e Arquivo Histórico do INSTITUTO ALDO KRIEGER.

CLÁUSULA SEGUNDA — JUSTIFICATIVA

A presente parceria é firmada no intuito de subsidiar a entidade CONVENENTE para possibilitar que a comunidade em geral, pesquisadores, historiadores e unidades de ensino de Brusque e região tenham acesso aos documentos, fotos e objetos que compõem o acervo do INSTITUTO ALDO KRIEGER, proporcionando acesso à cultura.

Levando também em consideração a Justificativa para Inexigibilidade de Chamamento Público 03/2021 da FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE, que Considerando a necessidade do cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014; O fundamento principal para a presente iniciativa é o artigo 31 da Lei Federal 13.019/2014, que possibilita a administração pública tornar inexigível o chamamento público;

Art. 31 da Lei Federal 13.019/2014 – Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(.....)

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A CONCEDENTE obriga-se:

- a) A efetuar o repasse financeiro destinado à execução do objeto do TERMO DE FOMENTO restrito ao previsto no plano de trabalho, de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;
- b) Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados, de acordo com o objeto e com o cronograma de desembolso constante do plano de trabalho apresentado pela CONVENENTE,
- c) A publicar no órgão de imprensa oficial o extrato do presente Convênio;
- d) A promover a suspensão da liberação das parcelas vincendas em caso de desvio de finalidade na aplicação do valor da parceria por parte da CONVENENTE, atrasos injustificados no cumprimento do plano de trabalho apresentado no caso de práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública e em se verificando o descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA QUARTA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

A CONVENENTE obriga-se a:

1. Prestar contas com os documentos comprobatórios originais, no prazo: (a) 60 (sessenta) dias em caso de primeira parcela ou de recebimento único: e, (h) 30 (trinta) dias a partir do recebimento de cada parcela, à exceção da primeira;
2. Prestar contas da aplicação dos saldos remanescentes das parcelas anteriormente repassadas;
3. Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, de acordo com a finalidade pactuada que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, nem repassados a outras entidades de direito público ou privado, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
4. Devolução de eventual saldo do valor da parceria, inclusive dos rendimentos decorrentes de aplicação financeira, caso não utilizados no objeto previsto no plano de trabalho, na data da conclusão ou rescisão do presente Convênio ou ainda nos prazos previstos item 1 desta cláusula:

5. Ressarcir a CONCEDENTE os recursos recebidos por meio desta parceria, quando se comprovara sua inadequada utilização;
6. Manter conta-corrente bancária, bem como declaração do gerente da agência em que constará o número dessa, a agência e a denominação do órgão ou entidade seguidos de seu CNP;
7. Aplicar recursos, enquanto não empregados na finalidade prevista no plano de trabalho, em: (a) caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de uso for igual ou superior a um mês; (b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, caso sua utilização estiver prevista para prazos menores;
8. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

CLÁUSULA QUINTA — DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente TERMO DE FOMENTO terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA SEXTA — DO VALOR

Para a execução do presente TERMO DE FOMENTO a CONCEDENTE repassará a importância global de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme consta do Plano de Trabalho anexo.

Parágrafo único. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 65.001/2225/33350439935/010000.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA CONTRAPARTIDA DA CONVENIENTE

• A título de contrapartida a CONVENIENTE se compromete a:

- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), realizar atividades educativas on-line nas mídias da entidade.
- Enquanto perdurarem as medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), manter as atividades internas e oferecer atendimento ao público externo de forma remota e também sempre que possível, com agendamento prévio para atendimento no próprio museu, obedecendo sempre as medidas sanitárias necessárias.
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais, abrir a entidade para visitas de segunda a sexta-feira, das 13h às 17h;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Oferecer Educação Patrimonial: visita monitorada ao Museu para alunos da rede Municipal, Estadual e Particular de Ensino.
- Participar na Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus, mesmo que de forma virtual;
- Disponibilizar seu acervo documental, fotográfico e arqueológico para consulta e pesquisa aos estudiosos da História, com agendamento prévio durante o período de restrição social causado pela pandemia do coronavírus;
- Após a liberação das atividades presenciais pelas autoridades legais: Receber alunos da rede municipal de ensino periodicamente no Museu, oferecendo profissional capacitado para acompanhamento das visitas.

CLÁUSULA OITAVA — DO PAGAMENTO

O repasse financeiro do presente TERMO DE FOMENTO será efetuado através de depósito ou transferência bancária para a conta-corrente nº 8.197-3, junto à agência nº 5233-7 do BANCO DO BRASIL de titularidade da CONVENIENTE.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo e o respectivo Plano de Trabalho somente poderão ser alterados por meio de termos aditivos com as devidas justificativas, diante de proposta a ser apresentada e protocolizada antes de expirado o seu prazo de vigência e desde que aceita pelo ordenador de despesas.

É vedado aditar o presente TERMO DE FOMENTO e o respectivo Plano de Trabalho com o intuito de modificação do objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da dotação orçamentária.

Qualquer alteração no TERMO DE FOMENTO ou Plano de Trabalho sujeita-se as mesmas regras do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

CONCEDENTE e a CONVENIENTE poderão propor a rescisão do presente TERMO DE FOMENTO, se comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou por mútuo consenso das partes.

A CONCEDENTE poderá rescindir o presente instrumento unilateralmente, por meio de processo de tomada de contas especial, nos seguintes casos:

1. Se verificada a utilização dos recursos disponibilizados em desacordo com o objeto deste instrumento e respectivo plano de trabalho;
2. Na falta de apresentação da prestação de contas dentro dos prazos estabelecidos neste instrumento;
3. Por motivo de conveniência e oportunidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente TERMO DE FOMENTO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Brusque/SC, 22 de Abril de 2021.

CONCEDENTE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BRUSQUE

ELISANE MARCOS

Diretora-geral da Fundação Cultural de Brusque

CONVENIENTE

INSTITUTO ALDO KRIEGER

IZABEL KRIEGER MORITZ

Diretora Artístico Administrativa

TESTEMUNHAS

1. _____

2. _____

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - SANEAMENTO

Publicação Nº 3003977

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
CNPJ: 83.074.302/0001-31 AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

O Fundo Municipal de Saneamento de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório Nº01/2021, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021, AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA PARA ATENDER AO PROGRAMA S.O.S NASCENTE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, para análise de impugnação.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 27 de abril de 2021.

SAULO SPEROTTO,
Prefeito Municipal

Av. Santa Catarina, 195 – Centro – CEP: 89.500-124 – Caçador – SC Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br

DECRETO Nº 9.352

Publicação Nº 3004687

DECRETO Nº 9.352, de 20 de abril de 2021.

Homologa Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica, mais o previsto no art. 10 da Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 02, de 5 de fevereiro de 2021, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, nos termos do Anexo Único.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de abril de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO ÚNICO – RESOLUÇÃO Nº 02/2021 CMDCA

Resolução 02/2021 de 05 de fevereiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caçador - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferido pela Lei 3.214, de 31 de março de 2015,

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do dia 05 de fevereiro de 2021, Ata 404,

CONSIDERANDO a reunião ordinária do dia 09 de março de 2021, Ata 405, em outros,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na forma que segue:

I - Presidente: Any Danielli Wolf;
II - Vice-Presidente: Silvia Linhares Martelo;
III - Secretário-Geral: Milene Rodrigues da Silva;
IV - Tesoureiro: Ariane de Oliveira – Gestora do FIA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de fevereiro de 2021.

Any Danielli Wolf
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETO Nº 9.361

Publicação Nº 3004714

DECRETO Nº 9.361, de 22 de abril de 2021.

Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 8.453, de 5 de novembro de 2019, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

Secretaria de Assistência Social e Habitação – SMASH

Titular: Silvia Linhares Martelo

Suplente: Ariane de Oliveira

Titular

Suplente

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Beatriz Alves de Oliveira

Suplente: Rosana Aparecida Macedo Barzotto

Secretaria de Saúde

Titular: Edilaine Casaletti

Suplente: Danieli Veis

Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

Titular: Cristiane Moreira Camargo Dobner

Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 9.177, de 29 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.362

Publicação Nº 3004716

DECRETO Nº 9.362, de 22 de abril de 2021.

Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 8.483, de 22 de novembro de 2019,

para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
Titular: Lucinéia Aparecida Dias Rodrigues Nazário
Suplente: Ivonete Ribeiro da Silva Furtado

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP
Titular: Dayane Cordeiro
Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.363

Publicação Nº 3004719

DECRETO Nº 9.363, de 22 de abril de 2021.

Substitui membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMPCD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 8.499, de 9 de dezembro de 2019 e suas alterações para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPCD, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

3) Secretaria de Saúde
Titular: Simone Angela Scolari
Suplente

4) Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Titular
Suplente: Daniel Lemos Barroso

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

1. Serviço Social do Comércio - Sesc
Titular
Suplente: Dayane dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.364

Publicação Nº 3004723

DECRETO Nº 9.364, de 22 de abril de 2021.

Substitui membros do Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 8.605, de 3 de março de 2020, para comporem o Conselho Municipal do Idoso – CMI, na forma que segue:

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região - APSIC

Titular

Suplente: Rafaela Piatí Mendes

Associação dos Idosos do Município de Caçador

Titular: Norma Eger Pontes

Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.365

Publicação Nº 3004747

DECRETO Nº 9.365, de 22 de abril de 2021.

Altera o inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.500, de 10 de dezembro de 2019, que designa Comissão Permanente do Marco Regulatório da Lei nº 13.019/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 8.500, de 10 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - Isolete Renon Farias - Secretaria de Assistência Social e Habitação;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.366

Publicação Nº 3004325

DECRETO Nº 9.366, de 22 de abril de 2021.

Designa fiscal de contrato administrativo.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Gabriela Nava Ramos para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 35/2021, vinculado ao Processo Licitatório nº 50/2021 – Inexigibilidade nº 05/2021, que tem por objeto a aquisição de material didático para recuperação e reforço nas disciplinas de matemática e português dos alunos do 7º ao 9º ano das Escolas Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Administração, em 22 de abril de 2021.

Cleony Lopes Barboza Figur – SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 9.367

Publicação Nº 3004298

DECRETO Nº 9.367, de 22 de abril de 2021.

Designa fiscal de contrato administrativo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Gabriela Nava Ramos para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 34/2021, vinculado ao Processo Licitatório nº 51/2021 – Dispensa nº 05/2021, que tem por objeto a contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI para ministrar cursos no contraturno escolar, através da matriz curricular do Programa de Orientação Profissional, aos alunos do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental matriculados na rede Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Administração, em 22 de abril de 2021.

Cleony Lopes Barboza Figur – SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

DECRETO Nº 9.370

Publicação Nº 3004751

DECRETO Nº 9.370, de 22 de abril de 2021.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica, mais o previsto na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei Estadual nº 17.492, de 22 de janeiro de 2018 e Lei Complementar Municipal nº 128, de 12 de maio de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 4.448,48m² (quatro mil, quatrocentos e quarenta e oito metros e quarenta e oito décimos quadrados), objeto da matrícula nº 32.341 do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na rua Alfredo Cachoeira, de propriedade de Alberto Cerry e Marli Zeni Cerry, passando a ser constituído de 5 glebas, na forma que segue:

I - Gleba A com área de 1.147,67m² (mil, cento e quarenta e sete metros e sessenta e sete décimos quadrados), iniciando no marco denominado "p5=PP; segue dividindo com a rua Alfredo Cachoeira com a distância de 5,77 metros até o ponto "p6"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 32340, com a distância de 58,49 metros e com o azimuth 351º26'07" até o ponto "p7"; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 32.336 e 32.337, com a distância de 32,25 metros e o azimuth de 79º59'16" até o ponto "p8"; segue confrontando com a "gleba D", com a distância de 33,98 metros e com o azimuth 173º58'23" até o ponto "p14"; segue confrontando com a "gleba C", com a distância de 25,93 metros e o azimuth de 268º37'19" até o ponto "p13"; segue confrontando com a "gleba C" e "gleba B", com a distância de 31,49 metros e o azimuth de 171º26'07" até o ponto "p5=PP", ponto inicial da descrição;

II - Gleba B (conforme AV-1/32341 – Condição) com área de 156,33m² (cento e cinquenta e seis metros e trinta e três décimos quadrados), iniciando no marco denominado "p4=PP; segue dividindo com a rua Alfredo Cachoeira com a distância de 10,58 metros até o ponto

"p5"; segue confrontando com a "gleba A", com a distância de 15,69 metros e com o azimute 351°26'07" até o ponto "p12"; segue confrontando com a "gleba C", com a distância de 8,65 metros e o azimute de 88°58'57" até o ponto "p11"; segue confrontando com a "gleba C", com a distância de 20,02 metros e com o azimute 170°02'41" até o ponto "p4=PP", ponto inicial da descrição;

III - Gleba C com área de 698,58m² (seiscentos e noventa e oito metros e cinquenta e oito décimos quadrados), iniciando no marco denominado "p3=PP"; segue dividindo com a rua Alfredo Cachoeira com a distância de 13,48 metros até o ponto "p4"; segue confrontando com a "gleba B", com a distância de 20,02 metros e com o azimute 350°02'41" até o ponto "p11"; segue confrontando com a "gleba B", com a distância de 8,65 metros e o azimute de 268°58'57" até o ponto "p12"; segue confrontando com a "gleba A", com a distância de 15,80 metros e com o azimute 351°26'07" até o ponto "p13"; segue confrontando com a "gleba A", com a distância de 25,93 metros e com o azimute 88°37'19" até o ponto "p14"; segue confrontando com a "gleba D", com a distância de 41,27 metros e com o azimute 178°48'27" até o ponto "p3=PP", ponto inicial da descrição;

IV - Gleba D com área de 1.319,62m² (mil, trezentos e dezenove metros e sessenta e dois décimos quadrados), iniciando no marco denominado "p2=PP"; segue dividindo com a rua Alfredo Cachoeira com a distância de 5,45 metros até o ponto "p3"; segue confrontando com a "gleba C", com a distância de 41,27 metros e com o azimute 358°48'27" até o ponto "p14"; segue confrontando com a "gleba A", com a distância de 33,98 metros e o azimute de 353°58'23" até o ponto "p8"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 32.337, com a distância de 32,24 metros e com o azimute 79°59'16" até o ponto "p9"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 32.343, com a distância de 38,70 metros e o azimute de 178°48'27" até o ponto "p10"; segue confrontando com a "gleba E", com a distância de 24,00 metros e o azimute de 268°37'19" até o ponto "p15"; segue confrontando com a "gleba E", com a distância de 43,47 metros e o azimute de 178°48'27" até o ponto "p2=PP", ponto inicial da descrição;

V - Gleba E com área de 1.126,28m² (mil, cento e vinte e seis metros e vinte e oito décimos quadrados), iniciando no marco denominado "p1=PP"; segue dividindo com a rua Alfredo Cachoeira com a distância de 24,72 metros até o ponto "p2"; segue confrontando com a "gleba D", com a distância de 43,47 metros e com o azimute 358°48'27" até o ponto "p15"; segue confrontando com a "gleba D", com a distância de 24,00 metros e o azimute de 88°37'19" até o ponto "p10"; segue confrontando com os imóveis constantes das matrículas nºs 32.343 e 32.342, com a distância de 48,96 metros e com o azimute 178°48'27" até o ponto "p1=PP", ponto inicial da descrição.

Parágrafo único. O mapa e memorial descritivo ficam fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Doa-se ao Município a área descrita no inciso II do art. 1º, referente ao remanescente de doação, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 5.981, de 25 de abril de 2014.

Parágrafo único. A área descrita no caput será destinada à implantação de equipamentos comunitários, em atendimento ao inciso IV do art. 1º e art. 47 da Lei Complementar nº 128, de 2008.

Art. 3º O terreno encontra-se em via pública e logradouro públicos oficiais, estando parcialmente urbanizado.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 5º O registro no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128, de 2008.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 9.371

Publicação Nº 3004752

DECRETO Nº 9.371, de 22 de abril de 2021

Dispõe sobre permissão de uso de bem público móvel pela Associação Franco Brasileira – Hospital Maicé.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII e art. 118, inciso II, §§ 2º e 3º, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso de 1 Aparelho de Mamografia Digamos S pela Associação Franco Brasileira – Hospital Maicé, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.543.356/0020-93.

Art. 2º A permissão será concedida a título precário e em caráter gratuito.

Art. 3º O Termo de Permissão, constante do Anexo Único, fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO Nº 003/2021.

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, A TÍTULO GRATUITO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA – HOSPITAL MAICÉ.

PERMITENTE: O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 561.293.009-72, residente e domiciliado em Caçador/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 11.583.495/0001-45, com sede na rua Pinheiro Machado, nº 184, Vila Paraíso, neste ato representado pelo Gestor Sr. ROBERTO MARTON MORAES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 047.170.538-18, residente e domiciliado em Caçador/SC.

PERMISSIONÁRIA: ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA (HOSPITAL MAICÉ), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, inscrita no CNPJ nº 33.543.356/0020-93, com sede na rua Bolívia, nº 54, bairro Reunidas, Caçador/SC, neste ato representada por sua Diretora Sra. ELIZABETH DE FÁTIMA LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 542.143.009-04, residente e domiciliada em Caçador/SC.

As partes supra identificadas, por este instrumento, celebram TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM MÓVEL em conformidade com as disposições contidas no art. 79, inciso VIII, c/c art. 118, inciso II, §§ 2º e 3º da Lei Orgânica Municipal, no Decreto Municipal nº 9.371, de 22 de abril de 2021 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente PERMISSÃO de uso tem como objeto o bem móvel UM APARELHO DE MAMOGRAFIA DIGIMAMO S, cadastrado no Patrimônio Público Municipal sob nº 24210.

Parágrafo único. Tendo em vista o caráter não econômico do seu objeto é a título precário e em caráter gratuito

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O objeto destina exclusivamente ao uso da PERMISSIONÁRIA em suas dependências, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Parágrafo Único. A utilização do equipamento e a realização dos exames será efetuada mediante agendamento livre, com demanda espontânea oriunda das Unidades Básicas de Saúde – UBS's do Município, seguindo, inicialmente, os pacientes elencados na lista de espera do SISREG, por classificação de risco.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações:

I – DO PERMITENTE

- a) fiscalizar, a qualquer momento, o exato cumprimento das obrigações assumidas pela PERMISSIONÁRIA;
- b) vistoriar o uso do equipamento, exigindo da PERMISSIONÁRIA a execução de medidas necessárias para a sua preservação, correndo as despesas às suas expensas;
- c) o direito de, em ocorrendo infração às condições consignadas neste instrumento, declará-lo rescindido, mediante prévia comunicação, por escrito, fixando-se prazo para a devolução do equipamento, revertendo-o ao uso público municipal;
- d) responsabilizar-se pelo pagamento dos exames realizados além da cota mensal, no valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por exame extracota, a serem pagos em até 30 (trinta) dias, após a comprovação, emissão e apresentação de nota fiscal junto à Secretaria Municipal de Saúde.

II – DA PERMISSIONÁRIA

- a) instalar e manter em regular funcionamento o equipamento;
- b) conservar o equipamento em perfeitas condições de uso, a fim de devolvê-lo, no caso de término da permissão, tal como o recebeu, devendo providenciar, às suas expensas, quaisquer consertos ou manutenções que se tornarem necessárias, dando conhecimento à PERMITENTE de eventuais danos sofridos ou reparos providos, bem como responsabilizar-se pelas despesas decorrentes do uso;
- c) utilizar o equipamento para o fim único e exclusivo a que se destina;
- d) realizar exames de mamografia bilateral, mensalmente, conforme agendamento e demanda da Secretaria Municipal da Saúde, além do cumprimento da pactuação com a Secretaria de Estado da Saúde, atendendo a cota destinada ao Município de Caçador;
- e) responsabilizar-se pela disponibilização de equipe técnica para a realização dos exames e operação do equipamento;
- f) disponibilizar os laudos dos exames realizados, elaborados por profissional técnico da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUARTA - DA REVOGAÇÃO

A PERMISSÃO de uso será revogada, de pleno direito, se a PERMISSIONÁRIA vier a adquirir equipamento para a mesma finalidade da cessão, alterar a destinação do bem ou incorrer em insolvências das condições estabelecidas no presente termo.

§ 1º A revogação dar-se-á por simples notificação, por escrito, da PERMITENTE à PERMISSIONÁRIA, estabelecendo-se prazo para devolução do bem, independentemente de qualquer notificação ou interpelação judicial, respondendo a PERMISSIONÁRIA por quaisquer danos que tenha causado no equipamento.

§ 2º A PERMISSIONÁRIA não terá direito a qualquer retenção, reclamação, indenização por eventuais prejuízos, nem a restituição de despesas pela realização de reparos ou manutenções, ainda que necessários no bem, sujeitando-se, também, no caso de apreensão, ao pagamento das despesas de remoção e depósitos cobrados pela PERMITENTE ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXTINÇÃO

Darão causa à extinção da permissão de uso:

- a) o término do prazo;
- b) o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pela PERMISSIONÁRIA;
- c) a superveniência de legislação que torne o ajuste material ou formalmente inexecutável;
- d) a revogação, em razão do interesse público;
- e) caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

Parágrafo Único. A Permissão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observadas as disposições supra.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A PERMISSÃO de uso é pelo prazo de 5 anos, reservado ao PERMITENTE o pleno direito de revogação ou extinção quando do descumprimento de qualquer das condições consignadas neste instrumento ou a qualquer tempo, por seu interesse, manifestado na forma do parágrafo único da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

A eficácia da Permissão fica condicionada a sua divulgação, pela Administração Municipal, por meio oficiais.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Caçador/SC para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desse documento.

E por estarem de acordo, assinam o presente termo em 2 vias na presença das testemunhas abaixo.

Caçador (SC), 22 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE CAÇADOR Saulo Sperotto Permitente - Prefeito Municipal		ASSOCIAÇÃO FRANCO-BRASILEIRA – HOSPITAL MAICÉ Elizabeth de Fátima Lima Permissionária – Diretora
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Roberto Marton Moraes Gestor		

Testemunhas:

Nome: CPF:		Nome: CPF:
---------------	--	---------------

PORTARIA Nº 34.085

Publicação Nº 3004748

PORTARIA Nº 34.085, de 1º de fevereiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 1º da Portaria nº 34.081, de 1º de fevereiro, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º. DESIGNAR o Servidor Público Municipal GIANNI LUCIO PARIZOTTO, matrícula 7829, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, para exercer o cargo em confiança de Procurador Adjunto, referência FCA-2, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Procuradoria-Geral, com a percepção de sua remuneração e mais 46% (quarenta e seis por cento) sobre seus vencimentos básicos."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de fevereiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.498

Publicação Nº 3004696

PORTARIA Nº 34.498, de 5 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de MANOELA TEREZINHA CAMPINAS, matrícula 16500, ocupante da função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, vinculada à Guarda Municipal de Caçador – GMC, contratada pela Portaria nº 33.398, de 26 de agosto de 2020, prorrogada pela Portaria nº 33.821, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 5 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.503

Publicação Nº 3004698

PORTARIA Nº 34.503, de 5 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017, que institui a Guarda Municipal de Caçador – GMC e dá outras providências, e, ainda, art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR MANOELA TEREZINHA CAMPINAS para exercer a função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculada à Guarda Municipal de Caçador – GMC, a contar de 6 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 5 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA N° 34.510

Publicação N° 3004700

PORTARIA N° 34.510, de 6 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário dos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de lotação e data da rescisão, conforme segue:

CÓD	NOME	CARGO	LOCAL	A CONTAR DE
16778	Cleuzeni Farias Lopes	Professor de Educação Infantil	Cmei Elmar Pereira Lopes	23/03/2021
16870	Janaina Polawski Lopes Tofolli	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Morada do Sol	06/03/2021
16727	Jucelia Aparecida Pereira Valter	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	05/03/2021
16643	Priscila Teresinha Ferreira	Professor de Ensino Fundamental II (Matemática)	EMEB Henrique Júlio Berger	02/03/2021
16639	Tayana Dallagnol de Souza	Professor de Ensino Fundamental II (laboratório de Informática)	EMEB Esperança	18/03/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 6 de abril de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA N° 34.521

Publicação N° 3004702

PORTARIA N° 34.521, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 72, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a Servidora IVONETE RIBEIRO DA SILVA FURTADO, matrícula 16828, do cargo em comissão de Supervisora do Programa de Atenção ao Idoso, referência CC-5, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, nomeada através da Portaria nº 34.193, de 25 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 5 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA N° 34.522

Publicação N° 3004704

PORTARIA N° 34.522, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR IVONETE RIBEIRO DA SILVA FURTADO para ocupar o cargo em Comissão de Supervisora do Programa de Atenção à Mulher, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 6 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 34.523

Publicação Nº 3004705

PORTARIA Nº 34.523, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR LUCAS GUILHERME PEREIRA para ocupar o cargo em Comissão de Supervisor do Programa de Atenção ao Idoso, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 34.524

Publicação Nº 3004709

PORTARIA Nº 34.524, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto § 3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de março, as Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na Guarda Municipal, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
13313	Eliziane Grassmann	Assistente Administrativo	1/3	25/03/2014 a 24/03/2019
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	1/3	12/03/2013 a 11/03/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.527

Publicação Nº 3004710

PORTARIA Nº 34.527, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de março, a Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
10526	Marizete Zago	Professor Ensino Fundamental I	1/3	01/02/2011 a 31/01/2016

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.529

Publicação Nº 3004711

PORTARIA Nº 34.529, de 9 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no § 3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de março, a Servidora abaixo relacionada e em exercício na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
1043	Lucimar dos Santos	Auxiliar de Creche e Prof. Nível Médio	1/3	02/02/2008 a 01/02/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 9 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jonatas Maia de Lima – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E
TURISMO.

PORTARIA Nº 34.534

Publicação Nº 3004713

PORTARIA Nº 34.534, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo temporário do Servidor DAVID LUCIO CAVALETT, matrícula 16430, ocupante da função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, vinculado à Guarda Municipal de Caçador – GMC e contratado pela Portaria nº 32.721, de 2 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 6 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.535

Publicação Nº 3004715

PORTARIA Nº 34.535, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017, que institui a Guarda Municipal de Caçador – GMC e dá outras providências, e, ainda, art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR DAVID LUCIO CAVALETT para exercer a função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Guarda Municipal de Caçador – GMC, a contar de 7 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.536

Publicação Nº 3004717

PORTARIA Nº 34.536, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017, que institui a Guarda Municipal de Caçador – GMC e dá outras providências, e, ainda, art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ALEXANDRE ALVES DE CAMPOS para exercer a função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Guarda Municipal de Caçador – GMC, a contar de 7 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.537

Publicação Nº 3004720

PORTARIA Nº 34.537, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR DAIANE FERREIRA DOS SANTOS para exercer a função de Auxiliar de Enfermagem, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 5 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.539

Publicação Nº 3004722

PORTARIA Nº 34.539, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR FERNANDA BETTONI para exercer a função de Assistente Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 8 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.540

Publicação Nº 3004724

PORTARIA Nº 34.540, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR CAROLINE GABIATTI STRINCHI para exercer a função de Enfermeira - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.541

Publicação Nº 3004725

PORTARIA Nº 34.541, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de VERA DE MIRANDA, matrícula 16413, ocupante da função de Auxiliar em Saúde Bucal, referência 09, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 32.582, de 04 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 6 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.542

Publicação Nº 3004727

PORTARIA Nº 34.542, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de LENISE HEINZMANN, matrícula 16255, ocupante da função de Médica, referência 39, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 32.155, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 7 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.543

Publicação Nº 3004728

PORTARIA Nº 34.543, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de CARLA SIMONE CARDOSO DE LIMA, matrícula 16506, ocupante da função de Assistente Administrativo, referência 14, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 33.481, de 09 de setembro de 2020, com prorrogação pela Portaria nº 33.831, de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.544

Publicação Nº 3004754

PORTARIA Nº 34.544, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo temporário da Servidora TALIA TORESAN RIBEIRO, matrícula 16440, ocupante da função de Assistente Administrativo, referência 14, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 32.733, de 3 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 7 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.545

Publicação Nº 3004756

PORTARIA Nº 34.545, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TALIA TOSERAN RIBEIRO para exercer a função de Assistente Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 8 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.550

Publicação Nº 3004730

PORTARIA Nº 34.550, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR VERA DE MIRANDA para exercer a função de Auxiliar em Saúde Bucal - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 7 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.551

Publicação Nº 3004732

PORTARIA Nº 34.551, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor

Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LENISE HEINZMANN para exercer a função de Médica, referência 39, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 8 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.552

Publicação Nº 3004734

PORTARIA Nº 34.552, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR GABRIELA FRANCK PASQUAL para exercer a função de Médica, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.555

Publicação Nº 3004735

PORTARIA Nº 34.555, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR JOÃO SERGIO LOPES FILHO para exercer a função de Assistente Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.556

Publicação Nº 3004737

PORTARIA Nº 34.556, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ALEX OLIVEIRA RODRIGUES para exercer a função de Enfermeiro - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.561

Publicação Nº 3004738

PORTARIA Nº 34.561, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POLYANE BERTOTTO para exercer a função de Odontólogo - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.562

Publicação Nº 3004739

PORTARIA Nº 34.562, de 12 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, e ainda o art. 5º do Decreto nº 8.658, de 13 de abril de 2020,

CONSIDERANDO os atestados médicos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º de fevereiro à 31 de março de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde e/ou afastamento do trabalho aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Servidor (a)	Escola	Faltas	Período
10537 14170	Adriana Ap. Zeni Bof	SME	13 dias	12 á 24/03
2574	Alzira Gomes	EMEB Maria Luiza Barbosa	10 dias	22/02 á 03/03
16632	Amur Otávio Soares	EMEB Pe. José Chamot	08 dias	29/03 á 05/04
10078	Andreia Dellai Andrioni	EMEB Marcos Olsen	02 dias	09 e 10/03
16408	Andreza Kuracz Fernandes	EMEB Alto Bonito	02 dias	08 e 09/03 Remoto
15442	Andriely Gussi Serqueira	EMEB Pierina Santin Perret	03 dias	17 á 19/03
16719	Anelize Terezinha Weber	EMEB Pierina Santin Perret	07 dias	14 á 20/03
876	Bartira Eliza Tomazini	SME	06 dias	23 á 28/03
16777	Bruna Kuntz	EMEB Ulysses Guimarães	03 dias	24 á 26/03
10846	Clayton Luiz Zanella	SME	05 dias	02 á 06/03
5021	Cristiane dos Santos Lima	EMEB Walsin Nunes Garcia	08 dias	11 e 19/03
16598	Dayane Aparecida Ebert da Silva	Dayane Ap. Ebert da Silva	06 dias	09 á 13/03
16780	Dezire Rotta Tomazini	EMEB Pierina Santin Perret	05 dias	08 á 12/03
10989	Eliane Alves Pereira	EMEB Ulysses Guimarães	07 dias	15 á 21/02
16786	Elizia Rapaso Silva	EMEB Hilda G. de Sousa	07 dias	11 á 17/03 N Remoto
16602	Emanuela Ferreira Antunes	EMEB Esperança	09 dias	16/03 á 24/03 N Remoto
16383	Estela Alves de Maia	EMEB Tabajara	06 dias	22 á 27/03 N Remoto
16757	Gisele Carlin dos Santos	EMEB Hilda G. de Sousa	02 dias	24/03 e 25/03
16135 16387	Ivanice Niendicher	EMEB Maria Luiza Barbosa EMEB Vereda dos Trevos	09 dias	24/02 á 04/03 N Remoto Remoto
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	EMEB Hilda G. de Sousa	08 dias	11/02 á 18/02
8949	Janaína Carneiro	EMEB Alto Bonito	03 dias 07 dias 02 dias	17 á 19/03 24 á 30/03 31/03 e 01/04
14162	Janaina Girardi Inácio Santos	EMEB Ir. Venâncio José	08 dias	24/02 á 04/03
16788	Janice Magueroski Stefan	EMEB Walsin Nunes Garcia	08 dias	22/02 á 01/03 Remoto
14137	Jeana Zago	EMEB Hilda G. de Sousa	03 dias	10 á 12/03
16730	Jessica Gomes	EMEB Hilda G. de Sousa	02 dias	02 e 03/03
14193	Jucélia Ap. Siqueira de Oliveira	EMEB Maria Luiza Barbosa	06 dias	10 á 16/02
16629	Katlin Ap. Hartamn	EMEB Alto Bonito	03 dias	14 á 16/02 Remoto
14212	Liliane de Andrade	EMEB Vereda dos Trevos	06 dias	22/02 á 27/02 Remoto
14206	Lisete Granemann	SME	08 dias	19 á 26/03
17450	Luciana Ap Baldiceira	EMEB Hilda Granemann	07 dias	22 á 28/03
8948	Luciane Maria Fernandes	EMEB Marcos Olsen	09 dias 07 dias	11 á 19/03 N Remoto 23 á 29/03
16804	Luiz André Zeredo	EMEB Morada do Sol	08 dias	22 á 29/03
16724	Maira Tatiana dos Anjos	EMEB Tabajara	01 dia	18/03
16614	Maria Terezinha Antunes	EMEB Marcos Olsen	02 dias	09 e 10/03
16872	Mariele Zanella	EMEB Pe. José Chamot	07 dias	17 á 23/03
16808	Marta Aparecida Goes	EMEB Alto Bonito	02 dias	09 e 10/03
16398	Patrícia Borges	EMEB Henrique Júlio Berger	09 dias	13 á 21/03

16699	Rafaela Andreia Lopes	EMEB Hilda G. de Sousa	10 dias	01 á 10/03
16709	Romy C. Schneider Franceschetto	EMEB Marcos Olsen	07 dias	01 á 07/03
5686 2002	Rosalba Endrigo C. de Almeida	EMEB Alto Bonito	02 dias	15 e 16/03
10161	Rosali Aparecida Cordeiro	EMEB Marcos Olsen	08 dias	05 á 12/03
16811	Rosane Ribas Melo	EMEB Vereda dos Trevos	02 dias	04/03 e 05/03 Remoto
2580	Rosângela Ap. Ribas Mello	EMEB Vereda dos Trevos	1 ½ dia	03 e 04/03 Remoto
3318	Rosimar Borges	CMEI Elmar Pereira Rosa	04 dias	17 á 20/03
16692	Shirlei Bigarella Sabini	EMEB Ulysses Guimarães	10 dias	16 á 25/03
16813	Silvia dos Santos Castanheiro	EMEB Walsin Nunes Garcia	09 dias 05 dias	25/02 á 05/03 N Remoto 04 á 08/03
672	Sueli Terezinha de Souza Prestes	EMEB Vereda dos Trevos	02 dias	09 e 10/03
16594	Sulamita Reis dos Santos Gallois	EMEB Morada do Sol	07 dias	14 á 20/03 Remoto
3125	Suzana Beatriz S. doas Reis	EMEB Tabajara	03 dias	22 á 24/03
16402	Tatiane da Silva Pessole	EMEB Morada do Sol	07 dias	30/03 á 05/04
16403	Thábita Alana Cachinski	EMEB Maria Luiza Barbosa	02 dias	08 e 09/03
16689	Uliana Ilona Liszkievich	EMEB Ulysses Guimarães	08 dias	05 á 12/03
16820	Valéria Gonçalves dos Santos	EMEB Alto Bonito	03 dias	22 á 24/02
16406	Vanicleia Casa	EMEB Hilda G. de Sousa	01 dia	04/03
16760	Hélio Pires	EMEB Esperança	06 dias	18 á 23/03 Remoto
10182	Maila Débora Insberger	CMEI Elmar Preira Rosa	07 dias	31/03 á 06/04

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 12 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.566

Publicação Nº 3004757

PORTARIA Nº 34.566, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de JESSICA LOVCKE, matrícula 16442, ocupante da função de Médica Plantonista, referência 41, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 32.892, de 13 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.567

Publicação Nº 3004770

PORTARIA Nº 34.567, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato por tempo determinado de STELA LANER BATISTA, matrícula 16058, ocupante da função de Médica, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 30.708, de 24 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.568

Publicação Nº 3004771

PORTARIA Nº 34.568, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR JESSICA LOVCKE para exercer a função de Médica Plantonista, referência 41 e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 15 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.569

Publicação Nº 3004772

PORTARIA Nº 34.569, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TIAGO PEGORARO para exercer a função de Médico Plantonista, referência 41 e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 6 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.570

Publicação Nº 3004774

PORTARIA Nº 34.570, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ANGELICA ESPINDOLA VICCARI para exercer a função de Técnica em Enfermagem, referência 30, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 10 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.571

Publicação Nº 3004775

PORTARIA Nº 34.571, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR RUAN GUILHERME STACHERA DE LIMA para exercer a função de Assistente Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.572

Publicação Nº 3004740

PORTARIA Nº 34.572, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017, que institui a Guarda Municipal de Caçador – GMC e dá outras providências, e, ainda, art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR LUIZ MICHEL ZANATTA para exercer a função de Guarda Patrimonial Municipal, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Guarda Municipal de Caçador – GMC, a contar de 13 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.573

Publicação Nº 3004778

PORTARIA Nº 34.573, de 14 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR JORGE LUIZ GLIXINSKI para exercer a função de Auxiliar de Enfermagem, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.580

Publicação Nº 3004779

PORTARIA Nº 34.580, de 16 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR DAIANE CORREA SCHAPHAUSER para exercer a função de Enfermeira - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo, tendo em vista não haver profissionais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.581

Publicação Nº 3004780

PORTARIA Nº 34.581, de 16 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EDINEIA DA SILVA GOMES para exercer a função de Assistente Social, Referência 37, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no CAPS II, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 7 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.582

Publicação Nº 3004781

PORTARIA Nº 34.582, de 16 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR KAROLINE APARECIDA LOURENA DE ALMEIDA para exercer a função de Assistente Social, Referência 37, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 14 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.583

Publicação Nº 3004783

PORTARIA Nº 34.583, de 16 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ANNELISA WEISS para exercer a função de Odontóloga - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.584

Publicação Nº 3004742

PORTARIA Nº 34.584, de 16 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor

Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.257, de 2 de março de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR ANGELICA MARIA MANFREDINI LOUREIRO para exercer a função de Psicóloga, Referência 37, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para atuar no CAPS II, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a contar de 7 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.586

Publicação Nº 3004743

PORTARIA Nº 34.586, de 20 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, e ainda o art. 5º do Decreto nº 8.658, de 13 de abril de 2020,

CONSIDERANDO os atestados médicos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º de março à 31 de março de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER afastamento do trabalho as Servidoras abaixo relacionadas, especificando código, nome da servidora, escola de atuação e período de afastamento, conforme segue:

Cód.	Servidor (a)	Escola	Causa	A partir de:
16367 16745	Ana Claudia dos Santos Lins Leite	Hilda Granemann de Sousa	Gestante	09/03/2021
14183	Andreia Teles	CMEI Elmar Pereira Rosa	Coabita com idoso/comorbidade	22/03/2021
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves	CMEI Elmar Pereira Rosa	Asma brônquica	15/03/2021
3312	Vanderléia de Cassia Fernandes Campos	CMEI Marinei Lopes	Hipertensão arterial sistêmica-diabetes	18/03/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.595

Publicação Nº 3004785

PORTARIA Nº 34.595, de 20 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EDUARDO RODRIGUES MILANI para exercer a função de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, referência 1, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.599

Publicação Nº 3004787

PORTARIA Nº 34.599, de 20 de abril de 2021.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional ao Servidor abaixo relacionado, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10292	Edgar Aimi	13/08/2019 a 12/08/2020	21/04/2021 a 20/05/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal, em 20 de abril de 2021.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 34.635

Publicação Nº 3004788

PORTARIA Nº 34.635, de 26 de abril de 2021.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira ao Servidor abaixo relacionado, lotado na Guarda Municipal, a ser pago a contar do mês de ABRIL, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	Nível 6

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 26 de abril de 2021.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA
MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 07/2021 - CMAS

Publicação Nº 3003818

RESOLUÇÃO Nº 07/2021 de 14 de abril de 2021.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho e Termo de Aceite do Município de Caçador referente ao Cofinanciamento Estadual FEAS dos Serviços de Proteção Social Básica, dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e Benefícios Eventuais recursos para 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016 e,

CONSIDERANDO o Plano de Trabalho e o Termo de Aceite apresentados e apreciados por este Conselho.

CONSIDERANDO a Reunião Extraordinária do CMAS realizada no dia 14 de abril de 2021, Ata nº 343.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho e Termo de Aceite do Município de Caçador referente ao Cofinanciamento Estadual FEAS dos Serviços de Proteção Social Básica, de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e Benefícios Eventuais, recursos para 2021, conforme segue:

I. Proteção Social Básica

Proteção Social Básica recurso estadual: C/C 44.449-9 num total de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

II. Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

Plano de Aplicação Alta Complexidade- custeio recurso estadual: C/C 37.410-5, num total de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

III. Benefícios Eventuais

Plano de Aplicação Benefícios Eventuais recurso estadual: C/C 38.086-5, num total de R\$130.653,06 (Cento e trinta mil, seiscentos e cinquenta e três reais e seis centavos).

Art. 2º O Plano de Trabalho e Termo de Aceite estarão disponíveis na Secretaria dos Conselhos Municipais e na Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 14 de abril de 2021.

Lilia Capelin

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 9.357

Publicação Nº 3004697

DECRETO Nº 9.357, de 20 de abril de 2021.

Dispõe sobre o Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária - CRF do Loteamento Santa Terezinha.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018,

D E C R E T A:

Art. 1º O Deferimento da Legitimação Fundiária e da Certificação de Regularização Fundiária - CRF da área denominada Loteamento Santa Terezinha, objeto das matrículas nºs 23.508 até 23.524, 23.526, 23.527, 23.529 até 23.573, 23.576 até 23.580, 23.854 até 23.588, 23.591, 23.592, 23.601 até 23.605, 23.607 até 23.618, 23.620 até 23.642, 23.644 até 23.653, 23.656 até 23.669, 23.671 até 23.674, 23.676 até 23.687, 23.687 até 23.700, 23.702 até 23.713, 23.715 até 23.724, 23.726 até 23.733, 23.736, 23.738 até 23.741, 23.745 até 23.749, 23.751 até 23.755, 23.757 até 23.758,- 26.977 e 26.978 do Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo único. O mapa das áreas fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º O loteamento encontra-se apto para fins de regularização fundiária e emissão das matrículas individualizadas para cada morador, na modalidade de REURB-S e REURB-E por se tratar de um Loteamento de Interesse Social e de moradores predominantemente de Baixa Renda.

§ 1º Os ocupantes dos lotes que possuírem comprovadamente renda inferior a 5 salários mínimos serão enquadrados em REURB-S.

§ 2º Os ocupantes com mais de um lote, regularizado ou não, serão enquadrados em REURB-E, independente de renda familiar bruta.

§ 3º O Município receberá as ruas e servidões em doação quando da formalização das matrículas.

§ 4º Benfeitorias não residenciais a serem regularizadas são de interesse público.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de abril de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ERRATA I - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021

Publicação Nº 3003839

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL****EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021**

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA EM REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS, DEMISSIOAIS, AUDIOMETRIA, PERÍCIA MÉDICA, PERÍODICOS E COMPLEMENTARES (EXAMES DE MUDANÇA DE FUNÇÃO E DE RETORNO AO TRABALHO) CONSTANTES NO PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL E COMPLEMENTAR PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

Onde era:

[...]
→ DATA DE ABERTURA: 29/04/2021
→ HORA DA ABERTURA: 14:00 horas (horário de Brasília)
[...]

Recebimento das propostas: do dia 16/04/2021 a partir das 14:00min. até o dia 29/04/2021 às 14:00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 26/04/2021 às 19:00min.

Abertura das propostas: dia 29/04/2021 às 14:00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 29/04/2021 às 14:05min.

Passa a ser:

[...]
→ DATA DE ABERTURA: 12/05/2021
→ HORA DA ABERTURA: 14:00 horas (horário de Brasília)
[...]

Recebimento das propostas: do dia 16/04/2021 a partir das 14:00min. até o dia 12/05/2021 às 14:00min.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 07/05/2021 às 19:00min.

Abertura das propostas: dia 12/05/2021 às 14:00min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 12/05/2021 às 14:05min.

Onde era:

COTA RESERVADA PARA MEI, ME E EPP (25%)			
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
[...]	[...]	[...]	[...]

Av. Santa Catarina, 195 – Centro – CEP: 89.500-124 – Caçador – SC
Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitações.sec@cacador.sc.gov.br



05	Unidade	125	<p>Catálogo Comprasnet - item 8818 (Medicina Trabalho - perícia serviço médico, engenharia)</p> <p>Descritivo do item - EXAME DE PERÍCIA MÉDICA – Será realizado obrigatoriamente, quando a apresentação de atestados médicos superiores a 15 (quinze) dias ou quando o efetivo se ausentar por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, por motivo de acidente de natureza ocupacional ou não, doença de qualquer tipo e licença maternidade.</p> <p>Avaliará o empregado quanto a sua aptidão física e/ou emocional/psíquica para o cargo que exerce, após a recuperação do acidente ou da doença que provou o afastamento. Consistirá em avaliação pelo médico do Trabalho e Junta médica composta por mais 03 (três) médicos especialistas na área a ser verificada, a partir de exame biométrico e clínico, e deverá ser emitido o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional. Os exames laboratoriais e complementares, que os profissionais responsáveis pela emissão do ASO julgarem necessário, deverão ser descritos em laudo prévio e serão providenciados pela Administração Municipal.</p>
-----------	---------	-----	---

COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (75%)			
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
06	Unidade	375	<p>Catálogo Comprasnet - item 8818 (Medicina Trabalho - perícia serviço médico, engenharia)</p> <p>Descritivo do item - EXAME DE PERÍCIA MÉDICA – Será realizado obrigatoriamente, quando a apresentação de atestados médicos superiores a 15 (quinze) dias ou quando o efetivo se ausentar por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, por motivo de acidente de natureza ocupacional ou não, doença de qualquer tipo e licença maternidade.</p> <p>Avaliará o empregado quanto a sua aptidão física e/ou emocional/psíquica para o cargo que exerce, após a recuperação do acidente ou da doença que provou o afastamento. Consistirá em avaliação pelo médico do Trabalho e Junta médica composta por mais 03 (três) médicos especialistas na área a ser verificada, a partir de exame biométrico e clínico, e deverá ser emitido o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional. Os exames laboratoriais e complementares, que os profissionais responsáveis pela emissão do ASO julgarem necessário, deverão ser descritos em laudo prévio e serão providenciados pela Administração Municipal.</p> <p>* Referente ao item 05</p>

Av. Santa Catarina, 195 – Centro – CEP: 89.500-124 – Caçador – SC
 Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitações.sec@cacador.sc.gov.br



Passa a ser:

COTA RESERVADA PARA MEI, ME E EPP (25%)			
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
[...]	[...]	[...]	[...]
05	Unidade	125	<p>Catálogo Comprasnet - item 8818 (Medicina Trabalho - perícia serviço médico, engenharia)</p> <p>Descritivo do item - EXAME DE PERÍCIA MÉDICA – Será realizado obrigatoriamente, quando a apresentação de atestados médicos superiores a 15 (quinze) dias ou quando o efetivo se ausentar por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, por motivo de acidente de natureza ocupacional ou não, doença de qualquer tipo e licença maternidade.</p> <p>Avaliará o empregado quanto a sua aptidão física e/ou emocional/psíquica para o cargo que exerce, após a recuperação do acidente ou da doença que provou o afastamento. Consistirá em avaliação pelo médico do Trabalho e Junta médica composta por mais 03 (três) médicos, a partir de exame biométrico e clínico, e deverá ser emitido o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional. Os exames laboratoriais e complementares, que os profissionais responsáveis pela emissão do ASO julgarem necessário, deverão ser descritos em laudo prévio e serão providenciados pela Administração Municipal.</p>

COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (75%)			
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
06	Unidade	375	<p>Catálogo Comprasnet - item 8818 (Medicina Trabalho - perícia serviço médico, engenharia)</p> <p>Descritivo do item - EXAME DE PERÍCIA MÉDICA – Será realizado obrigatoriamente, quando a apresentação de atestados médicos superiores a 15 (quinze) dias ou quando o efetivo se ausentar por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, por motivo de acidente de natureza ocupacional ou não, doença de qualquer tipo e licença maternidade.</p> <p>Avaliará o empregado quanto a sua aptidão física e/ou emocional/psíquica para o cargo que exerce, após a recuperação do acidente ou da doença que provou o afastamento. Consistirá em avaliação pelo médico do Trabalho e Junta médica composta por mais 03 (três) médicos, a partir de exame biométrico e clínico, e deverá ser emitido o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional. Os exames laboratoriais e complementares, que os profissionais responsáveis</p>

Av. Santa Catarina, 195 – Centro – CEP: 89.500-124 – Caçador – SC
 Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitações.sec@cacador.sc.gov.br



			pela emissão do ASO julgarem necessário, deverão ser descritos em laudo prévio e serão providenciados pela Administração Municipal. * Referente ao item 05
--	--	--	---

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, **através do e-mail:** licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 27 de abril de 2021.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Av. Santa Catarina, 195 – Centro – CEP: 89.500-124 – Caçador – SC
Fone: (49) 3666-2400 – E-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br

Caibi**PREFEITURA****283/21**

Publicação Nº 3004007

PORTARIA Nº 283/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REMOVER a Servidora Municipal ANDREIA JESSICA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n. 9391-2, lotada no Departamento de Educação, para o Departamento de Cultura, de acordo com o art. 35 da Lei n. 027/2013, sem alteração de função, carga horária e vencimentos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

284/21

Publicação Nº 3004008

PORTARIA Nº 284/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REMOVER a Servidora Municipal LAIR SECCO ALBERTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula n. 8242-2, lotada no Departamento de Educação, para o Departamento de Saúde, de acordo com o art. 35 da Lei n. 027/2013, sem alteração de função, carga horária e vencimentos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

285/21

Publicação Nº 3004010

PORTARIA Nº 285/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REMOVER a Servidora Municipal MAIRA SELL, ocupante do cargo em provimento comissionado de Supervisor I, CC-08, matrícula n. 9513-3, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Aq-icultura e Meio Ambiente, para o Departamento de Saúde, sem alteração de cargo, carga horária e vencimentos.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.
MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

286/21

Publicação Nº 3004674

PORTARIA Nº 286/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REENQUADRAR a Servidora Municipal ARIANE LUIZA FELLINI CONSTANTE, matrícula n. 9586-9, ocupante do cargo em provimento comissionado de Supervisor II, nível CC-09, com lotação no Departamento Municipal de Administração, e carga horária de 40 horas semanais, para o cargo de Supervisor I, CC-08, sem alteração de lotação e carga horária, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.
MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

287/21

Publicação Nº 3004675

PORTARIA Nº 287/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

AUTORIZAR, em conformidade com o § 3º do art. 80 da Lei Complementar n. 027/2013, com redação dada pela Lei Complementar n. 058/2019, a conversão de licença prêmio em pecúnia ao Servidor Municipal Jair Jose Fassina Zanin, matrícula n. 391-3, ocupante do cargo de Motorista, com lotação no Departamento de Assistência Social, e carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 2013 a 2017, com vencimento em 2019 em razão da suspensão de contagem devido licença sem vencimentos concedida anteriormente.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 27 de abril de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.
MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO Nº 027/2021

Publicação Nº 3004591

ATO CONVOCATÓRIO
PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeado pelo Decreto nº 018/2021 de 08 de Janeiro de 2021, alterado pelo decreto nº 054/2021, no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado o dia 10/05/2021 às 08:00 horas, Data limite para cadastro de propostas: Até às 08h00min do dia 10 de maio de 2021 (horário de Brasília/DF). Abertura: dia 10 de maio de 2021, às 08h01min (horário de Brasília/DF), ambos no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. Relativos ao Processo Licitatório Nº 041/2021, do tipo Menor Preço – Por Lote na modalidade Pregão Eletrônico Nº 027/2021 referente a AQUISIÇÃO DE KITS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE ACORDO COM A LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020.

Caibi-SC, 27 de Abril de 2021.
DANDARA JEANE GALLON
Pregoeira

DECRETO Nº 099/2021 DE 28 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004890

DECRETO Nº 099/2021, de 28 de abril de 2021.

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Pregoeira designada pelo Decreto Nº 018/2021 do objeto do Processo Licitatório de Nº 35/2021 na Modalidade Pregão Presencial Nº 21/2021 da Prefeitura Municipal de Caibi – SC.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Pregoeira DANDARA JEANE GALLON designada pelo Decreto Nº 018/2021, alterado pelo decreto nº 054/2021 sobre o Processo Licitatório Nº 35/2021, na Modalidade Pregão Presencial RP Nº 21/2021 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE COMPUTADORES; MANUTENÇÃO, SUPORTE, DIAGNOSTICO E REPAROS DE SERVIDORES E COMPUTADORES; MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE REDES DE COMPUTADORES; MANUTENÇÃO DE HARDWARES, PERIFÉRICOS E OUTROS EQUIPAMENTOS DE MESMA FINALIDADE; REVISÃO PERIÓDICA DE ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA DE DADOS E BACKUP; GERENCIAMENTO DE CONTAS DE USUÁRIOS, E-MAILS

Art. 2º. Fica homologado o objeto desta licitação em favor do proponente abaixo relacionado, tudo conforme consta no Mapa Comparativo de Preços em sua exata ordem de classificação a seguir:

Proponente	Item	Unid.	Qtd	Descrição dos Serviços	VI Unit.	VI Total Item
RICARDO CERUTTI MEI	1	h	800	Serviço de suporte, manutenção corretiva e preventiva em todos os computadores e servidor do município, conforme características abaixo: HARDWARE: Teste de funcionamento; Teste de temperatura; Limpeza de cooler e ventoinhas; Substituição de componentes danificados; Instalação física dos equipamentos em local pré-determinado; Orientação quanto a aquisição e substituição de equipamentos; Monitoramento contínuo do funcionamento de todos os equipamentos; Assistência proativa e imediata em caso de identificação via monitoramento de falha; Suporte aos servidores públicos quanto a instalação e utilização dos equipamentos. SOFTWARE: Instalação de Software nos computadores e notebooks; Instalação e suporte de sistemas operacionais em computadores e notebooks; Instalação de sistemas operacionais em Servidor de Rede; Reparo nas instalações dos softwares que a imagem vinculada não pode ser exibida. Talvez o arquivo tenha sido movido, renomeado ou excluído. Verifique se o vínculo aponta para o arquivo e o local corretos. Apresentarem falha; Consultoria e orientação na escolha e utilização de softwares; Orientação referente Licenciamento de Softwares; Monitoramento contínuo dos Softwares instalados. SEGURANÇA: Configuração de antivírus; Configuração de Firewall; Criação de usuários individuais para acesso aos terminais com níveis de permissões definidos individualmente; Monitoramento ativo da segurança da rede. REDE: Instalação de equipamentos de rede; Configuração de equipamentos de rede; Suporte no uso da rede; Orientação sobre aquisições de equipamentos, serviços de terceiros e instalação de rede; Manutenção nos equipamentos de rede; Monitoramento ativo de todos os equipamentos e pontos de rede. CONSULTORIA: Consultoria em compras de equipamentos (Hardware); Consultoria em aquisições de Software; Consultoria em licenciamento de Softwares; Consultoria na contratação de serviços de terceiros relacionados a tecnologia da informação (internet, câmeras de monitoramento, host de e-mail, sites e portais de comunicação on line) ATENDIMENTO: Atendimento dentro dos seguintes prazos: Atendimento com prioridade baixa – até 3 (três) horas após solicitação; Atendimento com prioridade média – até 2 (duas) horas após a solicitação e; Atendimento com prioridade alta – até 1 (uma) hora após a solicitação.	24,00	19.200,00

Total do Proponente vencedor:

Nome do Fornecedor	Valor total da proposta
RICARDO CERUTTI MEI	19.200,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, em 28 de abril de 2021.

Eder Picoli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2021

Publicação N° 3004584

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAIBI

EXTRATO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 041/2021
Pregão Eletrônico nº 027/2021
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ESTUDANTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, DE ACORDO COM A LEI Nº 13.987, DE 7 DE ABRIL DE 2020

Data limite para cadastro de propostas: Até às 08h00min do dia 10 de maio de 2021 (horário de Brasília/DF). Abertura: dia 10 de maio de 2021, às 08h01min (horário de Brasília/DF), ambos no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua dos Imigrantes, nº 499, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 36480211. <https://www.caibi.sc.gov.br/>

CAIBI/SC, 27 DE ABRIL DE 2021.

EDER PICOLI
Prefeito

Camboriú

PREFEITURA

DL 003/2021 - PMC

Publicação Nº 3003771

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 003/2021 – PMC

Data: 26/04/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA A VIATURA ASU-466, AMBULÂNCIA MERCEDES BENZ, SPRINTER PLACAS RDU5F54 PERTENCENTES AO PELOTÃO DE CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 1.977,79 (Um mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

Secretaria: CORPO DE BOMBEIROS

Contratado: DVA VEÍCULOS LTDA.

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XVII", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 26 de abril de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 006/2021 - FME

Publicação Nº 3004556

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2021 – FME - EXCLUSIVO PARA ME/EPP.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E ESGOTAMENTO DE FOSSAS, CAIXAS DE PASSAGEM, CAIXAS DE GORDURA E DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÕES EM GERAL PARA AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 17 (Dezessete) de maio de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de abril de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 024/2021 - FMS

Publicação Nº 3004366

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2021 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMBORIÚ - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA ME/EPP PARA O ITEM 01.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS DESTINADOS AO CENTRO CIRÚRGICO DO HOSPITAL CIRÚRGICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 13 (Treze) de Maio de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 27 de abril de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 033/2021 - PMC

Publicação Nº 3004349

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2021 - MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. .

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEORREFERENCIADO EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 14 (catorze) de Maio de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Abril de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE ERRATA PR 031/2021 - PMC

Publicação Nº 3004429

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 031/2021-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 031/2021 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA, MANUTENÇÃO DE VIAS E JARDINAGEM PARA ATENDER LOGRADOUROS PRAÇAS, PARQUES PÚBLICOS, COM MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E EPI NECESSÁRIOS PARA O SERVIÇO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o item 7.3.1 do Edital:

- onde lê-se: Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em quantitativo e característica, com o objeto da presente licitação, devidamente registrado nos conselhos regionais CREA ou CAU e CRA.

- leia-se: Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou Declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica, com o objeto da presente licitação, devidamente registrado nos conselhos regionais CREA ou CAU. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 27 de Abril de 2021.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO 02/2021 FMAS

Publicação Nº 3003886

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 02/2021 - FMAS)

Aos vinte e sete dias do mês abril do ano de dois mil e vinte e um, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Tatiane Maria Machado Fuckner e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 2/2021 do Fundo municipal de Assistência Social de Campo Alegre, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mão de obra de auto elétrica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes de documento e proposta da única empresa proponente: GGK AUTO ELÉTRICA – CNPJ: 02.473.449/0001-00. A licitante credenciou o Sr. Geferson Gilmar Kalbusch como representante na sessão. A licitante comprovou enquadramento como Microempresa e apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL. Procedeu-se ao julgamento das propostas e passou-se aos lances e obteve-se o seguinte resultado:

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
GGK AUTO ELÉTRICA	59.002,00	39.002,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante, a documentação está de acordo com o exigido no edital. O licitante GGK AUTO ELÉTRICA – CNPJ: 02.473.449/0001-00 foi declarado vencedor da presente licitação com o valor R\$ 39.002,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO 20/2021

Publicação Nº 3003412

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 20/2021)

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Tatiane Maria Machado Fuckner e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 20/2021, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto Contratação de maestro para coordenar e reger a Banda Municipal de Campo Alegre/BAMUCA. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) do único proponente: Anderson Furtado CPF: 028.469.129/12. Passou-se ao credenciamento do licitante, sendo o Sr. Anderson Furtado representante licitante apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Anderson Furtado	2.600,00	2.550,00	1ª	HABILITADA

O licitante concedeu desconto na fase de lances, após abriu-se o envelope de documentos do licitante primeiro classificado, estando de acordo com o exigido no edital, o licitante Anderson Furtado, foi declarado vencedor da presente licitação com o valor unitário de R\$ 2.550,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 13.766 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003625

DECRETO Nº 13.766 DE 27 DE ABRIL DE 2021

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS INSCRITAS NO CONCURSO FOTOGRÁFICO "CAMPO ALEGRE CIDADE TURÍSTICA BELA E ADMIRADA ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o disposto no inciso VII, do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990 e o Edital de Concurso Fotográfico nº

01/2021; Decreta:

Art. 1º Constituir e nomear os membros da Comissão para avaliação das fotografias inscritas no Concurso Fotográfico "Campo Alegre Cidade Turística Bela e Admirada", a seguir descritos:

- I - TOM CAJATY – Fotógrafo;
- II - RENAN MUNHOZ – Fotógrafo;
- III - LAUDINEI CLVERSON MUNHOZ – Fotógrafo;
- IV - CARLA LUCIANE FUECKNER KOTOVICZ – Secretária Municipal de Educação;
- V - RODRIGO MUNHOZ – Assessor de Comunicação Social.

Art. 2º A Comissão de que trata o Artigo anterior deste Decreto é composta por profissionais competentes para avaliar os trabalhos fotográficos de forma técnica e pessoas públicas que avaliarão as fotografias que melhor transmitam a essência campo alegre, e que terá autonomia na realização da seleção e seguirá critérios de linguagem fotográfica, originalidade, criatividade, coerência e aderência aos objetivos do presente Concurso, levando em consideração para avaliação dos trabalhos fotográficos os seguintes critérios devidamente definidos no Edital Concurso Fotográfico "Campo Alegre Cidade Turística Bela e Admirada":

- I - Pertinência ao tema;
- II - Originalidade e criatividade;
- III - Qualidade da fotografia;
- IV - Composição e enquadramento;
- V - Caráter histórico;
- VI - Impacto recorrente.

Art. 3º A Comissão instituída pelo art. 1º deste Decreto, julgará por fichas de avaliação as fotografias inscritas, atribuindo notas por critério, com a seguinte pontuação nota de 1 (um) a 5 (cinco), sendo que a fotografia com maior pontuação será classificada em 1º lugar e assim sucessivamente até o 5º lugar.

§ 1º A Comissão Julgadora terá autoridade para definir os critérios de desempate, divulgando-os por Resolução e posteriormente encaminhando a referida para à Homologação da Chefe do Poder Executivo Municipal e publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, antes de proceder a avaliação das fotografias.

§ 2º A Comissão deverá proclamar os resultados após avaliação das fotografias inscritas por Resolução e encaminhar a referida para à Homologação da Chefe do Poder Executivo Municipal e publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.767 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004617

DECRETO Nº 13.767 DE 27 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NO CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril 1990 e o disposto no Art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal ANA LUIZA DA CRUZ KMIETIK, matrícula funcional nº 000451, registro no sistema sob nº 954462, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o Cargo de Confiança, Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil "Alegre Infância", com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a Gratificação FG-5B prevista no Anexo III.I da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, no valor de R\$ 752,16 (setecentos e cinquenta e dois reais, dezesseis centavos) mensais, enquanto permanecer no exercício da Função Gratificada, a partir de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de abril de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.768 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004619

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.768 DE 27 DE ABRIL DE 2021
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 05 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução anexa, parte integrantes deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 27 DE ABRIL DE 2021

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ANO DE 2020.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram na plenária realizada em data de 27 de abril de 2021, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as Prestações de Contas dos Recursos recebidos do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, referente ao período de janeiro à dezembro do ano de 2020, das contas da Agência 1715-9, cujos números das contas correntes são: 13.731-6 e 13.665-4 referentes a Alta Complexidade; 14.538-6 e 15.420-2 referentes a Proteção Social Básica (CRAS); e 13.664-6 referente a Proteção Social Básica (Benefícios Eventuais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.
CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de

Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

DECRETO Nº 13.769 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004624

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.769 DE 27 DE ABRIL DE 2021
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao inciso III do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir o Contrato de Trabalho Temporário firmado com o Sr. ILTON JARDIM DE CARVALHO, registro no sistema sob nº 956115, do Cargo Público de Professor VIII, na Função de Professor de Geografia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.158 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3002448

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 19.158 DE 27 DE ABRIL DE 2021

ALTERA ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 18.669 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de dezembro de 1990; Resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Artigo 1º da Portaria nº 18.669 de 10 de dezembro de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula funcional nº 000147, registro no sistema sob nº 298310, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 19 de agosto de 2020 a 18 de agosto de 2021 = 12 (doze) dias; 19 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022 = 08 (zero oito) dias”.

Art. 2º As demais disposições previstas na Portaria nº 18.669 de 10 de dezembro de 2020, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de dezembro de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.159 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003617

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.159 DE 27 DE ABRIL DE 2021
CONCEDE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo 6º do Art. 37 da Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a Conselheira Tutelar, BIANCA ROSA KERSCHER, registro no sistema sob nº 955974, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 10 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Conselheira Tutelar gozará as férias no período de 28 de abril de 2021 à 12 de maio de 2021, comunicação da Presidente do Conselho Tutelar pelo ofício nº 072-2021-CT, expedido em data de 20 de abril de 2021, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 20 de abril de 2021, sob nº 009617.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.160 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003618

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.160 DE 27 DE ABRIL DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 22 de abril de 2021, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 18 de junho de 2021;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, matrícula funcional nº 0202, registro no sistema sob nº 308130, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 19 de abril de 2021 a 18 de junho de 2021. Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de abril de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.161 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003620

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.161 DE 27 DE ABRIL DE 2021.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 26 de abril de 2021, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 10 de maio de 2021;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, matrícula funcional nº 000078, registro no sistema sob nº 37000, ocupante do Cargo Público e na Função de Fiscal de Tributos, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, por motivo de doença, pelo período de 23 de abril de 2021 a 10 de maio de 2021.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de abril de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.162 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003622

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.162 DE 27 DE ABRIL DE 2021.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 26 de abril de 2021, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que o Servidor Público Municipal ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 25 de maio de 2021;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, matrícula funcional nº 000663, registro no sistema sob nº 955091, ocupante do Cargo Público de Médico, exercendo a Função de Médico I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de doença, pelo período de 25 de abril de 2021 a 25 de maio de 2021.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

PORTARIA Nº 19.163 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003624

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.163 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de Resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 26 de abril de 2021, devidamente assinado pelo Dr. Clévio Jorge Scheffer, CRM-SC 1867, RQE 15219, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal ELISANDRA CUBAS, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 19 de maio de 2021;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o §2º do artigo 9º;

A Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ELISANDRA CUBAS, matrícula funcional nº 000824, registro no sistema sob nº 955051, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período de 04 de maio de 2021 a 19 de maio de 2021.

Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 28/04/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004625

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 27 DE ABRIL DE 2021

APROVA PRESTAÇÕES DE CONTAS DOS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO ANO DE 2020.

Camila Suelen dos Santos, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram na plenária realizada em data de 27 de abril de 2021, e ela promulga a seguinte; Resolução:

Art. 1º Ficam aprovadas as Prestações de Contas dos Recursos recebidos do FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, referente ao período de janeiro à dezembro do ano de 2020, das contas da Agência 1715-9, cujos números das contas correntes são: 13.731-6 e 13.665-4 referentes a Alta Complexidade; 14.538-6 e 15.420-2 referentes a Proteção Social Básica (CRAS); e 13.664-6 referente a Proteção Social Básica (Benefícios Eventuais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 27 de abril de 2021.

CAMILA SUELEN DOS SANTOS
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

HILDA SALETE SIMÕES DE SALLES MUNHOZ
Primeira Secretária do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

TERMO DE POSSE Nº 101/2021

Publicação Nº 3004777

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 101/2021

ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK

Aos doze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.767 de 27 de abril de 2021, no Cargo de Coordenadora Pedagógica do CMEI – Centro Municipal de Ensino Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, Regime Estatutário, Cargo Público de Função Gratificada – FG-4B, prevista na Lei Complementar Municipal nº 088, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas do §2º, Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Servidora Pública Municipal nomeada empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 09/2021

Publicação Nº 3003388

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 267/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 04.303.600/0001-80, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
1	CX	100,00	Alfinete nº 24 caixa com 50 g	6,9000	690,0000	BACHHI
3	UN	100,00	Alfinete nº 29 caixa com 50 g	9,9900	999,0000	BACCHI
5	UN	400,00	Caixa para arquivo em polionda, C:360 x L:130 x A:240 , diversas cores.	22,1000	8.840,0000	POLIBRAS
6	UN	200,00	Caixa para arquivo em papelão, C:360 x L:130 x A:240.	5,3000	1.060,0000	BRAGANHOLO
11	UN	300,00	Caneta destaca texto,nas cores verde, amarelo e rosa.	1,9600	588,0000	MASTERPRINT
12	UN	200,00	Capa plástica para encadernação A4 conjunto frente e verso	1,4900	298,0000	OFFICE PLAST
16	CX	300,00	Corretivo líquido a base de água, atóxico, tubo c/18 ml, caixa com 12 unidades	29,4000	8.820,0000	RADEX
18	UN	900,00	Envelope Grande, Branco 24 x 34 cm	0,6400	576,0000	FORONI
19	UN	600,00	Envelope Médio, Branco 20 x 28 cm	0,5400	324,0000	FORONI
20	UN	600,00	Envelope Pequeno, Branco 17,6 x 25,09 cm	0,4200	252,0000	FORONI
21	UN	1.000,00	Envelope saco natural 34,5X24 cm	0,6800	680,0000	FORONI
22	UN	500,00	Envelope saco natural 25X17,6 cm	0,6100	305,0000	FORONI
23	UN	1.000,00	Envelope colorido tam 23X16 cm nas cores vermelho, verde, rosa, amarelo,azul e lilás.	0,8000	800,0000	FORONI
24	PCT	10,00	Espiral para encadernar, embalagem com 100 unidades, tamanho 07mm, na cor preto ou transparente.	15,5700	155,7000	MARES
25	PCT	10,00	Espiral para encadernar, embalagem com 100 unidades, tamanho 14mm, na cor preto ou transparente.	24,8600	248,6000	MARES
26	PCT	10,00	Espiral para encadernar, embalagem pacote com 35 unidades, tamanho 29mm, na cor preto ou transparente.	29,9500	299,5000	MARES
31	UN	200,00	Grampeador 26/6, na cor preto, resistente	17,7500	3.550,0000	CLASSE
32	UN	50,00	Grampeador de mesa p/100 fls(75g/m) que utilize grampos de 9/8 a 9/14	104,0000	5.200,0000	JOCAR
33	UN	100,00	Grampeador 26/6 grande, fabricação nacional 25 folhas	23,5800	2.358,0000	GATTE
34	CX	100,00	Grampos para grampeador 23/8 Rapid9/8 com 5000 un Fabricação Nacional	24,4000	2.440,0000	GRAMP LINE
35	CX	100,00	Grampos para grampeador 26/6 caixa 5.000 un Fabricação Nacional	6,2000	620,0000	GRAMP LINE
41	UN	500,00	Pastas em plástico transparente tipo com elástico	2,9600	1.480,0000	POLIBRAS
42	UN	200,00	Pastas em plástico transparente tipo com elástico altura de 4cm	5,8800	1.176,0000	POLIBRAS
44	UN	45,00	Perfurador em metal diâmetro do furo de 6 mm, sistema trava, cor preto, com capacidade mínima de perfuração de 20 folhas	25,9800	1.169,1000	GRAMP LINE - GE 20
47	CX	50,00	Grampo Para Pastas Tipo Trilho Metalizado 80mm, com capacidade para prender até 300 folhas de papel 75g/M². Diâmetro do Furo: 5mm Distância da Furação: 8 Cm Comprimento útil da Haste: 5 Cm Caixa com 50 Jogos	16,5000	825,0000	ACC

VALOR TOTAL R\$ 43.753,90

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITA MUNICIPAL	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA ME CNPJ Nº 04.303.600/0001-80 PROPONENTE
--	---

Visto da assessoria jurídica

IVO HANKE JUNIOR

Assessor Jurídico

OAB/SC n. 14778

EXTRATO ATA RP 10/2021

Publicação Nº 3003389

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 267/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 13.772.057/0001-50, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
8	UN	100,00	Caneta esferográfica, tubo transparente com orifício lateral, sextavada, ponta de metal, escrita média, na cor preta, caixa c/50 unidades	49,6000	4.960,0000	Bic
9	UN	100,00	Caneta esferográfica, tubo transparente com orifício lateral, sextavada, ponta de metal, escrita média, na cor azul, caixa c/50 unidades	49,6000	4.960,0000	Bic
10	UN	100,00	Caneta esferográfica, tubo transparente com orifício lateral, sextavada, ponta de metal, escrita média, na cor vermelha, caixa c/50 unidades.	49,6000	4.960,0000	Bic
27	UN	100,00	Extrator de grampo espátula em aço inox, 15 cm	4,9200	492,0000	Cavia
28	UN	400,00	Fita adesiva larga transparente 48mm x 45m	5,8800	2.352,0000	Adelbras
29	UN	300,00	Fita adesiva transparente 12mm x 30m	1,6500	495,0000	Adelbras
30	UN	600,00	Fita adesiva de papel, faixa azul, 3M (madeira) Marrom 18X50	20,0000	12.000,0000	3M Scotch
36	UN	100,00	Livro de ata com 50 folhas capa dura de cor preto	8,9400	894,0000	São Domingos
37	UN	100,00	Livro ponto com 4 assinaturas, dimensões de 215 x 315mm, 100 folhas capa dura de cor preto.	19,9000	1.990,0000	São Domingos
40	UN	400,00	Pasta AZ A4 lombo largo dupla face azul ou preta revestida externa e internamente em polipropileno e cantoneiras inferiores de proteção	13,8800	5.552,0000	Frama
49	UN	50,00	Livro Protocolo de Correspondência 1/4 com 100 folhas, com as Capa/Contracapa de papelão 770grs, revestido de papel 90grs plastificado; Folhas internas: Papel Offset 56grs; Formato: 154x216mm	20,6000	1.030,0000	São Domingos

VALOR TOTAL R\$ 39.685,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITA MUNICIPAL	JP EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ Nº 13.772.057/0001-50 PROPONENTE
--	--

Visto da assessoria jurídica
IVO HANKE JUNIOR
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 14778

EXTRATO ATA RP 11/2021

Publicação Nº 3003390

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 267/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa BELINKI E SOUZA LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 08.831.603/0001-47, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
2	UN	100,00	Alfinete de segurança nº 5 niquelado caixa com 100 unidades	6,0000	600,0000	BACCHI
4	UN	100,00	Almofada para carimbo nº 3, cor azul	5,9000	590,0000	CARBRINK
7	UN	200,00	Calculadora eletrônica de mesa com 12 dígitos, visor cristal líquido. Especificações: porcentagem, 4 operações básicas, inversão de sinais, e duplo zero, correção dígito a dígito e memória. Alimentação com bateria e, ou célula solar. com as especificações aproximadas de Tamanho: altura 13,00 cm; largura 2,0 cm; profundidade 10,00 cm. Peso 130g.	43,4000	8.680,0000	CLASSE
13	CX	100,00	Clips 3/0 galvanizado caixa 500g	14,8000	1.480,0000	BACCHI
14	CX	100,00	Clips 6/0 galvanizado caixa 500g	14,8000	1.480,0000	BACCHI
15	CX	100,00	Clips 8/0 galvanizado caixa 500g	14,8000	1.480,0000	BACCHI

17	UN	100,00	Crema para os dedos para manuseio de papéis	2,2200	222,0000	CONTA FACIL
38	UN	100,00	Papel A4 210mm x 297mm colorido, em várias cores embalagem com 100 folhas 75g/m² Fabricação Nacional	8,3500	835,0000	CHAMEX
43	UN	200,00	Percevejo latonado caixa com 100 um	4,5000	900,0000	BRW
45	UN	900,00	Pincel atômico com ponta de feltro retangular, tinta a base de álcool nas cores: preto, azul, verde e vermelho	4,0000	3.600,0000	MASTERPRINT
46	UN	30,00	Tinta para carimbo cor pretatubo 40ml	7,0000	210,0000	RADEX
48	PCT	50,00	Grampo Para Pastas Tipo Trilho Plástico, fabricados em Plástico, alta durabilidade, resistentes e práticos com capacidade para prender até 300 folhas de papel 75g/M². Dimensões do produto - cm (AxLxP): 19,5 cm x 7 cm x 5,8 cm., Diâmetro do Furo: 5mm Distância da Furação: 8 Cm Comprimento útil da Haste: 5 Cm Embalagem com 50 Jogos	13,3500	667,5000	DELLO

VALOR TOTAL R\$ 20.744,50

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITA MUNICIPAL	BELINKI E SOUZA LTDA ME CNPJ Nº 08.831.603/0001-47 PROPONENTE
--	---

Visto da assessoria jurídica
IVO HANKE JUNIOR
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 14778

EXTRATO ATA RP 12/2021

Publicação Nº 3003391

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 267/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2021

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Campo Erê e a empresa PREMIER COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 11.688.438/0001-20, conforme relação abaixo:

Item	Unid.	Quant.	Descrição das Mercadorias	Vlr. Unitário	Vlr. Total Item	Marca
39	CX	3.000,00	Papel A4 210mm x 297mm para impressão em caixa com 10 resmas de 500 folhas 75g/m² Fabricação Nacional	172,0000	516.000,0000	Globotec silver

VALOR TOTAL R\$ 516.000,00

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PREFEITA MUNICIPAL	PREMIER COMERCIO LTDA CNPJ Nº 11.688.438/0001-20 PROPONENTE
--	---

Visto da assessoria jurídica
IVO HANKE JUNIOR
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 14778

EXTRATO CONTRATO 21/2021

Publicação Nº 3004013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 21/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: MGS COMERCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ 27.720.223/0001-80. OBJETO: O objeto do presente contrato consiste: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO ROLO COMPACTADOR JCB VM 115. Nº DE SÉRIE SORVM115CE2288032, Nº PATRIMÔNIO 6990, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA RURAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 241 /2021, Pregão Presencial nº 11/2021. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, da Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, do Exercício de 2021. VALOR: 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais). VIGÊNCIA: 31/12/2021, a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 27/04/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Charles Alexandre Marzani pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO 22/2021

Publicação Nº 3004140

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 22/2021.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: BRATTI ENGENHARIA, CONSULTORIA E OBRAS LTDA, CNPJ 10.955.168/0001-04. OBJETO: O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos na área de ENGENHARIA. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 304/2021, Tomada de Preços nº 03/2021. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes deste CONTRATO correrão por conta do orçamento do GABINETE DA PREFEITA, DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ – SC, para 2021. VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), sendo, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais. VIGÊNCIA: assinatura até 31 de dezembro de 2021. Campo Erê/SC, em 27/04/2021. SIGNATÁRIOS: Rozane Bortoncello Moreira pela Contratante e Eduardo Bratti pela Contratada.

EXTRATO DE ANULAÇÃO DO EDITAL PP 05/2021

Publicação Nº 3003370

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

EXTRATO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 123/2021

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado por sua Prefeita Sra. ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, TORNA PÚBLICO que conforme Decreto Municipal nº 2.189/2021, fica ANULADO o Processo Licitatório nº 123/2021 na modalidade de Pregão Presencial Nº 05/2021, cujo objeto era a Contratação de empresa para a prestação de serviços de "Auxiliar de Serviços Gerais" para o Município de Campo Erê, SC. Maiores informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 27 de abril de 2021. Gilmar Fior de Medeiros – Pregoeiro Oficial // ROZANE BORTONCELLO MOREIRA - Prefeita Municipal.

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PP FMS 14/2021

Publicação Nº 3003368

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 336/2021

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 14/2021

PRORROGA PRAZO DE ABERTURA DO:

Processo Licitatório FMS nº 336/2021 – Pregão Presencial FMS nº 14/2021

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por sua Prefeita Municipal ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que PRORROGA o prazo para recebimento, abertura e julgamento dos envelopes de Proposta e Habilitação do PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 14/2021, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE FRaldas MOTORIZADA E MATÉRIA PRIMA PARA PRODUÇÃO DE FRaldas GERIÁTRICAS E INFANTIS, PARA DISPOSIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ERÊ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/SC. COM RECURSOS PROVENIENTES DAS EMENDAS IMPOSITIVAS Nº 404 e 422, conforme especificações constantes no Edital, para o dia 10 maio de 2021 às 08h30min. Motivo: Licitação deserta. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação até as 08h30min do dia 10/05/2021, junto ao Pregoeiro Oficial do Município, no Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Informações pelo site: www.campoere.sc.gov.br, ou e-mail: licitacao@campoere.sc.gov.br ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê/SC, 27/04/2021. GILMAR FIOR DE MEDEIROS – Presidente da CPL e ROZANE BORTONCELLO MOREIRA Prefeita Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PL 241/2021

Publicação Nº 3004005

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 241/2021, na modalidade Pregão de nº 11/2021 tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DO ROLO COMPACTADOR JCB VM 115. Nº DE SÉRIE SORVM115CE2288032. Nº PATRIMÔNIO 6990, DA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA RURAL, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – EPP	1	1	1,00	24.900,0000	24.900,0000
Total dos Proponentes					
Nome da Proponente			Total		
MGS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA - EPP			24.900,00		

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 267/2021

Publicação N° 3003376

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 267/2021, na modalidade Pregão de nº 13/2021 tendo como objeto a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, para as Secretarias Municipais do município de Campo Erê - SC., conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	1	100,00	6,9000	690,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	3	100,00	9,9900	999,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	5	400,00	22,1000	8.840,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	6	200,00	5,3000	1.060,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	11	300,00	1,9600	588,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	12	200,00	1,4900	298,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	16	300,00	29,4000	8.820,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	18	900,00	0,6400	576,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	19	600,00	0,5400	324,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	20	600,00	0,4200	252,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	21	1.000,00	0,6800	680,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	22	500,00	0,6100	305,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	23	1.000,00	0,8000	800,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	24	10,00	15,5700	155,7000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	25	10,00	24,8600	248,6000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	26	10,00	29,9500	299,5000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	31	200,00	17,7500	3.550,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	32	50,00	104,0000	5.200,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	33	100,00	23,5800	2.358,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	34	100,00	24,4000	2.440,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	35	100,00	6,2000	620,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	41	500,00	2,9600	1.480,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	42	200,00	5,8800	1.176,0000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	44	45,00	25,9800	1.169,1000
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	1	47	50,00	16,5000	825,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	8	100,00	49,6000	4.960,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	9	100,00	49,6000	4.960,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	10	100,00	49,6000	4.960,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	27	100,00	4,9200	492,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	28	400,00	5,8800	2.352,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	29	300,00	1,6500	495,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	30	600,00	20,0000	12.000,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	36	100,00	8,9400	894,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	37	100,00	19,9000	1.990,0000

JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	40	400,00	13,8800	5.552,0000
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	1	49	50,00	20,6000	1.030,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	2	100,00	6,0000	600,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	4	100,00	5,9000	590,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	7	200,00	43,4000	8.680,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	13	100,00	14,8000	1.480,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	14	100,00	14,8000	1.480,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	15	100,00	14,8000	1.480,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	17	100,00	2,2200	222,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	38	100,00	8,3500	835,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	43	200,00	4,5000	900,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	45	900,00	4,0000	3.600,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	46	30,00	7,0000	210,0000
BELINKI E SOUZA LTDA ME	1	48	50,00	13,3500	667,5000
PREMIER COMÉRCIO LTDA	1	39	3.000,00	172,0000	516.000,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BELINKI E SOUZA LTDA ME	20.744,50
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	39.685,00
PREMIER COMÉRCIO LTDA	516.000,00
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	43.753,90

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 27 de abril de 2021

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

HOMOLOGAÇÃO PL 304/2021

Publicação Nº 3004017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 304/2021, na modalidade Tomada de Preços de nº 3/2021 tendo como objeto a Contratação de empresa para a prestação de serviços de ENGENHARIA, com fornecimento de um profissional (ENGENHEIRO), com registro no órgão fiscalizador da classe, para atender as necessidades na elaboração, aprovação, e acompanhamento na execução das atividades fins (engenharia), atinentes à gestão pública do Município de Campo Erê, SC. Com carga horaria semanal de 20 horas., conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
BRATTI ENGENHARIA, CONSULTORIA E OBRAS LTDA	1	1	9,00	4.000,0000	36.000,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
BRATTI ENGENHARIA, CONSULTORIA E OBRAS LTDA	36.000,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 27 de abril de 2021.

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA
Prefeita Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 02/2020 - FUNDAÇÃO CULTURAL

Publicação Nº 3004301

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 05/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021

O Município de Campos Novos, por meio da Fundação Cultural Camponovense, torna público que fará realizar no dia 11 de maio de 2021, às 14:30 horas, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM MINISTRAR AULAS DE VIOLONCELO PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente. Campos Novos, 28 de abril de 2020.

DECRETO Nº8.911/2021 DE 26/04/2021 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR- CONDECOM

Publicação Nº 3004164

DECRETO Nº8.911/2021 DE 26/04/2021

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR- CONDECOM

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art.1º.- Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, de acordo com a Lei nº. 2.689 de 01 de março de 2002, com mandato de 04 anos, nos termos do art. 17, com a seguinte composição:

Coordenador Municipal do Procon
Manuela Quadros

Representante da Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Fabio Machado Merfort
Suplente: Isabela Scalsavara Pereira

Representante da OAB Campos Novos
Titular: Tariana Lisott
Suplente: Hemilia Carolina Alves dos Santos

Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Lilian Carolini Scarabotto
Suplente: João Guilherme Michelin

Representante da Vigilância Sanitária
Titular: Fernanda Di Domenico
Suplente: Valeria Sant Ana

Representante da Secretaria Municipal de Finanças
Titular: Mauro Cesar Gonçalves
Suplente: Claudia Maria Schaly

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: Eneas Batista
Suplente: Jardel da Silva

Representante da Câmara de Dirigentes Logistas - CDL
Titular: Marcos Giovani da Silva
Suplente: Luiz Antonio Bernardi

Representante da ACIRCAN

Titular: Gustavo Machado
Suplente: Paula Karina Henz

Representante da União das Associações de Bairros – Unicampo
Titular: Vilmar de Matos
Suplente: Adelar Vieira Alves da Silva

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 7.770/2017.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
26 de abril de 2021.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1147/2021

Publicação N° 3003779

PORTARIA N° 1147 DE 22/04/2021
NOMEIA LEONARDO FAVARETTO VARGAS APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear LEONARDO FAVARETTO VARGAS, aprovado (a) em Concurso Público, na forma do Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de Técnico em apoio administrativo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 19/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1148/2021

Publicação N° 3003794

PORTARIA N° 1148 DE 22/04/2021
NOMEIA BRUNA LETÍCIA LOPES MICHELON APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear BRUNA LETÍCIA LOPES MICHELON, aprovado (a) em Concurso Público, na forma do Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de Técnico em apoio administrativo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 19/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1149/2021

Publicação N° 3003799

PORTARIA N° 1149 DE 22/04/2021
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JACIMARA GARIPUNA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas

conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário JACIMARA GARIPUNA, para exercer o cargo de Auxiliar de obras, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 20/04/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1150/2021

Publicação N° 3003821

PORTARIA N° 1150 DE 22/04/2021
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAROLINE FATIMA DE SOUZA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário CAROLINE FATIMA DE SOUZA, para exercer o cargo de enfermeira comunitária, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 16/04/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1151/2021

Publicação N° 3003789

PORTARIA N° 1151 DE 22/04/2021
NOMEIA O (A) SERVIDOR (A) EDGARD LUIZ DE ANDRADE PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE GABINETE

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o (a) servidor (a) EDGARD LUIZ DE ANDRADE para o cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, junto ao GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 20/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1152/2021

Publicação N° 3003791

PORTARIA N° 1152 DE 22/04/2021
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE TEREZINHA ETGES

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário DAIANE TEREZINHA ETGES, para exercer o cargo de professora regente, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 12/04/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1153/2021

Publicação N° 3003826

PORTARIA N° 1153 DE 22/04/2021
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE BEATRIZ BORN MOREIRA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, em caráter temporário ELIANE BEATRIZ BORN MOREIRA, para exercer o cargo de orientadora social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 20/04/2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 22 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1154/2021

Publicação N° 3003834

PORTARIA N° 1154 DE 26/04/2021

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA N° 638 DE 17//02/2021, DO (A) SERVIDOR (A) MARIA GRASIELI GERVASIO FIGUEROA

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1º - ONDE SE LÊ:

Art. 1º. Contratar, em caráter temporário MARIA CAROLINE FIGUEROA DE SOUZA, para exercer o cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

LEIA-SE:
Art. 1º. Contratar, em caráter temporário MARIA GRASIELI GERVASIO FIGUEROA, para exercer o cargo de Auxiliar de serviços gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 17 de fevereiro de 2021.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1155/2021

Publicação N° 3003831

PORTARIA N° 1155 DE 26/04/2021

AUTORIZA O (A) SERVIDOR (A) ELITON MARCIO ZANONI A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica e, considerando que, eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas às exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores de veículos oficiais outros Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) ELITON MARCIO ZANONI, portador (a) da CNH nº 04747692202, categoria AB, ocupante do cargo de professor regente, a conduzir, eventualmente, veículos da Secretaria de esporte e lazer da Prefeitura Municipal de Campos Novos, com o prazo determinado até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 12/02/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1156/2021

Publicação N° 3003835

PORTARIA N° 1156 DE 26/04/2021

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) TAINARA ROSSETO

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) TAINARA ROSSETO do cargo de PROFESSORA REGENTE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 07/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1157/2021

Publicação N° 3003829

PORTARIA N° 1157 DE 26/04/2021

AUTORIZA O (A) SERVIDOR (A) DIANA DE OLIVEIRA A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica e, considerando que, eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas às exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores de veículos oficiais outros Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) DIANA DE OLIVEIRA, portador (a) da CNH nº 04483833164, categoria AB, ocupante do cargo de educador social, a conduzir, eventualmente, os seguintes veículos da Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes da Prefeitura Municipal de Campos Novos, com o prazo determinado até 31 de dezembro de 2021.

- a) VEÍCULO FOX, PLACA MLW 4921;
- b) VEÍCULO DOBLO, PLACA OKH 7574.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 23/04/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 26 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 1159/2021

Publicação N° 3004631

PORTARIA N° 1159 DE 27/04/2021
DISPENSA CLAUDIOMIR DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE SUBSECRETÁRIO

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar o (a) servidor (a) CLAUDIOMIR DA SILVA do cargo em comissão de subsecretário.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 27 de abril de 2021.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 095/2021

Publicação Nº 3004218

DECRETO Nº. 095/2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.559 de 18/12/2020 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 379.499,07 (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sete centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 846: Outros Encargos Especiais
Programa 03: Modernização Administrativa
Ação 0.3 – Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 100.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 11001: Secretaria Munic. de Planej. e Orçamento
Função 04: Administração
Subfunção 121: Planejamento e Orçamento
Programa 07: Planejamento Eficaz
Ação 2.21 – Manutenção da Secretaria Mun de Planejamento
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 80.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

III)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 2001: Gabinete do Prefeito
Função 04: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 02: Administração Superior Eficiente
Ação 2.132 – Manutenção do PROCON
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 6.951,63
Recurso 10010 – Rec. Ordinários - PROCON

IV)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
Unidade orçamentária 2001: Gabinete do Prefeito
Função 04: Administração
Subfunção 122: Administração Geral
Programa 02: Administração Superior Eficiente
Ação 2.132 – Manutenção do PROCON
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.547,44
Recurso 10010 – Rec. Ordinários - PROCON

V)

Unidade Gestora 03: Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas
Unidade orçamentária 17001: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 08: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Ação 2.57 – Ações de Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 180.000,00
 Recurso 23813 – SUS União – Custeio – Coronavírus (Covid-19)

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 (Lei nº. 6.558/2020) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2021 (Lei nº. 6.559/2020) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos do provável excesso de arrecadação, o valor de R\$ 379.499,07 (trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e sete centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação estimada do exercício de 2021, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do provável excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Arrecadação Estimada no exercício	C Provável Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
10000	51.277.939,49	51.457.939,49	180.000,00	180.000,00
10010	0,00	19.499,07	19.499,07	19.499,07
23813	720.000,00	900.000,00	180.000,00	180.000,00
TOTAL				379.499,07

Fonte: SMAFO 2021

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 64.432,37 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Unidade orçamentária 2001: Gabinete do Prefeito
 Função 04: Administração
 Subfunção 122: Administração Geral
 Programa 02: Administração Superior Eficiente
 Ação 2.132 – Manutenção do PROCON
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 64.432,37
 Recurso 30010 – Rec. Ordinários - PROCON - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 (Lei nº. 6.558/2020) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2021 (Lei nº. 6.559/2020) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 64.432,37 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2020, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10000	Rec. Ordinários – PROCON	64.432,37
10010		
TOTAL		64.432,37

Fonte: SMAFO/2021

Art. 5º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
 Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social
 Função 08: Assistência Social
 Subfunção 244: Assistência Comunitária
 Programa 10: Assistência Social Responsável
 Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
 Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 6º - Para suporte do que trata o artigo 5º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 (Lei nº. 6.558/2020) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2021 (Lei nº. 6.559/2020) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas
 Unidade orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social
Subfunção 244: Assistência Comunitária
Programa 10: Assistência Social Responsável
Ação 2.131 – Ações de Alta Complexidade - Abrigos
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
Recurso 10000 – Recursos Ordinários

Art. 7º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 004/CME/2021

Publicação N° 3004171

PORTARIA CME nº 004, de 05 de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, em observância ao inciso XXVIII, Artigo 35; combinado com o inciso I, Artigo n. 118 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a Comissão de Educação Infantil, assim constituída:

André Luis de Brito
Andréa Niedzielski - Presidenta
Andreia Hoepers
Camyla Knupel
Flávia Lúcia Haensch Sorg
Isabelle Cristina Neumann Ribeiro
Jaqueline Sorg
Karina Vieira Carvalho
Luciane Cavalheiro Michalovski
Rosemari Aparecida dos Santos Godoy

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CME nº 015, de 14 de setembro de 2020 e demais disposições em contrário.

Prof. Argos Gumbowsky
Presidente do Conselho Municipal de Educação
de Canoinhas

PORTARIA N° 005/CME/2021

Publicação N° 3004204

PORTARIA CME N° 005, de 05 de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, em observância ao inciso XXVIII, Artigo 35; combinado com o inciso II, Artigo n. 118 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a Comissão de Ensino Fundamental, assim constituída:

André Luis de Brito
Andréa Niedzielski
Fernanda Leite
Franciane Brautl Novak

Juceres Maria Wiese Roeder
Liliane Knop Alves Machado - Presidenta
Mariléia de Fátima Soares Ferreira.
Priscila Sausen
Regiane Paulo
Vanessa Cristina da Conceição
Wilson Cesar Schenato

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CME nº 016, de 14 de setembro de 2020 e demais disposições em contrário.

Prof. Argos Gumbowsky
Presidente do Conselho Municipal de Educação
de Canoinhas

PORTARIA N° 006/CME/2021

Publicação N° 3004207

PORTARIA CME nº 006, de 05 de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, em observância ao inciso XXVIII, Artigo 35; combinado com o inciso III, Artigo n. 118 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a Comissão de Planejamento e Avaliação, assim constituída:

Andreia Hoepers
Argos Gumbowsky
Elfi Irene Noernberg - Presidenta
Jessica Regina Moreira Pereira
Karina Vieira Carvalho
Marilyn Cristine Silveira Schick
Neusi Aparecida Pauluk Kieski
Paulo Odair Moreira
Rosimari de Fátima Cubas Blaka
Vanessa Moriane Sena
Wilson Cesar Schenato

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria CME nº 017, de 14 de setembro de 2020 e demais disposições em contrário.

Prof. Argos Gumbowsky
Presidente do Conselho Municipal de Educação
de Canoinhas

PORTARIA N° 008/CME/2021

Publicação N° 3004208

PORTARIA CME N° 008, de 13 de abril de 2021.

Dispõe sobre os atos resultantes das deliberações da Plenário do Conselho Municipal de Educação de Canoinhas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, inciso XIII d o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação aprovado pelo Decreto n. 352/2016 de 14 de dezembro de 2016 e alterações aprovadas pelo Decreto n. 201/2020 de 28 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Dar publicidade sobre os atos resultantes das deliberações do Plenário do Conselho Municipal de Educação, nos seguintes termos:

I – Parecer nº. 004/CME/2021 aprovado em 23 de fevereiro de 2021 - Cumprimento de diligência requerida pelo Parecer n. 039/CME/2020 - Validação da horas letivas das escolas da Rede Municipal de Ensino, referente ao ano letivo/2020.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Canoinhas(SC), 13 de abril de 2021.
Prof. Argos Gumbowsky
Presidente do Conselho Municipal de Educação de Canoinhas

PORTARIA Nº 742/2021

Publicação Nº 3004085

PORTARIA Nº. 742/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora JURACY DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, atuando no CEI Pedro Bandeira, junto a Secretaria Municipal de Educação, passando a atuar no CEI Monteiro Lobato, a partir de 23/04/2021, conforme Memorando nº 9.024/SME/2021.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora MARISTELA CORDEIRO RODRIGUES, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, atuando no CEI Landi Ama Neppel e no GEM Xeila Elisabete Cornelsen, junto a Secretaria Municipal de Educação, passando a atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Correa, a partir de 23/04/2021, conforme Memorando nº 9.024/SME/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito.

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 743/2021

Publicação Nº 3004083

PORTARIA Nº. 743/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora JOANITA APARECIDA SCLASKI, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas, atuando no CEI Vinicius de Moraes, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/04/2021, conforme Memorando nº 9.035/SME/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 744/2021

Publicação Nº 3004081

PORTARIA Nº. 744/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de FERNANDA KOWODZEICHACK, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas, atuando na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 07/05/2021 à 04/06/2021, conforme Memorando nº 9.020/SME/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 745/2021

Publicação Nº 3004080

PORTARIA Nº. 745/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a LC 038 de 14/11/2011, Lei Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/SME/2019, Edital nº 009/SME/2019 de 19/11/2019, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2021

Art. 1º - Fica contratada ADRIANA ANTONIA AZILIERO WENDT, na função de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Bandeira, no período de 20/04/2021 a 14/12/2021. Vaga vinculada a servidora efetiva Marlene de Fátima Soares, qual encontra-se afastada das atividades presenciais por pertencer ao grupo de risco para COVID-19, em acordo com atestado/perícia médica, conforme Memorando nº 8.689/SME/2021.

Art. 2º - Fica contratada ALEXANDRA APARECIDA DE CASTRO, no cargo de Professor de História, MAG I, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski e EBM Achilles Pazda, no período de 20/04/2021 a 04/06/2021. Vaga vinculada a servidora efetiva Maria Dionete Caetano Gonçalves, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 8.689/SME/2021.

Art. 3º - Fica contratada FERNANDA EUCLIDES BEDRITCHUK, na função de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 20/04/2021 a 30/07/2021. Vaga vinculada a servidora efetiva Salete Terezinha Mohr Novack, qual encontra-se em licença tratamento de saúde. Vaga ocupada pela servidora contratada Patrícia de Oliveira, qual encontra-se afastada das atividades presenciais por pertencer ao grupo de risco para COVID-19, em acordo com atestado/perícia médica, conforme Memorando nº 8.689/SME/2021.

Art. 4º - Fica contratada RITA DE CASSIA POSSAMAI GOMES DO VALLE, no cargo de Orientador Educacional, MAG II, 15% de gratificação pelo exercício de função especializada de magistério, 40 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 19/04/2021 a 14/12/2021. Em vaga temporária/transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 8.689/SME/2021.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 746/2021

Publicação Nº 3004079

PORTARIA Nº. 746/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a LC 038 de 14/11/2011, Lei Municipais 5.528 de 25/03/2015 e

Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/SME/2019, Edital nº 009/SME/2019 de 19/11/2019, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAL PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2021

Art. 1º - Fica contratada NEIVA DE OLIVEIRA BRAZ, na função de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 22/04/2021 a 14/12/2021. Vaga vinculada a servidora efetiva Terezinha Souza de Paula, qual encontra-se afastada das atividades presenciais por pertencer ao grupo de risco para COVID-19, em acordo com atestado/perícia médica. Vaga anteriormente ocupada pela servidora ACT Juliana Pereira, qual realizou pedido de demissão, conforme Memorando nº 8.818/SME/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 747/2021

Publicação Nº 3004078

PORTARIA Nº. 747/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora SABRINA CORNELSEN, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, 20 horas, atuando na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/04/2021, conforme Memorando nº 9.102/SME/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 748/2021

Publicação Nº 3004077

PORTARIA Nº. 748/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora MONICA GONÇALVES, contratada no cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, atuando no CEI Landi Ama Neppel e no CEI Carlos Drummond de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/04/2021, conforme Memorando nº 9.139/SME/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 749/2021

Publicação Nº 3004076

PORTARIA Nº. 749/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora VIVIANA WACHTEL SELEME UBA, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos de 2018/2019, a desfrutar no período de 10/05/2021 a 29/05/2021, conforme Memorando nº 8.780/GAB/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 750/2021

Publicação Nº 3004073

PORTARIA Nº. 750/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor ROBERTO IVAN LUDKA, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente aos períodos aquisitivos de 2016/2017, a desfrutar no período de 04/05/2021 a 02/06/2021, conforme Memorando nº 9.007/SMAFO/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA N° 751/2021

Publicação N° 3004071

PORTARIA N°. 751/2021

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI, efetivo no cargo de Advogado, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente aos períodos aquisitivos de 2020/2021, a desfrutar no período de 26/04/2021 a 10/05/2021, conforme Memorando nº 8.910/SMAFO/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de abril de 2021.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/04/2021.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

RESOLUÇÃO N° 002/CMDCA/2021

Publicação N° 3004167

RESOLUÇÃO 02/2021

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.804/2005, em conformidade com deliberação da Reunião Ordinária (on line via MEET) realizada no dia 15 de abril de 2021.

Considerando, a obrigatoriedade prevista no art. 8º da Lei nº 3.804, de 18/03/2005, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), onde determina que "os conselheiros titulares e suplentes, não governamentais, em número de 07 (sete), serão escolhidos bienalmente em Fórum próprio, convocado pelo Prefeito Municipal, obedecidos os seguintes princípios gerais de escolha, que deverão incorporar o Regimento";

Considerando, que o prazo de mandato dos Conselheiros, bem como dos Suplentes, é de dois anos, permitida a recondução e reeleição por igual período;

Considerando que a eleição de que prevê o art. 8º da Lei nº 3.804, de 18/03/2005 ocorreu em 15/03/2017, e a recondução se deu em 07/04/2019, tendo já transcorrido o período de mandato para os conselheiros titulares;

Considerando a Pandemia causado pelo Corona Vírus e a impossibilidade de reunião presencial para a realização de Fórum próprio para a eleição dos representantes das entidades não governamentais;

Considerando a edição do Decreto de Estado de Calamidade, por meio do ato de Chefe do Poder Executivo Municipal (Decreto Municipal de Calamidade Pública nº 72/2021, de 26/03/2021) cuja vigência se estende até 30/06/2021;

Considerando que o CMDCA não possui instrumento capaz de assegurar maior segurança na votação do Fórum para escolha das entidades a ser realizada virtualmente, esta pode comprometer o sigilo obrigatório para este tipo de votação;

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar a nomeação dos Conselheiros Titulares e Suplentes em atuação, pelo prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, por igual período.

Art. 2º - No caso de alteração do estado de calamidade vivenciado em razão da Pandemia do Corona Vírus e da possibilidade de realização de reunião presencial, o prazo previsto no art. 1º poderá ser antecipado.

Art. 3º - Os casos omissos na presente Resolução serão avaliados pela Plenária do CMDCA.

Canoinhas, 16 de abril de 2021

Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Vice - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**PORTARIA 16/2021**

Publicação Nº 3003364

PORTARIA Nº 016/2021

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, Diretor Executivo Interino do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

RETIFICAR

Art.1º. Fica retificada a portaria nº 08/2021 passando a vigor com a seguinte redação:

Art.2º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição conforme regra permanente, aplicação do artigo 40, §1º, III, “A” da Constituição Federal com redação dada pela emenda constitucional nº 41/2003. Artigo 36, Incisos II e III da Emenda Constitucional 103/2019, a segurada BERNARDINA LOPES FERNANDES, portadora da cédula de identidade nº1.199.940, inscrita no CPF sob o n.º862.657.929/20 e PIS/PASEP nº112426868-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, sob a matrícula nº2808, do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, correspondente a 100% (cem por cento) da média aritmética simples, atualizada, de 80% (oitenta por cento) dos maiores valores de contribuição previdenciária desde julho/94, de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº41/2003, sem paridade com os servidores ativos.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/03/2021.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 23 de abril de 2021.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

Luis Gustavo Vieira de Britto
Diretor Executivo Interino do ICPREV

PORTARIA 17/2021

Publicação Nº 3003367

PORTARIA Nº 017/2021

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, Diretor Executivo Interino do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 054 de 29/04/2016, e

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, § 1º, III, “a” da CF/88 com redação da EC nº. 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 054/2016, que instituiu o Regime, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º. Fica concedido o benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, conforme aplicação do art. 3º, Incisos I, II e III, parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 47/2005. Artigo 36, Incisos II e III da Emenda Constitucional 103/2019, ao segurado FRANCISCO DE ASSIS CORRÊA, portador da cédula de identidade n.º1.453.837, inscrito no CPF sob o n.º484.520.509-25 e PIS/PASEP nº1.701.385.507-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, sob a matrícula nº87 do quadro de pessoal da Prefeitura do Município de Canoinhas, lotado junto à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo ICPREV.

Parágrafo Único: A revisão dos proventos obedecerá ao contido no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, cujos efeitos dar-se-ão a contar de 01/05/2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 26 de abril de 2021.

REGISTRE-SE; PUBLIQUE-SE; CUMPRA-SE.

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO
Diretor Executivo do ICPREV

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0091/2021 - GT SOLAR SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI

Publicação Nº 3002827

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0091/2021	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: GT SOLAR SERVICOS ELETRICOS EIRELI	
Valor : 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais)	
Vigência : Início: 27/04/2021 Término: 31/12/2021	
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 27/2021	
Objeto : Aquisição de Sistema de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica on grid para demanda de geração mínima prevista de 17,00 kWp, à ser instalado no Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.	
Capinzal, 27 de Abril de 2021	

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 0007, DE 25 DE MARÇO DE 2021 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CCJ)

Publicação Nº 3003827

Parecer nº 11/2021
Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ)
PROJETO DE LEI Nº 007/2021
(Do Executivo)

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no orçamento vigente.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado no dia 25 de março do corrente ano e lido na Sessão Plenária do dia 06 de abril de 2021, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O Projeto deu entrada nesta Comissão na reunião do dia 26 de abril, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Tiago de Oliveira Luz
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2021.

Tiago De Oliveira Luz
Presidente

Enio José Paggi
Membro

Gilmar Junior da Silveira
Membro

Relator: Tiago de Oliveira Luz (PDT)

Membro: Enio José Paggi (PP)

Membro: Gilmar Junior da Silveira (PL)

PROJETO DE LEI Nº 0008, DE 05 DE ABRIL DE 2021 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CCJ)

Publicação Nº 3003828

Parecer nº 12/2021

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ)

PROJETO DE LEI Nº 008/2021

(Do Executivo)

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 142.000,00 (cento e quarenta e dois mil reais), no orçamento vigente.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado no dia 05 de abril do corrente ano e lido na Sessão Plenária do dia 06 de abril de 2021, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O Projeto deu entrada nesta Comissão na reunião do dia 26 de abril, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Enio José Paggi

Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2021.

Tiago De Oliveira Luz

Presidente

Enio José Paggi

Membro

Gilmar Junior da Silveira

Membro

Presidente: Tiago de Oliveira Luz (PDT)

Relator: Enio José Paggi (PP)

Membro: Gilmar Junior da Silveira (PL)

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/09/2020 (REABERTURA DE PRAZO)**

Publicação Nº 3004486

AVISO DE LICITAÇÃO (REABERTURA DE PRAZO)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0107/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/09/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MISTURADOR SUBMERSO PARA MISTURA DE ESGOTO BRUTO DE ETE E LODO DE ETA.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 10 DE MAIO DE 2021.

LOCAL ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL francieli@simaecao.sc.gov.br OU PELO SITE DO SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO TELEFONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 27 DE ABRIL DE 2021.

FRANCIELI A. DA ROSA
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/10/2020

Publicação Nº 3004502

AVISO DE LICITAÇÃO (REABERTURA DE PRAZO)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0107/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/09/2021

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MISTURADOR SUBMERSO PARA MISTURA DE ESGOTO BRUTO DE ETE E LODO DE ETA.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 10 DE MAIO DE 2021.

LOCAL ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL francieli@simaecao.sc.gov.br OU PELO SITE DO SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO TELEFONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 27 DE ABRIL DE 2021.

FRANCIELI A. DA ROSA
PREGOEIRA

Capivari de Baixo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 20/2021/PMCB

Publicação N° 3003159

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 20/2021/PMCB

Contratada...: PAVIMENTADORA ALFA LTDA.

Vigência : Início: 15/04/2021 Término: 31/12/2021.

Licitação : TOMADA DE PREÇO N° 01/2021/PMCB/FMS

Objeto : Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para total execução (compreendendo material e mão-de-obra) de execução de terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, meio-fio de concreto/passeio público, sinalização viária (vertical e horizontal), na rua Rafael Luciano, bairro Três de Maio, conforme memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos ao edital. Nos termos do contrato de repasse OGU n° 885716/2019 .

Capivari de Baixo, 27 de abril de 2021.

EXTRATO EDITAL PR N°36/2021 PMCB/FMS (BORRACHARIA

Publicação N° 3003589

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DE BAIXO/SC.
AVISO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL N. 36/2021/PMCB/FMS.

Prefeito Municipal de Capivari de Baixo/SC, torna público para o conhecimento de quem possa interessar que as 09hs00min do dia 11/05/2021 na sala de Licitações do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo/SC, Rua Ernani Cotrin, 187, Centro, estará reunida para executar a PR n° 36/2021/PMCB/FMS, tipo Menor preço por Item "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE BORRACHARIA (ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CAMBAGEM E RODÍZIOS DE PNEUS) PARA OS VEÍCULOS, VANS, AMBULÂNCIAS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS E TRATORES AGRÍCOLAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO DAS ENTIDADES CONVENIADAS (POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (48) 3621-4400 no período das 07hs as 13hs . Capivari de Baixo/SC, 27 de abril de 2021. VICENTE CORRÊA COSTA - Prefeito Municipal.

Catanduvas

PREFEITURA

PORTARIA 10279/2021

Publicação Nº 3003588

PORTARIA P/10279/2021 de 22.04.2021.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Infraestrutura Urbana"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ANTONIO DOMINGOS DE OLIVEIRA	11/03/2020 A 12/03/2021	01/04/2021 A 10/04/2021 DEMAIS DIAS A DEFINIR
CRISTIANO BARBOSA	21/03/2020 A 20/03/2021	22/03/2021 A 20/04/2021
DANIEL DA COSTA SILVA	02/10/2018 A 01/10/2019	11/03/2021 A 09/04/2021
EVALDO ORESTE GUERREIRO	06/02/2018 A 05/02/2019	05/04/2021 A 04/05/2021
NILCEU BITTENCOURT	11/02/2020 A 10/02/2021	05/04/2021 A 04/05/2021
SERGIO JOSÉ SANTOS	01/03/2020 A 28/02/2021	05/04/2021 A 04/05/2021

Este ato tem efeito a partir do dia 01 de abril de 2021.

Catanduvas, 22 de abril de 2021.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 10280/2021

Publicação Nº 3003591

PORTARIA P/10280/2021 de 22.04.2021.

"Concede férias a servidores públicos municipais da Secretaria de Saúde"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
BARBARA ALVES DE CARVALHO	02/03/2020 A 01/03/2021	21/04/2021 a 30/04/2021 Demais 20 dias em dezembro de 2021
DIRLEI ALVES DE LIMA NUNES DA SILVA	01/04/2017 A 31/03/2018	05/04/2021 a 04/05/2021
MARILEI CAETANO	10/02/2020 A 09/02/2021	16/04/2021 a 30/04/2021 Demais 15 dias em dezembro de 2021
MARISETE LUVISON MARCON	01/07/2017 A 30/06/2018	21/04/2021 A 30/04/2021 Demais 20 dias em dezembro de 2021
VANESSA CRISTINE FUNEZ	01/04/2019 A 31/03/2020	31/03/2021 A 29/04/2021

Este ato tem efeito a partir de 01 de abril de 2021.

Catanduvas, 22 de abril de 2021.

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 10281/2021

Publicação N° 3003593

PORTARIA P/10281/2021 de 22.04.2021.

"Concede férias a servidores públicos municipais do Gabinete do Prefeito"

Dorival Ribeiro dos Santos, Prefeito Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Art. 78, da Lei Complementar nº 19/02 de 04 de janeiro de 2002;

RESOLVE

Conceder férias, aos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Administração e Planejamento:

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
DIEGO GREZELLE	02/03/2017 a 01/03/2018	05/04/2021 a 14/04/2021 Demais dias a programar

Este ato tem efeito a partir de 01 de abril de 2021.

Catanduvas, 22 de abril de 2021

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA CI/009/2021

Publicação Nº 3004457

*Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL***

INSTRUÇÃO NORMATIVA C.I. N.º 009/2021

Dispõe sobre a alteração da IN/CI/007/2020 e da outras providências.

A Controladoria Interna do Município de Caxambu do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar Municipal nº 001, de 27 de março de 2019, e,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o art. 5º da Instrução Normativa do Controle Interno n. 007/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O período de fechamento do ponto ocorrerá sempre até o dia 25 do mês de referência, devendo o pagamento dos funcionários ocorrer até o 5º dia útil do mês seguinte.

Art. 2º Fica alterado o §1º do art. 10 da Instrução Normativa do Controle Interno n. 007/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

[...]

§1º Em até um dia após o fechamento do ponto, o setor de Recursos Humanos entregará aos Secretários as folhas-ponto corrigidas conforme os diários de registro de ponto, cabendo aos secretários municipais entregar as folhas-ponto aos servidores e colher as assinaturas destes para posterior devolução ao setor de Recursos Humanos.

[...]

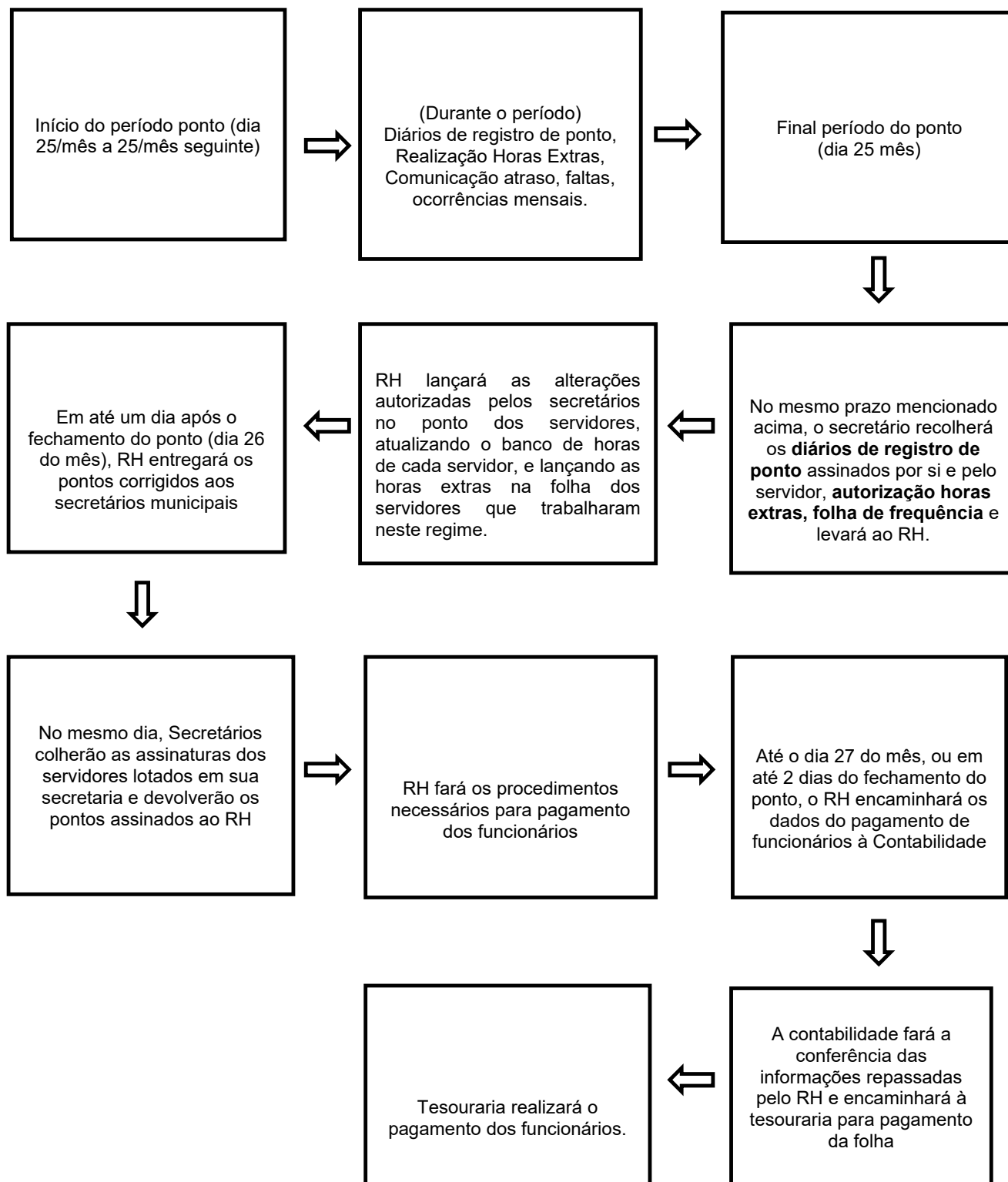
Art. 3º Fica alterado o Anexo V da Instrução Normativa do Controle Interno n. 007/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO V
FLUXOGRAMA PAGAMENTO FUNCIONÁRIOS





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Art. 4º. Esta Instrução normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paula Camila Cattani
Agente de Controle Interno

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 030/2021 - PREGÃO PRESENCIAL 007/2021 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 3003383

5A82E2FF93DF42F5606655220C5F1F31F69306AC

**MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - CNPJ: 83.021.816/0001-29**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação Próprio

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2096 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 31 código Cliente: 2096 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão**
Para Contratação de Serviços
7/2021
Processo Administrativo: 30/2021

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO..

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 7/2021, o(s) participante(s):

7420 - SAFRA DIESEL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL S-500	LITRO		100.000	R\$3,93	R\$393.000,00
2	ÓLEO DIESEL S-10	LITRO		80.000	R\$3,97	R\$317.600,00
Total do Fornecedor:						R\$710.600,00

7480 - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BERTO LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	GASOLINA COMUM	LITRO		35.000	R\$5,35	R\$187.250,00
Total do Fornecedor:						R\$187.250,00
Total Geral:						R\$897.850,00

Caxambu do Sul, 27 de abril de 2021.

GLAUBER BURTET
PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos**PREFEITURA****ALTERAÇÃO DE DATA - PROCESSO 39/2021**

Publicação Nº 3004410

ERRATA EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO nº 39/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2021
Alteração de data de Sessão Pública

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS.

LUIZANGELO GRSSI, Prefeito Municipal no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RETIFICA o Edital do Pregão em epígrafe nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

O recebimento dos envelopes nº 01 – Proposta Comercial e nº 02 – Documentação, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 14 horas do dia 29 de abril de 2021, a serem entregues na Sala de Licitações, situada no endereço acima mencionado.

LEIA-SE:

O recebimento dos envelopes nº 01 – Proposta Comercial e nº 02 – Documentação, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 14 horas do dia 12 de maio de 2021, a serem entregues na Sala de Licitações, situada no endereço acima mencionado.

Celso Ramos 27 de abril de 2021

LUIZANGELO GRASSI
Prefeito Municipal

CONTRATO DE TEMPO 4 - 83/2020

Publicação Nº 3004234

MINUTA DO QUARTO TERMO ADITIVO DE TEMPO DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 83/2020

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS EIRELLI

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente aditivo de tempo tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas para execução de obra de pavimentação em blocos intertravados de concreto com drenagem pluvial, passeios e sinalização viária em trecho da Avenida Dom Daniel Hostin do Município de Celso Ramos – SC.
CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é decorrente do Processo Licitatório nº 30/2020 Tomada de Preço nº 03/2020 e será regido especialmente pelas normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica aditivado em 60 dias o prazo para a conclusão da obra, tendo em vista os atrasos ocorridos na entrega de material decorrentes da pandemia de Covid 19 – até: 28 DE JUNHO DE 2021.

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 27 de abril de 2021.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

.....
Nossa Pavimentação e Obras
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO 40.603

Publicação N° 3004067

DECRETO N° 40.603, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto n° 35.593, de 29 de junho de 2018, que cria a Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil, celebradas no âmbito da Secretaria de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e CONSIDERANDO o Memorando n° 26.994/2021,

DECRETA:

Art. 1º Os incisos "I", "II", "IV", "VI", "VII", "IX", "X", "XI", "XII", "XIII", "XIV", "XV" e "XVI" do artigo 2º do Decreto n° 35.593, de 29 de junho de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

- I - Kadigea Karine Dalapossa - Titular;
- II – Fernanda da Silva Soares - Suplente;
- III –
- IV - Manuella Marocco - Suplente;
- V -
- VI - Adriana Carazzo - Suplente;
- VII – Sergio Antonio Riboli - Titular;
- VIII -
- IX – Fabiani Terezinha Stievem - Titular;
- X – Adriana Luiza Brandelero - Suplente;
- XI – Ana Paula Benk Pasa - Titular;
- XII – Sônia Maria Lohmam - Suplente;
- XIII - Carolina Paula dos Santos - Titular;
- XIV – Karina De Witt - Suplente;
- XV – Gabriela Szatkoski - Titular;
- XVI – Clair André Pagnussat - Suplente."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.604

Publicação N° 3004068

DECRETO N°. 40.604, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre afastamento a servidor público municipal para servir outro Órgão ou Entidade e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar n° 130/01 e, CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica n° 002.2021, e CONSIDERANDO o Memorando n° 21.675/2021,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, no período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, afastamento para servir a outro Órgão ou Entidade o(a) servidor(a) público(a) municipal ROGERIO MANOEL ORO, matrícula 13053, ocupante do cargo de provimento efetivo de Almoxarife, para o Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO-SC.

Parágrafo único. O ônus decorrente do pagamento dos vencimentos do(a) servidor(a) público(a) municipal descrito no caput do presente artigo caberá ao Cessionário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n° 40.510, de 05 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.605

Publicação Nº 3004069

DECRETO Nº. 40.605, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Amplia limite máximo de horas extras para servidores lotados na Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o parágrafo único do artigo 61 da Lei Complementar nº. 130/01 e,
CONSIDERANDO o Memorando 28.044/2021;

DECRETA :

Art. 1º. Fica autorizada a ampliação do limite máximo de horas extras até 60 horas mensais, para até 50 (cinquenta) cargos de Agentes de Trânsito, lotados na Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade, no período de 01 de maio de 2021 à 30 de junho de 2021.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 40.606

Publicação Nº 3004651

DECRETO Nº 40.606, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº 39.522, de 29 de outubro de 2020, que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e CONSIDERANDO o Memorando nº 28.985/2021,

DECRETA:

Art. 1º O item "2" alínea "d" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº 39.522, de 29 de outubro de 2020, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art.1º

II –

d)

1 –

2 - Suplente: ISABELLA COLLET TAMBOSI - Ordem dos Advogados do Brasil/OAB - 5ª Subseção de Chapecó."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

EXTRATOS DOS TERMOS DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 002, 003, 004, 005, 006, 007, 009, 010/2021

Publicação Nº 3003924

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 002/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Governo do Estado de Santa Catarina

OBJETO – O presente convênio tem por finalidade a cedência de servidores Municipais para serem aproveitados na execução de tarefas referentes a atividades e de produtividade do IMETRO/SC.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente Termo tem seu prazo de vigência inicial em 01 de Janeiro de 2021 à 31 de Dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 12 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Carlos Moisés da Silva, Governador do Estado de Santa Catarina, Rudinei Luis Floriano, Presidente IMETRO.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 003/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Governo do Estado de Santa Catarina

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre a FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - FCD, e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidores públicos municipais para desenvolver atividades relativas ao esporte, lazer, educação, assistência social e saúde, no intuito de inseri-las no meio social, objetivando uma melhor qualidade de vida a estas pessoas e seus familiares.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor no dia 01/01/2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 21 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Maribel Fatima Esganzerla Kaminski, responsável da entidade.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 004/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Ministério do Trabalho e Emprego, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina.

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre o MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidores públicos municipais, tendo por finalidade desenvolver atividades que visam auxiliar a Superintendência no atendimento ao público, emissão de carteiras de trabalho aos munícipes.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 22 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Ricardo Soares de Oliveira, Representante Legal da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 005/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Associação Aposentados e Pensionistas de Chapecó – ASAPREV

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre a ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE CHAPECÓ – ASAPREV, e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidores públicos municipais tendo como finalidade auxiliar a Associação no atendimento das demandas de seus associados e dependentes, através da realização de atividades administrativas diversas e atendimento médico, possibilitando a ASAPREV a garantia do pleno atendimento a seu público alvo, que são em sua grande maioria pessoas de idade avançada e de baixo poder aquisitivo.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 12 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Anilton Antônio Ribeiro, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 006/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Casa de Recuperação Nova Vida – Renascer

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre a CASA DE RECUPERAÇÃO NOVA VIDA – RENASCER, e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidores públicos municipais para desenvolver atividades que visam a recuperação e ressocialização de crianças, adolescentes, jovens e adultos vítimas da dependência do álcool e outras drogas, oferecendo aos pacientes a possibilidade de recuperação.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 21 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Amarildo Sperandio de Bairros, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 007/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Associação Voluntários Amigo dos Bichos

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre a ASSOCIAÇÃO VOLUNTARIOS AMIGOS DOS BICHOS, e o MUNICIPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidores públicos municipais para desenvolver atividades que visam a proteção

e bem estar dos animais, no que tange a cuidados com as políticas públicas de proteção animal.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 21 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Antonieta Stoffel, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 009/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Secretaria de Estado da Saúde

OBJETO – O presente convênio tem por finalidade a cedência de servidor(es) Público(s) Municipais, de acordo com a solicitação, para a Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de atividades e trabalhos a serem realizados pelos mais diversos setores da Secretaria de Estado da Saúde.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 21 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, André Motta Ribeiro, Responsável Legal.

EXTRATO DO TERMO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 010/2021

CEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CESSIONÁRIO – Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região

OBJETO – O presente termo de convênio tem por finalidade estabelecer a parceria entre a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO, e o MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, mediante a cessão de servidor público municipal no sentido da melhor, mais célere e eficiente prestação de serviços à comunidade, naqueles setores em que congreguem afinidades de atribuições legalmente estabelecidas para os entes que celebram este instrumento.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA – O presente convênio entra em vigor na data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado por igual período, mediante elaboração de termo aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 25 de Janeiro de 2021 – João Rodrigues, Prefeito Municipal de Chapecó, Marcelo Goss Neves, Procurador Chefe – PRT 12ª Região .

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003881

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 15 de abril de 2021 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a substituição de 01 (um) representante do Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó por 01 (um) representante do Segmento Comercial de Chapecó, através da Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó – CDL.

Art. 2º - Aprovar a exclusão da Alínea e, Inciso I, Artigo 14º, da Lei nº 6.476 de 15 de outubro de 2013.

Art. 3º - Aprovar a inclusão de uma nova Alínea no Inciso II, Artigo 14º, da Lei nº 6.476 de 15 de outubro de 2013, que passará ter a seguinte redação:

j) 01 (um) representante do Segmento Comercial de Chapecó, através da Câmara de Dirigentes e Lojistas de Chapecó – CDL.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 15 de abril de 2021.

RODRIGO BARICHELLO

Presidente do CMCTI

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003891

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

O Conselho Municipal de Ciência Tecnologia e Inovação, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 6.476 de 15 de outubro de 2013, e considerando as deliberações que ocorreram na sessão plenária realizada na data de 15 de abril de 2021 RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a solicitação da Auditoria de Tributos de Chapecó, em relação à retificação da alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) concedido anteriormente para a Empresa Amo Sistemas LTDA, a qual foi calculada com base no indicador de 4%, enquanto deveria ser calculada com base no indicador de 5% (conforme prestação de serviços do item 10.02 da tabela de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN).

Art. 2º - Aprovar a alteração do Artigo 2º, Inciso II, da Resolução nº 004, de 13 de agosto de 2020 que passará ter a seguinte redação:

“Redução de alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN de 5% (cinco por cento) para 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) pelo período de 5 (cinco) anos.”

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data, produzindo efeitos a partir da data de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de sessões, em 15 de abril de 2021.

RODRIGO BARICHELLO
Presidente do CMCTI

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004560

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 20 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre a aprovação de parceria na campanha "Faça Parar a violência sexual contra crianças e adolescentes", com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó - FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó/SC – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6296/2012, CONSIDERANDO o Plano de Ação e Aplicação do FIA 2021, aprovado pela Resolução nº 050 de 15 de dezembro de 2020, assim como da reunião ordinária virtual, realizada no dia 20 de abril de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a parceria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó - CMDCA com o Fórum Municipal pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto- Juvenil e o Gapa para a realização da campanha: "Faça Parar a violência sexual contra crianças e adolescentes".

Art. 2º Para a parceria serão confeccionadas camisetas, adesivos, faixas e máscaras com a arte da campanha, custeadas pelo FIA.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Chapecó, 20 de Abril de 2021.

Ricardo Malacarne
Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 4 CONTRATO 04.2018

Publicação Nº 3003786

TERMO ADITIVO N. 4 AO CONTRATO N. 14/2018

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ E A EMPRESA COMERCIAL IGUAÇU LTDA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, inscrita no CNPJ sob o nº 83.831.719/0001-00, com endereço na Rua Marechal Bormann, 320-E, Centro, cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representada por seu Presidente, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a empresa COMERCIAL IGUAÇU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.292.553/0001-15, com endereço na Rua Fernando Machado, 1432-D, Bairro Centro, cidade de Chapecó/SC, representada pelo Senhor Rui Humberto Minozzo, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Pregão Presencial nº 13/2018, homologado em 13/12/2018, celebram o presente instrumento mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio de preços do valor contratado (item 1), com fundamento na cláusula nona do contrato 14/2018, o qual tem por objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) E SERVIÇOS DE LAVAGEM DE AUTOMÓVEL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 Fica reajustado o valor do litro de gasolina comum, passando de R\$ 4,74 para R\$ 5,23 (cinco reais e vinte e três centavos) por litro, a contar da data de assinatura do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó, 27 de abril de 2021.

Câmara Municipal de Chapecó
João Maria Marques Rosa
Presidente do Legislativo

COMERCIAL IGUAÇU LTDA
Rui Humberto Minozzo
Sócio-Administrador

Procuradoria Jurídica

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2021 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 3004145

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/PMCS/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PMCS/2021 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para o serviço de Limpeza e Higienização de Condicionadores de Ar e Cortinas de Ar nas repartições públicas do município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10/05/2021.

Abertura: Dia 10/05/2021, às 09h.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 27 de abril de 2021.

FERNANDO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 357/21

Publicação Nº 3003116

DECRETO SAF/Nº. 357/21, de 22 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

MONICA BENEDET CANEVER, portadora do CPF nº 084.805.399-09, Cirurgião Dentista, ACT 40 horas, para atuar na ESF, a partir de 23 de abril de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de abril de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 358/21

Publicação Nº 3003119

DECRETO SAF/Nº. 358/21, de 23 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ALEXANDRA POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº 009.673.889-88, Professor ACT 20 horas, para atuar na Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, a partir de 06 de abril de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de abril de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO

Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 359/21

Publicação N° 3003123

DECRETO SAF/Nº. 359/21, de 23 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR a

gratificação de SANDRA MARIA DE SOUZA, Biólogo, portadora do CPF nº. 718.537.829-04, nomeada pelo Decreto SAF/N. 273/08, de 24 de março de 2008, concedida pelo Decreto SAF/N. 301/21, de 23 de março de 2021, de 30%(trinta por cento) para 40%(quarenta por cento) a partir de 01 de abril de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de abril de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 360/21

Publicação N° 3003125

DECRETO SAF/Nº. 360/21, de 23 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER

Gratificação de 20%(vinte por cento) a PATRÍCIA DOS SANTOS DE LUCCA BASCHIROTTI, Assistente Social, nomeada pelo Decreto SAF/N. 83/08, de 06 de fevereiro de 2008, a partir de 01 de abril de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de abril de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 361/21

Publicação N° 3003127

DECRETO SAF/Nº. 361/21, de 23 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

PATRÍCIA MARIA RIBEIRO, Servente de Limpeza, nomeada pelo Decreto SAF/N. 388/13, de 13 de junho de 2013, Licença sem Vencimentos, para tratar de assuntos particulares, pelo período de 15 de abril de 2021 a 31 de janeiro de 2022.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 23 de abril de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

DECRETO Nº 403/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004328

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 403/2021, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Concede licença para tratar de interesses particulares à servidora MARISA MASSOCCO ZAVORSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 123 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARISA MASSOCCO ZAVORSKI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para tratar de interesses particulares, sem remuneração, pelo período de um ano, a partir de 1º de maio de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

JAIME ESTEVÃO BERNARDI

Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 410/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004332

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 410/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

Constitui e designa Comissão de seleção de espetáculos para o "VIII Festival de Teatro Tecendo o Riso" e "Momento do Conto".

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída Comissão de seleção de espetáculos para o "VIII Festival de Teatro Tecendo o Riso" e "Momento do Conto", com a incumbência de avaliar e selecionar as propostas, conforme previsto no Edital de Concurso nº 01/2021 de Artes Cênicas.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida Comissão, os servidores abaixo relacionados:

I – BRUNO DARIVA;

II – LIEGE SORAIA VESARO OTONIO ALVES;

III – LUCAS ROMAN;

IV – RENATA FORTES GAERTNER;

V – RAUL ADOLFO KUSSLER.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 411/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004334

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 411/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

Altera dispositivos do art. 2º do Decreto nº 789/2020, de 31 de agosto de 2020 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.691, de 28 de novembro de 2005 e alteração, no Decreto nº 5.067, de 16 de janeiro de 2006 e alterações e no Decreto nº 5.122, de 17 de julho de 2006 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 789/2020, de 31 de agosto de 2020 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – a alínea “b” do inciso VI passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) suplente: GENUIR CASAGRANDE;” (NR)

II – a alínea “b” inciso X passa a vigorar com a seguinte redação:

“b) suplente: MICHELE GALEAZZI;” (NR)

III – a alínea “a” do inciso XVIII passa a vigorar com a seguinte redação:

“a) titular: BRENDA SILVEIRA LIMA;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 414/2021, DE 19 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004336

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 414/2021, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

Concede gratificação a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alterações, na Lei Complementar nº 788, de

21 de fevereiro de 2020 e alterações, a CI SEMUR 86/2021, emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, e considerando que os servidores exercem atribuições não inerentes às de seu cargo.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores abaixo relacionados, gratificação equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural:

I – CLAUDEMIR JOHANN, ocupante do cargo de Mecânico, desempenhando também atividades de Motorista de Veículos Pesados;

II – CLAUDEMIR RITTA, ocupante do cargo de Mecânico, desempenhando também atividades de Eletricista Automotivo;

III – FABIO LEONOR BACH, ocupante do cargo de Motorista, desempenhando também atividades de Operador de Equipamentos;

IV – ROGERIO JUNG, ocupante do cargo de Servente Braçal, desempenhando também atividades de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de abril de 2021.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JOÃO VALMOR REITEL Secretário Municipal de Infraestrutura Rural
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 421/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004339

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 421/2021, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 326/2020, de 3 de março de 2020 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Concórdia – CMDU.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 109 e seguintes da Lei Complementar nº 185, de 11 de maio de 2001 e alterações.

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 326/2020, de 3 de março de 2020 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Concórdia – CMDU, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

“II – representantes do Poder Legislativo Municipal:

a) efetivo: HELENA FURLANETTO DREYER;

b) suplente: JULIANE WIERZYNSKI;” (NR)

II – o inciso VIII passa a vigorar com a seguinte redação:

“VIII – representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia – CDL:

a) efetivo: FERNANDO GIRARDI;

b) suplente: MARCIO ROSSINI;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

CLAITON CASAGRANDE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 425/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004341

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 425/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia JAQUELINE MENEGETTI no cargo de Fiscal de Obras e Posturas.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JAQUELINE MENEGETTI, no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, Grupo Ocupacional Técnico – GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de maio de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

CLAITON CASAGRANDE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 426/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004343

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 426/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NILVA MARIA ZANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2021, à servidora NILVA MARIA ZANELLA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 15 de abril de 2014 a 14 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 427/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004346

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 427/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor FERNANDO MIGUEL POZZA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de maio e junho de 2021, ao servidor FERNANDO MIGUEL POZZA, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2010 a 7 de fevereiro de 2015;

II – um mês, relativo ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2015 a 7 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	CLAITON CASAGRANDE Secretário Municipal de Gestão Urbana
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 428/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004350

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 428/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021.
Concede gozo de licença-prêmio à servidora SIRLEI STOLL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de maio de 2021, à servidora SIRLEI STOLL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 6.651, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004417

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.651, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Suspende atividades por prazo determinado, como medida de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 6º da Lei nº 3.005, de 23 de setembro de 1997 e alterações, e considerando:

- a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);
- a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);
- a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;
- o Decreto nº 6.483, de 24 de março de 2020, que decreta Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Concórdia, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19);
- Decreto Municipal nº 6.484, de 31 de março de 2020, que dispõe sobre a convalidação automática dos Decretos e regulamentos editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), independentemente de ato administrativo municipal;
- a Lei Municipal nº 5.496, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a aplicação de multa pelo descumprimento das normas sanitárias de saúde de enfrentamento ao COVID-19;
- o Decreto nº 1.218 de 19 de março de 2021 e alterações, do Governo do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre a continuidade de medidas de enfrentamento da COVID-19 e estabelece outras providências;
- que a situação pandêmica requer medidas mais restritivas que as estabelecidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a fim de conter a contaminação e propagação da COVID-19, sem prejuízo das demais em vigor.

DECRETA:

Art. 1º Ficam adotadas, no âmbito do Município de Concórdia, medidas mais restritivas que as estabelecidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a fim de conter a contaminação e propagação da COVID-19, sem prejuízo das demais em vigor.

Art. 2º Os estabelecimentos de comercialização de gêneros alimentícios que se enquadram no conceito de supermercados, fruteiras, mini mercados e afins terão que intensificar as seguintes medidas:

- I – proceder à higienização dos caixas, carrinhos, cestas e utensílios necessários para a utilização das compras, posteriormente ao uso dos consumidores;
- II – assegurar que permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura de usuários para evitar aglomerações e proximidade, com o distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada quando necessário;
- III – havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras, preferencialmente em local arejado, com acesso a álcool em gel 70% e com o espaçamento adequado entre os usuários;
- IV – impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso adequado de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a realização das compras;
- V – assegurar que os usuários utilizem álcool em gel 70% antes de ingressarem no estabelecimento;
- VI – manter, preferencialmente, ventilação natural nos ambientes fechados;
- VII – manter profissionais responsáveis pela fiscalização e o controle das medidas impostas;

VIII – supermercados deverão realizar o monitoramento da temperatura corporal dos usuários, impedindo o acesso daqueles que apresentarem alterações acima de 37,8°C e recomendando que busquem atendimento médico;

IX – proibir o consumo de alimentos e bebidas no seu interior, bem como o autoatendimento de produtos não embalados, prontos para consumo, com exceção de hortifrúteis.

Art. 3º Ficam expressamente suspenso o funcionamento e/ou realização de:

I – atividades esportivas e recreativas com contato físico;

II – eventos e competições esportivas de caráter amador;

III – confraternizações familiares em residências, sítios, campings e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local;

IV – comércio de alimentos e bebidas após às 22h, somente permitido o atendimento por meio de delivery, com portas fechadas.

Art. 4º Todas as praças, parques e demais equipamentos públicos permanecerão fechados, sendo proibida a permanência ou aglomeração de pessoas em qualquer horário.

Art. 5º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em áreas públicas (ruas, praças, passeios, canteiros, estacionamentos, entre outros).

Art. 6º As determinações previstas neste Decreto caracterizam normas destinadas a promoção, preservação e recuperação da saúde pública no combate da pandemia e integram o rol de medidas de enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). A violação às suas determinações, assim como das demais normas jurídicas federais, estaduais e municipais estará sujeita às sanções previstas em Lei, em especial a Lei Municipal nº 5.496, de 2021.

Art. 7º Fica recomendado que viagens intermunicipais só sejam realizadas em casos de real necessidade.

Art. 8º Havendo dúvida na interpretação e/ou aplicação deste Decreto prevalecerá o entendimento que mais restringir a circulação e aglomeração de pessoas, em respeito ao bem da coletividade.

Art. 9º Prevalecem ao disposto neste Decreto outras normas emanadas pelo Estado, quando mais restritivas.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos do dia 26 até o dia 30 de abril de 2021, podendo sofrer alterações com base na avaliação da Comissão Municipal de Enfrentamento ao COVID-19.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	LEIDE MARA BENDER Secretária Municipal de Saúde
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ERRATA Nº 4/2021

Publicação Nº 3004326

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ERRATA Nº 4/2021

Errata e Republicação da Lei nº 5.505, de 12 de abril de 2021.

Tendo em vista erro material decorrente de equívoco involuntário cometido na sanção da Lei Municipal nº 5.505, de 12 de abril de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição 3475, de 19/04/2021, publicação nº 2986801, em desacordo com o projeto originário aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores, segue a publicação da Lei com a devida correção.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 19 dias do mês de abril de 2021.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

LEI Nº 5.505, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal e regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município – FUNDEB, nos termos do art. 212, da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e regulamentado pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º O CACS, com organização e funcionamento independentes, mas em harmonia com o Poder Executivo Municipal de Concórdia, tem por finalidade acompanhar receitas do FUNDEB e outras especificadas nesta Lei e controlar suas aplicações.

Art. 3º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB, serão exercidos pelo CACS.

Art. 4º Compete especificamente ao CACS, sem prejuízo do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 14.113, de 2020:

- I – elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;
- II – supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de assegurar o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;
- III – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA;
- IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do Governo Federal em andamento no Município;
- V – receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- VI – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB;
- VII – atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º O CACS deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo, parecer referente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB.

§ 1º O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo junto ao Tribunal de Contas.

§ 2º A análise da aplicação dos recursos descritos nos incisos III e IV do art. 4º desta Lei deverá respeitar os respectivos prazos definidos em legislação específica ou termos dos convênios celebrados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º O CACS poderá, sempre que julgar conveniente:

- I – apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em site da internet;
- II – convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Dirigente da Educação Pública Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- III – requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:
 - a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
 - b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;
 - c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;
 - d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV – realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:
 - a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do FUNDEB;
 - b) a adequação do serviço de transporte escolar;
 - c) a utilização, em benefício da Rede Municipal de Ensino, de bens adquiridos com recursos do FUNDEB para esse fim.

Art. 7º O CACS será constituído por:

I – membros titulares, na seguinte conformidade:

- a) dois representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação;
- b) um representante dos professores da educação básica pública que atuam na Rede Municipal de Ensino;
- c) um representante dos diretores das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino;
- d) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas da Rede Municipal de Ensino;
- e) dois representantes dos pais ou responsáveis de estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- f) dois representantes dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- g) um representante do Conselho Municipal de Educação – CME;
- h) um representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, indicado por seus pares;

i) dois representantes de organizações da sociedade civil;

II – membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 8º Para fins da representação disposta na alínea "i" do inciso I do art. 7º desta Lei, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I – ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alteração;

II – desenvolver atividades direcionadas ao Município;

III – estar em funcionamento há, no mínimo, um ano da data de publicação do edital de escolha dos representantes;

IV – desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V – não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS ou como contratada pelo Poder Executivo Municipal ou seus órgãos, a título oneroso.

Art. 9º Ficam impedidos de integrar o CACS:

I – o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III – estudantes que não sejam emancipados;

IV – responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 10. Os membros do CACS, observados os impedimentos previstos no art. 9º desta Lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I – pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II – pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III – pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos;

IV – nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo designar, por meio de ato legal específico, os integrantes dos CACS, em conformidade com as indicações referidas no artigo 7º desta Lei.

Art. 12. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado, conforme art. 34, § 6º da Lei Federal nº 14.113, de 2020.

Art. 13. A atuação dos membros do CACS:

I – não será remunerada;

II – será considerada atividade de relevante interesse social;

III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V – veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI – veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 14. O mandato dos conselheiros no CACS terá duração de quatro anos, sendo vedada a recondução.

§ 1º Excepcionalmente, o primeiro mandato dos Conselheiros do CACS, nomeados nos termos desta Lei terá início em até 31 de dezembro de 2022.

§ 2º Caberá aos atuais membros do CACS exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta Lei.

Art. 15. As reuniões do CACS serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, ou em caráter extraordinário por convocação do Presidente e nos termos definidos no Regimento Interno.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 16. Deverá o Poder Executivo Municipal manter permanentemente, em site na internet, informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS, contendo ainda as seguintes informações:

- I – dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II – do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III – das atas de reuniões;
- IV – dos relatórios e pareceres;
- V – outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Municipal, com vistas à execução plena das competências do CACS, assegurar:

- I – infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;
- II – profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 18. O regimento interno do CACS deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nºs.:

- I – 3.809, de 9 de março de 2007;
- II – 5001, de 24 de outubro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO 11º TA CONTRATO Nº 126/2020 - PMC

Publicação Nº 3003096

Contrato Nº : 126/2020

Aditivo Nº : 11TA CT126/2020/2021

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2020

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) para execução de obra de capeamento asfáltico com CBUQ das ruas Caiapós, Tupinambás, Tabajaras e Asurinís, pertencentes ao Bairro Itaíba, das ruas Araucanos, Tapajós e Tucanos, pertencentes ao Bairro Catarina Fontana, e execução de recapeamento asfáltico em parte da rua Santa Catarina, pertencente ao Bairro Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 09/07/2020 Término: 04/06/2021

Assinatura : 26/04/2021
Valor Acrescido R\$: 15.510,26 (quinze Mil, Quinhentos e Dez Reais e Vinte e Seis Centavos)
Valor Suprimido R\$: (26.496,00) (Vinte e Seis Mil e Quatrocentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação : 344 - 34.001.1009.3449051980000000000.01000001

Dotação : 442 - 34.001.1009.3449051980000000000.03000001

Fiscal Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Técnico: REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 5/2021 PMC

Publicação Nº 3004385

14DE3B95768A43175537E609D7212F934A6729C3

Processo Licitatório nº: 45/2021

Tomada de Preços: 5/2021 – PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários, para execução de recapeamento asfáltico, em parte da rua Hans Dieter Schmidt, bairro Cinquentenário, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital..

Vencedor: SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Valor Final: R\$116.365,61 (cento e dezesseis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e um centavos)

Registrada no TCE sob chave: 14DE3B95768A43175537E609D7212F934A6729C3

Após a análise da proposta e efetuado o julgamento e a classificação final da mesma, e diante da ausência dos encaminhamentos de recursos da fase de classificação, sendo submetido à apreciação da Autoridade Competente a qual homologou, em 27/04/2021 o referido procedimento licitatório.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2021 - PMC

Publicação Nº 3004386

Contrato Nº : 40/2021

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços Obras e Serviços de Engenharia 5/2021

Objeto : A contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários, para execução de recapeamento asfáltico, em parte da rua Hans Dieter Schmidt, bairro Cinquentenário, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 28/04/2021 Término: 27/07/2021

Assinatura : 27/04/2021

Valor R\$: 116.365,61 (Cento e Dezesseis Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Um Centavos)

Dotação : 344 - 34.001.1009.3449051980000000000.01000001

Registrado no TCE sob chave: 14DE3B95768A43175537E609D7212F934A6729C3

Fiscal Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 2/2021

Publicação Nº 3004322

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 2/2021

ESPÉCIE: Termo de Cessão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor MILTON PERUZZIN.

OBJETO: Cessão de uso gratuito de um veículo novo, marca Renault, modelo Master Extra Furgão L3H2, 16V, ano de fabricação/modelo 2017/2018, chassi nº 93YMAF4XEJ871760, código patrimonial nº 65093, para ser utilizado como ambulância.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2024, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 19 de abril de 2021.

LEI Nº 5.505, DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004368

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.505, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal e regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social – CACS, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município – FUNDEB, nos termos do art. 212, da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e regulamentado pela Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º O CACS, com organização e funcionamento independentes, mas em harmonia com o Poder Executivo Municipal de Concórdia, tem por finalidade acompanhar receitas do FUNDEB e outras especificadas nesta Lei e controlar suas aplicações.

Art. 3º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do FUNDEB, serão exercidos pelo CACS.

Art. 4º Compete especificamente ao CACS, sem prejuízo do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 14.113, de 2020:

I – elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II – supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de assegurar o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA;

IV – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do Governo Federal em andamento no Município;

V – receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

VI – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB;

VII – atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º O CACS deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo, parecer referente à prestação de contas dos recursos do FUNDEB.

§ 1º O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo junto ao Tribunal de Contas.

§ 2º A análise da aplicação dos recursos descritos nos incisos III e IV do art. 4º desta Lei deverá respeitar os respectivos prazos definidos em legislação específica ou termos dos convênios celebrados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º O CACS poderá, sempre que julgar conveniente:

I – apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em site da internet;

II – convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Dirigente da Educação Pública Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III – requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;

c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV – realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do FUNDEB;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização, em benefício da Rede Municipal de Ensino, de bens adquiridos com recursos do FUNDEB para esse fim.

Art. 7º O CACS será constituído por:

I – membros titulares, na seguinte conformidade:

a) dois representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação;

b) um representante dos professores da educação básica pública que atuam na Rede Municipal de Ensino;

c) um representante dos diretores das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino;

d) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas da Rede Municipal de Ensino;

e) dois representantes dos pais ou responsáveis de estudantes da Rede Municipal de Ensino;

f) dois representantes dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;

g) um representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

h) um representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, indicado por seus pares;

i) dois representantes de organizações da sociedade civil;

II – membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 8º Para fins da representação disposta na alínea “i” do inciso I do art. 7º desta Lei, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I – ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alteração;

II – desenvolver atividades direcionadas ao Município;

III – estar em funcionamento há, no mínimo, um ano da data de publicação do edital de escolha dos representantes;

IV – desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V – não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS ou como contratada pelo Poder Executivo Municipal ou seus órgãos, a título oneroso.

Art. 9º Ficam impedidos de integrar o CACS:

I – o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II – o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III – estudantes que não sejam emancipados;

IV – responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;
- b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 10. Os membros do CACS, observados os impedimentos previstos no art. 9º desta Lei, serão indicados na seguinte conformidade:

- I – pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;
- II – pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;
- III – pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos;
- IV – nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo designar, por meio de ato legal específico, os integrantes dos CACS, em conformidade com as indicações referidas no artigo 7º desta Lei.

Art. 12. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado, conforme art. 34, § 6º da Lei Federal nº 14.113, de 2020.

Art. 13. A atuação dos membros do CACS:

- I – não será remunerada;
- II – será considerada atividade de relevante interesse social;
- III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
- IV – será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;
- V – veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
 - a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
 - b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;
- VI – veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 14. O mandato dos conselheiros no CACS terá duração de quatro anos, sendo vedada a recondução.

§ 1º Excepcionalmente, o primeiro mandato dos Conselheiros do CACS, nomeados nos termos desta Lei terá início em até 31 de dezembro de 2022.

§ 2º Caberá aos atuais membros do CACS exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta Lei.

Art. 15. As reuniões do CACS serão realizadas, ordinariamente, a cada trimestre, ou em caráter extraordinário por convocação do Presidente e nos termos definidos no Regimento Interno.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 16. Deverá o Poder Executivo Municipal manter permanentemente, em site na internet, informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS, contendo ainda as seguintes informações:

- I – dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II – do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III – das atas de reuniões;
- IV – dos relatórios e pareceres;
- V – outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Municipal, com vistas à execução plena das competências do CACS, assegurar:

- I – infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;
- II – profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 18. O regimento interno do CACS deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as Leis nºs.:

- I – 3.809, de 9 de março de 2007;
- II – 5001, de 24 de outubro de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LEI Nº 5.508, DE 16 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004374

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 5.508, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Autoriza instituir a Política de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município de Concórdia autorizado a instituir a Política de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar.

Art. 2º A Política a que se refere esta Lei tem como objetivo principal fomentar a aplicação das seguintes diretrizes de combate à violência contra a mulher:

- I – estimular a reflexão e a conscientização sobre o papel masculino e distorções que possam levar a potencial agressividade dos autores de violência contra a mulher;
- II – fomentar a prevenção, combate e redução dos casos de reincidência de violência doméstica contra as mulheres;
- III – estimular a conscientização e responsabilização dos autores de violência, tendo como parâmetro a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 e a Lei 13.984, de 03 de abril de 2020;
- IV – fomentar a transformação e rompimento com a cultura de violência contra as mulheres, em todas as suas formas e intensidades de manifestação;
- V – fomentar a desconstrução da cultura do machismo;
- VI – fomentar o combate à violência contra as mulheres, com ênfase na violência doméstica;
- VII – estimular a criação de parcerias com órgãos que já desenvolvam ações de enfrentamento a violência contra a mulher, como Ministério Público, Poder Judiciário, Polícias Civil e Militar;

VIII – estimular parcerias com Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão, Polícias Civil e Militar e entidades da sociedade civil.

Art. 3º A Política a que se refere esta Lei terá como objetivos específicos:

- I – elaborar ações preventivas que possibilitem a reflexão sobre a violência contra a mulher;
- II – estimular, apoiar e desenvolver estudos e diagnósticos sobre a situação da violência contra a mulher;
- III – estabelecer programas de formação e treinamento dos servidores públicos municipais, visando capacitar profissionais para atender as especificidades do problema da mulher em situação de violência;

IV – gerenciar os elementos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, oferecendo apoio psicológico, jurídico e social a mulheres vítimas de violência e seus filhos, inclusive com abrigo em local sigiloso e seguro, garantida a alimentação aos mesmos;

V – promover a acolhida, acompanhamento e reflexão dos autores de violência contra a mulher;

VI – possibilitar a ressignificação sobre o papel masculino e distorções que possam referendar e perpetuar a cultura de violência contra as mulheres;

VII – promover um ambiente reflexivo que favoreça a construção de alternativas à violência para a resolução de problemas e conflitos familiares;

VIII – evitar a reincidência em atos e contribuir para a diminuição dos crimes que caracterizam violência contra a mulher;

IX – promover a ressignificação de valores intrínsecos na sociedade no que diz respeito à sobreposição, dominação e poder do homem sobre a mulher;

X – promover a cultura da construção de relacionamentos saudáveis entre os homens autores de violência e seus familiares e comunidade, de modo a melhorar os relacionamentos familiares e profissionais.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	JAIME ESTEVÃO BERNARDI Secretário Municipal de Assistência Social
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de abril de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 199/2021

Publicação Nº 3003707

DECRETO Nº 199/2021, DE 23 DE ABRIL DE 2021

“DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e Lei 468/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, por término de contrato, a partir de 22/04/2021, o Contrato Administrativo para Admissão Temporária por Excepcional Interesse Público nº 004/2021, com a Sra. ELEANDRA MARTELI BIANCHI, matrícula nº1358304, ocupante do cargo de Professor de Educação Especial, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, 23 de abril de 2021.

Registrado e publicado em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 54/2021 PE. 17/2021

Publicação Nº 3004202

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº17/2021

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO: 54/2021.

SOLICITANTE: Secretária de Agricultura Industria e Comércio.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRICOLA DE PNEUS, ANO 2021, PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$389.900,00(Trezentos e oitenta e nove mil, novecentos reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declara vencedora a empresa: PIPPI MAQUINAS AGRICOLAS SANTA CATARINA no valor total R\$389.900,00 adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir.

Cordilheira Alta, SC, em 27 de Abril de 2021.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO
Pregoeira

PORTARIA Nº 262/2021

Publicação Nº 3003206

PORTARIA Nº 262/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ANA PAULA DAL SANTO, matrícula nº 631306, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 26/04/2021.

Cordilheira Alta/SC, 27 de abril de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2021

Publicação Nº 3003432

PORTARIA Nº 263/2021

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 71 da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora municipal Sra. Adrieze Jamile da Rosa, matrícula nº 634302, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 26/04/2021.

Cordilheira Alta/SC, 27 de abril de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 264/2021

Publicação Nº 3004405

PORTARIA Nº 264/2021

“DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE PORTARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º da Portaria n. 231/2021, de 09 de Abril de 2021, das férias da Servidora Mirian Lais Guollo, conforme termos abaixo:

Onde se lê: que serão gozadas a partir do dia 12/05/2021.

Leia-se: que serão gozadas a partir do dia 03/05/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

PORTARIA Nº 265/2021

Publicação Nº 3003738

PORTARIA Nº 265/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal DIRCEU CESAR GUOLO, matrícula nº 27702, ocupante do cargo de Motorista, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 15/04/2019 a 14/04/2020, que serão gozadas a partir do dia 03/05/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga na competência de abril de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 27 de abril de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

DISPENSA 10/2020

Publicação N° 3003767

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação N° 10/2021
CONTRATADA: DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL-SMP, COM FORNECIMENTO DE 20 ACESSOS(LINHAS) (20 SIM CARD) DEVIDAMENTE HABILITADOS, TIPO CORPORATIVO, PÓS PAGO.

CONTRATADA: DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Vigência: 31/12/2021

FUNDAMENTO LEGAL: É dispensável a licitação (Lei 8.666/93)

Artigo 24- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Coronel Freitas (SC) 27/04/2021

DELIR CASSARO

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO 120/2021

Publicação Nº 3003055

DECRETO Nº 120 DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, AFETADAS POR ESTIAGEM – COBRADE: ESTIAGEM – 1.4.1.1.0 CONFORME IN/MI 02/2016.

O Prefeito do Município de Coronel Martins, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 94, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, CONSIDERANDO QUE:

- Devido a Estiagem prolongada, provocada pelas baixas precipitações pluviométricas, associada às elevadas temperaturas, pelo período não inferior a 30 (trinta) dias a contar da data deste decreto, ocorrida em todo o território do Município de Coronel Martins;
- Em decorrência dos fatos relatados ocorreram os seguintes danos: Comprometimento das áreas de pastagens nas propriedades; Comprometimento das áreas de lavoura; Diminuição considerável na vazão do poço de água que abastece a Área Urbana do Município; e falta de Água para Dessedentação Animal nas propriedades do interior; provocando o comprometimento de resposta econômica e administrativa do Poder Público Municipal.
- O parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC relatando a ocorrência deste desastre é favorável à decretação de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem – 1.4.1.1.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 26 de Abril de 2021.

MOACIR BRESOLIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

SOELI MOREIRA
Secretária de Administração
Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº.064/2021

Publicação Nº 3003497

PORTARIA Nº.064 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, 2ª Edição Consolidada em 12/12/2005, em conformidade com o Art. 93, da Lei Complementar Nº 040 de 29/04/2014 – Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Martins:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

Considerando a declaração de concordância entre as partes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 20 (Vinte) dias, no período de 26 de Abril de 2021 à 15 de Maio de 2021.

NOME	CARGO	REFERENCIA
André Luiz Zevieski	Operador de Maquinas	09/07/2019 á 08/07/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 23 de Abril de 2021.

MOACIR BRESOLIN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

SOELI MOREIRA
Secretária de Administração
Planejamento e Finanças

TERMO DE CREDENCIAMENTO FUNSAU 001/2021

Publicação Nº 3003187

TERMO DE CREDENCIAMENTO FUNSAU Nº. 001/2021, REFERENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO FUNSAU 001/2021.

TERMO DE CREDENCIAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, SC, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA LETICIA BAZZI - ME.

O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, CNPJ nº. 95.993.093/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOACIR BRESOLIN, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado CREDENCIANTE, e a Empresa LETICIA BAZZI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº36.274.846/0001-67, estabelecida na Linha bom retiro, interior no município de Galvão/SC, CEP 89838-000, neste ato representada pela Sra. LETICIA BAZZI, portadora da Carteira de Identidade nº 5.826.578 e CPF nº 098.029.279-45, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações, e o Edital de Credenciamento nº 001/2021 e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1. É objeto do presente instrumento o CREDENCIAMENTO da empresa LETICIA BAZZI – ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE PACIENTES ACAMADOS E COM MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC.

1.1. Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, são os seguintes:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR SEÇÃO R\$
1	CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE PACIENTES ACAMADOS E COM MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC.	30,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. Os serviços serão prestados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

1.1.1. A CREDENCIADA deverá realizar os procedimentos na residência dos pacientes, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados da solicitação feita pela Secretaria de Saúde;

1.1.2. Os serviços serão executados aos pacientes que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante formulário de requisição contendo autorização expressa;

1.1.3. O agendamento de exame só poderá ser feito pela Secretaria Municipal de Saúde de coronel Martins;

1.2. A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores fixados para os serviços prestados.

1.3. A CREDENCIADA deve utilizar meio de transporte próprio para a realização dos serviços.

2. DAS RESPONSABILIDADES

2.1. Responsabilidades da Credenciada:

2.1.1. Fornecer os serviços obedecendo rigorosamente às especificações do Edital e seus anexos, bem como da proposta apresentada, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

2.1.2. Manter sempre atualizado e assegurar ao paciente acesso ao seu prontuário;

- 2.1.3. Garantir a confiabilidade dos dados e informações do paciente;
- 2.1.4. Esclarecer aos pacientes sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 2.1.5. Justificar a Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos neste credenciamento;
- 2.1.6. Facilitar à Secretaria Municipal de Saúde o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei 8.080/90;
- 2.1.7. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.
- 2.1.8. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, responsabilidade por indenizações devidas a terceiros, seguro de pessoas e bens, enquanto persistir responsabilidades perante o Termo de Credenciamento;
- 2.1.9. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;
- 2.1.10. Utilizar somente mão-de-obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;
- 2.1.11. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços;
- 2.1.12. Informar à Secretaria Municipal de Saúde o quantitativo mensal de procedimentos realizados, quando solicitado;
- 2.1.13. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento. O Município se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar a atualização dos documentos relativos à habilitação/qualificação para o credenciamento;
- 2.1.14. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.
- 2.2. Do Contratante:
 - 2.2.1. Efetuar o pagamento à credenciada, de acordo com a cláusula quarta deste Termo.
 - 2.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
 - 2.2.3. Observar para que durante a execução do objeto sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 2.2.4. Emitir autorização individualizada para a realização das consultas e/ou procedimentos.

CLÁUSULA QUARTA

- 3.1. A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores discriminados no subitem 1.2 deste instrumento;
- 3.2. O Município efetuará os pagamentos através de DOC Eletrônico direto na conta da CREDENCIADA, ou em cheque administrativo nominal à mesma, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante protocolização, até o dia 25 de cada mês, de relatório comprobatório da execução dos serviços, das autorizações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde e da Nota Fiscal/Fatura, atestados por servidor municipal designado.,0
- 3.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS/SC e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho global e do Edital de Credenciamento.
 - 3.3.1. Anexo à Nota Fiscal, em papel timbrado, deverá ser informado o endereço completo da empresa, telefone, nome e nº do banco, nome e nº da agência e o nº da conta corrente, para fins de DOC Eletrônico.
 - 3.3.2. As faturas que não estiverem corretamente formuladas serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência à CREDENCIADA e o tempo de tramitação será desconsiderado.
- 3.4. Constituem ônus exclusivo da CREDENCIADA, quaisquer alegações de direito, seja do Órgão Fiscalizador, seja de terceiros, por quaisquer incorreções na fatura.

5. CLÁUSULA QUINTA

- 5.1. Caso ocorra prorrogação do Termo de Credenciamento os preços poderão ser reajustados pela variação do INPC, depois de decorrido 01 (um) ano da data limite de apresentação das propostas, sempre com periodicidade anual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001.
- 5.2. Os valores poderão ser revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CREDENCIADA.

CLÁUSULA SEXTA

- 5.1. O presente instrumento terá a vigência até 31 de dezembro de 2021, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.
- 5.2. Ocorrendo a prorrogação prevista no subitem anterior, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

CLÁUSULA SÉTIMA

- 6.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento o Município poderá, garantida prévia defesa, além da rescisão, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções previstas no art. 87 da lei 8.666/93:
 - a. Advertência;
 - b. Multa na forma prevista no subitem 7.2;
 - c. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a dois anos;
 - d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor total contratado, quando a CREDENCIADA:
 - a. Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;
 - b. Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

- c. Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
 - d. Desatender as determinações da Secretaria Municipal de Saúde;
 - e. Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
 - f. Não iniciar, sem justa causa, a execução do Termo de Credenciamento no prazo fixado;
 - g. Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;
 - h. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má fé, venha causar danos ao Município e/ou a terceiros, independente da obrigação em reparar os danos causados.
- 6.2.1. As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.
- 6.2.2. As multas aplicadas na execução do Termo de Credenciamento serão descontadas dos pagamentos devidos à CREDENCIADA, a critério exclusivo do Município, e quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA

- 7.1. O não cumprimento das cláusulas deste Termo, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.
- 7.1.1. Aplica-se, também, quanto à rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA NONA

- 8.1. São partes integrantes deste Termo, como se nele estivessem transcritos, a proposta da CREDENCIADA no que couber, o Edital de Credenciamento nº 001/2021 e seus anexos, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

- 10.1 O empenhamento das despesas decorrentes da contratação será por conta da dotação orçamentária do ano de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

- 10.1. A CREDENCIADA poderá solicitar o seu descredenciamento, desde que comunique oficialmente com antecedência mínima de 10 (dez) dias;
- 10.2. É vedado à CREDENCIADA delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste Termo;
- 10.3. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CREDENCIANTE, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

- 11.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste o Foro de São Domingos, com renúncia expressa a qualquer outro. Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente Termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

Coronel Martins, SC, 27 de abril de 2021.

MOACIR BRESOLIN
Prefeito Municipal

LETICIA BAZZI- ME
Credenciada

RENATO ASSIS CALLIÁRI
Secretário Mun. De Saúde

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO FUNSAU 003/2021

Publicação Nº 3003172

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CORONEL MARTINS CNPJ: 11.364.954/0001-08 Telefone: (49) 3453-0011 Endereço: Rua Getulio Vargas, 221 - Centro CEP: 89837-000 - Coronel Martins	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2021
	Processo Adm.: 3/2021 Data do Processo: 08/04/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 3/2021
b) **Nr. Licitação:** 1/2021 - OU
c) **Modalidade:** Outras Modalidades
d) **Data de Homologação:** 27/04/2021
e) **Objeto da Licitação:** *CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE PACIENTES ACAMADOS E COM MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC.*

Participante: LETICIA BAZZI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE PACIENTES ACAMADOS E COM MOBILIDADE REDUZIDA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC.	1.000,0	UN	30,00	30.000,00
Total do Participante:					30.000,00
Total Geral:					30.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	15.001.10.301.1001.2034.3.1.71.00.00	R\$ 30.000,00

Coronel Martins, 27/04/2021

Assinatura do Responsável

Correia Pinto**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - JULGAMENTO DA PROPOSTA - PROCESSO Nº 10.2021 PMCP**

Publicação Nº 3003058

AVISO

JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021

JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS – PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Correia Pinto, através do seu Presidente, tendo em vista a continuidade da licitação supramencionada, torna público para conhecimento dos interessados nova data para o julgamento da proposta que ocorrerá no dia 07/05/2021 às 09h00min, cujo objeto é a contratação de TRANSPORTE DIÁRIO DE ÔNIBUS, PARA FUNCIONÁRIOS DO QUADRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO – LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, TOTAL DE QUILOMETRAGEM 15 KM POR PERCURSO, SENDO 04 PERCURSOS DIÁRIOS, EM 22 DIAS DO MÊS, TOTALIZANDO 1.320KM POR MÊS, com valor global de R\$79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Demais legislação pertinente à matéria poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correia-pinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 27 de abril de 2021.

Edilson Germiniani dos Santos
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 0179/2021 E 0182/2021 PMCP - PROCESSO LICITATÓRIO - 02/2021 PMCP - CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 3003607

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2021 PMCP
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens da proposta de venda apresentada, todos de acordo com a chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, processo nº 02/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Partes: Município de Correia Pinto e JANDIRA RIBEIRO PEREIRA DE SOUZA, CPF nº 048.355.259-30.
Instrumento: Contrato nº 0182/2021 PMCP
Vigência: Da assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou 31/12/2021.

Partes: Município de Correia Pinto e RAUL RIBEIRO BITENCOURT, CPF nº 384.662.529-91.
Instrumento: Contrato nº 0179/2021 PMCP
Vigência: Da assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou 31/12/2021.

EDILSON GERMINIANI DOS SANTOS
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.233, DE 28 DE ABRIL DE 2021. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 3004850

DECRETO Nº 2.233, de 28 de abril de 2021.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.462, de 28 de abril de 2021:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 33.712,00 (trinta e três mil e setecentos e doze reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	
0004.0122.0009.2039	CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	33.712,00
0100000000	Recursos Ordinários	
33	Referência Dotação	
	TOTAL	33.712,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
001	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
0020.0606.0063.2005	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	
33390000000000000000	Aplicações diretas	33.712,00
0100000000	Recursos Ordinários	
268	Referência Dotação	
	TOTAL	33.712,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Corupá, 28 de Abril de 2021.

	LUIZ CARLOS TAMANINI PREFEITO MUNICIPAL
--	--

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI Nº 2.462, DE 28 DE ABRIL DE 2021. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 3004864

LEI Nº 2.462, de 28 de abril de 2021.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 33.712,00 (trinta e três mil e setecentos e doze reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	Classificação	Valor R\$
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
002	DIVISÃO DE FINANÇAS	

0004.0122.0009.2039	CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL	
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	33.712,00
0100000000	Recursos Ordinários	
33	Referência Dotação	
	TOTAL	33.712,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Município a saber:

Código	Classificação	Valor R\$
17	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
001	DIVISÃO DE AGRICULTURA	
0020.0606.0063.2005	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE AGRICULTURA	
33390000000000000000	Aplicações diretas	33.712,00
0100000000	Recursos Ordinários	
268	Referência Dotação	
	TOTAL	33.712,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Corupá, 28 de Abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 6.037/2021 EXONERA A PEDIDO A SRA. JAQUELINE XAVIER DA COSTA LUY DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR

Publicação Nº 3003099

PORTARIA Nº 6.037/2021

EXONERA A PEDIDO A SRA. JAQUELINE XAVIER DA COSTA LUY DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. JAQUELINE XAVIER DA COSTA LUY, do cargo de Auxiliar de Setor, admitida através do Concurso Público 001/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.038/2021 EXONERA A PEDIDO A SRA. JUANA DA CRUZ SIGNORELI MARQUARDT DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR

Publicação Nº 3003101

PORTARIA Nº 6.038/2021

EXONERA A PEDIDO A SRA. JUANA DA CRUZ SIGNORELI MARQUARDT DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. JUANA DA CRUZ SIGNORELI MARQUARDT, do cargo de Auxiliar de Setor, admitida através do

Concurso Público 001/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.039/2021 EXONERA A PEDIDO A SRA. LANE ANNEGRET KROBOT WEIDNER DO CARGO DE PROFESSOR III - GEOGRAFIA

Publicação Nº 3003102

PORTARIA Nº 6.039/2021

EXONERA A PEDIDO A SRA. LANE ANNEGRET KROBOT WEIDNER DO CARGO DE PROFESSOR III - GEOGRAFIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. LANE ANNEGRET KROBOT WEIDNER, do cargo de Professor III - Geografia, admitida através do Concurso Público 001/2003.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.040/2021 EXONERA A PEDIDO A SRA. LUANA DANTAS IZIDRO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 3003104

PORTARIA Nº 6.040/2021

EXONERA A PEDIDO A SRA. LUANA DANTAS IZIDRO DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a Sra. LUANA DANTAS IZIDRO, do cargo de Auxiliar Administrativo, admitida através do Concurso Público 001/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01 de fevereiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.041/2021 EXONERA POR MOTIVO DE FALECIMENTO, A SRA. MARIA ENGEL DOS SANTOS DO CARGO DE MERENDEIRA

Publicação Nº 3003105

PORTARIA Nº 6.041/2021

EXONERA POR MOTIVO DE FALECIMENTO, A SRA. MARIA ENGEL DOS SANTOS DO CARGO DE MERENDEIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada por motivo de falecimento, a Sra. MARIA ENGEL DOS SANTOS, do cargo de Merendeira, admitida através do Concurso Público 001/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.042/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. ANDREIA MARIA CORREA

Publicação Nº 3003106

PORTARIA Nº 6.042/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. ANDREIA MARIA CORREA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ANDREIA MARIA CORREA, a partir de 24 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 24 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.043/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT-PORTUGUÊS – A SRA. BRUNA THEODORO TRIES DE PAULA

Publicação Nº 3003109

PORTARIA Nº 6.043/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT-PORTUGUÊS – A SRA. BRUNA THEODORO TRIES DE PAULA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. BRUNA THEODORO TRIES DE PAULA, a partir de 12 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT-Português, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.044/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT- PORTUGUÊS, A SRA. CASSANDRA KRUEGER DA MOTA HEERDT

Publicação Nº 3003111

PORTARIA Nº 6.044/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT- PORTUGUÊS, A SRA. CASSANDRA KRUEGER DA MOTA HEERDT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. CASSANDRA KRUEGER DA MOTA HEERDT- PROFESSORA ACT- PORTUGUÊS, a partir de 08 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act- Português, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.045/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR A SRA. DANIELE WACKERHAGE

Publicação Nº 3003114

PORTARIA Nº 6.045/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR A SRA. DANIELE WACKERHAGE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. DANIELE WACKERHAGE, a partir de 15 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.046/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, O SR. EMERSON ARCO PIETRO

Publicação Nº 3003117

PORTARIA Nº 6.046/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, O SR. EMERSON ARCO PIETRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SR. EMERSON ARCO PIETRO, a partir de 05 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto

perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.047/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT- INGLÊS, A SRA. FERNANDA STIZZ

Publicação Nº 3003121

PORTARIA Nº 6.047/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT- INGLÊS, A SRA. FERNANDA STIZZ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. FERNANDA STIZZ, a partir de 18 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora Act-Inglês, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.048/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT- PORTUGUÊS, O SR. GABRIEL ALVES DE SIQUEIRA

Publicação Nº 3003126

PORTARIA Nº 6.048/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT- PORTUGUÊS, O SR. GABRIEL ALVES DE SIQUEIRA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. GABRIEL ALVES DE SIQUEIRA, a partir de 22 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor Act-Português, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.049/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, O SR. JEAN MARCELL ANGEIO

Publicação Nº 3003142

PORTARIA Nº 6.049/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, O SR. JEAN MARCELL ANGEIO

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SR. JEAN MARCELL ANGEIO, a partir de 16 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.050/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. JULIA CAROLINE HECK

Publicação Nº 3003144

PORTARIA Nº 6.050/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SETOR, A SRA. JULIA CAROLINE HECK

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. JULIA CAROLINE HECK, a partir de 15 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.051/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT - SR. LEONARDO CANDIDO DE SOUZA OLIVEIRA

Publicação Nº 3003147

PORTARIA Nº 6.051/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT - SR. LEONARDO CANDIDO DE SOUZA OLIVEIRA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SR. LEONARDO CANDIDO DE SOUZA OLIVEIRA, a partir de 10 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor Act-Português, com carga horária de 30 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.054/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A SRA. MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS

Publicação Nº 3003156

PORTARIA Nº 6.054/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A SRA. MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS, a partir de 11 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.055/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT – PORTUGUÊS - A SRA. MARIA MIZIA DA SILVA

Publicação Nº 3003158

PORTARIA Nº 6.055/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT – PORTUGUÊS - A SRA. MARIA MIZIA DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. MARIA MIZIA DA SILVA, a partir de 08 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT- Português, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.056/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A SRA. MARILEI DE OLIVEIRA GRACIO

Publicação Nº 3003161

PORTARIA Nº 6.056/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – A SRA. MARILEI DE OLIVEIRA GRACIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. MARILEI DE OLIVEIRA GRACIO, a partir de 22 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.057/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT – MATEMÁTICA - A SRA. RAQUEL DE JESUS BASSO

Publicação Nº 3003165

PORTARIA Nº 6.057/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT – MATEMÁTICA - A SRA. RAQUEL DE JESUS BASSO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. RAQUEL DE JESUS BASSO, a partir de 23 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT- Matemática, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 23 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.058/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – EDUCAÇÃO FÍSICA - O SR. RODRIGO MEDEIROS

Publicação Nº 3003168

PORTARIA Nº 6.058/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – EDUCAÇÃO FÍSICA - O SR. RODRIGO MEDEIROS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SR. RODRIGO MEDEIROS, a partir de 08 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT- Educação Física, com carga horária de 30 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.059/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – GEOGRAFIA - A SRA. ROSELI PESSINI

Publicação Nº 3003173

PORTARIA Nº 6.059/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – GEOGRAFIA - A SRA. ROSELI PESSINI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. ROSELI PESSINI, a partir de 12 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT- Geografia, com carga horária de 20 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.060/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, O SR. SEBASTIÃO LOURIVAL MARTINS

Publicação Nº 3003176

PORTARIA Nº 6.060/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, O SR. SEBASTIÃO LOURIVAL MARTINS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação do SEBASTIÃO LOURIVAL MARTINS, a partir de 15 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.061/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – EDUCAÇÃO INFANTIL - A SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTAD

Publicação Nº 3003182

PORTARIA Nº 6.061/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – EDUCAÇÃO INFANTIL - A SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTAD.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. SILVIA FABIANE DETZ MITTELSTAD, a partir de 12 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT- Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6.062/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – SÉRIES INICIAIS, A SRA. TISSIANE JUNGTON PEGGAU

Publicação Nº 3003186

PORTARIA Nº 6.062/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSOR ACT – SÉRIES INICIAIS, A SRA. TISSIANE JUNGTON PEGGAU.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. TISSIANE JUNGTON PEGGAU, a partir de 12 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT- Séries Iniciais, com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6052/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT-INGLÊS, A SRA. MARCELE KIRSCHBAUER

Publicação Nº 3003150

PORTARIA Nº 6052/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO PROFESSORA ACT-INGLÊS-SRA. MARCELE KIRSCHBAUER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. MARCELE KIRSCHBAUER, a partir de 08 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professora ACT-Inglês com carga horária de 40 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 6053/2021 AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. MARCIA DAMASIO

Publicação Nº 3003154

PORTARIA Nº 6053/2021

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO, COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, A SRA. MARCIA DAMASIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a contratação da SRA. MARCIA DAMASIO, a partir de 08 de março de 2021, vigorando tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 14 de julho de 2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 44 horas semanais, sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 08 de março de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de abril de 2021.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Descanso

PREFEITURA

EDITAL N° 03/2021 - RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Publicação N° 3004268



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL N° 03/2021 - RETIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Considerando o Edital n° 01/2021, de 19 de fevereiro de 2021, que baixou o Plano para Cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação com pedras irregulares de 3.972,76m², de parte da Rua Santo Estanislau e Félix Jaroseski, no perímetro urbano do Município de Descanso, SC;

Considerando o Edital n. 02/2021, de 19 de abril de 2021, que prorrogou o prazo de vencimento da Contribuição;

Considerando a necessidade e o interesse público, identificado o equívoco técnico ocorrido no demonstrativo do cálculo:

RESOLVE

Retificar e notificar todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com testada para parte da **Rua Santo Estanislau e Félix Jaroseski**, sobre a RETIFICAÇÃO do cálculo e lançamento, prazos de impugnação e vencimentos da Contribuição de Melhoria referente à pavimentação das respectivas ruas, observadas as condições determinadas neste Edital de retificação:

I – Relação das despesas realizadas:

Serviço de pavimentação com pedras irregulares sobre a área de 3.972,76m², de parte da Rua Santo Estanislau e Parte da Rua Félix Jaroseski, no perímetro urbano do Município de Descanso, SC, no valor total efetivo gasto de R\$ 288.942,90 (duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), anexo I (comprovante do gasto).

II – Relação dos imóveis beneficiados:



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

Todos os imóveis com testada para parte da **Rua Santo Estanislau e Parte da Rua Félix Jaroskeski**, cuja relação nominal de todos os proprietários e Zona de Influência consta do Edital nº 01/2019 e do demonstrativo do rateio por contribuinte, partes integrantes deste Edital, anexos II, III e VII.

III - Memorial Descritivo

O Memorial Descritivo da obra que faz referência do Edital nº 01/2019 – com todas as disposições técnicas é parte integrante deste Edital constante do Anexo IV.

IV – Parcela da despesa a ser custeada pelo tributo:

A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria ao contribuinte será o equivalente a 40% (quarenta por cento) do custo total da obra, em função do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado, respeitando os limites previstos em lei, perfazendo o valor estimado de R\$ 115.577,16 (cento e quinze mil, quinhentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos).

A parcela do custo da obra efetivamente lançada, financiada pela Contribuição de Melhoria ao contribuinte dentro da zona de influência é de **R\$ 111.828,44 (cento e onze mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos)**, em função do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado (valorização), respeitando os limites previstos em lei.

V – Rateio da Despesa:

Para análise do rateio da despesa deve-se respeitar os limites impostos na legislação, quais sejam: valorização de cada imóvel, valor máximo a ser financiado pela contribuição e o limite fiscal, sendo considerado o de menor valor, ou seja, o mais benéfico ao contribuinte;

O valor apurado referente a parcela da despesa a ser custeada pela Contribuição de Melhoria (rateio) leva em consideração: o valor equivalente a parcela da despesa (R\$ 115.577,16), dividida pela soma total das testadas (metros lineares) de todos os imóveis da Zona



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

beneficiada, multiplicado individualmente pela testada de cada imóvel pertencente ao Plano de Cobrança da Contribuição de Melhoria, aferindo-se o Valor Individual máximo a ser financiado pela Contribuição de Melhoria (VSF) - Anexo VII, comparado ao limite máximo individual, oriundo do anexo VI, correspondente a diferença entre as avaliações técnicas mercadológicas – parecer inicial (Edital nº 01/2019) e parecer final (anexo V), aplicando o de menor valor;

O valor lançado não pode ser superior ao limite fiscal anual. Observa-se o limite fiscal, correspondente a 3% (três por cento) sobre o valor do imóvel indicado na avaliação final (Anexo VIII), encontrado da seguinte maneira: o valor máximo individual da contribuição de melhoria deve ser dividido pelo número máximo de parcelas (36 parcelas). O valor encontrado deve ser multiplicado pelo número de meses do ano (12 meses). Se o valor encontrado for igual ou inferior ao limite fiscal de cada imóvel, o valor máximo da contribuição de melhoria poderá ser lançado na totalidade, tendo como finalizado o cálculo do valor efetivo individual de contribuição de melhoria para cada lote contemplado pela obra;

Sendo o limite fiscal (3%) menor que o valor máximo de contribuição, aplica-se o valor fiscal, dividido pelo número de meses de um ano fiscal (12 meses), multiplicado pelo máximo de parcelas previstas na legislação (36 parcelas), tendo como finalizado o cálculo do valor efetivo individual de contribuição de melhoria para aquele lote contemplado pela obra.

Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte será notificado do montante da contribuição de melhoria, da forma e dos prazos do seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

VI – Local, prazo e forma de pagamento:

O contribuinte deverá buscar o Departamento de Tributos para efetuar a escolha pela forma de pagamento, após o recebimento da notificação, mediante a assinatura do Termo de parcelamento e emissão da DAM (Documento de Arrecadação Municipal).

O tributo acima mencionado deverá ser pago:

- a) em parcela única com vencimento até o dia 14 (quatorze) de julho de 2021, com desconto de 10% (dez por cento).
- b) de forma parcelada, mediante requerimento, em até 36 (trinta e seis) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em 14 (quatorze) de julho de 2021, com mínimo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal.

**MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA**

- c) Será paga de uma só vez e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação de lançamento quando o total da parcela individual for inferior ao valor de uma Unidade Fiscal de Referência Municipal.
- d) O contribuinte que não comparecer ao Departamento de Tributos para escolha da forma de pagamento, terá o valor de Contribuição de Melhoria respectivo lançado de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) vezes, conforme as disposições da alínea “b”.

VII – Pagamento com atraso:

O pagamento com atraso estará sujeito à atualização monetária pelos índices oficiais, acrescida de multa de 2% (dois por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês de atraso.

VIII – Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regulamentares serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, não pagos, poderão ser inscritos em protesto e executados judicialmente.

IX – Impugnações:

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação, no prazo de até 30 (trinta) dias da data de publicação do presente Edital de Lançamento.

X – Dos valores individuais de lançamento:

Proprietário	Valor Efetivo de Lançamento Custo individual
Aquiles Machado Da Silva	R\$ 4.121,80
Airton Luiz De Farias	R\$ 5.564,43
Casemiro Jaroseski	R\$ 18.972,00

**MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA**

Ronaldo Cesar Klaus	R\$ 3.091,35
Cristina Maria Gawski	R\$ 14.426,30
Daniel Fischborn Zanotelli	R\$ 4.121,80
Diécson Claude Stürmer	R\$ 4.080,58
Leocir Luiz Koswoski	R\$ 4.121,80
Luiz Carlos Andreolla	R\$ 17.311,56
Moacir Carlos Paini	R\$ 4.121,80
Município De Descanso	R\$ 4.121,80
Município De Descanso	R\$ 12.365,40
Pedrinho Paini	R\$ 5.515,51
Roseli Jezuir	R\$ 4.327,89
Valter Viapiana	R\$ 2.782,21
Valter Viapiana	R\$ 2.782,21

XI – Outras informações:

O contribuinte poderá obter maiores informações na Secretaria de Administração e Fazenda, junto ao Departamento de Tributos.

O contribuinte será notificado pelo lançamento de forma individual, com o respectivo valor da contribuição e prazos para pagamento, a sua escolha.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Descanso, SC, 27 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito Municipal

**MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA****ANEXO I – EXTRATO DA DESPESA – OBRA DE PAVIMENTAÇÃO PARTE DAS
RUAS SANTO ESTANISLAU E FÉLIX JAROSKI**

B Cadastro de Contratos

Contratos | Dados Complementares | Aditamentos | Histórico/Apostilamento | Cronogramas

Nº Sequencial: **1965** | < << >> > |

Natureza: **Principal** | Nome do PDF: **Contrato 12/2019**

Nº Protocolo / Ano: |

Nº Contrato: **12/2019**

Tipo de Contrato: **EXECUÇÃO DE OBRA** | Origem do Contrato: **Própria Entidade**

Tipo Pagamento: **2 - À Prazo** | Forma Pagamento: **NA SEMANA SUBSEQUENTE A ENTRE**

Origem do Processo: **Da entidade** | Entidade do Processo: **1 - MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Processo / Ano: **123 / 2018** | Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Compra Direta / Ano: |

Fornecedor: **8120** | **Imperial Empreendimentos Ltda - ME**

Dados

Data da Assinatura: **21/01/2019**

Data da Vigência de: **21/01/2019** à **31/07/2019**

Alteração do Prazo do Contrato: **00/00/0000**

Data do Cancelamento do Contrato: **00/00/0000**

Valores

Valor do Contrato: **284.117,53**

Acréscimos (+): **13.031,89**

Supressões (-): **8.206,48**

Total: 288.942,90

Objeto: **EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA SANTO ESTANISLAU E FÉLIX JAROSKI, CIDADE DE DESCANSO/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.**

Observações:

Itens do Contrato | Itens da AF | Dotações Utilizadas | Publicação | Documentação | Resp. Administrativa

Botoes: Recurso | Propriedades Adicionais | Inserir | Selecionar | Gravar | Excluir

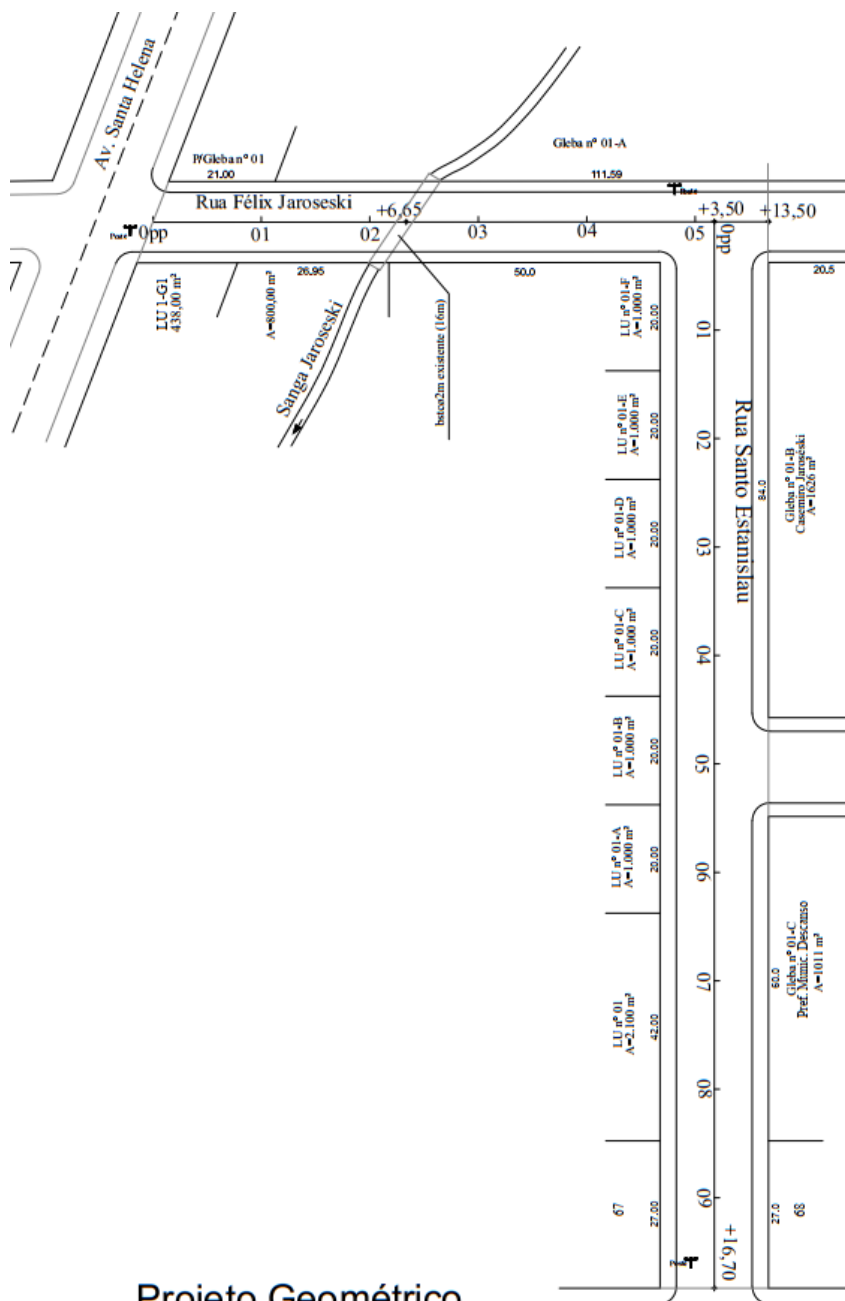
**MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA****ANEXO II – BENEFICIÁRIOS – PROPRIETÁRIOS OU POSSUIDORES IMÓVEIS
PERTENCENTES A ZONA DE INFLUÊNCIA**

- 1- Airton Luiz de Farias: Lote 68, área 432,00m², testada Rua Santo Estanislau (27 metros lineares), lote esquina, cadastro n° 583;
- 2- Município de Descanso: Gleba n° 01-C e parte lote rural n° 12, área 4288,50m², testada Rua Santo Estanislau (60 metros lineares), cadastro n° 2820;
- 3- Luiz Carlos Andreolla: Gleba 01-B, área 1626,00m², testada Rua Santo Estanislau (84 metros lineares), cadastro n° 2821;
- 4- Casemiro Jaroseski, Parte Gleba n° 01-A, área 3657,70m², testada Rua Félix Jaroseski (110 metros lineares), cadastro n° 2816;
- 5- Roseli Jezuir: Parte Gleba n° 01, área de 506,58, testada Rua Santo Estanislau (21 metros lineares), cadastro n° 2569;
- 6- Diécson Claude Sturmer: Lote urbano n° 01, área 438,00m², testada Rua Félix Jaroseski (19,8 metros lineares), cadastro n° 2953;
- 7- Cristina Maria Gawski: Lote 01-F, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (70 metros lineares), cadastro n° 2860;
- 8- Moacir Carlos Paini: Lote 01-E, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (20 metros lineares), cadastro n° 2861;
- 9- Aquiles Machado da Silva: Lote 01-D, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (20 metros lineares), cadastro n° 2862;
- 10- Leodir Luiz Koswoski: Lote 01-C, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (20 metros lineares), cadastro n° 2863;
- 11- Daniel Fischborn Zanotelli: Lote 01-B, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (20 metros lineares), cadastro n° 2864;
- 12- Município de Descanso: Lote urbano 01-A, área 1.000,00m², testada Rua Santo Estanislau (20 metros lineares), cadastro n° 2865;
- 13- Ronaldo Cesar Klaus: Lote urbano 02-A, área 750,00m², testada Rua Santo Estanislau (15 metros lineares), cadastro n° 2866;
- 14- Valter Viapiana: Lote urbano n° 02-B, área 675,00m², testada Rua Santo Estanislau (13,5 metros lineares), cadastro n° 2901;
- 15- Valter Viapiana: Lote urbano n° 02-C, área 675,00m², testada Rua Santo Estanislau (13,5 metros lineares), cadastro n° 2900;
- 16- Pedrinho Paini: Lote urbano n° 67, área 364,00m², testada Rua Santo Estanislau (27 metros lineares), cadastro n° 602;



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III –ZONA DE INFLUÊNCIA





MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial descritivo tem por finalidade apresentar as metodologias empregadas no desenvolvimento de estudos dos projetos, bem como especificar a execução dos serviços e emprego dos materiais que farão parte das obras de pavimentação com pedras irregulares, (calçamento).

1-ELEMENTO DO PROJETO

- 1.1 - Mapa de localização;
- 1.2 - Planta geral;
- 1.3 - Seções transversais;
- 1.4 - Quantitativo e orçamento;
- 1.5 - Quadro de bueiros a executar;
- 1.6 - Croqui das travessias.

A seção tipo foi definida pela equipe técnica de engenharia da prefeitura municipal de Descanso, seguindo o traçado da via não pavimentada existente, a qual fica responsável pela fiscalização e execução dos serviços.

2- LOCAIS DA OBRA

2.1- Rua: Santo Estanislau e Félix Jaroseski – 3972,76 m²

DISCRIMINAÇÃO DAS RUAS A SEREM PAVIMENTADAS

Rua Santo Estanislau: inicia na esquina onde intercepta a Rua Félix Jaroseski (estaca 0+7,50m) e finaliza no encontro com a Rua João Gomercindo Agostini (estaca 09+16,70m).

Rua Félix Jaroseski: inicia na intersecção com a Avenida Santa Helena (estaca 0=pp) e finaliza ao Norte desta, na estaca (05+13,50m).

3- ESPECIFICAÇÃO PARA O LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO

3.1- A localização do eixo foi efetuado de acordo com o traçado da Rua existente, e feito a medição e estaqueamento de 20 em 20 metros.

3.2- As seções transversais foram levantadas de 20 em 20 metros de acordo com a largura da Rua.

3.3- O greide foi lançado de maneira a corrigir alguns pontos críticos procurando sempre que possível adequá-lo ao existente, evitando assim grandes movimentações de terra.

4- ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO)

4.1 Limpeza do terreno – 3972,76 m²

4.1.1 Execução de aterro:

Os aterros necessários para conformar o greide de projeto serão executados com material selecionado pela fiscalização e compactado convenientemente com auxílio do rolo pé de carneiro.

4.1.2 Execução de cortes

Os cortes serão executados conforme o greide de projeto, e os respectivos materiais serão depositados em locais pré-estabelecidos pela fiscalização da obra.

4.1.3 Bota-fora

Para o bota-fora dos materiais excedentes da terraplanagem será disponibilizado local no município. Será descartado apenas o solo excedente que não puder ser utilizado no aterro.

5- REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

5.1 Generalidade:

A regularização e a operação destinada a conformar o subleito, quando necessário transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros, até 0,10 metros de espessura, o que exceder 0,10 metros de espessura será considerado como terraplenagem.

5.2 Materiais

Os materiais empregados na regularização do subleito serão os encontrados no próprio local.

5.3 Equipamentos

Serão indicados os seguintes tipos de equipamentos para a execução da regularização:

Motoniveladora pesada com escarificador, carro tanque distribuidor de água, rolos compactadores tipo pé de carneiro e retroescavadeira.

5.4 Execução

Após a execução de cortes e adição de material necessário para atingir o greide de projeto, procede-se uma compactação com rolo pé de carneiro e se fará um acabamento conveniente.

A regularização deverá ser executada até ultrapassar em 0,50 metros a largura do trecho em cada lado bem como deverá ser executada de maneira a prevenir a alteração do subleito por efeitos de águas pluviais, caso em que será sempre assegurado o seu rápido escoamento, através da abertura de valas provisórias.

6 - CONTROLE

6.1. Controle geométrico:

O controle geométrico deverá ser efetuado após a regularização do subleito, procedendo-se a locação e nivelamento do eixo e das bordas.

Para os resultados encontrados, permitem-se as seguintes tolerâncias:

- a) 0,02 metros, em relação às cotas do projeto,
- b) 0,10 metros, quanto à largura da plataforma.

6.2. Medição

A medição dos serviços de regularização do subleito será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com dados fornecidos pelo projeto em anexo.

7. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

7.1. Descrição

A pavimentação será constituída por pedras irregulares e será executada sobre subleito, sub-base ou base, de acordo com os alinhamentos, dimensões e secção transversal estabelecida pelo projeto.

7.2. Obras Complementares

As obras de terraplenagem e de drenagem permanente deverão estar concluídas antes do início da construção do pavimento.

7.3. Preparo do subleito

A superfície do subleito deverá ser regularizada na largura de toda a pista de modo que assuma a forma determinada pela seção transversal do projeto.

O grau de compactação deverá atingir 100% da densidade máxima determinada pelo ensaio do Proctor Normal (P.N).

7.4. Assentamento

A pedra irregular deverá ser assentada sobre um colchão de pedrisco, deverá ser constituído de partículas limpas, duras e duráveis, isenta de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais deletérios, numa espessura de 8 a 10 cm.

7.5. Meio fio



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

Deverá ser aberta uma vala para o assentamento das guias ao longo dos bordos do subleito, preparado obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensão estabelecida no projeto. O meio fio será de concreto moldado no lugar 15 MPa, com 30 cm de altura e 14 cm de base.

7.6. Abaulamento

O abaulamento será representado por duas rampas opostas, com declividade variando de 5%, para o caso da pedra irregular, as juntas de cada fiada deverão ser com relação às duas fiadas vizinhas de tal modo que cada junta fique em frente à pedra irregular adjacente, dentro do terço médio, não ultrapassando a 0,015 m entre elas.

8. REJUNTAMENTO

O enchimento das juntas será feito com pedrisco ou outro material granular inerte. Para o enchimento será esparramada uma camada de pedrisco de 2 cm de espessura sobre o calçamento forçando-se o pedrisco, por meio da vassoura, para penetrar nas juntas.

9. COMPACTAÇÃO

Logo após a conclusão do serviço de rejuntamento, o calçamento será devidamente compactado com rolo compactador liso, de 3 rodas, ou do tipo “Tandem” com o peso de 10 a 12 toneladas. A rolagem deverá progredir dos bordos para o centro, paralelamente ao eixo da pista de modo uniforme, cada passada atingindo a metade da outra faixa de rolamento, até completa fixação do calçamento, isto é, até quando não se observar mais nenhuma movimentação da base durante a passagem do rolo.

Qualquer irregularidade ou depressão que venha a surgir durante a compactação deverá ser prontamente corrigida, removendo e recolocando as pedras irregulares com maior ou menor adição do material de assentamento, em quantidade suficiente a completar correção do defeito verificado.

A compactação das partes inacessíveis aos rolos compactadores deverá ser efetuada por meio de soquetes manuais adequados ou placa vibradora.

10. TUBULAÇÃO PLUVIAL

Será formada por tubos de concreto com diâmetro interno de 40 cm e 60 cm. As valas para assentamento dos tubos deverão ter profundidade mínima de 120 cm e 140 cm para os tubos de diâmetro de 40 cm e 60 cm, respectivamente, de forma que teremos acima da geratriz superior dos tubos tenha uma profundidade mínima de 60 cm. As valas deverão apresentar largura suficiente para instalação dos tubos, mais 15 cm de largura para cada lado, para serem envolvidos com uma camada de terra pura. O fundo da vala deverá ser regularizado e depois apiloado com vibro compactador para receber o tubo de concreto que poderá ser instalado de forma manual ou mecânica, tomando-se o cuidado de se efetuar o rejuntamento dos mesmos com argamassa de cimento e areia. O preenchimento da vala se fará com camadas sucessivas de terra com espessura de até 20 cm com compactação mecânica com vibro compactador até atingir a densidade do solo contíguo. A localização da tubulação está mostrada em projeto específico.

11 CAIXA COLETORA DE ÁGUA PLUVIAIS

11.1. Terão dimensões externas de 120 x 120 cm e terão paredes construídas em alvenaria de tijolo do tipo maciço ou bloco maciço em concreto (parede de 20 cm), fundo em concreto conforme mostrado em desenho específico e profundidade necessária conforme exigir a tubulação pluvial, sendo que o concreto deverá apresentar resistência característica de 250 kgf/cm². A grade metálica será construída com ferro chato (CA25) com seção de 8 mm x 50 mm nas dimensões e espaçamento conforme indicado no projeto, sendo que o quadro da grade captadora de água será formado através de solda elétrica, formando um conjunto rígido e estável.

12- SINALIZAÇÃO

Devem ser confeccionadas conforme especificações do CONTRAN. Os tubos colunas devem ser galvanizados Ø 1 ½” com parede de 3 mm de espessura e comprimento mínimo de 2,30 m. A cantoneira de reforço que faz a união da coluna com a chapa deve formar um quadrado de 35 cm tendo seção de 1/8” x 3/4”. A chapa metálica deve ser galvanizada AWG n.18. O desvio deve ser de vinil e refletivo. As placas do tipo “Pare”, terão as arestas de 35 cm, as circulares Ø 50 cm e a dos nomes das ruas retangulares de 60 cm x 30 cm. Terá sua base chumbada em concreto, de tal forma que a altura entre linha do passeio e a base da placa seja de no mínimo 190 cm.



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO V – EXTRATO DAS AVALIAÇÕES FINAIS – ZONA DE INFLUÊNCIA DA PAVIMENTAÇÃO – LOTES URBANOS AFETADOS COM A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES

Proprietário	Imóvel	Parecer final – Avaliação Mercadológica em R\$ (03 de setembro de 2019)
AQUILES MACHADO DA SILVA	Parte do Lote Urbano nº 01-D, com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.444	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
AIRTON LUIZ DE FARIAS	Lote Urbano nº 68, com área de 432,00m² Matrícula nº 7.484	R\$ 97.796,16 (noventa e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)
CASEMIRO JAROSKI	Gleba nº 01-A, com área de 3.359,35m² Matrícula nº 2.041	R\$ 210.799,21 (duzentos e dez mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos)
RONALDO CESAR KLAUS	Lote Urbano nº 02-A com área de 750,00m² Matrícula nº 3.832	R\$ 169.785,00 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais)
CRISTINA MARIA GAWSKI	Lote Urbano nº 01-F com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.446	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
DANIEL FISCHBORN ZANOTELLI	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.442	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
DIÉCON CLAUDE STÜRMER	Lote Urbano nº 01-G com área de 438,00m² Matrícula nº 2.597	R\$ 99.154,44 (noventa e nove mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
LEOCIR LUIZ KOSWOSKI	Lote Urbano nº 01-C com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.443	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
LUIZ CARLOS ANDREOLLA	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.626,00m² Matrícula nº 3.133	R\$ 368.093,88 (trezentos e sessenta e oito mil, noventa e três reais e oitenta e oito centavos)
MOACIR CARLOS PAINI	Lote Urbano nº 01-E com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.445	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 3.441 com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.441	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 01-C e Parte do Lote 12 com área de 4.288,50m² Matrícula nº 2.240	R\$ 970.830,63 (novecentos e setenta mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e três centavos)



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDRINHO PAINI	Lote Urbano nº 67 com área de 364,50m² Matrícula nº 3.610	R\$ 82.515,51 (oitenta e dois mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e um centavos)
ROSELI JEZUIR	Parte da Gleba nº 01 com área de 506,58m² Matrícula nº 4.190	R\$ 114.679,58 (cento e quatorze mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-B com área de 675,00m² Matrícula nº 3.833	R\$ 152.806,50 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-C com área de 675,00m² Matrícula nº 3.834	R\$ 152.806,50 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)

ANEXO VI – LIMITES INDIVIDUAIS – DIFERENÇAS ENTRE A AVALIAÇÃO INICIAL E AVALIAÇÃO FINAL

Proprietário	Imóvel	A) Parecer inicial – Avaliação Mercadológica em R\$ (15 de março de 2019)	B) Parecer final – Avaliação Mercadológica em R\$ (03 de setembro de 2019)	Coefficiente % (percentual de diferença entre A e B – aproximado)	Diferença R\$
AQUILES MACHADO DA SILVA	Parte do Lote Urbano nº 01-D, com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.444	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)
AIRTON LUIZ DE FARIAS	Lote Urbano nº 68, com área de 432,00m² Matrícula nº 7.484	R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais)	R\$ 97.796,16 (noventa e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)	7,4683%	R\$ 6.796,16 (seis mil setecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos)
CASEMIRO JAROSKI	Gleba nº 01-A, com área de 3.359,35m² Matrícula nº 2.041	R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)	R\$ 210.799,21 (duzentos e dez mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos)	31,7495%	R\$ 50.799,21 (cinquenta mil setecentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos)
RONALDO CESAR KLAUS	Lote Urbano nº 02-A com área de 750,00m² Matrícula nº 3.832	R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)	R\$ 169.785,00 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e oitenta e cinco reais)	7,4589%	R\$ 11.785,00 (Onze mil setecentos e oitenta e cinco reais)
CRISTINA MARIA GAWSKI	Lote Urbano nº 01-F com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.446	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)
DANIEL FISCHBORN ZANOTELLI	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.442	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

DIÉCSON CLAUDE STÜRMER	Lote Urbano nº 01-G com área de 438,00m² Matrícula nº 2.597	R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais)	R\$ 99.154,44 (noventa e nove mil, trezentos e oitenta e quatro centavos)	7,7765%	R\$ 7.154,44 (sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
LEOCIR LUIZ KOSWOSKI	Lote Urbano nº 01-C com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.443	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)
LUIZ CARLOS ANDREOLLA	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.626,00m² Matrícula nº 3.133	R\$ 343.000,00 (trezentos e quarenta e três mil reais)	R\$ 368.093,88 (trezentos e sessenta e oito mil, noventa e três reais e oitenta e oito centavos)	7,316%	R\$ 25.093,88 (vinte e cinco mil, noventa e três reais e oitenta e oito centavos)
MOACIR CARLOS PAINI	Lote Urbano nº 01-E com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.445	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 3.441 com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.441	R\$ 211.000,00 (duzentos e onze mil reais)	R\$ 226.380,00 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta reais)	7,2891%	R\$ 15.380,00 (quinze mil trezentos e oitenta reais)
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 01-C e Parte do Lote 12 com área de 4.288,50m² Matrícula nº 2.240	R\$ 906.000,00 (novecentos e seis mil reais)	R\$ 970.830,63 (novecentos e setenta mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e três centavos)	7,1556%	R\$ 64.830,63 (sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e três centavos)
PEDRINHO PAINI	Lote Urbano nº 67 com área de 364,50m² Matrícula nº 3.610	R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)	R\$ 82.515,51 (oitenta e dois mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e um centavos)	7,163%	R\$ 5.515,51 (cinco mil quinhentos e quinze reais e cinquenta e um centavos)
ROSELI JEZUIR	Parte da Gleba nº 01 com área de 506,58m² Matrícula nº 4.190	R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais)	R\$ 114.679,58 (cento e quatorze mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)	7,1772%	R\$ 7.679,58 (sete mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-B com área de 675,00m² Matrícula nº 3.833	R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais)	R\$ 152.806,50 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)	6,8577%	R\$ 9.806,50 (nove mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-C com área de 675,00m² Matrícula nº 3.834	R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais)	R\$ 152.806,50 (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)	6,8577%	R\$ 9.806,50 (nove mil, oitocentos e seis reais e cinquenta centavos)



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

**ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DO RATEIO, VALOR A SER FINANCIADO E
VALOR ESTIMADO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Proprietário	Imóvel	Testada Imóvel (m linear)	VSF*	1ª Avaliação (A) Edital nº 01/2019	2ª Avaliação (B) Anexo V deste Edital	Diferença (A e B)	Valor máximo Contribuição de Melhoria
AQUILES MACHADO DA SILVA	Parte do Lote Urbano nº 01-D, com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.444	20,00m	R\$ 4.121,80	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 4.121,80
AIRTON LUIZ DE FARIAS	Lote Urbano nº 68, com área de 432,00m² Matrícula nº 7.484	27,00m	R\$ 5.564,43	R\$ 91.000,00	R\$ 97.796,16	R\$ 6.796,16	R\$ 5.564,43
CASEMIRO JAROSKI	Gleba nº 01-A, com área de 3.359,35m² Matrícula nº 2.041	110,00 m	R\$ 22.669,90	R\$ 160.000,00	R\$ 210.799,21	R\$ 50.799,21	R\$ 22.669,90
RONALDO CESAR KLAUS	Lote Urbano nº 02-A com área de 750,00m² Matrícula nº 3.832	15,00m	R\$ 3.091,35	R\$ 158.000,00	R\$ 169.785,00	R\$ 11.785,00	R\$ 3.091,35
CRISTINA MARIA GAWSKI	Lote Urbano nº 01-F com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.446	70,00m	R\$ 14.426,30	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 14.426,30
DANIEL FISCHBORN ZANOTELLI	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.442	20,00m	R\$ 4.121,80	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 4.121,80
DIÉCON CLAUDE STÜRMER	Lote Urbano nº 01-G com área de 438,00m² Matrícula nº 2.597	19,80m	R\$ 4.080,58	R\$ 92.000,00	R\$ 99.154,44	R\$ 7.154,44	R\$ 4.080,58
LEOCIR LUIZ KOSWOSKI	Lote Urbano nº 01-C com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.443	20,00m	R\$ 4.121,80	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 4.121,80
LUIZ CARLOS ANDREOLLA	Lote Urbano nº 01-B com área de 1.626,00m² Matrícula nº 3.133	84,00m	R\$ 17.311,56	R\$ 343.000,00	R\$ 368.093,88	R\$ 25.093,88	R\$ 17.311,56
MOACIR CARLOS PAINI	Lote Urbano nº 01-E com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.445	20,00m	R\$ 4.121,80	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 4.121,80
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 3.441 com área de 1.000,00m² Matrícula nº 3.441	20,00m	R\$ 4.121,80	R\$ 211.000,00	R\$ 226.380,00	R\$ 15.380,00	R\$ 4.121,80
MUNICÍPIO DE DESCANSO	Lote Urbano nº 01-C e Parte do Lote 12 com área de 4.288,50m² Matrícula nº 2.240	60,00m	R\$ 12.365,40	R\$ 906.000,00	R\$ 970.830,63	R\$ 64.830,63	R\$ 12.365,40



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDRINHO PAINI	Lote Urbano nº 67 com área de 364,50m² Matrícula nº 3.610	27,00m	R\$ 5.564,43	R\$ 77.000,00	R\$ 82.515,51	R\$ 5.515,51	R\$ 5.515,51
ROSELI JEZUIR	Parte da Gleba nº 01 com área de 506,58m² Matrícula nº 4.190	21,00m	R\$ 4.327,89	R\$ 107.000,00	R\$ 114.679,58	R\$ 7.679,58	R\$ 4.327,89
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-B com área de 675,00m² Matrícula nº 3.833	13,50m	R\$ 2.782,21	R\$ 143.000,00	R\$ 152.806,50	R\$ 9.806,50	R\$ 2.782,21
VALTER VIAPIANA	Lote Urbano nº 02-C com área de 675,00m² Matrícula nº 3.834	13,50m	R\$ 2.782,21	R\$ 143.000,00	R\$ 152.806,50	R\$ 9.806,50	R\$ 2.782,21

* VSF = rateio em metros lineares de testada de cada imóvel X testada do imóvel

Sendo que o rateio = parcela do custo efetivo da obra a rateada (R\$ 115.577,16 – 40% do custo total da obra) / total de metros lineares (soma dos metros lineares de todas as testadas dos imóveis)

Total de metros lineares

= 20,00 + 27,00 + 110,00 + 15,00 + 70,00 + 20,00 + 19,80 + 20,00 + 84,00 + 20,00 + 20,00 + 60,00 + 27,00 + 21,00 + 13,50 + 13,50 = 560,80m lineares

Vejamos: R\$ 115.577,16 / 560,80 metros = R\$ 206,09 cada metro linear

ANEXO VIII – LIMITES FISCAIS – VALOR EFETIVO DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E VALOR DAS PARCELAS

Proprietário	Valor máximo Contribuição de Melhoria	Parcelamento máximo 36 parcelas	Limite fiscal 3% do valor do imóvel	Total parcelas em 12 meses Valor máximo*	Valor Efetivo Custo individual**	Parcelamento máximo do valor efetivo 36 vezes
AQUILES MACHADO DA SILVA	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49	R\$ 6.791,40	R\$ 1.373,88	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49 + acréscimos legais
AIRTON LUIZ DE FARIAS	R\$ 5.564,43	R\$ 154,57	R\$ 2.933,88	R\$ 1.854,84	R\$ 5.564,43	R\$ 154,57 + acréscimos legais
CASEMIRO JAROSKI	R\$ 22.669,90	R\$ 629,72	R\$ 6.323,98	R\$ 7.556,64	R\$ 18.972,00	R\$ 527,00 + acréscimos legais
RONALDO CESAR KLAUS	R\$ 3.091,35	R\$ 85,87	R\$ 5.093,55	R\$ 1.030,44	R\$ 3.091,35	R\$ 85,87 + acréscimos legais
CRISTINA MARIA GAWSKI	R\$ 14.426,30	R\$ 400,73	R\$ 6.791,40	R\$ 4.808,76	R\$ 14.426,30	R\$ 400,73 + acréscimos legais
DANIEL FISCHBORN ZANOTELLI	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49	R\$ 6.791,40	R\$ 1.373,88	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49 + acréscimos legais
DIECSON CLAUDE STÜRMER	R\$ 4.080,58	R\$ 113,35	R\$ 2.974,63	R\$ 1.360,20	R\$ 4.080,58	R\$ 113,35 + acréscimos legais
LEOCIR LUIZ KOSWOSKI	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49	R\$ 6.791,40	R\$ 1.373,88	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49 + acréscimos legais
LUIZ CARLOS ANDREOLLA	R\$ 17.311,56	R\$ 480,87	R\$ 11.042,82	R\$ 5.770,44	R\$ 17.311,56	R\$ 480,87 + acréscimos legais
MOACIR CARLOS PAINI	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49	R\$ 6.791,40	R\$ 1.373,88	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49 + acréscimos legais
MUNICÍPIO DE DESCANSO	R\$ 4.121,80	R\$ 114,49	R\$ 6.791,40	R\$ 1.373,88	R\$ 4.121,80	-



MUNICÍPIO DE DESCANSO – ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DESCANSO	R\$ 12.365,40	R\$ 343,48	R\$ 29.124,92	R\$ 12.365,40	R\$ 12.365,40	-
PEDRINHO PAINI	R\$ 5.515,51	R\$ 153,21	R\$ 2.475,46	R\$ 1.838,52	R\$ 5.515,51	R\$ 153,21 + acréscimos legais
ROSELI JEZUIR	R\$ 4.327,89	R\$ 120,22	R\$ 3.440,39	R\$ 1.442,64	R\$ 4.327,89	R\$ 120,22 + acréscimos legais
VALTER VIAPIANA	R\$ 2.782,21	R\$ 77,28	R\$ 4.584,19	R\$ 927,36	R\$ 2.782,21	R\$ 77,28 + acréscimos legais
VALTER VIAPIANA	R\$ 2.782,21	R\$ 77,28	R\$ 4.584,19	R\$ 927,36	R\$ 2.782,21	R\$ 77,28 + acréscimos legais

* Valor máximo real é a soma de doze parcelas no ano. Se o valor das doze parcelas não for superior ao valor do limite fiscal (3%), é cobrado o valor máximo da contribuição de melhoria, pois o parcelamento comporta todos os limites.

** Valor máximo da contribuição dentro do limite fiscal, verificado que o total dos 12 meses, pago parcelado, não ultrapasse os 3% do limite fiscal. Do contrário será o valor do limite fiscal, dividido por 12 meses, multiplicado por 36 parcelas, que dará o valor efetivo de lançamento e cobrança.

HOMOLOGAÇÃO DOS PROC. 30 E PROC.36

Publicação Nº 3003680

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7/2021
PROCESSO Nº 36/2021 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA ESPECIALIZADA (DEVIDAMENTE CADASTRADA NO CNAI) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA - PTAM DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE DESCANSO - SC, COM A FINALIDADE DE ESTABELECEER VALORES PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CONTRATADO: GASPERIN IMOVEIS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.600,00 (dez mil seiscentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021
PROCESSO Nº 30/2021 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

OBJETO: A PRESENTE COMPRA TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA/RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, PARA A MANUTENÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC.

CONTRATADO: IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 74.850,00 (setenta e quatro mil oitocentos e cinquenta reais)

=====

Descanso, 27/04/2021
SADI INÁCIO BONAMIGO - Prefeito

PORTARIAS Nº 16705/2021 A 16720/2021

Publicação Nº 3003242



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16705/2021, de 14 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, de 08 de outubro de 2020, homologado pelo Decreto nº 2200/2021, de 05 de Janeiro de 2021:

A D M I T I R

VANESSA HENRICH, Código nº 3.716, brasileira, solteira, nascida aos 22.11.1992, portadora do RG nº 6.427.327, e CPF nº 098.821.139-40, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na CEIEF Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 14 de abril de 2021 a 15 de dezembro de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 14 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16706/2021, de 14 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **REGIANE RODRIGUES**, Código: 3.699, brasileira, divorciada, nascida aos 19.09.1983, inscrita no CPF sob o nº 321.349.958-74 e RG nº 56.495.402-0, residente e domiciliada na Rua Coluna Prestes, nº 330, nesta cidade de Descanso - SC, ocupante do cargo (241) em comissão de Chefe da Divisão do Departamento de Indústria e Comércio e Serviços, Nível DAS - 2, regida pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 10 (dez) dias, sendo de 14 de abril de 2021 até 23 de abril de 2021, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 14 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16707/2021, de 14 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 194, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

à **VILMAR COLOMBO**, Código: 2.947, brasileiro, solteiro, nascido em 27.12.1974, inscrito no CPF sob o nº 021.238.129-60 e RG nº 3.331.455, ocupante do cargo (34) efetivo de Borracheiro, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, e seus efeitos a contar de 14 de abril de 2021 a 13 de abril de 2023.

Descanso - SC, 14 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16708/2021, de 15 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **VIVIANE MENDOZA ZAVAGLIA**, Código: 2.985, ocupante do cargo (12) de Professor nível “3”, referência “B”, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, designada para exercer as funções na Secretaria do CEIEF Getúlio Vargas, carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 06 (seis) dias, sendo de 14 de abril de 2021 até 19 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 14 de abril de 2021.

Descanso - SC, 15 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16709/2021, de 15 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei n° 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **ADIRSO BORGES DOS SANTOS**, Código: 3.068, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista condutor do veículo GM SPIN Premier 1.8 L, 111CV, Ano 2019/2020, N° Patrimônio 8003, QJQ-2834, lotado na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 06 (seis) dias, sendo de 14 de abril de 2021 até 19 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 14 de abril de 2021.

Descanso - SC, 15 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16710/2021, de 15 de abril de 2021.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, resolve:

CESSAR EFEITOS DA PORTARIA Nº 16501/2021, de 05 de fevereiro de 2021.

Art. 1º Designar Comissão Especial composta por **EDUARDA ANDREOLLA BUSNELLO**, Chefe da Divisão de Educação, código: **3.652**; **FABIO ROGÉRIO RECK**, Assessor Técnico Material e Patrimônio, código: **3.652**; **CRISTIANE PREVIDE**, Auxiliar Administrativo, Código: **3.196**, **RODRIGO BRATKOSKI**, Auxiliar Administrativo, código: **3.627** e; **EDMAR JOSÉ DE SOUSA**, Motorista, código: **3.537**, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de acompanhamento do serviço de transporte escolar, com a finalidade de averiguar sua regular execução, quanto a quilometragem diária, o cumprimento do itinerário, regularidade dos documentos do veículo, seguro, e cumprimento das demais obrigações contratuais, e emissão de relatório periódico por itinerário.

Art. 2º A Comissão poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º A comissão será responsável por realizar vistorias periódicas “in loco” emitir o respectivo relatório, bem como averiguar eventuais denúncias.

Art. 4º Esta Portaria possui efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2021.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 15 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16711/2021, de 15 de abril de 2021.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º Designar Comissão Especial composta por **EDUARDA ANDREOLLA BUSNELLO**, Chefe da Divisão de Educação, código: **3.652**; **FABIO ROGÉRIO RECK**, Assessor Técnico Material e Patrimônio, código: **3.652**; **DAIANE BUSNELO**, código: **3.660**, Chefe da Divisão de Assistência Social, **RODRIGO BRATKOSKI**, Auxiliar Administrativo, código: **3.627**; **EDMAR JOSÉ DE SOUSA**, Motorista, código: **3.537**, **VLADEMIR ORO**, Motorista, código: **2.983**; e, **DAGOBERTO DALLA VÉCCHIA**, código: **2.006-0**, Fiscal de Tributos, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de acompanhamento do serviço de transporte escolar, com a finalidade de averiguar sua regular execução, quanto a quilometragem diária, o cumprimento do itinerário, regularidade dos documentos do veículo, seguro, e cumprimento das demais obrigações contratuais, e emissão de relatório periódico por itinerário.

Art. 2º A Comissão poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º A comissão será responsável por realizar vistorias periódicas “in loco” emitir o respectivo relatório, bem como averiguar eventuais denúncias.

Art. 4º Esta Portaria possui efeitos a contar da presente data.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 15 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16712/2021, de 15 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **KELLI MORANDI**, Código: 3.026, ocupante do cargo (258) efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Assistência Social para exercício das atribuições do cargo, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 04 (quatro) dias, sendo de 14 de abril de 2021 até 17 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 14 de abril de 2021.

Descanso - SC, 15 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16713/2021, de 16 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 93 c/c 98, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

INTERROMPER FÉRIAS

de **CRISTIANE PREVIDE**, Código: 3.196, ocupante do cargo (20) efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de maio de 2019 a 14 de maio de 2020, sendo o período de gozo a contar de 05 de abril de 2021 a 04 de maio de 2021, sendo interrompidas no período matutino do dia 16 de abril de 2021, restando, portanto, 18 e ½ (dezoito e meio) dias, a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 16 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16714/2021, de 16 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 290, 291 c/c 295 da Lei nº 086/91, de 27.12.91, artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Descanso e Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2020, resolve:

APLICAR PENALIDADE À REPRESENTADA,

ELAINE MELZ, Código: 2.939, brasileira, solteira, nascida em 15.07.1989, inscrita no CPF sob o nº 048.581.469-28 e RG nº 4.219.446, ocupante do cargo (262) efetivo de Fiscal Sanitário, lotada na Secretaria da Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, acolhendo os termos do relatório final da comissão processante, para DETERMINAR A SUSPENSÃO DA SERVIDORA pelo período de 08 (oito) dias, sem remuneração, a contar do dia 19 de abril de 2021 a 26 de abril de 2021, tendo que as provas produzidas são suficientes para demonstrar o cometimento da infração.

Descanso - SC, 16 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16715/2021, de 16 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei n° 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

à **CRISTIANE PREVIDE**, Código: 3.196, ocupante do cargo (20) efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Agricultura, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de maio de 2019 a 14 de maio de 2020, sendo o período de gozo a contar de 05 de abril de 2021 a 04 de maio de 2021, sendo interrompidas pela Portaria n° 16713/2021, no período matutino do dia 16 de abril de 2021, restando, portanto, 18 e ½ (dezoito e meio) dias, que serão gozados no período vespertino do dia 16 de abril de 2021 a 05 de maio de 2021, no período matutino.

Descanso - SC, 16 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16716/2021, de 16 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o *artigo* 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MAYANE PAGEL BRUM MASSA, Código: 3.655, brasileira, casada, nascida em 09.02.1963, portadora do CPF sob nº 716.101.460-34, e Cédula de Identidade sob nº 6.661.088, expedida em 25.01.2011, pelo órgão emissor SESP/SC, residente e domiciliada a Rua Marcílio Dias, nº 0616, Município de São Miguel do Oeste - SC, ocupante do cargo (10) efetivo de Médico, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, Estratégia Saúde da Família ESF – 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 16 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16717/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de **BIANCA PARMEGIANI**, Código: 2.962, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com exercício das atribuições do cargo no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 08h00min às 12h00min e no período vespertino das 12h30min às 16h30min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16718/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de **LISANDRA STANKIEWICZ LUNARDI**, Código: 3.157, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercícios e atribuições do cargo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Linha Campinas, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso,, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h00min às 11h30min e no período vespertino das 12h00min às 15h30min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16719/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de **MARISETE RADKE**, Código: 3.625, brasileira, solteira, nascida aos 01.03.1987, portadora do CPF nº 056.496.559-60 e RG nº 4.710.507, residente e domiciliada na Linha Quadro Santo Antonio, s/n, cidade de Santa Helena – SC, ocupante do cargo (256) efetivo de Orientadora Social, com exercício das atribuições do cargo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16720/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECEER HORÁRIO DE TRABALHO

de **ROSANA APARECIDA GERVAZONI**, Código: 3.618, brasileira, solteira, nascida aos 04.08.1986, portadora do CPF nº 010.517.231-67 e RG nº 1868201-4, residente e domiciliada na Rua Angelo Centenaro, s/n, Bairro Agostini, cidade de São Miguel do Oeste – SC, ocupante do cargo (256) efetivo de Orientadora Social, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h30min às 11h30min e no período vespertino das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

PORTARIAS Nº 16721/2021 A 16743/2021

Publicação Nº 3003263



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16721/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, de 08 de outubro de 2020, homologado pelo Decreto nº 2200/2021, de 05 de Janeiro de 2021:

A D M I T I R

ANDRÉIA AGOSTINI, Cód. 3.717, brasileira, casada, nascida aos 24.05.1989, portadora do RG nº 13/R-5.041.332, e CPF 065.645.449-01, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na Creche Municipal Judit Angela Balbinot Prigol – Distrito de Itajubá, com carga horária de 20 horas semanais, no turno vespertino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 19 de abril de 2021 a 15 de dezembro de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16722/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, de 08 de outubro de 2020, homologado pelo Decreto nº 2200/2021, de 05 de Janeiro de 2021:

A D M I T I R

FABÍOLA COMIOTTO, Código: 3.718, brasileira, solteira, nascida aos 25.05.1999, residente e domiciliada na Avenida Santa Rosa, Nº 30, Centro, cidade de Descanso - SC, portadora do CPF sob nº 099.303.339-32, e Cédula de Identidade sob nº 6.188.325, expedida em 26.07.2017, pelo órgão emissor SSP/SC, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo no CEIEF Getúlio Vargas, com carga horária de 20 horas semanais, no turno vespertino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 19 de abril de 2021 a 15 de dezembro de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16723/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 06/2021, de 07 de abril de 2021, homologado pelo Decreto nº 2236/2021, de 14 de abril de 2021:

A D M I T I R

SABRINA CAROLINE ARENHART FRARE, Código: 3.719, brasileira, solteira, nascida aos 31 março 1997, residente e domiciliada em Rua Bandeirantes(Dos)1/2, Centro, cidade de São Miguel do Oeste - SC, portadora do CPF sob nº 090.019.129-58, e Cédula de Identidade sob nº 5.656.849, expedida em 02.06.2013, pelo órgão emissor SSP/SC, para o cargo (12) de Professor – Ensino Superior – Língua Estrangeira Inglês – Não Habilitado, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo no EBM Cachoeirinha, CEEF Paulo Henrique Pissaia, CEIEF Getúlio Vargas e Creche Municipal Judit Angela Balbinot Prigol, com carga horária de 30 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, em substituição a Andressa Brugnerotto, que está ocupando cargo em comissão de Secretária de Assistência Social, pelo período de 19 de abril de 2021 a 15 de dezembro de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16724/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **GIUVANI KARLINSKI**, Código: 3.649, brasileiro, solteiro, nascido aos 28.12.1979, portador do CPF nº 032.225.429-96 e RG nº 3.299.143, residente e domiciliado na saída p/ L^a Gaúcha, Município de Descanso - SC, ocupante do cargo(53) em comissão de Secretário de Obras e Serviços Urbanos, percebendo subsídio mensal de Secretário, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 05 (cinco) dias, sendo de 16 de abril de 2021 até 20 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 16 de abril de 2021.

Descanso - SC, 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16725/2021, de 19 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **ANDRÉIA CRISTIANE DOBNER**, Código: 3.072, ocupante do cargo (266) efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria da Saúde, com atribuições de exercício no Centro Municipal da Saúde Iria Lurdes Daltoé e nos Núcleos de Apoio à Saúde Família - NASF, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 07 (sete) dias, sendo de 19 de abril de 2021 até 25 de abril de 2021, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 19 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16726/2021, de 20 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o *artigo* 84, inciso I, da Lei n° 86/1991, de 27.12.91, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

FÁBIO SCHUSTER, Código 3.683, brasileiro, solteiro, nascido aos 25.01.1997, portadora do RG n° 5.759.619, e CPF n° 108.020.789-90, ocupante do cargo (12) de Professor – Ensino Superior – Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo CEIEF Getúlio Vargas e Creche Municipal Judit Angela Balbinot Prigol, com carga horária de 10 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 20 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16727/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 1.378/2014, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, de 05 de janeiro de 2021, homologado pelo Decreto nº 2205/2021, de 12 de janeiro de 2021:

A D M I T I R

BRUNA MARA DOS SANTOS DE MELO, Código n. 3.720, brasileira, casada, nascida aos 17.03.1992, residente na Rua João Paulo, nº 280, apto nº 1104, Bairro Floresta – Joinville - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 070.271.729-09, Cédula de Identidade sob nº 5.408.214, expedida em 07.11.2018, pelo órgão emissor SESP/SC, para o cargo (10) efetivo de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, lotada na Secretaria da Saúde para exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária do Distrito de Itajubá, Estratégia Saúde da Família ESF – 03, e adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, pelo período de 22 de abril de 2021 até 20 de julho de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, de 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16728/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, artigo 4º, da Lei nº 04/90, de 02.03.90, alterado pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 09 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 2049/2019, de 24 de julho de 2019:

A D M I T I R

EZEQUIEL ZDUNEK, Código: 3.721, brasileiro, solteiro, nascido aos 28.08.1996, portador do RG nº 5.881.796, CPF nº 078.285.159-28, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, Distrito de Itajubá, no Município de Descanso- SC, para o cargo (29) de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria dos Transportes, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e conceder adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, pelo período de 22 de abril de 2021 até 20 de julho de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____ / ____ / ____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16729/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei 360/2001 alterada pela Lei 1681/2019, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Laudo de Insalubridade elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de novembro de 2020, versão 2.1/2020 e Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 09 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 2049/2019, de 24 de julho de 2019:

A D M I T I R

GRASIELI PIETRO BIASI, Cód. 3.722, brasileira, solteira, nascida aos 02.12.1996, residente na Rua Jesus de Baiatata, Ap. 101, Centro, Belmonte - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 081.304.589-42, Cédula de Identidade sob nº 5.624.401, expedida em 02.12.1996, pelo órgão emissor SESP/SC, para o cargo (11) de Odontóloga, com exercício das atribuições do cargo na Unidade Sanitária “Distrito de Itajubá – ESF– 03, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, em substituição a Simoni Pohlmann, que está em Licença para Tratamento de Saúde, e conceder adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, de acordo com o constante no laudo de insalubridade elaborado pelo SESI em novembro de 2020, versão 2.1/2020, pelo período de 22 de abril de 2021 a 08 de maio de 2021, salvo disposição em contrário.

Descanso - SC, de 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16730/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, de 08 de outubro de 2020, homologado pelo Decreto nº 2200/2021, de 05 de Janeiro de 2021:

A D M I T I R

DIANA TERESINHA GUINAMI, Cód. 3.723, brasileira, solteira, nascida aos 22.11.1993, portadora do RG nº 5.333.683, e CPF nº 085.886.919-57, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para desempenhar as funções de Monitora de Transporte Escolar, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h30min às 13h00min e no período vespertino das 14h30min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, pelo período de 22 de abril de 2021 a 15 de dezembro de 2021, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Ciente em ____/____/____

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16731/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

CONCEDER GOZO DE FÉRIAS

CIRLEI ZIMMERMANN GOBI, Código 3.482, casada, nascida em 24.01.1979, residente na Rua 21 de Abril, nº 1480, Centro, São Miguel do Oeste - SC, para o cargo em comissão do cargo (43) em comissão de Chefe de Gabinete, Nível DAS - 3, regido pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2019 a 01 de abril 2020, sendo o período de gozo a contar de 01 de abril de 2020 a 30 de abril de 2020, sendo interrompidas pela Portaria nº 15736/2020, restando, portanto, 18 (dezoito) dias, dos quais 03 (três) dias, serão gozados nos dias 08 a 10 de julho de 2020, restando, portanto, 15 (quinze) dias a serem gozados em nova data, dos quais 02 (dois) dias serão gozados nos dias 01 e 02 de dezembro de 2020, restando, portanto, 13 (treze) dias, dos quais 05 (cinco) que serão gozados nos dias 08 a 12 de março de 2021, restando, portanto, 08 (oito) dias, sendo que 02 (dois) dias serão gozados nos dias 22 e 23 de abril de 2021, restando. Portanto, 06 (seis) dias a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16732/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o com o Art. 4º, da *Lei nº 04/90, de 02.03.90*, artigo 23, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, Art. 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Municipal nº 121/97, 12 de dezembro de 1997, IN nº 14/2012, do TCE/SC e IN nº 02/2018, do Controle Interno do Município de Descanso, resolve:

CESSAR PORTARIA Nº 16593/2021, de 24 de fevereiro de 2021.

que designou **MARINÊS ARIENT STEIN**, Código: 3.140, brasileira, casada, nascida em 28.12.1993, inscrita no CPF sob o nº 093.270.229-55 e RG nº 6.472.243, ocupante do cargo (20) efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de descanso, responsável beneficiária de recursos públicos que tenha recebido recurso público, a título de adiantamento, sujeito à prestação de contas da Prefeitura, exceto Fundo Municipal de Saúde, conforme, art. 1º, § 1º, inciso I, alínea *b*, da IN nº 02/2018, do Controle Interno do Município de Descanso, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16733/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Art. 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, resolve:

ALTERAR PORTARIA Nº 16465/2021, de 03 de fevereiro de 2021.

e atribuir à **JOSEMARI LEAL WANDSCHEER**, Código: 571, brasileira, casada, nascida aos 30.11.1973, inscrita no CPF sob o nº 842.854.869-20 e Célula de Identidade sob o nº 13/R-3.102.753, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, lotada na Secretaria de Administração, para exercício e atribuições do cargo nos órgãos de colaboração, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, percebendo Função Gratificada FG-03, e seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2021.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16734/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o com o Art. 4º, da *Lei nº 04/90, de 02.03.90*, artigo 23, inciso I, da *Lei nº 086/91, de 27.12.91*, Art. 37, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil, *Lei Municipal nº 121/97, 12 de dezembro de 1997*, *IN nº 14/2012, do TCE/SC* e *IN nº 02/2018, do Controle Interno do Município de Descanso*, resolve:

DESIGNAR

JOSEMARI LEAL WANDSCHEER, Código: 571, brasileira, casada, nascida aos 30.11.1973, inscrita no CPF sob o nº 842.854.869-20 e Célula de Identidade sob o nº 13/R-3.102.753, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, lotada na Secretaria de Administração, para exercício e atribuições do cargo nos órgãos de colaboração, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, responsável beneficiária de recursos públicos que tenha recebido recurso público, a título de adiantamento, sujeito à prestação de contas da Prefeitura, exceto Fundo Municipal de Saúde, conforme, art. 1º, § 1º, inciso I, alínea *b*, da *IN nº 02/2018, do Controle Interno do Município de Descanso*, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16735/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de **BIANCA PARMEGIANI**, Código: 2.962, ocupante do cargo (33) efetivo de Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com exercício das atribuições do cargo no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 08h00min às 12h00min e no período vespertino das 13h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16736/2021, de 22 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 47, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO

de **ANA GRAZIELA PARMEGGIANI**, Código: 458, ocupante do cargo (29) efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício das atribuições do cargo na Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com carga horária de 40 horas semanais, em dois turnos, sendo: no período matutino das 07h30min às 13h30min e no período vespertino das 15h00min às 17h00min, de segunda-feira à sexta-feira, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, de 22 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16737/2021, de 23 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **MARIO HENRIQUE KESKE HAPPKE**, Código: 448, brasileiro, casado, nascido em 07.03.1972, inscrito no CPF sob o nº 681.827.089-15, ocupante do cargo (40) efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria dos Transportes para exercer as funções do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 15 (quinze) dias, sendo de 22 de abril de 2021 até 06 de maio de 2021, e seus efeitos retroativos a 22 de abril de 2021.

Descanso - SC, 23 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16738/2021, de 23 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **SUZAMARA MIOTTO**, Código: 3.033, ocupante do cargo (257) efetivo de Coordenador do CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 07 (sete) dias, sendo de 22 de abril de 2021 até 28 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 22 de abril de 2021.

Descanso - SC, 23 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16739/2021, de 23 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **DAIANE BUSNELO**, Código: 3.660, brasileira, solteira, nascida aos 21.09.1984, portadora do RG nº 3.826.527, inscrita no CPF sob o nº 045.618.529-13, residente e domiciliada na Rua Jorge Lacerda, nº 335, Distrito de Itajubá, Descanso - SC, ocupante do cargo (61) em comissão de Chefe da Divisão de Assistência Social, Nível DAS - 2, regida pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 23 de abril de 2021 até 25 de abril de 2021, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 23 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16740/2021, de 23 de abril de 2021.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

LISANDRA STANKIEWICZ LUNARDI, Código: 3.157, ocupante do cargo (31) efetivo de Merendeira, lotada na Secretaria de Assistência Social, para exercícios e atribuições do cargo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Linha Campinas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, para auxiliar no tratamento médico de sua mãe **Filomena Stankiewicz**, devendo permanecer afastado de suas atividades laborais devido a enfermidade deste, e pelo período de 23 de abril de 2021 a 07 de maio de 2021, ou seja, 15 (quinze) dias, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 23 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria.



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16741/2021, de 26 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **VANESSA CRISTINA CORTI STURM**, Código: 2.970, ocupante do cargo (12) efetivo de Professor – Ensino Superior – habilitação em Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para exercício das atribuições do cargo no Centro de Educação Infantil e Ensino Fundamental Getúlio Vargas, nível “3”, referência “B”, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 05 (cinco) dias, sendo de 25 de abril de 2021 até 29 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a 25 de abril de 2021.

Descanso - SC, 26 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA Nº 16742/2021, de 26 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **DAIANE BUSNELO**, Código: 3.660, brasileira, solteira, nascida aos 21.09.1984, portadora do RG nº 3.826.527, inscrita no CPF sob o nº 045.618.529-13, residente e domiciliada na Rua Jorge Lacerda, nº 335, Distrito de Itajubá, Descanso - SC, ocupante do cargo (61) em comissão de Chefe da Divisão de Assistência Social, Nível DAS - 2, regida pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastada por 03 (três) dias, sendo de 26 de abril de 2021 até 28 de abril de 2021, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 26 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon– Agente de Secretaria



Estado de Santa Catarina

Município de Descanso

PORTARIA N° 16743/2021, de 26 de abril de 2021.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 174, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Regulamento dos Benefícios de Previdência Social do INSS, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

à **HELTON PEDRO BORGES DE OLIVEIRA**, Código: 3.011, ocupante do cargo (42) efetivo de Operador de Equipamentos Rodoviários, lotado na Secretaria dos Transportes para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pela apresentação de atestado médico, devendo manter-se afastado por 03 (três) dias, sendo de 26 de abril de 2021 até 28 de abril de 2021, e seus efeitos retroativos a contar da presente data.

Descanso - SC, 26 de abril de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Portaria.

Thais Regina Durigon— Agente de Secretaria

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DANC PROTOCOLO CONDER 489/2021

Publicação Nº 3003559

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DANC - DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE PROCESSO DE LICENCIAMENTO/DANC PROTOCOLO Nº 489/2021 CONDER

O Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.026.773/0001-74 com sede Rua: Santos Dumont, nº 413, Centro, CEP: 89950-000, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DANC – Declaração de atividade não constante, com prazo de validade de 12(doze) meses contados a partir de 27/abril/2021, formulado pelo empreendedor, de acordo com a Resolução CONSEMA nº 150/2019, declara para os devidos fins o empreendimento/atividade: Criação de bovinos de leite em sistema semi-intensivo, com localização nas coordenadas geográficas Latitude 26°19'43.2"S e Longitude 53°34'51.0"W, situado no Distrito de São Pedro Tobias, zona rural, município de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, em 27 De abril De 2021.

Prefeito(a) Municipal

EDERSON MIGUEL SCHNEIDER

Agente Municipal de Licenciamento Ambiental, Programa Gestão Ambiental, Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC

EXTRATO CREDENCIAMENTO 13/2021 - FMS

Publicação Nº 3003737

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2021

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados, que está aberta a LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sendo que a análise da documentação para cadastramento dos interessados está aberta a partir das 14h00 horas, do dia 28 de Abril de 2021, até o dia 27 de Abril de 2022, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, visando o CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA NAS DIVERSAS PATOLOGIAS PARA USUÁRIOS JUNTO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, CAPS-REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, BEM COMO ATENDIMENTO À SAÚDE DA MULHER E O ACOMPANHAMENTO AO PRE-NATAL. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 e na webpage: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. Thyago W. G. Gonçalves (Prefeito Municipal).

EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 51-2021 - PMDC

Publicação Nº 3004442

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2021

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 51/2021, Edital de Pregão Nº 51/2021, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA, PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAIS, BEM COMO ATENDER TODAS AS PENDÊNCIAS E BLOQUEIOS DO SIMEC, DAS OBRAS DO FNDE, NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 10/05/2021, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4828/2021

Publicação Nº 3003499

LEI Nº 4828/2021.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EXPEDIR A NECESSÁRIA LICENÇA, OU DOCUMENTO CORRESPONDENTE, PARA A DEVIDA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Dionísio Cerqueira autorizado a expedir licença ou documento correspondente, para regularização de edificações construídas antes do advento da Lei nº 3.826/ 2007, mediante a devida e legal comprovação documental.

§ 1º- As concessões das autorizações, serão rigorosamente analisadas pelo Departamento Municipal de Tributação, que levará em conta a documentação apresentada pelos interessados, em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual prazo;

§ 2º- Constatadas irregularidades, o pedido será devolvido ao interessado para a devida regularização.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste PL correrão à conta do Orçamento em execução.

Art. 3º. Esta Lei passará a vigorar na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE ABRIL DE 2021.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI Nº 4829/2021

Publicação Nº 3003510

LEI Nº 4829/2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 4090/2010 – DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (CTM) - efetua reajuste na taxa de coleta de lixo e dá outras providências.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira- Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com amparo na Lei Orgânica Municipal (art. 84, III) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art 1º - O artigo 269 da Lei nº 4090/2010 (CTM), passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 269 - A Taxa será calculada anualmente, com base no Plano Diretor Físico-Territorial do Município, conforme Lei nº. 3.826 de 01 de Novembro de 2007 e suas alterações, observadas a respectiva localização e utilização e corresponderá à aplicação de coeficiente sobre o valor da URM- Unidade de Referência do Município de acordo com as tabelas a seguir:

TABELA DE COEFICIENTE PARA TAXA DE COLETA DE LIXO – DOMICILIAR										
URM – ANUAL										
Zona Residencial	ZR1-A	ZR1B(1)	ZR1-B(2)	ZC	ZCR(3)	ZCR(4)	ZCA	ZM	ZR-2	ZR1-B(5)
Valor em URM	0,85	0,85	0,85	1,71	1,20	0,85	0,36	0,85	0,36	0,85

(1) Residências entre a Divisa da Zona ZR1-B até toda a extensão da Rua Fiorelo Verona.

(2) Residências em Outras áreas da Zona residencial 1-B, inclusive as quadras 143, 144, 145, 146, 147 e 148 da planta geral da cidade pertencente à Zona Mista.

(3) Residências na Avenida Washington Luiz.

(4) Residências em outras áreas da Zona Comercial e Residencial.

(5) Residências situadas no Loteamento Alberto Silvestri e residências situadas no Loteamento Jardim Imperador e Loteamento Lago das Nações, pertencentes a ZEU – Zona de Expansão Urbana.

TABELA DE COEFICIENTE PARA TAXA DE COLETA DE LIXO – COMERCIAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E SIMILARES CONFORME LISTA ABAIXO					
URM – ANUAL					
	ZR1-A	ZR1-B	ZCR	ZC	DZ
Mercado – 1 (1)	5,14	5,14	5,14	6,86	3,43
Mercado – 2 (1)	3,43	3,43	3,43	5,14	1,71
Mercado – 3 (1)	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
Com./Ind 1 (2)	4,28	3,43	3,43	3,43	3,43
Com./Ind 2 (2)	3,43	1,71	1,71	1,71	1,71
Com./Ind 3 (2)	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
Galpões/Indúst.	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00
Hotéis	10,29	10,29	10,29	10,29	10,29
Prest. Serviços	1,28	1,28	1,28	1,28	1,28
Postos Gasolina	10,29	10,29	10,29	10,29	10,29
Estab. Bancários	10,29	10,29	10,29	10,29	10,29

(1) Serão considerados Mercados – 1, os estabelecimentos com área superior a 300m² e Mercados – 2, com área inferior a 300 m² e

superior a 70m2 e Mercado – 3 inferior até 70m2.

(2) Serão consideradas Comércio –1, os estabelecimentos com área superior a 300 m² e Comércio – 2, os com área inferior a 300 m² e superior a 50m2 e Comércio – 3 os estabelecimentos até 50m2.

Parágrafo único. O município deverá efetuar os serviços de coleta de lixo no mínimo:

- I - 01 (uma) vez por semana nas Zonas ZCA e ZR2;
- II - 02 (duas) vezes por semana nas Zonas ZM, DZ;
- III - 03(três) vezes por semana nas Zonas ZR1-A, ZR1-B, ZCR e ZCR(4);
- IV - (quatro) vezes por semana na Zona ZCR(3);
- V -05(cinco) vezes por semana na Zona ZC.

TABELA DE COLETA DE LIXO REMOÇÃO ESPECIAL - URM	
Por hora – com auxílio de máquina	0,48
Por hora – com auxílio de pessoas	0,24

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE ABRIL DE 2021.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORMÉLIO PÉRCIO
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

Dona Emma

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003277

DECRETO Nº 044/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2021, instaurado pelo Município de Dona Emma em 11 de fevereiro de 2021.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Dona Emma, de 31 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no subitem "12.3" do Edital de Processo Seletivo nº 001/2021, de 11 de fevereiro de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do PROCESSO SELETIVO, destinado à contratação de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, para atuarem na secretaria municipal da saúde, secretaria municipal da educação cultura e desporto, secretaria municipal de obras e serviços urbanos, secretaria de desenvolvimento econômico e meio ambiente, e secretaria municipal de administração, finanças e planejamento, de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 001/2021, de 11 de fevereiro de 2021, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas na forma do Anexo I deste Decreto, do qual faz parte integrante.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 26 de abril de 2021.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de
Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS			Nº de Vagas: CR		Carga Horária: 44 horas				
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL	
1º	40	AIRTON HOEPERS	005.007.829-11	0,30	0,20	0,60	3,20	4,30	
2º	63	JONATHAN HASCKEL	107.896.659-13	0,60	0,00	0,60	2,80	4,00	
3º	117	CARLOS HENRIQUE HABITZREUTER	085.935.849-69	0,00	0,20	0,90	0,00	1,10	

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS			Nº de Vagas: CR		Carga Horária: 40 horas				
CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL	
1º	32	JOSIANI BITTERBRUN BADEL	049.149.139-50	0,90	0,40	0,90	5,20	7,40	
2º	90	ANA PAULA ROSTOVCEV MUNDT	008.526.329-08	1,20	0,20	0,90	4,80	7,10	
3º	99	POLIANA FAGUNDES	012.122.469-42	0,60	0,40	0,60	5,20	6,80	
4º	27	JESSICA NUNES	092.993.819-41	1,20	0,20	0,60	4,40	6,40	
5º	92	JOICE FERNANDA MANARIN	060.733.359-62	1,20	0,60	0,60	4,00	6,40	
6º	31	ADRIANA FATIMA DA SILVA RICARDO	060.674.659-57	0,90	0,00	0,30	4,80	6,00	
7º	119	CAROLAINÉ MIRANDA BOMFIM	012.122.459-70	0,00	0,40	0,30	5,20	5,90	
8º	115	GABRIELE CRISTÓVÃO DE LOURENA	130.732.809-10	0,60	0,00	0,90	3,20	4,70	
9º	101	VALDIRENE ODOVANE RISKI	009.144.829-80	0,60	0,40	0,60	2,80	4,40	
10º	116	RAFAELA FÁTIMA DA SILVA	051.558.739-75	0,60	0,20	0,30	3,20	4,30	
11º	74	JULIANE APARECIDA VIEIRA	099.593.019-82	0,30	0,40	1,20	2,00	3,90	
12º	47	LUCIANA DA ROSA OLIVEIRA GUTZ	089.359.709-05	0,30	0,20	0,60	2,40	3,50	
13º	55	MARIZETE WANDSCHEER	059.970.149-83	0,60	0,00	1,50	0,80	2,90	
14º	104	GEOVANA ESCOVAL	068.444.269-84	0,30	0,20	0,90	1,20	2,60	

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO			Nº de Vagas: CR		Carga Horária: 35 horas				
--------------------------------	--	--	-----------------	--	-------------------------	--	--	--	--

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL
1º	58	MAURO JUNIOR METT	077.748.619-98	0,60	0,80	0,90	4,40	6,70
2º	3	SIMONE ROTERMEL	041.660.909-09	0,60	0,60	0,90	4,40	6,50
3º	12	LUCIANA TILLMANN	012.116.439-05	1,20	1,00	1,50	2,80	6,50
4º	85	PATRÍCIA PALOMA DELL ANDRÊA	104.860.499-30	0,30	0,40	1,20	4,00	5,90
5º	108	CRISTIANA BARTH	061.058.579-77	1,50	0,20	0,90	3,20	5,80
6º	13	BRUNA DA SILVA DOROW	108.425.459-05	1,20	0,60	1,20	2,80	5,80
7º	109	KANANDA THIERSCH FIEDLER	118.330.019-07	0,90	0,60	1,20	2,00	4,70
8º	35	RUDINEI METT	066.571.829-29	0,60	0,40	1,20	2,40	4,60
9º	107	GLORIA POFFO	838.087.109-00	1,20	0,40	1,20	1,60	4,40
10º	82	PAMELA NAIARA BRUTCOSKI	111.250.429-07	0,30	0,00	0,90	2,40	3,60
11º	33	ROSEMERI FIEDLER FAVARIN	068.728.139-38	0,60	0,20	0,30	2,40	3,50
12º	23	MILENE BEATRIZ SIQUEIRA	012.123.049-00	0,60	0,40	0,90	1,60	3,50
13º	48	THALIA GABRIELA POSSAMAI	097.610.569-10	0,30	0,20	0,90	2,00	3,40
14º	120	JOELÇO ESCOVAL	101.310.509-58	0,00	0,20	0,30	2,80	3,30
15º	93	TALISSOM MIKAEL RIDIERI	110.852.379-07	0,00	0,60	0,30	2,40	3,30
16º	49	LETÍCIA MELO HOPPE	097.215.289-00	0,60	0,80	0,30	1,60	3,30
17º	25	GRAZIELE DE OLIVEIRA ARRUDA	061.379.519-95	0,30	0,20	0,60	2,00	3,10
18º	38	SABRINA KAROLINE CHAGAS MUNIZ	126.427.659-11	0,00	0,20	0,60	2,00	2,80
19º	80	PEDRO FERNANDO PREUSS	099.331.969-60	0,30	0,20	0,90	1,20	2,60

Cargo: ESTAGIÁRIO

Nº de Vagas: CR

Carga Horária: 30 horas

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL
1º	67	GISELA MUNIZ	12627467956	0,90	0,40	1,20	2,40	4,90
2º	45	RUAN ALVES LUNELLI	9751762936	0,30	0,00	1,20	2,80	4,30
3º	46	VANESSA SENES	12891536983	0,30	0,20	0,90	2,80	4,20
4º	24	MARLOM JOSÉ MONTAGNA	12298750939	0,00	0,20	0,90	2,80	3,90
5º	9	NICOLAS ANTONIO WEBER	8779468926	0,60	0,00	0,90	2,40	3,90
6º	54	BIANCA INDIARA CARVALHO ABREU	1216421943	0,00	0,20	1,20	2,00	3,40
7º	19	LETICIA APARECIDA TORETTI	12595274929	0,30	0,20	0,90	1,60	3,00

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Nº de Vagas: CR

Carga Horária: 20 horas

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL
1º	118	MICHEL RODRIGO POFFO	069.910.369-00	0,60	0,40	0,60	4,40	6,00
2º	84	KATLIN GREICIELY PRIMEL	090.430.369-19	1,20	0,60	0,60	3,20	5,60

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTO

Nº de Vagas: CR

Carga Horária: 44 horas

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	PT	MT	CG	CE	NOTA FINAL
1º	30	GILSON MUNIZ	020.605.559-57	0,90	0,80	1,20	4,40	7,30
2º	62	ALDOMAR ALBANO	578.854.949-34	0,90	0,60	0,90	4,40	6,80
3º	22	RUAN PETER DA SILVA CONSTANCIO	086.269.159-18	0,60	0,60	0,60	4,80	6,60
4º	88	MARCONDES DEMATTE	007.643.229-74	0,90	0,60	1,20	3,20	5,90
5º	29	MAICO RIDIERI	058.307.469-30	0,90	0,40	0,90	3,60	5,80
6º	66	ANDRE LUIZ HEIDRICH	743.271.789-34	0,90	0,20	0,60	4,00	5,70
7º	44	MARIO DIMAS FERNANDES	833.158.889-49	0,60	0,60	0,60	3,60	5,40
8º	28	MIGUEL ANGELO TOTTENE	091.393.969-24	0,90	0,40	0,60	3,20	5,10
9º	79	REGINALDO RODRIGUES	066.998.499-05	0,00	0,40	0,60	4,00	5,00
10º	111	WAGNER BALDINI	038.950.789-05	0,90	0,80	0,90	2,40	5,00
11º	70	HUGO PAWLACK	095.367.059-74	0,90	0,60	0,60	2,80	4,90
12º	59	EDSON ARNDT	062.780.269-96	0,60	0,40	0,60	3,20	4,80
13º	6	OSMAR VANELLI	774.994.849-04	0,90	0,40	0,60	2,80	4,70
14º	52	LUIZ FERNANDO LUNELLI	103.048.419-86	0,90	0,20	0,30	2,80	4,20
15º	10	RENATO PAWLACK	068.672.459-35	0,00	0,60	0,60	2,80	4,00
16º	34	ADEMIR FIEDLER	987.605.569-00	0,60	0,40	0,60	2,40	4,00
17º	5	DIRSEU BRUNNER	024.496.859-44	0,30	0,60	0,60	2,40	3,90
18º	102	MATEUS DIETRICH	131.977.989-10	0,60	0,20	0,60	2,40	3,80
19º	36	ALEXANDRO MAIER	012.119.249-04	0,60	0,40	0,30	2,40	3,70

Dona Emma, 26 de abril de 2021.

NERCI BARP
Prefeito Municipal

Entre Rios

PREFEITURA

EDITAL 031/2021 - PMER

Publicação Nº 3003740

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICIPIO DE ENTRE RIOS**

EDITAL DE LICITAÇÕES

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031/2021- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2021 – PMER**

EXCLUSIVA PARA ME's E EPP's, nos itens com valores totais até R\$ 80.000,00.

1 - PREÂMBULO

1.1 - **O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Prefeito Municipal Sr. JOÃO MARIA ROQUE, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto nº. 009/2021, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e respectivas alterações e demais legislação aplicável, observadas, ainda, as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes marcados com os números 01 e 02 e Credenciamentos, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e dos credenciados, dar-se-á até as **08h15min (horário oficial de Brasília) do dia 11 de maio de 2021**, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes com o nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **08h:30min (horário oficial de Brasília) 11 de maio de 2021** em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL (IS) PARA ATUAREM SEMANALMENTE JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS-SC, SETOR DE RECURSOS**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE ENTRE RIOS

HUMANOS, COM CARGA HORÁRIA DE 08 HORAS SEMANAIS IN-LOCO OU REMONO, SENDO QUE PELO MENO 8 HORAS POR MÊS DEVAM SER IN-LOCO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO DO USUARIO DO SETOR EM:

- i. Acompanhamento no cálculo da folha de pagamento no sistema de informação Betha, desde os lançamentos de eventos variáveis, conferência dos cálculos e rotinas do sistema;
- ii. Cálculos de férias e rescisões;
- iii. Verificação dos cálculos com relação as medias e vantagens;
- iv. Conferencias dos períodos aquisitivos;
- v. Conferencias de saldos de provisões referente aos funcionários;
- vi. Fechamento dos cálculos;
- vii. Acompanhamento dos dados da folha no portal de transparência desde a execução do envio de dados e conferencia das informações;
- viii. Geração e conferencia dos dados do e-Sfinge;
- ix. Correção das advertências e erros;
- x. Assessoria e consultoria para o eSocial: com Levantamento dos dados da entidade verificação dos dados cadastrais da entidade, ajustes em relação ao enquadramento; implantação conforme cronograma de fases disponibilizado pelo portal do eSocial, execução da implantação abrangendo todas as tabelas do layout de eSocial, envio de dados e acompanhamento dos retornos, correção de erros de lançamento e qualificação cadastral.

Entre Rios, SC, 27 de abril de 2021.

JOAO MARIA ROQUE
Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 126, DE 28 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003192

PORTARIA Nº 124, de 28 de Abril de 2021.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido FABIANA PAULINO, Matrícula nº 1239, da função de PROFESSORA admitido(a) em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 093, de 18 de Março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de Abril de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0021/2021

Publicação Nº 3003843

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0021/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que PUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0021/2021 – Menor Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, USADO NAS PINTURAS DE SINALIZAÇÕES E FAIXAS DE PEDESTRES NAS RUAS ASFALTADAS DE FAXINAL DOS GUEDES E DISTRITO DE BARRA GRANDE. De acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 10 de maio de 2021, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00 às 17h00m, de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 27 de abril de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0039/2021

Publicação Nº 3004042

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0039/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
CONTRATADO: ZELCIR PEDRO PIAIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a:

CONTRAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE CANTO E TÉCNICA VOCAL, DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS DE FAXINAL DOS GUEDES.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela prestação dos serviços objeto deste Contrato para um período de cinco (8) meses, sendo as parcelas no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), iguais, mensais e sucessivas, totalizando o importe de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1 - O prazo da prestação dos serviços dar-se-á da data de sua assinatura e terá sua vigência até 31/12/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 27 de abril de 2021.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2021

Publicação Nº 3004310

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 21/2021

Processo Licitatório nº. 240/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 26/04/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa PREMIER COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.688.438/0001-20, estabelecida na ROD SC 492 KM 10,5, interior na cidade de Tigrinhos – SC, neste ato representada pelo Sr. Marcio Luiz Eleodoro, inscrito no CPF sob nº. 016.976.359-54 e Identidade nº. 3.101.988, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 240/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 10.024, de Setembro de 2019, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
32	10	UN	CARTOLINA ESCOLAR NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 50x66cm DE NO MINIMO 150g/m² EM EMBALAGEM DE 100 UNIDADES	SANTA MARI	43,80
107	130	CX	PAPEL OFICIO BRANCO PROFISSIONAL A4 (210 x 297 mm) GRAMATURA DE NO MINIMO 75g/m² , EM CAIXA COM 5000 FOLHAS SEPARADAS POR 10 RESMAS COM 500 FOLHAS.	GLOBOTEC	134,99

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 240/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os itens relacionados na Clausula Primeira desta Ata, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra que poderá ser enviada via e-mail constante no cadastramento do fornecedor.

VII - Os Materiais deverão ser entregues sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega.

VIII - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

IX – Os produtos deverão ser entregues em locais estipulados pela secretaria sem custo adicional a administração Municipal.

X– Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretário de Administração

Secretário da Educação

Secretaria da Saúde

Secretaria de Assistência Social

Secretario de Agricultura

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega total da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

II - A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

III - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

V- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão -SC, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	MARCIO LUIZ ELEODORO
CPF: 503.319.819-04	CPF: 016.976.359-54
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2021

Publicação Nº 3004313

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 22/2021

Processo Licitatório nº. 240/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 27/04/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa POTTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.958.284/0001-11, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº. 684, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representada pelo Sr. VALDENIR PEDROZO AIRES, inscrito no CPF sob nº. 031.190.479-37 e Identidade nº. 4.042.170, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 240/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 10.024, de setembro de 2019, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
5	500	UN	APONTADOR ESCOLAR FORMATO SLIM COM LAMINA RESISTENTE DE METAL	Jocar	0,30
13	700	PÇ	CADERNO BROCHURA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	panamerica	1,34
29	450	CX	CANETINHA COLORIDAS LONGAS EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	leonora	3,60
62	30	UN	FOLHAS OFÍCIO A4 COLORIDA EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, SENDO 10 PACOTES DE CADA COR: AZUL, ROSA E VERDE.	chamex	4,10
80	400	UN	LÁPIS PRETO Nº 02	make	0,19
93	15	UN	PALITOS DE CHURASCO TAMNHO 30 CM EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 50 UND	gaboardi	6,50
153	180	UN	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML CAIXAS COM SEIS UNIDADES SENDO 20 CAIXAS DE CADA COR: VERDE, VERMELHO, AMARELO, AZUL, BRANCA, LARANJA, MARROM, PRETO E ROSA	pira	18,99
159	40	UN	TUBO DE COLA BRANCA LAVAVEL NÃO TOXICA DE 1KG	pira	7,45

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 240/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os itens relacionados na Clausula Primeira desta Ata, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra que poderá ser enviada via e-mail constante no cadastramento do fornecedor.

VII - Os Materiais deverão ser entregues sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega.

VIII - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

IX – Os produtos deverão ser entregues em locais estipulados pela secretaria sem custo adicional a administração Municipal.

X- Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretário de Administração

Secretário da Educação

Secretaria da Saúde

Secretaria de Assistência Social

Secretario de Agricultura

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega total da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

II - A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

III - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

V- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão -SC, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	VALDENIR PEDROZO AIRES
CPF: 503.319.819-04	CPF: 031.190.479-37
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/2021

Publicação Nº 3004315

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 23/2021

Processo Licitatório nº. 240/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 27/04/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua do Bosque, nº. 191, na cidade de Cuiúna Porã – SC, neste ato representada pelo Sr. Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF sob nº. 041.562.419-39 e Identidade nº. 4.016.444, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 240/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 10.024, de setembro de 2019, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
11	100	PÇ	BOLA DE PING-PONG Nº 03	Toy Mix	0,89
12	40	CX	BORRACHA ESCOLAR Nº 20 NA COR BRANCA PARA DESENHO COM 20 UNIDADES	Red Bor	7,29
14	100	PÇ	CADERNO DE CALIGRAFIA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	Credeal	1,09
15	300	UN	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA COSTURADO COM 96 FOLHAS MEDINDO NO MINIMO 200x275mm	Credeal	5,00
16	200	UN	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA ESTAMPADA ESPIRAL COM 10 MATERIAIS 200 FOLHAS	Credeal	7,20
17	600	UN	CADERNO DE DESENHO CAPA DURA FOLHAS BRANCA COM 96 FOLHAS	Panamerica	5,37
27	50	UN	CANETA COLORIDA ESFEROGRAFICA EM CAIXA COM 12 UNIDADES	Bic	17,00
28	60	UN	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA CAIXA COM 50 UNIDADES SENDO 30 NA COR AZUL, 25 NA COR PRETA E 5 NA COR VERMELHA	Bic	27,47
44	35	UN	CORRETIVO SECO (FITA CORRETIVA) 5mm X 6m COM 12 UNIDADES	Gramp Line	24,30
49	900	UN	ENVELOPE TIPO CARTA EM DIVERSAS CORES	Foroni	0,22
64	20	UN	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 BRANCO ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	Delta	2,36
65	25	UN	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 CORES ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	Delta	2,97
71	50	UN	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 26/6 COM 5000 UNIDADES	Gramp Line	3,75
78	60	UN	LÁPIS SEXTAVADO COM ESTAMPAS COLORIDAS INFANTIS CAIXA COM 72 UNIDADES	Leonora	41,85
101	320	UN	PAPEL CREPOM EM EMBALAGEM COM 10 ROLOS MEDINDO NO MINIMO DOIS METROS DE COMPRIMENTO DE CADA NAS CORES: AMARELA, AZUL, BRANCA, VERDE, PRETA, ROSA, VERMELHA E MARROM	VMP	5,90
113	70	UN	PAPEL VERGE A4 210/ 297, 180 G/ M² CONTENDO 50 FOLHAS POR PACOTE, SENDO 14 PACOTES DE CADA COR, NAS CORES: SALMÃO, BEGE, BRANCO, CINZA E MARFIM	Off Paper	11,50
123	70	PC	PASTA SUSPENSÃO EM KRAFT COM 25 UNIDADES	Frama	25,67
138	9	UN	PLACA DE ISOPOR 500x1000x10mm COM 25 UNIDADES	Placterm	53,90
142	55	PC	REGUA COM 30 CM, PLASTICA, COM 20 UNIDADES	Waleu	9,85
155	275	UN	TINTA PARA TECIDO, EMBALAGEM DE 37 ML SENDO 25 DE CADA COR, NAS CORES: AMARELO, AMARELO OURO, AZUL, BEGE, COBALTO, LARANJA, PINK, PRETA, VERDE, VERMELHA E VIOLETA	Acrilex	2,00
160	20	UN	TUBO DE COLA SECAGEM RAPIDA EXTRA ADESIVO PVA EM EMBALAGEM DE 1KG	Frama	9,34
163	50	UN	FITA DECORATIVA ESTAMPADA MEDINDO 2,5cmx2,7m	Kit	2,20
164	10	UN	ETIQUETA TP12 REDONDA 12,0mm 5 FLS COM 250 ETIQUETAS POR EMBALAGEM NA COR OURO	Grespan	3,36

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 240/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os itens relacionados na Clausula Primeira desta Ata, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra que poderá ser enviada via e-mail constante no cadastramento do fornecedor.

VII - Os Materiais deverão ser entregues sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega.

VIII - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

IX – Os produtos deverão ser entregues em locais estipulados pela secretaria sem custo adicional a administração Municipal.

X- Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretário de Administração

Secretário da Educação

Secretaria da Saúde

Secretaria de Assistência Social

Secretário de Agricultura

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega total da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique

a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

II - A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

III - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

V- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão -SC, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer

época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI
CPF: 503.319.819-04	CPF: 041.562.419-39
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2021

Publicação N° 3004317

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 24/2021

Processo Licitatório n.º 240/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços n.º 05/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 27/04/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa GESUL COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.711.959/0001-40, estabelecida na Avenida Sete de Setembro, nº. 662, na cidade de Maravilha – SC, neste ato representada pelo Sr. Geisla Antonelli Rayzer, inscrito no CPF sob nº. 023.355.239-10 e Identidade nº. 2.206.214, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 240/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 10.024, de setembro de 2019, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
41	55	UN	COLA ESCOLAR LAVÁVEL NÃO TOXICA EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 110g	PIRA	3,49
55	20	UN	ETIQUETA ADESIVA TAMANHO A4 COM UMA ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 UNIDADES	IMPRI	12,89
56	50	UN	ETIQUETA PARA IMPRESSÃO TAMANHO A4 COM 33 ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 FOLHAS	IMPRI	13,00
66	30	UN	GIZÃO DE CERA INFANTIL CAIXA COM NO MINIMO 06 CORES	PIRA	5,50
76	25	UN	LÁPIS DE COR GRANDE COM NO MINIMO 36 CORES	LEO E LEO	15,99
77	400	CX	LÁPIS DE COR GRANDE, CAIXA COM 12 UNIDADES	LEO E LEO	3,79
79	110	UN	LAPIS DE COR GROSSO, TRIANGULAR TAMANHO DE NO MINIMO 17,6CM X 1CM MINA DE 5MM CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES	LEO E LEO	19,95
84	45	UN	MARCA TEXTO EM EMBALAGEM DE 12 UNIDADES, SENDO 15 CAIXAS DE CADA COR: VERDE, AMARELO E LARANJA	MASTERPRIN	11,49
85	45	UN	MARCADOR PARA QUADRO- BRANCO EM CAIXA COM 12 UNIDADES, SENDO 15 CAIXAS DE CADA COR: AZUL, PRETO E VERMELHO	MASTERPRIN	19,20
91	65	UN	PALITO DE BAMBÚ ESPETO 15 CM EM PACOTES COM NO MINIMO 50 UNIDADES	GABOARDI	2,32
97	60	UN	PAPEL CELOFANE ESCOLAR COM MEDIDAS MINIMAS DE 85x100cm EM PACOTE DE 50 UNIDADES SENDO 12 PACOTES DE CADA COR: VERMELHO, AMARELO, TRANSPARENTE, VERDE E AZUL.	RST	45,99
112	18	UN	PAPEL SEDA, PACOTES COM 100 FOLHAS, NAS CORES BRANCO, VERMELHO, ROSA, LARANJA, AZUL E VERDE SENDO 2 PACOTES PARA CADA COR	RST	17,40
118	50	CX	PAPEL OFÍCIO BRANCO A3 EM RESMAS DE 500 FOLHAS, CAIXA COM 2500 FOLHAS	MEGA	199,00
131	40	UN	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, CAIXA COM 12 UNIDADES SENDO 10 CAIXAS DE CADA COR, NAS CORES: AZUL, PRETA, VERMELHA E VERDE	MASTERPRIN	19,49
135	70	UN	PLACA DE E.V.A ESTAMPADA MEDINDO NO MINIMO 40x60 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 05 UNIDADES	EVAMAX	16,28
140	45	UN	PRATO DE PAPELÃO TAMANHO 35cm DE DIÂMETRO COM 10 UNIDADES	DESKART	13,00

147	10	UN	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM NUMEROS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	MOR	29,99
148	10	UN	TAPETE PEDAGOGICO EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM LETRAS COM NO MINIMO 26 PEÇAS	MOR	79,99
149	10	UN	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM ANIMAIS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	MOR	28,00
165	10	UN	GRAMPO "U" EM ALUMINIO PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS COM 50 UNIDADES	JOCAR	19,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 240/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os itens relacionados na Clausula Primeira desta Ata, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra que poderá ser enviada via e-mail constante no cadastramento do fornecedor.

VII - Os Materiais deverão ser entregues sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega.

VIII - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

IX - Os produtos deverão ser entregues em locais estipulados pela secretaria sem custo adicional a administração Municipal.

X- Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretário de Administração
Secretário da Educação
Secretaria da Saúde
Secretaria de Assistência Social
Secretário de Agricultura

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega total da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

II - A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

III - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

V- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão -SC, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou

até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	GEISLA ANTONELLI RAYZER
CPF: 503.319.819-04	CPF: 023.355.239-10
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2021

Publicação Nº 3004319

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 25/2021

Processo Licitatório nº. 240/2021

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2021

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 27/04/2021

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa DAGEAL – COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.245.458/0001-50, estabelecida na Rua Princesa Isabel, nº. 26, na cidade de Barão do Cotegipe – RS, neste ato representada pelo Sr. Darlan Carlos Tomazelli, inscrito no CPF sob nº. 017.662.210-07 e Identidade nº. 1094577952, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 240/2021 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2021, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02 e Decreto nº. 10.024, de setembro de 2019, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
47	50	UN	ELASTICO SUPER AMARELO Nº. 18 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 110 UNIDADES	mamuth	2,50
51	270	UN	ESPIRAL PVC 09mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	jc	11,00
52	270	UN	ESPIRAL PVC 12mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	jc	15,95
53	270	UN	ESPIRAL PVC 7mm PARA ENCADERNAÇÃO 7mm COM 100 UNIDADES	jc	8,38
67	25	UN	GRAMPEADOR CORPO METALICO NA COR PRETA UTILIZANDO GRAMPO 26/6 CAPACIDADE DE ATÉ 25 FOLHAS	onda	12,00
83	70	UN	LIVRO ATA COM CAPA DURA PRETA COM 50 FOLHAS	são doming	7,20
96	30	UN	PAPEL CARTÃO PARA IMPRESSÃO NA COR BRANCA PACOTE COM 50 UNIDADES	pauta bran	8,50
125	25	UN	PERCEVEJO LATONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	jocar	2,15

126	15	UN	PERFURADOR DE PAPEL, PARA DOIS FUROS, TAMANHO MÉDIO COM ESTRUTURA METÁLICA E PLÁSTICA, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS DE 75gr	leonora	13,57
132	270	UN	PINCÊIS PARA ARTESANATO SENDO 45 DE CADA Nº , SENDO OS SEGUINTE NÚMEROS: 08, 10, 12, 14, 16 E 18.	leonora	2,20

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 240/2021.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os itens relacionados na Clausula Primeira desta Ata, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra que poderá ser enviada via e-mail constante no cadastramento do fornecedor.

VII - Os Materiais deverão ser entregues sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade e com garantia mínima de 03 meses contados data de entrega.

VIII - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

IX – Os produtos deverão ser entregues em locais estipulados pela secretaria sem custo adicional a administração Municipal.

X- Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceitos na hora da entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretário de Administração

Secretário da Educação

Secretaria da Saúde

Secretaria de Assistência Social

Secretário de Agricultura

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega total da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

II - A Administração poderá realizar pesquisa de mercado, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

III - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

III - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

IV - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

V- A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2021 e 2022.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto lícitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Flor do Sertão - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão -SC, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do

mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		DARLAN CARLOS TOMAZELLI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 017.662.210-07
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 839/2021

Publicação Nº 3004438

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial
 PROCESSO LICITATÓRIO nº. 839/2021
 MODALIDADE: Pregão Presencial nº.14/2021
 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO, JARDINAGEM, LIMPEZA E MANUTENÇÃO GERAIS NO PERIMETRO URBANO, CICLOVIA E PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 28 de abril de 2021, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – www.flordosertao.sc.gov.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 10 de maio de 2021. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subseq-ente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 27 dias do mês de abril de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

PORTARIA Nº 153/2021

Publicação Nº 3001808

PORTARIA Nº 153/2021
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO LICENÇA PRÊMIO a servidora municipal LAURA MARIA ROGOSKI, ocupante do cargo de

Professora, com carga horaria de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, nos dias 27 a 30/04/2021, correspondente ao período 02/2016 a 02/2021 conforme dispõe a Lei Municipal nº. 497/2011 em seu artigo 112.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 27 dias do mês de Abril de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 005/2021

Publicação Nº 3003765

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 005/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: LORENI SUTIL DA TRINDADE ZANCHET
OBJETO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - 20 h
PRAZO DE VIGÊNCIA: 29/04/2021 a 15/07/2021.
FORMOSA DO SUL, 27 DE ABRIL DE 2021.
JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5288/2021

Publicação Nº 3004460

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5288, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2021 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE ANTONIO COMUNELLO, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida Lei Municipal N.º 772, de 14 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ENTIDADE: 1 – MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013 – PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(76) 3.3.50.00.00.00.00.0100 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 2.100,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente da anulação, referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

ENTIDADE: 1 – MUNICIPIO DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013 – PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
(77) 3.3.90.00.00.00.00.0100 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$2.100,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 27 de abril de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/PMF/2021

Publicação Nº 3003268

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/PMF/2021
(Referente Pregão Presencial nº. 43/PMF/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. José Claudio Gonçalves, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 1.746.727 e inscrito no CPF sob o nº 551.394.269-00, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1 – JULIANO MEINSCHIN EIRELI inscrita no CNPJ nº. 38.613.730/0001-30 estabelecida na Rua Augusto Pedro Schmitt, nº 20 sala 01, Sul do Rio, Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Juliano Meinschin, brasileiro, CI 3.844.126, CPF 004.859.359-10;

2 – LIVRARIA JADE LTDA, inscrita no CNPJ nº. 80.094.337/0001-44, estabelecida na Rodovia José Spillere, nº 1361, Caravaggio, Nova Venéza/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Luis Augusto Spillere Furlan, brasileiro, CI 5.745.997, CPF 072.327.109-76;

3 – ROTA SUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 13.802.461/0001-20, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, nº 6106, Centro, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Helmut Dal Toe, brasileiro, CI 2.158.625, CPF 648.542.999-91;

4 – BIANCA RICACHESKI RAUBER, inscrita no CNPJ nº. 28.584.842/0002-38, estabelecida na Rua 228, nº 185 sala 04, Meia Praia, Itapema/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Edison Luis Mayrer, brasileiro, CI 2.104.380.205, CPF 021.464.530-44.

Doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 43/PMF/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO de material de expediente para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento da autorização de fornecimento.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- B) apresentar documentação falsa;
- C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- E) não mantiver a proposta;
- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega do produto no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no contrato ou instrumento equivalente.

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Ester Zanette Barp, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ricardo Alexandre Ximenes será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 43/PMF/2021, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal
JULIANO MEINSCHIN EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Juliano Meinchein
LIVRARIA JADE LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Luís Augusto Spilere Furlan
ROTA SUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E ALIMENTOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Helmut Dal Toe
BIANCA RICACHESKI RAUBER
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Edison Luis Mayrer
Ester Zanette Barp
Fiscal da Ata

ATA RP 19 - PEÇAS VEÍCULOS POLÍCIA CIVIL

Publicação Nº 3003271

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/PMF/2021
(Referente Pregão Presencial nº. 47/PMF/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Sr. JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1746727, e inscrito no CPF sob o nº 551.394.269-00, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa SANGALETTI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA inscrita no CNPJ nº. 13.467.459/0001-41 estabelecida na Rua Dr. Cesare Tibaldeschi, 633, Centro, no município de Nova Veneza, neste ato representada pelo Sr. Filipe Alexandre Leandro, brasileiro, CI 4.874.370, CPF 057.457.509-01, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 47/PMF/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção de veículos da Polícia Civil do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

ITEM	PLACA	FABRICA	M.OBRA MECÂNICA	M.OBRA ELÉTRICA	DESCONTO P.O	DESCONTO P.R
1	MMB-5349	FORD	R\$ 61,60	R\$ 54,60	15%	35%
2	MLL-3270	FORD	R\$ 61,60	R\$ 54,60	15%	35%

3	MLV-2279	FIAT	R\$ 61,60	R\$ 54,60	15%	35%
4	RDS5F56	FORD	R\$ 61,60	R\$ 54,60	15%	35%

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.
2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
 - 2.1. O objeto será solicitado pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços de acordo com as necessidades, sendo que a empresa contratada deverá receber o veículo e realizar diagnóstico detalhado em até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação.
 - 2.2. Após Autorização de Fornecimento do objeto, este deverá ser entregue, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Forquilha, localizado na Avenida 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias, num prazo máximo de: 03 (três) dias úteis para fornecimento de peças, 10 (dez) dias úteis para serviço de retífica de motor e 05 (cinco) dias úteis para os demais serviços solicitados.
 - 2.3. Os serviços de mão de obra, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, sendo que os veículos serão transportados (deslocados) e devolvidos na sede desta municipalidade, sob responsabilidade da empresa contratada.
 - 2.3.1. Os serviços deverão ser executados na sede da empresa contratada, dentro do perímetro do Município de Forquilha/SC.
 - 2.3.2. Se o veículo estiver parado, impossibilitado de se locomover, a proponente deverá se deslocar até o local onde estiver o referido veículo (a campo), coletar peças e realizar os serviços, promovendo posteriormente a substituição necessária, mantidos os prazos de execução pré-definidos neste edital.
3. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
 - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não realizar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.
7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.
 - 7.1. A quantidade de veículos indicada no Pregão Presencial nº. 47/PMF/2021 visa somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação potencial do objeto, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço/fornecimento a ser requisitado.
 - 7.2. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos, descritos em cada item, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários, observada a proporção de contratação exclusiva prevista na lei 123/06.
8. O Município não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.
9. Diversos serviços poderão ser realizados pela própria mecânica do Município, eximindo a contratada pela responsabilidade sobre os mesmos, devendo fornecer somente as peças quando solicitado.
10. Será permitido o condicionamento de peças originais dos veículos, quando possível, desde que não venham a interferir na segurança dos mesmos e oferecida garantia, mediante prévia aprovação do Gestor/Fiscal da ata.
11. Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT vigentes, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes, para a prestação destes serviços, sendo obedecidas rigorosamente as instruções do veículo, cabendo a contratada buscar junto ao fabricante as informações necessárias conforme Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
12. Para os veículos que encontram-se em garantia, a manutenção deverá respeitar as exigências que possam interferir, preservando a continuação da garantia.
13. Para a orçamentação poderá ser utilizados como embasamento o sistema CILIA e AUDATEX até que os mesmos estejam vigentes.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada dos respectivos relatórios que comprovem a execução dos serviços em conformidade ao discriminado na proposta contratada.

1.2. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.3. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.4. Além do relatório de serviços e Nota Fiscal, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

A) Certidão Conjunta de Débito junto a Fazenda Federal e CND FGTS demonstrando sua regularidade;

B) Cópia de recolhimento dos seguintes pagamentos do mês anterior: guia de recolhimento do INSS e guia de recolhimento do FGTS;

C) Relação de Empregados - RE.

4.1.1. A não apresentação dos documentos enunciados acima implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

1.5. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva a execução dos serviços desta ata;

1.2. Aplicar a Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Prestar os serviços de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Executar o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Substituir, imediatamente, qualquer profissional cujo desempenho e conduta sejam considerados pelo Município como inconvenientes para o desempenho dos serviços;

2.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Município, devidamente caracterizada a imperícia ou culpa de seus profissionais, cujos valores serão descontados de fatura seguinte da Contratada, sem prejuízo das demais sanções e procedimentos.

Cláusula Oitava – Do Sistema CILIA

1. A licitante vencedora, deverá possuir Acesso ao SISTEMA CILIA, versão FULL (off-line), sendo de responsabilidade da empresa registrada o pagamento do sistema e a sua manutenção.

2. As peças e suas quantidades bem como o número de horas e serviços a serem executados que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do secretário da pasta responsável ou pelo gestor/fiscal desta ata.

2.1. Nesta hipótese, serão utilizados como forma para fixação do valor sobre o qual incidirá o desconto, sequencialmente e subsidiariamente,

os seguintes parâmetros:

- A) A tabela de valores das peças e tabela temporária fornecida pela fabricante ou concessionária do veículo, desde que ela esteja disponível para consulta pública;
- B) O valor de peças praticado no mercado regional, que será obtido através de pesquisa de preços/orçamentação.

3. Quando os descontos registrados na Ata e calculados sobre o SISTEMA CILIA ainda se apresentarem superiores aos praticados no mercado regional (conforme pesquisa de preços atualizada), o Município deverá:

- A) Convocar o fornecedor visando a negociação e redução dos preços para adequação aos preços de mercado;
- B) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;
- C) Não havendo êxito, o Município deverá proceder com outras medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4. Em nenhum caso poderá ser aplicado percentual de desconto inferior do apresentado pela proponente vencedora, independentemente se o parâmetro utilizado for a tabela do SISTEMA CILIA ou os demais previstos nesta Cláusula.

Cláusula Nona – Da Garantia

- 1. A garantia a ser exigida nesta ata sobre as peças originais e de reposição fornecidas será de (um) ano sob defeitos de fabricação.
- 2. A garantia dos serviços de mão-de-obra não poderá ser inferior a 06 (seis) meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
- 3. Constatado o fornecimento de materiais e serviços de má qualidade ou irregular, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Cláusula Décima – Da Subcontratação

- 1. Será permitida a terceirização dos serviços não disponibilizados pela contratada, mediante a prévia comunicação e autorização do Gestor/Fiscal da Ata. Será de inteira responsabilidade da contratada a execução dos serviços terceirizados por ela.
- 2. Fica previamente permitida a subcontratação de serviços de retífica, caso seja necessário, mantendo a responsabilidade dos serviços sob a empresa detentora da ata.
- 2.1. A retífica, montagem e colocação de motor completo, deve ter a mesma garantia mínima estabelecida no item 2 da Cláusula Nona desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das Penalidades e Sanções Administrativas

- 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não mantiver a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
- 2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
- 4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de

1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Décima Segunda – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima Terceira – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Quarta – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Ricardo Leal Kelleter Neto, serão o Fiscal desta Ata, sendo deles a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ricardo Alexandre Ximenes, Secretário de Administração e Finanças será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Quinta – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 47/PMF/2021, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Sexta – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal
SANGALETI AUTOCAR E GUINCHOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Filipe Alexandre Leandro
Ricardo Leal Kelleter Neto
Fiscal da Ata

COMUNICADO: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 24/PMF/2021

Publicação Nº 3004819

COMUNICADO

Após transcorrido o prazo recursal da Ata 01 do Chamamento Público nº. 24/PMF/2021, com o indeferimento dos recursos impetrados, o Município de Forquilha/SC torna público para conhecimento dos interessados a relação, em ordem alfabética, dos nomes dos profissionais, previamente cadastrados, que participarão do sorteio dos membros que irão compor a "Subcomissão Técnica" que irá proceder à análise e ao julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, na modalidade de concorrência pública, tipo melhor técnica, objetivando a contratação de agência para a prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, a saber:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO	VÍNCULO MUNICÍPIO
01	Amanda Farias Pisone	Formação: Bacharela em Jornalismo	NÃO
02	Cristiane de Oliveira Freitas	Formação: Bacharel em Comunicação Social	SIM
03	Diogo Maciel Lessa	Experiência profissional: Jornalista na função de repórter fotográfico	NÃO
04	Douglas Correa Nazario	Formação: Bacharel em Comunicação Social/habilitação em jornalismo	NÃO
05	Ester Zanette Barp	Formação: Bacharel em Comunicação Social	SIM
06	Everaldo Teixeira Silveira	Experiência profissional: Jornalista empresário	NÃO
07	Fernando Vitor	Formação: Bacharel em Comunicação Social	NÃO
08	Itaionara tramontin Recco	Formação: Bacharel em Comunicação Social	NÃO
09	Natália de Freitas Silveira	Formação: Bacharela em Jornalismo	NÃO
10	Sandro Gleston de Mattia	Formação: Bacharel em Comunicação Social	NÃO

A Sessão pública para sorteio dos profissionais que irão compor a Subcomissão Técnica será realizada no dia 12 de maio de 2021, às 09h00min, na sala de reunião no prédio da Prefeitura - situado a Avenida 25 de julho, 3400, Forquilha/SC.

Nos termos do parágrafo 9º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, o sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o Município de Forquilha.

Nos termos do parágrafo 5º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação acima, mediante fundamentos jurídicos plausíveis. As impugnações deverão se protocoladas no setor de licitações, localizado no Paço Municipal 26 de Abril, Av. 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2021.

NELI SEHNEM DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

DECISÃO ADMINISTRATIVA RECURSO : CHAMAMENTO 24/PMF/2021

Publicação Nº 3003801

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CHAMAMENTO – OUTRAS MODALIDADES Nº. 24/PMF/2021

DECISÃO RECURSO

Recorrente: EDUARDO DE SOUZA ROCHA

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº Nº. 24/PMF/2021, para chamamento de inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, na modalidade Concorrência Pública, tipo melhor técnica, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade.

No curso do processo, por decisão da comissão de licitação, foi o recorrente desclassificado pela apresentação de cópia simples de documento exigido, sem a devida autenticação, conforme exigido no edital.

O recorrente, inconformado com sua desclassificação, apresentou impugnação à referida decisão, alegando que apresentou a documentação exigida, no entanto, alegou que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento" e que não poderia ser prejudicado em razão disso.

Por tais motivos, requereu o recorrente que seja reconsiderada a decisão de desclassificação, considerando-o classificado ao certame.

É o relatório.

DO MÉRITO

Primeiramente, quanto aos princípios da administração pública, vê-se que os termos do edital publicado respeita devidamente a participação dos interessados, bem como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público e ainda a vinculação às normas editalícias.

Quanto à impugnação apontada, no que se refere à exigência de documentação autenticada, tal foi expressamente descrita nos itens 3.2 e 3.3 do Edital:

3.2 Com exceção do documento indicado na letra "a" supra, o qual deverá ser apresentado em original, os demais documentos deverão ser apresentados sob uma das seguintes formas:

a) cópias autenticadas em cartório;

b) cópias simples, desde que sejam apresentados os originais ou cópias autenticadas em cartório, para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação no ato da inscrição.

3.3 Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados, ou se os mesmos forem apresentados apenas em cópia simples.

Ademais, os documento que não foram apresentados em via autenticada, conforme exigência editalícia, foram o certificado de conclusão de curso e os documentos de identidade, os quais não estão contemplados pela dispensa do item 3.2, que somente se refere à letra "a", do item 3.1. O item "b" se refere:

b) diploma de conclusão de curso de graduação na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação, devidamente registrado, ou comprovação, através de vínculo empregatício ou outro documento hábil, de experiência em uma dessas áreas;

Assim, claramente não observou o recorrente a exigência editalícia, apresentando apenas cópia simples dos referidos documentos, motivo pelo qual correta a decisão de desclassificação.

Quanto à alegação de que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento", novamente sem razão o recorrente.

O sistema de protocolo municipal, não é competente para analisar e/ou avaliar quaisquer documentos, ou mesmo fazer juízo sobre sua necessidade e/ou forma. O protocolo municipal é um sistema, inclusive disponível on-line, para registro de requerimentos/petições para encaminhamento aos setores competentes.

No caso de protocolo presencial, o servidor apenas recebe os documentos/envelope ou declaração (reduzindo a termo) e os encaminha ao setor competente, no presente caso, ao setor de licitações, onde sim serão avaliados os documentos encaminhados.

Registra-se ainda que o protocolo pode ser acompanhado ou não de documentos, bem como é feito no interesse do particular e por sua declaração unilateral e sequer pode ser recusado o seu registro pelo servidor, independentemente do conteúdo, até porque o servidor não faz qualquer juízo, apenas encaminhando ao setor competente.

Assim, também carente a alegação de que teria sido dispensada por servidor a apresentação de documento autenticado, o que não procede.

O que claramente se percebe, foi a inobservância do candidato às exigências expressas do edital, tentando, neste momento, por via inadequada sua classificação, o que não merece prosperar.

Por tais razões totalmente carente a impugnação recursal apresentada pelo recorrente, carecendo de fundamentos fáticos e jurídicos.

Por todo o exposto e das razões, não procedem os argumentos da impugnação, merecendo ser considerada improcedente a presente impugnação.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, entendemos que o Pedido de Impugnação recursal formulado pelo recorrente deve ser indeferido/improvido, mantendo-se a decisão da comissão de licitação pela desclassificação.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

MAICON HENRIQUE ALÉSSIO	ADEMIR MARIOT DA SILVA
Procurador Geral Municipal	Procurador Adjunto Municipal
OAB nº. 21070	OAB nº. 39.730

DECISÃO

Em consonância ao parecer jurídico supra e demais elementos/informações, conhecemos e indeferimos o recurso apresentado por EDUARDO DE SOUZA ROCHA contra a decisão da Comissão de Licitação de desclassificação, mantendo-se a decisão da comissão de licitação de desclassificação do recorrente.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES	NELI SEHNEM DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Presidente de Comissão

DECISÃO ADMINISTRATIVA RECURSO : CHAMAMENTO 24/PMF/2021

Publicação N° 3003795

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CHAMAMENTO – OUTRAS MODALIDADES N°. 24/PMF/2021
DECISÃO RECURSO

Recorrente: Bianca Francisco Goulart

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº N°. 24/PMF/2021, para chamamento de inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, na modalidade Concorrência Pública, tipo melhor técnica, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade.

No curso do processo, por decisão da comissão de licitação, foi o recorrente desclassificado pela apresentação de cópia simples de documento exigido, sem a devida autenticação, conforme exigido no edital.

O recorrente, inconformado com sua desclassificação, apresentou impugnação à referida decisão, alegando que apresentou a documentação exigida, no entanto, alegou que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento" e que não poderia ser prejudicado em razão disso.

Por tais motivos, requereu o recorrente que seja reconsiderada a decisão de desclassificação, considerando-o classificado ao certame.

É o relatório.

DO MÉRITO

Primeiramente, quanto aos princípios da administração pública, vê-se que os termos do edital publicado respeita devidamente a participação dos interessados, bem como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público e ainda a vinculação às normas editalícias.

Quanto à impugnação apontada, no que se refere à exigência de documentação autenticada, tal foi expressamente descrita nos itens 3.2 e 3.3 do Edital:

3.2 Com exceção do documento indicado na letra "a" supra, o qual deverá ser apresentado em original, os demais documentos deverão ser apresentados sob uma das seguintes formas:

- a) cópias autenticadas em cartório;
- b) cópias simples, desde que sejam apresentados os originais ou cópias autenticadas em cartório, para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação no ato da inscrição.

3.3 Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados, ou se os mesmos forem apresentados apenas em cópia simples.

Ademais, os documentos que não foram apresentados em via autenticada, conforme exigência editalícia, foram o certificado de conclusão de curso e os documentos de identidade, os quais não estão contemplados pela dispensa do item 3.2, que somente se refere à letra "a", do item 3.1. O item "b" se refere:

- b) diploma de conclusão de curso de graduação na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação, devidamente registrado, ou comprovação, através de vínculo empregatício ou outro documento hábil, de experiência em uma dessas áreas;

Assim, claramente não observou o recorrente a exigência editalícia, apresentando apenas cópia simples dos referidos documentos, motivo pelo qual correta a decisão de desclassificação.

Quanto à alegação de que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento", novamente sem razão o recorrente.

O sistema de protocolo municipal, não é competente para analisar e/ou avaliar quaisquer documentos, ou mesmo fazer juízo sobre sua necessidade e/ou forma. O protocolo municipal é um sistema, inclusive disponível on-line, para registro de requerimentos/petições para encaminhamento aos setores competentes.

No caso de protocolo presencial, o servidor apenas recebe os documentos/envelope ou declaração (reduzindo a termo) e os encaminha ao setor competente, no presente caso, ao setor de licitações, onde sim serão avaliados os documentos encaminhados.

Registra-se ainda que o protocolo pode ser acompanhado ou não de documentos, bem como é feito no interesse do particular e por sua declaração unilateral e sequer pode ser recusado o seu registro pelo servidor, independentemente do conteúdo, até porque o servidor não faz qualquer juízo, apenas encaminhando ao setor competente.

Assim, também carente a alegação de que teria sido dispensada por servidor a apresentação de documento autenticado, o que não procede.

O que claramente se percebe, foi a inobservância do candidato às exigências expressas do edital, tentando, neste momento, por via inadequada sua classificação, o que não merece prosperar.

Por tais razões totalmente carente a impugnação recursal apresentada pelo recorrente, carecendo de fundamentos fáticos e jurídicos.

Por todo o exposto e das razões, não procedem os argumentos da impugnação, merecendo ser considerada improcedente a presente impugnação.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, entendemos que o Pedido de Impugnação recursal formulado pelo recorrente deve ser indeferido/improvido, mantendo-se a decisão da comissão de licitação pela desclassificação.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

MAICON HENRIQUE ALÉSSIO	ADEMIR MARIOT DA SILVA
Procurador Geral Municipal	Procurador Adjunto Municipal
OAB nº. 21070	OAB nº. 39.730

DECISÃO

Em consonância ao parecer jurídico supra e demais elementos/informações, conhecemos e indeferimos o recurso apresentado por Bianca Francisco Goulart contra a decisão da Comissão de Licitação de desclassificação, mantendo-se a decisão da comissão de licitação de desclassificação do recorrente.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES	NELI SEHNEM DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Presidente de Comissão

DECISÃO ADMINISTRATIVA RECURSO : CHAMAMENTO 24/PMF/2021

Publicação Nº 3003804

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CHAMAMENTO – OUTRAS MODALIDADES Nº. 24/PMF/2021
DECISÃO RECURSO
Recorrente: Karin Mariana Pahl

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº Nº. 24/PMF/2021, para chamamento de inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a Subcomissão Técnica a ser constituída para análise e julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, na modalidade Concorrência Pública, tipo melhor técnica, objetivando a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade.

No curso do processo, por decisão da comissão de licitação, foi o recorrente desclassificado pela apresentação de cópia simples de documento exigido, sem a devida autenticação, conforme exigido no edital.

O recorrente, inconformado com sua desclassificação, apresentou impugnação à referida decisão, alegando que apresentou a documentação exigida, no entanto, alegou que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento" e que não poderia ser prejudicado em razão disso.

Por tais motivos, requereu o recorrente que seja reconsiderada a decisão de desclassificação, considerando-o classificado ao certame.

É o relatório.

DO MÉRITO

Primeiramente, quanto aos princípios da administração pública, vê-se que os termos do edital publicado respeita devidamente a participação dos interessados, bem como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, supremacia do interesse público e ainda a vinculação às normas editalícias.

Quanto à impugnação apontada, no que se refere à exigência de documentação autenticada, tal foi expressamente descrita nos itens 3.2 e 3.3 do Edital:

3.2 Com exceção do documento indicado na letra "a" supra, o qual deverá ser apresentado em original, os demais documentos deverão ser apresentados sob uma das seguintes formas:

a) cópias autenticadas em cartório;

b) cópias simples, desde que sejam apresentados os originais ou cópias autenticadas em cartório, para autenticação pela Comissão Permanente de Licitação no ato da inscrição.

3.3 Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados, ou se os mesmos forem apresentados apenas em cópia simples.

Ademais, os documentos que não foram apresentados em via autenticada, conforme exigência editalícia, foram o certificado de conclusão de curso e os documentos de identidade, os quais não estão contemplados pela dispensa do item 3.2, que somente se refere à letra "a", do item 3.1. O item "b" se refere:

b) diploma de conclusão de curso de graduação na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação, devidamente registrado, ou comprovação, através de vínculo empregatício ou outro documento hábil, de experiência em uma dessas áreas;

Assim, claramente não observou o recorrente a exigência editalícia, apresentando apenas cópia simples dos referidos documentos, motivo pelo qual correta a decisão de desclassificação.

Quanto à alegação de que "o funcionário público responsável pelo recebimento e protocolo conferiu todos os documentos e, como estavam todos corretos, anexou à Ficha de Inscrição o Diploma de Graduação em cópia simples, alegando que era dispensado a juntada de cópia autenticada deste documento", novamente sem razão o recorrente.

O sistema de protocolo municipal, não é competente para analisar e/ou avaliar quaisquer documentos, ou mesmo fazer juízo sobre sua necessidade e/ou forma. O protocolo municipal é um sistema, inclusive disponível on-line, para registro de requerimentos/petições para encaminhamento aos setores competentes.

No caso de protocolo presencial, o servidor apenas recebe os documentos/envelope ou declaração (reduzindo a termo) e os encaminha ao setor competente, no presente caso, ao setor de licitações, onde sim serão avaliados os documentos encaminhados.

Registra-se ainda que o protocolo pode ser acompanhado ou não de documentos, bem como é feito no interesse do particular e por sua declaração unilateral e sequer pode ser recusado o seu registro pelo servidor, independentemente do conteúdo, até porque o servidor não faz qualquer juízo, apenas encaminhando ao setor competente.

Assim, também carente a alegação de que teria sido dispensada por servidor a apresentação de documento autenticado, o que não procede.

O que claramente se percebe, foi a inobservância do candidato às exigências expressas do edital, tentando, neste momento, por via inadequada sua classificação, o que não merece prosperar.

Por tais razões totalmente carente a impugnação recursal apresentada pelo recorrente, carecendo de fundamentos fáticos e jurídicos.

Por todo o exposto e das razões, não procedem os argumentos da impugnação, merecendo ser considerada improcedente a presente impugnação.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, nos termos da fundamentação, entendemos que o Pedido de Impugnação recursal formulado pelo recorrente deve ser indeferido/improvido, mantendo-se a decisão da comissão de licitação pela desclassificação.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

MAICON HENRIQUE ALÉSSIO	ADEMIR MARIOT DA SILVA
Procurador Geral Municipal	Procurador Adjunto Municipal
OAB nº. 21070	OAB nº. 39.730

DECISÃO

Em consonância ao parecer jurídico supra e demais elementos/informações, conhecemos e indeferimos o recurso apresentado por Karin Mariana Pahl contra a decisão da Comissão de Licitação de desclassificação, mantendo-se a decisão da comissão de licitação de desclassificação do recorrente.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES	NELI SEHNEM DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Presidente de Comissão

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 14/2021

Publicação Nº 3003273

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 14/2021

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 26/2019
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - RACLI LIMPEZA URBANA LTDA

DO OBJETO - Contratação de empresas especializada para execução dos serviços de limpeza urbana (coleta, transporte, e descarga em aterro sanitário de resíduos sólidos), para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescida a quantidade de 230 toneladas ao objeto, sendo mantido o valor unitário de R\$ 254,00 (duzentos e cinquenta e quatro reais), adicionando o montante de R\$ 58.420,00 (cinquenta e oito mil quatrocentos e vinte reais) para o período de vigência contratual.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA - 12 de fevereiro de 2021.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 28/2021

Publicação Nº 3003280

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 28/2021
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 124/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – RAC SANEAMENTO LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos do Município de Forquilha, em aterro sanitário, devidamente licenciado, para atender as necessidades do município de Forquilha/SC.

DO VALOR – Fica acrescida a quantidade de 140 toneladas ao objeto, sendo mantido o valor unitário de R\$ 133,27 (cento e trinta e três reais e vinte e sete centavos), adicionando o montante de R\$ 18.657,80 (dezoito mil seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) para o período de vigência contratual.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93, Pregão Presencial nº 169/PMF/2019.
DATA DA ASSINATURA – 17 de fevereiro de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 11/2021

Publicação Nº 3004492

NOTA DE REVOGAÇÃO 11/2021

CONVITE Nº. 34/PMF/2021

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para serviço de substituição da cobertura da Sede Administrativa do Poder Público Municipal, localizado no Paço Municipal, Avenida 25 de Julho, nº 3400, Centro, Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pela Presidente da Comissão de Licitação, na figura da Sra. Neli Sehnem dos Santos, na presente data, a mesma certificou-se que não ascenderam ao certame nenhum interessado. Diante do exposto fica revogado o Processo Licitatório na Modalidade Convite nº. 34/PMF/2021, considerando a participação deserta.

Forquilha/SC, 27 de abril de 2021.
JOSE CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010_2021-PMF - CURSO - PALMIRA TOLOTTI

Publicação Nº 3004538

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010/2021 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0052/2021 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo (SC), torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0010/2021, referente a despesa para a inscrição do Secretário Denilson Dalagnol para participar da capacitação do PAR – Elaboração do Diagnóstico Ciclo 4 do PAR Alinhados ao + PNE, que será realizado no dia 04 de maio de 2021 em meio online. Contratada: PALMIRA TOLOTTI PALESTRAS LTDA., inscrita no CNPJ 31.701.728/0001-74. Valor Total: R\$ 200,00 (duzentos reais). Fundamento legal. Artigo 25, Caput da Lei 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 23 de abril de 2021.

Wilson Ribeiro Cardoso Junior – Prefeito Municipal

PORTARIA 10872021

Publicação Nº 3004540

PORTARIA Nº 1087, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Agropecuária e da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º;

Em conformidade com a comunicação interna nº 102/2021 da Secretaria de Agropecuária e da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, MARIA ODETE VANZ PEDROSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.560.749-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Agropecuária e da Secretaria de Infraestrutura Urbana, a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de abril de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO ANA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

Publicação Nº 3004542

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) ANA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

Cargo: Monitor Social

Classificação: 24º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.
Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto 3/4 recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 27/04/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

ANA CRISTINA FERREIRA DE LIMA

TERMO DE CONVOCAÇÃO LUCIANA GASPAR DA MAIA

Publicação N° 3004543

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) LUCIANA GASPAR DA MAIA

Cargo: Monitor Social
Classificação: 25º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT N° 009 de 04 de novembro de 2020 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 006/2021, convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Monitor Social na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Monitor Social ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.
Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto 3/4 recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 27/04/2021

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

LUCIANA GASPAR DA MAIA

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 032/2021

Publicação Nº 3003241

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 032/2021, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 023/2021, tipo menor preço por ITEM até às 09h:00min. do dia 17 de maio de 2021, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DIVERSOS PARA O MUNICIPIO DE GALVÃO – SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 27 de abril de 2021.


ADMIR EDI DALLA CORT

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO 17/2021

Publicação Nº 3003735

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO CNPJ: 13.509.695/0001-83 Telefone: (49) 3342-1112 Endereço: AV. Sete de Setembro, 548 - Centro CEP: 89838-000 - Galvão	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2021
	Processo Adm.: 17/2021 Data do Processo: 16/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 17/2021
b) Nr. Licitação: 12/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 01/04/2021
e) Objeto da Licitação: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV) DO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC*

Participante: ELIZANE SCHALLENBERG DORNELLES ROSA 72560053934

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS CRIANÇAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS CRIANÇAS. Ministrar aulas para ensinar artesanatos com os requisitos mínimos: papietagem, bordado artesanal, crochê, tricô, artesanato em jornal, artesanato com garrafas pet e pintura em emborrachado, nos horários estabelecidos pela administração com no mínimo 28 hrs semanais. Tendo oficinas com carga horária pela parte da manhã e também a tarde	9,000	SER	1.200,00	10.800,00

Total do Participante: 10.800,00

Total Geral: 10.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. Bloco PSEMC - FNAS	11.001.80.244.8010.2033.3.3.50.00.00	R\$ 11.250,00

Galvão, 01/04/2021


ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 18/2021

Publicação Nº 3003739

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO CNPJ: 13.509.695/0001-83 Telefone: (49) 3342-1112 Endereço: AV. Sete de Setembro, 548 - Centro CEP: 89838-000 - Galvão	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2021
	Processo Adm.: 18/2021 Data do Processo: 16/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 18/2021
b) **Nr. Licitação:** 13/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 01/04/2021
e) **Objeto da Licitação:** *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTESANATO E REAPROVEITAMENTO DE MATERIAS PARA AS CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC*

Participante: FRANCIELE SAVIO 04239023939

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARTESANATO E REAPROVEITAMENTO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE ARTESANATO E REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS GERAIS PARA CRIAÇÃO DE ARTES, destinadas as crianças do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, com carga horária mínima de 12 horas. De segunda-feira a sexta-feira sendo os horários definidos pela administração, tendo oficinas com carga horária pela parte da manhã e também a tarde.	9,000	MESES	723,33	6.509,97

Total do Participante: 6.509,97

Total Geral: 6.509,97

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. Bloco GSUAS - FNAS	11.001.80.244.8010.2036.3.3.90.00.00	R\$ 6.509,97

Galvão, 01/04/2021


ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 19/2021

Publicação Nº 3003741

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO CNPJ: 13.509.695/0001-83 Telefone: (49) 3342-1112 Endereço: AV. Sete de Setembro, 548 - Centro CEP: 89838-000 - Galvão	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2021
	Processo Adm.: 19/2021 Data do Processo: 16/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 19/2021
b) Nr. Licitação: 14/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 01/04/2021
e) Objeto da Licitação: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE ARTESANATO PARA MULHERES GESTANTES BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE GALVÃO/SC*

Participante: CATARINA DA APARECIDA DE LIMA PERAO 73645400915

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS MULHERES GESTANTES - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE ARTESANATO PARA AS MULHERES GESTANTES, BENEFICIÁRIAS DA BOLSA FAMÍLIA, com os seguintes requisitos: com conhecimento em pintura em tecido, pintura em emborrachado, pintura em almofadas, bordado, crochê e tricô, com horários estabelecidos pela Administração no mínimo 12 horas semanais. Tendo oficinas com carga horária pela parte da manhã e também a tarde.	9,000	MESES	930,00	8.370,00
Total do Participante:					8.370,00
Total Geral:					8.370,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. Bloco PSB - FNAS	11.001.80.244.8010.2034.3.3.90.00.00	R\$ 8.399,97

Galvão, 05/04/2021


ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 21/2021

Publicação Nº 3003743

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO CNPJ: 83.009.902/0001-16 Telefone: (49) 3342-1111 Endereço: Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro CEP: 89838-000 - Galvão	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2021
	Processo Adm.: 21/2021 Data do Processo: 23/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 21/2021
b) Nr. Licitação: 16/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 05/04/2021
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E RELÊS PARA SEREM UTILIZADOS NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO SC

Participante: MULTILUZ COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	RELE FOTOELETRICO BIVOLT 105/305V 1000W - RELE FOTOELETRICO BIVOLT 105/305V 1000W	500,000	UND	12,20	6.100,00
2	LAMPADA VAPOR SODIO TUBULAR 150 W E-40 OUROLUX - LAMPADA VAPOR SODIO TUBULAR 150 W E-40 OUROLUX	300,000	UND	13,70	4.110,00
Total do Participante:					10.210,00

Participante: JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT

3	LAMPADA ALTA POTENCIA LED 20W E27 BIVOLT - LAMPADA ALTA POTENCIA LED 20W E27 BIVOLT	500,000	UND	17,80	8.900,00
Total do Participante:					8.900,00
Total Geral:					19.110,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Ativ. de Infraestrutura	07.001.26.782.2601.2018.3.3.90.00.00	R\$ 30.012,00

Galvão, 05/04/2021

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 22/2021

Publicação Nº 3003746

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GALVÃO

CNPJ: 11.224.030/0001-06

Telefone: (49) 3342-1112

Endereço: Av. Sete de Setembro, 548 - Centro

CEP: 89838-000 - Galvão

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2021

Processo Adm.: 22/2021

Data do Processo: 23/03/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 22/2021
b) **Nr. Licitação:** 1/2021 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 29/03/2021
e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, ASSISTENCIAIS/ESPECIAIS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIOS DO ESPECTRO AUTISTA

Participante: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS - APAE

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA - REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS/ESPECIAIS DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIOS DO ESPECTRO AUTISTA.	12,000	MESES	15.000,00	180.000,00
Total do Participante:					180.000,00
Total Geral:					180.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. Bloco de Atenção Básica Variável	10.001.10.301.1001.2026.3.3.90.00.00	R\$ 180.000,00

Galvão, 29/03/2021

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 23/2021

Publicação Nº 3003803

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE GALVÃO****CNPJ:** 83.009.902/0001-16**Telefone:** (49) 3342-1111**Endereço:** Avenida Sete de Setembro, 548 - Centro**CEP:** 89838-000 - Galvão**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 2/2021****Processo Adm.:** 23/2021**Data do Processo:** 06/04/2021**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 23/2021
 b) **Nr. Licitação:** 2/2021 - IL
 c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
 d) **Data de Homologação:** 08/04/2021
 e) **Objeto da Licitação:** CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO SC

Participante: SEBRAE/SC.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO - PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICÍPIO DE GALVÃO - Prestar os serviços e capacitações conforme proposta comercial e termo de adesão previamente estabelecido entre as partes, documentos esses que as partes declaram conhecer a integralidade e se comprometem a cumprir integralmente, independentemente da sua transcrição no Edital; - Disponibilizar um técnico habilitado para acompanhar a execução dos serviços; - Acompanhar e avaliar, através de equipe do SEBRAE/SC, o desenvolvimento da metodologia e a execução do objeto;	8,000	SER	3.483,00	27.864,00

Total do Participante: 27.864,00

Total Geral: 27.864,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Atividades Administrativas	03.001.40.122.4020.2004.3.3.90.00.00	R\$ 27.864,00

Galvão, 12/04/2021


ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

HOMOLOGAÇÃO 24/2021

Publicação Nº 3003747

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL GALVÃO CNPJ: 13.509.695/0001-83 Telefone: (49) 3342-1112 Endereço: AV. Sete de Setembro, 548 - Centro CEP: 89838-000 - Galvão	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2021
	Processo Adm.: 24/2021 Data do Processo: 06/04/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 24/2021
b) Nr. Licitação: 17/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 20/04/2021
e) Objeto da Licitação: *PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE DANÇA PARA O MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC*

Participante: LEDIANE MARIN TOIGO 06511743926

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINA DE DANÇA. - Prestação de serviço de oficina de DANÇA com as seguintes especificações mínimas: INSTRUTOR DE DANÇA – 12 (doze) horas semanais; divididos em 4 dias semanais (3 horas dia); Podendo ser avaliado e alterado pela Administração. Formação: Ensino superior em educação física e pós graduação em dança, conhecimento várias modalidades (balé, hip-hop, jazz, danças folclóricas, gaúchas, dentre outras...), experiência comprovada na função escolhida de acordo com a atribuição descrita: -Organizar, coordenar e executar oficinas especifica de dança em geral nas modalidades solicitadas. -Realizar um trabalho que desenvolva no aluno uma pratica saudável, trabalhando a expressão corporal e explorando vários movimentos desenvolvendo nas crianças a criatividade, a percepção corporal. -Valorizar as potencialidades das crianças e dos adolescentes, incentiva-los e mobiliza-los para a participação, contribuindo para o fortalecimento dos vínculos, identificando situações problemas, posicionando-se diante delas e mediando eventuais conflitos. -Participar de reuniões e atividades de capacitação com a equipe de trabalho responsável pela execução do serviço; -É de responsabilidade do monitor o acompanhamento, organização e cuidados com os seus grupos quanto as apresentações dentro e fora do local das oficinas.	9,000	MESES	1.800,00	16.200,00

Total do Participante: 16.200,00

Total Geral: 16.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut do Fundo M. de Assistência Social	11.001.08.244.0801.2032.3.3.90.00.00	R\$ 16.499,97

Página: 2 / 2

Galvão, 20/04/2021

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO

Assinatura do Responsável

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 105/2021

Publicação Nº 3004800

DECRETO N.º 105, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.269 de 03/12/2020 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

09 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	20.000,00
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	20.000,00
17512312.054 - Funcionamento e Manutenção do FMSB	20.000,00
3.3.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$20.000,00 (vinte mil reais) correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de abril de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2021 - RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 3004123

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2021

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
TRANSFERÊNCIA DIRETA	20/04/2021	FPM - FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	R\$ 142.177,84
TRANSFERÊNCIA DIRETA	20/04/2021	ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	R\$ 44,52
TRANSFERÊNCIA DIRETA	20/04/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 42.179,58
TRANSFERÊNCIA DIRETA	22/04/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 23.464,27

O presente edital tem seus efeitos retroativos a 24 de abril de 2021.

Garopaba - SC, 24 de abril de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 026/2021 - RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL

Publicação Nº 3004128

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 026/2021
NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
TRANSFERÊNCIA DIRETA	23/04/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 57.621,99
TRANSFERÊNCIA DIRETA	26/04/2021	FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC	R\$ 127.171,87

Garopaba - SC, 27 de abril de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2021

Publicação Nº 3003351

EXTRATO DE CONTRATO 016/2021
PMG

PROCESSO Nº: 002/2021; MODALIDADE: TP002/2021 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA; CNPJ Nº: 12.218.083/0001-79; OBJETO: Contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação de trecho da Rua Pedro Manoel de Lima, no bairro Macacu, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme especificações constantes do projeto básico (Ministério do Desenvolvimento Regional - Convênio nº 897172/2019 - Contrato de Repasse nº 10699672-27/2019). VALOR: R\$ 1.287.602,81; DATA DA ASSINATURA: 26/04/2021. FISCAL DO CONTRATO: João Manoel do Nascimento - Matrícula 3718.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2021

Publicação Nº 3003356

EXTRATO DE CONTRATO 017/2021
PMG

PROCESSO Nº: 002/2021; MODALIDADE: TP002/2021 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ISRAEL GONÇALVES EIRELI; CNPJ Nº: 17.349.871/0001-18; OBJETO: Contratação de empresa para executar obra de drenagem e pavimentação de trecho da Rua Adílio Inacio de Abreu, no bairro Macacu, com fornecimento de material e mão-de-obra, conforme especificações constantes do projeto básico (Ministério do Desenvolvimento Regional - Convênio nº 897172/2019 - Contrato de Repasse nº 10699672-27/2019). VALOR: R\$ 396.688,14; DATA DA ASSINATURA: 26/04/2021. FISCAL DO CONTRATO: João Manoel do Nascimento - Matrícula 3718.

PORTARIA Nº 758/2021

Publicação Nº 3004878

PORTARIA N.º 758, DE 26 DE ABRIL DE 2021.
DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do (a) servidor (a) BIBIANA CASULO JAQUET DA SILVA, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 7476, empossada em 01/02/2018, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2021, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de abril de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 759/2021

Publicação Nº 3004879

PORTARIA N.º 759, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do (a) servidor (a) CHIRLEM PACHECO CARDOSO, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 7475, empossada em 01/02/2018, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2021, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de abril de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 760/2021

Publicação Nº 3004880

PORTARIA N.º 760, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DIMITIR, nos termos do inciso III do artigo 154, o servidor JEFERSON ELIO PEREIRA, matrícula 7341, Operador de Equipamentos, por ter infringido o artigo 164, da Lei Municipal nº. 1000/2005.

Art. 2º. DECLARAR a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso Iv, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 12/04/2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de Abril de 2021

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 002/2021 FMAS

Publicação Nº 3003514

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMAS nº 002/2021
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de veículo automotor de transporte de passageiros, novo, zero KM, ano de fabricação 2021/2021 ou superior e conforme as especificações constantes no Termo de Referência anexo. Veículo para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/05/2021 as 09:00 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 27 de abril de 2021.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 122/2021

Publicação Nº 3003297

DECRETO N.º 122 de 26 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO RESIDENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Garuva, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 1398/2020 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado a redação da cláusula segundo do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras do Decreto nº 089 de 25 de março de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - O LOTEADOR dará em caução 11 (onze) lotes, representado pelos lotes 09 à 14 da Quadra C, e 08 à 12 da Quadra D, do Loteamento Residencial "IMPERIAL"."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRAT PMG Nº 032/2019 - 5

Publicação Nº 3003520

EXTRATO ADITIVO CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 032/2019 - 5
Processo PMG Nº 053/2019 – Pregão Presencial
CONTRATANTE: Município de Garuva/Fundo Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATADA: Orbenk Administração e Serviços Ltda
CNPJ: 79.283.065/0001-41

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, conservação e recepção, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender

as necessidades da Administração Municipal.

OBJETO ADITIVO: REAJUSTE CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

VALOR DO ADITIVO: R\$ 115.111,40 (cento e quinze mil, cento e onze reais e quarenta centavos)

VALOR DO CONTRATO REAJUSTADO: R\$ 4.152.772,69 (quatro milhões cento e cinquenta e dois mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 01/01/2022

DATA DE ASSINATURA: 14/04/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PMG Nº 010/2019 - 4

Publicação Nº 3003518

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contrato nº 010/2019 – Aditivo 4

Processo PMG nº 017/2019

Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 79.283.065/0001-41

Contratante: Município de Garuva/Prefeitura de Garuva

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitores de transporte escolar, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos em atendimento a secretaria municipal de educação, nos ônibus da frota própria municipal caminho da escola.

OBJETO ADITIVO: REAJUSTE CONFORME CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Valor do aditivo: R\$ 12.760,56 (doze mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos)

Data de Assinatura: 13/04/2021.

Vigência: 28/01/2022.

Rodrigo Adriany David

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PMG Nº 026/2020 - 1

Publicação Nº 3003272

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 026/2020 - 1

MODALIDADE: Tomada de Preços - Processo PMG nº 048/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: ASR CONSTRUTORA EIRELI

CNPJ: 27.383.455/0001-90

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia para executar a recuperação dos seguintes equipamentos públicos: 1) Recuperação da Cobertura do MUSIC'ART; 2) Recuperação da Cobertura do Ginásio Evandro Nagel; 3) Recuperação de Cobertura e Oitão do Ginásio Sílvio de Miranda; 4) Demolição e Recuperação de Cobertura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação; e 5) Recuperação de Quadra Poliesportiva do Ginásio Evandro Nagel; incluindo o fornecimento de materiais, conforme planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, memoriais descritivos e projetos em anexo.

OBJETO ADITIVO: aditamento prazo de execução por mais 120 (cento e vinte) dias

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO PMG Nº 033/2019 - 4

Publicação Nº 3003279

EXTRATO ADITIVO CONTRATO - PRAZO

CONTRATO PMG Nº 033/2019 – Aditivo 4

Processo PMG Nº 055/2019 – Concorrência

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: Construtora Fortunato Ltda

CNPJ: 82.607.623/0001-91

OBJETO: Pavimentação asfáltica do Quadro Urbano contemplando os serviços: Iniciais, Drenagem Pluvial, Pavimentação Asfáltica, Sinalização e Obras complementares, conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e projeto em anexo.

OBJETO ADITIVO: 3 MESES EXTENSÃO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO

NOVA VIGÊNCIA: 12/08/2021

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 001/2020 - 3

Publicação Nº 3003537

EXTRATO CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 001/2020 - ADITIVO 3

Processo PMG Nº 061/2019 – Tomada de Preços

CONTRATANTE: Município de Garuva

CONTRATADA: ASR Construtora Eireli

CNPJ: 27.383.455/0001-90

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra, para reforma da Praça Municipal Pedro Ivo Campos, em uma área de 11.907,35 metros quadrados, conforme contrato de repasse nº 872009/2018 – MTUR/ Caixa, nos termos da planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, ART, Memorial descritivo, cópia do contrato de repasse e projeto em anexo.

OBJETO DO ADITIVO: reequilíbrio econômico financeiro

Valor: R\$ 90.518,90 (noventa mil, quinhentos e dezoito reais e noventa centavos)

DATA DE ASSINATURA: 26/04/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2021

Publicação Nº 3003303

PORTARIA Nº. 63 de 26 de abril de 2021

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR TIMOTEO DE SOUZA, CONFORME APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

Considerando, o Processo nº. 1830/2021,

RESOLVE:

Art. 1o. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor TIMOTEO DE SOUZA, portador do RG nº. 1.548.159-0 e CPF nº. 902.350.029-68, do cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, nomeado através da Portaria nº. 136/2015 de 28 de agosto de 2015, e declarar vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de abril de 2021.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

REAJUSTE TARIFA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Publicação Nº 3003893

REAJUSTE TARIFA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento por meio da Deliberação 016/2021 (Publicada em 17/03/2021) informa o reajuste das tarifas de abastecimento de água e dos preços dos serviços públicos complementares da Secretaria de Saneamento Ambiental (SESA) do Município de Garuva/SC.

O reajuste será de 4,52%, correspondente à variação do IPCA/IBGE no período de janeiro 2020 a dezembro de 2020. Vale ressaltar que a tarifa estava desde 2018 sem reajuste não sendo mais equiparado aos custos dos serviços prestados atualmente.

Devido ao Decreto de Calamidade Estadual nº 1168, de 24 de fevereiro de 2021 que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, os novos valores incidirão sobre as leituras efetuadas a partir de 02 de agosto de 2021 e estarão presentes nas contas com vencimento a partir de julho/2021.

Informamos ainda que a ARIS é dotada de independência decisória e autonomia administrativa e rege-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e demais normas pertinentes e o Protocolo de Intenções, com a missão de fiscalizar os serviços de saneamento básico, bem como distribuição de água, nos municípios de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO Nº 001/2021 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 3003508

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Garuva – Santa Catarina

Resolução nº 001/2021.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde do Município de Garuva, referente ao exercício do ano de 2020.

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Garuva-SC, órgão deliberativo e de caráter permanente instituído pela Lei Municipal n. 678, de 09 de dezembro de 1991;

Considerando, a apresentação ao Conselho, em 26/04/2021, do Parecer nº 002/2021 emitido pela Comissão de Fiscalização de Prestação de Contas do Conselho Municipal de Saúde de Garuva, acerca da prestação de contas do exercício novembro-dezembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR a prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Saúde do ano de 2020.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 27 de abril de 2021.

Valdir Korn

Presidente do CMS de Garuva – SC

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021

Publicação Nº 3004432

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2021

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais de Construção. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 10/05/2021, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 27/04/2021.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 6.727, DE 22 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004422

PORTARIA Nº 6.727, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

REINSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR INEXECUÇÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA, Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no cumprimento dos deveres e atribuições estabelecidos na Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 687/2020, bem como demais documentos que fazem parte integrante desta Portaria;

CONSIDERANDO que os fatos abaixo narrados, são passíveis de aplicação de penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, e que somente podem ser aplicadas em decorrência de processo administrativo autônomo, onde se garanta a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da motivação, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica reinstaurado Processo Administrativo em desfavor da empresa E. & A. E. DE R. E., com sede na Rua Osmar Cunha, n.º 183, sala 07, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, conforme os motivos de fato e de direito a seguir delineados.

RESUMO DOS FATOS:

Art. 2º Depreende-se dos documentos acostados a esta Portaria que a empresa E. & A. E. DE R. E., teria, em tese, descumprido cláusulas da Ata de Registro de Preços n.º 03/2020, oriunda do Processo Administrativo n.º 006/2020 e Pregão Presencial n.º 003/2020, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras aquisições de condicionadores de ar, cortinas de ar e defletores com instalação inclusa para todos os equipamentos.

De acordo com os documentos que instruem o processo, foram encaminhados diversos e-mails à empresa, contendo autorizações de empenho para fornecimento dos equipamentos, entretanto, em resposta a empresa E. & A. E. DE R. E. solicitou desistência dos itens.

Considerando o petítório da empresa, a Administração encaminhou notificação extrajudicial, com intuito de conceder nova oportunidade para sanar a irregularidade. A empresa, por sua vez, apresentou pedido de reconsideração, pugnando novamente pelo cancelamento da ata.

CAPITULAÇÃO LEGAL

Art. 3º Caso comprovados os fatos denunciados, em tese, estará a empresa E. & A. E. DE R. E., conforme a gravidade, sujeita às sanções previstas nos artigos 86, 87, e 88 da Lei n.º 8.666/93, bem como nas demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 03/2020.

PROVIDÊNCIAS

Art. 4º O processo Administrativo será conduzido por Comissão Especial, composta pelos servidores designados: Elizabeth Otiquir Junges, Antônio Carlos Bonanoni Filho e Marco Antônio Jacobsen Junior, sob a presidência da primeira.

Art. 5º A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final.

Art. 6º Ficam preservados os atos praticados na vigência da Portaria nº 6.576, de 11 de dezembro de 2020.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, em 22 de abril de 2021.
CARLOS ROBERTO PEREIRA
Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

SAMAE - GASPAR

PORTARIA Nº 28 DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004395

PORTARIA Nº 28 DE 26 DE ABRIL DE 2021

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EFETIVO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE O SERVIDOR TIAGO ALVES DE SOUZA

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir do dia 19 de abril de 2021, o servidor TIAGO ALVES DE SOUZA, portador do CPF nº 064.389.559-06 e da CI nº. 558.934.4 do cargo efetivo de agente de Serviços Gerais, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível ASG A, Ref. 20, com 40 horas semanais, o qual foi nomeado pela Portaria nº 71/2019, de 12 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 19 de abril de 2021.

Gaspar (SC), 26 de abril de 2021.

CLEVERTON JOÃO BATISTA
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

ATA E DECISÃO DE APRESENTAÇÃO PROVA DE CONCEITO DO PREGÃO PRESENCIAL 76/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E DA TERRITORIAL, MAPEAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, SIS - EMPRESA ENGEFOTO E NOTIFICAÇÃO PARA NOVA PROVA DE CONCEITO DA PRÓXIMA COLOCADA NO CERTAME

Publicação Nº 3004095

ATA E DECISÃO ACERCA DA APRESENTAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO DA EMPRESA ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A REFERENTE AO PREGAO PRESENCIAL Nº 76/2020.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E DA TERRITORIAL, MAPEAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG), ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

A empresa ENGEFOTO ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A realizou no dia 19 de abril de 2021 na presença da Comissão Avaliadora e licitante interessada, a empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA, a demonstração de seu Sistema de Informações Geográficas (SIG) em atendimento ao item 4 do Edital do Pregão Presencial 76/2020.

Durante a apresentação, a licitante GEOMAIIS através de seu representante Rafael Carlos Thiesen se fez presente.

Iniciou-se a sessão com a entrega do envelope contendo a documentação atualizada da empresa Engefoto e o seu credenciamento. A apresentação da Prova de Conceito se iniciou as 14:41hs, momento em foi autorizada a gravação e imagem da prova pela Comissão Avaliadora. A apresentação foi finalizada as 17:44hs pela Comissão avaliadora. Após a mesma consignou em Ata o descumprimento pela empresa ENGEFOTO de diversos itens exigidos no Edital:

"A empresa não conseguiu apresentar todas as funcionalidades OBRIGATÓRIAS dentro do prazo de 3(três) horas. Itens não atendidos: 51, 54, 59, 71, 81, 98, 102 e 104.

Itens não apresentados: 14, 49, 82, 83, 84, 85 e todas as "FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA CORPORATIVO, DISPONÍVEL NO GEO-PORTAL (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PREFEITURA)", sendo 21 funcionalidades Obrigatórias.

O não atendimento a qualquer funcionalidade OBRIGATÓRIA exigida no certame acarreta a desclassificação da licitante, conforme preceito do item 4 do Pregão Presencial 076/2020 que trata da apresentação dos Sistemas:

"4. DA APRESENTAÇÃO DOS SISTEMAS

(...).

Durante a demonstração, o sistema da Licitante será submetido a avaliação por equipe técnica e licitantes interessados, para comprovar o pleno atendimento das funcionalidades e características obrigatórias descritas no presente Edital.

Será desclassificada também, a licitante que apresentar soluções formadas por conjuntos de Softwares que se utilizem de Bases de Dados fracionadas, bem como não serão consideradas as funcionalidades apresentadas de forma parcial ou com problemas em sua execução".

Entretanto, na prática e de fato, o que se pode constatar é que a empresa ENGEFOTO não apresentou as funcionalidades especificadas no Edital, o que inviabiliza sua permanência no certame.

Portanto, não atendendo aos requisitos obrigatórios previstos no Edital, a empresa resta DESCLASSIFICADA do certame.

Convoque-se assim, a empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA – próxima colocada no certame- para que no dia 04/05/2021 as 13:30 horas realize a Prova de Conceito de seu Sistema, obedecendo ao que determina o Edital de Pregão Presencial 76/2020, em caso de não haver recurso.

Doc. 01 Decreto de nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Doc. 02 Portaria de nomeação da Comissão avaliadora.

Governador Celso Ramos/SC, 27 de abril de 2021.

MARIANA DE SOUZA FERNANDES

Pregoeira

KLEBER LEITE

Membro da Equipe de Apoio

LENILDA LUCIA LUCIANO DOS SANTOS

Membro da Equipe de Apoio

ANA PAULA BITENCOURT DA COSTA
Membro da Equipe de Apoio

ANGELA PEREIRA
Membro da Equipe de Apoio

JOSUÉ OCKER DA SILVA
secretário de receita
Membro da Equipe Avaliadora

NAIM JOSE ZIEGLER
diretor de cadastro - Seplan
Membro da Equipe Avaliadora

CRISTIANO IDELFONSO NAZARIO
Fiscal e tributos - Serec
Membro da Equipe Avaliadora

DECRETO 003 2021 - CRÉDITO ADICIONAL

Publicação N° 3004671

DECRETO N. 003 DE 12 DE JANEIRO DE 2021.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 42.477,17 (quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e sete reais e dezessete centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0301	Procuradoria geral	40.000,00
04.122.004.2003	Manutenção da procuradoria geral do município	40.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
(12) 3.3.90.00	Aplicações Direta	40.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	40.000,00
0802	Secretaria Municipal de Assistência	2.477,17
08.243.006.2.042	Serviços de Convivência e fortalecimentos de vínculos	2.477,17
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.477,17
(221) 3.3.90.00	Aplicações Direta	2.477,17
00.03.05.000030	Superávit financeiro fnas	2.477,17
TOTAL:		42.477,17

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 12 de Janeiro de 2021.
MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO 005 2021 - CRÉDITO ADICIONAL

Publicação N° 3004659

DECRETO N. 005 DE 18 DE JANEIRO DE 2021.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0802	Secretaria Municipal de Assistência	36.000,00
08.243.006.2.042	Serviços de Convivência e fortalecimentos de vínculos	36.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	36.000,00
(220) 3.3.90.00	Aplicações Direta	36.000,00
00.03.05.000030	Superávit financeiro FNAS	36.000,00
TOTAL:		36.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2021.
MARCOS HENRIQUE DA SILVA
 Prefeito Municipal

DECRETO 006 2021 - REMAN - 2021

Publicação N° 3004627

DECRETO N°06 DE 19 DE JANEIRO DE 2021.

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2020.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 65.000,000 (Sessenta e Cinco Mil Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2020, Lei Municipal nº 1445/2020:

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0202	Gabinete do Prefeito	10.000,00
06.182.0006.2038	Funcionamento e Manutenção FUNPRESI	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(4) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
1401	Secretaria Municipal de Turismo, Ind. E Comércio	5.000,00
23.695.0007.2052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Ind e Comércio	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
(181) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1001	Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serv. Pub	50.000,00
15.452.0008.2061	Manutenção da Secretaria de Turismo, Ind e Comércio	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(142) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
00.01.0016.000101	Multa de Trânsito destinado a: Educação de trânsito – parte polícia civil	50.000,00
TOTAL		65.000,00

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
--------	--------------------------	-------

0202	Gabinete do Prefeito	10.000,00
06.182.0006.2038	Funcionamento e Manutenção FUNPRESI	10.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00
(5) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
1401	Secretaria Municipal de Turismo, Ind. E Comércio	5.000,00
23.695.0007.2052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Ind e Comércio	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
(182) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	5.000,00
1001	Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Serv. Pub	50.000,00
15.452.0008.2061	Manutenção da Secretaria de Turismo, Ind e Comércio	50.000,00
4.4.00.00	Investimentos	50.000,00
(222) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
00.01.0016.000101	Multa de Trânsito destinado a: Educação de trânsito – parte polícia civil	50.000,00
TOTAL		65.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de Janeiro de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO 007 2021 - CRÉDITO ADICIONAL

Publicação Nº 3004629

DECRETO N. 007 DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 849.265,83 (Oitocentos e Quarenta e Nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	485.499,90
10.301.0004.2023	Ações de Atenção Básica	485.499,90
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	485.499,90
(34)3.3.90.00	Aplicações Direta	300.000,00
00.06.0028.000099	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	300.000,00
(35) 3.3.90.00	Aplicações Direta	1.125,47
00.06.0028.000145	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União: NASF	1.125,47
(42) 3.3.90.00	Aplicações Direta	141.691,45
00.06.0029.000156	Superávit Financeiro: Transferência do SUS Estado: Co-Financiamento	141.691,45
(41) 3.3.90.00	Aplicações Direta	42.682,98
00.06.0029.000171	Superávit Financeiro: Transferência do SUS Estado: NASF	42.682,98
10.303.0004.2031	Ações de Assistência Farmacêutica	28.363,72
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	28.363,72
(37) 3.3.90.00	Aplicações Direta	8.401,07

00.06.0028.000099	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União: Farmácia	8.401,07
(40) 3.3.90.00	Aplicações Direta	19.962,65
00.06.0029.000159	Superávit Financeiro: Transferência do SUS Estado: Farmácia	19.962,65
10.304.0004.2032	Ações de Vigilância Sanitária	77.795,04
4.4.00.00	Investimentos	48.000,00
(32) 4.4.90.00	Aplicações Direta	48.000,00
00.06.0028.000099	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	48.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	29.795,04
(38) 3.3.90.00	Aplicações Direta	22.292,98
00.06.0028.000164	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	22.292,98
(36) 3.3.90.00	Aplicações Direta	7.502,06
00.06.0028.000153	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	7.502,06
10.305.0004.2032	Ações de Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	257.607,17
4.4.00.00	Investimentos	48.000,00
(33) 4.4.90.00	Aplicações Direta	48.000,00
00.06.0028.000099	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	48.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	209.607,17
(39) 3.3.90.00	Aplicações Direta	209.607,17
00.06.0028.000204	Superávit Financeiro: Transferência do SUS União	209.607,17
TOTAL:		849.265,83

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 20 de Janeiro de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO 009 2021 - CRÉDITO ADICIONAL

Publicação Nº 3004622

DECRETO N. 009 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 44.147,44 (Quarenta e Quatro mil, Cento e Quarenta e Sete Reais e Quarenta e Quatro centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1701	Encargos Gerais do Município	4.147,44
28.845.0000.0002	Indenizações, Restituições e Devolução de Convênios	4.147,44
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.147,44
(223) 3.3.20.00	Transferência a União	4.147,44
00.03.0070.000054	Recursos de convênio destinados a:	4.147,44
0301	Procuradoria Geral	30.000,00
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(224) 3.3.90.00	Transferência a União	30.000,00
00.03.0000.00000	Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	30.000,00
1102	Secretaria Municipal de Segurança Pública	10.000,00
28.845.0000.0002	Identificação e Recuperação de Áreas de Risco	10.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(223) 3.3.20.00	Transferência a União	10.000,00
00.03.0070.000054	Recursos de convênio destinados a:	10.000,00
TOTAL:		44.147,44

Art. 2º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 2.000,000 (Dois Mil Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2020, Lei Municipal nº 1445/2020:

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria Municipal de Comunicação	2.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Secretaria de Comunicação	2.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00
(167) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		2.000,00

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria Municipal de Comunicação	2.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Secretaria de Comunicação	2.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
(168) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		2.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 02 de Fevereiro de 2021.
 MARCOS HENRIQUE DA SILVA
 Prefeito Municipal

DECRETO 011 2021- REMANEJAMENTO

Publicação Nº 3004618

DECRETO Nº 011/2021
 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1431/2020– Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, no valor de R\$ 300.000,00(Trezentos Mil de Reais) a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2021, Lei Municipal nº 1431/2020:

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0602	Secretaria Municipal de Educação	300.000,00
12.361.0003.2012	Manutenção do Ensino Fundamental	300.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
(48)3.3.90.00	Aplicações Diretas	300.000,00
0.1.01.000000	Recursos Impostos – Educação 25%	300.000,00
TOTAL		300.000,00

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0602	Secretaria Municipal de Educação	300.000,00
12.361.0003.2012	Manutenção do Ensino Fundamental	300.000,00
4.4.00.00	Investimento	300.000,00
(50)4.4.90.00	Aplicações Diretas	300.000,00
0.1.01.000000	Recursos Impostos – Educação 25%	300.000,00
TOTAL		300.000,00

Art. 2º Fica suplementado em R\$ 56.250,00 (Cinquenta e Seis Mil e Duzentos e Ciquenta Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes, 00.02.0028.000204 Ações de Combate ao Covid, conforme as dotações abaixo indicado:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	56.240,00
10.305.0004.2033	Vigilância Epidemiológica	56.240,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	56.250,00
(43)3.3.90.00	Aplicações Diretas	56.250,00
00.02.0028.000204	Ações Urbanistas	56.250,00
Total		56.250,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 19 de Fevereiro de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO 013 2021 - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 3004613

DECRETO Nº 013/2021

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 642.810,68 (Seiscentos e Quarenta e Dois mil, Oitocentos e Dez Reais e Sessenta e Oito centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1102	Secretaria Municipal de Segurança Pública	50.450,00
06.182.0008.1023	Identificação e Recuperação de Área de risco	50.450,00
4.4.00.00	Investimentos	50.450,00
(160)4.4.90.00	Aplicações Diretas	50.450,00
00.03.0000.000000	Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	50.450,00
1701	Encargos Gerais do Município	150.000,00
28.845.0000.0005	Contribuições a Entidades Municipalistas	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
(236)3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	150.000,00
00.03.0000.000000	Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	150.000,00
1301	Secretaria Municipal de Agricultura	340.000,00
20.608.0007.2050	Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura	340.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(170)3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00

00.01.0000.000000	Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
(171)4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
00.01.0000.000000	Superávit Financeiro - Recursos Ordinários	20.000,00
(237)4.4.90.00	Aplicações Diretas	300.000,00
00.03.0025.000000	Superávit Financeiro – Participação da Cessão Onerosa do Pré Sal	300.000,00
0701	Secretaria Municipal de Saúde	102.360,68
10.301.0004.2023	Ações de Atenção Básica	102.360,68
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	102.360,68
(45)3.3.90.00	Aplicações Diretas	102.360,68
00.02.0028.000204	Transferência de Recursos do SUS – Combate a Covid	102.360,68
TOTAL:		642.810,68

Art. 2º Fica suplementado em R\$ 123.750,00 (Cento e Vinte e Três e Setecentos e Ciquenta Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes, 00.02.0028.000204 Ações de Combate ao Covid, conforme a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria Municipal de Saúde	123.750,00
10.305.0004.2033	Vigilância Epidemiológica	123.750,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	123.750,00
(45)3.3.90.00	Aplicações Diretas	123.750,00
00.02.0028.000204	Transferência de Recursos do SUS – Combate a Covid	123.750,00
Total		123.750,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Março de 2021.
MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

DECRETO 015 2021 - LIMITACAO EMPENHO BIMESTRE

Publicação Nº 3004590

DECRETO Nº 015 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 1431/2019 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 4.708.763,14 (Quatro milhões setecentos e oito mil e setecentos e sessenta e três reais e quatorze centavos) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 1º Bimestre de 2021 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – R\$ 143.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1024	Pavimentação de Ruas	143.800,00
4.4.90.00	Investimento/Aplicação Direta	143.800,00

FONTE 0.1.01.000000 – Receita de Impostos para MDEB – R\$ 293.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1034	Aquisição de Imóvel para a Educação	293.300,00
4.4.90.00	Investimento/Aplicação Direta	293.300,00

FONTE 0.1.03.000000 – Ônus de Sucumbência – R\$ 8.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
--------	---------------	-------

2003	Manutenção da Procuradoria Geral	8.600,00
4.4.90.00	Investimento/Aplicação Direta	8.600,00

FONTE 0.1.05.000016 – Índice de Gestão Descentralizada – R\$ 2.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2046	Manutenção do Bolsa Família	2.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.100,00

FONTE 0.1.05.000017 – Piso Básico Fixo – R\$ 13.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2041	Manutenção do CRAS	13.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	13.800,00

FONTE 0.1.05.000020 – Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – R\$ 12.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2042	Serviço de Convivência e Fort. de Vínculos	2.763,14
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.763,14

FONTE 0.1.05.000021 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS – R\$ 1.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2046	Manutenção do Bolsa Família	1.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.200,00

FONTE 0.1.05.000028 – Proteção Social Básica – Custeio – R\$ 5.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2041	Manutenção do CRAS	5.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.200,00

FONTE 0.1.10.000000 – Cide – R\$ 3.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1024	Pavimentação de Ruas	3.600,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.600,00

FONTE 0.1.11.000000 – Ônus de Sucumbência – R\$ 35.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2003	Manutenção da Procuradoria Geral	35.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	35.500,00

FONTE 0.1.12.000000 – Transferências do FUNDEB – R\$ 40.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2015	Remuneração dos Profissionais do Magistério	40.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	40.200,00

FONTE 0.1.13.000000 – Transferências do FUNDEB – R\$ 50.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1004	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar	50.200,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	50.200,00

FONTE 0.1.16.000101 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PC – R\$ 18.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	18.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	18.700,00

FONTE 0.1.16.000102 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - PM – R\$ 16.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	16.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.800,00

FONTE 0.1.16.000103 – Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Pref. – R\$ 16.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	16.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	16.700,00

FONTE 0.1.18.000000 – Permissão para Criação de Solo – R\$ 280.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1011	Construção de Equipamentos Esportivos	280.600,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	280.600,00

FORTE 0.1.45.000000 – Compensação Financeira pela Produção de Petróleo – R\$ 2.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2058	Manutenção da Secretaria da Infraestrutura	2.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.200,00

FORTE 0.1.50.000000 – Taxa de Preservação Ambiental – R\$ 2.698.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1023	Identificação e Recuperação de Áreas de Risco	500.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	250.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	250.000,00
2066	Estruturação e Manutenção dos Serviços de Cobrança da TPA	2.198.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.198.500,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORTE 0.1.02.000000 – Receita de Impostos para ASPS – R\$ 94.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1005	Reforma e/ou Ampliação de UBS	94.800,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	94.800,00

FORTE 0.2.28.000099 – Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – R\$ 273.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2023	Ações de Atenção Básica	273.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	273.600,00

FORTE 0.2.29.000171 – Núcleo de Apoio a Saúde da Família – R\$ 800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2023	Ações de Atenção Básica	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	800,00

FORTE 0.2.31.000000 – Outras Receitas Correntes – R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2023	Ações de Atenção Básica	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.000,00

UNIDADE GESTORA: SAMAE

FORTE 0.1.50.000000 – Taxa de Preservação Ambiental – R\$ 700.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1010	Ampliação e Melhoria da Rede de Esgoto Sanitário	700.000,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	700.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 05 de março de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO 021 2021 - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 3004582

DECRETO Nº 021/2021

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1431/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 683.381,45 (Seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e um reais e quarenta e centavos), por

conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2020, nas respectivas fontes de Recurso conforme dotações abaixo indicadas:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0602	Secretaria Municipal de Educação	48.584,15
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	12.959,42
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	12.959,42
(238)3.3.90.00	Aplicações Diretas	12.959,42
00.03.0008.000031	Superávit Financeiro – Merenda Escolar	12.959,42
12.306.0003.2010	Oferta de Merenda Escolar – Pré-escola	19.304,53
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	19.304,53
(239)3.3.90.00	Aplicações Diretas	19.304,53
00.03.0008.000032	Superávit Financeiro – Merenda Escolar – Pré-escola	19.304,53
12.306.0003.2011	Oferta de Merenda Escolar – Creche	16.320,20
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	16.320,20
(240)3.3.90.00	Aplicações Diretas	16.320,20
00.03.0008.000033	Superávit Financeiro – Merenda Escolar – Creche	16.320,20
1001	Secretaria Municipal de Infra Estrutura	634.797,30
15.452.0008.2061	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	634.797,30
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	137.054,99
(241)3.3.90.00	Aplicações Diretas	137.054,99
00.03.0016.000102	Superávit Financeiro – Recursos de Multas destinados a Polícia Militar	137.054,99
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	241.009,41
(242)3.3.90.00	Aplicações Diretas	241.009,41
00.03.0016.000103	Superávit Financeiro – Recursos de Multas destinados a Prefeitura	241.009,41
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	256.732,90
(243)3.3.90.00	Aplicações Diretas	256.732,90
00.03.0016.000101	Superávit Financeiro – Recursos de Multas destinados a Polícia Civil	256.732,90
TOTAL:		683.381,45

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 01 de Abril de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO 027 2021 - REVOGA ART. 7º (PISO DOS PROFESSORES)

Publicação N° 3004506

DECRETO N° 027/2021.

REVOGA O ARTIGO 7º DO DECRETO 37 DE 08 DE ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO a Lei Federal que determina o reajuste anual do piso salarial aos professores.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o artigo 7º do Decreto 37 de 08 de abril de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 156 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 04/2017

Publicação Nº 3004786

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 156
Concurso Público Edital nº 04/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 04/2017, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
003 070896 RICHARD DE OLIVEIRA ROSA	TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar desta data, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça;[https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 27 de abril 2021

ALCIDES PEREIRA

Secretario Administração

LEI 1462 2021 - ALTERA LEI 624 1998

Publicação Nº 3004467

LEI COMPLEMENTAR Nº 1462/ 2021.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 1º DA LEI 624/1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS do Estado de Santa Catarina, MARCOS HENRIQUE DA SILVA, no uso das atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte alteração:

Art. 1º. Altera o parágrafo único do artigo 1º da lei 624/1998, do Município de Governador Celso Ramos/SC, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º [...]

Parágrafo único. As edificações ou atividades de que trata o presente Artigo incluem edificações comerciais, industriais ou residenciais; arruamentos ou loteamentos, implantação de atividades econômicas em edificações existentes; ligações provisórias para fins de obras; qualquer atividade sujeita a autorização da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 20 de abril de 2021.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO PRÓXIMA COLOCADA NO CERTAME EMPRESA ENGEFOTO PREGÃO PRESENCIAL 76/2020

Publicação Nº 3004320

NOTIFICAÇÃO PARA A PRÓXIMA DO CERTAME, EMPRESA GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA PARA DEMONSTRAÇÃO DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA OFERTADA NA PROVA DE CONCEITO PREVISTA NO ITEM 4 E 4.1 DO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E DA TERRITORIAL, MAPEAMENTO AEROFOTOGRAFÉTRICO, SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG), ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, GEOPROCESSAMENTO CORPORATIVO, CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL

O Edital prescreve:

4. DA APRESENTAÇÃO DOS SISTEMAS

A apresentação prática do software ocorrerá por meio eletrônico, nas dependências da Prefeitura Municipal de GOVERNADOR CELSO RAMOS em data e horário a ser definida pela Comissão Julgadora, designada pelo Secretário Municipal da Receita, quando serão aferidas as características do software a ser utilizado.

Durante a demonstração, o sistema da Licitante será submetido a avaliação por equipe técnica e licitantes interessados, para comprovar o pleno atendimento das funcionalidades e características obrigatórias descritas no presente Edital.

Será desclassificada também, a licitante que apresentar soluções formadas por conjuntos de Softwares que se utilizem de Bases de Dados fracionadas, bem como não serão consideradas as funcionalidades apresentadas de forma parcial ou com problemas em sua execução.

Para o cumprimento deste item, a empresa convocada deverá, dirigir-se ao Setor de Licitações deste Município para Demonstrar o Sistema comprovando que atende as características técnicas conforme exigência do item 4.1. com duração de 3 (três) horas para referida demonstração.

A Prefeitura Municipal nomeou uma comissão que acompanhará e avaliará a demonstração da solução tecnológica na Prova de Conceito, assim a empresa GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA deverá se apresentar na data agendada, 04/05/2021 as 13:30hs para a referida demonstração.

Demais informações no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br, no link Licitações.

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2021.

ALCIDES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2021 - TELEFONICA BRASIL S.A - A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - PREGÃO PRESENCIAL RP 09/2021 - PROCESSO 09/2021**

Publicação Nº 3004000

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021

Pregão Presencial nº 09/2021

Processo 09/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2021, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., estabelecida à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376, Cidade Monções, São Paulo – SP, CEP - 04.571-936, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 02.558.157/0001-62, neste ato representado pelo Srº CLAITON MERG CARVALHO, Gerente Comercial, portador do RG 5.016.055.898 SSP/RS e pela Srª ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA, Gerente Comercial, portadora do RG 3.079.109.264 SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 822.144.090-68, para, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 09/2021, objeto do Processo 09/2021. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

*** ITENS DA ATA CONSTANTE NA PÁGINA 2/2***

***Itens constantes da Ata:

TELEFONIA MÓVEL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA ANUAL/LINHA	MÉDIA VALOR TOTAL MENSAL	MÉDIA VALOR TOTAL ANUAL
1	*Pacote de 40.000 (quarenta mil) minutos individuais em ligações VC1, VC2 e VC3 para móvel on, off net e fixos para qualquer operadora com utilização do CSP15; Pacote de 10.000 SMS para móvel on, off net; Pacote de 10GB de internet com redução de velocidade para 128kbps após atingimento da franquia sem cobrança de valores excedentes; e Serviço de Gestão de Voz e dados via web incluso gratuitamente no pacote OBS: Valores máximo pago para excedentes do pacote: Ligações Locais (Móvel para Fixo e VC1): R\$ 0,20 Ligações de Longa Distância (Móvel para Fixo, VC2 e VC3) R\$ 0,50 SMS: R\$ 0,39	SERVIÇO	25	49,99	599,88	1.249,75	14.997,00

TOTAL GERAL ATA = R\$ 14.997,00 (quatorze mil novecentos e noventa e sete reais)

Governador Celso Ramos/SC, 30 de março de 2021.

TELEFONICA BRASIL S.A
 CLAITON MERG CARVALHO

TELEFONICA BRASIL S.A
 ANDRESSA SIMONE MERTINS DE OLIVEIRA

SAMAE GCR
 NEDISON NILDO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2021 - MECANICA ALHO LTDA - AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - PREGÃO PRESENCIAL RP 12/2021 - PROCESSO 12/2021

Publicação Nº 3004011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2021

Pregão Presencial nº 12/2021

Processo 12/2021

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 06 dias do mês de abril do ano de 2021, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da empresa MECANICA ALHO LTDA, estabelecida à Travessa 108, S/N, Areias do Meio, Governador Celso Ramos – SC, CEP - 88.190-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 13.925.405/0001-82, neste ato representado pelo Srº Fernando Martins, empresário, portador do RG 53.754.647 SSP/ SC inscrito no CPF sob o nº 029.717.449-94, para, AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial nº 12/2021, objeto do Processo 12/2021. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

***Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PNEUS FIORINO E MONTANA: PNEU RADIAL 175/70 ARO 14. Com Certificação INMETRO	UNIDADE	8	R\$ 325,00	R\$ 2.600,00
2	PNEU RADIAL 185/70 ARO 14. Com Certificação INMETRO	UNIDADE	8	R\$ 360,00	R\$ 2.880,00

TOTAL GERAL ATA = R\$ 5.480,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta reais)

Governador Celso Ramos/SC, 09 de abril de 2021.
MECANICA ALHO LTDA
Fernando Martins

SAMAE GCR
NEDISON NILDO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2021 - CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - PREGÃO PRESENCIAL RP 10/2

Publicação N° 3004065

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2021

Pregão Presencial n° 10/2021

Processo 10/2021

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2021, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da empresa CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810, estabelecida à Estrada Antonio José Martins Filho (SJR-351), 500, Apartamento 62; Bloco B, Estancia Matinha, São José do Rio Preto – SC, CEP - 15.092-230, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 40.260.072/0001-92, neste ato representado pelo Srª Caroline Disque da Silva, Diretora, portador do 44.187.716-3 SSP/ SP inscrito no CPF sob o nº 435.294.368-10, para, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 10/2021, objeto do Processo 10/2021. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

***Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA VALOR TOTAL
4	Smartphone Características mínimas: Android 10; Octa-core; Dual chip; Memória interna de 64GB; Armazenamento externo (expansível) de 500GB; Memória RAM 4GB, Tela de 6'; Resolução de tela 1080x2340 pixels; Gravações de vídeo em Full HD; Câmera traseira de 13MP; Câmera frontal de 8MP; Tecnologia de telefonia de 4G; Bluetooth 5.0; Conectividades: USB, Bluetooth e Wifi; OBS: Deverá ser entregue em embalagem lacrada e intacta com manual de instruções, cabo carregador e fone de ouvido.	UN	25	R\$ 1.165,00	R\$ 29.125,00

TOTAL GERAL ATA = R\$ 29.125,00 (quinze mil reais)

Governador Celso Ramos/SC, 15 de abril de 2021.

CAROLINE DISQUE DA SILVA 43529436810
Caroline Disque da Silva

SAMAE GCR
NEDISON NILDO MARTINS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2021 - COMPRARE COMERCIAL EIRELI - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC - PREGÃO PRESENCIAL RP 10/2021 - PROCE

Publicação Nº 3004072

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2021
Pregão Presencial nº 10/2021
Processo 10/2021

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2021, no Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da SAMAE de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista s/nº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da empresa COMPRARE COMERCIAL EIRELI, estabelecida à Rua Frederico Bunn, 45, Centro, Biguaçu- SC, CEP - 88.160-112, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o CNPJ nº 15.652.754/0001-01, neste ato representado pelo Srª Aline Agostinha Miranda Borba, Preposta, portadora do 372.311.8 SSP/ SC inscrito no CPF sob o nº 003.977.519-40, para, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA – APARELHOS DE CELULAR, COMPUTADORES E NOTEBOOKS - PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 10/2021, objeto do Processo 10/2021. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

***Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA VALOR TOTAL
3	Notebook Características mínimas: Intel Core i5-10º, Memória RAM de 8GB DDR4, Armazenamento de HDD 2.5" 1 TB 5400 RPM, Sistema Operacional Windows 10 Pro, Câmera Frontal 1MP HD, Tela de 14" antirreflexo, Rede sem fio Dual Band Wireless e Bluetooth 5.0	UN	9	R\$ 5.000,00	R\$ 45.000,00

TOTAL GERAL ATA = R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

Governador Celso Ramos/SC, 15 de abril de 2021.
COMPRARE COMERCIAL EIRELI
Aline Agostinha Miranda Borba

SAMAE GCR
NEDISON NILDO MARTINS

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO 16/2021 - PROCESSO 16/2021

Publicação Nº 3003898

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL RP 16/2021
PROCESSO 16/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) E UNIFORMES PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

O Departamento de Licitações torna público que decide SUSPENDER o certame referente ao Edital do Pregão Presencial de número 16/2021, Processo 16/2021 para revisão e retificação do Termo de Referência e Edital. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei

Demais informações na sede da Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Segunda a Sexta-Feira, das 13:30 às 17:00hs, ou pelo e-mail:compraslicitacoes@samaegcr.com.br

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2021.
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO 17/2021 - PROCESSO 17/2021

Publicação Nº 3004161

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL RP 17/2021
PROCESSO 17/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA ATENDER O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Devido a questionamentos feitos pela empresa AQUAVITA LABORATÓRIO DE ANÁLISES e pela empresa FREITAG LABORATÓRIOS, as quais demonstraram interesse em participar do certame, questionamentos estes referentes ao EDITAL PREGÃO PRESENCIAL RP 17/2021 PROCESSO 17/2021, achou-se correto a SUSPENSÃO do referido pregão, que estava marcado para o dia 04/05/2021, PARA ANÁLISE E READEQUAÇÃO DO EDITAL.

Questionamentos levantados pelas empresas:

- (1) Responsabilização Técnica;
- (2) Item de número 04 no Termo de Referência e
- (3) Subcontratação de serviços.

Demais informações: sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, de Segunda a Sexta-Feira, das 13:30 às 17:00hs, ou pelo e-mail: compraslicitacoes@samaegcr.com.br

Governador Celso Ramos, 27 de abril de 2021.
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Grão Pará**PREFEITURA****DECRETO DF Nº 29/2021**

Publicação Nº 3004351

DECRETO Nº 000029/21 de 19 de Abril de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002182/20 de 4 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		
18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - FUNDEB		
(188)4.4.90.00.00.00.00.2.053-0019 - Aplicacoes Diretas		1.500,00
(192)4.4.90.00.00.00.00.2.054-0019 - Aplicacoes Diretas		15.000,00
	Total Suplementação:	16.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

18 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

18.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

(186)3.1.90.00.00.00.00.2.053-0019 - Aplicacoes Diretas		1.500,00
(191)3.3.90.00.00.00.00.2.054-0019 - Aplicacoes Diretas		15.000,00
	Total Anulação:	16.500,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Abril de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 19 de Abril de 2021.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N 02-2021 (RESUMO JORNAL) AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 3003728

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

EXTRATO DO Processo DE LICITAÇÃO N. 30/2021

Edital de CHAMADA PÚBLICA n. 02/2021 (OUTRAS MODALIDADES N. 02/2021) DE 22 de março de 2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO QUE OFERTEM A EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA), ENSINO FUNDAMENTAL, CEJA E A APAE, DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Credenciado: GILMAR COSTA KOCH - Valor: R\$ 19.750,00

Credenciada: TEREZINHA COSTA KOCH - Valor R\$: 19.997,50

Credenciada: SAMARA VIEIRA REALINO - Valor R\$: 20.000,00

Credenciada: VALDETE VIEIRA REALINO - Valor R\$: 19.980,00

Credenciada: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIAR DE RIO FORTUNA - Valor R\$: 47.725,00

Valor Global da Chamada Pública: R\$127.452,50

Grão-Pará/ SC, 26 de abril de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 2.199/2021 -DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS-FUNDEB

Publicação Nº 3004497

LEI MUNICIPAL Nº 2.199
(De 27 de Abril de 2021)

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS-FUNDEB, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.”

Art.1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de Grão-Pará - CACS-FUNDEB, criado nos termos da Lei nº 1.459, de 24 de Abril de 2007, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020, fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art.2º - O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

- I. Elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;
- II. Supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;
- III. Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.
- IV. Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;
- V. Receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;
- VI. Examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
- VII. Atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art.3º - O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

- I. Apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;
- II. Convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- III. Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:
 - a. Licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
 - b. Folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;
 - c. Convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;
 - d. Outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV. Realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:
 - a. O desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;
 - b. A adequação do serviço de transporte escolar;
 - c. A utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art.4º - A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art.5º - O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo.

Parágrafo único: O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Estado.

Art.6º - O CACS-FUNDEB será constituído por:

I. Membros titulares, na seguinte conformidade:

- a. 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;
- b. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;
- c. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;
- d. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;
- e. 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;
- f. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

§1º - Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:

I. 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;

II. 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

III. 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§2º - Para cada membro titular, deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§3º - Para fins da representação referida no inciso III do § 1º do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I. Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II. Desenvolver atividades direcionadas ao Município de Grão-Pará;

III. Estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV. Desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V. Não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§4º - Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art.7º - Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I. O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III. Estudantes que não sejam emancipados;

IV. Responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a. Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b. Prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art.8º - Os membros do CACS - FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I. Pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II. Nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III. Nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

IV. Nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

Parágrafo único: As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art.9º - Compete ao Poder Executivo nomear, por meio de Decreto, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art.10 - O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único: Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art.11 - A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I. Não será remunerada;

II. Será considerada atividade de relevante interesse social;

III. Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV. Será considerado dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V. Veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a. A exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b. Atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c. O afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI. Veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art.12 - O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art.13 - A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art.14 - As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I. Na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II. Extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§1º - As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§2º - As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15 - O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

- I. Dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;
- II. Do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;
- III. Das atas de reuniões;
- IV. Dos relatórios e pareceres;
- V. Outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art.16 - Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

- I. Infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;
- II. Profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art.17 - O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 1.459, de 24 de Abril de 2007.

Grão-Pará, 27 de abril de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Publique-se na forma da Lei.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

SAMAE - GRÃO PARÁ

CONTRATO 09/2021

Publicação Nº 3003456

CONTRATO 09/2021

Processo Administrativo 06/2021

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO 09/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO, EM DOCUMENTOS NÃO COMPENSÁVEIS, NO PADRÃO FEBRABAN, QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, DE GRÃO PARÁ, SC, E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO BRADESCO S/A.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, Autarquia Municipal da cidade de Grão-Pará, estado de Santa Catarina, sito a Rua Álvaro de Oliveira Souza, 227, inscrito sob o CGC Nº 80.489.222/0001-59, neste ato representado por ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO, brasileiro, casado, diretor do SAMAE, residente e domiciliado em Grão Pará, portador da cédula de identidade nº 5/R-1.736.886 e inscrito no CPF nº 534.246.629-68 e BANCO BRADESCO S/A agência localizada na Avenida Felipe Schmidt nº 497, Braço do Norte/SC, inscrito no CNPJ nº 60.746.948/0001-12, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos, por JOÃO SEGUNDO DA COSTA NETO, brasileiro, casado, gerente do poder público, portador da cédula de identidade nº 60.121.615 e inscrito no CPF nº 241.341.983-72, e JEFFERSON LADISLAU PEREIRA, brasileiro, casado, gerente do poder público, doravante neste ato denominados SAMAE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO, o qual obedecerá as condições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações, bem como as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento 01/2019, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

1 DO OBJETO

0.1 O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de arrecadação, pela CONTRATADA, de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE – Grão Pará, em documentos não compensáveis, no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conve-niadas em abrangência nacional, conforme especificações contidas no Credenciamento nº 01/2019.

1 DOS SERVIÇOS

1.1 A CONTRATADA deverá autenticar todos os documentos de arrecadação das faturas de água e esgoto, de forma que fiquem evidenciados a identificação da INSTITUIÇÃO, a máquina utilizada, o número de operação, a data e o valor recebido.

1.2 Para os recebimentos realizados através de home-pages, office banking, Internet ou autoatendimento, o pagamento deverá ser comprovado através do lançamento do débito no extrato de conta corrente, devidamente identificado, ou recibo próprio.

1.3 Para os recebimentos realizados através da rede de Casas Lotéricas, o pagamento deverá ser comprovado através do recibo emitido pelo terminal lotérico.

1.4 A CONTRATADA não poderá restringir o recebimento de contas, tributos e demais receitas do SAMAE – Grão Pará de clientes e não clientes, nem mesmo reduzir os seus horários.

1.5 A CONTRATADA somente poderá recusar o recebimento quando o documento de arrecadação for impróprio; e/ou contiver emendas e/ou rasuras que impeçam a leitura do código de barras e/ou digitação numérica deste.

1.6 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber contas, tributos e demais receitas devidas, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente/usuário independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos das faturas pagas com atraso, no mês subseq-ente.

2.7 A CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA a receber, no primeiro dia útil subseq-ente ao vencimento, documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias em que não houver expediente bancário.

2 DO PREÇO

2.1 Pela prestação de serviços de arrecadação, objeto do presente termo, o SAMAE pagará a CONTRATADA tarifa nas seguintes bases:

- a) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN através de Débito Automático;
- b) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através de conveniados com os bancos (lotéricas, correspondentes bancários e outros);
- c) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através da Internet;
- d) R\$ 1,41 (Um real e quarenta e um centavos), por recebimento de documentos com códigos de barras padrão FEBRABAN através dos terminais de auto-atendimento;

2.2 Os valores poderão ser reajustados após o prazo de 12 (doze) meses, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original da contratação.

3 DO PAGAMENTO

3.1 O órgão arrecadador creditará o valor total da arrecadação diária, e posteriormente, efetuará o respectivo débito correspondente às tarifas.

3.2 O preço pactuado na cláusula anterior será pago a CONTRATADA através de débito em conta do SAMAE do que lhe couber referente ao montante arrecadado ou ainda, poderá emitir fatura correspondente às tarifas com vencimento mínimo do 5º dia útil do mês subseq-ente ao da prestação do serviço, a qual deverá ser enviado ao SAMAE para posterior pagamento.

3.3 Diariamente o Banco repassará, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

4 DO PRAZO

4.1 O Contrato tem vigência de 12 (doze) meses, com início em 01 de abril de 2021 e término em 31 de março de 2022, podendo ser estendido nas formas do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

4.2 O valor inicialmente contratado através deste Convênio será mantido na vigência do contrato, podendo ser atualizado monetariamente quando da prorrogação do mesmo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, referente período de maio a abril.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato, de Abril a Dezembro/2021, correrão por conta do orçamento de 2021 e as de Janeiro a Março/2022, correrão por conta do orçamento de 2022, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Programa: 40

Função: 17

Sub-Função: 512

Projeto-Atividade: 2.039

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

6 DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Cabe ao SAMAE, através do setor competente, exercer ampla, irrestrita e permanente Fiscalização dos serviços contratados.

6.2 A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo SAMAE.

6.3 A existência e atuação da fiscalização do SAMAE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne ao objeto deste Contrato.

7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 São de competência da CONTRATADA as seguintes obrigações:

- a) Cumprir o disposto no Edital de Credenciamento 01/2019 e seus Anexos;
- b) Repassar, diariamente, sem custo para o SAMAE, o valor líquido da arrecadação creditado naquele dia para a conta corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- c) Efetuar o débito referente a tarifa que lhe compete em conta corrente livre de movimentação, específica do SAMAE – Conta Corrente nº 21110-9, do Banco do Brasil S.A. Agência 5400-3 de Grão Pará, SC, cujo titular é o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- d) Receber cheques de emissão do próprio cliente e de terceiros, para quitação dos documentos objeto deste Contrato, desde que sejam

de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso.

e) Endossar os cheques recebidos para quitação dos documentos de arrecadação, objeto deste Contrato.

f) Colocar à disposição do SAMAE os arquivos magnéticos contendo as baixas (documentos arrecadados), via teletransmissão, até o 1º (PRIMEIRO) dia útil após a arrecadação, acompanhados de relatórios diários padrão FEBRABAN, contendo resumo da arrecadação, através de software específico fornecido pela CONTRATADA.

g) Não ocorrendo movimentação de pagamentos no dia, A CONTRATADA deverá disponibilizar no relatório diário a informação da inexistência de movimentação;

h) A CONTRATADA poderá optar pela microfilmagem, ou similar, dos documentos arrecadados referidos neste inciso, ficando autorizado a inutilizá-los imediatamente, sendo que, decorridos 30 (TRINTA) dias úteis da data da arrecadação, ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores; ficando autorizado por este instrumento de inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos à arrecadação.

i) Após a retirada dos arquivos da caixa postal, por parte do SAMAE, fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para leitura e devolução a CONTRATADA, no caso de apresentação de inconsistência, e A CONTRATADA deverá regularizar as possíveis pendências também dentro de 05 (cinco) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência emitido pelo SAMAE.

j) A validação de prestação de contas via teletransmissão deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a sua disponibilização.

k) Na caracterização de diferenças da CONTRATADA nos recebimentos de contas efetuados através da própria CONTRATADA, caberá ao SAMAE o envio de cópia de contas que originaram a diferença, para regularização dentro do prazo previsto na letra "b" deste inciso.

l) Receber os documentos, objeto deste Contrato, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao cliente.

m) O valor do cheque acolhido pelo órgão arrecadador, na forma prevista no caput desta Cláusula e eventualmente não honrado, será debitado na conta de livre movimentação do SAMAE, mantida no Banco, agência 5400-3 de Grão-Pará, de número 21110-9.

n) O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação do SAMAE, ou mediante emissão de cheque administrativo, ou DOC a favor da conta de número 21110-9, mantida no Banco, de acordo com o prazo estabelecido anteriormente.

8 DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

8.1 São de competência do SAMAE as seguintes obrigações:

a) Providenciar a emissão e remessa de documentos de arrecadação aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar serviços da CONTRATADA para tal finalidade.

b) Não utilizar, em hipótese alguma, documento de crédito, Bloqueto de Cobrança e outros papéis.

c) Providenciar a emissão e remessa das faturas ao Banco, quando se tratar de débito automático via transmissão eletrônica de dados (TEB) para os respectivos débitos automáticos em contas correntes, bem como a remessa dos respectivos avisos aos clientes/usuários, não podendo, em hipótese alguma, utilizar-se dos serviços do Banco para tal finalidade.

9 DAS PENALIDADES

9.1 As partes contratantes sujeitam-se à multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração, quando ocorrer o descumprimento a qualquer das cláusulas pactuadas.

10 DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 O presente termo poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93 e alterações.

11 DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

11.1 O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser mediante prévio e expresso consentimento do SAMAE.

12 DA PUBLICIDADE

12.1 A CONTRATADA poderá promover publicidade, sem qualquer ônus para o SAMAE, objetivando incentivar o contribuinte a efetuar o pagamento dos tributos e demais documentos de arrecadação e preços municipais em sua rede de estabelecimentos.

13 DO FORO CONTRATUAL

13.1 Fica eleito o foro da Comarca de Braço do Norte/SC, como competente, a fim de dirimir questões que se originem do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes contratantes assinam este Termo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará (SC), em 01 de abril de 2021.

Enio João Zanelatto Bagio
Diretora do SAMAE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Gravatal

PREFEITURA

ERRADA DA PORTARIA Nº 234/2021

Publicação Nº 3003613

ERRATA DA PORTARIA 234/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021, PUBLICADA NO DOM PUBLICAÇÃO Nº 2954842 EM 31/03/2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

RETIFICAR EM PARTE A PORTARIA Nº 234/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 31 de março de 2021, que exonerou a pedido NADINE HELLMANN DELFINO da função do cargo de médico ESF de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais.

Onde se lê: PORTARIA Nº 234/2021 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,
em 19 de fevereiro de 2021.

Leia-se: PORTARIA Nº 234/2021 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 22 de fevereiro de 2021.

Gravatal/SC, 12 de abril de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 283/2021 NOMEAR CARLITO PATRICIO ARANHA

Publicação Nº 3003541

PORTARIA Nº 283/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear CARLITO PATRICIO ARANHA, para o Cargo de Coordenador de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar nº 139 de 04 de maio de 2010, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 02 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 261/2021 NOMEAR BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA

Publicação Nº 3003360

PORTARIA Nº 261/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- - Nomear BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA, para o Cargo de Supervisor Educacional, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar nº 139 de 04 de maio de 2010, a partir de 12/02/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 12/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 262/2021 DETERMINA PRORROGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 3003392

PORTARIA Nº 262/2021, DE 01 DE MARÇO DE 2021.

“DETERMINA A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR”.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, nos termos dos artigos 132 e 133, caput, ambos da Lei Complementar 22/2003,

CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do ex-servidor público municipal JUAN ZEFERINO SE-
RAFIM, destinado a apurar as responsabilidades do servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou relacionada com o
cargo que ocupa.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo, por mais 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos da Portaria 846, de 12 de novembro de 2020, assinada
em 12 de novembro de 2020, e publicada no DOM/SC, para apuração dos fatos apontados no Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.
3º da Lei Municipal n.º 1.820/2017, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 263/2021 EXONERAR A PEDIDO GABRIELA KAORI WASSANO

Publicação Nº 3003396

PORTARIA Nº 263/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas
pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido GABRIELA KAORI WASSANO, da função do cargo de médica ESF, de provimento temporário, com carga horária
de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º
da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 264/2021 EXONERAR A PEDIDO ROGER COSTA DA SILVA

Publicação Nº 3003410

PORTARIA Nº 264/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas
pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido ROGER COSTA DA SILVA, da função do cargo de Médico Clínico Geral, de provimento temporário, com carga
horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º
da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 267/2021 CONTRATAR SHEYLA MERTINS ISIDORIO

Publicação Nº 3003418

PORTARIA Nº 267/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Dayane Damasio Moraes dos Santos, ocupante do cargo temporário de Enfermeira ESF, encontra-se de Licença Maternidade, ocasionando a vacância da vaga de Enfermeira ESF.

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento à população aos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO, o processo seletivo público simplificado para contratação temporária de Enfermeira ESF, edital emergencial simplificado nº 01/2021;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário SHEYLA MARTINS ISIDORIO, Processo Seletivo nº 01/2021, classificação nº 6º, para o cargo temporário de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Porto Gravatá, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01/03/2021 a 05/07/2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 268/2021 CONTRATAR DANIELA ANTONIA DE AMORIM

Publicação Nº 3003425

PORTARIA Nº 268/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento à população aos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO, o processo seletivo público simplificado para contratação temporária de Técnico de Enfermagem ESF, edital emergencial simplificado nº 01/2021;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário DANIELA ANTONIA DE AMORIM, Processo Seletivo nº 01/2021, classificação nº 1, para o cargo temporário de Técnico de Enfermagem ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no ESF Porto Gravatá, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01/03/2021 a 28/02/2022, ou até a realização de Concurso Público, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 269/2021 CONTRATAR YANKA DE OLIVEIRA VENERA

Publicação Nº 3003433

PORTARIA Nº 269/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 5.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário YANKA DE OLIVEIRA VENERA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 13, para o cargo temporário de Professora de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, na EEB José Cardoso de Aguiar, com carga horária de 20 horas semanais, no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 270/2021 CONTRATAR DAISIANE DOUZA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 3003462

PORTARIA Nº 270/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 5.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário DAISIANE SOUZA DE OLIVEIRA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 142, para o cargo temporário de Professora de Educação Infantil – Educação Especial, no Projeto Brincarte, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Termas do Gravatal, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 271/2021 CONTRATAR JANAINA DA SILVA

Publicação Nº 3003464

PORTARIA Nº 271/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade de contratação para a vaga de Professora Educação Especial, para atender estudantes com deficiência, tendo em vista que necessitam de professor auxiliar de educação especial;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 5.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário JANAINA DA SILVA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 21, para o cargo temporário de Professora de Educação Especial, na Professora Almerinda dos Santos, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 272/2021 CONTRATAR KARINI GRACIA DA SILVA

Publicação Nº 3003465

PORTARIA Nº 272/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade de contratação para a vaga de Professora Educação Especial, para atender estudantes com deficiência, tendo em vista que necessitam de professor auxiliar de educação especial;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 5.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário KARINI GRACIA DA SILVA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 16, para o cargo temporário de Professora Educação Especial, na Escola de Ensino Fundamental Professora Naíde Guedert Teixeira, com carga horária de 20 horas semanais, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2021 CONTRATAR ALINE DOMINGOS ELIAS

Publicação Nº 3003470

PORTARIA Nº 273/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 5.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário ALINE DOMINGOS ELIAS, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 144, para o cargo temporário de Professora de Educação Infantil – Pré Indaial, na EEB José Cardoso de Aguiar, com carga horária de 30 horas semanais, no

bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 274/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR REGINALDO MACHADO VIEIRA

Publicação Nº 3003472

PORTARIA Nº 274/2021 DE 01 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal REGINALDO MACHADO VIEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, relativos ao período aquisitivo de 02/11/2018 a 01/11/2019, devendo ser gozadas entre 01/03/2021 a 30/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 275/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR LDY MIKHAEL AGOSTINHO

Publicação Nº 3003479

PORTARIA Nº 275/2021 DE 01 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal LADY MIKHAEL AGOSTINHO, ocupante do cargo de Médico Veterinário, relativos ao período aquisitivo de 17/03/2018 a 16/03/2019, devendo ser gozadas entre 01/03/2021 a 30/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA ANGELICA BORGES DE SOUZA

Publicação Nº 3003484

PORTARIA Nº 277/2021 DE 01 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal ANGELICA BORGES DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente Comunitária ESF, relativos ao período aquisitivo de 13/08/2019 a 12/08/2020, devendo ser gozadas entre 01/03/2021 a 30/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278/2021 EXONERAR A PEDIDO MAYARA VIANA VALENTIM

Publicação Nº 3003487

PORTARIA Nº 278/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido MAYARA VIANA VALENTIM, da função do cargo de Professora de Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/2021 CONCEDER FERIAIS AO SERVIDOR LEANDRO OLIVEIRA MACHADO

Publicação Nº 3003488

PORTARIA Nº 279/2021 DE 01 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 20 (vinte) dias de férias ao servidor municipal LEANDRO OLIVEIRA MACHADO, ocupante do cargo de Técnico em Computação, relativos ao período aquisitivo de 06/01/2018 a 05/01/2019, devendo ser gozadas entre 01/03/2021 a 20/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2021 EXONERAR A PEDIDO CARLITO PATRICIO ARANHA

Publicação Nº 3003493

PORTARIA Nº 280/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido CARLITO PATRICIO ARANHA, da função do cargo de Supervisor de Departamento, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2021 CONTRATAR CRISTIANE INACIO DOS SANTOS

Publicação Nº 3003522

PORTARIA Nº 281/2021 DE 01 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 2.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário CRISTIANE INACIO DOS SANTOS, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 08 para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, na Extensão Educacional Vó Miloca, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Termas do Gravatal, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282/2021 CONTRATAR ROGER COSTA DA SILVA

Publicação Nº 3003539

PORTARIA Nº 282/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021.

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento à população aos serviços públicos de saúde;

CONSIDERANDO, o processo seletivo público simplificado para contratação temporária de Médico Clínico Geral, edital emergencial simplificado nº 01/2021;

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário ROGER COSTA DA SILVA, Processo Seletivo nº 01/2021, classificação nº 2, para o cargo temporário de Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais, na unidade de saúde extensão Bela Vista, pertencente ao ESF Energia das Águas, no bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 02/03/2021 a 01/03/2022, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, ou até a realização de Concurso Público, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 02 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2021 LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA SILVIA FRANCISCO FERNANDES

Publicação Nº 3003543

PORTARIA Nº 284/2021 DE 05 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal SILVIA FRANCISCO FERNANDES, ocupante do cargo de Agente de Vigilância em Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 05/03/2021 até 31/08/2021 de acordo com inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1584/2013 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 05 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2021 CONTRATAR ARIEL POLA

Publicação Nº 3003545

PORTARIA Nº 286/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece a Lei Municipal nº 181 de 10 de março de 2015 em consonância do artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Lucimara Tábata Martins, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista – 30 horas semanais, encontra-se afastada de suas atividades laborais em gozo de férias e direito integral de Licença Prêmio, ocasionando a vacância da vaga de Nutricionista na Secretaria de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção do atendimento as Escolas e Centros Educacionais da Rede Municipal de Ensino ;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Nutricionista, para que não haja paralisação do Programa Nacional de Alimentação Escolar;

CONSIDERANDO, a realização do processo seletivo emergencial nº 02/2021 para formação de cadastro de reserva.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário ARIEL POLA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Nutricionista, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 até o término dos períodos de férias e direito integral de Licença Prêmio e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA ADRIANA DE MEDEIROS

Publicação Nº 3003546

PORTARIA Nº 287/2021 DE 08 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 10 (dez) dias de férias a servidora municipal ADRIANA DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Monitora de Turismo, relativos ao período aquisitivo de 07/02/2018 a 06/02/2019, devendo ser gozadas entre 01/03/2021 a 10/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/2021 NOMEAR LUIZ CARLOS MICHELS BACELOS

Publicação Nº 3003547

PORTARIA Nº 288/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear LUIZ CARLOS MICHELS BARCELOS, para o Cargo de Supervisor de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar nº 139 de 04 de maio de 2010, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/2021 EXONERAR A PEDIDO MANUELA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Publicação Nº 3003550

PORTARIA Nº 289/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a pedido MANUELA DE OLIVEIRA GONÇALVES, da função do cargo de Professora de Ensino Fundamental – Matemática, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/2021 CONTRATAR VANESSA CHAVES

Publicação Nº 3003551

PORTARIA Nº 290/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal titular, Celia da Luz Floriano Vargas, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, encontra-se de Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário VANESSA CHAVES, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 09, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Manoel dos Passos de Medeiros, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Bela Vista, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 até o término da Licença para Tratamento de Saúde, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2021 CONTRATAR LOURDES MARIA RUCKL

Publicação Nº 3003553

PORTARIA Nº 291/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário LOURDES MARIA RUECKL, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 06, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, na Extensão Educacional Infantil Vó Miloca, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Termas de Gravatal, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2021 CONTRATAR ALISON MENDES VIEIRA

Publicação Nº 3003556

PORTARIA Nº 292/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professor de Ensino Fundamental - Artes, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário ALISON MENDES VIEIRA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 02, para o cargo temporário de Professor de Ensino Fundamental - Artes, na EEF Professora Naíde Guedert Teixeira, no bairro Centro, e na Joaquim Cardoso Duarte, no bairro Pouso Alto, com carga horária de 30 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 293/2021 CONTRATAR TAINARA ROSA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 3003557

PORTARIA Nº 293/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário TAINARA ROSA DE OLIVEIRA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 04, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, na EEF Professora Naíde Guedert Teixeira, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de

2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2021 CONTRATAR FRANCISCO FERREIRA

Publicação Nº 3003560

PORTARIA Nº 294/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Motorista, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, a necessidade da manutenção dos serviços contínuos para atender o transporte escolar estudantil no município;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário FRANCISCO FERREIRA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2021 CONTRATAR FRANCIELI MACHADO VIEIRA

Publicação Nº 3003561

PORTARIA Nº 295/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário FRANCIELI MACHADO VIEIRA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 03, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Mickeylândia, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Termas do Gravatal, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/2021 CONTRATAR LARISSA RODRIGUES

Publicação Nº 3003568

PORTARIA Nº 296/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário LARISSA RODRIGUES, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 11, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Manoel dos Passos de Medeiros, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Bela Vista, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 297/2021 CONTRATAR EDNA CARDOSO BUSS

Publicação Nº 3003573

PORTARIA Nº 297/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Secretária de Escola, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário EDNA CARDOSO BUSS, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Secretária de Escola, na EEB José Cardoso de Aguiar, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298/2021 CONTRATAR LEONARDO BRITO FERREIRA

Publicação Nº 3003575

PORTARIA Nº 298/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professor de Ensino Fundamental - Inglês, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário LEONARDO BRITO FERREIRA, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 02, para o cargo temporário de Professor de Ensino Fundamental - Inglês, na EEB José Cardoso de Aguiar, com carga horária de 30 horas semanais, no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299/2021 CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA DAYANE DAMASIO MORAIS DOS SANTOS

Publicação Nº 3003578

PORTARIA Nº 299/2021 DE 08 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal DAYANE DAMASIO MORAIS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de 120 (cento e vinte) dias a partir de 08/03/2021 até 05/07/2021 de acordo com inciso XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/2021 CONTRATAR DEBORA DA SILVA NAZARIO

Publicação Nº 3003581

PORTARIA Nº 300/2021 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professor de Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 6.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário DEBORA DA SILVA NAZARIO, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 14, para o

cargo temporário de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, na EEF Professora Naíde Guedert Teixeira, no bairro Centro, com carga horária de 20 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 09 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 09 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2021 CONTRATAR GILCEIA RODRIGUES

Publicação Nº 3003583

PORTARIA Nº 301/2021 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 6.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário GILCEIA RODRIGUES, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 06, para o cargo temporário de Professora de Educação Infantil, no Centro Educacional Infantil Zilda Luck Silveira, no bairro Centro, com carga horária de 40 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 09 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 09 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2021 CONTRATAR VANIA VICENCO DAUFEMBACK

Publicação Nº 3003594

PORTARIA Nº 303/2021 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal Micheli Patrícia da Silva de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Professora de Educação Infantil, encontra-se exercendo as atividades laborais de forma remota por coabitar com pessoa com deficiência, ocasionando a vacância do cargo de Professora de Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 6.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário VANIA VICENCO DAUFEMBACK, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 149, para o cargo temporário de Professora de Educação Infantil, no Centro Educacional Infantil Professora Almerinda dos Santos Mendes, no bairro Pouso Alto, com carga horária de 40 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 09 de março de 2021 até o retorno da servidora Micheli Patrícia da Silva de Oliveira, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 09 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR ANDERSON POLICARPO

Publicação Nº 3003597

PORTARIA Nº 304/2021 DE 09 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal ANDERSON DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente de Defesa Civil, relativos ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021, devendo ser gozadas entre 09/03/2021 a 07/04/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 09 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/2021 EXONERAR JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA

Publicação Nº 3003599

PORTARIA Nº 305/2021 DE 10 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar por término de contrato JOSÉ CARLOS ALVES DA SILVA, do cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 10 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/2021 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA LUCIMARA TABATA MARTINS

Publicação Nº 3003603

PORTARIA Nº 306/2021 DE 10 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal LUCIMARA TABATA MARTINS, ocupante do cargo de Nutricionista, relativos ao período aquisitivo de 06/03/2020 a 05/03/2021, devendo ser gozadas entre 10/03/2021 a 08/04/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 01/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 10 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2021 COLOCAR A DISPOSIÇÃO DO HOSPITAL SANTO ANTONIO A SERVIDORA ANDREZZA STEINER ARAUJO

Publicação Nº 3003604

PORTARIA N.º 307/2021 DE 15 DE MARÇO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais, em especial ao contido na Lei Municipal nº 2.112 de 11 de março de 2021 e,

Considerando o ofício de nº 20/2021, encaminhado pelo Sr. Clovis Felisbino Silvano, Diretor do Hospital Santo Antônio, no qual solicita a este Município a cessão de um Enfermeiro com carga horária de 40 h semanais, nos termos da Lei nº 2.112/2021.

RESOLVE:

Art. 1º- Colocar à disposição do Hospital Santo Antônio, Fundação Pública de Direito Privado Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 83.467.126/0001-06, com sede na Praça Dois Corações nº 21, Centro, Município de Armazém, a Servidora ANDREZZA STEINER ARAÚJO, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira com ônus para o município, nos termos da Lei Ordinária nº 2.112 de 11 de março de 2021, pelo prazo de 1(um) ano, podendo ser renovado.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2021 EQUIPE DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS

Publicação Nº 3003605

PORTARIA Nº 308/2021 DE 15 DE MARÇO DE 2021.

“NOMEIA COMISSÃO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS”.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 190, de 01 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação no âmbito do Sistema Único de Saúde, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica criado o Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, organizado e disciplinado na forma desta Lei.

Art. 2º- Fica criada a Equipe do Sistema Municipal de Planejamento, Regulação, Controle e Avaliação do SUS, composta por servidores efetivos, percebendo a gratificação de função, estando vigente pelo período compreendido entre 01 de março de 2021 a 31 de agosto de 2021.

a) Patricia Cardoso Mendonça - Gerente de Controle e Avaliação - R\$ 600,00 (seiscentos reais)

b) Adriana da Luz Fernandes - Gerente de Regulação – R\$ 600,00 (seiscentos reais)

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 309/2021 CONTRATAR MARIANGELA ZAPELINI

Publicação Nº 3003608

PORTARIA Nº 309/2021 DE 15 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 2.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário MARIANGELA ZAPELINI, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 03, para o cargo temporário de Professora de Ensino Fundamental - Inglês, na EEB Joaquim Cardoso Duarte, no bairro Pouso Alto, e na EEF Professora Naíde Guedert Teixeira, no bairro Centro, com carga horária de 30 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 15 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 310/2021 EXONERAR A PEDIDO ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA

Publicação Nº 3003609

PORTARIA Nº 310/2021 DE 15 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA, do cargo de Medico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 311/2021 NOMEAR EVELYN MACHADO ELIBIO

Publicação Nº 3003611

PORTARIA Nº 311/2021 DE 15 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear EVELYN MACHADO ILÍBIO, para o Cargo de Assistente de Departamento, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar nº 139 de 04 de maio de 2010, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 312/2021 CONTRATAR ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA

Publicação Nº 3003612

PORTARIA Nº 312/2021 DE 16 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que as contratações que tratar da Lei Complementar nº 181, de 10 de março de 2015, serão realizadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por uma única vez, mediante justificativa;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Médico Psiquiatra, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 001/2021.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário ROBERTO YASUYUKI DA CONCEIÇÃO HAMADA, Processo Seletivo nº 001/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Médico Psiquiatra, no Centro Médico Especializado, no bairro Tiradentes, com carga horária de 20 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 16 de março de 2021 a 15 de março de 2022, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 16 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 313/2021 NOMEAR ANTONIO FIDELIS

Publicação Nº 3003614

PORTARIA Nº 313/2021 DE 16 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 175, de 05 de agosto de 2014 em consonância com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear ANTONIO FIDELIS, para o cargo de Assessor Jurídico, com carga horário de 20 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao artigo 1º da lei complementar nº 175, de 05 de agosto de 2014, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 16 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 314/2021 NOMEAR DANIEL IUNG

Publicação Nº 3003619

PORTARIA Nº 314/2021 DE 16 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear DANIEL IUNG, para o cargo de Coordenador Especial de Gabinete, com carga horário de 40 horas semanais, percebendo o vencimento relativo ao anexo VII, do Grupo VI, da Lei Complementar Nº 139/2010, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 16 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 315/2021 AUTORIZAR CARLITO PATRICIO ARANHA A DIRIGIR OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 3003623

PORTARIA Nº 315/2021 DE 17 DE MARÇO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE".

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- AUTORIZAR o servidor CARLITO PATRICIO ARANHA, CNH nº 02956922207 "AB", a dirigir, de forma eventual, os veículos da frota municipal:

§ 1º - Os veículos poderão ser utilizados pelo servidor em casos de necessidade, quando não houver motoristas disponíveis.

§ 2º - Para conduzir os veículos o servidor autorizado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação válida e com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 17 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 316/2021 CONCEDER HORAS EXTRAS AOS SERVIDORES DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO

Publicação Nº 3003626

PORTARIA Nº 316/2021 DE 20 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a Autorização de Pagamento de Horas Extras/Ponto, enviada mensalmente pelos secretários municipais, indicando os funcionários que fazem jus ao direito e a quantidade de horas extras que devem ser pagas;

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER horas extras aos servidores abaixo relacionados, trabalhadas durante os meses fevereiro e março do ano corrente com as vantagens estabelecidas em Lei.

SECRETARIA DE SAÚDE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
André Cardoso Avelino	8,00
Andrea Felipe Fidelis	50,00
Bertha Bloemer	10,00
Camila Nunes Teixeira	43,00
Cassiane Camilo do Nascimento	52,00
Cassio Ferreira Bitencourt	57,00
Cleiton Gomes Façanha	60,00
Cristini Martins Ferreira	59,00
Daniela Antonia de Amorin	15,00
Délcia da Silva Severino	8,00
Eduardo Fernandes Mendonça	34,00
Fernanda Silva Medeiros	43,00
Francieli Mendes Correa	10,00
Gilmar Comeli Rodrigues	57,00
Joelma de Medeiros	31,00
Jose Carlos Alves da Silva	40,40
Jucilene Gomes Serafim Batista	35,00
Juliano Fagundes de Araujo	60,00
Marcia Nasario Amorin da Silva	13,00
Marcio Laurentino Mendonça	59,00
Patrícia de Souza	60,00
Rafaela Zanelato Fernandes	35,00
Roberto Yasuyuki da Conceição Hamada	36,00
Rosimar Vicenzi de Assunção Mendes	59,00

Scheyla Martins Isidório	10,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Arquimedes da Silva	60,00
Cedoir Martins de Souza	60,00
Celio Batista	60,00
Eder Soares da Silva	60,00
Francisco Ferreira	27,00
Jose Carlos Beckhauser Mendes	48,00
Rodinei Mendes Monteiro	60,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alexsandro Magaroto de Oliveira	52,08
Ana Claudia da Silva	10,04
Ana Lucia Rodrigues Wiggers	5,15
Anderson Policarpo Darella Neves	8,19
Jose Nazareno Fidelis	29,10
Maria Aparecida Martins da Silva	55,27
Muriel Marcon Cardoso	43,35
Nilson Ribeiro Fernandes	46,18
Raquel Martins Mendes	28,41
Vivian Iung Mendes	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alaercio Goncalves de Medeiros	15,00
Daniel May Maciano	60,00
Fabricio de Oliveira Machado	60,00
Gilmar dos Santos Callegari	60,00
Hamilton dos Santos Firmino	60,00
Paulo Melo da Silva	60,00
Salesio Veronez	60,00
Valnei Boneli dos Santos	60,00
Wilson Mendes	55,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Martins da Silva	60,00
Paulo Martins da Rosa	60,00
Zenilton Nascimento	60,00
GABINETE DO PREFEITO	QUANTIDADE DE HORAS EXTRAS
Alex Candido Claudino	59,52

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC,
em 20 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2021 CONCEDER ABONO PECUNIARIO

Publicação Nº 3003627

PORTARIA Nº 317/2021 DE 20 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços de atendimento na Secretaria Municipal de Saúde à população;

CONSIDERANDO, o artigo 2º da Lei Complementar nº 221, de 04 de abril de 2019, que cria o abono pecuniário para os profissionais que atuam na estratégia saúde da família – ESF ou como especialistas no município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER o abono pecuniário por desempenho de função, conforme tabela a seguir:

MÉDICO CLÍNICO	CARGA HORÁRIA	ABONO
André Mendes Gonçalves	20h	R\$ 2.000,00
Edgard Kindermann	20h	R\$ 2.000,00

Roger Costa da Silva	20h	R\$ 2.000,00
MÉDICO PSIQUIATRA	CARGA HORÁRIA	ABONO
Roberto Yasuyuki da Conceição Hamada	20h	R\$ 2.000,00

Art. 2º - A fiscalização dos requisitos constantes no Art. 1º, serão efetuadas pela Secretária Municipal de Saúde ou servidor designado.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal/SC, em 20 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 318/2021 CONCEDER FERIAIS A SERVIDORA ROSANGELA ZAPPELINI MENDONÇA DE SÁ

Publicação Nº 3003654

PORTARIA Nº 318/2021 DE 22 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 05 (cinco) dias de férias a servidora municipal ROSANGELA ZAPPELINI MENDONÇA DE SÁ, ocupante do cargo de Coordenador de Departamento, relativos ao período aquisitivo de 04/02/2019 a 03/02/2020, devendo ser gozadas entre 22/03/2021 a 26/03/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 22 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 319/2021 EXONERAR A PEDIDO JANAINA DA SILVA

Publicação Nº 3003658

PORTARIA Nº 319/2021 DE 23 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido JANAINA DA SILVA, do cargo de Professora de Educação Infantil – Educação Especial, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 23 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 320/2021 EXONERAR A PEDIDO LARISSA RODRIGUES

Publicação Nº 3003659

PORTARIA Nº 320/2021 DE 23 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido LARISSA RODRIGUES, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º

da Lei Municipal nº 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 23 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 321/2021 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA VIVIAN IUNG

Publicação Nº 3003660

PORTARIA Nº 321/2021 DE 25 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal VIVIAN IUNG MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, relativos ao período aquisitivo de 04/02/2018 a 03/02/2019, devendo ser gozadas entre 25/03/2021 a 08/04/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 25 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 322/2021 CONTRATAR RITA DE CASSIA DA SILVA

Publicação Nº 3003663

PORTARIA Nº 322/2021 DE 26 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 003/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário RITA DE CÁSSIA DA SILVA VARGAS, Processo Seletivo nº 003/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Manoel dos Passos de Medeiros, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Bela Vista, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 26 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 26 de março de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 323/2021 CONTRATAR ADELAIDE APARECIDA SALAZAR

Publicação Nº 3003665

PORTARIA Nº 323/2021 DE 26 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 003/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário ADELAIDE APARECIDA SALAZAR, Processo Seletivo nº 003/2021, classificação nº 04, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Manoel dos Passos de Medeiros, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Bela Vista, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 26 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 26 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 324/2021 CONTRATAR KESSYA DA SILVA LORETO

Publicação Nº 3003666

PORTARIA Nº 324/2021 DE 26 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal titular, Marta Lima, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, encontra-se exercendo suas atividades laborais na Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, ocasionando a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Auxiliar de Serviços Gerais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 003/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário KESSYA DA SILVA LORETO, Processo Seletivo nº 003/2021, classificação nº 03, para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Professora Almerinda dos Santos Mendes, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 26 de março de 2021 até o retorno da servidora titular, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 26 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 325/2021 CONCEDER FERIAS A SERVIDORA ANA CLAUDIA DA SILVA

Publicação Nº 3003667

PORTARIA Nº 325/2021 DE 29 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal ANA CLAUDIA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, relativos ao período aquisitivo de 25/08/2019 a 24/08/2020, devendo ser gozadas entre 22/02/2021 a 08/03/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 22/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 326/2021 CONTRATAR JANAINA DA SILVA

Publicação Nº 3003670

PORTARIA Nº 326/2021 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade de contratação para a vaga de Professora Educação Especial, para atender estudantes com deficiência, tendo em vista que necessitam de professor auxiliar de educação especial;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018, chamada pública nº 6.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário JANAINA DA SILVA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 21, para o cargo temporário de Professora de Educação Especial, na Escola de Ensino Fundamental Professora Naide Guedert Teixeira, com carga horária de 20 horas semanais, no bairro Centro, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 29 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 327/2021 CONTRATAR LUCIANE ALVES DANDOLINI

Publicação Nº 3003672

PORTARIA Nº 327/2021 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade de contratação para a vaga de Professora Educação Especial, para atender estudantes com deficiência, tendo em vista que necessitam de professor auxiliar de educação especial;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 003/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário LUCIANE ALVES DANDOLINI DAUFEMBACK, Processo Seletivo nº 003/2021, classificação nº 02, para o cargo temporário de Professora de Educação Especial, no Centro Educacional Infantil Professora Almerinda dos Santos Mendes, com carga horária de 40 horas semanais, no bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 29 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328/2021 CONTRATAR TALITA SCHMOELER DA SILVA

Publicação Nº 3003674

PORTARIA Nº 328/2021 DE 29 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora municipal titular, Vera Lucia Mendes Maia, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Ensino Religioso, encontra-se em Licença Prêmio, ocasionando a vacância do cargo de Professora de Ensino Fundamental.

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Ensino Fundamental – Ensino Religioso, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 003/2021, chamada pública nº 1.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratada em caráter temporário TALITA SCHMOELER DA SILVA, Processo Seletivo nº 003/2021, classificação nº 01, para o cargo temporário de Professora de Ensino Fundamental – Ensino Religioso, na EEB José Cardoso de Aguiar, com carga horária de 10 horas semanais, na Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 29 de março de 2021 a 18 de maio de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 329/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR VAGNER NAZARIO FERNANDES

Publicação Nº 3003675

PORTARIA Nº 329/2021 DE 29 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal VAGNER NAZARIO FERNANDES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, relativos ao período aquisitivo de 01/11/2019 a 31/10/2020, devendo ser gozadas entre 26/02/2021 a 27/03/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 26/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR ANDERSON POLICARPO DARELA

Publicação Nº 3003676

PORTARIA Nº 331/2021 DE 29 DE MARÇO 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (três) dias de férias ao servidor municipal ANDERSON POLICARPO DARELA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, relativos ao período aquisitivo de 03/04/2017 a 02/04/2018, devendo ser gozadas entre 29/03/2021 a 31/03/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 29 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 332/2021 EXONERAR A PEDIDO ROSIANE DE BONA SCHRAIBER

Publicação Nº 3003677

PORTARIA Nº 332/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido ROSIANE DE BONA SCHRAIBER, do cargo de Farmacêutica , com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 31 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 333/2021 CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA SIRLENE BONELLI DOS SANTOS RODRIGUES

Publicação Nº 3003681

PORTARIA Nº 333/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal SIRLENE BONELLI DOS SANTOS RODRIGUES, matrícula nº 7805-3 ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do artigo 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, referente ao quinquênio 01/07/2009 a 01/07/2014, devendo ser gozada no período de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 18/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 31 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 334/2021 CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA SIRLENE BONELLI DOS SANTOS RODRIGUES

Publicação Nº 3003682

PORTARIA Nº 334/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal SIRLENE BONELLI DOS SANTOS RODRIGUES, matrícula nº 7805-5 ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - 20 horas semanais, nos termos do artigo 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, referente ao quinquênio 01/02/2006 a 01/02/2011, devendo ser gozada no período de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 18/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 31 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 335/2021 CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA VERA LUCIA MENDES MAIA

Publicação Nº 3003684

PORTARIA Nº 335/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 03 (três) meses de Licença Prêmio a servidora municipal VERA LUCIA MENDES MAIA, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental - 10 horas semanais, nos termos do artigo 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, referente ao quinquênio 01/07/2013 a 01/07/2018, devendo ser gozada no período de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 18/02/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 31 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 336/2021 CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA MARIA REGINA LEONIDAS BASTISTA

Publicação Nº 3003687

PORTARIA Nº 336/2021 DE 31 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora municipal MARIA REGINA LEONIDAS BATISTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 horas semanais, nos termos do artigo 79, da Lei Complementar Municipal nº 022, de 09 de junho de 2003, referente ao quinquênio 04/12/2013 a 04/12/2018, devendo ser gozada no período de 01/03/2021 a 30/03/2021.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 31 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 337/2021 CONCEDER FERIAS AO SERVIDOR PAULO MARTINS DA ROSA

Publicação Nº 3003691

PORTARIA Nº 337/2021 DE 01 DE ABRIL 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal PAULO MARTINS DA ROSA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2019 a 01/04/2020, devendo ser gozadas entre 01/04/2021 a 30/04/2021;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 338/2021 NOMEAR ANA ELISIA DE SOUZA BARCELOS

Publicação Nº 3003692

PORTARIA N.º 338/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o parágrafo 1º do artigo 53 da Lei Complementar nº 136 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear ANA ELISIA DE SOUZA BARCELOS, ocupante do cargo de Professora Educação Infantil, para função gratificada de Diretora

de Escola, com carga horária de 40 horas semanais, na Escola de Ensino Básico David Fileti, localizada no bairro São Roque, neste município, conforme anexo IX, da Lei Complementar nº 136/2009, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339/2021 EXONERAR A PEDIDO RAFAELA BECKHAUSER ULIANO

Publicação Nº 3003694

PORTARIA Nº 339/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido RAFAELA BECKHAUSER ULIANO, do cargo de Professora de Ensino Fundamental – Ciências, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 340/2021 EXONERAR A PEDIDO EDGARD KINDERMAN

Publicação Nº 3003695

PORTARIA Nº 340/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido EDGARD KINDERMAN, do cargo de Médico Clínico Geral, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341/2021 EXONERAR A PEDIDO KARINI GRACIA DA SILVA

Publicação Nº 3003697

PORTARIA Nº 341/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido KARINI GRACIA DA SILVA, do cargo de Professora de Educação Especial, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário, com efeitos retroativos a 19/03/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.
CLEINILS RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 343/2021 EXONERAR A PEDIDO GISLAINE ROSA FERNANDES

Publicação Nº 3003698

PORTARIA Nº 343/2021 DE 01 DE ABRIL DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido GISLAINE ROSA FERNANDES, do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de abril de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2021 CONTRATAR CIRLENE VERONES

Publicação Nº 3003586

PORTARIA Nº 302/2021 DE 09 DE MARÇO DE 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora de Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 002/2021, chamada pública nº 2.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica contratado em caráter temporário CIRLENE VERONES, Processo Seletivo nº 002/2021, classificação nº 02, para o cargo temporário de Professora de Ensino Fundamental - Matemática, na EEB José Cardoso de Aguiar, no bairro Várzea das Canoas, com carga horária de 20 horas semanais, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 09 de março de 2021 a 17 de dezembro de 2021, e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 09 de março de 2021.

CLEINILS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2021**

Publicação Nº 3004577

**CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL**
ESTADO DE SANTA CATARINA**DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021**
DE 26 DE ABRIL DE 2021**"APROVA AS CONTAS DO PREFEITO REFERENTE
AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019".**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL, RAFAEL FERNANDES MACHADO, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no artigo 38, inciso IV, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º - Ficam **APROVADAS** as Contas do Exercício Financeiro de 2019 do Prefeito Municipal de Gravatá, relativo ao Processo nº PCP-20/00144807.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Gravatá/SC, 26 de abril de 2021.

RAFAEL FERNANDES MACHADO

Presidente

Fone/Fax: (48) 3642-2301 e 3642-2843

Rua Manoel José Cândido, n. 142 – Centro - CEP 88735-000 - Gravatá - SC
CNPJ Nº 02.156.952/0001-24
www.camaragravatal.com.br

PORTARIA Nº 15/2021

Publicação Nº 3004561

**CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL
ESTADO DE SANTA CATARINA****PORTARIA Nº. 15/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.**

ALTERA O ART. 1º DA PORTARIA 14/2021 QUE DISPÕE SOBRE A CONTINUIDADE DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EPIDEMIA DO CORONAVIRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador RAFAEL FERNANDES MACHADO, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO Decreto Estadual nº. 1.255, de 23 de abril de 2021, que estabelece em seu art. 2º " **Art. 2º Ficam estabelecidas, em todo o território catarinense, de 20 de março de 2021 até 6h00 de 30 de abril de 2021, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19**":

.....

RESOLVE:

Art. 1º. O art. 1º da Portaria 14/2021 de 12 de abril de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

" **Art. 1º AUTORIZA**, a realização das sessões ordinárias, solenes, audiências públicas e as reuniões partidárias presenciais no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatal a partir de 26 de abril de 2021.

Art. 2º. Os serviços essenciais ao funcionamento administrativo da Câmara de Vereadores poderão ser efetuados por meio de *home office*.

Fone: (048) 3642-2843 ou 36422301

Rua Manoel José Cândido, 142 – Centro - CEP 88735-000 - Gravatal - SC
CNPJ Nº 02.156.952/0001-24



CÂMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL ESTADO DE SANTA CATARINA



Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 26 de abril de 2021.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 26 de abril de 2021.

RAFAEL FERNANDES MACHADO
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 26 de abril de 2021.

Fone: (048) 3642-2843 ou 36422301
Rua Manoel José Cândido, 142 – Centro - CEP 88735-000 - Gravatal - SC
CNPJ N° 02.156.952/0001-24

Guabiruba

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033/2021

Publicação Nº 3004038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIRUBA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 83.102.368/0001-98
Rua Brusque, 344 – Centro – CEP 88.360-000 – GUABIRUBA – Santa Catarina
Fone/Fax: (047) 3354-0141 – 3308-3100. E-mail: rh@guabiruba.sc.gov.br —
Home Page: www.guabiruba.sc.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 033/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIRUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital nº 06/2020 (SEMUS), vem através deste CONVOCAR o (a) classificado (a) no Processo Seletivo nº 006/2020 a comparecer ao Setor de Recursos Humanos até o dia 03/05/2021 para assinar o termo de aceite da função, apresentar os documentos abaixo listados e entrar em exercício, sendo que não será aceita a entrega com documentos faltantes.

- 1 foto 3x4.
- Comprovante de situação cadastral do CPF.
- Carteira de identidade (original e cópia).
- Título de eleitor (original e cópia).
- Comprovante de quitação das obrigações eleitorais (www.tre-sc.gov.br).
- Comprovante de quitação das obrigações militares, para homens (original e cópia).
- CTPS contendo PIS/PASEP, número, série e data de emissão (original e cópia).
- Certidão de casamento, se for o caso (original e cópia).
- Certidão de nascimento de dependentes menores de 14 anos, se for o caso (original e cópia).
- Comprovante de residência (original e cópia).
- Comprovante de registro no COREN (original e cópia).
- Atestado de Saúde Ocupacional (agendado pelo Setor de Recursos Humanos).
- Declaração de não acumulação ilegal de cargos públicos (emitida pelo Setor de Recursos Humanos).
- Declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares, no exercício de cargo ou função pública (emitida pelo Setor de Recursos Humanos).

Segue abaixo quadro com o (a) convocado (a), bem como a referida função e classificação no certame.

CLASSIFICAÇÃO	FUNÇÃO	NOME
13º	ENFERMEIRO	OBADIAS DIAS DE SOUZA

Helena Roberta Weber
Diretora de Administração
Secretaria de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Guabiruba
(47) 3308-3100

Guabiruba (SC), 27 de abril de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 034/2021

Publicação Nº 3004194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIRUBA
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 83.102.368/0001-98
Rua Brusque, 344 – Centro – CEP 88360-000 – GUABIRUBA – Santa Catarina
Fone/Fax: (047) 3354-0141 – 3308-3100. E-mail: rh@guabiruba.sc.gov.br —
Home Page: www.guabiruba.sc.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 034/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUABIRUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o item 1.2.1 do Edital nº 001/2019, vem através deste CONVOCAR o (a) classificado (a) no Concurso Público nº 001/2019, para comparecer ao Setor de Recursos Humanos e manifestar interesse em assumir o cargo para o qual prestou concurso até o dia 12/05/2021.

Segue abaixo quadro com o (a) convocado (a), bem como o referido cargo e classificação no certame:

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME
2º	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	JONATHAN FREDERICO CALSON

Helena Roberta Weber
Diretora de Administração
Secretaria de Administração e Finanças
Prefeitura Municipal de Guabiruba
(47) 3308-3100

Guabiruba (SC), 27 de abril de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO 018C/2021

Publicação Nº 3004323

MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018C/2021

DATA CONTRATO: 9 de abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.368/0001-98.

CONTRATADO: MARCOS TROJAN - ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 11.021.594/0001-33.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA, AGRIMENSURA, ARQUITETURA, GEOLOGIA E SONDAÇÃO - SERVIÇOS DE GEOLOGIA - LAGEADO BAIXO.

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

VIGÊNCIA: Prazo de vigência do CONTRATO é de até 8 (oito) meses, a partir da sua assinatura.

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 - CONTRATO 055C/2020

Publicação Nº 3004307

MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 055C/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

DATA CONTRATO: 9 de abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.368/0001-98.

CONTRATADO: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 79.485.892/0001-18.

OBJETO: REAJUSTE DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E REURBANIZAÇÃO DE 3.330,00 METROS DA RUA PREFEITO CARLOS BOOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BRDE POR MEIO DE FINANCIAMENTO.

VALOR: 6.734.022,53 (seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil, vinte e dois reais e cinquenta e três centavos).

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 - CONTRATO 044C/2020

Publicação Nº 3004316

MUNICIPIO DE GUABIRUBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 044C/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 35/2020

DATA CONTRATO: 22 de abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.368/0001-98.

CONTRATADO: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 80.738.016/0001-35.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BASE PARA CALÇADAS, CALÇADAS E BOCAS DE LOBO COM LIGAÇÃO EM DRENAGEM, INCLUSO MATERIAL, PARA DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$2.698,00 (dois mil e seiscentos e noventa e oito reais)

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 03 - CONTRATO 055C/2020

Publicação Nº 3004312

MUNICIPIO DE GUABIRUBA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 055C/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 103/2019

DATA CONTRATO: 22 de abril de 2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.368/0001-98.

CONTRATADO: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 79.485.892/0001-18.

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E REURBANIZAÇÃO DE 3.330,00 METROS DA RUA PREFEITO CARLOS BOOS, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BRDE POR MEIO DE FINANCIAMENTO.

VALOR: 12.133,74 (doze mil, cento e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

VALMIR ZIRKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD01.21 CONT44.20 (GENTE SEGURADORA SA) PMGBA

Publicação Nº 3004029

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/21Cont44/20 - Contrato Nº: 44/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: GENTE SEGURADORA SA

Valor : 1.345,00 (um mil trezentos e quarenta e cinco reais)

Vigência : Início: 06/05/2021 Término: 06/05/2022

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DO VEICULO FORD KA NOVO CHASSI 9BFZH55SXL8015642, PLACA QTL8I43, DESTINADO À PARTICIPAÇÕES DE CURSOS, REALIZAÇÕES DE VISITAS PEDAGÓGICAS, ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES E ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS ATIVIDADES.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 19.2021 FMS

Publicação Nº 3003252

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021

PROCESSO Nº 19/2021 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA E EVENTUAL SOLICITAÇÃO REFERENTE AQUISIÇÃO DE APARELHOS

AUDITIVOS, EXAMES NECESSÁRIOS PRÉ APARELHO E CONSULTA/RETORNO PARA AVALIAÇÃO DE 30 DIAS

DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA CONFORME PRESCRIÇÃO MEDICA.

CONTRATADO: CLÍNICA INTEGRADA OESTE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 124.216,00 (cento e vinte e quatro mil duzentos e dezesseis reais)

RESULTADO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO EDITAL 004/2021

Publicação Nº 3004915

DECRETO Nº 069/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 04/2021 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. VANDECIR DORIGON, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar do Concurso Público nº 04/2021 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA DE ATUAÇÃO 09)							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
346	Ariel Devitte	26/10/1995	6,30	1,00	0,60	7,90	1º
43	Adriane Mariza Techio	01/01/1976	4,90	0,80	0,80	6,50	2º
32	Sinaria Lima Souza Schmidt	27/06/1992	4,55	0,40	0,40	5,35	3º
193	Márcia Paiano Borges Da Rosa	11/10/1995	3,85	0,60	0,60	5,05	4º
101	Stefany Schneider De Souza	02/05/2000	4,20	0,20	0,60	5,00	5º
115	Janete Maria Bourscheidt	26/10/1988	2,45	0,20	0,60	3,25	Desc.
355	Franciele Prado Pereira	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA DE ATUAÇÃO 17)							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
323	Renata Grasieli Schmitt	11/03/1996	4,90	0,80	0,80	6,50	1º

170	Edson Souza Rocha	10/04/1988	4,55	0,80	0,80	6,15	2º
73	Ana Claudia De Lara Lemos	17/05/1993	4,55	0,40	0,80	5,75	3º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
250	Debora Maciel	14/07/1993	6,65	1,20	0,60	8,45	1º
105	Rosimeli Gabbiatti Fetter	03/06/1986	6,30	1,20	0,80	8,30	2º
149	Gabrielli Dilli	17/12/2001	5,95	1,00	1,00	7,95	3º
225	João Paulo Gabe Rossini	05/05/2003	5,95	0,80	0,80	7,55	4º
42	Eliane De Souza	31/03/1993	5,95	0,40	0,60	6,95	5º
367	Ana Rita Ferreira Dos Santos	25/05/1968	5,60	1,00	0,20	6,80	6º
238	Juliana Theodoro	27/08/1989	5,60	0,80	0,40	6,80	7º
363	Janice Junges Gasperin	30/07/1989	4,90	0,80	0,80	6,50	8º
28	Maria Elir Oliveira	11/01/1981	5,25	0,80	0,40	6,45	9º
15	Ivete Fátima De Loss	01/06/1981	5,25	0,60	0,60	6,45	10º
82	Jessica Fusieger	08/03/1997	5,25	0,60	0,60	6,45	11º
213	Roseli Buffon Zanella	03/11/1983	5,25	0,40	0,80	6,45	12º
402	Marcia Garcia Silveira	12/10/1995	5,25	0,60	0,40	6,25	13º
241	Lauane Fátima Aretz	01/10/2001	4,55	1,00	0,60	6,15	14º
428	Claudete Maria Boschetti Klagenberg	17/07/1973	4,90	0,80	0,40	6,10	15º
324	Silvia Cristiane Ludwig Fontanari	29/10/1981	5,25	0,40	0,40	6,05	16º
236	Claudete De Lima	01/04/1986	5,25	0,40	0,40	6,05	17º
277	Luana Catarina Back Dorigon	30/12/1990	4,55	0,60	0,80	5,95	18º
464	Fabiane Maria Ludwig Radtke	15/06/1981	4,90	0,60	0,40	5,90	19º
163	Jislaini Vitoria De Almeida	24/07/1996	4,90	0,60	0,40	5,90	20º
162	Giliane Fatima De Almeida	02/08/1989	4,90	0,40	0,60	5,90	21º
381	Suelen Vettorazzi	06/11/1997	5,25	0,40	0,20	5,85	22º
144	Wagner Moraes Medina	08/03/1998	5,25	0,40	0,20	5,85	23º
348	Denise Terezinha Bernardi Boff	01/03/1980	4,20	0,80	0,80	5,80	24º
154	Maicon Pinheiro	04/08/1996	4,55	1,00	0,20	5,75	25º
500	Daiane Teresinha Hagge	03/09/1987	4,90	0,60	0,20	5,70	26º
239	Helen Poliana Dos Santos Theodoro	03/06/2003	4,55	0,40	0,60	5,55	27º
110	Marijane Cordeiro Mendes	15/01/1973	4,55	0,60	0,20	5,35	28º
265	Ana Carolina Corandi Mazzochio	26/04/2000	5,25	0,00	0,00	5,25	29º
490	Aline Precila Peixotto Stuari	14/02/1987	4,20	0,60	0,40	5,20	30º
468	Jéssica Besing	23/01/2002	4,20	0,60	0,40	5,20	31º
188	Noeli Dos Santos	10/10/1976	4,55	0,20	0,40	5,15	32º
13	Cleidiane Cristina Schneider	18/04/1987	4,55	0,20	0,40	5,15	33º
304	Elisete Klagenberg Krenchiski	08/02/1972	3,50	1,00	0,60	5,10	34º
347	Darline Ana Flach	05/12/1997	4,20	0,60	0,20	5,00	35º
157	Glomir Souza	29/12/1970	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
166	Neli Dos Santos	14/08/1985	4,20	0,20	0,20	4,60	Desc.
147	Tainara Regina Boller	16/11/1999	4,20	0,20	0,20	4,60	Desc.
331	Douglas Pires Leite	16/07/1992	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
404	Marcia Maria Salermo	05/10/1979	3,50	0,40	0,20	4,10	Desc.
459	Maricilda Covolo	05/02/1971	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
426	Jorge Dos Santos	11/03/1971	2,10	0,40	0,60	3,10	Desc.
212	Poliana Souza Pereira	28/06/1987	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
484	Leila Maria Ludwig	Faltante					Desc.
135	Elaine Fatima Simon	Faltante					Desc.

102	Daniel Alfarth	Faltante	Desc.
293	Maurício Hoffmann	Faltante	Desc.
122	Fabiana Aparecida Dalssasso Dal Magro	Faltante	Desc.
23	Luciane Dela Libera De Oliveira Santos	Faltante	Desc.
461	Jucele Da Luz De Quadros	Faltante	Desc.
263	Marcelo Rhoden	Faltante	Desc.
221	Ueslem Willian De Quadros	Faltante	Desc.
120	Ketlyn Damaceno Da Silva De Quadros	Faltante	Desc.
492	Ionara Soares	Faltante	Desc.

FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
454	Yassana Hellen Pisatto Pedrassani	26/09/1989	7,00	1,20	0,80	9,00	1º
286	Amanda Marcon	23/05/1995	6,30	1,40	1,00	8,70	2º
291	Adriana Omizzollo	30/03/1989	6,30	1,20	1,00	8,50	3º
12	Daniela Fatima Medino	27/03/1991	6,30	1,20	0,80	8,30	4º
272	Gabriel Franchesco Brustolin	12/04/1995	6,30	1,20	0,80	8,30	5º
465	Jeffeson Viana Albertt	13/05/1987	6,30	1,00	1,00	8,30	6º
37	Kalinka Suelyn Casanova	17/04/1991	5,60	1,60	1,00	8,20	7º
89	Dandara Monique Schneider	22/01/1992	5,95	1,20	1,00	8,15	8º
143	Helena Cecilia Grimm	07/12/1995	6,30	0,80	1,00	8,10	9º
300	Vanessa Eduarda De Souza Chagas	06/10/1985	5,95	1,00	1,00	7,95	10º
134	Dimitry Ricardo Ruckhaber Da Rosa	27/07/1997	5,60	1,20	1,00	7,80	11º
368	Ernani Augusto Bonfante	17/05/1990	5,95	1,20	0,60	7,75	12º
71	Glauber Luiz De Souza	06/05/1982	5,95	0,80	1,00	7,75	13º
103	Giovanni Amorim Giglioli	19/04/1976	5,25	1,40	1,00	7,65	14º
361	Elias Maciel Viana	30/06/1986	5,25	1,40	1,00	7,65	15º
18	Mariana Ambrozini	26/06/1996	5,25	1,40	1,00	7,65	16º
398	Andrio Dall Agnol	03/08/1985	5,95	0,60	1,00	7,55	17º
397	Sally Simone Orlowski Dal Magro	26/02/1984	5,25	1,20	1,00	7,45	18º
499	Daniel Camillo	27/01/1998	5,25	1,20	1,00	7,45	19º
1	Nelson Jair Martins	10/02/1992	5,60	0,80	1,00	7,40	20º
165	Andressa Frederich	27/07/1998	5,60	0,80	1,00	7,40	21º
78	Sabrina Amanda Tosin	22/12/1997	4,90	1,40	1,00	7,30	22º
130	Daiane Camera	30/08/1994	5,25	1,00	1,00	7,25	23º
51	Vinicius De Oliveira Andrade	16/07/1992	5,60	0,80	0,80	7,20	24º
186	Mariana Pereira Dos Santos	24/05/2001	4,90	1,40	0,60	6,90	25º
480	Marcos Rafael Schmitt	11/05/1991	4,90	1,20	0,80	6,90	26º
21	Marina Dos Santos	31/12/1986	4,90	1,00	1,00	6,90	27º
209	Luiz Henrique Marin	21/04/1995	5,25	0,80	0,80	6,85	28º
431	Luana Cristina Gralow	24/03/1997	5,25	0,80	0,80	6,85	29º
114	Franciele Lazarotto	17/05/1987	4,90	1,00	0,80	6,70	30º
182	Laiana Cristina Dalpiaz	02/04/1998	4,90	0,80	1,00	6,70	31º
407	Gabriela Cunha	09/12/1993	5,25	0,60	0,80	6,65	32º
408	Gabriel Hallvass	29/07/1996	3,85	1,80	1,00	6,65	33º
198	Patricia Zilli	02/07/1994	4,20	1,40	1,00	6,60	34º
151	Adriana Cristina Pezzuol	09/08/1975	4,55	1,00	1,00	6,55	35º
24	Keiti Caroline Ludwig	29/10/1990	4,55	1,00	1,00	6,55	36º
370	Marckiel Pelegrini	15/11/1987	4,90	0,60	1,00	6,50	37º
48	Simone Francoski Barbieri	11/01/1991	5,25	0,80	0,40	6,45	38º

40	Monica Camila Tavella	23/03/1994	5,25	0,60	0,60	6,45	39º
377	Leonardo Signoretti Padilha Navas	22/12/1987	4,20	1,20	1,00	6,40	40º
3	Deise Mara Rech	03/04/1991	4,55	0,80	1,00	6,35	41º
54	Nicole Cristina Sommer	11/04/1994	4,90	0,60	0,80	6,30	42º
442	Cristiane Demozzi Giehl	05/03/1986	3,85	1,40	1,00	6,25	43º
64	Nédio Marchesan Júnior	31/03/1998	3,85	1,40	1,00	6,25	44º
81	Igor Werlang	16/02/1997	4,20	1,40	0,60	6,20	45º
141	Douglas Henrique Stanga	20/02/2000	4,20	1,00	1,00	6,20	46º
451	Nelson José Finger	02/03/1973	4,55	0,80	0,80	6,15	47º
27	Eliane Neumann	30/06/1985	4,55	0,80	0,80	6,15	48º
421	Mayara Sturmer Niedermaier	27/02/1996	3,85	1,60	0,60	6,05	49º
383	Simone Batista	21/04/1984	4,20	0,80	1,00	6,00	50º
104	Jonas Fernando Scapin	26/08/1989	4,55	0,60	0,80	5,95	51º
235	Adriani Orth	23/11/1989	4,55	0,60	0,80	5,95	52º
231	Sabrina Fernanda Teixeira	25/07/1997	4,55	0,60	0,80	5,95	53º
460	Ivania Mara Zorzi	30/01/1998	4,55	0,60	0,80	5,95	54º
330	Taine Liesenfeld	05/07/1996	4,55	0,40	1,00	5,95	55º
475	Diogenes Fernando De Lucca	03/10/1984	4,20	0,80	0,80	5,80	56º
276	Roberto Carlos Diesel	18/10/1977	4,20	0,60	1,00	5,80	57º
246	Tiare Lara Guth	10/02/1995	4,55	0,60	0,60	5,75	58º
412	Vamilson Souza D Espindola	20/11/1979	3,50	1,40	0,80	5,70	59º
488	Simone Moretti Kemper	29/11/1977	3,50	1,20	1,00	5,70	60º
22	Geovani Cesar Bertollo	03/05/1985	3,85	1,00	0,80	5,65	61º
476	Kelvi Turmina	08/07/1986	3,85	0,80	1,00	5,65	62º
339	Ismael Pereira	16/10/1990	3,85	0,80	1,00	5,65	63º
189	Madson Vaz Ramos	08/03/1991	3,85	0,80	1,00	5,65	64º
364	Andrenize Becker	19/09/1991	3,85	0,80	1,00	5,65	65º
275	Renata Rinaldi Diesel	20/04/1993	3,85	0,80	1,00	5,65	66º
107	Renata Catarina Grendene Dos Santos	30/01/1995	4,20	1,00	0,40	5,60	67º
199	Daniela Alves Righi	29/05/1995	4,20	0,80	0,60	5,60	68º
98	Mauro Roberto Spohr	05/06/1995	4,20	0,60	0,80	5,60	69º
269	Monik Cristina Casa	23/05/1997	4,20	0,60	0,80	5,60	70º
79	Nádia Thums	04/12/1999	4,20	0,60	0,80	5,60	71º
314	Larissa Iara Andres Hauschild	29/11/1996	4,20	0,40	1,00	5,60	72º
444	Lucas Felipe Falke Froes	30/04/2002	3,50	1,20	0,80	5,50	73º
191	Marivania Regina Previatti	19/11/1992	3,85	0,80	0,80	5,45	74º
111	Ana Claudia Da Silva Borsatto	12/08/1993	3,85	0,80	0,80	5,45	75º
378	Matheus André Rambo	19/03/1996	3,85	0,80	0,80	5,45	76º
319	Daniela Ines Sasso	16/09/1999	3,85	0,80	0,80	5,45	77º
273	Jeferson Miguel Benetti	20/09/1989	3,85	0,60	1,00	5,45	78º
88	Lourdes Geremias	07/10/1996	4,20	0,40	0,80	5,40	79º
301	Jardenson Stoll	14/05/1997	4,20	0,20	1,00	5,40	80º
497	Tainara Perondi	27/02/2003	3,50	1,00	0,80	5,30	81º
177	Dulcimar Gonzatto	07/08/1978	3,50	0,80	1,00	5,30	82º
503	Márcia Schnorr	29/01/1988	3,50	0,80	1,00	5,30	83º
393	Clairê Moss	30/06/1970	3,85	0,80	0,60	5,25	84º
280	Nilmar Rippel	15/02/1991	3,85	0,80	0,60	5,25	85º
422	Marôa Jaqueline Rafaloski	01/09/1975	3,85	0,60	0,80	5,25	86º
350	Anabel Maldaner Tamankievies	14/09/1992	3,85	0,60	0,80	5,25	87º
108	Raquel Fatima Lemos	22/01/1986	3,85	0,40	1,00	5,25	88º

220	Juliana Andressa Maggioni	01/12/1995	3,85	0,40	1,00	5,25	89º
247	Maristela Dalmoro	23/08/1998	3,85	0,40	1,00	5,25	90º
266	Simone Cristina Bencke	13/10/1979	4,20	0,40	0,60	5,20	91º
463	Kevin Mateus Ledur	29/04/2002	3,15	1,20	0,80	5,15	92º
340	Vanessa Ana Ludwig	13/03/1998	3,50	1,00	0,60	5,10	93º
401	Jean Marcos Chieza Colle	25/06/1996	3,50	0,80	0,80	5,10	94º
458	Kaline Schena	26/04/2000	3,50	0,80	0,80	5,10	95º
129	Tiago Korink	10/12/1984	3,50	0,60	1,00	5,10	96º
409	Mauricio Nestor	04/09/1978	3,85	0,60	0,60	5,05	97º
253	Eunice Argenton De Paula	09/08/1982	3,85	0,40	0,80	5,05	98º
403	William De Bona	30/12/1995	3,85	0,40	0,80	5,05	99º
452	Claiton Cezar Neumann	17/03/1982	3,85	0,20	1,00	5,05	100º
218	Daniela Jahnn	02/05/1996	3,85	0,20	1,00	5,05	101º
7	Rodrigo De Jesus Tigre	08/04/1998	2,80	1,20	1,00	5,00	102º
478	Jacson Jones Delazere	15/07/1975	3,15	1,00	0,80	4,95	Desc.
342	Aline Cristina Beckenkamp	20/07/2000	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
336	Estefani De Bona	27/07/1993	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
201	Tiane Dalmoro	17/08/1993	3,50	0,60	0,80	4,90	Desc.
161	Regiane Prasniski	02/10/1986	3,50	0,40	1,00	4,90	Desc.
258	Tayna Balandiuk	04/12/1995	3,50	0,40	1,00	4,90	Desc.
485	Cristina Aparecida Da Silva	22/02/1996	3,85	0,40	0,60	4,85	Desc.
167	Clausia Vidori	13/08/1991	3,15	0,80	0,80	4,75	Desc.
366	Madalena Zancan	01/10/1981	3,15	0,60	1,00	4,75	Desc.
261	Kelvyn Ritcher Lopes Rodrigues	26/03/1996	3,50	0,60	0,60	4,70	Desc.
91	Cristian Lucas Da Silva Raffel	01/03/1995	3,50	0,40	0,80	4,70	Desc.
53	Maura Letícia Tesser	02/10/1988	3,50	0,20	1,00	4,70	Desc.
46	Liane Teresinha Da Silveira	24/03/1976	3,85	0,40	0,40	4,65	Desc.
192	Mario Siebeneichler De Oliveira	17/04/1980	3,85	0,40	0,40	4,65	Desc.
494	Cristiane Julita Gralow	10/09/1999	3,85	0,40	0,40	4,65	Desc.
467	Clélio Osório Minetto	16/10/1982	3,85	0,20	0,60	4,65	Desc.
132	Cibele Kuhn	30/04/1993	3,85	0,20	0,60	4,65	Desc.
491	Sabrina Maria Buttner Lunkes	06/01/2005	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
255	Luana Dallo	18/09/2001	2,80	0,80	1,00	4,60	Desc.
413	Rodrigo Cezar Diesel Belló	06/07/1994	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
296	Mauro Do Carmo	09/09/1967	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
223	Miguel Renato Rinaldi Junior	05/08/1996	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
66	Guilherme Felipe Gralow Herbert	23/01/2002	3,50	0,60	0,40	4,50	Desc.
443	Clair Giehl	18/06/1982	3,50	0,20	0,80	4,50	Desc.
439	Lucas Hanauer	07/06/1995	3,50	0,20	0,80	4,50	Desc.
354	Eduarda Segalin Damann	12/12/2002	2,45	1,00	1,00	4,45	Desc.
441	Elisandro Rodrigues	28/01/1988	2,80	0,80	0,80	4,40	Desc.
306	Cristiane Franciele Finger	04/05/1987	2,80	0,60	1,00	4,40	Desc.
205	Arlson Filimberti	12/04/1996	2,80	0,60	1,00	4,40	Desc.
297	Ingrid Saiuri Wisman	27/05/2000	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
67	Nathana Geiza Romio Funez	15/02/1999	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
493	Luiza Cella Zangalli	01/05/1999	3,15	0,60	0,60	4,35	Desc.
228	Danielly Raquel Da Silva Coelho	27/05/1993	3,15	0,40	0,80	4,35	Desc.
227	Andrei Luiz Urban	05/02/1997	3,15	0,40	0,80	4,35	Desc.
68	Laura Accadrolli Lolato	20/05/2000	3,15	0,40	0,80	4,35	Desc.
334	Simone Britto	10/04/1983	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.

224	Kelli Cristina Cunico	04/11/1988	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.
118	Angelica Rigon Campo	13/10/1989	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.
436	Ana Cristiana Rossetti	16/01/1991	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.
35	Danieli Fatima Freytag	08/04/1996	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.
125	Bárbara Luiza Maldaner	14/09/1997	3,50	0,20	0,60	4,30	Desc.
400	Kelly Salete Gomes	18/08/1992	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
360	Jociéli Krein	21/05/1992	2,45	0,80	1,00	4,25	Desc.
489	Layana Manfredi	20/02/1997	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
388	Aluxan Ronaldo Breunig Paini	04/04/1997	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
116	Catiane Spironello	30/01/1984	3,15	0,40	0,60	4,15	Desc.
379	Ricardo Zanatta	09/08/1990	3,15	0,40	0,60	4,15	Desc.
237	Janei Luiz Stirmer	21/01/1991	3,15	0,20	0,80	4,15	Desc.
26	Lucimara Schmidt	25/04/2002	2,45	1,00	0,60	4,05	Desc.
145	Paula Hanauer	28/05/1998	2,45	0,80	0,80	4,05	Desc.
456	Amanda Morgana Pivatto De Araujo	22/05/2000	2,45	0,80	0,80	4,05	Desc.
351	Kamila Pereira Ciceri	18/10/2000	2,45	0,80	0,80	4,05	Desc.
179	João Victor Casagrande	13/12/2001	2,45	0,80	0,80	4,05	Desc.
481	Moacir Rodher	09/03/1994	2,45	0,60	1,00	4,05	Desc.
123	Débora Schio	04/01/2001	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
164	Sandra Regina Heming	24/11/1976	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
470	Eder Dos Santos Oswald	07/07/1981	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
406	Solange Cristina Klein	17/03/1992	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
445	Uélinton João Da Silva	15/05/1997	2,80	0,60	0,60	4,00	Desc.
308	Josnilaini De Oliveira	19/10/1996	2,80	0,40	0,80	4,00	Desc.
387	Anderson Benedito	14/05/1999	3,15	0,20	0,60	3,95	Desc.
432	Ivone Mosquen Da Silva	08/12/1966	3,15	0,00	0,80	3,95	Desc.
307	Gilberto Schena	08/05/1979	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.
262	Juliano Bischoff	24/08/1984	2,80	0,40	0,60	3,80	Desc.
311	Alessandra Maria Cecconi	20/01/1997	3,15	0,20	0,40	3,75	Desc.
414	Adriane Provenzi Lehmen	27/12/1994	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
373	Hernani Flavio Pessatto Nunes	08/02/1991	2,45	0,40	0,80	3,65	Desc.
469	Alberto José Kroth	05/02/1966	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
429	Kelin Cristina Muhl	24/08/1987	2,80	0,40	0,40	3,60	Desc.
61	Michele Daniela Bernardi	20/11/1993	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
282	Maira Lúcia Agostini	11/08/1983	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
256	Matheus Aschi De Souza	18/03/1996	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
211	Rosangela Dalberto	10/05/1996	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
124	Gustavo Stuani	17/02/1994	2,45	0,20	0,80	3,45	Desc.
309	Sanimori Weber	21/04/1996	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
146	Henrique Rinaldi Marques	04/05/1998	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
20	Maiara Bourscheidt	29/06/1998	2,80	0,20	0,40	3,40	Desc.
150	Tainã Rinaldi Bressan	04/05/1998	2,10	0,60	0,60	3,30	Desc.
410	Everton Evaldo Bussiol Do Rosário	26/12/1998	2,45	0,40	0,20	3,05	Desc.
34	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	2,45	0,00	0,60	3,05	Desc.
169	Newelington Fontana Zwirtes	25/04/1993	1,75	0,40	0,80	2,95	Desc.
483	Débora Colussi Gomes	08/04/1992	1,75	0,20	0,40	2,35	Desc.
175	Estefani Angela Antunes Pereira	22/07/2002	1,05	0,60	0,60	2,25	Desc.
285	Tania Maria Borela Pedrosa	Faltante					Desc.
473	Guilherme Meirelles De Paula Botelho	Faltante					Desc.
512	Edimir Ricardo Laskoski	Faltante					Desc.

4	Luciane Correia Da Silva Echimback	Faltante	Desc.
462	Marivone Santa Catarina	Faltante	Desc.
234	Nivaldo Cordeiro De Lima	Faltante	Desc.
160	Marivane Luiza Romio Geller	Faltante	Desc.
210	Fagner Vinicius Salvi	Faltante	Desc.
341	Solange Elizandra Schuster	Faltante	Desc.
126	Thomas Otavio Fries	Faltante	Desc.
325	Eliane Techio	Faltante	Desc.
94	Juline Jagnow	Faltante	Desc.
312	Juliana Teresinha Sesse Del Posso	Faltante	Desc.
405	Jefersson Andrighi	Faltante	Desc.
423	Renato Muller	Faltante	Desc.
337	Abigael Carvalho De Freitas Scheffler	Faltante	Desc.
248	Andrei Vittus Welter	Faltante	Desc.
155	Ismael Carlos Vettorazzi	Faltante	Desc.
504	Marcus Roberto Oliveira De Miranda	Faltante	Desc.
302	Cristiane Alves De Oliveira	Faltante	Desc.
267	Ivan A Menegais	Faltante	Desc.
140	Catiane Ceconi Niendicker	Faltante	Desc.
510	Leonardo Prado Bergamo	Faltante	Desc.
2	Aline Zanini Lavandoski	Faltante	Desc.
424	Marcia Pinheiro	Faltante	Desc.
357	Douglas Zatti	Faltante	Desc.
136	Caroline De Britto Boff	Faltante	Desc.
430	Eduardo Henrique Dessbesel	Faltante	Desc.
449	Cristian Fabiano Fontoura	Faltante	Desc.
344	Géssica Darold Gonçalves	Faltante	Desc.
502	Claudinei Luciano Piroca	Faltante	Desc.
93	Douglas Antonio Muhl	Faltante	Desc.
96	Josiani Carine Comassetto	Faltante	Desc.
365	Elouiza Orso Bianchi	Faltante	Desc.
106	Angelica Gugliel	Faltante	Desc.
180	Kamille Hammerschmitt	Faltante	Desc.
380	Danrlei Drehmer	Faltante	Desc.
84	Carolina Brustolin	Faltante	Desc.
486	Jeferson Genevro	Faltante	Desc.
472	Gessica Fernanda Malinski Covolo	Faltante	Desc.
371	Vinicius Lucas Maciel De Oliveira	Faltante	Desc.
19	Milena Maria Arcari Ribeiro	Faltante	Desc.
482	Carin Putrick	Faltante	Desc.
433	Simone Fernandes	Faltante	Desc.
455	Angelica Hebertz	Faltante	Desc.
83	Franklin Antônio Mezzomo	Faltante	Desc.
338	Wilson Silva	Faltante	Desc.
74	Danimar Ercego	Faltante	Desc.
437	Thais Teresinha Machado	Faltante	Desc.
29	Tainara Lenhardt Kamer	Faltante	Desc.

PROFESSOR II-N1 (MATEMÁTICA)

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	PT	Total	Class.
128	Loriane Smaniotto	25/01/1981	4,25	1,20	1,00	2,00	8,45	1º
382	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,50	1,20	1,00	1,58	8,28	2º
290	Denise Vicentini	17/10/1986	4,50	1,00	0,80	1,95	8,25	3º

447	Lilian Zanella	10/08/1992	4,75	0,80	1,00	1,56	8,11	4º
97	Bruna Laís Martins Meotti	25/06/1990	4,25	1,20	0,60	1,89	7,94	5º
240	Ana Balensiefer	24/07/1965	4,00	0,80	1,00	2,00	7,80	6º
9	Francisco Rother	12/08/1996	4,50	0,80	0,80	1,50	7,60	7º
374	Leandro Ederson Bauermann	26/02/1979	3,75	0,60	1,00	1,87	7,22	8º
112	Cleiton Leandro De Mattos	21/10/1996	4,00	0,80	0,80	1,34	6,94	9º
317	Karine Feltes	28/08/1986	4,00	0,40	0,40	1,97	6,77	10º
257	Julia Dammann	24/09/1997	4,50	1,20	0,60	0,00	6,30	11º
332	Jaqueline Machado	13/12/1986	4,50	0,80	0,80	0,00	6,10	12º
196	Ivan Carlos Guzatti	13/03/1976	4,25	1,00	0,40	0,00	5,65	13º
222	Luana Maciel Padichello	05/02/1998	4,00	0,40	0,80	0,37	5,57	14º
333	Junior Luis Storch	31/01/1980	3,00	1,20	0,40	0,90	5,50	15º
243	Sadi Siqueira	14/12/1989	3,25	1,20	1,00	0,00	5,45	16º
174	Renata Paula Kleinert	16/04/1996	3,00	1,20	1,00	0,00	5,20	17º
30	Fabiane Cristina Ferari	11/11/1986	3,75	0,80	0,60	0,00	5,15	18º
44	Tainara Aparecida Nilsson Paulus	21/10/1998	3,25	0,60	0,60	0,53	4,98	19º
8	Cristina Bassani	10/11/1999	3,00	0,80	0,80	0,34	4,94	20º
507	Elana Mertens Rediske	09/03/1977	3,25	0,80	0,60	0,00	4,65	21º
10	Eduarda Steffenon Soares	15/05/1998	3,25	1,00	0,20	0,00	4,45	22º
399	Morgana De Giacometi	09/01/1996	2,50	1,00	0,60	0,00	4,10	23º
435	Edacir Luiz Dorigon	Faltante						Desc.
92	Naiara Colliselli	Faltante						Desc.
214	Izabel Mantelli	Faltante						Desc.

PROFESSOR II-N1 (PORTUGUÊS)

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	PT	Total	Class.
289	Elisangela Ecker	10/05/1976	3,25	1,60	0,80	1,98	7,63	1º
181	Simone Pagno	21/04/1987	3,75	1,00	0,80	2,00	7,55	2º
207	Marcianita Da Silva	11/10/1982	3,00	1,80	0,80	1,94	7,54	3º
131	Helena Beatriz Arend Francisco	06/05/1980	3,00	1,20	0,80	1,64	6,64	4º
90	Débora Dos Passos	30/08/1998	3,50	1,00	0,40	1,43	6,33	5º
63	Diego Valgoi Da Silva	31/01/1997	3,25	1,20	0,60	1,26	6,31	6º
438	Carmen Renate Stumm Raimann	17/07/1970	2,75	1,00	0,60	1,62	5,97	7º
55	Raquelly Taube	23/06/1992	2,25	1,00	0,80	1,90	5,95	8º
356	Luciana Fátima Medeiros Guimarães	07/10/1990	3,00	0,80	0,60	1,53	5,93	9º
411	Débora Nunes Palomo	08/05/1990	3,25	1,60	0,80	0,00	5,65	10º
100	Anaqueide Deliberal	04/10/1997	2,75	0,80	0,60	1,23	5,38	11º
176	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	25/06/1987	3,00	0,80	0,80	0,59	5,19	12º
47	Natalia Pasqualon	24/12/1996	2,25	0,80	1,00	0,00	4,05	13º
62	Eliza Maristela Anschau Kinsel	28/06/1978	2,75	0,20	1,00	-	3,95	Desc.
203	Cristiane Knob	10/10/1994	2,25	0,80	0,60	-	3,65	Desc.
376	Evelyn Gnoatto Machado	18/03/1997	1,75	0,80	0,80	-	3,35	Desc.
190	Marciele Dreyer Schneider	25/02/1992	1,25	1,20	0,80	-	3,25	Desc.
260	Paulo Ricardo Longhi	21/09/1974	2,00	0,80	0,40	-	3,20	Desc.
245	Ana Julia Joaquim	10/04/1998	1,75	0,80	0,40	-	2,95	Desc.
372	Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	1,50	0,60	0,80	-	2,90	Desc.
14	Bruna Luiza Basei	03/10/1991	1,25	0,60	0,00	-	1,85	Desc.

Art. 2º. Para os cargos de Fiscal de Tributos, Auxiliar de Serviços Gerais e Agente Comunitário de Saúde, são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. Para os cargos de Professor II-N1 (Português) e Professor II-N1 (Matemática), são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 4º. A prova de títulos somente será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva.

Art. 5º. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 6º. O prazo para interposição de recursos, em face do resultado preliminar, deverá ser interposto no período de 28 e 29.04.2021, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 7º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 27 DE ABRIL DE 2021.

VANDECIR DORIGON
Prefeito

RESULTADO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO EDITAL 005/2021

Publicação Nº 3004912

DECRETO Nº 068/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 05/2021 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. VANDECIR DORIGON, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar do Processo Seletivo nº 05/2021 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
34	Tamara Lidia Do Nascimento Mozer	05/06/2000	4,50	1,00	1,00	6,50	1º
112	Patrícia Gabriel Sertorio	18/01/2002	4,50	1,00	1,00	6,50	2º
156	Jéssica Mara Ludwig	07/12/2000	4,50	1,00	0,50	6,00	3º
181	Sandiéli Bortoncello	27/04/1998	4,50	0,00	1,00	5,50	4º
6	Ana Claudia De Lara Lemos	17/05/1993	3,00	1,50	0,50	5,00	5º
43	Ana Paula Presotto	17/09/1998	3,00	0,50	1,00	4,50	6º
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
182	Valmor Maito Junior	28/09/1979	5,50	0,50	1,00	7,00	1º
ENFERMEIRO (POSTO DE LINHA OURO VERDE)							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
30	Arlene Reichert	27/04/1998	5,00	0,50	1,50	7,00	1º
108	Claides Wilbert Berwanger	26/09/1980	4,50	1,00	1,00	6,50	2º
23	Gabriele Regina Henkes	30/11/1998	4,50	0,00	1,50	6,00	3º
133	Jessica Schutz Trevisan Vendramin	23/09/1994	3,50	1,00	1,00	5,50	4º
3	Édina Zanette De Biasi	09/05/1991	3,00	0,00	1,50	4,50	5º
22	Ana Paula Bianchi	07/09/1988	2,00	1,00	1,00	4,00	6º
116	Ana Julia Provin	Faltante					Desc.
ENFERMEIRO DE ESF							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.

128	Larissa Jaine Pinheiro	19/06/1998	7,00	0,50	1,00	8,50	1º
11	Alini Amabil Balbinot	15/06/1995	6,00	0,50	1,50	8,00	2º
120	Gabriela Bertochi	09/10/1999	5,50	0,50	1,50	7,50	3º
171	Natalia Geny Degasperin	02/12/1998	5,00	0,50	1,50	7,00	4º
177	Janicler Guarda	05/09/1985	5,50	0,00	1,00	6,50	5º
102	Juliana Zanin	27/11/1983	5,00	0,50	1,00	6,50	6º
155	Jaqueline Monize Ceconi	24/09/1995	4,50	1,00	1,00	6,50	7º
47	Vanessa Thesing	31/05/1998	4,50	0,50	1,50	6,50	8º
172	Jéssica Cristina Segstater	13/06/1992	4,00	1,00	1,50	6,50	9º
159	Carla Denise Sturm	26/04/1991	5,00	0,00	1,00	6,00	10º
14	Endiara Bauer	06/06/1998	5,00	0,00	1,00	6,00	11º
2	Pamela Karin Lazzaroto	13/07/1991	3,50	0,50	1,50	5,50	12º
175	Débora Alessandra Dellai	05/05/1998	4,00	0,00	1,00	5,00	13º
8	Débora Palú	20/06/1992	3,50	0,00	1,00	4,50	14º
125	Noeli Fatima Pereira	05/08/1984	3,50	0,00	0,50	4,00	15º
49	Patrícia Da Rocha	22/04/1999	3,50	0,00	0,50	4,00	16º
163	Carla Maisa Fraporti	03/08/1997	3,00	0,50	0,50	4,00	17º
92	Alecio Rocha Carneiro	Faltante					Desc.
104	Bernadete Bueno De Camargo	Faltante					Desc.
4	Renata Balensiefer	Faltante					Desc.
166	Dayane Eva Lebens	Faltante					Desc.
40	Joéli Cristiane Petry	Faltante					Desc.
58	Marceli Aline Guth	Faltante					Desc.
12	Cleomara Toigo	Faltante					Desc.
85	Andressa Martins Franco Da Silva	Faltante					Desc.

MÉDICO DE ESF

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
119	Bruna Mara Dos Santos De Melo	17/03/1992	5,50	0,50	1,50	7,50	1º
106	Altino Josué Gonçalves Junior	01/05/1991	5,00	1,00	1,50	7,50	2º
66	Aléxia Degasperin Voigt	06/07/1991	5,00	1,00	1,50	7,50	3º
118	Miriam Vitória Rodrigues Dos Santos	25/11/1998	5,00	1,00	1,50	7,50	4º
72	Suélen Muxfeldt	03/07/1993	5,50	0,50	1,00	7,00	5º
105	Abel Demar Céspedes Alcoba	19/09/1983	5,50	0,00	1,50	7,00	6º
161	Heloísa Link Schons	09/02/1996	5,00	1,00	1,00	7,00	7º
18	Mateus Henrique Sampaio	16/10/1991	4,00	1,50	1,50	7,00	8º
52	Suellen Cristina Montagna	25/01/1995	5,00	1,00	0,50	6,50	9º
168	Caio César Zottis	08/12/1996	4,50	1,00	1,00	6,50	10º
129	Juliane Anschau	05/12/1995	4,50	0,50	1,50	6,50	11º
169	Raíssa Peres De Oliveira	17/09/1996	4,00	1,00	1,50	6,50	12º
87	Junior Derli Ditz	28/09/1994	4,00	0,50	1,50	6,00	13º
162	Marcelo Tedesco Vidal Pinto	17/06/1998	4,00	0,50	1,50	6,00	14º
38	Flavia Danielle Amaral De Brito	06/07/1978	3,50	1,50	1,00	6,00	15º
89	Maicon Madureira	02/09/1994	4,50	0,00	1,00	5,50	16º
117	Emerson Alvarenga Santana	21/09/1981	4,00	0,50	1,00	5,50	17º
78	Leonardo Felix Corezzolla	06/06/1993	4,00	0,00	1,50	5,50	18º
147	André Zottele Ramos	04/08/1993	3,50	0,50	1,50	5,50	19º
45	Rogger Elano Hoeltgebaum Rodrigues	24/09/1995	4,00	0,00	1,00	5,00	20º
183	Naira Romio	26/12/1991	2,50	0,50	0,50	3,50	Desc.
164	Benedito Wenceslau De Sousa Filho	Faltante					Desc.

62	Antônia Célia Moura Martins	Faltante					Desc.
36	Rogério Carvalho Teixeira De Souza	Faltante					Desc.
178	Mácyo Idemberg Sousa Bezerra	Faltante					Desc.
91	Larissa Braz De Souza	Faltante					Desc.
180	Flávio Henrique Cavalini Gomes	Faltante					Desc.
54	Antonio Pedro Biill Linhares	Faltante					Desc.
55	Tiara Ruani Da Cruz	Faltante					Desc.
126	Ruth Ellen Blau Grimm	Faltante					Desc.
167	Rafael Costa Mathias	Faltante					Desc.
165	Gabriel Bertolin	Faltante					Desc.
90	Talita Elisangela Martinello	Faltante					Desc.
151	Matheus Otmar Tavares Thiesen	Faltante					Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM DE ESF

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
56	Thais Flores Kowaleski	29/04/1998	4,00	1,00	0,00	5,00	1º
141	Juciane Cristina Pastorello	08/03/1984	4,00	0,50	0,50	5,00	2º
131	Ana Claudia Neves	Faltante					Desc.

TELEFONISTA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
68	Fabiana Patrícia Klein	01/12/1977	6,00	1,00	1,50	8,50	1º
73	Debora Maciel	14/07/1993	6,00	0,50	1,50	8,00	2º
95	Luiza Cella Zangalli	01/05/1999	5,50	0,50	1,50	7,50	3º
114	Roselaine Da Silva Fortes	10/12/1990	4,50	1,00	1,50	7,00	4º
135	Cristiane Eduarda Chichelero Hentz	11/07/2003	4,00	1,50	1,50	7,00	5º
94	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	4,00	1,00	1,50	6,50	6º
142	Laiana Cristina Dalpiaz	02/04/1998	4,00	1,00	1,50	6,50	7º
44	Letícia Casagrande	26/04/2003	4,00	1,00	1,50	6,50	8º
64	Jislaini Vitoria De Almeida	24/07/1996	4,00	1,00	1,00	6,00	9º
80	Luana Catarina Back Dorigon	30/12/1990	4,00	0,50	1,50	6,00	10º
59	Larissa Maria Klain	11/07/1999	4,00	0,50	1,50	6,00	11º
127	Laura Júlia Armindo	23/05/2003	4,00	0,50	1,00	5,50	12º
29	Liane Teresinha Da Silveira	24/03/1976	2,50	1,00	1,50	5,00	13º
115	Daniela Patricia Schwarz	Faltante					Desc.

VETERINÁRIO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
84	Guilherme Zago	15/10/1992	7,00	1,00	1,00	9,00	1º
176	Nícolás Antonio Paloschi	23/10/1998	5,50	1,00	1,50	8,00	2º
65	Katlin Greiciely Primel	19/11/1993	6,00	0,50	1,00	7,50	3º
134	Cassiana Patricia Blau	23/09/1997	6,00	0,00	1,50	7,50	4º
75	Raul Altayr Paloschi	24/07/1995	5,50	0,50	1,50	7,50	5º
110	Yuri Psiuk	10/03/1998	5,50	1,50	0,00	7,00	6º
86	Jaqueline De Carli	11/01/1995	5,50	0,50	1,00	7,00	7º
71	João Jorge De Los Santos De Camargo	11/03/1999	5,50	0,50	1,00	7,00	8º
88	Emeline Pizzolatto De Mello	18/04/1996	5,50	0,00	1,50	7,00	9º
130	Luis Carlos De Quadros Alves	03/01/1967	5,00	0,50	1,50	7,00	10º
15	Greici Mara Hoffmeister	20/04/1990	4,50	0,50	1,50	6,50	11º
25	Ionara Regina Anschau	15/11/1997	5,00	0,50	0,50	6,00	12º
70	Júlia Cristina Rossett	13/03/1992	5,00	0,00	1,00	6,00	13º

144	Junior Cláudio Capellari	25/07/1996	5,00	0,00	1,00	6,00	14º
24	Táila Patrícia Gabbiatti	23/09/1995	4,00	1,00	1,00	6,00	15º
97	Tainá Dai Prai	04/07/1997	4,00	0,50	1,00	5,50	16º
158	Laís Fernanda Bianchi	29/11/1993	4,00	0,00	1,00	5,00	17º
122	Italo Mauricio Werner	Faltante					Desc.
69	Valdemar Luiz Severiano Junior	Faltante					Desc.
139	Ana Paula De Almeida	Faltante					Desc.
51	Elizandro Felício Brito Dos Santos	Faltante					Desc.
42	Diogo Alvarez Dos Santos	Faltante					Desc.
111	Edilena Mirella De Barros	Faltante					Desc.
186	Nubia Caroline Zanatta	Faltante					Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 4º. O prazo para interposição de recursos, em face do resultado preliminar, deverá ser interposto no período de 28 e 29.04.2021, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 27 DE ABRIL DE 2021.

VANDECIR DORIGON
Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2021 - HOSPITAL SÃO LUCAS

Publicação Nº 3003003

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2021

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Ademar de Barros, 85, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.216/0001-85, doravante denominado CONVENIENTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal de Guaraciaba, Senhor Vandecir Dorigon, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.200.897 SSPSC e inscrito no CPF sob nº 914.976.399-72 e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS, Associação Civil, de direito privado, filantrópica, de caráter assistencial de saúde, sem fins lucrativos de Guaraciaba / SC, inscrita no CNPJ sob nº 86.245.982/0001-05, doravante denominada de CONVENIADA, neste ato representada pelo Presidente, Senhora Cleusa Teresinha Pasinato, portadora do CPF nº 626.979.519-20, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, visando a transferência de recursos financeiros de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Constitui objeto do presente convênio a transferência de recursos financeiros do Município para desenvolver o projeto de Fortalecimento institucional da Associação Beneficente Hospital São Lucas frente a pandemia COVID-19, conforme Plano de Trabalho proposto pela Entidade e aprovado conforme a Lei Municipal nº 3321/2021.

Cláusula Segunda – Do Fundamento Legal

As disposições legais para fins de efetivação do presente Convênio de Cooperação Financeira e repasse de recursos orçamentários, encontra supedâneo nos artigos da Lei Municipal nº 3321, de 23 de abril de 2021, o quais devem ser aplicados de acordo com o Plano de Trabalho e seguir a Instrução Normativa nº14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Cláusula Terceira – Do Valor do Convênio

Para a execução do presente convênio, o CONVENIENTE repassará a CONVENIADA a importância de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em parcela única.

Fonte de recurso: Órgão: 11 Fundo Municipal de Saúde;

Unidade: 03 Departamento de Saúde;

Funcional: 10.301.0007.2.081 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Cláusula Quarta – Das Obrigações do Conveniente

O conveniente obriga-se a:

- I – Efetuar o repasse dos recursos financeiros até o dia 28/04/2021 de acordo com o cronograma de desembolso e o Plano de Aplicação;
- II – Supervisionar a execução das aquisições conforme Plano de trabalho proposto pela Entidade;
- III – Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio, conforme mencionado na Cláusula Primeira;
- IV- Examinar e aprovar por parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário, desde que não implique na alteração do objeto do convênio.

Cláusula Quinta – Das Obrigações da Conveniada

A conveniada obriga-se a:

- I – Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a nenhum outro fim;
- II – Ressarcir o CONVENIENTE os recursos recebidos por meio deste convênio, quando não utilizados, bem como seus rendimentos em aplicação financeira ou se comprovar a sua inadequação utilização;
- III Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
- IV – Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- V – Aceitar a supervisão promovida pelo CONVENIENTE, fornecendo imediatamente as informações necessárias à sua execução;
- VI – Encaminhar ao CONVENIENTE a prestação de contas dos recursos recebidos, conforme as normas vigentes, da Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC;
- VII – Manter conta corrente específica junto à instituição financeira oficial, sob o título "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS DE GUARACIABA/SC - CONVÊNIO";
- VIII – Propiciar ao CONVENIENTE todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão e à fiscalização da execução do Convênio;
- IX – Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços.
- X - Realizar os pagamentos propostos com o valor que consta no plano de trabalho ou a menor.
- XI – Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de Direito Público Privado para realização do projeto.
- XII – Dar ampla publicidade ao recebimento do recurso público em suas redes sociais e no estabelecimento.
- XIII – Manter atualizado seu cadastro junto ao Conveniente.
- XIV – Apresentar prestações de Contas finais até dia 31/08/2021 (30 dias após o prazo de execução do convênio).

Cláusula Sexta – Do Repasse dos Recursos

O Fundo Municipal de Saúde repassará à Associação o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil, agência número 1388-9, conta corrente número 611.693-0.

Cláusula Sétima – Da Rubrica Orçamentária

Fonte de recurso: Órgão: 11 Fundo Municipal de Saúde;

Unidade: 03 Departamento de Saúde;

Funcional: 10.301.0007.2.081 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Cláusula Oitava – Da Fiscalização

Cabe ao CONVENIENTE decidir sobre a oportunidade e convivência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente Convênio, devendo a CONVENIADA atender às solicitações da fiscalização.

Cláusula Nona – Da Rescisão

Poderá haver rescisão do presente Convênio, a qualquer tempo, em decorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento e/o por interesse manifesto de uma ou ambas as partes, desde que acordado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima – Do Prazo de Vigência

O prazo estabelecido para a execução deste Convênio será contado do mês de abril de 2021 ao mês de julho de 2021.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração

Mediante acordo entre as partes, o presente Convênio poderá ter suas cláusulas alteradas, por meio de Termo Aditivo.

Cláusula Décima Segunda – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiados que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Guaraciaba/SC, 27 de abril de 2021.

Vandecir Dorigon
Prefeito Municipal
CONVENIENTE

Cleusa Teresinha Pasinato
Associação Beneficente Hospital São Lucas de Guaraciaba SC
CONVENIADA

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP Nº39/2021 - PMG

Publicação Nº 3003136

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços nº 39/2021 – PMG
Processo Licitatório: 39/2021 – PMG
Tipo: Menor preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO RESERVATÓRIO DE ÁGUA TRATADA PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Entrega dos Envelopes: até 17/05/2021 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 17/05/2021 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 40/2021 - PMG

Publicação Nº 3003222

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: TECNOLAR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.464.652/0001-66, estabelecida na Rua ARTUR SCHLUPP, nº190, sala 01, AGUA VERDE, município de Blumenau, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	50	UND	Defletor de ar-condicionado de 12.000 BTUs.	SCULP ACRILICO/ SCULP ACRILICO	134,00	6.700,00
9	50	UND	Defletor de ar-condicionado de 24.000 BTUs.	SCULP ACRILICO/ SCULP ACRILICO	169,20	8.460,00
Total Fornecedor:					15.160,00	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP N° 41/2021 - PMG

Publicação N° 3003223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei n° 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o n° 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 26.716.048/0001-94, estabelecida na Rua ADOLFO KONDER, n°279, sala 03 SÃO RAFAEL, município de Rio Negrinho, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	20	UND	Bebedouro de mesa para galão de 20 L.	BBE 03 BF	428,00	8.560,00
13	5	UND	Fogão doméstico, 4 bocas.	BRASLAR SIRIUS	560,00	2.800,00
Total Fornecedor:					11.360,00	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP N° 42/2021 - PMG

Publicação N° 3003224

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 42/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei n° 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o n° 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: COMERCIAL USUAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 14.050.075/0001-91, estabelecida na Rua Bom Jesus de Iguapé, 960, Hauer, município de Curitiba, PR

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	25	UND	Bebedouro, tipo coluna, para galão de 20 L.	LIBELL	498,30	12.457,50
Total Fornecedor:					12.457,50	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 43/2021 - PMG

Publicação Nº 3003225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.478.911/0001-29, estabelecida na Rua LUIZ CIRIMBELLI, nº1659, IMIGRANTES, município de Turvo, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
27	7	UND	Ar-condicionado split, inverter, 18.000 BTUs.	AGRATTO	2.384,89	16.694,23
Total Fornecedor:					16.694,23	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 44/2021 - PMG

Publicação Nº 3003227

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 14.676.091/0001-94, estabelecida na Rua Neusa Aurora Diniz, nº133, município de São José, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	6	UND	Exaustor/ventilador industrial de 300 mm.	TRON	194,20	1.165,20
22	5	UND	Liquidificador industrial, potência mínima de 100 W, capacidade mínima de 10 L.	Metal Ferreira	661,56	3.307,80
Total Fornecedor:					4.473,00	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 45/2021 - PMG

Publicação Nº 3003228

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 SETOR DE LICITAÇÕES
 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2021 – PMG
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: CCK COMERCIAL EIRELI LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 22.065.938/0001-22, estabelecida na Rua Bahia, 1447, sala 01, município de Blumenau, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	33	UND	Ar-condicionado split, inverter, 18.000 BTUs.	AGRATTO	2.400,00	79.200,00
14	10	UND	Fogão industrial, 4 bocas.	VENANCIO	668,94	6.689,40
15	10	UND	Fogão industrial, 6 bocas.	VENANCIO	914,17	9.141,70
Total Fornecedor:					95.031,10	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 46/2021 - PMG

Publicação Nº 3003230

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2021 – PMG
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: R.S. COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.887.479/0001-41, estabelecida na Rua Manoel Lino de Jesus, nº 687, município de Lages, SC

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	5	UND	Extrator/espremador de frutas industrial, potência mínima de 250 W, capacidade mínima de 1 L.	AGRATTO	208,90	1.044,50
23	20	UND	Purificador de água refrigerado, capacidade de armazenamento de 2,5 a 2,8 L.	LIBELL	556,00	11.120,00
Total Fornecedor:					12.164,50	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 47/2021 - PMG

Publicação Nº 3003232

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: DIMORVAN DAVI MENEGUSSO, inscrita no CNPJ sob o nº 07.065.479/0001-93, estabelecida na Rua Orvalina Oliveira de Mello, nº 1237, município de Palmas, PR

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
19	10	UND	Lavadora de alta pressão, potência mínima de 1650 W.	STIHL	1.200,00	12.000,00
Total Fornecedor:					12.000,00	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 48/2021 - PMG

Publicação Nº 3003234

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: MAB EQUIPAMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 37.658.173/0001-01, estabelecida na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2796, município de Vitória, ES

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	23	UND	Ar-condicionado split, inverter, 24.000 BTUs.	TCL	3.424,90	78.772,70
18	8	UND	Freezer vertical, capacidade mínima de 231 L.	CONSUL	2.184,90	17.479,20
25	6	UND	Secadora de roupas, potência mínima de 2.000 W, capacidade mínima de 10 kg.	MIDEA	1.635,00	9.810,00
28	7	UND	Ar-condicionado split, inverter, 24.000 BTUs.	TCL	3.424,90	23.974,30
Total Fornecedor:					130.036,20	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE RP Nº 49/2021 - PMG

Publicação Nº 3003236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2021 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: FACE ATTIVITA COMMERCIALE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 40.811.541/0001-14, estabelecida na Rua José Pigozzo, nº262, sala 07, município de Erechim, RS

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
8	50	UND	Defletor de ar- -condicionado de 18.000 BTUs.	ATC	160,80	8.040,00
Total Fornecedor:					8.040,00	

Vigência: Início: 22/04/2021 Término: 21/04/2022.

Guaramirim (SC), 26 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº14/2021 FMS

Publicação Nº 3003768

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2021 – FMS
Processo Licitatório nº 11/2021 – FMS

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE APARELHO PARA MEDIÇÃO DE CLORO, COLORÍMETRO, PARA O SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC)

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: RC SCIENTIFIC COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS ANALÍTICOS EIRELI, CNPJ nº 27.263.741/0001-11, estabelecida na Rua Alexandre Dumas, nº 1268, sala 92, bairro Chácara Santo Antonio, CEP 04717-003, município de São Paulo, SP

Valor Total: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Data da Assinatura: 27/04/2021 Vigência: 31/12/2021

Guaramirim (SC), 27 de abril de 2021.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 02/2021/HSA

Publicação Nº 3004124

PORTARIA nº 002/2021

Aplica penalidade ao Servidor A. L. B.

O Hospital Municipal Santo Antônio, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ 84.092.709/0001-54, representada legalmente pelo seu Gestor Jackson Testoni, nomeado conforme Portaria nº 077/2018 no uso de suas atribuições tendo em vista a Lei Complementar nº. 008/2001, bem como o julgamento constante do Processo Administrativo Disciplinar nº. 002/2020, instaurado pela Portaria nº. 015/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Aplicar a penalidade de suspensão de 10 (dez) dias ao servidor A.L.B, matrícula nº. 2989948, por ter infringido o disposto no art. 48, I, XI e XVI, da Lei Complementar Municipal nº. 008/2001.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se
Cumpra-se

Guaramirim/SC 26/04/2021.

Jackson Testoni
Gestor do Hospital

PORTARIA Nº. 198/2021

Publicação Nº 3003128

PORTARIA Nº. 198/2021

Designa gestor e fiscal do contrato decorrente da Licitação nº. 39/2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 39/2021, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para construção de novo reservatório de água tratada para o Município de Guaramirim;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado como gestor o Sr. Romeu Butschardt Junior e fiscal, o servidor Frank Ricardo de Oliveira, do contrato decorrente da Licitação nº. 39/2021.

Art. 2º. Ao fiscal do contrato caberá a fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, garantindo a qualidade na execução do objeto contratado.

Art. 3º. Ao gestor do contrato caberá o acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato, priorizando o atendimento às necessidades do contratante, de forma eficiente e econômica.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 199/2021

Publicação Nº 3003130

PORTARIA Nº. 199/2021

Concede licença maternidade para Vanessa Alves.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Vanessa Alves, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 27 de março de 2021, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de abril de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 200/2021

Publicação Nº 3003131

PORTARIA Nº. 200/2021

Concede licença maternidade para Josiane Petry.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Josiane Petry, Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 07 de abril de 2021, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de abril de 2021.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 201/2021**

Publicação Nº 3003133

PORTARIA Nº. 201/2021

Retorna de licença sem vencimentos a servidora Francielle Olini.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna de licença sem vencimentos, a servidora Francielle Olini, Fisioterapeuta, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 30 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 26 de abril de 2021.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021**

Publicação Nº 3004891

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2021

Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de Guaramirim, relativas ao exercício de 2018.

Marcelo Amadeu Deretti, Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Artigo 35, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Guaramirim, no uso e exercício de suas atribuições:

Faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam APROVADAS as Contas da Prefeitura Municipal de Guaramirim, relativas ao exercício de 2018.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Guaramirim, SC 27 de Abril de 2021

Marcelo Amadeu Deretti
Presidente

Matias Tomczak
1º Secretário

Tiago Stoinski
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2021

Publicação Nº 3004887

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2021

Aprova as contas da Prefeitura Municipal
de Guaramirim, relativas ao exercício
de 2019.

Marcelo Amadeu Deretti, Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Artigo 35, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Guaramirim, no uso e exercício de suas atribuições:

Faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Ficam APROVADAS as Contas da Prefeitura Municipal de Guaramirim, relativas ao exercício de 2019.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Guaramirim, SC 27 de Abril de 2021
Marcelo Amadeu Deretti
Presidente

Matias Tomczak
1º Secretário

Tiago Stoinski
2º Secretário

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO LAI DEMILSON SPIRONELLO 136_2021

Publicação N° 3003218

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO N° 136/2021 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA N° 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental Prévia – LAP, com prazo de validade de 12 meses, formulado pelo empreendedor Demilson Spironello, para a atividade de 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de Matrícula nº 14.907, Parte do Lote rural nº 72, com área de 6.000,0 m² e Parte do Lote Rural nº 73, com área de 49.064,0 m², perfazendo a área total resultante de 55.064,0 m², será loteada a área de 45.681,05 m², ficando um remanescente de área de 9.382,95 m², prolongamento da Rua Bruno Taube, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

PLANO DE AÇÃO DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020

Publicação Nº 3003384

PLANO DE AÇÃO 001/2021

O presente Plano de Ação apresenta as ações necessárias para a implementação dos procedimentos voltados ao atendimento às disposições do Decreto Federal nº10.540 de 05/11/2020, que estabelece os requisitos do padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração financeira e controle – SIAFIC.

Plano de Ação modelo 5W1H**1º - O que será feito? (What)**

Mapeamento do Decreto Federal nº 10.540/2020

2º - Quando? (When)

Estabelecer os prazos para a implementação do Decreto Federal nº 10.540/2020

3º - Onde será feito? (Where)

- 1 – Área responsável pela Contabilidade
- 2 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- 3 - Governo (Prefeito)

4º - Por quem será feito? (Who)

- 1 - Contabilidade
- 2 - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- 3 - Governo (Prefeito)

5º - Por que será feito? (Why)

- 1- Iniciar a análise de avaliação do processo de adequação do SIAFIC ao Decreto Federal nº10.540/2020;
- 2- Necessidade de adequação dos Poderes e Órgãos ao padrão mínimo do sistema;
- 3- Gerar uma consolidação de contas (a nível do ente) e nacional com qualidade e padrão orientados;
- 4- Cumprir com as exigências voltadas à transparência;
- 5- Elaborar as demonstrações Contábeis e prestações de contas de forma automática às orientações da STN;
- 6- Cumprir as adequações do SIAFIC nos prazos estipulados pelo Decreto Federal nº 10.540/2020.

6º - Como será feito (How)

- 1 – Analisar o Decreto Federal nº 10.540/2020 e todos os seus critérios técnicos realizando uma análise comparativa entre o Decreto Federal nº 10.540/2020 e a situação atual;
- 2 - Intimar a Empresa de Software para que realize as adequações necessárias do SIAFIC;
- 3 - Estipular data em cronograma para que a Empresa de Software cumpra todas as exigências do Decreto Federal nº 10.540/2020.

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

TECNOLOGIA

TRANSPARENCIA

PROCEDIMIENTOS CONTABLES

RIDE

CONSIDERANDO, que o sistema de informática utilizado para a realização dos registros contábeis é regido pelo Contrato 001/2019 e aditivos atendendo toda a Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO, que o atual sistema **não atende** alguns dos requisitos mínimos do Decreto e alguns são **cumpridos em partes**;

CONSIDERANDO, que cumprimos vários requisitos mínimos do Decreto de forma manual, e que estes agora devem seguir o padrão mínimo do Decreto Federal nº 10.540;

CONSIDERANDO, que o Decreto Federal nº 10.540/2020, estabelece que os requisitos deverão ser obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2023 e que estabelece *“o prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto, Plano de Ação voltado para a adequação às suas disposições.”*;

CONSIDERANDO, que o Contrato 004/2019 pode ser prorrogado por interesse das partes, na forma da lei;

O Contador juntamente com o Prefeito resolve propor o seguinte **PLANO DE AÇÃO**:

1º - Na prorrogação do Contrato 001/2019 a Contratada deverá ser informada para seguir a programação do Plano de Ação para atendimento de todos os requisitos mínimos descritos no Decreto Federal nº 10.540/2020, e apresentar também seu cronograma que atenda às necessidades da Administração Pública Municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo, atestando o cumprimento de todas as exigências do Decreto até a data de 01 de janeiro de 2023.

2º Caso a Contratada não apresente tal cronograma, deverá ser procedida nova licitação a fim de selecionar uma solução de informática que atenda as necessidades do Município e a legislação atual.

3º Deve-se dar ciência desse Plano de Ação a Contratada e ao Controle Interno.

Guarujá do Sul/Santa Catarina, em 27 de abril de 2021.

DEISI CEMIN

FRANCO:038170
84978

Assinado de forma digital por DEISI CEMIN
FRANCO:03817084978
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A1, ou=(EM FRANCO), ou=14030336000101,
ou=presencial, cn=DEISI CEMIN
FRANCO:03817084978
Dados: 2021.04.27 10:08:29 -03'00'

DEISI CEMIN FRANCO

Contadora CRC/SC 028174/O-0

CLAUDIO JUNIOR
WESCHENFELDER:0
6126667948

Assinado de forma digital por CLAUDIO JUNIOR
WESCHENFELDER:06126667948
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(EM
BRANCO), ou=14030336000101, cn=CLAUDIO
JUNIOR WESCHENFELDER:06126667948
Dados: 2021.04.27 10:08:51 -03'00'

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

DECRETO 246 / 2021

Publicação Nº 3003289

DECRETO N. 246/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

RECEPCIONA INTEGRALMENTE O DECRETO ESTADUAL Nº 1.255, DE 23 DE ABRIL DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 11, DO DECRETO Nº 562/2020, QUE DECLARA ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO CATARINENSE, ART. 1º, DO DECRETO Nº 218/2021, CONTINUIDADE DE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, e, de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto Estadual n. 1.255, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre alteração do art. 11, do Decreto 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense e, art. 1º, do Decreto nº 218/2021, que determina a continuidade de medidas de enfrentamento do coronavírus (COVID-19), em todo território estadual.

DECRETA:

Art. 1º Fica recepcionado, integralmente, no território do Município de Guatambu, o Decreto Estadual n. 1.255, de 23 de abril de 2021, que dispõe sobre alteração do art. 11, do Decreto 562/2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense e, art. 1º, do Decreto nº 218/2021, que determina a continuidade de medidas de enfrentamento do coronavírus (COVID-19), em todo território estadual, nos exatos termos em que foi publicado.

Art. 2º Além das atividades e dos serviços regrados conforme o disposto no Decreto Estadual n. 1.255, de 23 de abril de 2021, fica mantida a proibição de aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja interno ou externo, em cumprimento às regras sanitárias emitidas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, salvo se mais restritivas.

Guatambu/SC, 26 de abril de 2021.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI

Publicação Nº 3003498

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 789.636.059-49, aprovada em 7º (sétimo) lugar no Processo Seletivo nº 002/2021/HO, homologado em 06 de abril de 2021, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste/SC, 23 de abril de 2021.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

Ciente em /...../
NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI

DECRETO Nº 4406/2021

Publicação Nº 3003715

DECRETO Nº 004406/21 de 23 de Abril de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021. O PREFEITO MUNICIPAL DE Herval d'Oeste no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste e autorização contida na Lei Municipal nº 003455/20 de 20 de Novembro de 2020. DECRETA: Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): 11 - FUNDO MUNICIPAL DIR. CRIANÇA E ADOLESCENTE 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DIR. CRIANÇA E ADOLESCENTE 11.01.08.243.0036.2.083-3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	5 000,00
---	----------

Art, 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DIR. CRIANÇA E ADOLESCENTE
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DIR. CRIANÇA E ADOLESCENTE
11 01.08.243.0036.2.083-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5 000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Abril de 2021
MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito Municipal

LEI Nº 3484/2021

Publicação Nº 3004447

LEI Nº3484/2021

" MODIFICA A DENOMINAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE NA LEI 3.483/2021".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Modifica o Art. 2º da Lei 3,483/2021 que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Acordo de Cooperação estabelecido no artigo 1º, tem a finalidade de destinar um (01) profissional Auxiliar de Serviços de Saúde para prestar seus serviços na área de saúde junto ao Hospital Universitário Santa Terezinha, sendo o servidor público remunerado pelos

cofres públicos do Município de Herval d'Oeste-SC".

Art. 2º As demais disposições contidas na Lei Municipal nº 3.483/2021 permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 27 de abril de 2021.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito municipal

LEI Nº 3485/2021

Publicação Nº 3004475

LEI Nº 3485/2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE HERVAL D'OESTE-SC A CELEBRAR ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Acordo de Cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste-SC, 27 de abril de 2021.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 610/2021

Publicação Nº 3003792

PORTARIA Nº 610/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 27 de abril de 2021, a servidora MAISA MOZARA DA ROSA BUTH (MATRÍCULA 4037), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 27 de abril de 2021.

Mauro Sérgio Martini
Prefeito

TERMO DE CONVÊNIO - CEJEL (ANO 2021)

Publicação Nº 3003778

	Estado de Santa Catarina Município de Herval d'Oeste
--	--

TERMO DE CONVÊNIO

Pelo presente instrumento de TERMO DE CONVÊNIO. de um lado, o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Nereu Ramos, 389, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, adiante nomeado MUNICÍPIO, e de outro lado, a COOPERATIVA ESCOLA JOVENS ESTUDANTES — CEJEL, com sede no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.253.564/0001-23, neste ato representado pelo seu Presidente EDUARDO DECKER, adiante nomeado COOPERATIVA ESCOLA, tem entre si conveniada a mútua

colaboração de ensino agrícola, nos termos do artigo 205 e 214, em peculiar dos artigos 208, II, 211, 212 e 214, IV, todos da Constituição Federal, e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Convênio é a criação de vagas no ensino médio profissionalizante, na área de agropecuária, para os habitantes do município de Herval d'Oeste—SC, nos termos do inciso IV, do artigo 214, ambos da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FINALIDADE

Para a concretização do Objeto do presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO, contribuirá para a manutenção e custeio de 04 (quatro) vagas no CEDUP de Água Doce, que serão preenchidas por alunos do Município de HERVAL D' OESTE/SC, que satisfaçam as condições legais e regimentais para se matricular em no referido Colégio. Poderá também o MUNICÍPIO, preencher as vagas que lhe dispõe com pessoas que não habitem no município.

CLÁUSULA TERCEIRA— DAS CONDIÇÕES GERAIS

As vagas que disporá o MUNICÍPIO envolvem alimentação, alojamento, pelo período de 01 (um) ano letivo, no CEDUP de Água Doce, correspondente ao Curso Técnico em Agropecuária.

CLÁUSULA QUARTA

A contribuição do MUNICÍPIO será estabelecida por vaga unitária, cada qual garantindo—lhe o direito de obter, para os alunos que indicar, os itens estipulados na Cláusula anterior, e obrigação de manter tal contribuição pelo período de 01 (um) ano letivo.

CLÁUSULA QUINTA

O preenchimento de cada vaga será feito por indicação do MUNICÍPIO nas seguintes condições:

- a) — o aluno indicado será submetido a um período de avaliação de 10 (dez) dias, com objetivo de conhecer suas condições de adaptação ao curso. Findo este período o COLÉGIO, através da COOPERATIVA ESCOLA, poderá exigir a substituição do avaliado, quando este não demonstrar a aptidão necessária;
- b) — ao indicar o aluno, o MUNICÍPIO, assume a obrigação de manter sua contribuição, a ser estipulada na cláusula oitava, durante 01 (um) ano letivo;
- c) — no caso de o aluno desistir do curso, por qualquer motivo, ou ter aproveitamento escolar insuficiente desde que atestado pelo COLÉGIO, a vaga será cancelada, sendo novamente preenchida pelo MUNICÍPIO, mediante a indicação de outro aluno, nas mesmas condições e os mesmos compromissos assumidos quando indicou o aluno desistente ou com aproveitamento insuficiente.

CLÁUSULA SEXTA

Com a assinatura deste Convênio, o MUNICÍPIO, passará a ter direito a vagas no Colégio Agrícola de Água Doce, correspondente a indicação de 04 (quatro) alunos, vagas estas que serão mantidas na medida em que houver o implemento das obrigações de ambas as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA

O COLÉGIO encaminhará ao MUNICÍPIO uma ficha Informativa Bimestral de participação e rendimento do (s) aluno (os) por ele indicado (os).

CLÁUSULA OITAVA

A contribuição anual, por vaga, de que trata o presente convênio, obedecerá as seguintes regras:

Regime de Matrícula Interno R\$ 3.800,00;

Regime de Matrícula Semi—Interno R\$ 2.140,00;

Regime de Matrícula Externo R\$ 885,00.

Excepcionalmente os valores durante a Pandemia variam conforme a modalidade de ensino, sendo 10(dez) parcelas no ano, no valor de:

Aulas Remotas: R\$ 88,50 mensal;

Semipresencial:

Regime de Matrícula Interno R\$ 234,25 mensal;

Regime de Matrícula Semi—Interno R\$ 151,25 mensal;

Regime de Matrícula Externo R\$ 88,50 mensal.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Cabe ao MUNICÍPIO definir o percentual dos valores acima citados que beneficiará cada aluno, bem como, os prazos de pagamento.

NOME DO ALUNO	SÉRIE	REG. DE MATRÍCULA	% DE CONVÊNIO
	10	INTERNO	50%
GUILHERME NERES TEIXEIRA	2		
	20	INTERNO	50%
GABRIEL LUIZ PRIGOL	1		
	30	INTERNO	50%
GABRIEL SEVALD	1		
	30	SEMI-INTERNA	50%
NICOLE MARTINI DEDONATTO	2		

CLÁUSULA NONA

O MUNICÍPIO observará o prazo fixado no presente Convênio e encaminhará o valor estipulado em favor da COOPERATIVA ESCOLA para a seguinte

Conta Corrente: 23.985-2 AG. 0207-0 Banco do Brasil de Água Doce — SC.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Os valores acima mencionados ficam vinculados ao indexador adotado pela política econômica do país, devendo o município corrigir os valores antes de realizar o pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

O MUNICÍPIO poderá pactuar com os alunos indicados, outras formas de retribuição dos benefícios que receberem por intermédio do presente Convênio, além daquelas estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O prazo de vigência do presente Convênio será de fevereiro a de dezembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações estipuladas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d Oeste, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes do presente Convênio. E por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, em duas vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Herval d'Oeste, 14 de abril de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTNI
PREFEITO DE HERVAL D'OESTE

EDUARDO DECKER
PRESIDENTE CEJEL

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI

Publicação N° 3003491

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI, brasileira, inscrita no CPF nº 789.636.059-49, aprovada e classificada em 7º (sétimo) lugar no Processo Seletivo nº 002/2021/HO, com homologação final publicada em 06 de abril de 2021, para a função de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Herval d'Oeste, 27 de abril de 2021.

NOELI SALETE MATE POLIGOFSKI

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO N. 030/2021**

Publicação Nº 3003930

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 030/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021
SRP Nº 011/2021

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10 de maio de 2021, licitação modalidade Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, objetivando: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA, INCLUINDO-SE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IBIAM, listados no Termo de Referência (Anexo I). Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 13h do dia 10 de maio de 2021, com início da mesma às 13h15min no mesmo sítio e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal www.ibiam.sc.gov.br, e em breve no sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 28 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145/2021

Publicação Nº 3004845

PORTARIA Nº 145, DE 26 DE ABRIL DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2018 a 05.07.2019	26.04.2021 a 10.05.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 146/2021

Publicação Nº 3004847

PORTARIA Nº 146, DE 26 DE ABRIL DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Lucila Dalmolin Ciarnoschi	18.02.2020 a 17.02.2021	26.04.2021 a 25.05.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVIOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 147/2021

Publicação Nº 3004848

PORTARIA Nº 147, DE 26 DE ABRIL DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidor público municipal vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2019 a 12.11.2020	26.04.2021 a 10.05.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 148/2021

Publicação Nº 3004851

PORTARIA Nº 148, DE 27 DE ABRIL DE 2021

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Ilisangela Zitterell do Rosário da Silva – Carteira Nacional de Habilitação nº 2162885185, nº registro 07474538377, categoria "B", com validade até 07.10.2021.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 27 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 149/2021

Publicação Nº 3004853

PORTARIA Nº 149, DE 27 DE ABRIL DE 2021

"CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando, que a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Adriana de Andrade Soares Taiba – Carteira Nacional de Habilitação nº 1414139129, nº registro 016659915722, categoria "B", com validade até 28.02.2022.

Art. 2º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder à direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. A servidora pública autorizada a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;

- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 27 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3623/2021

Publicação Nº 3004104

DECRETO Nº 3623, DE 20 DE ABRIL DE 2021.**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0650/2020:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de **R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)**, no orçamento de 2021 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0204	Sec. M.Infraestrutura, Obras e Transp.
Função:	26	Transporte
Sub-Função:	782	Transporte Rodoviário
Programa:	2601	Estradas Vicinais
Projeto/Atividade:	1066	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	de 4490	Aplicações Diretas
Aplicação:		
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$ 12.000,00	
Red.:	40	

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de **R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)**, no orçamento de 2021 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	02	Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária:	0204	Sec. M.Infraestrutura, Obras e Transp.
Função:	26	Transporte
Sub-Função:	782	Transporte Rodoviário
Programa:	2601	Estradas Vicinais
Projeto/Atividade:	1066	Obras de Infraestrutura Rural
Modalidade	de 4493	Aplicação Direta Dec. De Op.entreÓrgãos
Aplicação:		
Fonte:	1100	Recursos Ordinários
Valor:	R\$ 12.000,00	
Red.:	41	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 20 DE ABRIL DE 2021.

JOARES TREVISOL
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: *Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.*

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PP 8 - 2021 SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA

Publicação Nº 3004001

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2021 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2021 PMI REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GINFRANCO VOLPATO, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 008/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Gestão Administrativa do Município de Ibicaré, à Rua D. Pedro II, 133, centro, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão. Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 10 de maio de 2021, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços, visando eventuais requisições futuras de serviços, por hora/homem trabalhada, de funilaria e pintura, destinados à manutenção das, máquinas e demais equipamentos.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, licita@ibicare.sc.gov.br site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 27 de abril de 2021

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS N° 61/2021

Publicação N° 3004232

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

TOMADA DE PREÇOS N° 61/2021.

Objeto: Contratação de empresa para execução de faixas elevadas de pedestres, com fornecimento de materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas e mão de obra necessária - Ruas 3 de maio, Magdalena Aichinger, Anita Garibaldi, Dr. Getúlio Vargas e, Marques do Herval - Ibirama / SC. Entrega dos envelopes até o dia 13 de maio de 2021 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h30min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 27 de abril de 2021. Adriano Poffo - Prefeito.

Ilhota

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 012 PRG 008- 2021 – MUL E AUTARQUIA ÁGUAS DE ILHOTA - BORRACHARIA - VALMOR FISCHER MECANICA

Publicação Nº 3004873

Errata 1 da ata de registro 012/2021 do Pregão Presencial - Registro de Preço 008/2021 – MUL e Autarquia Águas de Ilhota

Onde se lê:

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	PNEU 1000X20 MONTAGEM	26,18	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
2	PNEU 1000X20 CONserto	31,62	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
3	PNEU 1100RX22 MONTAGEM	25,76	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
4	PNEU 1000RX22 CONserto	33,51	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
5	PNEU 275R/80 R22,5 MONTAGEM	23,67	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
6	PNEU 215/75 17.5 CONserto	33,09	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
7	PNEU 215/75 17.5 MONTAGEM	26,60	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
8	PNEU 12.4-24 10 LONAS MONTAGEM	23,25	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
9	PNEU 12.4-24 10 LONAS CONserto	39,79	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
10	PNEU 12.5 80-18 MONTAGEM	49,22	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
11	PNEU 12.5 80-18 CONserto	30,79	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
12	PNEU 16.9-24 10 LONAS MONTAGEM	32,47	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
13	PNEU 16.9-24 10 LONAS CONserto	40,01	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
14	PNEU 12X16.5 NHS MONTAGEM	41,47	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
15	PNEU 12X16.5 NHS CONserto	31,42	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
16	PNEU 18.4 -30 MONTAGEM	40,01	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
17	PNEU 18.4 -30 CONserto	50,89	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
18	PNEU 14.00-24 16 LONAS MONTAGEM	51,73	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
19	PNEU 14.00-24 16 LONAS CONserto	44,40	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
20	PNEU 17.5-25 16 LONAS MONTAGEM	47,12	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
21	PNEU 17.5-25 16 LONAS CONserto	47,12	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
22	PNEU 175/70 R13 CONserto	48,80	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
23	PNEU 175/70 R13 MONTAGEM	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
24	PNEU 175/65 R14 CONserto	12,57	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
25	PNEU 175/65 R14 MONTAGEM	15,50	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
26	PNEU 175/70 R14 CONserto	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
27	PNEU 175/70 R14 MONTAGEM	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
28	PNEU 185/70 R14 CONserto	13,40	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
29	PNEU 185/70 R14 MONTAGEM	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
30	PNEU 185/65 R15 CONserto	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
31	PNEU 185/65 R15 MONTAGEM	15,29	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
32	PNEU 195/55 R15 CONserto	14,24	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
33	PNEU 195/55 R15 MONTAGEM	15,71	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
34	PNEU 195/65 R15 CONserto	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
35	PNEU 195/65 R15 MONTAGEM	15,71	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
36	PNEU 225/70 R15 CONserto	14,24	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
37	PNEU 225/70 R15 MONTAGEM	16,54	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
38	PNEU 205/55 R16 CONserto	14,87	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
39	PNEU 205/55 R16 MONTAGEM	18,85	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
40	PNEU 205/80 R16 CONserto	14,66	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
41	PNEU 205/80 R16 MONTAGEM	15,92	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
42	PNEU 90/90-18 M/C RENF 57P CONserto	14,66	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
43	PNEU 90/90-18 M/C RENF 57P MONTAGEM	17,17	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
44	PNEU 2.75 -18 M/C 42P CONserto	15,71	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
45	PNEU 2.75 -18 M/C 42P MONTAGEM	15,50	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
46	GEOMETRIA DE AUTOMOVÉL	15,71	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
47	BALANCEAMENTO DE AUTOMOVÉL	40,84	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
48	BALANCEAMENTO DE VAN	21,16	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
49	SOCORRO MOVÉL	21,99	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
50	PNEU 215/75 17.5 CONserto	100,57	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR

Leia-se:

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	PNEU 1000X20 MONTAGEM	26,18	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
2	PNEU 1000X20 CONSERTO	31,62	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
3	PNEU 1100RX22 MONTAGEM	25,76	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
4	PNEU 1000RX22 CONSERTO	33,51	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
5	PNEU 275R/80 R22,5 MONTAGEM	23,67	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
6	PNEU 275R/80 R22,5 CONSERTO	33,09	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
7	PNEU 215/75 17.5 MONTAGEM	26,60	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
8	PNEU 215/75 17.5 MONTAGEM	23,25	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
9	PNEU 12.4-24 10 LONAS MONTAGEM	39,79	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
10	PNEU 12.4-24 10 LONAS CONSERTO	49,22	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
11	PNEU 12.5 80-18 MONTAGEM	30,79	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
12	PNEU 12.5 80-18 CONSERTO	32,47	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
13	PNEU 16.9-24 10 LONAS MONTAGEM	40,01	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
14	PNEU 16.9-24 10 LONAS CONSERTO	41,47	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
15	PNEU 12X16.5 NHS MONTAGEM	31,42	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
16	PNEU 12X16.5 NHS CONSERTO	40,01	100,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
17	PNEU 18.4 -30 MONTAGEM	50,89	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
18	PNEU 18.4 -30 CONSERTO	51,73	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
19	PNEU 14.00-24 16 LONAS MONTAGEM	44,40	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
20	PNEU 14.00-24 16 LONAS CONSERTO	47,12	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
21	PNEU 17.5-25 16 LONAS MONTAGEM	47,12	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
22	PNEU 17.5-25 16 LONAS CONSERTO	48,80	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
23	PNEU 175/70 R13 CONSERTO	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
24	PNEU 175/70 R13 MONTAGEM	12,57	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
25	PNEU 175/65 R14 CONSERTO	15,50	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
26	PNEU 175/65 R14 MONTAGEM	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
27	PNEU 175/70 R14 CONSERTO	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
28	PNEU 175/70 R14 MONTAGEM	13,40	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
29	PNEU 185/70 R14 CONSERTO	15,08	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
30	PNEU 185/70 R14 MONTAGEM	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
31	PNEU 185/65 R15 CONSERTO	15,29	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
32	PNEU 185/65 R15 MONTAGEM	14,24	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
33	PNEU 195/55 R15 CONSERTO	15,71	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
34	PNEU 195/55 R15 MONTAGEM	13,62	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
35	PNEU 195/65 R15 CONSERTO	15,71	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
36	PNEU 195/65 R15 MONTAGEM	14,24	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
37	PNEU 225/70 R15 CONSERTO	16,54	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
38	PNEU 225/70 R15 MONTAGEM	14,87	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
39	PNEU 205/55 R16 CONSERTO	18,85	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
40	PNEU 205/55 R16 MONTAGEM	14,66	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
41	PNEU 205/80 R16 CONSERTO	15,92	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
42	PNEU 205/80 R16 MONTAGEM	14,66	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
43	PNEU 90/90-18 M/C RENF 57P CONSERTO	17,17	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
44	PNEU 90/90-18 M/C RENF 57P MONTAGEM	15,71	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
45	PNEU 2.75 -18 M/C 42P CONSERTO	15,50	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
46	PNEU 2.75 -18 M/C 42P MONTAGEM	15,71	50,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
47	GEOMETRIA DE AUTOMOVÉL	40,84	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
48	BALANCEAMENTO DE AUTOMOVEL	21,16	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
49	BALANCEAMENTO DE VAN	21,99	500,00	VALMOR FISCHER	VALMOR
50	SOCORRO MOVEI	100,57	300,00	VALMOR FISCHER	VALMOR

Altera-se por um erro de digitação de copiar e colar no local errado.

Ilhota, 28 de abril de 2021.

Francineide Pereira
Pregoeira Oficial
Coordenadora Geral de Compras e Licitações

CHAMAMENTO PÚBLICO 3/2021

Publicação Nº 3003733

CHAMAMENTO PÚBLICO 3/2021

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRO DE REPRESENTANTES (PESSOA FÍSICA) DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE ILHOTA – COMPEDI.

A Secretaria Municipal de Saúde, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando a inscrição de representantes (pessoa física) da sociedade civil interessados em compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ilhota, criado pela Lei Complementar 80/2017.

1. PROPÓSITO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. Atender o disposto no artigo 6º da Lei Complementar 80/2017, que trata da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ilhota.

2. OBJETO

2.1. A finalidade do presente Chamamento Público é o cadastramento de representantes (pessoa física) da sociedade civil interessados em compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ilhota.

2.2 Nos termos do inciso II do artigo 6º da Lei Complementar 80/2017, serão selecionados 5 (cinco) representantes e seus respectivos suplentes. Dos 5, 2 representarão a sociedade civil organizada, 2 representarão os usuários e 1 representará a Associação dos Empresários (ACIIL/CDL).

3. CADASTRAMENTO

3.1. Para cadastramento, os interessados deverão:

I. Preencher e enviar a ficha cadastro por meio eletrônico, para o e-mail gabinete2@ilhota.sc.gov.br.

II. Os interessados terão prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da publicação deste edital, para realizarem o cadastro na forma estabelecida no inciso I deste item.

III. O cadastramento realizado fora do prazo não será considerado.

IV. Os interessados que não preencherem corretamente o formulário ou deixarem algum campo obrigatório em branco (sem preenchimento), terão suas inscrições invalidadas.

V. Cada interessado poderá realizar apenas um cadastro.

VI. Em caso de duplicidade de preenchimento pelo mesmo interessado, será considerada, apenas, a primeira inscrição.

VII. Os inscritos devem obrigatoriamente ter domicílio na cidade de Ilhota/SC.

4. PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 Se ao edital acudirem número superior de interessados, a Secretaria Municipal de Saúde efetuará sorteio para escolha dos representantes.

4.2. A participação dos representantes não excederá a 2 (dois) anos, admitida a prorrogação por uma única vez.

4.3. No caso de não restar interessados à inicial convocação, a composição do COMPEDI se desenvolverá apenas com os membros descritos no inciso I do artigo 6º da Lei Complementar 80/2017.

4.4. O eventual desinteresse da sociedade quanto à participação no COMPEDI não impede novo chamamento, a posteriori, para preenchimento das vagas.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O prazo final para cadastramento será 10 (dez) dias após a assinatura deste edital.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Não haverá cobrança de taxa de inscrição ou qualquer outra taxa para a participação deste edital.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seu anexo, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 5 (dias) dias da data limite para o e-mail: gabinete2@ilhota.sc.gov.br.

Ilhota, 27 de abril de 2021.
LAVINO MIGUEL NUNES
Secretário Municipal de Saúde

Anexo I

Ficha de cadastro para o chamamento público nº 3/2021 de representante (pessoa física) da Sociedade Civil para a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ilhota – COMPEDI.

Representantes (pessoa física) da sociedade civil.

Nome			
CPF		RG	
ÓRGÃO EXPEDIDOR DO RG			
TÍTULO DE ELEITOR		ZONA ELEITORAL	
ENDEREÇO			
BAIRRO		CIDADE	
TELEFONE FIXO (se houver)		CELULAR	
E-MAIL (se houver)		NATURALIDADE	
FACEBOOK (se houver)			
INSTAGRAM (se houver)			

Ilhota, 27 de abril de 2021.

Assinatura: _____

EXTRATO DE CONTRATO 018 TP 001 - 2021 FMS - REFORMA AGOSTINHO ZIMMERMANN - SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI

Publicação Nº 3003377

CONTRATO Nº 018/2021

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ILHOTA E A SLM TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril de 2021, O MUNICÍPIO DE ILHOTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal, 160, Centro, Ilhota, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Erico de Oliveira, portador da Carteira de Identidade nº 338420 e inscrito no CPF sob o nº 291.364.239-04, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e o SLM TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.806.639/0001-24 com sede Rua Carlos Rischbieter, nº 1.974, Bairro Boa Vista – CEP: 89.012-201 na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal Sra. Simone Santos, C.I 2.614.948-6 SSP/SC, CPF 753.443.199-91, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação nº 126/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - FMS, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto do presente processo licitatório visa a(o): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE AGOSTINHO ZIMMERMANN, LOCALIZADO NO BAÚ CENTRAL, conforme memorial descritivo e especificações.

Item	Especificações	Qtde.	Unid.	Valor Unit	Valor Total
1	REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE AGOSTINHO ZIMMERMANN, LOCALIZADO NO BAÚ CENTRAL	1,00	Uni	91.996,19	91.996,19

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

2.1 Os serviços constantes do objeto do presente edital deverão ser desenvolvidos pelo vencedor do certame, em conformidade ao exigido no edital e seus anexos.

2.2 Caso o serviço não corresponda ao exigido pelo edital, bem como neste instrumento contratual, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data de notificação expedida pelo Contratante, o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital e anexos, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 O presente Contrato tem origem no Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 01/2021-FMS, e se fundamenta no que dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor global de R\$ 91.996,19 (noventa e um mil e novecentos e noventa e seis reais e dezenove centavos), conforme proposta de preços apresentada pela CONTRATADA.

4.2 - O pagamento será efetuado através de transferência bancária em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Secretaria Municipal competente. Não será aceito boleto bancário para pagamento. Na Nota Fiscal será obrigatório estar descrito o número do Contrato.

4.3- Serão processadas as retenções previdenciárias, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

4.4 - Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado a partir da apresentação dos documentos corrigidos.

4.5 - Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato e data do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações.

4.6 - A Prefeitura Municipal de Ilhota reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes neste Edital.

4.7 - Os valores ajustados neste contrato poderão ser reajustados, somente, após 12 (doze) meses, contados da data da proposta, e será calculado de acordo com a variação do IPCA, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indicador que o vier a substituir.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DO CONTRATO

5.1 O prazo de conclusão da obra será a contar da expedição da ORDEM DE SERVIÇO, conforme prazo do cronograma.

5.2 O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura até CONFORME CRONOGRAMA após a expedição da ORDEM DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo:

Despesa	Órgão/Unid.	Função	Sub função	Proj/Ativ.	Categoria Econômica	Fonte de Recurso	Descrição do Proj/Ativ.
19072	11	12	365	23	449051980000	103600	Reforma e ampliação de unidades escolares
21150	11	12	365	23	449051980000	307901	Reforma e ampliação de unidades escolares
21294	11	12	365	23	449051980000	303600	Reforma e ampliação de unidades escolares

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

7.1 Todos os encargos sociais resultantes do presente Contrato serão da inteira responsabilidade da CONTRATADA. Da mesma forma, os encargos trabalhistas decorrentes deste Contrato, serão suportados pelas CONTRATADA sem qualquer ônus ao Contratante. Para isso, reconhece desde já, ser de sua inteira responsabilidade todos e quaisquer débitos trabalhistas que advenham deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O MUNICÍPIO exercerá ampla fiscalização no fornecimento do objeto deste Contrato, pela Secretaria requerente e Assessoria de Planejamento através da Engenheira Civil Daisy Christiane Pereira, CREA/SC – 069981-9, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o que em hipótese alguma, eximirá a Contratada da responsabilidade exclusiva pelos danos que causar a terceiros, seja por ato de dirigentes, proposto ou empregado seu.

CLÁUSULA NONA: DA RETENÇÃO DE IMPOSTOS

9.1 O MUNICÍPIO reterá os impostos dedutíveis do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo emitido pela contratada, conforme disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

10.1.1 Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

10.1.2 Obter junto à Prefeitura Municipal, conforme o caso e se necessário, o alvará de construção, o alvará de demolição e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

10.1.3 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

10.1.4 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, em especial às disposições do Código de Obras do Município (Lei nº 1.155/1988 e alterações posteriores), mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.4.1 Garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

10.1.4.2 Quaisquer detritos caídos das obras, e bem assim resíduos de materiais que ficarem sobre parte do leito do logradouro público, deverão ser imediatamente recolhidos, sendo, caso necessário, feita a varredura de todo o trecho do mesmo logradouro cuja limpeza ficar prejudicada, além de irrigação para impedir levantamento de pó.

10.1.5 Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

10.1.6 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

10.1.7 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

10.1.8 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

10.1.9 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

10.1.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da reforma.

10.1.12 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.13 Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.1.14 Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

10.1.15 Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

10.1.16 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

10.1.17 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

10.1.18 Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's;

10.1.19 Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

10.1.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

10.1.21 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

10.1.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.1.23 Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

10.1.24 Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

10.1.25 Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

10.1.26 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como agendar, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos, vistorias com vistas à obtenção de licenças e regularização dos serviços e obras concluídos (Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

10.1.27 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste contrato;

10.1.28 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.29 Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

10.1.30 Fornece mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

11.1.1 Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

11.1.2 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

11.1.3 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

11.1.4 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

11.1.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.1.6 Fornece por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.1.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.8 Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;

11.1.9 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

11.1.10 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como o descumprimento de qualquer das Cláusulas Contratuais, o MUNICÍPIO o seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará a Contratada as seguintes sanções:

Parágrafo Primeiro - multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

Parágrafo Segundo - multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um ano);

Parágrafo Terceiro - multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois anos).

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO (Art.79 da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações da Lei nº 8.883/94).

- a) - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no Processo da Licitação, desde que haja conveniência para a Administração.
- b) - Determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do Artigo 78.
- c) - Judicial, nos termos da Legislação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: DOS PRIVILÉGIOS DO MUNICÍPIO

14.1 A CONTRATADA reconhece que o MUNICÍPIO compareceu neste negócio como agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO

15.1 A CONTRATADA é obrigada a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório que deu origem a este Contrato.

15.2 Não será admitida a subcontratação, a não ser em situações excepcionais e imprevisíveis pré-analisadas, devidamente avaliadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Gaspar, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

Ilhota, 27 de abril de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

SLM TRANSPORTES E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
CNPJ: 18.806.639/0001-24
Contratada

Testemunhas:

Assinatura: Assinatura:
Nome: Daisy Christiane Pereira
Engenheira Civil
CPF: 026.546.389-01

Nome: Lavino Miguel Nunes
Secretário de Saúde – Fiscal do Contrato
CPF: 437.957.229-34

PORTARIA 76/2021

Publicação Nº 3003443

PORTARIA Nº 76/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Conceder Licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares a Servidora Pública Municipal JOSILENE CONSTANTE WIPPEL, ocupante do cargo de Professor, a partir de 23 de abril de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 23 de abril de 2021.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 07/2021**

Publicação N° 3004634

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41
Fone / Fax: (047) 3343-1182
Email: camara@ilhota.sc.gov.br

PORTARIA N° 07/2021

“CONCEDER FÉRIAS À SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal do Município de Ilhota (SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que nos termos do Regimento Interno, PROMULGA a seguinte PORTARIA;

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinta) dias, relativos ao período aquisitivo de 19/02/2020 a 18/02/2021 e período de gozo de férias de 03/05/2021 a 01/06/2021, à servidora AMANDA CRISTINA MASCHIO, lotada nesta Casa de Leis, no cargo de Procuradora Jurídica, contudo, devido ao abono pecuniário requerido nos moldes do art. 79-A do Estatuto dos Servidores de Ilhota, a servidora cumprirá o abono pecuniário nos primeiros dez 10 (dez) dias das férias.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 26 de abril de 2021.
Jonatas de Oliveira Jacó
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Juarez Antônio da Cunha
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Roseméri de Souza
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Cidney Carlos Tomé
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 51/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2021 - PMI/SEGPLAN

Publicação Nº 3004782

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEGPLAN - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO URBANO

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2021

COMUNICADO: A Prefeitura Municipal de Imbituba por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento Urbano, comunica aos interessados a Retificação do Edital de Licitação Processo Licitatório nº 51/2021 Pregão Presencial nº 38/2021. Em razão dessa retificação, fica transferida a data de abertura do certame para o dia 10/05/2021 às 14:00 horas

Imbituba, 28 de abril de 2021.

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 50/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2021 - PMI/SEAD

Publicação Nº 3004287

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEAD
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2021

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº 37/2021, Processo Licitatório nº 50/2021 para revisão do edital.

Imbituba, 28 de abril de 2021

Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 12/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2021 - SEMUSA

Publicação Nº 3004767

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 10/2021

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 10:00 horas, do dia 11 de MAIO de 2021, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto Municipal nº 211/2020, Decreto Municipal nº 057/2021 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para o possível "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL E MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de abril de 2021

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/SEAD Nº 517/2021

Publicação Nº 3003057

PORTARIA PMI/SEAD Nº 517, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e considerando o Decreto PMI nº 49, de 01 de abril de 2019 e todo o disposto na legislação em vigor;

Considerando que a Evolução Funcional mediante Progressão Horizontal, dar-se-á através do Sistema de Avaliação de Desempenho;

Considerando que os servidores abaixo nominados foram avaliados na forma das normas citadas, tendo eles atingido a pontuação necessária para a concessão da progressão;
 Considerando, por último, que os servidores abaixo numerados preencheram também os demais requisitos exigidos nas normas citadas, para fins de progressão horizontal;
 Considerando a Nota Técnica SEI nº 20581/ME expedida pelo Ministério da Economia, dirimindo a aplicabilidade da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020;
 Considerando todo o exposto no Memorando nº 10.275/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Progredir, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROGRESSÃO HORIZONTAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Ref. Anterior	Ref. Atual
9910	ANA OLIVEIRA FERNANDES DA SILVA	03667729960	Servente Merendeira	A	B
8832	CHERIS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA	07361560970	Técnico em Eletrotécnica	C	D
9940	DEISE DA ROSA SILVA	04812408962	Servente Merendeira	A	B
8819	EVERTON LUIZ DE FARIAS	01730838979	Operador de Máquinas	B	C
8833	FILLIPE SOUZA MIRANDA DE OLIVEIRA	03026481947	Engenheiro	B	C
9911	JACQUELINE VIEIRA DA SILVA	61369136315	Servente Merendeira	A	B
9969	JANE MELO MARQUES DE AVILA	67154646934	Servente Merendeira	A	B
7725	LEANDRO MORAES	05932055960	Encanador	C	D
9942	LISIA SEVERINO	05398441957	Servente Merendeira	A	B
9920	MARA BEATRIZ VIQUE DE OLIVEIRA	52313018091	Servente Merendeira	A	B
7702	RAMON CORREIA	05604402940	Técnico em Agrimensura	C	D
9936	SUELLEN DUARTE	04066115993	Servente Merendeira	A	B
9906	TEREZINHA MARTINS	45509131934	Servente Merendeira	A	B

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
 Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
 Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
 Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
 Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 518/2021

Publicação Nº 3003316

PORTARIA PMI/SEAD Nº 518, de 27 de abril de 2021.
 Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 10.202/2021 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ARETUSA ALESIO BORGES GOULART, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 027.168.239-60, admitida em 11 de fevereiro de 2016, contrato nº 8582, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2016 a 2021	03.05.2021 a 01.06.2021 01.04.2022 a 30.05.2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 519/2021

Publicação Nº 3003343

PORTARIA PMI/SEAD Nº 519, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 6.400/2021 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ANA MARIA MARTINS, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 534.472.639-20, admitida em 11 de fevereiro de 2016, contrato nº 8590, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2016 a 2021	03.05.2021 a 31.07.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 520/2021

Publicação Nº 3003372

PORTARIA PMI/SEAD Nº 520, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo nº 4.439/2020 e ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. VALDIRENE DIAS GONÇALVES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 888.453.119-53, admitida em 11 de março de 2015, contrato nº 8243, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	27.04.2021 a 26.05.2021
	15.09.2021 a 14.10.2021
	15.09.2022 a 14.10.2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 521/2021

Publicação Nº 3003763

PORTARIA PMI/SEAD Nº 521, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a Nomeação de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88; considerando o contido no Decreto PMI nº 048, de 23 de março de 2021 e ainda todo o exposto no Memorando nº 5.414/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 28 de abril de 2021, o(a) candidato(a) abaixo descrito(a), em decorrência de aprovação no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, para exercer a função temporária de Servente Merendeira, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Função	Colocação
CAROLINE PACHECO DOS REIS	034.471.740-21	Servente Merendeira	26º lugar

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 003/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 522/2021

Publicação Nº 3004571

PORTARIA PMI/SEAD Nº 522, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1088, de 26 de novembro de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 932, de 16 de outubro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, de 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 17.652/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1088, de 26 de novembro de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 932, de 16 de outubro de 2020, do servidor Sr. MARCOS SIDNEI BRANDENBURG, Médico, inscrito no CPF sob o n.º 378.388.900-63, admitido em 01 de agosto de 1994, contrato nº 304, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	18.12.2019 a 16.01.2020
	20.06.2022 a 19.07.2022 (nova fruição)
	18.07.2022 a 16.08.2022 (nova fruição)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 523/2021

Publicação Nº 3004595

PORTARIA PMI/SEAD Nº 523, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 486, de 15 de abril de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 10.475/2021, ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 486, de 15 de abril de 2021, do servidor Sr. CARLOS ALEXANDRE DA SILVA, Visitador Sanitário, inscrito no CPF sob o n.º 287.485.178-79, admitido em 12 de junho de 2015, contrato nº 8417, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	06.12.2021 a 04.01.2022 (nova fruição)
	01.08.2022 a 30.08.2022
	01.08.2023 a 30.08.2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 524/2021

Publicação Nº 3004620

PORTARIA PMI/SEAD Nº 524, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1006, de 16 de outubro de 2019, alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 861, de 16 de setembro de 2020 e PORTARIA PMI/SEAD Nº 1037, de 17 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 15.650/2020 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1006, de 16 de outubro de 2019, alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 861, de 16 de setembro de 2020 e PORTARIA PMI/SEAD Nº 1037, de 17 de dezembro de 2020, do Sr. EUGÊNIO DA ROSA, Auxiliar de Serviços, inscrito no CPF sob o n.º 343.244.459-15, admitido em 03 de junho de 2008, contrato nº 4454, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	01.02.2021 a 02.03.2021
	01.03.2022 a 30.03.2022 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de outubro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD Nº 1006, de

16 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 525/2021

Publicação Nº 3004637

PORTARIA PMI/SEAD Nº 525, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 977, de 09 de outubro de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 217, de 10 de março de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 10.455/2021 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 977, de 09 de outubro de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 217, de 10 de março de 2020, da servidora, Sra. FABIANE CORRÊA DO NASCIMENTO, Professora, inscrita no CPF sob o nº 781.465.009-78, admitida em 12 de maio de 1992 no contrato nº 159 e em 07 de junho de 1994 no contrato nº 160, referente aos q-inq-ênios devidos, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017 (contrato nº 159)	02.05.2022 a 31.05.2022
2014 a 2019 (contrato nº 160)	01.11.2022 a 30.11.2022

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de outubro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 977, de 09 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 526/2021

Publicação Nº 3004746

PORTARIA PMI/SEAD Nº 526, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando nº 10.491/2021 ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. ROSA MARIA RAMOS SOUSA, Auxiliar de Serviços, inscrita no CPF sob o nº 888.377.779-49, admitida em 24 de junho de 1998, contrato nº 483, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2014 a 2019	03.05.2021 a 01.06.2021
	01.10.2021 a 30.10.2021
	01.03.2022 a 30.03.2022

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PPE - PMI/SEAD Nº 369/2021

Publicação Nº 3004776

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO PPE - PMI/SEAD Nº 369/2021

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar n.º 5.192, de 01 de março de 2021, EMPOSSA nesta data, o(a) servidor(a) nomeado(a) pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 506, de 22 de abril de 2021, para exercer o cargo de provimento em comissão abaixo descritos junto ao órgão superior correspondente.

Art. 1º O(a) servidor(a) abaixo descrito(a), apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Órgão	Cargo	CPF
Jonas Daniel do Amaral Pinto	SEDUCE	Assistente do Assessor	348.351.528-32

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o(a) servidor(a) entrou em exercício em 28/04/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de abril de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Paulo Márcio de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEGPLAN Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003764

**PORTARIA PMI/SEGPLAN Nº 002, DE 15 DE ABRIL DE 2021.**

Designa servidor para acompanhar e fiscalizar a execução da Obra de Construção/Reforma de um anexo da Escola municipal Prof. Belarminda de Souza, Imbituba/SC, e dá outras providências.

O **Secretário de Gestão de Planejamento Urbano**, Elísio Sgrott, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato que tem como objeto a **Contratação de uma Empresa de Obras Cíveis com Fornecimento de Material e Mão de Obra para Construção/Reforma de um Anexo da Escola Municipal Prof. Belarminda de Souza, Imbituba/SC**, por meio do processo Licitatório nº 02/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil LUIZ LUAN DA COSTA, CREA SC nº 112894-0 e inscrito no CPF sob nº 059.992.319-90 para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a **Prefeitura de Imbituba** é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. HECTOR SIDURO.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba-SC, 15 de abril de 2021.

ELISIO SGROTT

Secretário de Gestão e Planejamento Urbano – SEGPLAN
Prefeitura de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Prefeitura de Imbituba
Rua Emani Cotrin, 601 • 88780-000
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100
imbituba@imbituba.sc.gov.br
www.imbituba.sc.gov.br

IMBITUBA
Uma Alma de Oportunidades



Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 25/04/2021

Publicação Nº 3003381

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2021.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA

Tipo "Menor Preço" (POR ITEM), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Kits - gêneros alimentícios, para a Distribuição Junto aos Alunos da rede Municipal de Ensino, Devido a suspensão das aulas por conta da pandemia da COVID-19, através da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Imbuia, conforme o Edital de Licitação n.º 25/2021, Pregão Presencial 25/2021. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica, Lei Complementar nº 147/2014, artigo 48, inciso I e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Av Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 08:15hs, de 12/05/2021. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. No www.imbuia.sc.gov.br; ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br; Informações no fone (47) 3557 – 2419. Em 27/04/2021. DENY SCHEIDT – Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2021

Publicação Nº 3004802

EDITAL Nº 04/2021 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar nº 83, de 23 de maio de 2014.

- Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede de ensino municipal para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto;
- Considerando que o Processo Seletivo nº 04/2020, onde não houveram candidatos classificados para o cargo de Professor de Artes e que restou sem mais candidatos a serem chamados para o cargo de 2º Professor.
- Considerando que o Processo Seletivo nº 03/2021 restou sem mais candidatos a serem chamados para o cargo de 2º Professor.
- Considerando a necessidade de compor o quadro de pessoal da Educação para o ano letivo de 2021.

TORNA PÚBLICO o procedimento, para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, destinado ao provimento de vagas temporárias para o quadro da Educação.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Os procedimentos do presente Edital de Processo Seletivo Simplificado serão coordenados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto.
2. As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.imbuia.sc.gov.br, e nos murais públicos municipais.

DAS FUNÇÕES, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS

3. Quadro de Cargos: (de acordo com a Lei Complementar nº 12, de 28 de maio de 2003 e alterações posteriores). Na ausência da existência de vagas abertas na referida lei a contratação dar-se-á da mesma forma em função da urgência e da brevidade que a situação do estado de emergência requer.

Função	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária	Vagas
2º Professor	1. Habilitado (Nível Superior): Licenciatura Educação Especial. 2. Não Habilitado: cursando a partir da 5ª Fase de Licenciatura em Educação Especial.	Habilitado: 2.704,56 Não habilitado: 2.351,82	Até 40 horas semanais	CR

4. As vagas disponíveis terão lotação na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto.

DA DATA E HORÁRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

5. Os (as) candidatos (as) interessados (as) deverão dirigir-se e entregar a documentação à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, das 8h às 12h e das 14h às 17h, ENTRE OS DIAS 29 E 30 DE ABRIL DE 2021, situado na Prefeitura Municipal de IMBUIA-SC.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

6. Os (as) candidatos (as) interessados (as) deverão dirigir-se ao local indicado no item 5 deste Edital munidos dos seguintes documentos, original e fotocópias:

6.1. Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);

6.2. Comprovação de habilitação no curso de atuação (Habilitado: Diploma ou Não Habilitado: comprovante de matrícula e a fase em que está cursando);

6.3. Comprovação do tempo de serviço exercido na profissão.

6.3.1. Em função da pandemia os serviços presenciais estão limitados, podendo desta forma, o (a) candidato (a) apresentar atestado de tempo de serviço obtido de forma online.

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7. Será recebida a documentação dos (as) candidatos (as) interessados (as) e os seguintes critérios de escolha serão obedecidos:

7.1. Maior tempo de serviço na função.

7.2. Havendo dois ou mais candidatos (as) empatados (as) no tempo de serviço, a vaga ficará com o mais idoso(a).

7.3. Terão preferência na classificação os candidatos Habilitados sobre os Não Habilitados.

7.4. Para os candidatos não habilitados o primeiro critério de classificação será a fase em que estão cursando.

DA CONTRATAÇÃO

8. As convocações serão comunicadas por telefone ou e-mail, tendo o candidato o prazo de três dias da postagem para manifestar-se, caso contrário será considerado desistente.

9. São requisitos básicos para investidura em função pública:

a) a nacionalidade brasileira ou visto de permanência;

b) o gozo dos direitos políticos;

c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

d) o nível de escolaridade exigido para o exercício da função;

e) a idade mínima de 18 (dezoito) anos;

f) aptidão física e mental adequada ao exercício da função;

g) habilitação específica para as funções atribuídas à função pública.

10. Para a contratação o (a) candidato (a) deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

11. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do (a) candidato (a) e o (a) mesmo (a) será eliminado (a) da lista de classificação.

12. Os (as) candidatos (as) que forem considerados (as) inaptos (as) quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados (as).

DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

13. Ao contratado, através do presente Processo Seletivo Simplificado, aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei Complementar nº 83, de 23 de maio de 2014, e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14. O Resultado final será divulgado no sítio www.imbuia.sc.gov.br e nos murais públicos do Município, no dia 03/05/2021.

15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito.

16. Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Deporto, na Prefeitura Municipal de Imbuia - SC, ou pelo fone (47) 3557-2405, em horário comercial.

Imbuia, 28 de abril de 2021.

DENY SCHEIDT

Prefeito Municipal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 3544/2021

Publicação Nº 3003430

. DECRETO Nº 3544/21
. De 27 de abril de 2021

ERRATA HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA Nº 028/2021 / PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2672 de 2020 que nomeia a Comissão e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o presente Edital de Chamada Nº 028/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de abril de 2021.

Município de Indaial, em 27 de abril de 2021.
André Luiz Moser
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL DE CHAMADA Nº 028/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

Considerando que a Lei Municipal nº 4.724/2012 estabelece que a contratação de profissionais em caráter temporário e por prazo determinado destina-se ao atendimento de eventuais necessidades de excepcional interesse público;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de realizar contratações de profissionais decorrentes do Processo Seletivo nº 003/2020 para o atendimento aos alunos nas aulas presenciais em âmbito escolar; e

Considerando o cronograma de escolha de vagas para o ano letivo de 2021, publicado em 26 de abril de 2021.

Art. 1º. Face ao exposto, torna-se público o presente Edital de Chamada Nº 028/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme Anexos I, II e III deste documento.

Art. 2º. Os candidatos convocados deverão comparecer nos locais, datas e horários para escolha das vagas conforme estabelecido no Anexo I deste edital.

Art. 3º. Importante destacar algumas orientações aos candidatos convocados referentes ao processo de chamada e escolha de vaga dos profissionais ACTs, conforme Edital do Processo Seletivo nº 003/2020/EDUCAÇÃO, são elas:

I. A Secretaria Municipal de Educação publicará cronograma de escolha de vagas e as vagas disponíveis, no site <https://indaial.atende.net/> e Diário oficial. É imprescindível o comparecimento do candidato no horário inicial determinado no cronograma, caso contrário o mesmo será excluído da referida escolha (Item 16.2 do PS nº 003/2020);

II. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, porém caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer na data da escolha, esta poderá ser realizada por meio de Procurador devidamente constituído para esse fim, neste caso o procurador deverá portar documento original válido de identificação e instrumento de Procuração pública ou particular (com firma reconhecida), outorgando-lhe poderes específicos para escolha de vagas, o representante do candidato será responsável pela tomada de decisão no ato da escolha, sem prejudicar o andamento do processo (Item 16.3 do PS nº 003/2020);

III. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um Documento de Identidade Oficial com foto (original) e comprovante de escolaridade (Item 16.4 do PS nº 003/2020);

IV. A chamada dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação, mediante a existência de vaga (Item 16.5 do PS nº 003/2020);

V. Após a 1ª chamada, conforme o surgimento de novas vagas, a Secretaria Municipal de Educação, no decorrer do ano de 2021, publicará todas as vagas e cronograma de escolhas no site da Prefeitura (<https://indaial.atende.net/>) e Diário Oficial (Item 16.6 do PS nº 003/2020);

VI. O candidato que não comparecer ao evento de escolha de vagas ou que comparecer, mas ao ser convocado e no ato optar por não escolher alguma das vagas disponíveis, será reclassificado para o final da listagem, podendo ser convocado novamente somente após terem sido convocados todos os candidatos que antecedem a sua nova classificação (Item 16.7 do PS nº 003/2020);

VII. O candidato que por três vezes em sequência não se apresentar nos dias e horários determinados para escolha de vaga, bem como, aquele que presente por três vezes em sequência, não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, será excluído do processo seletivo (Item 16.8 do PS nº 003/2020);

VIII. O candidato que já escolheu vaga, com disponibilidade para aumentar a sua jornada de trabalho, poderá ampliá-la dentro do limite previsto de até 40 horas semanais, com aulas da disciplina da vaga escolhida ou com aulas de disciplinas de áreas afins de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina), sem a necessidade de realização de nova chamada, na sua unidade escolar ou em qualquer outra unidade escolar da municipalidade. O critério a ser utilizado para ampliação da carga horária, caso haja mais de 1 (um) candidato pleiteando as aulas, é exclusivamente a classificação dos candidatos deste processo seletivo na disciplina das aulas. Ou seja, para ampliação do número de aulas contratuais também deverá ser respeitada a sequência da ordem de classificação de candidatos (Item 16.9 do PS nº 003/2020);

IX. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas às possibilidades de admissão dos candidatos habilitados (Item 16.10 do PS nº 003/2020);

X. Após a escolha da vaga, conforme datas e horários estabelecidos no Cronograma de Escolha de Vagas (Anexo I), o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se os dias úteis, para apresentar os documentos admissionais. Passado o prazo e não tendo sido apresentados os documentos em sua integralidade, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação (Item 16.12 do PS nº 003/2020);

XI. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Indaial, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo (Item 16.15 do PS nº 003/2020);

XII. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os cronogramas de chamada disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Indaial <https://indaial.atende.net/> e Diário Oficial (Item 16.16 do PS nº 003/2020);

XIII. O candidato somente poderá escolher vaga se não estiver vinculado a nenhum tipo de benefício previdenciário (Salário Maternidade, Auxílio Doença, Auxílio Doença Acidentário). Nesse caso o candidato poderá, mediante requerimento próprio, devidamente munido de documentação comprobatória, solicitar à Secretaria Municipal de Educação a manutenção de sua classificação enquanto permanecer recebendo o benefício previdenciário. Tão logo cessar a vigência do benefício, o candidato deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Educação, para poder participar de uma nova escolha de vaga, assegurada a ordem de sua classificação original (Item 16.20 do PS nº 003/2020);

XIV. O candidato inscrito como não habilitado, mesmo que no ato de admissão apresente certificado de habilitação, será admitido com os vencimentos do cargo para qual prestou o processo seletivo e que tenha sido aprovado (Item 16.21 do PS nº 003/2020);

XV. Os profissionais do magistério classificados para os cargos de Professor para atuação em área de conhecimento ou componente curricular, poderão atuar, se houver interesse e disponibilidade de vagas, de forma multidisciplinar de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina - Item 16.22 do PS nº 003/2020); e

XVI. Os Candidatos que já escolheram vaga, poderão ser realocados a qualquer tempo e de acordo com as necessidades das Unidades Escolares do Município. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela reorganização das vagas abertas em virtude das necessidades temporárias que vierem a surgir durante o prazo estipulado no contrato administrativo firmado no ato de admissão (Item 16.23 do PS nº 003/2020).

Art. 4º. Eventuais vagas abertas posteriores a publicação desta chamada, serão publicadas em novo edital de chamada e respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. No caso de não comparecimento de algum candidato convocado conforme o Anexo III deste edital, as vagas não preenchidas serão objeto de novo edital de chamada para convocação de candidatos, respeitada a ordem de classificação.

Art. 6º. As escolhas das vagas para os cargos abaixo relacionados, serão realizadas nos dias 28/04/2021, conforme constam nos Anexos I, II e III deste edital.

Art. 7º. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I – CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS

ÁREA DE ATUAÇÃO	DATA	HORÁRIO
Professor de Matemática	28/04/2021	7h45
Professor de Educação Física	28/04/2021	8h
Professor de Geografia	28/04/2021	8h15
Professor de Português	28/04/2021	8h45
Professor de Inglês	28/04/2021	9h

Atendimento Educacional Especializado (AEE) Professor de Educação Especial II	28/04/2021	9h15
Professor de Educação Especial	28/04/2021	9h30
Auxiliar de Creche	28/04/2021	10h
Professor de Anos Iniciais	28/04/2021	10h30

ATENÇÃO:

- O candidato deverá comparecer no horário inicial da chamada conforme cronograma, munido do comprovante de escolaridade e de documento oficial de identificação com foto;
- Segue endereço do local onde serão realizadas as escolhas das vagas: Rua Leoberto Leal, número 191 fundos, bairro Tapajós – Indaial/SC – Secretaria de Educação.

ANEXO II – RELAÇÃO DAS VAGAS

Área de Atuação	Número de vagas	Período	Escolas/ Unidades
Professor de Matemática	1 vaga	Mat/Vesp	Juvenal Carvalho/ Úrsula Kroeger
Educação Física	1 vaga	Mat.	Vô Alfredo/ Alfredo Stahnke
Professor de Geografia	1 vaga	Mat./Vesp.	Arapongas/ Juvenal/ Tancredo/ Anna Alves/ Úrsula
Professor de Português	1 vaga	Mat/Vesp	Mário Bonessi/ Tancredo
Professor de Inglês (Português)	1 vaga	Mat./Vesp.	Colégio Municipal/ Mulde/ Tancredo/ Maria da Graça
Auxiliar de Creche	5 vagas	Mat./Vesp.	Encano do Norte/ Elsa Schreiber/ Recriar
Auxiliar de Sala	1 vaga	Mat./Vesp.	Colégio Municipal
Professor de Anos Iniciais	2 vagas	Mat./ Vesp.	Maria da Graça/ Maria Helena/ Colégio Municipal/ Anna Alves
Atendimento Educacional Especializado (AEE) Professor de Ed. Especial II	1 vaga	Mat/Vesp	Hilário + Brilho do Sol + São Judas
Professor de Educação Especial	1 vaga	Vesp.	Colégio Municipal

ANEXO III – LISTAGEM DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Conforme classificação Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

Professor de Matemática (não habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
3	697	06/12/1997	BRUNO FABIANO CHIODINI

Professor de Educação Física | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
47	673	04/11/1986	ERLIEL GONÇALVES DE ALMEIDA

Professor de Língua Portuguesa (não habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
9	2339	16/04/1976	SOLANGE ROHR PEGORETTI - re-classificado
10	707	11/02/1998	NELIO PEREIRA DA SILVA JUNIOR - reclassificado

Professor de Geografia (não habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
2	2662	24/12/1995	CAUE SOUZA SOARES

Auxiliar de Creche | Ensino Médio Completo

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
147	2790	20/03/1988	ANGELITA DA SILVA
148	249	25/08/1988	TATIANE APARECIDA DOS SANTOS
149	1976	31/07/2000	EWLIN SOPHIA VOGEL
150	2691	07/08/1975	MARILÉIA CARVALHO SILVA

151	1361	02/11/1990	ANA PAULA DE MELO	
-----	------	------------	-------------------	--

Professor de Educação Especial II (habilitado) | Ensino Superior + (AEE)

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
39	500	10/12/1985	MARLENE GRASIELA ROEDEL BEL-TRAME
40	187	05/07/1977	MARA MAASS DO NASCIMENTO

Professor de Anos Iniciais do Ens. Fund. 1º ao 5º ano (habilitado) | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
97	2487	16/03/1984	CASSIA MATOS OLIVEIRA
98	1948	29/03/1973	ROSANE BUSE BERRI
99	2245	25/02/1987	CICERA HELIANIA CARNEIRO DE OLIVEIRA

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO 001 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020

Publicação Nº 3003628

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020

FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- IRMÃOS FLACH LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.774.832/0001-77, estabelecida à RUA RODOLFO MILDNER, nº 300 – Bairro CENTRO, no município de Boa Vista do Buricá – Rio Grande do Sul.

- DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.723.181/0001-78, estabelecida à RUA JOSE GALL, nº 1115 – Bairro CARVALHO, no município de Itajaí – Santa Catarina.

- LUDA PNEUS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.122.244/0001-54, estabelecida à RUA OLAVO BILAC, nº 122 – Bairro Cidade Alta, no município de Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul.

- ZEUS COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 34.840.358/0001-44, estabelecida à RUA RUDY ARNALDO HINTZ, nº 687 – Bairro PEREQUÊ, no município de Porto Belo – Santa Catarina.

- MILANO COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 36.097.231/0001-02, estabelecida à RUA JOÃO CARLOS MARINHO, nº 25 – Bairro BORTOLON, no município de Xanxerê – Santa Catarina.

OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Aquisição de pneus, câmaras e protetores/colarinhos.

Termo aditivo, visa o reequilíbrio econômico financeiro, tem por objetivo o realinhamento de preços dos itens 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 84, 85, 86 e 87 do Lote - empresa ZEUS COMERCIAL EIRELI, da presente Ata de Registro de preços.

VALOR UNITÁRIO DOS ITENS:

Item	Valor unit
6	R\$1.883,74
7	R\$554,04
8	R\$868,00
10	R\$716,56
11	R\$560,20
12	R\$616,83
13	R\$646,38
14	R\$895,00
15	R\$520,80
16	R\$320,11
17	R\$956,64
19	R\$615,60
20	R\$529,42

21	R\$689,47
23	R\$1.606,72
25	R\$5.750,00
26	R\$997,27
27	R\$800,28
29	R\$1.920,67
30	R\$3.490,45
32	R\$4.126,98
34	R\$2.031,48
35	R\$1.588,25
36	R\$2.216,16
37	R\$2.216,16
38	R\$2.277,72
40	R\$297,95
41	R\$299,18
42	R\$297,95
43	R\$315,19
44	R\$300,41
46	R\$358,28
47	R\$381,67
48	R\$363,20
49	R\$313,96
50	R\$357,05
51	R\$504,79
52	R\$492,48
84	R\$2.142,29
85	R\$1.969,92
86	R\$2.142,29
87	R\$1.969,92

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 063/2021 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 3003819

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 063/2021
Edital de Pregão Eletrônico nº 030/2021-10430
Registro de Preços

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais de APH (Atendimento Pré-Hospitalar) - Com itens exclusivos para ME e EPP e com sistema de cotas para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site comprasbr.com.br, até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 10/05/2021 - 14h00min – Horário de Brasília

Início da sessão: 10/05/2021 - 14h05min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic2@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 057/2021 - ALEXANDRE GONÇALVES

Publicação N° 3003506

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Processo Licitatório: 21/00000057****Licitação: Inexigibilidade 1/2021**

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações, nomeados através do Decreto n° 3138/2021, consoante Termo de Adjudicação em anexo.

Homologo

Nesta data, considerando credenciado para a execução do objeto da Inexigibilidade n°. 1/2021, o(s) participante(s):

993158 ALEXANDRE GONÇALVES						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	Periódicos online - Banner topo 1200x315	UNIDADE		72	R\$1.600,00	R\$115.200,00
7	Periódicos online - Banner médio 600x600	UNIDADE		72	R\$1.183,33	R\$85.199,76
Total do Fornecedor:						R\$200.399,70

Indaial, 27 de abril de 2021.

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Secretário de Governo

CPF: 052.453.819-07

Assinado Digitalmente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 27/04/2021 10:53:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE <https://c.atende.net/p6088174de15bb>.



Aprovado por:
MANOEL FELIPE BOAVENTURA
052.453.819-07
Ordenador da Despesa

Ipira

PREFEITURA

014/2021

Publicação Nº 3003523

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1033 014/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 3743,00 8703 DENTAL OESTE EIRELI J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

015/2021

Publicação Nº 3003525

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1034 015/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 5264,94 102353 DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSP J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

016/2021

Publicação Nº 3003528

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1035 016/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 3198,08 103350 DENTAL UNIVERSO EIRELI J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

017/2021

Publicação Nº 3003530

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1036 017/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 2110,38 101732 ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

018/2021

Publicação Nº 3003532

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1037 018/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 3642,87 103351 PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

019/2021

Publicação Nº 3003536

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1038 019/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 9042,00 103352 ROGER ANDRE BRAUN J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

020/2021

Publicação Nº 3003540

27/04/2021 27/04/2022 27/04/2021 2021 15 1039 020/2021 0 1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, para a atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e condições estabelecidas neste edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente Processo Licitatório. 27540,00 10406 TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE, ODONTO-M J 1 0 0 0 40 C 0 0 14 PE 3 2021 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 028/2019

Publicação Nº 3003507

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 028/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO
DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE/SC, COM FORNECIMENTO E
ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES E
COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO

DO VALOR: O valor permanece o mesmo, o aditivo refere-se somente a prorrogação do prazo de vigência.

DA VIGÊNCIA: Do dia 1/05/2021 até 31/05/2021.

CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS STEINHAUS LTDA ME - CNPJ nº 07.307.836/0001-82

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 28 de Abril de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021

Publicação Nº 3003366

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 059/2021

Pregão Presencial Nº 018/2021

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, com sede a Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, através do Sr. Adélio Marx, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 297.252.409-87, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 018/2021, homologadas no dia 27 de Abril de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS DE COZINHA E AGUA MINERAL PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE IPORÃ DO OESTE/SC", conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Produto Código	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
------	----------------	---------------------	---------	------------	----------------	-------------

Fornecedor: JULIANE MARIA BISON

1	58657	CARGA DE GÁS DE COZINHA GLP 13 KG	Unidade	30	84,00	2.520,00

Fornecedor: JULIANE MARIA BISON

2	58658	CARGA DE GÁS DE COZINHA DE GLP 45KG	Unidade	50	311,50	15.575,00

Fornecedor: JULIANE MARIA BISON

3	53132	Água Mineral - 20 litros.	BOMBONA	1.000	8,90	8.900,00

Fornecedor: JULIANE MARIA BISON

4	58659	FARDO COM 12 UNIDADES DE AGUA MINERAL SEM GÁS 510ML	FARDO	50	9,90	495,00

Fornecedor: ARMAZEM VOGT LTDA

5	58660	FARDO COM 12 UNIDADES DE AGUA MINERAL COM GÁS 510ML	FARDO	10	11,50	115,00
Resumo dos Fornecedores						
Fornecedor		Itens Vencedores		Valor Total		
35890 - ARMAZEM VOGT LTDA		5		115,00		
171360 - JULIANE MARIA BISON		1, 2, 3, 4		27.490,00		

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Processo Administrativo nº 059/2021 - Pregão Presencial nº 018/2021 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O Município de Iporã do Oeste emitirá as Ordens de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais.

4.2. As entregas de cargas de gás e água mineral deverão ser nos locais indicados pelas Secretarias Municipais em até 02 (duas) horas após a solicitação e ou recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.3. O transporte deverá ser efetuado com veículos apropriados (de acordo com o tipo/natureza dos produtos), em bom estado de conservação e obedecendo as normas de vigilância sanitária ou qualquer outro órgão fiscalizador para o transportes.

4.4. Os itens que estiverem em desacordo com o Edital não serão recebidos, tendo estes que serem repostos no mesmo instante.

4.5. Todas as despesas referentes à entrega do objeto ao Município serão por conta da detentora da Ata, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

4.6. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preço/Contrato e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

4.7. A detentora da ATA comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a execução do objeto, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não prestar os serviços de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda os serviços não prestados ao município e realize a cobrança financeira dos serviços que não tenham sido autorizada pelo responsável pela Secretaria.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela prestação dos serviços, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 27 de Abril de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

Fornecedor - Nome	Representante - Nome
ARMAZEM VOGT LTDA	CRISTIAN LUAN VOGT
JULIANE MARIA BISON	ELIZANDRO ELIAS SOARES

CONTRATO 051/2021

Publicação N° 3003531

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO nº 051/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 068/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM ESTRUTURA METÁLICA (PORTÕES, CORRIMÕES E GUARDA CORPO) NA UNIDADE ESCOLAR PRÉ ESCOLAR "OS PEIXINHOS", PRAÇA DO BAIRRO RUSCHEL "LOTEAMENTO GIEHL" PÓRTICO NA COBERTURA DA "RUA BALDUINO WANDSCHER" DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 51.130,40 (Cinquenta e um mil cento e trinta reais e quarenta centavos)

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13 .

DO CONTRATADO: GILSON WUTTKE EIRELI - CNPJ nº. 78.988.177/0001-35

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 31/12/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 28 de Abril de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

EDITAL CMDCA 001/2021

Publicação Nº 3003378

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****IPORÃ DO OESTE - SC****EDITAL CMDCA Nº 001/2021**

**DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA
SUPLEMENTAR DE FORMA SIMPLIFICADA
DOS CONSELHEIROS TUTELARES
SUPLENTE NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO
OESTE.**

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, e considerando o disposto nos Art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no Art. 10 da Lei Municipal nº 1.157/2007 e no Art. 1º da Lei Municipal n. 1.842/2018 e as disposições da Lei Municipal n. 1.854/2019 e alterações posteriores, abre as inscrições para Processo Simplificado para Conselheiros Tutelares Suplentes para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Iporã do Oeste e dá outras providências.

1. DO CARGO E DAS VAGAS

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas quatro (04) vagas para **MEMBROS SUPLENTE**s ao Conselho Tutelar, com **término de mandato em 9 de janeiro de 2024**.

1.2. O processo de escolha será de forma indireta, com eleição de suplentes, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para o preenchimento das vagas.

1.2.1 Os candidatos classificados por ordem de voto, serão considerados suplentes e serão chamados no caso de vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

IPORÃ DO OESTE – SC

Nº. VAGAS	FUNÇÃO	VENCIMENTO	CARGA HORARIA SEMANAL	REQUISITOS
04 vagas	Conselheiro Tutelar Suplente	R\$ 1.421,21	40 horas/semanais	-Reconhecida idoneidade moral; - Idade superior a 20 anos; - Certificado de conclusão do Ensino Médio; - Carteira Nacional de Habilitação Cat. B. - Residir no município a pelo menos 01 ano.

2. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO

2.1. O exercício da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1.157/2007 e Lei Municipal nº 1.855/2019, é assegurado o direito a:

I – cobertura previdenciária;

II – gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III – licença-maternidade;

IV – licença-paternidade;

V – gratificação natalina.

2.3. A gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o conselheiro fizer jus no mês de dezembro por mês de exercício no respectivo ano.

2.4. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município de Iporã do Oeste.

2.5. O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IPORÃ DO OESTE – SC

7:45 h às 11:45 h e das 13:15 h às 17:15 h, ou novo horário fixado e determinado pela Administração Municipal.

2.5.2. Plantão noturno das 17:16 h às 7:44 h do dia seguinte.

2.5.3 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.4 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo Regimento Interno e Lei Municipal.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de **10 de maio de 2021 à 24 de maio de 2021**, das 7:30h às 11h30min e das 13h00min às 17:00h, nas dependências do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS de Iporã do Oeste.

3.2 - A inscrição no presente Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

3.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.4. Os candidatos que solicitarem condições especiais deverão informar no momento da inscrição.

4. DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

I – reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II – idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III – residir no município, por pelo menos 12 meses, apresentando comprovante de residência dos meses de março de 2020 e março de 2021;

IV – conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V – Apresentação de CNH Cat. B.

4.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IPORÃ DO OESTE – SC

4.2. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e o enteado.

4.3. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 28 de maio de 2021 no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial do Município <https://iporadooeste.atende.net>.

6. NO CASO DE EMPATE DE VOTOS

6.1 Maior Idade;

6.2 Sorteio.

7. DA ADMISSÃO:

7.1 - No ato da admissão do candidato serão exigidos os seguintes documentos:

7.1.1 - Cópia legível da Carteira de Identidade (RG).

7.1.2 - Cópia legível do CPF

7.1.3 - Cópia legível do Título de Eleitor.

7.1.4 - Cópia legível do Certificado de Reservista (sexo masculino).

7.1.5 - Cópia legível do comprovante de voto da última eleição, ou justificativa da Justiça Eleitoral.

7.1.6 - Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função.

7.1.7 - Cópia de Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme o caso.

7.1.8 - Declaração de bens, na forma da Lei.

7.1.9 - Apresentar declaração das funções públicas que exerce.

7.1.10 - Atestado de Saúde Ocupacional

7.1.11 - Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP.

7.1.12 - Certidão de nascimento dos filhos, carteira de vacinação para menores de 7 anos;

7.1.13 - Demais documentos que o setor de pessoal solicitar.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IPORÃ DO OESTE – SC

8.069/1990 e na Lei Municipal nº. 1.855/2019 e alterações posteriores, sem prejuízo das demais leis afetas.

8.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

8.3. A classificação final gera para o candidato classificado na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

8.4. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

8.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

8.8. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

8.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Mondaí/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.10. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma

ANEXO II – Atribuições do Cargo;

ANEXO III– Resolução do CMDCA que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Iporã do Oeste/SC, 23 de abril de 2021.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

IPORÃ DO OESTE – SC

**Presidente do Conselho Municipal de
Direitos da Criança e do Adolescente de Iporã do Oeste – SC.**

ANEXO I

**PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE FORMA SIMPLIFICADA DOS
CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

CRONOGRAMA

PROVIDÊNCIA	PRAZOS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Publicação do Edital	26/04/2021	Deverá conter todas normas, datas e prazos referentes ao processo de escolha.
Inscrições	10/05/2021 à 24/05/2021	Na Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste
Análise das inscrições dos candidatos e publicação	28/05/2021	Art. 11, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014
Homologação das inscrições	28/05/2021	Mural do Átrio da Prefeitura Municipal
Escolha Indireta Votos CMDCA	10/06/2021	Lei Municipal n. 1.842/2018
Divulgação do Resultado	10/06/2021	Deverá ser publicado no Diário Oficial do Município (Art. 11, §6º, inciso VIII e 14, §2º, da Resolução Conanda nº 170/2014)

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
IPORÃ DO OESTE – SC**

ANEXO II

**PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE FORMA SIMPLIFICADA
DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

**ATRIBUIÇÕES DO CARGO
COMPLEMENTAR COM A NOVA LEI**

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: (segundo o ECA)

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos art. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IPORÃ DO OESTE – SC

previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Complementado pelo Regimento Interno do Conselho Tutelar de Iporã do Oeste – SC em seu Art. 5º... (previsto na Lei Municipal nº 1157/2007 no Art. 19)

XIII – Sugerir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaboração de projetos que satisfaçam a necessidade das crianças e adolescentes;

XIV – Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente, integrado as ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

IPORÃ DO OESTE – SC

XV – Sistematizar dados informativos, quanto a situação da criança e do adolescente, no Município;

XVI – Desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com o horário de funcionamento do Conselho, as finalidades previstas no Art. 131 do ECA, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição;

§ 1º Ao atender qualquer criança ou adolescente, o Conselho Tutelar solicitará sempre o seu Registro Civil e, verificando grave irregularidade no mesmo, comunicará o fato ao Promotor de Justiça da Comarca, para os fins do Art. 102 e 148 do ECA;

§ 2º A medida de abrigo, aplicável pelo Conselho Tutela à criança ou adolescente, em situação de risco, é medida provisória e excepcional, e só poderá ser realizada em estabelecimento aberto, sem caráter restritivo da liberdade, salvo normas internas peculiares da entidade, nem duração superior ao necessário para a reintegração à família natural ou colocação em família substituta.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

IPORÃ DO OESTE – SC

ANEXO III

**PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE FORMA SIMPLIFICADA DOS
CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 01 de 08 de abril de 2021.

**“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO
MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA
ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES
SUPLENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

SIMONE KLUNCK, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

PUBLICA:

Art. 1º. A nomeação da Comissão Municipal de Acompanhamento de Processo Seletivo, de Forma Simplificada para escolha de conselheiros tutelares suplentes: Simone Klunk, Cristiane Hahn e Márcia Schneiders Welter.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 08 de abril de 2021.

Registre-se e Publique-se.

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

IPORÃ DO OESTE – SC

**Presidente do Conselho Municipal de
Direitos da Criança e do Adolescente de Iporã do Oeste – SC.**

“FAÇA BONITO. Proteja nossas crianças e adolescentes”.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO REDAÇÃO FINAL PROJETOS DE LEIS**

Publicação Nº 3003375



Estado de Santa Catarina
Município de Iporã do Oeste

Câmara Municipal de Vereadores

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 010/2021 que **AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE A ADQUIRIR CASCALHO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO MEDIANTE A COMPENSAÇÃO COM A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

Iporã do Oeste SC, 27 de abril de 2021.

Mário Heck
Presidente

E-mail: camara@camaraipora.sc.gov.br
Rua Boa Vista, 309, Centro – Iporã do Oeste – SC – 89899-000

Fone: (49) 3634.1322

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 144 DE 26 DE ABRIL DE 2021. FIXA PERCENTUAL DE REAJUSTE DOS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, PROMOVE O PAGAMENTO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DOS ALUNOS VISANDO A PREVENÇÃO DO CONTÁGIO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3004004

DECRETO Nº 144

DE 26 DE ABRIL DE 2021.

FIXA PERCENTUAL DE REAJUSTE DOS CONTRATOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, PROMOVE O PAGAMENTO ADICIONAL PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DOS ALUNOS VISANDO A PREVENÇÃO DO CONTÁGIO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e as disposições da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada; e

Considerando que no ano de 2020, em função da Pandemia de COVID-19, as empresas prestadoras de serviço de transporte escolar tiveram suas atividades praticamente paralisadas em vista das aulas terem sido ministradas de forma não presencial, retornando à prestação normal dos serviços unicamente a partir do dia 05 de abril de 2021;

Considerando que o último reajuste dos contratos de prestação de serviços de transporte escolar no Município ocorreu ainda em janeiro de 2020.

Considerando que no período de abril de 2020 a março de 2021 os índices que medem a inflação restaram acumulados anualmente em:

- 31,10% (trinta e um inteiros e dez centésimos por cento) relativamente ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M);

- 6,94% (seis inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) relativamente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

- 6,10% (seis inteiros e dez centésimos por cento) relativamente ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

Considerando que o litro de óleo diesel S10 adquirido pela Administração Municipal através de processo licitatório em março de 2020 encontrava-se no preço de R\$ 3,219 e em março de 2021 com preço de R\$ 3,90, verificando-se um reajuste de 21,14% (vinte e um inteiros e catorze centésimos por cento);

Considerando a necessidade de promover o monitoramento dos alunos do transporte escolar na adoção de medidas de prevenção ao contágio de COVID-19 (desinfecção dos veículos, aferição de temperatura, uso de máscara, promover o distanciamento, entre outras), mediante a disponibilização de pessoa específica junto aos veículos de transporte;

DECRETA:

Art. 1º Os valores dos contratos de Transporte Escolar firmados entre o Município de Ipuacú e as empresas, decorrentes do Processo Licitatório n. 40/2016, na Modalidade de Pregão Presencial n. 27/2016, ficam reajustados em 16,32% (dezesesseis inteiros e trinta e dois centésimos por cento), resultante da média aritmética do IGP-M, INPC, IPCA e variação do diesel S10 verificado no período de abril de 2020 a março de 2021, tendo por base a alínea 'd', do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada.

Art. 2º Enquanto perdurar o efeitos nocivos da Pandemia de COVID-19 e seja necessária a manutenção de medidas de prevenção e monitoramento, as empresas contratadas para realização do transporte escolar farão jus ao pagamento adicional de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, pela disponibilização de monitor(a) e ressarcimento dos custos com a aquisição de insumos necessários, conforme determinações da Secretaria Municipal da Educação e Vigilância Sanitária do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipuacú-SC em exercício, em 26 de abril de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 076 DE 20 DE ABRIL DE 2021. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 3003274

PORTARIA Nº 076

DE 20 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente artigo 93 da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, com alterações previstas na Lei Complementar Municipal nº 026, de 09 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme atestado médico apresentado nesta data junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal:

Servidora:	Cargo:	Período:
VANESSA DE FÁTIMA MISSEL	Agente Comunitária de saúde	12/04/2021 a 08/10/2021

Art. 2º Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 12 de abril de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 20 de abril de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br

PRORROGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF N°. 34.2021 TOMADA DE PREÇOS PREF N°. 02.2021

Publicação N° 3003455

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que prorrogou o prazo de entrega da proposta e documentação referente ao Processo Licitatório PREF n.34/2021, Tomada de Preços PREF n. 02/2021 (Técnica e Preço) em virtude de alteração no edital.

Entrega de envelopes: Até as 13h30min do dia 10 de maio de 2021.

Data de abertura: A partir das 13h45min do dia 10 de maio de 2021.

Objeto: Este processo tem por objeto a contratação de uma sociedade de advogados devidamente registrada na OAB, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, abrangendo demandar todos os processos judiciais, trabalhistas, recuperação de créditos atos administrativos com emissão de pareceres e demais acompanhamentos técnico de interesse do Município de Ipuacu/SC com prestação de serviço em caráter local, semanal e permanente, em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I deste Edital. Fundamento legal é a Lei n. 8.666 de 1993 consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no site oficial do município e junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu - SC, em 27 de abril de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2021/FMS

Publicação Nº 3003454

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2021

ADILDO DE ALMEIDA GOSCH - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1993, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 11/05/2021, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 11/05/2021. Objeto da licitação: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de registro eletrônico e gestão em saúde incluindo o fundo municipal da saúde, upa e todas as unidades de atendimento, mobilidade para ACS e agentes de endemias com execução de serviços técnicos em manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva), atualização, suporte técnico, consultoria técnica, customização, implantação, migração de base de dados e treinamento, incluindo acompanhamento e suporte conforme cronograma de execução estabelecido entre as partes, descritos no Termo de Referência do Anexos "I" do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 27/04/2021

ADILDO DE ALMEIDA GOSCH

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2021/PM

Publicação Nº 3003088

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2021

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: Contratação de apólice de seguros para veículos da frota do Município. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 27/04/2021

HILARIO REFFATTI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2021/PM

Publicação Nº 3003095

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2021

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso XIII, cujo objeto é: contratação de empresa, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados de ensino para ministrar Oficinas MAKER, destinados aos alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental do Núcleo Educacional Municipal João Canton. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 27/04/2021

HILARIO REFFATTI

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 6, PP Nº 2-2021-CAPS I/FMS

Publicação Nº 3003912

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2021 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2021 Data do Processo: 12/03/2021
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa para Coordenação e Contratação de Profissionais para o CAPS I - Centro de Atenção Psicossocial - Microrregional, para atender a Secretaria Municipal de Saúde conforme especificado no Termo de Referência- Anexo III, conforme convênios firmados com os Municípios pactuados.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 31 de Março de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 6/2021, Licitação nº 2/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos trinta e um dias do mês de março de 2021, às nove horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Calari e os servidores Laudecir Francio e Tatiane Zanella, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: CLINICA IBS LTDA EPP e PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação será gravada, através do sistema audiovisual. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Sr. IVAN HAROLDO CAVALLI representante credenciado da empresa PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA e a Sr. ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA sócia proprietária da empresa CLINICA IBS LTDA EPP. Indagados pela Pregoeira sobre a opção de microempresa, as empresas acima citadas se credenciaram como microempresas ou empresa de pequeno porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, a equipe de apoio e o representantes legais da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, a empresa CLINICA IBS LTDA EPP através de sua representante a Sr. ADRIANA FERNANDES BERNARDES DA SILVA, se manifesta com interesse de entrar com recursos, requerendo a desclassificação da empresa PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, por estar em desconformidade com o objeto do presente certame, porém alega existir um termo de referência pelo Ministério Público, no qual solicita a qualificação técnica das empresas participantes, a mesma também apresta que existe um ACORDÃO do TCU- Tribunal de Contas da União, de que é obrigatório que haja compatibilidade e nexos entre o objeto da licitação e as atividades descritas no contrato social da empresa. Também alega que no presente edital, não consta as qualificações técnicas das empresas para exercer o objeto principal, por se tratar de um serviço de média e alta complexidade de interesse público, abrangendo entre os Municípios compactuados de Ipumirim, Lindóia do Sul e Arabutã. A empresa CLINICA IBS LTDA EPP encaminhou via e-mail, impugnação ao edital acima transcrito, no dia 30 de março de 2021 e protocolado no setor de protocolos da Prefeitura no dia 31 de março de 2021, sob o protocolo de nº 442/2021. Dessa forma abre-se o prazo de 3(três) dias úteis, para interposição de recursos, conforme o item 7.17 do edital. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 7712 - PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa para Coordenação e terceirização de profissionais conforme preconiza a portaria ministerial nº 336/2002 para o CAPS I microrregional de Ipumirim, Arabutã e Lindóia do Sul. A empresa deverá apresentar equipe técnica exigida pela portaria e poderão funcionar em área física específica e independente de qualquer estrutura hospitalar. Os CAPS I poderão localizar-se dentro dos limites da área física de uma unidade hospitalar geral, ou dentro do conjunto arquitetônico de instituições universitárias de saúde, desde que independentes de sua estrutura física, com acesso privativo e equipe profissional própria.	Mês	12,00		0,0000	48.990,00	587.880,00
Total do Participante ----->							587.880,00
Total Geral ----->							587.880,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 2/2021 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 6/2021
Data do Processo: 12/03/2021

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 31 de Março de 2021

COMISSÃO:

JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Pregoeiro(a)
LAUDECIR FRANCO	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
TATIANE ZANELLA	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
SUZANA GIOMBELLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
JULIE REGINATO	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
FERNANDA PALUDO	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 1871 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004297

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****LEI COMPLEMENTAR Nº 1871 de 27 de abril de 2021**

Concede revisão anual aos agentes políticos e servidores públicos municipais ativos e inativos, ajusta remuneração dos agentes comunitários de saúde e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim - SC, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais prevista no § 5º do art. 61 da Lei Complementar 01/2002 que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências, no percentual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), relativo ao período de fevereiro/2020 a janeiro/2021, limitado ao percentual apurado para o IPCA, por força da limitação imposta pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2.020, que incidirá sobre os seguintes:

- I. Anexo V da Lei Complementar nº 002/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- II. Anexo IV e V da Lei Complementar nº 005/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- III. Anexo II da Lei Complementar da Lei Complementar nº 18/2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa, da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências;
- IV. Anexo III da Lei Complementar nº 68 de 08 de outubro de 2009, em vigor;
- V. Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 003/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- VI. Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 178/2.018, de 24 de outubro de 2.018, em vigor;
- VII. Remuneração dos membros do conselho tutelar prevista no art. 91 da Lei Complementar 179 de 04 de abril de 2.019.

Art. 2º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais prevista no § 5º do art. 61 da Lei Complementar 01/2002 que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências, no percentual de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), relativo ao mês de janeiro/2021, limitado ao percentual apurado para o IPCA, por força da limitação

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC - CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

imposta pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2.020, que incidirá sobre os seguintes:

- I. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1859/2020 – que fixa os valores dos subsídios dos Vereadores do Município de Ipumirim – SC, para a Legislatura de 2021 a 2024;
- II. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1860/2020 – que fixa os valores dos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito Municipal do Município de Ipumirim – SC, para o mandato de 2021 a 2024;

Art. 3º Fica o poder executivo autorizado a conceder o piso salarial dos agentes comunitários de saúde fixado no inciso II do art. 9º-A da Lei Federal 11.350 de 05 de outubro de 2.006 das competências de janeiro e fevereiro de 2.021, juntamente com a folha da competência de março de 2.021.

Art. 4º Os anexos I e III da Lei Complementar 68 de 08 de outubro de 2.009, o Anexo V da Lei Complementar 2 de 27 de setembro de 2.002, o anexo III da Lei Complementar 3 de 27 de setembro de 2.002 e o Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, passam a vigorar na forma da presente lei.

Art. 5º Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município e por créditos suplementares, se for necessário.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos:

- I. A partir de 1º de março de 2.021 para os arts. 1º e 4º da presente lei;
- II. A partir de 1º de janeiro de 2.021 para o art. 3º da presente lei.

Ipumirim, 27 de abril de 2021

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC – CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 68 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.009

EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO D- SERVIÇOS GERAIS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	Nº. DE VAGAS(*)
Agente Comunitário de Saúde	ACS	40 HORAS	CE 11	18
Agente de Combate a Endemias	ACE	40 HORAS	CE 11	01
(*) Não haverá mais que uma vaga para cada micro área geográfica.				

Ipumirim, 27 de abril de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC - CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 192 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004370

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****LEI COMPLEMENTAR Nº 192 de 27 de abril de 2021**

Concede revisão anual aos agentes políticos e servidores públicos municipais ativos e inativos, ajusta remuneração dos agentes comunitários de saúde e dá outras providências.

O Prefeito de Ipumirim - SC, faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais prevista no § 5º do art. 61 da Lei Complementar 01/2002 que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências, no percentual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), relativo ao período de fevereiro/2020 a janeiro/2021, limitado ao percentual apurado para o IPCA, por força da limitação imposta pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2.020, que incidirá sobre os seguintes:

- I. Anexo V da Lei Complementar nº 002/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- II. Anexo IV e V da Lei Complementar nº 005/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- III. Anexo II da Lei Complementar da Lei Complementar nº 18/2.005, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa, da Prefeitura Municipal de Ipumirim, do quadro de pessoal e dá outras providências;
- IV. Anexo III da Lei Complementar nº 68 de 08 de outubro de 2009, em vigor;
- V. Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 003/2.002, de 27 de setembro de 2.002, em vigor;
- VI. Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 178/2.018, de 24 de outubro de 2.018, em vigor;
- VII. Remuneração dos membros do conselho tutelar prevista no art. 91 da Lei Complementar 179 de 04 de abril de 2.019.

Art. 2º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais prevista no § 5º do art. 61 da Lei Complementar 01/2002 que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências, no percentual de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento), relativo ao mês de janeiro/2021, limitado ao percentual apurado para o IPCA, por força da limitação

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC - CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

imposta pelo inciso VIII do art. 8º da Lei Complementar 173 de 27 de maio de 2.020, que incidirá sobre os seguintes:

- I. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1859/2020 – que fixa os valores dos subsídios dos Vereadores do Município de Ipumirim – SC, para a Legislatura de 2021 a 2024;
- II. Valores em vigor da Lei Municipal nº. 1860/2020 – que fixa os valores dos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito Municipal do Município de Ipumirim – SC, para o mandato de 2021 a 2024;

Art. 3º Fica o poder executivo autorizado a conceder o piso salarial dos agentes comunitários de saúde fixado no inciso II do art. 9º-A da Lei Federal 11.350 de 05 de outubro de 2.006 das competências de janeiro e fevereiro de 2.021, juntamente com a folha da competência de março de 2.021.

Art. 4º Os anexos I e III da Lei Complementar 68 de 08 de outubro de 2.009, o Anexo V da Lei Complementar 2 de 27 de setembro de 2.002, o anexo III da Lei Complementar 3 de 27 de setembro de 2.002 e o Anexo I da Lei Complementar 178 de 24 de outubro de 2.018, passam a vigorar na forma da presente lei.

Art. 5º Os recursos necessários à execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município e por créditos suplementares, se for necessário.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos:

- I. A partir de 1º de março de 2.021 para os arts. 1º e 4º da presente lei;
- II. A partir de 1º de janeiro de 2.021 para o art. 3º da presente lei.

Ipumirim, 27 de abril de 2021

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC – CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR 68 DE 08 DE OUTUBRO DE 2.009

EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO D- SERVIÇOS GERAIS

CARGO	ABREVIATURA DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	NÍVEL	Nº. DE VAGAS(*)
Agente Comunitário de Saúde	ACS	40 HORAS	CE 11	18
Agente de Combate a Endemias	ACE	40 HORAS	CE 11	01
(*) Não haverá mais que uma vaga para cada micro área geográfica.				

Ipumirim, 27 de abril de 2021.

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

Rua Dom Pedro II, nº 230, Centro, Caixa Postal 21
Ipumirim/SC - CEP: 89.790-000
Contato: (49) 3438-3400
E-mail: administracao@ipumirim.sc.gov.br

RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 6, PP Nº 2-2021-CAPS I/FMS

Publicação Nº 3003917

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Página: 1/1
 Data: 27/04/2021

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 6/2021 Data de Abertura: 31/03/2021
 Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

ITEM: 1 - Contratação de empresa para Coordenação e Contratação

Código	Classificados	
7474	CLINICA IBS LTDA-EPP	CNPJ: 10.139.675/0001-70
7712	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA	CNPJ: 23.569.895/0001-85

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	57.924,4500	31/03/2021 09:24:35
1	CLINICA IBS LTDA-EPP	55.000,0000	31/03/2021 09:24:35
2	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	54.400,0000	31/03/2021 09:25:16
2	CLINICA IBS LTDA-EPP	54.250,0000	31/03/2021 09:25:25
3	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	54.000,0000	31/03/2021 09:25:36
3	CLINICA IBS LTDA-EPP	53.990,0000	31/03/2021 09:25:53
4	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	53.900,0000	31/03/2021 09:26:00
4	CLINICA IBS LTDA-EPP	53.890,0000	31/03/2021 09:26:05
5	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	53.800,0000	31/03/2021 09:26:12
5	CLINICA IBS LTDA-EPP	53.790,0000	31/03/2021 09:26:21
6	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	53.500,0000	31/03/2021 09:26:29
6	CLINICA IBS LTDA-EPP	53.000,0000	31/03/2021 09:26:36
7	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	52.900,0000	31/03/2021 09:26:41
7	CLINICA IBS LTDA-EPP	52.890,0000	31/03/2021 09:26:53
8	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	52.800,0000	31/03/2021 09:26:58
8	CLINICA IBS LTDA-EPP	52.700,0000	31/03/2021 09:27:04
9	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	52.500,0000	31/03/2021 09:27:10
9	CLINICA IBS LTDA-EPP	52.000,0000	31/03/2021 09:27:13
10	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	51.900,0000	31/03/2021 09:27:22
10	CLINICA IBS LTDA-EPP	51.890,0000	31/03/2021 09:27:33
11	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	51.800,0000	31/03/2021 09:27:40
11	CLINICA IBS LTDA-EPP	51.500,0000	31/03/2021 09:27:43
12	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	51.000,0000	31/03/2021 09:27:53
12	CLINICA IBS LTDA-EPP	50.990,0000	31/03/2021 09:28:07
13	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	50.900,0000	31/03/2021 09:28:13
13	CLINICA IBS LTDA-EPP	50.800,0000	31/03/2021 09:28:16
14	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	50.750,0000	31/03/2021 09:28:24
14	CLINICA IBS LTDA-EPP	50.700,0000	31/03/2021 09:28:31
15	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	50.000,0000	31/03/2021 09:28:42
15	CLINICA IBS LTDA-EPP	49.990,0000	31/03/2021 09:28:55
16	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	49.500,0000	31/03/2021 09:29:06
16	CLINICA IBS LTDA-EPP	49.000,0000	31/03/2021 09:29:18
17	PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM E	48.990,0000	31/03/2021 09:29:27
17	CLINICA IBS LTDA-EPP	Desistiu 49.000,0000	31/03/2021 09:29:37

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA pelo valor de R\$ 48.990,0000 (quarenta e oito mil novecentos e noventa reais).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI -

CLINICA IBS LTDA-EPP -

PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA -

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL N° 28, DL N° 12-2021-APÓLICE DE SEGUROS/PM

Publicação N° 3003148

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2021 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 28/2021 Data do Processo: 27/04/2021
Folha: 1/7	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 28/2021
- b) Licitação Nr.: 12/2021-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 27/04/2021
- e) Objeto da Licitação Contratação de apólice de seguros para veículos da frota do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 12/2021 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 28/2021
 Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 2/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GENTE SEGURADORA S.A (9172)

1 Contratação de seguros de veículos conforme descrição:	UN	1,00	0,0000	16.910,00	16.910,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

1-Veículo Ford KA HATCH placa QIK-3434 Chassis nº 9BFZH55L1J8476010, RENAVAN 1119189508, ano 2017/2017 com as seguintes coberturas:
 Cobertura Casco:
 a) Casco: 100%
 b) Franquia reduzida
 c) Tabela FIPE 100%
 Cobertura básica - responsabilidade civil:
 a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
 Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
 a) APP: R\$ 20.000,00
 b) DMH: R\$ 20.000,00
 c) Danos Morais : 30.000,00
 d) assistência 24 horas-
 Cobertura guincho/taxi 300km

2-Veículo Ford KA HATCH 1.0 placa QIK-3264 Chassis nº 9BFZH55L4J8475921, RENAVAN 1119187742, ANO 2017, Com as seguintes coberturas:
 Cobertura Casco:
 a) Casco: 100%
 b) Franquia reduzida
 c) Tabela FIPE 100%
 Cobertura básica - responsabilidade civil:
 a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
 Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
 a) APP/morte invalidez: R\$ 20.000,00
 b) DMH: R\$ 20.000,00
 c) Danos Morais : 30.000,00
 d) assistência 24 horas-
 Cobertura guincho/taxi 300km

3-Veículo FORD FOCUS PLACA QIL-1874, RENAVAN 111943448 ANO 2017/2017, chassis nº BAFSZZFFCHJ492130, Com as seguintes coberturas:
 a) Casco: 100%
 b) Franquia reduzida
 c) Tabela FIPE 100%
 Cobertura básica - responsabilidade civil:
 a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
 Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
 a) APP: R\$ 20.000,00
 b) DMH: R\$ 20.000,00
 c) Danos Morais : 30.000,00
 d) assistência 24 horas-
 GUINCHO/TAXI KM ILIMITADO

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

 HILARIO REFFATTI
 PREFEITO MUNICIPAL

 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 12/2021 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 28/2021
 Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 3/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

4-Veículo Renault LOGAN placa MIP-0769, RENAVAN 269182144, chassis 93VLSR6RHB1670856 ANO 2010/2011, com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
 - b) Franquia reduzida
 - c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 - b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas- GUINCHO/TAXI 300KM

5-Veículo FORD KA HATCH 1.0 placa QIK-3384 RENAVAN 1119188978 CHASSIS 9BFZH5514J8463557, ano 2017, com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:

- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
- b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas- GUINCHO/TAXI 300KM

6-Veículo Fiat Uno Mille 1.0 placa MJS-4706, Ano 2012, RENAVAN 483282952 chassis nº 9BD15802AD6753763 com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:

- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
- b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas- GUINCHO/TAXI 300KM

7-Veículo Honda Civic 2.0 placa MMR-5157, ano 2011

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

 HILARIO REFFATTI
 PREFEITO MUNICIPAL

 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 12/2021 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 28/2021
Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 4/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

7-Veículo FIAT DYNAMIQUE 2.0 placa MMB-5157, ano 2014
CHASSIS N° 8A1LZBW2TEL443247 RENAVAN- 1016835717

com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.

Cobertura básica - responsabilidade civil:

- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
- b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
- Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas-

GUINCHO/TAXI 300KM

8-Veículo LOGAN RENAULT EXP 1.6 placa QJX-0913, Ano/mod
2019/, Chassis n° 93Y4SRFH4LJ914378, RENAVAN 1188163460

com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
- b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
- Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas-

GUINCHO/TAXI 300KM

9-Veículo HYUNDAI HB20S CONFORT placa QIP-3504 ano 2017,
chassis n° 9BHBG41DAHP7558823, RENAVAN 1120490437, com

as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
- b) Danos Corporais: R\$ 200.000,00
- Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:
- a) APP: R\$ 20.000,00
- b) DMH: R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) assistência 24 horas-

GUINCHO/TAXI 300KM

10-Veículo CITROEN JUNPY FURGÃO placa QJD-4038 ano
2019, com as seguintes coberturas:

- a) Casco: 100%
- b) Franquia reduzida
- c) Tabela FIPE 100%.

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 12/2021 - DL

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 28/2021
 Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 5/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Cobertura básica - responsabilidade civil:

a) Danos Materiais - R\$ 200.000,00

b) Danos Corporais - R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

a) APP: R\$ 20.000,00

b) DMH: R\$ 20.000,00

c) Danos Morais : 30.000,00

d) assistência 24 horas-

GUINCHO/TAXI 300KM

11--Veículo Merc.Benz 516SPRINTER A3 18P. 163CV placa
 RDV-6G45, ano 2019/2020, Chassis nº 8AC907855LE182924 com
 as seguintes coberturas:

a) Casco compreensivo: 100% VRM

b) Franquia 5.000,00

c) Tabela FIPE 100%

Cobertura básica - responsabilidade civil:

d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00

e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00

b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00

c) Danos Morais : 30.000,00

d) invalidez permanente 20.000,00

d) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho 700 km

12- Veículo CITROEM Aircross STARTMT placa QJE-0133,
 ano 2018/2019 RENAVAN 1154420652, Chassis nº
 935SUNFN1KB500828 com as seguintes coberturas:

a) Casco compreensivo: 100% VRM

b) Franquia 1.600,00

c) Tabela FIPE 100%

Cobertura básica - responsabilidade civil:

d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00

e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00

b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00

c) Danos Morais : 30.000,00

d) invalidez permanente 20.000,00

d) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho ilimitado.

13- Veículo RENAULT modelo LOGAN ZEN 1.6 chasis nº
 8A14SRZH5ML430023 ano 2020/2021 placa RDS-4C07 com as
 seguintes coberturas:

a) Casco compreensivo: 100% VRM

b) Franquia 1.400,00

c) Tabela FIPE 100%

Cobertura básica - responsabilidade civil:

d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00

e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

 HILARIO REFFATTI
 PREFEITO MUNICIPAL

 Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 12/2021 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 28/2021
Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 6/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00
- b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) invalidez permanente 20.000,00
- e) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho ilimitado

14- Veiculo RENAULT modelo LOGAN ZEN 1.6 chasis nº
8A14SRZH5ML437968 ano 2020/2021 placa RDS-4B07 com as
seguintes coberturas:

- a) Casco compreensivo: 100% VRM
 - b) Franquia 1.400,00
 - c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 - e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00
- b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) invalidez permanente 20.000,00
- e) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho ilimitado.

15- Veiculo MERC BENZ modelo 416 CDI VIPK ambulancia
chassis nº 8AC907643LE186501 ano 2019 placa GEQ-7A84
RENAVAN 1233025152 com as seguintes coberturas:

- a) Casco compreensivo: 100% VRM
 - b) Franquia 3.540,00
 - c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 - e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

- a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00
- b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) invalidez permanente 20.000,00
- e) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho ilimitado.

16- Veiculo Merc Benz 516 SPRINTER A3 18P. 163CV placa
RLB-5F49, ano 2020/2021, Chassis nº 8AC907855ME192925 com
as seguintes coberturas:

- a) Casco compreensivo: 100% VRM
 - b) Franquia 5.000,00
 - c) Tabela FIPE 100%.
- Cobertura básica - responsabilidade civil:
- d) Danos Materiais - R\$ 200.000,00
 - e) Danos Corporais: R\$ 200.000,00

Cobertura Adicionais - acidentes pessoais:

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 12/2021 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 28/2021
Data do Processo: 27/04/2021

Folha: 7/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

- a) APP:-morte acidental R\$ 20.000,00
- b) Despesas medicas hospitalares R\$ 20.000,00
- c) Danos Morais : 30.000,00
- d) invalidez permanente 20.000,00
- d) assistência 24 horas-, quilometragem de guincho 700 km.

Total do Fornecedor: 16.910,00**Total Geral: 16.910,00**

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 29, DL Nº 13-2021-OFFICINAS MAKER -ALUNOS JOÃO CANTON

Publicação Nº 3003198

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 13/2021 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 29/2021 Data do Processo: 27/04/2021
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HILARIO REFFATTI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 29/2021
b) Licitação Nr.: 13/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 27/04/2021
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados de ensino para ministrar Oficinas MAKER, destinados aos alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental do Núcleo Educacional Municipal João Canton.

f) Fornecedores e Itens de Clarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (10789)

1 contratação de empresa, objetivando a prestação de serviços técnicos especializados de ensino para ministrar Oficinas MAKER, destinados aos alunos do 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental do Núcleo Educacional Municipal João Canton.	mês	8,00	0,0000	8.340,00	66.720,00
---	-----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 66.720,00

Total Geral: 66.720,00

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

.....
HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Hilário Reffatti - Prefeito de Ipumirim

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 6, PP Nº 2-2021- CAPS I/FMS

Publicação Nº 3003907

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2021 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 6/2021 Data do Processo: 12/03/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretário Municipal De Saúde, ADILO DE ALMEIDA GOSCH, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 6/2021
b) Licitação Nr.: 2/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/04/2021
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para Coordenação e Contratação de Profissionais para o CAPS I - Centro de Atenção Psicossocial - Microregional, para atender a Secretaria Municipal de Saúde conforme especificado no Termo de Referência- Anexo III, conforme convênios firmados com os Municípios pactuados.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens de classificados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item.

PORTAL SEG CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA - (7712)

1 Contratação de empresa para Coordenação e terceirização de profissionais conforme preconiza a portaria ministerial nº 336/2002 para o CAPS I microregional de Ipumirim, Ararutã e Lindóia do Sul. A empresa deverá apresentar equipe técnica exigida pela portaria e poderão funcionar em área física específica e independente de qualquer estrutura hospitalar. Os CAPS I poderão localizar-se dentro dos limites da área física de uma unidade hospitalar geral, ou dentro do conjunto arquitetônico de instituições universitárias de saúde, desde que independentes de sua estrutura física, com acesso privativo e equipe profissional própria.	Mês	12,00	0,0000	48.990,00	587.880,00
---	-----	-------	--------	-----------	------------

Total do Fornecedor: 587.880,00

Total Geral: 587.880,00

Ipumirim, 27 de Abril de 2021.

ADILDO DE ALMEIDA GOSCH
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 37/2021 TP 06/2021

Publicação Nº 3003901

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 037/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2021

Objeto: Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 3.724,35 m², a ser executado no Distrito de São José do Laranjal, interior do Município de Iraceminha, em atendimento ao Contrato de Repasse OGU nº 906223/2020 Operação 1073152-53/MDR/CAIXA e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 13/05/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 28 de Abril de 2021.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECRETO 042 2021

Publicação Nº 3003258

DECRETO No 042/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Declara situação de emergência em todo território do Município afetado por Estiagem, conforme IN/MI 02/2016. Estiagem – 1.4.1.1.0.

O Senhor Jean Carlos Nyland, Prefeito do Município de Iraceminha, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal nº 001/1990 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012: CONSIDERANDO:

I – Que a estiagem que esta ocorrendo em todo o território de nosso município e região e esta se prolongando desde meados de 2020, com agravamento neste ano de 2021.

II - Que em decorrência dos seguintes danos já houve um dispêndio de recursos públicos com a abertura de novas fontes de água, transportes de água potável e para uso animal, com valor estimado de R\$ 300.000,00 (trezentos mil Reais) até o momento.

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem, conforme IN/MI nº 02/2016. Estiagem -1.4.1.1.0.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC).

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC

101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do (a) Prefeito (a), aos 27 dias do mês de abril de 2021.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 1484 2021

Publicação Nº 3003082

LEI MUNICIPAL Nº 1484/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica por meio desta Lei Municipal, criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do "NOVO FUNDEB", no âmbito do Município de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Capítulo II

Da composição

Art. 2º - O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminado:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
 - b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
 - c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
 - d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
 - e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
 - f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.
- § 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver:
- I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);
 - II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;
 - III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;
 - IV - 1 (um) representante das escolas indígenas;
 - V - 1 (um) representante das escolas do campo;
 - VI - 1 (um) representante das escolas quilombolas.

§ 2º Os membros dos conselhos previstos ncaputeste artigo, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

- I - nos casos das representações dos órgãos, municipais e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;
 - II - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;
 - III - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;
 - IV - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.
- § 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:
- I - são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
 - II - desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;
 - III - devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;
 - IV - desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
 - V - não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 4º Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I docaputdeste artigo, e o Poder Executivo competente designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV docaputdeste artigo.

§ 5º São impedidos de integrar os conselhos a que se refere ocaputdeste artigo:

I - titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou

b) prestem serviços terceirizados, no âmbito dos Poderes Executivos em que atuam os respectivos conselhos.

§ 6º O presidente dos conselhos previstos no caput deste artigo será eleito por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar a função o representante do governo gestor dos recursos do Fundo no âmbito dos Municípios.

§ 7º A atuação dos membros dos conselhos dos Fundos:

I - não é remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

§ 8º Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 9º O mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciará-se em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§ 10. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho com direito a voz.

§ 11. Os Municípios disponibilizarão em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento dos respectivos conselhos de que trata esta Lei, incluídos:

I - nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho;

III - atas de reuniões;

IV - relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo conselho.

§ 12. Os conselhos reunir-se-ão, no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu presidente.

Art. 3º – O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I – desligamento por motivos particulares;

II – rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III – situação de impedimento previsto no § 4º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º – Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 2º – Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art. 4º – Resalvado este primeiro mandato, o mandato dos membros dos conselhos do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciará-se em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Capítulo III

Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

I – acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II – supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV – emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V – aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses

recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
VI - outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único – Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, inciso I, desta lei.

Art. 7º – Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas no mínimo a cada 3 meses, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único: As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10 - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11 - O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 12 - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes aos convênios com as instituições a que se refere o art. 8º desta Lei;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 13 – Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 14 – A sistemática de reuniões ordinárias do Conselho será definida no Regimento Interno a ser elaborado e aprovado em reunião dos membros nomeados por decreto do Executivo Municipal.

Art. 15 - O conselho municipal do FUNDEB terá o seu primeiro mandato dos conselheiros extinguindo-se em 31 de dezembro de 2022.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Lei Municipal 951/2007.

Iraceminha (SC), 27 de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 148 2021

Publicação N° 3003811

PORTARIA N° 148/2021, 22 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1° - CONCEDER benefício previsto na LEI COMPLEMENTAR N° 095/2021 DE 02 DE MARÇO DE 2021, aos motoristas elencados abaixo, com lotação na secretaria municipal de Saúde de Iraceminha:

- Cleber Maicon Stringhi
- Douglas Possidônio
- Luiz Carlos Stringhi
- Marcos Cleber Canova
- Vilceu Vivian

Art. 2° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 22 de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 149 2021

Publicação N° 3003813

PORTARIA N° 149/2021, 23 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1° - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 11 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. ANDERSON MARCEL CALESTINE, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de MEDICO CLINICO GERAL, no período de 27 DE ABRIL A 07 DE MAIO DE 2021. Referente ao período aquisitivo de 20/02/2020 A 19/02/2021.

Art. 2° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 23de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 150 2021

Publicação N° 3003814

PORTARIA N° 150/2021, 27 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1° - CONCEDER, licença sem vencimento, conforme Art. 117 da Lei Complementar nº 086/2018, de 17 de dezembro de 2018, para tratar de interesses particulares, a servidora pública Municipal, a Sra. MARCIA ROSA PARCIANELLO DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria da Saúde, no período de 02 (dois) anos a contar de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2023.

Art. 2° - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 27 de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 151 2021

Publicação N° 3003815

PORTARIA N° 151/2021, 27 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, ao Servidor Público Municipal, Sr. TIONES EDIEL FRANZEN, funcionário efetivo no cargo de CONTROLE INTERNO, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no período DE 03 A 22 DE MAIO DE 2021, referente ao período aquisitivo 01/03/2019 a 28/02/2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 27 de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 152 2021

Publicação N° 3003816

PORTARIA N° 152/2021, 27 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 18 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. DEISE DALVANA MANICA ALBERTI ocupante do cargo efetivo de AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO EXTERNO, Lotado na Secretaria Municipal Administração e Fazenda, 40 horas, no período de 04 A 21 DE MAIO DE 2021, referente ao período aquisitivo de 05/05/2019 A 04/05/2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 27 de Abril de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

EXTRATO DE ADITIVO 1 ADT 037/2021 - FMS

Publicação Nº 3003766

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 1 ADT 037/2021 - Contrato Nº: 037/2021
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
Contratada...: LUANA SAQUET JAHNKE LTDA
Valor.....: 14.000,00 (quatorze mil reais)
Vigência.....: Início: 27/04/2021 Término: 27/05/2021
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 4/2021
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Tendo em vista as medidas para enfrentamento da
emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do
Coronavírus - COVID-19, o prazo de vigência do Contrato nº 037/2021,
com vencimento em 27/04/2021, de comum acordo entre as partes ficam
prorrogados, mediante ao presente aditamento, a contar de 27/04/2021 até
27/05/2021.

Iraceminha, 27 de Abril de 2021

Irani

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 001/2020 – FMS

Publicação N° 3004117

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 001/2020 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2020 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2020 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 18.983.754/0001-74, com sede na Rua Henrique Kappke, 47, Centro, na cidade de Irani, SC, CEP 89.680-000.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para disponibilização de médico clínico geral para exercer a função de médico regulador/autorizador conforme atribuições previstas no Manual de usuário SISREG III do Ministério da Saúde, médico responsável para a aprovação das autorizações de consultas, exames de média e alta complexidade, procedimentos ambulatoriais e hospitalares, nos termos do Anexo I do presente Edital.

O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de valor e de prazo ao contrato inicial.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até 03/02/2022.

Valor: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 43.915,20 (quarenta e três mil novecentos e quinze reais com vinte centavos).

Irani - SC, 03 de fevereiro de 2021.

Bernardete Lucia Grisa- Secretária Municipal de Saúde

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 032/2020

Publicação N° 3004129

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 032/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 037/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.675.413/0001-01, com sede na Rodovia BR 101, km 210, s/nº Bairro Picadas do Sul, São José/SC, CEP: 88.106-100.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 26/05/2020 nos termos previstos em sua Cláusula Terceira.

Vigência: 26 de junho de 2021.

Irani/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 038/2020

Publicação N° 3004321

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 038/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 20.414.079/0001-04, com sede na R. Vigário Frei João, nº 740, Centro, Luzerna - SC, CEP 89.609-000.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 29/07/2020 nos termos previstos em sua Cláusula terceira.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até o dia 31 de dezembro de 2021.

Irani, SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 040/2020

Publicação N° 3004284

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 040/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 048/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada METALÚRGICA FREITAS LTDA-EPP inscrita no CNPJ sob nº 05.852.250/0001-73, com sede na R. São João, nº 1699, Centro, Boqueirão do Leão, RS, 95920-000.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 29/07/2020 nos termos previstos em sua Cláusula Terceira.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até o dia 31 de dezembro de 2021.

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 050/2020

Publicação N° 3004337

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 050/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 062/2020

TOMADA DE PREÇO N° 008/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: RTM CONSTRUÇÕES E PROJETOS EIRELI inscrita no CNPJ sob nº 26.742.553/0001-03, com sede na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1080, sala 05, centro, Irani – SC, CEP: 89.680-000.

Objeto: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 29/09/2020 nos termos previstos em sua Cláusula TERCEIRA.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até o dia 01 de abril de 2021.

Irani - SC, 15 de março de 2021.

Dilson Luiz Farinella-Gestor e Secretário de Agricultura

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2020-FMAS

Publicação N° 3004134

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 005/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 004/2020 - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N° 001/2020 – FMAS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada LEONIR BERNADETE BITENCOURTT DA SILVA, com sede administrativa na Rua Rio de Janeiro, nº 486, Bairro Perpetuo Socorro, São Lourenço do Oeste/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 26.521.527/0001-55.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de valor e prorrogação do contrato inicial.

O Contrato Administrativo a que se refere, tem por objeto a prestação de serviços de estadia em albergue adequado para munícipe carente que necessita de cuidados especiais senhora R.L.A.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até 31/12/2021.

Valor: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 7.969,00 (sete mil novecentos e sessenta e nove reais).

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 022/2020 - FMS

Publicação N° 3004253

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 022/2020 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N° 028/2020 – FMS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2020 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada BRAZIL 3 BUSINESS PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.515.403/0001-27 com sede na Av. Piraiba, nº 296, sala 4, Centro Comercial Jubran, Barueri/SP.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do contrato inicial.

O presente Contrato tem por objeto aquisição de sistema de digitalização de imagens radiográficas - CR monocassete e demais componentes, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original até 25 de março de 2021.

Valor:

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Bernardete Lucia Grisa- Secretária Municipal de Saúde

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020

Publicação Nº 3004278

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ sob nº 83.665.141/0001-50 com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, Criciúma – SC, CEP: 88.810-500.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VALIDADE do Contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada o prazo de execução e vigência do Contrato original até 31 de dezembro de 2021.

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci - Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2019 – FMS

Publicação Nº 3004209

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2019 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019 FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO Nº 003/2019 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: CENTRO DE REABILITAÇÃO CARBONEL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.020.942/0001-10, com endereço na Rua Primeiro de Março, 1443, Centro, no Município de São Leopoldo/RS, CEP 93.010-210.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de valor e prorrogação do contrato inicial.

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, dependência química e alcoolismo do paciente A.J.S.D.

Vigência: 31/12/2021.

Valor total: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil duzentos reais).

Irani/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 – FMS

Publicação Nº 3004216

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019 – FMS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2019 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: CENTRO DE REABILITAÇÃO CARBONEL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.020.942/0001-10, com endereço na Rua Primeiro de Março, 1443, Centro, no Município de São Leopoldo/RS, CEP 93.010-210.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de valor e prorrogação do contrato inicial.

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços para tratamento psiquiátrico, dependência química e alcoolismo do paciente C.R.C.

Vigência: 31/12/2021.

Valor total: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais).

Irani/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020

Publicação Nº 3004262

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ sob nº 83.665.141/0001-50 com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, Criciúma – SC, CEP: 88.810-500.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VALIDADE do Contrato firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

Vigência: Pelo presente termo aditivo ficam prorrogadas o prazo de execução e vigência do Contrato original até 30 de julho de 2021.

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci - Prefeito Municipal

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2019

Publicação Nº 3004225

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2019

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 107/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 012/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: CRI – COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 00.239.339/0001-45 com sede na Rodovia SC 465, km 14/SN, área rural, Município de Ipumirim/SC, CEP: 89.790-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme a lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, para os serviços relativos a coleta domiciliar e coleta seletiva no perímetro urbano e interior do município, coleta hospitalar, com destinação final dos resíduos, em unidade de triagem e aterro sanitário sob responsabilidade da contratada, devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.

O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditivo de reajuste de valor e prorrogação da vigência do contrato inicial.

Vigência: 31/12/2021.

Valor total: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 501.906,70 (Quinhentos e um mil novecentos e seis reais com setenta centavos).

Irani/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

Publicação Nº 3004270

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 027/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018

TOMADA DE PREÇO Nº002/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada SETEP CONSTRUÇÕES S.A, inscrita no CNPJ sob nº 83.665.141/0001-50 com sede na Rua Francisco Martinhago, nº 258, Bairro Mina do Mato, CEP: 88.810-500, na Cidade de Criciúma/SC.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada o prazo de execução e vigência do Contrato original até 31 de dezembro de 2021.

Irani, SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

Publicação Nº 3004380

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 052/2017 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – FMS

EDITAL DE PREGÃO Nº 003/2017 – FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ-MF sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Edifício Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-060.

Objeto: O Objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original nº 052/2017 e atualização com inclusão/exclusão de veículo/endosso na apólice de seguro, conforme proposta anexa ao processo de licitação original.

Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato original, descrita em sua Cláusula Terceira, até às 24h do dia 22/03/2022.

Valor: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à prorrogação é de R\$ 54.627,36 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete reais com trinta e seis centavos)

Irani - SC, 22 de março de 2021.

Bernardete Lucia Grisa- Secretária Municipal de Saúde

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

Publicação Nº 3004331

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: ENGEMENE ENGENHARIA E OBRAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 29.852.815/0001-80, com sede na Fazenda São Roque, Barracão col 3ª fita, Calmon – SC, CEP: 89.430-000.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato firmado entre as partes em 06/08/2020 nos termos previstos em sua Cláusula Segunda.

Valor Total: R\$ 124,33 (cento e vinte e quatro reais com trinta e três centavos).

Vigência: 13 de fevereiro de 2021.

Irani/SC, 12 de janeiro de 2021.

Vanderlei Canci - Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3002826

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 26 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DOS RECURSOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E BENEFÍCIOS EVENTUAIS REPASSADOS PELO FUNDO ESTADUAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 1.857, de 05 de Dezembro de 2017, e em reunião extraordinária do CMAS realizada no dia 22 de Abril de 2021, lavrado em Ata nº 03/2021;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução nº 39, de 9 de Dezembro de 2010 que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

CONSIDERANDO a Lei nº 17.819/2019, que institui o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/SC e dispõe em seu art. 6º que os recursos aplicados no cofinanciamento das ações continuadas de assistência social poderão ser utilizados para pagamento de profissionais que integram as equipes de referência dos serviços, conforme percentual a ser estabelecido na regulamentação desta Lei;

CONSIDERANDO a Resolução do CEAS/SC nº 04, de 22 de abril de 2020, publicada no DOE/SC nº 21.257 de 28/04/2020, que dispõe a respeito da concessão e cofinanciamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.857, de 5 de Dezembro de 2017 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Irani – CMAS e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

CONSIDERANDO o Decreto 1.655 de 04 de julho de 2018 sobre a Prestação de Contas dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS aos FMAS.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR COM RESSALVAS o Relatório de Prestação de Contas referente à aplicação dos recursos repassados pelo FEAS/SC ao município de Irani no ano de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Irani - SC, 26 de Abril de 2021.

KAREN HACK DOS SANTOS

Presidente do CMAS

Aprovado pelo CMAS em: 22/04/2020 - ATA nº 03/2021

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 058/2019

Publicação N° 3004235

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 058/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 088/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada MAURO MOREIRA LEITE – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.156.363/0001-25, com Sede na Linha Assentamento 25 de Maio, s/nº, Interior, Vargem Bonita/SC.

Objeto: O presente termo tem por objeto a inclusão de duas impressoras – Modelo 2, uma impressora – Modelo 1 e supressão de uma impressora – Modelo 2 ao Contrato firmado em 22/08/2019.

Vigência: Ficando vigente este aditivo da data de sua assinatura até 31/08/2021, conforme previsão no Quarto Termo aditivo.

Valor: O valor total deste termo aditivo é de R\$ 3.012,00 (três mil e doze reais).

Irani - SC, 26 de fevereiro de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

Irati**PREFEITURA****PREGÃO RP 027/2021-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE TUBOS DE CONCRETOS DE DIVERSOS TAMANHOS – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE IRATI/SC**

Publicação Nº 3004239

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 064/2021

Processo Licitatório Nº 064/2021

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 027/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE TUBOS DE CONCRETOS DE DIVERSOS TAMANHOS – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 13h: 30min do dia 10/05/2021.

Abertura dos Envelopes: 14h: 00min do dia 10/05/2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h: 30min às 11h: 30min e das 13h: 00min às 17h: 00min, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 26 de abril de 2021.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 003, DE 27 DE ABRIL DE 2021**

Publicação Nº 3004607

EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 003, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Orgânica Municipal de Irati e dá outras providências.

A Mesa da Câmara Municipal de Vereadores de Irati, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e a Mesa, nos termos do artigo 29 caput da Constituição Federal, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º Os artigos, seus incisos, parágrafos e alíneas da Lei Orgânica do Município de Irati, abaixo relacionados terão suas redações modificadas e passarão a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 12

[...]

II - cuidar da saúde, da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais.

...

Art. 19

[...]

XVI - Decretar a perda de mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, da Constituição Estadual, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável.

[...]

Art. 22

[...]

III - a Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sem prejuízo do subsídio.

[...]

Art. 28

[...]

§ 1º As sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas) e nelas não se tratará de matéria estranha à convocação.

[...]

Art. 46. Serão discutidos e votados em dois turnos:

I - Emendas à Lei Orgânica do Município, com intervalo mínimo de dez dias;

II - Os projetos de Lei Orçamentária (PPA, LDO e LOA), com intervalo mínimo de vinte e quatro horas;

III - Os Projetos de Codificação.

Parágrafo Único. Terão discussão e votação única todas as demais proposições, assim, como os projetos que visem alterar parcialmente as matérias constantes nos incisos "II" e "III" do caput.

[...]

Art. 47

[...]

§ 3º Dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

I - A rejeição de veto;

II - A Aprovação de leis complementares;

III - A aprovação do Regimento Interno da Câmara.

[...]

Art. 70

I - Do Município, por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, exceto no período de férias ou para tratamento de saúde.

II - do País, por período superior a 48h (quarenta e oito horas), podendo ser por tempo superior nos casos do inciso I.

[...]

§ 2º Nos afastamentos do Prefeito Municipal, por período superior a 10 (dez) dias, este deverá transferir o Governo ao seu sucessor legal.

[...]

Art. 74

[...]

§ 2º

[...]

II - Em sua defesa prévia, poderá o denunciado arrolar até 3 (três) testemunhas para a prova de cada fato.

III - As testemunhas deverão comparecer ao ato pessoalmente mediante intimação de quem fez a indicação, somente sendo intimadas caso o interessado comprovar que as intimou e comprovar a impossibilidade de fazer com que elas compareçam ao ato.

a) Se residentes fora do Município poderão ser intimadas por Carta Registrada no endereço indicado, por aplicativos de mensagens, e-mail e por fim por Edital se frustrado os demais meios legais de intimação.

b) O interessado no depoimento de testemunhas deverá justificar a necessidade de ouvi-las, sob pena de indeferimento daquelas meramente protelatórias.

[...]

IV - Não comparecendo as testemunhas regularmente intimadas, poderá a comissão solicitar auxílio policial e promover a condução da mesma.

[...]

Art. 75

[...]

II - Apresentar ao Prefeito relatório anual de sua gestão na Secretaria, sempre que solicitado.

[...]

Art. 81

[...]

III - a Administração Municipal realizará, nas áreas onde houver necessidade, concursos públicos, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos para as inscrições.

[...]

V - Os cargos comissionados de direção, chefia e assessoramento, que não desempenhem funções de caráter técnico, burocrático ou operacional serão exercidos obedecendo um percentual máximo de 35% (trinta e cinco por cento) em relação aos ocupantes de cargos efetivos.

VI - as funções de confiança e funções gratificadas serão exercidas por servidores do quadro efetivo em número e valores conforme estabelecido em lei própria.

[...]

X -

[...]

"b" contrato improrrogável, com prazo máximo de um ano, vedada a recontração, exceto em caso de aprovação em um novo certame ou nos casos de convênio ou programas de iniciativa dos Governos Federal, Estadual, que poderão ter duração do prazo previsto no convênio ou programa.

XI - A lei fixará a relação de valores entre o maior e a menor remuneração, provento, pensão ou subsídio pago pelo Município, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, observados, como limite máximo, os valores percebidos mensalmente, como subsídio, em espécie, pelo Prefeito Municipal, exceto nos casos previstos no art. 37, XI, da Constituição Federal.

[...]

Art. 82 - Observadas as demais normas desta Lei Orgânica, os Servidores que atuarem na área de recursos humanos, deverão ter, no mínimo, doze meses de vínculo com o Município, preferencialmente como Servidores efetivos e conhecimento na área, exceto se o servidor for provido por concurso público.

[...]

Art. 88. A Administração Municipal direta e indireta manterá, na forma da Lei, as suas contas e fará movimentação e as aplicações financeiras em estabelecimento ou bancos na forma da Lei.

[...]

Art. 90

[...]

XI – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos e com duração de 180 (cento e oitenta) dias.

[...]

Art. 105. A aquisição de bens imóveis dependerá de prévia avaliação e licitação na forma da Legislação Federal, dispensada a licitação em casos de desapropriação na forma da Lei.

[...]

Art. 109

I - Por comissão designada por Decreto do chefe do Executivo Municipal composta por, no mínimo, 03 (três) servidores, estáveis e efetivos.

[...]

Art. 125

Parágrafo único. Entende-se por órgão oficial do Município, jornal de circulação diária com abrangência no território do Município, o Mural público, o Diário Oficial do Estado, o Diário Oficial dos Municípios e o sítio do Município, e outros meios que vierem a ser definidos em Lei própria.

[...]

Art. 191. O Município manterá publicação atualizada no sítio oficial a relação completa dos cargos e empregos, de todos os seus servidores e agentes políticos, indicando a respectiva remuneração, o subsídio, o cargo, função, local que exerce sua atividade de forma individualizada, respeitando os Direitos Constitucionais do sigilo da informação.

Art. 2º. Fica criada a “Seção VI - Da Habitação” no Título IV, Capítulo II, compreendida entre os artigos 159 e 161.

Art. 3º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município entra em vigor na data de sua publicação.

Irati, SC, 27 de abril de 2021.

CLEUSA B. FORTUNA

Presidente

ZENILDE TEDESCO
1º Secretário

JOSIANE D. ALVES
2º Secretário

Irineópolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 06/202 - FMAS

Publicação Nº 3003489

CONTRATO Nº 06/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2020
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 05/2021, que entre si celebram a Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis e a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda.

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 13.843.252/0001-24, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck, brasileiro, solteiro, no exercício do Cargo de Secretário da Administração e Finanças, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 089.370.669-80 e portador da cédula de identidade n.º 5.064.770-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 057/2021 de 25 de janeiro de 2021, de ora em diante denominada de Contratada, e de outro lado a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.184.792/0001-88, com sede a Rua Joaquim Távora, 775, sala térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, de ora em diante denominada de Contratada, neste ato representada pela Senhora Salete Kampmann Bosa, brasileira, casada, portadora do CPF nº 569.348.669-91, carteira de identidade nº 4.549.931-6 SSP/PR, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 14/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do endereço, passando a ser estabelecida na Rua Joaquim Távora, 775, térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, administrador Salete Kampmann Bosa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 05/2020, conforme Ofício nº 018/2021 de 13 de janeiro de 2021 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal e fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 23/04/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 05/2020, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

CLAUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 24 de abril de 2021.

RODRIGO ANTONIO JURCK	SALETE KAMPMANN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	APOIO ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 080.370.669-80	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04

CONTRATO Nº 06/2021 - HMBJ

Publicação Nº 3003515

CONTRATO Nº 06/2021
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2020
 TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 05/2020, que entre si celebram o Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis e a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda.

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, 168, em Irineópolis - SC., neste ato representado pela Senhora Sonia Aparecida de Lima Coelho, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada a Rua Mato Grosso, nº 785, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrita no CPF sob o n.º 006.420.959-81, RG sob o nº 1.454.464 SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.184.792/0001-88, com sede a Rua Joaquim Távora, 775, sala térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, de ora em diante denominada de Contratada, neste ato representada pela Senhora Salete Kampmann Bosa, brasileira, casada, portadora do CPF nº 569.348.669-91 carteira de identidade nº 4.549.931-6 SSP/PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório nº 14/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do endereço, passando a ser estabelecida na Rua Joaquim Távora, 775, térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, administrador Salete Kampmann Bosa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 05/2020, conforme Ofício nº 018/2021 de 13 de janeiro de 2021 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal e fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 23/04/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 05/2020, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

CLAUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 24 de abril de 2021.

SONIA APARECIDA DE LIMA COELHO	SALETE KAMPMANN
HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS	APOIO ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 080.370.669-80	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04

CONTRATO Nº 16/2021 - FMS

Publicação Nº 3003486

CONTRATO Nº 16/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2020
 TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 08/2020, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.184.792/0001-88, com sede

a Rua Joaquim Távora, 775, sala térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, de ora em diante denominada de Contratada, neste ato representada pela Senhora Salete Kampmann Bosa, brasileira, casada, portadora do CPF nº 569.348.669-91 carteira de identidade nº 4.549.931-6 SSP/PR, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 14/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do endereço, passando a ser estabelecida na Rua Joaquim Távora, 775, térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, administrador Salete Kampmann Bosa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº 08/2020, conforme Ofício nº 018/2021 de 13 de janeiro de 2021 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal e fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 23/04/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 08/2020, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

CLAUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 24 de abril de 2021.

GISELI KEMPINSKI	SALETE KAMPMANN
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	APOIO ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 080.370.669-80	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04

CONTRATO Nº 37/2021 - PM

Publicação Nº 3003471

CONTRATO Nº 37/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 14/2020
TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 41/2020, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Rodrigo Antonio Jurck, brasileiro, solteiro, no exercício do Cargo de Secretário da Administração e Finanças, residente e domiciliado na localidade de Campo do Meio, interior do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 089.370.669-80 e portador da cédula de identidade nº 5.064.770-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 057/2021 de 25 de janeiro de 2021, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Apoio Assessoria em Segurança do Trabalho Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.184.792/0001-88, com sede a Rua Joaquim Távora, 775, sala térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, de ora em diante denominada de Contratada, neste ato representada pela Senhora Salete Kampmann Bosa, brasileira, casada, portadora do CPF nº 569.348.669-91, carteira de identidade nº 4.549.931-6 SSP/PR, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório nº 14/2020, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do endereço, passando a ser estabelecida na Rua Joaquim Távora, 775, térreo, Bairro São Bernardo do Município de União Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-472, administrador Salete Kampmann Bosa.

CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 41/2020, conforme Ofício nº 018/2021 de 13 de janeiro de 2021 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Prefeito Municipal e fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 23/04/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 41/2020, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

CLAUSULA QUARTA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 24 de abril de 2021.

RODRIGO ANTONIO JURCK	SALETE KAMPMANN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	APOIO ASSESSORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Andressa Teska CPF: 080.370.669-80	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04

DECRETO 4.023/2021

Publicação Nº 3003238

Decreto nº 4.023 de 26 de Abril de 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.088 de 12 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 83.049,80 (Oitenta e três mil quarenta e nove reais e oitenta centavos), conforme discriminação seguinte:

05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.1.90.00.00.00.00.3182	Aplicações Diretas	R\$ 16.386,54
2.047 – Manutenção do Programa Benefícios Eventuais		
3.3.90.00.00.00.00.3224	Aplicações Diretas	R\$ 47.199,94
2.069 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.3305	Aplicações Diretas	R\$ 74,26
2.078 – Manutenção de Ações de Combate a COVID-19		
3.3.90.00.00.00.00.3296	Aplicações Diretas	R\$ 19.389,06

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2020 nas referidas fontes de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.022/2021

Publicação Nº 3003233

Decreto nº 4.022 de 26 de Abril de 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.088 de 12 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a criar, suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 65.493,89 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e nove centavos), conforme discriminação seguinte:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.3.90.00.00.00.00.3281	Aplicações Diretas	R\$ 4.682,44
2.040 – Manutenção Vigilância Epidemiológica Ambiental em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.3217	Aplicações Diretas	R\$ 10.496,08
2.077 – Manutenção de Ações e Enfrentamento COVID-19		
3.3.90.00.00.00.00.3288	Aplicações Diretas	R\$ 35.073,94
3.3.90.00.00.00.00.3293	Aplicações Diretas	R\$ 15.241,43

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2020 nas referidas fontes de recursos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de Abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2021

Publicação Nº 3004345

PORTARIA Nº 176/2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis (SC) LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, sob o regime de trabalho Estatutário MIRIAM ELIANE OLBERTZ MEIRELLES, nascida em 16/08/1994, portadora do CPF nº 086.346.819-55, RG. nº 5.731.284 - SESP/SC, para, a contar de 19/04/2021, exercer o cargo de Assistente Técnica Pedagógica (40h/sem), no nível 1, referência A, Tabela II - Profissionais de Apoio Pedagógico, do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2018, homologado em 03/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/04/2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 177/2021

Publicação Nº 3004353

PORTARIA Nº 177/2021.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER NECESSIDADE IMEDIATA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e com amparo

no item 3.2 do TAC firmado com o MP/SC, no Inquérito Civil nº 06.2017.00000778-1,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR MARIANE BINDER, nascida em 30/01/1998, portadora do CPF nº 111.509.149-20, RG. nº 7.188.161 SESP/SC, inscrita no COREN/SC sob o nº 1341567, para no período de 20/04/2021 a 19/05/2021, exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 001/2018/PMI homologado em 03/07/2018 e Contrato de Trabalho Temporário nº 12/2021, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, tendo em vista a necessidade de suprir vagas de servidores exonerados a pedido e a inexistência de aprovados em Concurso Público para o referido cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 20/04/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 178/2021

Publicação Nº 3004356

PORTARIA Nº. 178/2021.

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no que dispõe o inciso VI do artigo 2º e inciso III do artigo 4º da Lei Complementar nº 064/2013 de 26/02/2013, e no item 3.2 do TAC firmado com o MP/SC, no Inquérito Civil nº 06.2017.00000778-1,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR CRISTIANE DE BRITO VIEIRA, nascida em 13/03/1983, portadora do CPF nº. 714.896.652-34, RG nº 16525523 SESP/AM, inscrita no CRM/SC sob o nº 26317, para no período de 22/04/2021 à 21/05/2021, exercer as atividades de Médica ESF (40h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 01/2021/SMS, homologado em 16/03/2021, e Contrato de Trabalho Temporário nº 13/2021, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde, em virtude da ausência de habilitados em Concurso Público vigente e, em razão da necessidade de suprir a demanda verificada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/04/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 26 de Abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 007/2021 - HMBJ

Publicação Nº 3004508

RESOLUÇÃO Nº 007/2021.

“EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã SÔNIA APARECIDA DE LIMA COELHO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Exonerar a Pedido, em data de 18/04/2021, a servidora ROSANE APARECIDA DE OLIVEIRA, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal Efetivo do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 16/02/2006 através da Resolução nº 014/2006.

Art 2nd - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/04/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 19 de Abril de 2021.

SÔNIA APARECIDA DE LIMA COELHO

Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 05/2021 - CMAS

Publicação Nº 3004511

RESOLUÇÃO Nº 05/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Aprova "ad referendum" a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais destinado ao custeio da proteção Social Básica e dos Benefícios Eventuais do Município de Irineópolis, referente ao ano de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, de Irineópolis na forma da Lei 1600/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, em reunião EXTRAORDINÁRIA no dia 27 de abril de 2021, registrada na Ata de nº 03/2021, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art.1º Aprovar ad referendum a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais destinados ao custeio da Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais do Município de Irineópolis referente ao ano de 2020.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Irineópolis, 27 de abril de 2021.

Valéria Elvira Opautchak

Presidente do CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social.

EDITAL PROGRESSÃO POR CURSOS

Publicação N° 3003785



Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

EDITAL 001/2021/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, no uso de suas atribuições legais, abre prazo para Registro de Requerimentos para Progressão por Formação Continuada conforme Lei 056/2012 de 08/02/2012, Art. 23, 24, 25, 26 e 27.

1. DO REGISTRO DOS REQUERIMENTOS

- 1.1 Tornar público para conhecimento dos membros do Quadro Efetivo dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação, que estará aberta as inscrições para a Progressão por Formação Continuada no período de **27 de abril a 07 de maio de 2021**.
- 1.2 O Servidor interessado deverá encaminhar requerimento próprio, conforme modelo anexo, para a Secretaria Municipal de Educação, anexadas às cópias dos Certificados para fins comprobatórios e o mesmo poderá ser entregue na Secretaria de sua respectiva Unidade Escolar, onde será protocolado o mesmo.

2. DOS CRITÉRIOS

- 2.1 O servidor deverá comprovar a participação em cursos de aperfeiçoamento, de livre escolha, na área da educação ou afim, realizado junto às instituições públicas ou particulares, sob seu encargo financeiro, visto que a Secretaria Municipal de Educação oferecerá pelo menos 90 (noventa) horas de atividades de formação continuada que serão computadas para a progressão.
- 2.2 Serão validados os Certificados referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020, com carga horária igual e/ou superior a 08 horas, devendo totalizar 180 horas.

Av. 22 de julho, 1454. Centro. CEP 89440-000 Fone/Fax (47) 36251614
E-mail: educacao@irineopolis.sc.gov.br Irineópolis - SC



Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

2.3 A instituição fornecedora dos cursos de formação deverá ser credenciada pelo MEC.

2.4 Os certificados devem ser apresentados com cópia legível, onde serão considerados os seguintes itens:

- I – Título da Atividade;
- II – Carga Horária;
- III – Conteúdo Programático;
- IV – Registro do órgão ou instituição responsável pela realização da atividade;
- V – Data e local.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- 3.1 Não terão direito a Progressão os servidores que se encontram em cumprimento do Estágio Probatório.
- 3.2 A concessão da Progressão Funcional por Cursos de Aperfeiçoamento será concedida a partir do mês de MAIO do corrente ano.
- 3.3 A avaliação da documentação comprobatória, apresentada pelo servidor, será realizada pelo Conselho Municipal de Educação.
- 3.4 A divulgação da lista de deferidos referente as avaliação dos cursos, será divulgada no dia 13 de maio do corrente ano.
- 3.5 Os servidores que tiverem seus requerimentos indeferidos terão 05 (cinco) dias após a divulgação do resultado final para entrar com recurso ao Conselho Municipal de Educação.
- 3.6 A divulgação do resultado final das avaliações dos cursos será no dia 21 de maio do corrente ano.
- 3.7 Não serão aceitos requerimentos que não atendam as especificações do presente Edital.

Av. 22 de julho, 1454. Centro. CEP 89440-000 Fone/Fax (47) 36251614
E-mail: educacao@irineopolis.sc.gov.br Irineópolis - SC



Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

3.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

3.9 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, 23 de abril de 2021.

CHIRLEI APARECIDA LEZAN KUYAVA
Secretária Municipal de Educação

Av. 22 de julho, 1454. Centro. CEP 89440-000 Fone/Fax (47) 36251614
E-mail: educacao@irineopolis.sc.gov.br Irineópolis - SC



Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

ANEXO

Ilma. Sra.
Chirlei Aparecida Lezan Kuyava
DD. Secretária Municipal de Educação

REQUERIMENTO

Eu _____,
brasileiro (a), nascido (a) em ____/____/____,
RG _____, CPF _____, funcionário (a)
público (a) municipal, ocupante do cargo efetivo de
_____, com área de atuação em
_____, com carga horária de ____ horas semanais,
venho através do presente, requerer Progressão por Formação Continuada
conforme prevê a Lei 056/2012 de 08/02/2012, Art. 23, 24, 25, 26 e 27.

Em anexo entrego 180 (cento e oitenta) horas de Cursos para verificação do
Conselho Municipal de Educação.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Irineópolis, ____/____/____.

Assinatura do Requerente

Av. 22 de julho, 1454. Centro. CEP 89440-000 Fone/Fax (47) 36251614
E-mail: educacao@irineopolis.sc.gov.br Irineópolis - SC

HOSPITAL BOM JESUS**DECRETO 4024/2021**

Publicação Nº 3003729

Decreto nº 4024/2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 2088 de 12 de novembro de 2020 conforme art.12,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no Orçamento do Hospital Municipal Bom Jesus, nas dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus

3.3.90.00.00.00.00.00.3475 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.3475 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

T O T A L R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na especificação de recurso

3475 – Enfrentamento da COVID-19 - Transferências Recebidas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de abril de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

Publicação Nº 3003781

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2021 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 012 de 08 de janeiro de 2021, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 017/2021, Pregão Presencial nº. 009/2021, objetivando a contratação de empresas para ministrar aulas de pilates para os idosos do município, junto a secretaria de Assistência Social. Apresentaram envelopes de Proposta de Preço e Documentação as empresas CLINICA REVITALIS LTDA, NCS ACADEMIA LTDA e ESPAÇO SAÚDE LTDA neste ato, representada pelas senhoras: Caroline Rech, Janaina Ravadelli e Eliandra Paula Rhoden; As empresas cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. As empresas comprovaram a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: NCS ACADEMIA LTDA se sagrou vencedora no item 02 do edital com o valor total de R\$ 34.502,40 (trinta e quatro mil quinhentos e dois reais e quarenta centavos); a empresa: CLINICA REVITALIS LTDA se sagrou vencedora no item 01 do edital com o valor total de R\$ 34.507,20 (trinta e quatro mil quinhentos e sete reais e vinte centavos); a empresa: ESPAÇO SAÚDE LTDA se sagrou vencedora nos itens 03 e 04 do edital com o valor total de R\$ 68.524,80 (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes de documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e licitantes presentes; Da análise da documentação restou em HABILITAR as empresas vencedoras por cumprirem os requisitos do edital. Aberto espaço para intenção de recurso não houve manifestação. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br. E entregue pessoalmente aos licitantes presentes

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de Apoio

CLINICA REVITALIS LTDA
Licitante

NCS ACADEMIA LTDA
Licitante

ESPAÇO SAÚDE LTDA
Licitante

DECRETO Nº 090/2021

Publicação Nº 3003059

Decreto nº 090/2021, 26 de Abril de 2021.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal em exercício de Itá - SC, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.635, de 22 de dezembro de 2020 e do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2020, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.635/2020, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.013 – Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.3000 Aplicações Diretas (333)	50.000,00
--	-----------

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde Itá, no valor de R\$ 195.351,88 (cento e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais, oitenta e oito centavos), utilizando como fonte de recursos o Excesso de Arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.635/2020, e inciso II, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.00 – Fundo Municipal de Saúde
2.031 – Manutenção da Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.2938 Aplicações Diretas (59) 180.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1102 Aplicações Diretas (60) 15.351,88

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, 26 abril de 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE ATAS 17 A 31 E ADITIVOS

Publicação Nº 3004121

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 017/2021, PL 012/2021

PARTES: Município de Itá e Associação De Árbitros Do Oeste

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2021

OBJETO: prestação de serviços de arbitragens nos eventos esportivos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

ITENS: 02 e 06

VALOR: R\$ 22.350,00 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2021 Término: 28/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 018/2021, PL 012/2021

PARTES: Município de Itá e Pet Brasil Distribuidora De Produtos Alimentícios Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2021

OBJETO: prestação de serviços de arbitragens nos eventos esportivos realizados pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

ITENS: 01, 03, 04, 05, 07 e 08

VALOR: R\$ 88.535,00 (oitenta e oito mil quinhentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: Início: 29/03/2021 Término: 28/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 019/2021, PL 013/2021

PARTES: Município de Itá e Alex Possamai ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2021

OBJETO: aquisição de uniformes e materiais (bermudas, corsários, bonés e squeezes), para manutenção das atividades junto aos idosos.

ITENS: 04

VALOR: R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 01/04/2021 Término: 31/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 020/2021, PL 013/2021

PARTES: Município de Itá e Fisul Confecções LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2021

OBJETO: aquisição de uniformes e materiais (bermudas, corsários, bonés e squeezes), para manutenção das atividades junto aos idosos.

ITENS: 02

VALOR: R\$ 15.060,00 (quinze mil e sessenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 01/04/2021 Término: 31/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 021/2021, PL 013/2021

PARTES: Município de Itá e Lecruz Roupas Profissionais LTDA EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2021

OBJETO: aquisição de uniformes e materiais (bermudas, corsários, bonés e squeezes), para manutenção das atividades junto aos idosos.

ITENS: 01 e 03

VALOR: R\$ 4.899,00 (quatro mil oitocentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: Início: 01/04/2021 Término: 31/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 022/2021, PL 014/2021

PARTES: Município de Itá e NCS Academia LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2021

OBJETO: serviços de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município.

ITENS: 01 e 06

VALOR: R\$ 47.413,68 (quarenta e sete mil quatrocentos e treze reais e sessenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: Início: 01/04/2021 Término: 31/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 023/2021, PL 014/2021

PARTES: Município de Itá e Academia Hiperação Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2021

OBJETO: serviços de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município.

ITENS: 02, 03, 04 e 05

VALOR: R\$ 193.104,00 (cento e noventa e três mil e cento e quatro reais).

VIGÊNCIA: Início: 01/04/2021 Término: 31/03/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 024/2021, PL 016/2021

PARTES: Município de Itá e Bringhentti Industria e Comércio Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 003/2021

OBJETO: aquisição de alimentos da merenda escolar para elaboração e entrega de kits para os alunos da rede municipal de ensino, conforme resolução nº 02 do MEC de 09 de abril de 2020.

ITENS: 05

VALOR: R\$ 6.590,00 (seis mil quinhentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: Início: 22/04/2021 Término: 31/12/2021

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 025/2021, PL 016/2021

PARTES: Município de Itá e Enio Delazeri EIRELI

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 003/2021

OBJETO: aquisição de alimentos da merenda escolar para elaboração e entrega de kits para os alunos da rede municipal de ensino, conforme resolução nº 02 do MEC de 09 de abril de 2020.

ITENS: 01, 02, 06, 07 e 08

VALOR: R\$ 34.020,00 (trinta e quatro mil e vinte reais).

VIGÊNCIA: Início: 22/04/2021 Término: 31/12/2021

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 026/2021, PL 016/2021

PARTES: Município de Itá e MC Comércio de Alimentos e Transportes Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 003/2021

OBJETO: aquisição de alimentos da merenda escolar para elaboração e entrega de kits para os alunos da rede municipal de ensino, conforme resolução nº 02 do MEC de 09 de abril de 2020.

ITENS: 09

VALOR: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 22/04/2021 Término: 31/12/2021

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 027/2021, PL 016/2021

PARTES: Município de Itá e Nutri SC Comércio De Alimentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 003/2021

OBJETO: aquisição de alimentos da merenda escolar para elaboração e entrega de kits para os alunos da rede municipal de ensino, conforme resolução nº 02 do MEC de 09 de abril de 2020.

ITENS: 03 e 04

VALOR: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: Início: 22/04/2021 Término: 31/12/2021

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 028/2021, PL 015/2021

PARTES: Município de Itá e Nutri SC Comércio De Alimentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 008/2021

OBJETO: aquisição de mangueira preta plástica para distribuição de dejetos, conforme Lei Municipal nº 2133 de 21 de Dezembro de 2010 regulamentada pelo Decreto Municipal nº 13/2021

ITENS: 01

VALOR: R\$ 27.200,00 (vinte e sete mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: Início: 23/04/2021 Término: 22/04/2022

Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 029/2021, PL 017/2021

PARTES: Município de Itá e NCS Academia LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 009/2021

OBJETO: contratação de empresa para ministrar aulas de pilates para os idosos do município

ITENS: 01

VALOR: R\$ 34.502,40 (trinta e quatro mil quinhentos e dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Início: 27/04/2021 Término: 26/04/2022
Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 030/2021, PL 017/2021
PARTES: Município de Itá e Clínica Revitalis LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 009/2021
OBJETO: contratação de empresa para ministrar aulas de pilates para os idosos do município
ITENS: 02
VALOR: R\$ 34.507,20 (trinta e quatro mil quinhentos e sete reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: Início: 27/04/2021 Término: 26/04/2022
Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS No 031/2021, PL 017/2021
PARTES: Município de Itá e Espaço Saúde LTDA
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 009/2021
OBJETO: contratação de empresa para ministrar aulas de pilates para os idosos do município
ITENS: 02
VALOR: R\$ 68.524,80 (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: Início: 27/04/2021 Término: 26/04/2022
Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

8º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 038/2020, PL 079/2020
PARTES: Município de Itá e Auto Posto Martini Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 051/2020
OBJETO: Redução no valor dos combustíveis
VALOR REAJUSTADO: Gasolina R\$ 5,41 (cinco reais e quarenta e um centavos) por litro
Óleo diesel R\$ 4,07 (quatro reais e sete centavos) por litro;
Óleo S10 R\$ 4,17 (quatro reais e dezessete centavos) por litro;
VIGÊNCIA: Início: 31/03/2021 Término: 31/12/2021
Clemor Antonio Battisti – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 481/2021

Publicação Nº 3003062

PORTARIA Nº 481/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora CRISTIANE SILVIA MERTINS MARCANZONI, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 á 02/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 20 DE ABRIL DE 2021.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 482/2021

Publicação Nº 3003063

PORTARIA Nº 482/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Exonerar a pedido a Servidora LARISSA TACCA VALCARENGHI, contratada por prazo determinado para exercer a função de Auxiliar de Creche a partir de 22/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 22 DE ABRIL DE 2021.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 483/2021

Publicação N° 3003064

PORTARIA N° 483/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

CONSIDERANDO, a classificação no Concurso Público 001/2019
RESOLVE :

Nomear DIRLEI SALETE OLDONI BORDIGNON, portadora da Carteira de Identidade N° 2.690.840-9-SESP/SC, para exercer o cargo permanente de Auxiliar de Creche, Nível 415, Classe IN-00, da Lei Complementar N° 118/2015, de 22 de Setembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 22 DE ABRIL DE 2021.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 484/2021

Publicação N° 3003068

PORTARIA N° 484/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar em caráter emergencial, de 23/04/2021 a 23/12/2021, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer:

Servidor (a) : LARISSA TACCA VALCARENGHI

Função : Professor – Pós Graduação – Língua Portuguesa

Carga Horária : 20 horas semanais

Vencimento : R\$ 1.830,06 mensais

Art. 2º - Conceder adicional de Regência de Classe de 10% (dez por cento), conforme estabelece o Parágrafo 1º, do art. 41, da LC 118/2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.
CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 485/2021

Publicação N° 3003070

PORTARIA N° 485/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO, que a servidora FABIOLA LOMBARDI, entrou em licença para tratamento de saúde,

RESOLVE :

Designar a servidora ALINE MARTELLO, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Creche, para substituir a servidora FABIOLA LOMBARDI no período de 23/04/2021 até o término do afastamento.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 486/2021

Publicação N° 3003071

PORTARIA N° 486/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO, que a servidora DEISE CRISTINA CÉZAR, entrou em licença para tratamento de saúde,

RESOLVE :

Designar a servidora ANDRESSA CHAVES, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Creche, para substituir a servidora DEISE CRISTINA CÉZAR no período de 23/04/2021 até 27/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 487/2021

Publicação N° 3003074

PORTARIA N° 487/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora GEOVANA REGINA STROHER, contratada por prazo determinado, para exercer a função de Auxiliar de Creche, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 488/2021

Publicação N° 3003078

PORTARIA N° 488/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora GUIOMARA GOMES MARCANZONI, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar n° 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 á 02/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 489/2021

Publicação Nº 3003080

PORTARIA Nº 489/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora IVONE TERESINHA NOSSAL BEVILAQUA, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 á 02/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 490/2021

Publicação Nº 3003081

PORTARIA Nº 490/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora MAIELEN MARIA SPAGNOL, contratada por prazo determinado, para exercer a função de Auxiliar de Creche, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 a 05/03/2021, a serem gozadas no período de 06/04/2021 a 05/05/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 491/2021

Publicação Nº 3003085

PORTARIA Nº 491/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora PATRICIA GASPERIN PALUDO, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 02/03/2020 á 01/03/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 492/2021

Publicação N° 3003086

PORTARIA N° 492/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora ROSANGELA MARIA WATHIER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 á 02/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 493/2021

Publicação N° 3003089

PORTARIA N° 493/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA ALVES, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 á 02/03/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 494/2021

Publicação N° 3003090

PORTARIA N° 494/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora SOLANGE GIARETTA FABRIN, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 10/02/2020 á 09/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 495/2021

Publicação N° 3003092

PORTARIA N° 494/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias à servidora SOLANGE GIARETTA FABRIN, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Classe, da Lei Complementar nº 118/2015, de 22 de setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 10/02/2020 á 09/02/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 496/2021

Publicação N° 3003108

PORTARIA N° 496/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora IVONETE DENIS WOLLMANN BURNIER, contratada por prazo determinado, para exercer a função de Auxiliar de Creche, pelo período aquisitivo de 02/01/2020 a 01/01/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 497/2021

Publicação N° 3003112

PORTARIA N° 497/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder férias o servidor MARCIO ANTONIO STUMPF, ocupante do cargo permanente de Médico, Grupo B – Serviços Técnicos e Profissionais, Nível 260, Classe ND-08, da Lei Complementar nº 67/2010, de 08 de junho de 2010, pelo período aquisitivo de 23/03/2020 á 22/03/2021, a serem gozados no período 01/04/2021 á 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 498/2021

Publicação N° 3003115

PORTARIA N° 498/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora GEMIR ANTONIO GEHLEN, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental, Nível 317, Classe ND-08, pelo período aquisitivo de 23/03/2020 a 22/03/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 499/2021

Publicação N° 3003118

PORTARIA N° 499/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Conceder Férias a servidora FÁTIMA CAUMO, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental – Língua Portuguesa, Nível 317, Classe IN-00, da Lei Complementar N° 118/2015, de 22 de Setembro de 2015, pelo período aquisitivo de 03/02/2020 a 02/02/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 500/2021

Publicação N° 3003122

PORTARIA N° 500/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora ANDREIA PARAVIZI, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, pelo período aquisitivo de 23/03/2020 a 22/03/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 501/2021

Publicação N° 3003124

PORTARIA N° 501/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora ANDREIA PARAVIZI, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, pelo período aquisitivo de 19/03/2020 a 18/03/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 502/2021

Publicação N° 3003129

PORTARIA N° 502/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora KELLY PRISCILLA TREVISOL, ocupante do cargo permanente de Psicologa, pelo período aquisitivo de 10/06/2020 a 09/06/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 503/2021

Publicação N° 3003135

PORTARIA N° 503/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora PATRICIA BIEZUS, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, pelo período aquisitivo de 23/03/2020 a 22/03/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI
Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 504/2021

Publicação N° 3003140

PORTARIA N° 504/2021

CLEMOR ANTONIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Conceder férias à servidora VANESSA ALVES PEREIRA, ocupante do cargo permanente de Professor de Séries Finais, pelo período aquisitivo de 23/03/2020 a 22/03/2021, a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 30/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, 23 DE ABRIL DE 2021.

CLEMOR ANTONIO BATISTI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2021**

Publicação N° 3004286

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 021/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: Aquisição, fornecimento e montagem de 73 m² de divisórias divilux 35mm, com perfis em aço galvanizado com pintura em epóxi - poliéster pó nas alturas 3,41 e 1,30 m, incluindo uma porta de giro 80X2,10, com objetivo de atender as atividades administrativas do Poder Legislativo Municipal de Itá-SC, de acordo com as especificações na lista abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
73m²	Fornecimento e montagem de 73 m² de divisórias divilux 35mm, com perfis em aço galvanizado com pintura em epóxi - poliéster pó nas alturas 3,41 e 1,30 m, incluindo uma porta de giro 80X2,10.	173,9726	12.700,00
TOTAL			12.700,00

Contratada: AMPEZE DIVISÓRIAS E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.885.991/0001-44, com sede na Rua Augusto Sette, n. 601, Bairro Industriários, Concórdia-SC.

Forma de Pagamento: TED (Transferência Eletrônica Disponível) e ou boleto com emissão Nota Fiscal.

Itá, SC, 27 de abril de 2021.

EVERALDO ANTÔNIO SALVI

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3003981

PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME E EPP – SEDIADAS NO MUNICÍPIO OU NA REGIÃO

OBJETO: Contratação de empresas para locação mensal de 01 (uma) máquina tipo Pá carregadeira e 02 (duas) máquinas Motoniveladora, para a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 11 de maio de 2021, até as 08h50. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 11 de maio de 2021, as 09:00 horas. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 27 de abril de 2021. MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2021

Publicação Nº 3003987

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2021

OBJETO: Contratação de veículo de comunicação de radiodifusão através de emissora FM Comercial, para divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas/informativas, de Atos Oficiais, com interesse público, realizados pela Câmara de Vereadores de Itaiópolis e divulgados por meio da Assessoria de Imprensa.

Contratante: Câmara de Vereadores de Itaiópolis

Contratada: Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda.

Valor Total: R\$ 2.800,00

Vigência: até 31/12/2021, a contar da data da assinatura do Contrato

Itaiópolis, 15 de abril de 2021. Mozart José Myczkowski Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2021

Publicação Nº 3003993

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2021

OBJETO: Contratação de veículo de comunicação de radiodifusão através de emissora FM Comercial, para divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas/informativas, de Atos Oficiais, com interesse público, realizados pela Câmara de Vereadores de Itaiópolis e divulgados por meio da Assessoria de Imprensa.

Contratante: Câmara de Vereadores de Itaiópolis

Contratada: Fundação João XXIII – Rádio Nova Sintonia FM

Valor Total: R\$ 2.800,00

Vigência: até 31/12/2021, a contar da data da assinatura do Contrato

Itaiópolis, 19 de abril de 2021. Mozart José Myczkowski Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2021

Publicação Nº 3004015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2021

OBJETO: contratação de veículo de comunicação de radiodifusão FM Comercial para prestação de serviços, de divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas, e programa de governo de interesse público, realizado pelo Fundo Municipal de Saúde, divulgados por meio da Assessoria de Imprensa.

Contratante: Município de Itaiópolis/Fundo Municipal de Saúde

Contratada: Fundação João XXIII – Rádio Nova Sintonia FM

Valor Total: R\$ 10.946,52

Vigência: até 31/12/2021, a contar da data da assinatura do Contrato

Itaiópolis, 19 de abril de 2021. Mozart José Myczkowski Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2021

Publicação Nº 3004006

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 02/2021

OBJETO: contratação de veículo de comunicação de radiodifusão FM Comercial para prestação de serviços, de divulgação de matérias institucionais, eventos, campanhas educativas e informativas, e programa de governo de interesse público, realizado pela Prefeitura Municipal, divulgados por meio da Assessoria de Imprensa.

Contratante: Município de Itaiópolis

Contratada: Fundação João XXIII – Rádio Nova Sintonia FM

Valor Total: R\$ 15.600,00

Vigência: até 31/12/2021, a contar da data da assinatura do Contrato

Itaiópolis, 19 de abril de 2021. Mozart José Myczkowski Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

ERRATA Nº1 DO PREGÃO ELETRÔNICO 07.011.2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL Nº. 07.011.2021

Publicação Nº 3004799

Processo Licitatório nº 052 / 2021
Pregão Eletrônico nº. 07.011.2021

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 07.011.2021.

ERRATA Nº1
Onde se lê:

4 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES

(...)

4.13 – Todas as licitantes declaradas classificadas e devidamente habilitadas deverão apresentar em até 03 (três) dias úteis após a sessão, amostras dos itens em que são solicitadas, conforme especificações e características constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Leia-se:

4 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES

(...)

4.13 – Todas as licitantes declaradas classificadas deverão apresentar em até 03 (três) dias úteis após a sessão, amostras dos itens em que são solicitadas, conforme especificações e características constantes no Anexo I - Termo de Referência.

Onde se lê:

4 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES

(...)

4.14 - Todas as licitantes declaradas classificadas e devidamente habilitadas deverão apresentar em até 03 (três) dias após a sessão, Certificado de Registro do(s) Produto(s) ou Certificado de isenção correspondente de TODOS OS ITENS constantes no Anexo I - Termo de Referência, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentro do prazo de validade.

Leia-se:

4 – ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DEMAIS CONDIÇÕES

(...)

4.14 - Todas as licitantes declaradas classificadas deverão apresentar em até 03 (três) dias após a sessão, Certificado de Registro do(s) Produto(s) ou Certificado de isenção correspondente de TODOS OS ITENS constantes no Anexo I - Termo de Referência, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, dentro do prazo de validade.

A data de envio das "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação" permanece INALTERADA.

Itapema, 27 de abril de 2021.
Alexandre Furtado Kons dos Santos
Secretário Municipal de Saúde de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 100, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003606

DECRETO Nº 100, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO - CDM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Complementar nº 152, de 01 de março de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO, constante no Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 271, de 16 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 26 de abril de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antônio Scaloni

Secretaria de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 100, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO - CDM

Capítulo I Do Objetivo

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Município - CDM, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, que contará com a participação do poder público e da sociedade civil, criado pela Lei Complementar nº 152, de 01 de março de 2021.

Capítulo II Da Composição

Art. 2º O Conselho de Desenvolvimento do Município compor-se-á de forma paritária, com membros titulares e seus respectivos suplentes, designados por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo:

I - Representantes do Poder Público (titular e suplente):

- a) um membro titular e um suplente do Gabinete do Prefeito;
- b) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- c) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos;
- d) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente;
- e) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento;
- f) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal da Saúde;
- g) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- h) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;
- i) um membro titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

II - Representantes da Sociedade Civil (titular e suplente):

- a) um membro titular e um suplente da Associação Comercial e Industrial de Itapiranga - ASSEMIT;
- b) um membro titular e um suplente da Unidade Central de Educação FAI Faculdades - UCEFF;
- c) um membro titular e um suplente do Sistema de Crédito;
- d) um membro titular e um suplente do Sistema Cooperativo;
- e) um membro titular e um suplente do Sindicato dos Produtores Rurais;
- f) um membro titular e um suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- g) um membro titular e um suplente do Setor Industrial;
- h) um membro titular e um suplente dos profissionais liberais;
- i) um membro titular e um suplente do Sistema Financeiro.

Parágrafo único. Caberá a entidade representativa, em caso de desvinculação do membro representante, a indicação de substituto.

Capítulo III Da Finalidade e Atribuições do Conselho

Art. 3º O Conselho de Desenvolvimento do Município tem por objetivo a promoção do desenvolvimento local, harmônico e sustentável, por

meio da integração das ações do poder público com as organizações privadas, as entidades da sociedade civil organizada e os cidadãos, visando à melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição adequada e equilibrada da economia e a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Compete ao Conselho de Desenvolvimento do Município:

- I - promover a participação de todos os segmentos da sociedade local, organizados ou não, na discussão dos problemas, na identificação das potencialidades, na definição de políticas públicas de investimentos e ações que visem o desenvolvimento econômico e social do município;
- II - estudar e sugerir alterações que visem adequações, expansão e fortalecimento das atividades da política de desenvolvimento econômico municipal incluindo setor de comércio, indústria, serviços, prestação de serviços e turismo;
- III - auxiliar na busca de recursos financeiros necessários à viabilização dos projetos constantes Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal;
- IV - propor diretrizes para o estabelecimento da política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando à atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação das existentes;
- V - exercer o intercâmbio permanente com os demais órgãos: municipal, estadual e federal, organismos internacionais, instituições financeiras, visando a melhor execução da política de desenvolvimento municipal;
- VI - identificar problemas, buscar soluções e sugerir critérios e/ou diretrizes para geração de emprego e fortalecimento da economia;
- VII - instituir, quando necessário, comissões para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;
- VIII - promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;
- IX - identificar e divulgar as potencialidades econômicas do Município de Itapiranga, bem como sugerir diretrizes para a atração de investimento público e privado;
- X - criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação de políticas de desenvolvimento do Município;
- XI - promover a discussão e formulação de propostas, para servirem como subsídios à elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Municipal, bem como, articular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento.

Capítulo IV Da Organização e Funcionamento

Art. 5º O mandato dos conselheiros e seus respectivos suplentes, será de dois anos, sendo permitida a recondução.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º O Conselho de Desenvolvimento do Município será constituído de:

- I - Plenário do Conselho; e
- II - Diretoria Executiva.

Art. 7º O Plenário do Conselho será composto pelos titulares do Conselho e na ausência do titular, será substituído pelo suplente.

Art. 8º A Diretoria Executiva do Conselho será assim composta:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- IV - Vice-Secretário.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos na primeira reunião do Conselho, dentre seus membros titulares.

§ 2º O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de dois anos, permitida apenas uma recondução.

Art. 9º Os membros do Conselho de Desenvolvimento do Município, considerando o caráter relevante, prestarão serviços de forma gratuita ao Município de Itapiranga/SC, não caracterizando vínculo de emprego que importe em qualquer encargo trabalhista ou social.

Art. 10. O Conselho de Desenvolvimento do Município se reunirá trimestralmente, e extraordinariamente quando houver necessidade, mediante convocação feita pelo seu Presidente, pela maioria simples ou pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os assuntos e as deliberações do Conselho serão registrados em ata e publicados no site do Município de Itapiranga.

Art. 11. A Administração Municipal deverá fornecer ao Conselho os meios necessários para o seu funcionamento, disponibilizando espaço físico, apoio jurídico e administrativo para assessorar os membros do Conselho na execução de suas tarefas, bem como, disponibilizará legislação referente a desenvolvimento econômico.

Capítulo V Das Atribuições do Presidente

Art. 12. São atribuições do Presidente:

- I - Marcar, convocar e presidir as sessões do Conselho, tomando parte das discussões, e votações nos casos de empate;
- II - Decidir, soberanamente, as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;
- III - Propor planos de trabalho;
- IV - Convocar sessões extraordinárias;
- V - Assinar a correspondência oficial do Conselho;
- VI - Representar o Conselho nas solenidades e zelar pelo seu valor;
- VII - Dirigir a entidade e representá-la perante o Executivo Municipal e seus órgãos;
- VIII - Apreciar e decidir sobre os requerimentos de afastamento provisório ou definitivo dos membros do Conselho;
- IX - Convocar o suplente para assumir o mandato, no caso de vacância por afastamento provisório ou definitivo do membro efetivo;
- X - Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento do Conselho;

XI - Transmitir ao Prefeito Municipal as proposições aprovadas pelo Conselho.

Capítulo VI Das Atribuições do Vice-Presidente

Art. 13. Ao Vice-presidente compete:

- I - Substituir o Presidente em seus impedimentos e eventuais ausências;
- II - Propor planos de trabalho;
- III - Participar das votações;
- IV - Assessorar o Presidente.

Capítulo VII Das Atribuições do Secretário

Art. 14. Ao Secretário compete:

- I - Secretariar as sessões do Conselho;
- II - Redigir toda correspondência e comunicados, mediante aprovação do Presidente;
- III - Manter os serviços administrativos e arquivos em ordem;
- IV - Receber informações de outros órgãos, de interesse do Conselho e transmiti-las ao Presidente;
- V - Participar das discussões e votações nas sessões plenárias;
- VI - Lavrar as atas das sessões plenárias, constando, quando a votação não for unânime, o voto de cada Conselheiro;
- VII - Elaborar e submeter ao Conselho a pauta das sessões;
- VIII - Elaborar e emitir as convocações para as sessões extraordinárias;
- IX - Examinar os processos a serem apreciados pelo Plenário, autuando-os e dando cumprimento aos despachos nele proferidos;
- X - Prestar, em Plenário, as informações que lhe forem solicitadas pelo Presidente e pelos Conselheiros;
- XI - Encaminhar os processos aos relatores designados pelo Presidente.

Capítulo VIII Das atribuições do Vice-Secretário

Art. 15. Ao Vice-Secretário compete substituir o Secretário em seus impedimentos e eventuais ausências e exercer as atividades que a ele competem.

Capítulo IX Das atribuições dos Conselheiros

Art. 16. São obrigações e atribuições dos membros do Conselho:

- I - Comparecer às sessões plenárias, justificando as faltas quando ocorrerem;
- II - Discutir e votar assuntos debatidos em plenário;
- III - Assinar a presença em registro próprio;
- IV - Solicitar à Presidência, convocação de reunião extraordinária para apreciar assunto relevante ou urgente;
- V - Solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou de titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;
- VI - Solicitar, em Plenário, esclarecimentos que julgar necessários;
- VII - Pedir vista de processo e requerer adiamento de votação;
- VIII - Assinar os pareceres dos processos em que for relator;
- IX - Declarar-se impedido;
- X - Exercer outras atribuições, com a participação nas câmaras temáticas comissões que lhe forem solicitadas pela Presidência.

Capítulo X Da Substituição de Conselheiro

Art. 17. As Entidades integrantes poderão substituir os seus representantes junto ao Conselho a qualquer tempo desde que o intuito seja contribuir com o aperfeiçoamento dos objetivos constantes neste Regimento Interno.

Art. 18. O Presidente do Conselho notificará a Entidade representada para que promova a substituição, para a próxima reunião ordinária, dos seus representantes no caso de registradas três faltas consecutivas ou cinco alternadas.

Parágrafo único. Considerar-se-á falta o não comparecimento às reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho.

Capítulo XI Do Plenário do Conselho e das Sessões Plenárias

Art. 19. O Plenário do Conselho será composto pelos titulares do Conselho e na ausência do titular, será substituído pelo suplente.

Art. 20. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos Conselheiros presentes à sessão, cabendo ao Presidente o voto decisivo nos casos de empate.

Parágrafo único. As sessões do Conselho só poderão ocorrer com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 21. As sessões plenárias obedecerão a seguinte ordem:

- I - Instalação dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;
- II - Avisos, comunicações, registros de fatos, correspondências e documentos de interesse do Plenário;
- III - Leitura, discussão e aprovação da ordem do dia;
- IV - Encaminhamento sobre a forma de votação dos assuntos a serem discutidos;
- V - Desenvolvimento da sessão plenária;
- VI - Leitura da ata da reunião;

VII - Discussão, aprovação e assinatura da ata;

VIII - Encerramento da reunião pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo único. O Secretário do Conselho deverá enviar a todos os Conselheiros, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a pauta a ser discutida nas sessões ordinárias.

Art. 22. Todas as deliberações tomadas nas sessões plenárias do Conselho serão lavradas em ata pelo Secretário e assinadas pelo Presidente, Secretário e Conselheiros na mesma sessão.

Capítulo XII Das Comissões

Art. 23. As comissões do art. 4º, VII do presente Regimento Interno serão formadas dentre integrantes do Plenário do Conselho (titulares e suplentes) e demais membros indicados pelo Conselho através do poder público e dos representantes da sociedade civil a pedido do Presidente da Diretoria Executiva ou por indicação de algum membro, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões, com aprovação do Conselho.

§1º A composição das comissões será nomeada pelo Executivo Municipal através de decreto mediante indicações do presidente do Conselho.

§2º Os integrantes das comissões poderão ser de até 5 pessoas de fora do Conselho e de até 6 pessoas do próprio Conselho.

Capítulo XIII Das Disposições Finais

Art. 24. É vedado ao Conselho de Desenvolvimento do Município- CDM tratar ou envolver-se em assuntos diversos de seus objetivos especialmente os de natureza político partidária, religião ou raça.

Art. 25. O Conselho de Desenvolvimento do Município deverá articular-se com a Federação Catarinense de Municípios - FECAM e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste- AMEOSC, visando o planejamento e a execução de projetos regionais.

Art. 26. As omissões deste Regimento serão dirimidas ou resolvidas mediante aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 27. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 28. Este Regimento foi aprovado pela Plenária do Conselho de Desenvolvimento do Município em reunião realizada no dia 20 de abril de 2021 e será publicado por meio de ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 29. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho de Desenvolvimento do Município, 26 de abril de 2021.

Edson Schneider

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO N° 047/2020

Publicação N° 3003480

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 047/2020

Aditivo N°: Rescisão 047/2020

Tipo Aditivo: Rescisão Contratual

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 90/2020

Objeto: RESCISÃO CONTRATUAL DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA SOBRE A RUA DA MATRIZ, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE N° 872032/2018/MTUR/CAIXA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO.

Vigência: Início: 26/04/2021 Término: 26/04/2021

Assinatura: 26/04/2021

Itapiranga, 27 de abril de 2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 026/2021

Publicação N° 3004212

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 026/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: UCEFF- UNIDADE CENTRAL DE EDUCAÇÃO FAI FACULDADES LTDA
Licitação: Inexigibilidade 36/2021
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.
Vigência: Início: 23/04/2021 Término: 31/08/2021
Assinatura: 23/04/2021
Valor R\$: 7.500,00 (Sete Mil e Quinhentos Reais)
Dotação: 152 - 06.001.2019.3339039050000000000.01011001
Itapiranga, 27 de abril de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO N° 027/2021

Publicação N° 3004223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 027/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
Licitação: Pregão Presencial 23/2021
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA PESADA TIPO MOTONIVELADORA, NOVA, ZERO HORA E UMA MINICARRECADEIRA, NOVA, ANO 2021, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.
Vigência: Início: 27/04/2021 Término: 27/04/2022
Assinatura: 27/04/2021
Valor R\$: 792.000,00 (Setecentos e Noventa e Dois Mil Reais)
Dotação: 278 - 11.001.1038.3449052400000000000.01001000
Dotação: 381 - 03.002.1009.3449052400000000000.03001000
Dotação: 382 - 11.001.1038.3449052400000000000.03001000
Itapiranga, 27 de abril de 2021.

Itapoá

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº26-21-ZAGONEL &BALSANELLI

Publicação Nº 3003629

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº26-2021

CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada visando reforma do Gabinete do Prefeito com área de 28,17m2 conforme projeto básico, localizado a Rua Mariana Michels Borges, nº201, prédio sede do Município.

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Empresa ZAGONEL & BALSANELLI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E ENGENHARIA LTDA

Valor R\$: 32.645,00 (trinta e dois mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/04/2021

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (Trinta) dias corridos a partir da assinatura.

BASE LEGAL: Art. 24, I da Lei nº 8.666/93 c/c art. 1º I "a" do Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 22 de abril de 2021.

JONECIR SOARES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 7149/2021

Publicação Nº 3003685

PORTARIA Nº 7.149/2021.

De: 21 de abril de 2021.

Dispõe sobre concessão de licença ao servidor (a), por motivo de doença em pessoa da família, conforme Lei Municipal 44/2014, Art. 130 e 131.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Licença por motivo de Doença em Pessoa da Família, a partir de 25 de abril de 2021 à 23 de junho de 2021 (60 dias) ao (a) servidor (a) GILMAR SANTIN, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II - G.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, e seus efeitos a partir de 25.04.21.

Itapoá - SC, 21 de abril de 2021.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Agente Administrativo I

TERMO ADITIVO Nº 39/2021 - CONTRATO Nº 61/2020 - 3º ADITIVO

Publicação Nº 3003576

TERMO ADITIVO Nº 39/2021 DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2020. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR, brasileira, casada, portadora do CNPJ/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1660, nº 510, Bairro: Princesa do Mar, neste Município, e a empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME, com sede à Rua Arnaldo Zuqui, nº 70, Bairro: Dom Joaquim, na cidade de Brusque/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.404.978/0001-75 e Inscrição Estadual nº 258.287.578, representada neste ato pelo sócio administrador, o Sr. LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR, portador do CNPJ/MF nº 066.314.889-82 e do CI.RG nº 51.091.364 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo visando o reequilíbrio econômico financeiro a Contratação de empresa com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais para a urbanização e pavimentação da Avenida das Margaridas, TRECHO I, com extensão de 800metros, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 32/2019 - PROCESSO Nº 147/2019, de acordo com

a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

1.1. Altera cláusula primeira "do objeto" visando o reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o valor total do contrato de R\$ 999.999,97 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) à R\$ R\$ 1.008.680,96 (um milhão, oito mil seiscentos e oitenta reais e noventa e seis centavos).

1.2. O reequilíbrio do Contrato Administrativo nº 61/2020 corresponde o valor de R\$ 8.680,99 (oito mil, seiscentos e oitenta reais e noventa e nove centavos) referente valor total do contrato totalizando reajuste de 0,868099%.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1. O presente termo aditivo passa a vigorar a partir da data 27/04/2021, com vigência condicionada ao Contrato Administrativo nº 61/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 61/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

3.2. E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Contrato Administrativo nº 61/2020, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 27 de abril de 2021.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC STEFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CONTRATADA DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR
THIAGO LICHESKI DOS SANTOS DIRETOR DE OBRAS ENGENHEIRO CIVIL FISCAL DO CONTRATO	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA Nº 02/2021

Publicação Nº 3003995

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
DATA: 28 de abril de 2021. HORÁRIO: 09h00min (abertura)

CONCORRÊNCIA Nº 02/2021– PROCESSO Nº 16/2021, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA EM GERAL, JARDINAGEM, CAPINAÇÃO, VARRIÇÃO MECANIZADA E MANUAL NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, PAVIMENTADAS OU NÃO, PINTURA DE MEIOS-FIOS, LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS PARA A LIMPEZA DAS REFERIDAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MAQUINÁRIOS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise das impugnações protocoladas sob o nº 6752/2021, pela empresa requerente: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Dona Leopoldina, nº 26, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-090; impugnação protocolada sob o nº 6770/2021, pela empresa requerente GM INSTALADORA EIRELI, com sede na Rua Frei Menandro Kamps, nº 298, na cidade de Canoinhas/SC, CEP: 89.460-000; impugnação protocolada sob o nº 6765/2021, pela empresa requerente SANITARY SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI, com sede na Rua Doutor Otto Feuerschuetz, nº 43, na cidade de Tubarão/SC, CEP: 88.705-020; impugnação protocolada sob o nº 6756/2021, pela empresa requerente CLEANMAX SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Honório Augusto de Camargo, nº 61, na cidade de São Lourenço da Serra/SP, CEP: 6.890-000, e pedidos de esclarecimento protocolados sob os nº 6772/2021 e 6762/2021, pela empresa requerente ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Dona Leopoldina, nº 26, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-090.

Itapoá, 27 de abril de 2021.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

STÉFANIE LIARA CASTILHO DE AGUIAR
SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

RESOLUCAO CMAS 002.2021 - APROVA PLANO DE TRABALHO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Publicação Nº 3003688

**Conselho Municipal de
Assistência Social de Itapoá****RESOLUÇÃO nº 002/2021**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho do Estado de Santa Catarina.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 (LOAS) e pela Lei Municipal nº 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 30 de agosto de 2018 e Lei Municipal 888/2019 de 15 de julho de 2019 as quais que dispõem sobre a Política de Assistência Social no Município e,

- **CONSIDERANDO** a proposta encaminha por meio do Ofício SMAS 042/2021;
- **CONSIDERANDO** a Orientação Técnica GFEAS/DIAS/SDS de 05 de abril de 2021;
- **CONSIDERANDO** a reunião plenária ocorrida em 16/04/2021, ata CMAS 005/2021.

DECIDE

Por unanimidade, aprovar o PLANO DE TRABALHO 2021.

Itapoá, 16 de abril de 2021

Roseli Itner
Presidente do CMAS

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 256/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021**

Publicação Nº 3003750

PORTARIA N. 256/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Dispõe sobre os processos digitais de admissões e exonerações de servidores realizados pelo Setor de Recursos Humanos, no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá.

Tiago de Oliveira – Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas nos incisos I e II do artigo 30 da Constituição Federal, dos incisos II e VI do artigo 44 da Lei Orgânica de Itapoá e incisos II, V, XIII, XXV, XXVII, XXIX e XXX, todos do Regimento Interno da Câmara,

Considerando o disposto no parágrafo 4º do artigo 45 da Lei Orgânica de Itapoá, que estabelece que a Resolução Legislativa disporá sobre o uso de assinatura digital nos documentos na Câmara Municipal de Itapoá, entre outros;

Considerando a Resolução Legislativa n. 14/2016, que dispõe sobre o processo administrativo e legislativo eletrônico no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá, com destaque para o inciso V do artigo 2º e artigos 12, 14 e 15, todos do respectivo diploma legal;

Considerando as disposições da Lei 14.129/2021, que dispõe sobre os princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, tendo como instrumento o uso da tecnologia para otimizar a rotina de trabalho da administração pública e para simplificar os processos;

Considerando o artigo 8º da Portaria n. 255/2021, que trata da investidura dos cargos de provimento efetivo e comissionado, bem como os processos de vacância do cargo público, a serem realizados com a produção documental em formato digital e com observância das disposições dos artigos 8º, 9º, 10, 11, 12 e 16, 17, 18 e 36, e demais disposições da Lei Complementar n. 44/2014.

Considerando as disposições da Portaria n. 254/2021, que trata da regulamentação e do controle documental nas requisições por formulário eletrônico nos processos administrativos e legislativos no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá/SC.

Considerando o atual estágio de evolução administrativa e tecnológica da Casa e o avanço no processo administrativo 100% digital na gestão documental no Setor de Recursos Humanos, com destaque para os princípios da transparência e da eficiência –

RESOLVE:

Art. 1º As nomeações e as exonerações dos cargos públicos de provimento efetivo e/ou comissionado, bem como as demais formas de provimento e vacância de cargos do quadro permanente, serão todos realizados com a produção documental em formato digital, por meio de preenchimento de formulário eletrônico específico para essa finalidade, sendo observadas as disposições dos artigos 8º, 9º, 10, 11, 12, 16, 17, 18 e 36 da Lei Complementar nº 44/2014.

Parágrafo único. O mapeamento do processo administrativo digital está detalhado no ANEXO I da presente Portaria.

Art. 2º Os processos de admissões e de exonerações iniciam a partir do preenchimento completo do formulário eletrônico pela respectiva chefia imediata do servidor a ser admitido ou exonerado, nos termos da Portaria nº 188/2020, estando as informações e os documentos exigidos nos termos do ANEXO II da presente Portaria.

§1º Ficam designados os servidores vinculados aos Setores de Recursos Humanos e de Informática para orientar e auxiliar os agentes políticos e os servidores sobre os procedimentos administrativos da Casa, sem prejuízo da responsabilidade da chefia imediata e do servidor a ser admitido ou exonerado em realizar o levantamento documental para o andamento do processo.

§2º O formulário será disponibilizado nos termos do artigo 7º da Portaria nº 254/2021, de forma centralizada para acesso pelos servidores e vereadores, num único link disponível no site institucional da Casa, em uma área denominada "Restrito", com o link localizado no menu superior direito da página inicial www.camaraitapoa.sc.gov.br.

§3º Nos casos em que não for concluído o preenchimento completo do formulário por falta de documentos, fica admitido o preenchimento parcial do formulário eletrônico para posterior continuidade no cadastro, com o recebimento de uma cópia do formulário por e-mail para permitir posterior edição, sem prejuízo da obrigatoriedade da apresentação informacional e documental para conclusão da fase inicial do processo.

§4º Protocolos realizados por outros meios serão indeferidos pelo servidor responsável pela análise documental do Setor de Recursos Humanos.

§5º Os exames médicos necessários à nomeação ou à exoneração de servidores, referentes à aptidão física e mental para exercício do cargo, conforme dispõe o §1º do artigo 16 da Lei Complementar Municipal n. 44/2014 (do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itapoá), serão agendados, realizados e custeados unicamente pelos interessados na nomeação/exoneração ou outra forma de provimento ou vacância de cargo, sendo que os referidos exames deverão ser anexados ao formulário citado no caput.

Art. 3º Após o preenchimento completo do formulário eletrônico, o Setor de Recursos Humanos realizará a análise do processo e indicará por e-mail as informações e/ou documentos faltantes e/ou inconsistentes, para que a chefia imediata responsável pela cadastro do formulário em conjunto com o servidor a ser admitido ou exonerado possam editar o formulário e concluir o processo de admissão ou exoneração.

Parágrafo único. Enquanto não forem sanadas as inconsistências indicadas pelo Setor de Recursos Humanos com a atualização do respectivo formulário eletrônico, o andamento do processo administrativo de admissão ou exoneração fica desautorizado.

Art. 4º Após a aprovação do formulário eletrônico pelo Setor de Recursos Humanos, o processo administrativo será:

I - instruído com a minuta da Portaria de Admissão ou Exoneração do servidor, desenvolvido pelo Setor de Recursos Humanos;

II - compilado e os documentos concatenados sequencialmente, com observância do ANEXO II, para a geração de um único arquivo em formato .PDF, sendo esse serviço realizado pelos Setores de Informática e de Recursos Humanos;

III - enviado para assinatura digital do Presidente, na qualidade de ordenador de despesa;

IV - competência do Setor de Recursos Humanos disponibilizar tanto a Portaria e quanto o Processo Compilado na respectiva pasta digital dos servidores da Casa, vinculado à conta registroponto@camaraitapoa.sc.gov.br, após os documentos assinados pelo Presidente; e

V - competência do responsável pelo Setor de Recursos Humanos preencher a planilha de controle dos respectivos formulários de admissão ou exoneração, para dar ciência ao Setor de Informática e para assegurar o andamento do processo, isso após os documentos devidamente assinados e disponibilizados na pasta digital.

Art. 5º A partir da disponibilização na pasta digital do registroponto@camaraitapoa.sc.gov.br da Portaria de Admissão ou de Exoneração e do Processo Compilado, sendo tudo devidamente assinado digitalmente pelo Presidente e mediante notificação de conclusão da análise do

Setor de Recursos Humanos na planilha de controle do formulário de admissão ou exoneração, então compete ao Setor de Informática:

I - realizar a criação do e-mail oficial no caso de admissão do servidor e a desativação do e-mail oficial no caso de exoneração do servidor, bem como dar os devidos esclarecimentos sobre o uso e a responsabilidade do e-mail oficial;

II - nos processos de admissão, criar o Termo de Uso e de Responsabilidade do E-mail Oficial, com observância do inciso X do artigo 2º da Resolução n. 14/2016, e encaminhar o respectivo e-mail para assinatura digital do servidor recém-admitido;

III - encaminhar o Processo Compilado de admissão ou exoneração para assinatura digital do servidor recém-admitido, para o responsável pelo Setor de Recursos Humanos e também para a Chefia Imediata responsável pelo cadastro do formulário eletrônico;

IV - nos processos de admissão, encaminhar o servidor para a criação do certificado digital padrão ICP-Brasil junto à autoridade certificadora contratada pela Casa e orientar o servidor sobre o uso da assinatura digital no âmbito da atuação profissional;

V - nos processos de admissão, criar o cadastro no equipamento de Registro Eletrônico de Ponto Biométrico da Casa e o registro de biometria válida a partir da coleta e da vinculação da digital do servidor, bem como orientar sobre a obrigatoriedade do registro diário da jornada no REP para a jornada de trabalho realizada na sede da Câmara, quanto ao processo de exoneração, suspender o cadastro;

VI - criar ou excluir o cadastro no sistema do Ponto Móvel e o registro de biometria válida a partir da coleta e da vinculação do reconhecimento facial do servidor a partir de aplicativo pelo celular do servidor, bem como orientar sobre a obrigatoriedade do registro diário da jornada no Ponto Móvel para a jornada de trabalho externa realizada fora da sede da Câmara;

Art. 6º A Portaria da admissão deverá prever um prazo mínimo de 3 (três) dias úteis entre a data de publicação e a data dos efeitos jurídicos para a admissão, com o objetivo de assegurar prazo para a criação do certificado no padrão ICP-Brasil e condicionar a assinatura digital dos documentos de admissão pelo futuro servidor.

Parágrafo único. No caso de a assinatura digital nos documentos de admissão pelo servidor a ser admitido não ser no prazo estipulado na Portaria, considerar-se-á sem efeito a Portaria de admissão, sem prejuízo de expedição de nova Portaria após a regularização da situação cadastral do respectivo servidor.

Art. 7º Após todos os documentos estarem devidamente assinados digitalmente, compete aos Setores de Recursos Humanos e de Informática disponibilizar os documentos eletrônicos na respectiva pasta digital do servidor recém-admitido, sendo a pasta digital conjunta com a disponibilização mensal do holerite e do registro ponto, entre outras informações de interesse do servidor.

§1º Nos processos de admissão, compete ao Setor de Informática disponibilizar acesso ao servidor recém-admitido de sua respectiva pasta funcional e disponibilizar o link de acesso e as orientações sobre o uso do sistema.

§2º Nos processos de exoneração, compete ao Setor de Informática arquivar digitalmente a respectiva pasta funcional do servidor exonerado.

Art. 8º Os processos de admissão ou de exoneração, em todas as fases, estará disponível para consulta em modo leitura pela Unidade de Controle Interno, para acompanhamento dos processos, análise documental e emissão dos pareceres, nos casos definidos em Lei.

Art. 9º As demais disposições definidas na Resolução Legislativa n. 14/2016 se aplicam, no que couber ao processo administrativo digital no Setor de Recursos Humanos.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 27 de abril de 2021.

Tiago de Oliveira
Presidente
[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

ANEXO I – MAPEAMENTO DO PROCESSO DE ADMISSÃO OU EXONERAÇÃO

ANEXO II - SEQUÊNCIA DAS INFORMAÇÕES E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NOS PROCESSOS DIGITAIS PARA A ADMISSÃO OU A EXONERAÇÃO DE PESSOAL

1. Ficha de Registro de Emprego com as informações solicitadas diretamente a partir do formulário eletrônico;
 2. Foto digital na dimensão ¾;
 3. Portaria de Nomeação ou Exoneração (responsabilidade do RH);
 4. RG digitalizado;
 5. CPF digitalizado ou comprovante de situação cadastral do CPF;
 6. Certidão de Nascimento e/ou Casamento digitalizada;
 7. Comprovante de endereço;
 8. Carteira de Trabalho – CTPS digitalizado;
 9. PIS/PASEP digitalizado;
 10. Título de Eleitor digitalizado;
 11. Certidão de Quitação Eleitoral;
 12. Qualificação cadastral - E-Social;
 13. Declaração de Bens preenchido diretamente pelo formulário eletrônico;
 14. Certidão de Antecedentes Criminais;
 15. Atestado de Saúde Ocupacional, o qual deverá ser instruído com os exames eventualmente requisitados por meio de edital de concurso público, se for o caso.
 16. Comprovante de Escolaridade digitalizado;
 17. Carteira de reservista (obrigatório apenas para homens);
- Documentos desenvolvidos pelo RH que serão assinados digitalmente no processo:
18. Declaração de Termo de Responsabilidade sobre não acumulação de cargos públicos;

19. Declaração de penalidade sofridas no âmbito da Administração Pública;
 20. Declaração do nepotismo nos termos da Lei Orgânica de Itapoá;
- Caso tenha filhos:
21. Certidão de Nascimento do filho digitalizada;
 22. RG dos filhos digitalizado;
 23. Carteira de vacinação dos filhos digitalizada;
 24. Histórico Escolar dos filhos digitalizado;
 25. Frequência Escolar dos filhos digitalizada;

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020/PMI

Publicação Nº 3003473

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE ADITIVO PREGÃO nº. 31/2020/PMI

Processo: 43/2020/PMI – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2020B/PMI

1º Termo Aditivo Pregão Presencial nº 31/2020/PMI. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: J P BELEZE, CNPJ nº 121.340.239-53. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPE, DUPLAGEM, VULCANIZAÇÃO E CONsertos DE DIVERSOS PNEUS, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Espécie: Aditivo de Valor. Pregão Presencial nº 31/2020/PMI. O presente termo aditivo objetiva a alteração de 21,84% no valor global dos itens vencidos, no valor de R\$ 48.518,00 (Quarenta e oito mil, quinhentos e dezoito reais). Fundamento Legal: art. 65, inciso II, letra d, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 22 de abril de 2021. Gervásio Maciel – Prefeito.

EXTRATO DE ADITIVO - TOMADA DE PREÇO Nº 18/2020/PMI

Publicação Nº 3003204

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE ADITIVO TOMADA DE PREÇO nº. 83/2020/PMI

Processo: 83/2020/PMI – TOMADA DE PREÇO Nº 18/2020/PMI

1º Termo Aditivo Tomada de Preço nº 18/2020. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES SA, CNPJ nº 83.665.141/0001-50. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECAPEAMENTO COM ASFALTO DA AVENIDA BRASIL E RUA 24 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO. Espécie: Aditivo de Preço. Tomada de Preço nº 18/2020. O presente termo aditivo objetiva a renovação no prazo de vigência do contrato no período de 28/04/2021 à 28/06/2021. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 27 de abril de 2021. Gervásio Maciel – Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 01/2021/FEX - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021/FEX

Publicação Nº 3003571

A FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 01/2021/FEX – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021/FEX

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: IMPACTO TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA; CNPJ:04.534.030/0001-39; VALOR GLOBAL: R\$ 15.100,00 (Quinze mil e cem reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM O OBJETIVO DE CADASTRO, VISANDO PROMOVER O ORDENAMENTO A FORMALIZAÇÃO E A LEGALIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS. SERÃO CADASTRADAS TODAS AS EMPRESAS DOS SETORES DE ACAMPAMENTOS TURÍSTICOS, AGENCIAS DE TURISMOS, MEIOS DE HOSPEDAGEM, ORGANIZADORAS DE EVENTO, PARQUES TEMÁTICOS, TRANSPORTADORAS TURÍSTICAS, CASAS DE ESPETÁCULO, CENTRO DE CONVENÇÕES, EMPREENDIMENTOS DE ENTRETENIMENTO E LAZER E PARQUES AQUÁTICOS, EMPREENDIMENTOS DE APOIO AO TURISMO NÁUTICO OU A PESCA DESPORTIVA, LOCADORAS DE VEÍCULOS PARA TURISTAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA PARA EVENTOS, PRESTADORAS ESPECIALIZADAS EM SEGMENTOS TURÍSTICOS, RESTAURANTES, CAFETERIAS, BARES E SIMILARES. Data da assinatura: 26 de abril de 2021 – Gervásio José Maciel – Prefeito.

LEI Nº 2.829, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004318

LEI Nº 2.829, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“Acrescenta dispositivos na Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, que Dispõe o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD de Ituporanga.”

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga, no exercício de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de Ituporanga aprovou e eu sancionou e promulgo a presente Lei:

Art. 1º. Ficam acrescentados os seguintes dispositivos na Lei nº 2.302, de 21 de junho de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 6 “A” A fim de evitar prejuízo às atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD, a não indicação de membros por alguma das entidades referidas no Art. 3º da Lei 2.302, não impedirá a nomeação e a posse dos conselheiros

regularmente indicados.

Parágrafo Único: A entidade que não indicar seu representante deverá ser notificada para sanar a irregularidade.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

PORTARIA Nº 693, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004290

PORTARIA Nº 693, DE 22 DE MARÇO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUCAS SERAFIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para desempenhar suas funções em regime de sobreaviso, de segunda à sexta-feira – das 17 às 24h e sábado – das 09 às 20h, a fim de que acompanhe a pesagem do lixo, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Fica revogada a Portaria 1.981, de 14 de setembro de 2020, a partir de 16 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de março de 2021.

Ituporanga, 22 de março de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

LAURA CELLARIUS

Secretária da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFY PETRY

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 830, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004330

PORTARIA Nº 830, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora GISELE WEBER SEBOLD, ocupante cargo de ENFERMEIRO, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 07 (sete) dias a contar de 26.04.2021 a 02.05.2021, referente ao período aquisitivo de 03.04.2019 a 02.04.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS

Secretária da Saúde

PORTARIA N° 831, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004333

PORTARIA N° 831, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar n° 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora CARINA DE SOUZA, ocupante cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 26.04.2021 a 25.05.2021, referente ao período aquisitivo de 01.04.2020 a 31.03.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS

Secretária da Saúde

PORTARIA N° 832, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004338

PORTARIA N° 832, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar n° 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora ILDA BEATRIZ BECKER LUCHTENBERG, ocupante cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 20 (vinte) dias a contar de 26.04.2021 a 15.05.2021, referente ao período aquisitivo de 17.04.2020 a 16.04.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS

Secretária da Saúde

PORTARIA N° 833, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004340

PORTARIA N° 833, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar n° 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora CLEIDE APARECIDA SCHUTZ, ocupante cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 28.04.2021 a 27.05.2021, referente ao período aquisitivo de 05.04.2020 a 04.04.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 28 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 834, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004344

PORTARIA Nº 834, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora MARIA JOSE SALES DA COSTA, ocupante cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 03.05.2021 a 01.06.2021, referente ao período aquisitivo de 02.05.2020 a 01.05.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 835, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004352

PORTARIA Nº 835, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora LIRIANE CONSTANTINO DA SILVA, ocupante cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 03.05.2021 a 01.06.2021, referente ao período aquisitivo de 02.05.2020 a 01.05.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 836, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004355

PORTARIA Nº 836, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora CELIA SCHURHAUS, ocupante cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 03.05.2021 a 01.06.2021, referente ao período aquisitivo de 05.04.2020 a 04.04.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 837, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004359

PORTARIA Nº 837, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora MARCIA LEONICE DA SILVA EYNG, ocupante cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, vinculada na Secretaria de Saúde gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 03.05.2021 a 01.06.2021, referente ao período aquisitivo de 05.04.2020 a 04.04.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS

Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 838, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004361

PORTARIA Nº 838, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JULIANA APARECIDA DA ROSA ALVES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO na Secretaria da Saúde, no período de 22/04/2021 a 29/04/2021, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 839, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004364

PORTARIA Nº 839, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora CLEIDE APARECIDA SCHUTZ, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE na Secretaria da Saúde, no período de 19/04/2021 a 23/04/2021, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 845, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004367

PORTARIA Nº 845, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o inciso IV do artigo 140 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE;

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora VIVIANA CARLA LUCKMANN, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO na Secretaria da Saúde, a partir de 14.04.2021, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.
GERVÁSIO MACIEL
Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Secretário da Administração

ALINE DE ABREU POSTAIS
Secretária da Saúde

PORTARIA Nº 850, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004371

PORTARIA Nº 850, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos de nomeações da servidora MARISTELA SENS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e demais atos pertinentes a esse Órgão Público, em virtude do assentamento de seu óbito, conforme certidão anexa.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de abril de 2021.

Ituporanga, 27 de abril de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

HUGO TEIXEIRA DA SILVA

Procurador Geral do Município

Secretário da Administração

SANDRA BEZERRA LOFFI PETRY

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Jaborá

PREFEITURA

AVISO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2021

Publicação Nº 3003501

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

O MUNICÍPIO DE JABORÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Clevson Rodrigo Freitas, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 10 de maio de 2021, às 09 horas, destinado a REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS DE, BRITA, PÓ DE PEDRA, PEDRA RACHÃO, PEDRA PARALELEPÍPEDO E AREIA, PARA UTILIZAÇÃO NAS VIAS DO MUNICÍPIO E, OUTRAS OBRAS PÚBLICAS. A PRESENTE LICITAÇÃO SERÁ DO TIPO MENOR PREÇO, tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 28 de abril de 2021.

Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2019

Publicação Nº 3004797

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 42/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 80/2019.

Contrato Administrativo nº: 93/2019.

Objeto: TEM POR OBJETO O PRESENTE TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2019, ORIGINÁRIO DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2019.

Vigência: 03 de maio de 2021 à 02 de junho de 2021

Contratante: Município de Jaborá.

Contratada: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03.

Jaborá, SC, 28 de abril de 2021.

Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º128/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003978

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 128/2021, de 26 de abril de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias aos servidores referente ao período aquisitivo e de gozo, conforme abaixo relacionado:

Servidor Público	Período aquisitivo	Período de gozo
Deoclécio Correia	04/03/2019-03/03/2020	16/04/2021-15/05/2021
Tatiane Calegari	14/03/2019-13/03/2020	12/04/2021-11/05/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/04/2021.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO

Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000

Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br

CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA N.º129/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003983

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 129/2021, de 26 de abril de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias aos servidores referente ao período aquisitivo e de gozo, conforme abaixo relacionado:

Servidor Público	Período aquisitivo	Período de gozo
Iolando Peres de Oliveira	12/01/2020-11/01/2021	03/05/2021 – 01/06/2021
Maiquel Lidiekson Massignani Nora	08/11/2019-07/11/2020	07/05/2021 – 05/06/2021
Tiago Ângelo Toigo	01/07/2020-30/06/2021	03/05/2021 - 27/05/2021
Ismael Carlos Moresco	01/04/2020-31/03/2021	03/05/2021 - 03/06/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 26/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO

Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000

Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br

CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA N.º130/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003988

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 130/2021, de 27 de abril de 2021.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido aos servidores abaixo relacionados, o pagamento do adicional de 50% das férias gozadas anteriormente e que tiveram seus pagamentos postergados conforme a portaria 074, de 24 de abril de 2020.

Funcionário	Período aquisitivo
Luiz Guimaraes Borges	02/02/2020-01/02/2021
Franciely Amaro Ferreira	02/01/2020-01/01/2021
Natalina da Silveira	09/02/2020-08/02/2021

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2021.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO

Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000

Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br

CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA N.º131/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004101

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 131/2021, de 27 de abril de 2021.

“CONTRATA TEMPORARIAMENTE JANETE LUIZA DEMARTINI ARTIFON PARA O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO, E REVOGA A PORTARIA Nº 124/2021 ERRONEAMENTE PUBLICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante na Chamada Pública 004/2021,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, JANETE LUIZA DEMARTINI ARTIFON, devidamente qualificada na ficha de inscrição constante na chamada publica n. 04/2021, para ocupar o Cargo de Agente de Manutenção, subordinada à Secretaria de Infraestrutura, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 19 de abril de 2022.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/04/2021.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 124/2021, de 20 de abril de 2021, que erroneamente nomeou em duplicidade a servidora Francalas Correa, ao invés da servidora Janete Luiz Demartini.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º132/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004103

Estado de Santa Catarina
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA N.º. 132/2021, de 27 de abril de 2021.

“EXONERA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora CACIA MARIA DORIGON, nomeada por meio da Portaria 098/2019, do cargo de Agente de Higienização, Copa e Cozinha.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09/04/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria n.118/2021, de 13 de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO
Secretário de Administração

Ângelo Poyer, 320 – Rua Centro – Fone (49) 35262000
Email: prefeitura@jabora.sc.gov.br
CEP: 89.677-000 – Jaborá – Santa Catarina

PORTARIA N.º133/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004551

Estado de Santa Catarina
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA N.º. 133, de 27 de abril de 2021.

“DESIGNA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o disposto no art. 68 da Lei N.º 4.320/64;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal N.º 1.521/2014;

CONSIDERANDO, o disposto na Instrução Normativa N.º TC-14/2012 do TCE/SC; e

CONSIDERANDO, o disposto na Instrução Normativa N.º CGM-02/2019 do TCE/SC

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor PEDRO PIRES, ocupante do cargo de MOTORISTA, subordinado à Secretaria de Educação e Desporto, para que o mesmo possa efetuar o pagamento de despesas de pequena monta e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, pelo regime de adiantamento.

Art. 2º Os recursos financeiros serão movimentados em conta bancária específica e vinculada e serão movimentados através da emissão de cheques nominais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º134/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004555

Estado de Santa Catarina
GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA N.º. 134, de 27 de abril de 2021.

“DESIGNA O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o disposto no art. 68 da Lei N.º 4.320/64;
CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal N.º 1.521/2014;
CONSIDERANDO, o disposto na Instrução Normativa N.º TC-14/2012 do TCE/SC; e
CONSIDERANDO, o disposto na Instrução Normativa N.º CGM-02/2019 do TCE/SC

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor EDIMAR GONÇALVES, ocupante do cargo de MOTORISTA, subordinado à Secretaria de Educação e Desporto, para que o mesmo possa efetuar o pagamento de despesas de pequena monta e que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, pelo regime de adiantamento.

Art. 2º Os recursos financeiros serão movimentados em conta bancária específica e vinculada e serão movimentados através da emissão de cheques nominais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27/04/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 28/abril/2021.

RICHARD MORO
Secretário de Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

ERRATA - DECRETO N°. 049 DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003703

ERRATA

Errata DECRETO N°. 049 DE 12 DE ABRIL DE 2021, publicado na data de 22/04/2021 (Segunda-feira) Edição N° 3478, pág. 586.

Onde se lê:

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Titulares: Maria Luiza Borba Borges; Isadora da Rolt Pícolo;
- Suplentes: Raissa Tomaz dos Santos; Bethina Pokomaier de Betio.

Leia-se:

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Titulares: Jacira Marcolino Possamai Della; Erica Monteiro Pedro
- Suplentes: Ana Julia Mota Monteiro; Tamires da Rolt Paulino

Jacinto Machado/SC, 23 de abril de 2021.

JOÃO BATISTA MEZARRI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaguaruna

PREFEITURA

PR 22/2021-PMJ

Publicação N° 3003584

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2021-PMJ, PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N° 22/2021-PMJ. Cujo critério de julgamento é o de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 17 de maio de 2021, às 08:30 horas, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATO DE CIMENTO, SENDO ESTE, ADUELA DE CONCRETO, PARA ATENDER AS DEMANDAS ADVINDAS DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA DE JAGUARUNA. A RELAÇÃO COM QUANTIDADES, DESCRIÇÃO E VALOR MÁXIMO ENCONTRA-SE ANEXO AO EDITAL". A sessão de abertura do(s) envelope(s) de proposta e habilitação será realizada na data supra no Setor de Licitações no Paço Municipal. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para obter através do endereço eletrônico www.jaguaruna.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no Paço Municipal, Av. Duque de Caxias, 290 Centro, Jaguaruna/SC, ou Telefone (48) 3624-8422, site ou no endereço eletrônico: licitacao@jaguaruna.sc.gov.br no horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas. Jaguaruna/SC, 27 de abril de 2021. LAERTE SILVA DOS SANTOS – Prefeito Municipal.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 187/2021

Publicação Nº 3004810

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2021

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 235/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma no antigo prédio do Procad, localizado na Rua 1022 – Arthur Breithaupt, nº 333 no Bairro Tifa Martins, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Quantitativas que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 499.634,60 (quatrocentos e noventa e nove mil seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) referentes à mão de obra e R\$ 749.451,91 (setecentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 1.249.086,51 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2021, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.1806	Reformar antigo Procad	4.4.90 – Aplicações Diretas	732	0.1.00.0080 – Próprios

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução dos serviços previstos no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2021.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt e Ruan Aniceto Teixeira..

Argos José Burgardt

Secretária Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

Publicação Nº 3003929

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DIRETORIA DE HABITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, convoca a munícipe SIRLEI FÁTIMA PACINI, inscrita no CPF sob nº 905.129.600-20, em observância ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, a comparecer na Diretoria de Habitação, situada junto a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, rua Walter Marquardt, nº 1111 – Barra do Rio Molha, para tratar de assuntos referentes ao Contrato Nº 27/012-2004. Dado o prazo para comparecimento até dia 12/05/2021. Jaraguá do Sul, 27 de abril de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 090/2021/GABSECR/SEMED

Publicação Nº 3003842

DECISÃO/GABSECR

Decisão Administrativa nº 090/2021/GabSecr/Semed

Processo nº 9257/2021

Processo Administrativo Geral

Requerente: PR Comércio Atacadista Eireli

Requerido: Secretaria Municipal de Educação (Município de Jaraguá do Sul)

I - DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento de READEQUAÇÃO DA ENTREGAS E/OU CANCELAMENTO, EXCLUSIVAMENTE DOS ITENS 89 e 90 - OVOS DE GALINHA, da empresa PR COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ, sob nº 33.488.848/0001-60, com sede na Rua Edgar Linhares, 756, bairro Nova Esperança, Balneário Camboriú-Sc, CEP: 88.336-210, neste ato representada por meio de sua advogada, com procuração anexa (fl. 06) do Contrato nº 183/2020 cujo objeto é "Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos alunos das Escolas de Ensino Fundamental, dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino e Entidades Filantrópicas Municipais".

Em 15/01/2021 a Requerente firmou o Contrato nº 005/2021 com o município de Jaraguá do Sul, referente ao Pregão Eletrônico nº 183/2020, homologado em 14/01/2021.

Em 16/04/2021 a Contratada protocolou pedido de Readequação das entregas e/ou cancelamento, exclusivamente dos itens 89 e 90 - Ovos de galinha.

Alega que apresentou sua proposta referente aos itens supracitados com base nas condições do Termo de Referência que previa o envio mensal de 1.500 dúzias de ovos, divididas em entregas semanais (fls. 03/04).

Aduz que esta Secretaria está solicitando apenas 10% do previsto no Termo de Referência, e por este motivo a logística empregada para realizar as entregas semanais está ocasionando prejuízos à Requerente (fls. 03/04).

Por fim requer que os pedidos sejam efetuados de acordo com a quantidade descrita no edital, ou que as entregas sejam readequadas para período quinzenal. Sucessivamente, pugna pelo cancelamento exclusivo dos itens (fls. 03/04).

É o relatório.

II. FUNDAMENTO E DECIDO**II.I – Análise Preliminar**

A Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações através de procedimento licitatório obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Além disso, a Lei 10.520/2002, institui, nos termos do art. 37, XXI da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

III. AO MÉRITO

Como bem se sabe, a Educação foi um dos setores mais afetados pela Pandemia da Covid-19, por óbvio houve a redução no número de pedidos referentes aos itens 89 e 90, eis que o atendimento educacional não conta com 100% de sua capacidade, o que exime a Administração Pública de qualquer culpa quanto as necessárias medidas tomadas para a execução do contrato, qual seja, diminuição dos pedidos referente aos itens em questão.

É sabido, contudo, que a culpa nem sempre é do contratado, ou contratante, mas sim, das dificuldades encontradas no momento da execução do instrumento. Todavia, deve-se, acima de tudo, observar os princípios da economicidade e da razoabilidade, evitando-se dessa maneira, prejuízo ao erário.

De forma alguma, nesse caso, a decisão pelo cancelamento dos itens deve entrar em pauta, eis que a Administração Pública é baseada em cinco princípios constitucionais, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além destes, há os supra princípios: Supremacia do Interesse Público e Indisponibilidade do Interesse Público.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles assevera:

[...] por esses padrões é que deverão se pautar todos os atos e atividades administrativas de todo aquele que exerce o poder público. Constituem, por assim dizer, os fundamentos da ação administrativa, ou, por outras palavras, os sustentáculos da atividade pública. Relegá-los é desvirtuar a gestão dos negócios públicos e olvidar o que há de mais elementar para a boa guarda e zelo dos interesses sociais. Vale notar que, na forma do art. 11 da Lei 8.429/92, constitui "ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições". Essa norma prevê, a título exemplificativo, condutas, comissivas ou omissivas, caracterizadoras da improbidade (MEIRELLES, p. 92, 2016)

Outrossim, com relação ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público o Superior Tribunal Federal já decidiu:

Em regra, os bens e o interesse público são indisponíveis, porque pertencem à coletividade. É, por isso, o Administrador, mero gestor da coisa pública, não tem disponibilidade sobre os interesses confiados à sua guarda e realização. Todavia, há casos em que o princípio da indisponibilidade do interesse público deve ser atenuado, mormente quando se tem em vista que a solução adotada pela Administração é a que melhor atenderá à últimação deste interesse [...] (RE 253885, Relator(a): ELLEN GRACIE, Primeira Turma, julgado em 04/06/2002, DJ 21-06-2002 PP-00118 EMENT VOL-02074-04 PP-00796)

Portanto, no caso em apreço, entende-se que alterar as datas de entrega dos itens, conforme solicita a Requerente, é economia de Dinheiro Público, eis que não se fará necessário a abertura de outro processo licitatório para os itens em questão, dessa forma será resguardado o Interesse Público, perante a garantia da continuidade da prestação do serviço público, aqui no caso, alimentação escolar de qualidade, ao alunos matriculados na Rede Pública Municipal.

Dito isso, sem delongas, decido:

IV - DEFIRO o pedido da Requerente com relação a readequação das entregas dos itens nº 89 e 90 para o período quinzenal.

Assim:

Publique-se. Registre-se. Intime-se

Cumpra-se nos termos da decisão.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 005/2021

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 091/2021/GABSECR/SEMED

Publicação Nº 3003844

DECISÃO/GABSECR

Decisão Administrativa nº 091/2021/GabSecr/Semed

Processos nº 7524/2021 e 9122/2021

Processo Administrativo Geral

Requerente: Secretaria Municipal de Educação (Município de Jaraguá do Sul)

Requerida: Vattaro Construções Eireli Me

I - DECISÃO ADMINISTRATIVA

Avoco os autos

I.I - Trata-se de ratificação das Decisões nº 87 e 88/2021/GabSecr/Semed.

Em 22/04/2021 foi formalizado o entendimento desta Secretaria, por meio da Decisão nº 88/2021/GabSecr/Semed, pelo acolhimento do Segundo Relatório Técnico da Sra. Engenheira Fabieli Pilatti Mendes, apresentado às fls. 70/129 (fls. 133/134).

Em 23/04/2021, a Requerida solicitou parecer jurídico com relação aos itens 1.1.1 e 1.1.1.2, alegando ser "solicitação de reequilíbrio e não apenas de reajuste, pois existe uma inconformidade entre as definições".

Seguiu-se, em 26/04/2021, o Terceiro Relatório Técnico da Sra. Engenheira Fabieli Pilatti Mendes acerca da manifestação da empresa Vattaro Construções Eireli Me (fls.139/144).

É o relatório.

II. FUNDAMENTO E DECIDO

Diante do requerimento juntado às fls. 02/04 (autos nº 10049/2021), e do Terceiro Relatório Técnico acostado às fls. 139/144, verifica-se que não há que se falar em "inconformidade entre as definições" de reequilíbrio e reajuste, eis que no presente caso tem-se apenas a presença do instituto do Reequilíbrio Econômico-Financeiro.

Pois bem.

Conforme já discutido em reunião (Anexo I), com a ciência dos Representantes Legais da Requerente, sabe-se que é dispensável a licitação "Na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido" (Art. 24, XI, Lei 8.666/93). (grifo aditado por mim)

E ainda, de acordo com o Item 6 do Prejudicado nº 1952 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

Mantidas as condições gerais do contrato anterior, no contrato de remanescente de obra formalizado com dispensa de licitação e com fundamento no permissivo do inciso XI do art. 24 da Lei n. 8.666/93, admite-se, em tese, a revisão de preços, nos casos previstos no art. 65 do mesmo diploma legal, especialmente quando se objetivar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ainda que tenha origem em fatos iniciados durante a execução do contrato anterior. (grifo aditado por mim)

Portanto, é prerrogativa legal do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, que os preços sejam reequilibrados a partir da proposta da licitante vencedora, que inclusive, frisa-se, foi apenas R\$ 1.471,64 (um mil, quatrocentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos) menor que o valor da proposta da Requerida (Anexo II).

Assim, é inadmissível que a empresa queira agora, com licitação em trânsito, entenda que lhe cabe mudar regras para ter vantajosidade sobre as concorrentes.

Ora, simples análise aos requerimentos da Vattaro e tem-se que a empresa quer não só a atualização dos preços (o que foi feito), mas sem imputar o desconto de quando foi a segunda colocada, ou seja, quer alterar as regras da proposta o que afronta peremptoriamente o Art. 24, XI, da Lei 8.666/93, a Lei das Licitações.

No presente caso, solicita, ainda, pasme-se, "Parecer jurídico referentes aos itens 1.1.1 e 1.1.1.2", sem levar em conta que tudo foi tecnicamente detalhado pela competentíssima engenheira.

Muito bem.

Concluo, a Requerente deseja mesmo é mudar as regras do procedimento licitatório, rompendo com o princípio da impessoalidade que justamente "Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento" (p. 219, 2019, DI PIETRO). (grifo aditado por mim).

Tal princípio deve nortear toda a atividade administrativa, eis que está relacionado com o Interesse Público, portanto a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro para os itens elencados nos Autos nº 9960/2021, pode ser considerada forma de favorecimento à empresa, inclusive tem possibilidade de ser entendido como fraude à licitação!

Portanto, se a empresa discorda DA LEI, deve declinar seu aceite ao contrato. Simples assim, conquanto há uma escola localizada em comunidade vulnerável e que não bastassem as mazelas da vida está à mercê das tentativas da empresa de se lhe trazer vantajosidade desleal e à revelia do processo licitatório.

Dito isso, sem delongas, decido:

III - ACOLHO o Terceiro Relatório Técnico da Sra. Engenheira Fabieli Pilatti Mendes apresentado às fls. 139/144.

IV - INDEFIRO o requerimento referente ao Parecer Jurídico acerca dos Itens 1.1.1 e 1.1.1.2 (fls. 02/04, autos nº 10049/2021)

Assim:

a) intime-se, por meio eletrônico, a Requerida (pedindo a confirmação de leitura e entendimento do inteiro teor) para que diga, impreterivelmente, até as 17h da presente data, formalmente, se consente ou não com a assunção do contrato conforme determinado pela Decisão nº 88/2021/GabSecr/Semed, caso não haja manifestação da empresa dentro do prazo concedido, dê-se a imediata convocação da 3ª

classificada;

b) encaminhem-se os autos ao Setor de Licitações tão logo se tenha ciência da decisão da Requerida (se aceita ou não o encargo), porquanto aceitando ou não caberão à Diretoria de Compras e Licitações as diligências seguintes (assinatura do contrato ou convocação da 3ª classificada), eis que, na outra ponta, repito, há uma comunidade vulnerável aguardando uma obra pública.

Publique-se. Cumpra-se nos termos da decisão.

Jaraguá do Sul, 27 de abril de 2021.

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria nº 005/2021

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 46/2021 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 3004811

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 46/2021

SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para construção do Centro de Treinamento Esportivo com área total de 1.966,35m², que será construído nos fundos da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn nº 636, no Bairro Nova Brasília, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 28 de maio de 2021, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.828.738,92 (três milhões oitocentos e vinte e oito mil setecentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 19 de abril de 2021.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 47/2021 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Publicação Nº 3004812

EDITAL

CONCORRÊNCIA N.º 47/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para construção de novo Centro Municipal de Educação Infantil no bairro Rio Cerro II, localizado na Rua nº 803 - Johann Bruch, no município de Jaraguá do Sul - SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 01 de junho de 2021, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br sem qualquer custo.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.720.686,05 (três milhões setecentos e vinte mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinco centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 19 de abril de 2021.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 029/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 3003945

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 029/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CNPJ/CPF	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Elisaldo Leutprecht	103.955.479-20	31561/2021	Roçar e limpar o imóvel cadastro: 22380.	15 dias
Elisaldo Leutprecht	103.955.479-20	31562/2021	Roçar e limpar o imóvel cadastro: 22379.	15 dias
Elisaldo Leutprecht	103.955.479-20	31563/2021	Roçar e limpar o imóvel cadastro: 22378.	15 dias
Sebastião Silva	049.914.199-72	31670/2021	Roçar e limpar o imóvel cadastro: 24964.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 030/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

Publicação Nº 3003951

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 030/2021 - FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES URBANAS

O Chefe de Fiscalização de Atividades Urbanas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigo, 2º, 3º I, II, Art. 4º e Art. 43º II da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Mausi Behling Karsten	947.831.289-87	31628/2021	Executar passeio público (calçada), em frente ao imóvel Cadastro 9606.	240 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 240 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 004/2021 - FISCALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

Publicação Nº 3003954

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR 004/2021 - FISCALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

O Chefe de Fiscalização de Edificações do Município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 37 da Lei Municipal 1184/88 e artigo 10- A – da Lei Municipal 1182/88, CIENTIFICA os (as) contribuintes abaixo identificados (as) acerca de Notificação Preliminar emitido:

Autuado (a)	CPF	Nº Notificação	Medida determinadas	Legislação infringida	Prazo para cumprimento
Jaci Leite dos Santos	902.085.019-91	31057/2021	Contratar profissional habilitado para regularizar edificação junto a PMJS. CAD. 34736.	Lei municipal 1184/88, Art. 3 inciso II e III e Art. 37 inciso III, IV, VI e X.	60 dias

Consideram-se notificado(s) contribuinte(s) acima listado no prazo de 60 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o(s) notificado(s), nos termos do Art. 37º da Lei 1184/88, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - HABITAÇÃO 3

Publicação Nº 3003933

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
DIRETORIA DE HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO – PSH Nº 27/040-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO – PSH Nº 27/040-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E A SRA. WANISE WESTPHAL.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, a PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 6.716,45, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 44 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 152,64, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. A PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 15/04/2021. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Vanderlei Balsanelli e Wanise Westphal.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - HABITAÇÃO 01

Publicação Nº 3003936

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
DIRETORIA DE HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 27/010-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 27/010-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), O SR. EUCLIDES DOS SANTOS.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, o PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 8.306,72, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 41 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 202,60, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. O PROMITENTE COMPRADOR (DEVEDOR) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 22/04/2021. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Vanderlei Balsanelli e Euclides dos Santos.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - HABITAÇÃO 02

Publicação Nº 3003938

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
DIRETORIA DE HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 27/010-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 27/010-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL

Nº 8.180/19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), A SRA. MARINÊS APARECIDA BALTAZAR DA LUZ.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, a PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 63.341,51, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 300 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 211,13, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. A PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 20/04/2021. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Vanderlei Balsanelli e Marinês Aparecida Baltazar da Luz.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - HABITAÇÃO04

Publicação Nº 3003940

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
DIRETORIA DE HABITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FMHIS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 17/039-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO POR INTERMÉDIO DA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE IMÓVEL POPULAR PROGRAMA SUBSÍDIO A HABITAÇÃO - PSH Nº 17/039-2004 REFERENTE AO PROGRAMA DE NOVAÇÃO DE DÉBITOS DENOMINADO RECOMEÇAR, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 8.180/19, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS), E A SRA. CACILDA FERREIRA DE SOUZA.

PREÇO: Pelo Presente Instrumento, a PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece o saldo devedor no valor total de R\$ 12.073,34, referente às quantias especificadas na Cláusula Primeira e repactua entre si, justo e acertado o pagamento do mesmo em 80 parcelas, com o valor mensal inicial de R\$ 150,91, conforme Lei Municipal nº 8.180/2019 que institui o programa Recomeçar. A PROMITENTE COMPRADORA (DEVEDORA) reconhece que as demais cláusulas do contrato de origem permanecem inalteradas. DATA DA ASSINATURA: 19/04/2021. SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Vanderlei Balsanelli e Cacilda Ferreira de Souza.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 01/2021 CONTRATO Nº 322/2020

Publicação Nº 3004814

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 01/2021
Contrato nº 322/2020

Determinamos por meio desta, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, a paralisação dos serviços referentes à prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, Terraplenagem e serviços complementares nas Ruas Victório Campregheer (início no entroncamento com a Rua Arthur Ropelato até o entroncamento com a Rua Ermínio Nicolini), Tercílio Demarchi (início no entroncamento com a Rua Carlos Frederico Ramthum até extensão final) e Neura Maria Prestini (início no entroncamento com a Rua Carlos Frederico ramthum até extensão final), Bairro Santa Luzia, com extensão total de 1.294,78m (um mil e duzentos e noventa e quatro metros e setenta e oito centímetros), objeto do Edital de Concorrência nº 44/2020, e formalizada pelo Contrato nº 322/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, por motivo correspondente a aditivo para adequações necessárias que apareceram durante o decorrer da obra, os quais foram essenciais para um serviço de qualidade e atendendo as normas técnicas (Motivo de ordem técnica – exceção do parágrafo único do artigo 8º da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 01 de fevereiro de 2021.
GIOVANI SIEVERT
Engenheiro Civil – Fiscal Designado

OTONIEL DA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Recebi em, ____/____/____

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 3 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 01/2021 – CONTRATO Nº 633/2020

Publicação Nº 3004815

ORDEM DE REINÍCIO – Nº 01/2021 – CONTRATO Nº 633/2020

Pela presente, ratifica-se o encerramento do prazo de paralisação e fica determinada a contratada, a empresa GECPAV CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI, o reinício imediato, a partir da data de recebimento desta ordem, dos serviços referentes a execução de obra de adequação de acessibilidade na UBS Rosivaldo Inojosa de Farias, localizado na Rua Francisco Jacomini, 211, no bairro Boa Vista e UBS Amabile Pedrotti, localizado na Rua Adolfo Antonio Emmendoerfer, 2675, no bairro Rio Molha em Jaraguá do Sul - SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 35/2020-FMS, e formalizada pelo Contrato nº 633/2020, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 22/03/2021 através da Ordem de Paralisação da Obra Nº 01/2021, conforme justificativas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de 3 (três) dias para execução. Considerando o prazo de 33 (trinta e três) dias paralisado, a nova data para TÉRMINO DA OBRA passa a ser em 01/06/2021. Jaraguá do Sul, 26 de Abril de 2021.

CLEYSON STEIN Gestor do Contrato	MARIO HENRIQUE TOMITA Fiscal Designado
-------------------------------------	---

Recebi em, / / 2021

GECPAV CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI
CNPJ 32.137.794/0001-26

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Controladoria; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Reinício, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 26 de Abril de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PARECER Nº 001/2020/SEDEIN/COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 3003079

PARECER Nº 001/2020/SEDEIN/Comissão Especial de Licitações

Assunto: Processo nº 0010079/2021

A Comissão Especial de Licitações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação (Sedein) do Município de Jaraguá do Sul, nomeada pela Portaria nº 14.876/2021, cuja finalidade é avaliar as propostas apresentadas ao Edital de Credenciamento 01/2021/SEDEIN, em avaliação ao processo nº0010079/2021 reuniu-se no dia 22 de abril de 2021.

CONSIDERANDO que a entidade BANCO DO EMPREENDEDOR –CNPJ 03.415.879/0003-92, não atendeu aos itens 3.1.2, 3.1.7, 3.1.8, 3.1.9, 3.1.10, 3.1.11 e 3.1.12 do referido edital, por equívoco no nº do CNPJ, apresentando os documentos da Matriz – Florianópolis,

é de parecer pela INABILITAÇÃO da referida entidade.

Jaraguá do Sul (SC), 22 de abril de 2021.

Daniel Peach

Presidente da Comissão de Avaliação e Acompanhamento

PORTARIA Nº 165/2021/SEMTIP

Publicação Nº 3004302

PORTARIANº 165/2021/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 001/2021/5ª CPPAD, de 23/04/2021, da Quinta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/04/2021, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quinta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 016/2018, instaurado pela Portaria Nº 0219/2018, de 04/04/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 075/2021

PORTARIA Nº 166/2021/SEMTIP

Publicação Nº 3004303

PORTARIANº 166/2021/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 002/2021/5ª CPPAD, de 23/04/2021, da Quinta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 11/04/2021, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quinta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 024/2018, instaurado pela Portaria Nº 390/2018, de 25/05/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/04/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

LEONEL PRADI FLORIANI

Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública

Portaria 075/2021

PORTARIA Nº 167/2021/SEMTIP

Publicação Nº 3004305

PORTARIANº 167/2021/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 003/2021/5ª CPPAD, de 23/04/2021, da Quinta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/04/2021, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quinta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 002/2019, instaurado pela Portaria Nº 187/2019, de 18/03/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/04/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.
LEONEL PRADI FLORIANI
Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública
Portaria 075/2021

PORTARIA Nº 168/2021/SEMTIP

Publicação Nº 3004309

PORTARIANº 168/2021/Semtip

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 004/2021/5ªCPPAD, de 23/04/2021, da Quinta Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/04/2021, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quinta Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2019, instaurado pela Portaria Nº 544/2019, de 24/06/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/04/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.
LEONEL PRADI FLORIANI
Secretário Municipal da Transparência e Integridade Pública
Portaria 075/2021

PORTARIA Nº 11/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003894

PORTARIANº 11/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 02/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 06/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 25/2020/Semplu de 16 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 51/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 51/2020/Semplu que admite ANDREA BARBOSA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Arquiteta e Urbanista, a partir de 29 de abril de 2021 até 29 de outubro 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de abril de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2020.

Eduardo Bertoldi
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 12/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003895

PORTARIANº 12/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 04/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 07/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 30/2020/Semplu de 07 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 53/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 53/2020/Semplu que admite Argeo Alisson Steckling para em Caráter Temporário atuar como Arquiteto e Urbanista, a partir de 06 de maio de 2021 até 05 de novembro de 2021

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de maio de 2021.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 13/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003896

PORTARIANº 13/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 12/2019/Semplu de 20 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 10/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 33/2020/Semplu de 22 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 62/2020/Semplu de 19 de novembro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 62/2020/Semplu que admite Fernando Matte Fontanive para em Caráter Temporário atuar como Arquiteto e Urbanista, a partir de 20 de maio de 2021 até 19 de novembro de 2021

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20 de maio de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2020.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 14/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003900

PORTARIANº 014/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 05/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 11/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 26/2020/Semplu de 04 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 55/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 55/2020/Semplu que admite GIOVANI SIEVERT, para em Caráter Temporário atuar como Engenheiro Civil, a partir de 30 de abril de 2021 até 29 de outubro de 2021

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de abril de 2021.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 15/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003902

PORTARIANº 15/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 05/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 11/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 27/2020/Semplu de 06 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 56/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 56/2020/Semplu que admite Carolina Missfeldt para em Caráter Temporário atuar como Engenheira Civil, a partir de 30 de abril de 2021 até 29 de outubro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2021.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 16/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003903

PORTARIANº 16/2020/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 08/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 15/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 28/2020/Semplu de 07 de maio de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 54/2021/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 54/2020/Semplu que admite Tarcisio Demo Junior, para em Caráter Temporário atuar como Engenheiro Civil a partir de 03 de maio de 2021 até 03 de novembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2020.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 17/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003908

PORTARIANº 17/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 09/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 12/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 32/2020/Semplu de 11 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 57/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 57/2020/Semplu que admite Marise Cristine Mafra da Maia para em Caráter Temporário atuar como Engenheira Civil, a partir de 04 de maio de 2021 até 04 de novembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2021.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 18/2021/SEMPU

Publicação Nº 3004237

PORTARIANº 18/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 10/2019/Semplu de 11 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 13/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 29/2020/Semplu de 07 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 58/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 58/2020/Semplu que admite Nilton Fasolo Junior para em Caráter Temporário atuar como Engenheiro Civil, a partir de 5 de maio de 2021 até 05 de novembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2020.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 19/2021/SEMPU

Publicação Nº 3003910

PORTARIANº 19/2021/Semplu

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 001/2019.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 11/2019/Semplu de 20 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 04/2020/Semplu de 04 de fevereiro de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 31/2020/Semplu de 07 de maio de 2020;
CONSIDERANDO a Portaria Nº 59/2020/Semplu de 14 de outubro de 2020;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogada a portaria Nº 59/2021/Semplu que admite ANA CRISTINA MELIM BENTHIEN DOS SANTOS para em Caráter Temporário atuar como Engenheiro Civil, a partir de 06 de maio de 2021 até 05 de novembro de 2021.

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de abril de 2020.

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

PORTARIA Nº 571/2021/SEMED

Publicação Nº 3003847

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 571/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº002/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, IDELMA CERQUEIRA para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental - TUTORA nos ANOS INICIAIS, a partir de 17/02/2021 a 16/05/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	CARGA HORÁRIA TOTAL
EMEB Waldemar Schmitz	40
EMEB Rodolpho Dornbusch	

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 572/2021/SEMED

Publicação Nº 3003848

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 572/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, SIMONI DA SILVA para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 10/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Waldemar Schmitz	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 573/2021/SEMED

Publicação Nº 3003850

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 573/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MIRIAN RINCON PACHECO KOWALSKI para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Maria Nilda Salai Stahelin	20
EMEB Ribeirão Molha	20

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 574/2021/SEMED

Publicação Nº 3003851

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 574/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUCINEIDE RAMOS DA SILVA para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ricieri Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 575/2021/SEMED

Publicação Nº 3003852

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 575/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JADNA VENCESLAU FONTONELLI para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 05/02/2021 até 01/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Jonas Alves de Souza	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 576/2021/SEMED

Publicação Nº 3003853

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 576/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, IVANICE DIAS FURTADO para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 03/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Profª Gertrudes Steilein Milbratz	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 577/2021/SEMED

Publicação Nº 3003854

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 577/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar

nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ELISA APARECIDA LOURENÇO BRAIS para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 03/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Alberto Bauer	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 578/2021

Publicação Nº 3003888

PORTARIANº 578/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, 211/2017, de 20/12/2017, 217/2018, de 20/09/2018, 236/2019, de 16/09/2019, 238/2019, de 10/10/2019, 260/2020, de 22/07/2020, 266/2020, de 11/12/2020, e 270/2021, de 11/01/2021; e do parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 171/2021/Semplu, de 13/04/2021, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/04/2021, o servidor público municipal GILVAN JEFFERSON RAMOS DA SILVA, matrícula 8429, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/04/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 578/2021/SEMED

Publicação Nº 3003856

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 578/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DEONISIA ZANDONAI para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Professor Henrique Heise	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021
Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 579/2021

Publicação Nº 3003889

PORTARIANº 579/2021

Instaura Processo Administrativo Geral em Desfavor da Empresa VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal; e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 127/2021/Secel/DE, datado de 29/03/2021, firmado pela Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Sra. Natália Lúcia Petry, que encaminha cópia do Recurso Administrativo protocolado pela empresa Vattaro Construções Eirelli EPP, declarada inabilitada no Processo de Concorrência Nº 221/2021. Informa sobre algumas inconsistências nos fatos e documentos apresentados pela empresa que segundo a Comissão de Licitação não condizem com as informações constantes no cadastro da PMJS e solicita apuração destas inconsistências identificadas em relação ao atestado de capacidade técnica;

CONSIDERANDO o teor do Processo Nº 2099/2021, do Recurso Administrativo protocolado pela empresa Vattaro Construções Eireli – EPP, em 04/02/2021, referente a Concorrência Pública Nº 221/2020, a qual foi considerada “Não Habilitada”;

CONSIDERANDO a Decisão Administrativa ao Recurso Administrativo da Concorrência Nº 221/2020, firmado pelos membros da Comissão Especial de Licitações, em 10/02/2021 e, após análise das razões apresentadas pela empresa, julgou improcedente as razões do recurso e manteve Inabilitada junto ao Processo Licitatório Nº 221/2020, por não satisfazer os requisitos previstos no item 6.1 alínea “j” e encaminha à Procuradoria-Geral do Município para os procedimentos legais;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 012/2021/Gabpref-EP, de 16/02/2021, onde o Presidente da Comissão Especial de Licitações encaminha a Decisão Administrativa ao recurso Administrativo da Concorrência Nº 221/2020 à Procuradoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO o Ofício Nº 363/2021/PGM-CA, da Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria, datado de 10 de março de 2021, que entre outros assevera: “[...] face ao evidenciado pela Comissão que constatou uma possível inconsistência quanto ao teor do atestado de capacidade técnica colacionado pela ora recorrente, é, pois de se encaminhar fotocópia da íntegra do presente processo à Secretaria Municipal de Transparência e Integridade Pública para fins de apuração destes achados e encaminhamentos pertinentes. Tal encaminhamento se fundamenta no recentíssimo Acórdão Nº 233/2010 - Plenário emanado pela Corte de Contas da União de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro [...]”;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Administrativa Nº 04/2021/SECEL da Concorrência Nº 221/2021, firmada pela Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, Sra. Natália Lúcia Petry, que, num breve resumo de toda documentação juntada no Processo Nº 2099/2021, decide:

- a) pelo improvimento do Recurso Administrativo da empresa recorrente Vattaro Construções Eireli - EPP, mantendo o processo licitatório como Frustrado;
- b) acatar a orientação emitida pela Procuradoria-Geral do Município encaminhando cópia da íntegra do Processo à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública para apuração das inconsistências elencadas;
- c) intimar a empresa recorrente acerca da Decisão proferida;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Gerais para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Geral sob número 002/2021, em desfavor da empresa Vattaro Construções Eireli - EPP, devendo os trabalhos serem conduzidos pela PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO GERAL, composta pelos servidores públicos municipais LIANDRO PISKE, matrícula 8022, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo; ROSILENE LONGUI PEREIRA, matrícula 82133, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública; e ALESSANDRA FABIOLA BALLOCK GROSSKLAGS, matrícula 8612, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para, sob a presidência do primeiro, apurar possíveis irregularidades no atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa Vattaro Construções Eireli - EPP, junto ao Processo Licitatório Concorrência Nº 221/2020.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Secretaria Municipal de Transparência e Integridade Pública e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Art.3º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá observar o seguinte rito:

I - lavratura do Termo de Abertura do Processo Administrativo Geral;

II - indicação de membro para secretariar os trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

III - juntada, aos autos do Processo, dos documentos, respeitada a ordem cronológica de apresentação;

IV - notificação da parte indiciada, quando houver, para conhecimento do fato objeto do Processo, apresentação de Defesa Inicial, indicação de provas, inclusive rol de testemunhas e acompanhamento do feito, assegurada a ampla defesa e o contraditório;

V - instrução do feito; e

VI - apresentação do Relatório Final Conclusivo.

§1º A capa do Processo deverá conter referência ao número da Portaria de Instauração, seguido da data de publicação; indicação do número sequencial do Processo Administrativo Geral; dados da empresa, entidade ou associação envolvida, quando houver; e resumo do objeto do Processo.

§2º As folhas dos documentos a que se refere o inciso III, do presente artigo, deverão ser numeradas e rubricadas pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, no canto superior direito, a partir da capa do processo.

§3º A juntada de qualquer documento ao Processo deverá ser antecedida da indicação da data da juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º A notificação a que se refere o inciso IV, do presente artigo, deverá se dar de forma pessoal ou por edital, conforme legislação vigente.

§5º Na fase instrutória a que se refere o inciso V, do presente artigo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral poderá promover a oitiva de testemunhas, solicitar documentos às unidades administrativas internas, solicitar documentos à quaisquer unidades externas envolvidas diretamente com o feito, desde que conste nas requisições referência expressa ao fim a que se destina, bem como promover a produção de outras provas que entender pertinentes ao esclarecimento dos fatos.

Art.4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverão ser registradas em ata, sequencialmente, e todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão, observada a sua forma processual e resumida.

Art.5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidas em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá analisar, ainda, a existência da prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal Nº 12.846/2013; bem como os atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, que causem prejuízo ao erário ou que atentem contra os princípios da Administração Pública, nos termos da Lei Federal Nº 8.429/1992.

Art.7º O Relatório Final Conclusivo, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, deverá ser apresentado de forma completa e objetiva, contendo a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Geral;

II - da instalação dos Trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da Instrução Processual;

V - da Conclusão;

VI - das Recomendações e Sugestões de Providências;

VII - do apontamento das Referências Bibliográficas;

VIII - do apontamento dos Anexos do Processo.

§1º A instauração do Processo Administrativo Geral, prevista no inciso I, do presente artigo, deverá indicar o histórico dos fatos e o objeto da investigação de forma resumida.

§2º O conteúdo constante da Instrução Processual, previsto no inciso IV, do presente artigo, deverá indicar o resumo dos depoimentos, eventuais acareações, da compilação de provas, da promoção de perícia, do relatório de verificação "in loco" e o resumo da juntada dos

demaís elementos considerados necessários e convenientes para a apuração dos fatos.

§3º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá mencionar expressamente as normas legais infringidas, bem como promover a indicação de responsabilização administrativa do Gestor do Contrato ou servidor público, conforme o caso.

§4º A Conclusão, prevista no inciso V, do presente artigo, deverá ainda, quando for o caso, indicar a responsabilização do(a) contratado(a).

§5º As Recomendações e Sugestões de Providências, previstas no inciso VI, do presente artigo, deverão sugerir novos procedimentos normativos ou a observância de conteúdo vigente para adequação de rotinas internas, indicando-se impreterivelmente a unidade administrativa a qual se destina a orientação.

Art.8º Emitido o Relatório Final Conclusivo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral deverá encaminhar o conteúdo à Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública para a emissão de Parecer do Controle Interno.

Art.9º Ato contínuo, a Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública encaminhará o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão da Decisão Administrativa.

Parágrafo único. Promovida a Decisão Administrativa a Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública deverá encaminhar às unidades administrativas envolvidas cópia da respectiva decisão e a indicação de providências para o caso, devendo o Controle Interno promover a guarda e o arquivamento do feito, inclusive em sua forma digitalizada.

Art.10. A Comissão terá prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.11. A Comissão de que trata o artigo 1º, da presente Portaria, será gratificada na forma da Lei Municipal N° 3.826/2005, de 27/05/2005, e suas alterações, especialmente o artigo 4º, da Lei Municipal N° 8.142/2019, de 31/10/2019.

Art.12. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA N° 579/2021/SEMED

Publicação N° 3003857

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA N° 579/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DAIANE MUNCH BENTO para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 05/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Erich Blosfeld	20

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 580/2021/SEMED

Publicação Nº 3003858

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 580/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CAMILA ROBERTA DE SOUZA THILLES para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Santo Estêvão	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 581/2021/SEMED

Publicação Nº 3003859

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 581/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ANDIARA RODRIGUES MOREIRA para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 08/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Antônio Estanislau Ayroso	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 582/2021/SEMED

Publicação Nº 3003860

PORTARIA Nº 582/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital nº 003/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARIANA KANZLER EUGENIO DOS SANTOS para, em Caráter Temporário, atuar como Coordenadora Pedagógica, a partir de 22/03/2021 até 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Profª Gertrudes Steilein Milbratz	40

Jaraguá do Sul, 17 de março de 2021

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

PORTARIA Nº 583/2021/SEMED

Publicação Nº 3003861

PORTARIA Nº 583/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital nº 006/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JOZIVANE ALVES DE SOUSA EVANGELISTA para, em Caráter Temporário, atuar como Administradora Escolar, a partir de 19/03/2021 até 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2021

IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

PORTARIA Nº 584/2021/SEMED

Publicação Nº 3003862

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 584/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JULIE CHRISTIE CAGLIONI, para em Caráter Temporário atuar como SECRETÁRIA DE UNIDADE ESCOLAR, a partir de 22/03/2021 até 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Onélia Muller Ersching	40

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 585/2021/SEMED

Publicação Nº 3003863

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 585/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, EMANUELLE GONÇALVES CUSTODIO para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental no Componente Curricular de EDUCAÇÃO FÍSICA, a partir de 22/03/2021 a 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	CARGA HORÁRIA TOTAL
EMEB Cristina Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 586/2021/SEMED

Publicação Nº 3003864

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 586/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº001/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ANDRE RICARDO ZIMMERMANN DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, , no Componente Curricular de HISTÓRIA , a partir de 19/03/2021 a 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Guilherme Hanemann	13	7	40
EMEB Maria Nilda Salai Sathelin	20		

Jaraguá do Sul, 18 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 587/2021/SEMED

Publicação Nº 3003865

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 587/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº002/93, de 20 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO as portarias que ADMITIRAM:

Alexandre Heleno de Castilhos - PORTARIA Nº 177/2021

Deonisia Raduenz Zandonai - PORTARIA Nº 578/2021

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 588/2021/SEMED

Publicação Nº 3003867

PORTARIA Nº 588/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos, realizado através do Edital nº 012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ALEXANDRE HELENO DE CASTILHOS para, em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, a partir de 01/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Helmuth Guilherme Duwe	40

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

PORTARIA Nº 589/2021/SEMED

Publicação Nº 3003868

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 589/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR, nos termos do Artigo 10, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ALEXANDRE HELENO DE CASTILHOS, admitido em Caráter Temporário para atuar como Coordenador Pedagógico na EMEB Helmuth Guilherme Duwe a partir de 01/03/2021.

Em consequência, ficam revogadas a Portaria nº588/2021 no que se refere a contratação do funcionário.

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021
IVANA ATANÁSIO DIAS
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021
Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 590/2021/SEMED

Publicação Nº 3003870

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 590/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº006/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUIZ CARLOS RIBEIRO DE SOUZA para, em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, , no Componente Curricular de HISTÓRIA, a partir de 22/03/2021 a 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Machado de Assis	4	5	28
EMEB Santo Estêvão	12		
EMEB Rodolpho Dornbusch	2		
EMEB Anna Towe Nagel	5		

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 591/2021/SEMED

Publicação Nº 3003872

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 591/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº006/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUANA MOINA GUMS para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, , no Componente Curricular de ARTE, a partir de 22/03/2021 a 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Erich Blofeld	10	3	17
EMEB PE Alberto Jacobs	14		

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021
Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 592/2021/SEMED

Publicação Nº 3003874

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 592/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DEONISIA RADUENZ ZANDONAI para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 04/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Professor Henrique Heise	40

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 593/2021/SEMED

Publicação Nº 3003875

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 593/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, JULIANA ROZZETTO BARATIERI para, em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 22/03/2021 até 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE	CH
CMEI Jader Marcolla	30

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC

CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 594/2021/SEMED

Publicação Nº 3003878

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 594/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº006/2021/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, WILSON JUNIOR RODRIGUES LEAL para, em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, , no Componente Curricular de LÍNGUA INGLESA, a partir de 22/03/2021 a 16/06/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Ribeirão Molha	11	5	30
EMEB Luiz Gonzaga Ayroso	14		

Jaraguá do Sul, 19 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 595/2021/SEMED

Publicação Nº 3003880

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 595/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Educação Infantil, a partir de 08/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Max Schubert	40

Jaraguá do Sul, 22 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 596/2021/SEMED

Publicação Nº 3003882

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 596/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Títulos realizado através do Edital nº012/2020/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, FRANÇOILSON DA SILVA LIMA para, em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, , no Componente Curricular de MATEMÁTICA, a partir de 22/02/2021 a 16/05/2021, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.	ATIVIDADES	TOTAL
EMEB Guilherme Hanemann	13	7	40

Jaraguá do Sul, 22 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA Nº 597/2021/SEMED

Publicação Nº 3003883

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO GABINETE DA SECRETÁRIA
--	---

PORTARIA Nº 597/2021/SEMED

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº14.749/2021, de 25 de janeiro de 2021, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar nº190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas realizado através do Edital nº017/2019/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, FERNANDA BETINA POFFO para, em Caráter Temporário atuar como Professora de Educação Infantil, a partir de 08/02/2021 até 03/05/2021, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Atayde Machado	40

Jaraguá do Sul, 22 de março de 2021

Ivana Atanásio Dias
Secretária Municipal de Educação
Portaria 005/2021

Rua Walter Marquardt, 1111 | Barra do Rio Molha | Jaraguá do Sul - SC
CEP: 89259-565 | Telefone: (47)2106-8183 | E-mail: educacao@jaraguadosul.sc.gov.br

PORTARIA SAMAESJSU N° 279/2021

Publicação N° 3003916

PORTARIA SAMAESJSU N° 279/2021
Aplica penalidade à empresa
COMPACT CONSTRUTORA EIRELLI.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO o teor dos autos do Processo Administrativo para Verificação de Descumprimento Contratual N°. 04/2021, instaurado pela Portaria SAMAESJSU n°. 191/2021;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido;

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR unilateralmente o Contrato n° 259/2020, nos termos da Cláusula 11ª e do artigo 79, inciso I, da Lei n° 8.666/1993;

Art. 2º APLICAR a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação desta Autarquia e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Jaraguá do Sul, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do inciso III, artigo 87 da Lei n° 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2021.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU N° 281/2021

Publicação N° 3004241

PORTARIA SAMAESJSU N° 281/2021
Afastamento de Servidor para tratamento da própria saúde

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 26 de março de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde o Servidor Público Municipal ADÃO MACHADO DOS SANTOS, matrícula 363, ocupante do Cargo efetivo de Encanador, lotado na Coordenadoria de Controle de Perdas – Diretoria Técnica, dos dias 23 de março a 02 de abril e 04 a 15 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 282/2021

Publicação Nº 3004242

PORTARIA SAMAESJSU Nº 282/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 534/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 012/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 364/2019, de 21 de junho de 2019;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 11 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 364/2019, de 21 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 283/2021

Publicação Nº 3004244

PORTARIA SAMAESJSU Nº 283/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 535/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 013/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 365/2019, de 21 de junho de 2019;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 9 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 365/2019, de 21 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 9 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 284/2021

Publicação Nº 3004246

PORTARIA SAMAESJSU Nº 284/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 536/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 015/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 454/2019, de 5 de agosto de 2019;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 24 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 454/2019, de 5 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 285/2021

Publicação Nº 3004247

PORTARIA SAMAESJSU Nº 285/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 537/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 018/2019;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 661/2019 de 6 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 23 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 661/2019 de 6 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 286/2021

Publicação Nº 3004248

PORTARIA SAMAESJSU Nº 286/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 538/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 02/2020;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 019/2020, de 13 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 30 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 019/2020, de 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJSU Nº 287/2021

Publicação Nº 3004249

PORTARIA SAMAESJSU Nº 287/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 539/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 04/2020;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJSU Nº 090/2020, de 11 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESJSU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESJSU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESJSU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 27 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESJSU Nº 090/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU N° 288/2021

Publicação N° 3004251

PORTARIA SAMAESU N° 288/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 540/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 005/2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 19 de março de 2020 a 31 de maio de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESU nº 196 de 18 de março de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESU 204 de 26 de março de 2020 e Portaria SAMAESU 216 de 8 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a suspensão de todos os Processos Administrativos e Sindicâncias pelo período de 27 de julho de 2020 a 5 de agosto de 2020, em razão da Pandemia causada pelo Novo Coronavírus, conforme a Portaria SAMAESU nº 474 de 27 de julho de 2020, prorrogada pela Portaria SAMAESU 503 de 5 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 10 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESU N° 420/2020, de 7 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU N° 289/2021

Publicação N° 3004252

PORTARIA SAMAESU N° 289/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 541/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 006/2020;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESU N° 565/2020, de 15 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 14 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAESU N° 565/2020, de 15 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 290/2021

Publicação Nº 3004254

PORTARIA SAMAEJSU Nº 290/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 542/2021 de 23 de fevereiro de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 007/2020;
CONSIDERANDO a Portaria SAMAEJSU Nº 566/2020, de 15 de setembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 14 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 566/2020, de 15 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 291/2021

Publicação Nº 3004255

PORTARIA SAMAEJSU Nº 291/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 544/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 009/2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 21 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 590/2020, de 22 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 292/2021

Publicação Nº 3004256

PORTARIA SAMAEJSU Nº 292/2021
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 543/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 008/2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 18 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU Nº 587/2020, de 21 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU N° 293/2021

Publicação N° 3004257

PORTARIA SAMAEJSU N° 293/2021

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o memorando 545/2021 de 23 de abril de 2021, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 001/2021;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 18 de março de 2021, os trabalhos determinados na Portaria SAMAEJSU N° 114/2021, de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2021.

Registre-se, Comunique-se E Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU N° 294/2021

Publicação N° 3004258

PORTARIA SAMAEJSU N° 294/2021

Afastamento de Servidor para tratamento da própria saúde

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 10 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde o Servidor Público Municipal JOÃO PAULO CARREÇO DE OLIVEIRA matrícula 602, ocupante do Cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE - Lotado na Coordenação de Estação de Tratamento de Água – Diretoria Técnica, do dia 10 a 26 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23 de março de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 295/2021

Publicação Nº 3004259

PORTARIA SAMAEJSU Nº 295/2021
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

Servidor – Cargo - Diretoria	Mat	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Nº de Dias a Serem Gozadas	Nº de Dias a converter em abono pecuniário
Laercio da Assunção Laet – Pintor – Diretoria de Obras	427	01/03/2018 a 28/02/2019	03/05/2021 a 12/05/2021	10	x
Laercio da Assunção Laet – Pintor – Diretoria de Obras	427	01/03/2019 a 28/02/2020	*_*_*_*_*_*_*_*_*_*	X	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 296/2021

Publicação Nº 3004260

PORTARIA SAMAEJSU Nº 296/2021
Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

Servidor – Cargo - Diretoria	Mat	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Nº de Dias a Serem Gozadas	Nº de Dias a converter em abono pecuniário
Luiz José Maffezzolli – Auxiliar Técnico – Diretoria de Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana	125	10/06/2019 a 09/06/2020	05/05/2021 a 14/05/2021	10	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 23 de abril de 2021.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº 297/2021

Publicação Nº 3004261

PORTARIA SAMAEJSU Nº 297/2021
Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2010 a 8 de janeiro de 2011, mais averbação de 1498 dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 29 de abril de 2021, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, a servidora pública municipal MARIS-TELA TERESINHA KASMIRSKI MORESCO, matrícula 321, ocupante do cargo de Escriurária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30 de março de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDIRO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 298/2021

Publicação Nº 3004263

PORTARIA SAMAESU Nº 298/2021

Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAES de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

Servidor – Cargo - Diretoria	Mat	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Nº de Dias a Serem Gozadas	Nº de Dias a converter em abono pecuniário
Adriano de Brito Machado – Técnico em Informática – Diretoria Administrativa	408	19/07/2018 a 18/07/2019	10/05/2021 a 29/05/2021	20	x
Ana Paula Boder Fusi – Agente Administrativo - Diretoria Administrativa	627	13/05/2019 a 12/05/2020	10/05/2021 a 19/05/2021	10	x
Roberto Osmar Mielke – Pedreiro – Diretoria de Obras	521	01/03/2020 a 28/02/2021	10/05/2021 a 19/05/2021	10	x

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº 299/2021

Publicação Nº 3004264

PORTARIA SAMAESU Nº 299/2021

Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAES DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 17 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar o Servidor Público Municipal EZEQUIEL FRANCO DE LIMA matrícula 716, ocupante do Cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE, lotado na Coordenadoria de Estação de Tratamento de Esgoto – Diretoria Técnica, dos dias 17 a 21 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17 de abril de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU N° 300/2021

Publicação N° 3004265

PORTARIA SAMAESU N° 300/2021

Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 19 de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar o Servidor Público Municipal LEANDRO LIMA RIBEIRO, matrícula 726, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Coordenadoria de Sistemas de Redes e Ramais de Esgoto – Diretoria de Obras, dos dias 19 a 22 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 19 de abril de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2021.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO N° 033/2021

Publicação N° 3004816

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO N° 033/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS, MÓVEIS DE ESCRITÓRIO EM GERAL, ELETRODOMÉSTICOS, EXPOSITORES E TAMPO DE ACRÍLICO. RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 28/04/2021, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 11/05/2021 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 78/2020

Publicação N° 3004813

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 78/2020**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 78/2020, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.970/2020, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "prestação de serviços para fornecimento e instalação de materiais elétricos a serem utilizados na revitalização da Iluminação Pública do Município de Jaraguá do Sul" da CONCORRÊNCIA nº 78/2020, tipo Menor Global à empresa: SERRANA ENGENHARIA LTDA, com o valor Global de R\$ 4.593.150,00 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil e cento e cinquenta reais), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 27 de abril de 2021
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 78/2020**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 13.970/2020, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 78/2020, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços para fornecimento e instalação de materiais elétricos a serem utilizados na revitalização da Iluminação Pública do Município de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado: Empresa vencedora SERRANA ENGENHARIA LTDA, com o valor Global de R\$ 4.593.150,00 (quatro milhões quinhentos e noventa e três mil e cento e cinquenta reais).

Marcelo Elias da Silveira
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 13.970/2020

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 069/2021

Publicação N° 3003919

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATUAL Nº 069/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2021

OBJETO: Rescisão Unilateral do Contrato.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 77, artigo 78, inciso I, artigo 79, inciso I, c/c artigo 87, inciso III, todos da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo Nº 259/2020.

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE).

CONTRATADA: Compact Construtora Eireli.

DATA DA ASSINATURA: 22/04/2021.

SIGNATÁRIO: Diretor Presidente Ademir Izidoro.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PL 15/2021/PMJ - TP 03/2021/PMJ

Publicação Nº 3004446

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2021/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2021/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 15/2021/PMJ – Tomada de Preço nº 03/2021/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de barracão na Rua Clair Costenaro, Bairro Vila Remor, em Joaçaba/SC.” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 27 de abril de 2021.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

CONTRATO 217/2020/PMJ - TA 02

Publicação Nº 3004176

CONTRATO Nº 217/2020/PMJ – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, representada neste ato pelo Secretário Sr. MARCELO MANTOVANI e a Empresa AGRO-VALE MURIAE MAQUINAS AGRICOLAS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.865.897/0001-59, estabelecida na AVENIDA RIO BAHIA KM 707, NR. 423, - CEP 36.884-114, Bairro BARRA, no Município de MURIAE/MG, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RANIELLE GONÇALVES DA MATTA, portador do documento de Identidade nº 9.256.977, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.189.696-00, residente e domiciliado na AV. JUCELINO KUBSTICHEK, 585/104, na cidade de MURIAE/MG, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 217/2020/PMJ, firmado em 29/09/2020, proveniente do Processo de Licitação nº 61/2020/PMJ – Edital PE nº 31/2020/PMJ, cujo objeto é o fornecimento de 01 (um) trator agrícola, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura do Município de Joaçaba, SC, mediante os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Em razão da prorrogação da vigência contratual constante na cláusula segunda deste Termo, o item 2.1 do Contrato passa a ter a seguinte redação:

2.1. Para a efetiva execução do objeto a CONTRATADA deverá:

2.1.1. Atender às especificações do item constante na cláusula quarta deste instrumento e entregar o objeto no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, no Parque de Máquinas do Município de Joaçaba, localizado na Rua Armindo Heberle, Bairro Vila Remor, sem custos adicionais. (A emissão da Autorização de Fornecimento ocorrerá após o crédito de recursos de repasse na conta vinculada ao Convênio MAPA nº 890088/2019, conforme diretrizes da Portaria Interministerial 424/2016 e do programa gestor).

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 45 (quarenta e cinco) dias, passando para 10 de junho de 2021, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 26 de abril de 2021.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
MARCELO MANTOVANI – Secretário

AGRO-VALE MURIAE MAQUINAS AGRICOLAS EIRELI
RANIELLE GONÇALVES DA MATTA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

CONTRATO 27/2021/PMJ

Publicação Nº 3004535

CONTRATO Nº 27/2021/PMJ
TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, EM VEÍCULOS DE ALUGUEL PROVIDOS DE TAXÍMETRO, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), e JOSÉ CARLOS DOS SANTOS.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CREDENCIANTE, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MICHEL CARLESSO AVILA, e JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, residente e domiciliado na Travessa João Xavier, Bairro Santo Antônio, Município de Herval d'Oeste, SC, portador do documento de identidade RG nº 15145615 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.095.008-10, doravante denominado CREDENCIADO, celebram entre si o presente CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, Edital de Credenciamento nº 1/2019/PMJ e com o Processo de Licitação nº 37/2021/PMJ – Inexigibilidade nº 04/2021/PMJ, homologado em 26 de abril de 2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Autorização para a prestação de serviço de transporte público individual de passageiros no Município de Joaçaba – Santa Catarina, em veículo de aluguel provido de taxímetro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e suas alterações, com a legislação Federal pertinente e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1.2. O CREDENCIADO, por este instrumento, está autorizado a prestar o serviço no PONTO 06 - JUNTO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 05 (cinco) anos, a contar da data deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O CREDENCIADO deverá pagar por meio de DAM – Documento de Arrecadação Municipal uma taxa correspondente a 02 (duas) UFRM/ano, que deverá ser recolhida em uma única parcela.

3.2. O pagamento deverá ser realizado anualmente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

4.1. Cabe ao CREDENCIANTE:

- 4.1.1. Providenciar a publicação do resumo do presente contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- 4.1.2. Emitir, através da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, o Contrato, o Certificado de Autorização e a Carteira de Condutor de Táxi, conforme os artigos 6º, 7º, 8º e 22 da Lei Complementar nº 125/2006.
- 4.1.3. Proceder, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Gerência de Transportes, Trânsito e Mobilidade Urbana), à fiscalização dos serviços e o funcionamento dos pontos de táxis.
- 4.1.4. Inspeccionar e fiscalizar o uso, manutenção e exploração do objeto do presente contrato, sempre em concordância ao prescrito na legislação aplicável, bem como com os termos do Edital.

4.2. Cabe ao CREDENCIADO:

- 4.2.1. Manter durante a vigência do presente contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 4.2.2. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- 4.2.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

4.2.4. Facilitar todas as atividades de fiscalização.

4.2.5. Providenciar, junto à Prefeitura de Joaçaba, a inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes, bem como, a emissão do Alvará de Licença para Funcionamento.

4.2.6. Cumprir com as disposições previstas na Lei Complementar nº 125/2006.

CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CREDENCIANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CREDENCIADO as seguintes sanções, com fulcro no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações:

a. Advertência.

b. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor total contratado.

c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

5.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" acima, poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

5.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CREDENCIANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público.

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

6.2. O descumprimento, por parte do CREDENCIADO, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CREDENCIANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

6.3. Fica reservado ao CREDENCIANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista ao PERMISSIONÁRIO, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

7.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei 8.666/93 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

7.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

7.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, para as mesmas finalidades, na presença das testemunhas a tudo inteiradas.

JOAÇABA (SC), 26 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MICHEL CARLESSO AVILA - Secretário

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

CREDENCIADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO Nº 6.215 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004360

DECRETO Nº 6.215 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI Nº 5.370 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

ÓRGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Proj./Atividade: 2.097 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00 – 196

Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 011 – INTENDÊNCIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO E CEMITÉRIO

Proj./Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00 – 163

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Proj./Atividade: 2.058 – MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00 – 65

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

ÓRGÃO 09: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Unidade Orçamentária: 001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Proj./Atividade: 2.097 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E TURISMO

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.00 – 197

Valor: R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 011 – INTENDÊNCIA DO TERMINAL RODOVIÁRIO E CEMITÉRIO

Proj./Atividade: 2.026 – MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.00 – 162

Valor: R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 06: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Proj./Atividade: 2.058 – MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.00 – 64

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 27 de abril de 2021

Dioclésio Ragnini

Prefeito

PL 37/2021/PMJ - IN 04/2021/PMJ

Publicação Nº 3004523

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2021/PMJ

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2021/PMJ

1 – DO OBJETO

Credenciamento visando à delegação de autorização para a prestação de serviço de transporte público individual de passageiros no Município de Joaçaba – Santa Catarina, em veículos de aluguel providos de taxímetro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e suas alterações, com a legislação Federal pertinente e demais condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2019/PMJ e seus anexos.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexistência de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2019/PMJ, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

O Transporte Individual de Passageiros por táxi, em conformidade com o art. 175 da Constituição Federal, com as Leis Federais números 8.987/1995, 8.666/1993 e 12.587/2012, Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e suas alterações, constitui serviço de utilidade pública a ser executado mediante autorização, outorgada pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, após procedimento de seleção e liberação de Alvará de Licença para Funcionamento.

O regime da autorização do serviço de Transporte Individual de Passageiros por Táxi, bem como, os critérios do credenciamento, estão dispostos nas Leis supracitadas, nos Decretos Municipais números 5.717/2019 e 4.601/2014 e no Edital de Credenciamento nº 01/2019/PMJ e seus anexos.

Tendo em vista o que preconizam as Leis e os Decretos Municipais citados, que dispõem sobre a matéria em tela, o Credenciamento visa a atender de maneira eficaz as necessidades dos usuários do Município de Joaçaba, bem como, dar condições de manter este tipo de prestação de serviço aos munícipes.

3 – DO CREDENCIADO

PONTO 06 - JUNTO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA

JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, residente e domiciliado na Travessa João Xavier, Bairro Santo Antônio, Município de Herval d'Oeste, SC, portador do documento de identidade RG nº 15145615 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 038.095.008-10.

4 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 26 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
MICHEL CARLESSO AVILA
Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 26/04/2021

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba (SC), em 26 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PORTARIA Nº 1000

Publicação Nº 3004764

PORTARIA Nº 1.000 DE 22 DE ABRIL DE 2021

“REDISTRIBUI COMISSÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei nº 5.337 de 25 de maio de 2020,

RESOLVE,

Art. 1º REDISTRIBUIR os Processos abaixo descritos em virtude da mudança na composição das Comissões Permanente de Sindicância, Processo Administrativo e Tomada de Contas Especial, conforme memorando nº 53/2021 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública:

1. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 5.731 de 31 de janeiro de 2020;
2. Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 7.231 de 24 de novembro de 2020;
3. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 5.664 de 10 de janeiro de 2020;
4. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 5.554 de 21 de dezembro de 2019;
5. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 3.694 de 30 de janeiro de 2019;
6. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 7.366 de 18 de fevereiro de 2020;
7. Sindicância instaurada pela Portaria nº 6.386 de 06 de maio de 2020;
8. Sindicância instaurada pela Portaria nº 7.000 de 02 de julho de 2020;
9. Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 5.375 de 29 de novembro de 2019 e Processo Administrativo instaurado pela Portaria

nº 5.213 de 16 de setembro de 2019.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, INGRID VANESSA STOCK, LUCI TEREZINHA HEBERLE E RUBIA KAREN PROVENSI para conduzirem as Comissões, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020, Decreto nº 6.042 de 18 de setembro de 2020 e Decreto nº 6.206 de 05 de abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1001

Publicação Nº 3004765

PORTARIA Nº 1.001 DE 22 DE ABRIL DE 2021

“EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) NELIA MARIA FIN do cargo de Técnico de Administração, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1002

Publicação Nº 3004766

PORTARIA Nº 1.002 DE 22 DE ABRIL DE 2021

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 21 de abril de 2021, o(a) Senhor(a) JORDANA DOS SANTOS RAMOS do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 21 de abril de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 994

Publicação Nº 3004758

PORTARIA Nº 994 DE 22 DE ABRIL DE 2021
"REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – REVERTER, o(a) Sr.(a) DIRLEI TEREZINHA SPAZZINI TEIXEIRA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base nos artigos 25 e 26 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e mediante parecer de junta médica oficial.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 995

Publicação Nº 3004759

PORTARIA Nº 995 DE 22
"REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – REVERTER, o(a) Sr.(a) MARILENE RECALCATTI DA ESPADA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base nos artigos 25 e 26 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e mediante parecer de junta médica oficial.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 996

Publicação Nº 3004760

PORTARIA Nº 996 DE 22 DE ABRIL DE 2021
"REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – REVERTER, o(a) Sr.(a) VALDOMIRO PALHANO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base nos artigos 25 e 26 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e mediante parecer de junta médica oficial.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 997

Publicação Nº 3004761

PORTARIA Nº 997 DE 22 DE ABRIL DE 2021

“REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – REVERTER, o(a) Sr.(a) EDSON BARETTA, para exercer o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011, com base nos artigos 25 e 26 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba e mediante parecer de junta médica oficial.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 998

Publicação Nº 3004762

PORTARIA Nº 998 DE 22 DE ABRIL DE 2021

“EXONERA FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a partir de 12 de abril de 2021, o(a) Sr.(a) FRANCIANI ALICE RIZZI, Técnico de Administração, das funções de Chefe do Acompanhamento Orçamentário, nível FC-1, vinculado à Superintendência de Esportes, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme processo nº 4528/2021 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. COLOCAR A DISPOSIÇÃO do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba (SC) – PLASS, o(a) Servidor(a) Sr.(a) FRANCIANI ALICE RIZZI, Técnico de Administração, para prestar serviços junto aquele órgão de segunda a sexta-feira, no horário de expediente do Município, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de abril de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 999

Publicação Nº 3004763

PORTARIA Nº 999 DE 22 DE ABRIL DE 2021

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) CHARLENE ALMEIDA, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 19 abril de 2021, conforme memorando nº 151/2021 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de abril de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 22 de abril de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

HOMOLOGAÇÃO PL 37/2021/PMJ - IN 04/2021/PMJ

Publicação Nº 3004528

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99**Telefone:** (49) 3527-8800**Endereço:** Av. XV de Novembro, 378 - Centro**CEP:** 89600-000 - Joaçaba**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****Nr.: 4/2021****Processo Adm.: 37/2021****Data do Processo: 19/04/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 37/2021
b) **Nr. Licitação:** 4/2021 - IL
c) **Modalidade:** Inexigibilidade de licitação
d) **Data de Homologação:** 26/04/2021
e) **Objeto da Licitação:** *A autorização para a prestação de serviço de transporte público individual de passageiros no Município de Joaçaba – Santa Catarina, em veículos de aluguel providos de taxímetro, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 125/2006 e suas alterações, com a legislação Federal pertinente e demais condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2019/PMJ e seus anexos.*

Participante: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PONTO 06 - JUNTO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - VAGA 01 - PONTO 06 - JUNTO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA	1,000	SERVIÇ	236,78	236,78
Total do Participante:					236,78
Total Geral:					236,78

Joaçaba, 26/04/2021

Assinatura do Responsável

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 05-2021

Publicação Nº 3003959

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/5
Processo Nº.: 14/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2021

No dia 26 do mês de Abril do ano de 2021, o MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 11/2021 Processo Licitatório nº 14/2021. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
11008	ABASTECEDORA GRAL LTDA	10, 12
11009	CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	1, 7, 8, 9, 11, 13, 14
10851	GMP COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	2, 3, 4, 5, 6, 15

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABASTECEDORA GRAL LTDA	05.830.793/0001-90	EDINILSON FAVA ZVICKER	010.506.509-99
CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI	14.869.829/0001-30	ANDERSON SERGIO SIMONI	016.713.019-60
GMP COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA	35.235.579/0001-56	MAURICIO GOMES	588.365.272-72

Fornecedor: 10851 - GMP COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL P/ MOTORES DIESEL = SAE 15W 40 API GL-4 20 LTS. INDICE VISCOSIDADE + 140º. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA DO BF	20,000	287,0000	5.740,00
3	OLEO LUBRIFICANTE P/ SISTEMA HIDRÁULICO, TRANSMISSÃO E FREIO SAE 10W30 API GL-4, 20 LTS. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO ISO 9001 E ISO 14.001.	BD	TEXSA DO BF	30,000	363,0000	10.890,00
4	OLEO LUBRIFICANTE P/ TRAÇÕES/TRANSMISSÕES DIANTEIRAS E TRAZEIRAS = SAE 85W140 API GL-5. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA DO BF	25,000	396,0000	9.900,00
5	OLEO LUBRIFICANTES P/ HIDRÁULICOS = AW 68, HLP, ISO VG 68 20 LTS. FABRICADO POR EMPRESAS ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA DO BF	60,000	257,5000	15.450,00
6	OLEO LUBRIFICANTE P/ TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS = ISO VG 58 (ATF) SUFIXO A; 20 LTS. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA DO BF	25,000	405,0000	10.125,00
15	FLUÍDO DE FREIO SINTÉTICO TOP 4 500ml	UN	POWER BRIL	10,000	27,3000	273,00
					Total	52.378,00

Fornecedor: 11008 - ABASTECEDORA GRAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	OLEO LUBRIFICANTE P/ MOTORES GASOLINA- SEMI-SINTÉTICO = SAE 15W40 API SN. 03 LTS. FABRICADO POR EMPRESAS ISO 9001 E ISO 14.001	UN	LUBRAX	30,000	19,2000	576,00
12	OLEO LUBRIFICANTE P/ MOTORES GASOLINA - SINTÉTICO = SAE 5W40 API SN 01 LT. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9001 E ISO 14.001	UN	LUBRAX	80,000	25,5500	2.044,00
					Total	2.620,00

Fornecedor: 11009 - CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL P/ MOTORES DIESEL = SAE 15W 40 API CH-4 20 LTS. INDICE VISCOSIDADE+140º. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA	50,000	285,5000	14.275,00
7	FLUÍDO DE FREIO DOT 4 500 ML.	UN	RADNAQ	30,000	11,4000	342,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 2/5
 Processo Nº.: 14/2021
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

Fornecedor: 11009 - CONCEITO COMERCIO E DISTRIBUIDORA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	GRAXA= Nº 2 BASE LÍTIO, APLICAÇÃO MULTI, API- NLGI, 20 KG, TEMPERATURA GOTA SUPERIOR 170º-FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9.001 E ISO 14.001	BD	EVORA	6,000	429,5000	2.577,00
9	GRAXA= Nº 2 BASE LÍTIO, APLICAÇÃO MULTI, API- NLGI, 170KG, TEMPERATURA GOTA SUPERIOR 170º-FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9.001 E ISO 14.001	UN	EVORA	2,000	3.997,0000	7.994,00
11	ÓLEO LUBRIFICANTE SINTÉTICO P/ MOTORES DIESEL = SAE 10W40 API CI-4 ÍNDICE VISCOSIDADE + 140º, 20 LTS. FABRICADO POR EMPRESAS COM ISO 9001 E ISO 14.001	BD	TEXSA	15,000	588,0000	8.820,00
13	FLUIDO ARLA 32 (ADITIVO PARA CAMINHÃO DIESEL) BALDE DE 20 LTS.	UN	ECO CEDRO	15,000	63,0000	945,00
14	ADITIVO P/ RADIADORES COMPOSTO POR FLUIDOS ANTI-FERVURA (+163º C), ANTI-CONGELANTE (- 33ºC), ANTI-FERRUGEM (-SÓDIO), LUBRIFICANTE E MONOETILENO GLICOL.	LT	R2	100,000	26,7500	2.675,00
Total						37.628,00

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 11/2021, Processo Licitatório nº 14/2021 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 3/5

Processo Nº.: 14/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 14/2021 - Pregão Presencial nº. 11/2021 com valor global na importância de R\$ 92.626,00 (noventa e dois mil seiscentos e vinte e seis reais).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 11/2021, Processo Licitatório nº 14/2021 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 4/5
Processo N°: 14/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°: 11/2021

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n°. 11/2021 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n°. 11/2021;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 5/5

Processo Nº.: 14/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2021

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 14/2021; o Edital do Pregão nº 11/2021 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 26 de Abril de 2021.

Município de Lacerdópolis
SERGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

ATA REGISTRO DE PREÇO 06-2021

Publicação Nº 3003963

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/5
Processo Nº.: 15/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2021

No dia 27 do mês de Abril do ano de 2021, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2021 Processo Licitatório nº 15/2021. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
10985	AMELIA DOS SANTOS 58283510959	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AMELIA DOS SANTOS 58283510959	40.300.130/0001-64	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	446.809.029-49

Fornecedor: 10985 - AMELIA DOS SANTOS 58283510959

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONCERTO DE PNEUS AROS 15 e 16 (linha vans, caminhonete e assemelhados): desmontagem, concerto e remontagem.	UN		100,000	33,0000	3.300,00
2	TROCA DE PNEUS AROS 15 e 16 (linha de vans, caminhonete e assemelhados): desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	UN		100,000	27,0000	2.700,00
3	MONTAGEM DE PNEU AROS 15,16 17 (LINHA VANS, CAMINHONETE E ASSEMBLHADOS), Desmontagem e montagem.	UN		100,000	28,0000	2.800,00
4	CONCERTO DE PNEU AROS 17.5 (LINHA MICROONIBUS E ASSEMBLHADOS) - desmontagem, concerto e remontagem.	UN		60,000	40,0000	2.400,00
5	TROCA DE PNEU AROS 17.5 (LINHA MICROONIBUS E ASSEMBLHADOS)- desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	UN		60,000	28,0000	1.680,00
6	MONTAGEM DE PNEUS AROS 17,5 (linha micro-ônibus e assemelhados): desmontagem e montagem.	UN		60,000	26,0000	1.560,00
7	CONCERTO DE PNEUS AROS 20 e 22.5 (caminhões e ônibus): desmontagem, concerto e remontagem.	UN		120,000	48,0000	5.760,00
8	TROCA DE PNEU AROS 20 e 22.5 (CAMINHÕES E ÔNIBUS)- desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	UN		120,000	30,0000	3.600,00
9	MONTAGEM DE PNEU AROS 20 e 22.5 (CAMINHÕES E ÔNIBUS), Desmontagem e montagem.	UN		120,000	30,0000	3.600,00
10	CONCERTO DE PNEU AROS 16,5;17,5;18;24;25 e 26 (MÁQUINAS PESADAS) desmontagem, concerto e remontagem.	UN		80,000	88,0000	7.040,00
11	TROCA DE PNEU AROS 16,5;17,5;18;24;25 e 26 (MÁQUINAS PESADAS) - desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	UN		80,000	60,0000	4.800,00
12	MONTAGEM DE PNEU AROS 16,5;17,5;18;24;25 e 26 (MÁQUINAS PESADAS), Desmontagem e montagem.	UN		80,000	60,0000	4.800,00
13	CONCERTO DE PNEU AROS 28,30 e 34 (TRATORES)- desmontagem, concerto e remontagem.	UN		60,000	100,0000	6.000,00
14	TROCA DE PNEU AROS 28,30 e 34 (TRATORES) - desmontagem retirada de pneu velho e remontagem- (colocação do pneu novo, remoldado ou recapado).	UN		60,000	70,0000	4.200,00
15	MONTAGEM DE PNEU AROS 28,30 e 34 (TRATORES), Desmontagem e montagem.	UN		60,000	70,0000	4.200,00
					Total	58.440,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 2/5
Processo Nº.: 15/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 12/2021, Processo Licitatório nº 15/2021 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. Os valores a serem pagos pelos itens contratados são aqueles constantes na proposta que instrui o Processo Licitatório nº. 15/2021 - Pregão Presencial nº. 12/2021 com valor global na importância de R\$ 58.440,00 (cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais).

8.2. Somente serão pagos os itens efetivamente contratados e entregues ao CONTRATANTE, não gerando a obrigação de aquisição de todos os itens e quantidades registradas, mas somente aqueles necessários, de acordo com as requisições do CONTRATANTE.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLISPágina: 3/5
Processo Nº.: 15/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 12/2021, Processo Licitatório nº 15/2021 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 12/2021 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 12/2021;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS**

Página: 4/5
Processo Nº.: 15/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 15/2021; o Edital do Pregão nº 12/2021 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 5/5

Processo N°. 15/2021

PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2021

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 27 de Abril de 2021.

Município de Lacerdópolis**SERGIO LUIZ CALEGARI**
PREFEITO

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO COTNRTO 12/2019 SMS

Publicação Nº 3004102

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 12/2019 – SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.603.739/0006-90, estabelecida Av. Dom Pedro II, 1450, São Cristóvão – Lages/SC CEP 88.501-009. Fone: (49) 3223-3855 E-mail edison@sc.senac.br.

resolvem celebrar este 2º termo aditivo ao Contrato 12/2019, Conforme Parecer Jurídico nº 857/2020, decorrente do Processo Licitatório nº 21/2019, correlato a Dispensa de Licitação nº 02/2019, homologada em 16/05/2019, nos termos do Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, consoante as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para ministrar cursos para o Programa de Qualidade no Atendimento, para as Unidades de Saúde do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

[...];

2.2 Da Execução: fica prorrogado por mais 7 (sete) meses, até 14/04/2021;

[...];

2.4 Do Contrato fica prorrogado por mais 08 (oito) meses, até 14.04.2021, podendo a chegar a seu termo, antes dessa data, com a conclusão do objeto contratado.

As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Lages, 02 de outubro de 2020.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

PE 67/2021- SMS

Publicação Nº 3003976

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 67/2021- SMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS OXIGÊNIO MEDICINAL PARA OXIGENOTERAPIA DOMICILIAR, DEMANDA DE CONSUMO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA, CENTRO DE TRIAGEM DA COVID 19, AMBULÂNCIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E SAMU

Abertura: 11/05/2021 às 09:00h

Valor Estimado: R\$: 1.190.022,50.

Lages, 28 de abril de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RESULTADO PRELIMINAR DAS PRÉ - CANDIDATURAS DAS VAGAS REMANESCENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES MANDATO 2021 A 2023

Publicação Nº 3004500

Ofício. nº 190/CMSL/2021.

EDITAL DE ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE LAGES HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS PRÉ -CANDIDATURAS DAS VAGAS REMANESCENTES

A Comissão de Eleição do Conselho Municipal de Saúde instituída na Reunião Plenária de 10/02/2021, conforme Capítulo IV, do Regimento Interno, torna público para conhecimento dos interessados, o RESULTADO PRELIMINAR das Pré - Candidaturas das VAGAS REMANESCENTES da Eleição/Indicação dos Membros (as) que pretendem compor o Conselho Municipal de Saúde de Lages no período: 2021 - 2023.

ENTIDADES DE USUÁRIOS, LEGALMENTE CONSTITUÍDA E COMPROVADA ESTA CONDIÇÃO:

a.1 Representante das Entidades de Aposentados e Pensionistas

Antônio Carlos Costa - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lages

Situação: HOMOLOGADO

Carlos Alberto Arruda - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lages

Situação: HOMOLOGADO

a.2 Representantes das Organizações de Moradores

José Cardoso de Souza - União das Associações de Moradores

Situação: HOMOLOGADO

Vanessa Santos de Souza - União das Associações de Moradores

Situação: HOMOLOGADO

Ana Gorete Garcia - União das Associações de Moradores

Situação: HOMOLOGADO

Vilma Aparecida Gonçalves da Silva - União das Associações de Moradores

Situação: HOMOLOGADO

a.3 Representante das Entidades de Ambientalistas

Michelle Pelozato - Secretaria M. de Serviços Públicos e Meio Ambiente E Conselho M. de Defesa do Meio Ambiente

Situação: HOMOLOGADO

Aracelli Hammann do Nascimento - Secretaria M. de Serviços Públicos e Meio Ambiente E Conselho M. de Defesa do Meio Ambiente

Situação: HOMOLOGADO

a.4 Representante das Organizações Religiosas

Wilson Urbano - Grupo Espírita Ramatis

Situação: HOMOLOGADO

a.5 Representante das Entidades Patronais

Célio Rogério Ramos Filho - Sindicato SINDILAB/SC

Situação: HOMOLOGADO

Maúde Narciso Franklin - Sindicato SINDILAB/SC

Situação: HOMOLOGADO

ENTIDADES DOS TRABALHADORES DE SAÚDE, REPRESENTADAS POR ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS, FEDERAÇÕES, CONFEDERAÇÕES E CONSELHOS DE CLASSE ASSIM COMPREENDIDOS:

b.1 Representantes dos Trabalhadores da Saúde vinculados a Organizações/Instituições Credenciadas aos SUS e Sindicalizados ou Associados/Afiliados, que apresentem a comprovação respectiva

Lucimara Vargas Branco - Hospital Nossa Senhora dos Prazeres

Situação: HOMOLOGADO

Roseli Freitas - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - CAESP APAE LAGES

Situação: HOMOLOGADO

Vanusa Sutil Wiggers - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - CAESP APAE LAGES

Situação: HOMOLOGADO

FAZ SABER a todos que, conforme dispõe o Edital de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Lages no mandato: 2021 - 2023, a Comissão de Eleição do Conselho Municipal de Saúde, a saber:

- Esta divulgação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Lages/SC, 26 de abril de 2021

Claiton Camargo de Souza

Presidente da Comissão de Eleição do CMSL.

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA N. 001/2021 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

Publicação Nº 3004291

PORTARIA N. 001/2021 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE LAGUNA, Sr. SAMIR AHMAD, nos uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e o disposto no artigo 99 da Lei Complementar n. 136/2006;

CONSIDERANDO os fatos noticiados no Processo Administrativo n. 2348/2021, acerca de condutas praticas pela servidora R. C.;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o PROCESSO DISCIPLINAR, para responsabilidade ou não da servidora R.C. acerca dos fatos noticiados no Processo Administrativo n. 2348/2021, onde deverá ser indicado o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 2º A Comissão para apuração das situações que envolvem o presente processo será constituída pela Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, nomeada pelo Decreto n. 6.438/2021.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Parágrafo Único. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de sua criação para apresentar relatório conclusivo quanto à autoria dos fatos, podendo tal prazo ser prorrogado, desde que devidamente justificado.

Art. 4º Após a apuração dos fatos, deverá ser dado ciência ao Prefeito e à Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 09 de abril de 2021.

SAMIR AHMAD

Prefeito

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA N. 127/2021 DE 28/04/2021 "NOMEIA VALESKA TOFFOLO MINSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 3004894

PORTARIA N. 127/2021
De 28/04/2021

"NOMEIA VALESKA TOFFOLO MINSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

ANDERSON ELIAS BIANCHI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.
e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

DE C I D E:

Art. 1º - Nomear VALESKA TOFFOLO MINSKI, para exercer o Cargo de Secretário Municipal, Código do Cargo 06.01, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo o vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 28 de abril de 2021.
Anderson Elias Bianchi
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Nadia Inez Foresti
Servidora Designada

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 002/2021 DE 21/04/2021 RENTEGRAR FUNCIONARIA ODETE PERCIO GEREMIAS DEVIDO A CESSAÇÃO DO BENECIO DE INSS

Publicação Nº 3003690

PORTARIA LEGISLATIVA n. 001/2021
De 01/01/2021

AUTORIZA O SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA CÂMARA DE VEREADORES A FAZER A CONTRATAÇÃO DOS VEREADORES DA LEGISLATURA 2021 – 2024.

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS – Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

DECIDE:

Art. 1º - Autoriza Setor de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores a fazer a contratação dos vereadores da legislatura 2021 – 2024:

Edilson da Silva
Ronaldo Greiner
Inelve Tereza Maraschin Dierings
Ivan Giacomeli
Diogo Luan Thomé Zmijevski
Deoclecio Felski
Leocer Zmijevski

Eronice de Oliveira da Silva
Ari Gromoski

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 01 de janeiro de 2021.

INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS
Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

EDILSON DA SILVA
Primeiro Secretário

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 132/2021**

Publicação Nº 3004147

DECRETO Nº 132/2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

SAIONARA CORRÊA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.142/20, de 07 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 38.276,32 (Trinta e Oito Mil, Duzentos e Setenta e Seis Reais e Trinta e Dois Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

2.032 - Manutenção dos Programas de Saúde do Estado

DOTAÇÃO 69

4.4.90.00.00.00.5367 Aplicação DiretaR\$ 38.276,32

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit Financeiro verificado no Exercício anterior da fonte de Recursos 5067 – Transf. De Recursos SUS Estado – COFINANCIAMENTO.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER (SC), 20 DE ABRIL DE 2021.

SAIONARA CORRÊA DE CARVALHO BORA

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

DECRETO Nº 133/2021

Publicação Nº 3004154

DECRETO Nº 133/2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

SAIONARA CORRÊA DE CARVALHO BORA, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.142/20, de 07 de dezembro de 2020 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 38.750,00 (Trinta e Oito Mil, Setecentos e Cinquenta Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

07 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

2.032 - Manutenção dos Programas de Saúde do Estado

DOTAÇÃO 70

4.4.90.00.00.00.5067 Aplicação DiretaR\$ 38.750,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por anulação na seguinte rubrica orçamentária:

07 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

07.01 - Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller

2.032 - Manutenção dos Programas de Saúde do Estado

DOTAÇÃO 49

3.3.90.00.00.00.5067 Aplicação DiretaR\$ 38.750,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER (SC), 20 DE ABRIL DE 2021.
SAIONARA CORRÊA DE CARVALHO BORA
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSÉ ARTUR FERNANDES
Sec. Administração, Fin. e Planej.

Leoberto Leal**PREFEITURA****CONTRATO Nº 001/2021 - IPRELL**

Publicação Nº 3004889

CONTRATO Nº 001/2021

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017 – ADITIVO DE PRAZO

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, que fazem o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, pessoa jurídica Direito Público Interno, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ/MF, sob o número 03.916.700/0001-19, estabelecida na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro - representado pela sua Diretora-Executiva, ALINE KRAUS, brasileira, portadora do RG nº 5.071.128-8 e CPF/MF nº 075.870.389-90, doravante denominado de CONTRATANTE e, de outro, a Senhora ANDREA CRISTINE KRAUSE, com endereço na Rua Fernando Ferreira de Melo, n. 204, Bl. A, Conj. 303 – Bom Abrigo – Florianópolis - SC, registrada no CPF sob o nº 864.073.419-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Pregão presencial nº 001/2017, homologado em 04 de abril de 2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

Considerando, a necessidade de o IPRELL ter um representante judicial, em processos em que o mesmo seja parte, Réu ou Autor ou Interessado, comparecendo a audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;

Considerando que, o IPRELL necessita da continuação dos serviços de Consultor Jurídico para orientar nos processos administrativos de concessão ou revisão de benefícios, e em outros decorrentes de regulamentos administrativos, elaborando pareceres de forma a orientar o Diretor-Executivo do IPRELL, quanto a questões atuárias, e análise de projetos de lei que envolvam a autarquia previdenciária municipal, entre outros;

Considerando, que a contratada vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 001/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 001/2017, homologado em 04 de abril de 2017, celebrar o Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 001/2017, passa a vigorar com o acréscimo do item 2.4, com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.4. Fica o Contrato nº 001/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2021, a partir de 04 de abril de 2021, através do aditivo de Contrato nº 001/2021, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 001/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, IPRELL e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos meios oficiais.

Leoberto Leal/SC, 01 de abril de 2021.

ALINE KRAUS

Diretora-Executiva do IPRELL

ANDREA CRISTINE KRAUSE

Contratada

Testemunhas:

WORLI JOSÉ KREUSCH

CPF: 471.603.309-00

KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA

CPF: 948.384.109-72

CONTRATO Nº 002/2021 - IPRELL

Publicação Nº 3004893

CONTRATO Nº 002/2021

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017 – ADITIVO DE REAJUSTE

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica, que fazem o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - IPRELL, pessoa jurídica Direito Público Interno, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ/MF, sob o número 03.916.700/0001-19, estabelecida na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro - representado pela sua Diretora-Executiva, ALINE KRAUS, brasileira, portadora do RG nº 5.071.128-8 e CPF/MF nº 075.870.389-90, doravante denominado de CONTRATANTE e, de outro, a Senhora ANDREA CRISTINE KRAUSE, com endereço na Rua Fernando Ferreira de Melo, n. 204, Bl. A, Conj. 303 – Bom Abrigo – Florianópolis - SC, registrada no CPF sob o nº 864.073.419-49, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do processo licitatório Pregão presencial nº 001/2017, homologado em 04 de abril de 2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, a proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

Considerando, a necessidade de o IPRELL ter um representante judicial, em processos em que o mesmo seja parte, Réu ou Autor ou Interessado, comparecendo a audiências e tomando sua defesa para pleitear uma decisão favorável;

Considerando que, o IPRELL necessita da continuação dos serviços de Consultor Jurídico para orientar nos processos administrativos de concessão ou revisão de benefícios, e em outros decorrentes de regulamentos administrativos, elaborando pareceres de forma a orientar o Diretor-Executivo do IPRELL, quanto a questões atuárias, e análise de projetos de lei que envolvam a autarquia previdenciária municipal, entre outros;

Considerando, que a contratada vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 001/2017, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, que o item 2.2, do Contrato nº 001/2017, prevê o reajuste de valores, após cada grupo de 12 (doze) meses de vigência, pela aplicação do índice acumulado do INPC.

Considerando, que o índice acumulado do INPC, nos últimos 12 (doze) meses (ABRIL 2020 À MARÇO de 2021), foi de 6,94% (seis vírgula noventa e quatro por cento).

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 001/2017, homologado em 04 de abril de 2017, celebrar o Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2017 – Aditivo de Reajuste, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 001/2017, passa a vigorar com o acréscimo do item 3.5, com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO:**

3.5 - “O Sétimo Termo Aditivo do Contrato nº 001/2017, tem por objeto o reajuste no valor do Contrato, de acordo com o índice acumulado do INPC e conforme preconiza o art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor mensal dos serviços em R\$ 4.120,63 (quatro mil, cento e vinte reais e sessenta e três centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 37.085,67 (trinta e sete mil e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).”

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 001/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Assim acordadas e ajustadas, IPRELL e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA QUINTA. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação nos meios oficiais.

Leoberto Leal/SC, 14 de abril de 2021.

ALINE KRAUS
Diretora-Executiva do IPRELL

ANDREA CRISTINE KRAUSE
Contratada

Testemunhas:

WORLI JOSÉ KREUSCH
CPF: 471.603.309-00

KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA
CPF: 948.384.109-72

CONTRATO Nº 029/2021 - PMLL

Publicação Nº 3004898

CONTRATO Nº 029/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL.

O Município de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado CONTRATANTE e a Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Evaldo Volkmann, nº 2846, Bairro Taboão, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 20.432.884/0001-60, neste ato representada pelo Senhor Angelo Hermann, doravante denominado CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Chamada Pública nº 002/2021, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação é aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR dos alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Sexta, todos de acordo com a CHAMADA PÚBLICA nº 002/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da autorização de fornecimento, expedida pelo Setor de Compras.

A) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2021;

B) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 31.809,52 (trinta e um mil oitocentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme listagem a seguir:

NOME	CNPJ	DAP	PROD.	UNID.	QT.	PREÇO PROPOSTO	VALOR TOTAL
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Abóbora menina	Kg	135	3,60	486,00
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Aipim descascado	Kg	225	8,25	1.856,25
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Banana	Kg	2.160	5,00	10.800,00
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Batata salsa	Kg	135	9,10	1.228,50
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Biscoito amanteigado	Kg	171	27,00	4.617,00
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Cebola	Kg	99	4,10	405,90

Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Cenoura	Kg	306	4,70	1.438,20
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Chuchu	Kg	135	2,40	324,00
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Laranja	Kg	936	5,05	4.726,80
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Limão	Kg	54	2,25	121,50
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Maçã	Kg	468	10,00	4.680,00
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Mamão	Kg	72	8,15	586,80
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Tomate	Kg	99	3,63	359,37
Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	20.432.884/0001-60	SDW2043288400012505200149	Alho bulbo	Kg	5,60	32,00	179,20

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como, com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

04.01.12.306.0006.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 (28) – Distribuição de Merenda Escolar – EF - PNDE

04.01.12.306.0006.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 (30) – Distribuição de Merenda Escolar – EI - PNDE

04.01.12.306.0006.2.017.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0060 (32) – Distribuição de Merenda Escolar – Creche - PNDE

CLÁUSULA NONA

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) a nos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O CONTRATANTE em razão à supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente contrato rege-se, ainda, pela CHAMADA PÚBLICA nº 002/2021, pela Resolução CD/FNDE nº 038/2009 e pela Lei nº 11.947/2009, a Lei 8.666/93 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

O presente contrato terá início na data de sua assinatura e término em 17 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

A fiscalização do contrato, decorrente da presente licitação, estará a cargo da Secretaria Municipal da Educação e exercerá rigoroso controle.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em 02 (duas) vias em originais de igual teor e forma que, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de abril de 2021.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	ANGELO HERMANN Cooperação Coop. Agrícola Familiar Serra Taboão Contratado
---	---

Testemunhas:

JOSIANE CAETANO	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
-----------------	-------------------------------

CONTRATO Nº 030/2021 - PMLL

Publicação Nº 3004901

CONTRATO Nº 030/2021 - PMLL

“CONTRATO VISANDO A EXTRAÇÃO DE MACADAME.”

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado Contratante, e como Contratado o Senhor Nauro Steffens, pessoa física, brasileiro, agricultor, residente e domiciliado na Localidade de Vargem dos Bugres, Bairro Vargem dos Bugres, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 429.219.299-53, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Dispensa de Licitação nº 006/2021, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Constitui objeto do presente certame a extração de 3.000 m³ de macadame a ser retirado de um terreno rural, com área de 773.461,24 m² (setecentos e setenta e três mil quatrocentos e sessenta e um metros e vinte e quatro decímetros quadrados), registrado sob a matrícula nº R-1-14.518, livro 67, folhas 117, para ser utilizado na recuperação e reabilitação da malha viária do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL – O CONTRATANTE utilizará o bem imóvel objeto deste CONTRATO, única e exclusivamente para Extração de macadame, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO – O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, a 1ª parcela no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) deverá ser paga no dia 31 de maio de 2021, e a 2ª parcela no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e

quinhentos reais) deverá ser paga no dia 30 de setembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO – Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 23 de abril de 2022.

§ Único – No termo final deste instrumento, o MUNICÍPIO se obriga a restituir o imóvel livre e desocupado.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO - Fica expressamente convencionado que o imóvel objeto deste Contrato, será utilizado pelo Município, exclusivamente para o previsto na Cláusula Primeira, sendo vedada alteração desta finalidade, sem prévio consentimento expresso das partes. Caso seja desviada a finalidade prevista, reverterá de pleno jure o direito real de uso sobre o imóvel.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES – Pactua-se que:

I – O MUNICÍPIO fica obrigado a, quando da restituição do imóvel, no termo final deste pacto;

II – O CONTRATADO fica obrigado a não colocar nenhum óbice ao procedimento de extração mineral que poderá ocorrer a qualquer dia ou horário, inclusive em fins de semana e feriados, conforme necessidade;

III – O CONTRATADO fica obrigado a denunciar o presente contrato no caso de venda total ou parcial do imóvel descrito na Cláusula Primeira.

Parágrafo Único - Na forma da lei ficará assegurado ao MUNICÍPIO o direito de preferência para a aquisição do imóvel, nas mesmas condições oferecidas à terceiro, devendo para tanto dar sua resposta dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da venda enviada pelo contratado através do Cartório de Títulos e Documentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO – Haverá rescisão contratual, de pleno júri, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

CLÁUSULA OITAVA – DA MULTA – Estipular-se-á multa equivalente 10% do valor deste Contrato a ser Apurado, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindida a contratação, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor e forma para que surta seus devidos efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de abril de 2021.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	NAURO STEFFENS Contratado
---	------------------------------

TESTEMUNHAS:

JOSIANE CAETANO	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN	

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO ELETRONICO 07/2021 LINDOIA DO SUL SC

Publicação N° 3004014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-SC

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2021 PROCESSO LICITATÓRIO 19/2021

Objeto: Aquisição e instalação de tanque rodoviário em inox, usado, para transporte de água para produtores rurais. .

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas até: as 08h30min do dia 13/05/2021, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura: dia 13/05/2021 as 08h31min

Informações complementares: O edital na integra esta a disposição dos interessados nas home page www.lindoiadosul.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Lindóia do Sul - SC, 27 de abril de 2021.

Neudi Angelo Bertol

Prefeito de Lindóia do Sul

Lontras

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14-2021

Publicação Nº 3004003

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2021

Ref. Assinatura de Periódicos - jornais com prestação de serviços de entrega de jornal impresso - Diário do Alto Vale para a Câmara Municipal de Lontras/SC. Empresa: DAV & DAV Comunicação LTDA; CNPJ: 34.916.729/0001-24, apresentou menor valor orçado. Valor orçado em parcelas é de: R\$ 83,00 (oitenta e três reais mensais), por 09 meses.

Lontras, 26 de Abril de 2021.

GEFERSON ROBERTO DO ARAGÃO

Presidente da Câmara

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 89/2021**

Publicação Nº 3003137

DECRETO N.º 89/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.03.2.006 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 7

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.14.2.040 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 2

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.13.2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 9

Fonte de Recursos: 0.3.02.0502 – SF: Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta de Recursos Ordinários, na importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), da Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Saúde, na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), totalizando o montante de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 90/2021

Publicação Nº 3003139

DECRETO N.º 90/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.20.2.054 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 13

Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação

Valor: R\$ 39.000,00

12.365.24.2.091 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil para as Pré-Escolas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 34

Fonte de Recursos: 0.2.36.0920 – Salário Educação

Valor: R\$ 15.000,00

12.361.20.2.053 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 9

Fonte de Recursos: 0.1.01.0501 – Receita de Imposto e Transferência de Impostos - Educação

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2021, por conta da Receita de Imposto e Transferência de Impostos - Educação, na importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), dos Recursos do Salário Educação, na importância de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), totalizando o montante de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de abril de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 91/2021

Publicação Nº 3003849

DECRETO N.º 91/2021

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 - Lei Municipal n.º 1.836, de 01 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 18 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil

06.182.09.2.050 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 3

Fonte de Recursos: 0.3.00.0098 – SF: Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2020, por conta de Recursos Ordinários, na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 27 de abril de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2021 - FME

Publicação N° 3003788

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação da empresa COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ – COOPERAR – CNPJ sob o n.º 09.333.052/0001-54 e da pessoa física IVAN ALTAIR DA COSTA – CPF sob n.º 067.902.539-12, através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, adjudica e homologa, conforme a Lei n° 8.666/93, a CHAMADA PÚBLICA N° 01/2021, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS HORTIFRUTIS ATRAVÉS DE CHAMADA PÚBLICA A FIM DE ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUIZ ALVES, no valor total de R\$ 116.283,53 (cento e dezesseis mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) pelo período de 12 (doze) meses. Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 20 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 21/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3004219

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 30/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: das 08h 00min do dia 29/04/2021 até às 16h 00min do dia 19/05/2021.

Abertura e julgamento das propostas: a partir das 10h 00min do dia 20/05/2021.

Início da sessão de disputa de preços: a partir do dia 20/05/2021.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

Local: <http://bnc.org.br/> - (bolsa nacional de compras – BNC).

Retirada do Edital: in loco, no site: <https://www.luizalves.sc.gov.br/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: licitacao@luizalves.sc.gov.br ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br.

Luiz Alves, 27 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021 - FME

Publicação N° 3004098

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

PROCESSO LICITATÓRIO N° 19/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 16h00min horas do dia 10/05/2021, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 10h00min horas do dia 11/05/2021.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

Local: <http://bnc.org.br/> - (bolsa nacional de compras – BNC).

Retirada do Edital: in loco, no site: <https://www.luizalves.sc.gov.br/> ou pela plataforma <http://bnc.org.br/>.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, ou pelos e-mails: licitacao@luizalves.sc.gov.br ou licitacao01@luizalves.sc.gov.br.

Luiz Alves, 27 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO N.º 20/2017

Publicação Nº 3003202

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO N.º 20/2017

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: CONAR CONSULTORIA, ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES EIRELI – CNPJ: 14.344.886/0001-03.

Do prazo e do objeto: Com fundamento no parágrafo segundo da cláusula segunda do Contrato n.º 20/2017, e no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações, resolvem de comum acordo prorrogar até 16 de abril de 2022 o prazo do contrato referente à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, INCLUINDO ASSESSORIA, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA, INCLUINDO SUPORTE AOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, E-SFINGE, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, DILIGÊNCIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS E OUTROS ÓRGÃOS.

Dos valores: Fica acrescido ao valor original do Contrato n.º 20/2017, o montante de R\$ 152.382,48 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

Luiz Alves, 16 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2021 - FME

Publicação Nº 3003770

EXTRATO DO CONTRATO N.º 16/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: IVAN ALTAIR DA COSTA – CPF sob n.º 067.902.539-12.

Do objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Dos valores: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo, no quadro, de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 11.807,76 (onze mil oitocentos e sete reais e setenta e seis centavos).

Da vigência: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 20 de abril de 2022, prorrogável, nos termos da legislação vigente.

Luiz Alves, 20 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2021 - FME

Publicação Nº 3003776

EXTRATO DO CONTRATO N.º 17/2021 – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2021

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ - COOPERAR – CNPJ sob o n.º 09.333.052/0001-54.

Do objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

Dos valores: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo, no quadro, de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 104.481,77 (cento e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e sete centavos).

Da vigência: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 20 de abril de 2022, prorrogável, nos termos da legislação vigente.

Luiz Alves, 20 de abril de 2021.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML 022/2020

Publicação Nº 3004733

1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 046/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2020

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano de 2021, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, denominada CONTRATANTE e a empresa NITROTEC – COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pio XII, nº 1947, Centro, na cidade de Cascavel/RS, CEP:85.801-210 inscrita no CNPJ sob o nº 09.492.811.0001-21, neste ato representada por sua sócia administradora LAURA MATOS BORELLA, brasileira, solteira, empresaria, portadora da cédula de identidade nº 54149400-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 458.026.658-47, denominado FORNECEDOR 1, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO AO REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À AQUISIÇÃO DE INSUMOS VETERINÁRIOS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO DA SUBSECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE LUZERNA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com concordância de ambas as partes, sem aplicação de reajuste, a prorrogação da vigência da Ata originária, nos termos da Cláusula 13.1, por mais 12 (doze) meses, em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93, passando a vigorar de 8 de maio de 2021 a 8 de maio de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação (s): 04.002.20.606.0401.2421 – Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90 Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte(s): 000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Luzerna/SC, 27 de abril de 2021.

ALCIR JOÃO DENARDI

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

CONTRATANTE

LAURA MATOS BORELLA

NITROTEC – COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

2. _____

Nome:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 039/2021

Publicação Nº 3004598

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 039/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano de 2021, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado

neste ato por seu Prefeito, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dr. Maruri, 1204, sala 03, Centro, no município de Concórdia/SC, CEP: 89.700-168 inscrita no CNPJ sob o nº 17.688.208/0001-48, neste ato representada por CRISTIANO TROMBETTA, portador da cédula de identidade nº 3527707 e inscrito no CPF/MF sob o nº 027.450.299-24, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 022/2021, Pregão Eletrônico nº 015/2021, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de filmagem, edição e fotografia para cobertura de eventos, produções institucionais e demais ações promovidas e/ou apoiadas pela Administração Municipal de Luzerna, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	10,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA FOTOGRÁFICA com um profissional fotógrafo por um período de até quatro horas. Com 01 CÂMERA Profissional DSLR com sensor Full-Frame de 30 megapixel ou superior; Lentes Objetivas: lente zoom de distância focal 24-105mm; Lente Fixa de distância focal 50mm. Lente Grande Angular distância focal de pelo menos 17mm. Flash: flash de montagem de sapata, número guia de pelo menos 40; Entrega de arquivos em formato digital com no mínimo 100 fotos em um DVD-R acomodado em estojo de plástico rígido e impresso no DVD e na capa o nome do evento/cobertura. Entrega no prazo máximo de 2 dias após a realização do serviço.	470,00	4.700,00

0.2. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Termo de Referência, devendo o proponente vencedor prestar os serviços, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, bem como nas quantidades, nas datas, locais e horários previamente estabelecidos pelo setor municipal requisitante.

2.2. O FORNECEDOR deverá disponibilizar a totalidade dos equipamentos e/ou serviços descritos em cada um dos itens do Termo de Referência;

2.2.1. Ainda, deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos equipamentos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos.

2.3. Os equipamentos deverão estar devidamente instalados e em perfeitas condições de funcionamento, nos locais estabelecidos pelo Setor Solicitante em, no mínimo, 02 (duas) horas antes do horário previsto para o início do evento.

2.4. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

2.5. Caberá ao Município comunicar a empresa contratada com a devida antecedência, as datas, horários e locais da realização dos eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.2. Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado a prestação de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se por refazer os serviços, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se

com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

5.4. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.5. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Pregão ficará a cargo da servidora abaixo mencionada:

Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva
Fone: (49)3551-4700
E-mail: cultura@luzerna.sc.gov.br

4.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

5.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

5.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

5.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SEXTA DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

6.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

6.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

7.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

7.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

7.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

7.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

7.2. Cabe ao FORNECEDOR:

7.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

7.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

7.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

CLAUSULA OITAVA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

8.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

8.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

8.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

8.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

8.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

8.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

8.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

8.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA
DAS ALTERAÇÕES**

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

**CLÁUSULA DÉCIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 10.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

10.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

10.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

10.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

11.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

03.001.04.131.0200.2.305-Publicidade Institucional e de Marketing

03.002.04.122.0300.2.302-Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

07.003.13.392.0706.2740-Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória E Promoção do comércio local

Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s): 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA

12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA

JULIANO SCHNEIDER

CONTRATANTE

CRISTIANO TROMBETTA

ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA EPP

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 040/2021

Publicação Nº 3004684

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0402021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano de 2021, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. JULIANO SCHNEIDER, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 – MATHEUS KRUPZACK PRODUÇÕES AUDIOVISUAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada no Rua Mar-Ly,304, apt. 103, Centro, no município de Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000 inscrita no CNPJ sob o nº 37.871.930/0001-20, neste ato representada pela Sócia Administrativa, JULIANA HILDEBRANDO DOS SANTOS COSTA, portadora da cédula de identidade nº 3.146.736 e inscrita no CPF/MF sob o nº 000.119.149-71, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 022/2021, Pregão Eletrônico nº 015/2021, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preço destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de filmagem, edição e fotografia para cobertura de eventos, produções institucionais e demais ações promovidas e/ou apoiadas pela Administração Municipal de Luzerna, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram, constituindo-se em:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor unitário R\$	Valor total R\$
2	1,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE EVENTO por um período de até quatro horas, realizado com 04 CÂMERAS Profissionais com captação em Full HD (1920x1080p), 04 Cinegrafistas Profissionais. Deve estar incluso filmagem com aeronave não tripulada (Drone) e movimento de câmera com estabilizador de imagem (Gimbal). Edição do evento na íntegra e de videoclipe com até 4 minutos, entrega em 01 DVD e formato streaming/web no prazo máximo de 2 dias após realização da filmagem.	2.145,80	2.145,80

3	5,00	UN	Criação de vídeo com duração de até 4 minutos, para divulgação de projetos e potencialidades do município. Incluso até 2 dias de filmagens externas para capturas de imagens em Luzerna com câmera profissional e/ou aeronave não tripulada (Drone) com gravação em formato 4K 3840x2160px; incluindo utilização de equipamentos profissionais de iluminação e captura de som se necessário; Criação de roteiro, gravação de áudio em português com locutor padrão, edição e entrega do vídeo editado em 01 DVD-Dados e formato streaming/web em até 7 dias após a realização das filmagens.	1.286,80	6.434,00
4	4,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE EVENTO por um período de até quatro horas, realizado com 02 CÂMERAS Profissionais com captação em Full HD (1920x1080p), 02 Cinegrafistas Profissionais. Edição completa e edição de 01 videoclipe com até 3 minutos de duração. Entrega em 01 DVD e formato streaming/web no prazo máximo 3 dias após a realização das filmagens.	857,80	3.431,20
5	10,00	UN	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM, realizado com 01 CÂMERA Profissional e/ou aeronave não tripulada (Drone) com captação em formato 4K 3840x2160p; realizada por 01 Cinegrafista Profissional por um período de até quatro horas. Utilização de equipamento como tripé profissional e de movimento (slider) se necessário. Entrega do vídeo editado em 01 DVD-Dados e formato streaming/web no prazo máximo 3 dias após a realização das filmagens.	428,90	4.289,00

0.2. O FORNECEDOR 02, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Termo de Referência, devendo o proponente vencedor prestar os serviços, de acordo com as necessidades do Município de Luzerna, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, bem como nas quantidades, nas datas, locais e horários previamente estabelecidos pelo setor municipal requisitante.

2.2. O FORNECEDOR deverá disponibilizar a totalidade dos equipamentos e/ou serviços descritos em cada um dos itens do Termo de Referência;

2.2.1. Ainda, deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos equipamentos necessários para a execução do objeto, bem como pela montagem e desmontagem dos mesmos.

2.3. Os equipamentos deverão estar devidamente instalados e em perfeitas condições de funcionamento, nos locais estabelecidos pelo Setor Solicitante em, no mínimo, 02 (duas) horas antes do horário previsto para o início do evento.

2.4. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

2.5. Caberá ao Município comunicar a empresa contratada com a devida antecedência, as datas, horários e locais da realização dos eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

3.2. Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado a prestação de serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.3. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se por refazer os serviços, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

5.4. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.5. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA QUARTA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E PELA FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Pregão ficará a cargo da servidora abaixo mencionada:

Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva

Fone: (49)3551-4700
E-mail: cultura@luzerna.sc.gov.br

4.2. Caberá ao fiscal da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

4.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

5.1. Os preços não serão reajustados, salvo se:

5.1.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

5.1.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

5.1.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.1.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

5.1.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA SEXTA DOS PAGAMENTOS

6.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

6.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pelo fornecedor por ocasião da habilitação.

6.2.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

- MUNICÍPIO DE LUZERNA - Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, Luzerna, SC, CNPJ nº 01.613.428/0001-72.

6.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br).

6.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

6.4.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Cabe ao MUNICÍPIO:

7.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

7.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

7.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

7.1.4. Efetuar o pagamento do FORNECEDOR de acordo com o estipulado neste Edital;

7.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pelo FORNECEDOR, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

7.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

7.2. Cabe ao FORNECEDOR:

7.2.1. Executar o objeto da presente Ata; do edital e de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

7.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

7.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

7.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

7.2.6. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

CLÁUSULA OITAVA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa;

8.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

8.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

8.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

8.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

8.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

8.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

8.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

8.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

8.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

8.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

8.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

8.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA NONA

DAS ALTERAÇÕES

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

10.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações

posteriores.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

10.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

10.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 10.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

10.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

10.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

10.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

10.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

10.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

10.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

10.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Ação (s):

03.001.04.131.0200.2.305-Publicidade Institucional e de Marketing

03.002.04.122.0300.2.302-Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão

07.003.13.392.0706.2740-Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória E Promoção do comércio local

Modalidade de Aplicação (s): 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas

Fonte (s): 000 – Recursos Ordinários CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DA VIGÊNCIA

12.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE LUZERNA

JULIANO SCHNEIDER

CONTRATANTE

MATHEUS KRUPZACK PRODUÇÕES AUDIOVISUAL LTDA

JULIANA HILDEBRANDO DOS SANTOS COSTA

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002 2021

Publicação Nº 3004807

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021 de 28 de abril de 2021.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Complementar nº 203 de 12/03/2019; Lei Complementar nº 205 de 19/03/2019 e 210 de 21/05/2019 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Luzerna para a contratação de Agente Comunitário de Saúde 40 horas, Agente de Copa e Limpeza, 44 horas, Médico Generalista, 40 horas e Técnico de Enfermagem, 40 horas;

CONSIDERANDO que a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público está prevista no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal e regulamentada no âmbito municipal pela Lei Complementar nº 210 de 21 de maio de 2019 e alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade emergencial e de excepcional interesse público de contratação dos referidos profissionais para atuarem na Unidade de Saúde Municipal visando a continuidade na prestação de serviço público essencial;

CONSIDERANDO que foram convocados todos os profissionais de Agente Comunitário de Saúde classificados no Processo Seletivo n. 009/2020, porém nenhum deles aceitou assumir a vaga;

CONSIDERANDO que foram convocados todos os profissionais de Agente de Copa e Limpeza classificados no Processo Seletivo n. 009/2020, porém nenhum deles aceitou assumir a vaga;

CONSIDERANDO que foram convocados todos os Médicos classificados no Processo Seletivo n. 002/2020 e 003/2020, porém nenhum deles aceitou assumir a vaga;

CONSIDERANDO que foram convocados todos os profissionais de Técnico de Enfermagem classificados no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2021, porém nenhum deles aceitou assumir a vaga;

CONSIDERANDO a inexistência de tempo para realização de Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação, principalmente em razão de afastamento de profissionais em auxílio doença e auxílio maternidade;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo um direito social constitucionalmente previsto;

CONSIDERANDO ainda que o inciso V do Art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020 excetua da vedação em realizar concurso público a realização de processos seletivos para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL de Luzerna (SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vagas de Agente Comunitário de Saúde, Agente de Copa e Limpeza, Médico Generalista e Técnico em Enfermagem, para substituição de servidores em afastamentos legais, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 30 de abril a 07 de maio de 2021, das 13h00 às 19h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, no Setor de Desenvolvimento Humano, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital, ou através do encaminhamento da ficha de inscrição (Anexo IV) devidamente preenchida e todos os documentos comprobatórios dos títulos para o e-mail rh@luzerna.sc.gov.br.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante a entrega pessoal da ficha de inscrição (Anexo IV) devidamente preenchida pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ou enviada por e-mail, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o cargo, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

- 2.2.4. Ser portador de CPF válido;
- 2.2.5. Gozar de boa saúde;
- 2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;
- 2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- 2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo Simplificado e,
- 2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverão ser anexados ou enviados (caso de inscrição por e-mail) fotocópia de RG e CPF e todos os documentos necessários para comprovação da titulação (comprovante de cursos, tempo de serviço, etc).

2.4. NÃO SERÁ COBRADA TAXA DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS

2.5. À inscrição realizada por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato do candidato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, NÃO SERÃO FOTOCOPIADOS DOCUMENTOS NA PREFEITURA, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita de forma híbrida, ou seja, ou pessoal ou por e-mail, não podendo iniciar de uma forma e ser complementada de outra.

2.11. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do Processo Seletivo.

2.12. A fidedignidade das informações contidas na ficha de Inscrição (anexo IV) é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

CARGO TEMPORÁRIO - AGENTE COMUTÁRIO DE SAÚDE

1. Ensino Médio Completo e Comprovante de endereço no Município de Luzerna na data de publicação desse Edital - 50,00 pontos (comprovado através de diploma, certificado de conclusão e comprovante de residência).
2. Tempo de serviço na função de Agente Comunitário de Saúde - 0,5 pontos a cada 6 (seis) meses completos de trabalho, não sendo computados períodos menores de 06 meses, nem somados períodos inferiores em empregadores diversos (comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente);
3. Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço:
 - a) Documentação que especifique a função do respectivo cargo e as datas inicial e final exatas do serviço emitidas por pelos empregadores.
 - b) Páginas da Carteira de Trabalho que especifique a função e as datas inicial e final do serviço na função/cargo.

CARGO TEMPORÁRIO - AGENTE DE COPA E LIMPEZA

1. Anos iniciais do Ensino Fundamental - 50,00 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão).
2. Tempo de serviço na função de Agente de Copa e Limpeza (ou em funções equivalentes às atribuições descritas no Anexo II) - 0,5 pontos a cada 6 (seis) meses completos de trabalho, não sendo computados períodos menores de 06 meses, nem somados períodos inferiores em empregadores diversos (comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente);
3. Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço:
 - a) Documentação que especifique a função do respectivo cargo e as datas inicial e final exatas do serviço emitidas por Prefeituras, Secretarias, Hospitais, Clínicas e Fundações.
 - b) Páginas da Carteira de Trabalho que especifique a função e as datas inicial e final do serviço na função/cargo.

CARGO TEMPORÁRIO - MÉDICO GENERALISTA

1. Curso completo de Medicina e Registro no CRM/SC - 50,00 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão e cópia da carteira do CRM).
2. Curso completo de Pós-graduação em nível de Especialização em Saúde da Família, Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Saúde da Família e Comunidade - 50 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão)

3. Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Saúde da Família ou Saúde Pública - 0,5 pontos a cada 10 h/a podendo ter um máximo de 50 pontos em cursos realizados em um período máximo de 5 anos.

4. Tempo de serviço na função de Médico Generalista - 0,5 pontos a cada 6 meses de trabalho no setor público na Atenção Básica, não sendo computados períodos menores de 06 meses, nem somados períodos inferiores em empregadores diversos (comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente);

CARGO TEMPORÁRIO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Curso de Técnico de Nível Médio em Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe - 50,00 pontos (comprovado através de diploma ou certificado de conclusão e cópia da carteira do COREN).

2. Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Atenção Básica - 0,5 pontos a cada 10 h/a podendo ter um máximo de 50 pontos em cursos realizados em um período máximo de 5 anos.

3. Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Sala de Vacina - 1,0 pontos a cada 10 h/a podendo ter um máximo de 100 (cem) pontos em cursos realizados em um período máximo de 5 anos.

4. Tempo de serviço na função de Técnico de Enfermagem - 0,5 pontos a cada 6 (seis) meses completos de trabalho no setor público na Atenção Básica, não sendo computados períodos menores de 06 meses, nem somados períodos inferiores em empregadores diversos (comprovado através de Carteira de Trabalho, Declaração ou Atestado do Tempo de Serviço do empregador, com papel timbrado da instituição e assinatura do emitente);

5. Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço:

a) Documentação que especifique a função do respectivo cargo e as datas inicial e final exatas do serviço emitidas por Prefeituras, Secretarias, Hospitais, Clínicas e Fundações.

b) Páginas da Carteira de Trabalho que especifique a função e as datas inicial e final do serviço na função/cargo.

3.2 - Diplomas e certificados expedidos no exterior somente serão considerados quando revalidados por instituição de ensino superior no Brasil.

3.2.1 - Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

3.3 - As pontuações serão somadas.

3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime Especial de Direito Administrativo e filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo.

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior tempo de serviço;

b) maior idade.

VI - DOS RECURSOS

6.1. Será admitido recurso da classificação que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo III deste Edital.

6.2. O recurso aqui mencionado deverá ser preenchido em formulário modelo disponibilizado juntamente com este Edital, assinado, escaneado e enviado para o e-mail rh@luzerna.sc.gov.br, dentro do prazo até as 18h, nos termos estabelecidos por este Edital.

6.3. Os recursos e revisão de nota serão apreciados pela Comissão Especial designada.

6.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação, ilegíveis, sem assinatura, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos.

6.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação através de publicações no site da Prefeitura de Luzerna.

6.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da pontuação, sendo que a pontuação poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

6.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de pontuação de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua pontuação.

6.8. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

VII - DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Diário Oficial dos Municípios (<https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>) , no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VIII - DA CONTRATAÇÃO

8.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os documentos conforme Decreto 2060 de 01 de julho de 2015 e alterações posteriores.

8.2. Os documentos para contratação serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

8.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

IX - DO FORO JUDICIAL

9.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

10.2. Este Processo Seletivo terá validade por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por mais 06 (seis) meses.

10.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

10.5. O candidato a ser contratado será convocado e terá o prazo de 48 horas contados do recebimento da ciência da convocação para manifestar a aceitação ou desistência da vaga. Passado este prazo, ou apresentados os documentos solicitados de forma incompleta ou tardia o candidato irá para o final da fila de classificação.

10.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I. Pelo término do prazo contratual;

II. Por iniciativa do contratado;

III. Por descumprimento de qualquer cláusula contratual pelo contratado;

IV. Pelo óbito do contratado;

V. Prática de falta grave, conforme definido no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurado em procedimento administrativo, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, no qual se assegure um recurso hierárquico, dotado de efeito suspensivo, no qual, no seu prazo total de tramitação, recurso e decisão final não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias;

VI. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

VII. Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal;

VIII. Nomeação de aprovados em Concurso Público, início de atividade de técnico de enfermagem ou retorno às atividades do titular para os casos de contratação temporária para substituição;

IX. Por insuficiência de desempenho apurada em Procedimento Administrativo;

10.6.1 A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada ao contratante com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

10.6.2. Caso o contratado não observe tal prazo, será facultado ao Contratante descontar a remuneração correspondente aos dias de trabalho faltantes para o cumprimento do período, bem como, o valor dos exames admissionais realizados.

10.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

10.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

10.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Supervisão e Acompanhamento para realização do Processo Seletivo Simplificado do Município de Luzerna.

10.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Cargo, Carga Horária, Vencimento e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Cargo;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto;

ANEXO IV - Da Ficha de Inscrição (4.1, 4.2, 4.3 e 4.4);

ANEXO V - Do Formulário de Recurso

Luzerna (SC), 28 de abril de 2021.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna

ANEXO I DO CARGO, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E HABILITAÇÃO MÍNIMA

Cargo	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Agente Comunitário de Saúde	40 h/s	1.550,00	Ensino Médio Completo
Agente de Copa e Limpeza	44 h/s	1.289,46	Anos iniciais do Ensino Fundamental
Médico Generalista	40 h/s	17.891,96	Curso completo de Medicina e Registro no CRM
Técnico de Enfermagem	40 h/s	R\$ 2.194,44	Curso de Técnico de Nível Médio em Enfermagem e registro no respectivo conselho de classe.

Além do vencimento, o servidor receberá o auxílio alimentação, na forma de cartão magnético, no valor de R\$ 28,94 (vinte e oito reais e noventa e quatro centavos) por dia útil trabalhado, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO PÚBLICO TEMPORÁRIO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ATRIBUIÇÕES:

Entende-se por Educação Popular em Saúde as práticas político-pedagógicas que decorrem das ações voltadas para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, estimulando o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde individual e coletiva a partir do diálogo sobre a diversidade de saberes culturais, sociais e científicos e a valorização dos saberes populares, com vistas à ampliação da participação popular no SUS e ao fortalecimento do vínculo entre os trabalhadores da saúde e os usuários do SUS. a) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência. b) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação: I.A utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural; II.O detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde; III.A mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socio educacional; IV.A realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento: a) Da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério; b) Da lactante, nos seis meses seguintes ao parto; c)Da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura; d) Do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); e) Da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas; f) Da pessoa em sofrimento psíquico; g) Da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas; h) Da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal; i) Dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; j) Da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças; V- Realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento: a) De situações de risco à família; b) De grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde; c) Do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação; Vi- o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). c) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, Município de Luzerna/SC: Processo Seletivo n.º 09/2019 Estado de Santa Catarina Município de Luzerna Processo Seletivo n.º 09/2019 Publicação Legal: Edital de Abertura Página 40 de 48 assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe: A aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; A medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência; A aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência; A orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade; A verificação antropométrica. d) No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação: A participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico; A consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares; A realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socio epidemiológicos realizados pela equipe de saúde; A participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença; A orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde; O planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde; O estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.

CARGO PÚBLICO TEMPORÁRIO: AGENTE DE COPA E LIMPEZA ATRIBUIÇÕES:

- a) quando no exercício de tarefas de copa:
- Preparar e servir café e chá a visitantes, dirigentes e servidores do setor;
 - Arrumar e, posteriormente, recolher bandejas com copos, xícaras, pratos, bules, açucareiros e garrafas térmicas;
 - Lavar, secar e guardar todos os materiais utilizados nas copas e nas cozinhas;
 - Manter limpo os utensílios de copa e cozinha;
 - Auxiliar em barracas, stands ou em festividades e eventos promovidos pela prefeitura a servir produtos e a efetuar a limpeza dos materiais

utilizados;

- Requisitar material e mantimentos, quando necessário;
- Receber e armazenar os gêneros alimentícios, de acordo com normas e instruções estabelecidas, a fim de atender aos requisitos de conservação e higiene;
- Proceder a limpeza, lavagem e guarda de louças, talheres e demais utensílios de copa e cozinha;
- Dispor adequadamente os restos de comida e lixo da cozinha, de forma a evitar proliferação de insetos;
- Zelar pela conservação e limpeza do local de trabalho, bem como dos instrumentos e equipamentos que utiliza;
- Observar as normas de higiene no trabalho;
- Executar outras atribuições afins.

b) quando no exercício de tarefas de limpeza:

- Percorrer as dependências da Prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos;
- Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas;
- Realizar a limpeza, desinfecção e higienização de todas as dependências dos próprios municipais como a sede da Prefeitura, as escolas, as unidades de saúde, os ambulatórios, capela mortuária, entre outros, instalados ou que vierem a ser instalados, inclusive os locais temporariamente destinados a eventos, seguindo, sempre, as normas de limpeza e desinfecção próprias de cada unidade da Prefeitura ou conforme normas e determinação superior;
- Esfregar chão, paredes, aparelhos sanitários, bancadas, portas, janelas e mobiliário, no que couber, utilizando materiais e equipamentos próprios de modo a manter e conservar os próprios municipais;
- Aplicar cera e lustrar chão e móveis;
- Conservar banheiros e cozinhas, efetuando a reposição de materiais como sabão, sabonete, toalhas, panos de mão, de copa e de chão, papel toalha e papel higiênico;
- Auxiliar nas tarefas de limpeza, higienização e desinfecção de vidraçaria utilizados na área da saúde, de acordo com determinação superior e observadas as normas determinadas para o setor;
- Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações;
- Coletar, seletivamente, lixo orgânico e inorgânico das lixeiras e cestas localizadas nos prédios municipais, ensacando-os adequadamente, e efetuando sua disposição final, conforme orientação superior;
- Coletar o lixo hospitalar, consultórios e outras unidades de saúde, ensacando-o adequadamente e realizando sua disposição final, conforme orientação específica recebida..

CARO PÚBLICO TEMPORÁRIO: MÉDICO GENERALISTA ATRIBUIÇÕES:

Participar do processo de elaboração do planejamento, organização, execução, avaliação e regulação dos serviços de saúde; Cumprir os protocolos clínicos instituídos pelo Município; Integrar a equipe de padronização de medicamentos e protocolos para utilização dos mesmos; Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar, articulado, com equipe interdisciplinar, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica, visando prestar assistência integral; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Preencher e assinar declarações de óbito; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Realizar pequenos procedimentos cirúrgicos; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos, através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos, para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando a divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Atuar em equipe interdisciplinar e interdisciplinar na estratégia saúde da família; Atuar de acordo com código de ética de sua classe; Dar assistência a pacientes que estão em internação domiciliar e ou acamados; Prestar atendimento em urgências e emergências; Encaminhar pacientes para internação hospitalar, quando necessário; Acompanhar os pacientes com risco de morte no transporte até um serviço de maior complexidade; Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando necessário; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde, particularmente nos programas de educação continuada; Participar de auditorias e sindicâncias médicas, quando solicitado; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Proceder a perícias médico-administrativas, examinando servidores municipais, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões e reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos; Conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Quando no desempenho de suas atividades junto à Estratégia de Saúde da Família: Realizar anamneses, exames físicos, levantar hipóteses diagnósticas, solicitar exames complementares, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica; Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou afastar o diagnóstico; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar visitas domiciliares, atendimento ambulatorial e visitas a pacientes internados; Prestar atendimento em urgências clínicas; Diagnosticar, precocemente, enfermidades e deficiências; Modificar condutas que coloquem a saúde em risco; Realizar atendimento prioritário à criança através de puericultura e pré-natal; Estimular e respeitar a troca de informações e saberes de forma a propiciar a mudança no quadro sanitário da população; Incentivar a participação da população na conquista de seus direitos plenos de cidadania; Propugnar pela quebra de tabus e estigmas de forma a ensejar o diagnóstico precoce e o tratamento de enfermidades estigmatizadas; Conscientizar a população sobre a importância da saúde ambiental; Promover práticas de educação em saúde, visando, inclusive, garantir a democratização do saber técnico; Implementar programas de saúde da mulher; Executar, através de sistema

de referência e contra referência procedimentos de média e alta complexidade; Participar do controle de agravos endêmicos, através de diagnósticos precoces e referenciamento; Participar de tratamentos de habilitação ou reabilitação, quando couber; Promover o tratamento médico de crianças, adolescentes, adultos e idosos, incluindo-se as ações de natureza psicossocial e os programas de hipertensão arterial, diabetes melitus e epilepsia; Determinar terapêutica familiar; - Identificar e sanar agravos da infância, desde procedimentos pré-natais, pós-nascimentos, bem como o acompanhamento de seu desenvolvimento através das ações de puericultura; Realizar, em conjunto com a equipe básica de saúde da família, o cadastramento de sua área de atuação; Identificar estruturas de acesso ao público como escolas ou igrejas que possam servir de local para palestras; Identificar os setores mais críticos onde a atuação da equipe se faz mais necessária; Estudar e discutir com outros segmentos do órgão de saúde, a necessidade da padronização da farmácia básica municipal de forma a fornecer a cota mensal de medicamentos de uso contínuo, necessários ao controle de pacientes crônicos, integrantes dos diversos programas e prioritariamente aos programas de atendimento a gestantes e pacientes portadores de hipertensão, diabetes e epilepsia; Estabelecer planos de ação de saúde; Prescrever medidas higiênicas dietéticas; prescrever imunizações; Ministrando tratamentos preventivos; Rastrear doenças prevalentes; Implementar medidas de biossegurança; Implementar medidas de saúde ambiental; Promover campanhas de saúde; Promover atividades educativas; Promover ações de controle de vetores e zoonoses; Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando for o caso; Assessorar a elaboração de campanhas educativas no campo da saúde pública e medicina preventiva ;Participar do desenvolvimento e execução de planos de fiscalização sanitária; Proceder a perícias médicas-administrativas, examinando servidores municipais, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos; Participar, juntamente com os profissionais das áreas de saúde, segurança, justiça e psicologia, dos programas federais, estaduais e municipais instituídos a partir da edição do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Planejar e apoiar ações destinadas ao suporte de crianças e adolescentes infratores que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas; Atender crianças e adolescentes em situação de risco ou em conflito com a lei; Planejar, em articulação com demais organismos, governamentais ou não, envolvidos, ações destinadas à proteção de crianças e adolescentes violados ou ameaçados em seus direitos e ao atendimento daqueles que ameaçam ou violam o direito de terceiros; Identificar fontes de recursos destinadas ao financiamento de programas e projetos em sua área de atuação e propor medidas para a captação destes recursos bem como acompanhar e/ou participar da execução dos programas e projetos, supervisionando e controlando a aplicação dos recursos; Orientar servidores em sua área de atuação para apuração de todos os procedimentos executados, apurando seus resultados e efetuando o lançamento para efeito de registro e cobrança do SUS ou de outros órgãos conveniados; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões e reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos; Conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos; Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CARGO PÚBLICO TEMPORÁRIO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ATRIBUIÇÕES:

- Prestar, sob orientação do Médico ou Enfermeiro, serviços técnicos de enfermagem, ministrando medicamentos ou tratamento aos pacientes, como controle de pressão venosa, monitorização e utilização de respiradores artificiais;
- Controlar sinais vitais dos pacientes, observando a respiração e pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão;
- Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal;
- Efetuar curativos diversos, empregando os medicamentos e materiais adequados, segundo orientação médica ou do enfermeiro;
- Auxiliar o Médico em pequenas cirurgias, observando equipamentos e entregando o instrumental necessário, conforme instruções recebidas;
- Atuar em sala de vacina realizando aplicação de imunobiológicos quando capacitado;
- Preparar e esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos para a realização de exames, tratamentos e pequenas intervenções cirúrgicas;
- Participar de campanhas de vacinação;
- Assistir ao Enfermeiro na prevenção e no controle sistemático da infecção ambulatorial;
- Assistir ao Enfermeiro na prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral e nos programas de vigilância sanitária;
- Auxiliar na coleta e análise de dados socio-sanitários da comunidade, para o estabelecimento de programas de educação sanitária;
- Proceder a visitas domiciliares, buscando auxiliar na promoção e proteção da saúde de grupos prioritários;
- Participar de programas e atividades de educação em saúde;
- Participar na execução de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários;
- Participar dos programas de higiene e segurança do trabalho e de prevenção de acidentes e de doenças profissionais e do trabalho;
- Auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- Participar do planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem;
- Participar de programas educativos de saúde que visem motivar e desenvolver atitudes e hábitos saudáveis em grupos específicos da comunidade;
- Anotar no prontuário do cliente as atividades da assistência de enfermagem;
- Participar de atividades de capacitação promovidas pela instituição;
- Zelar pela conservação dos equipamentos utilizados;
- Auxiliar no processo de notificação e investigação em processos de vigilância epidemiológica;
- Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA;
- Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões e reuniões com as demais Secretarias Municipais e em outros eventos;
- Conduzir veículo automotivo, desde que habilitado, em serviços externos;
- Desempenhar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	28/04/2021
Período de Inscrições	28/04/21 a 07/05/2021
Homologação das inscrições	10/05/2021
Análise dos Títulos	11/05/2021
Divulgação do Resultado Provisório	12/05/2021
Recurso quanto ao Resultado Provisório (até às 18h)	13/05 a 14/05/2021
Homologação final do Processo Seletivo Simplificado	17/05/2021

ANEXO IV 4.1

FICHA DE INSCRIÇÃO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº de Inscrição: _____

DADOS DO CANDIDATO			
Nome:			
Rua:			Nr.
Bairro:			
Município:			U.F.
Telefone:			
e-mail:			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Estado civil:			
Dependentes:		Sim (nr. _____)	Não
Nr. Identidade:	CPF:		
Data de nascimento:	Local:		
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
Ensino Médio Completo e Comprovante de endereço no município de Luzerna na data de publicação desse Edital	
Comprovante de tempo de serviço na função de Agente Comunitário de Saúde	

Luzerna(SC), ____/____/____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

4.2

FICHA DE INSCRIÇÃO AGENTE DE COPA E LIMPEZA Nº de Inscrição: _____

DADOS DO CANDIDATO			
Nome:			
Rua:			Nr.
Bairro:			
Município:			U.F.
Telefone:			
e-mail:			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Estado civil:			
Dependentes:		Sim (nr. _____)	Não
Nr. Identidade:	CPF:		
Data de nascimento:	Local:		
Cargo: AGENTE DE COPA E LIMPEZA			

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
Comprovante de Conclusão dos Anos iniciais do Ensino Fundamental	
Comprovante de tempo de serviço como Agente de Copa e Limpeza	

Luzerna(SC), ____/____/____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

4.3

FICHA DE INSCRIÇÃO MÉDICO GENERALISTA

Nº de Inscrição: _____

DADOS DO CANDIDATO			
Nome:			
Rua:			
Bairro:			Nr.
Município:			U.F.
Telefone:			
e-mail:			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Estado civil:			
Dependentes:		Sim (nr. _____)	Não
Nr. Identidade:		CPF:	
Data de nascimento:		Local:	
Cargo: MÉDICO GENERALISTA			

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
comprovante Curso de Medicina e CRM	
comprovante de Especialização	
comprovante de Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Saúde da Família	
comprovante de tempo de serviço como Médico em Saúde da Família	

Luzerna(SC), ____/____/____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

4.4

FICHA DE INSCRIÇÃO TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Nº de Inscrição: _____

DADOS DO CANDIDATO			
Nome:			
Rua:			
Bairro:			Nr.
Município:			U.F.
Telefone:			
e-mail:			
Nome do pai:			
Nome da mãe:			
Estado civil:			
Dependentes:		Sim (nr. _____)	Não
Nr. Identidade:		CPF:	
Data de nascimento:		Local:	
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM			

Marque com um X os documentos anexados a esta ficha	
Comprovante do Diploma ou Certificado de Conclusão e cópia da carteira do COREN	
Comprovante de Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Atenção Básica	
Comprovante de Cursos de aperfeiçoamento/capacitação em Sala de Vacinas	
Comprovante de tempo de serviço como Técnico de Enfermagem	

Luzerna(SC), ____/____/____

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

ANEXO V
FORMULÁRIO DE RECURSO

Nº de Inscrição: _____

Nome:			
	FUNDAMENTAÇÃO (Motivo do Recurso)		

ENCAMINHAR ESTE FORMULÁRIO PARA rh@luzerna.sc.gov.br DENTRO DO PRAZO DE RECURSO PREVISTO NO EDITAL (Horário limite de recebimento até às 18h)

Assinatura do Candidato
(obrigatório conter a assinatura do candidato)

_____, ____ de _____ de 2021.

LEI 1754

Publicação Nº 3004163

LEI Nº 1754 de 27 de abril de 2021.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO MEDIANTE LICITAÇÃO DE BENS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, QUE ESPECIFICA."

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa nos registro patrimoniais para posterior alienação mediante licitação pública dos bens patrimoniais considerados inservíveis ao Município de Luzerna(SC) e pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, de acordo com os valores atribuídos por leiloeiro público contratado através de processo licitatório, cuja relação é parte integrante desta Lei (Anexo Único).

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de abril de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna
ANEXO ÚNICO

Bens cadastrados no Patrimônio da Prefeitura Municipal de Luzerna

Código	Descrição
2471	Aparelho de som minisystem Toshiba
6563	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
6453	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
6481	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
6395	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
6425	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
6422	Cadeira fixa cromada assento e plástico cromado
353	Calculadora elétrica olivetti logus 682
8228	Impressora matricial de cheques Bematech DP 20
4960	microcomputador intel core 2 duo 2.93 GHZ 4.0 GB de RAM
6868	Nobreak 600 VA - marca Ragtech
7264	Roteador D-LINK modelo TD-8816, branco
8003	Ventilador de parede OSCI 60 cm Ventisol
659	Armário em MDF marrom, 2 portas com chave

796	Balcão em fórmica, 2 portas de correr
783	Mesa para escritório em fórmica com 3 gavetas
496	Monitor LCD 17 polegadas marca LG FLATRON
8488	No break
7767	No break 1000B
1918	Notebook prata, mobile AMD ATLON, processador 996 MHZ, 224 MB de RAM
7139	Purificador de água IBBL FR 600
6199	Receptor para antena parabólica BR 2014 SLIM
6581	Kombi VW, 201, placa CSQ 3722
4130	Saveiro 1.6cs VW 2011, placa MIC 7427
4145	Retroescavadeira NEW HOLLAND LB110, 2010, placa MHZ 5593
17	Retroescavadeira JCB 3C, 2014
4055	Retroescavadeira CASE 580, 2008, placa MHP 2177
8878	Caminhão Scania -VABIS 75, Diesel, 1974/1974, placas LZU5438, Renavam 286260360, branco.
1988	Semi-reboque Prancha REB/TRIVELLATO, 1972/1972, placas AID5305, Renavam 530202476, amarelo

PORTARIA 080/2021

Publicação Nº 3004706

PORTARIA Nº 080/21 de 28 de abril de 2021.

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL 002/2021."

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO ESPECIAL DE SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, Edital 002/2021, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que exerçam as atribuições necessárias à realização do Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital:

1. CRISTINA KÜLL
2. GABRIELA MAZZARINO
3. MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 de abril de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 4672

Publicação N° 3003235

PORTARIA 4672/ 2021
Nomeia servidor

EDGARD FARINON Prefeito Municipal de Macieira, no uso das atribuições privativas que lhe conferem o artigo 58 da lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Servidor Alberto de Oliveira, para ocupar o cargo de diretor de desenvolvimento urbano, carga horária 40 horas, início do Contrato 26 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Macieira, 23 de abril de 2021.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

PORTARIA 4673

Publicação N° 3003246

PORTARIA N° 4673/2021
SUBSTITUIR SERVIDOR CARATER TEMPORARIO

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar Municipal n.º 786/2015.

RESOLVE

Art. 1º CONTRATAR, em substituição de Edineia Aparecida Gallo Professora de Educação Física, a qual foi afastada por trinta (30) dias, em caráter temporário, Alan Dhionni Ribas Muller, para ocupar o cargo de Professor de educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Pequenos Brilhantes, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, considerando a classificação no Processo Seletivo nº01/21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de abril de 2021.

Registre-se e publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 26 de abril 2021.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

PORTARIA 4674

Publicação N° 3003249

PORTARIA N.º 4674/2021

“Exonera os Servidores que Especifica”

EDGARD FARINON, Prefeito Municipal de Macieira no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1o - EXONERAR a pedido do servidor:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Jessica Dos Santos Vosnes	Diretora de Compras	23/04/2021

Art. 2º- Esta Portaria entra em Vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se
Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 26 de Abril 2021.
EDGARD FARINON
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

Publicação Nº 3003986

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA - REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2021

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de agência de viagens responsável pelo fornecimento e emissão de passagens aéreas, com destinos diversos, destinadas as Secretarias do Município de Mafra/SC e demais órgãos, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08h:00min, do dia 13/05/2021. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 13/05/2021. Início da disputa 09h00min do dia 13/05/2021. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br e www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 27 de abril de 2021.
Emerson Maas
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021

Publicação Nº 3003943

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ Fundo Municipal de Saúde
Empresa Registrada: MN NUTRIÇÃO LTDA-ME
CNPJ: 29.496.518/0001-40

Valor registrado: R\$ 38.139,00 (trinta e oito mil cento e trinta e nove reais).

Objeto: Aquisição de dietas enteras destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 007/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 020/2021.

Data de assinatura: 15 de março de 2021.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de março de 2022.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2021

Publicação Nº 3003948

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ Fundo Municipal de Saúde
Empresa Registrada: SEBMED PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI
CNPJ: 33.154.286/0001-19

Valor registrado: R\$ 77.532,00 (setenta e sete mil quinhentos e trinta e dois reais).

Objeto: Aquisição de dietas enteras destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 007/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 020/2021.

Data de assinatura: 15 de março de 2021.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de março de 2022.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2021

Publicação Nº 3003955

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2021

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ Fundo Municipal de Saúde
Empresa Registrada: EREMIX INDÚSTRIA DE ALIMENTOS ESPECIAIS LTDA
CNPJ: 26.325.797/0001-90

Valor registrado: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Objeto: Aquisição de dietas enteras destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 007/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 020/2021.
Data de assinatura: 15 de março de 2021.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de março de 2022.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021

Publicação Nº 3003958

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2021
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ Fundo Municipal de Saúde
Empresa Registrada: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
CNPJ: 03.612.312/0004-97
Valor registrado: R\$ 108.080,00 (cento e oito mil e oitenta reais).
Objeto: Aquisição de dietas enteras destinados aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.
Origem: Processo nº 007/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 020/2021.
Data de assinatura: 15 de março de 2021.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 15 de março de 2022.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2021

Publicação Nº 3003967

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2021
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME
CNPJ: 07.859.451/0001-28
Valor registrado: R\$ 61.350,00 (sessenta e um mil, trezentos e cinquenta reais).
Objeto: aquisição de tubos de concreto simples e armado que serão utilizados em obras de conserto, conservação e manutenção das vias públicas do Município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.
Origem: Processo nº 044/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 015/2021.
Data de assinatura: 30 de março de 2021.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 30 de março de 2022.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021

Publicação Nº 3003962

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2021
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Empresa Registrada: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Valor registrado: R\$ 299.880,00 (duzentos e noventa e nove mil oitocentos e oitenta reais).
Objeto: Aquisição de Kits Alimentícios para os alunos das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação.
Origem: Processo nº 069/2021, Pregão Eletrônico RP Nº 022/2021.
Data de assinatura: 31 de março de 2021.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de março de 2022.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2017

Publicação Nº 3003935

EXTRATO DE 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2017
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIÁRIAS EIRELI
CNPJ nº 10.771.614/0001-20
Modalidade: Processo Licitatório n.º 455/2016 Concorrência Pública nº 007/2016.
Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a construção de 01 (uma) Unidade de Educação Infantil no bairro Vila Nova relativa ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC23637/2012 através da Secretaria Municipal de Educação.
Prazo: 31 de julho de 2021 a contar da data de vencimento do 9º Termo Aditivo do Contrato nº 026/2017.
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de abril de 2021.
Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DE TERMO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº005/2020

Publicação Nº 3003982

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DE TERMO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº005/2020

Permitente: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Permissionária: PHP TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 10.014.409/0001-10

Objeto: Prestação de serviços de transporte coletivo alternativo de passageiros, conforme os termos do Edital de Credenciamento nº 002/2020, o qual faz parte integrante deste TERMO.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 235/2020- Credenciamento nº002/2020

Data Assinatura: 23 de março de 2021.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato por um período de 90 (noventa) dias a contar da data de vencimento do 2º Termo Aditivo do Termo de Permissão para Prestação de Serviços Nº002/2020.

Foro: Comarca de Mafra.

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº022/2017

Publicação Nº 3003970

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº022/2017

Contrato nº: 022/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: BANCO COOPERATIVO DO BRASIL S/A – BANCOOB

CNPJ: 02.038.232/0001-64

Modalidade: Processo Licitatório 022/2017 - Credenciamento nº 001/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 18 de fevereiro de 2021.

Prazo: com vigência até 30 de março de 2022.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 107/2020

Publicação Nº 3004012

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 107/2020

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EMPRESA CONTRATADA: E3 EVENTOS LTDA

CNPJ Nº 10.607.178/0001-59

Processo Licitatório: 523/2020; Dispensa de Licitação nº 030/2020

OBJETO: Rescisão unilateral do contrato referente contratação de empresa especializada para locação e montagem de uma Tenda Estruturada que será instalada anexa a Unidade de Pronto Atendimento Aldo Seidel, para atendimento de pacientes que apresentam Sintomatologia Respiratória ou suspeitas de COVID 19, com recursos do Fundo Municipal de Saúde de Mafra/SC.

FUNDAMENTOS DA RESCISÃO: Nos termos do art. 78, inciso XII da Lei Federal nº 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO: 08/04/2021.

FORO: Comarca de Mafra.

PORTARIA Nº 566/21 EM 13.04.2021

Publicação Nº 3004034

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 566/21 em 13.04.2021.

EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE COORDENADORA

DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Ofício nº 283/2021-Gabinete-Secretaria Municipal de Saúde de 12 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Sra. SUSANNE STRITZINGER DE CASSIAS, inscrita no CPF sob o nº 029.xxx.xxx-xx, da função de COORDENADORA DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 12 de Abril de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 12 de Abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 13 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 567/21 EM 13.04.2021

Publicação Nº 3004037

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 567/21 em 13.04.2021.
NOMEIA SERVIDORA NA FUNÇÃO DE COORDENADORA
DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Ofício nº 283/2021-Gabinete-Secretaria Municipal de Saúde de 12 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. SUSANNE STRITZINGER DE CASSIAS, inscrita no CPF sob o nº 029.xxx.xxx-xx, na função de COORDENADORA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, a partir de 13 de Abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 13 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 568/21 EM 13.04.2021

Publicação Nº 3004039

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 568/21 em 13.04.2021.
EXONERA SERVIDORA DA FUNÇÃO DE COORDENADORA
DO PRONTO ATENDIMENTO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Ofício nº 283/2021-Gabinete-Secretaria Municipal de Saúde de 12 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a Sra. ALINE MORGANA PURES, inscrita no CPF sob o nº 035.xxx.xxx-xx, da função de COORDENADORA DO PRONTO ATENDIMENTO, a partir de 12 de Abril de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 12 de Abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 13 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal
DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 569/21 EM 13.04.2021

Publicação Nº 3004041

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 569/21 em 13.04.2021.
NOMEIA SERVIDORA NA FUNÇÃO DE COORDENADORA
DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Ofício nº 283/2021-Gabinete-Secretaria Municipal de Saúde de 12 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. ALINE MORGANA PURES, inscrita no CPF sob o nº 035.xxx.xxx-xx, na função de COORDENADORA DA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 13 de Abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 13 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 570/21 EM 13.04.2021

Publicação Nº 3004044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 570/21 em 13.04.2021.
EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Ofício nº 283/2021-Gabinete-Secretaria Municipal de Saúde de 12 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o Sr. LUCAS BARBOSA, inscrito no CPF sob o nº 100.xxx.xxx-xx, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13 de Abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 13 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 574/21 EM 14.04.2021

Publicação Nº 3004052

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 574/21 em 14.04.2021.
NOMEIA ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Complementar nº 16/2005 de 28.12.2005, Decreto de Homologação nº 4168/2018 de 24.12.2018 e Ofício nº 010/2021-Controle Interno de 30 de Março de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. ANDERSSEN LOPES DE MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 435.xxx.xxx-xx, através de Concurso Público Nº. 001/2018, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 1º(primeiro) de Março de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 1º de Março de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 14 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 575/21 EM 14.04.2021

Publicação Nº 3004055

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 575/21 em 14.04.2021.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com Art. 101 da Lei Complementar nº 16 de 28.12.2005 e Ofício nº 105/2021-RH de 08 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art.1º - Conceder a Servidora Pública Municipal GREICE MARIA DE SOUZA, portadora do CPF nº 008.xxx.xxx-xx, exercendo o cargo de ODONTÓLOGO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para usufruir 30(trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período aquisitivo de 01.04.2014 A 31.03.2019, a partir de 05 de Abril de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 05 de Abril de 2021.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 14 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 576/21 EM 16.04.2021

Publicação Nº 3004056

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 576/21 em 16.04.2021.
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem.135/SMA/2021 de 16 de Abril de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. ROSELI MARIA SCHMIDMEIER, inscrita no CPF sob o nº 582.xxx.xxx-xx, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 19 de Abril de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 16 de Abril de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 01, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003334

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 01, de 26 de abril de 2021.

“Promulga proposição Legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 32 da Lei Orgânica Municipal”.

A Excelentíssima Sr. Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 32 Lei Orgânica Municipal e art. 13 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, do Projeto de Lei nº 03, de 23 de junho de 2020, de autoria do Poder Legislativo, em data de 24/11/2020 e 01/12/2020;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 03/12/2021;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 32, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 4521, de 26 de abril de 2021, oriunda do Projeto de Lei nº 03, de 23 de junho de 2020, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Mafra/SC, 26 de abril de 2021.

Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto
Presidente
Câmara Municipal de Mafra/SC

LEI 4521, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAFRA A “SEMANA DE PREVENÇÃO E COMBATE À DEPRESSÃO PÓS PARTO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Sr. Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, faz saber que é PROMULGADA nesta data a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam reguladas na rede pública de saúde as ações de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto.

§ 1º Entende-se por depressão a doença que tem como característica afetar o estado de humor da pessoa, no qual passa a predominar a tristeza.

§ 2º Depressão pós-parto é entendida como a manifestação da depressão quando iniciada nos primeiros seis meses após o parto.

Art. 2º - Estas ações deverão dar atendimento às gestantes atendidas no âmbito do Município, tendo ocorrido o parto em unidade pública de saúde, inclusive em unidade mantida por entidade filantrópica que receba verbas do Município.

Art. 3º - São objetivos desta lei:

I - detectar a doença ou evidências de que ela possa vir a ocorrer, visando prevenir seu aparecimento;

II - efetuar pesquisas visando ao diagnóstico precoce da depressão pós-parto;

III - evitar ou diminuir as graves complicações para a mulher decorrente do desconhecimento do fato de ser portadora da depressão pós-parto;

IV - aglutinar ações e esforços tendentes a maximizar seus efeitos benéficos;

V - identificação, cadastramento e acompanhamento de mulheres portadoras de depressão pós-parto;

VI - conscientização de pacientes e de pessoas que desenvolvam atividades junto às unidades de saúde municipais quanto aos sintomas e à gravidade da doença;

VII - abordagem do tema, quando da realização de reuniões, como forma de disseminar as informações a respeito da doença.

Art. 4º - Para a realização das ações de que trata esta lei, o Poder Executivo deverá regulamentá-la podendo ser realizados convênios com a iniciativa privada, conforme as necessidades apresentadas para sua implantação.

Art. 5º - Fica instituída, no calendário oficial de eventos do Município, a "Semana de Prevenção e Combate à Depressão Pós-Parto".

Parágrafo único - A Semana a que se refere o caput deste artigo deverá ser comemorada anualmente na semana que compreender o dia 28 de maio, Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 26 de abril de 2021.

Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto
Presidente
Câmara Municipal de Mafra/SC

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 02, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003380

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 02, de 26 de abril de 2021.

"Promulga proposição Legislativa sancionada tacitamente, em virtude do silêncio de sanção ou veto pelo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 32 da Lei Orgânica Municipal".

A Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo art. 32 Lei Orgânica Municipal e art. 13 do Regimento Interno desta Casa de Leis,

CONSIDERANDO a aprovação, pela Câmara de Vereadores, do Projeto de Lei nº 10 de 07 de julho de 2020, de autoria do Poder Legislativo, em data de 24/11/2020 e 01/12/2020;

CONSIDERANDO que o autógrafo da referida proposição legislativa foi recebido pelo Poder Executivo em data de 03/12/2021;

CONSIDERANDO que o lapso temporal decorrido não o impede de atestar a existência da norma jurídica, visto que subsiste a obrigatoriedade de sua promulgação;

CONSIDERANDO o silêncio de sanção ou veto, pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no tempo hábil previsto no art. 32, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, no que concerne a aludida proposição legislativa;

RESOLVE:

Art. 1º. PROMULGAR a Lei nº 4522, de 26 de abril de 2021, oriunda do Projeto de Lei nº 10 de 07 de julho de 2020, de autoria do Poder Legislativo Municipal, cujo conteúdo faz parte integrante do presente ato de promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Mafra/SC, 26 de abril de 2021.

Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto
Presidente
Câmara Municipal de Mafra/SC

LEI Nº 4522, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACA E/OU CARTAZ ADESIVO ALUSIVO A PREVENÇÃO E COMBATE À PEDOFILIA E AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, AUTARQUIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BEM COMO TRANSPORTE ESCOLAR E COLETIVO QUE TRAFEGAM NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Sr. Ver.^a Dircelene Dittrich Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Mafra/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, faz saber que é PROMULGADA nesta data a seguinte Lei:

Art. 1º Os veículos de transporte coletivo, que trafegam no Município de Mafra, deverão afixar placa e/ou cartaz adesivo alusivo à prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Parágrafo Único - As placas e cartazes adesivos de que trata esta Lei deverão, ainda, conter o número do telefone para denúncia de casos de pedofilia e/ou abuso sexual de crianças e adolescentes, Disque 100.

Art. 2º As placas ou cartazes adesivos de que trata esta Lei deverão:

I - Possuir dimensões mínimas de 0,8 (zero vírgula oito) metro x 0,5 (zero vírgula cinco) metro;

II- Ser legíveis e com caracteres compatíveis;

III - Ser afixadas em local de fácil visualização para o público em geral.

Art. 3º Nos veículos que possuem propaganda televisiva, deverão ser inseridas, na programação, com intervalos mínimos de 10 (dez) minutos, mensagens alusivas à prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, bem como informação do número do telefone para denúncia de casos de pedofilia e/ou abuso sexual de crianças e adolescentes, Disque 100.

Art. 4º Em veículos menores, a exemplo de carros, vans e veículos de transporte escolar, deverá ser colocado, no vidro, adesivo alusivo à prevenção e combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Parágrafo Único - A leitura dos adesivos de que trata este artigo deverá ser possível, tanto de dentro, como de fora do veículo.

Art. 5º Para implementar o estipulado no artigo 1º da presente Lei, o Poder Executivo poderá:

I - Utilizar recursos próprios ou determinar que as empresas operadoras do sistema municipal de transporte coletivo custeiem as placas, cartazes e adesivos alusivos ao combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes;

II - Celebrar termos de convênio, cooperação ou ação conjunta com a iniciativa privada, obedecidas as exigências legais pertinentes, permitindo que qualquer entidade, legalmente constituída, faça, sem ônus para o Município, as placas, cartazes e adesivos alusivos ao combate à pedofilia e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, podendo, em contrapartida, utilizar sua logomarca como entidade colaboradora do programa, propaganda esta que deverá ser aprovada pelo órgão competente da Prefeitura.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra/SC, 26 de abril de 2021.

Ver.^a Dircelene Ditttrich Pinto
Presidente
Câmara Municipal de Mafr/SC

Major Vieira

PREFEITURA

EDITAL Nº 01/2021/CMDCA

Publicação Nº 3003793

Edital nº 01/2021/CMDCA

Abre inscrições para o Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar de Major Vieira - SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Major Vieira - SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 77/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Major Vieira - SC, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO

1.1 Ficam abertas 2 (duas) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar titular e 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar suplente do Município de Major Vieira - SC, para complementação de mandato (reposição de conselheiros titulares e suplentes).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Major Vieira - SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 2 (dois) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	02	40 h	R\$ 1.300,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 12h e das 13h às 17h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, deverá ser remunerada ou compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 77/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 77/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos municipais efetivos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 77/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Major Vieira - SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 77/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Capacitação e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Major Vieira - SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 77/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral, comprovada através das certidões constantes nos incisos IV, V e VI do item 3.2;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residir no Município demonstrado através de comprovante de residência;

IV. experiência mínima de 01 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V. conclusão do ensino médio;

VI. comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente e o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes por prova de caráter classificatório e eliminatório;

VII. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão

administrativa ou judicial, comprovado no ato da inscrição através de declaração fornecida pela Comissão Especial Eleitoral, preenchida pelo candidato e reconhecida em Cartório;

VIII. não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência atualizado;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VI. Certidão negativa da Justiça Federal;

VII. Certidão da Justiça Militar da União;

VIII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

IX. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

X. Declaração fornecida pela Comissão Especial Eleitoral, preenchida pelo candidato e reconhecida em Cartório, onde o mesmo afirma não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

4.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

4.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições ficarão abertas do dia 27 (vinte e sete) de abril à 16 (dezesesseis) de maio de 2021, em horário de atendimento ao público, das 08h30min às 11h e das 13h30min às 16h, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, sito à Rua Prefeito Otávio Tabalipa nº 1455, Centro, Major Vieira - SC.

5.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

5.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

5.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição preenchida para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

5.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica reconhecida em Cartório e fotocópia de documento de identidade do procurador.

5.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 77/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital, que será analisada pela Comissão Especial Eleitoral e posteriormente divulgadas.

5.8 A inscrição será gratuita.

5.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

6.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

6.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

6.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

6.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 77/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

6.5 A relação de inscrições deferidas e indeferidas será publicada no dia 18 (dezoito) de maio de 2021, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

6.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 19 (dezenove) a 20 (vinte) de maio de 2021, no horário de atendimento ao público, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de Major Vieira - SC, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

- 6.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 21 (vinte e um) de maio de 2021.
- 6.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 24 (vinte e quatro) à 25 (vinte e cinco) de maio de 2021, no horário de atendimento ao público, na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Major Vieira – SC, sito à Rua Prefeito Otávio Tabalipa, nº1445, Centro, Major Vieira - SC, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).
- 6.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 26 (vinte e seis) de maio de 2021, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
- 6.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 27 (vinte e sete) à 28 (vinte e oito) de maio de 2021, no horário de atendimento ao público no Centro de Referência de Assistência Social de Major Vieira - SC.
- 6.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 31 (trinta e um) de maio de 2021.
- 6.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral no período de 1º (primeiro) à 02 (dois) de junho de 2021, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 08 (oito) à 09 (nove) de junho de 2021.
- 6.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará no dia 10 (dez) de junho de 2021 a lista final dos candidatos aptos a participar da prova de conhecimentos específicos.
- 6.15 No dia 11 (onze) de junho de 2021 será realizada a capacitação dos candidatos considerados aptos.
- 6.16 No dia 13 (treze) de junho de 2021, das 09h00min às 11h00min, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,0 (seis).
- 6.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 15 (quinze) de junho de 2021, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 16 (dezesesseis) de junho à 17 (dezesete) de junho de 2021.
- 6.18 Os recursos serão apreciados diretamente pela Comissão Especial Eleitoral, que deverá publicar decisão até o dia 18 (dezoito) de junho de 2021.
- 6.19 No dia 18 (dezoito) de junho de 2021 será publicado o resultado final das provas e a classificação dos candidatos habilitados para o Pleito Eleitoral.
- 6.20 Os candidatos habilitados receberão o número para concorrência no Pleito Eleitoral, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído de acordo com a classificação na prova, pelo qual se identificarão como candidato.

7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

- 7.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.
- 7.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número e nome do candidato e caso opte curriculum vitae.
- 7.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pela Comissão Especial Eleitoral, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.
- 7.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.
- 7.5 Fica permitido o uso de redes sociais para divulgação de candidatura e campanha eleitoral, até às 23h59min do dia anterior ao pleito eleitoral.
- 7.6 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:
- I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
 - II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
 - IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
 - V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
 - VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
 - VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
 - VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
 - IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;
 - X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
 - a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- 7.7 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:
- I. Utilização de espaço na mídia;
 - II. Transporte aos eleitores;
 - III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.8 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias formais conforme o disposto no item 7.7, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.9 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

7.10 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.11 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

7.12 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

7.13 A Comissão Especial Eleitoral organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 21 (vinte e um) de junho de 2021, às 19h, na Câmara de Vereadores de Major Vieira - SC.

8. DA ELEIÇÃO

8.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

8.2 A eleição será realizada no dia 04 (quatro) de julho de 2021, no horário das 8hs às 17hs.

8.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 18 (dezoito) de maio de 2021, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

8.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

8.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

8.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

8.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indepassável.

8.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos título de eleitor e carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto

8.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

8.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.12 A votação se dará em urna de lona, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato, por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para assinalar o voto no candidato escolhido.

8.13 Constituem a Seção de Votação:

I. Mesa Receptora de Votos: um Presidente e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral e nomeados pelo Poder Executivo Municipal;

II. Um fiscal de porta, indicado pela Comissão Especial Eleitoral e nomeado pelo Poder Executivo Municipal;

8.14 O Secretário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhe, ainda, assinar a ata da eleição e rubricar as cédulas eleitorais;

8.15 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento à Comissão Especial Eleitoral, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição, cabendo-lhe também a função de zelar pela ordem da seção e rubricar as cédulas;

8.16 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Secretário e na sua falta ou impedimento um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

8.17 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

8.18 Não podem ser nomeados Presidente, Secretário ou Fiscal:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

8.19 Os candidatos poderão indicar um fiscal por local de votação, que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 28 (vinte e oito) de junho de 2021.

8.20 A Cerimônia de Lacre das Urnas será realizada no dia 02 (dois) de julho de 2021 com horário e local a ser divulgados pela Comissão Especial Eleitoral.

8.21 A Comissão Especial Eleitoral promoverá reuniões com orientações para candidatos, fiscais de candidatos, presidentes, secretários e fiscais, com data e local a ser divulgados.

9. DA APURAÇÃO

9.1 A apuração dar-se-á na Escola de Educação Básica Luiz Davet - Major Vieira - SC, imediatamente após a chegada de todas as urnas de

todas as seções de votação, contando com a presença do representante do Ministério Público, da Comissão Especial Eleitoral, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidentes e secretários de seção, e candidatos(as).

9.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.3 Após o término das votações, o Presidente e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá lavrar a ata e extrair o boletim de urna de sua seção.

9.5 Os dois candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

9.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

9.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

10. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

10.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05 (cinco) de julho de 2021, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

10.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

10.3 A posse dos dois primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 07 (sete) de julho de 2021, ocasião em que ocorrerá a Diplomação de todos os candidatos eleitos.

10.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

10.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11. DO CALENDÁRIO

11.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
27/04/2021	Publicação do Edital
27/04 à 16/05/2021	Prazo para inscrições
17/05 à 18/05/2021	Análise das inscrições pela Comissão Especial Eleitoral - CEE.
18/05/2021	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos e divulgação dos locais de votação.
19/05 à 20/05/2021	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
21/05/2021	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
24/05 à 25/05/2021	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
26/05/2021	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
27/05 à 28/05/2021	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
31/05/2021	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
01/06 à 02/06/2021	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
07/06/2021	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
08/06 à 09/06/2021	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
10/06/2021	Publicação, pelo CMDCA, da lista dos candidatos aptos a participar da prova.
11/06/2021	Capacitação dos candidatos considerados aptos a participar da prova
13/06/2021	Realização da prova
15/06/2021	Divulgação das notas
16/06 à 17/06/2021	Recurso dos candidatos não aprovados
18/06/2021	Publicação da decisão dos recursos e resultado final da prova
18/06/2021	Publicação da Classificação dos candidatos habilitados para o Pleito Eleitoral
21/06/2021	Sessão Pública de apresentação dos candidatos habilitados
02/07/2021	Cerimônia de Lacre das Urnas (de lona)
04/07/2021	Processo Suplementar de Escolha
05/07/2021	Publicação do Resultado Final do Processo Suplementar de Escolha
07/07/2021	Diplomação e Posse

11.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 77/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

12.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

12.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

12.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

- 12.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto à Comissão Especial Eleitoral.
- 12.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.
- 12.8 É responsabilidade do candidato comparecer às convocações realizadas pela Comissão Especial Eleitoral; o não comparecimento acarretará na aceitação tácita de todas as decisões tomadas nas reuniões.
- 12.9 Não serão repassadas individualmente, antecipadamente e posteriormente as informações debatidas nas reuniões conjuntas com todos os candidatos, sendo responsabilidade do candidato participar quando convocado;
- 12.10 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.
- 12.11 Considerando a pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 – COVID-19, serão adotadas todas as medidas cabíveis de prevenção à contaminação, bem como seguido Protocolo Sanitário.
- 12.12 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.
- 12.13 Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Major Vieira, 27 de abril de 2021

Ana Carolina Pereira Russi
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
Major Vieira – SC

QUINTA CHAMADA ACT - EDITAL 001/2019 - PRORROGADO

Publicação Nº 3003720

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO CNPJ: 83.102.392/0001-27 TRAVESSA OTACÍLIO FLORENTINO DE SOUZA, 210 FONE: 47-3655 -1258 EMAIL: educamajor@yahoo.com
--	--

CRONOGRAMA DE CHAMADA DE ACT

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Major Vieira, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Edital Prorrogado SMECD 001/2019, anuncia aos professores inscritos/classificados no processo seletivo para o ano letivo de 2021, que no dia 28 de abril de 2021 às 09:00 horas haverá escolha de vagas, para a vaga constante na tabela abaixo:

LOCAL: CASA DA CULTURA
Travessa Otacílio Florentino de Souza, nº 188 – Centro – Major Vieira

Cronograma para escolha de vaga – Chamada ACT

DATA	DISCIPLINA / ÁREA	CARGA HORÁRIA	INSTITUIÇÃO	PERÍODO
28/04/2021	Ensino Fundamental – Área I	20 Horas – Matutino	Escola Municipal Tia Chiquinha	Vaga decorrente de desistência de ACT. Vaga vinculada a professora pertencente ao Grupo de Risco COVID-19.

Marilda Rodecz -
Secretaria Municipal de Educação

Maracajá

PREFEITURA

ATA 02 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2020

Publicação Nº 3003500

ATA 02
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

OBJETO: Registro de preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, OVOS E LEITES para aquisições futuras no atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade social, cadastradas no Cadastro Único e com estudo sócio econômico padrão no município de Maracajá/SC.

Às dez horas, do dia vinte e sete, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte um, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Pregoeira e sua Equipe de Apoio designada pelo Decreto nº 33/2020. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, esta informou que a empresa M.J. DA ROSA, encaminhou pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro do item 1 – CESTA BÁSICA, para fosse reajustado o valor de R\$ 72,07 para R\$ 85,19, tendo em vista o aumento dos preços unitários do Açúcar Refinado (de R\$ 1,98 para R\$ 2,49), Arroz Parabolizado (R\$ 2,16 para R\$ 3,43), Feijão Preto (R\$ 4,95 para 6,30) e Óleo de Soja (R\$ 3,55 para R\$ 6,09). Diante do pedido, foi entrado em contato com as empresas que ficaram em segundo e terceiro lugar na ordem de classificação (Copol Distribuidora de Alimentos Ltda e Barra Comercio e Distribuição de Alimentos, respectivamente), sendo que ambas responderam que não possuem interesse em assumir o item pelo preço da empresa primeira colocada, conforme e-mail em anexo. Assim, foi pesquisado em um mercado local do município, bem como no site da BLL (anexo), e verificou-se que os preços requeridos estão dentro dos praticados no mercado. Após, os autos foram para a Assessoria Jurídica do município que emitiu o seguinte parecer: "adotadas as providências estabelecidas no decreto Municipal nº 05/2017, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Maracajá, houve manifestação favorável acerca do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro formulado.... Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo DEFERIMENTO do reequilíbrio econômico-financeiro do presente contrato administrativo". Pelas razões acima expostas, no sentido de que foram respeitadas as providências estabelecidas no Decreto Municipal nº 05/2017, e de acordo com o parecer jurídico favorável, fica concedido o pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro requerido pela empresa M.J. DA ROSA, passando o item 01 – CESTA BÁSICA, do valor unitário de R\$ 72,07 para R\$ 85,19 (oitenta e cinco reais e dezesseis centavos), ante o preenchimento dos requisitos preestabelecidos no artigo 12 do Decreto Municipal nº 05/2017 e no item 12.1.1 do Edital. A Pregoeira encaminha e submete a decisão, ao Senhor Anibal Brambila - Prefeito Municipal. As empresas serão comunicadas através da publicação da presente ata no Diário Oficial do Município – DOM. O Parecer Jurídico e a solicitação encaminhada pela empresa requerente, ficam fazendo parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão e lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Maracajá, 27 de abril de 2021.

GRASIELA BECKER	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA	LUZIA ESTELA DE O. PEDROSO
Pregoeira	Equipe de Apoio	Equipe de Apoio
ANDRESA MARTINS DOS SANTOS PEREIRA Controle Interno DE ACORDO		

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal O Prefeito Municipal de Maracajá, acata e mantém a decisão

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021

Publicação Nº 3004649

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021

OBJETIVO: Contratação de empresa especializada em gestão contábil aplicada ao setor público, treinamento, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil e licitações, recursos humanos e tributação aos servidores e responsáveis pela administração pública da entidade, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas informatizados de contabilidade, compras, recursos humanos e tributos, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, Diligências do TCE-SC e demais.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 11 de maio de 2021 às 08h45min.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de maio de 2021 às 09h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 27 de abril de 2021.

ANIBAL BRAMBILA
PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 084/2021

Publicação Nº 3004226

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 084/2021 – Modalidade de Tomada de Preços n. 084/2021

O Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo do Município de Maravilha – SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de reperfilagem com pavimentação asfáltica na Rua Silvio Noronha – trecho entre a Rua Victor Meireles e Rua Nereu Ramos, no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada por preço unitário, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 13 de maio de 2021. A data de abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente propostas será realizada no dia 14/05/2021, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 27 de abril de 2021. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 085/2021

Publicação Nº 3004314

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 085/2021 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 085/2021

Contratada: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE.

A Senhora Secretária de Assistência Social de Maravilha - SC, KATHIUCYA LARA IMMIG, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para execução de acompanhamento dos pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 27 de abril de 2021. KATHIUCYA LARA IMMIG – Secretária de Assistência Social.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2021

Publicação N° 3004404

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 30/2021

PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2021

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório para Registro de preços para eventuais e futuras contratações de Serviços de Recapagem e vulcanização de pneus para manutenção e conservação de máquinas e veículos pertencentes ao município de Marema. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h30min do dia 10 de maio de 2021, procedendo à abertura às 14h00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Jose Gaspari nº 69, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 27 de abril de 2021.

Mauri Dal Bello
Prefeito Municipal

RETIFICA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N. 15/2021

Publicação N° 3004411

Aviso de Reabertura de Prazo

Em virtude da retificação do Edital o Município de Marema – SC torna público para o conhecimento dos INTERESSADOS a REABERTURA DE PRAZO Processo de Licitação nº 028-2021 na modalidade de Pregão Presencial n. 15/2021, Contratação de empresa para a organização, elaboração e execução de processo seletivo simplificado para contratação temporária. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h30min do dia 11 de maio de 2021, procedendo à abertura às 14h00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Jose Gaspari nº 69, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 27 de abril de 2021.

Mauri Dal Bello
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 13.2021 INEX 13.2021 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA EQUIPAR OS APARELHOS DE ELETROCARDIOGRAFOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 3004909

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2021

1 – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Assim sendo, elaborou-se o presente termo para a contratação solicitada, nos termos dos art. 25 e 26 da Lei Federal 8.666/93.

2 – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto desta inexigibilidade de licitação a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA EQUIPAR OS APARELHOS DE ELETROCARDIOGRAFOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1 - CABO PACIENTE ECAFIX					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	\$ UNIT	\$ TOTAL
1	GARRA JACARÉ AMARELA REF:27	PECAS	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
2	GARRA JACARÉ PRETA REF:24	PECAS	35	R\$ 10,00	R\$ 350,00
3	GARRA JACARÉ VERDE REF:28	PECAS	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
4	GARRA JACARÉ VERMELHA REF:26	PECAS	5	R\$ 10,00	R\$ 50,00
2 - INTERVENÇÃO TÉCNICA ELETROCARDIOGRAFO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	\$ UNIT	\$ TOTAL
1	MAO DE OBRA	UNID	5	R\$ 280,00	R\$ 1.400,00
VALOR TOTAL: R\$ 1.900,00 (HUM MIL E NOVECENTOS REAIS)					

3 – DO FORNECEDOR

3.1. RAZÃO SOCIAL: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 10.944.321/0001-06

ENDEREÇO: Rua Ernesto Schadrack, número 105, bairro Agua Verde, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

TELEFONE/E-MAIL: (47) 3041-0669 / financeiro@medicalblu.com.br

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS: BANCO: Banco do Brasil, AGENCIA: 0095-7, CONTA CORRENTE: 124.290-3

4 – DA DOCUMENTAÇÃO

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;

b) Certidão conjunta negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos relativos aos tributos Federais e a dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" e "d" do § único do art. 11 da Lei Federal 8.212/91, consoante Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/14;

c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos Estaduais, expedida pela Secretaria do Estado da sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

e) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei Federal 12.440/11 e na Resolução Administrativa 1.470/11 do Tribunal Superior do Trabalho;

g) Carta de exclusividade.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

5.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

5.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

5.4. As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

9 - Fundo Municipal de Saúde
2 - Gerência de Assistência Médica
2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento a População
333903025 - Material para manutenção de bens móveis
333903917 - Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
3380110 - Piso atenção Básica - PAB Incremento/Individual

6 – DA ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta inexigibilidade de licitação deverá ser entregue/executado em 02 (dois) dias consecutivos, após a emissão da ordem de compra, na Secretaria de Assistência Social.

6.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

6.3. Caso o objeto não atenda às especificações deste edital, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades constantes na Lei Federal 8.666/93.

7 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DO PREÇO

7.1. A escolha da licitante citada mostra-se vantajosa para a Administração Municipal, pois, é a única entidade existente e legitimada para tanto no estado de Santa Catarina. A mesma é detentora de exclusividade através de declaração de exclusividade expedida pela empresa Transform Tecnologia de Ponta Ltda.

8 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1. A presente inexigibilidade de licitação tem como fundamento o inciso I do art. 25 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Por fim, submete-se à análise jurídica o presente expediente de inexigibilidade de licitação, embasado no inciso I do art. 25 da Lei Federal 8.666/93, para verificação e ratificação da justificativa exposta.

Massaranduba (SC), 27 de abril de 2021.

ARMINDO SESAR TASSI
PREFEITO MUNICIPAL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16.2020 - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME

Publicação Nº 3003927

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 16/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.086.078/0001-73, com sede na Rua Dr. Nereu Ramos, número 152, bairro Colônia, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALMIR DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 546.763.399-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 14/2020, FAZ-SE O ADITAMENTO DE PRAZO do referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA REFORMA NA EMEF PE. BRUNO LINDEN (ADEQUAÇÕES - ACESSIBILIDADE E PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO), localizada na Rua Expedicionário Benjamin Berri, número 35, bairro Benjamin Constant, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 5.2 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 16/2020 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO até a data de 31 DE AGOSTO DE 2021.

2.1.2. O Parecer Técnico 27/2021 da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, em anexo justifica esta prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato 16/2020 que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 27 de abril de 2021.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA		EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MÔNICA EIRELI ME
ARMINDO SESAR TASSI		VALMIR DE SOUZA
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSE FRANCISCO HILBERT		ANDREY RICARDO KRISCHANSKI
CPF: 067.857.989-06		CPF: 079.345.289-90

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01.2019 (PMM) - MIRTA GOERZ PASOLD

Publicação Nº 3003534

SEGUNDOO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MUNICIPAL MASSARANDUBA (SC) E A PESSOA FÍSICA MIRTA GOERZ PASOLD.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CREDENCIANTE, e do outro lado, MIRTA GOERZ PASOLD, pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 468.882.509-97, residente na Rua Victor Bramorski, número 49, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste instrumento contratual a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE MUSICALIZAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 01/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94: "O presente contrato terá validade de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado mediante concordância das partes (...)"

2.1.1. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 01 DE MAIO DE 2021, findando no dia 30 DE ABRIL DE 2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE VALORES

3.1 Nesta prorrogação contratual, os reajustes serão baseados no índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apurado no período da data de assinatura até o vencimento, em conformidade com a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

3.2. O índice IPCA que visa o reequilíbrio econômico do período (04/2020 à 03/2021) é de 6,099330%, compreendendo como novo valor global a importância de R\$ 40.990,09 (QUARENTA MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA REAIS E NOVE CENTAVOS).

CLÁUSULA QUARTA – DA BASE LEGAL

4.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	27	de	abril	de	2021
--------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CREDENCIANTE
MIRTA GOERZ PASOLD
CPF: 468.882.509-97
CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

CARLOS ALEXANDRE BARUFFI	DIVA SPEZIA RANGHETTI
CPF: 904.828.169-53	CPF: 463.752.959-04

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO 04.2020 (FMS) - EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

Publicação Nº 3003941

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, com sede na Rua Canoinhas, número 260, bairro Sete de Setembro, Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALMIR DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 546.763.399-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 13/2020, FAZ-SE O ADITAMENTO DE PRAZO do referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PROFESSOR DANILO DE TOFFOL, na Rodovia SC 414, número 4.651, bairro Braço Direito, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

2.1. O item 5.2 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 04/2020 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais 8.666/93 e 8.883/94.

2.1.1. Por conseguinte, seu prazo de vigência fica PRORROGADO até a data de 31 DE AGOSTO DE 2021.

2.1.2. O Parecer Técnico 28/2021 da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, em anexo justifica esta prorrogação de prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato 04/2020 que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 27 de Abril de 2021.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA		EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA
ARMINDO SESAR TASSI		VALMIR DE SOUZA
CONTRATANTE		CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI		JOSE FRANCISCO HILBERT
CPF: 079.345.289-90		CPF: 067.857.989-06

Matos Costa

PREFEITURA

DECRETO 061/2021

Publicação Nº 3004544

DECRETO Nº 061/2021 - de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre medidas excepcionais de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no Município de Matos Costa e nos Municípios da Micro Região da AMARP.

PAULO BUENO DE CAMARGO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município e em conformidade com as deliberações tomadas em reunião da AMARP e com base nos Decretos Estadual nº 1.218/2021, nº 1.221/2021 e 1.224/2021:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em caráter extraordinário, em todo o território municipal, as seguintes medidas de enfrentamento da COVID-19, até a data de 3 de maio de 2021, ou até a data da tomada de outras deliberações pelo Governo de Estado e pelo Município:

I - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS: No Município de Matos Costa e nos municípios membros da AMARP todas as atividades da Administração Municipal continuam mantidas, sendo que os mesmos são essenciais. Cada município será responsável pelo regramento sanitário nos respectivos setores de trabalho. Tal medida se faz necessária sendo que para o referido momento todos os setores são essenciais para prestar auxílio a população e estar à disposição da comunidade. O regramento do expediente e da vigilância fica a cargo de cada município.

II – TOQUE DE RECOLHER: Haverá no Município de Matos Costa e nos municípios membros da AMARP no horário das 23 horas até as 06 horas está estabelecido toque de recolher, sendo que apenas pessoas em trânsito para fins profissionais, saúde e educação, poderão circular nesses horários.

III – Serviços de Home-Office: Todas as Empresas que puderem destinar funcionários para o trabalho home-office, fica a orientação para que o mesmo possa ser liberado, evitando aglomerações.

IV - Transporte Coletivo Urbano: De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 1.218, inciso VII, de 19 de março de 2021, para o Transporte Coletivo urbano municipal, intermunicipal e interestadual, limite de ocupação de 50% (cinquenta por cento), de passageiros sentados por veículo, com os devidos regramentos sanitários, bem como a sua fiscalização.

V- Transporte Intermunicipal, Interestadual e Excursões: Estão proibidas as saídas e chegadas de excursões de ônibus e vans nos municípios membros da AMARP. As linhas de ônibus intermunicipal e interestadual deverão atender capacidade de lotação de 50% até a vigência dessas deliberações. Os serviços de transportes essenciais através de ônibus e vans dos municípios estão liberados para os setores de saúde e educação, com o limite de 50% da capacidade de passageiros sentados com o regramento sanitário vigente.

VI - Circos e Museus: De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 1.218, expedido pelo Governo do Estado, dia 19 de março de 2021, inciso IX, letra e). O limite de ocupação de 25% (vinte e cinco por cento), horário de funcionamento das 06h00 às 22h00.

VII - Igrejas e templos Religiosos: Os cultos e missas poderão ser realizados todos os dias da semana, bem como nos finais de semana com um percentual máximo de lotação de 25%, em todos os níveis de risco, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 1.218, de 19 de março de 2021, inciso IX letra f). Os horários das missas e cultos não poderão ultrapassar às 22 horas, bem como a animação por meio de bandas e corais, estão restringidos nesse momento. No caso das igrejas Católicas, no momento da Eucaristia "hóstia", deverá ser entregue nos bancos para não haver aglomerações.

VIII - Eventos Sociais: Todos os Eventos Sociais, (casamentos, batizados, aniversários, jantares, formaturas e outros), de qualquer natureza, estão suspensos até o final de vigência desse decreto, ou enquanto estiver no nível gravíssimo. Ficam também suspensas as reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios, em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao núcleo familiar residente no local.

IX - Congressos Palestras e Seminários: Fica proibido a realização desses eventos durante e vigência dessa deliberação.

X - Feiras, Exposições e Inaugurações: Fica proibido a realização desses eventos durante e vigência dessa deliberação.

XI - Restaurantes e Lanchonetes, Food-Truck, Lojas de Conveniências, Pizzarias, Casas de Chá, Casas de Suco, Confeitarias e afins: O funcionamento será com a limitação de 25% da capacidade do local de segunda a sábado com horário de funcionamento até as 21 horas, não podendo ser consumida bebida alcoólica no local após as 19 horas. Domingos e feriados não haverá funcionamento.

XII - Quanto aos Bares, Choperias e Petiscarias: O funcionamento será com a limitação de 25% da capacidade do local, de segunda a sábado com horário de funcionamento até as 19 horas, não sendo permitido nenhum tipo de jogo como baralho, cartas, sinuca e similares. Domingos e feriados não haverá funcionamento.

XIII - Serviços de Delivery: As entregas através de delivery deverão ser para atendimento domiciliar e familiar e poderá funcionar até as 22

horas de segunda a domingo.

XIV - Supermercados, Lojas de Departamentos, Mercados, Padarias, Açougues e Afins: Funcionamento de segunda a domingo até as 22 horas. Nos Supermercados e Lojas de departamentos deverá haver aferimento de temperatura e o controle do número de pessoas dentro dos estabelecimentos, também deverá ser realizado por cada estabelecimento o limite da capacidade de cada local, não podendo ultrapassar o limite de 25%. Ainda fica proibida a entrada de crianças menores de 12 anos.

XV - Funcionamento do Comércio: Funcionamento de segunda a sábado até as 19 horas, não sendo permitida a prova de roupas em vestiários. Aos domingos e feriados fechado.

XVI - Academias e Centros de Treinamento: Está liberado o atendimento individualizado, sendo proibida qualquer atividade coletiva pela vigência dessa deliberação, não podendo ter ocupação maior do que 25%, e o horário de funcionamento não poderão ultrapassar às 21 horas. Aos sábados e domingos fechado.

XVII - Piscinas de uso Coletivo, Clubes Sociais e Esportivos e Quadras Esportivas, Academias ao Ar Livre e Centros de Treinamento: Fica proibido o funcionamento durante a vigência dessa deliberação.

XVIII - Quanto à utilização de salões de festas e demais espaços de uso coletivo em condomínios e prédios privados: Fica proibido o funcionamento durante a vigência dessa deliberação.

XIX - Agências Bancárias: De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 1.218, de 19 de março de 2021, inciso VII, as Agências Bancárias, correspondentes bancários, lotéricas, e cooperativas de crédito, somente com atendimento individual, controle de entrada e monitoramento de distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas.

XX - Utilização de Parques, Praças, Balneários e demais espaços públicos: Fica proibido a utilização desses espaços durante a vigência dessa deliberação.

XXI - Execução de Música ao Vivo: Fica proibido a música ao vivo nos bares, restaurantes e similares, inclusive som mecânico o qual também está proibido.

XXII - Salões de Beleza e Similares: Os salões de beleza deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando atendimento de forma individual, seguindo o regramento sanitário do município, ficando também expressamente proibido o consumo de alimentos e bebidas nesses locais.

XXIII- Quanto aos Postos de lavação: Fica permitida a abertura de postos de lavação de segunda a sábado até às 19 horas.

XXIV – Realização de Velórios: Os velórios deverão obedecer às normas sanitárias estipuladas pelos órgãos competentes.

XXV- Atividades Esportivas: Ficam suspensas o funcionamento e ou realizações de:

- Atividades esportivas de caráter recreativo;
- Eventos e competições esportivas de caráter amador;
- Treinamentos de Escolinhas de qualquer modalidade;
- Suspensas as atividades vinculadas a FESPORTE e Federações;
- Fechamento de todas as quadras em clubes, academias, sedes e afins de qualquer modalidade esportiva.

XXVI - Ocupação de Hotéis e Similares:

De acordo com o Governo do Estado de Santa Catarina poderá ser utilizada a capacidade máxima em todos os níveis, cumprindo as deliberações e regramentos sanitários, sendo que, os restaurantes de hotéis servirão somente refeições aos seus hóspedes com limite de 25% da capacidade do local.

XXVII - Obrigatoriedade do Uso de Máscaras:

É obrigatório em todo o território do Município de Matos Costa, o uso de mascaras, inclusive pessoas a pé na rua, dentro de veículos públicos e particulares, sendo que o uso de máscaras é obrigatório aos cidadãos matoscostenses em todos os ambientes. Aos veículos particulares somente será liberado se todos os ocupantes forem do mesmo círculo familiar.

XXVIII - Da Fiscalização: Os estabelecimentos fiscalizados pelos órgãos competentes que não estejam cumprindo com os horários e as deliberações propostas poderão ser fechados e interditados até o final da vigência dessa determinação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições do decreto nº 37/2021 de 12 de março de 2021, Decreto 043/2021 de 23 de março de 2021, Decreto 048/2021 de 06 de abril de 2021 e Decreto 051/2021 de 18 de abril de 2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua edição.

Matos Costa, 27 de abril de 2021.

Paulo Bueno de Camargo
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Gabriele Aparecida Bendlin

Auxiliar Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas

Assistente Administrativo I

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 01/2021

Publicação Nº 3004574

O Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 01/2021, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário no sistema de Cadastro de Reserva, da Constituição Federal, em conformidade com Art. 37, IX, da Constituição Federal, Legislação Municipal pertinente, demais legislações atinentes e de acordo com as seguintes disposições deste Edital. Dos Cargos: Enfermeiro (COVID-19) - Plantonista; Farmacêutico; Médico Ginecologista; Nutricionista; Professor de Artes; Técnico em Enfermagem (COVID-19) - Plantonista; Técnico em Informática; Auxiliar Agente de Defesa Civil; Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino); Motorista; Motorista (COVID-19) - Plantonista. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 28 de abril a 28 de maio de 2021 exclusivamente via internet, através do site eletrônico <http://concursos.nucleobrasilsul.com.br>. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 06 de junho de 2021 (Prova Objetiva e Prova Prática). Os maiores informações poderão ser obtidos no Município de Matos Costa (SC), no site www.matoscosta.sc.gov.br, bem como no site da empresa organizadora <http://concursos.nucleobrasilsul.com.br>. Matos Costa (SC), 28 de abril de 2021. Sr. PAULO BUENO DE CAMARGO. Prefeito Municipal.

Meleiro**PREFEITURA****DECRETO Nº 036-2021**

Publicação Nº 3003805

DECRETO n.º 036/2021.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.837/2020, de 22 de outubro de 2020.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (125)	R\$ 300.000,00
11- FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (196)	R\$ 130.000,00
12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2065 – Manut. dos Proteção Social Especial de Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (242)	R\$ 70.000,00
Total	R\$ 500.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de abril de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO Nº 038-2021

Publicação Nº 3003807

DECRETO n.º 038/2021.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.837/2020, de 22 de outubro de 2020.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0004 – Aplicações Diretas (24)	R\$ 350.000,00
Total	R\$ 350.000,00

Art. 2.º Para atender o crédito que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde	
3.3.93.00.00.00.00.0004 – Aplicações Diretas Op. Entre órgão (29)	R\$ 350.000,00
Total	R\$ 350.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de abril de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secret. Adm. e Finanças.

PORTARIA Nº 155-2021

Publicação Nº 3003260

PORTARIA n.º 155/2021

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º Prorrogar a portaria nº 140/2021 que concede licença saúde à servidora NAIR LOURDES DA SILVA BAESSO, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 27 de abril de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 414/2021 R.P 19-2021

Publicação Nº 3004061

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: **414/2021**
Modalidade: **Pregão R.P Nº 19/2021**
Tipo: **Menor preço - Unitário por Item**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSEMINADOR PARA REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PARA O REBANHO LEITEIRO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Entrega dos Envelopes: **08:00** horas do dia **11 de maio de 2021**
Abertura dos Envelopes: **08:15** horas do dia **11 de maio de 2021**.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:00 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br Modelo/SC 26/04/21.

Dirceu Silveira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 002/2021

Publicação Nº 3004365

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 26 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE O JULGAMENTO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, PROCESSO Nº PCP-20/00088389.

MARCIA TERESINHA JACOBY, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 153, § 1º, inciso "b" da Resolução nº. 002/98 e artigo 13, inciso X da Lei Orgânica Municipal, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Ficam APROVADAS, em todos os seus termos, as contas do exercício financeiro de 2019, da Prefeitura Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, conforme parecer prévio nº 67/2020 – Relatório do DGO, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do Processo nº PCP – 20/00088389, atendendo ao disposto na Resolução 002/98 (Regimento Interno da Câmara) e artigo 13, inciso X, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara de Vereadores de Modelo(SC), aos 26 dias do mês de abril de 2021.

MARCIA TERESINHA JACOBY Presidente

Registrado e Publicado na Data Supra:

NEURO GONÇALVES BARBOZA
Secretário

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5481/2021

Publicação Nº 3003353

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº. 5.481 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Regulamenta a Política Municipal de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura, o Incentivo Econômico denominado "Bônus Agrícola".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONDAÍ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.697/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Em atendimento ao artigo 5º, § 1º, da Lei Municipal nº 3.697/2019, fica estabelecido o valor máximo geral de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a ser distribuído a título de "Bônus Agrícola" para o exercício de 2021, com o seguinte cronograma de desembolsos:

I – Até 200.000,00 (duzentos mil reais), para os requerimentos protocolados até 30 de junho, com pagamento até 10 de julho de 2021;

II – Até 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dos requerimentos protocolados até 31 de julho, com pagamento até 10 de agosto de 2021;

III – O saldo remanescente entre o valor máximo fixado e das parcelas anteriormente pagas, dos requerimentos protocolados até 31 de agosto de 2021, com pagamento previsto até 10 de setembro de 2021.

Parágrafo único. A ordem dos pagamentos obedecerá à ordem cronológica dos requerimentos validados junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, observados os requisitos constantes na Lei Municipal nº 3.697/2019.

Art. 2º. Nos termos do artigo 5º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.697/2019, fica estabelecido o valor mínimo e igualitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) para todos os beneficiários, e o valor máximo de R\$ 1.000,00 (mil reais) a ser pago a título de incentivo "Bônus Agrícola", para o exercício de 2021.

Art. 3º. Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Municipal nº 3.697/2019, caso a distribuição ocorra na forma do artigo 2º do presente decreto, e resultar sobra de valor ao "valor máximo geral" estipulado para o exercício, o montante será distribuído na proporção do "índice de participação" do agricultor no total do movimento econômico agropecuário do município, entre os produtores que não alcançaram o "valor máximo", excluídos, contudo, os que no respectivo exercício tiverem o valor adicionado individual inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 4º. Nos termos do artigo 7º, § 2º, da Lei Municipal nº 3.697/2019, fica estabelecido que o valor mínimo de emissão de Documentos Fiscais necessários à obtenção do Bônus será de 300% (trezentos por cento) sobre o valor do mesmo.

§ 1º Notas Fiscais/Comprovantes/Faturas emitidas em nome do beneficiário, por empresas com sede no Município de Mondaí, com data do exercício contábil do requerimento.

Art. 5º. Caso o beneficiário, na data da requisição do benefício (Bônus), se encontrar em inadimplência fiscal com o Município de Mondaí, possuindo débito em valor superior ao seu respectivo crédito, fica autorizada a utilização do valor integral do bônus para o pagamento da 1ª (primeira) parcela em renegociação dos débitos.

Art. 6º Caso o beneficiário, na data da requisição do benefício (Bônus), se encontrar em inadimplência fiscal com o Município de Mondaí, possuindo débito em valor inferior ao seu respectivo crédito. Fica autorizada a compensação dos valores.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 27 de abril de 2021.

VALDIR RUBERT
Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009.2021 - PMM

Publicação Nº 3003211

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO para a entrega dos envelopes e abertura da sessão pública, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 009/2021. TIPO: Menor Preço Por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de bloco de concreto, brita, concreto usinado, meio fio, pedrisco, poste de concreto, serviços de perfuração e detonação e tubos de concreto, destinados para manutenção das atividades das diversas Secretarias do Município de Mondai - SC, com entrega parcelada, pelo período de 12 (doze) meses após a data de homologação e conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital. ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: deverão ser entregues na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mondai, sito a Av. Laju, nº 420, Centro, CEP 89893-000 - Mondai/SC, a partir das 07h45min até as 08h15min do dia 11 de maio de 2021. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 11 de maio de 2021. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (49) 3674-3100 ou pelos e-mails: compras@mondai.sc.gov.br e compras1@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 14 de abril de 2021. ELISEU BOHN Secretário de Administração e Fazenda Ordenador de Despesas

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 44/2021

Publicação Nº 3003602

DECRETO Nº 44/2021, DE 27 ABRIL DE 2021

INSTITUI E REGULAMENTA O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB E PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS

A Prefeita Municipal de Monte Carlo Estado de Santa Catarina, SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 Art. 51 de 05 de janeiro de 2007 e, Considerando as limitações e restrições impostas pela pandemia da covid-19 que inviabiliza a realização de uma Consulta Pública para o processo ora tratado.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído e regulamentado o processo de CONSULTA PÚBLICA, objetivando a apresentação, discussão e aprovação da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e do Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Monte Carlo aprovado pela Lei nº 839 de 23 de março de 2012 e pela Lei Complementar nº 66 de 18 de janeiro de 2013. Gestão de Resíduos Sólidos.

Art. 2º Para consecução dos objetivos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal dará ampla divulgação do processo de Consulta Pública nos meios de comunicação, disponibilizando à população os mecanismos que possibilitem a participação popular.

§ 1º Na internet, as seguintes ferramentas serão disponibilizadas para o Processo de Consulta.

I – Nota explicativa sobre o processo e sua finalidade;

II – Link de acesso a apresentação de tópicos do PMSB e do PMGIRS;

III – Link de acesso ao PMSB e do PMGIRS e aos seus anexos na íntegra, para consulta e download se necessário;

IV – Link para o formulário de participação na Consulta, onde os interessados, após identificação, possam comentar, encaminhar dúvidas, sugestões ou críticas.

§ 2º Presencialmente, junto a Secretaria de Planejamento, os interessados devidamente cientes e adotando os protocolos sanitários, poderão dispor do material físico para consulta, bem como comentar, dirimir dúvidas e propor sugestões ou críticas, que serão registradas em formulário próprio.

Art 3º - O período dedicado a Consulta Pública de revisão do PMSB e do PMGIRS de (município) será de 15 dias, a contar de 03 de maio a 17 de maio do corrente ano.

Art. 4º As sugestões, correções, inserções ou supressões propostas na Consulta devem ser objeto de análise imediata pela equipe técnica responsável pela revisão PMSB, e uma vez julgadas viáveis ou necessárias, devem de imediato ser inseridas no Plano, o qual identificará o conteúdo modificado, como fruto da Consulta Pública.

§ 1º - Todas as participações externas no processo de Consulta Pública deverão ser registradas e respondidas aos interessados, ainda que não produzam efeitos ou contribuam para a redação final do documento.

§ 2º Em função do volume de participantes, das necessidades de análises e da eventual alteração dos conteúdos do PMSB e do PMGIRS, o período de Consulta Pública, poderá ser estendido por um período de 3 a 7 dias, sempre dando-se publicidade destas alterações e suas razões.

Art. 5º Findados os prazos previstos nos artigos 3º e 4º, o Executivo Municipal aprovará por Decreto, a Revisão do PMSB e do PMGIRS, dando a devida publicidade.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo SC, 27 de abril de 2021.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 23/2021

Publicação Nº 3003580

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO - Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Monte Carlo

CNPJ: 95.996.104/0001-04

CONTRATO Nº: 23/2021

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS

CNPJ: 00.456.865/0001-67

LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO

VALOR: R\$ 554.417,40

VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo vigorará por 12 meses.

Monte Carlo, 26 de abril de 2021.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 009/2021

Publicação Nº 3004090

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça CREDENCIAMENTO Nº 009/2021. CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS LABORATORIAIS (EXAMES), QUE SERÃO OFERTADOS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SUS. A RELAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE CREDENCIAMENTO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL, conforme anexo. Data: 27/05/2021. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2019 18

Publicação Nº 3003535

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 02 dias a contar da data desta publicação a comparecer a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 as 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

ENFERMEIRO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
01º	RUY HYRAN PRESTES JUNIOR

Morro da Fumaça, 28 de Abril de 2021

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

LEI Nº 140/2021

Publicação Nº 3003178

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA
Paço Municipal Prefeito Auzilio Frason, Rua 20 de Maio, 100
88.830-000 – Centro - MORRO DA FUMAÇA-SC
CNPJ: 10.598.648/0001-65 - www.morrodafumaca.sc.gov.br
ESTADO DE SANTA CATARINA
LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2021, de 26 de abril de 2021.

"ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1284/2008 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei: Art. 1º - Fica alterado o Anexo I da Lei nº 1284/2008, que passará a vigorar com a seguinte redação:

CARGO: MÉDICO
SERVIÇO: Medicina em geral, Ginecologia, Pediatria.
GRUPO: I Cargo Efetivo - ANS
NÚMERO DE VAGAS: 14

ATRIBUIÇÕES: Atividades de nível superior, de grande complexidade, de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa e proteção da saúde individual e coletiva. Prestar atendimento médico e ambulatorial; examinar os pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrevendo, orientando e acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios; e encaminhando quando necessário; Executar atividades médico-sanitaristas, exercendo atividades clínicas, procedendo a cirurgias de pequeno porte, ambulatoriais, dentro das especialidades básicas do modelo assistencial, conforme sua área de atuação, desenvolvendo ações que visem a promoção, prevenção e recuperação da saúde da população; Participar de equipe multiprofissional, na elaboração de diagnóstico de saúde da área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade, para o estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas; Coordenar as atividades médicas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando de estudos de casos, estabelecendo planos de trabalho, visando prestar assistência integral ao indivíduo; Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade de ações de saúde; Participar na elaboração e ou adequação de programas, normas, rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade de ações de saúde; Orientar a equipe de técnicos e assistentes nas atividades delegadas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Geral: 20 (vinte) horas semanais, podendo ser reduzido para 10 (dez) ou 8 (oito) horas semanais (em caso de redução de jornada, a remuneração será diminuída equivalentemente);
- b) Especial: o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, aos sábados, domingos e feriados.

RECRUTAMENTO:

- a) Geral: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos;

b) Requisitos:

- 1 - Portador de Diploma de Ensino Superior, com habilitação em medicina geral ou com especialidade em determinada área, com registro no órgão competente;
- 2 - Qualificação com habilitação para o exercício da medicina;
- 3 - Outros: conforme instruções reguladoras do processo seletivo e/ou legislação municipal.

Parágrafo Único – Os demais dispositivos do anexo I permanecem inalterados.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auxílio Frasson, em 26 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.105/2021

Publicação Nº 3003162

LEI Nº 2.105/2021, de 22 de abril de 2021.

“CONCEDE REDUÇÃO SOBRE JUROS E MULTAS INCIDENTES SOBRE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder a redução nos valores das multas e juros de mora, incidentes sobre os débitos inscritos em dívida ativa para com a Fazenda Pública Municipal de Morro da Fumaça, conforme segue:

- I- De 90% (noventa por cento) quando pagos, em 4 (quatro) parcelas, até o dia 31 de agosto de 2021;
- II- De 70% (setenta por cento) quando pagos, em até 8 (oito) parcelas,
- III- De 50% (cinquenta por cento) quando pago em até 16 (dezesesseis) parcelas.

§1º Na hipótese de pagamento parcelado será firmado termo próprio de confissão do débito, estabelecendo os prazos e condições.

§2º Nos termos do Artigo 80, §4º da LC 002/2009 (Código Tributário do Município), o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 27 (vinte e sete) UFM.

§3º Os percentuais previstos neste artigo referem-se a pagamentos ou parcelamentos efetuados ou requeridos até 31 de agosto de 2021.

§4º Os parcelamentos dos débitos em execução fiscal terão redução de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios devidos no processo.

§5º Os contribuintes cujos débitos tributários estejam sendo cobrados judicialmente, poderão requerer o benefício de que trata a presente

Lei, sendo exigido, porém, que o interessado recolha e quite as custas judiciais, na forma da legislação estadual vigente, bem como qualquer outro valor em razão do regular trâmite do processo judicial, inclusive honorários advocatícios arbitrados pelo Juiz da causa.

Art. 2º. O benefício referente à redução de penalidade alcança os débitos parcelados anteriormente, e deverá ser requerido até 31 de agosto de 2021.

Art. 3º. O benefício instituído por esta lei não poderá ser utilizado cumulativamente com qualquer outro benefício ou incentivo previsto na Legislação Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 22 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.106/2021

Publicação Nº 3003164

LEI Nº 2.106/2021, de 22 de abril de 2021.

AUTORIZA CONCESSÃO DE USO DE TERRENO A ASSOCIAÇÃO MÃOS DO BEM DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fazer concessão de uso a ASSOCIAÇÃO MÃOS DO BEM, de um terreno urbano situado na Área Verde do Loteamento Pellegrin, com 350,00 m2 (trezentos e cinq-enta metros quadrados), com as seguintes confrontações: frente, ao SUL com a Rua Projetada A, com 14,00 metros lineares; fundos, ao NORTE com a Área Verde, com 14,00 metros lineares; um lado a OESTE com o Lote nº 03 da Quadra 04, com 25,00 metros lineares e outro lado a LESTE, com a Área Verde, com 25,00 metros lineares.

Art. 2º - A concessão de direito real de uso objeto desta Lei destina-se à realização de projetos da ASSOCIAÇÃO MÃOS DO BEM, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ nº 35.263.160/0001-08.

Art. 3º - Fica autorizada a desafetação do imóvel descrito nessa Lei, para fins de efetivação da Concessão de Direito Real de Uso.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes desta Lei deverão ser arcadas pela Concessionária.

Art. 4º - É obrigação da Concessionária de responder, a partir da lavratura da Escritura Pública de Concessão, por todos os encargos civis, administrativos, ambientais e tributáveis que vierem a incidir sobre o imóvel objeto da concessão.

Art. 5º O Direito Real de Uso a ser concedido poderá ser rescindido, total ou parcialmente, pelo Município Concedente, na hipótese de não utilização do imóvel pela Concessionária, bem como por razões administrativas e de interesse ou necessidade pública ou social.

Art. 6º A alteração da destinação do imóvel, sem prévia e expressa autorização do Município Concedente, implicará na rescisão da concessão independentemente de notificação.

Art. 7º Ao final da concessão, seja por término do prazo concedido ou por rescisão administrativa motivada, as benfeitorias que restarem incorporadas ao imóvel objeto da presente concessão, passarão a pertencer ao patrimônio público municipal, independentemente de qualquer indenização ou ato formalizador.

Art. 8º A concessionária se responsabilizará pelo uso do imóvel ora cedido, em conformidade com esta lei, com as demais leis municipais, estaduais e federais e, se necessário, pelo cumprimento das exigências dos órgãos ambientais.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nº 885/1996 e nº 1942/2019.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 22 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.107/2021

Publicação Nº 3003167

LEI Nº 2.107/2021, de 23 de abril de 2021.

DENOMINA RUA SALVINA MARTIGNAGO CORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: RUA SALVINA MARTIGNAGO CORAL, a via pública deste Município, atualmente denominada: Rua Projetada "A", situada no Loteamento Dona Iolanda, Bairro: Centro, tendo seu início na Rua Gicundo Sartor, seguindo daí, à montante, rumo ao Oeste, com a extensão de 135,00 metros, até encontrar-se com a Rua Francisco Rodrigues Júnior, sem possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 23 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.108/2021

Publicação Nº 3003169

LEI Nº 2.108/2021, de 23 de abril de 2021.

DENOMINA RUA ANTONIO CORAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se: RUA ANTONIO CORAL, a via pública deste Município, atualmente denominada: "Rua Sem Denominação de Nomenclatura", situada no Bairro Ibirapuera, tendo seu início na Rodovia Estadual Genésio Mazzon - SC/445, seguindo daí, à montante, rumo ao Norte, com a extensão de 850,00 metros, até encontrar-se com o Limite do Perímetro Urbano desta cidade de Morro da Fumaça, com possibilidade, supervenientemente, de prolongamento de sua extensão, conforme consta no Plano Rodoviário Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.º 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 23 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

LEI Nº 2.109/2021

Publicação Nº 3003175

LEI Nº 2.109/2021, de 26 de abril de 2021.

AUTORIZA O USO DO ESPAÇO PÚBLICO A UNIVINTE CENTRO TECNOLÓGICO EIRELI MANTENEDORA DA FUCAP – FACULDADE CAPIVARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público, matrícula nº 19.025, situado na Escola Básica Municipal Pietro Maccari, localizada na Avenida Antonio de Costa, bairro De Costa, Morro da Fumaça/SC para UNIVINTE CENTRO TECNOLÓGICO EIRELI - Mantenedora da FUCAP – Faculdade Capivari, por meio da Associação de Pais e Professores (APP).

Art. 2º - A autorização de uso objeto desta Lei destina-se à realização Cursos Superiores de Graduação e Pós Graduação ofertados pela UNIVINTE CENTRO TECNOLÓGICO EIRELI - Mantenedora da FUCAP – Faculdade Capivari, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.681.405/0001-20, em parceria com a Associação de Pais e Professores (APP) da Escola Básica Municipal Pietro Maccari, inscrito no CNPJ sob o nº 01.883.429/0001-37.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei deverão ser arcadas pela Univinte Centro Tecnológico Eireli – Mantenedora da FUCAP – Faculdade Capivari e a Associação de Pais e Professores (APP) da Escola Básica Municipal Pietro Maccari nos termos do contrato de parceria para prestação de serviços educacionais.

Art. 4º - As autorizadas se responsabilizarão cível e criminalmente pelo bom uso do imóvel ora cedido, em conformidade com esta lei, com as demais leis municipais, estaduais e federais, se responsabilizando ainda por qualquer descumprimento ao contrato celebrado entre as partes.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.
Paço Municipal AuzílioFrasson, em 26 de abril de 2021.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico
Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - 4º ADENDO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2018 - FMS PÚBLICA

Publicação Nº 3003446

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE

COMUNICADO - 4º ADENDO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2018 – F.M.S.

O Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande, vem através deste, COMUNICAR que o Edital de Chamada Pública nº 1/2018, que tem por objetivo o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS LABORATORIAIS NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, foi objeto de modificação no Anexo I - Tabela Descritiva de Procedimentos através do "4º Adendo" ao referido edital. Informamos que a íntegra do 4º Adendo ao Edital poderá ser lida ou obtida no Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Irmãos Biff, nº 50, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC, das 07h00min às 13h00min, exceto feriados, ou através do site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016, pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br ou saude@morrogrande.sc.gov.br. Clélio Daniel Olivo – Prefeito Municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2021

Publicação Nº 3003582

DECRETO Nº 48/2021

TRATA DE REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLELIO DANIEL OLIVO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 27, parágrafo único da Lei Municipal n. 987/2020 e artigo 8º, da Lei Municipal n. 988/2020,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada, por transferência, no valor total de R\$ 20.935,00 (vinte mil e novecentos e trinta e cinco reais) com a seguinte classificação:

3100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

3103 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DO GRUPO DA ATENÇÃO BÁSICA.

3.3.71.00.00.00.00.0710 (60) – Aplicações Diretas R\$ 20.935,00

TOTAL R\$ 20.935,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo especificada.

3100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

3103 – DEPARTAMENTO DE SAÚDE.

2.033 – MANUTENÇÃO DO GRUPO DA ATENÇÃO BÁSICA.

4.4.90.00.00.00.00.0710 (58) – Aplicações Diretas R\$ 20.935,00

TOTAL R\$ 20.935,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 27 de abril de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 02/2021 PMN -- RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 3004695

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2021 PMN
RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços (estruturais e coberturas) com fornecimento de materiais, tendo como referência a tabela Deinfra (Departamento Estadual de Infraestrutura) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 28/04/2021 até as 13h30 do dia 11/05/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 14h00 do dia 11/05/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

CERTIDÃO DE INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA PARA FINS DE APOSENTADORIA

Publicação Nº 3004503

CERTIDÃO

CERTIFICO para fins de incorporação de Vantagem Pecuniária constante do Anexo Único da Lei Complementar n.º 106/2011, disciplinado pelo art. 5º, exclusivamente para reflexos na aposentadoria, que a servidora efetiva ELENITA HELENA RODRIGUES, inscrita no C.P.F n.º 611.524.399-87, adquiriu direito à incorporação do Adicional de Insalubridade na fração de 5/5, conforme relatório de contribuições constante ao processo de aposentadoria nº 2021.04.08685P, que demonstra contribuições nos anos 2012 (12 meses), 2016 (12 meses), 2017 (12 meses), 2018 (12 meses), 2019 (12 meses) e 2020 (12 meses).

Esta certidão entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2021.

Era o que tinha a certificar.

Navegantes, 16 de abril de 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA

Prefeito

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social
do Município de Navegantes

DECRETO N º 075 DE 16 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004491

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

decreto n º 075 de 16 de ABRIL de 2021

averba o tempo de contribuição da certidão de tempo de contribuição nº 20021110.1.00026/15-0 do INSS ao assento funcional da servidora para fins de aposentadoria junto ao navegantesprev.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1º. Fica averbado ao assento funcional da servidora pública municipal ELENITA HELENA RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matrícula nº 26701, nascida em 15/06/1965, o período de contribuição de 8.052 (oito mil e cinquenta e dois) dias, correspondendo a 22 anos, 00 meses e 22 dias, constante na Certidão de Tempo de Contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Nº 20021110.1.00026/15-0 emitida em 19/10/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA DA PORTARIA 2043 DE 22 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004750

ERRATA:

Na Portaria 2043 DE 22 DE ABRIL DE 2021, publicada na Edição nº 3479 do Diário Oficial dos Municípios de 23/04/2021,

Onde se lê:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS III, TAMIRIS RAINERT.

Leia-se:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de EXECUTIVO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS II, TAMIRIS RAINERT.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2078 DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004745

PORTARIA Nº 2078 DE 26 DE ABRIL DE 2021
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, QUADRIÊNIO 2021/2025.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, e de acordo com a lei 1.343/2.000.

RESOLVE:

I - NOMEAR representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, em respeito à Lei 1.343 de 23 de agosto de 2000, referente ao quadriênio 2021-2025, conforme segue:

Representante do Poder Executivo: TITULAR: Ligia Gorges
SUPLENTE: Fernanda Souza Tomé da Silva

Representantes dos Pais dos Alunos: TITULAR: Rosane Bodenmuller Romão
SUPLENTE: Juliana Terezinha Tavares TITULAR: João Evangelista Chagas Santos Neto
SUPLENTE: Geliandra Pereira

Representantes dos Trabalhadores da Educação: TITULAR: Ana Paula Santos de Oliveira Ponciano
SUPLENTE: Caroline Severino
TITULAR: Henrique Pitt
SUPLENTE: Letícia Alves Jurado

Representantes da Sociedade Civil: TITULAR: Irineu Zimmermann
SUPLENTE: Sueli Clara Schmitz Zimmermann
TITULAR: Liza Carolina Gomes Martins
SUPLENTE: Mary Christiane Simas

II - Esta Portaria entra em vigor no dia 03 de maio de 2021, revogando na integra a portaria 2485/2018 e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE ABRIL DE 2021.
Libardoni Lauro Claudino Fronza
PREFEITO

Ditmar Alfonso Zimath
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2079 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004749

PORTARIA N 2079 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo AUXILIAR DE ENFERMAGEM, em virtude de aposentadoria de ELENITA HELENA RODRIGUES, matrícula 26701, junto ao NAVEGANTESPREV conforme Processo Administrativo N°. 2021.04.08685P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2021.

LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA P

Nova Erechim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2021 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 002/2021

Publicação Nº 3003413

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Nº 002/2021

EDILSON FERLA, Prefeito Municipal, do município de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS PARA FORNECIMENTO DE INSUMOS AGRÍCOLAS, ALIMENTAÇÃO ANIMAL E SEMENTES DE PASTAGEM. O departamento de Licitações estará recebendo os envelopes nº 01 contendo os documentos para Habilitação, e envelope nº 02 para Proposta, no dia 04 de maio de 2021, das 07h30min até as 08h:00min. A abertura dos envelopes acontecerá às 08h30min do dia 04 de maio de 2021, no endereço: Avenida Francisco F. Losina n.º 139 – Centro, no Município de Nova Erechim – SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal, no Site Oficial do Município, e-mail licitacoes@novaerechim.sc.gov.br, e, pelo Fone 49 3333 3100

Nova Erechim (SC), em 27 de março de 2021.

EDILSON FERLA

CPF: 690.947.569-00

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 509, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003411

DECRETO Nº 509, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

EDILSON FERLA, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Vice-Prefeito Municipal Eloi Correa Borges para representar o Prefeito Municipal Edilson Ferla em viagem à Florianópolis-SC no período de 26 a 29 de abril de 2021, com o intuito de realizar reuniões e solicitar recursos junto à Câmara dos Deputados de SC.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), 26 de abril de 2021.

Edilson Ferla

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO Nº 510 DE 27 DE ABRIL DE 2021. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.03/2021

Publicação Nº 3004608

DECRETO nº 510 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado n.03/2021.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o art. 61 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado n.03/2021, formada pelos seguintes membros:

- Jaqueline Moro
- Josiana Possebon Ribeiro
- Gelson Girardi

Art. 2º Os membros designados nos termos anteriores não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos para se dedicar ao acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado n. 03/2021.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 27 de abril de 2021.

EDILSON FERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 225, DE 27 DE ABRIL DE 2021. DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

Publicação Nº 3004603

PORTARIA Nº 225, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a concessão de licença saúde para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde para o Servidor Municipal ALEXANDRE DE OLIVEIRA LOURUZ, ocupante do cargo de Profissional de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 17.04.2021 a 16.07.2021, conforme atestado médico.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 27 de abril de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 003/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL DO SUAS DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 3004605

RESOLUÇÃO Nº 003/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos do co-financiamento Estadual do SUAS de Nova Erechim.

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Nova Erechim/SC, em Reunião Plenária ordinária realizada no dia 15 de abril de 2021, no uso da competência que lhe confere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS e a Lei Municipal nº 1.574/2014, de 07 de outubro de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social,

Considerando que o gestor apresentou a prestação de contas em tempo hábil para análise deste conselho;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS/SC) repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Erechim no ano de 2020.

Art. 2º. Aprovar a reprogramação do saldo, como segue:

- Proteção social básica (investimento): R\$ 53.847,76 (Cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos)
- Proteção social básica (custeio): R\$ 35.425,04 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quatro centavos)
- Benefícios eventuais: R\$ 39.321,06 (Trinta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e seis centavos)

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 15 de abril de 2021.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
Presidente do Conselho Municipal

RESOLUÇÃO Nº 04/2021, DE 15 DE ABRIL DE 2021. REGULAMENTA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NA MODALIDADE DE AUXÍLIO FUNERAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 3004610

RESOLUÇÃO Nº 04/2021, de 15 de abril de 2021.

Regulamenta a concessão dos benefícios eventuais na modalidade de auxílio funeral no âmbito da política municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Erechim, no uso de suas atribuições conforme Lei nº 1.754/2014, de 07 de outubro de 2014.

CONSIDERANDO que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social;

CONSIDERANDO o at. 22 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que define os Benefícios Eventuais na forma nascimento, morte,

situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública;

CONSIDERANDO a Resolução nº 212/06 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que propõe para a regulamentação dos Benefícios Eventuais;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.577/2010, de 20 de agosto de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Regularizar a provisão de benefícios eventuais na forma de auxílio funeral no âmbito municipal da política pública de assistência social em consonância com a Lei Municipal nº 1.577/2010.

Art. 2º O benefício eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, por uma única parcela no valor de um salário mínimo, no ano de 2021 equivalente a R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem reais) para reduzir vulnerabilidades e riscos provocados por morte de membro da família.

Art. 3º O auxílio funeral atenderá:

I – despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

Art. 4º O requerimento do benefício funeral deve ser solicitado até trinta dias após a ocorrência do óbito

Parágrafo Único: Fica vedado o recebimento do auxílio funeral a família que tenha direito a indenização de acidente de trânsito (Seguro DPVAT).

Art. 5º O benefício de auxílio funeral serão garantido à família em número igual às suas ocorrências.

Art. 6º O auxílio funeral pode ser pago diretamente a um integrante da família beneficiária: mãe, pai, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração expedida por familiar.

§ 1º quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral junto ao órgão gestor da Política de Assistência Social, mediante a apresentação de Plano Individual de Acolhimento – PIA, guia de acolhimento, termo de guarda, termo de curatela da pessoa que veio a óbito ou documento similar que ateste a responsabilidade da entidade.

§ 2º o valor do auxílio funeral, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua, ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, devendo ser requerido e gerido pelo órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 7º São documentos essenciais para concessão do auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – comprovante de residência atual e de no mínimo 6 (seis) meses de residência no município;

III - comprovante de rendimentos;

IV - carteira de identidade e CPF do requerente;

V – carteira de identidade e CPF da pessoa que veio a óbito;

V – comprovante das despesas com o funeral;

VI – demais critérios elencados pelo CMAS.

Art. 8º Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – estabelecer critérios de acesso à população, quando necessário;

II – fiscalizar a aplicação dos benefícios eventuais, se os critérios para seu acesso estão sendo respeitados;

III – regulamentar situações não especificadas por esta Resolução.

Art. 9º As despesas decorrentes desta Resolução ocorrerão por conta de dotação orçamentária, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim/SC, 15 de abril de 2021.

Izabel Cristina Marins de Quadros Ruani
Presidente do CMAS de Nova Erechim

Nova Itaberaba

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE PROCESSO Nº: 59/2021

Publicação Nº 3004886

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO Nº: 59/2021

OBJETO: Aquisição de insumos necessários para a realização de exames de brucelose e testes de tuberculose, realizados pela veterinária da Secretaria de Agricultura.

EXECUTOR: Asservet Comercio de Medicamentos Veterinários LTDA ENDEREÇO: Rua Borges de Medeiros, Bairro Presidente Médici - Chapecó/SC

VALOR: R\$ 7.789,20

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8.666, Art. 24, Inciso II

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Despesa: 1170 Fonte:100

Nova Itaberaba/SC, 27 de abril de 2021.

IVANIR JOSÉ POSSEBON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE PROCESSO Nº: 60/2021

Publicação Nº 3004892

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO Nº: 60/2021

OBJETO: Curso de Formação Continuada para professores de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal

EXECUTOR : Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste ENDEREÇO: Av. Senador Atílio Fontana - Bairro Efapi - Chapecó/SC

VALOR: R\$ 1.045,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: lei 8.666 art.24 inciso II

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Despesa 5352 - Fonte 101

Nova Itaberaba/SC, 27 de abril de 2021

IVANIR JOSÉ POSSEBON

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE PROCESSO Nº: 61/2021

Publicação Nº 3004899

EXTRATO DE DISPENSA POR LIMITE

PROCESSO Nº: 61/2021

OBJETO: Aquisição de Refrigerador para armazenamento do material utilizado para exames de brucelose e tuberculose realizados pela veterinária da Secretaria de Agricultura

EXECUTOR : ITALAR MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS EIRELI EPP ENDEREÇO: AV. PROGRESSO, CENTRO - NOVA ITABERABA/SC

VALOR: R\$ 1.950,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8.666 Art. 24 inciso II

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: DESPESA 3258 FONTE 100

Nova Itaberaba/SC, 27 de abril de 2021

IVANIR JOSÉ POSSEBON

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA N° 267, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003461

PORTARIA N° 267, DE 27 DE ABRIL DE 2021

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NOVA TRENTO - COMSANT.

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições estabelecidas no artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei nº 2.714/2019, art. 32 e Decreto nº 157/2019, art.4º;

RESOLVE,

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico de Nova Trento-COMSANT, os seguintes membros:

I – Representantes dos Titulares dos Serviços:

a) Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:

Titular: Wilson Mario Sgrott Junior;

Suplente: Eliomar Cadore.

II - Representantes de Órgãos Governamentais, relacionados ao Setor de Saneamento Básico:

a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Thiago Tomasini;

Suplente: Márcia Regina Grott Feller.

III - Representantes de Serviços Públicos de Saneamento Básico:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Juan Augusto da Silva Machado;

Suplente: Benjamim G. Dell Antonia.

b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Serafim Mezzari;

Suplente: Carla Marcolla.

IV - Representantes dos Usuários de Serviços de Saneamento Básico:

a) Associação de Pais e Professores da Escola M. de Educação Básica Prof. Francisco João Valle:

Titular: Maria Inês Corrêa da Silva.

b) Santuário Santa Paulina:

Titular: Leandro Tomazini;

Suplente: Leonardo Otávio da Rossi.

V - Representantes de Organizações da Sociedade Civil:

a) Associação de Preservação do Meio Ambiente de Nova Trento e Região – APREMANT:

Titular: Mateus Davino Ferreira;

Suplente: Valentim Camilo Casett.

b) Associação Neotrentina do Turismo – NEOTUR:

Titular: Maira Voltolini;

Suplente: André Aladeu Orsi.

Art. 2º O Conselho Municipal de saneamento Básico terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 3º É indicado como Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico, o Oficial de Administração do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Wilson Mario Sgrott Junior (§ 3º, do art. 32 da Lei nº 2.714/2019).

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 711/2019.

Nova Trento, 27 de abril de 2021.

Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

Daniel Rongalio
Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

PROCESSO Nº 079/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2021

Publicação Nº 3003544

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 079/2021, modalidade Dispensa de Licitação n.º 038/2021. Homologação: 26/04/2021 – Fundamentação: fundamento no artigo 24, caput e inciso IV, da Lei nº. 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: PC INK Produtos para informática LTDA ME inscrita sob CNPJ nº 10.482.521/0001-86, com endereço Rua Marechal Deodoro, nº 72 sala 02, centro, CEP 88.2700-000, Nova Trento – SC.

Objeto: Compra de sistema de monitoramento e instalação de (Câmeras, alarmes e equipamentos), necessários para segurança dos usuários, sendo este sistema utilizado para a Secretaria Municipal de Educação nas Unidades Escolares: EMEB Aguti, EMEB Padre José da Poian e EMEB Professor Francisco João Valle. R\$ 15.680,00 (quinze mil seiscentos e oitenta reais). Vigência: 26/04/2021 até 31/12/2021

Nova Trento, 26 de abril de 2021.
Tiago Dalsasso
Prefeito

PROCESSO Nº 080/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2021

Publicação Nº 3003653

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 080/2021, modalidade Dispensa de Licitação n.º 039/2021. Homologação: 27/04/2021 – Fundamentação: fundamento no artigo 24, caput e inciso IV, da Lei nº. 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: CASA DO NEUROPSICOPEDAGOGO LTDA inscrita sob CNPJ nº 33.776.397/0001-67, com endereço RUA GASPAR SOARES, nº 504 sala 14, Jardim São Paulo Zona Norte, CEP 02.041-020, São Paulo – SP.

Objeto: Compra de materiais psicopedagógicos para utilização em toda a rede pública de ensino do município de Nova Trento, nas quais serão utilizados para diagnóstico e tratamento de alunos, realizar processos de orientação educacional e vocacional, buscar melhorias em relação a aprendizagem do aluno, orientar os professores na identificação de comportamentos divergente dos alunos, entre outros fatores que afeta o desenvolvimento do trabalho do psicopedagogo. No valor de R\$8.739,20 (oito mil setecentos e trinta e nove reais com vinte centavos). Vigência: 27/04/2021 até 31/12/2021

Nova Trento, 27 de abril de 2021.
Tiago Dalsasso
Prefeito

RESULTADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO N .008/2021

Publicação Nº 3004903

PROCESSO SELETIVO SIMPLES PÚBLICO DE TÍTULOS Nº 008/2021

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLES PÚBLICO DE TÍTULOS Nº 008/2021, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS- CICLO DE ALFABETIZAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL, do Município de Nova Trento/SC, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, FAZ SABER que a Classificação Final do Processo Seletivo Simples Público de Títulos nº 008/2021, para a contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

PROFESSOR-ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS-CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Habilitado

Clas.	Nº Insc.	Nome Completo	Data de Nasc.	Pontuação: Pós-Graduação	Pontuação: Curso Capacitação/ Aperfeiçoamento	Pontuação: Tempo de Serviço	PONTUAÇÃO
1º	02	Lisane Schmidt	16/01/87	0,0	1,0	0,0	1,0
2º	01	Janete F. de Camargo	24/06/74	0,0	0,0	0,0	0,0

PROFESSOR-ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS- CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

Não Habilitado

Clas.	Nº Insc.	Nome Completo	Data de Nasc.	Pontuação: Frequência no curso de Pedagogia	Pontuação: Curso Capacitação/ Aperfeiçoamento	Pontuação: Tempo de Serviço	PONTUAÇÃO
1º	01	Eduarda Meyer Cavilha	09/06/98	5,0	1,0	0,5	6,5

Nova Trento, 28 de Abril de 2021.

Tiago Dalsasso
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2021

Publicação Nº 3003386

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 28/2021
	Processo Adm.: 45/2021 Data do Processo: 06/04/2021

CNPJ: 82.925.025/0001-60 **Telefone:** (48) 3267-3205
Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro
CEP: 88270-000 - Nova Trento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 45/2021
b) Nr. Licitação: 28/2021 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 23/04/2021
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, TRAÇÃO 4x4 E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Participante: VALFÉRTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TRATOR AGRICOLA	1,000	UND	155.000,00	155.000,00
4	SUBSOLADOR COM NO MÍNIMO 05 HASTES COM DISCO DE CORTE E RODAS	1,000	UN	9.915,00	9.915,00
Total do Participante:					164.915,00
Total Geral:					164.915,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamentos Agrícolas	07.001.20.608.0007.1016.4.4.90.00.00	R\$ 1,00

Nova Trento, 23/04/2021

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

SAMAE - Nova Trento**JUSTIFICATIVA ANULAÇÃO PARCIAL EMPENHO Nº 03/2021**

Publicação Nº 3003657

**SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**

RUA DOS IMIGRANTES Nº 356 CENTRO NOVA TRENTO-SC

CNPJ: 95.785.267/0001-48 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTA

Fone: (48) 3267-0380 - e-mail: samae@novatrento.sc.gov.br

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o Edital de Carta Convite nº 04/2020, previa a aquisição de combustíveis para os veículos e máquinas pertencentes a SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Nova Trento, com recursos da **Conta Orçamentária nº (12) 3.3.90.30.01.00.00.00 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos**, para aquisição no Exercício de 2021, na ocasião da confecção do referido Edital, havia previsão de que a Retroescavadeira que pertence ao SAMAE, que estava cedida para a Prefeitura de Nova Trento, seria devolvida para o SAMAE, então foi feita uma aquisição de Óleo Diesel S10, no valor de R\$ 34.500,00 (Trinta e Quatro Mil e Quinhentos Reais), diante disso foi empenhado desse valor, visando custear o combustível consumido pela referida máquina, no ano de 2021, assim sendo, o citado valor ficou bloqueado assegurando o custeio da despesa prevista no Edital. Conforme planilha abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	10000	LT	GASOLINA COMUM	4,08	40.800,00
2	10000	LT	ÓLEO DIESEL S10	3,45	34.500,00
3	60	LT	ÓLEO 4 TEMPOS SF 20W50	22,90	1.374,00
4	54	LT	ÓLEO SAE 15 W40	24,90	1.344,60
5	60	LT	ÓLEO SAE 20 W50	24,90	1.494,00
6	30	LT	ÓLEO 15W40 SEMI SINTÉTICO 1LT	29,90	897,00
7	40	LT	15W40 ÓLEO LUBRIFICANTE RETROESCAVADEIRA	24,80	992,00

Considerando que a Retroescavadeira que pertence ao SAMAE, foi novamente concedida em comodato à Prefeitura de Nova Trento, e não havendo mais a necessidade de aquisição do combustível Óleo Diesel S10, no valor de R\$ 34.500,00, adquirido através do Empenho nº 03/2021, que totaliza o valor empenhado de R\$ 81.401,60 (Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Um Reais e Sessenta Centavos);

Considerando que o valor empenhado de R\$ 34.500,00, ficará ocioso ou sem utilização, apenas diminuindo o valor disponível da conta orçamentária acima citada, será feito então, **a anulação parcial do Empenho nº 03/2021**, no valor de R\$ 34.500,00, tornando assim possível adquirir com esse recurso, outros produtos ou materiais de maior necessidade e urgência.

Nova Trento-SC, 27 de abril de 2021

GODOFREDO LUIZ TONINI
Diretor do SAMAE

MARIA DE LOURDES ROVER
Contadora do SAMAE

Nova Veneza

PREFEITURA

I RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 62/2021 - PMNV

Publicação Nº 3004132

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

I RETIFICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 62/2021

OBJETO: Contratação de empresa para: complementação com cercamento do playground e campo de areia da praça de Garuvinha do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 12/05/2021.

Local: Trav. Oswaldo Búrgio, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 27 de abril de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA 004 AO CT N° 028/2020 -CONSTRUTORA VILLANI LTDA

Publicação N° 3004285

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo N° : 004 ao Contrato Administrativo N°: 028/2020

Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada.... : CONSTRUTORA VILLANI LTDA

Vigência : Início: 27/04/2021 Término: 30/06/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇOS N° 004/2020

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS, item 3.1, consistindo na prorrogação do prazo para mais 60 (sessenta dias) dias e consequentemente a CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, item 11.1 e que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

...

3.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado na sua totalidade em até 325 (trezentos e vinte e cinco) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

...

11.1. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 30/06/2021, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações

Novo Horizonte, 27 de abril de 2021 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

3.002-2021

Publicação Nº 3003458

LEI N. 3.002 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

"APROVA A REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CAPÍTULOS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, FAZ saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovada a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Orleans – Capítulos Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana, para o período 2021 – 2040, o qual faz parte integrante da presente Lei, e sua aprovação se dá nos termos do artigo 7º, § 2º da Lei 2297, de 02/12/2009.

Art. 2º A íntegra do Plano Municipal de Saneamento Básico mencionado no "caput" foi previamente disponibilizada para consulta previa.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Orleans/SC, em 27 de abril de 2021; 137 anos da Fundação e 107 anos da Emancipação Política Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Registrada a presente Lei nesta Secretaria Municipal da Administração, aos vinte sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM-SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário da Administração.

PROCESSO Nº 72/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3003359

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 72/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2021

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: GEOSURVEY TECNOLOGIAS.

Valor : 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

Vigência : início: 27/04/2021 Termina: 31/12/2021

Recursos : Dotação: 70/2021 – Recursos Ordinários

Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) SOFTWARE PARA PROCESSAMENTO DE DADOS OBTIDOS PELO GNSS RTK, CONFORME DADOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93

Orleans, 27 de abril de 2021

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 73/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3003521

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 73/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2021

Contrato Nº...: 55/2021

Concedente...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Proponente...: RABELO & BUSSOLO INFORMÁTICA LTDA.

Valor : R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Recursos : DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (86) 3.3.90.00.00.00.00.00 2.023 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

Objeto : CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE DISPENSA DE LICITAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PREVENTIVA E CORRETIVA PARA A REDE DE COMPUTADORES DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, COM SEDE EM ORLEANS, ABRANGENDO SERVIDOR, COMPUTADORES, NETBOOKS, NOTEBOOKS, TABLETS, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES E NO-BREAK, VISANDO O FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, TANTO NA PARTE DE HARDWARE COMO DE SOFTWARE, PROMOVENDO A MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS E CONFIGURAÇÕES. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO, CONSERTO E TROCA/INSTALAÇÃO/CONFIGURAÇÃO DE HARDWARE OU COMPONENTES, BEM COMO INSTALAÇÃO E/OU REINSTALAÇÃO DE SOFTWARE, CONFIGURAÇÃO DE REDE COM DOMÍNIO USANDO SO WINDOWS. QUANDO FOR O CASO DE PROCEDIMENTO QUE IMPLIQUE NO "ZERAMENTO" DA MÁQUINA, DEVERÁ SER FEITA A PRESERVAÇÃO DA TOTALIDADE DOS ARQUIVOS QUE ELA CONTIVER, A MENOS QUE ISSO SEJA TECNICAMENTE IMPOSSÍVEL EM FUNÇÃO DO PROBLEMA OCORRIDO.

FUNDAMENTO LEGAL

Art.24 da Lei 8.666/93, Inciso II

Orleans, 27 de abril de 2021

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO N° 74/2021 PREFEITURA

Publicação N° 3004231

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 74/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS N° 38/2021

Contrato N°.: 57/2021

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ISABEL MARCOLINO SILVA DA LUZ 61428981934

Valor : 30.141,12 (trinta mil cento e quarenta e um reais e doze centavos)

Vigência : Início: 27/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 38/2021

Recursos : 02.002.27.812.0025.2004.3.3.90.00.00 – Manutenção do Departamento de Esportes

Objeto : LOCAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL, FUTEBOL SUIÇO E CAMPO SINTÉTICO

FUNDAMENTO LEGAL ARTIGO 24, INCISO X DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 27 de abril de 2021

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO N°75/2021 PREFEITURA CONTRATO N°56/2021

Publicação N° 3004075

PROCESSO N° 75/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS N° 37/2021

CONTRATO N° 56/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAMENTO DE FAMÍLIA BENEFICIÁRIA DO ALUGUEL SOCIAL.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

CONTRATADA: ANTONIO ROQUE CACHOEIRA

VIGÊNCIA: INÍCIO: 27/04/2021 TÉRMINO: 27/10/2021

VALOR TOTAL: R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 Inciso X, da Lei Federal 8.666/93.

DOTAÇÃO: 107/2021 – Manutenção da Assistência Social e Habitação

Orleans - SC, 27 de Abril de 2021

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO 018/2021**

Publicação N° 3003533

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 018/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA ME (CNPJ sob nº 01.194.890/0001-82).
Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
Vigência: Início 10/02/2021– Término: 10/02/2022
Licitação: Processo Licitatório nº006/2021 - Pregão Eletrônico nº 004/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Recursos: Dotação-
05.01.2.052.3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de recurso: 58 – salário Educação
Complemento do elemento: 3.3.90.30.23.00.00.00
Objeto: Aquisição de máscaras de proteção contra covid-19 para atender professores e alunos da rede municipal de ensino.

EXTRATO CONTRATO 020/2021

Publicação N° 3003554

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 020/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA ME (CNPJ sob nº 01.194.890/0001-82).
Valor: R\$ 181.699,99 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
Vigência: Início 16/02/2021– Término: 16/02/2022
Licitação: Processo Licitatório nº008/2021 - Pregão Eletrônico nº 005/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 40 - Recursos: Dotação- 05.01.2.052.3.3.90.00.00.00.00.00
Fonte de recurso: 58 – salário Educação - Complemento do elemento: 3.3.90.30.23.00.00.00
Objeto: Aquisição de uniformes Escolares para alunos da rede municipal de ensino.
Município de Otacílio Costa/SC, 16 de fevereiro de 2021

EXTRATO CONTRATO 021/2021

Publicação N° 3003548

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 021/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: LMARTINS CONSULTORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA (CNPJ sob nº 33.394.962/0001-21).
Valor: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais) mensais.
Vigência: Início 05/02/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 007/2021 - Inexigibilidade nº 01/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Fonte de recurso: 09 – 3.3.90.00 Aplicações Diretas - 19 – 3.3.90.00 Aplicações Diretas
Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico na área de contabilidade.
Município de Otacílio Costa/SC, 05 de fevereiro de 2021.

EXTRATO CONTRATO 041/2021

Publicação Nº 3003700

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 041/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI (CNPJ sob nº83.052.191/0006-77).

Valor Total: R\$ 42.499,90 (quarenta e dois mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Vigência: Início: 11/03/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório nº15/2021 - Dispensa de Licitação nº 06/2021

Fundamentação Legal: arts. 24, incisos VIII e XXX e artigos 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Recursos: Dotação - 07.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 177 recursos próprios

Complemento do elemento: 3.3.90.39.05.00.00.00

Objeto: Contratação da empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina - EPAGRI, para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.

Otacílio Costa/SC, 11 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATO 042/2021

Publicação Nº 3003711

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 042/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA (CNPJ sob nº 04.629.488/0001-71).

Valor Total: R\$ 13.519,80 (treze mil quinhentos e dezenove reais oitenta centavos).

Vigência: Início: 23/03/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório nº 016/2021 - Dispensa de Licitação nº 007/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inc. II, Lei Federal nº 8.666/1993.

Recursos: Dotação - 34 – 3.3.90.39.77.00.00.00

Objeto: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA FROTA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Otacílio Costa/SC, 23 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATO 043/2021

Publicação Nº 3003722

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 043/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA – EDITORA MANDALA (CNPJ sob o nº 02.593.711/0001-42).

Valor Total: R\$ 15.972,00 (quinze mil novecentos setenta e dois reais).

Vigência: Início: 24/03/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório nº 018/2021 - Dispensa de Licitação nº 009/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inc. II, Lei Federal nº 8.666/1993.

Recursos: Recurso Federal Cota Educação - Secretaria de Educação órgão 05 -Unidade 01; Ensino Fundamental – Projeto Atividade 2018 – Dotação 31; Educação Infantil – Projeto Atividade 2054 – Dotação 52.

Objeto: Aquisição de livros.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATO 051/2021

Publicação N° 3003997

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°.: 051/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (33.645.482/0001-96).

Valor Total: O custo para execução será coberto com o valor arrecadado com as inscrições pagas pelos candidatos.

Vigência: Início: 07/04/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório n° 020/2021 - Dispensa de Licitação n° 010/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inc. XIII, Lei Federal n° 8.666/1993.

Objeto: Prestação de serviços, objetivando a realização de processo seletivo público, para preenchimento de vagas em diversas áreas da administração municipal.

Otacílio Costa/SC, 07 de abril de 2021.

EXTRATO CONTRATO 052/2021

Publicação N° 3004032

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°.: 052/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Armindo Frozza (CNPJ sob n° 75.552.158/0001-73).

Valor: R\$ 410.400,00 (quatro centos e dez mil e quatrocentos reais).

Vigência: Início 08/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório n° 019/2021 - Inexigibilidade n° 02/2021

Fundamentação Legal: art. 25, inc. I da Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 e da Lei 14.039/2020.

Recurso: 30 - 3.3.90.30.49.00.00.00; 134 - 3.3.90.30.49.00.00.00; 106 - 3.3.90.30.49.00.00.00; - 154 - 3.3.90.30.49.00.00.00; 09 - 3.3.90.30.49.00.00.00;

28 - 3.3.90.30.49.00.00.00; 47 - 3.3.90.30.49.00.00.00

Objeto: Aquisição de Blocos de passes para transporte coletivo urbano e para interior do município.

Otacílio Costa/SC, 08 de abril de 2021.

EXTRATO CONTRATO 054/2021

Publicação N° 3004053

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°.: 054/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: JOEL PEREIRA DUARTE (CPF/MF n° 963.930.179-53).

Valor: R\$ 1.402,43(mil quatrocentos e dois reais e quarenta e três centavos) mensais.

Vigência: Início 16/04/2021 Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório n° 023/2021 – Dispensa de Licitação n° 012/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inciso X da Lei n° 8.666/93.

Recurso: Despesa : 40 - Código da Dotação : 05.01.2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 -

Complemento do elemento: 3.3.90.36.15.00.00.00

Objeto: Contrato a locação de imóvel de alvenaria comercial, medindo aproximadamente 121.00 m², de área construída, localizado à Rua Armando Pereira de Souza, n° 92, Bairro Poço Rico, na cidade de Otacílio Costa/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento, do C.A.E. – Centro de Atendimento Educacional do Município de Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 16 de abril de 2021.

EXTRATO CONTRATO 055/2021

Publicação Nº 3004060

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 055/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Sando Fabiano Ávila (CPF nº 863.900.159-68) e Simone Zapelini Ávila (CPF nº 021.748.379-86)

Valor Mensal: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos) reais

Vigência: Início: 16/04/2021 - Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 024/2021 - Dispensa de Licitação nº 013/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93.

Recursos: Despesa- 9 - Código da Dotação : 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 - Complemento do Elemento : 3.3.90.36.15.00.00.00.

Objeto: contrato a locação de imóvel de alvenaria comercial, medindo aproximadamente 144,00m² de área construída, localizado à Rua Avenida Vidal Ramos Junior, nº 245, Bairro Centro Administrativo, na cidade de Otacílio Costa/SC, para fins de estabelecimento e funcionamento de Exatoria (blocos de notas de produtor rural) e realocação do arquivo morto Municipal.

Otacílio Costa/SC, 16 de abril de 2021.

EXTRATO CONTRATOS 026/2021 A 040/2021

Publicação Nº 3003696

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 026/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Nilva do Amarante Coelho (CPF sob nº 015.651.309-95).

Valor: R\$ R\$ 10.702,48 (Dez mil setecentos e dois reais e quarenta e oito centavos)

Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021

Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 027/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Roseli Semann Hoffemann (CPF sob nº 028.144.789-66).

Valor: R\$ 9.801,5272.

Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021

Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.

Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 028/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Marisa de Souza Andrade (CPF sob nº 889.998.159-00).

Valor: R\$ 10.548,0472.

Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. XIII, da Lei 8.666/93 - Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.

Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 029/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: Sivaldo Pereira (CPF sob nº 656.157.199-15).

Valor: R\$ 3.008,30. (Três mil e oito reais e trinta centavos)

Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Art. 24, inc. XIII, da Lei 8.666/93 - Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 030/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Iran Adriane do Nascimento (CPF sob nº 845.887.489-04).
Valor: R\$ 19.604.5753.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 031/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Jair dos Santos (CPF sob nº 741.670.309-34).
Valor: R\$ 4.976,7672.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 032/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Adriana Barbosa da Silva (CPF sob nº 088.685.349-40).
Valor: R\$ 11.655.5678.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 033/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Irma Alves Oliveira (CPF sob nº 304.667.259-49).
Valor: R\$ 13.192,007.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 034/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Kaline Vargas Oliveira (CPF sob nº 889.998.159-00)
Valor: R\$ 19.990,879.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 035/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: . Rosilei do Nascimento (CPF sob nº 015.744.759-67)

Valor: R\$ 7.836,799
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 036/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: . João Paulo Marcelino (CPF sob nº 035.601.109-71)
Valor: R\$ 6.186,80. (Seis mil cento e oitenta e seis reais e oitenta centavos)
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 037/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Fernanda Barbosa da Silva (CPF sob nº 086.765.179-24)
Valor: R\$ 13.661,5672.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº: 038/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Alwina de Souza (CPF sob nº 024.868.059-58)
Valor: R\$ 8.846,2272.
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93 - Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº.: 039/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: Gezieli Barbosa dos Santos (CPF sob nº 038.663.999-01)
Valor: R\$ 3.562,50 (Três mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

Contrato nº: 040/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: João Pedro Oliveira (CPF sob nº 041.732.489-89)
Valor: R\$ 10.659,74 (Dez mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Vigência: Início 29/03/2021– Término: 31/12/2021
Licitação: Processo Licitatório nº 011/2021 - Modalidade: Chamada Pública Nº 02/2021
Fundamentação Legal: Lei 8.666/93.
Despesa: 39 - Recursos: Dotação- 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00 Fonte de recurso: 676 – FNDE Complemento do elemento: 3.3.90.01.01.00.00.
Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.
Otacílio Costa/SC, 29 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATOS 044/2021 A 048/2021

Publicação N° 3003837

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°.: 044/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA.

Contratada: MERCEARIA IDEAL LTDA (CNPJ 01.697.554/0001-52)

Valor Global: 2.025,55 (dois mil e vinte cinco reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório n° 014/2021 - Pregão Eletrônico n° 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93.

Despesa: Despesa: 38 – 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00; 9 – 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00;

56 - 05.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00; 164 – 19.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato n°.: 045/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA.

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD ME (CNPJ n° 07.814.016/0001-87)

Valor Global: R\$ 8.609,20 (oito mil seiscentos e nove reais e vinte centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório n° 014/2021 - Pregão Eletrônico n° 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93.

Despesa: Despesa: 38 – 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00; 9 – 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00;

56 - 05.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00; 164 – 19.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato n°.: 046/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA.

Contratada: COMERCIAL UNIÃO BRASIL LTDA (CNPJ n° 38.199.056/0001-90)

Valor Global: R\$ 5.420,60 (cinco quatrocentos e vinte reais e sessenta centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório n° 014/2021 - Pregão Eletrônico n° 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93.

Despesa: Despesa: 38 – 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00; 9 – 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00;

56 - 05.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00; 164 – 19.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato n°.: 047/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA.

Contratada: COPAL ALIMENTOS LTDA (CNPJ n° 82.900.713/0001-76)

Valor Global: R\$ 820,00 (oitocentos e vinte reais).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório n° 014/2021 - Pregão Eletrônico n° 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93.

Despesa: Despesa: 38 – 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00; 9 – 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00;

56 - 05.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00; 164 – 19.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato n°.: 048/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OTACILIO COSTA.

Contratada: ELZA HELENA DOS SANTOS PETRES (CNPJ n°31.964.770/0001-80)

Valor Global: R\$ 24.567,00 (vinte e quatro mil quinhentos e sessenta e sete reais).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório n° 014/2021 - Pregão Eletrônico n° 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal n° 8.666/93.

Despesa: Despesa: 38 – 05.01.2.042.3.3.90.00.00.00.00.00; 9 – 03.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00.00;

56 - 05.01.2.089.3.3.90.00.00.00.00.00; 164 – 19.01.2.039.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATOS 049/2021 E 050/2021

Publicação Nº 3003897

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 049/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA (CNPJ nº 11.173.405/0001-48)

Valor Total: R\$ 9.000,00 (nove mil) reais.

Vigência: Início: 26/03/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório nº 017/2021 - Dispensa de Licitação nº 008/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Recursos: 106 – 07.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Contrato de rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Otacílio Costa ao CISAMA para custear as despesas de manutenção e operação na perfuração de poços tubulares profundos para captação de água visando o bem-estar social de comunidades urbanas e rurais.

Otacílio Costa/SC, 26 de março de 2021.

Contrato nº.: 050/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA (CNPJ nº 11.173.405/0001-48)

Vigência: Início: 26/03/2021 – Término: 31/12/2021.

Licitação: Processo Licitatório nº 017/2021 - Dispensa de Licitação nº 008/2021

Fundamentação Legal: art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

Recursos: 106 – 07.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: CONTRATO DE PROGRAMA tem por objeto a gestão associada do conjunto dos equipamentos de perfuração de poços artesianos da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca – SAR, constantes no Anexo I, recebidos pelo CISAMA na forma de Cessão de Uso, sua manutenção e operação com o objetivo de perfurar poços tubulares profundos para captação de água visando o bem-estar social de comunidades urbanas e rurais.

Otacílio Costa/SC, 26 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 002/2021 A 006/2021

Publicação Nº 3003505

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 002/2021_FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: MERCEARIA IDEAL LTDA (CNPJ 01.697.554/0001-52)

Valor Global: R\$ 12.992,50 (doze mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 3 – 16.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 003/2021_FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD ME (CNPJ 07.814.016/0001-87)

Valor Global: R\$ 32.767,00 (trinta e dois mil setecentos e sessenta e sete reais).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 3 – 16.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 004/2021_FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACILIO COSTA.

Contratada: COMECIAL UNIÃO BRASIL LTDA (CNPJ nº 38.199.056/0001-90)

Valor Global: R\$ 21.882,40 (vinte e um mil oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 3 – 16.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.
Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 005/2021_FMAS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: COPAL ALIMENTOS LTDA (CNPJ nº82.900.713/0001-76)
Valor Global: R\$ 22.632,40 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).
Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 3 – 16.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.
Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 006/2021_FMAS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OTACILIO COSTA.
Contratada: ELZA HELENA DOS SANTOS PETRES (CNPJ nº 31.964.770/0001-80)
Valor Global: R\$ 51.386,50 (cinquenta e um mil trezentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).
Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 3 – 16.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.
Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 006/2021, 007/2021, 009/2021 A 011/2021

Publicação Nº 3003406

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 006/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: MERCEARIA IDEAL LTDA (CNPJ 01.697.554/0001-52)
Valor Global: R\$ 7.078,44 (sete mil e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: Despesa: 47 – 15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 – 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 – 27 – 15.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades. Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 007/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTD ME (CNPJ nº 07.814.016/0001-87)
Valor Global: R\$ 15.555,44 (quinze mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).
Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 47 – 15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 – 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 – 27 – 15.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.
Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 009/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: COMERCIAL UNIÃO BRASIL LTDA (CNPJ nº 38.199.056/0001-90)
Valor Global: R\$ 5.951,68 (cinco mil novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos).
Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 47 – 15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 – 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 – 27 – 15.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 010/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: COPAL ALIMENTOS LTDA (CNPJ nº 82.900.713/0001-76)

Valor Global: R\$ 5.307,46 (cinco mil trezentos e sete reais e quarenta e seis centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 47 – 15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 – 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 – 27 – 15.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

Contrato nº.: 011/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: ELZA HELENA DOS SANTOS PETRES (CNPJ nº 31.964.770/0001-80)

Valor Global: R\$ 13.353,90 (treze mil trezentos e três reais e noventa centavos).

Vigência: Início: 24/03/2021 - Término: 24/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 014/2021 - Pregão Eletrônico nº 006/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 47 – 15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00 – 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 – 27 – 15.01.2.085.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios Multientidades.

Otacílio Costa/SC, 24 de março de 2021.

EXTRATO CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 012/2021 A 019/2021

Publicação Nº 3003459

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 012/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (CNPJ sob nº. 03.033.589/0001-12)

Valor Global: R\$ 159.800,00 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos reais).

Vigência: Início: 26/03/2021 - Término: 26/03/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 003/2021 – Pregão Eletrônico nº 001/2021_FMS

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 –

Objeto: Aquisição de luvas de procedimento, não cirúrgicas, para utilização nas unidades básicas da secretaria de saúde.

Otacílio Costa/SC, 26 de março de 2021.

Contrato nº.: 013/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ sob nº. 31.905.06/0001-90)

Valor Global: R\$ 56.700,00 (cinquenta e seis mil e setecentos reais).

Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.

Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 014/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ sob nº 81.706.251/0001-98)

Valor Global: R\$ 46.990,00 (quarenta e seis mil e novecentos e noventa reais).

Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022

Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.

Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 015/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES (CNPJ sob nº 03.652.030/0001.70)
Valor Global: R\$ 3.588,00 (três mil quinhentos e oitenta e oito reais).
Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.
Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 016/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ sob nº 28.093.678/0001-85)
Valor Global: R\$ 16.320,00 (dezesesseis mil trezentos e vinte reais).
Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.
Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 017/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME (CNPJ sob nº 12.889.035/0001-02)
Valor Global: R\$ 10.798,80 (dez mil setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).
Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.
Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 018/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (CNPJ sob nº 04.372.020/0001-44)
Valor Global: R\$ 53.299,00 (cinquenta e três mil duzentos e noventa e nove reais).
Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.
Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

Contrato nº.: 019/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES (CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20)
Valor Global: R\$ 4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais).
Vigência: Início: 13/04/2021 - Término: 13/04/2022
Licitação: Processo Licitatório nº 005/2021_FMS - Pregão Eletrônico nº 003/2021
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.
Despesa: 14 – 15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00
Objeto: Aquisição de Medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2021.
Otacílio Costa/SC, 13 de abril de 2021.

EXTRATO DE CONTRATO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 008/2021

Publicação Nº 3003282

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 008/2021_FMS
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.
Contratada: LABORATÓRIO SALDANHA LTDA (CNPJ sob o nº 79.940.383/0002-19)
Valor Global: R\$ 166.666,66 (cento e sessenta e seis seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seus centavos).
Vigência: Início: 31/03/2021 - Término: 31/12/2021
Licitação: Chamamento Público nº 001/2021_FMS - Credenciamento nº 001/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: Dotação-15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 - Dotação-15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e entrega de exames clínicos, do Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Exames de Patologia Clínica, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, bem como, realização de exames para Covid-19. Otacílio Costa/SC, 31 de março de 2021.

EXTRATOS DE CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 001/2021 A 002/2021

Publicação Nº 3003199

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 001/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: CLINI SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ N ° 11.034.545/0001-35).

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) por mês.

Vigência: Início: 15/02/2021 - Término: 31/08/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 001/2021_FMS - Dispensa de Licitação nº 001/2021

Fundamentação Legal: art. 4 da Lei nº 13.979/2020.

Despesa: Dotação-15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 - Dotação-15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos, que serão realizados na pessoa do profissional Dr. Rafael Steffen Antunes (CRM/SC 16105), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento ao COVID 19. Otacílio Costa/SC, 15 de fevereiro de 2021.

Contrato nº.: 002/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: A&V SERVIÇOS MÉDICOS LTDA (CNPJ N ° 24.149.659/0001-72).

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) por mês.

Vigência: Início: 15/02/2021 - Término: 31/08/2021

Licitação: Processo Licitatório nº 001/2021_FMS - Dispensa de Licitação nº 001/2021

Fundamentação Legal: art. 4 da Lei nº 13.979/2020.

Despesa: Dotação -15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 - Dotação-15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos, que serão realizados na pessoa do profissional da Dra. Flavia Abreu Burigo Antunes (CRM/SC 29783), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no enfrentamento ao COVID 19. Otacílio Costa/SC, 15 de fevereiro de 2021.

EXTRATOS DE CONTRATOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 003/2021 A 004/2021

Publicação Nº 3003275

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº.: 003/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: EXADI – LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA (CNPJ N ° 08.321.856/0001-70).

Valor Global: R\$ 166.666,66 (cento e sessenta e seis seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e seus centavos).

Vigência: Início: 26/02/2021 - Término: 31/12/2021

Licitação: Chamamento Público nº 001/2021_FMS - Credenciamento nº 001/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: Dotação-15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 - Dotação-15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e entrega de exames clínicos, do Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Exames de Patologia Clínica, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM)", disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, bem como, realização de exames para Covid-19. Otacílio Costa/SC, 26 de fevereiro de 2021.

Contrato nº.: 004/2021_FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACILIO COSTA.

Contratada: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS – LABCLIN (CNPJ sob o nº 08.361.835/0001-89)

Valor Global: R\$ 166.666,66 (cento e sessenta e seis seiscientos e sessenta e seis reais e sessenta e seus centavos).

Vigência: Início: 26/02/2021 - Término: 31/12/2021

Licitação: Chamamento Público nº 001/2021_FMS - Credenciamento nº 001/2021

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Despesa: Dotação-15.01.2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 - Dotação-15.01.2.057.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto: Prestação de serviços de coleta, realização e entrega de exames clínicos, do Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade Diagnóstica; Sub Grupo 02 - Exames de Patologia Clínica, discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, bem como, realização de exames para Covid-19. Otacílio Costa/SC, 26 de fevereiro de 2021.

PREGÃO 015/2021 - HORAS MÁQUINAS

Publicação Nº 3004614

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021**

O MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 75.326.066/0001-75, com sede na Av. Vidal Ramos Junior, 228, na cidade de Otacílio Costa – SC, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo objeto é a “Contratação de empresa prestadora de serviços de horas máquina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital, no Termo de Referência (ANEXO I) e na Relação de Itens (ANEXO II).” A sessão de disputa ocorrerá no dia 14/05/2021. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico: www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO. A pasta técnica, com o inteiro teor do Edital, poderá ser examinada no endereço supramencionado a partir do dia 28 de abril de 2021, nos endereços eletrônicos: <http://www.bll.org.br> e <http://www.otaciliocosta.sc.gov.br>. Otacílio Costa/SC, 27 de abril de 2021. ROVENI DE LURDES HAMANN – Pregoeira.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA**PORTARIA 11/2021**

Publicação Nº 3003300

PORTARIA Nº 11, de 22/03/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal LUIZA PASSOLD DA SILVA, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 22 de Março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

Presidente IPAM

PORTARIA 12/2021

Publicação Nº 3003319

PORTARIA Nº 12, de 22/03/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 02/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal SANDRA DERLI DA COSTA DE SOUZA, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 22 de Março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

Presidente IPAM

PORTARIA 13/2021

Publicação N° 3003323

PORTARIA N° 13 de 22/03/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal ELIANE COELHO DE SOUZA PEREIRA, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 22 de Março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

Presidente IPAM

PORTARIA 14/2021

Publicação N° 3003327

PORTARIA N° 14 de 22/03/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal SANDRA NUNES COELHO ZUCHINALLI, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 22 de Março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

Presidente IPAM

PORTARIA 15/2021

Publicação N° 3003328

PORTARIA N° 15 de 22/03/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal NEUSI MADALENA MASSELA, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 22 de Março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

Presidente IPAM

PORTARIA 16/2021

Publicação N° 3003329

PORTARIA N° 16/2021

CONCEÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE do segurado falecido JOSÉ BOIMA, RG nº 869747 e CPF nº 249.905.669-04, à sua dependente JUÇARA MARIA HERAT, RG nº 1111326 e CPF nº 418.076.509-87, na qualidade de companheira, tendo em vista o óbito ocorrido em 17/12/2020, conforme certidão de óbito Matrícula 150326 01 55 2020 4 00007 128 0002522 10 juntada aos autos.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data do óbito, 17/12/2020.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 23 de março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 17/2021

Publicação N° 3003345

PORTARIA N° 17/2021

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - PAULINEIA MACHADO SOUZA, brasileira, casada, portadora do RG sob o nº 1.758.108-7 e inscrito no CPF sob o nº 670.444.769/53, nomeado pela portaria nº 113/90, ocupante do cargo de TELEFONISTA, lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, portador da matrícula sob o nº 786, e inscrita no PIS 1.702.658.998-7, de acordo com o Art. 3º da EC 47/05 – Fórmula 85/95, o art. 16, §3º da Lei complementar 44/2003 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração.

Art. 2º Fixar provento de aposentadoria no valor de 2.806,27 (dois mil e oitocentos e seis reais e vinte e sete centavos) da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO (DISCRIMINAR REMUNERAÇÃO)	Percentual	VALOR
Vencimento	100%	R\$ 2.054,01
Triênio	100%	R\$ 308,10
Adicional Incorporação	100%	R\$ 419,43
Adicional Progressão	100%	R\$ 24,73
Total dos Proventos		R\$ 2.806,27

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 30 de março de 2021.

ROSA MOSER PINTO

PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 18/2021

Publicação N° 3003347

PORTARIA N° 18/2021

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - MARIA SONARA AMANCIO, brasileira, casada, portadora do RG sob o nº 2184254 e inscrita no CPF sob o nº 690.934.829-04, nomeada pela portaria nº 108/90, ocupante do cargo de TELEFONISTA, lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, portador da matrícula sob o nº 498, e inscrita no PIS 1.702.658.116-1, de acordo com o Art. 3º da EC 47/05 – Fórmula 85/95, o art. 16, §3º da Lei complementar 44/2003 - Provento Integral - Com Paridade, Última Remuneração.

Art. 2º Fixar provento de aposentadoria no valor de 2.806,27 (dois mil e oitocentos e seis reais e vinte e sete centavos) da seguinte forma:

DENOMINAÇÃO (DISCRIMINAR REMUNERAÇÃO)	Percentual	VALOR
Vencimento	100%	R\$ 2.054,01
Triênio	100%	R\$ 308,10
Adicional Incorporação	100%	R\$ 419,43
Adicional Progressão	100%	R\$ 24,73
Total dos Proventos		R\$ 2.806,27

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 30 de março de 2021.

ROSA MOSER PINTO
PRESIDENTE DO IPAM

PORTARIA 19/2021

Publicação N° 3003350

PORTARIA N° 19 de 26/04/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal SUELI TEREZINHA DE SOUZA WOLNIEWICZ, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 26 de Abril de 2021.

ROSA MOSER PINTO
Presidente IPAM

PORTARIA 20/2021

Publicação N° 3003354

PORTARIA N° 20 de 26/04/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 07/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal MARISA EGER, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 26 de Abril de 2021.

ROSA MOSER PINTO
Presidente IPAM

PORTARIA 21/2021

Publicação N° 3003358

PORTARIA N° 21 de 26/04/2021

ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2021

A Presidente do IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar irregularidade na concessão de aposentadoria especial de professor da servidora Pública Municipal WALDIRENE VALIM, por ausência de comprovação do tempo mínimo de 25 anos em funções de magistério, contrariando o art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal;

Parágrafo único: Que durante o processo seja garantido à interessada o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa conforme previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal.

P.R.I.

Otacílio Costa, 26 de Abril de 2021.

ROSA MOSER PINTO
Presidente IPAM

Paial

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO PNEUS

Publicação Nº 3003892

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, torna público que REVOGOU o Processo de Licitação 034/2021, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de pneus novos a fim de realizar adequações nos termos edital. O aviso de revogação se encontra disponível no site www.paial.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 34510045. Paial-SC, 27 de Abril de 2021.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2021 CONCERTO DE BRITADOR

Publicação Nº 3003516

EXTRATO DE DISPENSA LICITAÇÃO N.º 010/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PAIAL – SC

Contratado: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS - CNPJ Nº 02.873.674/0001-26

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CONCERTO DE BRITADOR MÓVEL DO MUNICÍPIO DE PAIAL/SC

Dotação Orçamentária:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	154	07.03.2.032	00	3.3.90.00.00.00	Do Exercício

Valor total: R\$ 11.108,71 (onze mil cento e oito reais com setenta e um centavos).

Vigência: 120 DIAS E, EXECUÇÃO 10 Dias.

Fundamento: Artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

Foro: Comarca de Itá Estado de Santa Catarina.

NEVIO ANTONIO MORTARI

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

Paial/SC 27 de abril de 2021

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 106/2021

Publicação Nº 3004640

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 106/2021

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Drenagem parcial da Rua Arcanjo Cândido da Silva, Bairro Praia de Fora – Palhoça/SC.

Abertura: 14/05/2021 às 14h00min.

Local da retirada do Edital e Anexo: www.palhoca.atende.net

Palhoça, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO 107/2021

Publicação Nº 3004881

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 107/2021

Objeto: Aquisição de veículo tipo furgão original de fábrica, adaptado para ambulância SIMPLES REMOÇÃO, zero km, ano/modelo 2021/2021, fabricação Nacional ou Nacionalizados, cor branco, para transferência de pacientes, conforme especificação contida nos anexos.

Abertura: 14/05/2021 às 9h.

Local da retirada do Edital e Anexos: www.palhoca.sc.gov.br

Palhoça, 28 de abril de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 134/2021 - CONTRATO Nº 138/2019

Publicação Nº 3003312

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 134/2021

Termo de Aditamento – Prazo

ESPÉCIE: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de Locação nº 138/2019, firmado em 01/07/019, com a Sra. VALSI VOIGT.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula III, do Contrato de Locação nº 138/2019, sendo o prazo de vigência com início em 01/07/2021 até 30/06/2022, com valor mensal de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) mensais. O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 138/2019. As demais cláusulas pactuadas no Contrato nº 138/2019, permanecem inalteradas.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 106/2019.

DATA: 16/04/2021.

Signatários: pelo Contratante,

FLÁVIO MARTINS

Secretário Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura.

Pela Contratada,

VALSI VOIGT.

PORTARIA 34/2021

Publicação Nº 3004660

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 34 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010.

Considerando o memorando nº 32.629/2021 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE



Art. 1º - Designar ROSI MARIA VARELLA, matrícula nº 800786; MILENE THEODOROVICZ, secretária, matrícula nº 210687; e KARLA DA SILVA DUTRA, vogal, matrícula nº 401957 para, sob presidência da primeira, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar visando à apuração de eventuais responsabilidades administrativas descritas no Processo nº 10877/2021.

Art. 2º – Estabelecer, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Art. 3º - A não conclusão do Processo Administrativo Disciplinar no prazo, não determinará nulidade, salvo prejuízo ao servidor.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

RESULTADO PREGÃO Nº 085/2021

Publicação Nº 3003873

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 085/2021

Objeto: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos – SESP, através de Registro de Preços. Menor Preço por item.

TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP: Itens 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14.

Valor Total Adjudicado: R\$ 155.200,00 (cento e cinq-enta e cinco mil e duzentos reais);

PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME: Itens 01, 02, 03, 04 e 05.

Valor Total Adjudicado: R\$ 139.060,00 (cento e trinta e nove mil e sessenta reais);

Maiores informações: Setor de Licitações da Prefeitura, www.palhoca.sc.gov.br, cplpalhoca@gmail.com, (48) 3220-0300 ramais 1733 ou 1804.

Palhoça, 27 de abril de 2021.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

ATA COMPLEMENTAR. PREGÃO ELETRÔNICO N. 02/2021

Publicação Nº 3004652

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Complementar Nº 1

Nº 00002/2021

Às 16:10 horas do dia 27 de abril de 2021, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 78/2021 de 18/03/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 4, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00002/2021. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada nos serviços de vigilância patrimonial desarmada, diurna e noturna, a ser executado nas dependências e instalações da Câmara Municipal de Palhoça - CMP, conforme Anexo I Termo de Referência do Edital., tendo em vista Retorno à fase de julgamento após decisão de recurso..

Item: 1 – GRUPO 1

Descrição: Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12 Horas Diurnas - 2ª a Domingo

Descrição Complementar: Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -12 horas diurnas - 2ª a domingo

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1 Unidade de fornecimento: Posto

Valor Estimado: R\$ 124.977,0000 Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Aceito para: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., pelo melhor lance de R\$ R\$ 105.960,0000.

Item: 2 – GRUPO 1

Descrição: Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12H Noturnas - 2ª a Domingo Descrição Complementar: Prestação de serviço de vigilância e segurança - orgânica -12h noturnas - 2ª a domingo

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1 Unidade de fornecimento: Posto

Valor Estimado: R\$ 144.560,0400 Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 10,00

Aceito para: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, pelo melhor lance de R\$ 124.673,0000.

Relação de Grupos

GRUPO 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 269.537,0400 Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aceito para: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, pelo melhor lance de R\$ 230.633,0000.

Itens do grupo:

1 - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12 Horas Diurnas - 2ª a Domingo

2 - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12H Noturnas - 2ª a Domingo

Empresas Participantes

12.286.635/0001-86 DINAMUS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA

11.933.418/0001-78 SEGPLUS - SISTEMAS DE SEGURANCA – EIRELI

04.629.488/0001-71 KHRONOS SEGURANCA PRIVADA LTDA

10.364.152/0001-27 LINCE – SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.

14.576.552/0001-57 ORBENK SERVICOS DE SEGURANCA LTDA

82.949.652/0001-31 ONDREPSB-SERVICO DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA

09.813.930/0001-39 PATRIA SEGURANCA EIRELI

79.929.774/0001-51 VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI

05.449.286/0001-00 SUL BRASIL SEGURANCA PRIVADA – EIRELI

79.894.168/0001-48 VIGILANCIA TRIANGULO LTDA

83.930.214/0001-94 ORCALI SERVICOS DE SEGURANCA LTDA.

03.229.363/0002-72 BETRON TECNOLOGIA EM SEGURANCA LTDA

77.998.912/0008-03 MASTER VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA

17.564.726/0001-50 WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI

92.966.571/0003-65 EPAVI VIGILANCIA LTDA

08.282.615/0002-40 INTERSEPT SEGURANCA LTDA

92.653.666/0002-48 SELTEC VIGILANCIA ESPECIALIZADA LTDA

87.134.086/0002-04 MOBRA SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA

Observações

Item: 1 - GRUPO 1 - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12 Horas Diurnas - 2ª a Domingo.

Recusa da proposta. Fornecedor: DINAMUS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ/CPF: 12.286.635/0001-86, pelo melhor lance de R\$ 104.700,0000. Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação (atestado de capacidade técnica) conforme edital.

Recusa da proposta. Fornecedor: WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 17.564.726/0001-50, pelo melhor lance de R\$ 104.800,0000. Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação (atestado de capacidade técnica) conforme edital.

Recusa da proposta. PATRIA SEGURANCA EIRELI, CNPJ/CPF: 09.813.930/0001-39, pelo melhor lance de R\$ 105.959,0000 Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação item 9.15, conforme já exposto em decisão de recurso.

Aceite individual da proposta. Fornecedor: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ/CPF: 10.364.152/0001-27, pelo melhor lance de R\$ 105.960,0000.

Item: 2 - GRUPO 1 - Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança - Orgânica -12H Noturnas - 2ª a Domingo.

Recusa da proposta. Fornecedor: DINAMUS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ/CPF: 12.286.635/0001-86, pelo melhor lance de R\$ 104.700,0000. Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação (atestado de capacidade técnica) conforme edital.

Recusa da proposta. Fornecedor: WG TERCEIRIZACAO E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 17.564.726/0001-50, pelo melhor lance de R\$ 104.800,0000. Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação (atestado de capacidade técnica) conforme edital.

Recusa da proposta. PATRIA SEGURANCA EIRELI, CNPJ/CPF: 09.813.930/0001-39, pelo melhor lance de R\$ 124.639,0000 Motivo: Empresa não juntou documentação necessária para a habilitação item 9.15, conforme já exposto em decisão de recurso.

Aceite individual da proposta. Fornecedor: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ/CPF: 10.364.152/0001-27, pelo melhor lance de R\$ 124.673,0000.

Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ/CPF: 10.364.152/0001-27

Aberto prazo para intenção de recurso: 27/04/2021, às 16:29:59.

Fechamento do prazo para intenção de recurso: 27/04/2021, às 17:01:00.

Intenções de Recurso para o Grupo:

Motivo Intenção: REGISTRAMOS A INTENÇÃO COM RELAÇÃO A INABILITAÇÃO DA EMPRESA PÁTRIA SEGURANÇA

Motivo Aceite ou Recusa: A decisão de inabilitação da referida empresa já foi analisada em decisão de recurso e devidamente publicada. Além disso, tal pedido não se encontra devidamente motivado.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:08 horas do dia 27 de abril de 2021, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Esta ata, com os lances ofertados e as mensagens trocadas via chat, pode ser lida em sua íntegra no sítio eletrônico https://www.cmp.sc.gov.br/camara/conteudo/Pregao-Eletronico/Licitacoes/1/2021/1329#lista_texto_news.

DELEON DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

MARCIANO NICOLAU DE MATOS
Equipe de Apoio

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2021

Publicação Nº 3004773

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2021.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 05/2021.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços de natureza contínua de impressão, cópia e digitalização de documentos, compreendendo a cessão de direito de uso de equipamentos, incluindo configuração e suporte técnico, fornecimento de peças e consumíveis, instalação, manutenção dos equipamentos, servidor de impressão, softwares, dentre outros itens necessários que compõem a solução, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, nomeada pela Portaria n. 78/2021, no exercício de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 10 de maio de 2021, às 14h, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br, – Pregão Eletrônico para a contratação de empresa especializada nos serviços de natureza contínua de impressão, cópia e digitalização de documentos.

O edital em sua íntegra pode ser obtido no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>, no Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br ou diretamente na Sede da Câmara de Palhoça, no endereço Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC das 13 às 18 horas.

Palhoça, 27 de abril de 2021.

Deleon de Sousa
Pregoeiro

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021**

Publicação Nº 3003790

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 60/2021. Pregão Presencial 74/2021 - Partes: MUNICÍPIO DE
 PALHOÇA e a empresa: **PARTNER TECNOLOGIA EIRELI**.
 OBJETO: Aquisição de materiais de informática e outros para
 suprir as necessidades do Setor de Informática e demais
 Unidades da Rede Municipal de Saúde de Palhoça.
 DATA: 27/04/2021 a 26/04/2022.

Nome da Empresa: PARTNER TECNOLOGIA EIRELI				CNPJ: 33.643.773/0001-45	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Monitor. Frequência: 60Hz, tamanho de Tela Mínimo: 19,5", tipo de Tela: LCD LED, resolução Mínima: 1600 x 900, tempo de Resposta: 5ms, brilho: 250 CD/m2, contraste: 1.000:1, Certificados de emissão Energy Star 6.1, TCO Displays 5.0, RoHS, EPEAT Gold, conexões DVI: 01 Conexões VGA: 01					
4	20,00	UN	LENOVO E2002B	R\$730,0000	R\$14.600,0000
Especificação: Placa Mãe: Suportar MEMÓRIA RAM 2 DDR4 até 32GB de 2666; Áudio Channel HD; Suportar processador indicado no kit; Proteção dos componentes contra variações na energia; Interface: 4x portas USB 3.1 Gen 1, 6x portas USB 2.0/1.1, porta HDMI e porta VGA; Armazenamento: 1x M.2 Socket 3 com M Key - 4 SATA III; Slot de expansão: 1x PCIe 3.0/2.0 x16, 1x PCIe 3.0 x1; Lan: Gigabit LAN; BIOS: 128 Mb Flash ROM, UEFI AMI BIOS, PnP, SM BIOS 3.1, ACPI 6.1, Multi-language. Processador: De fabricação 14nm; Conjunto de instruções 64-bits; Número de núcleos 4; Tecnologia de virtualização Intel; Threads de 4; Canais de memória dual-channel; TDP com 65W; Cache L3 com 6MB; Clock de até 4,2 GHz; Memórias suportadas DDR4; PCI Express 3.0; Canais PCI Express x16; Vídeo Integrado Monitores suportados 3, Clock de 1050MHz, DirectX 12; acompanhar cooler; Memória RAM de 4GB DDR4 2133Mhz até 2666Mhz					
5	10,00	UN	NTC Core i3-9100F	R\$1.625,0000	R\$16.250,0000
Especificação: Teclado para computador , ABNT2, conexão USB com fio, com no mínimo 107 teclas, na cor preto. Garantia de no mínimo 1 ano.					
9	100,00	UN	KMEX KB3628U00010B0X	R\$33,0000	R\$3.300,0000
Valor Total (trinta e quatro mil e cento e cinquenta reais)					R\$34.150,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA IPPA Nº 034/2021**

Publicação Nº 3003984



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

PORTARIA Nº 034/2021

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 1º, Inciso III, "a" c/c §5º da CF, art. 22 c/c §3º da Lei Municipal nº 1.320/2001 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04, c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019 e declara a vacância do cargo público da servidora **Andrea da Rosa da Silva**.

Alberto Prim, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos Art. 40, § 1º, Inciso III, "a" c/c §5º da CF, Art. 22 c/c §3º da Lei Municipal nº 1.320/2001 e do art. 1º da Lei Federal nº 10887/04, c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019 a servidora **Andrea da Rosa da Silva**, detentora da matrícula funcional nº 801853-06, inscrita no CPF sob o nº 693.681.209-00 e no PIS/PASEP sob o nº 123.041.691-14, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor da Educação Infantil – **Nível: DOC 3 - Letra: D**, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, 15 de abril de 2021

ALBERTO

PRIM:45968713968

Alberto Prim

Presidente do IPPA

Assinado de forma digital por

ALBERTO PRIM:45968713968

Dados: 2021.04.15 15:27:22

-03'00'

ANDREA MARA HARGER

LUCKMANN

PLETICOS:70742723968

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos

Técnico Previdenciário

Matrícula 300169-01

Assinado de forma digital por ANDREA MARA HARGER LUCKMANN
PLETICOS:70742723968
DN: cn=IB, ou=IP-Brazil, ou=Presencial, ou=0533480000191,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF A3,
Serial=00000000, cn=ANDREA MARA HARGER LUCKMANN
PLETICOS:70742723968
Dados: 2021.04.16 15:32:00 -03'00'

IPPA/mtbf

PORTARIA IPPA Nº 035/2021

Publicação Nº 3003980



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

PORTARIA Nº 035/2021

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019 e declara a vacância do cargo público da servidora **Fabiana dos Anjos Pires**.

Alberto Prim, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019, a servidora **Fabiana dos Anjos Pires**, detentora da matrícula funcional nº 800193-02, inscrita no CPF sob o nº 645.853.289-4 e no PIS/PASEP sob o nº 1.704.126.343-4, lotada no Gabinete do Prefeito, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, **Nível:** ANMAA 2, **Letra:** G, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 15 de abril de 2021.

ALBERTO

PRIM:45968713968

Alberto Prim

Presidente do IPPA

Assinado de forma digital por

ALBERTO PRIM:45968713968

Dados: 2021.04.15 15:28:00

-03'00'

ANDREA MARA HARGER

LUCKMANN

PLETICOS:70742723968

Andrea Mara H. Luckmann Pléticos

Técnico Previdenciário

Matrícula 300169-01

Assinado de forma digital por ANDREA MARA HARGER
LUCKMANN PLETICOS:70742723968
DN: c=BR, ou=CP, ou=Prefeitura, ou=05334890000191,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF,
AL, ou=sem brancos, cn=ANDREA MARA HARGER LUCKMANN
PLETICOS:70742723968
Dados: 2021.04.16 15:30:52 -03'00'

IPPA/mtbf

RUA EMELINE MATILDES CRUSMANN SCHEIDT, 100 – CENTRO - PALHOÇA – CEP:88 130-290
FONE/FAX:3286-5845/3286.5806 - CGC: 04.816.835/0001-75 – e-mail- ippa@ippa.sc.gov.br

PORTARIA IPPA Nº 039/2021

Publicação Nº 3004028



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO I

PORTARIA Nº 039/2021

Concede pensão por morte, em caráter integral ao Sr. **João Batista da Silva**, dependente presumido da servidora inativa falecida, **Laurete Maria da Silva**, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019 e dá outras providências.

Alberto Prim, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c art. 36, inc. II da EC 103/2019, e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001 ao senhor **João Batista da Silva**, inscrito no CPF nº 417.233.419-91 e portador do RG nº 399.078, dependente presumido da servidora inativa segurada do IPPA **Sra. Laurete Maria da Silva**, aposentada no cargo de Agente Administrativo Auxiliar- **NIVEL: ANF/A-1 - LETRA: "G"**, falecida em 25/03/2021.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida a servidora falecida, nos termos da Portaria nº 017/2013, retificada por meio da Portaria nº 048/2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 25/03/2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 23 de abril de 2021.

ALBERTO
PRIM:459687139
68

Alberto Prim
Presidente do IPPA

Assinado de forma digital por
MARIA TEREZINHA BROERING
FERNANDES:62647628904
Maria Terezinha Broering Fernandes
Técnico Previdenciário
Matricula 300155-01

RUA EMELINE MAILDES CRUSMANN SCHEIDT, 100 - FONE/FAX: 32865845/32865806- CEP: 88 130-290
CNPJ: 04.816/835/0001-75 - E-mail: ippa@ippa.sc.gov.br

PORTARIA IPPA Nº 040/2021

Publicação Nº 3004025



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO I

PORTARIA Nº 040/2021

Concede pensão por morte, em caráter integral, a dependente presumida do servidor inativo falecido, do Tesouro Municipal, Sr. **José Bernardino da Rosa**, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c art. 36, inciso II da EC 103/2019 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001.

Alberto Prim, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabeleceu as pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, c/c art. 36, inciso II da EC 103/2019, do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, a senhora **JUDITH MARIA DA ROSA**, inscrita no CPF nº 009.667.489-05 e portadora do RG nº 2.049.119, dependente presumida do servidor inativo do Tesouro Municipal, **Sr. José Bernardino da Rosa**, aposentado no cargo de Artífice, **Nível:** ANF-B-2, **Letra:** B, falecido em 26/03/2021.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 2º, inciso I da Lei Federal nº 10887/04, correspondente a 100% (cem por cento) do valor dos proventos de aposentadoria percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA, nos termos do art. 3º, § 2º da Lei nº 2.971/2008.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a Aposentadoria Por Idade proporcional, concedida ao servidor falecido, nos termos da Portaria nº 1710/1996, retificada por meio das Portarias nº 1710/1996 e 005/2011.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 26/03/2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça/SC, em 23 de Abril de 2021.

ALBERTO
PRIM:45968713968

Assinado de forma digital por
ALBERTO PRIM:45968713968
Dados: 2021.04.27 14:37:44
+03'00'

Alberto Prim
Presidente do IPPA

Assinado de forma digital por THIAGO
PEDRO DA ROSA:05200569907

Thiago Pedro da Rosa
Técnico Previdenciário
Matrícula 900049

IPPA/tp

RUA EMELINE MAILDES CRUSMANN SCHEIDT, 100 - FONE/FAX: 3286-5845/3286-5806- CEP: 88 130-290
CNPJ: 04.816.835/0001-75 -

Palma Sola

PREFEITURA

ATA DO CREDENCIAMENTO Nº. 05 - DROGARIA E FARMÁCIAS - FARMÁCIA D & L LTDA

Publicação Nº 3004086

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 27/2021
INEXIGIBILIDADE Nº.06/2021
CREDENCIAMENTO Nº 05/2021

Ata da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pelo Portaria nº 001, de 04/01/2021, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Palma Sola, SC, sito a Rua Francisco Zanotto, nº 600, centro, no dia 19 de março de 2021 as 10:00hs para fazer a avaliação da documentação referente ao credenciamento para aquisição de medicamentos éticos e genéricos, destinados a pacientes em condição vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos urgentes, ainda aqueles concedidos por ordem judicial e/ ou de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmácia Básica – e/ou constantes na relação Municipal de medicamentos essenciais - REMUME. Os valores serão os constantes na tabela ABCFARMA e o valor total após aplicada a margem de comercialização, conforme anexo c do edital relativo ao credenciamento originário desta ata. Nesta data a Comissão protocolou os envelopes e avaliou a documentação da proponente a seguir nominada: Farmácia D & L LTDA (Farmácia brasil Poupa Lar), pessoa jurídica inscrita no CNPJ, sob nº.08.453.731/0001-02, sito a Av. José Follador, nº. 932, sala 03, centro, CEP:89.985-000, Palma Sola SC, representada neste ato por seu sócio administrador Alexandre Luis Franck, portadora do CPF nº. 087.380.119-99. Analisados os documentos apresentados a Comissão, foi verificado que a empresa nominada anteriormente, apresentou toda a documentação em conformidade com o previsto no edital, sendo declarado credenciado a prestar os serviços através da responsável Técnica/farmacêutica Sra. Juliana Welter, portadora do CPF nº. 066.371.509-16, RG nº. 94307643, inscrita no CRF nº. 17.578/SC. Por se tratar de um processo de credenciamento fica em aberto, para os demais fornecedores do ramo pertinente que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 31/12/2021.

Palma Sola, 19 de março de 2021.

Marines Fatima Sansigolo
Presidente da Comissão de Licitações

----- Marcos Alberto Vivian Membro da Comissão ----- Douglas Fernando Ribeiro Membro da Comissão ----- Farmácia D & L LTDA (Farmácia brasil Poupa Lar) CNPJ, sob nº.08.453.731/0001-02 Alexandre Luis Franck CPF nº. 087.380.119-99 Credenciado	
--	--

ATA DO CREDENCIAMENTO Nº. 05/2021 - DROGARIAS E FARMÁCIAS - CASSOL

Publicação Nº 3004093

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 27/2021
INEXIGIBILIDADE Nº.06/2021
CREDENCIAMENTO Nº 05/2021

Ata da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pelo Portaria nº 001, de 04/01/2021, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Palma Sola, SC, sito a Rua Francisco Zanotto, nº 600, centro, no dia 19 de abril de 2021 as 14:00hs para fazer a avaliação da documentação referente ao credenciamento para aquisição de medicamentos éticos e genéricos, destinados a pacientes em condição vulnerabilidade, pacientes graves e nos casos urgentes, ainda aqueles concedidos por ordem judicial e/ ou de uso excepcional, os quais não estejam disponíveis na Secretaria Municipal de Saúde – Assistência Farmácia Básica – e/ou constantes na relação Municipal de medicamentos essenciais - REMUME. Os valores serão os constantes na tabela ABCFARMA e o valor total após aplicada a margem de comercialização, conforme anexo c do edital relativo ao credenciamento originário desta ata. Nesta data a Comissão protocolou os envelopes e avaliou a documentação da proponente a seguir nominada: Luiz A. Cassol & Cia Ltda (Farmácia Cassol) pessoa jurídica inscrita no CNPJ,

sob nº.83.835.983/0001-03, sito a Av. Crestani, nº. 180, centro, CEP:89.985-000, Palma Sola SC, representada neste ato por seu sócio administrador Luiz Antonio Cassol, portadora do CPF nº. 053.989.519-98.

Analizados os documentos apresentados a Comissão, foi verificado que a empresa nominada anteriormente, apresentou toda a documentação em conformidade com o previsto no edital, sendo declarado credenciado a prestar os serviços através do responsável Técnico/farmacêutico Sr. Luiz Antonio Cassol, portador do CPF nº. 053.989.519-98, RG nº.3.526.481, inscrita no CRF nº. 10522/SC. Por se tratar de um processo de credenciamento fica em aberto, para os demais fornecedores do ramo pertinente que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 31/12/2021.

Palma Sola, 19 de abril de 2021.

Marines Fatima Sansigolo
Presidente da Comissão de Licitações

----- Marcos Alberto Vivian Membro da Comissão ----- Douglas Fernando Ribeiro Membro da Comissão ----- Luiz A. Cassol & Cia Ltda (Farmácia Cassol) CNPJ: 83.835.983/0001-03, Luiz Antonio Cassol CPF nº. 053.989.519-98 Credenciado	
--	--

DECRETO 134/2021

Publicação Nº 3004479

Decreto 134/2021, de 27 de abril de 2021.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providencias.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2082/2020, de 12 de novembro de 2020

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
2078 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Defesa Civil
01000100 Recursos ordinários
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99.099 Reserva de Contingência
2054 Reserva de Conitngência
01000100 Recursos Ordinários
3.9.9.99.00.00.00.00.00 Reserva de Contingência R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.
Elizete T. Vissoto.
Secretária de Planejamento.

DECRETO 135/2021

Publicação Nº 3004483

Decreto 135/2021, de 27 de abril de 2021.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2082/2020, de 12 de novembro de 2020

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.511,68 (dezenove mil, quinhentos e onze reais e sessenta e oito centavos) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.004 Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB
2090 Estação de Tratamento de Esgoto
03000100 Recursos Ordinários
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 7,253,38
2089 Manutenção da Estação de Distribuição de Água Rural
03000100 Recursos Ordinários
3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 11.988,23

Art. 2º para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto.
Secretária de Planejamento.

DECRETO 136/2021

Publicação Nº 3004487

Decreto 136/2021, de 27 de abril de 2021
Determina a Supressão de árvore em local público e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:
Art. 1º. Fica autorizado o Poder Público Municipal através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a executar a supressão de 04 (quatro) árvores *Peltophorumdubium* (Leguminosae – Caesalpinioideae), nome popular Canafistula, nos canteiros centrais da Avenida Crestani e Rua João, de propriedade da Prefeitura Municipal de Palma Sola, por ser uma espécie de grande envergadura e que demanda de locais com mais espaço, para que não afete os equipamentos urbanos, haja vista a readequação dos meios fios e monitoramento via Defesa Civil de que essas espécies em eventos climáticos adversos possam acarretar risco a vida e ao patrimônio público e privado

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Palma Sola SC, 27 de abril de 2021

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

LEI 2092/2021

Publicação Nº 3003502

Lei 2092/2021, de 27 de abril de 2021.

Dispõe Sobre o Auxílio Financeiro à Novas Indústrias que se Instalarem no Município, Objetivando a Geração de Emprego e Renda, no Município de Palma Sola e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica instituído por esta Lei, a isenção ao pagamento do primeiro Alvará de localização e Funcionamento e o auxílio financeiro com o pagamento de aluguéis para empresas, sendo industriais e ou facções de indústrias, incentivando novas oportunidades de trabalho, fomento ao desenvolvimento, com instalação de novas empresas, objetivando assegurar a geração de novos empregos e renda, incremento do Movimento Econômico, do Município de Palma Sola - SC.

§ 1º. Caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoamento para consumo e os serviços a estes vinculados através de facção de indústria.

§ 2º. Enquadram-se nesta Lei, as empresas industriais e ou de facção têxtil/confecções de indústria, que se instalarem no Município de Palma Sola - SC, e que, comprovadamente não possuem local próprios e dependem do pagamento de aluguel para suas atividades.

Art. 2º. Serão beneficiados com auxílio financeiro de aluguel de que trata esta Lei, as novas empresas industriais que se instalarem no território do Município de Palma Sola - SC, observados os requisitos desta Lei, com:

I - O Ressarcimento ou pagamento da despesa de aluguel será pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de aprovação do pedido e do respectivo pagamento, na forma desta Lei.

II - O incentivo será pago ou ressarcido observados os limites:

a) Para as empresas que apresentem comprovadamente o registro de empregados, de 05 a 08 empregos: de até 600,00 (seiscentos reais), mensalmente.

b) Para as empresas que apresentem comprovadamente o registro de empregados sendo acima de 08 empregos: Valor de até R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), mensalmente.

Parágrafo único. O valor previsto será atualizado monetariamente e anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Art. 3º. Para que as empresas possam fazer jus aos incentivos da presente Lei, adequando-se aos seus critérios, deverão cumprir as seguintes condições:

I - Apresentar Requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na presente Lei, e por conseguinte os incentivos dela advindos;

II - Plano de negócio, onde deverá constar:

a) Quantidade de metros quadrados de área necessária para a implantação do empreendimento, quando for o caso;

b) Quantidade de empregos a serem criados pela empresa, já no início da atividade econômica;

c) Atividade econômica a ser desenvolvida;

d) Início das atividades;

e) Cópia do Contrato Social ou Declaração da Firma Individual devidamente registrada na Junta Comercial do Estado;

f) Comprovação da capacidade financeira para o desenvolvimento da atividade econômica para a qual for solicitado o incentivo;

g) Estudo da viabilidade econômica do empreendimento;

h) Declaração do Faturamento anual estimado da empresa;

i) Contrato ou proposta de aluguel de imóvel a ser contratado; e

j) Apresentação de Certidão Negativa de Débito relativa à Fazenda Nacional, Estadual e Municipal referente à empresa, bem como dos seus respectivos sócios.

§ 1º. O Requerimento somente será analisado mediante a apresentação de todos os documentos anteriormente exigidos.

§ 2º. Poderão habilitar-se a este auxílio as empresas que se enquadram nas condições desta Lei e que não tenham sido beneficiadas com outros auxílios, incentivos de desenvolvimento industrial, como aluguel, incentivos de infraestrutura, concessões de direito real de uso, diretamente pelo município, e/ou através de programa desenvolvido através da Associação Comercial e Empresarial de Palma Sola.

Art. 4º. O Prefeito Municipal nomeará uma Comissão Especial de Avaliação, que mediante a apresentação do requerimento acompanhado da documentação exigida, opinará através de parecer, quanto a concessão de incentivos, dentro dos padrões estabelecidos pela presente Lei.

§ 1º. A Comissão Especial de Avaliação será composta, por no mínimo, 09 (nove) integrantes, nomeado através de Decreto Municipal que terá validade de 02 (dois) anos.

§ 2º. O Poder Executivo de posse do parecer da Comissão e observada a capacidade orçamentária, homologará o parecer para efeitos legais.

§ 3º. Os incentivos serão concedidos, observando o parecer da Comissão Especial designada, em etapas, cujos critérios serão estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 5º. Programa inclui-se na política municipal de apoio e incentivo à atividade industrial, mediante a concessão de incentivos aos empresários industriais do Município, no atendimento do interesse público, com transparência, oportunizando o acesso a todos, de forma normatizada e legal, atendidas as finalidades e objetivos da presente Lei.

Art. 6º. Caberá ao Município e a Comissão Especial designada à fiscalização do cumprimento dos propósitos e fins manifestados na solicitação e contidos no projeto, visando a observância da presente Lei.

Art. 7º. Os propósitos e fins manifestados no projeto, por ocasião da concessão dos benefícios desta Lei, poderão ser alterados, desde que devidamente autorizados pela Comissão Especial designada.

Art. 8º. O Município de Palma Sola transferirá os recursos diretamente para a empresa, está estará obrigada a apresentar a respectiva prestação de contas, apresentando o contrato de locação, recibos de pagamento, etc.

Art. 9º. Esta lei encontra respaldo legal na Lei Complementar 101/2000 e demais preceitos legais que legislam sobre programas específicos e estabelece critérios a concessão de incentivos e será efetuada em observância a disponibilidade financeira e a ordem cronológica do Município.

Art. 10. Os benefícios e auxílios serão realizados observados rigorosamente a disponibilidade orçamentária do município, que em havendo necessidade, poderá cancelar os benefícios concedidos não liquidados.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei.

Art. 12. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal vigente e subsequentes.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicada e Registrada nesta Data
Elizete Terezinha Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 203/2021

Publicação N° 3003904

Portaria 203/2021, de 01 de abril de 2021

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Márcio Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Antônio Valdir Cavalheiro, portador do CPF 056.157.819-20 e RG 4.828.549 SSP SC, Agente de Defesa Civil, Nível TSG 1A, referente ao período aquisitivo de 17/08/2019 à 16/08/2020, que será usufruída de 01/04/2021 à 30/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2021.

Márcio Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.
Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 204/2021

Publicação N° 3003905

Portaria 204/2021, de 01 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Márcio Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício e Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Efetivo Moises Dutra de Carvalho, portador do CPF 741.807.200-78 e RG 308.202.744 SSP RS, Médico, Nível ATNS-3A, referentes ao período aquisitivo de 07/03/2019 à 06/03/2020, que serão usufruídas de 01/04/2021 à 20/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2021.

Márcio Sansigolo
Prefeito em Exercício

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 205/2021

Publicação Nº 3003906

Portaria 205/2021, de 01 de abril de 2021.

Altera Carga Horária de Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Márcio Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei Complementar 042/2017, alterada pela Lei Complementar 044/2018,
Resolve:

Art. 1º. Alterar de 20 para 40 horas semanais a carga horária da Servidora efetiva Fernanda Maria Binsfeld, portadora do CPF 072.171.949-03 e RG 5.114.571 SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de abril de 2021.

Márcio Sansigolo
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 206/2021

Publicação Nº 3003909

Portaria 206/2021, de 05 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do artigo 73, mais o constante na alínea "A", do inciso II, do artigo 89. Ambos da lei orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e ainda o estatuído no artigo 1º, da Lei 1.205, de 23/06/1998, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei 1.207/98, de 23/06/1998.
Resolve:

Art. 1º. Fica nomeado, para ocupar o Cargo de Engenheiro Civil em Geral, Nível ATNS -3A a seguir nominado e qualificado:

Diego Daniel da Silva, brasileiro, portador do CPF 072.640.049-10 e RG 5.010.003 SESP SC, para ocupar a função de Engenheiro Civil em Geral, Nível ATNS-3A, a partir de 05 de abril de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Elizete Terezinha Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 207/2021

Publicação Nº 3003911

Portaria 207/2021, de 05 de abril de 2021

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Claudete Miorando, portadora do CPF 638.336.549-53 e RG 13/R 1.654.523 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 20 horas semanais, a partir de 05 de abril de 2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 208/2021

Publicação Nº 3003914

Portaria 208/2021, de 05 de abril de 2021

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Jesieli Antunes Fagundes, portadora do CPF 050.176.589-12 e RG 3.963.492 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 30 horas semanais, a partir de 05 de abril de 2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 209/2021

Publicação Nº 3003915

Portaria 209/2021, de 05 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal por Concurso Público e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso V, IX, e XXV do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, combinado com os incisos I e II, do artigo 37, da Constituição Federal, mais o inciso I, do artigo 22, da Constituição do estado de Santa Catarina; ainda, os artigos 8º, 12º e 13º, da Lei 909/91, de 26 de novembro de 1991; tudo de acordo com os Termos do Edital de Concurso Público nº 001/2016, 22 de fevereiro de 2016. Resolve:

Art. 1º. Nomear Vanessa Taise Schwingel, brasileira, portadora do CPF 088.767.749-55 e RG 10.119.335-7 SESP PR, residente e domiciliada na Linha Progresso, zona rural, município de Salgado Filho PR, para ocupar, em virtude de Classificação no Concurso Público 001/2016, o cargo de Fisioterapeuta, Nível TSG-1A, com 40 horas semanais.

§ Único – Em decorrência do disposto neste artigo, fica nomeada, como nomeada está a senhora Vanessa Taise Schwingel para ocupar a vaga do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, Nível TSG-1A do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, vinculado ao Regime Jurídico Estatutário do Direito Administrativo, vinculado ao regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do disposto nesta portaria, serão cobertas com recursos do Orçamento Municipal, em cada exercício.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal,

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 210/2021

Publicação Nº 3003918

Portaria 210/2021, de 05 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Claudia Adriana da Silva, portadora do CPF 050.815.899-00 e RG 4.270.358 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais, a partir de 05/04/2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 211/2021

Publicação Nº 3003920

Portaria. 211/2021, de 05 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Ana Caroline Pies, portadora do CPF 024.607.219-94 e RG 13/R 2.941.402 SSP SC, Técnico em Atividades Administrativas, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 20/04/2020 à 19/04/2021 que serão usufruídas de 05/04/2021 à 19/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 212/2021

Publicação Nº 3003922

Portaria 212/2021, de 05 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Amilton Carlos Rizzotto, portador do CPF 669.579.409-00 e RG 1.855.697 SESP SC, Técnico em Atividades Administrativas, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 20/04/2019 à 19/04/2020 que serão usufruídas de 05/04/2021 à 04/05/2021

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 213/2021

Publicação Nº 3003923

Portaria 213/2021, de 05 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Efetiva Donisete Inês Caramori, portadora do CPF 046.034.489-70 e RG 4.752.680 SSP SC, Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-1A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2018 à 31/03/2019, que serão usufruídas de 05/04/2021 à 14/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 214/2021

Publicação Nº 3003925

Portaria 214/2021, de 05 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Fabíola Rafaela Foltz, portadora do CPF 070.151.029-35 e RG 5.723.019 SESP SC, Controlador Interno, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 22/04/2020 à 21/04/2021, que serão usufruídas de 05/04/2021 à 19/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 215/2021

Publicação Nº 3003926

Portaria 215/2021, de 06 de abril de 2021

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Bruna dos Santos Fortes, portadora do CPF 074.732.449-22 e RG 10.265.705-5 SESP PR, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 30 horas semanais, a partir de 06 de abril de 2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 216/2021

Publicação Nº 3003928

Portaria 216/2021, de 06 de abril de 2021.

Exonera Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonera Servidora ACT Maria Lucia Santa Catarina, portadora do CPF 020.923.099-19 e RG 13/C 3.712.401 SSP SC do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 06 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 217/2021

Publicação Nº 3003931

Portaria 217/2021, de 06 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidora Municipal admitida em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário Jandira Loureiro da Silva, portadora do CPF 062.572.419-44 e RG 4.612.239 SSP SC, Gari, Nível TSG-1A referente ao período aquisitivo de 01/08/2019 à 31/07/2020, que será usufruída de 06/04/2021 à 05/05/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli.
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 218/2021

Publicação Nº 3003932

Portaria 218/2021, de 06 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidor Admitido em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal. E o constante na Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor ACT, Ivanildo Alexandre, portador do CPF 116.416.059-10 e RG 5.656.271 SSP SC, Gari, Nível TSG-1A, referentes ao período 02/02/2020 à 01/02/2021, que serão usufruídas de 06/04/2021 à 05/05/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 219/2021

Publicação Nº 3003934

Portaria 219/2021, de 08 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Efetivo Roberto Carlos Hentz, portador do CPF 016.270.719-38 e RG 1.858.807 SESP SC, Operador de Máquinas, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2020 à 01/02/2021, que serão usufruídas de 08/04/2021 à 27/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 220/2021

Publicação Nº 3003937

Portaria 220/2021, de 12 de abril de 2021

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Elaine Antonietti da Paixão, portadora do 831.798.019-72 e RG 14/R 3.181.970 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 20 horas semanais, a partir de 12 de abril de 2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 221/2021

Publicação Nº 3003939

Portaria 221/2021, de 12 de abril de 2021.
Concede Exoneração a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a servidora efetiva Elaine Suzana Staudt, portadora do CPF 053.954.509-04 e RG 5.102.741 SSP SC, Recepcionista, Nível TSG-1A, a partir de 12/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 222/2021

Publicação Nº 3003942

Portaria 222/2021, de 15 de abril de 2020.

Nomeia Agente Político, Secretário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do artigo 73, mais o constante na alínea "A", do inciso II, do artigo 89. Ambos da lei orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e ainda o estatuído no artigo 1º, da Lei 1.205, de 23/06/1998, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei 1.207/98, de 23/06/1998.

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeado, para ocupar o Cargo de Secretário de Infraestrutura e Transportes a seguir nominado e qualificado:

Moacir Sansigolo, brasileiro, portador do CPF 938.378.019-34 e RG 2.646.410 SSP SC, para ocupar o Cargo de Agente Político de Secretário de Infraestrutura e Transportes, Nível DAS-4 a partir de 15 de abril de 2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 15 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto
Secretaria de Planejamento.

PORTARIA 223/2021

Publicação Nº 3003944

Portaria 223/2021, de 15 de abril de 2021.
Concede Férias a Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo a Lei 1812/2013 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias á Agente Político, Eliane Aparecida Ribeiro, portadora do CPF 034.606.859-21 e RG 4.550.299 SSP SC, Conselheira Tutelar, referente ao período aquisitivo de 10/01/2020 à 09/01/2021, que será usufruída de 15/04/2021 à 14/05/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 15 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 224/2021

Publicação Nº 3003947

Portaria 224/2021, de 19 de abril de 2021.

Exonera Servidor Municipal Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Art. 1º. DIMITIR o servidor Edenilso Zuanazi, portador do CPF 024.923.409-29 e RG 14/R 3.180.801 SSP SC, lotado na Secretaria de Agricultura, no cargo de Engenheiro Agrônomo, Nível ATNS-3A, matrícula nº 1717, com fundamento artigo 157 e artigo 151, inciso II, ambos da Lei 909/91, por infração nos termos do artigo 146, inciso III, da Lei 909/91.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito em Exercício.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 225/2021

Publicação Nº 3003950

Portaria 225/2021, de 19 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Efetiva Jociane Manica Alberton, portadora do CPF 054.097.119-71 e RG 9.277.208-0 SSP PR, Farmacêutica, Nível ATNS 3A, referentes ao período aquisitivo de 02/04/2019 á 01/04/2020 que serão usufruídas de 19/04/2021 à 08/05/2021

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 226/2021

Publicação Nº 3003953

Portaria 226/2021, de 26 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Rosemar Leite, portadora do CPF 025.258.069-99 e RG 3.932.673 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais, a partir de 26/04/2021, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 227/2021

Publicação Nº 3003957

Portaria 227/2021, de 26 de abril de 2021.

Exonera Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonera Servidora ACT Angela Maria Hansen, portadora do CPF 020.919.059-09 e RG 13/R 2.790.493 SSP SC do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 26 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 228/2021

Publicação Nº 3003960

Portaria 228/2021, de 26 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Maria Lucia Santa Catarina, portadora do CPF 020.923.099-19 e RG 13/C 3.712.401 SSP SC para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 13/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 229/2021

Publicação Nº 3003961

Portaria 229/2021, de 26 de abril de 2021.

Exonera Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonera Servidora ACT Nair Alves Siqueira Machado, portadora do CPF 019.659.939-31 e RG 2.459.185 SSP SC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 15 de abril de 2021.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 230/2021

Publicação Nº 3003965

Portaria 230/2021, de 26 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Nair Alves Siqueira Machado, portadora do CPF 019.659.939-31 e RG 2.459.185 SSP SC para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 16/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 231/2021

Publicação Nº 3003966

Portaria 231/2021, de 26 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Leandra Cirino, portadora do CPF 056.315.849-21 e RG 4.478.575 SESP SC para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 009/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 232/2021

Publicação Nº 3003968

Portaria 232/2021, de 26 de abril de 2021.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Augusto Filippi, portador do CPF 679.660.639-68 e RG 2.642.105 SESP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU 1A, referentes ao período aquisitivo de 13/12/2017 à 12/12/2018, que serão usufruídas de 26/04/2021 à 25/05/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 233/2021

Publicação Nº 3003969

Portaria 233/2021, de 27 de abril de 2021.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Ketlyn Emmanuelle Staudt, portadora do CPF 108.954.289-54 e RG 687.757 SESP SC para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem Nível TSG-1A, com 40 horas semanais, a partir de 27/04/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 234/2021

Publicação Nº 3003971

Portaria 234/2021, de 27 de abril de 2021
Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 8º, da Lei 975 de 31/03/1993,

Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva Sandra Guardini Gritti, portadora do CPF 037.005.719-84 e RG 4.084.820 SSP SC, exercente do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, Nível ATNS-2A, a gratificação expressa no Código CAS VI, Chefia e Assistência Subalterna, como Coordenadora da Atenção Básica em Saúde na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativas à 05/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 235/2021

Publicação Nº 3003972

Portaria 235/2021, de 27 de abril de 2021

Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 8º, da Lei 975 de 31/03/1993,

Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva Adriane Somavilla Draeger, portadora do CPF 049.656.589-30 e RG 4.270.974 SSP SC, exercente do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, Nível ATNS-2A, a gratificação expressa no Código CAS IV, Chefia e Assistência Subalterna, como Responsável Técnica de Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativas à 05/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 236/2021

Publicação Nº 3003974

Portaria 236/2021, de 27 de abril de 2021

Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 8º, da Lei 975 de 31/03/1993,

Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora efetiva Edite Maria Cirino, portadora do CPF 989.461.700-00 e RG 3.894.221-6 SSP SC, exercente do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, Nível ATNS-2A, a gratificação expressa no Código CAS IV, Chefia e Assistência Subalterna, como Enfermeira Responsável pela Epidemiologia na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativas à 05/04/2021.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 27 de abril de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

TERMO ADITIVO Nº.006 - AO CONTRATO Nº.152/2018 - IPM

Publicação Nº 3004299

6º (SEXTO) TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº 152/2018

O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Cleomar José Mantelli, a seguir denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa IPM SISTEMAS LTDA, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 180, Bairro Jardim América, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89160-220, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0003-03, representada neste ato pelo seu Administrador Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, portador do CPF nº 292.867.519-15, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, celebram o SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 152/2018, em decorrência do Processo Licitatório nº 63/2018 – Pregão Presencial de nº 36/2018 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AMPLIAÇÃO DO OBJETO

Ficam acrescidos à Cláusula Segunda do Contrato – do objeto, referente ao ente Prefeitura Municipal de Palmas Sola o “Módulo de Água e Esgoto – Tarifa de Água”

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Para contratação do módulo acima listado serão pagos os seguintes valores:

Especificação dos Serviços	Valores
DIAGNOSTICO, MIGRAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E HABILITAÇÃO DO SISTEMA PARA USO.	R\$ 3.215,00 total
Município de Palma Sola – Módulo Água e Esgoto	
- Tarifa de Água	R\$ 565,00 mensal

2.2. Os pagamentos serão realizados conforme as especificações abaixo:

a) Serviços de Implantação de novos módulos: pagamento em cota única, em até 15 (quinze) dias da instalação dos aplicativos com informações migradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento da Implantação será realizado em cota única, em até 15 (quinze) dias da instalação dos aplicativos com informações migradas.

3.2. Os pagamentos referentes ao presente termo aditivo serão efetuados em moeda corrente nacional, com parcelas mensais e sucessivas, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O objeto ora contratado correrá pelas expensas da dotação orçamentária:

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 004 –Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB

Funcional: 0017.0511.0021-2089 – Manutenção de Estação de Distribuição de Água Rural

3339 – Aplicações Diretas

01000100 – Recursos ordinário

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo aditivo.

E, por estarem assim certos e ajustados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 27 de abril de 2021.

.....
Prefeito Municipal
Cleomar José Mantelli
Contratante

IPM SISTEMAS LTDA
CNPJ sob nº. 01.258.027/0003-03
Aldo Luiz Mees
CPF nº. 292.867.519-15
Contratado

TESTEMUNHAS

NOME: Suelem P. S. Bianqueto
CPF: 050.278.279-03

NOME: Marcos Alberto Viviam
CPF: 075.370.369-69

ATA DO PREGÃO Nº. 27/2021 -REGISTRO DE PREÇOS - EQUIP. DE INFORMÁTICA E OUTROS

Publicação Nº 3003566

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.16/2021**Processo Administrativo nº 44/2021****Pregão Presencial Nº 27/2021**

O , Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cleomar José Mantelli, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 27/2021, homologadas no dia 27 de abril de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, IMPRESSORAS, AR CONDICIONADO, CADEIRA E OUTROS PARA SUPRIR A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS., conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 108243 - POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	CAMERA DIGITAL 20,3 MP COM SENSOR DE IMAGEM CMOS TIPO 1/2,3" COM RETROILUMINAÇÃOPROCESSADOR DIGIC 6 COM TECNOLOGIA ISAPSOBJETIVA DISTÂNCIA FOCAL 4,3 - 215,0 MMZOOM ÓTICO 50X, FOCAGEM TIPO TTL E COM BATERIA DE IONS DE LITIO RECARREGAVEL COM CARTAO DE MEMORIA CLASSE 10 64GB COMPATÍVEL COM A MÁQUINA. 1 ANO DE GARANTIA	UN	CANON	1,00000	R\$2.604,0000	R\$2.604,0000
13	PLACA DE REDE PCI 10/100	UN	3com	4,00000	R\$58,8000	R\$235,2000
Total do Fornecedor:						R\$2.839,2000
Fornecedor: 136549 - ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM WIFI COLORIDA TANQUE TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA MICROPIEZO® DE 4 CORES (CMYK), RESOLUÇÃO MÁXIMA DE IMPRESSÃO:ATÉ 5760 X 1440 DPI DE RESOLUÇÃO OTIMIZADA EM VÁRIOS TIPOS DE PAPEL, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO ISO:EM PRETO 10.5 ISO PPM E EM CORES 5 ISO PPM, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO:EM PRETO 33 PPM E EM CORES 15 PPM, TAMANHO MÍNIMO DE GOTÍCULA DE TINTA:3 PICOLITRO, CONECTIVIDADE PADRÃO:USB DE ALTA VELOCIDADE (COMPATIVEL COM A ESPECIFICAÇÃO USB 2.0) (802.11 B/G/N)5, WI-FI, TIPO DE SCANNER:BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS COLORIDO, RESOLUÇÃO ÓPTICA:1200 DPI, TINTA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL CIANO, MAGENTA, AMARELA, PRETA (70ML) CADA.1 ANO DE GARANTIA	UN	EPSON	13,00000	R\$1.251,9000	R\$16.274,7000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 8

Fornecedor: 136549 - ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
17	SWITCH COM 48 PORTAS GIGABIT COM MÍNIMO 4 SLOTS SFP COM RECURSOS L2 E L2+	UN	tplink	1,00000	R\$1.599,0000	R\$1.599,0000
16	SWITCH COM 16 PORTAS GIGABIT COM MÍNIMO 2 SLOTS SFP COM RECURSOS L2 E L2+	UN	tplink	1,00000	R\$1.050,0000	R\$1.050,0000
12	PAR DE CONECTOR GBICSC 20KM BIDIRECIONAL: 1.25GBPS COMPRIMENTO DE ONDA: 1550NM-TX/1310NM-RX / 1310NM-TX/1550NM-RX/	UN	UBIQUITI	4,00000	R\$239,0000	R\$956,0000
10	MONITOR LED 24 POLEGADAS FULL HD 1080P COM IPS	UN	Hyundai	4,00000	R\$899,0000	R\$3.596,0000
Total do Fornecedor:						R\$23.475,7000

Fornecedor: 142450 - GESUL COMERCIAL LTDA - EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO COM BASE GIRATÓRIA PISTÃO A GÁS, ACENTO E ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA - MEDIDAS MÍNIMAS: ENCONTO: LARGURA: 40CM, ALTURA: 40CM - ASSENTO: PROFUNDIDADE: 45CM, LARGURA: 45CM, ESTRUTURA EM AÇO, PISTÃO A GAS BRAÇOS TIPO DIGITADOR COM REGULAGEM DE ALTURA, PESO MÁXIMO RECOMENDADO: 110 KG	UN	LG	10,00000	R\$319,0000	R\$3.190,0000
Total do Fornecedor:						R\$3.190,0000

Fornecedor: 143707 - MB CATARINENSE EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	FONTE ATX MINIMO 200W REAL	UN	BLUECASE	3,00000	R\$74,0000	R\$222,0000
15	SCANNER BIOMETRICO TECNOLOGIA: LES (LIGHT EMING SENSOR) TECNOLOGIA ELETROLUMINSCENTE COM SENSOR EMISSOR DE LUZ DIMENSÕES: 53 MM X 69 MM X 96 MM ÁREA EFETIVA DE CAPTURA: 40 MM X 38 MM TIPO DE COLETA: DOIS DEDOS POUSADOS, OU UM DEDO ROLADO TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -20° C A +60° C PESO TOTAL: 230 G VELOCIDADE: 17 FPS PARA PROCESSADORES INTEL 2.8GHZ OU EQUIVALENTES RESOLUÇÃO: 500 DPI ESCALA DE CINZA: FAIXA DINÂMICA DE 256 NÍVEIS (8 BITS) TAMANHO DA IMAGEM: 800 X 750 PIXELS FORMATOS DE IMAGEM: RAW, WSQ, BMP, JPEG2000, JPG E PNG CONFORMIDADE FCC/CE: FCC PARTE 15 (ANSI C62.4:2003) CLASSE A CSA ICES-003 CLASSE A, EMISSÕES CE: EN 55022: 2006 CLASSE A, IMUNIDADE CE EN 55024: 1998 / A1: 2001 / A2: 2003 IEC 61000-4-2 CERTIFICAÇÕES: MOBILE ID IQS FAP 45, PIV, ROHS, GSA FIPS 201, CERTIFICADO EM CONFORMIDADE COM O APÊNDICE F DO FBI UMIDADE: DE 30% A 85% SEM CONDENSACÃO GRAU DE PROTEÇÃO: IP65	UN	AKIYAMA	1,00000	R\$6.798,0000	R\$6.798,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 8

Fornecedor: 143707 - MB CATARINENSE EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	DO SENSOR PARA O CASE MATERIAIS PERIGOSOS: DIRETIVA ROHS 2002/95/EC CABO USB: USB 2.0 INTERFACE DE LIMENTAÇÃO: 4.40V 5.25V VIA USB CONSUMO: 40MA OCIOSO, 300MA EM OPERAÇÃO, VBUS = 5.0V DC VARREDURA COMPLETA SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS 10, 8.1, 8, 7, XP, ANDROID 4.0 OU SUPERIOR, LINUX, SDK: VB.NET, JAVA, ANDROID					

Total do Fornecedor: R\$7.020,0000

Fornecedor: 143898 - BELINKI & SOUZA LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
14	PLACA DE REDE PCI EXPRESS 10/100/1000	UN	tplink	5,00000	R\$58,0000	R\$290,0000
8	HD SSD COM NO MINIMO 240GB - 01 ANO GARANTIA	UN	kingston	3,00000	R\$257,0000	R\$771,0000
18	TECLADO PADRAO UBNT2 USB PRETO	UN	MAXPPRINT	5,00000	R\$30,0000	R\$150,0000

Total do Fornecedor: R\$1.211,0000

Fornecedor: 154644 - J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	COMPUTADOR COM PROCESSADOR MÍNIMO CLOCK BÁSICO 3.5GHZ, MÍNIMO DUAL-CORE, MÍNIMO 5MB CACHE; COM PLACA GPU (VÍDEO INTEGRADA AO PROCESSADOR), PLACA MÃE COMPATÍVEL COM O PROCESSADOR COM MÍNIMO 2 PORTAS USB 2.0 E 2 PORTAS 3.0 VGA E HDMI INTEGRADOS, CONEXÃO ULTRA M.2 2280, SUPORTA MININO MEMÓRIA 3000MHZ, PLACA REDE GIGABIT, MEMÓRIA RAM DDR4 MÍNIMO DE 8 GIGA 3200 MHZ, HD SSD M.2 2280 COM MÍNIMO DE 240GB, GABINETE 1 BAIA E KIT TECLADO, MOUSE, FONTE E CAIXAS DE SOM, INSTALADO E MONTADO. COM NO MÍNIMO 01 ANO GARANTIA	UN	compusonic	43,00000	R\$1.764,0000	R\$75.852,0000
11	MONITOR LED COM 21,5 POLEGADAS MÍNIMO, RESOLUÇÃO FULL HD, COM ENTRADA VGA E HDMI; 1 ANO DE GARANTIA.	UN	e-tech	31,00000	R\$710,0000	R\$22.010,0000

Total do Fornecedor: R\$97.862,0000

Fornecedor: 158712 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
19	WEBCAM COM RESOLUÇÃO : 1080P/30QPS TIPO DE FOCO: FOCO AUTOMÁTICOMICROFONE EMBUTIDO: ESTÉREOCLIQUE UNIVERSAL PRONTO PARA TRIPÉS QUE SE AJUSTA A MONITORES DE LAPTOP OU LCDCOMPRIMENTO DO CABO: 1,5MALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE: 29 MM X 94 MM X 24 MM. 1 ANO DE GARANTIA	UN	full	1,00000	R\$219,0000	R\$219,0000
3	AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO 9.000 BTUS SPLIT, 220V, CLASSE "A" DE	UN	ELGIN	5,00000	R\$1.750,0000	R\$8.750,0000

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 8

Fornecedor: 158712 - NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; COM GÁS ECOLÓGICO; FILTRO ANTIBACTERIANO E ANTIFUNGO; INSTALADO E FUNCIONANDO; 1 ANO DE GARANTIA.					
1	AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO 12.000 BTUS SPLIT, 220V, CLASSE "A" DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; COM GÁS ECOLÓGICO; FILTRO ANTIBACTERIANO E ANTIFUNGO; INSTALADO E FUNCIONANDO; 1 ANO DE GARANTIA.	UN	ELGIN	1,00000	R\$1.870,0000	R\$1.870,0000
2	AR CONDICIONADO QUENTE E FRIO 22.000 A 24.000 BTUS SPLIT, 220V, CLASSE "A" DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; COM GÁS ECOLÓGICO; FILTRO ANTIBACTERIANO E ANTIFUNGO; INSTALADO E FUNCIONANDO; 1 ANO DE GARANTIA.	UN	AGRATTO	2,00000	R\$3.079,0000	R\$6.158,0000
Total do Fornecedor:						R\$16.997,0000
Total Geral dos Itens:						R\$152.594,9000

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 44/2021 - Pregão Presencial nº 27/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1. O Prazo de vigência desta ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA DOS BENS PERMANENTES



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 8

- 4.1. Os bens permanentes deverão ser entregues nas dependências das Secretarias Municipais, conforme solicitação, em dia de expediente normal.
- 4.2. Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados.
- 4.3. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento dos equipamentos até o local indicado pelo Município de Palma Sola/SC.
- 4.4. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.
- 4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.
- 4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES

- 5.1. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:
- 5.2. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) bens permanente (s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;
- 5.3. Definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o (s) bens permanentes (s) adquirido (s) encontram-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.
- 5.4. O CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) bens permanentes(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 03 (três) dias corridos após solicitação.

6 - DA GARANTIA TÉCNICA/ E DE FUNCIONAMENTO

- 6.1. Período de Garantia
- 6.1.1. O período de Garantia Técnica deverão ser de no mínimo 01 (hum) ano e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.
- 6.1.2. No caso de os bens permanentes apresentarem defeitos de fabricação até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA obriga-se a substituir os bens por novos, sem ônus para a Administração Municipal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do material e o recebimento definitivo dos mesmos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.
- 7.2. O Município de Palma Sola não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os materiais de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.
- 7.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos bens permanentes não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Palma Sola/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

9. RESPONSABILIDADES

- 9.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 9.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 6 / 8

9.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA

9.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

9.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

10. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

10.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais/bens fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

11. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

11.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

11.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

11.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

12. PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 7 / 8

10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Palma Sola poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

13.2. Elegem as partes contratantes a Comarca de Dionísio Cerqueira-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palma Sola (SC), 27 de Abril de 2021

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 8 / 8

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA

GESUL COMERCIAL LTDA - EPP

MB CATARINENSE EIRELI

BELINKI & SOUZA LTDA

J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI

NYLAND CLIMATIZADORES E EQUIPAMENTOS LTDA ME

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MAT. PARA ÁGUA LINHA GAÚCHA

Publicação Nº 3003562

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.15/2021**Processo Administrativo nº 43/2021****Pregão Presencial Nº 26/2021**

O , Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cleomar José Mantelli, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 26/2021, homologadas no dia 27 de abril de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS EM UM SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COMPOSTO POR REDE ADUTORA, RESERVATÓRIO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO, COM A FINALIDADE DE PROMOVER A MELHORIA DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE MORA NA LINHA GAÚCHA, SITUADA NO INTERIOR DE PALMA SOLA/SC, TENDO EM VISTA QUE, ATUALMENTE A ÁGUA CONSUMIDA NÃO ATENDE OS PADRÕES EXIGIDOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE DEVIDO A CONTAMINAÇÃO DOS LENÇÓIS FREÁTICOS POR DEJETOS ANIMAIS E PRODUTOS QUÍMICOS, ALÉM DO REFERIDO FATO, EM DETERMINADOS PERÍODOS DO ANO OCORRE ESCASSEZ DE ÁGUA NESTA ZONA RURAL., conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 81914 - COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
14	TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PE-80, DE=32MM X 3,6 MM DE PAREDE PN 16- SDR 9	M	POLIERG	9.000,00000	R\$9,4800	R\$85.320,0000
18	UNIÃO PEAD, COMPRESSÃO, PN 16, PARA TUBULAÇÃO DE 32 MM.	UN	POLIERG	90,00000	R\$17,9000	R\$1.611,0000
15	"TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), PE-80, DE=20MM X 2,3 MM DE PAREDE PN 16 COM CONEXÕES E ACESSÓRIOS - INCLUSO 5%"	M	POLIERG	132,00000	R\$3,9000	R\$514,8000
1	ADAPTADOR ROSCA MACHO DE COMPRESSÃO PEAD DE 32 MM	UN	POLIERG	6,00000	R\$10,9800	R\$65,8800
10	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, PARA TUBO PEAD DE 32 MM	UN	POLIERG	3,00000	R\$38,0000	R\$114,0000
11	TEE D COMPRESSÃO PP P/PEAD 32X20 PN 16	UN	POLIERG	15,00000	R\$28,0000	R\$420,0000
12	TEE D COMPRESSÃO PP P/PEAD 32X32 MM PN 16	UN	POLIERG	4,00000	R\$28,5000	R\$114,0000
3	CAP PARA TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE(PEAD) DE 32 MM PN 16	UN	POLIERG	5,00000	R\$9,0000	R\$45,0000
2	CAP PARA TUBO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE(PEAD) DE 20 MM PN 16	UN	POLIERG	20,00000	R\$6,1000	R\$122,0000
20	VALVULA REDUTORA DE PRESSÃO COMPATÍVEL COM TUBO PEAD DE 32 MM (1")	UN	POLIERG	5,00000	R\$197,0000	R\$985,0000
16	TUBO PVC SODAVEL 25 MM	M	FORTLEV	600,00000	R\$3,8000	R\$2.280,0000
7	MOTOBOMBA CENTRIFUGA MULTISTÁGIOS, POTÊNCIA DE 5 CV, 8 ESTÁGIOS, MONOFÁSICA, 220 V, 1,2 M2/HORA E 135 M.C.A	UN	SCHNEIDER	1,00000	R\$5.980,0000	R\$5.980,0000

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WCO v.2015.04

Identificador: WCO341201-384-PVODGYZOICZZWM-3 - Emitido por: MARINES FATIMA SANSIGOLO

27/04/2021 11:06:43 -03:00



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 5

Fornecedor: 81914 - COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	MOTOBOMBA CENTRÍFUGA MULTIESTÁGIOS, POTÊNCIA DE 2 CV, 3 ESTÁGIOS, MONOFÁSICA, 220 V, 1 M2/HORA E 60 M.C.A.	UN	SCHNEIDER	1,00000	R\$2.150,0000	R\$2.150,0000
5	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	QUALITY	8,00000	R\$12,4000	R\$99,2000
19	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN 25), 1", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UN 84,76 UNIÃO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	QUALITY	2,00000	R\$95,0000	R\$190,0000
4	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 1"	UN	QUALITY	6,00000	R\$29,5000	R\$177,0000
8	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	QUALITY	4,00000	R\$10,6000	R\$42,4000
17	UNIÃO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1"	UN	QUALITY	2,00000	R\$29,0000	R\$58,0000
9	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1" (REF 1509)	UN	DOCOL	2,00000	R\$46,0000	R\$92,0000
Total do Fornecedor:						R\$100.380,2800
Total Geral dos Itens:						R\$100.380,2800

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 43/2021 - Pregão Presencial nº 26/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1. O Prazo de vigência desta ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA DOS BENS PERMANENTES



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 5

- 4.1. Os bens permanentes deverão ser entregues nas dependências das Secretarias Municipais, conforme solicitação, em dia de expediente normal.
- 4.2. Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados.
- 4.3. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento dos equipamentos até o local indicado pelo Município de Palma Sola/SC.
- 4.4. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.
- 4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.
- 4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES

- 5.1. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:
- 5.2. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) bens permanente (s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;
- 5.3. Definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o (s) bens permanentes (s) adquirido (s) encontram-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.
- 5.4. O CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) bens permanentes(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 03 (três) dias corridos após solicitação.

6 - DA GARANTIA TÉCNICA/ E DE FUNCIONAMENTO

- 6.1. Período de Garantia
- 6.1.1. O período de Garantia Técnica deverão ser de no mínimo 01 (hum) ano e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.
- 6.1.2. No caso de os bens permanentes apresentarem defeitos de fabricação até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA obriga-se a substituir os bens por novos, sem ônus para a Administração Municipal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do material e o recebimento definitivo dos mesmos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.
- 7.2. O Município de Palma Sola não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os materiais de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.
- 7.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos bens permanentes não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Palma Sola/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

9. RESPONSABILIDADES

- 9.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
- 9.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 5

9.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA

9.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

9.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

10. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

10.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais/bens fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

11. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

11.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

11.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

11.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

12. PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 5

10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Palma Sola poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

13.2. Elegem as partes contratantes a Comarca de Dionísio Cerqueira-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palma Sola (SC), 27 de Abril de 2021

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal

COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA

Palmeira

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N. 173_2021_PRORROGA A LICENÇA SEM VENCIMENTO E ALTERA A LEI 05_1999

Publicação N° 3004654

LEI COMPLEMENTAR N.º 173, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Prorroga a licença sem vencimento e altera a Lei 05/1999 e dá outras providências.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aprovou e ela promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera o §2º do art. 75 da Lei 05/1999.

"A licença poderá perdurar por 02 (dois) anos contínuos, podendo ser prorrogado por igual período, a pedido do servidor".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 27 de abril de 2021.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal de Palmeira

Certifico que a presente Lei Complementar foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 27 de abril de 2021.

LEI COMPLEMENTAR N. 174_2021_REVOGA O § 2º DO ART. 41 DA LEI COMPLEMENTAR 05, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999

Publicação N° 3004662

LEI COMPLEMENTAR N.º 174, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Revoga o § 2º do art. 41 da Lei complementar 05, de 16 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aprovou e ela promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. É revogado o § 2º do art. 41 da Lei Complementar n. 05, de 16 de dezembro de 1999.

Art. 2º A presente lei passa a vigorar a partir de sua publicação.

Palmeira, 27 de abril de 2021.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal de Palmeira

Certifico que a presente Lei Complementar foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diario-municipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 27 de abril de 2021.

LEI ORDINÁRIA N. 873_2021_AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA A FIRMAR CONVÊNIO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGES

Publicação N° 3004664

LEI N.º. 873/2021

"AUTORIZA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA A FIRMAR CONVÊNIO COM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGES."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Palmeira autorizado a firmar convênio com o Fundo Municipal de Saúde do Município de Lages, para transferência de recursos para custear despesas com atendimento à saúde da população do Município de Palmeira, na unidade de atendimento e triagem para síndrome respiratória, no Município de Lages, para enfrentamento ao coronavírus”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 27 de abril de 2021.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 27 de abril de 2021.

LEI ORDINÁRIA N. 874_2021_ REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISS

Publicação Nº 3004667

LEI Nº. 874/2021

" Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB e dá outras providências.."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB, do Município de Palmeira/SC, de acordo com a Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2º O Conselho será constituído por 16 (dezesesseis) membros, sendo:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II – 01 (um) representante dos professores da educação básica pública municipal;

III – 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas municipais;

IV – 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas municipais;

V – 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública municipais;

VI – 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;

IX – 02 (dois) representantes de organizações da sociedade civil quando houver;

X – 01 (um) representante das Escolas do Campo;

§1º Para cada membro titular deverá ser indicado e nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato atribuído ao Conselheiro.

I – os representantes do Poder Executivo devem ser indicados pelos gestores municipais;

II – os representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes devem ser indicados, em seus pares, pelos respectivos segmentos, através de processo eletivo organizado para esse fim;

III – os representantes dos professores e dos servidores técnico-administrativos, a indicação deverá ser feita pelas entidades de classe respectivas, através de seus pares, utilizando-se de processo eletivo organizado para esse fim;

IV – nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade a ser regulamento pelo Município, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§2º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

I – são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II – desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo Conselho;

III – devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

IV – desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V – não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo Conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§3º Realizadas as indicações, o Prefeito, através de ato próprio, fará as designações para o exercício das funções de conselheiro.

I – O ato legal de nomeação dos membros do Conselho deverá conter o nome completo dos Conselheiros, a situação de titularidade ou suplência, a indicação do segmento por eles representado e o respectivo período de vigência do mandato.

§4º A indicação e a designação dos conselheiros e suplentes deverão ocorrer:

I – até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, conforme disposto no § 2º deste artigo;

II – imediatamente, nas hipóteses de afastamento do conselheiro, titular ou suplente, em caráter definitivo, antes do término do mandato.

III – imediatamente, nos afastamentos temporários.

Art. 3º. A atuação dos membros do CACS FUNDEB

I – não é remunerada;

II – é considerada atividade de relevante interesse social;

III – assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV – veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do Conselho;

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

V – veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do Conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Parágrafo Único. Os Conselheiros, quando em representação fora do Município ou a serviço dos órgãos colegiado, terão direito a diárias nos mesmos termos dos Servidores Públicos Municipais, bem como o ressarcimento das respectivas passagens, mediante comprovação legal, quando o deslocamento não for efetuado com veículo oficial.

Art. 4º São impedidos de integrar o Conselho:

I – titulares dos mandatos de Prefeito, de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como de cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau;

II – titulares do mandato de Vereador;

III – tesoureiro, contador, técnico de contabilidade ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

IV – estudantes menores de 18 anos, que não sejam emancipados;

V – pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo Municipal em que atua o respectivo Conselho.

Parágrafo Único: na hipótese inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho somente com direito a voz.

Art. 5º O mandato dos membros do Conselho do Fundeb será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

§1º O primeiro mandato dos conselheiros, regido por esta lei, extinguir-se-á em 31 de dezembro de 2022, nos termos do que dispõe o art. 42, § 2º da Lei Federal nº 14.113/2020.

§2º Os atuais integrantes do Conselho do Fundeb a que se refere a Lei Municipal nº 359/2007 poderão ser novamente designados para o Conselho criado por esta Lei, não configurando recondução, observado o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 6º Os Conselheiros deverão integrar o segmento social ou a categoria que representam e, em caso de deixarem de ocupar essa condição depois de efetivados, deverão ser substituídos, nos termos da legislação vigente.

§1º O membro suplente, representante da mesma categoria ou segmento social substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§2º O mandato do conselheiro, nomeado para substituir membro que tenha se afastado antes do final do mandato, terá início na data da publicação do ato de sua designação e se estenderá até a data do término do mandato daquele que foi substituído.

§3º Na hipótese do suplente assumir a titularidade do Conselho, deve o segmento social ou categoria representada indicar novo membro para a suplência.

Art. 7º Após a designação dos Conselheiros, somente serão admitidas substituições nos seguintes casos:

- I – mediante renúncia expressa do conselheiro;
- II – por deliberação justificada do segmento representado;
- III – quando o Conselheiro perder a qualidade de representante da categoria ou segmento pela qual foi escolhido;
- IV – outras situações previstas no Regimento Interno do Conselho.

Art. 8º Compete ao Conselho:

- I – elaborar seu regimento interno;
- II- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
- III – supervisionar a realização do Censo Educacional Anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;
- IV – examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo, assim como os registros referentes às despesas realizadas;
- V – elaborar parecer das prestações de contas a ser apresentada pelo Município ao Tribunal de Contas do Estado;
- VI – acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Parágrafo único. O parecer referido no inciso V deste artigo integrará a prestação de contas do Poder Executivo, devendo ser entregue à Administração Municipal com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência da data final de sua apresentação.

Art. 9º É facultado ao Conselho, se julgar conveniente e necessário:

- I – apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II – por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III – requisitar ao poder executivo cópia de documentos referentes a:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do fundo;
 - b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
 - c) documentos referentes aos convênios com as instituições a que se refere o art. 7º da Lei nº 14.113/2020;
 - d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;
- IV – realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

- a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do fundo;
- b) a adequação do serviço de transporte escolar;
- c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do fundo;
- d) o efetivo exercício na rede escolar da educação básica municipal, dos profissionais da educação, pagos com recursos do Fundeb.

Art. 10 O presidente, o Vice-presidente e o Secretário do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, ficando impedido de ocupar tal função o conselheiro que representa o Governo Municipal gestor dos recursos do Fundo.

Parágrafo Único. Na hipótese de o Presidente do Conselho renunciar ou, por algum motivo, se afastar em caráter definitivo antes do final do mandato será efetivado o Vice-Presidente na condição de Presidente, com a consequente indicação de outro membro para ocupar o cargo de Vice-Presidente, observado o disposto no caput deste artigo.

Art. 11 O CACS FUNDEB atuará com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

Parágrafo Único - O Conselho não contará com estrutura administrativa própria, e incumbirá ao Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição do respectivo Conselho.

Art. 12 O Município disponibilizará em sítio na internet informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do respectivo CACS FUNDEB, incluídos:

I – nomes dos conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II – correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III – atas de reuniões;

IV – relatórios e pareceres;

V – outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art.13 O Conselho do Fundeb reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente ou por convocação de seu Presidente.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente às contidas na Lei Municipal nº 359/2007 e 481/2011.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 27 de abril de 2021.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 27 de abril de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 01/2021**

Publicação Nº 3004769

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.630.213/0001-60, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por seu Presidente, ALCIONE PEREIRA DA CRUZ, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo "MAIOR LANCE", cujo objeto é a "Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas da Câmara de Vereadores, incluídos os salários de seus servidores, vale-alimentação e empréstimos consignados aos servidores, conforme especificações constantes no presente edital". Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. O Credenciamento será feito a partir das 13h30min do dia 11.05.2021. Abertura da sessão será às 13h50min do mesmo dia. Consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 27 de abril de 2021. VIVIANE LOPES GODOY – Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

Publicação Nº 3004744



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

A **CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 01.630.213/0001-60, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por seu Presidente, **ALCIONE PEREIRA DA CRUZ**, brasileiro, maior, capaz, casado, agente político, portador do documento de identidade nº 4.575.827, inscrito no CPF sob o nº 008.190.619-64, residente e domiciliado neste município de Palmeira/SC, CEP 88.545-000, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **"MAIOR LANCE"**, cujo objeto é a **"Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas da Câmara de Vereadores, incluídos os salários de seus servidores, vale-alimentação e empréstimos consignados aos servidores, conforme especificações constantes no presente edital"**. Os envelopes de **"PROPOSTA"** e **"DOCUMENTAÇÃO"** deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro. **O Credenciamento será feito a partir das 13h30min do dia 11.05.2021 Abertura da sessão será às 13h50min do mesmo dia.**

A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos.

Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de PALMEIRA, conta corrente nº 75-7, agência 3082, da Caixa Econômica, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>.

Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação.

1 - DO OBJETO

1.1 – **Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas do município e de seus órgãos e entidades, incluídos os salários de seus servidores e recebimento de tributos e outras receitas**, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme especificações constantes no presente Edital no Termo de Referência (ANEXO I).

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1- Somente poderão participar desta licitação as instituições financeiras oficiais e as instituições bancárias privadas ou cooperativas, regularmente em atividade, conforme legislação específica.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

2.2- Não poderão participar desta licitação, consórcio de instituições financeiras, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.3- É vedada a subcontratação de outra instituição financeira pela vencedora do certame, mesmo que seja sua controlada ou controladora para a execução total ou parcial dos serviços objeto deste Pregão.

2.4- Poderão participar da presente licitação as instituições financeiras interessadas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

2.5- Não poderão participar deste pregão os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação, impedidos de contratar com a Administração Pública ou que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

2.6- É facultada a participação de instituições financeiras que não possuam agência ou PAB (Posto de Atendimento Bancário) na cidade de Palmeira/SC, desde que se comprometam à instalá-los no prazo de **60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período**, contados da assinatura do contrato administrativo.

3 – DA CONSULTA, DAS INFORMAÇÕES E DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

3.1 – O processo de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado sem qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, localizado na Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

3.2 – Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de PALMEIRA, conta corrente nº 75-7, agência 3082, da Caixa Econômica, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>.

3.3 – A Pregoeira prestará os esclarecimentos necessários, inclusive os de caráter estritamente técnicos, e responderá às dúvidas e questionamentos suscitados exclusivamente por e-mail, através do endereço licitacoes@palmeira.sc.gov.br, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, e confirmados na forma do item 3.4.

3.4 – Os esclarecimentos mais corriqueiros, de maior relevância e acerca da interpretação do edital poderão ser disponibilizados no sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>, ocasião em que seu conteúdo vinculará as decisões da Pregoeira, considerando-se integrantes deste edital, pelo que será responsabilidade do interessado consultar referido sítio antes da participação na licitação.

3.4.1 – Caso a resposta da Pregoeira implique modificação/alteração do edital, proceder-se-á de acordo com o § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

3.5 – Os interessados deverão consultar o sítio da Prefeitura Municipal de PALMEIRA



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

<http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

4 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1 – As impugnações ao edital deverão ser dirigidas à Pregoeira, por meio do endereço eletrônico licitacoes@palmeira.sc.gov.br ou protocoladas no Setor de Licitações, situado no endereço indicado no Preâmbulo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão.

4.1.1 – Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 4.1.

4.2 – A Pregoeira opinará, de forma fundamentada, pela procedência ou improcedência das impugnações, podendo antes ouvir a Equipe de Apoio, e serão decididas pela Autoridade Superior, em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da impugnação.

4.3 – A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

4.4 – As mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado no item 4.1 poderão ser consideradas pelo provedor como spans ou não ser recebidas devido a suspeita de ameaça digital. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (49) 3238-0040, durante o horário de expediente, caso não tenha recebido a confirmação de recebimento imediatamente ao envio.

4.5 – A impugnação não impedirá o impugnante de participar desta licitação até decisão definitiva, salvo se considerado inabilitado ou apresentar as restrições à participação, nos termos deste edital.

4.6 – Quaisquer interessado nesta licitação, poderá, entretanto, mesmo após o prazo do item 4.1, protocolar, sem efeito de recurso, informação de ilegalidades que viciariam este edital, apenas para efeitos de possibilitar a Administração Pública rever seus próprios atos (autotutela).

4.7 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, será comunicada a decisão por meio do sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>, procedendo-se aos ajustes necessários no edital e designando-se nova data para a realização do certame, publicando-se o aviso nos mesmos meios de divulgação inicialmente utilizados.

5 – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DA ENTREGA DOS SERVIÇOS.

5.1 - O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação será de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inc. II, da Lei nº 8666/93, e ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do exercício/ano base de 2021 e anos seguintes, podendo ser prorrogado, aditivado e/ou rescindido, conforme o caso, mediante o devido processo e adequada justificativa, que demonstrem a real necessidade e o melhor interesse público.

5.2 - O prazo para implementação e início da prestação do serviço se iniciará após a assinatura



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

do termo de contrato, o qual deverá ser assinado em até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, observadas as etapas descritas neste edital.

6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – As despesas/receitas com a execução deste CONTRATO para o exercício corrente, são as previstas em dotação orçamentária própria da CONTRATANTE, autorizadas na Lei Orçamentária Anual. As despesas a serem executadas nos exercícios seguintes, serão supridas nos orçamentos de exercícios futuros, muito embora não haja despesas/gastos, mas sim, valores a serem recebidos, dispensando, portanto, referida dotação.

7 – DO CREDENCIAMENTO

7.1 – Quando o interessado for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar cópia de sua Cédula de Identidade, do ato constitutivo, do estatuto ou do contrato social em vigor, da alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como da última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

7.2 – Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO II como modelo) ou documento equivalente, **com firma reconhecida do Outorgante**, contendo obrigatoriamente cópia da respectiva Cédula de Identidade, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 7.1, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

7.3 – O interessado em se credenciar para participar da presente licitação ainda deverá apresentar Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo do ANEXO III.

7.4 – Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 7.1, 7.2 e 7.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

7.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

7.6 – Nenhuma pessoa, física ou jurídica, poderá representar mais de um licitante.

8 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

8.1 – A entrega dos envelopes nº 01 (proposta) e nº 02 (habilitação) deverá ocorrer no Setor de Licitações, situado no Paço Municipal, na Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, **conforme dia e hora designado no preâmbulo deste edital.**

8.2 – Poderão também ser remetidos os envelopes por correspondência registrada, por sedex, despachados por empresas que prestem serviços similares, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravios, atrasos ou qualquer outro problema na documentação.

8.3 – Poderão ainda os documentos ser entregues pessoalmente à Pregoeira ou a um membro



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

da Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, até a hora da sessão referida no preâmbulo, sem qualquer tolerância quanto ao prazo de entrega dos envelopes.

9 – DA PROPOSTA

9.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

9.2 – A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO VII ou segundo seu modelo, **com prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias**, contendo as especificações detalhadas dos produtos cotados, segundo as exigências mínimas deste Edital e seus anexos;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e, se for o caso, da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) O valor mínimo a ser ofertado pelos proponentes deverá ser de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Os valores ofertados serão apresentados em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional, sem rasuras, opções, ressalvas, emendas, borrões ou entrelinhas;**

9.4 – Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital para maior celeridade da análise das propostas e redução de riscos de erros de elaboração das mesmas.

9.5 – Não é obrigatório o comparecimento pessoal ou de representante para acompanhar o processamento da licitação, podendo optar pelo envio dos envelopes na forma do item 8. Nestes casos, porém, o licitante não terá direito de participar da fase de lances sucessivos, nem de apresentar recurso administrativo quanto aos julgamentos da proposta e habilitação, conforme art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei 10.520/2002.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

10.2 – Habilitação Jurídica:

10.2.1 - O envelope nº 02 deverá conter a seguinte documentação:

- a) Ato Constitutivo da instituição, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

a.1) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

a.2) O estatuto social das sociedades por ações deverá estar publicado na imprensa oficial da União, Distrito Federal ou do Estado, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia (artigo 289 da Lei nº 6.404/76);

b) Autorização para Funcionamento expedido pelo BACEN - Banco Central do Brasil;

Obs.: Os documentos relacionados no subitem “a” não precisarão constar do Envelope nº 2 - Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

10.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova da regularidade para a Fazenda Federal, União e Previdenciárias - Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal Dívida ativa da União e de Débitos Previdenciários (Certidão Unificada Federal instituída 03/11/2014);

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade relativa a Débitos Trabalhistas – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.4 – Qualificação Econômica-Financeira:

a) Conforme Resolução n.º 4.193 do CMN de 01/03/2013, Circular n.º 3.644/2007 do BACEN e demais normais aplicáveis deverá ser comprovada a boa situação financeira por meio do índice que mede a solvência das instituições financeiras, denominado Índice de Basiléia, de no mínimo 11% (onze por cento), que será verificado on line pelo Pregoeiro, no momento da sessão, por intermédio do site <http://www3.bcb.gov.br/ifdata/>

b) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante.

b.1) considerando a implantação do sistema eproc no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º de Abril de 2019, as certidões dos modelos “cível” e “falência e concordata e recuperação judicial” deverão ser solicitadas tanto no sistema eproc quanto no SAJ. As



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente caso contrário não terão validade.

c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor, conforme Súmula nº 502 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

10.5 – Documentação Complementar:

a) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99, Anexo V;

b) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que a licitante de inexistência de impedimentos previstos na lei de improbidade administrativa – lei 8.429, de 02 de junho de 1992, Anexo VIII;

c) declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta Administração Municipal, inclusive em virtude das disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Anexo IX;

10.6 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fax. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

10.6.1 – A certidão que não constar data de validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.

10.6.2 - Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Prefeitura a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade, conforme item 10.6.1.

10.6.3 - Excepcionalmente em caso de greve geral da instituição emitente da Certidão Negativa, e comprovada a real impossibilidade de obtenção de Certidão recente, poderá a Comissão de Licitação a seu exclusivo critério aceitar Certidão Negativa cujo prazo de validade tenha se expirado após o início da greve, desde que acompanhada de declaração de que a empresa está regularizada junto ao órgão em greve.

10.6.4 - Caso a empresa vencedora esteja dentro do caso acima, a mesma deverá apresentar a Certidão atualizada quando cessado o impedimento à sua expedição.

11 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 – No dia, hora e local designados no Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

presentes ao ato público, o(a) Pregoeiro(a), juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de Credenciamento, conforme disposto no Item 7.

11.2 – Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão o(a) Pregoeiro(a) solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para a habilitação.

11.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

11.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

11.5 - A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às especificações, prazos e condições definidas neste Edital;
- b) cujos serviços não forem condizentes com o objeto desta licitação;
- c) cujo valor inicial mínimo da proposta, seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- d) que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
- e) cujo valor apresente-se manifestamente inexequível, salvo hipótese de erro gráfico;
- f) que cotarem com elemento faltante ou incompleto.

11.6 - As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de MAIOR PREÇO e as demais com preços até 10% (dez por cento) inferiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os maiores preços, até o máximo de 03 (três).
- c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

11.7 – O (A) Pregoeiro (a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances, de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de menor preço e os demais em ordem crescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio, no caso de empate de preços.

11.8 - Os lances deverão ser formulados em valores (R\$) distintos e crescentes, superiores à proposta de maior preço, observado o acréscimo mínimo entre os lances, o qual será para este Pregão: R\$ 500,00 (quinhentos) reais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

11.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando restar apenas um participante e os demais declinarem da formulação de lances.

11.10 - O(A) Pregoeiro(a) poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes, esclarecimentos que julgar necessários, ainda que tenha de diligenciar para tanto, podendo, inclusive, suspender o procedimento do pregão por tempo determinado.

11.11 - Considerada aceitável a oferta de maior preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

11.12 - Eventuais falhas, omissões e/ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e complementação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações, tais como a Internet, a qual poderá, inclusive, ser utilizada pelo representante de empresa participante, com a anuência do(a) pregoeiro(a).

11.13 - A verificação será certificada pelo(a) Pregoeiro(a) e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.13.1 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios, no momento da verificação, podendo o(a) pregoeiro(a) autorizar a utilização de outro local, inclusive. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, mesmo a empresa utilizando-se de outros locais ou meios, será esta declarada inabilitada.

11.14 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas neste edital, o(a) Pregoeiro(a), se necessário, diligenciará junto a qualquer órgão que se fizer necessário.

11.15 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s) do certame.

11.16 - Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente de maior preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11.17 - Caso não haja empresa selecionada para a etapa de lances com condições de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) chamará ao certame para negociar as licitantes não selecionadas para a mencionada etapa e que permaneceram no local da sessão de pregão.

11.18 - O(A) Pregoeiro(a) manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 90 (noventa) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

11.19 – Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a), pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

12 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

12.1 - A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MELHOR/MAIOR OFERTA/LANCE, desde que atendidas as exigências deste Edital.

13 – DO CONTRATO

13.1 - Do objeto licitado será firmado Contrato formal entre a Prefeitura Municipal de Palmeira, e a empresa vencedora deste certame.

13.2 - A empresa vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para retirar e assinar o contrato, contados a partir da data de convocação.

13.3 - A recusa da Contratada em assinar o contrato no prazo fixado na convocação caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital (e seus anexos) e na legislação vigente.

13.3.1 - Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao pregoeiro, que convocará o licitante e, em sessão pública, procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.

13.4 - O gerenciamento do Contrato estará ao encargo da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Palmeira/SC.

13.5 - O presente Edital com todos os documentos e elementos nele referidos e seus anexos serão parte integrante do Contrato a ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Palmeira e a empresa Contratada.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O valor ofertado pela empresa vencedora será pago a Prefeitura Municipal de Palmeira, em moeda corrente nacional (R\$) de forma à vista e sem qualquer desconto, seja a qualquer título, devendo ser depositado na conta indicada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato;

15 -DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)

15.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora os seguintes itens:

- a) Prestar os serviços listados no Termo de Referência (Anexo I);
- b) Oferecer atendimento aos servidores/empregados públicos da CONTRATANTE;
- c) Entregar ao servidor/empregado público, no ato da abertura da conta bancária, documento que registre o código numérico do BANCO, o código numérico da agência e o número da conta bancária, viabilizando que o servidor/empregado público comunique à CONTRATANTE (Fonte Pagadora) o destino bancário de seus futuros pagamentos;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

- d) Manter sistemas operacionais e de informática capazes de prover os serviços contratados;
- e) Fornecer a CONTRATANTE as informações necessárias ao acompanhamento de suas movimentações financeiras;
- f) Efetivar os créditos de salário dos servidores/empregados públicos da CONTRATANTE, por meio de Conta Salário, garantindo as condições e isenções de tarifas previstas no Art. 4º da Resolução CMN 3.402/2006 e da Circular BACEN 3.338/2006;
- g) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.2 – São atribuições e condições da contratante:

- a) o Município encaminhará ao banco, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do efetivo pagamento, através de sistemas eficientes e seguros do banco, com recibo de entrega imediato, arquivos contendo os valores individualizados dos créditos do funcionalismo;
- b) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo Banco, nos termos do Edital e da Proposta.

15.3 - O licitante declarado vencedor e que vier a contratar com a Administração Pública fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.

15.4 – Fica desde já convencionado que é vedada a paralisação dos serviços pela CONTRATADA, seja por qual motivo for, devendo ocorrer, a prévia notificação do MUNICÍPIO em caso de tal interesse da CONTRATADA, sob pena de aplicação das medidas/penalidades cabíveis.

16 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Declarado(s) o(s) vencedor (es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante de acordo com o item 16.1 importará a decadência do direito de recurso.

16.3 – Caberá, também, recurso administrativo nas hipóteses do art. 109 da Lei 8.666/93, processando-se conforme as determinações desta lei.

16.4 – Não sendo interpostos recursos quanto ao julgamento das propostas, ou decididos os recursos, este seguirá para a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor seguindo-se à apresentação do resultado a Prefeitura Municipal para a homologação.

16.5 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), terá (ão) efeito suspensivo quando for referente à habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento da proposta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

16.6 – Interposto recurso, poderá o(a) Pregoeiro(a) reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, comunicar aos demais licitantes, que poderão, em 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, impugná-lo.

16.7 – O recurso interposto, após os prazos previstos, será encaminhado a Prefeita Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.8 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, ou o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ao participar deste certame, sujeitando-se às penalidades do art. 7º da Lei 10.520/2011, consistindo no impedimento de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo de multa à adjudicatária de até 10% (dez por cento) sobre o valor do total da(s) sua(s) proposta(s) declarada(s) vencedora(s) e demais cominações da Lei 8.666/93.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – A Prefeita Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2 – A Câmara de Vereadores de PALMEIRA reserva-se no direito de contratar no todo ou apenas parte dos quantitativos licitados, bem como revogar a presente licitação, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

17.3 – São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Carta de Credenciamento;
- c) ANEXO III - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato;
- e) ANEXO V - Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) ANEXO VI – Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- g) ANEXO VII – Proposta de Preços;
- h) ANEXO VIII -Declaração de inexistência de impedimentos previstos na lei de improbidade administrativa;
- i) ANEXO IX - Declaração de inexistência de impedimentos previstos no art. 9º da lei 8.666/93.

17.4 – Para facilitação dos trabalhos do(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio os licitantes poderão acrescentar às suas documentações seu endereço completo, número de fax e de telefone, site, e e-mail para contato, sem que isso venha a ter qualquer interferência no julgamento das propostas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

17.5 – As datas das sessões poderão ser remarcadas para atendimento de interesse do Município, assim como as disposições deste edital poderão ser alteradas, obedecidas as exigências legais para tanto, sem que caiba qualquer indenização ou reclamação dos licitantes.

17.6 – Os casos porventura omissos e/ou com divergência de interpretação, serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, bem como pela Constituição Federal de 1988, invocando os Princípios Constitucionais da Administração Pública, em especial, o Princípio da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Probidade, Eficiência e da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado.

17.7 – Fica eleito o foro da Comarca de Otacílio Costa para dirimir qualquer conflito que porventura possa decorrer deste Edital.

PALMEIRA, 27 de abril de 2021.

ALCIONE PEREIRA DA CRUZ
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO.

1.1 - Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas incluídos os salários de seus servidores, vale-alimentação e empréstimos consignados, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme descrição abaixo:

1.1. Com Exclusividade:

a) Centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Município, lançados em contas salário individuais na Instituição Financeira, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com o Município de Palmeira, seja recebendo vencimento, salário, subsídio, proventos e pensões ou bolsa estágio, em contrapartida da efetivação de débito na conta corrente da Câmara.

b) Centralização e processamento de créditos provenientes do Vale-Alimentação dos Servidores da Câmara de Vereadores de Palmeira.

1.2 - Sem caráter de exclusividade:

a) Priorizar a concessão de crédito aos servidores ativos, comissionados e contratados da administração da Câmara, mediante consignação em folha de pagamento, atendidos os requisitos e pressupostos regulamentares de ordem interna da Instituição Financeira.

1.3 - O tipo da presente licitação é o de maior lance total ofertado

1.4 - Acaso ocorra mudança de Instituição Financeira, a transferência dos dados dos servidores será processada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a entrega da relação de funcionários, que fica a cargo da prefeitura.

2. VALOR MÍNIMO ADMISSÍVEL.

2.1. Nos termos do disposto no art. 40, X, da Lei 8666/93, com base na pesquisa de mercado realizada durante a fase interna do processo licitatório, fixa-se os valores mínimos admissíveis para o objeto deste certame. A licitante fica ciente de que a **proposta de preços com o valor inferior ao limite estabelecido será desclassificada.**

Item	Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Min. Total
1	Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas, incluídos os	Un	1	800,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

	salários de seus servidores, vale-alimentação e empréstimos consignados, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.			
		Total Geral	800,00	

3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

3.1 - O pagamento ao funcionalismo será concentrado pela Instituição Financeira, vencedora do certame, autorizada pelo Banco Central do Brasil e, gerido pela Câmara de Vereadores de Palmeira, detalhado na conformidade deste Anexo.

3.2 - A margem consignável, percentual do salário que o servidor pode comprometer mensalmente com o empréstimo consignado é de 30% (trinta por cento), sendo que a Instituição Financeira vencedora não terá exclusividade no oferecimento do produto empréstimo consignado em folha.

3.3 - A Instituição Financeira contratada deverá assegurar, sem ônus para a Contratante, e servidores, a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas em outras Instituições Financeiras, em conformidade com o artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central do Brasil.

3.4 - Entregar ao servidor/empregado público, no ato da abertura da conta bancária, documento que registre o código numérico do BANCO, o código numérico da agência e o número da conta bancária, viabilizando que o servidor/empregado público comunique à CONTRATANTE (Fonte Pagadora) o destino bancário de seus futuros pagamentos;

3.5 - A Instituição Financeira bancária vencedora deste certame, deverá disponibilizar no mínimo, também os serviços essenciais, sendo:

- a) Manter sistemas operacionais e de informática capazes de prover os serviços contratados;
- b) Fornecer a CONTRATANTE as informações necessárias ao acompanhamento de suas movimentações financeiras;
- c) Efetivar os créditos de salário dos servidores/empregados públicos da CONTRATANTE, por meio de Conta Salário, garantindo as condições e isenções de tarifas previstas no Art. 4º da Resolução CMN 3.402/2006 e da Circular BACEN 3.338/2006;
- d) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- e) disponibilizar ao servidor transferências entre contas correntes e contas de aplicações no mesmo banco, sem limite de utilização;
- f) disponibilizar saques com cartão eletrônico sem custos;
- g) fornecimento de 02 (dois) extratos mensais em caixas eletrônicos;
- h) disponibilizar 01 (uma) transferência mensal interbancária através de DOC ou TED na agência da contratação e através da internet;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

- i) fornecimento de 01 (um) talonário por mês, com no mínimo 10(dez) folhas de cheques para recebimento do pagamento;
- j) efetivação das transferências, depósitos e pagamentos sem cobrança de quaisquer tipos de taxas para o município contratante;
- k) A agência vencedora que não possuir agência ou PAB (Posto de Atendimento Bancário) na cidade de Palmeira/SC, deverá instalá-los no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados da assinatura do contrato administrativo.**
- l) a movimentação da conta corrente do servidor se dará de acordo com a legislação pertinente, definida pelo Banco Central do Brasil;
- m) o banco deverá proceder o crédito nas contas individuais de cada funcionário, a serem devidamente indicadas, no dia seguinte a data da ordem de pagamento efetuada pelo município;
- o) o banco realizará os testes necessários à validação dos arquivos referenciados na alínea anterior, informando o município da existência de eventuais inconsistências, no primeiro dia útil após sua recepção;
- p) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- q) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. Necessidade de operacionalizar a prestação de serviços de pagamento de despesas do município e de seus órgãos e entidades, incluídos os salários de seus servidores e recebimento de tributos e outras receitas da Prefeitura Municipal de Palmeira, por meio de instituição bancária que ofereça serviços com qualidade, mediante o gerenciamento pelas áreas de Recursos Humanos e Financeiro do respectivo órgão público. A vantagem decorrente da transferência dos respectivos serviços à instituições especializadas neste tipo de atividade, representa expressiva economia aos cofres públicos proporcionada pela mencionada especialização.

5. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO

5.1 - O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei n.º 10.520 de 2002, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

6. CONTRATAÇÃO

6.1 - A contratação dos serviços visa operacionalizar a prestação de serviços de pagamento de despesas do município e de seus órgãos e entidades, incluídos os salários de seus servidores e recebimento de tributos e outras receitas da Prefeitura Municipal de Palmeira e, será precedida de licitação pública, na forma de PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério da maior oferta de preço, com fundamento no inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e Lei nº 10.520/02.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

7. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

7.1 - O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666 de 1993.

7.2 - Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela prestação de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade por Fiscal designado:

7.2.1 - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da empresa que embargar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

7.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2.º, do art. 67, da Lei 8.666 de 1993.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Palmeira, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

9. DO PAGAMENTO

9.1 - A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até **05 (cinco) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta(s) corrente(s) bancária(s) indicada(s) pela Administração contratante.

9.2 - Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento

10. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - O prazo para implementação e início da prestação do serviço se iniciará após a assinatura do termo de contrato, o qual deverá ser assinado em até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, observadas as etapas descritas neste edital.

10.2 - Caso a instituição contratada não possua agência bancária instalada na sede do Município de Palmeira, terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, para a sua instalação no município, contados a partir da assinatura do contrato.

11. DA VIGÊNCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

11.1 O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, observando o limite estabelecido no parágrafo 4º do art. 57, da Lei n.º 8.666, de 1993.

Palmeira,

Alcione Pereira da Cruz
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

Processo Licitatório: __/2021
Pregão Presencial: __/2021

À Comissão de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a),
portador(a) da Cédula de Identidade sob Nr., e CPF sob Nr.
....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima,
instaurado por este órgão público, na qualidade de representante legal da empresa
....., que outorga-lhe os poderes de interpor recurso ou de
renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas e documentos, receber
notificações, intimações e de todos os atos necessários à participação no procedimento
licitatório.

....., de de

Carimbo do CNPJ



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO III

À Comissão de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____**<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>**_____**CNPJ nº** _<xxxxxxxxxxxxxx> __,
sediada em _____**<ENDEREÇO COMERCIAL>**_____, por intermédio de seu
representante legal, Sr.(Sra.)_____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ e do CPF ° _____,
declaro, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpro plenamente os requisitos
para sua habilitação no presente processo licitatório.

< CIDADE/ESTADO>, ____/____/____

Carimbo e assinatura



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

PREGÃO Nº 01/2021

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 01/2021)

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob nº 01.610.566/0001-06, com sede na Rua Roberto Hemkemaier, nº. 200, centro, em Palmeira/SC, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, aqui denominado, simplesmente, PREFEITURA, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada pelo Sr (a). _____ com sede na _____, neste ato denominada, simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº 01/2021, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2021, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para a prestação de serviços de pagamento de despesas do município e de seus órgãos e entidades, incluídos os salários de seus servidores e recebimento de tributos e outras receitas, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Processo Administrativo nº 01/2021, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2021, que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO E VALOR

2.1. A CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento do valor ofertado em até **05 (cinco) dias corridos**, contados da assinatura do contrato, em uma única parcela, em conta(s) corrente(s) bancária(s) indicada(s) pela Administração contratante.

2.2 - Em caso de atraso no pagamento, a CONTRATADA deverá pagar multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

3.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

- 3.1.1. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 3.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 3.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 3.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 3.1.5. Não mantiver a proposta;
- 3.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 3.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA – SC

3.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

3.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

3.3.1. Advertência;

3.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;

3.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

3.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, além daquela prevista na Cláusula 2 do presente contrato, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

4.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Contrato terá vigência a partir da assinatura do contrato, com duração de 60 (sessenta meses), conforme previsão contida no art. 57, inc. II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

6.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Licitatório nº 01/2021 – Pregão Presencial nº 01/2021, especialmente ao Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA:

a) Prestar os serviços listados no Termo de Referência (Anexo I) do Processo Licitatório nº 01/2021– Pregão Presencial nº 01/2021;

b) Oferecer atendimento aos servidores/empregados públicos da CONTRATANTE;

c) Entregar ao servidor/empregado público, no ato da abertura da conta bancária, documento que registre o código numérico do BANCO, o código numérico da agência e o número da conta bancária, viabilizando que o servidor/empregado público comunique à CONTRATANTE (Fonte Pagadora) o destino bancário de seus futuros pagamentos;

d) Manter sistemas operacionais e de informática capazes de prover os serviços contratados;

e) Fornecer a CONTRATANTE as informações necessárias ao acompanhamento de suas movimentações financeiras;



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

f) Efetivar os créditos de salário dos servidores/empregados públicos da CONTRATANTE, por meio de Conta Salário, garantindo as condições e isenções de tarifas previstas no Art. 4º da Resolução CMN 3.402/2006 e da Circular BACEN 3.338/2006;

g) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

7.2 – São atribuições e condições da contratante:

a) o Município encaminhará ao banco, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data do efetivo pagamento, através de sistemas eficientes e seguros do banco, com recibo de entrega imediato, arquivos contendo os valores individualizados dos créditos do funcionalismo;

b) exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo Banco, nos termos do Edital e da Proposta.

7.3 – Fica desde já convencionado que é vedada a paralisação dos serviços pela CONTRATADA, seja por qual motivo for, devendo ocorrer, a prévia notificação do MUNICÍPIO em caso de tal interesse da CONTRATADA, sob pena de aplicação das medidas/penalidades cabíveis.

7.4 – A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

8.1. Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de Otacílio Costa, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 2 (duas) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Palmeira, _____.



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

Representante Legal
CONTRATANTE

Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

Nome:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO V

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

DECLARAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____
sediada em _____
(ENDEREÇO COMERCIAL) _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARO, para os devidos fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

() não emprega menor de dezesseis anos.

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2021.

Carimbo e assinatura Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

NEXO VI

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, (cargo desempenhado na empresa) _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Local e data:

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF:

Local e data:

Nome e assinatura do contador da empresa:

RG:

CPF:

CRC:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO VII

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone/Fax: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____
E-mail: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Valor Total: R\$ _____
Valor total por extenso: _____
Prazo para Pagamento: _____
Prazo da proposta: _____

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusas todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais, trabalhistas e outros.

Local/Data _____

Assinatura do Responsável
Legal pela Empresa

Carimbo do CNPJ:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO VIII

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429, DE 02 DE JUNHO DE 1992.

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ
nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a)
_____, (cargo desempenhado na empresa)
_____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei,
não haver em seu quadro societário nenhum sócio majoritário que esteja impedido de contratar
com o poder público por aplicação do art. 12, incisos I, II e III, cumulado com os arts. 9 a 11,
da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da
licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, me comprometo a
comunicar o Poder Público caso haja o impedimento acima supervenientemente à assinatura
do contrato.

Local e data:

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF:



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA
CNPJ - 01.630.213/0001-60
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200,
CEP 88.545-000 - PALMEIRA - SC

ANEXO IX

Processo Licitatório: __/2021

Pregão Presencial: __/2021

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO ART.
9º DA LEI 8.666/93.**

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ
nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a)
_____, (cargo desempenhado na empresa)
_____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei,
não haver impedimento de contratar com o poder público por aplicação do art. 9º da Lei
8.666/93, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com
a consequente assinatura do contrato, me comprometo, sob as penas da Lei, a comunicar o
Poder Público caso surja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato.

Local e data:

Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:

CPF:

Palmitos

CÂMARA MUNICIPAL

3 ADITIVO CONTRATO 10-2020

Publicação N° 3004790

EXTRATO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 010/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRUÇÃO DO AUDITÓRIO ETAPA VII - INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC

OBJETO: Aditivo de valor.

VALOR: R\$ 17.955,20 (dezessete mil novecentos e cinquenta e cinco reais com vinte centavos).

CONTRATADA: GDK Construções Ltda - ME

Processo Licitatório n° 009/2020

Tomada de Preços n° 002/2020

Palmitos/SC, 26 de abril de 2021.

Caciano Sartori

Presidente da Câmara Vereadores de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE CANCELAMENTO DA ATA Nº 032-2021 - JRC COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI

Publicação Nº 3004296

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CANCELAMENTO ATA Nº 032/2021

Objeto: Extrato CANCELAMENTO de Ata referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2021. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: JCR COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS EIRELI. Valor: R\$ 68.900,00 (sessenta e oito mil e novecentos reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 23 de Abril de 2021 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024-2021

Publicação Nº 3003762

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021

Termo de Retificação ao Edital: Faz-se necessária a retificação do presente edital onde se lê:

Item 109 -Hidrômetro MULTIJATO 3/4 COM CONEXOES

Item 110 - Hidrômetro MULTIJATO 1/2 COM CONEXOES

Leia -se:

Item 109:

HIDRÔMETRO MULTIJATO 3/4 COM AS SEGUINTE

CONEXÕES:

- 02 TUBETES EM POLIPROPILENO CURTO DN 20MM (3/4);
- 02 PORCAS EM POLIPROPILENO DN 20MM (3/4);
- 02 ARRUELAS DE VEDAÇÃO DE BORRACHA DN 20MM (3/4);
- COM VAZÃO MÁXIMA DE 1,5 A 3,0 M³/H.
- 190 mm

Item 110:

HIDRÔMETRO MULTIJATO 1/2

Vazão máxima de 3,0 M³/H.

165mm. Quanto ao prazo de entrega, é aceitável a proposta de 30 dias a partir do momento do pedido. Desta maneira ficando nos conformes das leis que regem estes procedimentos licitatórios. Dito isto seguindo os trâmites da lei federal 8.666/93 o edital retificado passará a ser realizado na seguinte data: CADASTRO DAS PROPOSTAS até dia 12/05/2021 às 14:00h, tendo início da fase de lances no mesmo dia, as 14:30h – Papanduva, 27 de Abril de 2021 – Jaime Iankoski - Prefeito Municipal em exercício.

Paraíso

PREFEITURA

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL- AUA PROTOCOLO Nº 138/2021

Publicação Nº 3003240

O município de PARAÍSO - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resolução CONSEMA nº 98/17 e 99/17, e suas alterações, Lei Complementar Municipal nº016, de 21 de outubro de 2019, Decreto Municipal nº 2185, de 05 de novembro de 2019, Resolução CONSEMA nº157, de 06 de dezembro de 2019, com base no Protocolo nº 138/2021 do CONDER, concede a presente AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL AuA à: DADOS DO REQUERENTE DO PRAD

NOME: ENIO RECKZIEGEL

ENDEREÇO: AVENIDA PROFESSOR JOÃO LINDENMAYER Bairro: CENTRO

CEP: 89906-000

MUNICÍPIO: PARAÍSO

ESTADO: SC

CPF: 249.606.169-20

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 71.80.00- Recuperação de áreas degradadas através da conformação de relevo, exceto áreas contaminadas. LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: LINHA FUNDO UNIÃO. INTERIOR

CEP: 89906-000

MUNICÍPIO: PARAÍSO

ESTADO: SC

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Área 01-6.504 m²- Latitude: 230956 m E- Longitude: 7052246 m S; Área 02-7.320 m²- Latitude: 231001 m E - Longitude: 7052036 m S; Área 03-4.653 m²- Latitude: 230928 m E- Longitude: 7051802 m S.

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativos relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

36 meses a contar da emissão da Autorização Ambiental. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo a esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculada a esta. Parecer anexado no Despacho, do Protocolo 138/2021. LOCAL, DATA E ASSINATURA: PARAISO/SC, 27 de abril de 2021. DANIELA APARECIDA BONDAN

MUNICIPIO DE PARAÍSO

Passo de Torres

PREFEITURA

CONTRATO 50/2021

Publicação Nº 3004206

Extrato do Contrato: 050/2021

Contratante: Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Contratada: Gustavo Maltez Sieler 67572441000

Valor Global: R\$ 24.480,00 (vinte quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 22/04/2021 - Término: 31/12/2021

Modalidade da Licitação: Pregão Presencial

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONSUMÍVEIS (EXCETO PAPEL), PARA AS SECRETARIAS, ESCOLAS E CRECHES NO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES/SC

Dotação: 03.01.2.007.3.3.90-100-09/2021 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; 04.02.2.010.3.3.90 -0695-40/2021 MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR; 04.02.2.019.3.3.90-0695-59/2021 MANUTENÇÃO DAS CRECHES; 15.01.2.031.3.3.90-0064-15/2021 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

Passo de Torres/SC, 22 de Abril de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

Passos Maia**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 0032/2021**

Publicação Nº 3001649

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0007/2021

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Tozzo, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de empresa jornalística para divulgação de atos e campanhas do município de Passos Maia e suas secretaria através de portal de notícias via web. Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais). Compreendendo o valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) mensais.

Amparo Legal: Art.24, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 28 de abril de 2021.

OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO 0033/2021

Publicação Nº 3003322

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0033/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0008/2021

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Osmar Tozzo, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS AOS PRODUTORES RURAIS E ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes. Valor: R\$ 17.212,50 (dezessete mil duzentos e doze reais com cinquenta centavos).

Amparo Legal: Art.24, inciso XIII da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 28 de abril de 2021.

OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO AO PROCESSO 0024/2021

Publicação Nº 3003097

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021
JULGAMENTO DE PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, VISANDO À PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC.

Requerido: Município de Passos Maia/SC.

Requerentes: DANIEL ELIAS GARCIA, brasileiro, leiloeiro, podendo ser encontrado na Rua Anardo Raul Garcia, 62, Bairro São Luiz, em Criciúma/SC. e EDUARDO SCHMITZ, brasileiro, leiloeiro oficial, podendo ser encontrado na rua Jordânia, 507, sala 2, bairro das nações, Balneário Camboriú –SC

PREÂMBULO

Veio até essa Comissão Permanente de Licitações, pedido de impugnação do Edital de Tomada de Preços nº 1/2021, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo da Tecnologia da Informação para divulgação de leilões públicos por meio de plataforma web, o qual foi impetrado pelos leiloeiros DANIEL ELIAS GARCIA e EDUARDO SCHMITZ, sob a alegação de que o objeto do processo licitatório é ilegal, pois segundo seu entender, essa municipalidade busca na verdade a contratação de encargo específico de leiloeiro, considerando que a atividade cabe somente a "leiloeiros oficiais", bem como alega que a forma de pagamento pela contratação da plataforma afronta o interesse público. Atento para as referidas RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO enviadas pelos Leiloeiros Público Oficial, Senhor DANIEL ELIAS GARCIA e EDUARDO SCHMITZ impugnando o edital da licitação em epígrafe, passo a analisar e emitir parecer no que adiante segue:

II. DA TEMPESTIVIDADE:

Os Leiloeiros citados em epígrafe apresentaram pedido de impugnação ao Edital de Licitação em questão, enviado via Correios, o qual foi entregue no Setor de Compras e Licitações do município de Passos Maia-SC, no dia 14 de abril de 2021, fazendo parte dos autos do processo em comento, sendo, portanto, o mesmo considerado tempestivo, em atendimento ao Artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

III. DA ADMISSIBILIDADE

São pressupostos de admissibilidade desta espécie de recursos a tempestividade, a fundamentação fática e jurídica e o pedido de reforma do instrumento convocatório. Nos termos do item nº 10.1 do Edital, que reza:

"Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até dois dias úteis antes da data fixada para a realização da licitação, no endereço discriminado no item 3.1.1 deste Edital, cabendo ao Presidente da Comissão de Licitação decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas".

Nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 1/2021, a sessão pública está prevista para ser realizada no dia 03 de maio de 2021, sendo a impugnação recebida no dia 14 de abril de 2021, ou seja, tempestiva a impugnação apresentada.

Verifica-se ainda presente na impugnação a manifestação fática e jurídica, porém, não se encontra na peça apresentada pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. DANIEL ELIAS GARCIA nem pelo Sr. EDUARDO SCHMITZ o pedido de reforma do instrumento convocatório. Sendo assim, entende essa Comissão Permanente de Licitações, restarem prejudicados os requisitos de admissibilidade, mas, ainda assim, passa-se à análise de mérito.

IV. DO PEDIDO:

Trata-se de pedido de impugnação ao Edital de Tomada de Preços nº 1/2021, interposta pelos Leiloeiros Público Oficial, Senhor DANIEL ELIAS GARCIA e EDUARDO SCHMITZ.

Em síntese, alegam os impugnantes que o objeto do edital em epígrafe é completamente ilegal, afirmando que o município de Passos Maia/SC, busca na verdade, a contratação de encargo específico de leiloeiro, e que essa atividade cabe somente a Leiloeiros Oficiais. Alega, ainda, que a "comissão" paga a empresa pelos serviços de divulgação dos leilões do município de Passos Maia/SC, afronta o interesse público. Solicita o impugnante, a retificação ou revogação do Edital de Tomada de Preços nº 1/2021, solicitando, ainda, o credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para a realização dos leilões da Prefeitura Municipal de Passos Maia/SC.

É o pedido.

DO MÉRITO

O Município de Passos Maia/SC, por meio do procedimento administrativo de licitação nº 24/2021, na modalidade de Tomada de Preços nº 1/2021, pretende a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, VISANDO À PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, PARA VENDA DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC.

A insurgência dos Leiloeiros Público Oficial, diz respeito à atividade de leiloeiro, o que para ele, essa deve ser específica de "Leiloeiros Oficiais". Nesse sentido, cumpre destacar a redação do art. 53 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a qual possibilita a realização do leilão por servidor designado pela administração. Vejamos o que diz a lei: Art. 53. O leilão pode ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela administração, procedendo-se na forma da legislação pertinente.

A respeito do tema, leia-se os esclarecimentos de Hely Lopes Meirelles:

A Administração poderá valer-se de dois tipos de leilão: o comum, privativo de leiloeiro oficial, onde houver, e o administrativo propriamente dito. O leilão comum é regido pela legislação federal pertinente, mas as condições específicas podem ser estabelecidas pela Administração interessada, observados os princípios básicos da licitação; o leilão administrativo, feito por servidor público, que antes só era admitido para a venda de mercadorias apreendidas como contrabando ou abandonadas nas alfândegas, nos armazéns ferroviários, nas repartições públicas em geral, pode, agora, ser utilizado em qualquer caso. É o que se infere da Lei nº 8.666, de 1993, que, ao cuidar do leilão como modalidade licitatória, permite seja 'cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela Administração'. O essencial é que o procedimento atenda às normas da legislação pertinente a leilões em geral (art. 52, in fine). (Licitação e Contrato Administrativo. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 91).

Destarte, a opção por leiloeiro oficial ou administrativa é faculdade da Administração Pública, enquadrando-se na seara do poder discricionário da autoridade competente, a quem cabe avaliar qual das hipóteses melhor atende ao interesse público.

No caso de ser optada a realização de leilão administrativo, operado por servidor público designado para tal função, bastará procedimento interno de nomeação do servidor responsável, de preferência aquele que reunir experiência, habilitação técnica ou capacitação para exercer tal atribuição, normalmente recaindo sobre servidor responsável por executar as licitações públicas, dada a pertinência das tarefas.

Em caso contrário, sendo a opção da Administração pela realização de leilão conduzido por leiloeiro oficial, então a definição do profissional responsável será realizada de acordo com a legislação especial que regula a categoria, qual seja, o Decreto Federal nº 21.981/32.

Portanto, não é obrigatória a contratação de leiloeiro oficial, sendo legal a realização do leilão por servidor público designado pela administração. Nesse ponto, o próprio edital deixa claro no item 1.3, que o leilão será realizado por servidor do município de Passos Maia/SC, senão vejamos:

Os leilões sempre serão realizados por servidor do Município de Passos Maia/SC, especialmente designado para este fim, conforme dispõe o art. 53 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, nomeado por Decreto, através da plataforma tecnológica da licitante vencedora.

A realização de leilão administrativo (realizado por servidor público) tem amparo também, na doutrina:

Particularmente, acreditamos sim possível que tais entes da Federação realizem essa modalidade de leilão. A regulamentação da carreira

específica estaria abrangida pela autonomia administrativa do ente, que pode conceber cargo e regime jurídico próprio e seus servidores, com as peculiaridades necessárias ao exercício do encargo (como faz no caso dos médicos, advogados, contadores, entre outros, que participam de seu quadro específico). Bem assim, respeitando as diretrizes gerais apontadas pelo legislador federal, os entes da federação têm total competência para estipular procedimento para a seleção através do leilão (CHARLES, Ronny. LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS. Editora Juspodivm, 2. Ed, 2009, p. 249)

Assim, fica claro que é completamente infundada a acusação do impugnante de que essa municipalidade estaria maquiando o objeto do edital em questão, buscando a contratação de encargo específico de leiloeiro.

A contratação de empresa da Tecnologia da Informação para auxiliar o município de Passos Maia/SC na realização e divulgação dos leilões se justifica, uma vez que não seria razoável exigir dos pequenos municípios (como é o caso de Passos Maia/SC), adquirissem equipamentos de informática de ponta, softwares específicos ou ainda, contratassem pessoal especializado para a realização de um procedimento que ocorre não mais do que uma ou duas vezes por ano.

Vale destacar aqui, que o município de Passos Maia/SC, busca contratar uma PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, e isso se justifica pois, como o próprio MP/SC já se manifestou no Procedimento Preparatório nº 06.2013.00013065-2, se for verificar num contexto histórico, os leilões tradicionais, ou seja, apenas presenciais, "promovidos pelos pequenos municípios para a venda de bens inservíveis pecavam pela pouca divulgação e transparência, o que permitia a manipulação dos resultados", práticas que são amplamente repudiadas por essa municipalidade.

Portanto, com a adoção de um sistema eletrônico para divulgação dos leilões do município de Passos Maia/SC, os mesmos serão amplamente divulgados em todo o território brasileiro, possibilitando que pessoas físicas e jurídicas de diversos lugares desse país, possam conhecer os bens a serem leiloados virtualmente, bem como promoverá a ampliação do leque de possíveis interessados na arrematação dos bens. Assim, serão plenamente atendidos os princípios da impessoalidade, da publicidade, moralidade e eficiência.

É de conhecimento que existem no mercado diversas empresas que oferecem plataformas para a modalidade de leilão, em moldes muito parecidos com o solicitado por essa municipalidade, para a realização de futuros leilões.

No que tange a qualificação técnica visada, essas exigências situam-se na órbita da conveniência e da oportunidade da Administração de impor requisitos para melhor selecionar os potenciais interessados para a futura prestação do serviço. Ainda que seja de todo impossível à Administração evitar o risco de o contratado vir a se revelar incapaz tecnicamente de executar a prestação devida, o estabelecimento de certas qualificações permite a redução desse risco.

Quanto à alegação apresentada pelo impugnante de que pessoas jurídicas não poderiam participar do certame em epígrafe, mais uma vez é equivocado, ao que o objeto do edital é bem claro, pois busca-se a contratação de empresa para o fornecimento de plataforma eletrônica, que tenham especificado como objeto social da empresa a necessária qualificação para participar do certame.

Referente a comissão paga à empresa de Tecnologia da Informação, o contrato a ser firmado entre o município de Passos Maia/SC e a empresa vencedora do certame, prevê como forma de remuneração da contratada e a responsabilidade pelo pagamento de até 10% (dez por cento) do preço de arrematação dos bens, sem que esse valor esteja incluso no valor da arrematação, devendo esse percentual ser pago pelos arrematantes, diretamente a contratada.

Senão vejamos o que reza o item 3.2 da minuta contratual, ANEXO I do edital:

3.2 - O valor devido à CONTRATADA não está incluso no preço de arrematação dos bens, devendo ser pago pelos arrematantes diretamente à CONTRATADA.

Assim sendo, exitoso ou não o leilão, não haverá gasto de dinheiro público para a sua realização. O município de Passos Maia/SC, receberá integralmente o valor da arrematação dos bens em leilão, sendo que a empresa vencedora do certame, receberá até 10 % (dez por cento) do lance vencedor, o qual será pago diretamente a ela pelo arrematante.

Vale destacar que existem no mercado diversos softwares usados pelos órgãos públicos, que não trazem prejuízos e/ou dispêndios, a exemplo de algumas plataformas de pregão eletrônico, que são de uso obrigatório por todos os municípios da federação, nas quais os usuários dessas plataformas, que pretendem vender aos órgãos públicos, pagam X valor mensal ou anual, ou ainda X percentual sobre o valor dos itens vendidos aos órgãos públicos. Assim, se não houver êxito no leilão, o risco ficará por conta da empresa contratada, que arcará com os custos do uso da plataforma.

Fato é que, diferentemente do que é alegado pelo impugnante, o objeto do presente processo não está travestido de serviços de propagação de leilões, e não se trata de contratação de leiloeiro. De fato, o município tem a intenção de contratar plataforma de transação via web para a realização de futuros leilões públicos, a fim de tornar o procedimento mais transparente e vantajoso para o município de Passos Maia/SC. Vale destacar ainda que não é intenção desse município restringir a participação, muito pelo contrário, uma participação maior de licitantes, desde que idôneos, proporcionará maior disputa e consequentemente trará melhores resultados ao processo, tudo para se preservar o interesse público.

Considerando as faculdades e regras atribuídas aos entes públicos ao contratar, deve a administração primar pela legalidade de suas ações. Logo, revela-se despropositado o entendimento do reclamante, não havendo razões para a retificação ou revogação do Edital de Tomada de Preços nº 1/2021.

VI. DA DECISÃO

Dada a tempestividade do presente pedido, recebo o pedido de impugnação para no mérito, diante do exposto, pelos fundamentos fáticos e jurídicos, bem como pelas justificativas apresentadas, julgar IMPROCEDENTE o interposto pelo Leiloeiro Público Oficial, Senhor DANIEL ELIAS GARCIA, e pelo Leiloeiro EDUARDO SCHMITZ pelos motivos explicitados acima, determinando-se também a manutenção do edital em todos os seus termos originais.

É a decisão.

Providencie-se o encaminhamento da decisão da Comissão Permanente de Licitações à autoridade superior para sua análise.

Passos Maia/SC, 15 de abril de 2021.

Alex Zanchet

1. De acordo.
2. Acolho e ratifico a exposição exarada pela Comissão Permanente de Licitações do município de Passos Maia/SC, nomeada pelo Decreto nº 080/2021, de 26/03/2021, que julgou a presente impugnação improcedente.
3. Comunique-se à impugnante a decisão tomada, bem como publique-se a mesma no site da Prefeitura Municipal de Passos Maia/SC, em: www.passosmaia.sc.gov.br .

Passos Maia/SC, 15 de abril de 2021.

OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal.

Pedras Grandes

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 19/2021 CRAS

Publicação N° 3004294

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS GRANDES

Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 45/2021 -Modalidade Pregão Presencial nº 19/2021– Objeto: Aquisição de material gráfico e material de proteção, para campanhas educativas do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, especificações conforme anexo II – Termo de Referência. Data da Abertura: 12 de Maio de 2021 às 09h30min. A retirada do Edital e maiores informações, no departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal sito a Rua José Marcon-311, ou pelo telefone (48) 36593000, nos horários de 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min. Base Legal Lei Federal 8.666/93 e alterações e Lei 10.520/2002.

Pedras Grandes/SC, 27 de Abril de 2021.

Agnaldo Filippi.

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 24/2021 FMS

Publicação N° 3004282

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS GRANDES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 20/2021FMS – Dispensa de licitação nº 12/2021– Objeto: Aquisição de equipamentos, cilindros de oxigênio medicinal em regime emergencial para atendimento da população nas Unidades Básicas de Saúde do Município e no Centro de Triagem COVID-19 Contratada: Contrato nº 24/2021 – FMS - Altermed Material Médico hospitalar Ltda – Valor R\$ 2.591,41 – Vigência início: 22/04/2021 – término: 31/12/2021. Base legal Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Pedras Grandes/SC, 27 de Abril de 2021.

Agnaldo Filippi.

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

1º ADITIVO 022/2021 - PMP

Publicação Nº 3003964

1º TERMO ADITIVO Nº 022/2021-PMP
AO CONTRATO Nº026/2020-PMP

Licitação: Processo nº. 045/2019-PMP, modalidade Pregão Presencial Nº 010/2019

Objeto: A futura contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de mecânica (preventiva e corretiva) incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes, componentes e acessórios para reposição e manutenção, troca de óleo e filtro, lubrificação e pulverização, lavagem e higienização dos veículos oficiais do Município de Penha/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 022/2021-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa AUTO MECANICA RH LTDA ME, estabelecida à Av. Maria Marangoni, 95, Bairro Vila do Salto, na cidade de Luiz Alves, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.111.225/0001-67, Tel.: 47 3377-0583, representada, neste ato pelo Sr. Rodrigo Valdir Honstins, CPF sob o nº 040.928.979-52, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

Conforme a vigência na tabela da Cláusula Primeira do Contrato inicial nº 026/2019 PMP, fica prorrogado para mais 12 (Doze) meses a contar da data do dia 29/04/2021.

Cláusula Segunda

Conforme a Cláusula Terceira do Contrato inicial, o valor unitário será reajustado, conforme I.P.C.:

PMP

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (HORA/HOMEM)	12 MESES (HORAS)	VALOR TOTAL
05	Serviço de mecânica - Porte Pesado Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva.	R\$ 169,28	1.391,08 horas	R\$235.482,02
06	Material para manutenção de veículos - Porte Pesado Fornecimento de peças e componentes necessários à reposição.	(12 MESES) R\$ 295.000,00		R\$ 295.000,00
		TOTAL		R\$ 530.482,02

FMEDUC

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (HORA/HOMEM)	12 MESES (HORAS)	VALOR TOTAL
05	Serviço de mecânica - Porte Pesado Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva.	R\$ 169,28	870 horas	R\$147.273,60
06	Material para manutenção de veículos - Porte Pesado Fornecimento de peças e componentes necessários à reposição.	(12 MESES) R\$ 170.000,00		R\$ 170.000,00
		TOTAL		R\$ 317.273,60

Cláusula Terceira

Este aditivo do contrato ocorrerá na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 – Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Elemento: (34) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2.115 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Educação
 Elemento: (8) 3.3.90.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 16 de abril de 2021

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
 Prefeito Municipal

AUTO MECANICA RH LTDA ME
 Rodrigo Valdir Honstins

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
 Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO
 Controle Interno

1º ADITIVO 023/2021 - PMP

Publicação Nº 3003946

1º TERMO ADITIVO Nº 023/2021-PMP
 AO CONTRATO Nº033B/2020-PMP

Licitação: Processo nº. 045/2019-PMP, modalidade Pregão Presencial Nº 010/2019

Objeto: - Tem como objeto a futura contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de mecânica (preventiva e corretiva) incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes, componentes e acessórios para reposição e manutenção, troca de óleo e filtro, lubrificação e pulverização, lavagem e higienização dos veículos oficiais do Município de Penha/SC e suas entidades.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 023/2021-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa AUTO MECANICA LLEV LTDA, estabelecida à Rua Paulo Amandio de Borba, 71, Bairro Santo Antônio, na cidade de Balneário Piçarras, Estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.778.010/0001-64, Tel.: 47 99841-6633 E 47 3345-3902, e-mail: autollev@hotmail.com representada, neste ato pelo Sr. Leandro da Silva, CPF sob o nº_041.829.239-60 Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

Conforme a vigência na tabela da Cláusula Primeira do Contrato inicial nº 033B/2020 PMP, fica prorrogado para mais 12 (Doze) meses a contar da data do dia 29/04/2021.

Cláusula Segunda

Conforme a Cláusula Terceira do Contrato inicial, o valor unitário será reajustado, conforme I.P.C.:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (HORA/HOMEM)	12 MESES (HORAS)	VALOR TOTAL
03	Serviço de mecânica - Porte Médio Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mecânica preventiva e corretiva.	R\$ 130,74	640 horas	R\$ 83.673,60
04	Material para manutenção de veículos - Porte Médio Fornecimento de peças e componentes necessários à reposição.	(12 MESES) R\$ 164.510		R\$ 164.510,00
TOTAL DO FONECEDOR R\$ 248.183,60				

Cláusula Terceira

Este aditivo do contrato ocorrerá na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 – Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Elemento: (34) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 19 de abril de 2021.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

AUTO MECANICA LLEV LTDA

Leandro da Silva

Nome: _____

CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

2º ADITIVO 003/2021 - FMAS

Publicação Nº 3004283

2º TERMO ADITIVO Nº 003/2020 - FMAS

AO CONTRATO Nº 025/2019 - FMAS

Licitação: Processo nº. 005/2019 - FMAS, Modalidade Tomada de Preço 001/2019 – FMAS

Objeto: - O presente termo de contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, conforme condições especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lúcia, nº. 175, Santa Lúcia, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Miguel Matte nº 227, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 01.776.951/0001-10, neste ato representada pelo (a) Sr. Claudio Eurico do Santos Cardoso, inscrita no CPF/MF sob nº 391.129.509-04 e portador da cédula de identidade nº 996.441, denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência constante na cláusula segunda do contrato 025/2019 – FMAS fica prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 12/03/2021, conforme solicitação da Secretaria de Assistência Social por meio de justificativa e Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 049/2021.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 12 de março de 2021

SÉRGIO DE MELLO

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado

CESC EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES

Claudio Eurico do Santos Cardoso

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome:

C.P.F. nº

Nome:

C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

APOSTILAMENTO A ATA 004/2021 FMS

Publicação Nº 3003952

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2021-FMS

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 053/2020 – FMS – Pregão Eletrônico nº 021/2020- FMS

OBJETO: Tem por objeto aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para serem fornecidos aos profissionais de saúde, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC.

CONTRATADO: M.TESTA CONFECÇÕES

Pelo presente instrumento de 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 004/2021 FMS, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sra. CAMILA LUCHTENBERG, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 4562427 e inscrita no CPF/MF sob o nº 048.489.069-70, residente e domiciliada na Rua Gerhard Schmidt, 376 – Bairro Gravatá – Penha/SC, nomeada pela Portaria nº 282/2021, e a Empresa M.TESTA CONFECÇÕES, estabelecida à AV. Genei Uehara, nº 1263, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.829.339/0001-09, representada, neste ato pelo Sra. Marina Testarg, CPF sob o nº 064.458.499-89, Cargo/Função Representante Legal, Telefone (44) 3629-1275 ou (44) 99723-3337, E-mail, financeiro.odg@hotmail.com, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", resolvem modificar a Ata de Registro de Preços nº 004/2021 - FMS, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento de 1º Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata de Registro de Preços nº 004/2021-FMS, devidamente publicada por parte da Administração, visando o Reequilíbrio Econômico Financeiro referente ao fornecimento do item 2 - Máscaras descartáveis;

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor dos itens estava em:

2	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS. Máscaras com elástico de não tecidos compostas com duas camadas 100% polipropileno e uma camada de filtro de retenção bacteriana. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Embalagem deverá estar lacrada. Com registro no Ministério da Saúde e ANVISA. MARCA: PROPRIA MASCARA - VALOR CAIXA R\$ 27,90
---	---

No entanto, conforme solicitado pela empresa e o Parecer Jurídico nº 073/2021 PMG, os itens a partir da data de assinatura do presente Termo de Apostilamento passará a ser:

2	MÁSCARAS DESCARTÁVEIS. Máscaras com elástico de não tecidos compostas com duas camadas 100% polipropileno e uma camada de filtro de retenção bacteriana. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Embalagem deverá estar lacrada. Com registro no Ministério da Saúde e ANVISA. MARCA: PROPRIA MASCARA - VALOR CAIXA R\$ 38,58
---	---

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 20 de abril de 2021

CAMILA LUCHTENBERG
Gestora do Fundo Municipal da Saúde

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA LUIZ EDUARDO BUENO
Secretário de Administração Controle Interno

ATA 001/2021 FMAS

Publicação Nº 3003820

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020 - FMAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - FMAS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MOBILIÁRIO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos,

nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos nº 190, inscrita no CNPJ/MF sob o número nº 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTEVIR AUGUSTO DEMBINSKI ME, estabelecida à AV Manoel Ribas nº2344, na cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP 84.560.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.914.845.0001-95, representada, neste ato pelo Sr. Altevir Augusto Dembinski, CPF sob o nº 956.923.188-15, Cargo/Função Administrador, telefone (42) 3463-1729 email: al.tevirdembinski@hotmail.com doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2020-FMAS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2000, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. 1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de mobiliário objetivando a estruturação do CREAS – Penha na realização de serviços de alta complexidade da assistência social, de acordo com a solicitação nº 246/2020 anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	Marca	TIPO DE UNIDADE	QTD	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
02	COLCHÃO SOLTEIRO EM ESPUMA COM MEDIDAS 78X1,88 CM E DENSIDADE MÍNIMA 20. FOTO EM ANEXO.	Ecoflex	UNIDADE	20	R\$ 201,00	R\$ 4.020,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.020,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força

maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Assistência Social. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Assistência Social.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
 - b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
 - c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
 - d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (Duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 16 de abril de 2021.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATANTE

ALTEVIR AUGUSTO DEMBINSKI ME
Altevir Augusto Dembinski
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome: C.P.F. nº Nome: C.P.F. nº

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO
Controlador interno

ATA 002/2021 FMAS

Publicação Nº 3003822

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020 - FMAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - FMAS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2021 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MOBILIÁRIO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos nº 190, inscrita no CNPJ/MF sob o número nº 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME, estabelecida à Rua Adolfo Konder nº 279, na cidade de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.716.048/0001-94, representada, neste ato pelo Sr. Luiz Amarildo Muller, CPF sob o nº 516.501.429-00, Cargo/Função Diretor, telefone (47) 3644-6300 email: faturamento@grupomaxima.com.br doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2020-FMAS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2000, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. 1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de mobiliário objetivando a estruturação do CREAS – Penha na realização de serviços de alta complexidade da assistência social, de acordo com a solicitação nº 246/2020 anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade re cededora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	MARCA	TIPO DE UNIDADE	QTD	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
04	COZINHA PLANEJADA CONFORME PROJETO FABRICADA 100% EM MDF, COM RODAPÉS DE AÇO 30X50 GARANTINDO TOTAL RESISTÊNCIA À AGUA, SENDO BALCÃO DE PIA COM 5 PORTAS DE ABRIR, 4 GAVETAS PEQUENAS E 2 GAVETÕES DE PAINEL MAIS TORRE COM 2 PORTAS E 1 PORTA BASCULANTE E ESPAÇO PARA MICROONDAS E FORNO ELÉTRICO MAIS TORRE DE GELADEIRA E 1 BANCADA DE ALIMENTAÇÃO. MEDIDAS MÍNIMAS 3200X700X710X1100: 5710 CM. FOTO EM ANEXO.	M.MOBILE	PEÇA	01	R\$ 4.778,00	R\$ 4.778,00

06	GRANITO VERDE UBATUBA COM CUBA DUPLA EM INOX E MEDIDA 3200 CM. FOTO EM ANEXO.	PRÓPRIA	PEÇA	01	R\$ 2.590,00	R\$ 2.590,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.368,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Assistência Social. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Assistência Social.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 16 de abril de 2021.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATANTE

MAXIMA ATACADISTA EIRELI ME
Luiz Amarildo Muller
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:

C.P.F. nº

Nome:

C.P.F. nº

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO
Controlador interno

ATA 003/2021 FMAS

Publicação Nº 3003823

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2020 - FMAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020 - FMAS
Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2021 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MOBILIÁRIO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos nº 190, inscrita no CNPJ/MF sob o número nº 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI, estabelecida à Rua Aguas Frias nº 280, na cidade de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, CEP 88450-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº

27.286.283/0001-36 representada, neste ato pelo Sr. Rodrigo Alves de Campos, CPF sob o nº 080.057.959-39, Cargo/Função Representante Legal, telefone (48) 3276-1349 email: vicentedeptamentos@gmail.com doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2020-FMAS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2000, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. 1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de mobiliário objetivando a estruturação do CREAS – Penha na realização de serviços de alta complexidade da assistência social, de acordo com a solicitação nº 246/2020 anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade receptora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	Marca	TIPO DE UNIDADE	QTD	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
01	BELICHE MILITAR EM AÇO CARBONO 30X20 COM PAREDE DE 1.5 MM, CONFORME IMAGEM ANEXA, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE LARGURA 0,80 M, PROFUNDIDADE 1,90. ESTRADO DE MADEIRA. COR A SER DEFINIDA COM PINTURA EPÓXI . FOTO EM ANEXO.	PROPRIA	PEÇA	20	R\$ 650,00	R\$ 13.000,00
03	MESA PARA REFEITÓRIO COM TAMPO FABRICADO EM MDF COM MEDIDA MÍNIMA DE 25 MM, NA COR BRANCA, COM ESTRUTURA DE FERRO 30X70, FERRO 30X20, COM MEDIDAS MÍNIMAS TOTAIS DE 2700X800X750 CM E COM 02 BANCOS ESCAMOTEÁVEIS. FOTO EM ANEXO.	PROPRIA	PEÇA	02	R\$1.139,00	R\$ 2.278,00
TOTAL DO FORNECEDOR R\$ 15.278,00						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Assistência Social. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Assistência Social.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 16 de abril de 2021.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATANTE

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI
Rodrigo Alves de Campos
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome:

C.P.F. nº

Nome:

C.P.F. nº

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

LUIZ EDUARDO BUENO
Controlador interno

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 41/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

Publicação Nº 3004871

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
Resumo de Dispensa de Licitação – PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 41/2021 – Dispensa de Licitação nº 04/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços autônomos de inseminação artificial em gado leiteiro e de corte para atendimento ao programa de melhoramento genético do município.

Dados do Contrato: Contrato nº 61/2021 / Contratado: GELMIR LUIZ RAUBER - CPF sob o nº 018.865.779-78 - Data do Contrato: 26/04/2021 - Valor do Contrato: R\$ 6.720,00 (Seis mil, setecentos e vinte reais) - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei nº 8.666/93 Artigo 24 incisos II.

Peritiba – SC., 26 de abril de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 42/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021

Publicação Nº 3004875

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Para Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 42/2021 – Pregão Presencial nº 25/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de pneus, câmaras e manchões para veículos e máquinas do Município de Peritiba, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 10/05/2021.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 10/05/2021.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 27 de abril de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 43/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2021

Publicação Nº 3004876

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Para Registro de Preços, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 43/2021 – Pregão Presencial nº 26/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de óleos lubrificantes, filtros e baterias

destinados aos veículos e máquinas da frota municipal, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.
ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 11/05/2021.
DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 11/05/2021.
LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.
Informações complementares:
O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 27 de abril de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 12/2021, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2021 - FMS

Publicação Nº 3004883

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 12/2021 – Inexigibilidade de Licitação nº 07/2021 - FMS

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de fonoaudiologia para atendimento à população do Município de Peritiba, conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: Contrato nº 10/2021 / Contratado: TALK FONOAUDIOLOGIA LTDA - CNPJ: 35.562.629/0001-00 - Data do Contrato: 27/04/2021.

Para efeitos contábeis o valor estimado do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei nº 8.666 Artigo 25. Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/>, e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 27 de abril de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

DECRETO 110/2021

Publicação Nº 3003110

DECRETO N.º 110/2021
AUTORIZA AGENTES POLÍTICOS E SERVIDORES A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 111, Inciso X, da Lei Orgânica do município de Peritiba, e

Considerando a necessidade de disciplinar a utilização de veículos oficiais do município pelos agentes políticos e servidores públicos.

DECRETA:

Art. 1.º Ficam os agentes políticos e servidores públicos do município de Peritiba autorizados a conduzir veículos oficiais em horário de expediente e, em desempenho das funções do cargo ocupado.

Art. 2.º Mediante autorização do superior hierárquico os servidores públicos também poderão conduzir os veículos oficiais fora do horário de expediente, desde que no desempenho das funções do cargo ocupado.

Art. 3.º Compete ao condutor de veículo oficial:

I - observar e atentar para que a utilização do veículo seja feita sempre segundo suas características técnicas e boas condições mecânicas e de conservação;

II - dirigir o veículo de acordo com as normas e regras previstas na legislação de trânsito;

III - utilizar o veículo para uso exclusivo em serviço, no interesse do órgão ou entidade público a que pertença, sob pena de responsabilidade;

IV - não entregar a outrem a direção do veículo sob sua responsabilidade, exceto em casos excepcionais devidamente justificados.

Parágrafo Único - O condutor do veículo oficial responderá administrativamente pelas faltas que porventura venha a praticar e ficará sujeito a ressarcir o Município e terceiros pelos prejuízos causados em virtude de negligência, imperícia ou imprudência.

Art. 4º Os ocupantes do cargo de motorista não estão submetidos ao cumprimento deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 27 de abril de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 27/abril/2021	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 111/2021

Publicação Nº 3003113

DECRETO N.º 111/2021
NOMEIA SERVIDORA PARA
CARGO DE SUPERVISOR DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009, e, na forma do Capítulo II, Seção III, Inciso II, art. 14, da Lei n.º 1223 de 02 de dezembro de 1999 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, combinado com o disposto na Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de setembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1.º Fica nomeada a partir de 03/05/2021 a Sra. BRUNA ELLEN DAMBROS, para o cargo de SUPERVISOR DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível CC - 2, no período de 40h semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, Regime Jurídico Estatutário, criado pela Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de setembro de 2012.

Art. 2.º Nos termos da Lei 9.717 de 27/11/98 normatizada pela portaria 4.992 de 02/02/99, contribui para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

Art. 3.º O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 27 de abril de 2021

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 27/abril/2021	
--	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

TERMO DE COMPROMISSO E POSSE

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Gabinete do Prefeito, Paço Municipal de Peritiba, Estado de Santa Catarina, compareceu a cidadã BRUNA ELLEN DAMBROS, brasileira, solteira, natural de Peritiba/SC, com 19 anos de idade, filha de Osmar Dambrós e Marinês Cassuba Dambrós, admitida pelo Decreto n.º 111/2021, de 27/04/2021, para o cargo de SUPERVISOR DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Nível CC – 2, com carga horária de 40h semanais, tendo apresentado os documentos julgados idôneos solicitados.

Após, perante o Prefeito Municipal, Senhor PAULO JOSÉ DEITOS, proferiu o seguinte compromisso, "PROMETO, SOLENEMENTE, DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE MEU CARGO DE SUPERVISOR DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, COM EXATIDÃO, DISCIPLINA, HONRADEZ E EXEMPLO", sendo a seguir empossado no cargo.

Lavrado, este Termo vai assinado pela Compromissada e pelo Prefeito Municipal.

Dado e passado neste Setor de Pessoal no dia 03 do mês de maio de 2021.

BRUNA ELLEN DAMBROS
Compromissada

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ATER N°. 348/2017 T.A 03 – REAJUSTE - PL N° . 06/2019 PMPB IL N°. 01/2019 PMPB

Publicação N° 3003248

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER N°. 348/2017 T.A 03 – REAJUSTE

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA – CNPJ N°. 16.780.795/0001-38

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI – GERÊNCIA REGIONAL DE TUBARÃO - CNPJ N°. 83.052.191/0026-10

PROCESSO LICITATÓRIO N°: 06/2019 PMPB

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 01/2019 PMPB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTORES, PESCADORES, APICULTORES, ETC PARA O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC

VALOR GLOBAL AVENÇADO ANTERIORMENTE: R\$ 38.559,95 (TRINTA E OITO MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)

NOVO VALOR GLOBAL (ACRESCIDO DO REAJUSTE): R\$ 42.480,00 (QUARENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA UTILIZADA: Código Reduzido: 112/2021

ÍNDICE E ALÍQUOTA UTILIZADOS: INPC 9,92% (acumulado entre os anos de 2019 e 2020)

DATA DE ASSINATURA: 20/04/2021

Petrolândia

PREFEITURA

3 AD CT 18 2020 - PRO ENG

Publicação Nº 3004280

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2020

3º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ: 31.281.510/0001-08. Objeto: CONTRATAÇÃO SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CASA MORTUÁRIA NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO EDITAL. Data: 27/04/2021. Aditivo de Valor. Valor: R\$ 3.195,33. Vigência: 30/03/2021 a 30/04/2021. Petrolândia, 28 de abril de 2021. Ângela Adriana Krindges da Mota – Prefeita Municipal Interina.

CONTRATO 11 2021 - INTÉRPRETE DE LIBRAS

Publicação Nº 3004084

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2021

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e o Senhor MATHEUS CORDEIRO TONET, inscrito no CPF: 089.421.729-11. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTÉRPRETE DE LIBRAS. Data: 15/04/2021. Valor dos Serviços: R\$ 6.370,08. Vigência: 06 meses. Petrolândia, 28 de abril de 2021. Ângela Adriana Krindges da Mota – Prefeita Municipal Interina.

CONTRATO 23 2021 - SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA

Publicação Nº 3004122

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2021

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, e a Empresa ANTONIO DUARTE DA SILVA ME, inscrita no CNPJ: 12.246.839/0001-93. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO PARA O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 26/04/2021. Valor: R\$ 21.862,50. Vigência: 31/05/2021. Petrolândia, 28 de abril de 2021. Ângela Adriana Krindges da Mota – Prefeita Municipal Interina.

CONVÊNIO Nº. 001/2021

Publicação Nº 3003445

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2021.

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOHIMENTO PARA DEPENDENTES QUÍMICOS RESIDENTES E DOMICILIADOS EM PETROLÂNDIA/SC, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O CENTRO DE DESINTOXICAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOTERAPIA ALTO VALE LTDA. – COMUNIDADE TERAPÊUTICA ALTO VALE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO/SC.

O MUNICÍPIO PETROLÂNDIA, representado neste ato pela Prefeita Municipal Interina ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, brasileira, casada, portador do Documento de Identidade nº. 2.256.910 SSP-SC, e inscrita no CPF sob o nº. 936.630.309-97, doravante denominado MUNICÍPIO, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde), inscrito no CNPJ no. 14.008.675/0001-91, com sede na Rua Prefeito Frederico Probst, 67, Centro, nesta cidade, neste ato representada por sua Secretária Municipal, nomeada pela Portaria nº. 001/2021 de 04/01/2021, senhora IVONE DEFREYN NIENKOTTER, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Petrolândia - SC, e o CENTRO DE DESINTOXICAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOTERAPIA ALTO VALE LTDA. – COMUNIDADE TERAPÊUTICA ALTO VALE, instituição inscrita no CNPJ nº. 13.502.622/0001-60, com sede na Estrada Alto Figueiredo, s/nº., Município de Chapadão do Lageado/SC, representado por sua Proprietária, senhora JOICI DEMETRIO CAOVIALLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 041.154.899-95, portadora na Cédula de Identidade nº. 4.097.973 SSP/SC, domiciliada na Estrada Geral Alto Figueiredo, s/nº., no Município de Chapadão do Lageado/SC, abaixo denominado simplesmente COMUNIDADE, e com fundamento no que dispõe a Constituição Federal em especial nos seus artigos 196 a 199, Lei nº. 8.080/90, normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei Municipal nº. 1764, de 25 de Fevereiro de 2021 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONVÊNIO, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

Cláusula Primeira. O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços de acolhimento para dependentes químicos, no sentido de oportunizar efetivo tratamento e possibilitar a reinserção social aos acolhidos dependentes de substâncias psicoativas, oriundos do Município de Petrolândia/SC, comprovadamente residentes e domiciliados no mesmo.

Cláusula Segunda. Caberá ao MUNICÍPIO o encaminhamento médico do masculino dependente de substâncias psicoativas para que o COMUNIDADE cumpra o tratamento aqui proposto para sua recuperação.

Cláusula Terceira. O MUNICÍPIO disporá de tantas vagas quanto forem necessárias, contudo respeitando a capacidade de acolhimento na Comunidade Terapêutica Alto Vale, que atualmente é de 24 (vinte e quatro) leitos.

DO VALOR

Cláusula Quarta. Para a execução do objeto do presente Convênio, O MUNICÍPIO repassará à Comunidade Terapêutica Alto Vale o valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por acolhido adolescente masculino, menor de 18 (dezoito) anos, e por acolhido adulto masculino o valor mensal será de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Atendendo as peculiaridades e normas da COMUNIDADE.

Cláusula Quinta. A partir do momento em que o acolhido recuperando passar a receber auxílio-doença, este passará a assumir o pagamento do acolhimento, mediante solicitação do MUNICÍPIO.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Cláusula Sexta. Compete à COMUNIDADE:

I - Acompanhar o acolhido dependente de substâncias psicoativas, cuidando de fornecer condições favoráveis ao bom desenvolvimento do tratamento, sempre de acordo com as normas vigentes da ANVISA/RDC 29;

II - A COMUNIDADE, para a execução do objeto, fica obrigada a disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados e treinados;

III – Executar integralmente todas as atividades, atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, durante a vigência do Convênio;

IV – Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir o cumprimento deste Convênio;

V - Fornecer sem falta, até 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente relatório de atendimento da prestação do serviço, à Secretaria Municipal de Saúde de Petrolândia, contendo as informações necessárias ao pleno convencimento e conhecimento de que o Objeto foi atendido e o serviço foi prestado conforme estipulado;

VI - Utilizar as técnicas adequadas na execução das atividades, respondendo, pelos prejuízos causados;

VII – Aplicar os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO de acordo com o objeto do presente Convênio;

VIII - Enviar ao MUNICÍPIO a prestação de contas mensal pormenorizada que demonstre a efetiva aplicação dos recursos recebidos e demais documentos eventualmente solicitados pelo mesmo, e em até 60 (sessenta) dias após o término do Convênio.

Cláusula Sétima. Compete ao MUNICÍPIO:

I – Repassar a importância financeira prevista na Cláusula 3ª., nas formas e condições estabelecidas neste instrumento;

II – Exigir a Prestação de Contas mensal e ao final do Convênio, sendo necessária a apresentação de relatório mensal de atendimento da prestação do serviço ao(s) acolhido(s) atendido(s);

III – Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do objeto;

IV – Instaurar Tomada de Contas Especial visando a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na aplicação dos recursos e prestação de contas do presente convênio;

V – Não efetuar o repasse da parcela seguinte, sem apresentação da prestação de contas da parcela anterior;

VI – Responsabilizar-se pela medicação de uso contínuo, bem como exames específicos do(s) acolhido(s) dependente de substâncias psicoativas;

VI – O traslado do(s) acolhido(s).

Cláusula Oitava. A COMUNIDADE se reserva o direito de desligamento do acolhido dependente de substâncias psicoativas a qualquer tempo, se houver descumprimento das regras de residência, sem ressarcimento do valor mensal já repassado.

Parágrafo Único. Em caso de desligamento do acolhido caberá a COMUNIDADE informar o fato e encaminhar relatório acerca de que condições foi realizado o desligamento.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Nona. O prazo de vigência do presente instrumento conta a partir da data da assinatura do mesmo e término em 25 de Fevereiro de 2022, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

Cláusula Décima. O presente Convênio compreende apenas a execução do objeto, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre as partes ou entre elas e os profissionais/prepostos.

DA RESCISÃO

Cláusula Décima Primeira. O Convênio em questão poderá ser rescindido:

I – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos, da execução do objeto e demais atividades atribuições, responsabilidades e condições constantes deste instrumento;

II – Por qualquer das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do cumprimento;

III - Na falta de apresentação da prestação de contas nos prazos previstos;

III - Em caso de rescisão antes do término do prazo estabelecido e a pleno critério do presente, fica a COMUNIDADE obrigada a promover a devolução dos valores recebidos por força deste Convênio, calculado proporcionalmente a execução das atividades pactuadas.

DO FORO

Cláusula Décima Segunda. As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem assim justas e acordadas, as partes assinam Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas a abaixo nomeadas.

Petrolândia/SC, em 25 de Fevereiro de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

JOICI DEMETRIO CAOILLA
CENTRO DE DESINTOXICAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOTERAPIA ALTO VALE LTDA. – COMUNIDADE TERAPÊUTICA ALTO VALE

IVONE DEFREYN NIENKOTTER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

LEI Nº. 1764, de 25 de Fevereiro de 2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O CENTRO DE DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOTERAPIA ALTO VALE LTDA – COMUNIDADE TERAPÊUTICA ALTO VALE VISANDO O TRATAMENTO E A REINserÇÃO SOCIAL AOS DEPENDENTES QUÍMICOS RESIDENTES E DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, Prefeita Interina do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Convênio com Centro de Desintoxicação de Dependentes Químicos e Psicoterapia Alto Vale Ltda. - Comunidade Terapêutica Alto Vale, portadora do CNPJ nº. 13.502.622/0001-60, com o objetivo de proporcionar tratamento e possibilitar a reinserção social aos acolhidos dependentes de substâncias psicoativas a ser ofertado aos munícipes de Petrolândia/SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, em 25 de Fevereiro de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

CONVÊNIO Nº. 002/2021

Publicação Nº 3003448

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2021.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) E A FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL SANTA CATARINA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.673/0001-80, de ora em diante simplesmente denominada PREFEITURA, representado neste ato pela Excelentíssima Prefeita Municipal Interina, a Senhora ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 120, Centro, Município de Petrolândia/SC, portadora do RG nº. 2.256.910 e CPF nº. 936.630.309-97, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde), neste ato representada por sua secretária, senhora IVONE DEFREYN NIENKOTTER, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Petrolândia – SC, e a FUNDAÇÃO MÉDICO SOCIAL RURAL SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ sob o nº. 83.389.551/0001-16, estabelecida à Rua Jacob Momm, s/nº, nesta cidade de Petrolândia - SC, neste ato representada por seu Presidente, Senhor JOSÉ VALDIR LOFFI, brasileiro, divorciado, agricultor aposentado, portador do CPF nº. 217.789.149/34 e RG nº. 575.422.4, residente e domiciliado na comunidade de Rio do Jango nesta cidade de Petrolândia - SC, doravante denominada FUNDAÇÃO, em conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21/06/1993 e nos termos da Lei da Lei Municipal nº. 1766 de 24 de Março de 2021, resolvem firmar o presente CONVÊNIO que reger-se-á segundo as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a utilização do espaço físico e dos serviços hospitalares e técnicos a serem prestados aos munícipes de Petrolândia/SC, na Fundação Médico Social Rural Santa Catarina de Petrolândia/SC, através do atendimento de urgência e emergência, na modalidade plantão, que se dará todos os dias no horário das 19:00 às 07:00 horas da manhã, e em todos os finais de semana e feriados, e eventualmente quando não houver médico na Unidade Sanitária Municipal.

Cláusula Segunda – COMPETE À PREFEITURA

I – Subvencionar mensalmente a FUNDAÇÃO com o valor de R\$ 100,00 (cem reais) a hora/plantão, conforme escala previamente definida.

II – Subvencionar até a importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para auxiliar a manutenção do Hospital, administrado pela Fundação Médico Social Rural Santa Catarina.

III - Os valores ora acordados ficarão sujeitos a futuros reajustes, mediante assinatura de Termo Aditivo.

Cláusula Terceira – COMPETE À FUNDAÇÃO

I - Prestar atendimentos médicos, utilizando para isto os serviços, equipamentos e instalações de sua propriedade;

II - Utilizar os recursos técnicos e humanos para o atendimento de toda população residente no Município de Petrolândia;

III - Permitir à PREFEITURA, em qualquer tempo, a fiscalização dos serviços prestados;

IV - Fornecer, todos os dados que permitam à PREFEITURA o levantamento periódico e sistemático do perfil epidemiológico do Município;

V - Prestar contas à PREFEITURA, mensalmente, da aplicação dos recursos repassados, enviando relatórios dos serviços prestados e documentos comprobatórios;

VI - Permitir que os médicos efetivos e ou contratados pela PREFEITURA, possam automaticamente utilizar as dependências do Hospital para internar seus pacientes e atender o plantão.

Cláusula Quarta – AMBAS AS PARTES

As partes convenientes poderão, a qualquer tempo rescindir o presente Convênio, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento de qualquer de suas cláusulas;
- b) Mutuo acordo, e
- c) Superveniência de Lei que o torne material e formalmente impraticável.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, iniciando-se a partir do dia 01/03/2021, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

Cláusula Sexta – DAS ALTERAÇÕES

As cláusulas e condições estipuladas no presente instrumento poderão ser objeto de alteração mediante Termo Aditivo em comum acordo entre as partes.

Cláusula Sétima – DA RESCISÃO

As partes poderão rescindir a qualquer tempo o presente Convênio, mediante aviso prévio e por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, ou, sem aviso prévio, quando ocorrer inadimplemento de qualquer das condições ajustadas, arcando o inadimplente com as penalidades da Lei.

Cláusula Oitava – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga (SC), para dirimir quaisquer dúvidas acerca deste Convênio, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, a partes assinam o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Petrolândia (SC), 24 de Março de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA PREFEITA MUNICIPAL INTERINA	JOSÉ VALDIR LOFFI PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
--	---

Testemunhas:

1 - _____ Nome: CPF:	2 - _____ Nome: CPF:
----------------------------	----------------------------

LEI Nº. 1766, de 24 de Março de 2021.

AUTORIZA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO MÉDICA SOCIAL RURAL SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA, Prefeita Interina do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina. FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Fundação Médico Social Rural Santa Catarina, objetivando o atendimento à saúde da população do município de Petrolândia (SC).

Parágrafo Único. A Minuta do Convênio de que trata o caput deste artigo fica fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a alterar as disposições contidas no Termo de Convênio mediante Termo Aditivo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 24 de Março de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

CONVÊNIO Nº. 003/2021

Publicação Nº 3003449

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 003/2021.

CONVÊNIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE COM CONSULTAS MÉDICAS AMBULATORIAIS E CIRURGIAS ÀS PESSOAS RESIDENTES E DOMICILIADAS EM PETROLÂNDIA, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR EDUCACIONAL DE POMERODE/SC.

O **MUNICÍPIO PETROLÂNDIA**, representado neste ato pela Prefeita Municipal Interina, senhora **ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA**, brasileira, casada, portadora do Documento de Identidade nº. 2.256.910/SSP-SC e inscrita no CPF sob o nº. 936.630.309-97, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, nº. 120, centro, Município de Petrolândia/SC doravante denominado **MUNICÍPIO**, com interveniência da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** (Fundo Municipal de Saúde), inscrito no CNPJ nº. 14.008.675/0001-91, com sede na Rua Prefeito Frederico Probst, 67, Centro, nesta cidade, neste ato representada por sua Secretária Municipal, nomeada pela Portaria nº. 001/2021 de 04/01/2021, senhora **IVONE DEFREYN NIENKOTTER**, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Petrolândia - SC, e a **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE**, instituição de atendimento hospitalar, inscrito no CNPJ nº. 85.461.093/0005-38, com sede na Rua Hermann Weege, nº. 2727, cidade de Pomerode-SC, representada por seu Presidente, senhor **OSNI RUSCH**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 419.163.289-20, portador na Cédula de Identidade nº. 1.040.303 SSP/SC, domiciliado na Rua Albrecht Guenther, nº. 39, Ribeirão Clara, no Município de Pomerode/SC, denominada simplesmente **ASSOCIAÇÃO**, e com fundamento no que dispõe a Constituição Federal em especial nos seus artigos 196 a 199, Lei nº. 8.080/90, normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei Municipal nº. 1769, de 20 de Abril de 2021 e nos demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem, de comum acordo, firmar o presente **CONVÊNIO**, o qual se regerá pelas seguintes condições:

DO OBJETO E FINALIDADE

Art. 1º. O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços de média complexidade, com a finalidade de atender relevantes serviços de interesse público na área da saúde, através de consultas médicas ambulatoriais e cirurgias nas especialidades de ginecologia, urologia, otorrinolaringologia, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, ortopedia de ombro, ortopedia de pé e tornozelo e cirurgia geral, com serviços de anestesiologia, dispondo de equipe técnica especializada para realização dos serviços e condições de resolutividade e acompanhamento médico especializado nas diversas áreas, garantindo a assistência à saúde e oferecendo acesso aos pacientes que necessitam de atendimento especializado, ampliando o atendimento eletivo, conforme Plano de Aplicação de Recursos que é parte integrante deste Instrumento, aos munícipes residentes e domiciliados em Petrolândia/SC.

JUSTIFICATIVA DO OBJETO

Art. 2º. O **MUNICÍPIO** possui o interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, prezando por melhores e mais vantajosas condições, principalmente quanto a custos, pagamento, execuções de atendimento de atividades e atendimento à população.

Art. 3º. A ASSOCIAÇÃO conta com o Hospital e Maternidade Rio do Testo, que possui mão de obra habilitada e capacidade instalada para executar consultas e cirurgias nas especialidades para atender a demanda encaminhada pela Secretaria de Saúde do Município de Petrolândia/SC.

Art. 4º. A ASSOCIAÇÃO, Hospital Rio do Testo, preza pela total execução de suas atividades.

Art. 5º. O MUNICÍPIO considerando que as consultas e cirurgias nas especialidades de ginecologia, urologia, otorrinolaringologia, cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, ortopedia de ombro, ortopedia de pé e tornozelo e cirurgia geral, com serviços de anestesiologia, são realmente necessárias e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento e manutenção das atividades de atendimento à saúde, haja vista que a demanda atendida pelo Sistema Único de Saúde - SUS não supre as necessidades do MUNICÍPIO.

DO VALOR E DOS RECURSOS

Art. 6º. Para a execução do objeto do presente Convênio, o MUNICÍPIO repassará à ASSOCIAÇÃO o valor máximo de R\$ 173.808,00 (cento e setenta e três mil, oitocentos e oito reais).

Parágrafo Único. O repasse dos recursos se dará mensalmente, sendo 12 (doze) parcelas no valor máximo de R\$ 14.484,00 (catorze mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) conforme cronograma de desembolso, bem como de acordo com os atendimentos realizados e mediante apresentação do relatório de atendimento.

Art. 7º. O repasse será efetuado por depósito em conta bancária, a qual será movimentada exclusivamente para atender o objeto do presente Convênio.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - Fundo Municipal de Saúde

2010 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3350000000000000 - Transferência à Instituição Privada sem Fins Lucrativos

618 - Recursos de Impostos e Transferência de Impostos - SAÚDE R\$ 173.808,00

DA EXECUÇÃO

Art. 9º. O presente CONVÊNIO, tem por objeto a execução, pela ASSOCIAÇÃO, de consultas e cirurgias realizadas por profissionais habilitados para atendimento da demanda encaminhada pelo MUNICÍPIO, no que segue e complementado pelo ANEXO I e II que passa a fazer parte deste convênio:

Quant.	Unidade de medida	Custeio (despesas correntes) Especificações, tipo, modelo, etc:	Valor Unitário	Valor Total
--------	-------------------	--	----------------	-------------

36	Consultas	Consultas Ginecologia	R\$ 70,00	R\$ 2.520,00
48	Consultas	Consultas Urologia	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
48	Consultas	Consultas Otorrinolaringologia	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
48	Consultas	Consultas Cirurgia Pediátrica	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
96	Consultas	Consultas Cirurgia Geral	R\$ 70,00	R\$ 6.720,00
24	Consultas	Consultas Cirurgia Vascular	R\$ 100,00	R\$ 2.400,00
48	Consultas	Consultas Ortopedia / ombro	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
24	Consultas	Consultas Ortopedia / pé e tornozelo	R\$ 70,00	R\$ 1.680,00
180	Consultas	Avaliação anestésica	R\$ 70,00	R\$ 12.600,00
12	Cirurgias	Em Ginecologia	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
24	Cirurgias	Em Urologia	R\$ 600,00	R\$ 14.400,00
24	Cirurgias	Em Otorrinolaringologia	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
24	Cirurgias	Em Cirurgia Pediátrica	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
48	Cirurgias	Em Cirurgia Geral	R\$ 500,00	R\$ 24.000,00
12	Cirurgias	Em Cirurgia Vascular	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
24	Cirurgias	Em Ortopedia / ombro	R\$ 2.252,00	R\$ 54.048,00
12	Cirurgias	Em Ortopedia / pé e tornozelo	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
TOTAL				R\$ 173.808,00

Art. 10. A execução do objeto se dará no Hospital e Maternidade Rio do Testo, localizado Rua Hermann Weege, nº. 727, Município de Pomerode/SC.

Art. 11. O objeto deverá estar obrigatoriamente à disposição sempre que necessário (horário normal de atendimento) e no momento em que for solicitado, cumprindo obrigatoriamente com todas as formas, condições, observações, descrições, horários, especificações, preços/valores para atendimento e demais disposições estabelecidas neste instrumento e aquelas apresentadas pelo MUNICÍPIO, sem quaisquer restrições.

Art. 12. O objetivo abrange a execução, pela ASSOCIAÇÃO, de todos os serviços/atos/procedimentos que se fizerem necessários.

Art. 13. A ASSOCIAÇÃO, para a execução do objeto, fica obrigado a disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados, inclusive no que tange aos itens de proteção e regularmente inscritos junto aos órgãos competentes e especialidades, responsabilizando-se de forma integral e exclusiva por todo e qualquer dano e/ou prejuízo, seja ele a que título ou natureza, causado ao MUNICÍPIO e a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo.

Art. 14. Todos os exames complementares necessários para a realização das cirurgias serão autorizados previamente e custeados pelo MUNICÍPIO, sendo exclusivamente para os pacientes encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde de Petrolândia/SC.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 15. Compete ao MUNICÍPIO:

I - Repassar a importância financeira previsto no Art. 6º., nas formas e condições estabelecidas neste instrumento;

II - Exigir a Prestação de Contas ao final do Convênio, sendo necessária a apresentação mensal de relatório de pacientes atendidos no mês;

III - Acompanhar, controlar e fiscalizar o cumprimento e a execução do objeto pelo parecer do Conselho Fiscal da Entidade;

IV - Instaurar Tomada de Contas Especial visando a apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na aplicação dos recursos e prestação de contas do presente convênio;

V - Não efetuar o repasse da parcela seguinte, sem apresentação da prestação de contas da parcela anterior.

VI - O traslado dos pacientes.

Art. 16. Compete à ASSOCIAÇÃO:

I - Aplicar os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO de acordo com o objeto do presente Convênio e o Plano de Aplicação;

II - Manter os recursos concedidos em conta bancária específica e vinculados, identificados com o nome da entidade beneficiada e o nome do Município de Petrolândia.

III - Executar integralmente todas as atividades, atribuições, obrigações e responsabilidades constantes deste instrumento, durante a vigência do Convênio;

IV - Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir o cumprimento deste Convênio;

V - Enviar ao MUNICÍPIO a prestação de contas pormenorizada que demonstre a efetiva aplicação dos recursos recebidos e demais documentos eventualmente solicitados pelo mesmo, em até 60 (sessenta) dia após o Término do Convênio.

VI - Utilizar as técnicas adequadas na execução das atividades, respondendo, pelos prejuízos causados;

VII - A responsabilidade acerca da quantidade e qualidade dos serviços, produtos, materiais e equipamentos oferecidos, respondendo civil e penalmente por quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem;

VIII - Disponibilizar profissionais devidamente habilitados, capacitados e regularmente inscritos junto aos órgãos competentes e especialidades (quando necessário);

IX - Promover e articular serviços e programas de saúde em geral;

X - Deverá respeitar a integralidade da prestação do serviço, mantendo as suas atividades estatutárias;

XI - Arcar com a responsabilidade civil, criminal e indenização, seja de que natureza for, que surgir em virtude de qualquer dano causado aos pacientes, ou a quaisquer terceiros, decorrentes de ação ou omissão, culpa ou dolo praticado por seus empregados ou prepostos;

XII - Restituir eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, se houver;

XIII - Não repassar os recursos previstos neste Convênio para outras entidades de direito público ou privado, devendo obrigatoriamente utilizá-lo para o estabelecido no objeto.

XIV - Fornecer sem falta, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente relatório de atendimento da prestação do serviço, à Secretaria Municipal de Saúde de Petrolândia, contendo as informações necessárias ao pleno convencimento e conhecimento de que o Objeto foi atendido e o serviço foi prestado conforme estipulado no Plano de Trabalho;

XV - A ASSOCIAÇÃO fica obrigada a comunicar ao município, com antecedência mínima de 48 horas, acerca do cancelamento da agenda dos médicos;

XVI - É vedada qualquer cobrança por serviços médicos, hospitalares e outros complementares da assistência devida aos pacientes, a qualquer título.

DA VIGÊNCIA

Art. 17. O prazo de vigência do presente instrumento será de 01 (um) ano, contados a partir da data da assinatura do mesmo e término em de 01 de Abril de 2022, podendo ser alterado ou prorrogado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo.

DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

Art. 18. O presente Convênio compreende apenas a execução do objeto, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre as partes ou entre elas e os profissionais/prepostos.

DA RESCISÃO

Art. 19. O Convênio em questão poderá ser rescindido:

I - Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer de suas cláusulas, condições ou prazos;

II - Pela paralisação, seja total ou parcial, da execução do objeto e demais atividades atribuições, responsabilidades e condições constantes deste instrumento;

III - Pelo ato de autoridade, lei superveniente ou evento que torne execução deste termo formal ou materialmente inexecutável;

IV - Por qualquer das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, sem prejuízo do cumprimento, em especial pelo beneficiário, de todas as atribuições, condições e responsabilidades assumidas através deste instrumento.

a) Em caso de rescisão antes do término do prazo estabelecido no art. 20 e a pleno critério do presente, fica a ASSOCIAÇÃO obrigada a promover a devolução dos valores recebidos por força deste Convênio, calculado proporcionalmente a execução das atividades pactuadas.

b) A rescisão na hipótese de inadimplemento de quaisquer itens deste Convênio, em especial, no caso de utilização dos recursos em desacordo com o objeto do presente Convênio e do Plano de Aplicação, e na falta de apresentação da prestação de contas nos prazos previstos, implica na instauração de tomada de contas especial

DO FORO

Art. 20. As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Convênio, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem assim justas e acordadas, as partes assinam Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas a abaixo nomeadas.

Petrolândia/SC, em 01 de Abril de 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

OSNI RUSCH
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
HOSPITALAR E EDUCACIONAL POMERODE

IVONE DEFREYN NIENKOTTER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I**1 - DADOS CADASTRAIS**

ÓRGÃO/ENTIDADE CONVENIENTE				CGC/CNPJ	
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE				85.461.093/0005-38	
OBJETIVO SOCIAL					
ATIVIDADES DE ATENDIMENTOS EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS. ATIVIDADE DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO ATENDIMENTO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS.					
ENDEREÇO					
Rua Hermann Weege, nº. 2727					
CIDADE	UF	CEP	DDD / TELEFONE	Nº Inscrição no CMAS	
Pomerode	SC	89.107-000	47 3395-3852	-	
CONTA CORRENTE		BANCO	AGÊNCIA	PRAÇA DE PAGTO	
700018-9		Unicred 136	1208	Pomerode / SC	
NOME DO RESPONSÁVEL				CPF	
OSNI RUSCH				419.163.289-20	
CI / ÓRGÃO EXP.		CARGO	FUNÇÃO	MATRÍCULA	
1.040.303 SESP/SC		Diretor	Presidente	-	
ENDEREÇO				BAIRRO	
Rua Albrecht Guenther, 39				Ribeirão Clara	
CIDADE			CEP	DDD / TELEFONE	
Pomerode/SC			89.107-000	(47) 3395-3800	

OUTROS RESPONSÁVEIS

Nome		CNPJ/CPF	
Vanessa Cristine Jahnke Pedrini		894.876.649-04	
Bairro	Cidade	Bairro	Cidade
Centro	Pomerode/SC	Centro	Pomerode/SC

Nome		CNPJ/CPF	
Juliano Francisco Bohn		716.497.009-20	
Endereço	Bairro	Cidade	CEP
Rua Primeiro de Maio, 515	Centro	Pomerode	89107-000

2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO		PERÍODO DA EXECUÇÃO	
AMPLIAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE		INÍCIO Abril/2021	TÉRMINO Abril/2022
FINALIDADE/IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO - Atender relevante serviço de interesse público na área da saúde, através de consultas médicas ambulatoriais e cirurgias nas especialidades de Ginecologia, Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Ortopedia/ombro, Ortopedia/pé e tornozelo, com serviços de Anestesiologia. - Disponibilizar equipe técnica especializada para realização dos serviços e condições de resolutividade e acompanhamento médico especializado nas áreas citadas, garantindo a assistência à saúde de forma complementar ao ofertado no município e nas referências pactuadas.			
JUSTIFICATIVA DO OBJETO - Considerando que a Municipalidade possui o interesse de congregar as atividades relacionadas ao sistema de saúde, prezando por melhores e mais vantajosas condições, principalmente quanto a custos, pagamento, execuções de atendimento de atividades e atendimento à população; - Considerando que o Hospital e Maternidade Rio do Testo possuem mão de obra habilitada e capacidade instalada para executar consultas e cirurgias em Ginecologia, Urologia, Otorrinolaringologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Vascular, Ortopedia/ombro, Ortopedia/pé e tornozelo, com serviços de Anestesiologia. para atender a demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Petrolândia/SC; - Considerando o fato que o Hospital Rio do Testo preza pela total execução de suas atividades; - Considerando que as consultas e cirurgias nas especialidades são realmente necessárias e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento e manutenção das atividades de atendimento à saúde, haja vista que a demanda atendida pelo Sistema Único de Saúde – SUS não supre as necessidades do Município.			
CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO - Médicos devidamente capacitados e pessoal de apoio compatível, bem como leitos e ambientes hospitalares de acordo com as normas técnicas do SUS/Anvisa As cirurgias oferecidas, serão discriminadas no Termo de Ajuste.			

3 – OUTROS PARTICIPES (não há)

4 - PLANO DE APLICAÇÃO**4.1 - Orçamento detalhado dos bens e serviços adquiridos ou contratados:**

Quant.	Unidade de medida	Custeio - (Despesas Correntes) - Especificação (tipo, modelo, etc.).	Valor Unitário	Valor Total
36	CONSULTAS	Consultas em Ginecologia	R\$ 70,00	R\$ 2.520,00
48	CONSULTAS	Consultas em Urologia	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
48	CONSULTAS	Consultas em Otorrinolaringologia	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
48	CONSULTAS	Consultas em Cirurgia Pediátrica	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
96	CONSULTAS	Consultas em Cirurgia Geral	R\$ 70,00	R\$ 6.720,00
24	CONSULTAS	Consultas em Cirurgia Vascular	R\$ 100,00	R\$ 2.400,00
48	CONSULTAS	Consultas em Ortopedia/ombro	R\$ 70,00	R\$ 3.360,00
24	CONSULTAS	Consultas em Ortopedia/pé e tornozelo	R\$ 70,00	R\$ 1.680,00
180	CONSULTAS	Avaliação Anestésica	R\$ 70,00	R\$ 12.600,00
12	CIRURGIAS	Ginecologia	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
24	CIRURGIAS	Urologia	R\$ 600,00	R\$ 14.400,00
24	CIRURGIAS	Otorrinolaringologia	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
24	CIRURGIAS	Cirurgia Pediátrica	R\$ 500,00	R\$ 12.000,00
48	CIRURGIAS	Cirurgia Geral	R\$ 500,00	R\$ 24.000,00
12	CIRURGIAS	Cirurgia Vascular	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
24	CIRURGIAS	Ortopedia/ombro	R\$ 2.252,00	R\$ 54.048,00
12	CIRURGIAS	Ortopedia/ pé e tornozelo	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
Total				R\$ 173.808,00

4.2 - Natureza da Despesa		VALOR	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	CONVENIENTE
3.3.50.00	Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$ 173.808,00	0,00
TOTAL GERAL EM R\$		173.808,00	

5 - CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QTDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1.	1.	Consultas em Ginecologia	CONSULTAS	36	Abril/2021	Abril/2022
		Consultas em Urologia	CONSULTAS	48		
		Consultas em Otorrinolaringologia	CONSULTAS	48		
		Consultas em Cirurgia Pediátrica	CONSULTAS	48		
		Consultas em Cirurgia Geral	CONSULTAS	96		
		Consultas em Cirurgia Vascular	CONSULTAS	24		
		Consultas em Ortopedia / ombro	CONSULTAS	48		
		Consultas em Ortopedia / pé e tornozelo	CONSULTAS	24		
		Avaliação Anestésica	CIRURGIAS	180		
		Ginecologia	CIRURGIAS	12		
		Urologia	CIRURGIAS	24		
		Otorrinolaringologia	CIRURGIAS	24		
		Cirurgia Pediátrica	CIRURGIAS	24		
		Cirurgia Geral	CIRURGIAS	48		
		Cirurgia Vascular	CIRURGIAS	12		
		Ortopedia / ombro	CIRURGIAS	24		
		Ortopedia / pé e tornozelo	CIRURGIAS	12		

6 - CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO**CONCEDENTE**

META	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021
1	0,00	0,00	0,00	14.484,00	14.484,00	14.484,00
META	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021
1	14.484,00	14.484,00	14.484,00	14.484,00	14.484,00	14.484,00
META	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022
1	14.484,00	14.484,00	14.484,00	0,00	0,00	0,00
META	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONVENENTE

META	JAN/2021	FEV/2021	MAR/2021	ABR/2021	MAI/2021	JUN/2021
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
META	JUL/2021	AGO/2021	SET/2021	OUT/2021	NOV/2021	DEZ/2021
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
META	JAN/2022	FEV/2022	MAR/2022	ABR/2022	MAI/2022	JUN/2022
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
META	JUL/2022	AGO/2022	SET/2022	OUT/2022	NOV/2022	DEZ/2022
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7 – PEDIDO DE DEFERIMENTO

Na qualidade de representante legal, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o presente Plano de Trabalho.

LOCAL E DATA
POMERODE, 01 DE ABRIL DE 2021.

OSNI RUSCH
CONVENENTE - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL POMERODE

8 - APROVAÇÃO PELA SECRETARIA

LOCAL E DATA
PETROLÂNDIA, 01 DE ABRIL DE 2021.

IVONE DEFREYN NIENKOTTER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

LOCAL E DATA
PETROLÂNDIA, 01 DE ABRIL DE 2021.

ANGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA
CONCEDENTE
PREFEITA MUNICIPAL INTERINA

ANEXO II**PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS**

GINECOLOGIA	
0409060020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTAÇÃO DE COLO
0409060046	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO
0409060038	CONIZAÇÃO
0409060119	HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI/BILATERAL)
0409060100	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)
0409060135	HISTERECTOMIA TOTAL
0409060127	HISTERECTOMIA SUBTOTAL
0409060216	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA
0409060186	LAQUEADURA TUBÁRIA
0409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR
0409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE
0409070270	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA POR VIA VAGINAL
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

UROLOGIA	
0409010065	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA
0409010430	TRATAMENTO CIRURGICO DE CISTOCELE
0409010499	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINÊNCIA URINÁRIA VIA ABDOMINAL
0409010561	URETEROLITOTOMIA
0409030023	PROSTATECTOMIA SUPRAPÚBICA
0409030040	RESSECÇÃO ENDOSCÓPICA DE PRÓSTATA
0409040215	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIDROCELE
0409040231	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARICOCELE
0409040240	VASECTOMIA
0409050083	POSTECTOMIA
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

OTORRINOLARINGOLOGIA	
0404010482	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO
0404010016	ADENOIDECTOMIA
0404010024	AMIGDALECTOMIA
0404010032	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA
0404010237	MICROCIRURGIA OTOLÓGICA
0404010415	TURBINECTOMIA
0404010350	TIMPANOPLASTIA (UNI/BILATERAL)
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

CIRURGIA PEDIÁTRICA	
0406020159	EXERESE DE GLÂNGLIO LINFÁTICO
0401020088	EXERESE DE CISTO SACROCOCCÍCEO
0401020070	EXERESE DE CISTO DERMÓIDE
0409050083	POSTECTOMIA
0409050032	CORREÇÃO DE HIPOSPÁDIA - 1 TEMPO
0409050040	CORREÇÃO DE HIPOSPÁDIA – 2 TEMPO

0407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL
0407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL/CRURAL UNILATERAL
0407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL BILATERAL
0407040064	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA
0401020100	EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO
0401020096	EXERESE DE CISTO TIREOGLOSSO
0401020061	EXERESE DE CISTO BRANQUIAL
0409040126	ORQUIDOPEXIA BILATERAL
0409040134	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL
0409040215	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HIDROCELE
0409040070	EXERESE DE CISTO DE EPIDÍDIMO
0407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL
0404020087	EXCISÃO E SUTURA DE LESÃO DE BOCA
0409040061	EXERESE DE CISTO DE BOLSA ESCROTAL
0404020089	EXCISÃO DE RÂNULA
0409050067	PLÁSTICA DE FREIO BALANOPREPUCIAL
0201010372	BIÓPSIA DE PELE E PARTES MOLES
0401010074	EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO / LIPOMA
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

CIRURGIA GERAL

0401020088	EXERESE DE CISTO SACROCOCCÍGEO
0401020100	EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO
0407020284	HEMORROIDECTOMIA
0407030026	COLECISTECTOMIA
0407040064	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA
0407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL
0407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)
0407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL 1 CRURAL (UNILATERAL)
0407040110	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE
0407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

CIRURGIA VASCULAR

0406020566	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL
0406020574	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL

ORTOPEDIA / OMBRO

0408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)
0408010185	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO ACRÔMIO-CLAVICULAR
0408010231	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA SÍNDROME DO IMPACTOSUB-ACROMIAL
0408020032	ARTRODESE DE MÉDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR
0408020105	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES
0408020300	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

ORTOPEDIA / PÉ E TORNOZELO

0408050144	RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR DO TORNOZELO
------------	--------------------------------------

0408050322	REPARO DE BAINHA TENDINOSA AO NÍVEL DO TORNOZELO
0408050349	REVISÃO CIRÚRGICA DO PÉ TORTO CONGÊNITO
0408050373	TENOSINOECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR
0408050390	TRANSFERÊNCIA MUSCULAR / TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR
0408050454	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISÁRIA DE OSSOS DO MÉDIO-PÉ
0408050462	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISÁRIA DOS METATARSIAIS
0408050470	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISÁRIA DOS PODODÁCTILOS
0408050497	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA BIMAIOLAR / TRIMAIOLAR / DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO
0408050535	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CALCÂNEO
0408050560	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TALUS
0408050578	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO TORNOZELO UNIMAIOLAR
0408050608	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA DISTAL DE TÍBIA
0408050659	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGO C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO
0408050667	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)
0408050675	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISÁRIA NO MEMBRO INFERIOR
0408050730	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ CAVO
0408050748	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ PLANO VALGO
0408060123	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOECTOMIA DE MÍDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES
0408060131	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES
0408060140	FASCIECTOMIA
0408060158	MANIPULAÇÃO ARTICULAR
0408060174	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ
0408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PÉ
0408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ
0408060212	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL
0408060301	RESSECÇÃO MUSCULAR
0408060310	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES
0408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR
0408060336	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ÓSSEO
0408060441	TENÓLISE
0408060468	TENOMIOTOMIA / DESINSERÇÃO
0408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO ÚNICO
0408060484	TENORRAFIA ÚNICA EM T'L OSTEO-FIBROSO
0408060557	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MÉDIAS ARTICULAÇÕES)
0408060565	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES
0408060573	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MÃO E PÉ)
0408060581	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRAÇÃO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR
0415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

POMERODE, 01/04/2021. OSNI RUSCH
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL POMERODE

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA PL 057 - DL 026

Publicação Nº 3003213

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2021

ATA

Objeto: Este termo de licitação tem por objeto a Contratação de empresa para a elaboração de Projetos de rede de distribuição de água, com memorial descritivo, planilha de cálculo, ART, mapa da rede de distribuição de água identificando as residências beneficiadas, quantificação e especificação dos tubos, diâmetro e metragem, dimensionamento da bomba submersa, modelo, potência e tipo de energia, a serem instalados nas linhas Volta Grande, Anta Gorda, São Paulo e Salete, no município de Pinhalzinho/SC.

Órgão solicitante: FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Justificativa da necessidade de contratação:

Justifica-se a necessidade da aquisição do serviço para que sejam elaborados projetos de rede de distribuição de água no interior do município para levar este recurso aos residentes destas localidades, levando assim melhor qualidade de vida a esses moradores.

Justificativa pela contratação:

Se trata de empresa estabelecida no ramo estudos geológicos e serviços de topografia e geodésia.

Justificativa do Preço:

Justifica-se o preço acordado com base nos preços de mercado efetuada pela Secretaria de Agricultura.

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 24, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Artigo 24 - É dispensável a licitação:

Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente. (Lei 8.666/93 de 1994)

Contratado: PROJETAR PROJETOS CIVIS E AMBIENTAIS LTDA - ME

Valor Total: R\$ 29.960,00 (vinte e nove mil e novecentos e sessenta reais).

Valor Unitário: R\$ 7.490,00 (sete mil e quatrocentos e noventa reais).

Quantidade: 04 (quatro) unidades.

Dotação Orçamentária: 09.0017.0511.0018.1038.3.4.4.90.51.80.00.00.00 (201/2021);

Prazo de execução: 45 (quarenta e cinco) dias.

Vigência: 30/04/2021 até 30/07/2021

Foram anexos ao processo os seguintes documentos:

- Solicitação de Serviços;
- Solicitação de Abertura de Licitação/Dispensa;
- Parecer Contábil;
- Autorização para abertura de processo administrativo de licitação/dispensa;
- Parecer Jurídico;
- Termo de Homologação;
- Autorização de Fornecimento;
- Contrato administrativo nº 132/2021;
- Certidão Negativa Federal;
- Certidão Negativa Estadual;
- Certidão Negativa Municipal;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Publicação (Mural Público e Web).

Pinhalzinho, SC, 27 de abril de 2021.

Elmo Zanchet

Rep.: Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Ratifico nos termos da presente Ata.
Mario Afonso Woitexem
Prefeito Municipal

ATA PL 060 - DL 025

Publicação Nº 3003808

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2021

ATA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de academia de ginástica, dotada de equipamentos de musculação, esteiras, bicicletas, etc., com supervisão de professores devidamente habilitados, e com treinos liberados em horário de funcionamento do estabelecimento, para condicionamento físico do efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Pinhalzinho, conforme convenio município de Pinhalzinho/CBMS.

Órgão solicitante: SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS

Justificativa da necessidade de contratação:

Justifica-se a contratação considerando que, a prática de exercícios físicos regularmente diminui o stress e aumenta a disposição para as atividades diárias; A atividade física funciona mais que dieta quando o assunto é perda de peso, porque a atividade física promove aceleração do metabolismo, que consome calorias até em repouso; Melhora a postura, pois, através de exercícios localizados, os músculos das costas e do abdômen reeducam o corpo, prevenindo contra dores musculares; Regula o sono, pois a prática de exercícios libera endorfina, uma enzima que proporciona bem-estar e diminui a ansiedade e o estresse; Inibe os resfriados, pois a prática de atividade física fortalece o sistema imunológico; Diminui os riscos do câncer de mama, pois os exercícios diminuem os níveis de estrogênio - hormônio intimamente ligado ao câncer de mama; Combate a osteoporose, pois fortalece a massa óssea devido ao impacto promovido pelos exercícios no corpo; Reduz o colesterol ruim, pois cataboliza gorduras que circulam pelo organismo; Previne o diabetes, pois contribui para regular a produção de insulina; Controla a hipertensão, pois libera substâncias que causam a dilatação e o fortalecimento dos vasos sanguíneos; Melhora a autoestima e o condicionamento físico.

Justificativa pela contratação:

Justifica-se a contratação por se tratar de empresa estabelecida no ramo de atividades de condicionamento físico estabelecida no município.

Justificativa do Preço:

Justifica-se o preço acordado com base nos preços de mercado conforme orçamentos.

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 24, Incisos II, da Lei 8.666/93.

Artigo 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998);

Contratado: ACADEMIA SAÚDE TOTAL LTDA. - ME

Valor Unitário: R\$ 65,00 (vinte mil e novecentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos)

Quantidade: 150 (cento e cinquenta)

Valor Total: 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais)

Condições de pagamento: estimativo

Dotação Orçamentária: 10.002.0006.0181.0020.2074.39.99.00.00.00 (281/2021)

Vigência: 01/05/2021 até 31/12/2021

Foram anexos ao processo os seguintes documentos:

- Solicitação de Serviços;
- Solicitação de Abertura de Licitação/Dispensa;
- Parecer Contábil;
- Autorização para abertura de processo administrativo de licitação/dispensa;
- Parecer Jurídico;
- Termo de Homologação;
- Autorização de Fornecimento;
- Contrato administrativo nº 136/2021;
- Certidão Negativa Federal;
- Certidão Negativa Estadual;
- Certidão Negativa Municipal;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Publicação (Mural Público e Web).

Pinhalzinho, SC, 27 de abril de 2021.

Leonardo Ecco

Capitão CBM Pinhalzinho/SC

Ratifico nos termos da presente Ata.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.461, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003693

DECRETO Nº 5.461, DE 27 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

GILBERTO CHIARANI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a avaliação de risco de potencial gravíssimo e classificada na região da AMARP, conforme demonstra a matriz de risco regional disponível em www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude;

CONSIDERANDO a classificação pela OMS no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a taxa de positividade dos testes realizados no município, bem como em toda região do oeste e meio oeste de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a falta de consciência da população no cumprimento das regras sanitárias e isolamento para prevenção ao COVID-19;

CONSIDERANDO a atual situação local e regional de contaminação;

CONSIDERANDO as deliberações tomadas na Reunião da AMARP realizada no dia 26 de abril de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Permanece decretado uso obrigatório de máscaras, inclusive nas vias públicas, em qualquer estabelecimento público ou privado, bem como nos locais públicos de uso comum

Art. 2º Ficam suspensos, no âmbito do Município de Pinheiro Preto, o uso, funcionamento e ou realização do que segue:

I - eventos comemorativos relativos a casamentos, jantares, formaturas, batizados, aniversários, reuniões familiares e sociais e afins;

II – Atividades de treinamentos e eventos esportivos, tais como: campeonatos, torneios, competições e afins;

III - Atividades esportivas de caráter recreativo, eventos e competições esportivas de caráter amador, treinamentos de Escolinhas de qualquer modalidade coletiva, conforme portaria SES nº 1005, de 23 de novembro de 2020, ou enquanto durar o risco potencial gravíssimo na nossa região

IV – reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluindo excursões e cursos presenciais, e ou confraternizações em locais de uso coletivo tais como: sedes sociais, churrasqueiras coletivas, salões de festas, sítios, chácaras, inclusive na modalidade drive-in que acarretam aglomeração;

V – congressos, palestras, seminários, feiras, exposições e afins;

VI - academias ao ar livre e parques infantis;

VII – provas, testes e afins, escritos ou práticos de qualquer modalidade que gerem aglomeração de pessoas;

VIII – Excursões turísticas quer seja o receptivo de turistas, bem como organização e embarque de passageiros no Município;

IX - Jogos de mesa, tabuleiros e sinuca em qualquer estabelecimento;

X - Uso e compartilhamento de narguilé em qualquer estabelecimento ou local.

XI – Reuniões familiares em residências, sítios e áreas comuns de condomínios em que se constate a presença de pessoas não pertencentes ao grupo familiar.

Art. 3º As piscinas de uso coletivo, clubes sociais e esportivos, ginásios, quadras esportivas, fica liberado o limite de ocupação de 25% e com horário de funcionamento das 06h00 às 22h00, desde que as atividades físicas e competições sejam no máximo de duplas e sem contato físico

Art. 4º Fica restringido a circulação de pessoas no período compreendido entre as 23h00min e às 06h00min, ressalvadas unicamente a circulação de pessoas para fins de atendimento à saúde, emergência ou em deslocamento para atividades laborais permitidas.

Art. 5º Recomenda-se às empresas e atividades em geral, que sempre que possível, mantenham seus colaboradores em regime home office, primando pela redução de circulação de pessoas.

Art. 6º O transporte particular de passageiros, de qualquer espécie, fica limitado a 50% da capacidade de passageiros sentados

Art. 7º As atividades educacionais presenciais continuam limitadas a 50% das matrículas ativas por turno de atendimento do estabelecimento de ensino.

§ 1º os estabelecimentos de ensino devem ainda, além de respeitar todas as normas de saúde definidas nas portarias e decretos do Estado de Santa Catarina, garantir e efetivas matrículas para evitar fila e aglomeração de profissionais, pais e alunos na entrada e saída do estabelecimento.

§ 2º o transporte escolar deverá continuar operando com limite de 50% da capacidade de assentos de passageiros sentados.

Art. 8º para celebrações, cultos religiosos e missas devem ser efetivas medidas para se evitar fila e aglomeração nas entradas e saídas, bem como durante a celebração da eucaristia, devendo ainda respeitar o limite de 25% da capacidade do local e limitação do horário de funcionamento das 06h00 às 22h00min.

§ 1º Ficam suspensas as atividades de corais e bandas que concentrem pessoas ou que comprometam o distanciamento social.

§ 2º no caso das igrejas católicas, no momento da eucaristia, a "hóstia" deverá ser entregue nos bancos para não haver aglomeração.

Art. 9º durante a vigência deste decreto, fica determinado o encerramento do horário de funcionamento dos serviços de alimentação, nos seguintes dias e horários:

I - Lanchonetes, restaurantes, pizzarias e afins, de segunda a domingo das 06h00 até às 22h00, limitado o ingresso de novos clientes até às 21h00, ficando permitido a apresentação artística individual.

II – os bares de segunda a domingo, das 06h00 até as 20h00, com lotação de 25% da capacidade do local, ficando proibido a apresentação artística.

III – o comércio de rua, inclusive distribuidora de bebidas e alimentos, o horário de funcionamento das 08h30min às 18h30min, de segunda a sábado, com exceção de serviços essenciais.

IV – para as demais atividades e serviço privados não essenciais, a permissão de funcionamento será das 09h00 às 19h00.

§ 1º não será permitido o fornecimento de bebidas alcóolicas para consumo próprio no estabelecimento entre as 18h00 às 06h00.

§ 2º Os serviços de Delivery ficam limitados ao atendimento domiciliar e familiar podendo funcionar diariamente até as 22h00min.

§ 3º Em todos os estabelecimentos de serviço de alimentação fica proibido unir as mesas ou aumentar a capacidade, devendo manter apenas as cadeiras conforme a capacidade das mesas e com devido distanciamento.

§ 4º Os restaurantes localizados em hotéis e pousadas somente poderão atender seus hóspedes, limitada a capacidade simultânea de 25%, ficando vedado a venda de bebidas alcóolicas a partir das 22h00.

Art. 10 Os Supermercados, Lojas de Departamentos, Mercados, Padarias, Açougues e Afins poderão funcionar de segunda a domingo, das 06h00 até as 22h00min.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deverão limitar a capacidade simultânea de clientes no estabelecimento em 50% do total permitido pelo corpo de bombeiros.

§ 2º Será permitido somente o ingresso no estabelecimento de uma pessoa por núcleo familiar.

Art. 11 As academias, clínicas de fisioterapia, pilates e afins deverão respeitar a lotação de 25% da capacidade, incluindo os colaboradores, não podendo o horário de funcionamento ultrapassar às 22h00.

Art. 12 O funcionamento das agências Bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito somente será permitida com atendimento individual, controle de entrada e monitoramento do distanciamento de 1,5metros entre as pessoas.

Art. 13 Fica vedada a aglomeração de pessoas em praças, parques, e espaços públicos abertos bem como o consumo de bebidas alcóolicas nestes locais.

Art. 14 Fica liberado o atendimento individual, com horário pré-agendado, sendo um profissional para cada cliente, em salões de beleza, clínicas de estética e afins, ficando proibido o consumo de alimentos e chimarrão nesses locais.

Art. 15. Nos postos de combustíveis, o horário de funcionamento será permitido das 06h00 até as 22h00, com limite de ocupação é de 25%, sendo proibido o consumo de produtos comercializados no próprio estabelecimento no horário a partir das 18h00.

Art. 16 Está proibido em todos os níveis, o atendimento ao público de qualquer estabelecimento, no horário entre 22h00 e 06h00, exceto:

- a) Farmácias e clínicas;
- b) Serviços funerários;
- c) Serviços agropecuários e veterinários;
- d) Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- e) Estabelecimentos que realizem atendimentos exclusivamente na modalidade de tele- entrega;
- f) Postos de combustíveis;
- g) Estabelecimentos dedicados à alimentação ou à hospedagem de transportadores de cargas e de passageiros, situados em estradas e rodovias;
- h) Hotéis e similares.

Art. 17 Os estabelecimentos que descumprirem qualquer das determinações contidas neste decreto, serão imediatamente interditados pelo período da vigência deste, independentemente de prévia notificação ou procedimento administrativo, além da caracterização de infração sanitária sujeita a aplicação das demais penalidades cabíveis

Art. 18 As pessoas que apresentarem sintomas gripários deverão procurar imediatamente atendimento médico bem como comunicar as autoridades sanitárias municipais, sob pena de serem penalizadas por descumprimento das medidas sanitárias. Aos particulares fica delegada a atribuição de fiscalizarem, denunciarem pessoas que estiverem nesse estado fora do isolamento social.

Art. 19 As medidas de restrição prevista neste decreto perdurarão até dia 03 de maio de 2021, podendo ser prorrogado conforme a classificação na matriz de risco da região e situação local, ou ainda, até a tomada de decisão de outras deliberações do Governo do Estado.

Art. 20 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art. 21 Os pacientes suspeitos, positivados para covid 19 e que tenham contato familiar direto, que não cumprirem o isolamento determinado pela secretaria municipal de saúde, estão passíveis de multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e responderão criminalmente de acordo com a lei federal nº 13.979/20, bem como o código sanitário municipal nº 2.051, de 19 de fevereiro de 2019.

Art. 22 Ficam nomeadas fiscais sanitárias "ad hoc" as pessoas de:

- a) HYOLANDA MHARYA GROSSKOPF, funcionária pública, ocupante do cargo efetivo de fiscal de obras, rendas e tributos;
- b) VANUZA PERIN, funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de chefe de gabinete;
- c) CARLOS MARCELO BARONI, funcionário público, ocupante do cargo efetivo de agente de combate a endemias.
- d) SILVIA PERAZZOLI, funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de diretora de habitação.

Art. 23. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto municipal nº 5.438, de 22 de março de 2021 e decreto nº 5.452, de 05 de abril de 2021.

PINHEIRO PRETO/SC, 27 DE ABRIL DE 2021

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIAS Nº 273, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004872

PORTARIA Nº 273, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 27/2021 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

GILBERTO CHIARANI Prefeito em exercício do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 27/2021, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS, DE NITROGÊNIO LÍQUIDO E MATERIAL PARA O PROGRAMA DE MELHORAMENTO DE BOVINO DE LEITE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, DO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO para as Secretarias de Solicitantes, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

1.NITROTEC, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 09.492.811/0001-21, o lote e respectivo valor unitário: Lote nº 01 R\$ 10,00 (Dez reais), Lote nº 02 R\$ 84,00 (oitenta e quatro reais), Lote nº 03 R\$ 22,90 (Vinte e dois reais e Noventa Centavos),

Art. 2º Para os lotes 04, 05, 06, 07 restaram deserto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

1.321/2008, produzindo seus efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 27 DE ABRIL DE 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1547/2021

Publicação Nº 3003352

DECRETO Nº 1.547/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Municipal nº 1.326/2015 e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituírem o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI, para o biênio 2021/2022:

I - Indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

a) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Gracieli D'Ávila Gamzava,

Suplente: Bruna Nunes Vieira;

b) um representante do Departamento Municipal de Assistência Social;

Titular: Noely de Fátima Gomes Fries.

Suplente: Deonete Gasparini Sandi;

c) uma representante Secretaria Municipal de Educação e Esportes;

Titular: Marilene Dalmagro Casagrande,

Suplente: Marcia Regina Ko Freitag Fabrin;

d) um Representante da Secretaria Municipal de Turismo;

Titular: Vagner Luiz da Silva.

Suplente: Lucilene Turra Dias;

e) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Luana Débra Machado

Suplente: Karolina Kettermann.

II - Representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

a) um representante da Terceira Idade:

Titular: Levino Fries.

Suplente: Dianete Norbahi Zatta;

b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores rurais;

Titular: Miriam Pilger

Suplente: Ivo Port;

c) um representante de Instituições religiosas;

Titular: Fernando Oliveira.

Suplente: Rodrigo Augusto Pommerening;

d) um representante de Clubes de Serviços;

Titular: Serenita Machado

Suplente: Maria Luiza Nunes Paz;

e) um representante da Segurança Pública:

Titular: Vitor Kleiton Oliveira

Suplente: Alceu José de Miranda.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 1.041/2018, de 11 de Outubro de 2018 e Decreto nº 1.299/2020, de 03 de Abril de 2020.

Piratuba - SC, 26 de Abril de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº 226/93

Em 26 de Abril de 2021.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº250/2021

Publicação Nº 3003724

PORTARIA Nº250/2021
CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE MÉDICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 01/2021, resultado através do Decreto nº 1.541/2021, de 12 de abril de 2021.

CONTRATA

RICARDO GUIMARÃES HEISS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Itapema nº359, cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº93723534 e CPF sob o nº 019.149.657-01, para exercer em caráter temporário do cargo de MÉDICO 40 HORAS, constante no Anexo I, Grupo B, da lei complementar nº 67/2015, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 200-INI do Anexo III da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 26 de abril de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 26 de abril de 2021

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº251/2021

Publicação Nº 3003726

PORTARIA Nº251/2021
CONCEDE FÉRIAS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

FÉRIAS, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PERÍODO
Ademar Ubiali	Motorista	03/05/2021 a 01/06/2021
Adriano José da Silva	Agente Serv. Gerais Externos	03/05/2021 a 01/06/2021
Arildo Longui	Agente Serv. Gerais Externos	03/05/2021 a 01/06/2021
Casildo Inocenti	Operador de Máquina	03/05/2021 a 01/06/2021
Fernando da Silva Costa	Agente Serv. Gerais Internos	03/05/2021 a 17/05/2021
Guelomário Rodrigues de Vargas	Operador de Máquinas Agrícolas Similares	03/05/2021 a 01/06/2021
Jesse Machado	Motorista	03/05/2021 a 01/06/2021
Loire de Souza da Rocha	Técnica em Enfermagem	17/05/2021 a 31/05/2021 16/11/2021 a 30/11/2021
Luciano José dos Santos	Agente Serv. Gerais Externos	17/05/2021 a 31/05/2021
Paulo Ricardo Kurt Schuch	Técnico em Tributos	03/05/2021 a 17/05/2021
Soeliton de Oliveira	Agente de Vigilância Sanitária	03/05/2021 a 01/06/2021, convertendo 1/3 em dinheiro sendo os últimos 10 dias.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de maio de 2021.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 26 de abril de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 26 de abril de 2021

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 5142/2021

Publicação Nº 3003809



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

DECRETO Nº 5142 DE 27 DE ABRIL DE 2021

ESTABELECE O PLANO DE AÇÃO PARA ATENDER O PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – SIAFIC, NOS TERMOS DO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sadi Dallacorte, Prefeito(a) Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO a determinação contida no art. 18 do Decreto Federal nº 10.540/2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Plano de Ação constante no Anexo I, que é parte integrante do presente Decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

Art. 2º - O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

§ 1º É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

§ 2º O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a evidência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dos Órgãos de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 3º - A Comissão Especial referida no Plano de Ação, contante no anexo deste Decreto, terá a atribuição de definir os requisitos mínimos de qualidade que o SIAFIC a ser contratado pela Administração Municipal deve obedecer, respeitando as disposições do Decreto Federal 10.520/2020, e será composta por:

- I – Silmara Meyer Lemes Da Silva – Contadora Geral
- II – Dionatan Camatti Babicz – Secretário da Adm. Finanças e Planejamento
- III – Ana Paula Rohrbek Chiarello - Tesoureira
- IV – Daniela Bet – Contadora do Poder Legislativo



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

§ 1º A Comissão Especial escolherá um presidente dentre seus membros e estabelecerá os procedimentos que regerão seus trabalhos.

§ 2º. A Comissão Especial avaliará o software conforme Tabela de Padrão de Qualidade, ver Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos do Art. 2º, somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Planalto Alegre, em 27 de abril de 2021.

Sadi Dallacortte
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO
Plano de Ação - SIAFIC

Ação	Por que ?	Quando ?	Onde?	Por quem?	Como?
Ação 01: Instituir uma comissão multidisciplinar com participação de servidores dos Poderes, para estudos e avaliação do Padrão Mínimo de Qualidade do SIAFIC.	Alinhar ações e metas para um mesmo esforço	Até a data de 05/05/2021	Poder Executivo	Gestores dos Poderes	Publicação de Ato normativo
Ação 02: Elaborar Plano de Ação para adequação das disposições do decreto 10.520/2020.	Cumprimento do Decreto 10.540/2020	Até a data de 05/05/2021	Poder Executivo	Comissão de estudo e avaliação do SIAFIC	Reunião
Ação 03: Disponibilizar o Plano para os órgãos de controle e divulgar em meio eletrônico de amplo acesso público.	Cumprimento do Decreto 10.540/2020	Até a data de 05/05/2021	Poder Executivo e Legislativo	Responsável pelo Transparência	Publicação
Ação 04: Avaliar a situação atual (aderência do sistema de contabilidade aos Padrões Mínimos de Qualidade do Decreto 10.540/2020), observar se possui mais de um software para o mesmo ente federativo (Banco de Dados Único).	Com base na situação atual avaliada identificar ações corretivas do sistema atual ou a necessidade de uma nova contratação	Até a data de 30/11/2022	Poder Executivo	Comissão de estudo e avaliação do SIAFIC	Reunião
Ação 05: Pesquisa/reunião com a empresa fornecedora do software para alinhamento e entendimento quanto às ações evolutivas que estão em curso para adequação aos Padrões Mínimos de Qualidade, conforme a tabela.	Tomar conhecimento das medidas em andamento adotadas ou planejadas pela empresa que fornece o software	Até a data de 30/11/2022	Poder Executivo	Comissão de Estudo e Avaliação do SIAFIC e empresa prestadora do software	Avaliar a situação atual do sistema, conforme Tabela de Padrão de Qualidade
Ação 06: Adequações no descritivo do Edital de Licitação para que o processo de contratação esteja aderente aos Padrões Mínimos de Qualidade do SIAFIC, conforme tabela.	Garantir que, independente da necessidade atual ou não de contratação, os próximos processos licitatórios envolvendo a aquisição ou locação do software esteja dentro dos critérios exigidos pela legislação.	31/12/2022	Sector de Licitações	Responsável pelo Sector de Compras	Revisão do Edital
Ação 07: Atendimento completo ao sistema SIAFIC.	Para atendimento ao Decreto 10.540 de 05/11/2020	A partir de 01/01/2023	Ente Federativo	Todos os servidores que manuseiam o sistema	Sistema Operando



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

ANEXO II – TABELA PADRÃO DE QUALIDADE

Tabela Padrão de Qualidade		Atende?	
Requisitos	Ações	Sim	Não
Unidade e Integração	O SIAFIC é integrado a outros sistemas estruturantes tais como: RH, tributário, patrimônio, almoxarifado, etc.?		
	O SIAFIC é um sistema único e cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários?		
	O SIAFIC permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada?		
	O SIAFIC é mantido e gerenciado pelo Poder Executivo?		
	O SIAFIC registra os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial?		
Procedimentos Contábeis	Há garantia de que há apenas um SIAFIC em uso pelo Ente?		
	Os registros contábeis são efetuados conforme o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas?		
	Os registros contábeis são efetuados em idioma e moeda corrente nacionais (em português e em Real)?		
	As transações efetuadas em moeda estrangeira são convertidas em moeda nacional (Real) e é aplicada a taxa de câmbio quando do encerramento do exercício financeiro?		
	O livro diário, o livro razão e os documentos gerados pelo sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) encontram-se à disposição dos usuários e dos órgãos de controle interno e externo?		
	Os registros contábeis são efetuados de forma analítica e refletem a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade?		
	Sempre que necessário, os responsáveis pelos registros contábeis adotam providências para a obtenção da documentação na forma e no prazo adequados para evitar omissões ou distorções?		
	Os registros contábeis contêm, no mínimo: (i) a data da ocorrência da transação; (ii) a conta debitada; (iii) a conta creditada; (iv) o histórico da transação, com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado; (v) o valor da transação; e (vi) o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil?		
	No registro dos bens, dos direitos e das obrigações é feita a indicação dos elementos necessários à sua perfeita caracterização e identificação?		
	No sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) são contemplados procedimentos contábeis que garantam a segurança, a preservação e a disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis mantidos em sua base de dados?		
	No sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) é permitida a acumulação dos registros por centros de custos?		
	É vedado o controle periódico de saldos das contas contábeis sem individualização do registro para cada fato contábil ocorrido, em que os registros são gerados apenas na exportação de movimentos para fins de prestação de contas?		
	É vedado a geração de registro cujo a data não corresponda à data do fato contábil ocorrido?		
	É vedado o registro contábil após o balancete ser encerrado?		



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Transparência da Informação	É assegurado acesso público amplo em meio eletrônico sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município?			
	As informações sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do município é disponibilizada em tempo real e pormenorizada?			
Requisitos tecnológicos	É assegurado acesso público amplo em meio eletrônico, no mínimo, quanto ao empenho, liquidação e pagamento da despesa orçamentária e quanto à previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento da receita orçamentária?			
	No sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município são permitidos o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados no formato e periodicidade estabelecidos pela STN?			
	O sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município possui mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade, a auditabilidade e a disponibilidade da informação registrada e exportada?			
	Existe possibilidade de realizar cópia de segurança da base de dados do sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município que permita a sua recuperação em caso de incidente ou de falha?			
	O documento contábil que gerou o registro contém a identificação do sistema e do seu desenvolvedor?			
Outros requisitos	A estrutura do sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município atende a arquitetura dos padrões de interoperabilidade de governo eletrônico – ePING?			
	O sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município possui mecanismos de controle de acesso de usuários baseados na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e de consulta?			
	O sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município veda que uma unidade gestora ou executora tenha acesso aos dados da outra, com exceção de determinados níveis de acesso específicos definidos nas políticas de acesso dos usuários?			
	O acesso para registro e consulta dos documentos do sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município somente é permitido após cadastramento e habilitação de cada usuário, por meio do número de inscrição no CPF ou por certificado digital, com geração de código de identificação próprio e intransferível?			
	Os documentos referentes ao cadastramento e habilitação de cada usuário do sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município são mantidos em boa guarda e conservação em arquivo eletrônico centralizado, sendo permitida a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários?			
	A base de dados do sistema contábil (orçamentário, financeiro e patrimonial) do município possui mecanismos de proteção contra acesso direto não autorizado?			

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 27.651

Publicação N° 3003181

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA N° 27.651

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA PATRICIA DAHLKE GAEDTKE.

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, GENRADO RIEMER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora PATRICIA DAHLKE GAEDTKE, ocupante do cargo de Fiscal de tributos I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, atualmente cedida ao Fórum da Comarca de pomerode-SC, referente ao período aquisitivo de 05.12.10 a 04.12.13, a partir de 12 de abril de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de abril de 2021.

GENRADO RIEMER

Gestão Administrativa e Fazendária

PORTARIA N.º 27.654

Publicação N° 3004575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS - SEOB

PORTARIA N.º 27.654

DESIGNA RICARDO LUIZ WERNER PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 038 / 2021.

O Secretário de Obras, Sr. WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto Municipal n.º 3721, de 09 de Setembro de 2019,

RESOLVE:

Artigo 1º. Designar, a partir de 12 de Abril de 2021, o Servidor RICARDO LUIZ WERNER, ocupante do cargo de Engenheiro Civil – Nível I, Matrícula n.º 576948, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo n.º 038 / 2021, firmando com a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, através do Processo Administrativo n.º 008 / 2021 – Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2021.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/04/2021.

Pomerode/ SC, em 12 de Abril de 2021.

WILHELM ZILZ

Secretário de Obras - SEOB

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Declaro- me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

RICARDO LUIZ WERNER

Engenheiro Civil – Matrícula n.º 576948

PORTARIA N.º 27.690, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003595

PORTARIA N.º 27.690, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA OS MEMBROS da comissão PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NOS TERMOS DO DECRETO N° 10.540/2020

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município, e,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Comissão para Elaboração do Plano de Ação voltado para a adequação às disposições do Decreto nº. 10.540 de 05 de novembro de 2020, sobre os Padrões mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, a saber:

- a) Diego Arruda Irigoite;
- b) Gabriella Sandy de Jesus Gomes;
- c) Frank Gustav Bauer;
- d) Claus Ingomar Gruetzmacher e
- e) Liliane Nilzete Silveira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 26 de abril de 2021.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 27.675, DE 15 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003592

PORTARIA Nº 27.675, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NOMEAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE – SANTA CATARINA.

CONSIDERANDO a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, em especial as alterações promovidas nos §§ 14 e 15 do artigo 40 da Constituição Federal e o § 6º do artigo 9º da referida Emenda que traz a obrigatoriedade de o ente instituir a previdência complementar no prazo máximo de até 2 (dois) da promulgação da referida Emenda, ou seja, até 12/11/2021 e a indicação da Subsecretaria de Regimes de Previdência Complementar, do Ministério da Economia de constituir Grupo de Trabalho como procedimento recomendável para implementação do Regime de Previdência Complementar (RPC),

O PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições conferidas no Art. 74, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pomerode/SC, o Grupo de Trabalho de implementação do Regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Município de Pomerode - SC - GT-RPC.

Art. 2º O GT-PRC tem por finalidade realizar os estudos e procedimentos necessários à implementação do Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos do Município de Pomerode/SC, dentre as quais:

- I - Conhecer a legislação relativa ao tema;
- II - Realizar o levantamento do perfil da massa de servidores;
- III - Sugerir parâmetros legais como público-alvo, tipo de cobertura a ser oferecida, contribuição patronal, apresentar minuta de projeto lei de iniciativa do Poder Executivo para a instituição do RPC e acompanhar o processo seletivo de seleção da entidade gestora do regime de previdência complementar, definindo os parâmetros.

§ 1º O GT-PRC deverá se reunir após a publicação desta Portaria e elaborar um cronograma, plano de trabalho visando executar as atividades para a implementação do regime de previdência complementar dentro do prazo constitucional.

§ 2º Para a consecução do objetivo poderão ser realizadas reuniões, encontros e debates com representantes da Secretaria de Previdência, Tribunal de Contas, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Entidades Fechadas de Previdência Complementar e outros interessados e convidados, cuja participação incluirá, necessariamente, a contribuição ao debate por meio da apresentação de estudos e propostas.

§ 3º Antes da seleção da Entidade Fechada de Previdência Complementar deverá ser elaborado cálculo com base no levantamento do perfil de massa a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de embasar a análise dos planos e a fixação de critérios específicos de seleção.

§ 4º No momento da análise e seleção da entidade, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) Experiência da Entidade;
- b) Patrimônio sob gestão;
- c) Nível de Governança;
- d) Características do Plano Ofertado;
- e) Operação e Comunicação com o Participante do Plano;
- f) Taxa de carregamento;
- g) Custo de administração do plano.

Art. 3º O GT-RPC, sob a presidência do primeiro, será composto por:

I – Três representantes da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária:

Genrado Riemer – Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária;

Diego Arruda Irigoite – Contador

Willian Kreutzfeld – Assistente Administrativo

II – Dois representantes da Procuradoria-Geral do Município;

André Filipe de Moura Ferro – Procurador Municipal

Bárbara Morgana Uber Menegotti Rocha – Procuradora Municipal

III – Dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Edson Tafner – Médico Cardiologista

Loraine Silveira Aurélio – Enfermeira

IV – Dois representantes da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora:

Jaqueline Beatriz Rhan – Professor Anos Iniciais

Aline Beatris Pruner – Nutricionista

V – Dois representantes do Fundo de Aposentadoria e Pensões

Edoardo Riemer – Diretor Superintendente

Daniela Muller Schreiber – Analista de Departamento Pessoal

VI – Dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Pomerode/SC

Evanir Pfleger - Presidente

Jair Conrado Klebber – Orientador Educacional

Parágrafo Único. A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de abril de 2021.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2021 - CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO

Publicação N° 3004578

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013 / 2021

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 002 / 2021

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE, nomeado pela Portaria n.º 27.273 / 2021, após o regular cumprimento da diligência solicitada e a não manifestação acerca da inabilitação registrada, DECLARA HABILITADAS no certame as Empresas VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PETRY EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, PGO ENGENHARIA EIRELI e WR CONSTRUÇÃO & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI. Permanece INABILITADA a Empresa OMVS CONSTRUTORA EIRELI. Em continuidade ao rito concorrencial, ficam CONVOCADAS as Empresas VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, PETRY EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, PGO ENGENHARIA EIRELI e WR CONSTRUÇÃO & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI para participação na sessão pública com a finalidade de abertura dos envelopes e análise das Proposta de Preços das participantes habilitadas e a declaração de vencedor do certame, a ser realizada no dia 04/05/2021, às 08h00min., no Setor de Licitações

e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode, com sede administrativa na Rua 15 de Novembro, n.º 525 – Centro, Pomerode/SC – CEP 89.107-000, Telefone (47) 3387-7229.

Pomerode / SC, 27 de Abril de 2021.

GODOFREDO ANDRÉ BURGER
Presidente da Comissão de Licitações

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2021 - RESULTADO DE LICITAÇÃO

Publicação N° 3004599

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 022 / 2021
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 004 / 2021

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 27.273 / 2021, torna público o Resultado de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, do tipo Menor Preço / Preço Global, sob regime de Empreitada por Preço Unitário, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO COM ACESSIBILIDADE, COMPREENDENDO A UNIDADE DE SAÚDE VOLLRAD LAEMMEL, CEI WALTRUT SIEWERDT E NOVA CRECHE PADRÃO FNDE, LOCALIZADAS NA RUA 15 DE NOVEMBRO (SC-421), Nº 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Foram analisadas as propostas apresentadas pelas empresas habilitadas no certame. Propostas apresentadas: - VIA PREFERENCIAL SERVIÇOS EIRELI – Valor total da proposta apresentada: R\$35.978,23; - PGO ENGENHARIA EIRELI – Valor total da proposta apresentada: R\$37.073,66; - AUTENTIKA ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA – Valor total da proposta apresentada: R\$38.478,24; – LÍDER EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - Valor total da proposta apresentada: R\$38.775,89; e – VB CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – Valor total da proposta apresentada: R\$40.218,90. Proposta declarada vencedora por atender as exigências editalícias: VIA PREFERENCIAL SERVIÇOS EIRELI, com proposta no valor total Global de R\$35.978,23 (trinta e cinco mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos).

Pomerode / SC, 26 de Abril de 2021.

ROSÂNGELA DE OLIVEIRA BORCHARDT
Presidente da Comissão de Licitações

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

LEI-1204-2021- IGP CONVENIO

Publicação Nº 3004805

LEI N. 1204/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo de cooperação técnica entre o Município de Ponte Alta do Norte e o Estado de Santa Catarina, por meio do IGP - Instituto Geral de Perícias, e dá outras providências.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar acordo de cooperação técnica entre o município de Ponte Alta do Norte, e o Estado de Santa Catarina, por meio do IGP- Instituto Geral de perícias, visando descentralizar a atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar a emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º - O acordo de cooperação técnica, a ser celebrado entre o Município de Ponte Alta do Norte e o Estado de Santa Catarina, por meio do IGP – Instituto Geral de Perícias, deverá conter cláusulas que especifique direitos e obrigações entre as partes.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 28 de abril de 2021.

Ari Alves Wolinger
Prefeito Municipal

Fica publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de abril de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

LEI-1205-2021- ARIS

Publicação Nº 3004806

LEI Nº 1205/2021

Autoriza o ingresso do Município de Ponte Alta do Norte no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), ratificando o protocolo de intenções que o criou e dando outras providências.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, inciso V da Lei Orgânica Municipal.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a câmara aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do Município de Ponte Alta do Norte, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 2º- Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Parágrafo único. publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: https://edicao.dom.sc.gov.br/2019/03/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf)

Art. 3º- Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

- I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;
- II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
- III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
- IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
- V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
- VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
- VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 4º-A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja

prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 5º- A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 6º- A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 7º- A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º- A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

TRTR = NH x R\$ 0,0100, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º- A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDR = NH x R\$ 0,0300, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10- A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 11- Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 12- Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 13- As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 14- No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 15- No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 16- Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 17- Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 18 - O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário

do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 19- A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais respectivos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 20- Os §§ 1º e 2º, do artigo 39, da Lei Municipal nº 937/2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39 [...]

§ 1º A regulação e fiscalização será exercida pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), cuja contratação será objeto de convênio específico.

§ 2º A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) fiscalizará e controlará a execução dos programas, projetos e ações de saneamento, de conformidade com a legislação federal vigente.

Art. 21- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 889/2011 e demais disposições contrárias.

Ponte Alta do Norte, 28 de abril de 2021.

Ari Alves Wolinger
Prefeito Municipal

Fica publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de abril de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA -087-2021 LIC VIVIANE

Publicação Nº 3004803

PORTARIA Nº 087/2021
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81 inciso VIII da Lei Orgânica e Art. 62 da Lei nº006/01.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a servidora VIVIANE DA LUZ AMARAL, matrícula nº 647, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, junto ao Departamento de Educação, Licença por motivo de doença em pessoa da família, correspondente a um período de 60 (Sessenta) dias, com início em 27/04/2021, em conformidade na forma prevista pelo Artigo 62 da Lei 006/2001 e consoante atestado médico encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos e Previdência Social - INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 28 de abril de 2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-088-2021- FERNANDA

Publicação Nº 3004804

PORTARIA N.º 088/2021
NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º- Fica nomeado a servidora municipal FERNANDA MIGUEL DE LIMA, matrícula nº 10713, para exercer o cargo de provimento efetivo de Zeladora, a partir de 28 de abril de 2021, em conformidade com concurso público 002/2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 28 de abril de 2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021

Publicação Nº 3003264

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, centro, Ponte Serrada/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.306.106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa LQL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 28.893.456/0001/47, com sede na Rua Araci Vaz Callado, n. 433, sala 5, Estreito, Município de Florianópolis/SC, representada neste ato, pelo Senhor SERGIO RICARDO GRISE RAMOS, portador da Cédula de Identidade n. 5090273 SSP/MG, CPF n. 925.192.106-72 doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente contrato, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico n.03/2021- FMS, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e cláusulas estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID -19, conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa.

Faz parte deste a "Ata de Sessão – Adjudicação –Parte 1

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega dos produtos será de:

1- Em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de compra de empenho, as seguintes quantidades:

a) 1 (um) ventilador pulmonar pressométrico e volumétrico, para unidade de terapia intensiva – UTI;

2 Em até 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de compra de empenho, o restante dos objetos solicitados (conforme quantidade do anexo I;

O prazo de execução contratual poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei quando houver necessidade e interesse do comprador, desde que preenchidos os requisitos legais.

O presente termo de contrato terá a validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A CONTRATADA receberá até o valor do (s) equipamento(s), no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas notas fiscais, dos itens solicitados, devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos objetos entregues.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Responder por todos os ônus com as obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e demais encargos devidos sobre o presente contrato.

2. A empresa deverá fornecer produtos com garantia e condições conforme exigido no edital.

3. No caso de devolução de produtos defeituosos dentro do período da garantia, o frete correrá por conta do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

Se a Contratada deixar de efetuar dentro dos prazos estipulados, sem justa causa, ou ainda se o fizer fora das especificações e condições aqui acordadas, ser-lhe-á aplicado, cumulativamente, as seguintes penalidades, sem prejuízo de eventual ação de perdas e danos.

A inexecução total ou parcial do presente contrato, por quaisquer dos motivos enumerados no Art. 78 da Lei federal 8.666/93, culminará na imediata rescisão do contrato com suspensão do pagamento, bem como as penalidades previstas nos incisos I, III, e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 a saber:

1- Advertência;

2- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do fornecimento por dia de atraso ao cumprimento das obrigações assumidas.

3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;

4-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses prevista no art. 78, inciso I a XII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

A Contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a Contratante e a Contratada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Ponte Serrada para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Ponte Serrada/SC., 25 de março de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal CONTRATANTE	SERGIO RICARDO GRISE RAMOS QLQ COM. IMP DE PROD MÉDICOS CONTRATADA
---	--

Analisado e Aprovado
André Luiz Panizi OAB/SC: 23.051

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

Publicação Nº 3003261

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2021 - FMS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 82.777.236/0001-01, com sede na Rua Madre Maria Theodora, nº 264, centro, Ponte Serrada/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.306.106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o n.33.068.320/0001-32, com sede na Rua Graca Aranha, n. 875, BRCA 2, sala 2, Bairro Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP: 83.321-020, representada neste ato, pela Senhora PATRICIA BACH, portador da Cédula de Identidade n. 77497420 SESP/PR, CPF n. 031.309.619-84 doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente contrato, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico n.03/2021- FMS, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e cláusulas estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por aquisição de EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE PARA ENFRENTAMENTO DO COVID -19, conforme condições e especificações constantes no Edital e proposta anexa.

Faz parte deste a "Ata de Sessão – Adjudicação –Parte 1

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega dos produtos será de:

1- Em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de compra de empenho, as seguintes quantidades:

a) 2 (dois) monitores multiparâmetros para UTI;

2 Em até 30 (trinta) dias após a emissão da ordem de compra de empenho, o restante dos objetos solicitados (conforme quantidade do anexo I;

O prazo de execução contratual poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei quando houver necessidade e interesse do comprador, desde que preenchidos os requisitos legais.

O presente termo de contrato terá a validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A CONTRATADA receberá até o valor do (s) equipamento(s), no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a apresentação das respectivas notas fiscais, dos itens solicitados, devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos objetos entregues.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Responder por todos os ônus com as obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e demais encargos devidos sobre o presente contrato.

2. A empresa deverá fornecer produtos com garantia e condições conforme exigido no edital.

3. No caso de devolução de produtos defeituosos dentro do período da garantia, o frete correrá por conta do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

Se a Contratada deixar de efetuar dentro dos prazos estipulados, sem justa causa, ou ainda se o fizer fora das especificações e condições aqui acordadas, ser-lhe-á aplicado, cumulativamente, as seguintes penalidades, sem prejuízo de eventual ação de perdas e danos.

A inexecução total ou parcial do presente contrato, por quaisquer dos motivos enumerados no Art. 78 da Lei federal 8.666/93, culminará na imediata rescisão do contrato com suspensão do pagamento, bem como as penalidades previstas nos incisos I, III, e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 a saber:

1- Advertência;

2- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do fornecimento por dia de atraso ao cumprimento das obrigações assumidas.

3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;

4-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses prevista no art. 78, inciso I a XII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

A Contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a Contratante e a Contratada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Ponte Serrada para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Ponte Serrada/SC, 25 de março de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal CONTRATANTE	PATRICIA BACH ASCLÉPIOS EQUIP. HOSP. EIRELI CONTRATADA
---	---

Analisado e Aprovado

André Luiz Panizi OAB/SC: 23.051

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2021

Publicação Nº 3003447

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983, cujo processamento e julgamento dar-se-á por MENOR PREÇO POR LOTE, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES, em conformidade com as normas neste edital contidas e com a Lei n. 10.520, de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e com a Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, arts. 42 a 46 e Lei Complementar n. 147/2014.

1. DO OBJETO:

0.1 A presente licitação tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Os itens que comporão o objeto do presente certame encontram-se listados, contendo as características e quantidades, através do "Anexo I" do presente.

- A empresa vencedora obrigará-se a entregar as cestas básicas objeto dessa licitação, toda vez que solicitada, inclusive, se for o caso, de maneira semanal, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

- Após a solicitação, a empresa terá o prazo máximo de 03 (três) dias para entrega.

- A empresa vencedora obrigará-se a entregar o item solicitado diretamente no local em que a Secretaria Municipal de Assistência Social indicar quando da solicitação, sendo realizada conferência no local por responsável.

0.2 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, situada na Rua Madre Maria Theodora, centro, ou através do telefone (49) 3435-6021, de segunda à sexta-feira, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00.

0.3 Constituem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Valores máximos por item;
- Anexo II – Termo de Credenciamento;
- Anexo III – Declaração Unificada;
- Anexo IV – Declaração da Lei Orgânica;
- Anexo V - Ata de Registros de Preços

1.3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- Estejam cumprindo penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93;
- Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- O disposto no art. 9º da Lei n.º 8.666/93 e alterações;
- Estejam em situação irregular perante as Fazendas: União, Federal, Estadual, INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.
- Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- Serão observados os dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- Possuam em seus quadros servidores ou funcionários da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada/SC, inclusive na condição de sócio ou dirigente;
- Não contenha no seu contrato ou estatuto social ou cartão do CNPJ, finalidade ou objetivo compatível com o objeto deste pregão;
- Não poderá participar da licitação o Prefeito, o Vice-Prefeito, Assessores, Secretários e Diretores e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como os Vereadores e as pessoas ligadas

a estes por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, ou por adoção, até o primeiro grau, não poderão contratar com o Município- Artigo 89 da Lei Orgânica.

1 DO PROTOCOLO DOS ENVELOPES

1.1 O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 8 horas e 30 minutos do dia 13 de maio de 2021, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, situada na Rua Madre Maria Theodora, 264, cidade e Município de Ponte Serrada, devendo a proposta e a documentação serem apresentadas em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

1.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

1.3 Caso seja remetida a proposta por via postal, ser-lhe-á apenas tomado conhecimento se for entregue ao pregoeiro até o horário aprazado;

3. DO CREDENCIAMENTO (DOCUMENTOS FORA DOS ENVELOPES)

a) O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, devidamente autenticada ou Termo de Credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "II", juntamente com cópia do documento de identificação com foto, já autenticado ou acompanhado do original para conferência, que será devolvido ao representante. A procuração ou termo de credenciamento no caso do representante ser preposto, deverá ser original e conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada. Para representante que seja SÓCIO, deve apresentar cópia do documento de identificação com foto, já autenticado ou acompanhado do original para conferência, que será devolvido ao representante. Deve constar o nome no contrato social;

b) As microempresas e empresas de pequeno porte que queiram gozar das prerrogativas e benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar no momento do credenciamento, Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado sede da empresa proponente de acordo com a Instrução Normativa DRNC n. 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006. A data de emissão desta certidão não deve ser superior ao prazo de 60 dias a contar da data de realização desta licitação.

c) Cartão do CNPJ (cadastro nacional de pessoas jurídicas) emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;

d) Cópia autenticada do Registro Comercial, do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor e última alteração se houver, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, com ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação.

e) Declaração Unificada conforme modelo do Anexo III com firma reconhecida da assinatura do responsável legal no caso de preposto;

f) Declaração conforme modelo IV – Lei Orgânica- com firma reconhecida da assinatura do responsável legal no caso de preposto;

g) Deverá constar, no contrato social ou no cartão do CNPJ, o ramo de atividade de empresa de forma específica, em acordo com o objeto desta licitação sob pena de desclassificação;

h) A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação à outros licitantes, lavrando-se, em ata, o ocorrido;

i) As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor;

j) Os documentos que necessitarem de autenticação já deverão estar devidamente fotocopiados e acompanhados do original para autenticação de servidor da administração;

k) Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante;

l) As licitantes que decidirem pelo envio dos envelopes, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta;

m) A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI N. 10.520/2002, com cópia do contrato social autenticado e cartão do CNPJ, em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2021
ENVELOPE Nº 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4. DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública terá início às 8 horas e 30 minutos do dia 13 de maio de 2021, e será realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Ponte Serrada, situada no mesmo endereço de entrega dos envelopes.

5. DA PROPOSTA COMERCIAL (DENTRO DO ENVELOPE Nº 1)

a) O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- 1- Razão social e nº do CNPJ/MF;
- 2- Endereço e número de telefone;
- 3- Identificação deste Pregão;
- 4- Número do item, descrição do item demonstrando o atendimento aos requisitos fixados para este no anexo "I" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total;
- 5- Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

b) Ainda no envelope da proposta, deverá conter folha anexa contendo:

- 1- Dados bancários da proponente, constando número e nome do banco, número da agência bancária com dígito verificador e número da conta bancária com dígito verificador vinculado ao CNPJ do licitante;
- 2- Indicação do nome e qualificação da pessoa que irá assinar o contrato;
- 3- Indicação do nome, e-mail e número de telefone celular da pessoa responsável pelo recebimento dos pedidos.

c) Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

d) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

e) Fica fixado como valor máximo para a proposta, aqueles constantes do Anexo I do presente certame, em coluna específica, nos termos do art. 40, X, da Lei nº 8.666/93;

f) Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade da proposta, o qual será contado a partir da última data prevista para a entrega dos envelopes.

6. ESCLARECIMENTOS

a) Havendo dúvida acerca dos materiais cotados por estarem em desacordo com o exigido no presente edital, fica facultado a comissão de licitação suspender a sessão para conferência dos mesmos;

b) O pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada;

c) O pregoeiro, no interesse da administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação sendo possível à promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (DENTRO DO ENVELOPE Nº 2)

6.1 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art. 29 Inc. III e VI):

a. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo a Seguridade Social;

b. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

c. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

d. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT ou CPDT-EN), a ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

f. Certidão de Falência e Concordata – SAJ e E-PROC- com data vigente;

g. Declaração Unificada conforme modelo constante do Anexo "III".

h. Alvará de Licença e Localização, com data vigente. Em caso de constar por escrito, que o Alvará só é válido mediante comprovante de pagamento, este deverá ser apresentado em cópia ou que conste a autenticação mecânica no documento; Em caso das certidões apresentadas não constar o prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.2 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela marcada para entrega dos envelopes.

6.3 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.4 Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

6.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.7 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.8 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.9 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação relativa à regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, conforme artigo 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.11 Os documentos de habilitação deste Edital, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, desde que, esteja atualizado e com todos os documentos em dia. A condição de validade do CRC apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Ponte Serrada, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência ou não apresentar os documentos exigido neste certame;

6.12 Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope 02 dispostos de forma ordenada e rubricados pelo Licitante.

8.DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

a) Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, a proposta de menor preço item a item aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

b) Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais;

c) Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

d) A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

e) A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.

f) Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

g) Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos, desde que não seja valor cotado maior do que dispõe o anexo I.

h) Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos fixados neste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

i) As propostas declaradas inexequíveis serão classificadas, caso o proponente manifeste-se verbalmente, comprometendo-se a executar o objeto pelo preço proposto, o qual será lavrada na ata da sessão.

j) No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

k) Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, o sistema do programa Betha Compras realizará o sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

l) A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

m) A oferta de lance deverá recair sobre o preço por item desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

n) O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

o) Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.

p) Dos lances ofertados não caberá retratação.

q) A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

r) Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

s) O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

t) Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

u) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

v) O Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 5 e subitens, deste Edital.

w) Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

x) As empresas classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação. Frisa-se que as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação relativa a regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal conforme dispõe o artigo 43 da Lei Complementar n. 123/06.

y) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultada a administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

z) Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará

a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade em cada item e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

aa) O Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

bb) Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, documentação apresentada ou das propostas apresentadas.

cc) Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

dd) Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

ee) A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

ff) A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

gg) Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

hh) A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata;

ii) Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes;

jj) Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada;

kk) O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a homologação, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

a) No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

b) No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

c) A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, MENOR PREÇO POR ITEM, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

d) O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

a) Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para a realização do processo licitatório, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão: A impugnação deverá ser protocolada no Setor de Licitações desta Prefeitura, em data e horário apazado, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão;

b) Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso, conforme inciso XVIII, do Artigo 4º, da Lei 10.520/02;

c) O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão;

d) As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

e) A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos;

f) Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

11. DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, DO FORNECIMENTO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA REVISÃO DE PREÇOS E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA ATA

a) À(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar será assegurado o direito de preferência ao registro de preço em ata;

b) Para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato, nomeia-se como Fiscal deste contrato o responsável da Secretaria de Agricultura;

c) A ata de registro de preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para eventual e futura contratação, na qual se registra a(s) licitante(s) classificada(s) e o(s) item(ns) com os respectivo(s) valor(es) unitário(s);

d) Homologado o procedimento, será convocada as classificadas, para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação, assinar a(s) respectiva(s) ata(s) de registro de preços, cuja minuta integra este edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços

e) O prazo para a assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Município;

f) Caso a(s) licitante(s) classificada(s) não assine(m) a(s) respectiva(s) ata(s) de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias, a partir da comunicação, ficará(ão) sujeita(s) à penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, obtido mediante a aplicação do valor unitário do(s) item(ns) sobre a quantidade prevista para os 3 (três) meses de registro;

g) Na hipótese de ocorrência do previsto no subitem anterior, será emitida notificação de cobrança à(s) licitante(s) classificada(s), que deverá(ão) fazer o recolhimento do valor da multa aos cofres públicos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de cobrança judicial;

- h) Caso ocorra o disposto no item 11.7 será imediatamente convocada a licitante classificada em segundo lugar, para a assinatura da ata de registro de preços, obedecendo aos mesmos critérios e procedimentos;
- i) Ao assinar(em) a(s) ata(s), a(s) licitante(s) classificada(s) passará(ão) à denominação de detentora(s) da ata, se comprometendo a cumprir(em) todas as condições a serem praticadas, determinadas neste edital e na proposta apresentada;
- j) O prazo de validade da ata de registro de preços será de 3(três) meses, a partir da assinatura da ata, ficando a sua detentora obrigada a manter o seu preço registrado por igual período.

10.2 DO FORNECIMENTO

- a) A formalização do pedido de entrega das peças dar-se-á por intermédio do instrumento denominado autorização de fornecimento;
- b) O recebimento da autorização de fornecimento obrigará a detentora da ata a efetuar a entrega dos produtos/prestar o serviço pelo valor registrado. A partir do recebimento da autorização de fornecimento iniciará, para a detentora da ata. A empresa vencedora obrigando-se a entregar os itens/prestar o serviço dessa licitação, toda vez que solicitada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais. A rubrica no comprovante de entrega da Nota Fiscal/Conhecimento de Carga evidenciará, tão somente, que o produto foi entregue na unidade de ensino, não caracterizando sua aprovação ou aceitação;
- c) Inicialmente será dado o recebimento provisório. Constatada qualquer irregularidade, a contratada, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 2 (dois) dias, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária;
- d) O aceite definitivo na Nota Fiscal/Fatura será dado somente após a contagem unitária e a verificação do atendimento das especificações do edital;
- e) O prazo para substituição/regularização dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso na entrega, prevista neste edital;
- f) O período compreendido entre a entrega do objeto e a notificação para a troca, não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para entrega e substituição/regularização do mesmo;
- g) O aceite definitivo na nota fiscal somente ocorrerá a partir de aposição de carimbo, com a respectiva rubrica do servidor responsável pelo recebimento, comprovando que os mesmos estão em conformidade com o licitado;
- h) O(s) quantitativo(s) total(is) expresso(s) no edital é(são) estimado(s) e representa(m) a(s) previsão(ões) deste município para as compras durante o período de 3 (três) meses;
- i) Durante o prazo de validade da ata de registro de preços, sua detentora fica obrigada a fornecer o produto ofertado, nas quantidades indicadas por este município em cada autorização de fornecimento;
- j) A existência do preço registrado não obriga este município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da ata, preferência em igualdade de condições;
- k) No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro da detentora da ata, sujeitando-se esta às sanções administrativas pertinentes.

10.3 DAS RESPONSABILIDADES DAS DETENTORAS DA ATA

- a) Fornecer os produtos nas condições marca e no preço e no prazo, estipulados na etapa de lances como vencedor
- b) A Empresa será obrigada a enviar o arquivo da NF para o setor de compras (compras@ponteserrada.sc.gov.br) de acordo com a autorização de fornecimento que deverá ser total, em caso de vir a NF em desacordo com a autorização do setor de compras a mercadoria será devolvida;
- c) No caso da contratada por alguma razão, não conseguir entregar o produto na marca declarada vencedora, deverá requerer a troca da marca do produto, por escrito, para aprovação da Comissão de Licitações;
- d) O não cumprimento do disposto nos incisos anteriores facultará ao Município a adoção de medidas objetivando possível rescisão contratual, incorrendo a detentora da ata, conforme o caso, nas sanções administrativas cabíveis;
- e) A empresa vencedora deverá entregar os produtos devidamente embalados, sem danos, em condições de uso e com dentro do prazo de validade, e ainda:
- f) Prestar garantia de qualidade dos produtos;
- g) Manter, durante o prazo de validade do registro, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

10.4 DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

- a) Efetuar o registro da licitante classificada em primeiro lugar, firmando a correspondente ata de registro de preços;
- b) Conduzir o procedimento relativo a eventual renegociação do(s) preço(s) registrado(s);
- c) Acompanhar a entrega dos produtos, verificando o cumprimento do(s) prazo(s), notificando à detentora da ata quaisquer reclamações ou solicitações havidas;
- d) Aplicar as penalidades previstas para o(s) caso(s) de descumprimento do pactuado nesta licitação;
- e) Assegurar, à detentora da ata, livre acesso às suas dependências, por ocasião da entrega dos produtos/prestação dos serviços;
- f) Empenhar os recursos necessários garantindo o pagamento das Notas Fiscais/Faturas em dia;
- g) Publicar o extrato da ata de registro de preços e de seus aditivos, na forma da legislação vigente.

10.5 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Nos termos do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial do estabelecido neste edital de Licitação, este Município poderá aplicar às licitantes e/ou às detentoras da ata, as seguintes penalidades:
1. ADVERTÊNCIA: será aplicada na hipótese de infrações cometidas que prejudiquem a lisura do processo licitatório ou que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução deste instrumento, que venham ou não causar dano à Administração ou a terceiros;
 2. MULTAS: serão aplicadas por infrações que obstaculizem a concretização do objeto licitado e compreenderão: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor total do(s) serviço(s) entregue(s) com atraso, sendo descontada de imediato quando do pagamento da fatura; 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento), sobre o valor do serviço, pelo atraso na substituição ou na regularização daquele entregue em desacordo com as especificações; e
- b) Caso a detentora da ata não efetue a substituição de que trata o item anterior, a administração encaminhará, após transcurso do prazo de 20 (vinte) dias contados do vencimento do prazo estabelecido, notificação de cobrança à detentora da ata, que deverá fazer o recolhimento

aos cofres públicos, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir de seu recebimento, sob pena de lançamento em dívida ativa e execução judicial da cobrança

- c) As multas previstas são cumulativas, ou seja, umas sobre as outras, sendo os limites incidentes sobre cada uma delas; e
- d) Quando o valor da multa extrapolar o limite de 10% (dez por cento) e constatado o prejuízo ao interesse público, o contratante poderá aplicar à contratada outras sanções ou até mesmo iniciar o processo de rescisão contratual.
- e) A licitante será sancionada com a pena de impedimento de licitar e contratar com este município e será descredenciada do seu Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 - a. Fizer(em) declaração falsa;
 - b. Deixar (em) de entregar documentação ou apresentar(em) documentação falsa;
 - c. Ensejar(em) o retardamento da execução do objeto;
 - d. Não mantiver(em) a proposta;
 - e. Falhar(em) injustificadamente ou fraudar(em) a execução do contrato;
 - f. Comportar(em)-se de modo inidôneo ou cometer(em) fraude fiscal;
 - g. Fornecer(em) os produtos em desconformidade com o especificado;
 - h. Não substituir(em), no prazo estipulado, os produtos recusados por este Município; e/ou
 - i. Descumprir(em) os prazos e as condições previstas nesta licitação; e
 - j. Declaração negativa de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei 8.666/1993.
- f) Além das penalidades citadas, a(s) licitante(s) e a(s) detentora(s) da ata ficará(ão) sujeitas, ainda, ao cancelamento de sua(s) inscrição(ões) no Cadastro de Fornecedores deste município e, no que couber, às demais penalidades referidas no art. 87 da Lei n. 8.666/1993.;
- g) Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração deste município, a(s) licitante(s) ou a(s) detentora(s) da ata, conforme o caso, ficará(ão) isentas das penalidades mencionadas.
- h) As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos da lei;
- i) Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

11 DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

11.1 A inexecução contratual ensejará a rescisão do avençado nesta licitação, nos termos da Seção V, Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes modos:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

11.2 O descumprimento, por parte da detentora da ata, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a este Município o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial. A rescisão, com base no item 10.6.1.1, sujeitará a detentora da ata multa rescisória de 10% (dez por cento) sobre o saldo atualizado do valor do pedido/autorização de fornecimento, efetuado e descumprido no momento de rescisão, independentemente de outras multas aplicadas.

11.3 Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e a ampla defesa.

12 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração, sem prejuízo das sanções previstas:

- a) Automaticamente;
- b) Por decurso de prazo de vigência;
- c) Quando não restarem fornecedores registrados; e
- d) Quando o objeto e cláusulas estiverem cumpridas, inclusive seus aditamentos;

12.2 A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço;
- c) Por iniciativa da Administração, quando:
 - d) O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - e) O fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
 - f) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
 - g) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
 - h) O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços; e
 - i) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

12.3 A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

12.4 A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

12.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação.

13 DA REVISÃO DE PREÇOS

- a) A relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da detentora da ata e a retribuição deste município para a justa remuneração dos fornecimentos poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da proposta apresentada;
- b) O pedido de revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer tempo, tempestivamente, antes da entrega do produto solicitado;

- c) O pedido, devidamente instruído com provas que evidencie a necessidade da revisão de preço, deverá ser endereçado ao Chefe do Poder Executivo, com identificação do número da ata de registro de preço.
- d) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- e) Na hipótese da detentora da ata solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que requerer justificadamente, apresentando documento(s) que comprove(m) sua procedência, tais como: lista de preços de fabricantes, matérias-primas, transporte, nota fiscal de compras, etc, referentes a data da apresentação da proposta e a data em que ocorreu o desequilíbrio econômico-financeiro do pactuado.
- f) Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado se configurada e comprovada a hipótese prevista no art. 65, inciso II, alínea d, da Lei n. 8.666/1993.
- g) Não será apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

15.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) Este município pagará à contratada, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, com aceite e liquidação pelo responsável, a importância correspondente ao fornecimento efetuado, entregue de acordo com as condições estabelecidas no presente edital, e mediante a apresentação das CNDS exigidas nesta licitação, 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal
- b) Todas as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do número da ata de registro de preços e o número da autorização de fornecimento correspondente.
- c) A contratada entregará a Nota Fiscal na Prefeitura Municipal;
- d) A Contratada deverá manter seu cadastro de fornecedores atualizados;
- e) A Nota Fiscal/Fatura que não estiver de acordo com o estabelecido não será aprovada por este Município e será devolvida à contratada para as necessárias correções, oportunidade que será sobrestado o processo de pagamento, até que sejam corrigidos os problemas apontados.
- f) A devolução da Nota Fiscal/Fatura não aprovada por este Município em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda quaisquer fornecimentos.
- g) Serão automaticamente suspensos/sobrestados os pagamentos quando os produtos estiverem em desconformidade com o solicitado até que se configure a regularização/substituição dos produtos, bem como das empresas que não estejam regulares com o fisco.
- h) Este Município compromete-se a efetuar o pagamento até 30 (trinta) dias após cumpridas as condições de pagamento supracitadas.

16.DOS ADITAMENTOS

Para Registro de Preços conforme Decreto Municipal n. 402 de 9 de Maio de 2016 não há previsão de aditamentos.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.
- b. Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para protocolo dos envelopes.
- c. É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- d. A Prefeitura Municipal de Ponte Serrada reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.
- e. Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Ponte Serrada não serão consideradas como motivos para impugnações.
- f. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.
- g. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.
- h. No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.
- i. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Ponte Serrada, SC, excluído qualquer outro.

Ponte Serrada/SC, 27 de abril de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Analisado e aprovado por:

ANDRÉ LUIZ PANIZZI
Assessor Jurídico
OAB/SC Nº 23.051

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2021

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa , inscrito no CNPJ nº , com sede à , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Ponte Serrada, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial nº ..., usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data e assinatura do representante legal.

(Em caso de preposto, a assinatura do representante deve ter firma reconhecida).

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2021

ANEXO III

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____
sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, para efeitos do Pregão Presencial N conforme segue:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO

- DECLARA para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

- DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

- DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação bem como o cumprimento do PRAZO DE ENTREGA dos itens que foi vencedora, conforme o exigido no edital, em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECLARAÇÃO DE INIDONIEDADE

- DECLARA, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Local e data.

(Em caso de preposto, a assinatura do representante deve ter firma reconhecida).

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2021

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO PROIBIDOS DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO CONFORME ARTIGO 89 DA LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO

DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na rua _____, cidade de Ponte Serrada/SC, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista, parentesco com o Prefeito, o Vice-Prefeito, Assessores, Secretários e Diretores e as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como os Vereadores e as pessoas ligadas a estes por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, ou por adoção, até o primeiro grau, não poderão contratar com o Município.

Ponte Serrada, 27 de abril de 2021.

Nome e assinatura do responsável legal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 47/2021

ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2021

Aos , o município de Ponte Serrada, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 82.777.236/0001-01, com sede na Madre Maria Theodora, 264, na cidade de Ponte Serrada, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, portador da Cédula de Identidade RG n. 1306106 e inscrito no CPF/MF sob o n. 469.966.309-59, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n. 47/2021, RESOLVE registrar os preços para 2.2 Os itens que comporão o objeto do presente certame encontram-se listados, contendo as características e quantidades, através do "anexo I" do presente para AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar no certame acima numerado. Conforme consta no anexo I do certame supra transcrito, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ-MF sob o n., com sede na, cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens abaixo elencados, com características e condições de execução individualizadas.

As empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Valor Total Registrado						

Para exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato, NOMEIA-SE COMO FISCAL DESTE CONTRATO O RESPONSÁVEL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível aquisição durante o período de doze meses, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, CONFORME ANEXO I E ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL Termo de Referência do presente edital e na proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

O(s) preço(s) ofertado(s) pela empresa DETENTORA da presente Ata de Registro de Preços são os contidos na Planilha de Relação dos Participantes por Processo/Licitação, além de todos os elementos contidos em suas propostas de preços, parte integrante desse processo licitatório.

Os preços descritos na tabela acima serão pagos na possível prestação de serviços.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá validade e vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados a partir de sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Ponte Serrada não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se lhes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES NA ATA–

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços as Secretarias Municipais, do Município de Ponte Serrada/SC.

Os preços ofertados pelas empresas signatárias na presente Ata de Registro de Preços, são os especificados no Edital, de acordo com a respectiva classificação no certame licitatório citado no preâmbulo deste.

Para cada objeto de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do certame licitatório citado no preâmbulo deste, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

O preço unitário a ser pago por produto será o constante da proposta apresentada, no certame licitatório citado ao preâmbulo deste, pela empresa detentora da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA – DAS REQUISIÇÕES, DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os serviços, serão requisitados pelo Município de Ponte Serrada – Setor de Compras de forma parcial ou integral, através de solicitação de fornecimento, nos termos do art. 62, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

A empresa detentora deverá entregar o(s) item(ns), conforme necessidade das Unidades Administrativas, apenas mediante solicitação, durante a vigência da ATA, no local determinado pelo Município de Ponte Serrada, Santa Catarina.

A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a prestar o serviço objeto desta licitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento das autorizações de fornecimento.

O Município receberá somente os materiais que estiverem em conformidade com as especificações deste edital e com a proposta apresentada, caso contrário serão aplicadas as penalidades constantes no edital de licitação e no contido na presente ATA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO

A entrega do serviço, só estará caracterizada mediante o visto na nota fiscal do servidor responsável em receber o produto e atestado de que o bem atende as especificações deste edital.

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Os serviços deverão ser entregues sempre acompanhados das respectivas Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á até 30 dias após a entrega. O prazo de pagamento iniciará partir da entrega do objeto com a respectiva nota fiscal,

que deverá ser emitida em nome do Fornecedor, da qual deverá constar o número desta licitação, sendo certificada pelo órgão solicitante, atestando que os bens/serviços foram entregues e que atendiam as especificações deste edital.

Os pagamentos decorrentes do presente Registro de Preços ficam condicionados a manutenção da validade das condições exigidas para a habilitação, que serão mantidas junto ao cadastro de fornecedores do município.

O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, através de depósito bancário, em conta corrente de titularidade da licitante vencedora, devendo para isto, ficar explicitado o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

Caso haja aplicação de multa ou o Fornecedor esteja em débito com a municipalidade, independentemente da sua origem, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor deste. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.

As despesas decorrentes do fornecimento correrão a conta das dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

À(s) fornecedora (s) poderão ser aplicadas além das previstas no respectivo edital, mais, as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I – advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal do fornecedor estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

II – multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, devido à recusa imotivada em assiná-la, contados a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo de assinatura estabelecido pelo edital.

b) de 20% (vinte por cento) em caso de não cumprimento da ATA ou cumprimento parcial, incidente sobre o valor total da ATA em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço. Parágrafo único. Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preço o montante dos preços totais finais oferecidos pela (s) licitante (s) após etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, para o fornecedor que ensejar o retardamento da execução do objeto contratado, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

a) A licitante declarada inidônea nos termos do inciso IV da presente cláusula, ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo o prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações; As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime o fornecedor da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município.

As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pela Prefeitura de Ponte Serrada, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da Prefeitura. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

A aplicação das multas aqui referidas independe de qualquer interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a empresa fornecedora pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Nenhum pagamento será realizado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, o Município de Ponte Serrada poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

Nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, se a licitante, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA NONA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Nos termos do Art. 54, XIII, da Lei n. 8.666/93, durante a vigência da ata os fornecedores ficam obrigados a manter as condições de habilitação constantes no certame licitatório que a deu origem, sob pena, da suspensão das requisições e pagamentos até que a situação seja regularizada.

a) A atualização dos documentos e certidões exigidos para habilitação será registrada juntamente ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial Sistema de Registros de Preços n. 39/2021 e a proposta da Detentora da Ata, independente de sua transcrição.

O Município providenciará a publicação respectiva, em resumo, da ATA de Registro de Preço, na forma prevista em Lei.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar

n. 123/2006 e demais normas aplicáveis.

Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Serrada - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

Analísado e aprovado por:

ANDRÉ LUIZ PANIZZI
Assessor Jurídico
OAB/SC N° 23.051

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021 - PMPB

Publicação Nº 3003630

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão 032/2021 - Pregão Eletrônico Nº 030/2021 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de combustível (gasolina comum e etanol), para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Até às 08h30min do dia 10/05/2021, no site www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248.

Porto Belo, 27 de abril de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2021 - PMPB - RETIFICADO

Publicação Nº 3003621

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICADO

Modalidade de licitação: Pregão 024/2021 - Pregão Presencial Nº 002/2021 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para prestação de Serviços de limpeza e manutenção de vias públicas, tais como: varrição manual e mecanizada, capina manual e mecanizada, roçada manual e mecanizada, raspagem de meio fio, limpeza de sarjetas, meio fio e canaletas, pintura de meio fio, limpeza de bueiros, limpeza de cemitério, pintura de poste, poda de árvores com limpeza de galhos, limpeza de praia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 10/05/2021, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 10/05/2021, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248.

Porto Belo, 27 de abril de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2767/2021

Publicação Nº 3003195

DECRETO Nº 2767, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Altera o Decreto Municipal nº 2499/2020, conforme especifica.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 2499, de 05 de agosto de 2020, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I-Presidente:

II-Membro: Raul Rodrigo Chaves – Técnico Segurança do Trabalho;

III-Membro: Ana Lúcia Monteiro Pinheiro – Técnica Contábil”

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 2499, de 05 de agosto de 2020, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 26 dias do mês de abril de 2021.

EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 12/2021

Publicação Nº 3004178

Resolução Nº 12/2021

"Estabelece novas medidas e procedimentos para o funcionamento da Câmara de Vereadores de Porto Belo, bem como estabelece procedimentos para a população, visando o enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente da COVID-19 e dá outras providências. "

JOEL ORLANDO LUCINDA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, conforme o disposto no artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e no artigo 25, inciso I e alínea "j" do Regimento Interno da Câmara Municipal PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

Considerando o Decreto Estadual nº 1.255, de 23 de abril de 2021, bem como demais normas editadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com suas alterações posteriores;

Considerando a necessidade de estabelecer medidas e procedimentos de segurança para o funcionamento da Câmara de Vereadores de Porto Belo, visando conter o avanço da pandemia do novo CORONAVÍRUS:

Art. 1º – Fica estabelecida novas Regras e procedimentos temporários para o combate e prevenção à COVID-19;

Art. 2º – Ficam suspensos até o dia 30/04/2021:

I – A presença do público nas sessões legislativas;

II – entrega de moções e o uso da Tribuna por entidades.

Art. 3º – Todos os Servidores e Vereadores, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, deverão cumprir as obrigações que seguem:

I – Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

II – Manter todas as áreas ventiladas, incluindo locais de lanche e alimentação;

III – todos os servidores devem utilizar máscaras, sejam elas descartáveis ou de tecido, durante todo seu turno de serviço, bem como a intensificar a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimões, teclados etc.;

IV – Realizar procedimentos que garantam a higienização contínua do estabelecimento intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool na proporção de 70% (setenta por cento), quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclados, mouses, materiais de escritório, balcões, corrimões, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, entre outros;

V – Qualquer equipamento que possua painel eletrônico de contato físico, especialmente computadores, deverão ser higienizados com álcool na proporção de 70% (setenta por cento) ou preparações antissépticas, após cada uso;

VI – os servidores que estiverem com febre ou sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar) devem ser afastados das atividades e orientados a procurar a unidade de saúde.

Parágrafo único: O Presidente da Câmara e a Mesa Diretora, serão responsáveis por cumprir e fazer cumprir as obrigações dispostas na presente Resolução.

Art. 4º – A critério do Presidente, poderá ser mantido o regime de teletrabalho em relação aos servidores do respectivo setor.

Art. 5º – Os efeitos desta Resolução se aplicam enquanto perdurarem os efeitos da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana causada pelo novo coronavírus.

Art. 6º – Estão permitidas as reuniões no auditório da câmara, desde que imprescindíveis e convocada por órgãos municipais, bem como o atendimento presencial nos gabinetes dos vereadores, observados as obrigações do art. 3º.

Art. 7º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 2021.

Joel Orlando Lucinda
Presidente da Mesa

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.211/2021

Publicação Nº 3003796

DECRETO Nº 1.211, de 26 de abril de 2021.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.713, de 09 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MAICON DE CARVALHO, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Imprensa, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.713, de 09 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de abril de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 061/2021 - MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3003723

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 123/2021 – Exclusivo ME-EPP-MEI - Multientidade

Extrato de Edital de Pregão Presencial 061/2021 – Registro de Preços

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por LOTE, do tipo presencial para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO EM OBRAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 08h30min do dia 13 de maio de 2021 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 08h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 27 de abril de 2021.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 013/2021

Publicação Nº 3003706

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 124/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 013/2021

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir material lúdico para desenvolver atividades domiciliares em alusão ao dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Aquisição de material lúdico para desenvolver atividades domiciliares com as orientações e prevenção ao COVID-19.

Descrição do Objeto: O objeto da presente inexigibilidade é justamente a aquisição de material lúdico para desenvolver atividades domiciliares em alusão ao dia 18 de maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Estas atividades serão ofertadas para famílias e indivíduos referenciados nos serviços: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV - 50 pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) CRAS BELA VISTA - 50 pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). CRAS VICE-KING - 50 Pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Equipe Volante - 50 pessoas; CREAS: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) - 100 pessoas e Aquisição de material lúdico para desenvolver atividades domiciliares com as orientações e prevenção ao COVID-19. Estas atividades serão ofertadas para famílias e indivíduos referenciados nos serviços: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV - 50 pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) CRAS BELA VISTA - 50 pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). CRAS VICE-KING - 50 Pessoas; Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Equipe Volante - 50 pessoas. Razão da Escolha: A escolha recaiu para a empresa Editora Amigos da Natureza Ltda, inscrita no CNPJ 04.096.738/0001-55, tendo em vista

que a mesma possui Declaração de Exclusividade de produção do material a ser adquirido.

Do Preço: O valor total a ser pago pelo Município será R\$ 2.576,00 (dois mil quinhentos e setenta e seis reais), considerando o seguinte quantitativo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Valor total
01	Cartilha "A importância da vacinação"	200	R\$ 3,68	R\$ 736,00
02	Cartilha "Coronavírus: Orientações Gerais"	200	R\$ 3,68	R\$ 736,00
03	"Violência Sexual contra crianças e Adolescentes: Não guarde esse segredo".	300	R\$ 3,68	R\$ 1.104,00
VALOR TOTAL R\$ 2.576,00 (dois mil quinhentos e setenta e seis reais).				

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos da Dotação Orçamentária n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

Unidade 0209 – Secret. Municipal de Desenvolvimento Social

Atividade 2026 – Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social

Modalidade 3390-100 – Aplicações Diretas

Cód. 70

Complemento 33903099 – Outros Materiais de Consumo

Do Prazo: A vigência será de 06 (seis) meses, sendo retirado o material conforme o desenvolvimento das atividades.

Justificativa: O caso in concreto trazido no presente processo enquadra-se no art. 25, inciso I, da Lei n.º 8.666/93.

Porto União, 27 de abril de 2021.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 1.106/2021

PORTARIA DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO 008/2021 - IMPRESS

Publicação Nº 3004023

PORTARIA Nº 008/2021/IMPRESS, de 27 de abril de 2021.

Deferir a Averbação de Tempo de Contribuição junto ao INSS e outros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

- Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, protocolo sob o nº 20722007.1.00115/00-5, NIT 1700607301-2, datada de 05/10/2000, de VALTER ALVES DA SILVA, funcionário público municipal, exercendo a função de Escriturário Datilógrafo no quadro de pessoal desta Prefeitura,

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, junto ao Município de Porto União, do período correspondente a 4.609 (quatro mil, seiscentos e nove) dias, correspondendo a 12 (doze) anos, 07 (sete) meses e 19 (dezenove) dias, a título de Tempo de Contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme abaixo discriminado:

Período a ser utilizado Empregador Tempo de Contribuição

01/06/1982 a 19/01/1995	Prefeitura Municipal de Porto União	12 ano(s) 07 mês(es) 19 dia(s)
-------------------------	-------------------------------------	--------------------------------

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de abril de 2021.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

PORTARIA Nº 412/2021 - RH

Publicação Nº 3004470

PORTARIA Nº 412, de 12 de abril de 2021.
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 a 22 de abril de 2021, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, IRANEIDE MARIA DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", Referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora efetiva Maristela Souza, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 12 de abril de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

044 2021 PE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 3003382

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº56/2021
PREGÃO ELETRÔNICO 44/2021
RETIFICAÇÃO

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a retificação do edital, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COMO: AGULHAS, SERINGAS, DENTRE OUTROS PARA USO EM ATENDIMENTOS VERINÁRIOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO.

Fica retificado o edital conforme segue:

Fica retificado o prazo de entrega dos materiais, passando a ser 15 (Quinze) dias úteis.

Em virtude disto fica retificado também a data para envio e recebimento das propostas, passando a ser:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 28/04/2021 às 13:00 do dia 11/05/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13h00 às 14h00 horas do dia 11/05/2021

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00 horas do dia 11/05/2021

Pouso Redondo, em 27 de Abril de 2021.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PE 055 2021 RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 3003885

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº67/2021
PREGÃO ELETRÔNICO 55/2021
RETIFICAÇÃO

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados A RETIFICAÇÃO DO EDITAL, DEVIDO AO NÃO CADASTRAMENTO EM TEMPO HABIL NA PLATAFORMA ELETRONICO PARA INICIO E FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, DO EDITAL DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATEIRAL ESPORTIVO PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Fica retificado o edital conforme segue:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h00 do dia 28/04/2021 às 13:00 do dia 12/05/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13h00 às 14h00 horas do dia 12/05/2021

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14h00 horas do dia 12/05/2021

Pouso Redondo, em 27 de Abril de 2021.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 55 2021 PP 43 2021 - SERVIÇOS MECANICOS MAQUINAS

Publicação Nº 3004348

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº55/2021
PREGÃO PRESENCIAL 43/2021
RETIFICAÇÃO

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a retificação do edital, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, DENTRE OUTRAS, GENUINAS, ORIGINAIS, PARALELAS E OUTRAS, PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS DA FROTA MUNICIPAL, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E MECATRONICOS EM GERAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, onde devido alterações no edital, Fica retificado o edital e alterada a data para abertura e julgamento das propostas e habilitação, passando a ser dia 11/05/2021 as 08:30horas.

O edital completo poderá ser solicitado através do e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br, ou telefone 3545-8721/3545-8719.

Pouso Redondo, em 27 de Abril de 2021.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

TERMO CESSÃO DE USO

Publicação Nº 3004205

TERMO CESSÃO DE USO Nº 001/2021

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Praia Grande, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, o Município de Praia Grande, pessoa jurídica de direito público, doravante denominado Cedente, situado à Rua Irineu Bornhausen, nº 320, Centro, nesta cidade de Praia Grande/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.913.211/0001-80, neste ato representado pelo Senhor Elisandro Pereira Machado, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 986.356.119-34, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, doravante denominada Cessionária, situada à Av. José Inácio Júnior, 779, Centro de Praia Grande/SC, representada pelo Presidente Sr. José Luiz Silveira da Silva, amparados na Lei 2.568/2021, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Cedente fornecerá à Cessionária, para utilização exclusiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sediado no Município de Praia Grande, o seguinte bem móvel: um veículo, Marca FIAT, Modelo SIENA 1.4 Ano e Modelo 2020/2021, cor predominante branca, Chassi 9BD19710HM3393486, Placa REI4G70, Renavam 01247815185.

PARAGRAFO UNICO. O bem objeto do presente termo possui todos os equipamentos obrigatório e, foi adquirido através da proposta nº 006242/2020, firmado entre o Município de Praia Grande/SC e o Ministério da Cidadania.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se aos serviços da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, ficando a Cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço e pelo bom uso desse equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

A Cessionária, pelo uso dos veículos, obrigam-se-á:

I - usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina, sendo vedada a sua transferência ou cessão à terceiros;

II - zelar pela guarda do veículo, comunicando ao Cedente a ocorrência de qualquer acidente/dano;

III - responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;

IV - a APAE, a qual o veículo se destina, responsabilizar-se-á pelo pagamento do licenciamento anual, do Seguro DPVAT, custos de conservação, manutenção, reposição de peças necessárias à conservação e uso do bem, podendo utilizar-se, dentre outros, os recursos financeiros oriundos de convênios entre as partes;

V - arcar com os custos de manutenção do veículo, bem como no que couber mantê-lo abastecido;

VI - a responsabilidade perante terceiros de quaisquer danos causados por acidentes, ainda que fortuitamente.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo, integrará a frota da Cessionária, não podendo sofrer alteração nas suas cores e logotipos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIACÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado para transportar equipes multidisciplinares da APAE, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso, ou poderá ser transferido a cessionária

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e/ou prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA- DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Município de Praia Grande – SC, 14 de abril de 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIZ SILVEIRA DA SILVA
Presidente APAE

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

ATA Nº 01-2021 - AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA

Publicação Nº 3003840

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA GRADUADA, MISTA E PEDRISCO PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021.

DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA GRADUADA, MISTA E PEDRISCO PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, DESTE MUNICÍPIO.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de abril do ano de 2021, o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Ademir Pedro Toniolo, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 649.366.009-20, como órgão participante, e as empresas abaixo relacionadas, representadas na forma de seus estatutos sociais, em ordem de preferência por classificação, doravante denominados FORNECEDORES, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 4.184/2018 e alterações, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação nº 24/2021 – Edital de Pregão Presencial nº 09/2021, mediante termos e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo com a proposta apresentada pelos FORNECEDORES no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

0.2. FORNECEDOR: BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 21.157.133/0001-46

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	BRITA GRADUADA (incluso o transporte para entrega da mesma no Município)	2000	Toneladas	R\$ 62,00	R\$ 124.000,00

FORNECEDOR: KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA
CNPJ: 79.280.459/0001-26

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
03	PEDRISCO (incluso o transporte para entrega da mesma no Município)	1500	Toneladas	R\$ 59,30	R\$ 88.950,00

FORNECEDOR: PEDREIRA ARCO ÍRIS LTDA
CNPJ: 21.253.705/0001-90

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI	QUANT.	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
02	BRITA MISTA (incluso o transporte para entrega da mesma no Município)	1500	Toneladas	R\$ 55,50	R\$ 83.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

1.1. A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura.

1.2. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor municipal Sr. Giovani Durigon de Santi, representando neste ato o Município, conforme Portaria nº P/0137/2021, de 27 de abril de 2021, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. Que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que

for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

1.2.1. Cada órgão participante deverá designar servidor para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do pregão.

3.2. A entidade licitante não se obriga a contratar dos licitantes vencedores, podendo realizar licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá sempre preferência.

3.3. Os itens contemplados nesta licitação, bem como, as especificações do objeto, estão descritas no Anexo I desta Ata.

3.4. Os proponentes vencedores, quando solicitados pelo setor de compras do município, deverão atender as seguintes exigências:

a) Os itens deverão ser fornecidos, conforme solicitação do município, por conta e risco da licitante, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Autorização de Fornecimento, previamente emitidas.

b) O prazo máximo de entrega dos itens solicitados pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos é de 72 (setenta e duas) horas, contadas da emissão e recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal, devendo os itens serem entregues em território do Município de Presidente Castello Branco/SC, a ser definido no momento da emissão da Autorização de Fornecimento.

3.5. O aceite dos itens não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

3.6. Caso os itens sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

3.7. Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

3.8. Os órgãos participantes desta licitação são os seguintes:

a) Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

3.9. Nos termos do art. 17 do Decreto Municipal nº 4.184/2018, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços proveniente deste processo, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do órgão gerenciador.

3.10. Caberá ao Fornecedor, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o Município, nos termos do § 3º do artigo 17 do Decreto Municipal nº 4.184/2018.

3.11. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quádruplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento, nos termos do § 4º do artigo 17 do Decreto Municipal nº 4.184/2018.

3.12 A Municipalidade se reserva a retirar parte ou total dos itens licitados, de acordo com a sua conveniência, uma vez que depende de testagem prévia dos itens para uso nas estradas municipais. Após o prazo de vigência do contrato os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao contratado o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

4.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedora(es) será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, emissão da nota fiscal, comprovante de pesagem da pedra entregue e atestado do fiscal de contrato nomeado pelo município, que será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela proponente participante e vencedora do certame, apresentado no momento da sessão pública.

4.1.2. O órgão participante fornecerá os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.

4.1.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município ou o órgão participante do ressarcimento de qualquer prejuízo para o Fornecedor.

4.2. Os preços não serão reajustados.

4.3. O Município fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.

4.4. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela Detentora.

4.4.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e promover outro processo licitatório.

4.5. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos itens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

4.6. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.6.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.6.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberá-lo do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.7.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O Município e os órgãos participantes consignarão, inclusive no próximo exercício, em seus orçamentos, os recursos necessários ao atendimento das eventuais aquisições.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES**6.1. Responsabilidades do(s) Fornecedor (es):**

- 6.1.1. Entregar os itens de acordo com o estipulado no presente edital e seus anexos, em especial o descrito no item 4 – Da Execução.
 - 6.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.
 - 6.1.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato.
 - 6.1.4. Exigir do Município e dos órgãos participantes as Autorizações de Fornecimento e as respectivas Notas de Empenho necessárias para a efetiva execução do objeto.
- 6.2. Responsabilidades do Município e dos órgãos participantes:**
- 6.2.1. Tomar todas as providências necessárias à execução e à fiscalização do objeto.
 - 6.2.2. Designar servidor para acompanhar os serviços.
 - 6.2.3. Efetuar o pagamento ao(s) Fornecedor (es), de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento.
 - 6.2.4. Providenciar a publicação resumida da presente Ata até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
 - 6.2.5. Emitir a Autorização de Fornecimento para que o(s) Fornecedor (es) proceda à entrega dos itens.
 - 6.2.6. Convocar o(s) Fornecedor (es) via e-mail para a retirada da Autorização de Fornecimento.
 - 6.2.7. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

- 7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se o Fornecedor convocado no prazo estipulado, não assinar a presente Ata, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução da presente Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- 7.2. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará o Fornecedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.
- 7.2.1. A multa aludida acima não impede que o Município aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:
- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
 - b. Não retirar a Autorização de fornecimento ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - d. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto ao(s) Fornecedor (es) desta Ata.
- 9.2. A existência de preços registrados não obriga o Município (órgão gerenciador) a adquirir os itens desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, o(s) Fornecedor(es) do registro terá sempre preferência.
- 9.3. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 4.184/2018 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 9.4. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 9.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 4.184/2018, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. Fica eleito o foro da cidade de Concordia (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes, a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Presidente Castello Branco (SC), 27 de abril de 2021.

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

MUNICÍPIO DE PRESEIDENTE CASTELLO BRANCO

ADEMIR PEDRO TONIELO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

FORNECEDORES:

VALMIR PATZLAFF
BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 21.157.133/0001-46

CELSO OTO KERBER
KERBERMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA
CNPJ: 79.280.459/0001-46

DANIEL ANDRÉ STOCKAMNN
PEDREIRA ARCO ÍRIS LTDA
CNPJ: 21.253.705/0001-90

FISCAL
GIOVANI DURIGON DE SANTI

Testemunhas:

ALEXANDRA SCHUMANN	EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 088.005.529-43	CPF: 021.252.659-66

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 092/2021

Publicação Nº 3003474

DECRETO Nº. 092/2021

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.353/20, de 01 de Dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar, por conta do superávit financeiro verificado no exercício de 2020, sob a codificação 33400 – Transferências de Conv. Da União - Outros, no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	027	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	040	Desporto Amador
PROJETO	1024	Construção de Quadras Esportivas
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33400	Transferências de Conv. Da União - Outros 62.000,00
TOTAL		62.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 15 DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ADÁLCIO KRIEGER

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 093/2021

Publicação Nº 3003475

DECRETO Nº. 093/2021

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.353/2020, de 01 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária do orçamento vigente a seguir discriminada:

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	004	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	2003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 4.500,00
TOTAL		4.500,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	004	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	2003	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
DESPESA	3.3.71	Transf. a Cons. Públicos mediante contrato de rateio
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 4.500,00
TOTAL		4.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 15 DE ABRIL DE 2021.

JOSÉ ADÁLCIO KRIEGER

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº. 094/2021

Publicação Nº 3003476

DECRETO Nº. 094/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.353/20, de 01 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada, por conta do superávit financeiro verificado no Exercício de 2020, a destinação de recursos sob a codificação 30000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 1.980.000,00 (hum milhão, novecentos e oitenta mil reais), no orçamento vigente, conforme segue:

ÓRGÃO	06.01	Sec. de Obras e Serv. Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transportes e Obras
PROJETO	1010	Reurbanização do Sistema Viário
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 1.980.000,00
TOTAL		1.980.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 19 DE ABRIL DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 095/2021

Publicação Nº 3003478

DECRETO Nº. 095/2021

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS, ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.353/2020, de 01 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar a codificação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	3.1.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33826	Transf. Covid-19-Portaria 1666 450.000,00
TOTAL		450.000,00

Art. 2º. Para fazer frente as despesas mencionadas no Artigo 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	090	Saúde para todos
ATIVIDADE	2025	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	33826	Transf. Covid-19-Portaria 1666 450.000,00
TOTAL		450.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 19 DE ABRIL DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 096/2021

Publicação Nº 3003481

DECRETO Nº. 096/2021

NOMEIA PREGOEIRO E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência que lhe confere o inciso V, do artigo 80, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 3, inciso IV, da Lei Federal nº 10.520/2002, e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Pregoeiros e a Comissão Permanente de Licitação para todas as modalidades de licitações, conforme abaixo discriminado:

- Pregoeiros:

I - Andrei Ideker;

II - Fabiano Vanderlinde.

- Comissão Permanente de Licitação:

a) Cilene Joice Dietrich Preuss, Presidente;

b) Valéria Effting, Vice-Presidente;

c) Aldeneide Aparecida de Sousa, Secretária;

d) Elisiane Ignês Braatz, Membro; e

e) Leonardo Pavanello, Membro.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação também exercerá as funções de equipe de apoio a que alude o art. 3º, IV da Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 2º Os Pregoeiros e a Comissão Permanente de Licitação, terão a incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar as propostas, lances, documentos e procedimentos relativos às licitações, em todas as modalidades de licitação deste município, bem como receber, examinar apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com as Leis Federais nº. 8.666/93, 10.520/2002 e suas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº. 076/2021, de 26 de março de 2021 e disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 20 DE ABRIL DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 451/2021

Publicação Nº 3003072

PORTARIA Nº 451/2021

EXONERA SERVIDOR TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso V e IX da Lei Orgânica do Município, resolve,

EXONERAR À PEDIDO:

A servidora MARISTELA GUTZ, Professora, contratado em Regime de Admissão em Caráter Temporário pela Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, a partir do dia 19 de abril de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 27 de abril de 2021.

nelson virtuoso

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 27 DE ABRIL DE 2021.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 869 2021 RESULTADO PRELIMINAR PS 01 2021

Publicação N° 3004197

DECRETO N° 869 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA – SC, ESTABELECIDO PELO EDITAL N° 01/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, SR. EDILSON MIGUEL VOLKWEIS no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar, do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, estabelecido no Edital nº 01/2021, conforme abaixo relacionado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
66	Mateus Tadeu Theisen	06/11/2002	4,50	1,00	1,00	6,50	1º
30	Sandra Pinheiro Klaus	07/08/1983	4,50	1,00	0,50	6,00	2º
16	Ana Carolina Bolgenhagen	05/04/2002	4,50	0,50	1,00	6,00	3º
85	Leila De Oliveira Nôe	29/09/1995	4,00	1,00	1,00	6,00	4º
31	Larissa Maria Klain	11/07/1999	4,00	1,00	0,50	5,50	5º
78	Marlei Inês Gribler Konzen	29/06/1986	4,00	0,50	1,00	5,50	6º
7	Layana Weiss Bourscheidt	18/10/2000	4,50	0,50	0,00	5,00	7º
18	Silvane Marlene Nielsson	24/01/1994	3,00	1,00	1,00	5,00	8º
33	Keila Dornel Prestes	24/10/2000	3,00	1,00	0,50	4,50	9º
117	Caroline De Oliveira Almeida	Faltante					Desc.
ASSISTENTE SOCIAL							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
102	Nádia Costacurta	02/12/1980	5,50	1,00	1,00	7,50	1º
158	Marcia Bender	03/06/1990	6,00	0,00	1,00	7,00	2º
131	Daiana Degasperri	27/04/1994	5,50	1,00	0,50	7,00	3º
28	Fernanda Cristina Segalin	28/06/1984	5,50	0,00	1,50	7,00	4º
48	Patricia Aparecida Nunes Lolle	20/01/1997	5,50	0,00	1,00	6,50	5º
62	Jaquelina Fatima Lolato	13/07/1983	5,00	0,50	1,00	6,50	6º
51	Matheus Anderson Melo	03/08/1998	5,00	0,50	0,50	6,00	7º
105	Adriele Maiara Rodrigues	04/08/1994	5,00	0,00	1,00	6,00	8º
35	Marilia Munerolli	02/05/1991	4,50	0,00	1,50	6,00	9º
129	Daniela Paula Da Silva Kureck	04/01/1989	3,50	0,00	1,00	4,50	10º
104	Adrielle Jaine Bernardo	08/09/1991	2,00	0,50	1,50	4,00	11º
8	Janete De Farias Dallo	30/11/1977	2,00	0,00	1,00	3,00	Desc.
141	Beloni Salete Do Prado Bergamo	Faltante					Desc.
108	Carina Fachinetto	Faltante					Desc.
112	Diandra Saionara Venson	Faltante					Desc.
149	Lisiane Schu Caron	Faltante					Desc.
130	Cristiane Siqueira Rodrigues	Faltante					Desc.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO							

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
116	Susana De Moura	11/04/1989	4,00	1,50	1,50	7,00	1º
144	Jéssica Revers	31/01/1995	5,50	0,50	0,50	6,50	2º
15	Aline Lúcia Dos Santos	12/11/1998	5,00	0,50	1,00	6,50	3º
44	Adrieli Sturm De Camargo	19/04/2000	4,50	1,00	1,00	6,50	4º
140	Débora Oliboni	23/05/1998	4,50	0,50	1,50	6,50	5º
119	Marciel Gian Hofstetter	28/09/1997	4,00	1,00	1,50	6,50	6º
57	Taine Liesenfeld	05/07/1996	4,50	0,50	1,00	6,00	7º
109	Gabriela Dimer	01/06/2000	4,00	1,00	0,50	5,50	8º
150	Roberta Nós	02/08/2000	4,00	1,00	0,50	5,50	9º
160	Cassiana Bonfante	15/02/2003	3,50	1,50	0,50	5,50	10º
37	Luana Dallo	18/09/2001	3,00	1,00	1,50	5,50	11º
27	Maristela Wille Bald	31/10/1990	3,50	1,00	0,50	5,00	12º
13	Vilma Carvalho	02/01/1994	3,50	1,00	0,50	5,00	13º
46	Monik Cristina Casa	23/05/1997	3,50	1,00	0,50	5,00	14º
79	Marisa Weber	22/01/1992	3,50	0,50	1,00	5,00	15º
24	Andrieli Bonavigo Schmitz	26/03/1999	3,00	1,00	1,00	5,00	16º
123	Gabriela Zanini Joergensen	16/03/2001	3,50	0,50	0,50	4,50	17º
132	Rafaela Alves Righi	31/01/1993	3,00	1,00	0,50	4,50	18º
67	Luiz Miguel Da Rosa Lunardi	05/07/1999	3,00	0,00	1,50	4,50	19º
139	Elisabete Rubin	19/09/1982	2,50	1,00	1,00	4,50	20º
138	Daniel Bueno De Avila	01/01/1999	2,50	0,50	1,00	4,00	21º
106	Ester Stefani Nunes	30/06/2002	2,50	0,50	1,00	4,00	22º
145	Joana Monique Bertolini	21/04/1997	2,50	0,50	0,50	3,50	Desc.
58	Douglas Pires Leite	16/07/1992	2,50	0,00	1,00	3,50	Desc.
118	Jéssica Carina Gonçalves Ott	19/02/1993	1,50	1,00	1,00	3,50	Desc.
63	Janaina Epping	03/04/1998	1,50	1,00	0,50	3,00	Desc.
3	Renata Dorneles Borba	Faltante					Desc.
136	Ines Monica Gretzler	Faltante					Desc.
43	Ana Paula Birck	Faltante					Desc.
155	Scheila Beatriz Loch	Faltante					Desc.
71	Verônica Vitória Fernandes	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
142	Jaqueline Dos Santos D´Anhaia	08/01/2000	7,00	1,00	1,00	9,00	1º
40	Marlete Bueno	28/06/1987	6,00	0,50	1,00	7,50	2º
153	Marcia Adriane Noll Bald	04/07/1985	5,50	1,00	1,00	7,50	3º
76	Márcia Wagner	04/08/1985	5,50	1,00	1,00	7,50	4º
133	Maria Alves	01/09/1975	3,50	0,00	1,50	5,00	5º
61	Rafael Marchese	02/03/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
156	Bruno Luiz Klaus Corti	Faltante					Desc.

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
94	Marcos Rafael Schmitt	11/05/1991	7,00	1,50	1,00	9,50	1º
47	Darci José Wagner	01/06/1975	6,50	1,00	1,00	8,50	2º
147	Cleomar Da Silveira	22/12/1986	6,00	0,50	1,00	7,50	3º

5	Gustavo Balbinot Bourscheidt	23/08/1999	6,00	0,50	1,00	7,50	4º
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
41	Sanimori Weber	21/04/1996	7,00	1,50	1,00	9,50	1º
32	Pedro Lemes Pereira	28/06/1991	6,00	1,50	0,50	8,00	2º
120	Volmir Antonio Weschenfelder	Faltante					Desc.
110	Leandro Gomes De Lima	Faltante					Desc.
101	Dionadas Schneider	Faltante					Desc.
PSICÓLOGO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
23	Estefani Doss	19/02/1995	6,50	1,00	1,00	8,50	1º
154	Karine Lunkes	10/09/1990	6,00	0,50	1,50	8,00	2º
9	Ana Carolina Alberti	23/09/1996	6,00	0,50	1,50	8,00	3º
82	Janayna Priscilla Nascimento Longhi	05/10/1992	5,50	1,00	1,50	8,00	4º
2	Jéssica Machado Neumann	13/09/1996	6,00	0,50	1,00	7,50	5º
84	Janete Maria Schaefer Kunz	17/03/1980	6,00	0,00	1,00	7,00	6º
107	Maiara Carvalho Trentin	10/01/1991	5,50	0,50	1,00	7,00	7º
90	Edivan João Zaionc	29/07/1997	5,00	0,50	1,50	7,00	8º
26	Poliana Del Sant	17/06/1998	6,00	0,00	0,50	6,50	9º
74	Maiara Schultz	25/01/1999	5,00	0,00	1,00	6,00	10º
54	Paola Andressa Kohn	01/06/1995	4,50	0,50	0,50	5,50	11º
55	Indiane Camila Ghisleri	13/12/1991	4,50	0,00	1,00	5,50	12º
95	Cleiton Primaz	26/09/1994	4,00	0,50	1,00	5,50	13º
69	Debora Cristina Scapin	09/06/1998	4,50	0,00	0,50	5,00	14º
114	Rodrigo Benetti	01/02/1994	2,50	0,00	0,00	2,50	Desc.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Totasl	Class.
72	Ana Claudia Neves	13/07/1991	3,00	0,50	1,50	5,00	1º
22	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	25/06/1987	3,50	0,50	0,50	4,50	2º
157	Andreia Fabiani Simsen Rech	20/08/1982	2,50	0,50	1,00	4,00	3º

Art. 2º Somente Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º Os desempates estão de acordo com o item 8 do edital.

Art. 4º O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.

Art. 5º Os candidatos terão os dias 28 e 29.04.2021 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Princesa - SC, 27 de Abril de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO 870, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004493

DECRETO Nº. 870, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, POR TÉRMINO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por TÉRMINO DE CONTRATO, A Sra. Maria Cristina Wagner, brasileira, divorciada, residente e domiciliada no Município de Dionísio Cerqueira/SC, portadora de CPF Nº 046.782.179-83 e RG Nº 4.512.433, Professora de Ensino Fundamental, Escola Pública Municipal Renascer, a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 27.04.2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 27 de abril de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 45.2021-PM - PREGÃO PRESENCIAL 14.2021 - LÂMPADAS LED SECRETARIAS

Publicação Nº 3003191

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 45/2021-PM

Pregão Presencial 14/2021-PM

O Município de PRINCESA/SC, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de lâmpadas de Led para instalação em prédios públicos do Município de Princesa/SC." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC, no dia 12 de maio de 2021, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 27 de abril de 2021. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal.

PORTARIA N. 100 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004189

PORTARIA N. 100 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO MUNICÍPIO PARA ATENDER O PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE DO SIAFIC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal, e disposições do Decreto Federal Nº 10.540 de 05 de novembro de 2020 que "Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle -SIAFIC

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear Comissão de Estudos para Elaboração do Plano de Ação para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, conforme composição abaixo discriminada:

I – Leticia Andrieli Dalla Vecchia, Contadora da Câmara de Vereadores;

II – Keli Fernanda Meotti, Contadora da Prefeitura;

III – Valtair José Epping, Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento;

IV – Simone Maria Ludwig Pinheiro, Agente Administrativo;

V – Michele Cristiane Kunzler, Técnico de Licitações e Contratos;

§ 1º A nomeação para integrar a Comissão de que trata o caput deste artigo, não acarretará nenhum ônus ao Município.

§2º A comissão de estudos para elaboração do Plano de Ação do Município para atender o padrão mínimo de qualidade do SIAFIC, terá prazo até dia 04/05/2021, para apresentar minuta de Decreto para avaliação e posterior publicação por parte do chefe do Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura municipal de Princesa

Princesa/ SC, 27 de abril de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 868, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003231

DECRETO Nº 000868/21 de 27 de Abril de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de PRINCESA e autorização contida na Lei Municipal nº 001074/20 de 2 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 103.460,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA

05.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

221 - 05.01.12.306.0040.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 3400 - Recursos Ordinários

1.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS

07.01 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

220 - 07.01.26.782.0017.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 3400 - Recursos Ordinários

102.460,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

Recurso: 3400 - Recursos Ordinários

103.460,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 27 de Abril de 2021

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora CRC/SC - 026787/O-2

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO EDITAL TP 21/2021

Publicação Nº 3004193

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 21/2021
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 21/2021.
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta Empreitada por Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, NA RUA SANTA CATARINA, DO BAIRRO SANTA INÊS-QUILOMBO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 990m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 14/05/2021.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 14/05/2021.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: http://www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 27 de abril de 2021.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 146/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004906

DECRETO Nº 146/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.907/2021, de 19 de abril de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2021, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.877/2020 de 09 de dezembro de 2020, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	10.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	01
Função	Agricultura	20
Sub-função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA: CAMINHO FORTE	0024
Ação	EQUIPAMENTOS/AGRICULTURA	1.046
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(267)	Aplicação Direta – 4.4.90	01.68 – Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado
Valor Total R\$:		50.000,000

Medida Provisória nº.232 de 23 de dezembro de 2020, Decreto 321/2020 (Estiagem), Decreto 1087/2021 de 11/01/2021, publicado em 12/01/2021.

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do excesso e/ou provável excesso de arrecadação de recurso vinculado.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDERSON DA SILVA PRADO

CRC/SC 028.061/0-7

DECRETO Nº 147/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004907

DECRETO Nº 147/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.908/2021, de 19 de abril de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2021, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.877/2020 de 09 de dezembro de 2020, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		10.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		01
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA: CAMINHO FORTE		0024
Ação	EQUIPAMENTOS/AGRICULTURA		1.046
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(173)	Aplicação Direta-4.4.90	01.00 – Recurso Ordinário	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação da importância no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) no programa e verba abaixo discriminada.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		10.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		01
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA: CAMINHO FORTE		0024
Ação	VEÍCULO/AGRICULTURA		1.041
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(173)	Aplicação Direta-4.4.90	01.00 – Recurso Ordinário	10.000,00
Valor Total R\$:			10.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDERSON DA SILVA PRADO

CRC/SC 028.061/0-7

DECRETO Nº 148/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004908

DECRETO Nº 148/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.909/2021, de 19 de abril de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2021, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.877/2020 de 09 de dezembro de 2020, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE		06.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Especial		367
Programa	Educação inclusiva		0012
Ação	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(100)	Aplicação Direta-3.1.90	01.00 – Recurso Ordinário	20.000,00

Valor Total R\$:	20.000,00
------------------	-----------

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação da importância no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) no programa e verba abaixo discriminada.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE		06.00
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		01
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Especial		367
Programa	Educação inclusiva		0012
Ação	APOIO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(101)	Transf.Inst.Priv sem-3.3.50	01.00 – Recurso Ordinário	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDERSON DA SILVA PRADO
CRC/SC 028.061/0-7

DECRETO Nº 149/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004910

DECRETO Nº 149/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.910/2021, de 26 de abril de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2021, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.877/2020 de 09 de dezembro de 2020, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	FDO.MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO		02
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Ação	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS		2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Transf. a Inst. Privadas sem Fins	01.00– Recurso Ordinário	30.000,00
	Lucrativos–3.3.50	01.35-Transf.do SUAS	40.000,00
Valor Total R\$:			70.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação da importância no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SSISTÊNCIA SOCIAL		08
Unidade	FDO.MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO		02
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Ação	SERVIÇO ESPECIAL-PISO ALTA COMPLEXIDADE/FMAS/FMAS		2.046
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Transf.a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos-3.3.50	01.35-Transf.do SUAS	10.000,00
()	Aplicações Diretas-3.1.90		30.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SSISTÊNCIA SOCIAL	08
Unidade	FDO.MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE QUILOMBO	02
Função	Assistência Social	8



Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE		0018
Ação	MANUTENÇÃO ASSIST/SOCIAL/FMAS		2.038
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicações Diretas-4.4.90	01.00– Recurso Ordinário	15.000,00
	Aplicações Diretas-3.1.90		15.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDERSON DA SILVA PRADO

CRC/SC 028.061/0-7

DECRETO Nº 150/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004911

DECRETO Nº 150/2021 – DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO DE METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, O ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO DE 2021 A ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANULA DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2911/2021, de 26 de abril de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município no ano de 2021, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2.877/2020 de 09 de dezembro de 2020, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	02	
Unidade	GABINETE DO PREFEITO	01	
Função	Administração	4	
Sub-função	Planejamento e Orçamento	121	
Programa	APOIO ADMINISTRATIVO	0002	
Atividade	VEÍCULO/GABINETE	1.004	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Recursos Ordinários	70.000,00
Valor Total R\$:			70.000,00

Art.2º O recurso para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação da importância no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminada.

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	GABINETE DO PREFEITO	02	
Unidade	GABINETE DO PREFEITO	01	
Função	Administração	4	
Sub-função	Planejamento e Orçamento	121	
Programa	APOIO ADMINISTRATIVO	0002	
Atividade	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.002	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
(1)	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários	70.000,00
Valor Total R\$:			70.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EDERSON DA SILVA PRADO

CRC/SC 028.061/0-7

DECRETO Nº 151/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004895

DECRETO Nº 151/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.**DISPÕE SOBRE A DESISTÊNCIA DO
CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO
PÚBLICO Nº 001/2019.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os Incisos IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Inciso I do Art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001 e Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2019, através do Decreto nº 069/2019, de 27 de março de 2019, e Decreto nº. 086/2021, de 18 de março de 2021, que prorrogou a validade do concurso público edital nº. 01/2019;

Considerando o Decreto de Convocação 083/2021, de 23 de março de 2021,

Considerando que dentro do prazo estipulado o candidato convocado não se apresentou para a posse, nos termos do § 1º do Art. 14, da Lei Complementar nº 032/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica o candidato **Charles Dall Orsoletta**, nº de inscrição 23, aprovado para o cargo de Arquiteto e Urbanista, declarado desistente da vaga, que dentro do prazo estipulado o candidato convocado não se apresentou para a posse, nos termos do § 1º do Art. 14, da Lei Complementar nº 032/2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em ____/____/2021.
Lei Municipal nº 1087/1993

Eleni Segalla
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 0307/2021 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004877



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0307/2021 - DE 20 DE ABRIL DE 2021.

**INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL CÁTIA REGINA BACKES
DEZORDI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria Nº.0236/2021 - de 18 de março de 2021, da Servidora Pública Municipal, **Cátia Regina Backes Dezordi**, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativa, a partir do dia 23 a 30 de abril de 2021, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços nesta data.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo, os 08 (oito) dias de férias referentes a esse período serão gozados em data oportuna.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 0320/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004867



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0320/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA MARA MACHADO
MISSEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, **Sandra Mara Machado Missel** (20361), ocupante do cargo de Enfermeira, no dia 28 de abril de 2021, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 9045, de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 07 de maio de 2021, documento(s) comprobatório(s) (**Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica**), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) **Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica**, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 0321/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004870



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0321/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL CARLA REGINA CALZA E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, **Carla Regina Calza** (20096), ocupante do cargo de Médico, no dia 30 de abril de 2021, para realizar consultas médicas, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 9044, de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art.1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 07 de maio de 2021, documento(s) comprobatório(s) (**Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica**), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) **Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica**, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 0322/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004885



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0322/2021 - DE 27 DE ABRIL DE 2021.

**CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA
MUNICIPAL QUE MENCIONA.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº32 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, à servidora pública municipal abaixo relacionada, para gozo no período de 03 de maio à 01 de junho de 2021, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Janaine Pertile (19905)

03/10/2017 à 02/10/2018

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de abril de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL P.P. 02/2021 - FMS

Publicação Nº 3004210

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2021 - Objeto: Faz se necessário à abertura de Processo de Licitação para eventual contratação de unidades privadas prestadora de serviços técnico-profissionais, de forma complementar, na área de atendimento à rede de atenção de Média/Alta Complexidade para realização de Exames de Tomografia Computadorizada, Endoscopia Digestiva Alta e Colonoscopia em pacientes encaminhados pela rede Municipal de saúde de Rancho Queimado/SC, em conformidade com o Edital de pregão presencial nº 02/2021 e seus anexos. Tipo de Licitação: Pregão Presencial. Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Horário final de apresentação dos envelopes: 9h00min do dia 11/05/2021. Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde de Rancho Queimado. REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações. ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 9h00min horas do dia 11 de Maio de 2021, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal. INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos poderão ser obtidos através da página online do município www.ranchoqueimado.sc.gov.br e/ou e-mail: licitacoes@ranchoqueimado.sc.gov.br. Rancho Queimado, 27 de Abril de 2021. Nazareno Floriano - Secretário Municipal de Saúde.

Rio das Antas

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2021 - FMS

Publicação Nº 3004526

B9CA1308B47C2E07770753044B994569B68D7BB5
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS
Fundo Municipal de Saúde de Rio das Antas
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2021 - FMS

O Município de Rio das Antas (SC), por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, baseado nos termos do Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório nº 0010/2021-FMS na Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2021-FMS, Credenciamento de empresas no ramo de atividade pertinente, sendo: SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LABORATORIAIS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PESSOAS JURÍDICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE/MS, CONFORME PROTOCOLO ESTABELECIDO PELO MUNICÍPIO E APROVADO PELO CONSELHO DE SAÚDE.

Empresa CREDENCIADA mediante INEXIGIBILIDADE: LABORATÓRIO DENTAL VITORIA LTDA, CNPJ Nº 35.462.162/0001-26.

O Município pagará a empresa credenciada o valor estimado, conforme a necessidade de serviços de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações do Município, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente.

Rio das Antas (SC), 27 de Abril de 2021. Amauri Brandalise - Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Rio do Campo

PREFEITURA

317 PORTARIA Nº317 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOAO EVERALDO ALVES PADILHA

Publicação Nº 3004868

Portaria nº. 317, de 28 de Abril de 2021.

“Concede Férias a Servidor JOAO EVERALDO ALVES PADILHA”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor JOAO EVERALDO ALVES PADILHA, matrícula 33998-03, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2020 à 01/05/2021, tendo como período de gozo: 03 de Maio de 2021 a 01 de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 28 de Abril de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATORIO NR 34

Publicação Nº 3004369

PROCESSO LICITATORIO NR 34/2021

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 16/2021

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ROBÓTICA EDUCACIONAL NA CASA DA CULTURA. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 11 de maio de 2021, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3564-8100.

Rio do Campo, 27 de abril de 2021. Vidal Balak – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO NR 35

Publicação Nº 3004373

PROCESSO LICITATORIO NR 35/2021

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 17/2021

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto trata-se de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA A ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E ATENDIMENTO TÉCNICO EVENTUAL PÓS IMPLANTAÇÃO, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência. O prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas está marcado para dia 12 de maio de 2021, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (47) 3564-8100. Rio do Campo, 27 de abril de 2021. Vidal Balak – Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

ALTERAÇÃO PROCESSO 024/2021

Publicação Nº 3003387

629BFC880E06FF5C4559E6A20A10694980A9CDD0

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
Rua Paulo Sardagna, nº797 – Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 – Rio do Oeste – SC

Fone/Fax: (47) 3543-0261

E-mail: licita@riodooeste.sc.gov.br e comprasrdo@gmail.comSite: riodooeste.atende.net

PROCESSO LICITATÓRIO.....nº 024/2021
PREGÃO PRESENCIAL.....nº 015/2021
DATA DA EMISSÃO..... 25 de fevereiro de 2021

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021

O Município de Rio do Oeste, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Paulo Sardagna, nº 797 – Bairro Bela Vista, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito Sr. Arnildo Ferrari, neste ato, através do Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela portaria nº 8492/2020, na forma da Lei 8666/93 e 10.520/2002, visando o Registro de preços para a **Contratação de serviços especializados para reparo e manutenção do patrimônio público**, considerando que o presente Edital tornou-se **DESERTO** quando de sua abertura inicialmente afixada, torna público que está REPUBLICANDO o referido processo licitatório, assim como segue:

1. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Data e Horário para apresentação dos envelopes: até as 08:00 horas do dia 10/05/2021.

Data e Horário para o credenciamento dos participantes: Dia 10/05/2021, logo após a entrega dos envelopes.

Data e Horário para abertura e classificação das propostas: Dia 10/05/2021, após o credenciamento dos participantes.

Data e Horário de abertura da sessão pública (etapa de lances): dia 10/05/2021, logo após a avaliação e classificação das propostas.

2. ALTERA AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

I. Onde se lia:

Esta licitação está aberta exclusivamente às empresas com enquadramento na Lei 123/2006 com ME ou EPP e que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

Processo Licitatório nº 024/2021-1

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
Rua Paulo Sardagna, nº797 – Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 – Rio do Oeste – SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: licita@riodooeste.sc.gov.br e comprasrdo@gmail.com
Site: riodooeste.atende.net

PROCESSO LICITATÓRIO.....nº 024/2021
PREGÃO PRESENCIAL.....nº 015/2021
DATA DA EMISSÃO..... 25 de fevereiro de 2021

II. Passa-se a ler:

Esta licitação está aberta a todas as empresas que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

3. ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTANTES NA TABELA DO ANEXO I:

LOTE 01 – SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE.	R\$ UN.	R\$ TOTAL
1	16583	MÃO DE OBRA PARA OS SERVIÇOS DE PEDREIRO.	HORA	2,000	R\$ 30,00	R\$ 60.000,00
2	16584	MÃO DE OBRA SERVENTE DE PEDREIRO	HORA	1,300	R\$ 21,00	R\$ 27.300,00
3	16585	MÃO DE OBRA PARA OS SERVIÇOS DE CARPINTARIA	HORA	400	R\$ 38,00	R\$ 15.200,00
VALOR TOTAL						<u>R\$ 102.500,00</u>

(cento e dois mil e quinhentos reais)

A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, <https://riodooeste.atende.net> no link “consulta de licitações”.

Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste / SC, 27 de abril de 2021.

Arnildo Ferrari
Prefeito

Processo Licitatório nº 024/2021-2

PORTARIA 8643

Publicação Nº 3003855

**MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8643 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Concede Vantagem Pessoal a Servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 34 da Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

CONSIDERANDO certificado que comprova escolaridade superior a exigida no cargo,

CONSIDERANDO Protocolo nº 653/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vantagem pessoal de 20% do valor de seu vencimento ao servidor Cesar Hillesheim, matrícula 116808-00, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2021.

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

BRUNO PESSATTI
Secretário de Serviços Urbanos

PORTARIA 8644

Publicação Nº 3003899

**MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8644 DE 27 DE ABRIL DE 2021*Concede Vantagem Pessoal à Servidora*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 34 da Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

CONSIDERANDO certificado que comprova escolaridade superior a exigida no cargo,

CONSIDERANDO Protocolo nº 770/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vantagem pessoal de 20% do valor de seu vencimento à servidora Simone Conterno, matrícula 91987-00, ocupante do cargo efetivo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2021.

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

LUIS CARLOS MULLER
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 8645

Publicação Nº 3003999

**MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8645 DE 27 DE ABRIL DE 2021*Concede Vantagem Pessoal à Servidora*

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 34 da Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

CONSIDERANDO certificado que comprova escolaridade superior a exigida no cargo,

CONSIDERANDO Protocolo nº 834/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vantagem pessoal de 20% do valor de seu vencimento à servidora Tayta Crisitna Goetten, matrícula 116809-00, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2021.

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

ODAIR JOSE MARTINS
Secretário de Saúde e Assistência Social

PORTARIA 8646

Publicação Nº 3004113

**MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**

CNPJ nº. 83.102.715/0001-82
Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone/Fax 47-3543.0261/0292
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

PORTARIA Nº 8646 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Concede Vantagem Pessoal a Servidor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 34 da Lei nº 1720/2007 e suas alterações,

CONSIDERANDO certificado que comprova escolaridade superior a exigida no cargo,

CONSIDERANDO Protocolo nº 746/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder vantagem pessoal de 20% do valor de seu vencimento ao servidor Gelson Margoti Prá, matrícula 116814-00, ocupante do cargo efetivo de Advogado, lotado na Secretaria de Administração e Fazenda.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2021.

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALMIR SCHMITZ
Secretário de Administração e Fazenda

ATA 037/2021 - POSTO OESTE

Publicação Nº 3003417

C38F32FCEE971127BD24D2861D26653FC280B783

**MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE****RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO**

CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC

Fone/Fax: (47) 3543-0261

E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br

Site: www.riodooste.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2021**Processo Administrativo 14/2021**

Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº **14/2021** - Pregão Presencial nº **14/2021**, tendo como objeto o Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos que compõem a frota da Prefeitura de Rio do Oeste/SC, com fornecimento do material de consumo, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários a realização dos serviços.. O município de Rio do Oeste, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, com sede à Rua Paulo Sardagna, nº 797 – Bairro Bela Vista, neste ato representado pelo Prefeito Sr. ARNILDO FERRARI, RESOLVE registrar os preços da empresa **POSTO OESTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº **85.721.108/0001-26**, com sede na **RUA 7 DE SETEMBRO, nº 97, Bairro CENTRO, Rio do Oeste - SC, CEP 89.180-000**, de acordo com a classificação alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Decreto nº 1.036/2007, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decreto Municipal nº 1.006/2007 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos que compõem a frota da Prefeitura de Rio do Oeste/SC, com fornecimento do material de consumo, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários a realização dos serviços., conforme condições e especificações descritas no **Anexo I**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Os preços ofertados pela empresa signatária, são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial nº **14/2021**.

2.2 O Município de Rio do Oeste monitorará pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer momento, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

2.3 O beneficiário do Registro de Preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido (requerimento, planilha de custos e nota fiscal de procedência e qualquer documento de suporte). Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 10 (dez) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor. Caso a proponente não apresentar a nota fiscal de procedência não será aceito o reajusto e a Ata de Registro de Preços será cancelada.

2.4 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Rio do Oeste por depósito em conta-corrente ou transferência bancária em nome do fornecedor indicado no documento fiscal, em **até 30 (trinta) dias** contados da data liberação da Nota Fiscal e o pagamento será realizado de acordo com as quantidades solicitadas na Ordem de Compra e constantes na nota fiscal.

3.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade da empresa para com os tributos municipais, INSS e FGTS, em obediência ao § 3º do art. 195 da CF, nos termos da Decisão TCU nº 705/94 – Plenário, item 1 alínea D, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços.

3.3 Deverá constar no documento fiscal o número da licitação – **Pregão Presencial nº 14/2021 - Processo Licitatório nº 14/2021**.

3.4 Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora do Registro de Preços das responsabilidades

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 Pág. 1



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados, sendo que a entrega deverá ser realizada num período máximo de **10 (dez) dias úteis**, no endereço descrito na Ordem de Compra.

4.2 Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências do **MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**.

4.3 Os pedidos serão efetuados através de Ordem de Compra, enviados através de "fax-símile", correios ou retiradas diretamente na Prefeitura, deles constando: data, valor unitário, quantidade, local para entrega, assinatura da autoridade competente, e, ainda data, hora e identificação de quem os recebeu.

4.4 A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

4.5 A entrega deve ser em PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE - SEC. DA ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.

5.2 Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Rio do Oeste/SC não será obrigado a adquirir todos os materiais objeto da Ata de Registro de Preços, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

CLÁUSULA SEXTA – DA CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Os preços registrados na presente ata, poderão ser cancelados no todo ou em parte, de pleno direito, pelo Município, nas seguintes situações:

6.1.1 No caso do fornecedor recusar-se a atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

6.1.2 Na hipótese do fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Na hipótese do fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado.

6.1.4 Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração.

6.1.5 Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Rio do Oeste.

6.1.6 A comunicação do cancelamento do preços registrados, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante no processo licitatório que tiver dado origem ao registro de preços.

6.2 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, pelo Fornecedor, na seguinte situação:

6.2.1 Quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

6.2.2 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao Município a aplicação das penalidades previstas

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 Pág. 2



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

A) Advertência.

B) Multa, nas seguintes hipóteses:

B.1) 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata, até o máximo de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata.

B.2) 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total e 5 % (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial do objeto da Ata.

C) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, por período não superior a 2 (dois) anos.

D) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o Fornecedor da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7.2.1 O valor da multa aplicada, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatória, acrescido de juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 A publicação resumida da presente Ata de Registro na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá a Prefeitura Municipal, sendo realizado em conformidade com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 14/2021** e seus anexos e a proposta de preços da empresa **POSTO OESTE LTDA**.

9.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nº 8.666/93, 10.520/02, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decretos Municipais nº 1.036/2007 e 1.006/2007.

9.3 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos que possam vir a ocorrerem no presente compromisso.

E, por assim estarem as partes, justas e acordes, assinam a presente ata em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

POSTO OESTE LTDA
CNPJ: 85.721.108/0001-26



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
 Site: www.riodooste.sc.gov.br

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37/2021

POSTO OESTE LTDA							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
1	200	UN	POSTO OESTE		29,99	5.998	LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE AUTOMÓVEL. (meia lavação): deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
2	200	UN	POSTO OESTE		39,99	7.998	LIMPEZA INTERNA E LAVAÇÃO EXTERNA DE VAN. LAVAGEM SIMPLES (meia lavação): deverá ser executado o processo de lavagem mais rápida, onde prioriza a lataria, pneus e ambiente interno do carro. Na parte externa lavação com água juntamente com detergente ou outro material equivalente que não agride a pintura e outros materiais do veículo. Os pneus também ganham atenção com aplicação do material chamado usualmente no mercado como "pneu pretinho". O interior deverá ser aspirado, bem como realizado a limpeza com pano úmido; aplicação de silicone e a limpeza dos tapetes. Ao final dos serviços, deverá ser executado a sua secagem.
Total POSTO OESTE LTDA R\$ 13.996 Julgamento: Menor Preço							

R\$ 13.996 (treze mil e novecentos e noventa e seis reais)

ATAS NS. 035 E 036

Publicação Nº 3003451



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/2021
Processo Administrativo 33/2021

Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº **33/2021** - Pregão Presencial nº **33/2021**, tendo como objeto o Aquisição de ares-condicionados, mobiliários e outros.. O município de Rio do Oeste, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, com sede à Rua Paulo Sardagna, nº 797 – Bairro Bela Vista, neste ato representado pelo Prefeito Sr. ARNILDO FERRARI, RESOLVE registrar os preços da empresa **VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME**, inscrita no CNPJ nº **27.286.283/0001-36**, com sede na **RUA ÁGUAS FRIAS, nº 280, Bairro ÁGUAS FRIAS, Alfredo Wagner - SC, CEP 88.450-000**, de acordo com a classificação alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Decreto nº 1.036/2007, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decreto Municipal nº 1.006/2007 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Aquisição de ares-condicionados, mobiliários e outros., conforme condições e especificações descritas no **Anexo I**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Os preços ofertados pela empresa signatária, são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial nº **33/2021**.

2.2 O Município de Rio do Oeste monitorará pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer momento, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

2.3 O beneficiário do Registro de Preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido (requerimento, planilha de custos e nota fiscal de procedência e qualquer documento de suporte). Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 10 (dez) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor. Caso a proponente não apresentar a nota fiscal de procedência não será aceito o reajusto e a Ata de Registro de Preços será cancelada.

2.4 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Rio do Oeste por depósito em conta-corrente ou transferência bancária em nome do fornecedor indicado no documento fiscal, em **até 30 (trinta) dias** contados da data liberação da Nota Fiscal e o pagamento será realizado de acordo com as quantidades solicitadas na Ordem de Compra e constantes na nota fiscal.

3.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade da empresa para com os tributos municipais, INSS e FGTS, em obediência ao § 3º do art. 195 da CF, nos termos da Decisão TCU nº 705/94 – Plenário, item 1 alínea D, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços.

3.3 Deverá constar no documento fiscal o número da licitação – **Pregão Presencial nº 33/2021 - Processo Licitatório nº 33/2021**.

3.4 Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora do Registro de Preços das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35 Pág. 1



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
Site: www.riodooeste.sc.gov.br

4.1 A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados, sendo que a entrega deverá ser realizada num período máximo de **10 (dez) dias úteis**, no endereço descrito na Ordem de Compra.

4.2 Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências do **MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**.

4.3 Os pedidos serão efetuados através de Ordem de Compra, enviados através de "fax-simile", correios ou retiradas diretamente na Prefeitura, deles constando: data, valor unitário, quantidade, local para entrega, assinatura da autoridade competente, e, ainda data, hora e identificação de quem os recebeu.

4.4 A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

4.5 A entrega deve ser em PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE - SEC. DA ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.

5.2 Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Rio do Oeste/SC não será obrigado a adquirir todos os materiais objeto da Ata de Registro de Preços, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

CLÁUSULA SEXTA – DA CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Os preços registrados na presente ata, poderão ser cancelados no todo ou em parte, de pleno direito, pelo Município, nas seguintes situações:

6.1.1 No caso do fornecedor recusar-se a atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

6.1.2 Na hipótese do fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Na hipótese do fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado.

6.1.4 Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração.

6.1.5 Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Rio do Oeste.

6.1.6 A comunicação do cancelamento do preços registrados, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante no processo licitatório que tiver dado origem ao registro de preços.

6.2 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, pelo Fornecedor, na seguinte situação:

6.2.1 Quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

6.2.2 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao Município a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
Site: www.riodooeste.sc.gov.br

7.1 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

A) Advertência.

B) Multa, nas seguintes hipóteses:

B.1) 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata, até o máximo de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata.

B.2) 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total e 5 % (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial do objeto da Ata.

C) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, por período não superior a 2 (dois) anos.

D) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o Fornecedor da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7.2.1 O valor da multa aplicada, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatória, acrescido de juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 A publicação resumida da presente Ata de Registro na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá a Prefeitura Municipal, sendo realizado em conformidade com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 33/2021** e seus anexos e a proposta de preços da empresa **VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME**.

9.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nº 8.666/93, 10.520/02, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decretos Municipais nº 1.036/2007 e 1.006/2007.

9.3 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos que possam vir a ocorrerem no presente compromisso.

E, por assim estarem as partes, justas e acordes, assinam a presente ata em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Oeste, 26 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME
CNPJ: 27.286.283/0001-36



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
 Site: www.riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 35/2021

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
6	1	UN	METALFRIO	DA550	3.800	3.800	FREEZER E REFRIGERADOR HORIZONTAL COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: FAIXA DE TEMPERATURA - FREEZER-18°C / -22°C E REFRIGERADOR+2°C / +8°C, 2 TAMPAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 546 LITROS, COR BRANCO, VOLTAGEM 220V.
Total VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME R\$ 3.800 Julgamento: Menor Preço							

R\$ 3.800 (três mil e oitocentos reais)



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2021
Processo Administrativo 33/2021

Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº 33/2021 - Pregão Presencial nº 33/2021, tendo como objeto o Aquisição de ares-condicionados, mobiliários e outros.. O município de Rio do Oeste, inscrito no CNPJ nº 83.102.715/0001-82, com sede à Rua Paulo Sardagna, nº 797 – Bairro Bela Vista, neste ato representado pelo Prefeito Sr. ARNILDO FERRARI, RESOLVE registrar os preços da empresa **BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 00.897.750/0001-08, com sede na **RUA rua dr. blumenau, nº 6600, Bairro ENCANO BAIXO, Indaial - SC, CEP 89.086-520**, de acordo com a classificação alcançada, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Decreto nº 1.036/2007, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decreto Municipal nº 1.006/2007 e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto Aquisição de ares-condicionados, mobiliários e outros., conforme condições e especificações descritas no **Anexo I**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1 Os preços ofertados pela empresa signatária, são os constantes da planilha de preços anexa, obedecida a classificação no Pregão Presencial nº 33/2021.

2.2 O Município de Rio do Oeste monitorará pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer momento, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

2.3 O beneficiário do Registro de Preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido (requerimento, planilha de custos e nota fiscal de procedência e qualquer documento de suporte). Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 10 (dez) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor. Caso a proponente não apresentar a nota fiscal de procedência não será aceito o reajusto e a Ata de Registro de Preços será cancelada.

2.4 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Rio do Oeste por depósito em conta-corrente ou transferência bancária em nome do fornecedor indicado no documento fiscal, em **até 30 (trinta) dias** contados da data liberação da Nota Fiscal e o pagamento será realizado de acordo com as quantidades solicitadas na Ordem de Compra e constantes na nota fiscal.

3.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação de regularidade da empresa para com os tributos municipais, INSS e FGTS, em obediência ao § 3º do art. 195 da CF, nos termos da Decisão TCU nº 705/94 – Plenário, item 1 alínea D, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços.

3.3 Deverá constar no documento fiscal o número da licitação – **Pregão Presencial nº 33/2021 - Processo Licitatório nº 33/2021**.

3.4 Quaisquer pagamentos não isentarão a detentora do Registro de Preços das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
Site: www.riodooeste.sc.gov.br

4.1 A forma de fornecimento será parcelada e de acordo com a necessidade da Unidade requisitante, devendo o fornecedor estar ciente que não haverá quantitativos e valores mínimos pré-determinados, sendo que a entrega deverá ser realizada num período máximo de **10 (dez) dias úteis**, no endereço descrito na Ordem de Compra.

4.2 Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados diretamente, segundo as conveniências do **MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE**.

4.3 Os pedidos serão efetuados através de Ordem de Compra, enviados através de "fax-simile", correios ou retiradas diretamente na Prefeitura, deles constando: data, valor unitário, quantidade, local para entrega, assinatura da autoridade competente, e, ainda data, hora e identificação de quem os recebeu.

4.4 A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

4.5 A entrega deve ser em PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO OESTE - SEC. DA ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua assinatura.

5.2 Nos termos do artigo 15, § 4º da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o Município de Rio do Oeste/SC não será obrigado a adquirir todos os materiais objeto da Ata de Registro de Preços, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

CLÁUSULA SEXTA – DA CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Os preços registrados na presente ata, poderão ser cancelados no todo ou em parte, de pleno direito, pelo Município, nas seguintes situações:

6.1.1 No caso do fornecedor recusar-se a atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

6.1.2 Na hipótese do fornecedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Na hipótese do fornecedor não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado.

6.1.4 Nos casos em que o detentor do registro de preços ficar impedido ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração.

6.1.5 Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Rio do Oeste.

6.1.6 A comunicação do cancelamento do preços registrados, será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio eletrônico, juntando-se comprovante no processo licitatório que tiver dado origem ao registro de preços.

6.2 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, pelo Fornecedor, na seguinte situação:

6.2.1 Quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.

6.2.2 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado ao Município a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
Site: www.riodooeste.sc.gov.br

7.1 A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

A) Advertência.

B) Multa, nas seguintes hipóteses:

B.1) 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata, até o máximo de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata.

B.2) 10 % (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total e 5 % (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial do objeto da Ata.

C) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, por período não superior a 2 (dois) anos.

D) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.2 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará o Fornecedor da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

7.2.1 O valor da multa aplicada, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatória, acrescido de juros moratórios de 1 % (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 A publicação resumida da presente Ata de Registro na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá a Prefeitura Municipal, sendo realizado em conformidade com o disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram esta Ata, o edital do **Pregão Presencial nº 33/2021** e seus anexos e a proposta de preços da empresa **BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI**.

9.2 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis nº 8.666/93, 10.520/02, Lei Municipal nº 1.760/2007 e Decretos Municipais nº 1.036/2007 e 1.006/2007.

9.3 Fica eleito o foro da comarca de Rio do Oeste/SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos que possam vir a ocorrerem no presente compromisso.

E, por assim estarem as partes, justas e acordes, assinam a presente ata em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Oeste, 26 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito Municipal

ALDIVAR

BAGATOLI:60099771934

Assinado de forma digital por
ALDIVAR BAGATOLI:60099771934
Dados: 2021.04.26 17:23:18 -03'00'

**BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE
REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI**
CNPJ: 00.897.750/0001-08



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
 Site: www.riodooeste.sc.gov.br

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 36/2021

BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI						
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total
1	2	UN	BRITANIA	BFE50P	550	1.100
FORNO ELÉTRICO 48 a 50 LITROS COM TIMER. NAS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DEVERÁ CONTER PORTA EM MATERIAL VIDRO TEMPERADO E QUE SEJA POSSÍVEL VISUALIZAR O ALIMENTO DURANTE O PROCESSO DE PREPARO. VOLTAGEM: 220V. POTENCIA DE 2000W NA VOLTAGEM DE 220V. TEMPERATURA DE 0°C ATÉ 250°C. TIMER DE 0 A 120º MINUTOS. FUNÇÕES: ASSAR, GRELHAR, TOSTAR, GRATINAR E AQUECER. CORPO EXTERNO EM ACABAMENTO BRANCO/ PRETO. CONSUMO 1,6WH / 2,0WH. DEVERÁ CONTER: 01 FORNO 48 LITROS; 01 GRELHA; 01 PEGADOR EM AÇO INOX; 01 BANDEJA COLETORA DE GORDURA. GRELHA, PEGADOR EM AÇO INOX E BANDEJA COLETORA DE GORDURA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: ALTURA 35.0 CM X LARGURA 56.0 CM X PROFUNDIDADE 41.0 CM.						
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total
2	1	UN	MIDEA	MTFB42	675	675
FORNO MICRO-ONDAS 31 LITROS BRANCO. PORTA COM VISOR BRANCO E TRANSPARENTE. CONTROLE NUMÉRICO. TRAVA DE SEGURANÇA. TECLA DESCONGELAR. CAPACIDADE 31 LITROS. COR BRANCO. PAINEL ELETRÔNICO. PRATO GIRATÓRIO. TENSÃO 220V. PESO APROXIMADO DE 16 KG. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. CAPACIDADE (L) 31LITROS. DIMENSÕES (AXLXP) 32,5 X 52 X 42,2 CM. GARANTIA DO PRODUTOS NO MÍNIMO DE 1 ANO.						
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total
3	1	UN	VENANCIO	E4D2	860	860
FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS INDUSTRIAL COM 4 BOCAS SENDO, 2 SIMPLES E 2 DUPLAS. ESTRUTURA EM AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI NA COR PRETA. CARACTERÍSTICAS: ESTRUTURA EM AÇO						

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 36 Pág. 4



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
 Site: www.riodooeste.sc.gov.br

BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
							COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI NA COR PRETA, DESMONTÁVEL; PERFIL 5CM; GRELHAS REMOVÍVEIS; QUEIMADORES SIMPLES; CHAMA DUPLA E QUEIMADORES DUPLOS EM FERRO FUNDIDO; QUEIMADORES COM FIXAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE; REGISTROS INDUSTRIAIS COM ESTÁGIOS CONTÍNUOS CROMADOS; BANDEJA COLETORA DE GORDURA; FOGÕES DE ENCOSTO; BAIXA PRESSÃO; ALIMENTAÇÃO: COMBUSTÍVEL: GÁS GLP. DIMENSÕES: TAMANHO (AXPXL): 82 X 83,7 X 74,2 CM; DIÂMETRO DO QUEIMADOR SIMPLES: 120 MM; DIÂMETRO DO QUEIMADOR DUPLO: 160 MM. DIÂMETRO DAS GRELHAS: 30 CM. PESO: 38,2 KG. GARANTIA DO FORNECEDOR, NO MÍNIMO DE 1 ANO.
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
4	2	UN	VENANCIO	E6D3	1.250	2.500	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS. UM FOGÃO BAIXA PRESSÃO COM BANDEJA COLETORA DE GORDURAS. QUEIMADORES: 6 (SEIS) 3 SIMPLES + 3 BOCAS DUPLAS. ESPECIFICAÇÕES: ESTRUTURA EM AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI NA COR PRETA, DESMONTÁVEL; PERFIL 5CM; GRELHAS REMOVÍVEIS; QUEIMADORES CONJUGADOS: SIMPLES CHAMA DUPLA E DUPLOS EM FERRO FUNDIDO; QUEIMADORES COM FIXAÇÃO ATRAVÉS DE ENCAIXE; REGISTROS INDUSTRIAIS COM ESTÁGIOS CONTÍNUOS CROMADOS; BANDEJA COLETORA DE GORDURA; FOGÕES DE ENCOSTO; BAIXA PRESSÃO. ALIMENTAÇÃO COMBUSTÍVEL: GÁS GLP. DIMENSÕES APROXIMADA: TAMANHO (AXLXP): 82 X 108,7 X 83,7 CM. TAMANHO DA GRELHA: 30 CM. DIÂMETRO DO QUEIMADOR SIMPLES: 120 MM. DIÂMETRO DO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 Pág. 5



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
 Site: www.riodooeste.sc.gov.br

BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
							QUEIMADOR DUPLO: 160 MM. PESO APROXIMADO: 56,9 KG. GARANTIA DO FORNECEDOR, NO MÍNIMO DE 1 ANO.
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
5	1	UN	COLORMAQ	LCA12	1.490	1.490	LAVADORA DE ROUPAS 9KG, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: DIMENSÕES PRODUTO - CM (AXLXP) 101X56.9X66.5; VOLTAGEM 220V; CONSUMO (KW/H) 0.24; PAINEL: MANUAL; PESO APROXIMADO DO PRODUTO (KG) 29.4; FUNÇÕES: TEMPORIZADOR; SELO PROCEL; EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A; TIPO DE ABERTURA DA TAMPA: FRONTAL; CAPACIDADE TOTAL (KG) 9KG; ROTAÇÃO DO MOTOR (RPM): 750, ALÇAS LATERAIS; NÍVEIS DE ÁGUA: 4; PROGRAMAS: 6 OU MAIS; CESTO; PÉS NIVELADORES. CARACTERÍSTICAS DA TAMPA: VIDRO TEMPERADO; COR BRANCO. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: MANUAL DE INSTALAÇÃO, GUIA DE USO, COPO DOSADOR, MANGUEIRA DE DRENAGEM DE ÁGUA E MANGUEIRA DE ENTRADA DE ÁGUA. GARANTIA DO FORNECEDOR NO MÍNIMO 12 MESES.
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
7	6	UN	KOMECO	KAC-09CHSA	1.299	7.794	AR CONDICIONADO SPLIT, COM POTÊNCIA DE 9.000 BTUS. QUENTE E FRIO. ALIMENTAÇÃO (VOLTS): 220V. COM FILTRO DE AR ANTIBACTÉRIA, ANTIFUNGO, QUE SEJA FÁCIL DE LIMPAR; CONTROLE REMOTO COM DISPLAY LCD. SELO PROCEL: A. CARACTERÍSTICAS: TIMER FÁCIL: O APARELHO LIGA E DESLIGA NA HORA PROGRAMADA. SIMPLES DE MANUSEAR E PROGRAMAR; FUNÇÃO TURBO: O APARELHO ATINGE A TEMPERATURA DESEJADA MUITO MAIS RÁPIDO; FUNÇÃO OSCILAR: MOVIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DAS ALETAS, DISTRIBUI O AR NO AMBIENTE DE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 Pág. 6



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
 Site: www.riodooeste.sc.gov.br

BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
							FORMA UNIFORME; CONTROLE REMOTO COM BACKLIGHT; PERFEITO PARA AMBIENTES COM BAIXA ILUMINAÇÃO; AUTO CLEAN: O APARELHO REALIZA PROCESSO AUTOLIMPANTE; FILTRO DE CARVÃO ATIVADO; PREVINE REAÇÕES ALÉRGICAS E ELIMINA ODORES; DEVERÁ CONTER FILTRO QUE ELIMINA ODORES, POEIRA, FUNGOS, MICRO-ORGANISMOS E BACTÉRIAS, DEIXANDO O AR MAIS PURO. ITENS INCLUSOS: 01 (UMA) EVAPORADORA; 01 (UMA) CONDENSADORA; 01 (UM) CONTROLE REMOTO; 01 (UM) MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA DE 12 MESES
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
8	6	UN	ELGIN	HWQI18B2IA/ HWQE18B2NA	2.200	13.200	AR CONDICIONADO SPLIT CAPACIDADE (BTUS) 18000; QUENTE E FRIO. TENSÃO 220V; CLASSIFICAÇÃO INMETRO A; COMPRESSOR ROTATIVO; CARACTERÍSTICAS: TIMER FÁCIL: O APARELHO LIGA E DESLIGA NA HORA PROGRAMADA. SIMPLES DE MANUSEAR E PROGRAMAR; FUNÇÃO TURBO: O APARELHO ATINGE A TEMPERATURA DESEJADA MUITO MAIS RÁPIDO; FUNÇÃO OSCILAR: MOVIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DAS ALETAS, DISTRIBUI O AR NO AMBIENTE DE FORMA UNIFORME; CONTROLE REMOTO COM BACKLIGHT; CONTROLE REMOTO COM BACKLIGHT; PERFEITO PARA AMBIENTES COM BAIXA ILUMINAÇÃO; AUTO CLEAN: O APARELHO REALIZA PROCESSO AUTOLIMPANTE; FILTRO DE CARVÃO ATIVADO; PREVINE REAÇÕES ALÉRGICAS E ELIMINA ODORES; FILTRO 3M: ELIMINA ODORES, POEIRA, FUNGOS, MICRO-ORGANISMOS E BACTÉRIAS, DEIXANDO O AR MAIS PURO; FUNÇÃO SIGA-ME: A TEMPERATURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 Pág. 7



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
 CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
 Fone/Fax: (47) 3543-0261
 E-mail: nfe@riodoeste.sc.gov.br
 Site: www.riodoeste.sc.gov.br

BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI							
Item	Qtde	Unid	Marca	Modelo	P. Unitário	Preço Total	Descrição
							PROGRAMADA ATINGE O LOCAL ONDE SE ENCONTRA O CONTROLE REMOTO. ITENS INCLUSOS: 01 (UMA) EVAPORADORA; 01 (UMA) CONDENSADORA; 01 (UM) CONTROLE REMOTO; 01 (UM) MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA DE 12 MESES.
9	6	UN	KOMECO	KAC-12CHSA	1.690	10.140	AR CONDICIONADO SPLIT CAPACIDADE (BTUS) 12.000; QUENTE E FRIO. TENSÃO 220V; CLASSIFICAÇÃO INMETRO A; COMPRESSOR ROTATIVO; CARACTERÍSTICAS: TIMER FÁCIL: O APARELHO LIGA E DESLIGA NA HORA PROGRAMADA. SIMPLES DE MANUSEAR E PROGRAMAR; FUNÇÃO TURBO: O APARELHO ATINGE A TEMPERATURA DESEJADA MUITO MAIS RÁPIDO; FUNÇÃO OSCILAR: MOVIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA DAS ALETAS, DISTRIBUI O AR NO AMBIENTE DE FORMA UNIFORME; CONTROLE REMOTO COM BACKLIGHT: CONTROLE REMOTO COM BACKLIGHT: PERFEITO PARA AMBIENTES COM BAIXA ILUMINAÇÃO; AUTO CLEAN: O APARELHO REALIZA PROCESSO AUTOLIMPANTE; FILTRO DE CARVÃO ATIVADO: PREVINE REAÇÕES ALÉRGICAS E ELIMINA ODORES; FILTRO 3M: ELIMINA ODORES, POEIRA, FUNGOS, MICRO-ORGANISMOS E BACTÉRIAS, DEIXANDO O AR MAIS PURO; FUNÇÃO SIGA-ME: A TEMPERATURA PROGRAMADA ATINGE O LOCAL ONDE SE ENCONTRA O CONTROLE REMOTO. ITENS INCLUSOS: 01 (UMA) EVAPORADORA; 01 (UMA) CONDENSADORA; 01 (UM) CONTROLE REMOTO; 01 (UM) MANUAL DE INSTRUÇÕES. GARANTIA DE 12 MESES.
Total BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI R\$ 37.759 Julgamento: Menor Preço							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 Pág. 8



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooeste.sc.gov.br
Site: www.riodooeste.sc.gov.br

R\$ 37.759 (trinta e sete mil e setecentos e cinquenta e nove reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36 Pág. 9

HOMOLOGAÇÃO 033/2021

Publicação N° 3003428



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO	n° 33/2021
PREGÃO PRESENCIAL	n° 33/2021
DATA DA EMISSÃO	26 de abril de 2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2021**

O Prefeito de Rio do Oeste, Senhor(a) ARNILDO FERRARI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, a vista do parecer exarado pela Comissão de Licitações e pela Assessoria Jurídica do município resolve **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** a presente Licitação a empresa vencedora nos termos conforme segue abaixo:

OBJETO: Aquisição de ares-condicionados, mobiliários e outros..

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

EMPRESA VENCEDORA**137871 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME**

CNPJ n° 27.286.283/0001-36

RUA ÁGUAS FRIAS, 280 - Bairro ÁGUAS FRIAS,

Alfredo Wagner - SC, CEP 88.450-000

Vencedora do(s) Item(ns): **6****Valor Total do Fornecedor de R\$ 3.800 (três mil e oitocentos reais)****623474 - BAGATOLI INDUSTRIA E COMERCIO DE REFRIGERAÇÃO E ELETRONICOS EIRELI**

CNPJ n° 00.897.750/0001-08

RUA rua dr. blumenau, 6600 - Bairro ENCANO BAIXO,

Indaial - SC, CEP 89.086-520

Vencedora do(s) Item(ns): **1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9****Valor Total do Fornecedor de R\$ 37.759 (trinta e sete mil e setecentos e cinquenta e nove reais)****Valor global do processo de R\$ 41.559 (quarenta e um mil e quinhentos e cinquenta e nove reais)**

Rio do Oeste, 26 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO n° 33/2021

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 014/2021

Publicação Nº 3003395

C38F32FCEE971127BD24D2861D26653FC280B783



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE
RUA PAULO SARDAGNA - 797 PREDIO
CEP 89180000 - Rio do Oeste - SC
Fone/Fax: (47) 3543-0261
E-mail: nfe@riodooste.sc.gov.br
Site: www.riodooste.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO	nº 14/2021
PREGÃO PRESENCIAL	nº 14/2021
DATA DA EMISSÃO	27 de abril de 2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021**

O Prefeito de Rio do Oeste, Senhor(a) **ARNILDO FERRARI**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, a vista do parecer exarado pela Comissão de Licitações e pela Assessoria Jurídica do município resolve **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** a presente Licitação a empresa vencedora nos termos conforme segue abaixo:

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem de veículos que compõem a frota da Prefeitura de Rio do Oeste/SC, com fornecimento do material de consumo, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários a realização dos serviços..

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.

EMPRESA VENCEDORA**1139 - POSTO OESTE LTDA**

CNPJ nº 85.721.108/0001-26

RUA 7 DE SETEMBRO, 97 - Bairro CENTRO,

Rio do Oeste - SC, CEP 89.180-000

Vencedora do(s) Item(ns): **1, 2****Valor Total do Fornecedor de R\$ 13.996 (treze mil e novecentos e noventa e seis reais)****Valor global do processo de R\$ 13.996 (treze mil e novecentos e noventa e seis reais)**

Rio do Oeste, 27 de abril de 2021.

ARNILDO FERRARI
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO nº 14/2021

Rio do Sul

PREFEITURA

ADITIVO Nº 049/2021

Publicação Nº 3003913

1º TERMO ADITIVO Nº 049/2021 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 196/2020, REFERENTE À EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA GUSTAV HASSE – BAIRRO BELA ALIANÇA – TRECHO 2, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA.

Aos quatorze (14) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, estabelecida à Rua Dr. Getúlio Vargas, 200 - Centro, no município de Ibirama, Estado de Santa Catarina, CEP 89.140-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.145.928/0001-40, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Gilberto Grabowski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo edital da Concorrência Pública nº 134/2020, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 196/2020, datado de 17 de novembro de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do §1º, Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da Solicitação da Secretaria de Infraestrutura, em 12 de abril do corrente ano.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, a contar de 16 de abril de 2021, e se encerrando em 14 de julho de 2021. Conforme Memorando 033/2021/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal
Contratante

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Gilberto Grabowski
CONTRATADA

ADITIVO Nº 054/2021

Publicação Nº 3003998

3º TERMO ADITIVO Nº 054/2021 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 172/2020, REFERENTE À EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO DA LIGAÇÃO INTERMUNICIPAL RIO DO SUL X PRESIDENTE GETÚLIO - TRECHO RIO DO SUL-SERRA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA LZK CONSTRUTORA LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa LZK CONSTRUTORA LTDA, estabelecida na Rodovia Federal BR 470, Km 192, Serra do Ilhéus, Município de Pouso Redondo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81, ora denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Edegar Lazarek, sócio administrador, Carteira de Identidade nº 3.395.009, CPF nº 023.685.859 90, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência Pública nº 119/2020, e no Contrato original de Prestação de Serviço e Fornecimento de Material nº 172/2020, datado de 24 de setembro de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 65, Inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 23 de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Ao valor contratual assumido, constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, fica acrescido o montante de R\$856.429,47 (oitocentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme Memorando nº 039/2021/FISC e Parecer Jurídico nº 004/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LZK CONSTRUTORA LTDA
Edegar Lazarek
CONTRATADA

DECRETO Nº 9868, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003067

DECRETO Nº 9868, de 26 de abril de 2021.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município nas Leis Complementares nº 110/2003,

DECRETA:

Art.1º- Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Contribuintes representando sua respectiva entidade, os membros abaixo relacionados:

PRESIDENTE:

Titular – Ricardo Stefani Paschoaleto
Suplente – Luiz Felipe Rocha de Athayde

REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

Titular - Khellen Kuhl Della Santos
Suplente – Ana Paula Meneghetti

Titular - Patrícia Raquel Mayr
Suplente – Edvirges Regina Rossett

Titular - Ramiro de Liz e Souza
Suplente – Vanessa Eyerkauffer

Secretária - Leonice Witte

REPRESENTANTES DOS CONTRIBUINTES:

OAB Santa Catarina – Subseção de Rio do Sul

Titular: Rodrigo de Souza
Suplente: Tiago Ropelato Macedo

ACIRS – Associação Empresarial de Rio do Sul

Titular: Eder Cleiton Nardelli

Suplente: Felipe Ribeiro Vieira Gomes

SINDICONT - Sindicato dos Contabilistas do Alto do Itajaí

Titular: André Vinicius Schulle

Suplente: Marcos Luis Wagner

Parágrafo único: Os membros deste conselho cumprirão mandato de 2 (dois) anos a partir de 29 de abril de 2021, podendo ser reconduzidos.

Art. 4º - A remuneração pelo exercício da função será de acordo com o estabelecido no Art. 171 da Lei Complementar nº 110/2003 e efetiva participação nas sessões do Conselho Municipal de Contribuintes, valor este atualizado anualmente pela UFM.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

26 de abril de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DISPENSA DE LICITAÇÃO 069/2021

Publicação Nº 3003710

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2021

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DENOMINADO SISTEMA CIGAGEO, PARA GEORREFERENCIAMENTO, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA) – CNPJ nº 09.427.503/0001-12.

Valor Total: R\$90.137,02 (noventa mil e cento e trinta e sete reais e dois centavos).

Recurso: 82.02.2016.3393.4099

Vigência do Contrato: da assinatura do contrato até 31/12/2021.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XVI, da Lei Nº 8.666/93 c/c Art. 2º caput e §1º do Inciso III, da Lei 11.107/2005 e suas alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,

Rio do Sul, 26 de abril de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 085/2021

Publicação Nº 3003708

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 085/2021

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: ADESAO AO PROGRAMA DO SEBRAE – CIDADE EMPREENDEDORA: CICLO III.

Contratada: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC (SEBRAE SC) – CNPJ 82.515.859/0001-06.

Valor Total do Contrato: R\$165.300,03 (cento e sessenta e cinco mil e trezentos reais e três centavos).

Recurso Orçamentário: 83.01.2017.3390.3999

Vigência do Contrato: 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XIII, da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 26 de abril de 2021
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 0413/DGP

Publicação Nº 3003519

PORTARIA Nº. 0413/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos II e X, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, LUIZ SAGAS JUNIOR, para exercer o cargo de provimento efetivo de TOPÓGRAFO, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de abril de 2021.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Phb

TERMO DE CONVOCAÇÃO LUIZ SAGAS JUNIOR

Publicação Nº 3003567

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LUIZ SAGAS JUNIOR é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de TOPÓGRAFO, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2019, homologado por meio do Decreto nº 9.087 de 15/06/2020 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0413/DGP de 20/04/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 28/04/2021. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de Pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 27 de abril de 2021.
Departamento de Gestão de Pessoas'
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Publicação Nº 3004888

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**RESOLUÇÃO Nº 001**, 14 de Abril de 2021.**“ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.”**

O Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, reunido em sessão Extraordinária no dia 14 de Abril de 2021, usando da prerrogativa prevista no artigo 48 do Regimento,

RESOLVE:

Art. 1º. Altera a redação do Art. 17 do Regimento Interno, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 – As sessões do Conselho dar-se-ão de forma:

I – Virtual, preferencialmente;

II – Presencial; ou

III – Híbrida, com participantes presentes em local previamente adaptado e participantes remotos.

Parágrafo Único: as sessões presenciais e híbridas são públicas e as virtuais podem ser gravadas, exceto nos casos em que tratar-se da matéria prevista no art. 10 deste Regimento.”

2. Altera a redação do Art. 18 do Regimento Interno, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 – Aberta a sessão do Conselho:

I – no caso de sessão virtual, não havendo número suficiente para deliberar, que é a metade mais um dos seus Conselheiros, aguardar-se-á por 10 (dez) minutos, e, em persistindo a falta de ‘quorum’, o Presidente encerrará a sessão virtual, notificando-se os participantes remotos e as partes e interessados, a nova data e horário da sessão virtual;

II – no caso de sessão presencial, não havendo número suficiente para deliberar, que é a metade mais um dos seus Conselheiros, aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a falta de ‘quorum’, o Presidente encerrará a sessão, notificando-se os presentes e as partes e interessados a nova data e horário da sessão presencial;

III – no caso de sessão híbrida, não havendo número suficiente para deliberar, que é a metade mais um dos seus Conselheiros, aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a falta de ‘quorum’, o Presidente encerrará a sessão, notificando-se os participantes remotos e presentes, e as partes e interessados a nova data e horário da sessão presencial;

Parágrafo Único: As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples.”

Art 2. Altera a redação do Art. 19 do Regimento Interno, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19 – A Sessão Virtual obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

- I – Abertura da sala de reunião pelo aplicativo disponibilizado para as sessões virtuais;
- II – Deliberação e aprovação da ata, da sessão anterior disponibilizada de forma digital aos conselheiros presentes;
- III – Julgamento dos Processos;
- IV – Apreciação de redução a termo de acórdãos;
- V – Leitura do expediente e sorteio de processos;
- VI – Assuntos gerais de competência do Conselho.

§ 1º. Compete aos Conselheiros, contribuintes e interessados, presentes na sessão virtual, a conferência e o teste dos dispositivos necessários ao andamento dos trabalhos (conexão com a internet, microfones, câmera, etc), comunicando à Presidência as falhas ocorridas e requerendo o reinício dos trabalhos ou a repetição da parte prejudicada.

§ 2º. As atas serão assinadas pelo Presidente, pelos Conselheiros presentes, pelo Defensor da Fazenda e pelo Secretário do Conselho, atendendo ao seguinte:

- a) preferencialmente, com certificado digital;
- b) assinada pelo Conselheiro ou Defensor da Fazenda, juntando-se cópia de documento oficial, para reconhecimento da assinatura por similaridade;
- c) assinada pelo Conselheiro ou Defensor da Fazenda, na presença da Secretária Geral do Conselho, a qual atestará, no ato, a veracidade da assinatura;

d) Após a assinatura de todos os participantes da sessão virtual, do Conselho Municipal de Contribuintes, a Secretária-Geral, remeterá a ata para assinatura do Presidente.

§ 3º. O Relator, o Defensor da Fazenda, o Contribuinte ou seu Procurador, poderão requerer preferência de julgamento ao Presidente, nos seguintes casos:

- a) No interesse de Conselheiro, que deva retirar-se da sessão virtual;
- b) A pedido do Recorrente, ou se Procurador, que deseje fazer a sustentação oral;
- c) Se, julgado o recurso, outro houver da mesma natureza, e idêntico assunto, podendo-se presumir deva ser decidido do mesmo modo.

§ 4º. No caso da alínea ‘c’, os feitos poderão ainda serem julgados ao mesmo tempo, observado, quanto aos pedidos de destaque, a ordem de antiguidade dos Conselheiros presentes.”

Art. 3º. Cria o Art. 19-A no Regimento Interno, com a seguinte redação:

“Art. 19-A – A Sessão Presencial obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

- I – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
- II – Julgamento dos Processos;
- III – Apreciação de redução a termo de acórdãos;
- IV – Leitura do expediente e sorteio de processos;
- V – Assuntos gerais de competência do Conselho.

§ 1º. As atas serão assinadas pelo Presidente, pelos Conselheiros, pelo Defensor da Fazenda e pelo Secretário do Conselho.

§ 2º. O Relator, o Defensor da Fazenda, o Contribuinte ou seu Procurador, poderá requerer preferência de julgamento ao Presidente:

- a) No interesse de Conselheiro, que deva retirar-se, posteriormente da sessão presencial;
- b) A pedido do Recorrente ou seu procurador que deseje fazer a sustentação oral;
- c) Se, julgado o recurso, outro houver da mesma natureza, e idêntico assunto, podendo-se presumir deva ser decidido do mesmo modo.

§ 3º. No caso da alínea ‘c’, os feitos poderão ainda serem julgados ao mesmo tempo, observado, quanto aos pedidos de destaque, a ordem de antiguidade dos Conselheiros presentes.”

Art. 4º. Cria o Art. 19-B no Regimento Interno, com a seguinte redação:

“Art. 19-B – A Sessão Híbrida obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

- I – Abertura da sala de reunião pelo aplicativo disponibilizado para as sessões virtuais;
- II – Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
- III – Julgamento dos Processos;
- IV – Apreciação de redução a termo de acórdãos;
- V – Leitura do expediente e sorteio de processos;
- VI – Assuntos gerais de competência do Conselho.

§ 1º. As atas serão assinadas pelo Presidente, pelos Conselheiros, pelo Defensor da Fazenda e pelo Secretário do Conselho:

- a) preferencialmente, com certificado digital;
- b) assinada pelo Conselheiro ou Defensor da Fazenda, juntando-se cópia de documento oficial, para reconhecimento da assinatura por similaridade;
- c) assinada pelo Conselheiro ou Defensor da Fazenda, na presença da Secretária Geral do Conselho, a qual atestará, no ato, a veracidade da assinatura;

§ 2º. O Relator, o Defensor da Fazenda, o Contribuinte ou seu Procurador, poderá requerer preferência de julgamento ao Presidente:

- a) No interesse de Conselheiro, que deva retirar-se, posteriormente da sessão híbrida;
- b) A pedido do Recorrente ou seu procurador que deseje fazer a sustentação oral; c) Se, julgado o recurso, outro houver da mesma natureza, e idêntico assunto, podendo-se presumir deva ser decidido do mesmo modo.

§ 3º. No caso da alínea ‘c’, os feitos poderão ainda serem julgados ao mesmo tempo, observado, quanto aos pedidos de destaque, a ordem de antiguidade dos Conselheiros presentes.”

Art.5º. Altera, para correção, o Art. 28 do Regimento Interno, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28 – Permanecerão em pauta os processos dos quais se tenha concedido vista, que não foram julgados por falta de ‘*quorum*’ ou exiguidade de tempo, ou cujo julgamento haja sido suspenso por qualquer outro motivo.”

Art. 6º. Altera a redação do Art.31 do Regimento Interno, para incluir o e-mail, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31 – O recurso será interposto, por escrito, nos termos da legislação aplicável, e deverá indicar o endereço completo dos interessados, e-mail e/ou telefone, para efeito de intimação e notificação.”

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 14 de Abril de 2021

**LUIZ FELIPE
ROCHA DE
ATHAYDE**

Assinado de forma digital por LUIZ FELIPE
ROCHA DE ATHAYDE
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB,
ou=83797191000191, ou=Assinatura Tipo
A3, ou=ADVOGADO, cn=LUIZ FELIPE
ROCHA DE ATHAYDE
Dados: 2021.04.27 18:03:59 -03'00'

LUIZ FELIPE ROCHA DE ATHAYDE

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Rio dos Cedros

PREFEITURA

PARECER E DECISÃO - IMPUGNAÇÃO SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, PROCESSO LICITATORIO Nº 31/2021

Publicação Nº 3004057



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS****PROCURADORIA GERAL****ASSESSORIA JURÍDICA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2021****MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO****Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, INSTALADA
SOBRE ESTEIRAS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA****IMPUGNAÇÃO AO EDITAL****IMPUGNANTE: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA**, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0019-22, com sede
na Rua Paulo Zimmermann, nº 1350, Bairro Jardim Janaína, em Biguaçu/SC.**Protocolo: 1324/2021.**

Parecer Jurídico

Trata-se de impugnação ao edital de licitação mencionado em epígrafe, formulada pela pessoa jurídica acima identificada na qual a mesma alega excesso de formalismo, aplicação do princípio da razoabilidade, da finalidade e da isonomia pugnando pela retificação do edital quanto a exigência de POTÊNCIA BRUTA MINIMA DE 158 HP E LÍQUIDA MINIMA DE 157 HP.

Eis o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Insta informar, de início, que a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para aquele que a realiza (com observância do princípio da isonomia). A vantagem se caracteriza em face da adequação e satisfação ao interesse público por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos complementares: um relaciona-se com a prestação a ser executada por parte do ente que a celebra e o outro, se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem se apresenta quando a Administração – bem como os outros entes que por força legal devem promovê-la - assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, pois, uma relação custo-benefício, na qual a maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.

Mas, a apuração da vantagem depende da natureza do contrato a ser firmado. A definição dos custos e dos benefícios é sempre variável em função das



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



circunstâncias relativas à natureza do contrato e das prestações dele derivadas. Verifica-se, nestes termos, que a vantajosidade de uma contratação é sempre um conceito relativo, no sentido de que as circunstâncias é que determinam a consistência da maior vantagem possível. Assim, pode-se afirmar que a licitação busca realizar dois fins igualmente relevantes: a seleção da proposta mais vantajosa e o princípio da isonomia. Tanto é verdadeira esta assertiva que o eminente Prof. Marçal Justen Filho¹ assevera que:

“(...) O art. 3.º reporta-se a um conjunto de princípios que norteia a licitação no que tange aos fins e aos meios.

A Lei n.º 8.666 ressaltou essa concepção ao modificar a redação consagrada do Dec.-lei 2.300. O art. 3.º alude tanto ao postulado da melhor proposta como ao princípio da isonomia, dando a este destaque inexistente na redação da Lei anterior. Essa modificação redacional não alterou a relevância, sempre reconhecida, do princípio da isonomia. Destinou-se, muito mais, a evitar desvios na atuação prática dos envolvidos na licitação. Tornou-se claro que a licitação não se desenvolve apenas no interesse imediato da Administração, mas representa uma garantia aos próprios particulares que possam interessar-se em contratar com ela.

Pode notar-se, porém, certa tendência a dar maior destaque à vantajosidade perante a isonomia. Pôde observar-se, durante esses anos de aplicação da Lei n.º 8.666, uma certa distorção do problema. A tutela à isonomia transformou-se em fim em si mesmo, olvidando-se que a maior vantagem para a Administração também se traduz em benefícios para todos os integrantes da comunidade. Dito de outro modo, o interesse privado e egoístico de cada licitante não pode merecer relevo idêntico ao interesse público de obter um contrato vantajoso. A afirmativa é extremamente perigosa, especialmente se isolada do contexto e das ressalvas que se seguem. Não se pretende

¹ FILHO, Marçal Justen. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 8.ª ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 59/60.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



negar que a isonomia é valor essencial, norteador da licitação. Mas é necessário, assegurando tratamento idêntico e equivalente a todos os licitantes, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa. Não é cabível excluir propostas vantajosas ou potencialmente satisfatórias apenas por apresentarem defeitos irrelevantes ou porque o ‘princípio da isonomia’ importaria tratamento de extremo rigor. A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo. Aplicando o princípio da proporcionalidade, poderia cogitar-se até mesmo de correção de defeitos secundários nas propostas dos licitantes. A vedação à discriminação injustificada não importa proibição de superar defeitos menores, irregularidades irrelevantes e outros problemas encontrados na atividade diária de seleção de propostas. Tem-se atribuído à Lei n.º 8.666 interpretação distinta, atribuindo enorme proeminência à isonomia – mas a uma isonomia que não conduz à seleção da proposta mais vantajosa. Essa posição terá de ser alterada, para o que poderão concorrer editais elaborados de modo mais adequado e compatível com esse espírito aqui defendido.” (grifo nosso)

A respeito do princípio da proposta mais vantajosa (economicidade) e do princípio da isonomia, já se manifestou o E. Superior Tribunal de Justiça:

“...2. A licitação pública caracteriza-se como um procedimento administrativo que possui dupla finalidade, sendo a primeira a de escolher a proposta mais vantajosa para a Administração e a segunda, a de estabelecer a igualdade entre os participantes.” (STJ, 1ª Turma, RESP 447814/SP, DJU 10.03.03, p. 112)

Ademais, é importante ressaltar que seria equívoco supor que a isonomia veda diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. Note-se



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



que a Administração necessita contratar terceiros para realizar seus fins e, portanto, deve escolher o contratante e a proposta. E isso, claro, acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Aliás, na mesma obra anteriormente citada, diz o Prof. Marçal acerca do assunto:

“(...) Quando a Administração escolhe alguém para contratar, está efetivando uma diferenciação entre os interessados. Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros.

A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo. Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

(...)

A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências.

C. A. Bandeira de Mello pôs a nu a enorme gama de desdobramentos do princípio da isonomia. Igualdade não significa invalidade de todo e qualquer tratamento discriminatório. A discriminação entre situações pode ser uma exigência inafastável para atingir-se a igualdade. Nesse caso, o tratamento uniforme é que seria inválido, por ofender à isonomia. Seguindo o raciocínio de C. A. Bandeira de Mello, a discriminação pode ser admitida quando presentes três elementos:

a) a existência de diferenças nas próprias situações de fato que serão reguladas pelo direito;

b) correspondência (adequação) entre tratamento discriminatório e as diferenças existentes entre as situações de fato;

c) correspondência (adequação) entre os fins visados pelo tratamento discriminatório e os valores jurídicos consagrados pelo ordenamento jurídico.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



(...)

Como afirmam Lucia Valle Figueiredo e Sérgio Ferraz, ‘a desigualdade não é repelida, o que se repele é a desigualdade injustificada’.” (grifo nosso)

Também no procedimento licitatório, desenvolve-se o que se denomina de atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições da atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas. E mais: ressalva a liberdade à Administração – e outros entes - de definir as condições da contratação que pretende realizar.

É também de bom alvitre esclarecer que embora a impugnante especifique quais características a impossibilitariam de participar, não é capaz de justificar os motivos que levariam seu suposto produto a atender perfeitamente as necessidades da Administração.

O Município de Botuverá, que tem geografia assemelhada a de Rio dos Cedros, contudo, com território muito menor, analisando caso análogo ao presente, assim decidiu:

“RESPOSTA AS IMPUGNAÇÕES INTERPOSTAS PELAS EMPRESAS PROCESSO LICITATÓRIO 37/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2019.

[...]

SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA:

- ☐ POTENCIA MINIMA DE 140 HP;
- ☐ 4 MARCHA A RÉ.
- ☐ ANGULO DE ARTICULAÇÃO DE NO MÍNIMO 35°

Solicita que o motor seja de 4 (quatro) cilindros, com 130 HP, apenas 3 (três) marchas ré são necessárias e o ângulo de articulação seja de 33, 3°.

Salienta apenas que as suas máquinas também satisfazem e que as particularidades apresentadas no edital inviabilizam a participação. [...]



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



DA ANÁLISE DA ÁREA DEMANDANTE (ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE PROPOSTA) DEVIDO ÀS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO, COM RELAÇÃO À:

[...]

☐ NECESSIDADE DE POTENCIA MÍNIMA DE 140 HP.

A alegação quanto a potência do motor ser de menos HP e não de 140, vai ao encontro das mesmas quanto a questão de cilindro, que a tecnologia supre esta ausência de potência, portanto se existe tecnologia para a de 126 HP, 130 HP e outros, vai haver também para a de 140 HP, e conseqüentemente ela terá maior potência, se fosse o caso, não existira máquinas com maiores potências, inclusive modelos da impugnante. Bem como também é importante salientar e reforçar que a administração deseja uma máquina de maior força, potência, robustez, e resposta rápida devido as suas peculiaridades geográficas.

Importante ressaltar que a potência mínima de 140 HP também é característica aprovada e vinculada ao convênio 871450/2018/MAPA/CAIXA. [...]

DO DIREITO:

Cumpre-nos registrar que este Município de Botuverá-SC, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinha-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública, elucidados no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 e art.3º da Lei nº 8.666/93, especialmente, no que se refere à legalidade do referido ato administrativo e respeito ao princípio da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração e pleiteia pela garantia da excelência e eficiência da qualidade dos produtos e dos serviços a serem prestados.

Já ficou demonstrado acima que a Administração Pública precisa de uma máquina robusta devido a geografia acidentada do Município, portanto as impugnantes não observam que não fere o princípio da



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



isonomia de quem delas possuem esta máquina para vender, enfim a isonomia será respeitada para estes pretensos licitantes que possuem a máquina pá carregadeira nestas características como ensina Marçal Justen Filho, na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratos”, 10ª edição, Editora Dialética, São Paulo, 2004, pg.50.

(...) “**Há equívoco em supor que a isonomia veda a diferenciação entre os particulares para contratação com a Administração. A Administração necessita contratar com terceiros para realizar seus fins. Logo, deve escolher o contratante e a proposta.** Isso acarreta inafastável diferenciação entre os particulares. Quando a Administração escolhe alguém para contratar, **está efetivando uma diferenciação entre os interessados.** Em termos rigorosos, está introduzindo um tratamento diferenciado para os terceiros. **A diferenciação e o tratamento discriminatório são insuprimíveis, sob esse ângulo.** Não se admite, porém, a discriminação arbitrária, produto de preferências pessoais e subjetivas do ocupante do cargo público. A licitação consiste em um instrumento jurídico para afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

Portanto, o ato convocatório deverá definir, de modo objetivo, as diferenças que são reputadas relevantes para a Administração. A isonomia significa o tratamento uniforme para situações uniformes, distinguindo-se-as na medida em que exista diferença. Essa fórmula acarreta inúmeras consequências.” (Grifo nosso)

Neste mesmo sentido, ao definir Licitação, coaduna Helly Lopes Meirelles em Licitação e contrato administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2007., p. 27):

“O procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a **proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse.**



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Visa a propiciar **iguais oportunidades** aos que desejam contratar com o poder Público, **dentro dos padrões previamente estabelecidos pela Administração**, e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos”.

Não bastando o entendimento dos doutrinadores também á pacificado em sumula pelo nossa Superior Corte de Contas no Acórdão 1631/20017 Plenário que:

O princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade, a admitir, por óbvio, excepcionalidades que sejam conduzidas por circunstâncias ensejadoras de determinada feição fora do comum. Não se admite a discriminação arbitrária na seleção do contratante, sendo insuprimível o tratamento uniforme para situações uniformes, tendo em vista que, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, a **licitação destina-se a garantir não só a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, e também a observância do princípio constitucional da isonomia.** (Grifo Nosso)

Como se vislumbra na lição dos doutrinadores e da Suprema Corte de Contas, não é o fornecedor que vai dizer o que necessita a administração pública e sim o contrário, afinal é o servidor público que conhece as peculiaridades e dificuldade dos seus serviços e de seu município. O princípio da Isonomia é aplicado aos licitantes e não ao objeto pleiteado pela Administração.

Onde com base na proposta mais vantajosa, não busca apenas o melhor preço e sim o melhor custo benefício alinhado com a sua necessidade e ao Princípio de Eficiência.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



A administração não pode procurar apenas o menor preço e se eximir de busca a eficiência do serviço público que cairá no jargão popular onde “o barato que sai caro”.

Assim nos ensina Bandeira de Mello em Curso de Direito Administrativo, 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011. P. 884:

“O princípio da eficiência consubstancia a exigência de que os gestores da coisa pública não economizem esforços no desempenho dos seus encargos, de modo a otimizar o emprego dos recursos que a sociedade destina para a satisfação das suas múltiplas necessidades; numa palavra, que pratiquem a “boa administração”, de que falam os publicitas italianos”.

Bem como Maria Sylvia Zanella Di Pietro em Direito Administrativo. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 83 define o princípio da eficiência como:

“O que se impõe a todo agente público de **realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional**. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo **resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade** e de seus membros”. (Grifo Nosso)

Portanto a Administração tendo discricionariedade para adquirir o objeto e conhece a oportunidade e a conveniência para adquirir o equipamento para alcançar seus objetivos, que é a efetividade do serviço público e do interesse coletivo, não há em que se dizer que houve direcionamento ou restrição a participação, mesmo porque teve três orçamentos que atenderam estas características ao objeto deste processo licitatório.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



CONCLUSÃO:

Diante do exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, em atendimento as normas estipuladas pela Lei Federal nº 10.520/02, pelo instrumento convocatório, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93, decide por ADMITIR as presentes impugnações, para no mérito julgá-los **IMPROCEDENTES**, de forma que se mantem os termos do edital e prazos nele estabelecidos.

(in www.botuvera.sc.gov.br)

Outrossim, por se tratar de atividade vinculada é importante que os critérios estabelecidos sejam claros e pormenorizados, impedindo assim a atuação subjetiva dos julgadores quando da análise do conteúdo das propostas.

Também é digno de registro que o Secretário de Infraestrutura justificou suas escolhas fazendo-as de forma minudente no Termo de Referência.

Todavia, a questão debatida nesta impugnação é técnica e não jurídica.

Como este órgão de assessoramento não detém conhecimentos técnicos para tal desiderato, é o PARECER pela remessa imediata da presente IMPUGNAÇÃO ao Senhor Secretário de Infraestrutura para que emita suas considerações de ordem técnica e, sendo as mesmas, pela IMPROCEDÊNCIA dos PEDIDOS dê seguimento ao feito, ou, em caso contrário, promova as retificações que entender necessárias.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura para decisão e, sendo esta pela convalidação dos motivos elencados neste parecer:

P.R.I.A.C-se.

Rio dos Cedros, 27 de Abril de 2021.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado
OAB/SC 17.721
Portaria 679/08



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2021
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**
**Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, INSTALADA
SOBRE ESTEIRAS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**
IMPUGNANTE: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0019-22, com sede
na Rua Paulo Zimmermann, nº 1350, Bairro Jardim Janaína, em Biguaçu/SC.
Protocolo: 1324/2021.

Parecer Técnico

Trata-se de impugnação ao edital de licitação mencionado em epígrafe, formulada pela pessoa jurídica acima identificada na qual a mesma alega excesso de formalismo, aplicação do princípio da razoabilidade, da finalidade e da isonomia pugnando pela retificação do edital quanto a exigência de POTÊNCIA BRUTA MINIMA DE 158 HP E LÍQUIDA MINIMA DE 157 HP.

Parecer Jurídico carreado aos autos.

Eis o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

A impugnação merece ser rejeitada.

Como bem anotou o parecer jurídico juntado, embora haja discussões sobre o tema, a tônica das controvérsias gira sempre em torno da justificativa.

E no caso dos autos, há justificativa para as exigências consignadas no Edital.

Não há vantagem na alteração requerida.

Outrossim, não há restrição de mercado tendo sido efetuado quotação para fins de planilhamento e verificação de valor de mercado com pelo menos três fornecedores.

Reitero a justificativa acrescida no Edital:



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



2- DA JUSTIFICATIVA

2.1 Escavadeira Hidráulica, instalada sobre esteiras, nova e sem uso anterior, zero hora, ano de fabricação mínimo 2021.

Trata-se de um equipamento pesado de construção, considerada indispensável para serviços realizados no município, pois é uma máquina poderosa, possui braço com três pontos de articulação que funcionam de forma a cavar, compactar e transportar material de forma extremamente eficiente. Pode ser utilizada para diversas atividades, sendo capaz de cavar e transportar entulho, realizar escavações profundas, escavação e retirada de terra, entre outros.

2.2 Em relação à descrição do item 1, Escavadeira Hidráulica de rodas, justifica-se:

a) Considerando o item 2 da NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, denominada de NOTA TÉCNICA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA (CMA) E DO GRUPO ESPECIAL ANTICORRUPÇÃO (GEAC) Nº 02/2017: Nas licitações para compra de máquinas pesadas, é possível também a inclusão das seguintes características de conformidade ou conforto: ano de fabricação, estado do produto (novo ou usado), procedência de fabricação (nacional ou importado), cabine fechada ou aberta, ar condicionado, lavadores de vidros, extintores de incêndio, cinto de segurança, bancos ajustáveis e sistemas de iluminação e sinalização (alarmes sonoro de ré, pisca alerta e direcional e buzina), tipos de pneus, bem como garantia do produto, desde que mais de um fabricante possa atender as especificações de todos os itens solicitados com equipamento de uma mesma categoria.

b) Considerando o que dispõe a Nota Técnica, para licitações de máquinas pesadas é possível a inclusão de características desde que mais de um fabricante possa atender as especificações de todos os itens solicitados com equipamento de uma mesma categoria, e de acordo



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



com pesquisas realizadas de no mínimo 03(três) fabricantes junto a seus sites e representantes as mesmas atendem as descrições, proporcionando-se desta forma ampla concorrência conforme prevê a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, o Município de Rio dos Cedros, através da Secretaria de Infraestrutura necessita adquirir a Escavadeira Hidráulica de acordo com as especificações constantes no referido Edital, solicitadas pela secretaria interessada.

c) Considerando o item 4 da Nota Técnica que dispõe:

Sempre que necessária à restrição a alguma especificação técnica ou dimensão, deve estar justificado expressamente o motivo de acordo com a realidade local, não sendo admissíveis exigências que não atendam ao interesse público, pois as diversas marcas concorrentes, mesmo com algumas especificações distintas, apresentam desempenho semelhante, suficiente para o serviço de uma Prefeitura Municipal.

d) Considerando o que dispõe a Nota Técnica, deve estar justificado expressamente o motivo para a restrição a alguma especificação técnica ou dimensão.

e) Em Relação ao Motor DO OBJETO EM LICITAÇÃO, ITEM 1 deveser do mesmo fabricante da Máquina. Tal solicitação se justifica, pois, após o período de garantia, o serviço conhecido como pós-venda estará assegurado, justifica-se também ao considerar, a garantia em um conjunto, de segurança técnica que assegura o acionamento da garantia, trazendo maior confiança e qualidade ao equipamento adquirido, sendo que o Município não terá maiores problemas como fornecimento de peças e mão de obra autorizada, ou ainda peças que levem um período superior a 30 (trinta) dias para entrega ou prestação de serviço.

f) A intenção do município é a maior concorrência possível, com o melhor preço (ganho para o poder publico) e principalmente que atendam as necessidades que o município precisa em termos de qualidade.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



g) Com relação a todas as exigências solicitadas nos objetos do edital, a administração pública municipal possui atualmente mais de um equipamento de empresas/marcas/modelos diferentes, o que gera conhecimento, compreensão e discernimento acerca do maquinário, de modo que os dados discriminados no objeto visam um produto de boa qualidade, praticidade, economia, eficiência e durabilidade, pelo qual seu altíssimo valor merece um valioso zelo.

h) A proponente deverá apresentar Declaração em linguagem nacional que é distribuidora da Marca autorizada para a comercialização de produtos, peças e serviços de assistência técnica no Brasil, e que se encontra instalada a uma distância máxima de 200 km da sede da Secretaria Municipal de Obras do Município de Rio Dos Cedros.

Justificativa: Justifica-se esta quilometragem, pois após o período de garantia, nas possíveis eventualidades de deslocamento das máquinas para conserto, diminui os custos do poder público, pela proximidade.

Sendo assim as especificações acima citadas são as mínimas a serem observadas, Podendo as empresas participantes desta licitação ofertar bem com especificações Superiores e/ou com outros acessórios não relacionados neste Anexo, Exceto o peso máximo operacional que poderá ser de no máximo 23.000 KG, em razão da capacidade máxima de transporte dos caminhões da municipalidade. Não sendo o objeto em hipótese esta direcionado para marca/modelo específico muito pelo contrario o mesmo esta apto para participação de empresas pois leva em consideração especificações mínimas a serem observadas.”

Mais estes não são os únicos argumentos.

Cabe salientar, que os processos licitatórios são um meio para atingir um fim, qual seja a de selecionar a proposta mais vantajosa. Todavia, mais vantajosa é a proposta que atende a todas as características, requisitos e exigências do edital e com melhor preço e qualidade, de modo que o menor preço por si só não é garantia de proposta mais vantajosa.

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



As características mínimas descritas no objeto do edital ora impugnado, são aquelas que o município julga importantes e necessários para o tipo de equipamento e uso que ao mesmo será dado, em face da realidade local. As características foram definidas para atender as necessidades do Município com relevo muito acidentado. O Município de Rio dos Cedros possui uma área territorial de aproximadamente 556km². e cerca de 600km de estradas municipais, destas cerca de 95% do total de quilômetros das estradas municipais não são pavimentadas, constituindo-se de logradouros de revestimento primário. Por não serem pavimentadas, as estradas de revestimento primário precisam de constante manutenção.

Assim sendo, todos os requisitos e características postos no edital, tem razão de ser e buscam, em conjunto ou isoladamente, contribuir para a seleção da proposta mais vantajosa.

Situação não destacada pelo impugnante de forma clara e objetiva, sendo sua impugnação genérica.

Todavia, no caso da POTÊNCIA BRUTA MINIMA DE 158 HP E LÍQUIDA MINIMA DE 157 HP, a alegação de que a diminuição da potência seria insignificante para a eficiência do equipamento e que tal consistiria em excesso de formalismo, violação aos princípios da razoabilidade, da finalidade e da isonomia, não prospera.

Em uma analogia poderemos dizer que se o executivo municipal querer comprar um carro com motor 1.4, deverá se contentar em obter 1.0, pois a proporcionalidade das cilindradas é a quase a mesma, isto 33% de menor força. E a necessidade de força é importante, como já visto as nossas características geográficas.

A maior potência faz com que o motor não trabalhe forçado como exige o nosso terreno acidentado, resultando em maior vida útil.

Caso fosse permitido que as empresas determinassem as características do objeto a ser licitado, não haveria necessidade de processo licitatório. Portanto o fato da empresa não possuir equipamento com as características determinadas no edital, isso não importa em dizer que a licitação está direcionada, como que fazer crer. Até porque, outras licitantes, de renome nacional e internacional, possuem equipamentos com tais características.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Tal exigência não é destituída de fundamento, tem respaldo no mundo, jurídico, constante no artigo 15, inciso I, da Lei 8.666/93, *in verbis*:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

Deve-se frisar de que, na impugnação apresentada não há qualquer prova documental ou material de que o objeto licitado está direcionado a uma determinada marca ou fabricante exclusivo, de uma marca específica ou alijando outros concorrentes.

Marçal Justem Filho em “Comentários à lei de Licitações e Contratos Administrativos”, 10a ed., págs. 48/48, nos ensina que:

“a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração pública (com observância do princípio da isonomia). A vantagem se caracteriza em face da adequação e satisfação ao interesse público por via da execução do contrato”.

O que, em outras palavras, bem se configurara uma relação custo-benefício, aonde a apuração da vantagem depende da natureza do contrato e a definição dos custos e dos benefícios, sendo variável em função das circunstâncias relativas ao contrato e da peculiaridade das prestações a serem realizadas, onde se conclui que a vantagem, por ser um termo relativo, dependente das circunstâncias que o ditam.

Ressalta-se que a iniciativa da aquisição do equipamento, tem por finalidade técnica, a realização de trabalhos gerais, que abrangem uma vasta gama de serviços necessários, dentre as exigências do município e de seus administrados, levando-se em consideração as condições geográficas e de relevo que o município apresenta.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Portanto, o bem a ser adquirido deve se enquadrar nas necessidades públicas do município e não à vontade ou disponibilidade de uma empresa licitante interessada em disputar o objeto contratual.

Penso que só o município pode dizer aquilo que precisa e não o fornecedor oferecer aquilo que quer vender.

Assim sendo, e sob ótica do custo benefício, associado às peculiaridades dos serviços a serem prestados, não há o que se falar sobre o risco de contratação temerária por eventual violação dos princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade, todos insculpidos no art. 37, XXI da Constituição Federal, razão pela qual não prospera a manifestação da impugnante, pois é consabido que a autoridade administrativa tem sua condução limitada às exigências legais e, sendo assim, a mesma tem a faculdade de escolha ao editar o ato convocatório, o qual deve ficar adstrito ao conteúdo legal, tornando previsíveis as regras que regerão tal ato e, ao analisar as necessidades e buscar a satisfação das mesmas, não induz a pessoalidade na contratação, simplesmente reflete sua necessidade (custo-benefício / segurança/ tecnologia/etc.), a qual a concorrência privada tem condições ou não de satisfazê-la.

E mais, é reconhecido que a exigência de licitação se assenta não apenas sobre o interesse econômico que dela advém para a administração pública, resultante de uma melhor contratação em termos materiais.

Em sua base encontram-se também valores éticos que apontam para a proibição do favorecimento a pessoa física ou jurídica com quem a administração pública contrata. Daí a pleora de exigências feitas pela lei nº. 8666/93, no sentido de tornar mais rígido e objetivo os critérios de julgamentos das licitações e de assegurar com isso, de maneira inarredável, a igualdade de condições em que os interessados se devem situar dentro do processo de competição, instaurado pela administração.

Por isso é que a administração municipal não pode violar as normas da contratação pública (art. 3º caput da lei nº. 8666/93, assim como o art. 37, XXI da Constituição da República 1988), tais como a isonomia, julgamento objetivo e a escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público coletivamente considerado.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Tenho aqui, que o município, com suas peculiaridades, dentro de suas exigências técnicas quanto ao melhor uso, aproveitamento e manutenção de seus bens, definiu o objeto que pretende adquirir, com as respectivas especificações, dentre as quais a questionada pela empresa SHARK, alegando sua impossibilidade de participação no certame.

Ora, o fato agir como age, apresentando às especificações do objetivo da licitação conjugado com a indelével finalidade pública, ou seja, a princípio significa maior vantagem para o município de Rio dos Cedros, tudo balizado primariamente pelas regras de licitação e dos contratos administrativos, não há o que se falar em ilegalidade, muito menos ensejar motivo a autorizar a anulação ou revisão do ato convocatório questionado pela impugnante.

Nada está a indicar haver ferimento dos dispositivos no § 1º, inciso I, do art. 3º da lei 8666/93, em que as condições impostas pelo ato convocatório distorcem o procedimento licitatório. Neste dispositivo não há vedação a de maior detalhamento do objeto, nem restringe previsão de especificações que possam ser cumpridas somente por uma empresa.

O que ali é vedado, e cláusula ou exigência cumpridas somente por uma empresa. O que ali é vedado, e cláusula ou exigência inadequada, desnecessária, orientada para beneficiar determinado concorrente, situação que, obviamente, não se pode presumir, mas vir efetivamente desmontada. Há, portanto, presunção de idoneidade do órgão licitante que merece e deve ser preservada.

Repise-se que a autoridade pública deve se ater no que é melhor a coletividade e não ao individual, levando-se em conta que a fixação da vantagem buscada pela Administração e imprescindível para determinar o critério de julgamento e o tipo de licitação a serem adotados, bem como, de que as regras do procedimento objetivam determinar o custo-benefício que refletem a real necessidade.

Então, estabelecida a premissa de que é possível distinguir pessoa e situações afim de dar a elas tratamento jurídico (até mesmo técnico) diferenciado, cedejo que no caso concreto é lícito ao administrador ditar normas de exceção sem lesar a esfera irredutível dos direitos fundamentais, que assegura a todos igual tratamento pela Administração Pública, exatamente como ora e aqui se fez.

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Tem-se desse modo que o princípio da razoabilidade faz uma imperativa parceira com o princípio da igualdade (isonomia), vez que ao disciplinar, em última análise, ambos discriminam situação e pessoas por variados critérios, sendo a razoabilidade o parâmetro pelo qual se vai aferir se o fundamento da diferenciação é aceitável e se o fim por ela visado é legítimo.

Não basta então a simples verificação de um escorreito procedimento administrativo escorado no princípio da isonomia para que se tenha um certame licitatório eficiente, é imperioso também que a proposta seja a mais vantajosa para a Administração, em outras palavras, que o objeto buscado seja compatível com as exigências técnicas e locais, até por que inesquecível é o dito popular: “o barato, as vezes custa caro”.

Por derradeiro, segundo informações buscadas, outros equipamentos, de outros fabricantes, também possuem às exigências técnicas requeridas, os quais se destacam na economia, vantajosidade e durabilidade dos componentes.

Pelo exposto é o PARECER TÉCNICO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos formulados na impugnação.

Ao Senhor Prefeito para decisão.

Rio dos Cedros, 27 de abril de 2021.

Diego Ricardo Fernandes
Secretário de Infraestrutura

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2021
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, INSTALADA
SOBRE ESTEIRAS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
IMPUGNANTE: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.224.121/0019-22, com sede
na Rua Paulo Zimmermann, nº 1350, Bairro Jardim Janaína, em Biguaçu/SC.
Protocolo: 1324/2021.

DECISÃO

Trata-se de impugnação ao edital de licitação mencionado em epígrafe, formulada pela pessoa jurídica acima identificada na qual a mesma alega excesso de formalismo, aplicação do princípio da razoabilidade, da finalidade e da isonomia pugnando pela retificação do edital quanto a exigência de POTÊNCIA BRUTA MINIMA DE 158 HP E LÍQUIDA MINIMA DE 157 HP.

Parecer Jurídico e Parecer Técnico encartados aos autos.

Eis o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Convalido as razões entabuladas no parecer jurídico e no parecer técnico encartados aos autos as quais utilizo como fundamento e, por esta razão, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na IMPUGNAÇÃO apresentada mantendo-se incólume o edital de licitação.

P.R.I.A.C-se.

Rio dos Cedros, 27 de Abril de 2021.

Jorge Luiz Stolf
Prefeito de Rio dos Cedros

PARECER E DECISÃO DE ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATORIO Nº 35/2021

Publicação Nº 3004063



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS****PROCURADORIA GERAL****ASSESSORIA JURÍDICA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2021****MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA****MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA****IMPUGNAÇÃO AO EDITAL****IMPUGNANTE: TAKTGTN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS****ELETRO ELETRÔNICO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita

no CNPJ sob nº 07.052.056/0001-39, com sede na Rua Paraíso do Norte, nº 991, bairro

Emiliano Pernenta, em Pinhais/PR.

Protocolo: 1335/2021.**Parecer Jurídico**

Trata-se de impugnação ao edital de licitação mencionado em epígrafe, formulada pela pessoa jurídica acima identificada na qual a mesma alega desconformidade ente o objeto licitado e as normas técnicas, em especial a ABNT NBR 5123/2016.

Eis o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Como este órgão de assessoramento não detém conhecimentos técnicos para tal desiderato, é o PARECER pela remessa imediata da presente IMPUGNAÇÃO ao Senhor Secretário de Infraestrutura para que emita suas considerações de ordem técnica e, sendo as mesmas, pela IMPROCEDÊNCIA dos PEDIDOS dê seguimento ao feito, ou, em caso contrário, promova as retificações que entender necessárias.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura para decisão e, sendo esta pela convalidação dos motivos elencados neste parecer:

P.R.I.A.C-se.

Rio dos Cedros, 27 de Abril de 2021.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo**Advogado****OAB/SC 17.721****Portaria 679/08**



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL
CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2021
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**IMPUGNANTE: TAKTGTN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
ELETRO ELETRÔNICO LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ sob nº 07.052.056/0001-39, com sede na Rua Paraíso do Norte, nº 991, bairro
Emiliano Pernenta, em Pinhais/PR.
Protocolo: 1335/2021.

PARECER TÉCNICO

Trata-se de impugnação ao edital de licitação mencionado em epígrafe, formulada pela pessoa jurídica acima identificada na qual a mesma alega desconformidade ente o objeto licitado e as normas técnicas, em especial a ABNT NBR 5123/2016.

Parecer Jurídico carreado aos autos.

Eis o sucinto relatório.

Passo à análise da matéria.

Efetivamente houve equívoco na descrição do objeto razão pela qual
DETERMINO a ANULAÇÃO DO CERTAME.

Rio dos Cedros, 27 de abril de 2021.

Diego Ricardo Fernandes
Secretário de Infraestrutura



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 35/2021
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA
MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
IMPUGNANTE: TAKTGTN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
ELETRO ELETRÔNICO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ sob nº 07.052.056/0001-39, com sede na Rua Paraíso do Norte, nº 991, bairro
Emiliano Pernenta, em Pinhais/PR.
Protocolo: 1335/2021.

DECISÃO DE ANULAÇÃO

Tendo em vista vícios no descritivo do objeto licitado,
DETERMINO A ANULAÇÃO DO CERTAME
P.R.I.A.C-se.

Rio dos Cedros, 27 de Abril de 2021.

Diego Ricardo Fernandes
Secretário de Infraestrutura

Rio Negrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 14305 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003423

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****NOMEIA MEMBROS SUBSTITUTOS DAS CÂMARAS COMUNITÁRIAS
SETORIAIS DO CONSELHO DA CIDADE**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e amparado no Art. 140, da Lei Complementar nº 35, de 10/10/2006;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, nos termos da Lei Complementar nº 35/2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Urbano e Rural de Rio Negrinho e que cria o Conselho da Cidade, assim como suas Câmaras Comunitárias Setoriais e também através do Decreto nº 9602/08, que institui o Regimento Interno do Conselho da Cidade, os membros substitutos das seguintes Câmaras Comunitárias Setoriais, a seguir mencionados:

I - CÂMARA COMUNITÁRIA DE PROMOÇÃO ECONÔMICA:

Representante de Universidade/Faculdade/Ensino Técnico com curso vinculado à área econômica presente no município de Rio Negrinho – Universidade do
Contestado – UnC:

Conselheiro Titular: Marilene Teresinha Stroka

Representante da Associação de Moradores de Bairro:
Conselheiro Suplente: Sidnei Franchacke

II - CÂMARA COMUNITÁRIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL:

Representante de Universidade/Faculdade/Ensino Técnico com curso vinculado à área econômica presente no município de Rio Negrinho – Universidade do
Contestado – UnC:

Conselheiro Titular: Marilene Teresinha Stroka

III – CÂMARA COMUNITÁRIA DE PRODUÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL:

Representante da Secretaria de Habitação:
Conselheiro Titular: Marcelo Streit
Conselheiro Suplente: Monica do Rocio dos Santos Rocha

Representante da Associação de Moradores de Bairro:
Conselheiro Titular: Sidnei Franchacke

Art. 2º - A função do Conselheiro do Conselho da Cidade, assim como os Coordenadores e membros das Câmaras Comunitárias Setoriais, Secretariado e Assessoria Técnica é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º - Os membros substitutos terão mandato com término no dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser reconduzido para mais um mandato, caso não tenham sido nomeados para a gestão 2019-2020.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 13 de abril 2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 12 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAC - Secretária de Administração e Recursos Humanos

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT - Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

DECRETO Nº 14306 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003426

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****NOMEIA MEMBROS DA PLENÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE,
DA SECRETARIA EXECUTIVA E DA ASSESSORIA TÉCNICA PERMANENTE**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e amparado no Art. 140, da Lei Complementar nº 035, de 10/10/2006,

R E S O L V E:

Art.1º - NOMEAR, nos termos da Lei Complementar nº 035/2006, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental Urbano e Rural de Rio Negrinho e que cria o Conselho da Cidade, assim como suas Câmaras Comunitárias Setoriais e também através do Decreto nº 9.602/08, que institui o Regimento Interno do Conselho da Cidade, os membros da Plenária, da Secretaria executiva e da Assessoria Técnica Permanente, a seguir mencionados:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente:

Conselheiro titular: Eloize Yoshiko Kamei

Conselheiro suplente: Daniela Hübner de Lima

II-Representantes da Secretaria Municipal de Habitação e Promoção Social:

Conselheiro titular: Marcelo Streit

Conselheiro suplente: Monica do Rocio dos Santos Rocha

III – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura:

Conselheiro titular: Afonso Tascheck

Conselheiro suplente: Ivo Antunes

IV-Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Conselheiro titular: Gilson Luiz Kolenez

Conselheiro suplente: Odilaine Liebl

V – Representantes da Associação Empresarial de Rio Negrinho – ACIRNE:

Conselheiro titular: Osni José Schroeder

Conselheiro suplente: Antônio Oliveira Gomes Filho

VI – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:

Conselheiro titular: Doris Eugênia Giese

Conselheiro suplente: Yuri Zipperer

VII – Representantes das Associações de Moradores de Bairro:

Conselheiro titular: Sonia Maria Schroeder Murara

Conselheiro suplente: Djanira M. Martins

VIII – Representante dos Clubes de Serviços:

Conselheiro titular: Osmair Vieira

Conselheiro suplente: Maria Tereza Jablonski

IX – Coordenador da Câmara Comunitária de Promoção Econômica:

Titular: Sirio José Pscheidt

Suplente: Tcharles Purim

X – Coordenador da Câmara Comunitária de Acessibilidade e Mobilidade:

Titular: Giorgio Murara Alves

Suplente: Clayton Claidir Carvalho

XI – Coordenador da Câmara Comunitária de Qualificação Ambiental:

Titular: Evelize Pscheidt

Suplente: Marilene Teresinha Stroka

XII – Coordenador da Câmara Comunitária de Produção Físico-Territorial:

Titular: Eloah Talisse Kresko

Suplente: Regina Lankank



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

XIII - Secretaria Executiva

Titular: Danielle Caroline da Silva Cantuária

Suplente: Eloize Yoshiko Kamei

XIV - Assessoria Técnica Permanente:

Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente:

Danielle Caroline da Silva Cantuária - Arquiteta e Urbanista; Eloize Yoshiko Kamei - Arquiteta e Urbanista; Daniela Hübner de Lima – Bióloga - Técnica Ambiental; Ronaldo Frassini – Engenheiro Civil.

Consultoria Jurídica do Município: Nicolas Peyerl.

Art. 2º - A função do Conselheiro do Conselho da Cidade, assim como os Coordenadores das Câmaras Comunitárias Setoriais, Secretariado e Assessoria Técnica é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 3º - Os membros do Conselho da Cidade e das Câmaras Comunitárias terão mandato de 02 anos, exercício 2021-2022, nomeados a partir desta data e com término no dia 31 de dezembro de 2022, podendo ser reconduzido para mais um mandato, caso não tenham sido nomeados para a gestão 2019-2020.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 12 de abril de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 12 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT - Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

LEI Nº 3467 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004238

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, NO VALOR DE R\$ 128.000,00 (CENTO E VINTE E OITO MIL REAIS).

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;
Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do município de Rio Negrinho no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Função01 Legislativa
SubFunção.....031 Ação Legislativa
Programa.....0001 Processo Legislativo
Atividade.....2.0003 Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara
Despesa..(11) – 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 100.000,00
Fonte: 00 – Recursos Ordinários

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Função01 Legislativa
SubFunção.....031 Ação Legislativa
Programa.....0001 Processo Legislativo
Atividade.....2.0003 Ampliação e Reforma do Prédio da Câmara
Despesa..(7) – 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 28.000,00
Fonte: 00 – Recursos Ordinários

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....128.000,00

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Função01 Legislativa
SubFunção.....031 Ação Legislativa
Programa.....0001 Processo Legislativo
Atividade.....2.0002 Aquisição de Veículos
Despesa..(12) – 4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 40.000,00
Fonte: 00 – Recursos Ordinários

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Função01 Legislativa
SubFunção.....031 Ação Legislativa
Programa.....0001 Processo Legislativo
Atividade.....2.0004 Contratação de Serviços Publicações e Divulgação dos Atos Administrativos, Institucional
Despesa..(15) – 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00
Fonte: 00 – Recursos Ordinários

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

Função01 Legislativa
 SubFunção.....031 Ação Legislativa
 Programa.....0001 Processo Legislativo
 Atividade.....1.0322 Projeto Câmara Itinerante
 Despesa..(13) – 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 10.000,00
 Fonte: 00 – Recursos Ordinários

Órgão.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 Unidade.....1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
 Função01 Legislativa
 SubFunção.....031 Ação Legislativa
 Programa.....0001 Processo Legislativo
 Atividade.....1.0323 Projeto Câmara Mirim
 Despesa..(1) – 3.3.90.00.00.00 Aplicações Diretas.....R\$ 28.000,00
 Fonte: 00 – Recursos Ordinários

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R\$ 128.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
 Rio Negrinho, 20 de abril de 2021

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONEI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

LEI Nº 3468 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004250

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1757 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do parágrafo único, com a inclusão de demais parágrafos, no artigo 56 da Lei nº 1757/2005, adequando a Taxa de Administração à Portaria SEPRT nº 19.451/2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. Toda e qualquer contribuição vertida para o IPRERIO deverá ser utilizada apenas para o pagamento de benefícios previdenciários, ressalvada a utilização dos recursos para o pagamento das despesas de manutenção, que será caracterizada como taxa de administração.

§ 1º. A Taxa de Administração será de 3% (três por cento) do valor total das remunerações de contribuição dos servidores ativos vinculados ao Plano de Benefício administrado pelo IPRERIO, com base no exercício anterior e cujos recursos serão destinados exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social, observadas as demais disposições deste artigo e seguintes, podendo ser acrescido de 20% (vinte por cento) a mais para as despesas com a certificação institucional do RPPS no Programa Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS nº 185 de 14 de maio de 2015, e para certificação profissional de seus dirigentes, conselheiros e membros do comitê de investimentos.

§ 2º. Entende-se por despesas com a certificação institucional e profissional descritas no parágrafo anterior, àquelas necessárias para a preparação, obtenção e manutenção das certificações exigidas, tais como assessoria, aquisição de insumos materiais e tecnológicos necessários, auditoria, capacitação e atualização dos gestores, dirigentes, membros dos conselhos e comitê

§ 3º. Na verificação do limite percentual definido no parágrafo primeiro deste artigo, não serão computadas as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.”

Art. 2º Fica alterada a redação do artigo 56-A e parágrafo único, da Lei nº 1757/2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56-A. Fica o IPRERIO autorizado a constituir fundo de reserva com as sobras do custeio administrativo, apuradas ao final de cada exercício, e dos rendimentos mensais advindos destes recursos.

Parágrafo único. Referido fundo de reserva ou reserva administrativa, observará as seguintes condições:

I - deverá ser administrado em contas bancárias e contábeis distintas dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios;

II – poderá ser objeto, na totalidade ou em parte, de reversão para pagamento dos benefícios do RPPS, mediante aprovação do Conselho Administrativo, vedada a devolução dos recursos ao ente federativo;

1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

III – os recursos do fundo de reserva poderão ser utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração, incluindo:

- a) aquisição, construção, reforma ou melhorias de imóveis destinados a uso próprio do órgão ou entidade gestora nas atividades de administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS;
- b) reforma ou melhorias de bens vinculados ao RPPS e destinados a investimentos, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante verificação por meio de análise de viabilidade econômico-financeira.”

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONEI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

LEI Nº 3469 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004269

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER BENEFÍCIOS ECONÔMICOS A
EMPRESA GRANJA CAPRINI LTDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a conceder benefício econômico à empresa GRANJA CAPRINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.315.049/0001-80, na forma da Lei Orgânica Municipal, da Lei nº 3345/2020 e da presente Lei, com a finalidade precípua de acelerar o desenvolvimento do município de Rio Negrinho e obtenção de resultados econômicos e sociais, a curto, médio e longo prazo.

Art. 2º O benefício econômico de que trata o artigo anterior, consiste na concessão do direito real de uso gratuito, para instalação da empresa, de terreno rural contendo a área total de 96.800 m² (noventa e seis mil e oitocentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Estrada MFR 169, na Localidade de Águas Claras, neste município sem benfeitorias, matriculada sob nº 13.780, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogada, anulada ou feita a doação definitiva, desde que cumpridas todas as propostas do projeto, e após a análise e parecer da COMDE - Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 3º Para fins de cumprimento ao disposto no art. 164 da Lei Orgânica Municipal, o imóvel de que trata o caput do artigo foi previamente avaliado, no montante de R\$ 338.800,00 (trezentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

Art. 4º A concessão do direito real de uso da área de terras de que trata o artigo 2º é condicionada a que a empresa beneficiada inicie a construção no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do respectivo termo e sua inscrição no Cartório de Registro de Imóveis de Rio Negrinho, podendo o prazo ser prorrogado mediante justificativa plausível, ouvido o COMDE e mediante ato do Chefe do Poder Executivo, até o máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, e após este período mediante prévia autorização legislativa.

Art. 5º No termo de concessão do direito real de uso constará, obrigatoriamente:

I - O compromisso da empresa beneficiada em iniciar a implantação das obras no prazo máximo estabelecido no caput do artigo anterior, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público municipal;

II - Cláusula de reversão do imóvel que, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias após a implantação do projeto, tiver suas instalações ociosas, sem direito à indenização pelas benfeitorias existentes;

III - Proibição da subdivisão e alienação para terceiros do imóvel e das áreas edificadas;

IV - Cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade;

§ 1º Reverterá também à propriedade do Município o imóvel se no período de 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão das obras, estiver com suas instalações ociosas, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal.

§ 2º Se a empresa beneficiada não cumprir na sua totalidade o projeto apresentado, bem como os seus propósitos inicialmente manifestados, o Município deverá exercer o seu direito de reversão do imóvel.

Art. 6º A concessão total ou parcial e a manutenção dos benefícios relativos a esta Lei, ficam condicionadas ao cumprimento por parte da empresa beneficiada, dos compromissos assumidos e aceitos, constantes do despacho de concessão e do parecer da COMDE.

§ 1º Em caso de venda, transferência, transformação, cisão, fusão ou incorporação da empresa beneficiada por esta lei, o sucessor gozará dos benefícios pelo período que faltar para completar o tempo inicialmente previsto.

§ 2º Nos casos previstos no inciso anterior, o sucessor assumirá todos os deveres e obrigações assumidas pelos transmitentes.

Art. 7º O descumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada acarretará a qualquer tempo, o cancelamento do benefício concedido.

Parágrafo único. Como descumprimento das obrigações será entendido quaisquer infrações às normas previstas nesta Lei, na Lei nº 3345/2020 ou no despacho que conceder o benefício.

Art. 8º Reverter-se-ão ao Patrimônio Público Municipal, livres de quaisquer ônus ou indenização, o terreno concedido a título de benefícios econômicos, quando:

I - Não utilizados para as finalidades previstas no projeto e no Decreto que concede o benefício, nos termos do art. 13, da Lei 3345/2020;

II - Decorrido o prazo concedido pela COMDE para que a empresa inicie suas atividades e a mesma não tenha iniciado;

III - Ocorrer paralisação das obras, excetuadas as que por motivo de força maior, devidamente comprovados e reconhecidos pela COMDE, por mais de 06 (seis) meses;

IV - Ocorrer a extinção, falência ou concordata da empresa beneficiada;

V - Não houver cumprimento das normas técnicas de implantação estabelecidas em Lei;

1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

VI - Que, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias após a conclusão do projeto de construção das obras, estiver com suas instalações ociosas, sem direito a indenização pelo investimento e obras edificadas, que passam a integrar o patrimônio público municipal;

VII - a empresa beneficiada não cumprir na sua totalidade o projeto apresentado, bem como os seus propósitos inicialmente manifestados.

§ 1º A empresa tem 03 (três) meses, da extinção ou sentença para retirar as benfeitorias existentes, fora do prazo estabelecido, passarão a pertencer ao Patrimônio Público Municipal;

§ 2º A reversão poderá constar:

a) da devolução do imóvel ao Patrimônio Público;

b) comprovada má fé na utilização dos benefícios, o Poder Executivo exigirá o imediato pagamento dos tributos não recolhidos no período em que gozou do benefício, que será lançado de ofício, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§ 3º A reversão do terreno poderá ser parcial quando durante o prazo do benefício, o seu uso não for proporcional ao projeto aprovado na COMDE.

§ 4º A reversão de que trata o parágrafo anterior será na proporção da área de terras não utilizada para as finalidades previstas.

Art. 9º - Em razão de manifesto e relevante interesse público, fica dispensada de concorrência a concessão de direito de uso, na forma do disposto no §4º do artigo 17 da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONEI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**

(MINUTA)

**TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO CELEBRADO
ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO E A EMPRESA
GRANJA CAPRINI LTDA.**

Por este instrumento de contratação, regido pelas Normas de Direito Administrativo, de um lado o MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, nº 200, Centro Cívico, inscrito, no CNPJ sob o nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Caio Cesar Treml, portador da Carteira de Identidade nº 4.406.367 SEP/SC e do CPF nº 008.996.979-09, doravante designado CONCEDENTE; e, do outro lado, a empresa GRANJA CAPRINI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.315.049/0001-80, neste ato representada pelo seu Titular Senhor Alex Caprini, portador da cédula de identidade nº 6084331443 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº. 007.436.330-16, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, 1725, centro, Itaiópolis/SC, doravante designado CONCESSIONÁRIO, celebram a presente concessão de direito real de uso, com fundamento na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº/2021, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A concessão do direito real de uso gratuito, para instalação da empresa, do terreno rural contendo a área total de 96.800 m² (noventa e seis mil e oitocentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Estrada MFR 169, na Localidade de Águas Claras, neste município sem benfeitorias, matriculada sob nº 13.780, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogada, anulada ou feita a doação definitiva, desde que cumpridas todas as propostas do projeto, e após a análise e parecer da COMDE - Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA SEGUNDA - O CONCEDENTE, através deste ato, cede ao CONCESSIONÁRIO o imóvel acima descrito, para que exerça seus reais direitos de uso para fins Industriais, na forma disposta na Lei Municipal nº/2021.
Parágrafo único - O imóvel foi previamente avaliado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis do Município, no montante de R\$ 338.800,00 (trezentos e trinta e oito mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Após a assinatura do presente contrato, os CONCESSIONÁRIOS fruirão plenamente do lote de terreno descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, para os fins ali estabelecidos, bem como responderão por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - A concessão, ora convencionada, terá a duração pelo prazo de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogada, anulada ou feita a doação definitiva, desde que cumpridas todas as propostas do projeto, e após a análise e parecer da COMDE - Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, e a título gratuito a partir da subscrição deste instrumento normativo, consoante o estabelecido na Lei Municipal nº/2021.

CLÁUSULA QUINTA - OS CONCESSIONÁRIOS obrigam-se a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento jurídico em consonância com a normatização do uso e ocupação do solo previstos na legislação vigente do Município.

CLÁUSULA SEXTA - Resolver-se-á de pleno direito esta concessão, sem direito a indenização pelas benfeitorias existentes, quando o CONCESSIONÁRIO:

I – Não iniciar a construção no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura da escritura pública

II – Deixar ociosa as instalações pelo período de 180 (cento e oitenta) dias após a implantação do projeto.

III - der ao imóvel concedido destinação diversa da estabelecida na cláusula segunda do presente contrato;

IV - der em locação total ou parcial o imóvel destinado ao uso exclusivamente industrial;

V - transferir a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, o imóvel que lhe foi concedido, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE;

VI - descumprir qualquer cláusula do presente contrato e/ou dispositivos da Lei nº/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - A presente concessão de direito real de uso transfere-se por sucessão legítima ou testamentária, cabendo ao CONCEDENTE, em ocorrendo tal hipótese, inscrever a transferência no registro de imóveis de Rio Negrinho.

CLÁUSULA OITAVA - Ficam fazendo parte deste contrato todas as normas jurídicas municipais referentes à concessão de direito real de uso, cujas disposições serão aplicadas a qualquer caso nele não previsto.

CLÁUSULA NONA - Delimita-se o foro da Comarca de Rio Negrinho/SC para resolver as questões decorrentes do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam este instrumento jurídico, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, sendo, posteriormente, levado a registro no Cartório de Imóveis competente e 01 (uma) via destinada a arquivo no órgão competente da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho.

Rio Negrinho, de de 2021.

CAIO CESAR TREML
Prefeito Municipal
CONCEDENTE

ALEX CAPRINI
Granja Caprini Ltda
CONCESSIONÁRIO

3

LEI Nº 3470 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004273

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;
Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 19.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 19.001.0010.0301.0019.2381	Atividade: ENFRENTAMENTO COVID-19	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 – Aplicações Diretas	06380005 – Superávit Financeiro – Enfrentamento Emergência de Saúde - COVID-19	R\$ 300.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO : R\$ 300.000,00		

Art. 2º Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º da Lei Federal nº 4320/1964, e nos termos do inciso I, art. 4º da Lei nº 3438 de 15 de dezembro de 2020, através do superávit financeiro do exercício anterior - 06380005 - Superávit Financeiro - Enfrentamento Emergência de Saúde - Covid-19.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

1

AVENIDA RICHARD S. DE ALBUQUERQUE Nº 200, CENTRO – FONE/FAX: (47) 36463600 – CNPJ: 83.102.756/0001-79
E-mail: contato@rionegrinho.sc.gov.br www.rionegrinho.sc.gov.br

LEI Nº 3471 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004293

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****CRIA A CAMPANHA VACINA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;
Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Campanha Vacina Solidária para fins de auxílio alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, desempregados, trabalhadores informais, autônomos e micro empreendedores individuais-MEI que se encontram ou tiveram suas atividades suspensas, em razão das legislações apresentadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber alimentos e cestas básicas de terceiros, a título de doação, para a Campanha Vacina Solidária, voltada para o recebimento de doações de alimentos destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 1º O Município de Rio Negrinho poderá receber alimentos não perecíveis, para posterior distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social coordenará a logística de recebimento e distribuição dos alimentos, podendo ser realizada em conjunto com as Secretarias Municipais, devendo-se observar os critérios da Resolução CMAS nº 22/2020 de 19 de maio de 2020, que "Regulamenta a concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política de Assistência Social no Município de Rio Negrinho-SC e revoga a Resolução nº 040/2017".

§ 3º As doações poderão ser realizadas nos postos de vacinação contra a COVID -19, nos locais determinados pela Secretaria Municipal de Saúde, por aqueles que estejam no calendário de vacinação, ou quaisquer outras faixas já contempladas ou que ainda serão contempladas pela vacina contra a COVID - 19.

§ 4º As doações de que trata este Decreto não interferem no cronograma de vacinação contra a COVID - 19, que continuará observando as diretrizes e protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde.

§ 5º A doação terá caráter voluntário, não sendo obrigatória, de forma que o cidadão que não puder ou não quiser participar da campanha será vacinado normalmente.

§ 6º Serão recebidos pela campanha alimentos constantes em cestas básicas, preferencialmente os seguintes itens:

- I – Arroz;
- II – Feijão;
- III – Açúcar;
- IV – Macarrão;
- V – Óleo;
- VI – Farinha de mandioca; e,
- VII – Leite.

§ 7º A Secretaria Municipal de Assistência Social deverá manter o controle e fiscalização das doações e da distribuição, devendo emitir relatórios acerca da Campanha.

Art.3º O benefício previsto no artigo primeiro será concedido às famílias em situação de vulnerabilidade social e pessoal, desempregados, trabalhadores informais, autônomos e os microempreendedores individuais – MEI que se encontram ou tiveram suas atividades suspensas.

§ 1º Terá o direito a concessão do benefício aqueles que não se encontram inscritos no programa Bolsa Família do Governo Federal.

1



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

§ 2º O benefício que trata esta Lei é uma cesta básica, enquanto perdurar o período de quarentena e/ou período de arrecadação de doação de donativos.

§ 4º Cada beneficiário será contemplado com uma cesta básica, vedado o recebimento de mais de um benefício por família.

Art. 4º O período de duração da Campanha que trata o artigo primeiro fica condicionado a arrecadação de donativo, durante o período de vacinação estipulado pelo Governo do Estado.

Art. 5º Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde a regulamentação e organização da concessão do benefício previsto nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

PORTARIA Nº 25256 - DE 16 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003422



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO**TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 25123 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021
EM RELAÇÃO À SERVIDORA QUE MENCIONA**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo art. 96 da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 25123 de 15 de fevereiro de 2021 que ampliou de 20 para 40 horas semanais a carga horária da servidora **ROSILENE MARIA BATISTA FRANCO**, matrícula nº 4608-06, ocupante do cargo de Especialista em Educação, atuando no CMEI Jardim Primavera do Departamento de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 16 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

SERGIO IVAN PICCOLLI - Secretário de Educação

PORTARIA N° 25260 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003404

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****RETIFICA A PORTARIA N° 25218 - DE 22 DE MARÇO DE 2021 QUE NOMEOU
MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 83 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei n° 3099 de 27 de novembro de 2018, considerando o Ofício SDET/RN N° 44/2021;

R E S O L V E

RETIFICAR o Artigo 2° da portaria 25218/2021 que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art 2° - A Presidência do Conselho de Turismo será exercida por um dos representantes da Sociedade Civil, não do Poder Público, e será eleito na primeira reunião dos anos ímpares. O Vice-Presidente será designado pelo presidente eleito e o Secretário deverá ser um funcionário designado pela Prefeitura, com experiência nas funções que irá desenvolver.

(...)

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

PORTARIA Nº 25261 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003414

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO SERVIDOR QUE MENCIONA**

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, na forma do disposto no artigo 136 da Lei Complementar nº 16 de 04 de abril de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 107 de 21 de junho de 2016, e, considerando a solicitação do servidor;

R E S O L V E

CONSIDERAR CONCEDIDA nos termos da Lei Complementar nº 16/2000, a licença paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos, prorrogada por mais 15 (quinze) dias, ao servidor **JOÃO MARIA DE ANDRADE**, matrícula nº 957-1, ocupante do cargo de Vigia, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotado no Departamento de Recursos Humanos, no período de 02/04/2021 à 21/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 20 DE ABRIL DE 2021.

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

PORTARIA N° 25262 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003415

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****RESCINDE A PEDIDO O TERMO DE COMPROMISSO
DOS ESTAGIÁRIOS QUE MENCIONA**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei n° 976 de 01/07/97, alterada pela Lei n° 1262 de 12/05/2000 e considerando a desistência espontânea dos estagiários, através de requerimento protocolado sob n° 2695/2021 e 2765/2021;

R E S O L V E

RESCINDIR a pedido, nos termos da Lei n° 976/97, o Termo de Compromisso dos estagiários a seguir mencionados:

OTÍLIA APARECIDA RIBEIRO, matrícula n° 45270-2, aluna da Universidade Metropolitana de Santos, admitida através da Portaria N° 24565 de 28 de fevereiro de 2020, atuando com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Pref. Henrique Liebl, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06/04/2021.

AMANDA RICARDO DE JESUS, matrícula n° 45291-1, aluna do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, admitida através da Portaria n° 24175 de 31 de julho de 2019, atuando com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Arnaldo de Almeida Oliveira, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 09/04/2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

SERGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

PORTARIA Nº 25263 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003420

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA QUE MENCIONA**

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, e na forma do disposto no artigo 91 da Lei Complementar nº 59, de 14 de dezembro de 2010, no artigo 133 da Lei Complementar nº 16 de 04 de abril de 2000, alterado pela Lei Complementar nº 44/2009, e considerando o atestado médico de gestante protocolado sob nº 2711/2021;

R E S O L V E

CONCEDER licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora **FABIANA KERETZ COSTA**, matrícula nº 45341-1, admitida em caráter temporário através da Portaria nº 24512 de 10 de fevereiro de 2020, na função de Professor II - Nível 2 - (Dança e/ou Corpo Coreográfico – Banda), atuando na EMEB Arnaldo de Almeida Oliveira e CAE Nova Esperança, do Departamento de Ensino fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02 de abril de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
EM 20 de abril de 2021.

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SERGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

PORTARIA Nº 25264 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003495

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO TEMPORÁRIO DE
TRABALHO DOS SERVIDORES QUE MENCIONA**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso X do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e com base na Lei Complementar nº 72, de 10 de abril de 2012, alterada pela Lei Complementar nº 75/2013, e de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943 e considerando o requerimento dos servidores, protocolado sob nº 2275/2021, 2337/2021, 2561/2021, 2478/2021, 2544/2021, 2463/2021, 2472/2021, 2732/2021 e 2745/2021;

RESOLVE

RESCINDIR a pedido o contrato temporário de trabalho dos servidores a seguir mencionados:

GABRIELA OPARACZ LARGURA, matrícula nº 45294-1, admitida em caráter temporário pela Portaria Nº 24184 de 1º de agosto de 2019, na função de Auxiliar de Serviços Gerais II, referência A, classe I, Grupo Ocupacional - SGE - Atividades de Serviços Gerais, atuando na Subprefeitura de Volta Grande, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 23 de março de 2021.

JULIANA DE CARVALHO, matrícula nº 45163-2, admitida em caráter temporário pela Portaria Nº 24305 de 09 de outubro de 2019, na função de Professor I - Nível 1 - Anos iniciais, classe A, Grupo Ocupacional - MAG - Atividades Educacionais, atuando na EMEB Aurora Siqueira Jablonski e EMEB Frederico Lampe, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 24 de março de 2021.

GENI DENKE, matrícula nº 45311-1, admitida em caráter temporário pela Portaria nº 24330 de 23 de outubro de 2019, na função de Monitora da Casa Lar, atuando na Divisão de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Departamento de Assistência Social, da Secretaria Municipal da Assistência Social, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 31 de março de 2021.

ALIERY CAMILA ALVES, matrícula nº 45422-1, admitida em caráter temporário pela Portaria nº 25119 de 11 de fevereiro de 2021, na função de Psicóloga, Grupo Ocupacional - ANS - Atividades de Nível Superior, referência A, classe I, da Secretaria Municipal de Assistência Social, atuando no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º de abril de 2021.

MAURILÉIA DO ROSSI GORESKE, matrícula nº 10584-1, admitida em caráter temporário pela Portaria Nº 24639 de 09 de abril de 2020, na função de Técnica em Enfermagem, Grupo Ocupacional - ATM - Atividades Técnicas de Nível Médio, Classe I, Referência A, atuando na Unidade de Saúde Jardim Hantschel, na Divisão de Atenção e Promoção à Saúde, do Departamento de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º de abril de 2021.

LUIS CARLOS ORTIZ DA SILVA, matrícula nº 45308-1, admitido em caráter temporário através da Portaria nº 24285 de 30 de setembro de 2019, na função de Motorista, Grupo Ocupacional - OPE - Atividades Operacionais, Classe I, Referência A, atuando no Conselho Tutelar, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 05 de abril de 2021.

MARIA HELENA ROSA SCHWEITZER, matrícula nº 45383-1, admitida através da Portaria nº 24669 de 07 de maio de 2020, na função de Professor II - Nível 2 - História, classe A, Grupo Ocupacional - MAG - Atividades Educacionais, atuando na EMEB Claudio Longen, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º de abril de 2021.

JAQUELINE POLASKI FLOHR, matrícula nº 8054-9, admitida através da Portaria nº 23972 de 02 de maio de 2019, na função de Especialista em Educação, atuando na EMEB Elias Graboski, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 08 de abril de 2021.

JEIGISBELA DENISE SACHT TOMELIN, matrícula 6002-4, admitida através da Portaria nº 25160 de 1º de março de 2021, na função de Professor I - Nível 2 - Anos Iniciais, classe A, Grupo Ocupacional - MAG - Atividades Educacionais, atuando no CAE Nova Esperança, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 08 de abril de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 20 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal
MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos
SERGIO IVAN PICCOLLI - Secretário de Educação
MARCELI KRUGER - Secretária de Assistência Social
RAFAEL SCHROEDER - Secretário de Saúde

AVENIDA RICHARD S. DE ALBUQUERQUE Nº 200, CENTRO – FONE/FAX: (47) 36463600 – CNPJ: 83102756/0001-79
E-mail: contato@rionegrinho.sc.gov.br www.rionegrinho.sc.gov.br

PORTARIA Nº 25265 - DE 20 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003421

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****CONSIDERA CONCEDIDA E PRORROGADA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA ÀS SERVIDORAS QUE MENCIONA**

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326 de 02 de abril de 2007, conforme o art. 137 da Lei Complementar nº 16 de 04/04/2000, conforme o art. 90 da Lei Complementar nº 59 de 14/12/2010, considerando o requerimento protocolado sob o nº 2649/2021, nº 2588/2021, nº 2668/2021 e nº 2940/2021, e o parecer favorável da Assistente Social;

RESOLVE

Art. 1º - CONSIDERA CONCEDIDA nos termos da Lei Complementar nº 59/2010 a licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora **KARINA MOREIRA**, matrícula nº 7115-11, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, lotada no EMEBI Padre Cláudio Longen, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 12/03/2021 à 20/04/2021.

Art. 2º - CONSIDERA CONCEDIDA nos termos da Lei Complementar nº 16/2000 a licença por motivo de doença em pessoa da família às servidoras:

MARCIA KOSTECZKA, matrícula nº 59-1, ocupante do cargo de Odontóloga, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotada no Centro Integrado de Saúde - CIS, da Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 15/03/2021 à 24/03/2021.

ALESSANDRA KAZUE NAKASHIMA ALBUQUERQUE, matrícula nº 7783-1, ocupante do cargo de Psicólogo, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotada na Divisão de Atenção e Promoção à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 18/03/2021 à 16/05/2021.

Art. 3º - CONSIDERA PRORROGADA nos termos da Lei Complementar nº 16/2000 a licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora **DENILCE INACIO APOLINÁRIO**, matrícula nº 10419-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na ESF Campo Lençol, da Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 12/03/2021 à 10/04/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 20 DE ABRIL DE 2021.

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos.

SERGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 25245 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003989

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****ADMITE ESTAGIÁRIOS QUE MENCIONA**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei nº 976 de 01/07/97, alterada pela Lei nº 2058 de 31/03/2009 e regulamentada pelo Decreto nº 8898 de 20/01/2006;

R E S O L V E

ADMITIR nos termos da Lei nº 976/97 alterada pela Lei nº 2058/2009, os estagiários abaixo mencionados:

AMANDA CRISTINA NOVACK, aluna da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 05/04/2021 a 04/04/2022.

ANA KAROLINA STOEBERL, aluna da Uniassevi, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Menino Jesus, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 1º/04/2021 a 31/03/2022;

CINTIA CRISTINA ODORIZZI, aluna do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais no CMEI Dona Benta, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 05/04/2021 a 04/04/2022;

ELLEN THAIS KORCZAGIN, aluna do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Tomas Gasser, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 11/04/2021 a 10/04/2022;

GABRIEL CAMARGO PEREIRA, aluno da Unifacfesti, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Professor Ricardo Hoffmann, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 1º/04/2021 a 31/03/2022;

GUSTAVO RENAN NOVACK, aluno do Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Quiliano Martins, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 07/04/2021 a 06/04/2022;

JEANI APARECIDA DOS SANTOS, aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Pedro Henrique Berkenbrock, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 14/04/2021 a 13/04/2022;

KEITY DE FÁTIMA DA SILVA DEORACKI, aluna da UNINTER, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Prefeito Henrique Liebl, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 1º/04/2021 a 31/03/2022;

MICHELLE CRISTINA XAVIER, aluna da UNINTER, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Pref. Henrique Liebl, do Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 1º/04/2021 a 31/03/2022.

PIETRA CAROLINE VEIGA, aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Profª Selma Teixeira Graboski, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 13/04/2021 a 12/04/2022;

SANDRIELE VAZ, aluna da Uniassevi, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 07/04/2021 a 06/04/2022.

TAMIRES PACHER DE MORAES, aluna da Universidade do Contestado - UnC, para atuar com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na EMEB Pioneiro Marcelino Stoeberl, do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 1º/04/2021 a 31/03/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 12 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

SERGIO IVAN PICCOLLI - Secretário de Educação

PORTARIA Nº 25246 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003991

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****PRORROGA TERMO DE COMPROMISSO
DA ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, nos termos da Lei nº 976 de 01/07/97, alterada pela Lei nº 2058 de 31/03/2009 e regulamentada pelo Decreto nº 8898 de 20/01/2006;

R E S O L V E

PRORROGAR nos termos da Lei nº 976/97 alterada pela Lei nº 2058/2009, o respectivo termo de compromisso de estágio da estudante MILENA GONÇALVES DE SOUZA, matrícula nº 10585-1, aluna da Universidade do Contestado, admitida através da Portaria nº 24638 de 08 de abril de 2020, atuando com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a importância mensal descrita no art. 2º da Lei nº 2058 de 31/03/2009, no período de 07/04/2021 a 06/04/2022.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 12 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK - Secretária de Administração e Recursos Humanos

RAFAEL SCHROEDER - Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 25249 - DE 12 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003992

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO****CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS SELETIVOS
SIMPLIFICADOS PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL
REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Art. 2º da Lei Complementar nº 72/2012, considerando a necessidade da contratação para as vagas que não foram supridas com pessoal do quadro efetivo na forma de horas excedentes, ou vagas remanescentes dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2019 e Edital nº 001/2020 realizado pelo Município de Rio Negrinho;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR as servidoras Sandra Mara Brambilla Hacke, matrícula nº 4266, Taila Naomi Uhlig, matrícula nº 9077 e Gislayne Suelen Prohmann, matrícula nº 4197, para constituir a Comissão de Acompanhamento de Processos Seletivos Simplificados para Contratação em Caráter Emergencial, realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - As atividades da Comissão, instituída por esta Portaria, terão duração até o final do exercício de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 16 de abril de 2021.

CAIO CESAR TREML – Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SERGIO IVAN PICCOLLI – Secretário Municipal de Educação

Rio Rufino

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 423/2021

Publicação N° 3003237

DECRETO N° 423,

De 26 de abril de 2021.

"EXONERA CONSELHEIRO(A) TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, I, "m", da Lei Orgânica Municipal, e art. 44, da Lei Municipal nº 522, de 14 de junho de 2013, e

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do cargo de Conselheiro(a) Tutelar, por motivos pessoais, informado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes do Município de Rio Rufino/SC, através do Ofício nº 001/2021,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado(a) do cargo de Conselheiro(a) Tutelar, a pedido, HELLEN SOUSA PICKLER.

Parágrafo único. Os efeitos da exoneração de que trata o caput retroagem ao dia 23 de abril de 2021.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) deve providenciar a convocação do(a) suplente.

Parágrafo único. A convocação do(a) suplente deverá observar rigorosamente a ordem definido no pleito eleitoral de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 26 de abril de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Encaminhado para publicação no DOM em

___/___/___

Nome do Servidor

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 01/2021

Publicação N° 3003644

EDITAL: 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 01/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2021/ QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CAMARA DE VEREADORES DE RIO RUFINO/JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREÇO E ESCOLHA

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO, resulta da premência da Câmara de Vereadores para contratação de Empresa Especializada para o fim de realizar Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vaga, no âmbito da Câmara de Vereadores de Rio Rufino.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações. A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da 2 CF/1988: (...) "XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais. Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a

obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação: "Art. 24 É dispensável a licitação: ... II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 50.000,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez." No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único: "Parágrafo único – O processo de dispensa, de 3 inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; II – razão da escolha do fornecedor ou executante; III – justificativa do preço; IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados." Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato. No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. "Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento." - Manual TCU. A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade. Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público. Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra Contratação Direta sem Licitação, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: "O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal" (...) e também o TCU firmou entendimento de que "as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens". 4 Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos – Orientações Básicas, Brasília: "É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa." "Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara. "Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas através de 4 (quatro) orçamentos com empresas da Area pretendida, qual seja, com capacidade para a prestação de serviço de realização de processo seletivo simplificado e/ou outra modalidade de concurso, cuja escolha recaiu á empresa IOBV (Instituto Barriga Verde), apresentou o melhor preço (R\$ 2.100,00) e demonstrou experiência e qualificação para execução dos serviços.

V – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas. A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou: "adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas 5 de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93" (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603). "Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...)." Acórdão 1705/2003 Plenário. De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes. De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo O Ente Público solicitá-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

As outras empresas participante foram: SSSI – Serviços e Assessoria TI, CNPJ 06.113.878/0001-10, apresentando o valor de R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais), pelos serviços; ACESSE- CONCURSOS CNPJ 23.028.069/0001-29, apresentando o valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), pelos serviços; e, ATENA ASSESSORIA EDUCACIONAL, CNPJ 21.690.014/0001-54, apresentando o valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), pelos serviços

VI – DA ESCOLHA A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi: INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, pessoa jurídica de direito privado, associação civil de caráter científico, educacional, beneficente, filantrópico, esportivo, cultural, tecnológico, de assistência e desenvolvimento social, sem fins econômicos, conforme estabelecem seus Estatutos, inscrito no CNPJ 08.072.361/0001-55, com sede administrativa à Rua Coronel Feddersen, 1.587, sala 307 no centro do município de Taió – SC, no valor de 2.100,00 (dois mil e cem reais).

VIII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

- a) Cópia do CNPJ;
 - b) Certidão negativa de débito para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
 - c) Certidão Negativa dos Feitos da Justiça do Trabalho;
 - e) Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.
- IX – DO CONTRATO – MINUTA Visando instruir a Dispensa de Licitação do Processo Administrativo em epígrafe, definindo claramente as obrigações das partes, junta aos autos a Cópia do Contrato – Câmara De Vereadores e
- CONCLUSÃO Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviços similar, podendo a Administração solicitá-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Rio Rufino, 26 de abril de 2021.

Presidente da Câmara

João Paulo Oliveira

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.394/2021

Publicação Nº 3004604

DECRETO Nº 4.394/2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei.

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 22.470,00 (Vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Município de Romelândia, conforme discriminação a seguir:

06.01– Departamento de Educação	
12.361.0011.2.030000 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	22.470,00
Fonte: 336 – Superávit Salário Educação	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 22.470,00 (Vinte e dois mil, quatrocentos e setenta reais), são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2020, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de recursos 136 – Salário Educação.

Art. 3º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.423/2020 de 15 de dezembro de 2020.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º– Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 27 de abril de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 4.395/2021

Publicação Nº 3004606

DECRETO Nº 4.395/2021	ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	JUAREZ FURTADO, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei.

Art. 1º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual nº 2.256/2017, de 16 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 2.056 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.422/2020, de 15 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 2.056 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

07.01– Departamento de Agricultura	
20.122.0016.2.056000 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte: 300 – Recursos Próprios	

Art. 4º. Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2020, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 27 de abril de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado em data supra.

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

LEI ORDINÁRIA N. 2.440/2021

Publicação Nº 3004609

LEI MUNICIPAL Nº 2.440/2021

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica de Agência de Correios Comunitária com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a fim de manter a agência de correio comunitária no Município de Romelândia/SC.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar todas as providências administrativas e jurídicas para o fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica de Agência de Correios Comunitária.

Art. 3º - Todas as obrigações e deveres das partes serão definidas através de Termo de Acordo de Cooperação Técnica de Agência de Correios Comunitária.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 27 de abril de 2021.

JUAREZ FURTADO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Maiara Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

LEI ORDINÁRIA N. 2.441/2021

Publicação Nº 3004611

LEI ORDINÁRIA Nº 2.441/2021

	ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual nº 2.256/2017, de 16 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 2.056 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.422/2020, de 15 de dezembro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 2.056 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

07.01– Departamento de Agricultura	
20.122.0016.2.056000 – Manutenção das Atividades de Prevenção e Controle de Zoonoses	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte: 300 – Recursos Próprios	

Art. 4º. Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2020, apurado no Anexo 14 – Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 27 de abril de 2021.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra
Maiaira Francieli Haas - Secretária de Administração e Fazenda

PL 637-2021 PP 30-2021

Publicação N° 3004375

Estado de Santa Catarina

Município de Romelândia

Aviso de Licitação

O município de Romelândia - SC, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Juarez Furtado, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 637/2021

Pregão Presencial n. 30/2021.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER PEÇAS E SERVIÇOS PARA RETIFICAR O MOTOR DA CARREGADEIRA KOMATSU WA 180.

Recebimento de propostas: até às 14:00 horas do dia 10/05/2021.

Início da sessão pública: 14:00 horas do dia 10/05/2021.

O Edital poderá ser obtido no site www.romelandia.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua 12 de outubro, n. 242, Centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site: www.romelandia.sc.gov.br.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 36241002.

Romelândia – 27 de abril de 2021.

JUAREZ FURTADO
Prefeito Municipal

PORTARIA 10416/2021

Publicação N° 3003120

PORTARIA N° 10416/2021

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUAREZ FURTADO, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Público Municipal, Sr. DELCIR BEILKE, cargo de carreira de MOTORISTA - CNH "D", 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, com vigência a partir do dia 27 de abril de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 10263/2021.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 27 de abril de 2021.

Juarez Furtado

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon
Técnico Administrativo II

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 53/2021

Publicação N° 3003083

DECRETO N° 053 DE 26 DE ABRIL DE 2021.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA.

NEREU BORG, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada o Desmembramento de área pertencente ao perímetro urbano em nome de Ivete Giacomini de Bortoli portadora do CPF:325.355.202-06 pessoa física estabelecida em Salto Veloso-SC, e Tânia Giacomini De Bortoli portadora do CPF: 005.338.759-78 pessoa física estabelecida em Salto Veloso SC, e Jane Giacomini De Bortoli portadora do CPF:006.870.119-57 pessoa física estabelecida em Ipanema no Município do Rio de Janeiro-RJ, e Geise Giacomini De Bortoli portadora do CPF:049.320.779-12 pessoa física estabelecida em Videira-SC á desmembrar lote, pertencente ao perímetro urbano localizados na Rua Antônio Veloso esquina com a Rua Arcolino Biscaro Bairro do Salto, matrícula nº 2063 aprovado de acordo com o Processo Administrativo nº 096/2021.

MEMORIAL DESCRITIVO DE DESMEMBRAMENTO

Matrícula: 2063 - Comarca de Videira-SC.

Área do imóvel na matrícula: 926,00 m².

Área encontrada no levantamento topográfico: 926,00 m².

LIMITES:

Norte: Dividindo com uma sanga, e do outro lado com a Área Verde do Município de Salto Veloso, do ponto 3 ao ponto 4, medindo 17,55 metros lineares com azimuth 69°16'06".

Sul: "Dividindo com a Rua Antonio Veloso, do ponto 6 ao ponto 1, medindo 15,00 metros lineares com azimuth 262°04'47".

Leste: Dividindo com Doralino Farenzena e Edson Farenzena, do ponto 4 ao ponto 6 medindo 59,00 metros lineares com azimuth 174°33'52".

Oeste: Dividindo com a Rua Arcolino Biscaro, do ponto 1 ao ponto 3 medindo 55,00 metros lineares com azimuth 352°32'33".

AREA 01 DO DESMEMBRAMENTO DA MAT. 2063.

Área: 450,00 m².

Norte: Dividindo com a área 02, do ponto 2 ao ponto 5, medindo 16,02 metros lineares com azimuth 82°01'52".

Sul: "Dividindo com a Rua Antonio Veloso, do ponto 6 ao ponto 1, medindo 15,00 metros lineares com azimuth 262°04'47".

Leste: Dividindo com Edson Farenzena, do ponto 5 ao ponto 6 medindo 29,04 metros lineares com azimuth 174°33'52".

Oeste: Dividindo com a Rua Arcolino Biscaro, do ponto 1 ao ponto 2 medindo 29,00 metros lineares com azimuth 352°32'33".

AREA 02 DO DESMEMBRAMENTO DA MAT. 2063.

Área: 476,00 m².

Norte: Dividindo com uma sanga, e do outro lado com a Área Verde do Município de Salto Veloso, do ponto 3 ao ponto 4, medindo 17,55 metros lineares com azimuth 69°16'06".

Sul: "Dividindo com a área 01, do ponto 5 ao ponto 2, medindo 16,02 metros lineares com azimuth 262°01'52".

Leste: Dividindo com Doralino Farenzena e Edson Farenzena, do ponto 4 ao ponto 5 medindo 29,96 metros lineares com azimuth 174°33'52".

Oeste: Dividindo com a Rua Arcolino Biscaro, do ponto 2 ao ponto 3 medindo 26,00 metros lineares com azimuth 352°32'33".

Salto Veloso - SC, 26 de abril de 2021.

NEREU BORG

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

PAULO HOFFELDER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Cecília

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021 PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

Publicação Nº 3004548

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

A Secretaria Municipal de Administração do Município de Santa Cecília, no uso das suas atribuições legais e, considerando a Homologação Final do Resultado do Processo Seletivo Nº 01/2021, para provimento de vagas em caráter Temporário, Emergencial e Excepcional, nos termos do Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante do Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1 . DA ASSINATURA DO TERMO DE INTRESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1.Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, deverão comparecer pessoalmente junto ao Departamento de Recursos Humanos, na sede administrativa do Município situada à Rua João Goetten Sobrinho, Nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre as 09:00 às 11:00 horas, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.2. No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência definitiva.

1.3. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 3 (três) dias úteis para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante dos Anexos II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1.1, implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

2. DO ATESTADO DE SAÚDE

2.1.Os candidatos deverão apresentar Atestado Médico Ocupacional, dando conta de que o candidato está apto para o exercício do cargo para o qual foi classificado, devidamente acompanhado de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
FL. 02

3. DOS ATOS DO CHAMAMENTO

As publicações dos atos de chamamento ocorrerão por meio de edital, através do Site Oficial do Município e através do Diário Oficial dos Municípios – DOM.

4. DA ADMISSÃO

4.1.Cumpridas as exigências constantes do presente Edital, o candidato deverá se apresentar em 3 (três) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos, para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Da data da admissão, o candidato terá 1 (um) dia útil para apresentar-se ao seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada por seu Superior Hierárquico.

Santa Cecília, 27 de Abril de 2021
ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO I
CARGO – ENGENHEIRO CIVIL

Número da Inscrição	Nome do Candidato
2077432	Rafael Roman Vanz
2077308	Vinicius Mendes de Souza
2077359	Andre Pereira Nunes
2077649	Paolo Pires de Lima

CARGO – MÉDICO CLÍNICO GERAL

Número da Inscrição	Nome do Candidato
2080690	Wanessa Klock Thiesen
2077996	Isabela Polonio Lopes
2077995	João Lucas Aleixes Sampaio Rocha

CARGO – MÉDICO PEDIATRA

Número da Inscrição	Nome do Candidato
2081553	Ingraine Helena Scholz Osorio

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

- 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
- 4.12. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>) e pelo site: < <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>;
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
- 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
- 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
- 10.3. 02 (duas) cópias do comprovante de residência;
- 10.4. Atestado de Saúde Ocupacional expedido por Médico do Trabalho.
- Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Santa Cecília, ____/____/____.

Assinatura

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II
DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Santa Cecília, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 01/2021) da Prefeitura Municipal de Santa Cecília – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Santa Cecília, ____/____/____.

Assinatura do candidato

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DEFINITIVA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2021, do Município de Santa Cecília – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha desclassificação.

Santa Cecília, ____/____/____.

Assinatura do candidato

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2021

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Santa Cecília, ____/____/____.

Assinatura do candidato

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 012/2021

Publicação Nº 3004152

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de refeições prontas, tipo "marmitex" e refrigerantes, para serem fornecidas aos funcionários das Secretarias Municipais, exceto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 08h45min do dia 11/05/2021.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h45min do dia 11/05/2021

Santa Cecília, 27 de Abril de 2021.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

DECRETO 2.044/2021

Publicação Nº 3004184

DECRETO nº 2.044/2021

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA R\$ 23.014,01 (VINTE E TRÊS MIL, QUATORZE REAIS E UM CENTAVO), NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO NESTE ANO FINANCEIRO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal nº 1.062/2020 datada de 16 de dezembro de 2020, Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA :**TÍTULO I****CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 1.057(, de 24 de outubro de 2020, para o exercício financeiro de 2021, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de **R\$ 23.014,01 (VINTE E TRÊS MIL, QUATORZE REAIS E UM CENTAVO)**, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando a suplementação do Superávit dos Recursos do exercício 2020 recursos Polícia Militar/Radio Patrulha.

CAPÍTULO II**DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.062, de 16 de dezembro de 2020 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de **R\$ 23.014,01 (VINTE E TRÊS MIL, QUATORZE REAIS E UM CENTAVO)**, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando a suplementação do Superávit dos Recursos do exercício 2020 recursos Polícia Militar/Radio Patrulha.

CAPÍTULO III

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de **R\$ 23.014,01 (VINTE E TRÊS MIL, QUATORZE REAIS E UM CENTAVO)**, em conformidade com o disposto a seguir:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

07 – ENCARGOS GERAIS

06.181.0038.2.044 – ENCARGOS GERAIS

3.3.90.00.00.00.00.3.054 – Aplicações Diretas (151) R\$ 13.808,41

4.4.90.00.00.00.00.3.054 – Aplicações Diretas (152) R\$ 9.205,60

Total **R\$ 23.014,01**

CTA BACO	VALOR R\$
B/Brasil – CONTA 39.506-7 Recursos 1.054	8.067,67
B/Brasil – CONTA 41.659-2- Recursos 1.054	14.946,34
Total	23.014,01

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA HELENA – SC, aos 27 de abril de 2.021.

BLASIO IVO HICKMANN
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registro e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Santa Helena–(SC), 27/04/2021.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 044 DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003797

DECRETO Nº 044 DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Estabelece normas para velórios, funerais e serviços fúnebres durante a pandemia COVID-19 e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 52º da lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul;

Considerando a situação de emergência em Saúde Pública decorrente do COVID 19;

Considerando a situação da pandemia causada pelo novo coronavírus, da necessidade de adotar medidas de isolamento e distanciamento social, das recomendações para evitar aglomerações;

Considerando as referências do MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID 19 Brasília - DF. Publicado em 23/03/2020 e igualmente da Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina - Nota técnica conjunta nº 025/2020- DIVE/SES/SC. Orientações para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID 19) pós óbito para atividades de necrotérios, funerárias, cremação, serviço de verificação de óbito, transladação de cadáveres e velórios no Estado de Santa Catarina de 29/03/2020;

Considerando o risco contínuo de transmissão infecciosa por contato após o óbito, embora o risco seja geralmente menor do que para pacientes ainda vivos, os princípios das precauções padrão de controle de infecções e precauções baseadas na transmissão devem continuar sendo aplicados no manuseio do corpo e durante o sepultamento.

Considerando desta forma a necessidade de estabelecer normas, rotinas, recomendações e orientações a serem observadas para a realização de velórios e funerais.

Considerando a RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DO CÔMITE EXTRAORDINÁRIO REGIONAL COVID-19 AMESC N 002/2021 de 14 de abril de 2021 e pela necessidade de padronização na realização de velórios e funerais em todos os municípios da região da AMESC, assim estabelece:

DECRETA:

Art. 1º - Mesmo que o óbito não teve como suspeita ou causa de COVID 19, mas como forma de evitar o contágio, durante o tempo de distanciamento social por causa da pandemia, algumas medidas devem ser adotadas na execução das atividades do Serviço Funerário Municipal:

I- Os velórios poderão ter no máximo 5 (cinco) horas de duração;

II- Quando o óbito ocorrer após as 15:00 horas, o velório só acontecerá no dia seguinte e o corpo deverá permanecer devidamente guardado nas dependências da funerária e sem a presença de familiares;

III- Alimentos e bebidas estão proibidos de serem servidos e consumidos durante os velórios;

IV- Fica proibida a realização de velórios em residências e em ambientes com área inferior a 30m² (trinta metros quadrados);

V- Os presentes no velório não podem ultrapassar o número de dez pessoas ao mesmo tempo;

VI- Deverá ser observado o distanciamento de 1,5 m entre cada pessoa no velório, bem como na cerimônia de sepultamento;

VII- As janelas e portas do local do velório devem ser mantidas abertas para propiciar ventilação constante;

VIII) Ao entrar e sair dos locais dos velórios as pessoas devem realizar desinfecção das mãos com álcool gel 70%, que deve estar disponibilizado na entrada e em outros lugares visíveis e identificados;

IX) Fica proibido qualquer tipo de aglomeração de pessoas em velórios e sepultamentos, seja na área interna ou externa do local.

X) Todos os presentes deverão estar obrigatoriamente usando máscara de proteção;

XI) Cerimônias religiosas deverão acontecer com a maior brevidade possível;

XII) As funerárias, capelas mortuárias e cemitérios, dentro outros, deverão cumprir os decretos de enfrentamento à COVID 19, naquilo que lhes for cabível, sob pena de sofrerem as sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, bem como, comprovado o descumprimento reiterado, poderão ter suspensos seus alvarás de funcionamento.

Art. 2º - Com referência aos Óbitos suspeitos ou confirmados decorrentes de COVID 19 com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena), ficam estabelecidas as orientações a serem observadas PELAS FUNERÁRIAS E HOSPITAIS, na forma que segue:

I- O corpo deverá ser colocado em saco impermeável, à prova de vazamento e selado por profissionais no local da ocorrência do óbito, não podendo ser aberto em hipótese alguma, conforme Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020. (Preferencialmente o saco deve ser resistente até cerca de 150 kg, tamanho aproximadamente de 80/220 cm, uma face impermeável plastificada no interior, com lençol protetor absorvente, com fecho éclair central, longitudinal, com abertura de cima para baixo e etiquetas de identificação);

II- Deve-se realizar a limpeza externa da urna (caixão) lacrada com álcool líquido a 70% ou solução de hipoclorito de sódio a 0,5% antes de levá-lo para o translado;

III- Os profissionais da saúde e equipe de funerária envolvidos no manuseio do corpo devem ser informados sobre a classificação de risco biológico (classe 3);

IV) O hospital/instituição onde ocorreu o óbito deverá acionar o serviço funerário, que enviará veículo apropriado e pessoal treinado juntamente com o caixão/urna, que deverá ser devidamente lacrado, no próprio local, antes de seguir para o translado /funerária;

V) Não poderá ser realizado velório, e a urna funerária deverá ser encaminhada diretamente ao seu local de destino;

VI) Nos óbitos ocorridos durante o dia, os profissionais da equipe da funerária farão translado do corpo, diretamente ao cemitério ou crematório;

VII) nos casos em que a liberação do corpo ocorrer durante o período noturno ou que não existir tempo hábil para realização do sepultamento durante o dia, o corpo deverá permanecer nas dependências da funerária devidamente conservado, até o dia seguinte, os familiares não poderão permanecer no local.

VIII) O sepultamento não deverá ter duração maior do que uma 1:30 horas (uma hora e trinta minutos), e deverá ser acompanhado apenas pelos familiares próximos, todos usando máscara e com distanciamento de no mínimo 1,5 metros.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de abril de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 098/2021

Publicação Nº 3004428

DECRETO Nº 098/2021

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional especial, por conta dos recursos de superávit financeiro do exercício de 2020, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1499, de 08 de Dezembro de 2020 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1517/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1499, de 08 de dezembro de 2020, no valor de até R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.1.00300 Aquisição e veículo de passeio				
	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	93.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de abril de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 97/2021

Publicação Nº 3003713

DECRETO Nº 097/2021

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC, passando a mesma a vigorar conforme segue:

I - Representantes do Poder Público:

- a) Secretaria da Agricultura: Andressa Grandi
 - b) Secretaria da Saúde: Lucimara Manteufel
 - c) Epagri: Jeferson de Moura
 - d) Secretaria da Infraestrutura: Almeri João Risso
 - e) Corpo de Bombeiros: João Emiliano de Moura Silva Miranda
 - f) Câmara de Vereadores: Volmir Conchi Braganholi
- II - Representantes da Sociedade Civil:
- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Isolete Ludwig dos Santos
 - b) Comunidade Católica – Centro: Ozorio Monteiro

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 27 de abril de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

EXTRATO CONTRATO 09/2021

Publicação Nº 3004046

Estado de Santa Catarina	
Município de Santa Terezinha do Progresso- SC	
EXTRATO CONTRATO Nº 09/2021 FMS	
Contratado	CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.494.537/0001-30, sediado(a) na Rua XV de Novembro, Bairro Laranjeiras Município de Modelo/SC, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO SAMPAIO CAMARGO.
Objeto	Contratação de empresa, para disponibilizar serviços ambulatoriais na área médica para atendimento à população na Atenção Primária em Saúde (APS) do município de Santa Terezinha do Progresso/SC, de acordo com as normas estabelecidas na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) – Portaria Ministerial GM/SUS 2.436/2017 e alterações posteriores, prestando atendimento médico ambulatorial de segunda a sexta-feira, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, totalizando 40 (quarenta) horas semanais pelo profissional, conforme Termo de Referência Anexo ao Edital.
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Data vigência	03/05/2021 a 31/12/2021.
Assinatura: MARCIA DETOFOL Prefeita do município de Santa Terezinha do Progresso - SC CONTRATANTE e PAULO SAMPAIO CAMARGO Pela Contratada. Santa Terezinha do Progresso/SC, 26 de abril de 2021.	
MARCIA DETOFOL Prefeita Municipal.	

LEI 1517/2021

Publicação Nº 3003736

LEI Nº 1517/2021 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Autoriza o poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por conta dos recursos do superávit financeiro do exercício de 2020, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1499, de 08 de Dezembro de 2020 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1499, de 08 de dezembro de 2020, no valor de até R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.1.00300 Aquisição e veículo de passeio				
	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	93.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recurso, verificado no balanço patrimonial do Exercício de 2020.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 27 de abril de 2021.

MÁRCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA 112/2021

Publicação Nº 3004449

PORTARIA Nº 112/2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença Maternidade à funcionária EDIANE CECATTO, Matrícula 13152/01, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, pelo período de 120 dias a contar do dia 22 de abril de 2021 a 18 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de abril de 2021.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 27 de abril de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

TERMO DE RESCISÃO 07/2021

Publicação Nº 3003994

Estado de Santa Catarina	
Município de Santa Terezinha do Progresso- SC	
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 07/2021 FMS	
Contratado	CS SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.494.537/0001-30, sediado(a) na Rua XV de Novembro, Bairro Laranjeiras Município de Modelo/SC, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. PAULO SAMPAIO CAMARGO.
Objeto	Contratação de empresa, para disponibilizar serviços ambulatoriais na área médica para atendimento à população na Atenção Primária em Saúde (APS) do município de Santa Terezinha do Progresso/SC, de acordo com as normas estabelecidas na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) – Portaria Ministerial GM/SUS 2.436/2017 e alterações posteriores, prestando atendimento médico ambulatorial de segunda a sexta-feira, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, totalizando 40 (quarenta) horas semanais pelo profissional, conforme Termo de Referência Anexo ao Edital.
Fundamento Legal	Lei 8.666/93 e alterações posteriores
DATA RESCISÃO	Concretiza-se a presente rescisão do contrato nº 007/2021 a partir do dia 03 de Maio de 2021. Cessando direitos e obrigações contratuais de ambas as partes conforme legislação legal pertinente.
Assinatura: MARCIA DETOFOL Prefeita do município de Santa Terezinha do Progresso - SC CONTRATANTE e PAULO SAMPAIO CAMARGO Pela Contratada.	
Santa Terezinha do Progresso/SC, 27 de abril de 2021.	
MARCIA DETOFOL	
Prefeita Municipal.	

Santiago do Sul

PREFEITURA

03.2021 FMS PNEUMOLOGISTA

Publicação Nº 3003985

EDITAL DE CREDENCIAMENTO FMS Nº 03/2021

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, de acordo, com o artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, torna público que se encontra aberto edital de credenciamento para a prestação de serviços na área de saúde para o exercício de 2021.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de saúde, visando a realização de consultas médicas com especialidade em pneumologia para o exercício de 2021.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos das empresas interessadas, serão recebidos a partir do dia 01 de maio de 2021 até 31/12/2021, no horário de expediente.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Prefeitura Municipal de Santiago do Sul-SC

Setor de Licitações, Rua Ângelo Toazza, 600, Centro, Santiago do Sul, SC.

HORÁRIO: das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira

Telefone nº. (49) 33453000

Santiago do Sul, 22 de abril de 2021

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 03/2021

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que estão abertas, a partir de 01 de maio de 2021 as inscrições para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de consultas médicas com especialidade em pneumologia.

2 – DOS SERVIÇOS

2.1 – Prestações de serviços de consultas médicas com especialidade em pneumologia para o Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul-SC, conforme definido no Anexo "III" deste Edital.

3 – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.1 - Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior pessoas jurídicas privadas ou públicas, lucrativas ou não, desde que atendidas as disposições deste Edital.

3.2 - O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato (anexo "II", deste edital) a ser firmado entre as partes.

4 – DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS

4.1 - Os usuários dos serviços referidos no item 2, são usuários do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santiago do Sul-SC.

4.2 - O credenciamento objetiva ter mais de uma opção prestador que prestará os serviços pretendidos, baseados nas suas necessidades e no grau de confiança depositado no profissional ou instituição escolhida.

5 – DO CREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

5.1 - As condições do credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Fundo Municipal de Saúde são universais e, portanto, sob mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o Fundo Municipal de Saúde como os prestadores de serviços, após o seu credenciamento.

5.2 - O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição anexo "I", por uma Comissão de Credenciamento e firmado através do Termo de Contrato, anexo "II" deste Edital.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

6.1 - As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 01 de maio de 2021, através da entrega da solicitação de Credenciamento acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações ou consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- d) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, relativa ao domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal.
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
- g) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicílio ou sede da proponente.
- h) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- j) Declaração de que a empresa atende o disposto no Inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal.
- k) Declaração de concordância com as normas e Tabela de Valores para Credenciamento do Fundo Municipal de Saúde, devidamente assinada pelo proponente.
- l) Comprovação dos dispor de profissional responsável devidamente inscrito nos Conselho Regional de Medicina e com título de especialista em Pneumologia.

6.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original.

6.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

6.4 - A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.5 - Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato de Prestação de Serviços", nos termos da minuta que consta do Anexo II, deste edital, onde serão estabelecidas as condições para prestação dos serviços, as limitações na sua prestação e os preços pactuados.

7 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.10 prazo de vigência do Credenciamento será até 31 de dezembro de 2021, com início após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o desc credenciamento o Profissional deverá enviar requerimento de desc credenciamento endereçado à autoridade do Fundo Municipal de Saúde, com um prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

7.2 - A prorrogação prevista no subitem 7.1 deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela contratada no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores a data do término da vigência do respectivo Termo de Contrato.

8 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 Os serviços serão solicitados mediante emissão de ordem de serviço ou autorização de fornecimento.

8.2 Os serviços deverão ser prestados diretamente no consultório médico do contratado.

8.3 Os serviços serão realizados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no período de vigência do Contrato;

8.4 Será enviado no dia da consulta com o paciente pedido médico devidamente autorizado pela secretaria de Saúde solicitando a consulta médica.

9 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

9.1 - Os preços serão reajustados de acordo com IPCA.

10 - DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 - A remuneração dos serviços previstos no item 2 se dará unicamente com base na Tabela de Valores para Credenciamento (Anexo "III").

10.2 - O pagamento será feito com recursos próprios ou de convênio, mensalmente, sempre até o 10º dia útil de cada mês subsequente à entrega dos serviços, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do(s) fornecedor(es), devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

10.3 - É expressamente proibido qualquer tipo de cobrança adicional aos usuários dos serviços credenciados.

10.4 Na emissão da nota do serviço prestado deverá ser anexado relatório com nome do paciente, data, horário de atendimento devidamente assinado pelo prestador do serviço.

10.5 - A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento dos serviços correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s),

prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2021:

Órgão/Unid: 05.01- Fundo Municipal de Saúde
Proj/At.: 2.028 Manutenção das Atividades da Unidade de Saúde

11 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Esclarecimentos relativos ao presente Edital de Credenciamento e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul-SC, Rua Angelo Toazza, 600, Centro, ou através do telefone (49) 3345 3000, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

11.2 – O Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul reserva-se o direito de anular ou revogar o presente edital, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

11.3 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Santiago do Sul-SC, não serão consideradas como motivos para impugnações.

11.4 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações à luz das disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

11.5 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

11.6 - As interessadas participantes deste credenciamento desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

11.7 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Quilombo/SC, excluído qualquer outro.

12 - DOS ANEXOS AO EDITAL

12.1 - Integram o presente instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;
- b) MINUTA DE CONTRATO.

Santiago do Sul-SC, 22 de abril de 2021.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 03/2021

ANEXO "I"

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Requerente: _____

Endereço: _____ Fone: _____

CNPJ: _____

Sócio Proprietário: _____

CPF: _____ RG: _____

Especialidade Requerida: _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

- () Cópia do Ato Constitutivo () Registro Comercial (empresa individual)
 - () Certidão Neg. Dívida Ativa União () Inscrição de Ato Constitutivo
 - () Certidão Neg. Débitos Estaduais () Certidão Neg. Tributos Federais
 - () Certidão Negativa INSS () Certidão Neg. Débitos Municipais
 - () Certidão Negativa FGTS () CRM + Especialidade
 - () Declaração de Concordância com () Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Normas e Tabela.

Conta corrente nº _____ Agência _____ Banco _____

_____ - SC, ____/____/2021.

_____ Visto em ____/____/____

Assinatura Requerente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 03/2021

ANEXO "II"

MINUTA - TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2021

Termo de contrato de prestação de serviço de consulta médica especializado em pneumologia que fazem entre si o Município de _____, SC e a empresa

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE através do MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Ângelo Toazza, 600, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.781/0001-38, neste ato representado por seu Gestor Municipal, Sr. ALACIR DURANTE.

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede a Rua, da cidade de - .., neste ato representada pelo seu, Sr., CPF n.º

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O CONTRATADO fornecerá serviços de consulta médica especializado em pneumologia, tudo conforme Edital de Credenciamento Universal nº 03/2021, o qual constitui parte integrante do presente contrato.

0.2. A aquisição ocorrerá de forma parcelada durante o exercício de 2021, nas quantidades indicadas nas autorizações de fornecimento expedidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

1.1. A prestação dos serviços objeto deste Contrato dar-se-á de acordo com a solicitação expedida pelo Fundo Municipal de Saúde.

1.2. A Contratada deverá atender os usuários com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos seus serviços.

2.3 Os serviços deverão ser prestados diretamente no consultório médico do contratado. Será enviado no dia da consulta com o paciente pedido médico devidamente autorizado pela Secretaria de Saúde solicitando a consulta médica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Em pagamento ao objeto da contratação, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os valores conforme consta da Tabela de Credenciamento, anexo 'III'.

2.2. O Município efetuará o pagamento dos produtos fornecidos até o 10º dia útil de cada mês subsequente à entrega dos produtos, após a apresentação das respectivas notas fiscais por parte do(s) fornecedor(es), devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

3.3. Na emissão da nota do serviço prestado deverá ser anexado relatório com nome do paciente, data, horário de atendimento devidamente assinado pelo prestador do serviço.

3.4. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou, no caso de pagamento com recursos de outras esferas de governo, depositado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

2.5. É expressamente proibido qualquer tipo de cobrança adicional diretamente aos usuários.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do Credenciamento será dezembro 2021, com início após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o descredenciamento o Profissional deverá enviar requerimento de descredenciamento endereçado à autoridade do Fundo Municipal de Saúde, com um prazo de antecedência de 30 (trinta) dias.

3.2. A prorrogação prevista no subitem 7.1 deverá ser requerida pelo órgão interessado ou pela contratada no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores a data do término da vigência do respectivo Termo de Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta do orçamento do Município de Santiago do Sul, SC, aprovado para o exercício de 2021, através da seguinte classificação:

Órgão/Unid: 05.01- Fundo Municipal de Saúde

Proj/At.: 2.028 Manutenção das Atividades da Unidade de Saúde

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

5.1. A contratante reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização do fornecimento dos serviços contratados, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, bem como as questões de segurança na entrega dos serviços, não excluindo-se da contratada a responsabilidade por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. A CONTRATADA deverá:

- a) Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no fornecimento, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais de segurança.
- b) Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. A contratada não poderá sublocar ou transferir o presente contrato, sob pena de rescisão automática.

6.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 0,33% ao dia, limitado a 20%, calculado sobre o saldo contratual.

6.4. A multa que alude o item 7.3. não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no item 7.5.

6.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10%, calculado sobre o saldo contratual.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Santiago do Sul, SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

6.6. Os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato ficarão integralmente ao encargo da CONTRATADA nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

CLÁUSULA NONA – DA SUCESSÃO

9.1. O contrato obriga as partes intervenientes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ADITAMENTOS

10.1. Ainda, por vontade comum das partes, poder-se-á celebrar aditamentos ao presente instrumento, para ajustar situações novas e, ou situações não previstas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Quilombo- SC.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

12.1. Celebram o presente contrato nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada pelas Leis Federais n.ºs 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.1998).

12.2. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas.

Santiago do Sul,

Fundo Municipal de Saúde

Contratado

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

ANEXO III – TABELA DE SERVIÇOS E VALORES

Qtd	Objeto	Valor Unitário	Valor Total
80	Consultas médica especializadas em pneumologia	250,00	20.000,00
TOTAL			20.000,00

14A

Publicação Nº 3003331

**Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14A/2021**

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SE SANTIAGO DO SUL** E A EMPRESA JOSE TREVISAN, NOS TERMOS DA LEI 10.520 DE 17/07/2002 E LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DA SAÚDE.

Termo de Contrato que entre si celebram o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL**, Estado de Santa Catarina, com endereço de sua Sede Administrativa à Rua Bortolo Nespolo, 610, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.019.421/0001-06, neste ato representado por seu Gestor **ALACIR DURANTE**, CPF Nº ***** , doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa JOSE TREVISAN, com sede à R RENATO ADOLFO BEGNINI, 453, SALA 1, no Município de Abelardo Luz-SC inscrita no CNPJ sob o nº. 10.666.794/0001-80 neste ato representada por seu representante legal Sr , doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, em decorrência do Compra Direta nº 33/2021 Autorização de Fornecimento nº 97/2021, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de contrato tem por objetivo a Rescisão na Prestação de serviço de consultoria e assessoria na área da saúde, objeto do Contrato Administrativo nº14/2021.

A Rescisão se dá a partir do dia 01 de maio de 2021.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

SANTIAGO DO SUL, 27 de abril de 2021.

FMS-Município de Santiago do Sul/SC
Alacir Durante
Gestor Municipal de Saúde

JOSE TREVISAN LTDA
Jose Trevisan
Sócio- Administrador

Jurídico:**Testemunhas:**

Wagner Douglas Franzosi
OAB/SC31.409

Cassiane Conte

Aislan Kerli ceni

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS nº. 14A/2021

Modalidade: Compra Direta 33/2021 AF97/2021

Empresa: JOSE TREVISAN

Objeto: Rescisão Contratual na Prestação de serviço de consultoria e assessoria na área da saúde.

Valor: 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais) Valor a ser Anulado de R\$ 12.110,00

Vigência: 24/02/2021 a **30/04/2021**

SANTIAGO DO SUL, 27 de abril de 2021.
ALACIR DURANTE
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

CONTRATO Nº 48/2021

Publicação Nº 3004324

CONTRAT Nº 48, DE 26 DE ABRIL DE 2021,

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA MARCELO KUHNEN 021951429-10.

1. Partes:

a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Ricardo Lauro da Costa, brasileiro, divorciado, empresário, CPF 781.394.069-53, residente e domiciliado à Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 222, bloco 2, apto 304, Centro, no Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Marcelo Kuhnén 02195142910, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 19.595.922/0001-17, com sede na Rua Natividade, 4010 – Sala 102, Vila Becker, Município de Santo Amaro da Imperatriz – SC, neste ato representado por seu representante legal Senhor Marcelo Kuhnén, brasileiro, casado, portador do CPF nº 021.951.429-10, denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório – PP nº 12/2021, homologado em 26/04/2021, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Objeto:

2.1. O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa na área administrativa, econômica ou contábil para suporte junto aos serviços de contabilidade, quanto ao controle da execução orçamentária e financeira nas Unidades Gestoras, conforme as especificações contidas no ANEXO I, partes integrantes e inseparáveis deste Contrato.

3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. O preço para a prestação de serviços é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, no valor de R\$ 35.760,00 (trinta e cinco mil, setecentos e sessenta reais).

3.2. O preço retro referido é final, e a empresa vencedora obriga-se a aceitar as supressões ou acréscimos que o contratante realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

3.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

4. Do Prazo de Execução dos Serviços:

4.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/07/2021, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57º da Lei n.º 8.666/93;

5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato a conta do seguinte item orçamentário: Secretaria Municipal da Administração – 0301.2.004.1.3390.3905 (18)

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas:

6.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Instituto ou a terceiros, em decorrência do desenvolvimento dos trabalhos aqui contratados, se observada a ocorrência de dolo ou má-fé;

b) Observar, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias e trabalhistas, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução dos serviços;

c) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

d) Responder pela responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei, mesmo após a conclusão dos serviços;

e) Aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado;

f) Reparar, corrigir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução do objeto;

g) Comunicar previamente o CONTRATANTE, para efeitos de aprovação, qualquer implantação dos serviços desenvolvidos;

6.2. O contratante se obriga a:

- I - Disponibilizar informações, para o bom desenvolvimento dos serviços contratados.
- II - Acompanhar todas as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO

7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização dos serviços, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através da Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento.

8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;
 - b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;
 - c) advertência por escrito;
 - d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;
 - e) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.
- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.
- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

10. Da Vigência:

10.1. A vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57º da Lei n.º 8.666/93.

11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação PP nº 12/2021

12. Do Foro:

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em três vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em 26 de abril de 2021.

Município de Santo Amaro das Imperatriz	Marcelo Kuhnen 02195142910
Contratante	Contratada

Testemunhas: _____

CONTRATO Nº 49/2021

Publicação Nº 3004354

CONTRATO Nº 49, de 26 de abril de 2021

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA RANG TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

a) O Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 02.307.876/0001-00, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Gestor, sr. Dionísio César Medeiros, portador do RG n.º 2069877 - SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 767.449.579-53, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Hang Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 19.286.537/0001-98, com sede na Av. Francisco Perondi, 127 – Sala 01, Centro, Município de Flor da Serra do Sul – PR, neste ato representado por seu representante legal Senhor Rafael Nicolodi, brasileiro, casado, portador do CPF nº 086.081.529-32, denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório – PP nº 03/2021, homologado em 26/04/2021, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei

nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 O presente pregão presencial tem por objeto a contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para prestação de serviço de locação de servidor web (cloud) para armazenamento e disponibilização do sistema e-SUS AB PEC, Instalação do sistema e-SUS AB PEC, formação dos profissionais e locação mensal de software web sincronizado/integrado ao e-SUS AB PEC de gestão de saúde pública, contendo os módulos em sua descrição mínima, além de suporte técnico aos usuários pós implantação, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, Anexo II do presente Edital, nas condições previstas na proposta de preços do Pregão nº 03/2021 e seus anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 -O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Os serviços descritos na cláusula segunda, conforme propostas vencedora, serão executados ao preço de R\$ 37.888,08 (trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oito centavos) e a instalação da ferramenta E-SUS no valor de R\$ 3.111,92 (28 horas), cujo pagamento será efetuado mediante a apresentação de fatura/nota fiscal e relatório de prestação de serviços, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

A fatura/nota fiscal será emitida após pela Prefeitura (Contratante), sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia dois do mês subsequente a retenção.

O pagamento ocorrerá até trinta dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante cheque nominal.

4.1.1- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

4.1.2 - Os valores contratados serão reajustados, através de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da assinatura do contrato, com base no índice IPCA-E acumulado no período. Os efeitos financeiros do reajuste iniciarão a partir do mesmo dia do prazo limite acima estabelecido.

4.1.3- Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o INPC acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

5.1. As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

12.01.2.100.3.3.90.4001 – (19) Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório n.º 03/2021, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - Caberá a CONTRATANTE:

6.1.1 – Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços objeto deste contrato no prazo avençado.

6.1.2 – Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

6.1.3 – Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pelo e-mail e WhatsApp, respondendo-as com brevidade.

6.1.4 – Indicar um responsável para acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Caberá a CONTRATADA:

7.1.1 -Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

7.1.2 -Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.3. - Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;

7.1.4 - Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

7.1.5 - Conduzir os serviços de acordo com as normas de serviço e disposições legais aplicáveis;

7.1.6 - Prestar, sem ônus para a CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos;

7.1.7 - Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a CONTRATANTE informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os por menores dos serviços;

7.1.8 - Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE;

7.1.9 -Arcar com as despesas incorridas na contratação de pessoal, encargos sociais, trabalhistas, securitários e quaisquer tributos incidentes direta ou indiretamente, sobre ou decorrentes do cumprimento do objeto deste, sem direito de pleitear reembolso à CONTRATANTE;

7.1.10 - Indicar um responsável para acompanhamento dos trabalhos.

7.1.11 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

8.2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item 4.1.2 da Cláusula 4ª poderá ser executado por simples Apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1- A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

9.2 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

10.2 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

10.3 - O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).

10.4 - Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

10.5 - A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

10.6 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

10.7 - Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

11.2 - E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Amaro da Imperatriz, 26 de abril de 2021.

Fundo Municipal de Saúde

Contratante

Rang Tecnologia e Desenvolvimento de Sistemas Ltda

Contratada

Testemunhas:

Ass: _____
CPF: _____

Ass: _____
CPF: _____

04-2021 - ATA

Publicação Nº 3004125

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SANTO AMARO DA****CNPJ:** 02.307.876/0001-00**Telefone:** (48) 3245-4300**Endereço:** Rua Tereza Cristina, 306 - Centro**CEP:** 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz**Dispensa de licitação****4/2021****Número Processo:** 4/2021**Data do Processo:** 26/04/2021**OBJETO DO PROCESSO**

AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA, PARA ATENDIMENTO NO CENTRO DE TRIAGEM E NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE MUNICIPAIS.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2021

null

PARECER DA COMISSÃO

A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME APRESENTOU OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDTAL EM SITUAÇÃO REGULAR

Participante: AP OXIGÊNIO COMERCIAL LTDA ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Oxigênio gasoso medicinal, grau de pureza mínima 99,5%; símbolo O2, características físico químicas inodoro, insípido, não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988, produto sem efeito toxológico, acondicionado em cilindro de 01 m³ em regime comodato-Oxigênio gasoso medicinal, grau de pureza mínima 99,5%; símbolo O2, características físico químicas inodoro, insípido, não inflamável, comburente, peso molecular 31,9988, produto sem efeito toxológico, acondicionado em cilindro de 01 m³ em regime comodato	1.000,0	M³		25,00	25.000,00

Total do Participante: 25.000,00

Total Geral: 25.000,00

null

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

Alessandra Krautz Coelho

PRESIDENTE

Lidiane Alves Espindola Oselame

MEMBRO

Pedro Felipe Schwinden Rachadel

MEMBRO

04-2021 - DISPENSA OXIGÊNIO

Publicação N° 3004094



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2021

AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO, PARA ATENDER A
DEMANDA DECORRENTE DA INFECÇÃO DA COVID-
19

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou em 11 de março de 2020 a elevação do estado da contaminação para pandemia em mais de 115 países do COVID-2019, que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos;

CONSIDERANDO que o COVID-2019 causa doença respiratória em quadro que pode variar de leve a moderado, semelhante a uma gripe, mas que alguns casos podem ser mais graves, como a ocorrência de síndrome respiratória aguda grave e complicações e, em casos extremos, pode levar a óbito;

CONSIDERANDO que a rede municipal de saúde deve implementar planos de contingência a partir dos protocolos orientados pelo Ministério da Saúde e pela OMS, devendo estar preparada para prevenir a infecção e ao mesmo tempo para receber eventualmente os casos graves da doença, necessitando da contratação de serviços e compra de material e insumos em caráter emergencial;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

CONSIDERANDO que em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei nº 8.666/1993 permite ao gestor a contratação direta de bens e serviços sem a necessidade de prévio procedimento licitatório (artigo 24, inciso IV);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, bem como a Medida Provisória nº 926/2020, que altera a Lei Federal nº 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020, alterado pelo Decreto nº 525/2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.773/2020 e a prorrogação do mesmo através do decreto nº 7.140 de 26/02/2021, que prorroga o prazo de medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO, ainda, que o Município de Santo Amaro da Imperatriz enfrenta uma situação anormal e excepcional que merece por óbvio tratamento diferenciado para a contratação de profissionais, materiais e insumos para o tratamento e a adoção de medidas profiláticas para a prevenção da COVID-19,

A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, órgão encarregado do processo de compras, obras e serviços do Município, por seu Secretário, e diante da solicitação e exposição de motivos do gestor do Fundo Municipal de Saúde Dionísio César Medeiros, para aquisição de materiais indispensáveis para o atendimento dos pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19, bem como para a adoção de medidas de profilaxia, no âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, como luvas de procedimento, por conta do aumento da demanda de utilização desses materiais e insumos, que vem exigindo a troca recorrente para a proteção dos agentes envolvidos na prestação dos serviços de atendimento, bem como dos próprios pacientes atendidos; com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, resolve dar **PARECER FAVORÁVEL A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para aquisição dos materiais e insumos citados acima, mediante o Processo Licitatório nº 04/2021, diretamente da empresa AP OXIGÊNIO COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.499.087/0001-56, no valor de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.

Registra-se que em decorrência do aumento da demanda dos referidos materiais e insumos por todo o país, a disponibilidade de estoque a cada dia que passa vem sendo cada vez mais limitada, o que tem acarretado dificuldades para se encontrar fornecedores aptos e com disponibilidade de materiais.

Face a isto, o Município tem adotado todas as medidas necessárias para avaliar os fornecedores, suas disponibilidades, bem como o preço praticado, neste caso para averiguar se o valor praticado está dentro do preço de mercado ou não.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

No presente caso, considerando que o valor praticado pela empresa supracitada se encontra dentro do valor de mercado, entende-se por justificável a sua contratação para o fornecimento de materiais, que deverá se dar nos prazos e condições estipulados pelo Município, para o atendimento emergencial de sua demanda.

Assim, dada a situação adversa ocasionada pela pandemia da COVID-19, que sem dúvidas configura emergência, presente está o nexo de causalidade entre a contratação e a situação de emergência, bem como a razoabilidade dos preços praticados.

Este parecer será submetido a apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para a decisão final.

Santo Amaro da Imperatriz, em 26 de abril de 2021.

EDGARD CAMARGO FILHO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

RATIFICO A DISPENSA NOS TERMOS ACIMA.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 51-2021-SUPORTE TRIB RH

Publicação Nº 3004105



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO Nº 51, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A
EMPRESA MLAB TECNOLOGIA
ASSESSORIA EM SERVIÇOS LTDA.**

PARTES: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Ricardo Lauro da Costa, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 781.394.069-53, residente e domiciliado à Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 222, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

b) A empresa **MLAB – Tecnologia Assessoria em Serviços Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 24.886.427/0001-05, com sede na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, CEP 88.160-120, município de Biguaçu/SC, neste ato representado por seu administrador senhor Malison Opuszkza Soares, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF nº 037.880.999-76, residente e domiciliado à Rua Francisco Ignácio do Nascimento, nº 64, bairro Forquilha, na cidade de São José/SC, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, em decorrência do **Processo Licitatório nº 13/2021** – Pregão Presencial, homologado em 26/04/2021, Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria com apoio técnico e operacional, contemplando suporte, capacitação, manutenção e gerenciamento dos sistemas dos departamentos de Pessoal e Tributos da Secretaria de Administração e Finanças, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, em conformidade com as especificações técnicas e funcionais contidas no termo de referência e seus anexos e da proposta de preços no pregão presencial nº 13/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 -O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos aditivos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Os serviços descritos no objeto deste contrato, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço de **R\$ 95.000,00** (noventa e cinco mil reais), cujo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

pagamento será efetuado mediante a apresentação de fatura/nota fiscal e relatório de prestação de serviços, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

A fatura/nota fiscal será emitida após pela Prefeitura (Contratante), sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia dois do mês subsequente a retenção.

3.2 -O pagamento dos serviços será efetuado em 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal no Setor de Compras, importando os valores conforme a proposta apresentada no processo de licitação, mediante a apresentação da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

3.2.1- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.2.2 - Os valores contratados serão reajustados, através de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da assinatura do contrato, com base no índice IPCA-E acumulado no período.

3.2.3- Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IPCA-E acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

03.01.2.004.3.3.90.35.01. – (18) Manutenção da Secretaria de Administração.

O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório n.º 13/2021, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 - Caberá a CONTRATANTE:

5.1.1 – Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços objeto deste contrato no prazo avençado.

5.1.2 – Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

5.1.3 – Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pelo e-mail e WhatsApp, respondendo-as com brevidade.

5.1.4 – Indicar um responsável para acompanhamento dos trabalhos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Caberá a CONTRATADA:

6.1.1 -Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

6.1.2 -Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 6.1.3.** - Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;
- 6.1.4** - Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 6.1.5** - Conduzir os serviços de acordo com as normas de serviço e disposições legais aplicáveis;
- 6.1.6** - Prestar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas nos trabalhos;
- 6.1.7** - Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a **CONTRATANTE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços;
- 6.1.8** - Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a **CONTRATANTE**;
- 6.1.9** - Arcar com as despesas incorridas na contratação de pessoal, encargos sociais, trabalhistas, securitários e quaisquer tributos incidentes direta ou indiretamente, sobre ou decorrentes do cumprimento do objeto deste, sem direito de pleitear reembolso à **CONTRATANTE**;
- 6.1.10** - Indicar um responsável para acompanhamento dos trabalhos.
- 6.1.11** - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

7.2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no **item 3.1.2** da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostila de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1- A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

8.2 - A rescisão contratual poderá ser:

- a)** Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b)** Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 10% sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.

9.2 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

9.3 - O atraso injustificado no fornecimento do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de 0,5% do total estimado para a contratação por dia de atraso, até o máximo de 10 (dez) dias).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.4 - Multa de 10% sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial da decisão definitiva.

9.5 - A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

9.6 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

9.7 - Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.

b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 -As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

10.2 -E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Amaro da Imperatriz, 26 de abril de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

MALISON OPUSZKA SOARES
Administrador

Testemunha 1:

Ass.: _____
CPF: _____

Testemunha 2:

Ass.: _____
CPF: _____

EDITAL 04-2021- DISPENSA

Publicação N° 3004753



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2021

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO,
PARA ATENDER A DEMANDA DECORRENTE DA
INFECÇÃO DA COVID-19

CONSIDERANDO, que a Secretaria Municipal da Educação em seu plano de contingência assegurou o fornecimento de EPIs para os funcionários da Rede Municipal de Ensino quando do início do ano letivo municipal;

CONSIDERANDO, que não há tempo hábil para a aquisição dos EPIS através de licitação devido aos prazos que cada edital exige;

A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Santo Amaro da Imperatriz, órgão encarregado do processo de compras, obras e serviços do Município, por seu Secretário e diante da solicitação e exposição de motivos da secretária municipal da Educação Sônia Maria de Macedo, para aquisição de materiais indispensáveis para o atendimento dos alunos, no âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, como luva de procedimento descartável, por conta do aumento da demanda de utilização desses materiais e insumos, que vem exigindo a troca recorrente para a proteção dos agentes envolvidos; com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, resolve dar **PARECER FAVORÁVEL A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para aquisição dos materiais e insumos citados acima, mediante o Processo Licitatório nº 04/2021, diretamente da empresa **OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, no valor de **R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)**.

Registra-se que em decorrência do aumento da demanda dos referidos materiais e insumos por todo o país, a disponibilidade de estoque a cada dia que passa vem sendo cada vez mais limitada, o que tem acarretado dificuldades para se encontrar fornecedores aptos e com disponibilidade de materiais.

Face a isto, o Município tem adotado todas as medidas necessárias para avaliar os fornecedores, suas disponibilidades, bem como o preço praticado, neste caso para averiguar se o valor praticado está dentro do preço de mercado ou não.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

No presente caso, considerando que o valor praticado pela empresa supracitada se encontra dentro do valor de mercado, entende-se por justificável a sua contratação para o fornecimento de materiais, que deverá se dar nos prazos e condições estipulados pelo Município, para o atendimento emergencial de sua demanda.

Assim, dada a situação adversa ocasionada pela pandemia da COVID-19, que sem dúvidas configura emergência, presente está o nexo de causalidade entre a contratação e a situação de emergência, bem como a razoabilidade dos preços praticados.

Este parecer será submetido a apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para a decisão final.

Santo Amaro da Imperatriz, em 16 de fevereiro de 2021.

EDGARD CAMARGO FILHO

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

RATIFICO A DISPENSA NOS TERMOS ACIMA.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO 01-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004245

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Telefone: (48) 3245-4300 Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2021
	Processo Adm.: 1/2021 Data do Processo: 27/01/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 1/2021
b) Nr. Licitação: 1/2021 - DL
c) Modalidade: Dispensa de licitação
d) Data de Homologação: 27/01/2021
e) Objeto da Licitação: *O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período de fevereiro a julho de 2021, nas condições e cronograma estabelecidos no presente Edital e seus Anexos.*

Participante: VALDECIR STEFFENS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Abobora menina	788,000	KG	2,85	2.245,80
8	Chuchu	1.000,0	KG	3,35	3.350,00
16	VAGEM - Características Técnicas: Deve apresentar as caracte	500,000	KG	6,53	3.265,00
Total do Participante:					8.860,80

Participante: LUCIA SCHMIT BITENCOURT

12	Pão de Milho Caseiro com 500 gr	1.750,0	UN	5,70	9.975,00
Total do Participante:					9.975,00

Participante: JONAS STEFFENS

11	Melancia	3.500,0	KG	4,35	15.225,00
Total do Participante:					15.225,00

Participante: VALKIRIA BUSS NACK

19	Pão de milho/mistura com 500 g	1.750,0	UN	5,70	9.975,00
Total do Participante:					9.975,00

Participante: COOPERATIVA AGRIC. ORGANICA FAMILIAR RECANTO DA NA

2	Alface orgânica	600,000	KG	12,00	7.200,00
3	Batata doce.	1.250,0	KG	7,00	8.750,00
4	Beterraba	1.500,0	KG	7,00	10.500,00
5	Brócolis.	600,000	KG	21,00	12.600,00
7	Cenoura orgânica	2.000,0	KG	7,00	14.000,00

Página: 2 / 2

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
9	Couve-flor	300,000	KG	19,00	5.700,00
10	Couve manteiga.	400,000	KG	21,00	8.400,00
13	Pão de fatia tipo sanduíche	1.750,0	PCT	8,00	14.000,00
14	Repolho verde em Kg	600,000	KG	8,00	4.800,00
17	Polpa de maracujá	303,000	KG	25,00	7.575,00
18	Polpa de morango	275,000	KG	25,00	6.875,00
Total do Participante:					100.400,00
Total Geral:					144.435,80

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Oferta de Merenda Escolar	08.001.12.306.0002.2009.3.3.90.00.00	R\$ 151.905,80

27/01/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 02-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004267

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ****CNPJ:** 82.892.324/0001-46**Telefone:** (48) 3245-4300**Endereço:** Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro**CEP:** 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 2/2021****Processo Adm.: 2/2021****Data do Processo: 11/02/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 2/2021

b) Nr. Licitação: 2/2021 - PR

c) Modalidade: Pregão presencial

d) Data de Homologação: 02/03/2021

e) Objeto da Licitação: *Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral natural, acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, com lacre de segurança na tampa, incluindo o serviço de entrega, visando atender as secretarias municipais e as escolas da rede municipal de ensino.*

Participante: HIPERAGUA COMERCIO DE AGUA EIRELI - EPP

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	água mineral natural, acondicionada em garrações de 20 litro	8.000,0	UN	7,25	58.000,00
Total do Participante:					58.000,00
Total Geral:					58.000,00

02/03/2021


Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 04-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004274

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 4/2021
	Processo Adm.: 4/2021 Data do Processo: 16/02/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 4/2021
b) **Nr. Licitação:** 4/2021 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 16/02/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de luvas de procedimentos para o retorno das aulas na Rede Municipal de Ensino.*

Participante: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Luva de Procedimento Látex com Pó - Tamanho M	350,000	CX	74,00	25.900,00
2	Luva de Procedimento Látex com Pó - Tamanho P	150,000	CX	74,00	11.100,00
Total do Participante:					37.000,00
Total Geral:					37.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Ensino Fundamental	08.001.12.361.0002.2012.3.3.90.00.00	R\$ 37.000,00

16/02/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 05-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004276

Página: 1 / 4

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2021
	Processo Adm.: 5/2021 Data do Processo: 16/02/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 5/2021
b) **Nr. Licitação:** 5/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 04/03/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia, para a Frota de Veículos e Equipamentos do Município, nas quantidades e especificações e exigências constantes neste Edital e seus Anexos. Somente serão aceitas propostas de empresas para os Lotes 01, 02, 03 e 04 que estejam estabelecidas a uma distância máxima de 10 km da sede da Garagem Municipal, sito a Rua Natividade (Parque de Exposições) - Centro - Santo Amaro da Imperatriz. Para o Lote 5 – não há limitação de distancia.*

Lote: 1**Participante: BORRACHARIA GERAL LTDA**

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Balanceamento de pneu de automovel	350,000	UN	13,43	4.700,50
2	Geometria de automovel	120,000	UN	57,46	6.895,20
3	conserto de pneu de automóvel	140,000	UN	22,04	3.085,60
4	montagem de pneu de automovel	200,000	UN	17,25	3.450,00
5	Vulcanizo de pneu de automovel	30,000	UN	62,29	1.868,70
Total do Participante:					20.000,00

Lote: 2**Participante: JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

6	Balanceamento de pneu utilitário	132,000	UN	18,09	2.387,88
7	Geometria de Utilitário	54,000	UN	61,48	3.319,92
8	Conserto de pneu de Utilitário	40,000	UN	24,42	976,80
9	Montagem de pneu de Utilitário	50,000	UN	19,91	995,50
10	Vulcanizo de pneu de Utilitário	30,000	UN	72,33	2.169,90
Total do Participante:					9.850,00

Lote: 3**Participante: JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

11	Balanceamento de pneu dianteiro de caçamba	70,000	UN	34,62	2.423,40
12	Geometria de caçamba - toco	25,000	UN	108,84	2.721,00

Página: 2 / 4

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
13	Geometria de caçamba truck	10,000	UN	108,80	1.088,00
14	Conserto de pneu de caçamba	80,000	UN	39,57	3.165,60
15	montagem de pneu de caçamba	100,000	UN	34,62	3.462,00
16	Troca de pneu de caçamba	60,000	UN	27,70	1.662,00
17	Tip Top VD 04 - Caçamba	30,000	UN	29,67	890,10
18	Tip Top VD 06 - Caçamba	30,000	UN	44,51	1.335,30
19	Serviços de vulcanizo de caçamba	30,000	UN	133,53	4.005,90
20	Tip Top VD 05 - Caçamba	30,000	UN	34,62	1.038,60
21	Balanceamento de pneu de ônibus	120,000	UN	34,62	4.154,40
22	Geometria de Onibus	50,000	UN	138,49	6.924,50
23	conserto de pneu de onibus	100,000	UN	39,57	3.957,00
24	Montagem de pneu de onibus	120,000	UN	32,64	3.916,80
25	Troca de pneu de ônibus	100,000	UN	27,70	2.770,00
26	Vulcanizo de pneu de onibus	40,000	UN	133,54	5.341,60
27	Serviços de TIP TOP VD 04 - para pneu com câmara	40,000	UN	29,68	1.187,20
28	Serviços de TIP TOP VD 06 - para pneu com câmara	40,000	UN	41,55	1.662,00
29	Balanceamento de pneu de Micro Onibus	80,000	UN	34,62	2.769,60
30	Geometria de Micro Onibus	50,000	UN	138,46	6.923,00
31	Conserto de pneu de micro onibus	60,000	UN	39,57	2.374,20
32	Montagem de pneu de Micro Onibus	80,000	UN	32,64	2.611,20
33	Troca de pneu de Micro Onibus	50,000	UN	27,70	1.385,00
34	Vulcanizo de pneu de Micro Onibus	30,000	UN	133,54	4.006,20
35	Tip Top VD 04 - Ônibus e Micro Ônibus	40,000	UN	29,67	1.186,80
36	Tip Top VD 05- Ônibus e Micro Ônibus	30,000	UN	34,62	1.038,60
Total do Participante:					74.000,00

Lote: 4**Participante: BORRACHARIA GERAL LTDA**

37	conserto de pneu de implemento agrícola	25,000	UN	29,03	725,75
38	conserto de pneu dianteiro de trator traçado	25,000	UN	58,01	1.450,25
39	Conserto de pneu dianteiro de trator não traçado	25,000	UN	22,39	559,75
40	conserto de pneu traseiro de trator agrícola	50,000	UN	74,53	3.726,50
41	montagem de pneu dianteiro de trator não traçado	30,000	UN	22,37	671,10
42	montagem de pneu traseiro de trator agrícola	40,000	UN	64,62	2.584,80
43	montagem de pneu dianteiro de trator traçado	20,000	UN	49,71	994,20
44	Vulcanizo de pneu traseiro de trator	10,000	UN	331,42	3.314,20
45	Vulcanizo de pneu dianteiro de trator traçado	15,000	UN	330,85	4.962,75

Página: 3 / 4

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
46	Tip Top VD 04 - Tratores - Máquinas	26,000	UN	28,18	732,68
47	Tip Top VD 05 - Tratores e Máquinas	26,000	UN	32,33	840,58
48	Tip Top VD 06 - Tratores e Máquinas	26,000	UN	37,29	969,54
49	conserto de pneu dianteiro de Retro Escavadeira	70,000	UN	49,70	3.479,00
50	Conserto de pneu dianteiro de motoniveladora e carregadeira	50,000	UN	70,42	3.521,00
51	conserto de pneu traseiro de Retro Escavadeira/ Motonivelado	50,000	UN	70,42	3.521,00
52	montagem de pneu dianteiro de Retro Escavadeira	70,000	UN	41,42	2.899,40
53	Montagem de pneu dianteiro de motoniveladora e carregadeira	50,000	UN	57,99	2.899,50
54	montagem de pneu traseiro de Retro escavadeira/motonivelador	40,000	UN	58,00	2.320,00
55	Vulcanizo de pneu de Retro Escavadeira - Roda 24	10,000	UN	331,42	3.314,20
56	Vulcanizo de pneu de motoniveladora e carregadeira - Roda 24	10,000	UN	331,42	3.314,20
57	Vulcanizo de pneu dianteiro de Retro Escavadeira traçada - R	10,000	UN	289,96	2.899,60
Total do Participante:					49.700,00

Lote: 5**Participante: JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

58	Recapagem de pneu 1400 x 24	8,000	UN	1.346,67	10.773,36
59	Recapagem de pneu dianteiro 10 - 16.5	4,000	UN	587,65	2.350,60
60	Recapagem de pneu traseiro 10-16.5	4,000	UN	587,66	2.350,64
61	Recapagem de pneu dianteiro 12.4 x 24 trator traçado	10,000	UN	954,90	9.549,00
62	Recapagem de pneu dianteiro 12.5/80 - 18	10,000	UN	920,62	9.206,20
63	Recapagem de pneu dianteiro 750 x 16, 3 frisos com carcaça	26,000	UN	372,17	9.676,42
64	Recapagem de pneu traseiro 750 x16, borrachudo	12,000	UN	244,87	2.938,44
65	Recapagem de pneu traseiro 1000 R 20 Borrachudo	6,000	UN	475,05	2.850,30
66	Recapagem de pneu traseiro 1000 R 20 liso	6,000	UN	475,05	2.850,30
67	Recapagem de pneu traseiro 1000 x 20, convencional, borrachudo	6,000	UN	475,05	2.850,30
68	Recapagem de pneu traseiro 1000 x 20 convencional, liso	6,000	UN	475,05	2.850,30
69	Recapagem de pneu traseiro 18.4 x 30	16,000	UN	1.899,75	30.396,00
70	Recapagem de pneu traseiro 19.5 x 24	8,000	UN	1.978,36	15.826,88
71	Recapagem de pneu traseiro 225/75 R16 borrachudo	10,000	UN	259,56	2.595,60
72	Recapagem de pneu traseiro 215/75 R 17,5 borrachudo	12,000	UN	303,62	3.643,44
73	Recapagem de pneu traseiro 215/75 R 17.5 liso	18,000	UN	303,61	5.464,98
74	Recapagem de pneu traseiro 275/80 R 22,5 borrachudo	16,000	UN	538,67	8.618,72
75	Recapagem de pneu traseiro 275/80 R 22,5 liso	30,000	UN	538,66	16.159,80
76	Recapagem de pneu traseiro 700 x 16 borrachudo	6,000	UN	270,32	1.621,92
77	Recapagem de pneu traseiro 900 x 20 borrachudo	8,000	UN	489,72	3.917,76
78	Recapagem de pneu traseiro 900 x 20 liso	4,000	UN	489,76	1.959,04

Página: 4 / 4

Total do Participante: 148.450,00**Total Geral:** 302.000,00

04/03/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 06-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004277

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2021
	Processo Adm.: 6/2021 Data do Processo: 19/02/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 6/2021
b) Nr. Licitação: 6/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 11/03/2021
e) Objeto da Licitação: *Aquisição estimada de artefatos de concreto (tubos, lajota, meio-fio e galerias), abaixo divididos por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste Edital.*

Participante: MACHADO PRE-MOLDADOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
4	Lajota sextavada de concreto 25x25x08 35 mpa	172.500	UN	1,74	300.150,00
16	Tubo de concreto D= 1,20 m classe MF PA-1	50,000	UN	358,00	17.900,00
Total do Participante:					318.050,00

Participante: CASA ELMO LTDA - ME

1	Calha de concreto D= 0,30 m classe MF PS-1	200,000	UN	26,59	5.318,00
2	Calha de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	100,000	UN	38,40	3.840,00
3	Calha de concreto D= 0,50 m classe MF PS-1	100,000	UN	51,10	5.110,00
7	Tubo de concreto D= 0,30 m classe MF PS-1	300,000	UN	19,50	5.850,00
11	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PS-1	300,000	UN	114,90	34.470,00
12	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PS-1	300,000	UN	177,00	53.100,00
13	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PA-1	500,000	UN	94,50	47.250,00
14	Tubo de concreto D= 0,80 m classe MF PA-1	300,000	UN	166,00	49.800,00
15	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-1	300,000	UN	186,00	55.800,00
21	Galeria 2,50 x 2,50 (interno) x 1,00 de comprimento, espessura 18 cm	30,000	UN	3.895,00	116.850,00
Total do Participante:					377.388,00

Participante: FORTE ARTEFATOS DE CONCRETO EIRELI

5	Lajota sextavada de concreto 30x30x08 35 mpa	5.000,0	UN	1,85	9.250,00
8	Tubo de concreto D= 0,40 m classe MF PS-1	1.000,0	UN	32,90	32.900,00
17	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1	100,000	UN	700,00	70.000,00

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
18	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-2	80,000	UN	790,00	63.200,00
19	Galeria 2,00 x 2,00 (interno) x 1,00 m de comprimento/espessura 15 cm	80,000	UN	1.940,00	155.200,00
20	Galeria 2,50 X 2,00 (interno) x 1,00 m de comprimento, espessura 15 cm	50,000	UN	2.490,00	124.500,00
Total do Participante:					455.050,00
Participante: BASE COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA EIRELI					
6	Meio-fio de concreto de 100 x 30 x 10 cm	8.000,0	UN	13,88	111.040,00
9	Tubo de concreto D= 0,50 m classe MF PS-1	300,000	UN	45,00	13.500,00
10	Tubo de concreto D= 0,60 m classe MF PS-1	400,000	UN	50,00	20.000,00
Total do Participante:					144.540,00
Total Geral:					1.295.028,00

11/03/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 07-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004279

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2021
	Processo Adm.: 7/2021 Data do Processo: 18/02/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 7/2021
b) **Nr. Licitação:** 7/2021 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 18/02/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de tubos de concreto para colocação em diversas localidades do Município.*

Participante: CASA ELMO LTDA - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubo de concreto D= 1,50 m classe MF PA-1	50,000	UN	975,00	48.750,00
2	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-2	15,000	UN	490,00	7.350,00
3	Tubo de concreto D= 1,00 m classe MF PA-1	30,000	UN	294,00	8.820,00
Total do Participante:					64.920,00
Total Geral:					64.920,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Pavimentação e Drenagem de Ruas e Passeios	04.001.15.451.0007.1078.4.4.90.00.00	R\$ 64.920,00

18/02/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 08-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004289

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

CNPJ: 82.892.324/0001-46**Telefone:** (48) 3245-4300**Endereço:** Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro**CEP:** 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 8/2021****Processo Adm.: 8/2021****Data do Processo: 15/03/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 8/2021
b) **Nr. Licitação:** 8/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 31/03/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de uma colhedora de forragens, conforme especificações detalhadas no anexo I e II, parte integrante deste Edital.*

Participante: NELI TERESINHA DA SILVA - MAQUINAS

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Colhedora de forragens, nova, acoplável ao trator agrícola, com acionamento por cardan, com uma linha de coleta de produto, produção de 30 ton/h, potência de acionamento de 50 a 80 CV na tomada de força do motor; 04 rolos alimentadores; com proteção em carenagem de polietileno; rolo de deslize do produto, 12 facas com 4 parafusos nas facas; 06 lançadores independentes em aço, tamanho de corte de 02 a 36 mm; pino de segurança; a parte motora movida por engrenagens; equipada com peneira quebra grãos removível da carcaça; bica de saída do produto em aço; caixa da máquina articulada; contra faca, disco de corte em aço de alta liga.	1,000	UN	45.690,00	45.690,00

Total do Participante: 45.690,00**Total Geral:** 45.690,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamentos Agrícolas	05.001.20.606.0007.1081.4.4.90.00.00	R\$ 46.000,00

31/03/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

HOMOLOGAÇÃO 11-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004295

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

CNPJ: 82.892.324/0001-46**Telefone:** (48) 3245-4300**Endereço:** Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro**CEP:** 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 11/2021****Processo Adm.: 11/2021****Data do Processo: 31/03/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo: 11/2021

b) Nr. Licitação: 11/2021 - PR

c) Modalidade: Pregão presencial

d) Data de Homologação: 19/04/2021

e) Objeto da Licitação: *O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em Administração Tributária Municipal, com ênfase no desenvolvimento e implantação dos objetos, conforme especificações contidas nos anexos, parte integrante deste edital.*

Participante: FISCOTEC SOLUCOES PARA ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviços técnicos especializados em administração tributária municipal	12,000	MES	7.400,00	88.800,00
Total do Participante:					88.800,00
Total Geral:					88.800,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria da Administração	03.001.04.122.0001.2004.3.3.90.00.00	R\$ 90.000,00

19/04/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

HOMOLOGAÇÃO 12-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004306

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2021
	Processo Adm.: 12/2021 Data do Processo: 31/03/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 12/2021
b) **Nr. Licitação:** 12/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 22/04/2021
e) **Objeto da Licitação:** *O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa na área administrativa, econômica ou contábil para suporte junto ao Departamento de Contabilidade, quanto ao controle da execução orçamentária e financeira nas Unidades Gestoras, conforme as especificações contidas no ANEXO I, parte integrante deste edital.*

Participante: MARCELO KUHNEN 02195142910

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa na área administrativo, econômica ou contábil para suporte junto ao Departamento de Contabilidade	12,000	MES	2.980,00	35.760,00
Total do Participante:					35.760,00
Total Geral:					35.760,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria da Administração	03.001.04.122.0001.2004.3.3.90.00.00	R\$ 36.000,00

22/04/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

HOMOLOGAÇÃO 13-2021-PMSAI

Publicação Nº 3004311

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2021
	Processo Adm.: 13/2021 Data do Processo: 08/04/2021

CNPJ: 82.892.324/0001-46 **Telefone:** (48) 3245-4300
Endereço: Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro
CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 13/2021
b) **Nr. Licitação:** 13/2021 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 26/04/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria com apoio técnico e operacional, contemplando suporte, capacitação, manutenção e gerenciamento dos sistemas dos departamentos de Pessoal e Tributos da Secretaria de Administração e Finanças, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, em conformidade com as especificações técnicas e funcionais contidas no termo de referência e seus anexos.*

Lote: 1

Participante: MLAB - Tecnologia Assessoria em Serviços Ltda.

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria com apoio técnico e operacional, contemplando suporte, capacitação, manutenção e gerenciamento dos sistemas do departamento de Tributos da Secretaria de Administração e Finanças, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC.	12,000	MES	3.205,84	38.470,08
2	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria com apoio técnico e operacional, contemplando suporte, capacitação, manutenção e gerenciamento dos sistemas do departamento de pessoal da Secretaria de Administração e Finanças, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC.	12,000	MES	2.999,66	35.995,92
3	Serviços de assessoria e consultoria com apoio técnico e operacional, suporte, capacitação, manutenção e gerenciamento dos sistemas ao departamento de tributos e pessoal, excedentes às horas de serviços mensais.	200,000	H	102,67	20.534,00
Total do Participante:					95.000,00

Página: 2 / 2

Total Geral: 95.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria da Administração	03.001.04.122.0001.2004.3.3.90.00.00	R\$ 107.332,96

26/04/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....

REVOGAÇÃO EDITAL 03-2021

Publicação Nº 3004680

Página: 1 / 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Pça. Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz - SC
CEP: 88140-000 CNPJ: 82.892.324/0001-46 Telefone: (48) 3245-4300
E-mail: sec_administracao@santoamaro.sc.gov.br Site: www.santoamaro.

Pregão presencial**Nr.: 3/2021 - PR****Nr. do Processo: 3/2021****Data do Processo: 12/02/2021****NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.:3/2021**

OBJETO: Aquisição de uma colhedora de forragens nova para a Secretaria Municipal da Agricultura.

MOTIVO: Tendo em vista que no julgamento das propostas verificou-se que as características solicitadas no edital não supriam as necessidades da Secretaria de Agricultura, e que o parecer jurídico opinou pela Revogação do Processo Licitatório, REVOGO a presente licitação.

Santo Amaro da Imperatriz, 03 de Março de 2021

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO N° 369/2021

Publicação N° 3004142

DECRETO N° 0369, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01, resolve,

Considerando o que consta nos memorandos n° 205/2021 – RH e n° 119/2021 – SEMUS,
NOMEAR:

Art. 1º A partir de 26 de abril de 2021, LAURA LEISA DA SILVEIRA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público n° 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Generalista - ESF, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO N° 370/2021

Publicação N° 3004149

DECRETO N° 0370, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Revoga Decreto n° 0369/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, a partir de 27 de abril de 2021, a Decreto n° 0369, de 27 de abril de 2021, que nomeou LAURA LEISA DA SILVEIRA, no cargo efetivo de Médico Generalista - ESF, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 26 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 371/2021

Publicação Nº 3004166

DECRETO Nº 0371, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização do Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 4.330/2020 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 001 - Obras e Serviços Urbanos

Ação: 2013 - Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

3390300000 - Material de consumo (03000100) R\$ 300.000,00

Ação: 2029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

3390300000 - Material de consumo (03000100) R\$ 100.000,00

Ação: 2030 - Manutenção Melhorias em Vias Urbanas e Rurais

3390300000 - Material de consumo (03000100) R\$ 400.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior na fonte de recursos 03000100 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito MunicipalLUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de GovernoMARCOS RODRIGO SCHUHMACHER
Secretário Municipal de Finanças**DECRETO Nº 372/2021**

Publicação Nº 3004172

DECRETO Nº 0372, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

Considerando o que consta nos memorandos nº 206/2021 – RH e nº 160/2021 – SEMUS,
NOMEAR:

Art. 1º A partir de 27 de abril de 2021, ALESSANDRA ZAYONS, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público nº 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO N° 373/2021

Publicação N° 3004175

DECRETO N° 0373, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal n° 228/01, resolve,

Considerando o que consta nos memorandos n° 206/2021 – RH e n° 119/2021 – SEMUS,
NOMEAR:

Art. 1º A partir de 27 de abril de 2021, JACQUELINE CONSUELO DA SILVA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público n° 005/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Médico Generalista - ESF, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

ERRATA DECRETO N° 359/2021

Publicação N° 3004139

ERRATA:
Na publicação do Decreto n° 359, de 23 de abril de 2021, na Edição n° 3482, página 1084/1085, de 26 de abril de 2021, do Diário Oficial dos Municípios, no local que se lê "MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, "leia-se "ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, PREFEITO MUNICIPAL,"

PORTARIA N° 1156/2021

Publicação N° 3004179

PORTARIA N° 1156, DE 27 DE ABRIL DE 2021.
Concede Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal JOÃO OSMAIR SCHIFTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo n° 20024050.1.00049/16-4, de 14 anos e 7 dias, conforme documentação anexa ao Processo n° 10248/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.
ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 1157/2021

Publicação N° 3004181

PORTARIA N° 1157, DE 27 DE ABRIL DE 2021.
Concede Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal LINDACIR DROSCZAKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00001/14-5, de 10 anos, 9 meses e 22 dias, conforme documentação anexa ao Processo nº 10290/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

SIMONE LESNHAK WILLEMANN
Chefe de Gabinete

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**1º TERMO ADITIVO CT 45/2020**

Publicação Nº 3003775

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo: Nº 26/2020

Contrato nº 35/2021 1º TERMO ADITIVO CT 45/2020

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN

Vigência: Início: 25/04/2021 - Término: 25/04/2022

DO OBJETO

A CONTRATADA, na qualidade de adjudicatária da Dispensa de Licitação nº 26/2020, de que trata o Processo Administrativo nº 26/2020, obriga-se a cumprir o estabelecido neste instrumento contratual, o qual tem por objeto a contratação de serviços para operacionalização de estágios, visando formação profissional, treino prático, situações de vida e trabalho aos alunos das instituições de ensino do município de São Bento do Sul para 08 estagiários, podendo ser de ensino superior ou ensino médio, de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

DO ADITIVO

Através do presente fica renovada a vigência do contrato ora aditado pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 25 de abril de 2021, podendo o mesmo ser renovado, por interesse das partes, na forma da lei e do contrato aditado.

DO REAJUSTE

Através do presente aditivo, ainda, as partes convencionam que o valor do contrato celebrado será reajustado, adotando-se o índice IPCA, nos termos da Lei Complementar nº 001/2021, publicada em 08/01/2021, a qual alterou o indexador utilizado pela Administração.

Fica reajustado o valor, sendo corrigido pelo IPCA em 6,10 % (Índice Acumulado nos últimos 12 meses) passando então para R\$ 22,07 (vinte e dois reais e sete centavos), por estagiário contratado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

3.3.90.39.00.00 - Setor Administrativo - Exercício Vigente.

São Bento do Sul, 26 de abril de 2021.

Oswalcir Peters

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO N° 166/2021

Publicação N° 3004127

DECRETO N° 166/2021 DE 27/04/2021

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 51 § 4º da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Cidadãos abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações, para os Processos de Licitações promovidos pela Administração Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Presidente: DEBORA PAULA BITTENCOURT
CPF: 088.471.049-12

Membro: MARLI TALIAN KRINDGES (Presidente substituta)
CPF: 016.359.849-55

Membro: LUIZ CARLOS NEGRI
CPF: 028.319.209-73

Suplente: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Art. 2º - Os Cidadãos a que se refere o artigo anterior não serão atribuídos qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a partir desta data o Decreto nº 25/2021 de 05/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bernardino-SC, em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

LEI N° 1351/2021

Publicação N° 3003973

LEI N° 1.351/2021 DE 27/04/2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECONHECER A EXISTÊNCIA DE DÍVIDA RELATIVA AO FORNECIMENTO DE MATERIAIS/SERVIÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE SÃO BERNARDINO, ESTADO DE SANTA CATARINA. FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer a existência de dívida no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com a Empresa Alcindo Alfredo Bauermann, inscrita no CNPJ nº 06.023.225/0001-40, localizada na Rua Dionísio Cerqueira, no centro do Município de Campo Erê - SC.

§1º - O débito, objeto da presente confissão de dívida, corresponde ao fornecimento de materiais/serviços para conserto da bomba de distribuidor de esterco.

§2º - O débito mencionado no caput deste artigo, dívida aqui confessada será paga após aprovação da Lei autorizativa.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei estarão asseguradas através das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1352/2021

Publicação Nº 3003975

LEI Nº 1.352/2021 DE 27/04/2021

AUTORIZA RECEBER VEÍCULO DA RECEITA FEDERAL DO BRASILENCORPORÁ-LO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município de São Bernardino-SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de São Bernardino - SC, autorizado a receber através da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal, localizada na Cidade de Joaçaba - SC, nos termos do Processo nº 10925.720462/2021-10, o bem patrimonial abaixo identificado:

QUANT.	UNID. MED.	MERCADORIA/MARCA/MODELO/SÉRIE	VALOR EM R\$
01	Und	Veículo VW/Gol 1.0, Placas ITE-5196, ano de fabricação 2012/2013 cor preta/VW/Gol - 1.0	26.000,00
		TOTAL GERAL	26.000,00

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a incorporar ao patrimônio público municipal, o bem patrimonial supra identificado, com a referida descrição patrimonial e valor, bem como através de ato administrativo, vincular o mesmo as Secretarias, conforme necessidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 223/2021

Publicação Nº 3003777

PORTARIA Nº 223/2021 DE 15/01/2020

SUBSTITUI MEMEBRO GESTOR DA PARCERIA E DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO RELATIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E A CTG RECANTO DA TRADIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando o art. 58 e o disposto no inciso VI do art. 2º e o art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o inciso § 1º do Inciso IV do Art. 12 do Decreto Municipal nº 88/2017 de 21 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para a função de Gestor da Parceria e Comissão de Monitoramento e Avaliação, referente o Acordo de Cooperação nº 01/2019, firmado entre o Município de São Bernardino – SC e a Organização da Sociedade Civil denominada CTG RECANTO DA TRADIÇÃO, inscrita no CNPJ sob o n. 08.257.127/0001-00, com sede em Rua Santo Antonio s/n, na Cidade de São Bernardino - SC:

a) Gestor da Parceria:
Fernanda Geremia Walker
CPF: 059.108.239-06

b) Comissão de Monitoramento e Avaliação:
Rozilei Terezinha Fritzen
CPF: 021.826.479-88

c) Juliano da Silva
CPF: 008.606.799-00

d) Debora Paula Bittencourt
CPF: 088.471.049-12

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 58/2020 de 15/01/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 224/2021

Publicação Nº 3003780

PORTARIA Nº 224/2021 DE 27/04/2021

SUBSTITUI MEMBRO GESTOR E MEMBRO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO RELATIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E A ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SÃO PEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e considerando o art. 58 e o disposto no inciso VI do art. 2º e o art. 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e o inciso § 1º do Inciso IV do Art. 12 do Decreto Municipal nº 88/2017 de 21 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para a função de Gestor da Parceira e Comissão de Monitoramento e Avaliação, referente o Acordo de Cooperação nº 01/2018, firmado entre o Município de São Bernardino – SC e a Associação Agrícola São Pedro, inscrita no CNPJ n.º 03.848.746/0001-48, com sede na Comunidade de Linha Alfa IV, no interior deste Município de São Bernardino – SC:

a) Gestor da Parceria:

Arcione Ribeiro, CPF: 046.522.709-09

b) Comissão de Monitoramento e Avaliação:

· Adriel Wolfart Rockenbach, CPF: 103.243.429-50

· Lenoir de Souza Mello, CPF: 875.792.789-87

· Ricardo José Ludwig, CPF: 604.948.759-68

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 120/2018 de 12/07/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino do Estado de Santa Catarina em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 225/2021

Publicação Nº 3003782

PORTARIA Nº 225/2021 DE 27/04/2021.

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E GESTOR DA PARCERIA PARA ATUAREM NO PROCESSO DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 57, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal nº 1.305/2020 de 01/04/2020 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para atuarem no processo de celebração do Termo de Fomento nº 002/2019, da seguinte forma e entidades:

a) ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA SERRA DO CASCUDO, localizado na Comunidade de Linha São José, no interior do Município de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 36.313.939/0001-53 – Contrato nº 71/2020;

b) ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE SÃO JOÃO DO PESQUEIRO, localizado na Comunidade de Linha São João do Pesqueiro, no interior do Município de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 26.361.291./0001-37, Contrato nº 72/2020;

c) ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA PATRULHA AGRÍCOLA ERVEIRA, localizado na Comunidade de Linha Erveira, no interior do Município

de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 33.602.092/0001-39, Contrato nº 73/2020:

I - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria ser concretizada, formado pelos membros abaixo designados, com as seguintes atribuições:

- a) monitorar e avaliar a parceria a ser celebrada;
- b) dar apoio técnico de terceiros;
- c) realizar vistorias;
- d) realizar pesquisa de satisfação com usuários nas parcerias superiores a 1 ano;
- e) fazer acompanhamento pelos Conselhos de Políticas Públicas, controle interno, externo e social.

1. MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

- 1.1. DARCI SBERSE, CPF n. 423.610.799-68, ocupante do cargo de Diretor da Agricultura, matrícula nº 448/03;
- 1.2. LEONIR DE SOUZA MELLO, CPF n. 875.792.789-87, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, matrícula nº 220/01;
- 1.3. RICARDO JOSÉ LUDWIG, CPF n. 604.948.759-68, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, matrícula nº 80/01.

II - GESTOR DA PARCERIA:

ARCIONE RIBEIRO, CPF: 046.522.709-09, ocupante do cargo de Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, matrícula nº 603/01, agente público responsável pela gestão da parceria, com as seguintes atribuições:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) realizar vistorias;
- c) informar o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e/ou Prefeito Municipal, acerca da existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- d) emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas final, com dados do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito municipal de São Bernardino SC, em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. da Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 226/2021

Publicação Nº 3004130

PORTARIA Nº 226/2021 DE 27/04/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 29 de agosto de 1997 e o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto nº 170/2020 de 25/06/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. MARLI TALIAN KRINDGES, portadora do CPF nº 016.359.849-55, para atuar como PREGOEIRA nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º Fica designado a Srta. DEBORA PAULA BITTENCOURT, portadora do CPF n. 088.471.049-12, para realizar Atas necessárias e para atuar como Pregoeira substituta, nos casos em que a Pregoeira oficial não puder participar.

Art. 3º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Membro: LUIZ CARLOS NEGRI
CPF: 028.319.209-73

Membro: DEBORA PAULA BITTENCOURT
CPF: 088.471.049-12

Membro: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Art. 4º - Aos Cidadãos (ãs) a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 64/2021 de 05/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 227/2021

Publicação Nº 3004131

PORTARIA Nº 227/2021 DE 27/04/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 e Artigo 8º do Decreto nº 017/2006 de 02/01/2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Srta. DEBORA PAULA BITTENCOURT, portadora do CPF nº 088.471.049-12, para atuar como PREGOEIRA nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Suplente: MARLI TALIAN KRINDGES (Pregoeiro substituto)
CPF: 016.359.849-55

Membro: LUIZ CARLOS NEGRI
CPF: 028.319.209-73

Suplente: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Art. 3º - Aos Cidadões a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 65/2021 de 05/01/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina
em 27 de Abril de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº066/2021

Publicação Nº 3003409



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

066/2021

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Rudi Miguel Sander, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº 868.119.249-34, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): TATIANA APARECIDA FERNANDES WILLMS residente RUA SV EGON WERLANG, 60, BAIRRO CRISTO REI, Município de SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº3.420.284-6 CPF nº:028.372.639-31 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições de Auxiliar de Serviços Gerais, com 20 horas semanais, turno vespertino junto ao CEIM Mundo Encantado, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 007/2019 - Prorrogado Lei Complementar 002/2020 de 23 de Dezembro de 2020.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 27/04/2021 até: 31/12/2021, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam serem dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 27 de Abril de 2020

TATIANA APARECIDA FERNANDES WILLMS
CPF: 028.372.639-31
Contratado(a)

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 008/2020 - ADM

Publicação Nº 3004554

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	008/2020 - ADM – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	APUAÊ TURISMO LTDA
Objeto :	ALIENAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DENOMINADO "PARQUE AQUÁTICO", LOCALIZADO NOS IMÓVEIS INSCRITOS NAS MATRÍCULAS Nº 8.998 E Nº 10.907, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO CARLOS/SC.
Processo Adm.	008/2020 - ADM
Licitação:	Concorrência p/ Alienação nº 001/2020 – ADM
Início das Atividades:	12/10/2021
SAO CARLOS, 12 DE ABRIL DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

PORTARIA Nº 0157/2021

Publicação Nº 3003407

PORTARIA Nº 0157/2021

Dispõe sobre a concessão de férias à Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Concede à Servidora Pública Municipal EDINA KUNSLER BAPTISTEL, ocupante do cargo de Subdiretora, 10 dias de férias do período de 28 de Abril de 2021 à 07 de Maio de 2021, referente ao período aquisitivo de 28/02/2020 a 27/02/2021.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.



Art. 3º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 27 de Abril de 2021.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0158/2021

Publicação Nº 3004587

PORTARIA Nº 0158/2021

Dispõe sobre a nomeação de Diretor da Fundação Cultural e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor GILSON ROGERIO E SILVA para o Cargo de Diretor da Fundação Cultural, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo V do Quadro de Provimento em Comissão da Lei nº 1844/2019 de 17 de Abril de 2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 28 de Abril de 2021
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0159/2021

Publicação Nº 3004588

PORTARIA Nº 0159/2021

AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL MOVIMENTAR A CONTA BANCÁRIA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor GILSON ROGERIO E SILVA inscrito no CPF n. 517.703.850-53, do cargo de Diretor da Fundação Cultural de São Carlos, nomeado conforme Portaria Municipal nº 0158/2021, e o Senhor JONATAS ANTONIO BIAZUS, inscrito no CPF sob nº: 036.369.009-35, Tesoureiro do Município, a movimentar a conta, emitir cheques, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos extratos de operações de crédito, emitir comprovantes e efetuar transferências para mesma titularidade por meio eletrônico, das contas da Fundação Cultural, CNPJ: 19.498.254/0001-00, vinculadas ao Município de São Carlos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 28 de Abril de 2021.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 0160/2021

Publicação Nº 3004589

PORTARIA Nº 0160/2021

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A MOVIMENTAR CONTAS BANCÁRIAS NO BANCO BRADESCO S/A EM NOME DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas a lei,

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica autorizado o Sr. Gilson Rogerio e Silva, inscrito no CPF sob o n. 517.703.850-53, Diretor da Fundação Cultural de São Carlos - SC, nomeado pela Portaria Municipal n. 0158/2021 datada de 28 de Abril de 2021, juntamente com o Sr. Jônatas Antonio Biazus, inscrito no CPF sob o n. 036.369.009-35, Tesoureiro do Município de São Carlos - SC, nomeado pela Portaria Municipal n. 083/2017 datada de 12 de abril de 2017, a movimentar contas bancárias, emitir cheques, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheque, efetuar pagamentos e transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos, emitir comprovantes, enfim, tudo o que for necessário para a movimentação financeira das contas bancárias junto ao Banco Bradesco S/A, Agência de São Carlos – SC, em nome da Fundação Cultural de São Carlos – SC, CNPJ: 19.498.254/0001-00;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 28 de Abril de 2021.

Rudi Miguel Sander

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº014/2021

Publicação Nº 3003403

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 014/2021 – ADM, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E A SRA JOICELINE BRUTSCHER SCHUH SAUSEN.

Aos vinte e nove dias do mês Março de 2021, o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, doravante denominada PREFEITURA, representada pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. RUDI MIGUEL SANDER, e a Sra. JOICELINE BRUTSCHER SCHUH SAUSEN inscrita no CPF 044.652.929-02 e RG Nº 4.127.143 residente na Rua das Palmeiras nº 80, Centro Município de CUNHATAI/SC, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n. 014/2021.

Cláusula Primeira: O presente Termo Aditivo tem por objeto a redução de carga horária a pedido da mesma, de 40 horas semanais para 20 horas semanais no turno matutino do prazo de vigência até o final do ano letivo de 2021, com vigência administrativa de 01 de Abril de 2021 à 31/12/2021.

As demais cláusulas e condições do Contrato são ratificadas pelo presente instrumento, permanecendo vigentes e inalteradas.

E, porque assim se acham justos e advindos, fizeram lavrar o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, que assinam com as testemunhas, adiante firmadas.

São Carlos, em 27 de Abril de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito

Contratada

JOICELINE BRUTSCHER SCHUH SAUSEN

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	014/2021
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JOICELINE BRUTSCHER SCHUH SAUSEN
Objeto:	REDUÇÃO DE CARGA HORARIA
Vigência:	A partir de 01 de Abril de 2021 prevista para encerramento na data 31 de Dezembro de 2021.
SAO CARLOS, 27 de ABRIL DE 2021.	
Rudi Miguel Sander	
PREFEITO	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N.º 02-2021**

Publicação N° 3003239

Portaria n° 002/2021, de 25 de março de 2021.

Designa servidores para compor equipe de apoio a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI n.º 01-2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CARLOS, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Carlos, estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO a emissão dos Atos da Presidência n.º 01 e n.º 02/2021, que criaram e constituíram Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, visando apurar ilícitos político-administrativos supostamente praticados na campanha eleitoral do ano de 2020 pelo vereador Ademar João Brutscher,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como Equipe de Apoio da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI n.º 01/2021, os seguintes servidores:

I – Cristiano Munslinger;

II – Elizandra Bassi Welter;

III – Natan Wagner.

Art. 2º Esta Portaria, nos termos da Lei Municipal n.º 1.727/2013, entra em vigor na data de sua assinatura.

São Carlos/SC, 25 Março de 2021.

José Noimar Mai
Presidente

Registre-se.
Publique-se.

PORTARIA N.º 03-2021

Publicação N° 3003773

Portaria n.º 003/2021, de 20 de abril de 2021.

Dispõe sobre a nomeação para cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

JOSÉ NOIMAR MAI, Chefe do Poder Legislativo de São Carlos, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, § 2º da Lei Orgânica Municipal e artigo 38, XXX, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Carlos,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado o senhor DEJANIR DEMÉTRIO DA ROSA, inscrito no CPF n.º 030.107.209-47, para exercer o cargo de Diretor Legislativo da Câmara de Vereadores de São Carlos, estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria, nos termos da Lei Municipal n.º 1.727/2013, entra em vigor na data de sua assinatura.

São Carlos/SC, em 20 de abril de 2021.

José Noimar Mai
Presidente da Câmara

Registre-se.
Publique-se.

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

1896/2021

Publicação Nº 3003884

DECRETO 1896/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, com as atribuições e prerrogativas previstas na legislação pertinente, como segue:

I – Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Alessandra Silveira Poczapski

Suplente: Maira Vargas Fernandes

II – Representante de professores ou alunos, ou trabalhadores da educação:

Titular: Zenilda Aparecida Setti

Suplente: Karine Rosa

Titular: Jaqueline Padilha dos Prazeres Silva

Suplente: Elizane Ferreira da Silva

III – Representantes de Pais:

Titular: Luis Augustinho de Oliveira Neto

Suplente: Ana Elize Barzotto Fernandes

Titular: Jessica Andrea Silva Ferreira

Suplente: Claudete Blind da Luz

IV – Representantes da Sociedade Civil

Titular: Beatriz de Fátima do Amaral

Suplente: Ivete Maria Kreusch Vaes

Titular: Helena Ribeiro de Almeida

Suplente: Marilene Kuster Neves Monteiro

Art. 2º - Ficam nomeados os membros abaixo como presidente e vice-presidente do CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE:

Presidente: Jaqueline Padilha dos Prazeres Silva

Vice-Presidente: Jéssica Andrea Silva

Art. 3º - O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE, ora nomeado exercerá suas atribuições legais, e terá prazo de mandato por quatro anos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET

Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, no Mural Público situado na Portaria da Prefeitura Municipal.

GISELE AFONSO COELHO TELLES

Secretária de Educação

1897/2021

Publicação Nº 3003887

DECRETO Nº 1897/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS-FUNDEB MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e ainda com fulcro na Lei Municipal nº 819/2021.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

- Gabrielly Chaves – titular
- Alessandra Silveira Poczapski – suplente
- Cléia de Fátima Ricardo – titular
- Joelma de Fátima Silva de Jesus – suplente

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;

- Rafaela Andressa Setti – titular
- Edilaine Aparecida Hygino – suplente

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;

- Silvia Wolinger Padilha Goetten – titular
- Patricia Elvira Boscari Farias – suplente

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;

- Cleunice Alves de Oliveira – titular
- Bruna de Oliveira – suplente

e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;

- Fabiana Correa de Mello – titular
- Valeria Oliveira de Liz – suplente
- Jessica Andrea Silva Ferreira -titular
- Adriana Bison - suplente

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

- Adilson Rodrigues Farias – titular
- Kassielli Rocha de Oliveira – suplente
- Julia Nataly Silveira da Cunha – titular
- Mariela Ferreira de Oliveira – suplente

g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;

- Edegar Vaz Ribeiro – titular
- Franciele de Souza Pereira – suplente

h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;

- Cleia de Sena Ruediger – titular
- Nelcide Justino de Freitas - suplente

i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

- Beatriz de Fátima do Amaral – titular
- Ivete Maria Kreusch Vaes – suplente
- Helena Ribeiro de Almeida – titular
- Marilene Kuster Neves Monteiro - suplente

Art. 2º O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 3º. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano do mandato do Prefeito o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, na portaria da Prefeitura Municipal.

GISELE AFONSO COELHO TELLES
Secretária de Educação

816/2021

Publicação Nº 3003869

LEI MUNICIPAL Nº 816/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita do Município de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de uso de bem público para exploração comercial de lanchonete ou cantina localizadas nos Ginásios Municipais de São Cristóvão do Sul e Monte Alegre nos ditames da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 2º. A concessão será precedida de "Concorrência Pública" pelo valor mínimo de 20 (vinte) Unidades Fiscais do Município, anualmente, conforme estabelecido em edital, devendo ainda o interessado responsabilizar-se pela conservação, guarda, limpeza, jardinagem e zelo do ginásio, inclusive dos banheiros, bem como da área externa, podendo o município regulamentar a matéria por Decreto.

Art. 3º Os vencedores da licitação deverão promover ou manter as instalações necessárias à perfeita prestação dos serviços e do uso dos bens públicos e adquirir os equipamentos necessários para o atendimento, bem como estar devidamente autorizados para a exploração e com os registros válidos nos órgãos que se fizerem necessários, tudo conforme edital de concessão.

Art. 4º. O prazo para concessão será de 04 (quatro) anos, podendo ser aditado, conforme previsão do art. 60 da Lei Federal 8.666/93, em havendo interesse público.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revoga-se a Lei nº 301/2005.

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

817/2021

Publicação Nº 3003876

LEI MUNICIPAL Nº 817/2021

"DISPÕE SOBRE CONTROLE DE ZOONOSSES, CONTROLE DAS POPULAÇÕES DE ANIMAIS E DO BEM-ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita do Município de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina as ações no âmbito do controle de zoonoses, controle das populações de animais e da promoção do bem-estar animal e tem por finalidade a proteção, a preservação e a promoção da saúde humana e animal, com fundamento nos princípios expressos nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 2º Constituem objetivos básicos desta Lei:

I - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;

II - aumentar o nível dos cuidados para com os animais, diminuindo as taxas de abandono, natalidade, morbidade, mortalidade e de renovação das populações de animais;

III - prevenir, reduzir e eliminar a morbidade, a mortalidade e o sofrimento humano decorrente de zoonoses e dos agravos causados pelos animais, assim como os prejuízos sociais ocasionados pela ação direta ou indireta das populações de animais;

IV - prevenir, reduzir e eliminar as causas de sofrimento físico e mental dos animais de forma a assegurar e promover o bem-estar animal, conforme dispõe a legislação federal, estadual e municipal sobre a matéria;

V - assegurar e promover a participação, o acesso à informação e a conscientização da população nas ações de saúde, no âmbito da vigilância sanitária.

Art. 3º É de competência do Poder Executivo Municipal, o controle da população dos animais domésticos, visando à prevenção das principais zoonoses de interesse em saúde pública.

Art. 4º É livre a criação, a propriedade, a posse, a guarda, o comércio e o transporte de cães e gatos no Município, desde que obedecida a legislação vigente.

DO CONTROLE POPULACIONAL

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por meio de processo licitatório, ou parcerias, a contratação de serviços para esterilização cirúrgica de animais; consultas veterinárias e aquisição de ração.

§ 1º- O acesso ao Programa de Castração Cirúrgica dos animais domiciliados deverá ocorrer mediante avaliação de profissional médico(a) veterinário(a) do Município.

§ 2º As consultas veterinárias serão solicitadas pelo profissional veterinário do Município, em conjunto com associações sem fins lucrativos existentes no Município.

§ 3º. A ração alimentar será destinada aos cães de rua ou comunitários, cuja administração e controle será feito por uma associação do município.

DAS RESPONSABILIDADES DOS PROPRIETÁRIOS

Art. 6º Cabe aos proprietários e/ou responsáveis pela guarda de cães e gatos a responsabilidade pela manutenção destes animais em condições adequadas de alojamento, alimentação, higiene, saúde e bem estar e manter em dia a vacinação contra as principais zoonoses.

§1º - Condições adequadas de alojamento do animal entende-se como local de permanência iluminado, ventilado, de fácil limpeza e higienização, de dimensões compatíveis com seu porte e que lhe possibilite caminhar e abrigar-se de intempéries climáticas.

§2º - Entende-se por condições adequadas de alimentação o animal estar livre de fome, sede e de nutrição deficiente.

Art. 7º. É de responsabilidade dos proprietários e/ou responsáveis pela guarda de cães e gatos, mantê-los alojados em locais onde fiquem impedidos de fugir e agredir pessoas ou outros animais.

Art. 8º Constatado por autoridade sanitária o descumprimento do que dispõe a presente lei, o proprietário do(s) animal(is) será intimado, pessoalmente ou por via postal com aviso de recebimento, a regularizar a situação até no máximo 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Findo o prazo previsto no caput deste artigo, será aplicada multa e outras medidas cabíveis com base na legislação vigente, dirigidas ao proprietário/responsável pelo animal.

Art. 9º. Entende-se por abuso e maus tratos, toda e qualquer ação voltada contra cães e gatos que implique em:

I - crueldade, especialmente em ausência de alimentação e água mínima necessária;

II – abandono de animais doentes, feridos, mutilados e necessitados de cuidados médico-veterinários;

III – abandono de ninhadas;

IV - ação que promova ansiedade, ferimento, dor, mutilação ou coloque em risco a saúde e a própria vida do animal;

V – envenenamento;

VI - tortura;

VII - uso de animais feridos;

VIII - outras situações previstas em legislação pertinente.

§ 1º - Quando uma autoridade sanitária constatar a prática de maus tratos contra cães e gatos, deverá, tomando como base o Artigo 225, §1º, Inciso VII, da Constituição Federal, que incumbe ao Poder Público combater as práticas que submetem os animais à crueldade, notificar o proprietário e/ou responsável pela guarda do animal para tomar as providências imediatas necessárias para cessar os maus tratos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

818/2021

Publicação N° 3003877

LEI municipal nº 818/2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita do Município de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Termo de Colaboração com Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001-28 objetivando o repasse de recursos financeiros para atendimento do Projeto constante do Plano de Trabalho aprovado no Termo de dispensa de Chamamento Público nº 001/2021, de acordo com as normas da Lei nº 13.019/2014.

Art. 2º. O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), cujo repasse será efetuado de acordo com o cronograma de desembolso junto ao Plano de trabalho aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da dotação orçamentária 33903965 – Serviços de Apoio ao ensino, código reduzido 56.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.
ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

TERMO DE COOPERAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL-SC, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal ILSE AMÉLIA LEOBET, portadora da cédula de identidade RG n.º 750.949 SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob n.º 310.146.589-34, brasileira, viúva, residente e domiciliada em São Cristóvão do Sul – SC, juntamente por sua Secretária de Educação, Sra. GISELE AFONSO COELHO TELLES, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 3.499.696 – SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob n.º 025.730.899-75 e pela Secretária de Assistência Social, Sra. ROSMERI DE LOURDES FARIAS BORDIGNON, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 2.723.170 - SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 848.270.509-10, doravante denominadas simplesmente MUNICIPIO e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob o nº 83.453.183/0001-28, com sede na rua Prof.ª Juracy de Mello Schmitt, 274, bairro Aparecida, na cidade de Curitiba-SC, Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social sob n.º 13987/79, declarada de Utilidade Pública Estadual e Federal, Registrada na Federação Nacional das APAEs sob n.º 337, fundada em 06 de abril de 1977, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo sua Presidente ENEONE TEREZINHA MARTARELLO, portadora de RG nº 1.285.268, CPF nº 582.828.159-34, residente e domiciliada na cidade de Curitiba/SC, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 1479/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS-SC, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

2.2 - Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE;

2.3 - Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos.

- 2.4 – Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
- 2.5 – Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;
- 2.6 - Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;
- 2.7 - Permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;
- 2.8 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICÍPIO;
- 2.9 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste Termo;
- 2.10 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- 2.11 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da MUNICÍPIO;
- 2.12 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;
- 2.13 - Prestar contas, perante a administração Municipal de São Cristóvão do Sul-SC, parcialmente de cada parcela em até 30 (trinta dias) da liberação, e prestação de contas anualmente consolidada, até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, em relação aos recursos recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior;
- 2.14 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 2.15 - Utilizar a verba a ser repassada pelo MUNICÍPIO exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, sendo:
- a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96);
 - b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;
 - c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
 - d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
 - e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
 - f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 2.64 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- 2.17 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA MUNICÍPIO

3- São compromissos do Município de São Cristóvão do Sul:

- 3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, no ano de 2021 o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em sete parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) referente aos meses de abril a outubro de 2021 conforme plano de trabalho;
- 3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
- 3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
- 3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- 3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;
- 3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
 - b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
 - c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
 - d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- 3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
 - b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
 - c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1 - O MUNICÍPIO repassará à CONTRATADA, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em sete parcelas iguais, mensais e sucessivas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) referente aos meses de junho a dezembro de 2021;
- 4.2 - A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA- DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICÍPIO a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será até o dia 31/12/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas parcial de cada parcela e uma consolidada do exercício financeiro, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.13;

8.2- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.2.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.2.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.2.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.2.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária nº 33903965 – serviços de apoio ao ensino código reduzido 56.;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 1479/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de Curitiba- SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São Cristóvão do Sul (SC).

ILSE AMELIA LEOBET Prefeita Municipal	ENEONE TEREZINHA MARTARELLO Presidente APAE Curitiba-SC
--	--

819/2021

Publicação Nº 3003879

LEI MUNICIPAL Nº 819/2021

“DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CACS-FUNDEB, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REGULAMENTADO NA FORMA DA LEI FEDERAL Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020”.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita do Município de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município de São Cristóvão do Sul - CACS-FUNDEB, criado nos termos do Decreto nº 539/2007, em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, 25 de dezembro de 2020,

fica reestruturado de acordo com as disposições desta lei.

Art. 2º O CACS-FUNDEB tem por finalidade proceder ao acompanhamento e ao controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, com organização e ação independentes e em harmonia com os órgãos da Administração Pública Municipal, competindo-lhe:

- I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;
- II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, objetivando concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundo;
- III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar- PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – PEJA e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.
- IV- acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;
- V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;
- VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;
- VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 3º O CACS-FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

- I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;
- II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário Municipal de Educação ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:
 - a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
 - b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na educação básica e a indicação do o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;
 - c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;
 - d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;
- IV - realizar visitas para verificar, "in loco", entre outras questões pertinentes:
 - a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundo;
 - b) a adequação do serviço de transporte escolar;
 - c) a utilização, em benefício do sistema de ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

Art. 4º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no art. 212-A da Constituição Federal e nesta lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundo, serão exercidos pelo CACS-FUNDEB.

Art. 5º O CACS-FUNDEB deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundo. Parágrafo único. O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas do Município.

Art. 6º O CACS-FUNDEB será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública do Município;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas do Município;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas do Município;
- e) 2 (dois) representantes dos pais/responsáveis de alunos da educação básica pública do Município;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública do Município, devendo 1 (um) deles ser indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
- g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação- CME;
- h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente-, indicado por seus pares;
- i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

§ 1º Para fins da representação referida na alínea "i" do inciso I do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- II - desenvolver atividades direcionadas ao Município de São Cristóvão do Sul;
- III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;

IV- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS-FUNDEB ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 2º Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "f" do inciso I do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 7º Ficam impedidos de integrar o CACS-FUNDEB:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;

b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 8º Os membros do CACS - FUNDEB, observados os impedimentos previstos no artigo 7º desta lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 1º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos:

I - 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação (CME);

II - 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicado por seus pares;

III - 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;

§ 2º- Os membros dos conselhos previstos no caput e no § 1º deste artigo, observados os impedimentos dispostos no § 5º deste artigo, serão indicados até 20 (vinte) dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, da seguinte forma:

a) - nos casos das representações dos órgãos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e das entidades de classes organizadas, pelos seus dirigentes;

b) - nos casos dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito nacional, estadual ou municipal, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

c) - nos casos de representantes de professores e servidores, pelas entidades sindicais da respectiva categoria;

d) - nos casos de organizações da sociedade civil, em processo eletivo dotado de ampla publicidade, vedada a participação de entidades que figurem como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 3º As organizações da sociedade civil a que se refere este artigo:

I - são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolvem atividades direcionadas à localidade do respectivo conselho;

III - devem atestar o seu funcionamento há pelo menos 1 (um) ano contado da data de publicação do edital;

IV - desenvolvem atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figuram como beneficiárias de recursos fiscalizados pelo conselho ou como contratadas da Administração da localidade a título oneroso.

§ 4º Indicados os conselheiros, na forma dos incisos I, II, III e IV do § 2º deste artigo, o Ministério da Educação designará os integrantes do conselho previsto no inciso I do caput deste artigo, e o Poder Executivo competente designará os integrantes dos conselhos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 9º Compete ao Poder Executivo designar, por meio de portaria específica, os integrantes dos CACS-FUNDEB, em conformidade com as indicações referidas no artigo 8º desta lei.

Art. 10. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS-FUNDEB serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 11. A atuação dos membros do CACS-FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas

atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço em função das atividades do conselho;

c) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 12. O primeiro mandato dos Conselheiros do CACS-FUNDEB, nomeados nos termos desta lei terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

Art. 13. A partir de 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do Prefeito, o mandato dos membros do CACS-FUNDEB será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato.

Art.14. As reuniões do CACS-FUNDEB serão realizadas:

I - na periodicidade definida pelo regimento interno, respeitada a frequência mínima bimestral, ou por convocação de seu Presidente;

II - extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de no mínimo, 2/3 (dois terços) dos integrantes do colegiado.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS-FUNDEB ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 15. O sítio na internet contendo informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS-FUNDEB terá continuidade com a inclusão:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 16. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CACS- FUNDEB, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 17. O regimento interno do CACS-FUNDEB deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 18 .Fica revogado o Decreto n. 539/2007.

Art. 19. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

São Cristóvão do Sul, 26 de abril de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET

Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 239 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003636

DECRETO Nº 239 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; e Lei Municipal nº 1.917 de 22 de Abril de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor R\$ 77.068,40(setenta e sete mil, sessenta e oito reais e quarenta centavos) no orçamento do exercício de 2021 para a seguinte programação de despesa:

15.00 – FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD

Projeto/Atividade n. 05.182.1015.2.044 – Manutenção Das Atividades da Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.1.64 – Transferências de Convênios – Outros Estado

Despesa: 102 - R\$ 50.000,00

15.00 – FUMDEC - FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL DE SD

Projeto/Atividade n. 05.182.1015.2.044 – Manutenção Das Atividades da Defesa Civil

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.1.42 – Outras Transferências e Constitucionais - União

Despesa: 102 - R\$ 27.068,40

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado o recurso do Excesso de Arrecadação das fontes de recurso 0.1.64 – transferências de Convênios – Outros Estado, MP nº 232/2020 e 0.1.42 – Outras Transferências e Constitucionais – União conforme portaria 368 e processo 59052.005221/2020-63.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser

Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 240 DE 23 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003640

DECRETO Nº 240, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Emergencial da Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 465/21, na data de 23 de abril de 2021, através do qual a servidora, solicitou exoneração do cargo de Agente Educativo, deste município;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Marlene Peruzzo Leal Aiolfi, do cargo ACT 40 horas do Decreto nº 077 de 17 de fevereiro de 2021 de (Agente Educativo), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 23 de abril de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 23 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

PORTARIA Nº 167 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003655

PORTARIA Nº 167 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal nº 463/21;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Heladio Walendorff	Vigia	28/06/18 a 11/08/19	30	03/05/21 a 01/06/21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável Setor Pessoal e Publicações

PORTARIA Nº 168 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003668

PORTARIA Nº 168 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimentos junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Ivete Peruzzo Thibes	Auxiliar de Serviços Gerais	23/04/19 a 22/04/20	15	17/05/21 a 31/05/21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável Setor Pessoal e Publicações

PORTARIA Nº 169 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003679

PORTARIA Nº 169 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimentos junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais (Programas)	16/04/19 a 15/04/20	05	10/05/21 a 14/05/21
Luana Ribeiro Ferreira	Monitor de Programas Sociais (Programas)	16/04/19 a 15/04/20	10	Abono Pecuniário

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério

Responsável Setor Pessoal e Publicações

PORTARIA Nº 170 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003699

PORTARIA Nº 170, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre Conversão integral da Licença- Prêmio em Pecúnia a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

- Considerando o disposto nos § 4º do art. 77 da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012, a pedido da servidora e a critério da Administração Municipal a licença prêmio poderá, ser convertida em pecúnia, nos termos da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o requerimento apresentado pela servidora em 01/04/2021, manifestando o interesse em transformar a licença-prêmio em pecúnia, nos termos estabelecidos na Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convertida integralmente em pecúnia a licença- prêmio, cujas condições legais tenham sido preenchidas de acordo com a Lei Complementar nº 0045, de 04 de abril de 2012, por opção da servidora, nos termos da Lei supracitada, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODOS AQUISITIVOS	QUANTIDADE DE LICENÇAS
Lidiane Menezes França	Professora Educação Infantil	1- 18/08/2014 a 18/08/2019	Uma (01) 30 Dias

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério

Responsável Setor Pessoal e Publicações

PORTARIA N° 171 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003709

PORTARIA N° 171, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre Conversão integral da Licença- Prêmio em Pecúnia ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

- Considerando o disposto nos § 4º do art. 77 da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012, a pedido da servidora e a critério da Administração Municipal a licença prêmio poderá, ser convertida em pecúnia, nos termos da Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o requerimento apresentado pelo servidor em 22/04/2021, manifestando o interesse em transformar a licença-prêmio em pecúnia, nos termos estabelecidos na Lei Complementar 0045 de 06/11/2012;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convertida integralmente em pecúnia a licença- prêmio, cujas condições legais tenham sido preenchidas de acordo com a Lei Complementar nº 0045, de 04 de abril de 2012, por opção da servidora, nos termos da Lei supracitada, conforme segue:

NOME	CARGO	PERÍODOS AQUISITIVOS	QUANTIDADE DE LICENÇAS
Paulo Jung	Assistente Financeiro	1- 22/12/2011 a 06/04/2017	Uma (01) 30 Dias

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável Setor Pessoal e Publicações

PORTARIA N° 172 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003802

PORTARIA N° 172 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0017, de 21 de dezembro de 2007; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e:

- Considerando requerimentos junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Debora Aparecida Araujo Lemes Prudente	Auxiliar de Serviços Gerais	08/01/19 a 07/01/20	20	03/05/21 a 22/05/21

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 27 de abril de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável Setor Pessoal e Publicações

São Francisco do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 014 PROCESSO SELETIVO 0022020

Publicação Nº 3003721

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014
DO PROCESSO SELETIVO 002/2020

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul considerando a necessidade de manutenção de serviços públicos essenciais convoca o(s) candidato(s) classificado(s) conforme necessidade para preenchimento de vagas do Processo Seletivo nº 002/2020, a se apresentar no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar de 28 de Abril de 2021, na Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, sito a Praça Dr. Getúlio Vargas – nº 01, Centro, no horário 08h30 às 13h30, munidos da documentação e exames conforme edital para contratação.

Sendo que, solicitamos que os candidatos convocados entre em contato pelo telefone (47) 3471-2242, para agendar o atendimento para o recebimento da documentação para contratação.

Função: PSICÓLOGO

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
5º	MARIA CLOTILDE ANDREOTTI ZINGALI	002	0,0

Função: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação	Nome	Inscrição	Pontuação
27º	LAÍS DA SILVA	033	1,5

São Francisco do Sul – SC, 27 de Abril de 2021.

Carlos Roberto Nunes

Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 3.609/2021

Publicação Nº 3003438

DECRETO Nº 3.609, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

CEDE COM DIREITO REAL DE USO IMÓVEL PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica cedido o bem imóvel do patrimônio da municipalidade, com endereço na Rua Caramuru, esquinas com a avenida Xingú (projetada), Rua Babitonga e Travessa sem denominação – Bairro Praia do Ervino, Município de São Francisco do Sul – SC, ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

§1º A área cedida é de 3.960,00 m2, com perímetro de 252,00 m, que está Georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciado ao meridiano central -51º, tendo como Datum o SIRGAS-2000, distâncias, rumos, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM;

§2º O imóvel é parte de uma área maior, identificada na transcrição nº 7.739, à fl. 279, do Livro 3-M do Cartório de Registro de Imóveis – 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco do Sul – Estado de Santa Catarina, conforme planta de loteamento aprovada "JARDIM NOÊMIA", conforme prancha P-01/01;

§3º A frente do terreno, sudoeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 63º00'42"NO, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, confrontando com a Avenida Caramuru;

§4º O lado direito do terreno, de quem da Avenida Caramuru olha o terreno, sudeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 26º59'18"SO, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Rua Babitonga;

§5º O lado esquerdo do terreno, de quem da Avenida Caramuru olha o terreno, noroeste, do vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, seguindo o rumo 26º59'18"NE, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 2, com as coordenadas X=739997.7060 e Y=7078165.8233, confrontando com o projeto da Avenida Xingú (projetada);

DECRETO Nº 3.609, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

§6º Os fundos do terreno, nordeste, do vértice 2, com as coordenadas X=739997.7060 e Y=7078165.8233, seguindo o rumo 63º59'42"SE, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Travessa Sem Denominação;

§7º O terreno de que trata o presente Decreto tem anexo o MEMORIAL DESCRITIVO para Termo de Cessão de Uso de Bem Público da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de São Francisco do Sul-SC e Levantamento Planimétrico, que fará parte desta.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de imóvel, de propriedade do Município de São Francisco do Sul, descrito e identificado nos parágrafos do artigo 1º deste Decreto, a título gratuito, com o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 7º Batalhão de Bombeiros Militar, 3ª Companhia de Bombeiros Militar, 2º Pelotão de Bombeiros Militar – 3º Grupo Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, departamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§1º O terreno de que trata a presente Decreto tem em anexo o MEMORIAL DESCRITIVO para Termo de Cessão de Uso de Bem Público da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de São Francisco do Sul-SC e Levantamento Planimétrico, que fará parte dela.

§2º O Termo de Cessão de Direito Real de Uso, de que trata este artigo, será formalizado por intermédio do Anexo Único, que passa a integrar a presente Lei.

Art. 3º A Cessão de Direito Real de Uso, de que trata a presente Decreto, tem como finalidade propiciar meios, para que esta instituição possa executar em ambiente adequado suas atividades e realizada em caráter irrevogável e para uso restrito da Cessionária.

Art. 4º O Termo de Cessão de Direito Real de Uso terá validade pelo prazo de até 35 (trinta e cinco) anos, a contar da data da sua assinatura e deverá ser prorrogado por iguais períodos, por intermédio de termos aditivos, caso seja mantida a finalidade da utilização do imóvel objeto da presente Cessão de Direito Real de Uso.

Parágrafo único. Na hipótese da obra de ampliação não ser iniciada no prazo de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Cessão de Direito Real de Uso, bem como a sua conclusão não se der no prazo de até 60 (sessenta) meses, por responsabilidade da Cessionária, a posse do imóvel supracitado será revertida imediatamente ao patrimônio público municipal.

DECRETO Nº 3.609, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

Art. 5º Em caso de dissolução ou extinção jurídica do Termo de Cessão, a posse do imóvel se reverterá automaticamente para o Município e as respectivas construções e/ou benfeitorias passarão a incorporar o Patrimônio Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de março de 2021.

São Francisco do Sul – SC, 19 de abril de 2021.
GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

Procuradoria-Geral do Município	Publicado em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---------------------------------	--

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 3.609, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

TERMO DE CESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

Termo de Cessão de Direito Real de Uso que entre si firmam o Município de São Francisco do Sul e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 7º Batalhão de Bombeiros Militar, 3ª Companhia de Bombeiros Militar, 2º Pelotão de Bombeiros Militar – 3º Grupo Bombeiros Militar de São Francisco do Sul I, Departamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Pelo presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso, e na melhor forma de direito, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.269/0001-06, doravante denominado CEDENTE, neste ato representado pelo seu Prefeito, o Sr. GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO, e Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 7º Batalhão de Bombeiros Militar, 3ª Companhia de Bombeiros Militar, 2º Pelotão de Bombeiros Militar – 3º Grupo Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, Departamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública - Santa Catarina, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O Objeto do presente Termo é a Cessão de Direito Real de Uso de bem imóvel público, a título gratuito, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, 7º Batalhão de Bombeiros Militar, 3ª Companhia de Bombeiros Militar, 2º Pelotão de Bombeiros Militar – 3º Grupo Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, Departamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública - Santa Catarina, da transcrição nº 7.739, à fl. 279, do Livro 3-M do Cartório de Registro de Imóveis – 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco do Sul – Estado de Santa Catarina, com a seguinte identificação feita pela Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de São Francisco do Sul - SC:

"Um terreno do patrimônio da municipalidade, com endereço na Rua Caramuru, esquinas com a avenida Xingú (projetada), Rua Babitonga e Travessa sem denominação – Bairro Praia do Ervino, Município de São Francisco do Sul – SC. A área é de 3.960,00 m2, com perímetro de 252,00 m, que está Georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciado ao meridiano central -51º, tendo como Datum o SIRGAS-2000, distâncias, rumos, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. O imóvel é parte de uma área maior, identificada na transcrição nº 7.739, à fl. 279, do Livro 3-M do Cartório de Registro de Imóveis – 1ª Circunscrição da Comarca de São Francisco

do Sul – Estado de Santa Catarina, conforme planta de loteamento aprovada “JARDIM NOÊMIA”, conforme prancha P-01/01. A frente do terreno, sudoeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 63°00’42”NO, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, confrontando com a Avenida Caramuru. O lado direito do terreno, de quem da Avenida Caramuru olha o terreno, sudeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 26°59’18”SO, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Rua Babitonga. O lado esquerdo do terreno, de quem da Avenida Caramuru olha o terreno, noroeste, do vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, seguindo o rumo 26°59’18”NE, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 2, com as coordenadas

X=739997.7060 e Y=7078165.8233, confrontando com o projeto da Avenida Xingú (projetada). Os fundos do terreno, nordeste, do vértice 2, com as coordenadas X=739997.7060 e Y=7078165.8233, seguindo o rumo 63°59’42”SE, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Travessa Sem Denominação."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO - A Cessão de Direito Real de Uso tem como finalidade propiciar meios para que esta instituição possa executar em ambiente adequado suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - O presente Termo de Cessão de Direito Real de Uso terá validade pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, a contar da data da assinatura do presente instrumento, devendo ser renovado, por iguais períodos, mediante a celebração de termos aditivos.

Parágrafo único. Na hipótese da construção não ser iniciada no prazo de 02 (dois) anos, contados a partir da assinatura deste instrumento, bem como a sua conclusão não se der no prazo de 05 (cinco) anos, a posse da área supracitada reverterá ao patrimônio público municipal.

CLÁUSULA QUARTA - Somente será permitido ao Município requerer judicialmente a reintegração da posse do imóvel se a Cessionária deixar de cumprir integralmente com suas finalidades estatutárias, ou no caso de inobservância dos prazos previstos no parágrafo primeiro da cláusula terceira do presente instrumento jurídico, e ainda pelo não atendimento ao interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO - Para dirimir qualquer dúvida oriunda deste instrumento jurídico, fica eleito o foro da Comarca de São Francisco do Sul - SC, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

São Francisco do Sul - SC, 19 de março de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO Prefeito Municipal	Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina
---	--

Testemunhas:

Nome: _____
CPF nº _____

Nome: _____
CPF nº _____

DECRETO Nº 3.609/2021 - ANEXO - MEMORIAL DESCRITIVO

Publicação Nº 3003439

MEMORIAL DESCRITIVO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO.

Imóvel:	URBANO		
Cedente:	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL.		
CNPJ:	n.º 83.102.269/0001-06.		
Endereço:	AVENIDA CARAMURU, ESQUINAS COM A AVENIDA XINGÚ (PROJETADA), RUA BABITONGA E TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO - BAIRRO PRAIA DO ERVINO, MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.		
DESCRIÇÃO DO LIMITE E CONFRONTAÇÕES DO TERRENO.			
Área (m2):	3.960,00 m2	Perímetro (m):	252,00 m

O perímetro descrito abaixo, esta Georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, referenciado ao meridiano central -51°, tendo como Datum o SIR-GAS-2000, distâncias, rumos, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

DESCRIÇÃO DA ÁREA: O imóvel é parte de uma área maior, identificada na transcrição n.º 7.739, à fl. 279, do Lº 3-M, conforme planta de loteamento aprovada "JARDIM NOÊMIA", situa-se na Avenida Caramuru, esquina com projeto da Avenida Xingú (Projetada), Rua Babitonga e Travessa Sem Denominação, Bairro Praia do Ervino, Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, com uma área total de 3.960,00 m², conforme prancha: P-01/01.

Frente do terreno, sudoeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 63°00'42"NO, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, confrontando com a Avenida Caramuru.

Lado direito do terreno, de quem da Avenida Caramuru, olha o terreno, sudeste, do vértice 0=OPP, com as coordenadas X=740029.2900 e Y=7078082.4060, seguindo o rumo 26°59'18"SO, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Rua Babitonga.

Lado esquerdo do terreno, de quem da Avenida Caramuru, olha o terreno, noroeste, do vértice 1, com as coordenadas X=739970.4775 e Y=7078112.3574, seguindo o rumo 26°59'18"NE, com uma distância de 60,00 metros até o vértice 2, com as coordenadas X=739997.7060 e Y=7078165.8233, confrontando com o projeto da Avenida Xingú (Projetada).

Fundos do Terreno, nordeste, do vértice 2, com as coordenadas X=739997.7060 e Y=7078165.8233, seguindo o rumo 63°00'42"SE, com uma distância de 66,00 metros até o vértice 3, com as coordenadas X=740056.5185 e Y=7078135.8719, confrontando com a Travessa Sem Denominação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
CNPJ: 83.102.269/0001-06
ASSINATURA DO CEDENTE

Município de São Francisco do Sul, 15 de Março de 2021.

LAUDA DISPENSA 04-2021 CENTRAL DE GUARDA

Publicação Nº 3003257

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

OBJETO: Contratação de empresa de serviço de movimentação e guarda de documentos, pelo período de 12 meses.

EXECUTOR: ARQ-CEN ARQUIVO CENTRAL – CENTRAL DE GUARA DOCUMENTOS LTDA ME

BASE LEGAL: Licitação dispensável com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

PREÇO: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) sendo R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, pelo período de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1000-1001-2001-33903905-10000

SÃO FRANCISCO DO SUL(SC), 26/04/2021
SIDNEI EUNÉZIO DE MIRA
Presidente da Mesa

P.P 029/2021

Publicação Nº 3003326

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 029/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 17.077 de 15 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 10:00h do dia 07 de maio de 2021, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de lâminas curva de patrôla para serem utilizadas nas motoniveladoras da frota municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1 As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar a proposta no site www.saofranciscodosul.atende.net/servicos, preenchendo todos os dados solicitados.

2.2 Local: Sala de Licitações, Praça Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.3 Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro imprerterivelmente até às 09:30h do dia 07 de maio de 2021.

2.4 ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:00h do dia 07de maio de 2021, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Lote Único, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. PRAZO e LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária	11001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2075 – Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	333903025 – Material para manutenção de bens móveis
Vínculo do Recurso	3000 – Recursos Ordinários

4. DOS ANEXOS

Anexos I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais; Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento; Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação; Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação; Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores; Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital; Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosulsc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, qualquer interessado poderá:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br, ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 3.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL PREGÃO Nº 029/2021_
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL PREGÃO Nº 029/2021
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ**

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato e endereço eletrônico (e-mail);

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência;

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.8. Apresentar laudo de ensaio de resistência a compressão diametral e de absorção de águas pluviais (ensaio dos três cutelos) conforme NBR 8890 da ABNT, expedido por um laboratório e assinado por um profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da licitante/fornecedor, somente serão aceitos laudos emitidos até 60 (sessenta) dias anteriores a data do certame.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, respeitando-se o valor orçado.

12.6. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, por item proposto, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

12.7 O pregoeiro convocará a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

12.8 A convocação será feita mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do item 12.7.

12.9. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 12.7

12.10. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o item 12.6, seja(m) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação de preço(s).

12.11. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.12. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.13. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.14. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.15. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.16. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta

a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTO

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope N° 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.1.2 RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo VI, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014;
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011;
- g) Declaração de não existência de trabalhadores menores (modelo constante do Anexo VII, deste edital).

14.1.3 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices

oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} - \text{Passivo Circulante} - \text{Passivo Não Circulante}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) Alvará de localização e funcionamento da empresa.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da administração somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que

pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subseq-ente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro(a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados a autoridade superior, para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo X, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

23.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

23.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

23.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

23.4.3. Indenizações e multas.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

24.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

24.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

24.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 27 de abril de 2021.

Salvador Luiz Gomes
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

1. OBJETO

Aquisição de 140 lâminas curva $\frac{3}{4}$ 13 furos, furação 5/8, aço boro para utilidades nas motoniveladoras para manutenção dos maquinários da frota pesada do Município de São Francisco do Sul.

OBJETIVO / FINALIDADE

Faz-se necessária a aquisição de lâminas para uso nas motoniveladoras, para dar continuidade aos serviços públicos realizando a manutenção dos maquinários da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Diretoria dos Balneários e Gerências.

2. JUSTIFICATIVA

Devido alta utilização dos equipamentos nas manutenções das vias de nosso município, as necessidades constantes dessas lâminas, supri as demandas de serviços nos trabalhos contínuos que são de grande necessidade, demandas pelas constantes trocas devido ao alto uso destes equipamentos no dia a dia, assim podemos efetuar serviços de qualidade e mantendo nossas vias conservadas. Estes materiais terão sua entrega imediata e serão utilizados para a manutenção do maquinário desta secretaria e demais gerências relacionadas.

3. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários dos itens estimados para aquisição pretendida deverão obedecer a planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência – Item 5 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO. Tendo como base a média obtida em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa vencedora.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto a ser adquirido deverá guardar perfeita compatibilização com as especificações, quantidades e condições constantes no Edital do Pregão, sendo:

Item	Especificações	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Lâmina curva $\frac{3}{4}$ 13 furos, furação 5/8, aço boro.	140		
VALOR TOTAL				

5. LOCAIS PARA ENTREGA

Secretaria Municipal de Obras e Serviços, localizado na Rua: Don Fernando Trejo Y Sanabria – Acaraí, São Francisco do Sul.

6. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Conforme descrito na requisição 018/2021 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

7. FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida por meio de um servidor designado. A fiscalização se reserva ao direito de recusar os serviços/materiais entregues, caso estes não atendam as especificações estabelecidas.

8. FORMA E PRAZO DE ENTREGA

A entrega do material deverá ser feita em uma única vez no local relacionados no item 5 deste termo, em até 30 dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de compra.

9. AMOSTRAS

A empresa vencedora deverá apresentar na Secretaria de Obras – Bairro: Acaraí, São Francisco do Sul, amostras dos itens, num prazo de 05 dias úteis após o certame, sendo 01 amostra do item, com devida identificação numérica, para análise e aprovação da Secretaria de Obras. As amostras serão deduzidas das quantidades do total descontado no caso de aprovação.

10. PAGAMENTO

O pagamento dos materiais será realizado em até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal, conforme a entrega do material ao qual deverá ser entregue no Setor Administrativo da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

11. PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O período da execução e sua vigência será imediata, após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Compra.

Salvador Luiz Gomes

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº. e Inscrição Estadual sob nº , representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a) , portador(a) da Cédula de Identidade RG nº , e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a) , portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº , a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX Cidade, Estado, em de de ____

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul A/C. Pregoeiro Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 029/2021

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021, cujo objeto é a aquisição de lâminas curva de patola para serem utilizadas nas motoniveladoras da frota municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I parte integrante deste Edital, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em de de ____

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA**

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul A/C. Pregoeiro(a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 029/2021

Prezados Senhores,

, portador do RG , abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, , CNPJ , DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em de de ____

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul A/C. Pregoeiro Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 029/2021

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 029/2021 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de ,
Estado , na Rua/Av
(endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho,
ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo
na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em de de _.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 029/2021

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitação.adm@sao franciscodosul.sc.gov.br, ou pregoeiro@sao franciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social:

C.N.P.J. nº

Endereço:

E-mail:

Cidade: Estado:

Telefone: Fax:

Pessoa para contato:

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: , de de .

Assinatura

ANEXO VII MINUTA DE CONTRATO PREGÃO Nº 029/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul , sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas,
nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Godofredo Gomes Mo-
reira Filho, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/
SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito
no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx

– xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2020, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de lâminas curva de patrôla para serem utilizadas nas motoniveladoras da frota municipal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Item	Especificações	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
1	Lâmina curva ¾ 13 furos, furação 5/8, aço boro.	140		
VALOR TOTAL				

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura do mesmo, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e entrega em 30 (trinta) dias

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	11001 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto Atividade	2075 – Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	333903025 – Material para manutenção de bens móveis
Vínculo do Recurso	3000 – Recursos Ordinários

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

h) Outras obrigações previstas no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1-
2-**P.P 030/2021**

Publicação Nº 3003332

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
LICITAÇÃO Nº 030/2021**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 17.077 de 15 de janeiro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 11h do dia 07 de maio de 2021 na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), NOS TERMOS DO ART. 3º E ART. 18 E DA LEI COMPLEMENTAR 123/06 E LEI COMPLEMENTAR 147/14.

1.1 – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais diversos para pequenos reparos - manutenção predial, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.2. As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar proposta no site <https://saofranciscodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1/load/1>, bem como cadastrar a marca no site, preenchendo todos os dados solicitados.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 10:30h do dia 07 de maio de 2021.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 11h do dia 07 de maio de 2021, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	232
Órgão:	7 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Unidade:	1 - Coordenadoria de Administração
Ação:	2020 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Administração e execução de ações de apoio as demais Secretarias.
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail: licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, pregoeiro@saofranciscodosul.sc.gov.br; devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2

deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Apresentar declaração de não parentesco, conforme Anexo IV do Edital

8.4.4. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.4, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 030/2021
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 030/2021
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.5 Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.6 Número da Proposta e senha cadastrada no link <https://saofranciscodosul.atende.net/#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1/load/1>

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos materiais e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros - CEIS e CNJ -, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada

sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

14.1.1.RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias, juntamente com a certidão expedida pelo sistema e-proc

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD.

b.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.4. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

13.10.2 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

13.10.3 As empresas deverão cumprir com o disposto nos arts 31 da Lei 8.666/93 e 176, §4º, da Lei 6.404/76 e no item 3.17, ☐f☐ da NBC TG 1000, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (conforme Recomendação do TCE/SC nos autos do processo @REP 20/00067110).

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de materiais em características, quantidades mínimas fornecidas e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia

autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

- a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, a Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

- I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;
- II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;
- III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;
- V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos materiais será realizado em duas parcelas em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, condicionados a comprovação de entrega dos materiais, a qual deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco (multiuso);

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.4. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.5. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.5. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a

ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.6. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 27 de abril de 2021.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de materiais diversos para pequenos reparos - manutenção predial.

2. FINALIDADE

Aquisição de materiais diversos para manutenção predial na Sede desta Prefeitura, no Coreto da Praça Dr. Getúlio Vargas, Sede Multiuso e Setor de Patrimônio, para 12 meses.

3. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos materiais será necessária para a realização de pequenos reparos e manutenções preventivas para garantir a segurança e o conforto dos servidores e do público em atendimento na Sede da Prefeitura, no Coreto da Praça Dr. Getúlio Vargas, Sede Multiuso e Setor de Patrimônio, que vem sofrendo desgastes de uso e intempéries nas instalações hidráulicas, portas, janelas, telhados e paredes.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Item	Especificações - LOTE 01 - 339030-24	Quantidade (unid)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assento sanitário branco simples	25		
2	Adesivo de silicone incolor peso líquido 280 gramas	5		
3	Cadeado standard 45 mm latão	10		
4	Cano de agua 20 mm, barra de 6 metros	5		
5	Cano de agua 50 mm, barra de 6 metros	5		
6	Joelho soldável 20 mm 90º	10		
7	Joelho soldável 50 mm 90º	10		
8	Curva soldável 20 mm 90º	10		
9	Curva soldável 50 mm 90º	10		
10	Adesivo plástico para PVC frasco com 175 gramas	5		
11	Engate flexível PVC 40 cm	20		
12	Fechadura com tambor inox externa	20		
13	Fechadura com tambor inox interna	20		
14	Fechadura para banheiro em inox	10		
15	Fita veda rosca 18 mm x 50 metros	5		
16	Porta interna maciça 0,60 x 2,00 metros	10		
17	Ralo em aço, cromado com tampa com caixilho 150 mm	1		

18	Registro 1/2 soldável em PVC	2		
19	Sifão sanfonado universal branco	15		
20	Porta cadeado 4.1/2 zincado	10		
21	Torneira giratória branca para cozinha	5		
22	Torneira metal para lavatório de banheiro com fechamento automático pressão	4		
23	Torneira plástica branca para tanque de 1/2 com 10 cm	10		
TOTAL LOTE 01				
Item	Especificações - LOTE 02 - 339030-24	Quantidade (unid)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	Tinta Acrílica para Piso Concreto Apresentação: Lata de 18 litros .Cor de Referência: Concreto fosco Suvinil. Apresentação: De 1ª linha, à base de resina acrílica, Rendimento de 200 a 380 m² /demão, uso interno e externo. Validade igual ou superior a 02 anos, sendo que o produto deve ser entregue com no mínimo 18 meses até sua validade. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber	3		
25	Tinta ACRÍLICA - na cor Branca, Lata de 18 litros, Características: A base d'água, para utilização em alvenaria (interno e externo), madeira, metais, entre outros. Anti fungos. Deve constar na lata a data de fabricação, lote e cor. Validade igual ou superior a 02 anos, sendo que o produto deve ser entregue com no mínimo 18 meses até sua validade. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber	5		
26	TINTA FOSCA - NA COR Branca, lata de 18 litros, Características: A base d'água, para utilização em alvenaria (interno e externo), madeira, metais, entre outros. Anti fungos. Deve constar na lata a data de fabricação, lote e cor. Validade igual ou superior a 02 anos, sendo que o produto deve ser entregue com no mínimo 18 meses até sua validade. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.	20		
27	Verniz brilhante incolor;; composição: resina alquídica, secantes, solventes alifáticos com pequena fração de aromáticos; informações toxicológicas: baixa toxicidade; propriedades físico-químicas - viscosidade: 55 - 65 uk; brilho (@60°): não aplicável; peso específico: 0,880 - 0,920 g/cm³; sólidos/volume: 39,7 - 43,7%; voc (compostos orgânicos voláteis): 520,64 g/l; sólidos/peso: 42,2 - 46,2%; ponto de fulgor: 37 °c. Embalagem: galão de 3,6 L.	5		
28	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - Galão (3,6 litros), na cor cinza, a base de solvente, para utilização em madeira, metais, entre outros. Antifungos, deve constar na lata a data de fabricação, lote e cor. Lata intacta, livre de amassos, inchaços e sujidades. Validade igual ou superior a 02 anos, sendo que o produto deve ser entregue com no mínimo 18 meses até sua validade. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que coube	20		
29	SOLVENTE - Galão de 5 litros com composição hidrocarboneto alifático que possui ampla curava de destilação, média evaporação, densidade a 20/4°C: 0,77 – 0,800, índice de refração 1,430 – 1,442, odor aparência: característicos límpido, taxa de evaporação 11,5 – 12,5, faixa de destilação 760mmhg: 153 – 216 °C, ponto de fugAR: 16 – 18 °C	10		
30	Bandeja plástica para pintura medindo 36x28 cm na cor preta com frisos na parte interna que direcionam o excesso de tinta para as laterais proporcionando o seu reaproveitamento sem desperdícios.	10		
31	Pincel 4 Polegadas	15		
32	Pincel 2 Polegadas	15		
33	Pincel 1 Polegadas	15		
34	Rolo de espuma poliéster, com suporte aramado e cabo plástico, resistente a solvente com 15 cm	15		
35	Rolo de espuma poliéster, com suporte aramado e cabo plástico, resistente a solvente com 9 cm.	15		
36	Rolo de espuma poliéster, com suporte aramado e cabo plástico, resistente a solvente com 5 cm.	15		

37	Lixa para ferro, grão 150, material costado de pano adesivo, grãos abrasivos e óxido de alumínio, dimensão 225x275mm.	50		
38	Lixa para ferro, grão 120, material costado de pano adesivo, grãos abrasivos e óxido de alumínio, dimensão 225x275mm.	50		
39	Lixa para ferro, grão 100, material costado de pano adesivo, grãos abrasivos e óxido de alumínio, dimensão 225x275mm.	50		
40	Gesso em pó branco secagem rápida pacote 1 Kg	15		
41	Espátula de plástico com cabo lisa 10 cm	3		
42	Espátula de plástico sem cabo lisa 13 cm	3		
TOTAL LOTE 02				
Item	Especificações - LOTE 03 - 339030-26	Quantidade (unid)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lâmpadas LED tubular T8 20W 120CM/6500K bivolt, branca.	50		
2	Lâmpadas Led Tubular T8 60 Cm 9 W 2 X 20 Branco	25		
3	Lâmpada bulbo LED 16W A60, bivolt, E27, branca.	300		
4	Extensão elétrica, filtro de linha com 6 tomadas padrão, bivolt, fusível de proteção, tecla liga/desliga, comprimento do cabo 120cm.	20		
5	Adaptador para tomada tripolar reverso 2p+t (padrão novo) para saída 2p+t chato (padrão antigo), 20A, 250V.	25		
6	Tomada de embutir, 2p+t simples, 10A, 250V, com espelho/placa 4x2", branca.	30		
7	Interruptor de embutir, 1 tecla simples, 10A, 250V, com espelho/placa 4x2", branca.	10		
8	Interruptor de embutir, 2 teclas simples, 10A, 250V, com espelho/placa 4x2", branca.	5		
9	Fita isolante antichama, 20 metros, 19mm largura, espessura 0,125mm.	30		
10	Plafon sobrepor, com soquete de porcelana, E-27, para 01 lâmpada, potência máxima 60W, branco.	50		
11	Spot super LED direcionável, lâmpada dicróica, 5W, gesso e sanca, redondo, branco.	20		
12	Disjuntor unipolar de 25A, norma DIN, curva C, 220V, branco, caixa com 12 unidades.	1		
13	Disjuntor unipolar de 16A, norma DIN, curva C, 220V, branco, caixa com 12 unidades.	1		
14	Disjuntor unipolar de 20A, norma DIN, curva C, 220V, branco, caixa com 12 unidades	1		
15	Disjuntor unipolar de 32A, norma DIN, curva C, 220V, branco, caixa com 12 unidades.	2		
16	Cabo fio flexível 1,5mm, 750V, amarelo, rolo com 100 metros.	4		
17	Cabo fio flexível 1,5mm, 750V, azul, rolo com 100 metros.	4		
18	Cabo fio flexível 2,5mm, 750V, preto, rolo com 100 metros.	3		
19	Cabo fio flexível 2,5mm, 750V, vermelho, rolo com 100 metros.	3		
20	Cabo fio flexível 2,5mm, 750V, branco, rolo com 100 metros	5		
21	Cabo fio flexível 2,5mm, 750V, azul, rolo com 100 metros.	5		
22	Cabo PP 2x2,5mm, Branco, rolo com 25 metros	4		
23	Disjuntor trifásico em caixa moldada 125A, branco.	2		
24	Disjuntor tripolar de 32A, norma DIN, curva C 220V, 3KA, branco, caixa com 4 unidades	1		
25	Disjuntor tripolar de 40A, norma DIN, curva C 220V, 3KA, branco, caixa com 4 unidades	2		
26	Disjuntor tripolar de 80A, norma DIN, curva C 220V, 3KA, branco, caixa com 4 unidades.	1		
TOTAL LOTE 03				
Item	Especificações - LOTE 04 - 339030-26	Quantidade (unid)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Lâmpadas LED tubular T8 20W 120CM/6500K bivolt, branca.	10		
2	Lâmpada bulbo LED 16W A60, bivolt, E27, branca.	30		
3	Tomada dupla para eletroduto 1/2 polegada	20		

4	Condutete de PVC 3/4 com tomada simples	10		
5	Condutete de PVC 1/2 com tomada simples	10		
6	Eletroduto PVC 3/4, barra com 3 metros cinza	6		
7	Eletroduto PVC 1/2, barra com 3 metros cinza	6		
8	Abraçadeira PVC 1/2 com parafuso e bucha Nº 8	20		
9	Abraçadeira PVC 3/4 com parafuso e bucha Nº 8	20		
TOTAL LOTE 04				
	TOTAL LOTE 01			
	TOTAL LOTE 02			
	TOTAL LOTE 03			
	TOTAL LOTE 04			
	TOTAL DOS LOTES			

5. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será parcelado, em até 20 dias após entrega dos materiais com nota fiscal devidamente assinado pelo funcionário responsável.

6. PRAZO DE ENTREGA: Até 24 horas após solicitado do Setor de Compras da Prefeitura.

7. FORMA DE ENTREGA: Será gradativamente pelo período de 12 meses.

8. LOCAL DE ENTREGA: Todos os itens deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul na Praça Dr. Getúlio Vargas, 01, Centro, Sede Multiuso situado a Rua Barão do Rio Branco Nº 217 - Centro e Sede de Patrimônio situado na Rua Joinville Nº 286, Rocio Grande.

9. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O Prazo de execução e vigência será para o período de 12 meses após assinatura do contrato e emissão da ordem de compras.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2021.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 030/2021

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021, cujo objeto é a Aquisição de materiais diversos para pequenos reparos – manutenção predial, nas quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2021

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 030/2021

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2021

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial

Edital de Pregão Presencial nº 030/2021

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 030/2021 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2021

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 030/2021

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2021

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO Nº 030/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal –xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2018, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O Objeto da presente licitação e a aquisição de materiais diversos para pequenos reparos – manutenção predial, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 60 (sessenta) dias a partir da data de assinatura do mesmo, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, e entrega em 30 (trinta) dias

1. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

1.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ().

1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Recursos Utilizados	
Código Reduzido:	232
Órgão:	7 - Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas
Unidade:	1 - Coordenadoria de Administração
Ação:	2020 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Administração e execução de ações de apoio as demais Secretarias.
Vínculo:	1000000 - Recursos ordinários
Subelemento:	3339030240000000000 - Material para manutenção bens imóveis

2.1.

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, na classificação abaixo:

3. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

3.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

3.2. O pagamento somente será efetuado após o ☐atesto☐, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

3.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

3.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

4. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

4.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

4.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

5. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

6. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;

b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Efetuar a entrega em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

h) Outras obrigações previstas no Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

8. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

11.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

13.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

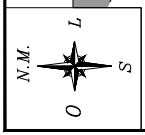
Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1-

2-

Publicação Nº 3003442



São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL Nº 198/2021

Publicação Nº 3004217

DECRETO Nº 198, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Retifica o artigo 2º do Decreto nº 204/2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 2º Fica retificado o artigo 2º do Decreto nº 208/2020, que retificou o Decreto Funcional nº 513/2013 que concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, à servidora EMILIA DE ABREU, matrícula nº 2252, nos seguintes termos:

"Art. 1º Aposentar por Idade, em caráter proporcional, nos termos do artigo 40, §1º, Inciso III, "b" da Constituição Federal e do artigo 23 da Lei Municipal 2.341/2000, a servidora EMILIA DE ABREU, detentora da matrícula funcional nº 2252, inscrita no CPF nº 613.469.269-72 e no PASEP 10266805261, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 hs, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 35,86% (trinta e cinco virgula oitenta e seis por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) que será paga mensalmente pelo IPRESJB."

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 01/03/2013, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 27 de abril de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/FUBE/2021

Publicação Nº 3003200

Extrato do Contrato nº 005/FUBE/2021

Contratante: Fundação Batistense de Esportes (FUBE), inscrita no CNPJ n.º 07.825.719/0001-00;

Contratada: Lucca Comunicação Visual e Estruturas Eireli, inscrita no CNPJ n.º 34.322.991/0001-44;

Processo Licitatório 002/FUBE/2021 – Pregão Eletrônico nº 002/FUBE/2021;

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DO TELHADO DO GINÁSIO NILO BOOZ;

Dotação orçamentária: (2) 4.4.90.51.07.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 27/04/2021; Vigência contratual: 31/12/2021.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/SISAM/2018

Publicação Nº 3004119

Extrato do quinto termo aditivo ao Contrato nº 004/SISAM/2018

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista (SISAM), inscrito no CNPJ nº 07.585.406/0001-22;

Contratada: Reciclagem NMJW LTDA ME, inscrita no CNPJ nº. 07.291.761/0001-99;

Processo Licitatório 046/SISAM/2017 – Pregão Presencial 030/SISAM/2017;

Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, com início em 04/05/2021 e término em 03/07/2021;

Dotação orçamentária 2021: (13) 3.3.90.39.28.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 27/04/2021.

LEI MUNICIPAL Nº 4043/2021

Publicação Nº 3004230

Lei Municipal 4.043, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Institui o Programa Municipal de Recuperação Fiscal (REFIS) para o ano de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação Fiscal (REFIS) para os créditos tributários relativos a Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto Sobre Serviços - ISS, Imposto Sobre Serviços Homologado (fixo) - ISSHM, Imposto Sobre Serviços - livro eletrônico - ISSLE, Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Auto de Infração - AINF, Taxa de Licenciamento de Obras - LICOB, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento - TLF, Taxa de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, Taxa de Cobrança do

Lixo - LIXO, Taxas e Tarifas pela prestação dos serviços de fornecimento de água do SISAM, Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - TVS, Receitas Diversas - RECDV e Receitas de Dívida Ativa Não Tributária - RDANT, inscritos em dívida ativa até 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de conceder anistia para multas e juros correspondentes, desde que sejam pagos integralmente, nas seguintes condições:

I – Pagamento em parcela única para o crédito tributário que, contabilizada a anistia total de juros e multa, perfaça o valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a ser pago no primeiro dia útil subsequente à concessão do benefício; ou

II – Pagamento em até três parcelas, mensais e sucessivas, de igual valor, para o crédito tributário que, contabilizada a anistia total de juros e multa, supere o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), devendo a primeira parcela ser paga até o primeiro dia útil subsequente à concessão do benefício.

Parágrafo único. O prazo limite para requerimento dos benefícios de que trata esta Lei será até a data de 30 de julho de 2021.

Art. 2º Os benefícios desta Lei se aplicam também aos créditos que sejam objeto de execução fiscal em curso, neste caso devendo ser pagas independentemente e integralmente as despesas judiciais.

Art. 3º O pedido de parcelamento ou pagamento em parcela única impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Art. 4º A formalização do pedido de parcelamento ou pagamento em parcela única implica na desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos, de forma antecipada.

§1º Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no artigo 922 do Código de Processo Civil.

§2º No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Art. 5º O pagamento a que se refere esta lei poderá ser realizado diretamente na repartição ou em transação judicial, em qualquer caso ficando estabelecida a opção do contribuinte pela anistia total ou parcial e o número de parcelas com as respectivas datas de vencimento, sendo que o pagamento em juízo deverá ser comunicado pelo contribuinte à repartição competente e o pagamento na repartição será por aquele informado em eventual processo.

Art. 6º O não pagamento de qualquer das parcelas por mais de trinta dias do vencimento estabelecido implicará a imediata e automática perda do direito à anistia e ao parcelamento, tornando o inadimplente à situação anterior em relação àquele débito, descontados eventuais pagamentos e vedada nova concessão do benefício desta lei.

Parágrafo único. O pagamento da parcela fora do prazo legal implicará cobrança de juros de 0,033%, por dia de atraso sobre o valor da parcela devida e não paga, acrescida de multa moratória de 2%.

Art. 7º O disposto nesta lei não se aplica aos créditos tributários lançados de ofício decorrentes de infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, ou de isenção e imunidade concedidas ou reconhecidas em processo eivados de vícios.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista - SC, 27 de abril de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENUNCIA DE RECEITA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021
1. Superavit Financeiro Exercício Anterior	6.370.403,87	4.500.000,00	4.850.000,00
2. Receita Prevista	158.412.000,00	146.388.000,00	155.285.000,00
3. Disponibilidade Financeira	164.782.403,87	150.888.000,00	160.135.000,00
4. Isenção de Multas e Juros de D.A.	850.000,00	0,00	0,00
5. Impacto Orçamentário (4 / 2)	0,0054	Prejudicado	Prejudicado
8. Impacto Financeiro (4 / 3)	0,0052	Prejudicado	Prejudicado

2. PREMISSAS E METODOLOGIA DE CALCULO

O Município de São João Batista, tem um estoque da Dívida Ativa de R\$ 18.324.454,76 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e seis centavos) no final do mês de março de 2021, sendo R\$ 9.422.281,55 de IPTU. O valor previsto com a arrecadação no exercício de 2021 de dívida ativa incluindo multas e juros somam R\$ 1.001.000,00 (um milhão, e um mil reais) sendo R\$ 823.000,00 de IPTU. Temos uma previsão de arrecadação com a aprovação desta lei que incentiva os nossos devedores a quitarem seus débitos junto ao setor de tributos na ordem de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), ou seja este valor será arrecadado a mais do que o previsto com dívida ativa e multas e juros de dívida ativa.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Valor de Dívida Ativa Prevista	R\$	788.000,00
Valor de Multas e Juros de D.A. Prevista	R\$	213.000,00
Previsão de Arrecadação em 2021	R\$	1.001.000,00
Previsão de Arrecadação (REFIS)	R\$	850.000,00

Previsão de arrecadação	R\$	1.851.000,00
-------------------------	-----	--------------

4. DEMONSTRATIVO QUE A RENUNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA LOA E QUE PORTANTO NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NA LDO.

Conforme o demonstrado nesta Estimativa de Impacto Orçamentário Financeiro e em obediência ao artigo 14 inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal podemos afirmar que a anistia e parcelamento de crédito tributário não implicará em redução das metas pretendidas ao longo dos exercícios financeiros na qual exige a comprovação da compensação da expansão da despesa obrigatória de caráter continuado que é para o exercício atual e os dois próximos. A Lei Orçamentária de 2021 prevê em seu anexo 2 – Demonstrativo da Receita Segundo a Categoria Econômica, Dedução de Receita de natureza tributária, destinadas a incentivo de pagamento de dívida ativa. Este incentivo se dará por autorização legislativa específica.

PEDRO ALFREDO RAMOS
Prefeito Municipal

CARLA PEIXER
Secretária Municipal de Finanças

LEI MUNICIPAL N° 4044/2021

Publicação N° 3004236

Lei Municipal 4.044, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Altera até o dia 31 de dezembro de 2021 os percentuais da margem consignável prevista no parágrafo único, do art. 2º, da Lei Municipal n. 3835, de 12 de novembro de 2018.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Até 31 de dezembro de 2021, o percentual máximo de consignação nas hipóteses previstas no art. 2º, da Lei Municipal n. 3835/2018, será de 40% (quarenta por cento), dos quais 5% (cinco por cento) serão destinados exclusivamente para:

I - amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou

II - utilização com finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Art. 2º Após 31 de dezembro de 2021, na hipótese das consignações contratadas nos termos e no prazo previstos no art. 1º desta Lei ultrapassarem, isoladamente ou combinadas com outras consignações anteriores, os limites previstos no art. 2º, da Lei Municipal n. 3835/2018, será observado o seguinte:

I - ficarão mantidos os percentuais de desconto previstos no art. 1º desta Lei para as operações já contratadas;

II - ficará vedada a contratação de novas obrigações que impliquem no aumento dos percentuais previstos no art. 2º, da Lei Municipal n. 3835/2018.

Art. 3º Aplica-se no que for cabível a Lei Federal n. 14.131, de 30 de março de 2021.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista - SC, 27 de abril de 2021.

Pedro Alfredo Ramos
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 313/2021

Publicação N° 3003598

PORTARIA N° 313/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o Processo Administrativo nº 1350/2021 e considerando ainda o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MICHELE APARECIDA DA SILVA PRESTES, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 05/04/2021 a 05/04/2022, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 314/2021

Publicação Nº 3003600

PORTARIA Nº 314/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o Processo Administrativo nº 1350/2021 e considerando ainda o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário KETLEY CRISTINA BATTISTI ARCHER DE SOUZA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 05/04/2021 a 05/04/2022, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa Secretária Municipal de Administração
--

PORTARIA Nº 315/2021

Publicação Nº 3003601

PORTARIA Nº 315/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o Processo Administrativo nº 1350/2021 e considerando ainda o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ADALBERTO SOARES, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 05/04/2021 a 05/04/2022, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa Secretária Municipal de Administração
--

PORTARIA Nº 316/2021

Publicação Nº 3004143

PORTARIA Nº 316/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário JANAINA TROMBELLI, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – PROFESSORA II, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para atender os alunos J.V.P.G, portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA), S.V de S.S, portador de Encefalopatia Crônica e K.R da C., portador de Dislexia Grave, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa Secretária Municipal de Administração
--

PORTARIA Nº 317/2021

Publicação Nº 3004146

PORTARIA Nº 317/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALEXIA IEVENA PIVA SCALVIN, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – PROFESSORA II, 20 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para atender o aluno J.V.B, portador do Transtorno de Processamento Auditivo e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDHA), pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 318/2021

Publicação Nº 3004156

PORTARIA Nº 318/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ALEXIA IEVENA PIVA SCALVIN, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – 1º/5º, 20 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 319/2021

Publicação Nº 3004157

PORTARIA Nº 319/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CARLA DA CUNHA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – 1º/5º, 20 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 320/2021

Publicação Nº 3004165

PORTARIA Nº 320/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário CARLA DA CUNHA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL I – PROFESSORA II, 20 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para atender os alunos J. P. de M. B., portador do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e E.N., portador do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDHA), pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 321/2021

Publicação Nº 3004169

PORTARIA Nº 321/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário ALEXSSANDRO DEMETRIUS VILLANOVA, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II – INGLÊS, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 322/2021

Publicação Nº 3004182

PORTARIA Nº 322/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário RAFAELA ROSA OZOTE, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I – PROFESSORA II, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para atender os alunos J. D. dos S. e G.C.M., ambos portadores de Microcefalia, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 323/2021

Publicação N° 3004185

PORTARIA N° 323/2021

ACT

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário ÉRICK DA SILVA KATSCHI, para prestar serviços de excepcional interesse público na função de SECRETÁRIO ESCOLAR, 40 horas semanais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 17/02/2021 a 15/12/2021, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 27 de abril de 2021

Rosane Sartori Rosa
Secretária Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 39/PMSJB/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 7/PMSJB/2021

Publicação N° 3003503

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 39/PMSJB/2021 - TOMADA DE PREÇOS N.º 7/PMSJB/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ n.º 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Jean Kayser, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 39/PMSJB/2021 - Tomada de Preços nº 7/PMSJB/2021, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para reconstrução da cobertura do Centro de Eventos, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, ART e demais documentos complementares, parte integrante do edital do tipo "menor preço global"; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 14/05/2021. Abertura dos envelopes: 9h do dia 14/05/2021. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitação, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 (ramal 206) ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 27 de abril de 2021.

Jean Kayser
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

PROCESSO LICITATÓRIO N° 013/FMS/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 012/FMS/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 3003060

Processo Licitatório nº 013/FMS/2021 - Pregão Eletrônico 012/FMS/2021 – Sistema de Registro de Preços
Licitação exclusiva para microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 013/FMS/2021 - Pregão Eletrônico 012/FMS/2021, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual contratação futura de empresa especializada para prestação de serviço de confecção de moveis sob medida para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 24/05/2021; Início da sessão: dia 24/05/2021, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita02@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 27 de abril de 2021.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/PMSJB/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 026/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3003254

Processo Licitatório nº 038/PMSJB/2021 - Pregão Eletrônico 026/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços

Licitação de ampla concorrência com reserva de cota de 25% para ME, EPP e MEI e itens exclusivos para ME, EPP e MEI.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 38/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 26/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de areia, brita, brita graduada, pó de brita, rachão e pedra detonada, destinado a administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 11/05/2021; Início da sessão: dia 11/05/2021, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 27 de fevereiro de 2020.

Augusto Correia Junior
Pregoeiro Municipal

DECRETO Nº 4192/2021

Publicação Nº 3003302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4192/21

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 699.971,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.043 - Manut do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 300.000,00

10.301.0004.1.045 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 399.971,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação ref. emendas parlamentares.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PEDRO ALFREDO RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4192/21

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 699.971,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 300.000,00

10.301.0004.1.045 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 399.971,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação ref. emendas parlamentares.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PEDRO ALFREDO RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 4192/21

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 699.971,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 300.000,00

10.301.0004.1.045 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 399.971,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação ref. emendas parlamentares.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PEDRO ALFREDO RAMOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em

Assessoria de Comunicação

DECRETO N° 4193/2021

Publicação N° 3004222

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4193/21

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 112.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

06.181.0006.2.069 - Manutenção da Polícia Civil

4.4.90.00.00.00.00.00.0320 - Aplicações Diretas

Valor - 112.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do SUPERÁVIT FINANCEIRO FONTE SSP.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 23 de Abril de 2021**PEDRO ALFREDO RAMOS****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 23/04/2021

Assessoria de Comunicação

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 04/2021**

Publicação N° 3003996

Resolução N° 04/2021

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR GUSTAVO GRIMM.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º . Fica concedido ao Vereador Gustavo Grimm, licença por 30 (trinta) dias, a partir do dia 01 de Maio de 2021 até 30 de Maio de 2021, para tratar sem remuneração, de interesse particular, nos termos do que estabelece o artigo 21, Inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de Abril de 2021.

Edésio Pedrinho Tomasi

Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 02.2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02.2021 PE 01.2021

Publicação Nº 3004434

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

PARTES: Fundo Municipal de Assistência Social e Mercado Halmenschlager LTDA

ORIGEM: Pregão Eletrônico 01/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de consumo como lanches e material de higiene e limpeza para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SCFV e FEAS custeio".

Valor: R\$ 9.518,15

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

PARTES: Fundo Municipal de Assistência Social e A.E.M. Oeste Comercial LTDA ME

ORIGEM: Pregão Eletrônico 01/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de consumo como lanches e material de higiene e limpeza para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SCFV e FEAS custeio".

Valor: R\$ 10.492,40

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 38.2021 E ATA 32.2021 PP 23.2021

Publicação Nº 3004569

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 22.294,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Telecopy Equipamentos LTDA EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 66.500,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e JP Equipamentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 52.350,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Ecos Tecnologia da Informação LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 24.450,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria, Comércio e Serviços

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 18.810,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Premier Comercio LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de diversos materiais de papelaria e expediente, para as secretarias municipais de São João do Oeste".

Valor: R\$ 39.750,00

Prazo: 27.04.2021 até 27.04.2022

São João do Oeste – 27 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 62.2021 PP 39.2021 E ATA 33.2021

Publicação Nº 3004539

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Conceito Comércio e Distribuidora Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificantes, aditivos líquidos, bateria e outros itens para uso no Setor de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste".

Valor: R\$ 10.800,00

Prazo: 28.04.2021 até 28.04.2022

São João do Oeste – 28 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e D&G Consultoria, Comércio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificantes, aditivos líquidos, bateria e outros itens para uso no Setor de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste".

Valor: R\$ 266,60

Prazo: 28.04.2021 até 28.04.2022

São João do Oeste – 28 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2021

PARTES: Município de São João do Oeste e Mecânica Rasch LTDA ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 39/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de óleo lubrificantes, aditivos líquidos, bateria e outros itens para uso no Setor de Transportes e Obras do Município de São João do Oeste".

Valor: R\$ 5.880,00

Prazo: 28.04.2021 até 28.04.2022

São João do Oeste – 28 de abril de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 247/2021

Publicação Nº 3004160

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (Renovação) Nº 247/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 247/2021 - CONDER

O município de São João do Oeste/SC, situado à Rua Encantado, 66, centro, com inscrição no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação (Renovação), com prazo de validade de 48 (quarenta e oito) meses, formulado pelo empreendedor Aloísio Klunk, para a atividade de: 01.54.00 – Granja de Suínos - Terminação, que será exercida no imóvel denominado Lote rural nº 27 - Poná, matriculado no Registro de Imóveis de Itapiranga sob o nº 6.558, Linha Macuco, interior, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

PP 44.2021 AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA

Publicação Nº 3003678

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2021

O Município de São João do Oeste, torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de massa asfáltica usinada a quente (CBUQ - CAP 50/70) para aplicação a frio destinado para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e serviços públicos do Município de São João do Oeste.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 11 de maio de 2021 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal.

Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC 28 de abril de 2021. GENÉSIO MARINO ANTON – PREFEITO MUNICIPAL

São João do Sul

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR N.º 060 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003394

LEI COMPLEMENTAR N.º 060 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 006, DE 06 DE JANEIRO DE 2012 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar: Art. 1º - Fixa o vencimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE), constantes no Anexo I – Cargos e Vencimentos, da Lei Complementar n.º 006, de 06 de janeiro de 2012, em R\$ 1.550,00 (um mil e quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2º - O reajuste de que trata esta Lei será considerado como antecipação da revisão geral anual de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para o exercício de 2021.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 27 de abril de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI N.º 1.895 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003402

LEI N.º 1.895 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER ABONO EXTRAORDINÁRIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DO CARGO DE MÉDICO QUE EXERCEM ATIVIDADES PRESENCIAIS DE ENFRENTAMENTO, PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS (COVID-19) E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Em virtude da situação de emergência provocada pela pandemia da COVID-19 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder abono extraordinário, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), de forma temporária e transitória, aos servidores públicos ocupantes do cargo de Médico, integrante do Grupo de Atividades de Nível Superior – ANS, que exercem atividades presenciais de enfrentamento, prevenção e combate ao novo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único – O valor do abono extraordinário de que trata o caput corresponde à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser concedido proporcionalmente à carga horária desempenhada.

Art. 2º - O abono extraordinário de que trata artigo 1º será devido enquanto perdurar a Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de São João do Sul/SC, mantida pelo Decreto n.º 19 de 31 de março de 2021, podendo ser revogada a qualquer momento, conforme a normalização do quadro no Município, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2021.

§1º. O abono extraordinário constitui-se de parcela autônoma, não servindo de base de cálculo para qualquer outra vantagem pecuniária.

§2º. O abono extraordinário será feito em pecúnia e terá caráter indenizatório, sem incidência de encargos.

§3º. O abono extraordinário não será, sob qualquer forma, incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão.

Art. 3º - O servidor que perceber o abono de que trata art. 1º não fará jus ao pagamento de horas trabalhadas em regime de serviço extraordinário.

Parágrafo Único - Não se aplica a presente Lei aos servidores que não estejam em efetivo exercício.

Art. 4º - O abono extraordinário será pago mediante relação dos servidores e carga horária correspondente a que fazem jus, a ser expedida pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente, suplementadas as dotações, se necessário, à conta de recursos disponíveis do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 27 de abril de 2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte um.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 06/2021 PMSJ

Publicação Nº 3004116

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 06/2021

Pregão Presencial Nº 06/2021

Objeto: Aquisição e instalação de câmeras de monitoramento e sistemas eletrônicos de segurança, para atendimento das necessidades dos diversos órgãos, edificações e endereços, da Prefeitura do Município de São Joaquim.

NOVA DATA DE ABERTURA: 11/05/2021 – 09h30min

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Departamento de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456.

São Joaquim, 27 de abril de 2021

Lucas da Silva

Diretor de Compras

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 013/2021 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 4.589/2018 E 4.844/2021

Publicação Nº 3003745

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 013/2021

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 4.589/2018 E 4.844/2021

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Leis nº 4.589/2018 e 4.844/2021, torna pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 013/2021, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, SAMU, do Município de São Joaquim.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde são em razão da necessidade de suprir as demandas de serviço no SAMU, vaga vinculada a afastamento de servidor e substituição de férias e banco de horas.

Salienta-se ainda, que no momento não há Processo Seletivo vigente para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Processo Seletivo e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA, objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 013/2021 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Saúde.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2. A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e Secretaria Municipal de Saúde.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1. Os cargos a serem providos são:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
02	Técnico em Enfermagem - SAMU	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de 2º Grau Técnico na área, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão e experiência mínima obrigatória comprovada de dois anos de trabalho como técnico de enfermagem no SAMU, UPA, UTI.	40h	R\$ 1.975,08
01	Motorista de Ambulância - SAMU	Portador de Certificado de Conclusão de 2º Grau, carteira de habilitação categoria "D", Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva e experiência mínima desejável de 06 meses como motorista de ambulância.	40h	R\$ 1.557,30

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.2.1. Atribuições e competências (SAMU):



Assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro e nos atendimentos de urgência sob a orientação do Médico Regulador do SAMU, dentro do âmbito de sua qualificação profissional; participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional especialmente em urgências/emergências; realizar manobras de extração manual de vítimas.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

2.4. Requisitos Gerais (SAMU):

Disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; disponibilidade para a capacitação inicial.

2.4.1. Requisitos Específicos para Técnico de Enfermagem (SAMU):

Experiência mínima obrigatória comprovada de dois anos de trabalho como técnico de enfermagem em Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Emergência ou Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

2.4.2. Requisitos Específicos para Motorista de Ambulância (SAMU):

Experiência mínima desejável de 06 meses de trabalho como motorista de ambulância e Certificado de participação em Curso de Direção Defensiva. 2.5. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na CASA DA CULTURA, sito à Praça Cezário Amarante, Bairro Centro, dia 29 de Abril de 2021, onde das 08hrs ATÉ as 08h30min será permitido seu acesso no local acima elencado.

3.1. O início da seleção e classificação dos candidatos será às 08h30m no mesmo local.

3.2. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para a vaga de Técnico de Enfermagem (SAMU):

Títulos/ Cursos	Pontuação	Valor Máximo
1. Curso de capacitação SAMU	2,0	2,0
2. Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem em SAMU ou Serviço de Atendimento de Urgência Pré-Hospitalar (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
3. Tempo de Serviço como Técnico de Enfermagem em Empresa de Atendimento Médico Pré-hospitalar (UTI Móvel): (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
4. Atividade como técnico de enfermagem em unidades de emergência, emergência hospitalar, UPA 24 horas, Pronto Atendimento ou UTI (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
5. Certificado de bombeiro comunitário CBAE e CAAE completos.	0,5 ponto por ano	1,0
6. Experiência comprovada de tempo de atuação como bombeiro comunitário.	0,5 ponto por ano	1,0

3.3. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para a vaga de Motorista de Ambulância (SAMU):

Títulos/ Cursos	Pontuação	Valor Máximo
1. Curso de capacitação SAMU	2,0	2,0
2. Tempo de Serviço em SAMU ou Serviço de Atendimento de Urgência Pré-Hospitalar (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
3. Tempo de Serviço em Empresa de Atendimento Médico Pré-hospitalar (UTI Móvel): (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
4. Atividade como motorista de ambulância e transporte de pacientes (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
5. Certificado de bombeiro comunitário CBAE e CAAE completos.	1,0 ponto por ano	1,0
6. Experiência comprovada de tempo de atuação como bombeiro comunitário.	0,5 ponto por ano	1,0

3.4. Na Avaliação de Títulos somente serão reconhecidos como documentos válidos aqueles que atendam aos seguintes critérios:

3.4.1. Experiência prévia em serviços de Pré Hospitalar Privado: Certificado emitido por instituição de atendimento pré-hospitalar devidamente reconhecida pelas Secretarias de Saúde ou Conselho Regional de Medicina, descrevendo o período de atuação e assinado pelo Diretor Técnico.

3.4.2. Experiência prévia em serviços de Pré Hospitalar Público: Certificado emitido por instituição de atendimento pré-hospitalar pública, descrevendo o período de atuação e assinado pelo Diretor Técnico.

3.4.3. Experiência prévia em serviços SAMU: Certificado emitido por instituição de atendimento pré-hospitalar pública, descrevendo o período de atuação e assinado pelo Diretor Técnico.

3.4.4. Curso de capacitação SAMU (habilitação de acordo com a portaria nº 2048/02-MS/GM) completo: Certificado emitido pelo gestor público de saúde, descrevendo o período de capacitação e assinado pelo Diretor Técnico da instituição.

3.4.5. Experiência: Declaração emitida por instituição onde atuou e assinada pelo Diretor da instituição (ou seu representante legal), explicando a função e o período de atuação.

3.5. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

3.6. No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.7. Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.8. Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

4.2. A participação dos candidatos interessados na vaga desta chamada pública apenas será permitida respeitando as orientações do uso de máscaras e distanciamento social.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE HUGEN RODRIGUES
Secretária Municipal de Administração

JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL
Secretário Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 14907/2021

Publicação Nº 3004703

DECRETO Nº 14907/2021

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALEXANDRE LUIZ DE SOUZA	Professor-M	20 horas	26/04/2021
BRUNA HULSE FERREIRA	Auxiliar de Ensino	30 horas	26/04/2021
GABRIELA PERES JUNIOR	Professor-H	40 horas aulas	26/04/2021
JOICE CRISTINA CRUZ	Auxiliar de Ensino	40 horas	26/04/2021
MANOELA LOPES FONTANELLA	Professor-M	20 horas	26/04/2021
NADINE DOS SANTOS BOELL	Professor-H	22 horas aulas	26/04/2021
VALDIR ANTONIO BEDIN	Professor-H	22 horas aulas	26/04/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 26/04/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de abril de 2021.

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14908/2021

Publicação Nº 3004030

DECRETO Nº 14908/2021

EXONERA SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor REGIS ROSA CUSTODIO do cargo de Assessor Administrativo I – CCM 1, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 14909/2021

Publicação N° 3004040

DECRETO N° 14909/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado REGIS ROSA CUSTODIO para exercer o cargo de Assessor Administrativo I – CCM-1, com lotação na Secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 14910/2021

Publicação N° 3004707

DECRETO N° 14910/2021

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Fica contratada para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
JANAINA FERNANDES AZZATI FERREIRA FUNCHAL	Auxiliar de Ensino	30 horas	27/04/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 27/04/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2021.

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

LEI N.º 6.004 DE 08 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3003555

MODIFICA O §5º DO ART.1º DA LEI N° 5.978 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020, QUE O DENOMINA VIAS PÚBLICAS NO LOTEAMENTO NOVA SÃO JOSÉ I, II E III, NO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Modifica a redação do §5º da Lei nº 5.978 de 11 de dezembro de 2020, que passa a vigorar nestes termos: "§ 5º Rua "T8", com o Código de Logradouro nº. 90318, passa a ser denominada de Rua Eroni Maria Kremer Silva."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 08 de abril de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2021/PGM

Publicação Nº 3004699

PORTARIA Nº 008/2021/PGM

O Procurador-Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

I. Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor E. J. P, matrícula nº 22796-0, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para apurar a verdade dos fatos apontados no Memorando nº 042/2020, proveniente da Secretaria de infraestrutura, e demais fatos conexos, que indicam que o servidor deixou de cumprir o dever previsto no artigo 146, VII e cometeu as proibições previstas no artigo 147, IV (opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço) e XV (proceder de forma desidiosa), bem como incorreu no art. 160, inciso VI (insubordinação grave), todos dispositivos da Lei nº 2.248/1991.

II. Designar os servidores membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares para atuarem apurando os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

III. Deliberar que os membros da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

IV. A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José (SC), 25 de fevereiro de 2021.

Atenciosamente,

Rodrigo João Machado

Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 3004694

PORTARIA Nº 010/2021

DISPÕE SOBRE O PROTOCOLO DE ATENÇÃO À SAÚDE – NOVO CORONAVÍRUS (COVID 19) – VERSÃO 5.0

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Protocolo de Atenção à Saúde – Novo Coronavírus (COVID-19) – Versão 5.0.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 006/2021 e demais publicações em contrário.

São José, 26 de abril de 2021.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 20/2021/CMDCA

Publicação Nº 3004688

RESOLUÇÃO Nº 20/2021/CMDCA

REGULAMENTA O BANCO DE PROJETOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/ SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando O Artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que consagra a doutrina da Proteção Integral aos direitos da criança e do adolescente;

Considerando O art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina ser dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando A vigência da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, responsável por estabelecer o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;

Considerando Que o caput do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê que os contribuintes poderão efetuar destinações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, observadas instruções específicas da Secretaria da

Receita Federal do Brasil;

Considerando o planejamento da Política Municipal de Atenção aos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecido por meio do Plano Decenal Municipal;

Considerando o fortalecimento da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente;

Considerando a possibilidade de captação de recursos por meio de renúncia fiscal através de Fundos para a Infância e Adolescência, conforme regulamentação;

Considerando a necessidade de atualizar os mecanismos de operacionalização das destinações ao FIA, previstos na Resolução nº 137/2010 do CONANDA, e o disposto no § 2º, do Art. 260, da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando deliberação favorável das plenárias de 14 de Abril e de 23 de Abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar o Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José, Estado de Santa Catarina, nos termos da presente resolução.

§ 1º Entende-se que o banco de projetos é um instrumento criado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que visa destinar recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência (FIA), recebidos por meio de processo de dedutibilidade do Imposto de Renda e outras doações, às organizações não-governamentais que tiveram seus projetos aprovados pelo CMDCA e que receberem destinações de pessoas físicas ou jurídicas. As destinações podem co-financiar o projeto total ou parcialmente.

§ 2º O objetivo do Banco de Projetos é captar recursos para cofinanciamento de projetos, programas e ações voltados a proteção de crianças e adolescentes; Facilitar as doações de pessoas físicas ou jurídicas; Dar transparência quanto à destinação dos recursos do FIA; Aproximar empresas e cidadãos das ações do CMDCA.

CAPÍTULO I DAS DOAÇÕES E/OU DESTINAÇÕES

Art. 2º - As pessoas físicas ou jurídicas poderão realizar destinações de recursos financeiros ao Fundo da Infância e Adolescência – FIA, através de transferência bancária, pix ou eventual pagamento de boleto bancário específico, podendo ser gerado em meio digital.

§ 1º As pessoas físicas e jurídicas poderão efetuar doações em espécie ao FIA, por liberalidade, independentemente da destinação com dedução no Imposto de Renda.

§ 2º Os contribuintes poderão efetuar destinações ao FIA, com dedução no imposto de renda, nos termos do art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser observada Instrução Normativa vigente da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Quando da destinação efetivada, caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, enquanto responsável pela ordenação do Fundo, informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, os dados cadastrais do destinador, bem como o valor destinado, conforme Instrução Normativa vigente da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º - A doação e/ou destinação poderá ser específica/vinculada ao projeto constante no Banco de Projetos FIA, sendo necessário neste caso, a indicação pelo doador e/ou destinador, do projeto a ser beneficiado, ou ainda, poderá ser realizada à conta geral do FIA.

§ 1º Quando a doação e/ou destinação for inespecífica, os recursos comporão o montante do FIA – Fonte 40, que será objeto de deliberação do CMDCA/São José.

§ 2º O valor da doação e/ou destinação poderá financiar o projeto escolhido total ou parcialmente, sendo que, quando parcial, o financiamento poderá ser complementado por outros doadores e/ou destinadores.

§ 3º Do valor das doações/destinações depositadas a projeto de titularidade de organização da sociedade civil, será retido o percentual de 20% (vinte por cento) para o saldo geral do FIA, que será objeto de deliberação pelo CMDCA por meio de Plano de Aplicação, ficando 80% (oitenta por cento) vinculados ao projeto.

§ 4º No caso de doações e/ou destinações vinculadas a projeto de titularidade de organização da sociedade civil, a transferência dos recursos do FIA será efetivada mediante formalização de Termo de Fomento, com inexigibilidade de chamamento público, nos termos do caput do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 5º No caso de doações e/ou destinações vinculadas a projeto de titularidade de organização da sociedade civil, a transferência dos recursos do FIA dar-se-á em conta corrente específica do projeto em banco oficial cadastrado, a ser informada pela proponente quando da formalização da parceria, a qual deverá prestar contas dos recursos financeiros recebidos, com observância às normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Serão redirecionados à conta geral do FIA, necessariamente, os valores decorrentes de:

I – rendimentos das aplicações financeiras das doações e/ou destinações aos projetos constantes do Banco de Projetos do FIA;

II – saldos inferiores ao valor equivalente a 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo federal vigente, quando do término da validade do projeto no Banco de Projetos do FIA, desde que o proponente do projeto não possua outra proposta vigente no Banco de Projetos do FIA, para a qual o recurso possa ser redirecionado;

III – extinção da organização da sociedade civil proponente ou encerramento das atividades propostas no projeto constante no Banco de Projetos do FIA;

IV – devolução do recurso em razão da não execução, parcial ou total, da parceria celebrada.

CAPÍTULO II DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Art. 5º - O CMDCA receberá, a qualquer tempo, propostas/projetos de atendimento de crianças e adolescentes voltadas à promoção, proteção e defesa de direitos, que serão analisadas e, se aprovadas, irão compor o Banco de Projetos do FIA.

§1º A proposta deverá ser apresentada em conformidade com as informações constantes nos Anexos II e III da presente Resolução e acompanhada da relação de documentos constantes no Anexo I.

§2º Em caso de proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil, deverá ser comprovado tempo mínimo de registro perante o CMDCA de 01 (um) ano.

§3º A proposta a ser apresentada deverá ter como valor mínimo, o equivalente a 15 (quinze) vezes o valor do salário mínimo federal vigente.

§4º Caso o proponente desista do projeto inserido no Banco de Projetos do FIA, os recursos eventualmente remanescentes serão direcionados para o Fundo Geral.

§5º Os valores dos itens constantes no Plano de Aplicação da proposta apresentada pela organização da sociedade civil, deverão ser por ela justificados.

§6º As justificativas dos itens exigidas no parágrafo anterior poderão ser realizadas por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) 03 (três) orçamentos para cada item a ser adquirido;

b) No caso de contratação de serviços, além dos orçamentos do item anterior, tabelas referenciais de remuneração de profissionais ou declarações de entidades representantes de categorias profissionais ou econômicas;

Art. 6º - A proposta para inclusão no Banco de Projetos do FIA, poderá ser apresentada por organizações da sociedade civil, que executam ações voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. O proponente do projeto deverá ser, necessariamente, o seu executor.

Art. 7º - A proposta apresentada ao Banco de Projetos do FIA deverá contemplar projetos que tenham por objetivo a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias, visando a efetivação da garantia de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e ainda, enquadrar-se em, pelo menos, uma das seguintes áreas de atuação:

I – garantia do direito à convivência familiar e comunitária;

II – atendimento à criança e adolescente em situação de risco;

III – atenção ao adolescente autor de ato infracional;

IV – garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua;

V – enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;

VI – erradicação do trabalho infantil;

VII – promoção ao direito à saúde, cultura, esporte, lazer, educação e assistência social;

VIII – prevenção e tratamento das necessidades decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas;

IX – atenção às crianças e adolescentes internados por motivo de saúde;

X – aprendizagem ou qualificação profissional.

Art. 8º - A inscrição da proposta no Banco de Projetos do FIA dar-se-á por ordem de aprovação, com no máximo, 3 (três) projetos habilitados por entidade.

§1º A proposta inscrita no Banco de Projetos do FIA ficará apta à captação de recursos pelo período de até 01 (um) ano, contados da data de sua inclusão no site do CMDCA.

§2º O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual prazo, mediante solicitação escrita do proponente do projeto e aprovação do CMDCA.

§3º A solicitação de prorrogação prevista no parágrafo anterior, deverá ser encaminhada pelo proponente do projeto ao CMDCA, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de vigência do projeto no Banco de Projetos do FIA, para análise e deliberação.

§4º Fica vedada a apresentação de propostas ao Banco de Projetos do FIA, que tenham objeto idêntico às executadas anteriormente pelo proponente.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS PARA HABILITAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 9º - A habilitação da proposta para inserção no Banco de Projetos FIA deverá observar o seguinte fluxo:

I – apresentação e protocolo da proposta à Secretaria do CMDCA;

II – análise e parecer da Comissão de Edital e Banco de Projetos do FIA do CMDCA;

III – busca, quando julgar necessário, de apoio técnico para discussão a fim de embasar o parecer da Comissão;

IV – análise do Plano de Aplicação e Planilha Detalhada pelo setor do órgão gestor ao qual o FIA esteja vinculado, se necessário, conforme delimitação da Comissão e seguindo a legislação vigente;

V – deliberação da Plenária do CMDCA sobre aprovação do projeto para inclusão no Banco de Projetos do FIA;

VI – inclusão do projeto aprovado no site do CMDCA, em área destinada ao Banco de Projetos do FIA;

VII – Emissão de certificado do CMDCA que o projeto está apto para captação de recursos;

§1º Em caso de reprovação, o proponente será oficiado quanto à decisão do CMDCA.

§2º A Secretaria do CMDCA somente receberá e protocolará a proposta, se estiver acompanhada da documentação exigida no Anexo I, bem como atenda aos requisitos previstos nesta Resolução.

§3º Havendo membro da entidade na comissão, cujo projeto esteja em julgamento, este se ausentará e retornará após deliberação.

§ 4º O Uso dos recursos do FIA pelas organizações da sociedade civil deverá obedecer a legislação vigente.

Art. 10 - A análise e a aprovação dos projetos observarão:

I – a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 8.069/1990, a Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Municipal nº 5.482/2015, responsáveis pela regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais deliberações do CMDCA;

II – a capacidade da proposta em resolver a situação problema identificada no projeto;

III – a apresentação da documentação prevista no Anexo I;

IV – o cumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução.

CAPÍTULO IV DO LEVANTAMENTO DO RECURSO CAPTADO

Art. 11 - O resgate dos recursos captados poderá ser total ou parcial.

§ 1º O resgate será total quando o proponente do projeto tiver captado integralmente os recursos previstos no Plano de Aplicação e, neste caso, precederá de:

- I – encaminhamento de notificação pelo CMDCA ao proponente;
- II – apresentação da documentação constante no Anexo I da presente Resolução, devidamente atualizada;
- III – parecer da Comissão de Edital e Banco de Projetos do FIA do CMDCA;
- IV – Deliberação da Plenária do CMDCA aprovando o levantamento do recurso;

§ 2º. Caso seja verificada a necessidade de adequações no Plano de Trabalho e/ou no Plano de Aplicação para o resgate total dos valores vinculados ao projeto, o proponente deverá apresentar as alterações, para deliberação do CMDCA.

§ 3º O resgate será parcial quando o proponente do projeto tiver captado recursos em valor igual ou superior a 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo federal vigente, mas abaixo do valor previsto no Plano de Aplicação aprovado e, neste caso, precederá de:

- I – solicitação do proponente do projeto dirigida ao Presidente do CMDCA;
- II – apresentação pelo proponente do projeto do Plano de Trabalho e Plano de Aplicação, devidamente redimensionados ao valor que será resgatado, e ainda, com as adequações necessárias em relação ao cronograma de execução e identificação do responsável legal;
- III – apresentação da documentação constante no Anexo I da presente Resolução, devidamente atualizada;
- IV – parecer da Comissão de Edital e Banco de Projetos do FIA do CMDCA;
- V – Deliberação da Plenária do CMDCA aprovando o levantamento do recurso.

Art. 12 - Arrecadado o valor total do projeto ou efetuado o resgate parcial pelo proponente, este será automaticamente retirado do Banco de Projetos do FIA e por consequência, do site do CMDCA.

Art. 13 - Ocorrendo a arrecadação de valor superior ao previsto no Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA, o proponente poderá:

- I – apresentar nova proposta ao Banco de Projetos FIA, observando as diretrizes previstas nesta Resolução, inclusive quanto ao valor mínimo do projeto, sendo o valor excedente utilizado como aporte inicial;
- II – solicitar ao CMDCA a ampliação das metas e prazo de execução do projeto, desde que não implique em alteração do objeto proposto;
- III – solicitar o remanejamento do valor excedente para outro projeto de sua titularidade, vigente no Banco de Projetos do FIA.

Parágrafo único. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo e não havendo manifestação expressa do proponente, no prazo de vigência do projeto no Banco de Projetos do FIA, o valor excedente será redirecionado ao Fundo Geral – FIA.

Art. 14 - Havendo arrecadação em valor inferior ao previsto no Plano de Aplicação aprovado pelo CMDCA, mas em valor igual ou superior a 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo federal vigente, poderá o proponente:

- I – solicitar o resgate dos recursos captados, com observância ao previsto no § 2º do art. 12 da presente Resolução;
- II – solicitar, nos termos desta Resolução, a prorrogação do prazo de captação, se for o caso, com observância ao previsto no § 3º, do Art. 8º da presente Resolução;
- III – solicitar o remanejamento do valor arrecadado para outro projeto de sua titularidade, vigente no Banco de Projetos do FIA, quando da arrecadação do valor previsto no caput.

Parágrafo único. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo e não havendo manifestação expressa do proponente pela utilização do recurso, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao encerramento do prazo de captação, o valor arrecadado será redirecionado ao Fundo Geral – FIA.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - É dever do proponente acompanhar e monitorar todas as fases e prazos referentes à tramitação de sua proposta e manutenção de seus projetos no Banco de Projetos do FIA.

Art. 16 - Eventuais dúvidas e/ou casos omissos serão objeto de apreciação e deliberação pelo CMDCA.

Art. 17 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as Resoluções nº 18/2013/CMDCA, nº 25/2014/CMDCA e demais disposições em contrário.

Art. 18º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 26 de Abril de 2021.
OCLIDES RODRIGUES
Conselheiro Presidente do CMDCA/SJ

RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I: Relação de Documentos
ANEXO II: Proposta/Plano de Trabalho
ANEXO III: Plano de Aplicação Geral e Planilha Detalhada
ANEXO IV: Relação de Dirigentes
ANEXO V: Modelo de Declaração – Não incorrer nas vedações legais
ANEXO VI: Modelo de Declaração – Não possuir empregados em situação irregular
ANEXO VII: Modelo de Declaração – Observância das Normas Contábeis
ANEXO VIII: Modelo de Declaração – Instalações e Condições Materiais
ANEXO IX: Declaração de Adequação de Preços

**ANEXO I
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS**

1. Solicitação pelo proponente de habilitação da proposta no "Banco de Projetos FIA" através de ofício dirigido ao (à) Presidente do CMDCA São José;
2. Apresentação pelo proponente:
 - a) Plano de Trabalho (Modelo do Anexo II), em papel timbrado do proponente e assinado pelo representante legal (conforme disposição estatutária ou Decreto de Nomeação);
 - b) Plano de Aplicação e Planilha Detalhada (Modelo do Anexo III), em papel timbrado do proponente e assinado pelo representante legal (conforme disposição estatutária ou Decreto de Nomeação). Na Planilha Detalhada deverá constar a descrição dos itens a serem adquiridos observando-se a separação por itens de despesa (custeio, equipamentos e prestação de serviços de terceiros, conforme o caso) e ainda, constar o valor unitário e valor total;
3. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, cópia simples do Estatuto Social vigente, devidamente registrado em cartório. O Estatuto deverá prever que em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
4. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, cópia simples da Ata da Eleição da Diretoria atual;
5. Cópia simples legível da Cédula de identidade (RG) e do CPF do representante legal. Caso a proposta seja apresentada por Órgão da Administração Pública Direta ou Indireta é necessário apresentar ainda, cópia do Decreto de Nomeação;
6. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, com previsão de cadastro ativo há, pelo menos, 02 (dois) anos – Acesso disponível em site www.receita.fazenda.gov.br;
7. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
8. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as Contribuições Sociais;
9. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos e à Dívida Ativa Estadual;
10. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
11. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certificado de Regularidade do FGTS;
12. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
13. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Certidão de Regularidade no Cadastro Informativo Estadual – CA-DIN;
14. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, comprovação de registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de São José;
15. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Relação dos Dirigentes (Modelo Anexo IV);
16. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Declaração de não incidência dos Dirigentes nas vedações do artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 (Modelo Anexo V);
17. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Declaração quanto à regularidade na contratação de empregados (Modelo Anexo VI);

18. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Declaração que a entidade possui Sistema de Contabilidade (Modelo Anexo VII);

19. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, Declaração de adequação das instalações e condições materiais (Modelo Anexo VIII);

20. No caso de proposta apresentada por organização da sociedade civil, comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza similar, sendo aceito para fins de comprovação:

- a) Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da Administração Pública, cooperação internacional, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;
- b) Relatório de atividades desenvolvidas, assinado pelo gestor do projeto;
- c) Publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;
- d) Currículo profissional ou equipe responsável, com as devidas comprovações;
- e) Declarações de experiência prévia emitida por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;
- f) Prêmios locais ou internacionais recebidos;
- g) Atestados de capacidade técnica emitidos por redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos de políticas públicas e membros de órgãos públicos ou universidades;
- h) Outros documentos que comprovem experiência e aptidão para cumprimento do objeto que será desenvolvido.

ANEXO II

PROPOSTA/ PLANO DE TRABALHO

Nome da Organização Proponente		CNPJ
Endereço		CEP
Telefone	E-mail Institucional:	
*Nome do Banco	*Nº Agência	*Nº Conta Corrente (e operação, se houver)
Nome do Responsável Legal		
Função	RG	CPF
Telefone ()	Celular do Responsável ()	E-mail
Nome do Coordenador do Projeto		
Função	RG	CPF
Telefone ()	Celular do Responsável ()	E-mail
Formação	Nº Registro Conselho Profissional (se houver)	

Nome do Projeto:	
Abrangência do Projeto:	
Valor Total do Projeto:	Valor solicitado do FIA/DOAÇÃO:

* Os dados da Conta Corrente no Banco do Brasil, conta nº 49.867-X, agência 2638-7, CNPJ nº 19.072.968/0001-51 deverão ser apresentados quando da formalização da parceria, não sendo obrigatório nesta etapa.

Área de Atuação do Projeto:

- () Garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- () Atendimento à crianças e ao adolescente em situação de risco;
- () Atenção ao adolescente autor de ato infracional;
- () Garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua;
- () Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;
- () Erradicação do trabalho infantil;
- () Promoção ao direito à saúde, à cultura, ao esporte, lazer, à educação e à assistência social;
- () Prevenção e tratamento das necessidades decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas;
- () Atenção às crianças e aos adolescentes internados por motivo de saúde;
- () Aprendizagem e qualificação profissional.

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto: Nome fantasia que se dará ao projeto – nome pelo qual a ação ficará conhecida

Abrangência do Projeto: Local onde serão executadas as ações do projeto

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

3. PÚBLICO-ALVO

4. OBJETIVOS

5. METAS

6. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

7. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para cada objetivo específico previsto no item 4, deverão ser inseridas as ações que contribuirão para o seu alcance e assinalar os meses em que a ação ocorrerá. Se a proposta for de execução superior a 12 meses, basta acrescentar novas colunas ou outra tabela dando sequência aos meses.

Ação	Período											
	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês	Mês

Sendo verdade, firmamos o presente.
, de de

Representante Legal Nome:
CPF:
RG:

ANEXO III

PLANO DE APLICAÇÃO GERAL

RECURSOS ORIUNDOS DO FIA			
NATUREZA	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTIDADE DE ITENS	VALOR TOTAL (em R\$)
Custeio	Material de Consumo		
	Serviços de Terceiros (Pessoa Física)		
	Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)		
	Recursos Humanos		
	Encargos Trabalhistas		
Investimento	Equipamentos / Material Permanente		
TOTAL DE RECURSOS DO FIA			

, de de

Representante Legal Contador/Técnico de Contabilidade
CPF: CRC:
PLANILHA DETALHADA

RECURSOS ORIUNDOS DO FIA				
NATUREZA	DESCRIÇÃO DOS ITENS	QUANTIDADE DE ITENS	VALOR UNITÁRIO (em R\$)	VALOR TOTAL (em R\$)
Custeio	Material de Consumo			
	Serviços de Terceiros (P.F.)			
	Serviços de Terceiros (P.J.)			

	Pagamento de Pessoal (com encargo)			
Investimento	Equipamentos/Material Permanente			
TOTAL DE RECURSOS DO FIA:				

, de de

Representante Legal Contador/Técnico de Contabilidade

CPF: CRC:

ANEXO IV

RELAÇÃO DE DIRIGENTES

Função	Nome	RG/Órgão Expedidor	CPF	Endereço Residencial
Presidente				

, de de

Representante Legal Nome:

CPF:

RG:

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA NAS VEDAÇÕES DO ARTIGO 39 DA LEI FEDERAL 13.019/2014

DECLARO, para os fins de habilitação no Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - Banco de Projetos do FIA, regulamentado pela Resolução nº 20/2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – Santa Catarina, que a Entidade inscrita no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/XXXX- XX, não se enquadra nas hipóteses de vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal 13.019, de 31 de Julho de 2014

Sendo verdade, firmo o presente.

, de de

Representante Legal:

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR QUANTO AOS EMPREGADOS

DECLARO, para os fins de habilitação no Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - Banco de Projetos do FIA, regulamentado pela Resolução nº 20/2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – Santa Catarina, que a Entidade inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX- XX, não possui, nem possuirá, no quadro de empregados, menores de 18 (dezoito) anos em labor noturno, perigoso ou insalubre e, também, menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988.

Sendo verdade, firmo o presente.

, de de

Representante Legal

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO VII**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE**

DECLARO, para os fins de habilitação no Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - Banco de Projetos do FIA, regulamentado pela Resolução nº 20/2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – Santa Catarina, que a Entidade , inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX- XX, possui Sistema de Contabilidade sob a responsabilidade de Contador habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, observando os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade, com a finalidade de contabilizar os recursos recebidos, suas aplicações e pagamentos efetuados, especialmente aqueles repassados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José– Santa Catarina.

Sendo verdade, firmo o presente.

, de de

Representante Legal Contador/Técnico de Contabilidade
CPF: CRC:

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

DECLARO, para os fins de habilitação no Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - Banco de Projetos do FIA, regulamentado pela Resolução nº 20/2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – Santa Catarina, que a Entidade , inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX- XX, possui instalações físicas e condições materiais suficientes e adequadas à consecução dos objetivos previstos no Plano de Trabalho constante do edital supramencionado.

Sendo verdade, firmo o presente.

, de de

Representante Legal:
Nome:
CPF:
RG:

ANEXO IX**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE VALORES DOS ITENS DA PROPOSTA**

DECLARO, para os fins de habilitação no Banco de Projetos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - Banco de Projetos do FIA, regulamentado pela Resolução nº 20/2021 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José – Santa Catarina, que os valores dos itens constantes no Plano de Aplicação da proposta apresentada pela Entidade , inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, estão de acordo com valores de mercado dos respectivos itens.

Sendo verdade, firmo o presente.

, de de

Representante Legal:
Nome:
CPF:
RG:

RESOLUÇÃO Nº 21/2021/CMDCA

Publicação Nº 3004690

RESOLUÇÃO Nº 21/2021/CMDCA

EXTINGUE A COMISSÃO DO GRUPO DE ESTUDOS DA LEI Nº 13431/2017 E DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO Nº 9603/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ – CMDCA/SJ.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/ SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da Plenária Ordinária de 14 de Abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Extinguir a Comissão Temporária do Grupo de Estudos da Lei nº 13431/2017 e Decreto de Regulamentação nº 9603/2018 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José – CMDCA/SJ, considerando-se cumprido seu objetivo em conformidade ao fim à que se propôs.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as Resoluções nº 01, nº13/2020/CMDCA, e demais disposições em contrário.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 15 de Abril de 2021.

OCLIDES RODRIGUES
Conselheiro Presidente do CMDCA/SJ

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 074/2020-01

Publicação N° 3004521

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 074/2020-01 Proc. Adm. 8024/2021 – Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a READEQUAÇÃO CONTRATUAL e PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato original e nos demais documentos que instruem o processo em epígrafe. DA READEQUAÇÃO CONTRATUAL: Conforme solicitação e justificativa elencadas no Processo em epígrafe, a contratação necessitará da readequação expressa na tabela abaixo:

Contrato	R\$ 494.729,13	100,00%
Suprimido	R\$ 519,41	0,10%
Acréscimo quantitativo	R\$ 65.969,35	13,33%
Acréscimo qualitativo	R\$ 39.505,90	7,98%
Contrato Readequado	R\$ 599.684,97	21,21%

Os números supramencionados expressam os fatos de obra relacionados na justificativa da fiscalização contratual, acostada ao procedimento administrativo. Data da assinatura: 15 de ABRIL de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE REABERTURA DE PREGÃO PRESENCIAL - 006/2021

Publicação N° 3004583

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N°: 006/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 093/2021

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, PARA O FUNCIONAMENTO DA TV CÂMARA, EM SINAL DIGITAL E ABERTO, EM PARCERIA DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC E O SENADO FEDERAL, DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

A Diretora de Administração da Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a REABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta comercial e habilitação a partir da data de hoje até às 13h45 do dia 11/05/2021.

O horário de funcionamento do Setor de Protocolo da Câmara Municipal de São José é de segunda a sexta-feira das 13h às 19h.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 11/05/2021, a partir das 14h, após o término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço:
<https://www.cmsj.sc.gov.br/camara/conteudo/licitacoes/Pregao-Presencial/>.

Durante a sessão pública será respeitado o distanciamento de 01 (um) metro entre os presentes, conforme as orientações da OMS. Ademais, será permitido somente um representante para cada licitante e o uso de máscara será obrigatório para todos presentes.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Diretoria de Administração, Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, das 13h às 19h, ou através dos telefones: (48) 3029-1316, (48) 3029-1349 e (48) 3029-1331.

São José, SC, 28 de abril de 2021.

Marina Cristina de Souza Stadnick
Diretora de Administração

PORTARIA N° 161/2021

Publicação N° 3004768

PORTARIA N° 0161/2021

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Juarez Sélvio Fernandes, matrícula 1502, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do vereador Romeu José Vieira Neto.

Câmara Municipal de São José, SC, 28 de abril de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
PRESIDENTE

PORTARIA N° 162/2021

Publicação N° 3004784

PORTARIA N° 0162/2021

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução n° 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei n° 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Gilmar Correa para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com SEMECAL COMERCIO DE AUTOPEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA., CNPJ n° 75.402.099/0001-57, Pregão Presencial n° 002/2021, Processo Administrativo n° 052/2021, Ata de Registros de Preços n° 002/2021.

Art. 2º - Compete ao servidor designado:

- a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.
- b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar;
- c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 28 de abril de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº. 633, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004594

RESOLUÇÃO Nº. 633, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

INSTITUI O PROGRAMA PARLAMENTO JOVEM NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ APROVOU E EU PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de São José o Programa Parlamento Jovem, com o objetivo de promover a integração da Câmara Municipal de São José com estudantes do ensino fundamental e médio, permitindo ao aluno participar da rotina da Câmara e compreender o papel do Poder Legislativo Municipal, contribuindo para a formação de sua cidadania e compreensão dos aspectos políticos da sociedade, com ênfase nos problemas relacionados à adolescência, conforme dispositivos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 2º O Parlamento Jovem será constituído por Jovens Vereadores, em número sempre igual ao número de vereadores com mandato no Poder Legislativo Municipal na data da realização da eleição, sendo esse total eleito dentre estudantes devidamente matriculados entre o oitavo ano do ensino fundamental ao segundo ano do ensino médio, com idade máxima de 18 (dezoito) anos, completos até o fim do mandato, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Município de São José.

Parágrafo único. Será reservada, dentre as vagas previstas no caput deste artigo, 01 (uma) vaga às pessoas com deficiência.

Art. 3º São finalidades do Programa Parlamento Jovem de São José:

I – Proporcionar aos alunos noções gerais sobre a estrutura política, legislativa e administrativa do Município;

II – Proporcionar que os estudantes conheçam o funcionamento dos departamentos do Poder Legislativo Municipal;

III – Promover a participação dos alunos no processo eleitoral para que representem a figura do Jovem Vereador;

IV – Permitir que os alunos participem do exercício da vereança, acompanhando as atividades dos Vereadores;

V – Demonstrar aos alunos a importância fundamental da participação da comunidade no processo legislativo;

VI – Transmitir aos alunos qual o papel de um vereador e o que significa ser um representante da população no Poder Legislativo.

Art. 4º As escolas poderão indicar alunos para exercerem o mandato de Jovem Vereador por um ano, permitido apenas um mandato por aluno.

§ 1º O processo de escolha dos Jovens Vereadores dar-se-á por eleição nas escolas que definirão normas para sua escolha.

§ 2º Cada estabelecimento escolar poderá indicar somente um aluno para ser candidato à Jovem Vereador.

Art. 5º Após o início do ano letivo, anualmente, a Câmara Municipal de São José realizará convite aberto a todas as escolas do Município que atendam os anos abrangidos no artigo 2º, visando obter sua adesão voluntária ao programa.

Art. 6º Os estabelecimentos escolares encaminharão à Câmara Municipal de São José a relação dos respectivos candidatos à Jovem Vereador.

Art. 7º De posse do nome dos candidatos à Jovem Vereador, a Câmara de Vereadores realizará uma votação em meio digital para que sejam escolhidos os titulares e suplentes.

§ 1º Os 19 (dezenove) que obtiverem maior número de votos serão considerados titulares, sendo que os demais ficarão na condição de suplente, obedecida a ordem da votação.

§ 2º O suplente assumirá a vaga do titular quando este incorrer nos seguintes casos:

a) desistência formalizada;

b) ausência a 02 (duas) sessões consecutivas sem motivo justificável;

c) mudar de estabelecimento de ensino;

d) sofrer punição disciplinar na escola;

e) deixar de tomar posse, sem motivo justificado.

§ 3º Para garantir quórum integral, será permitido que o suplente substitua o titular, na ausência deste, mediante simples comunicado.

Art. 8º Os eleitos tomarão posse, mediante compromisso em Sessão Solene, em data a ser fixada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José.

§ 1º Na Sessão Solene de posse será eleita a Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos do Parlamento Jovem de São José, para preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

§ 2º Na ausência do Jovem Vereador Titular, o Suplente será convocado, imediatamente, para substituí-lo.

Art. 9º Compete aos Jovens Vereadores do Programa Parlamento Jovem especificamente apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade josefense, relativa à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança pública e outros assuntos de interesse público, cabendo ao Poder Legislativo Municipal a análise e deliberação das respectivas proposições e posterior encaminhamento aos órgãos públicos competentes.

Art. 10 Em razão das férias e recesso escolares, neste período, não haverá atividades do Programa Parlamento Jovem.

Art. 11 A Câmara Municipal disponibilizará a assessoria legislativa para acompanhar e orientar nas Sessões do Programa Parlamento Jovem.

Art. 12 O mandato será de 01 (um) ano, com a realização de uma Sessão Ordinária mensal, não havendo a possibilidade de participação do Jovem Vereador titular no pleito seguinte.

Art. 13 Os Jovens Vereadores deverão assistir as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São José, sempre que possível.

Art. 14 O mandato dos Jovens Vereadores encerrar-se-á findo o período de 01 (um) ano, a partir da data em que ocorrer a posse, em Sessão Solene, com a presença dos Vereadores da Câmara Municipal de São José, que farão uma homenagem aos Jovens Vereadores e respectivas escolas, através de entrega de certificado de participação.

§ 1º Receberão o certificado de participação os Jovens Vereadores que tiverem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total nas sessões ordinárias realizadas.

§ 2º Os Jovens Vereadores convocados a participar de quaisquer atividades relativas ao mandato deverão receber declaração de presença para justificar sua ausência nas aulas e avaliações escolares, no intuito de possibilitar que as provas e conteúdos sejam agendados e recuperados em horários alternativos.

Art. 15 O Regimento Interno da Câmara Municipal de São José – Resolução nº 164/2005, será utilizado de forma suplementar para os casos omissos nesta resolução, até ser editado o Regimento Interno próprio.

Art. 16 As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, ficando autorizado se necessário, a

abertura de Projeto Atividade específico e criação as dotações próprias em atendimento as despesas decorrentes.

Art. 17 Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº. 526, de 12 de dezembro de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de abril de 2021.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG
Presidente

São José do Cedro**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 003/2021/CMAS**

Publicação Nº 3004177

ESTADO DE SANTA CATARINA

SÃO JOSÉ DO CEDRO

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 003/2021

Súmula: Aprovação das despesas do recurso recebido do Cofinanciamento Estadual 2020, reprogramação dos valores de 2020 para 2021, realizada nas contas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 27/04/2021 ATA Nº 04/2021.

Resolve:

Art. 1º Aprova sem ressalvas as despesas pela Assistência Social, vindos dos recursos do Cofinanciamento Estadual para o Fundo Municipal de Assistência Social, bem como os valores restantes nas contas para serem utilizados em 2021, conforme tabela:

NOME CONTA	SALDO 2019/2020	TOTAL RECEBIDO 2020	RENDIMENTOS	TOTAL DESPESA 2020	TOTAL PARA SER GASTO 2021
Proteção Social Básica Custeio	R\$ 20.344,03	R\$ 73.160,38	R\$ 94,99	R\$ 18.181,70	R\$ 75.417,70
Proteção Social Básica Investimento	R\$ 8.722,11	R\$ 17.295,91	R\$ 0,00	R\$ 8.712,90	R\$ 17.305,12
Benefícios Eventuais	R\$ 0,00	R\$ 40.749,83	R\$ 0,00	R\$ 24.811,71	R\$ 15.938,12
Média Complexidade Custeio	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Média Complexidade Investimento	R\$ 35,52	R\$ 5.816,32	R\$ 2,31	R\$ 0,00	R\$ 5.854,15
LC 173/2020 COVID 19 acolhimento	R\$ 0,00	R\$ 77.974,22	R\$ 0,00	R\$ 77.974,22	R\$ 0,00
TOTAL					R\$ 114.515,09

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
São José do Cedro, 27 de abril de 2021.

CARLA PATRICIA SILVESTRI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 014/2021 - INTERROMPE FÉRIAS (PARTO**

Publicação N° 3002828

PORTARIA N° 014/2021

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENIO CAROSSO, Presidente da Câmara de Vereadores de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais

CONSIDERANDO a concessão de férias a servidora Aline Ines Etges, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Contabilidade no período compreendido entre 16 a 31 de abril de 2021;

CONSIDERANDO a ocorrência de parto durante a fluência do período de gozo de férias e consequente início da licença maternidade

RESOLVE

Art. 1º - INTERROMPER as férias concedidas através da Portaria nº 012/2021 a servidora Aline Ines Etges, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Contabilidade da Câmara de Vereadores, a partir de 26 de abril de 2021 ficando a servidora com direito de gozo de 05 (cinco) dias de férias relativo ao período aquisitivo de 1º de maio de 2019 a 31 de maio de 2020, a ser gozado oportunamente.

Art. 2º - Anote-se a presente decisão à folha funcional da servidora.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

São José do Cedro, SC, 26 de abril de 2021.

ENIO CAROSSO
Presidente

São José do Cerrito

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N° 028/2020

Publicação N° 3003217

Extrato Contrato N° 028/2020

TOMADA DE PREÇO N° 001/2020

PRECESSO N° 243/2020

HOMOLOGAÇÃO: 10/09/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO

OBJETO: Contratação de Empresas de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação em Lajota Sextavada de Concreto, Rua João Camilo Pereira, com Fornecimento de Material, em Conformidade com os Projetos, Memoriais Descritivos, Cronograma Físico-Financeiros e Planilhas de Quantitativos/Orçamentárias, copiadas em CD, que passam a fazer parte integrante deste Edital.

CONTRATO N° 028/2020

CONTRATADO: CONSTRUTORA BRANGER EIRELI

CNPJ: 34.448.864/0001-92

VALOR CONTRATO R\$ 215.830,54

VIGENCIA 10/09/2020 Á 09/03/2021

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 071/2020

Publicação Nº 3002822

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 071/2020

I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor RAFAEL CALEFFI, brasileiro, Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste, portador do CPF sob o nº 0**.**.**-18, doravante denominado CIS-AMOSC, e MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, 789, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RAFAEL CALEFFI, brasileiro, Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste, portador do CPF sob o nº 0**.**.**-18, doravante denominado MUNICÍPIO, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 523.780,00 (quinhentos e vinte e três mil setecentos e oitenta reais), definidos na Lei Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica incluído no item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA do contrato de rateio firmado, alínea “g” com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2021, nas seguintes dotações:

[...]

g) 3.3.93.30.28 - R\$ 24.000,00- Material de Proteção e Segurança

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo. E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC em 25 de fevereiro de 2021

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA (CIS-AMOSC)

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021 - SRP - PR Nº 010/2021 - FMS

Publicação Nº 3004557

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/05/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2021. OBJETO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PACIENTES DO SUS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MÃE LOURENCIANA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 27 de Abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2021 - SRP - PR Nº 036/2021

Publicação Nº 3004363

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/05/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA EM LEIVA, COM PLANTIO E PREPARAÇÃO DE SOLO COM COMPOSTO ORGÂNICO, NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de Abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2021 - SRP - PR Nº 037/2021

Publicação Nº 3004545

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 10/05/2021, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2021. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 27 de Abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE SELEÇÃO Nº 001/2021 - CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Publicação Nº 3003477

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Caleffi, TORNA PÚBLICO, a quem possa interessar, que se encontra aberto edital de seleção de empreendimentos de base tecnológica para incubação no Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, conforme o Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 259, de 27 de abril de 2020 e nos termos do Decreto Municipal nº 6.771, de 11 de agosto de 2020. Os interessados deverão inscrever-se e apresentar a documentação solicitada neste edital, junto ao endereço eletrônico <http://centrodeinovacao.saolourenco.sc.gov.br/>, até às 17h30min, do dia 28 de maio de 2021.

1. OBJETO: SELEÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE BASE TECNOLÓGICA PARA INCUBAÇÃO NO CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CONFORME O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 259, DE 27 DE ABRIL DE 2020.

2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I: Cronograma
- ANEXO II: Descrição do Formulário de Inscrição
- ANEXO III: Modelo de Proposta
- ANEXO IV: Informações Adicionais sobre o Centro de Inovação
- ANEXO V: Área, aproximada, em m² dos ambientes disponibilizados
- ANEXO VI: Minuta do Termo de Permissão de Uso
- ANEXO VII: Lei Complementar nº 259, de 27 de abril de 2020
- ANEXO VIII: Decreto nº 6.771, de 11 de agosto de 2020

03. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO

3.1 Poderão participar da seleção todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto que preencherem as condições constantes deste Edital.

3.2 Não será admitida nesta seleção a participação de empresas:

- a) Em recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País;
- e) Que se enquadrem nas condições previstas no Art. 76 da Lei Orgânica do Município de São Lourenço do Oeste - SC

4. DAS VAGAS

- 4.1 Serão selecionadas 06 (seis) empreendimentos de base tecnológica para incubação no Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste.
- 4.2 Os empreendimentos deverão atender ao disposto no art. 3º, do Decreto Municipal nº 6.771/2020.
- 4.3 As empresas deverão ter sede no município de São Lourenço do Oeste, ou instalar-se, realizar a sua expansão ou reativação neste município, até a data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, conforme dispõe o art. 14, §1º, da Lei Complementar 259/2020).

5. DA INCUBAÇÃO: CARACTERÍSTICAS, PRAZOS E FASES

5.1 O processo de incubação faz parte do Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme disposto no art. 14, Lei Complementar Municipal nº 259/2020.

5.2 Características: o projeto de incubação do presente edital se dará na modalidade residente, que diz respeito à ocupação de ambientes disponibilizados nas dependências do Centro de Inovação, com sede no Edifício Comercial Polesello, situado na Rua Coronel Bertaso, esquina com Rua Rui Barbosa, nº 518, 3º andar, centro, no município de São Lourenço do Oeste.

5.2.1 A área dos ambientes a serem disponibilizados encontra-se disposta no Anexo IV, deste edital.

5.2.2 Os empreendimentos a serem selecionados são destinados às empresas de base tecnológica que já validaram o seu modelo de negócio ou estejam em processo inicial de desenvolvimento, necessitando de apoio para o andamento de seu projeto.

5.3 Prazo: será de 2 (dois) anos o período de incubação dos empreendimentos selecionados, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Conselho.

5.4 Fases do processo de incubação:

5.4.1 Fase I: duração de 6 (seis) meses, destinada a entender se a solução proposta pela empresa ou startup atende a dor do seu cliente e para isso será necessário testar as hipóteses do mercado. É um momento de planejamento e mão na massa, para mapear, testar e analisar os potenciais clientes e assim encontrar um modelo de negócio viável - MVP. Nesta fase, a empresa ou startup já deve ter um MVP pronto e rodando com pelo menos alguns clientes em fase de teste.

5.4.2 Fase II: duração de 12 (doze) meses, tendo como objetivo verificar se o processo de vendas é viável e se o seu produto é rentável, isto é, se existe um número suficiente de clientes a pagar por ele. Nesta fase, a empresa deve estar rodando o seu modelo de negócio, realizando marketing e vendas, onde o produto já tem que estar no mercado e com clientes pagantes.

5.4.3 Fase III: duração de 6 (seis) meses, destinada ao estágio de maturidade em que a empresa já está com seu processo de vendas validada e "rodando", e agora se prepara para escalar e acelerar. Deve haver um esforço maior para captar investimentos; estruturar e melhorar seus canais de venda e distribuição; estruturar setor comercial; elevar volume de vendas e atingir o ponto de equilíbrio ou alavancar com recursos de terceiros. Nesta fase a empresa se prepara para sair do Centro de Inovação.

5.5 Os prazos dispostos em cada fase poderão ser estendidos, desde que não se ultrapasse o prazo disposto no item 5.3.

5.6 Cada uma das fases será composta por diferentes atividades e entregas a serem realizadas. Essas atividades serão pautadas nos seguintes eixos: empreendedor/time, produto/serviço, gestão, mercado/comercial e financeiro.

6. DOS SERVIÇOS E BENEFÍCIOS OFERECIDOS

- 6.1 Na modalidade de incubação residente, o Centro de Inovação disponibilizará uma sala com metragem média de 15 m², uma mesa e uma cadeira de escritório para cada empresa, energia elétrica, internet e telefonia.
- 6.2 Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos gestores, por meio de treinamentos e consultorias estratégicas;
- 6.3 Consultorias nas áreas: financeira, contábil, desenvolvimento pessoal e organizacional, gestão estratégica, assessoria de comunicação e imprensa, investimento e capital de risco, jurídico, marketing e vendas, recursos humanos e visão empresarial;
- 6.4 Eventos de Networking empresarial e fortalecimento da rede de relacionamento;
- 6.5 Aproximação com o RIA/SC - Rede de Investidores Anjo de Santa Catarina e fundos de venture capital;
- 6.6 Oportunidades de participação em programas e cursos oferecidos pelos parceiros do Centro de Inovação.
- 6.7 Divulgação de oportunidades variadas, tais como: editais para captação de recursos, programas de capacitação, fóruns de investimentos, rodadas de negócios, missões empresariais, participação em feiras e eventos, entre outros;
- 6.8 Visibilidade por meio dos canais do Centro de Inovação.

7. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

7.1 O processo de seleção será composto de três etapas eliminatórias.

7.2 A ausência ou insuficiência de informações, em qualquer das etapas, poderá resultar na desclassificação da proposta.

7.3 ETAPA I - INSCRIÇÃO, HABILITAÇÃO E PROPOSTA

7.3.1 Inscrição: os interessados deverão realizar a inscrição da empresa na plataforma digital do Centro de Inovação (<http://centrodeinovacao.saolourenco.sc.gov.br/>) e posteriormente, preencher o formulário com os dados do negócio, anexar a documentação exigida no item

7.3.2, anexar a proposta, salvar e submeter até a data prevista no cronograma.

7.3.1.1 A inscrição só será considerada se o candidato clicar em salvar e submeter a documentação. Inscrição salva, mas não submetida, será automaticamente desclassificada.

7.3.1.2 Encerrado o prazo, conforme cronograma, a plataforma será desativada, não sendo aceitas novas inscrições.

7.3.2 Habilitação: se refere a apresentação de documentos comprobatórios em relação à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira da empresa proponente.

7.3.2.1 Regularidade Jurídica:

- a) Ato Constitutivo/Contrato Social;
- b) RG e CPF do administrador ou representante legal;
- c) Registro atualizado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

7.3.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.2.3 Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou Extrajudicial (nova denominação de concordata) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas certidões com validade expirada;

Obs. Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, as certidões de "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" emitidas em nome das licitantes sediadas no Estado de Santa Catarina deverão ser solicitadas tanto no sistema EPROC quanto no SAJ. As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. As certidões podem ser obtidas através dos sites: Sistema e-SAJ: <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> e Sistema EPROC: <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

7.3.3 Proposta: as proponentes deverão anexar proposta de negócio de base tecnológica. O modelo de proposta a ser encaminhada consta no Anexo III.

7.3.3.1 Juntamente com a proposta, as proponentes deverão encaminhar:

a) Apresentação do vídeo do pitch sobre o negócio. O vídeo deve ter até 5 (cinco) minutos e depois de gravado será necessário fazer o upload em alguma plataforma de Streaming (Youtube, Vimeo, etc) e, por fim, inserir o link na plataforma do Centro de Inovação no arquivo da proposta.

7.4 ETAPA II - QUALIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

7.4.1 Encerrado o prazo de inscrição, a Comissão Avaliadora, designada pelo Decreto nº 7.092, de 23 de abril de 2021, analisará a documentação e a proposta encaminhada pelas proponentes.

7.4.2 Verificando a Comissão a ausência de alguma documentação ou estando essa fora do prazo de validade, poderá ser concedido o prazo de 2 (dois) dias para encaminhamento da documentação.

7.4.2.1 Não atendido o prazo acima, a proponente será desclassificada.

7.4.3 A proposta encaminhada, deverá atender aos seguintes requisitos, sob pena de desclassificação: (analisar o disposto no art. 21, §ú, da LC 259/2020):

- a) Ser uma proposta de negócio de base tecnológica;
- b) Atender ao disposto no art. 21, §ú, da Lei Complementar nº 259/2020, apresentando os seguintes indicadores:
 - b.1) potencial inovador do projeto;
 - b.2) qualificação e geração de empregos;
 - b.3) arrecadação de impostos;
 - b.4) mínimo impacto ambiental;
 - b.5) investimento em infraestrutura;
 - b.6) horas dedicadas a capacitação de pessoal;
 - b.7) investimento em pesquisa e desenvolvimento com vistas a inovação;
 - b.8) criação de ativos de propriedade intelectual, impacto no desenvolvimento econômico e social regional;
 - b.9) geração de transferência de conhecimento e tecnologia, participação em centros, polos, parques, incubadoras e entidades associativas.
- c) Ter preenchido os itens obrigatórios do formulário de inscrição;
- d) Envio do vídeo pitch.

7.4.4 A qualificação das empresas será lavrada em ata pela Comissão, a qual será disponibilizada na plataforma digital do Centro de Inovação (<http://centrodeinovacao.saolourenco.sc.gov.br/>), publicada no Diário Oficial dos Municípios e encaminhada por e-mail para proponentes.

7.4.4.1 Da decisão constante na ata caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias. O julgamento do recurso compete a própria Comissão.

7.5 ETAPA III - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.5.1 As empresas qualificadas na etapa anterior serão avaliadas pelo Centro de Inovação, nos termos do art. 5º, VI, da Lei Complementar nº 259/2020.

7.5.2 Os critérios a serem avaliados pela Banca serão:

- a) Solução: grau de inovação, proposta de valor (se resolve um problema real) e estágio de desenvolvimento da proposta; Peso 3

- b) Mercado: tamanho do mercado e perfil dos clientes, análise dos concorrentes; Peso 3
- c) Modelo de negócio: estratégias para operacionalizar o negócio e modelo de monetização (como pretende ganhar dinheiro); Peso 3
- d) Equipe: dedicação da equipe à empresa, formação da equipe e experiência empreendedora do time e perfil dos empreendedores. Peso 1
- 7.5.2.1. As propostas que receberem nota inferior a 7,0 serão desclassificadas.
- 7.5.2.2. Em caso de empate será utilizado o critério de maior nota em relação aos pontos apresentados na sequência informada acima (Solução, Mercado, Modelo de Negócio e Equipe).

7.5.3 O resultado da avaliação das propostas será lavrado em ata pela Comissão, a qual será disponibilizada na plataforma digital do Centro de Inovação (<http://centrodeinovacao.saolourenco.sc.gov.br/>), publicada no Diário Oficial dos Municípios e encaminhada por e-mail para proponentes.

7.5.4 Da decisão constante na ata caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias. O julgamento do recurso compete a própria Comissão.

7.5.5 A escolha dos espaços seguirá a ordem de classificação das empresas.

8. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1 As informações enviadas pelas proponentes no ato da inscrição são de inteira responsabilidade de seus autores. Estas informações deverão ser de caráter original ficando expressamente proibido o plágio que, além de ilegal, é prerrogativa para a desconsideração da inscrição ou eliminação da equipe. Ao se inscrever, a empresa atesta que as informações são originais e não infringem a propriedade intelectual de terceiros;

8.2 As informações enviadas pelas candidatas ficam armazenadas na plataforma usada pelo Centro de Inovação com acesso restrito apenas aos membros da coordenação e comissão avaliadora que possuem acordos de confidencialidade com o Centro de Inovação.

8.3 Como é de costume neste tipo de inscrição (comum em competições de ideias, programas de empreendedorismo de incubadoras e aceleradoras, etc), a natureza das informações solicitadas no formulário de inscrição não exige que sejam reveladas informações que comprometam a estratégia de proteção intelectual; do objeto que está sendo apresentado. Trata-se de um formulário de fácil preenchimento que solicita respostas enxutas, conteúdo breve e pouco detalhado, cooperando desta forma para tornar mais objetiva a avaliação da comissão.

8.4 O Centro de Inovação não terá nenhum direito sobre a propriedade intelectual dos produtos, processos ou serviços, desenvolvidos ou comercializados pelas empresas incubadas.

9. DO VALOR

9.1 Pela utilização do espaço, as empresas deverão recolher aos cofres municipais o valor de 01 (uma) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM) mensal, correspondente a R\$ 127,46 (cento e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos).

9.2 Referido valor será reajustado anualmente com base na Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, conforme art. 19, do Decreto nº 6.771/2020.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS VENCEDORAS:

10.1 A VENCEDORA, por seus responsáveis e prepostos, obrigar-se-á em:

- a) recolher mensalmente o valor pela utilização do espaço, nos termos do item 9, deste Edital;
- b) realizar as devidas licenças, alvarás e autorização de funcionamento, expedidos pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste;
- c) utilizar a área concedida e seus anexos, única e exclusivamente para a instalação de unidades de P&D e/ou de operação de produtos e processos inovadores, que apliquem a P&D realizada pela Empresa ou organização, conforme a solicitação de permissão, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade, bem como a cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título;
- d) zelar pela guarda, limpeza e conservação da área concedida e seus anexos, e devolvê-la à concedente, ao final do prazo contratual, observadas as condições do contrato de concessão e o Decreto nº 6.771/2020;
- e) praticar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em conformidade com os regulamentos ambientais da área;
- f) desenvolver suas atividades respeitando o disposto no contrato e no Decreto nº 6.771/2020;
- g) permitir que a marca da empresa figure no material de divulgação do Centro de Inovação elaborado pela Gestora;
- h) não praticar quaisquer atividades que coloquem em risco a idoneidade do Centro de Inovação e da Gestora, ou a segurança dos que nele transitam;
- i) apresentar anualmente os relatórios de atividades conforme estipula Termo de Permissão de Uso da Gestora;
- j) participar das atividades obrigatórias contidas no cronograma de atividades do Centro de Inovação, justificando por escrito e antecipadamente eventual impedimento;
- k) assegurar livre acesso à empresa, por parte de pessoal da Gestora, mediante prévio agendamento e preservadas as necessárias condições de sigilo;
- l) efetuar os pagamentos especificados no contrato de permissão de uso;
- m) não suspender suas atividades na área concedida, sem prévia comunicação e anuência da Gestora;
- n) arcar com os custos de manutenção das suas instalações individuais;
- o) arcar com todos os custos de construção, adaptação e melhoria da área concedida, para a realização das atividades específicas do negócio, com aprovação da Gestora, quando couber;
- p) responsabilizar-se por qualquer dano, material ou imaterial, que causar à Gestora ou ao Centro de Inovação e arcar com a correspondente indenização;
- q) responsabilizar-se pelas ações das pessoas que lhe são vinculadas, quando envolver o nome do Centro de Inovação, ou da Gestora;
- r) observar e respeitar todas as regras de horário, postura e comportamento exigidas pelo Centro de Inovação;
- s) informar à Gestora sobre os convênios de cooperação acordados com laboratórios, grupo de pesquisa ou pesquisadores e entrada de novos sócios ou grupos de investidores no negócio, em virtude da atividade desenvolvida no Centro de Inovação;
- t) manter a regularidade fiscal da empresa.
- u) o permissionário, por seus sócios, representantes legais, prepostos, ou pessoas por ela autorizadas, compromete-se a não divulgar, sob qualquer forma, e não utilizar, em benefício próprio ou de empresas das quais participe direta ou indiretamente, as informações confidenciais de que tiver conhecimento em razão de sua participação no Centro de Inovação.

v) não ceder ou transferir o espaço a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Conselho Consultivo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA UNIDADE GESTORA (MUNICÍPIO):

11.1 A Unidade Gestora ficará obrigada a:

- a) conceder o espaço, livre e desembaraçado de ônus, judiciais e extrajudiciais;
- b) arcar com os custos de aluguel, água, luz, internet e limpeza dos espaços;
- c) promover, através de seus prepostos, o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das disposições deste Edital, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Vencedora.

11.2 A Unidade Gestora poderá oferecer os seguintes serviços, conforme art. 16, do Decreto nº 6.771/2020:

- a) serviços de conservação e manutenção das áreas comuns, tais como limpeza e segurança das instalações físicas e paisagismo, serviços de informação e divulgação de interesse comum (manutenção de portal eletrônico do Centro de Inovação, seminários de divulgação de editais de fomento, esclarecimentos sobre propriedade intelectual), os quais poderão ser custeados mediante taxa rateada mensalmente entre os permissionários, de forma proporcional à área concedida;
- b) Promover a divulgação de informações de interesse relacionados ao Centro de Inovação, especialmente pela manutenção de seu portal eletrônico, bem como a sensibilização para a propriedade intelectual, por meio da realização de seminários de divulgação e esclarecimento.
- c) Serviços gerais de apoio, tais como cessão de sala de reuniões, anfiteatro e outras facilidades disponíveis, nos termos das regras próprias, que poderão ser utilizados mediante pagamento de taxa fixada em função de sua utilização efetiva.

12. DA RESCISÃO

12.1 - Em caso de rescisão voluntária, por iniciativa do permissionário, esta deverá ser precedida de comunicação por escrito, remetida à Gestora com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

12.2 Ocorrerá o desligamento do permissionário, observadas as normas e os dispositivos contratuais em vigor, nas seguintes hipóteses:

- a) ao término do prazo estabelecido no Contrato de Permissão de Uso da Área;
- b) se ocorrer infração a qualquer cláusula do Contrato de Permissão de Uso da Área ou descumprimento de disposição contratual, legal ou regimental;
- c) se houver suspensão das atividades, caracterizada pela não utilização da área concedida ou dos serviços do Centro de Inovação por mais de 3 (três) meses, consecutivos e ininterruptos, ou 6 (seis) meses alternados;
- d) se for decretada falência ou insolvência do permissionário;
- e) se houver riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial do Centro de Inovação, devidamente comprovado por laudo técnico;
- f) atraso, superior a dois meses, do permissionário, em relação às obrigações de pagamento, incluindo todas as despesas judiciais ou extrajudiciais que tal inadimplência causar, remoção, transporte e armazenamento de materiais e ou equipamentos, custos e honorários advocatícios resultarão em rescisão do contrato;
- g) a execução da Proposta de Qualificação Técnica, será avaliada, anualmente, com base no relatório anual de atividades. No caso de não cumprimento das metas, sem justificativa previamente apresentada, caracterizará infração contratual, ensejando proposta de exclusão.

12.3 Nas hipóteses de desligamento com base nas alíneas b, c, d, e, f, g deverá ser aberto processo administrativo, facultando-se a apresentação de defesa à Gestora, por prazo não superior a 15 (quinze) dias.

12.3.1 A decisão de desligamento caberá à Gestora, cabendo recurso ao Conselho Consultivo, no prazo de 15 (quinze) dias, após o que o processo será encaminhado para a rescisão do contrato de permissão de uso.

12.3.2 Confirmada a decisão de desligamento, a Empresa Residente deverá desocupar a área concedida, no prazo previsto no contrato de concessão de uso, nunca inferior a 30 (trinta) dias.

12.3.3 Eventual precedente de tolerância por parte da Gestora, quanto às inadimplências ou infringências de qualquer cláusula contratual, disposição legal ou regimental não importará em renovação contratual, configurando-se mera liberalidade, não obrigando a observância de igual tolerância em casos supervenientes.

12.3.4 Previamente à rescisão, deverá haver a quitação de todos os débitos por parte do permissionário.

12.4 Ocorrendo o desligamento do permissionário do Centro de Inovação, este se obriga a devolver à Gestora, em perfeitas condições, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido, sem direito a indenização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

12.4.1 No momento da desocupação da área concedida e de toda área de posse do Centro de Inovação, devido a qualquer caso de rescisão, estas deverão ser restituídas, livres e desimpedidas de coisas e pessoas ligadas à Empresa Residente, não cabendo à Gestora, efetuar qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por realização de benfeitorias.

12.4.2 As benfeitorias efetuadas por responsabilidade do permissionário reverterão em benefício do Centro de Inovação.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 As propostas selecionadas somente iniciarão o processo de incubação mediante cumprimento e aceitação dos termos do contrato a ser firmado entre as partes;

13.2 O número de projetos aprovados poderá ser diferente ao número de vagas divulgadas, ficando a critério do Conselho do Centro de Inovação;

13.3 As participantes que atingirem a nota de corte (7,0), mas que por falta de vagas não forem selecionadas, poderão ficar no banco de oportunidades do Centro de Inovação, pelo período de 12 meses, podendo ser convidadas a participar do projeto de incubação, caso surjam vagas neste período.

13.4 O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não gera direito à retribuição pelo ponto comercial, ou contrapartida que se assemelhe ao regime da locação de imóveis.

13.5 O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não cria vínculo empregatício entre os seus servidores ou colaboradores e a Gestora.

13.6 Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho do Centro de Inovação, com observância da legislação regedora, em especial a Lei

Complementar Municipal nº 259, de 27 de abril de 2020 e o Decreto Municipal nº 6.771, de 11 de agosto de 2020.

13.7 Informações fornecidas verbalmente por servidores públicos municipais, estagiários, prestadores de serviços diretos e indiretos, não serão consideradas como motivos para impugnações.

13.8 Para esclarecimentos sobre o presente edital poderão ser realizados, em horário comercial, pelos telefones: (49) 3344 - 8547 e e-mail: centrodeinovacao@saolourenco.sc.gov.br, ou ainda, pelo site: <http://centrodeinovacao.saolourenco.sc.gov.br/>

13.9 Demais informações sobre o processo de incubação e infraestrutura do Centro de Inovação estão dispostas no Anexo III este edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO I CRONOGRAMA DO EDITAL

Etapas	Data
Etapas I - Inscrições	03/05 a 28/05
Etapas II - Qualificação das Propostas	31/05 a 04/06
Divulgação dos qualificados para Etapa III	07/06
Prazo para recursos	08/06 a 09/06
Resultado da qualificação	11/06
Etapas III - Avaliação de especialistas	14/06 a 18/06
Divulgação dos aprovados na avaliação final.	21/06
Prazo para recursos	22/06 a 23/06
Resultado final	25/06

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. Dados da Empresa

- Nome empresarial:
- CNPJ:
- E-mail:
- Endereço (opcional):
- Telefone:

2. Dados dos Empreendedores

- Nome:
- E-mail:
- Telefone:
- Função desempenhada na empresa:
- Descreva quem são os membros da equipe e a experiência de cada um:

3. Proposta da empresa (Anexar o documento)

Nesta seção é necessário anexar a documentação descrita no ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA.

4. Demais Informações

- Quais benefícios você espera do Centro de Inovação?
- Como ficou sabendo desta chamada?
☐ Whatsapp
☐ Facebook
☐ Instagram
☐ Site do Centro de Inovação
☐ Site do Município
☐ Indicação de um amigo
☐ Outros

- Os empreendedores leram, entenderam e aceitam as disposições estabelecidas no edital de seleção?

- ☐ Sim
- ☐ Não

- Vocês atestam a veracidade de todas as informações apresentadas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA****1. Informações sobre o produto ou negócio da empresa**

- a) Nome do empreendimento/projeto
- b) Oportunidade/problema: Qual é a necessidade do consumidor que seu negócio irá resolver?
- c) Solução: Como seu negócio irá atender a esta necessidade? Qual a proposta de valor do seu negócio? Qual o estágio de desenvolvimento do negócio?
- d) Inovação: Quais são seus diferenciais com relação ao que já existe?
- e) Mercado: Qual o tamanho do mercado? Qual é o perfil do seu cliente? Quem são os principais concorrentes diretos e indiretos?
- f) Vendas e Receita: qual o modelo de venda e o modelo de receita? Qual o faturamento e despesas atuais?
- g) Vídeo pitch sobre a solução (apresentação pitch do negócio, inserir o link público de uma breve apresentação do negócio).

2. Informar as seguintes projeções sobre o empreendimento:

- a) Qual o potencial inovador?
- b) O projeto prevê a geração de quantos empregos?
- c) Qual a projeção de arrecadação de impostos?
- d) Qual será o impacto ambiental?
- e) Qual será o investimento em infraestrutura?
- f) Quantas horas serão dedicadas a capacitação de pessoal?
- g) Qual será o investimento em pesquisa e desenvolvimento com vistas à inovação?
- h) Haverá a criação de ativos de propriedade intelectual, impacto no desenvolvimento econômico e social regional?
- i) Haverá a geração de transferência de conhecimento e tecnologia, participação em centros, polos, parques, incubadoras e entidades associativas?

ANEXO IV**INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O CENTRO DE INOVAÇÃO**

1. O processo de incubação das empresas/startups no Centro de Inovação é permeado por várias iniciativas, programas e práticas que objetivam apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos:

1.1. Encontro com os Incubados: momento destinado aos empresários incubados e a diretoria do Centro de Inovação. Na reunião, a diretoria apresenta uma pauta composta pelas atividades que estão sendo desempenhadas pelo Centro de Inovação e oportunidades às empresas (cursos, editais, programas). Também é um momento em que são discutidas, com os empresários, melhorias e ações a serem adotadas pela incubadora. A reunião também conta com a participação de empresários convidados, para compartilhar boas práticas de gestão ou discutir temas específicos.

1.2. Consultorias: são oferecidas de modo contínuo consultorias às empresas incubadas – consultoria jurídica, contábil; plano de negócios; comercial e marketing; administrativa-financeira; visão empresarial, recursos humanos; Comunicação, Imprensa e Marketing Digital e Investimentos e capital de risco. Essa ação permite que empresas tenham acesso a profissionais com grande conhecimento e experiência em suas áreas de atuação, inclusive no setor tecnológico.

1.3. Cursos e Capacitações: são oferecidos cursos e oportunidades de qualificação do negócio e do empreendedor, em diversas áreas de atuação com as instituições parceiras do Centro de Inovação;

1.4. Parcerias tecnológicas: a incubadora formalizará convênios para estender benefícios às incubadas.

1.5. Estrutura de eventos/oportunidades: o Centro de Inovação oferece acesso a divulgações internas de oportunidades e também de parceiros: eventos, encontros de negócios, fóruns de investimentos, etc.;

1.6. Aproximação entre a empresa e as fontes de financiamento e capital de risco que priorizam o contato de suas empresas com a Rede de Investidores Anjo.

1.7. Happy Hour dos Incubados: tem o objetivo de reunir os empresários incubados em um ambiente descontraído e dinâmico. O Centro de Inovação realizará periodicamente este encontro de networking, convidando empresas incubadas e pós incubadas, consultores e parceiros, para compartilharem contatos, trocar informações e boas práticas.

ANEXO V

Área, aproximada, em m2 dos ambientes disponibilizados:

Andar/Sala	Nome do Ambiente	Área em M2
202	Sala 01	15,00 m2
	Sala 02	15,00 m2

203	Sala 03	15,00 m2
	Sala 04	15,00 m2
204	Sala 05	15,00 m2
	Sala 06	15,00 m2

ANEXO VI

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, brasileiro, casado, portador do RG nº _____, expedido pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, denominado simplesmente de PERMITENTE, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, nº _____, município de _____ - _____, Estado de _____, neste ato representado pelo(a) Senhor (a) _____, portador(a) do CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, Bairro _____, no município _____, CEP _____, doravante denominado(a) PERMISSO-NÁRIO(A), resolvem celebrar o presente Termo de Permissão de Uso, que se regerá pelas normas da Lei Complementar nº 259, de 27 de abril de 2020 e Decreto Municipal nº 6.771, de 11 de agosto de 2020 e pelas disposições contidas no Edital de Seleção nº 001/2021, do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, e mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I. O presente instrumento tem por objeto a Permissão de Uso Onerosa da sala nº _____, pertencente ao Centro de Inovação, com sede no Edifício Comercial Polesello, situado na Rua Coronel Bertaso, esquina com Rua Rui Barbosa, nº 518, 3º andar, centro, no município de São Lourenço do Oeste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO PELO USO

II.1 Pela utilização do espaço disposto na cláusula anterior, o permissionário deverá recolher MENSALMENTE aos cofres municipais o valor de 01 (uma) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM), correspondente a R\$ 127,46 (cento e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos), por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 10 de cada mês.

II.2 Referido valor será reajustado anualmente com base na Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, conforme art. 19, do Decreto nº 6.771/2020.

II.3 Após a data limite para pagamento incidirão juros e multa de mora, observados os limites e condições legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

III.1 O presente instrumento terá vigência pelo período de _____, contados a partir da assinatura deste instrumento.

III.2 A Permissionária deve iniciar suas atividades no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do presente termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO PERMITENTE

IV.1 - O Permitente responsabiliza-se em:

- a) conceder o espaço, livre e desembaraçado de ônus, judiciais e extrajudiciais;
- b) fornecer uma mesa e uma cadeira de escritório;
- c) arcar com os custos de aluguel, água, luz, internet e limpeza do espaço;
- d) promover, através de seus prepostos, o acompanhamento e fiscalização do cumprimento das disposições deste contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Permissionária;

IV.2 O Permitente poderá oferecer os seguintes serviços, conforme art. 16, do Decreto nº 6.771/2020:

- a) serviços de conservação e manutenção das áreas comuns, tais como limpeza e segurança das instalações físicas e paisagismo, serviços de informação e divulgação de interesse comum (manutenção de portal eletrônico do Centro de Inovação, seminários de divulgação de editais de fomento, esclarecimentos sobre propriedade intelectual), os quais poderão ser custeados mediante taxa rateada mensalmente entre os permissionários, de forma proporcional à área concedida;
- b) Promover a divulgação de informações de interesse relacionados ao Centro de Inovação, especialmente pela manutenção de seu portal eletrônico, bem como a sensibilização para a propriedade intelectual, por meio da realização de seminários de divulgação e esclarecimento.
- c) Serviços gerais de apoio, tais como cessão de sala de reuniões, anfiteatro e outras facilidades disponíveis, nos termos das regras próprias, que poderão ser utilizados mediante pagamento de taxa fixada em função de sua utilização efetiva.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSO-NÁRIA

V.1 - O(a) Permissionário(a) responsabiliza-se á:

- a) recolher mensalmente o valor pela utilização do espaço, nos termos da Cláusula Segunda;
- b) realizar as devidas licenças, alvarás e autorização de funcionamento, expedidos pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste;
- c) utilizar a área concedida e seus anexos, única e exclusivamente para a instalação de unidades de P&D e/ou de operação de produtos e processos inovadores, que apliquem a P&D realizada pela Empresa ou organização, conforme a solicitação de permissão, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade, bem como a cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título;
- d) zelar pela guarda, limpeza e conservação da área concedida e seus anexos, e devolvê-la à concedente, ao final do prazo contratual, observadas as condições do contrato de concessão e o Decreto nº 6.771/2020;

- e) praticar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em conformidade com os regulamentos ambientais da área;
- f) desenvolver suas atividades respeitando o disposto no contrato e no Decreto nº 6.771/2020;
- g) permitir que a marca da empresa figure no material de divulgação do Centro de Inovação elaborado pela Gestora;
- h) não praticar quaisquer atividades que coloquem em risco a idoneidade do Centro de Inovação e da Gestora, ou a segurança dos que nele transitam;
- i) apresentar anualmente os relatórios de atividades conforme estipula Termo de Permissão de Uso da Gestora;
- j) participar das atividades obrigatórias contidas no cronograma de atividades do Centro de Inovação, justificando por escrito e antecipadamente eventual impedimento;
- k) assegurar livre acesso à empresa, por parte de pessoal da Gestora, mediante prévio agendamento e preservadas as necessárias condições de sigilo;
- l) efetuar os pagamentos especificados no contrato de permissão de uso;
- m) não suspender suas atividades na área concedida, sem prévia comunicação e anuência da Gestora;
- n) arcar com os custos de manutenção das suas instalações individuais;
- o) arcar com todos os custos de construção, adaptação e melhoria da área concedida, para a realização das atividades específicas do negócio, com aprovação da Gestora, quando couber;
- p) responsabilizar-se por qualquer dano, material ou imaterial, que causar à Gestora ou ao Centro de Inovação e arcar com a correspondente indenização;
- q) responsabilizar-se pelas ações das pessoas que lhe são vinculadas, quando envolver o nome do Centro de Inovação, ou da Gestora;
- r) observar e respeitar todas as regras de horário, postura e comportamento exigidas pelo Centro de Inovação;
- s) informar à Gestora sobre os convênios de cooperação acordados com laboratórios, grupo de pesquisa ou pesquisadores e entrada de novos sócios ou grupos de investidores no negócio, em virtude da atividade desenvolvida no Centro de Inovação;
- t) manter a regularidade fiscal da empresa;
- u) o permissionário, por seus sócios, representantes legais, prepostos, ou pessoas por ela autorizadas, compromete-se a não divulgar, sob qualquer forma, e não utilizar, em benefício próprio ou de empresas das quais participe direta ou indiretamente, as informações confidenciais de que tiver conhecimento em razão de sua participação no Centro de Inovação.
- v) não ceder ou transferir o espaço a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do Conselho Consultivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

VI.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por parte da Permissionária assegurará ao Município o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração.

VI.2 O presente instrumento poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades:

- a) se houver suspensão das atividades, caracterizada pela não utilização da área concedida ou dos serviços do Centro de Inovação por mais de 3 (três) meses, consecutivos e ininterruptos, ou 6 (seis) meses alternados;
- b) se for decretada falência ou insolvência do permissionário;
- c) se houver riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial do Centro de Inovação, devidamente comprovado por laudo técnico;
- d) atraso, superior a dois meses, do permissionário, em relação às obrigações de pagamento, incluindo todas as despesas judiciais ou extrajudiciais que tal inadimplência causar, remoção, transporte e armazenamento de materiais e ou equipamentos, custos e honorários advocatícios resultarão em rescisão do contrato;
- e) a execução da Proposta de Qualificação Técnica será avaliada, anualmente, com base no relatório anual de atividades. No caso de não cumprimento das metas, sem justificativa previamente apresentada, caracterizará infração contratual, ensejando proposta de exclusão.

VI.3 Nas hipóteses de rescisão acima deverá ser aberto processo administrativo, facultando-se a apresentação de defesa no prazo não superior a 15 (quinze) dias.

VI.3.1 A decisão de desligamento caberá à Gestora, cabendo recurso ao Conselho Consultivo, no prazo de 15 (quinze) dias, após o que o processo será encaminhado para a rescisão do contrato de permissão de uso.

VI.3.2 Confirmada a decisão de desligamento, a Empresa Residente deverá desocupar a área concedida, no prazo de 30 (trinta) dias.

VI.3.3 Eventual precedente de tolerância por parte da Gestora, quanto às inadimplências ou infringências de qualquer cláusula contratual, disposição legal ou regimental não importará em renovação contratual, configurando-se mera liberalidade, não obrigando a observância de igual tolerância em casos supervenientes.

VI.3.4 Previamente à rescisão, deverá haver a quitação de todos os débitos por parte do permissionário.

VI.4 Ocorrendo o desligamento do permissionário do Centro de Inovação, este se obriga a devolver à Gestora, em perfeitas condições, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido, sem direito a indenização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

VI.4.1 No momento da desocupação da área concedida e de toda área de posse do Centro de Inovação, devido a qualquer caso de rescisão, estas deverão ser restituídas, livres e desimpedidas de coisas e pessoas ligadas à Empresa Residente, não cabendo à Gestora, efetuar qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por realização de benfeitorias.

VI.4.2 As benfeitorias efetuadas por responsabilidade do permissionário reverterão em benefício do Centro de Inovação.

VI.5 Em caso de rescisão voluntária, por iniciativa do permissionário, esta deverá ser precedida de comunicação por escrito, remetida à Gestora com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

VII. A Permissionária assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus sócios/ empregados venham a causar diretamente ao Patrimônio do Permitente ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento da obrigação. O Permitente ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a Permissionária e terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FISCAL

VIII.1 Fica designado como fiscal deste instrumento o Servidor WINISSIUS SEGATTO, ocupante do cargo de Gerente de Desenvolvimento Econômico, o qual exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização, tendo o dever de acompanhar a a execução dos trabalhos, especialmente quanto as obrigações firmadas, e na adoção das providências que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento dessas obrigações, anotando em registro próprias falhas detectadas, notificando a permissionária para que adote as medidas corretivas necessárias e comunicando à Autoridade Superior as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Permissionária.

VIII.2 A fiscalização deste instrumento por parte do Permitente não exime a obrigação da Permissionária em fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

IX. Eleggem as partes o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste, SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

São Lourenço do Oeste - SC, ____ de _____ de 20____.

RAFAEL CALEFFI Prefeito Municipal Permitente	Permissionária
--	----------------

TESTEMUNHAS :

.....
Nome Nome

ANEXO VII**LEI COMPLEMENTAR Nº 259, DE 27 DE ABRIL DE 2020.**

Cria a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e estabelece medidas de incentivo e apoio às suas ações e estratégias no ecossistema empresarial, empreendedor, acadêmico e social no Município de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece medidas de incentivo e apoio às ações e estratégias de ciência, tecnologia e inovação no ecossistema empresarial, empreendedor, acadêmico e social, visando promover, de forma sustentável, a pesquisa e o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empreendedor, econômico, ambiental e inovador.

CAPÍTULO II**DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Art. 2º A Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, como mecanismo de fomento ao desenvolvimento econômico é composta por um conjunto de instrumentos, estruturas, diretrizes, regulamentos e ferramentas, que visa estabelecer a formação do ecossistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito do Município de São Lourenço do Oeste com medidas de incentivo, capacitação, empreendedorismo, qualificação do emprego e renda, ampliação e geração de negócios, atração e manutenção de capital intelectual, tecnológico e financeiro, desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, geração de propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Art. 3º Para a realização dos objetivos da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação são constituídos os seguintes instrumentos:

- I - Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- II - Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação;
- III - Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- IV - Criação do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste.

CAPÍTULO III**DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

Art. 4º Fica criado o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI, de caráter consultivo e deliberativo, tendo por objetivo incentivar o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empreendedor, econômico, ambiental e inovador no município de São Lourenço do Oeste.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI:

- I - Analisar, diagnosticar e pronunciar-se sobre as necessidades, interesses, planos gerais e específicos que estejam relacionados com o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no município e sua aplicação na Administração Pública;

- II - Indicar ao Poder Executivo, para o planejamento municipal, temas e ações relativos ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação;
- III - Contribuir com as políticas públicas por meio de ações e instrumentos que promovam a geração de ativos de propriedade intelectual e a transferência de tecnologias ao setor público e ao setor produtivo, com ênfase em médias, pequenas, microempresas, empreendedor individual e ao empreendedorismo de impacto social, para desenvolvimento sustentável do município;
- IV - Cooperar com a concepção, implementação, avaliação e fiscalização da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir de iniciativas governamentais próprias ou em parceria com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) e/ou agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- V - Fiscalizar o funcionamento do Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação e do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos estabelecidos na presente Lei e seus regulamentos;
- VI - Analisar e deliberar sobre os projetos e propostas de empreendimentos submetidos aos benefícios previstos nesta lei e seus regulamentos;
- VII - Aprovar os regulamentos dos ambientes de inovação criados pelo município;
- VIII - Sugerir medidas e gerir a captação e alocação de recursos para a consecução das finalidades da Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- IX - Incentivar a geração e difusão do conhecimento, da propriedade intelectual, da transferência de tecnologia, bem como de informações e novas técnicas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação;
- X - Estimular e desenvolver ações, eventos, capacitações, projetos e programas com vistas ao desenvolvimento da cultura inovadora e empreendedora no município;
- XI - Promover ações com vistas à geração de pesquisa aplicada e constituição de ambientes favoráveis à inovação;
- XII - Elaborar e aprovar seu regimento interno e sua forma de organização;
- XIII - Deliberar sobre a criação de grupos de trabalho, comitês temáticos, e outros grupos para elaboração de projetos, estudos, etc., visando concretizar os objetivos desta lei;
- XIV - Atuar em sinergia com os demais conselhos existentes no município, com vistas a execução da presente Lei.

Art. 6º O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será constituído por 9 (nove) membros titulares, representando entidades do setor governamental, das Instituições Educacionais, Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT), do setor empresarial e da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma:

- I - Setor Público: 01 (um) membro titular do Gabinete do Prefeito, na pessoa do Chefe do Poder Executivo Municipal; 01 (um) membro titular da Secretaria Municipal de Relações Institucionais; 01 (um) membro titular da Câmara Municipal de Vereadores;
- II - Instituições Educacionais, Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT): 01 (um) membro titular da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); 01 (um) membro titular do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (FIESC/SENAI); 01 (um) membro titular do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
- III - Setor Empresarial: 01 (um) membro titular indicado pela Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste (ACISLO); 01 (um) membro titular da Associação da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço do Oeste (CDL); 01 (um) membro titular da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Parágrafo único. Cada entidade representada deverá indicar, por meio de ofício, endereçado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em até 15 (quinze) dias após a promulgação da presente Lei, os nomes dos membros para compor o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e do respectivo suplente.

Art. 7º Os Conselheiros serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a realização de todas as indicações, sendo de 2 (dois) anos o mandato dos Conselheiros, sendo permitida recondução, a critério do órgão ou entidade representada.

§ 1º A perda do vínculo legal do representante com a entidade representada implicará na extinção concomitante de seu mandato.

§ 2º Os membros titulares serão substituídos no caso de impedimentos.

§ 3º Os representantes indicados exercerão suas atividades no Conselho de forma gratuita, sendo seus serviços considerados relevantes para o Município.

Art. 8º O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI terá uma Diretoria, eleita entre os membros titulares, composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Secretário;
- IV - Tesoureiro.

Parágrafo único. Deverão ser constituídas, na forma do Regimento Interno, tantos Grupos de Trabalho ou Comitês Temáticos quantos forem necessários, podendo ser auxiliados por assessores independentes, assim como pelo próprio Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 9º O Regimento Interno do Conselho disporá sobre as condições do exercício da representação no mesmo, inclusive sobre a destituição e substituição de representantes.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI será aprovado com votos da maioria absoluta dos membros e referendado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual será editado até cento e oitenta (180) dias após a data da publicação da presente Lei.

Art. 10. O Conselho manterá registro próprio e sistemático de seu funcionamento e atos.

Art. 11. O Poder Executivo Municipal assegurará a organização e funcionamento do Conselho, fornecendo os meios necessários para a sua instalação e funcionamento.

Art. 12. O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI fica vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de

Relações Institucionais.

CAPÍTULO IV

DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 13. Fica criado o Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 14. O Programa Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação, dar-se-á mediante a concessão de incentivos fiscais, estímulos econômicos e materiais, concessão de prêmios, prestação de serviços, implantação de parques e polos científicos e tecnológicos, condomínios tecnológicos, incubadoras e aceleradoras de negócios e outras estruturas voltadas ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, bem como concessão de bolsas e subvenção econômica.

Parágrafo único. Para efeito de concessão de incentivos fiscais, e estímulos econômicos e materiais, serão analisados processos, pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, relativos a solicitações de pessoas jurídicas, constituídas sob qualquer forma, que desenvolvam atividades em prol da ciência, tecnologia e inovação, com ou sem fins lucrativos, que venham instalar-se, realizar a sua expansão ou reativação no município de São Lourenço do Oeste, observadas as diretrizes da Política e do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 15. Os incentivos fiscais poderão ser concedidos, mediante análise do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, e de comprovação de enquadramento nesta Lei, em seu regulamento e edital, priorizando-se a tecnologia aplicada e o investimento proposto.

Art. 16. O Município poderá adquirir ou receber em doação áreas de terras para a implantação de parques científicos e tecnológicos, para utilização na forma da presente Lei.

Art. 17. Perderá os benefícios a empresa que não cumprir com as obrigações estabelecidas nos projetos e finalidade desta lei.

Art. 18. Reverterá ao Município, sem direito a indenização pelas benfeitorias existentes, o empreendimento que interromper suas atividades pelo período de um ano após a implantação do projeto.

Parágrafo único. No caso de interrupção das atividades por culpa comprovada do beneficiário, ou no caso de abandono do empreendimento, o responsável deverá ressarcir os cofres públicos pelas perdas e danos ocasionados.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Art. 19. Fica criado o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual tem o objetivo de apoiar, mediante incentivo, a implantação, expansão e a reativação de empreendimentos ou projetos empresariais, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do município.

Art. 20. Constituem receitas do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação:

I - Dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste;

II - Transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;

III - Contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado e do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

IV - Os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

V - Devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

VI - Rendimentos provenientes de aplicações financeiras ou que venha auferir como remuneração decorrente de aplicação de seu patrimônio;

VII - Doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

VIII - Receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo;

IX - Recursos oriundos de royalties ou provenientes de transferências de tecnologias;

X - Outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

Art. 21. Os recursos do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação destinam-se na forma de custeio e capital para:

I - Apoiar mediante subvenção financeira as empresas nascentes e já constituídas com projetos potencialmente inovadores apresentados por meio de editais ou outros programas instituídos;

II - Aquisição e manutenção de imóveis destinados à implantação de parques, polos e condomínios científicos e tecnológicos, expansão, implantação e reativação de empreendimentos com projetos de ciência, tecnologia e inovação;

III - Desenvolvimento de ações, eventos e projetos do Programa e do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, com vistas ao desenvolvimento de pesquisa e da cultura inovadora e empreendedora no município;

IV - Apoiar projetos para consolidação de incubadoras de empresas, parques e polos científicos e tecnológicos e demais ambientes de inovação e empreendedorismo constituídos no município de São Lourenço do Oeste;

V - Apoiar projetos e fundos de pesquisa de ICTs, que tenham como objetivo o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, inclusive com repasse financeiro;

VI - Participar da constituição de fundo de aval, de empréstimos destinados a fomentar a criação e o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos inovadores.

VII - Conceder incentivos financeiros em forma de prêmios, mediante edital público específico, reconhecendo empreendimentos e projetos

inovadores;

VIII - Manutenção da infraestrutura do Centro de Inovação que acomodará os empreendimentos aprovados mediante editais;

IX - Remuneração de equipe gestora do Centro de Inovação conforme deliberação do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Parágrafo único. Para a concessão de incentivos através do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, deverá haver o estabelecimento de critérios específicos por meio de editais e regulamentos próprios, a serem executados pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - CMCTI e Secretaria Municipal de Relações Institucionais, tendo por base os seguintes indicadores mínimos:

I - Potencial inovador do projeto; qualificação e geração de empregos;

II - Arrecadação de impostos;

III - Mínimo impacto ambiental;

IV - Investimento em infraestrutura;

V - Horas dedicadas a capacitação de pessoal;

VI - Investimento em pesquisa e desenvolvimento com vistas a inovação;

VII - Criação de ativos de propriedade intelectual, impacto no desenvolvimento econômico e social regional;

VIII - Geração de transferência de conhecimento e tecnologia, participação em centros, polos, parques, incubadoras e entidades associativas;

IX - Outros critérios específicos definidos em regulamento.

Art. 22. O orçamento e a contabilidade do Fundo deverão obedecer às normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 23. O Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação será vinculado ao Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, tendo como seus gestores o Chefe do Poder Executivo Municipal em conjunto com um dos seus integrantes, dentre estes necessariamente o Presidente ou o Tesoureiro.

CAPÍTULO VI

DO CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Art. 24. Fica criado o Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, submetido ao Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Parágrafo único. O Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste deverá ser estruturado com Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo, formados de forma independente por membros das três hélices previstas nos incisos I, II e III do Art. 6º, cuja regulamentação deverá se dar por Regimento Interno elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação no prazo de cento e vinte (120) dias da publicação desta lei.

Art. 25. As empresas e seus sócios, quando integrantes de outra pessoa jurídica que estiverem inadimplentes com as exigências desta Lei, ficam impedidas de se habilitar a novos incentivos pelo prazo de cinco (5) anos.

Art. 26. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações constantes do orçamento municipal.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada, por Decreto, no prazo máximo de cento e vinte (120) dias da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de abril de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO VIII

DECRETO Nº 6.771, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Homologa o Regimento Interno do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, art. 55 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
(Decreto nº 6.771, de 11 de agosto de 2020)

REGIMENTO INTERNO
CENTRO DE INOVAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º O Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, doravante denominado Centro de Inovação, visa incentivar e apoiar ações e estratégias de ciência, tecnologia e inovação no ecossistema empresarial, empreendedor, acadêmico e social, para as pessoas físicas e jurídicas, visando promover, de forma sustentável, a pesquisa e o desenvolvimento social, científico, tecnológico, empreendedor, econômico, ambiental e inovador e será regido por este Regimento, que define a estrutura, organização e funcionamento.

Art. 2º O Centro de Inovação tem prazo de duração indeterminado e para fins deste regimento, define-se como Centro de Inovação a área do município de São Lourenço do Oeste, e sua Base Funcional, que no momento tem sede e foro no Edifício Comercial Polesello n 518, 3º Andar Rua Coronel Bertaso, esquina com Rua Rui Barbosa, Centro.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins deste Regimento, define-se:

I - Empresa ou organização de base tecnológica de qualquer porte: que tenha na inovação tecnológica os fundamentos de sua estratégia competitiva. Esta condição será considerada atendida pelas empresas que apresentam pelo menos duas das seguintes características:

- a) desenvolvam produtos ou processos tecnologicamente novos ou melhorias tecnológicas significativas em produtos ou processos existentes. O termo produto se aplica tanto a bens como a serviços;
- b) obtêm pelo menos 30% (trinta por cento) de seu faturamento, considerando-se a média mensal dos últimos doze meses, pela comercialização de produtos protegidos por patentes ou direitos de autor, ou em processo de obtenção das referidas proteções;
- c) encontram-se em fase pré-operacional e destinam pelo menos o equivalente a 30% (trinta por cento) de suas despesas operacionais, considerando-se a média mensal dos últimos doze meses, a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- d) destinam pelo menos 5% (cinco por cento) de seu faturamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- e) destinam pelo menos 1,5% (um e meio por cento) de seu faturamento a instituições de pesquisa ou universidades, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento ou ao aperfeiçoamento de seus produtos ou processos;
- f) empregam, em atividades de desenvolvimento de software, engenharia, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, profissionais de formação técnica ou de nível superior em seu quadro de pessoal;
- g) empregam, em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, mestres, doutores ou profissionais de titulação equivalente em percentual igual ou superior a 2% (dois por cento) do quantitativo total de seu quadro de pessoal.

II - Integrante do centro de inovação: um empreendimento do Centro de Inovação poderá ser do tipo residente (instalado fisicamente na Base Funcional) e não residente (não instalado na Base Funcional), mas participante e vinculado às atividades.

III - Permissão de uso: instrumento jurídico que possibilita ao empreendimento integrante do Centro de Inovação à utilização de determinados bens e serviços, nos termos deste Regimento.

IV - Permitente: órgão público responsável pela permissão de uso dos espaços, bens e serviços do Centro de Inovação.

V - Permissionário: empresa ou entidade que recebe a permissão de uso dos espaços do Centro de Inovação.

VI - Conselho consultivo: órgão que se destina a orientar, fiscalizar, deliberar, auxiliar e avaliar ações do Centro de Inovação, neste caso exercido pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, criado através da Lei Complementar nº. 259 de 27 de abril de 2020, e que exercerá suas ações através de regimento próprio.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 4º O Centro de Inovação tem por objetivo principal contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, empreendedor, acadêmico e social de São Lourenço do Oeste, de Santa Catarina e do Brasil; através da estruturação e gestão sustentável de um ambiente de negócios capaz de potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica; a introdução de inovações e a transferência de tecnologia; além de criar e consolidar empreendimentos de classe mundial no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e de novas tecnologias, produtos e processos. O Centro de Inovação tem a finalidade de:

- I - atrair novas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços inovadores;
- II - incentivar novas iniciativas de base tecnológica;
- III - estimular a transferência de tecnologias para os integrantes do Centro de Inovação e empresas constituídas no município;
- IV - estimular a visão empreendedora e oportunidades de trabalho;
- V - aproximar a comunidade dos integrantes do Centro de Inovação, criando oportunidades para novos projetos de pesquisa tecnológica de ponta.

§ 1º Os objetivos do Centro de Inovação poderão ser atingidos por meio da interação e cooperação entre instituições de ensino públicas, privadas ou comunitárias, instituições científicas e tecnológicas, empresas de base tecnológica, entidades ou órgãos da administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal.

§ 2º São atribuições do Centro de Inovação:

I - Colocar em funcionamento e gerir iniciativas vinculadas à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento na forma de produtos e processos, com base na concepção e coordenação de projetos e programas de criação e difusão de conhecimento, de novas tecnologias e experimentações de práticas inovadoras;

II - Contribuir para se estabelecerem, no Município de São Lourenço do Oeste, condições favoráveis a atração de recursos humanos

qualificados, de novos negócios e de empreendimentos de alta tecnologia e inovação tecnológica;

III - Criar condições para a cooperação e parceria entre instituições de ensino e pesquisa, permissionários e integrantes do Centro de Inovação, governos e agências nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento, nos seus diversos níveis; com a finalidade de aumentar o intercâmbio do conhecimento e sua aplicação em ações de desenvolvimento local, regional e nacional, bem como participar dessas parcerias sempre que pertinente;

IV - Buscar a promoção, a cooperação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas adequadas às necessidades de inovação e a modernização de todos os setores da sociedade;

V - Promover a criação e gestão de mecanismos modernos de suporte à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e a formação de capital humano;

VI - Orientar quanto à proteção da propriedade intelectual que resulte de pesquisa e do desenvolvimento tecnológico realizado em projetos de sua área de abrangência, mediante o registro de marcas, patentes, modelos de utilidade, desenhos industriais e outras formas pertinentes, previstas em lei;

VII - Promover o processo de transferência de conhecimentos e tecnologias, por meio de termos, licenças e outras formas de parcerias;

VIII - Apoiar a divulgação e ações de marketing e promoções comerciais por quaisquer meios, as informações e os conhecimentos produzidos por si ou por terceiros;

IX - Conceber, estruturar, gerenciar e firmar convênios, acordos, termos de parceria e termos de permissão, articulando-se, observada a legislação aplicável, com órgãos públicos, organizações, entidades ou empresas da iniciativa privada;

X - Planejar, projetar, construir, operar, manter, ampliar e melhorar, conforme as necessidades de suas atividades, instalações físicas próprias e processos internos;

XI - Contribuir para a qualificação e a motivação do capital humano próprio e de seus parceiros, visando a aumentar, de forma constante, a qualidade dos resultados de todas as suas ações e de seus parceiros;

XII - Executar quaisquer outras atividades relativas a seus objetivos, ainda que não expressamente mencionadas nos incisos anteriores.

§ 3º O Centro de Inovação, no desenvolvimento de suas atividades, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, economicidade e eficiência, sem fazer qualquer tipo de discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

CAPÍTULO IV

DOS OCUPANTES DO CENTRO DE INOVAÇÃO

Art. 5º A instalação de quaisquer PERMISSIONÁRIOS na área do Centro de Inovação terá como fim exclusivo a implantação de unidades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e/ou de área de operação para a produção de produtos e processos inovadores que apliquem a P&D realizadas pelo permissionário, nos termos deste Regimento e dos documentos norteadores para a permissão de uso do espaço.

Art. 6º O Centro de Inovação poderá abrigar, dentre outras, os seguintes permissionários:

I - empresas originárias de pesquisas universitárias;

II - empresas oriundas de processo de incubação;

III - empresas com processos inovadores;

IV - centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas;

V - âncoras empresariais, assim entendidos centros empresariais e outras instalações capazes de servir como facilitadores para as atividades do Centro de Inovação;

VI - âncoras tecnológicas, assim entendidas as organizações ofertantes de serviços tecnológicos e capacitação;

VII - empresas-âncora, assim denominadas por seu papel estratégico, grandes empresas cuja presença no Centro de Inovação possa servir como fator de atratividade para outros empreendimentos e que possam contribuir para a estruturação de cadeias produtivas.

Art. 7º Os permissionários serão selecionados através de edital público, com base em critérios definidos na solicitação de permissão de uso de espaço no Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste, aqui denominada Solicitação de Permissão, aplicável após a fase de habilitação jurídica e regularidade fiscal.

§ 1º A Solicitação de Permissão será apresentada ao Conselho Consultivo e poderá ser alterada no início de cada novo processo de seleção ou quando for considerado necessário, motivadamente.

§ 2º A Gestora do Centro de Inovação fará a organização e execução do processo de seleção das empresas.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO

Art. 8º A gestão do Centro de Inovação ficará a cargo da administração municipal através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, que manterá estreita relação com o Conselho Consultivo.

Parágrafo único. Compete à Gestora do Centro de Inovação:

I - Elaborar planos e programas, anuais e plurianuais, normas, critérios e outras propostas julgadas necessárias ou úteis à administração do Centro de Inovação, para a apreciação do Conselho Consultivo;

II - Elaborar editais para seleção de empresas e concessão de uso da área, de acordo com as diretrizes discutidas com o Conselho Consultivo e demais normas e disposições aplicáveis;

III - Receber os projetos apresentados, bem como a documentação de habilitação, conforme os critérios estabelecidos no edital;

IV - Interagir com os PERMISSIONÁRIOS, visando assegurar a realização dos objetivos e das metas estabelecidos pela Solicitação e Uso apresentada no processo de seleção;

V - Elaborar e encaminhar normas operacionais necessárias ao funcionamento do Centro de Inovação ou das Empresas Residentes em consonância com as normas públicas;

VI - Gerenciar o complexo administrativo e operacional do Centro de Inovação;

VII - Constituir e manter bancos de dados sobre as empresas, institutos de pesquisa, programas de fomento e outras informações de interesse ao planejamento das atividades do Centro de Inovação;

VIII - Elaborar a programação anual de eventos, a exemplo de capacitações e treinamentos;

IX - Elaborar o Planejamento Orçamentário, de Marketing e das atividades anuais e plurianuais do Centro de Inovação;
XI - Praticar os demais atos necessários à gestão do Centro de Inovação.

Art. 9º Os recursos referentes às taxas de uso e ocupação serão recolhidos através de documentos de arrecadação municipal em favor da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste e deverão compor o Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Os recursos deste fundo serão destinados na manutenção, preservação, ampliação e melhorias no Centro de Inovação.

CAPÍTULO VI DA PERMISSÃO DE USO

Art. 10. A permissão de uso se dará por edital público e entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de até 05 (cinco) anos.
§ 1º O prazo contratual poderá ser prorrogado, por igual período, com base na Solicitação de Permissão apresentada pelo permissionário e relatório anual de vistoria e comprovação de atendimento de requisitos aprovado por comissão formada por membros do Conselho Consultivo e Gestora do Centro de Inovação.

§ 2º Ao término do prazo contratual, deverá ocorrer a desocupação voluntária da área pelo permissionário, observando-se as disposições pertinentes deste Regimento.

Art. 11. A permissão de uso será outorgada mediante Termo de Permissão de Uso próprio assinado pela autoridade competente do permitente e pelo permissionário.

Art. 12. A cessão ou transferência do espaço a terceiros, no todo ou em parte não será permitida sem a prévia e expressa autorização do Conselho Consultivo.

Art. 13. Serão partes integrantes do Termo de Permissão de Uso, independentemente de transcrição, todas as condições do Edital e seus anexos, solicitação de permissão, propostas, plano de trabalho e todos os demais documentos aceitos e aprovados pelo Conselho Consultivo, assim como toda a legislação aplicável à espécie.

Art. 14. Recebendo a área concedida livre e desembaraçada de ônus, judiciais e extrajudiciais, o permissionário deverá administrá-la como se fosse sua, observados os limites do Termo de Permissão de Uso e deste regimento, ao longo de todo o prazo de vigência da concessão.

Art. 15. Os permissionários submeterão os projetos técnicos de construção, alteração ou reforma das edificações, se estes serviços forem necessários, aos órgãos competentes da Gestora previamente à execução.

Parágrafo único. O início do funcionamento das atividades nos ambientes e espaços disponibilizados no Centro de Inovação é condicionado às licenças, alvarás e autorização de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste e outros órgãos e entidades competentes, na forma da legislação própria.

CAPÍTULO VII DAS OBRIGAÇÕES DA GESTORA

Art. 16. Para atender às demandas dos permissionários, o Centro de Inovação poderá, através de contratação, termos de parceria ou convênios oferecer os serviços de:

I - serviços de conservação e manutenção das áreas comuns, tais como limpeza e segurança das instalações físicas e paisagismo, serviços de informação e divulgação de interesse comum (manutenção de portal eletrônico do Centro de Inovação, seminários de divulgação de editais de fomento, esclarecimentos sobre propriedade intelectual), os quais poderão ser custeados mediante taxa rateada mensalmente entre os permissionários, de forma proporcional à área concedida;

II - Promover a divulgação de informações de interesse relacionados ao Centro de Inovação, especialmente pela manutenção de seu portal eletrônico, bem como a sensibilização para a propriedade intelectual, por meio da realização de seminários de divulgação e esclarecimento.

III - Serviços gerais de apoio, tais como cessão de sala de reuniões, anfiteatro e outras facilidades disponíveis, nos termos das regras próprias, que poderão ser utilizados mediante pagamento de taxa fixada em função de sua utilização efetiva.

CAPÍTULO VIII DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS

Art. 17. Constituem obrigações dos permissionários:

I - utilizar a área concedida e seus anexos, única e exclusivamente para a instalação de unidades de P&D e/ou de operação de produtos e processos inovadores, que apliquem a P&D realizada pela Empresa ou organização, conforme a solicitação de permissão, sendo vedado o uso para qualquer outra finalidade, bem como a cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título;

II - zelar pela guarda, limpeza e conservação da área concedida e seus anexos, e devolvê-la à concedente, ao final do prazo contratual, observadas as condições do contrato de concessão e deste Regimento;

III - praticar atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) em conformidade com os regulamentos ambientais da área;

IV - desenvolver suas atividades respeitando o disposto no contrato e neste Regimento;

V - permitir que a marca da empresa figure no material de divulgação do Centro de Inovação elaborado pela Gestora;

VI - não praticar quaisquer atividades que coloquem em risco a idoneidade do Centro de Inovação e da Gestora, ou a segurança dos que nele transitam;

VII - apresentar anualmente os relatórios de atividades conforme estipula Termo de Permissão de Uso da Gestora;

VIII - participar das atividades obrigatórias contidas no cronograma de atividades do Centro de Inovação, justificando por escrito e antecipadamente eventual impedimento;

IX - assegurar livre acesso à empresa, por parte de pessoal da Gestora, mediante prévio agendamento e preservadas as necessárias condições de sigilo;

X - efetuar os pagamentos especificados no contrato de permissão de uso;
XI - não suspender suas atividades na área concedida, sem prévia comunicação e anuência da Gestora;
XII - arcar com os custos de manutenção das suas instalações individuais;
XIII - arcar com todos os custos de construção, adaptação e melhoria da área concedida, para a realização das atividades específicas do negócio, com aprovação da Gestora, quando couber;
XIV - responsabilizar-se por qualquer dano, material ou imaterial, que causar à Gestora ou ao Centro de Inovação e arcar com a correspondente indenização;
XV - responsabilizar-se pelas ações das pessoas que lhe são vinculadas, quando envolver o nome do Centro de Inovação, ou da Gestora;
XVI - observar e respeitar todas as regras de horário, postura e comportamento exigidas pelo Centro de Inovação;
XVII - informar à Gestora sobre os convênios de cooperação acordados com laboratórios, grupo de pesquisa ou pesquisadores e entrada de novos sócios ou grupos de investidores no negócio, em virtude da atividade desenvolvida no Centro de Inovação;
XVIII - manter a regularidade fiscal da empresa.
§ 1º O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não gera direito à retribuição pelo ponto comercial, ou contrapartida que se assemelhe ao regime da locação de imóveis.
§ 2º O estabelecimento do permissionário na área do Centro de Inovação não cria vínculo empregatício entre os seus servidores ou colaboradores e a Gestora.

Art. 18. Para preservar o sigilo de todas as atividades em execução nas empresas residentes a circulação de pessoas nas dependências do Centro de Inovação deve ser moderada e acompanhada por seus respectivos responsáveis.
§ 1º O permissionário, por seus sócios, representantes legais, prepostos, ou pessoas por ela autorizadas, compromete-se a não divulgar, sob qualquer forma, e não utilizar, em benefício próprio ou de empresas das quais participe direta ou indiretamente, as informações confidenciais de que tiver conhecimento em razão de sua participação no Centro de Inovação.
§ 2º O descumprimento do compromisso de confidencialidade, pelos sócios, representantes ou prepostos da Empresa Residente sujeita os responsáveis às sanções legais.

Art. 19. O permissionário recolherá aos cofres municipais as seguintes taxas:
I - taxa de ocupação, mensalmente, em valor fixado segundo as disposições do Termo de Permissão de Uso, reajustado a cada ano com base na UFM- Unidade Fiscal Municipal;
II - taxas pela utilização de serviços, conforme as regras próprias de cada um.
§ 1º As taxas deverão ser recolhidas pela Empresa Residente, em moeda corrente deste país, por meio de UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.
§ 2º Após a data limite que será fixada para pagamentos, incidirão juros e multa de mora, observados os limites e condições legais.

Art. 20. Em caso de rescisão voluntária, por iniciativa do permissionário, esta deverá ser precedida de comunicação por escrito, remetida à Gestora com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Art. 21. Ocorrerá o desligamento do permissionário, observadas as normas e os dispositivos contratuais em vigor, nas seguintes hipóteses:
I - ao término do prazo estabelecido no Contrato de Permissão de Uso da Área;
II - se ocorrer infração a qualquer cláusula do Contrato de Permissão de Uso da Área ou descumprimento de disposição contratual, legal ou regimental;
III - se houver suspensão das atividades, caracterizada pela não utilização da área concedida ou dos serviços do Centro de Inovação por mais de 3 (três) meses, consecutivos e ininterruptos, ou 6 (seis) meses alternados;
IV - se for decretada falência ou insolvência do permissionário;
V - se houver riscos à segurança humana, ambiental e patrimonial do Centro de Inovação, devidamente comprovado por laudo técnico.
§ 1º O atraso, superior a dois meses, do permissionário, em relação às obrigações de pagamento, incluindo todas as despesas judiciais ou extrajudiciais que tal inadimplência causar, remoção, transporte e armazenamento de materiais e ou equipamentos, custos e honorários advocatícios resultarão em rescisão do contrato.
§ 2º A execução da Proposta de Qualificação Técnica, será avaliada, anualmente, com base no relatório anual de atividades. No caso de não cumprimento das metas, sem justificativa previamente apresentada, caracterizará infração contratual, ensejando proposta de exclusão.

Art. 22. Nas hipóteses de desligamento com base nas alíneas b, c, d ou e, deverá ser aberto processo administrativo, facultando-se a apresentação de defesa à Gestora, por prazo não superior a 15 (quinze) dias.
§ 1º A decisão de desligamento caberá à Gestora, cabendo recurso ao Conselho Consultivo, no prazo de 15 (quinze) dias, após o que o processo será encaminhado para a rescisão do contrato de permissão de uso.
§ 2º Confirmada a decisão de desligamento, a Empresa Residente deverá desocupar a área concedida, no prazo previsto no contrato de concessão de uso, nunca inferior a 30 (trinta) dias.
§ 3º Eventual precedente de tolerância por parte da Gestora, quanto às inadimplências ou infringências de qualquer cláusula contratual, disposição legal ou regimental não importará em renovação contratual, configurando-se mera liberalidade, não obrigando a observância de igual tolerância em casos supervenientes.
§ 4º Previamente à rescisão, deverá haver a quitação de todos os débitos por parte do permissionário.

Art. 23. Ocorrendo o desligamento do permissionário do Centro de Inovação, este se obriga a devolver à Gestora, em perfeitas condições, as instalações e os equipamentos cujo uso lhe foi permitido, sem direito a indenização, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
§ 1º No momento da desocupação da área concedida e de toda área de posse do Centro de Inovação, devido a qualquer caso de rescisão, estas deverão ser restituídas, livres e desimpedidas de coisas e pessoas ligadas à Empresa Residente, não cabendo à Gestora, efetuar qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por realização de benfeitorias.
§ 2º As benfeitorias efetuadas por responsabilidade do permissionário reverterão em benefício do Centro de Inovação.

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24. Os casos omissos neste Regimento serão analisados pela Gestora do Centro de Inovação e pelo Conselho Consultivo.
Art. 25. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São Lourenço do Oeste, 11 de agosto de 2020.

DANIEL FERNADO CAROSI

Presidente do Centro de Inovação de São Lourenço do Oeste

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.598, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004272

LEI Nº 2.598, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial, por anulação de dotação, no orçamento programa de 2021, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial por anulação de dotação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

17.00 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL

17.01 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL

17.01.13.392.4516.2.076.3.3.50.00.00.00.00.01.0000 10 Tranf. Inst. Priv	R\$ 48.000,00
---	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.563, de 1º de outubro de 2020, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

17.00 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL

17.01 INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - ICSL

17.01.13.392.4516.2.076.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 08 Aplicações Diretas	R\$ 48.000,00
--	---------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 770, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003087

PORTARIA Nº 770, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal LUCINEIA DA SILVA ROSA, ocupante do cargo de Professor de Português, matrícula nº 3697/01, de 26 de abril a 10 de maio de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de abril de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 771, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003587

PORTARIA Nº 771, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal IRMA TEREZINHA ISOTON, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, matrícula nº 3685/01, de 23 de abril a 02 de maio de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de abril de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMDPI

Publicação Nº 3003251

RESOLUÇÃO Nº 001/2021/CMDPI

Aprovar com ressalvas as Políticas Públicas para o Idoso no exercício 2020 do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de São Lourenço do Oeste – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Municipal nº 2.418, de 03 de outubro de 2018 e fixar os critérios para sua utilização nos termos da Lei Nacional nº 10.741 de 1º de outubro de 2003.

CONSIDERANDO:

- As diretrizes da Política Nacional de Assistência Social;
- A necessidade do exercício do controle social na apresentação da Prestação de Contas a este Conselho;
- A realidade atual que assola a população por conta da pandemia (Covid 19), gerando incertezas e insegurança, impossibilitando a realização de eventos com aglomeração de pessoas;
- A explanação realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social em reunião dos conselheiros na data de 23 de abril de 2021 para apresentação da Prestação de Contas do exercício 2020;
- Que a gestão vigente no período em questão não providenciou os devidos encaminhamentos para a renovação do CMDPI gestão 2018-2020 com vencimento em 24 de julho de 2020, e que esta condição somente está sendo providenciada nesta data.

RESOLVE:

Art. 1 – Aprovar com ressalvas as Políticas Públicas para o Idoso, provenientes da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Lourenço do Oeste - SC, conforme movimentação apresentada, de acordo com as respectivas atividades desenvolvidas.

Art. 2 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 23 de abril de 2021.

Loreci Catarina Smaniotto de Oliveira
Presidente do CMDPI

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 071/2020

Publicação Nº 3002825

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 071/2020****I – IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó-SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor RAFAEL CALEFFI, brasileiro, Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste, portador do CPF sob o nº 0**.**.**-18, doravante denominado CIS-AMOSC, e MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, 789, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RAFAEL CALEFFI, brasileiro, Prefeito do Município de São Lourenço do Oeste, portador do CPF sob o nº 0**.**.**-18, doravante denominado MUNICÍPIO, amparados pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007 e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Fica aditivado em R\$ 9.499,00 (nove mil quatrocentos e noventa e nove reais), o Valor constante no item 2.1 da CLÁUSULA SEGUNDA do contrato de rateio firmado, passando a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSÓRCIO o valor de R\$ 533.279,00 (quinhentos e trinta e três mil duzentos e setenta e nove reais), definidos na Lei Orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica incluído no item 5.1 da CLÁUSULA QUINTA do contrato de rateio firmado, alínea “g” com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 01.336.261/0001-40 - Fone/Fax: (49) 3199-4900
Rua Adolfo Konder 33D, Bairro Jardim Itália
89802.260 - Chapecó - SC

diretoria@cisamosc.sc.gov.br
www.cisamosc.sc.gov.br



Orçamento Municipal aprovado para o exercício de 2021, nas seguintes dotações:

[...]

g) 3.3.93.30.28 - R\$ 33.499,00- Material de Proteção e Segurança

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente termo aditivo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC em 19 de abril de 2021

CONSORCIO
INTERMUNICIPAL DE
SAUDE DO OESTE
DE
SC:01336261000140

Assinado de forma digital
por CONSORCIO
INTERMUNICIPAL DE
SAUDE DO OESTE DE
SC:01336261000140
Dados: 2021.04.22
14:45:35 -03'00'

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA
CATARINA (CIS-AMOSC)
PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
DO OESTE DE SANTA CATARINA
CNPJ: 01.336.261/0001-40 - Fone/Fax: (49) 3199-4900
Rua Adolfo Konder 33D, Bairro Jardim Itália
89802.260 - Chapecó - SC

diretoria@cisamosc.sc.gov.br
www.cisamosc.sc.gov.br

ATA CIRCUNSTANCIADA - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021

Publicação Nº 3003871



***CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E/OU
COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO
PROGRAMA JUROS ZERO
Lei nº 2.581, de 24 de fevereiro de 2021***

São Lourenço do Oeste – SC, 26 de abril de 2021.

ATA CIRCUNSTANCIADA

**INICIADA A ABERTURA DOS ENVELOPES, PRESENTE A COMISSÃO
COORDENADORA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021:**

- 1. ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS**
- 2. WINISSIUS SEGATTO**
- 3. JOEL BEGNINI**

A comissão, designada pela Portaria nº 596, de 18 de março de 2021, deu início à sessão, às 14h00min, do dia 26 de abril de 2021, realizando a abertura dos envelopes de documentação apresentados pelas cooperativas de crédito: Cooperativa de Crédito Original - Sicoob Original e Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Formosa do Sul - CRESOL. Da análise da documentação apresentada pela Cooperativa de Crédito Original - Sicoob Original constatou-se que a prova de regularidade com o FGTS (item 4.2, alínea “e”, encontra-se com o prazo de validade expirado. Contudo, nos termos do item 5.1, alínea “c” do edital, a Comissão concede o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de nova certidão. No que tange a documentação apresentada pela Cooperativa de Crédito e Economia com Interação Solidária de Formosa do Sul - CRESOL constatou-se que toda a documentação foi apresentada com o CNPJ da matriz (Formosa), contudo, no alvará de funcionamento consta o CNPJ da filial de São Lourenço do Oeste. Dessa



forma, considerando que não consta no Estatuto encaminhado menção a abertura de filiais, solicita-se que a cooperativa informe se há ato constitutivo próprio da filial deste município, ou outro documento equivalente. Ademais, considerando que será a filial a responsável pelos financiamentos concedidos, a documentação disposta nos itens 4.2 e 4.3 deve ser fornecida também pela filial (com exceção da Certidão de Regularidade Federal). Ainda, necessário seja esclarecido por parte da cooperativa quem é o representante legal da mesma, posto que no estatuto não há informação clara quanto a isso e se trata de informação primordial, visto que será essa a pessoa responsável pela assinatura do contrato. Não obstante, o alvará de funcionamento encontra-se vencido. Contudo, nos termos do item 5.1, alínea “c” do edital, a Comissão concede o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação da documentação em nome da filial (item 4.2, 4.3), encaminhamento de alvará de funcionamento regular, bem como para prestação das informações supracitadas. Sem mais haver constar, encerra-se esta ata.

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS - PRESIDENTE

WINISSIUS SEGATTO - MEMBRO

JOEL BEGNINI - MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL**ATA JULGAMENTO LICITAÇÃO N. 002/2021**

Publicação Nº 3003725

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021
Sistema de Credenciamento

OBJETO: Credenciamento de empresas de: jornal impresso semanal, portal de notícias e mídias via internet, rádios AM e FM, e canal de televisão aberta, com sede e abrangência no município de São Lourenço do Oeste, para a prestação de serviços de veiculação de mídia escrita, falada e televisionada para divulgação de atos, avisos, notícias e informações da Câmara Municipal de Vereadores.

Às 13h30 do dia 26 de abril de 2021, em atendimento aos itens 1.4 e 3.1 do referido edital, reuniram-se, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC, os membros da Comissão de Licitação desta Casa Legislativa, nomeada pela Portaria nº 328, de 10 de março de 2021, para sessão visando à análise e o julgamento das documentações apresentadas conforme item 7 do certame.

Apresentaram documentações exigidas no edital, a fim de se habilitarem, as seguintes empresas:

Jornal impresso:

- Editora Capital do Noroeste Ltda (CNPJ - 78.482.379/0001-00);

- Felipe Alipio & Cia Ltda (CNPJ - 10.556.064/0001-27).

Portal Eletrônico de Notícias:

- Angela Maria Curioletti (CNPJ - 26.988.086/0001-04).

Rádios AM e FM

- Rádio Doze de Maio Ltda – ME (CNPJ - 83.522.136/0001-99);

- Rádio 101 FM São Lourenço do Oeste Ltda (CNPJ - 27.703.666/0001-62).

Canal aberto de Televisão:

- Lenir Fátima Bernardi (CNPJ - 29.106.146/0001-06).

Acompanharam os trabalhos nesta sessão os representantes das empresas inscritas, conforme lista de presença anexa.

Foram conferidas as documentações das participantes, na seguinte ordem:

- Editora Capital do Noroeste Ltda;

Inscrita no item 9.1.1.1. faixa 01

- Felipe Alipio & Cia Ltda.

Inscrita no item 9.1.1.2. faixa 02

Verificou-se o atendimento previsto nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4.1, considerando-se credenciadas as duas empresas ora habilitadas.

Portal Eletrônico de Notícias:

- Angela Maria Curioletti.

Inscrita no item 9.1.2

Verificou-se o atendimento previsto nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4.2. Constatou-se que a proprietária da referida empresa é servidora pública municipal lotada no Poder Executivo Municipal, contudo, entendeu-se que a sua habilitação não fere o disposto no artigo 76 da Lei Orgânica Municipal conforme consta no item 4.3 do edital, cujo embasamento encontra-se em seu parágrafo 2º (artigo 76 LOM), conforme entendimento da jurisprudência catarinense mencionado na sentença proferida nos autos nº 0300486-69.2017.8.24.0066 transitado em julgado na data de 21 de maio de 2018, haja vista tratar-se de sistema de credenciamento onde considera-se como cláusulas uniformes previamente fixadas cujos contratos serão padronizados, e ainda, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a referida servidora é lotada no Poder Executivo, enquanto o órgão licitante é o Poder Legislativo Municipal, não entendendo-se assim como vedação. Desta forma, considera-se credenciada a referida empresa.

Rádios AM e FM:

- Rádio Doze de Maio Ltda - ME.

Inscrita no item 9.1.3 - objetos 1 e 2

- Rádio 101 FM São Lourenço do Oeste Ltda - EPP.

Inscrita no item 9.1.3 - objetos 1 e 2

Verificou-se o atendimento previsto nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4.3, considerando-se credenciadas as duas empresas ora habilitadas.

De igual modo, não se constatou infringência aos artigos 28 e 76 da Lei Orgânica Municipal, mencionados no item 4.3 do edital, uma vez que não se apurou, direta ou indiretamente, ligação dos proprietários, sócios ou diretores, com pessoas mencionadas nos referidos artigos.

Canal aberto de Televisão:

- Lenir Fátima Bernardi.
Inscrita no item 9.1.4

Verificou-se o atendimento previsto nos itens 7.1.2, 7.1.3 e 7.1.4.4, considerando-se credenciada a empresa ora habilitada.

A homologação e a adjudicação do presente certame se darão na conformidade do item 20 do edital de licitação em apreço.

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi lavrada e assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de abril de 2021.

Kelly S. Spenassato Pregoeira	Daniela Cristina Puerari Esser Secretária	Fabio Henrique Regert Membro
Ederson Hermann Procurador nomeado interino		

ANEXO ÚNICO

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2021
Sistema de Credenciamento

LISTA DE PRESENÇA

Jornal impresso:

- Editora Capital do Noroeste Ltda; Nome/Assinatura: Daniel Sutilli
- Felipe Alipio & Cia Ltda. Nome/Assinatura: -----

Portal Eletrônico de Notícias:

- Angela Maria Curioletti. Nome/Assinatura: -----

Rádios AM e FM:

- Rádio Doze de Maio Ltda – ME; Nome/Assinatura: Paulo Henrique Hippler
- Rádio 101 FM São Lourenço do Oeste Ltda. Nome/Assinatura: -----

Canal aberto de Televisão:

- Lenir Fátima Bernardi. Nome/Assinatura: Lenir Fátima Bernardi

RESOLUÇÃO N. 202/2021

Publicação Nº 3003513

RESOLUÇÃO Nº 202, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a autorização para custeio de despesas com a realização de audiência pública para debater o sistema de tráfego no perímetro urbano de São Lourenço do Oeste.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, nos termos regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e este promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de despesas com a realização de audiência pública para debater o sistema de tráfego no perímetro urbano de São Lourenço do Oeste, visando buscar soluções, em especial sobre o transporte de carga pesada, estacionamento rotativo, transporte coletivo, acidentes de trânsito, dentre outros aspectos.

Art. 2º O valor previsto é no montante de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), compreendo despesas com: hospedagem de dois profissionais (palestrantes), serviços de som e transmissão virtual, e divulgação do evento.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias da Câmara de Vereadores: 01.01.01.031.4501.2.2.001.3-3.3.90.39.80 / 3.3.90.39.59 / 3.3.90.39.47.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, 27 de abril de 2021.

Edilso Paulo Ranzan
Presidnete da Câmara de Vereadores

São Ludgero

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021

Publicação Nº 3003761

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

IBANEIS LEMBECK, Prefeito Municipal de São Ludgero, por meio da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO sob regime estatutário - Lei Complementar nº 007/93, para provimento temporário de cargos junto ao Município de São Ludgero, com a execução técnico-administrativa da empresa CONCURSOS SS1, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-á com a afixação no Mural da Prefeitura de São Ludgero e/ou seus extratos serão publicados no Jornal Diário do Sul. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos sites www.concursosss1.com.br e www.saoludgero.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo.

O presente Processo Seletivo seguirá o Cronograma de Execução, Anexo IV deste edital, sendo que as datas ora definidas poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação estipulados, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento, exceto nos casos específicos previstos neste edital.

CAPÍTULO I - DOS CARGOS E VAGAS

1.1. DAS VAGAS:

1.1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas legais existentes e formação de cadastro reserva, de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo.

1.1.2. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

1.1.3 – Tabela de Cargos:

Cargos	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na contratação	Carga Horária Semanal	Vencimento Abril/2021 R\$	Valor de inscrição R\$
Agente Comunitário de Saúde – ESF Margem Direita/Encosta do Sol	Cadastro Reserva	Ensino Fundamental completo; Residir na Margem Direita.	40 horas	1.620,06	50,00
Agente Comunitário de Saúde – ESF Margem Esquerda	Cadastro Reserva	Ensino Fundamental completo; Residir na Margem Esquerda.	40 horas	1.620,06	50,00
Bombeiro Comunitário/Defesa Civil (Feminino) (1)	Cadastro Reserva	Nível médio completo e Curso de Formação de Bombeiro Comunitário.	44 horas	1.453,89	50,00
Bombeiro Comunitário/Defesa Civil (Masculino)	Cadastro Reserva	Nível médio completo e Curso de Formação de Bombeiro Comunitário.	44 horas	1.453,89	50,00

(1) Reserva máxima de vagas para sexo feminino, em conformidade ao art. 6º da Lei Complementar Estadual nº 587/2013.

1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF: Exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, não sendo permitido o desvio de função nem como vínculo empregatício. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na área de atuação, de acordo com o Parágrafo único do Artigo 3º da Lei 11.350/2006: I) a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; II) a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III) o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV) o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V) a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e VI) a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida. O Agente Comunitário de Saúde tem também como atribuição, desenvolver ações que compete aos Agentes Comunitários de Saúde, em conformidade com a Portaria GM do Ministério da Saúde nº 648/2006.

BOMBEIRO COMUNITÁRIO/DEFESA CIVIL: Planejar e promover a defesa contra desastres naturais ou provocados por ações do homem; Estabelecer um conjunto de medidas preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas; Apoio nas atividades de prevenção e combate a incêndios; Auxiliar nas atividades de busca e salvamento de bens e pessoas; Apoiar no atendimento pré-hospitalar; Auxiliar nas atividades

de resgate veicular; Apoiar a outras atividades operacionais emergenciais e de auxílio; Apoiar nas prevenções em eventos públicos diversos; Realizar manutenção e assepsia de viaturas, equipamentos, bombas, e motores utilizadas na atividade de prontidão; Apoiar na central de operações (telefonias e radiocomunicação); Apoiar no preparo e cozimento das refeições da equipe de prontidão; Participar de treinamentos operacionais; Executar atividades de apoio em geral ao Corpo de Bombeiros, atuando em salvamentos, enchentes e outras situações pluviométricas ou situações meteorológicas; Executar as ações da defesa civil, atuando em eventos danosos e em situações de calamidade, aplicando as medidas cabíveis; Fazer o registro das ocorrências que verificar, preenchendo relatório interno relatando tal ocorrência; Prevenir ou minimizar danos, socorrer e prestar auxílio às populações afetadas por desastres/acidentes; Dar conhecimento a Defesa Civil sobre situações de seu interesse; Identificar e cadastrar locais públicos passíveis de serem utilizados como abrigos, caso necessário; Participar de vistorias em imóveis, encostas, árvores, e locais que poderão colocar em risco a segurança da comunidade redigindo formulário interno de acordo com cada situação; Fiscalizar imóveis que estão sob risco, devendo notificar, embargar ou interditar, quando necessário, ou ainda solicitar a demolição; Atuar na preservação de locais danificados por eventos danosos; Defender e atender a populações em caso de catástrofes, ações da natureza e perigos de contaminação com produtos químicos, radioativos e explosivos; Processar campanhas educativas e informativas sobre defesa civil, prevenção e combate a sinistros, salvamento de pessoas, acidentes, naturais ou não, difundindo na comunidade o conceito e a importância da organização com meio de evitar perdas, pessoais ou materiais.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital. Todos os interessados em participar desse Processo Seletivo deverão, obrigatoriamente, antes de efetuar o pagamento do valor da inscrição, realizar a leitura integral deste edital e seus anexos, sendo responsabilidade do candidato conhecer a regra editalícia.

2.2. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.

2.3. PERÍODO: 28/04/2021 a 28/05/2021.

2.4. As inscrições serão somente pela Internet.

2.4.1. Caso o Candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para acesso, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, no período de 29/04/2021 a 28/05/2021, nos dias úteis, na Prefeitura de São Ludgero sito à Avenida Monsenhor Frederico Tombrock, 1300, Centro Administrativo, Centro, São Ludgero/SC.

2.5. DA INSCRIÇÃO:

2.5.1. As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 17h do dia 28 de abril de 2021 até às 23h59min, do dia 28 de maio de 2021, pelo site www.concursosss1.com.br.

2.5.2. A Concursos SS1 não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

2.5.3. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o documento para o pagamento da inscrição. Este será o seu registro provisório de inscrição.

2.5.3.1. O boleto gerado para este Processo Seletivo será da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de evitar o pagamento de boletos fraudados, o candidato deve verificar o código do banco, constante no código de barras, bem como o banco.

2.5.3.2. Será de responsabilidade do candidato verificar as informações do boleto bancário, bem como certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente.

2.5.4. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 31 de maio de 2021, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

2.5.5. A Concursos SS1, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 31 de maio de 2021. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

2.5.6. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa Concursos SS1, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter a Concursos SS1 cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.5.7. Os candidatos que fizerem sua inscrição, interessados nas vagas para pessoas com deficiência, deverão verificar Capítulo próprio neste Edital, para encaminhamento de documentos necessários.

2.5.8. Os candidatos interessados e que atenderem as condições estabelecidas na Lei Estadual nº 10.567/1997 e alterações do Estado de Santa Catarina e da Lei Ordinária nº 1967/2015, do Município de São Ludgero, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição à Concursos SS1, no período de 28/04/2021 a 07/05/2021, devendo marcar na ficha de inscrição a opção de "SOLICITAR ISENÇÃO" e encaminhar pelo link "ENVIO DE DOCUMENTOS DE ISENÇÃO" na página do Processo Seletivo, site www.concursosss1.com.br, os seguintes

documentos digitalizados e legíveis: cópia legível de documento de identidade, requerimento de isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo como Doador de Sangue e/ou Doador de Medula - Anexo III deste Edital, preenchido e assinado pelo candidato e comprovante de doador, conforme segue:

- a) Para doadores de sangue: comprovação de pelo menos uma doação de sangue nos últimos 12 meses anteriores a data de publicação deste edital, através do envio de documento legível, expedido pela entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou Município.
- b) Para doadores de medula: comprovante de inscrição no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME) - Carteira do REDOME.

2.5.8.1. Somente serão aceitos os documentos encaminhados no link específico para envio da documentação, nos formatos PDF, JPEG e JPG, que estejam legíveis e cujo tamanho não exceda 5MB cada arquivo. O candidato deve observar as orientações de envio contidas no próprio link.

2.5.8.2. O não envio de qualquer documento para comprovar a condição de que trata o item 2.5.8 ou o envio dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.

2.5.8.3. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado até o dia 14 de maio de 2021 pelo site www.concursosss1.com.br.

2.5.8.4. Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada. Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa, deverão providenciar o pagamento do boleto impresso no momento da inscrição ou solicitar a impressão da 2ª via do boleto de pagamento e pagarem dentro do prazo estipulado - até o dia 31/05/2021, para permanecer participando do certame.

2.5.8.5. Não caberá qualquer devolução do valor pago a título de taxa de inscrição ao candidato que solicitou a isenção da taxa, e também efetuou o pagamento da taxa de inscrição, ainda que a isenção tenha sido deferida, de forma que o pagamento do boleto bancário deve ser feito após a divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição e/ou após a divulgação do resultado da análise dos recursos.

2.6. São requisitos para ingresso no serviço público, a serem apresentados quando da contratação:

- a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
- b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
- c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme o disposto na tabela de cargos, na data da contratação;
- g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
- h) Para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - O candidato deverá assinalar na ficha de Inscrição a opção pela Micro área onde reside;
- i) Candidatos com deficiência – verificar Capítulo próprio, neste Edital.

2.6.1. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos, tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

2.7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:

2.7.1. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos, via postal, via fax, por e-mail, extemporâneas e/ou condicionais.

2.7.2. Antes de efetuar o pagamento da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, sendo vedada a alteração de sua opção inicial de cargo após o pagamento. Não haverá devolução do valor da inscrição, salvo se for cancelada a realização do Processo Seletivo.

2.7.3. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.7.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, documentos digitais ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não-identificáveis.

2.7.5. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, poderá não ter a prova corrigida e ser excluído do certame.

2.7.6. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF – Cadastro de Pessoa Física, regularizado.

2.7.7. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados - Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.

2.7.8. Ao efetivar sua inscrição, o candidato assume inteira responsabilidade por todas as informações constantes na ficha de inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento ou falta de informação.

2.7.9. Qualquer declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e tornarão nulos todos os atos decorrentes dessa inscrição, em qualquer época, podendo o candidato responder as consequências legais.

2.7.10. O candidato que deixar de cumprir as normas previstas neste Edital, relativas a inscrição poderá ter sua inscrição não homologada.

2.8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

2.8.1. A partir de 07/06/2021 será divulgado edital de homologação das inscrições com a respectiva relação de candidatos homologados.

2.8.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente nos sites www.concursosss1.com.br e www.saoludgero.sc.gov.br ou no Mural da Prefeitura de São Ludgero.

2.8.3. O candidato deverá acompanhar o edital de homologação de inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido homologada o candidato poderá impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

2.8.4. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição e nem o direito de realizar as provas, exceto se, por ocasião das provas, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos que permitam a inclusão do candidato.

2.8.4.1. A efetiva inclusão do candidato ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão.

2.8.4.2. Constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento, a inclusão será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 2% (dois por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Complementar nº 007/93.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como encaminhar pelo link "ENVIO DE DOCUMENTOS - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA", na página do Processo Seletivo, site www.concursosss1.com.br, até o último dia das inscrições - 28/05/2021, os seguintes documentos:

a) laudo médico (cópia legível digitalizada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

b) requerimento (preenchido, assinado e digitalizado) solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do Anexo II deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.2.1. Somente serão aceitos os documentos encaminhados no link específico para envio da documentação para pessoas com deficiência, nos formatos PDF, JPEG e JPG, que estejam legíveis e cujo tamanho não exceda 5MB cada arquivo. O candidato deve observar as orientações de envio contidas no próprio link.

3.2.2. O não envio de qualquer documento para comprovar a condição de que trata o item 3.1 ou o envio dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido.

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que

se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

CAPÍTULO IV - DAS PROVAS

4.1. Para todos os cargos, o Processo Seletivo constará de PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório/classificatório, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

4.2. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte, os candidatos que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

4.3. PROVA DE APTIDÃO FÍSICA: Para os candidatos ao cargo de BOMBEIRO COMUNITÁRIO/DEFESA CIVIL (feminino e masculino), desde que habilitados na Prova Objetiva, haverá TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, em segunda etapa de caráter eliminatório, conforme Capítulo VI, do presente Edital.

4.4. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

CARGO	PROVA	DISCIPLINA	Nº Questões	Valor por questão	PESO TOTAL
TABELA A					
Agente Comunitário de Saúde	Objetiva	Português	05	5,00	100,00
		Raciocínio Lógico Matemático	05	5,00	
		Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos	10	5,00	
TABELA B					
Bombeiro Comunitário/ Defesa Civil (feminino)	Objetiva	Português	05	5,00	100,00
Bombeiro Comunitário/ Defesa Civil (masculino)		Raciocínio Lógico Matemático	05	5,00	
		Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos	10	5,00	
	Aptidão Física				Apto/Inapto

4.5. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão da mesma. A NOTA DA PROVA OBJETIVA será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

4.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

4.7. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade.

4.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento impresso que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

4.9. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de inscrição (boleto bancário). A critério da organização do Processo Seletivo este poderá ser dispensado, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato.

4.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

4.11. No local de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e entrar ou permanecer com armas ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod®, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho eletrônico, deverá depositá-lo na Coordenação. Os aparelhos eletrônicos, inclusive os telefones celulares, deverão ser desligados e depositados junto à mesa de fiscalização até o final da prova, sendo a identificação desses de responsabilidade exclusiva dos candidatos. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

4.12. A Concursos SS1 não se responsabiliza por nenhum objeto e/ou aparelho eletrônico trazido pelos candidatos e recomenda que os mesmos não levem nenhum dos objetos citados no item anterior, no dia de realização das provas.

4.13. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar somente um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo da prova da candidata.

4.13.1. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

4.13.2. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um fiscal.

4.13.3. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

4.14. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- b) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
- c) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização.

4.15. Candidatos com deficiência – ver Capítulo próprio sobre solicitação de condição ou prova especial (caso necessário).

4.16. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

4.17. O candidato que deixar de comparecer a qualquer uma das provas determinadas, será considerado reprovado.

4.18. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

4.19. Não será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização da prova, exceto para os casos de hipoglicemia ou outros problemas de saúde, desde que comprovados através de atestado médico, os quais serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.20. Durante a realização das provas, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa, lápis, borracha, documento de Identidade, e uma garrafa de água transparente. A Concursos SS1 não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

CAPÍTULO V - DA PROVA OBJETIVA

5.1. A Prova Objetiva, para todos os cargos será aplicada em 20/06/2021, em local e horário a serem divulgados quando da homologação das inscrições em 07/06/2021.

5.2. O Município, reserva-se o direito de indicar nova data para a realização da Prova Objetiva, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação em jornal de circulação local, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das mesmas.

5.3. Os programas e/ou referências bibliográficas da prova objetiva de cada cargo, são os constantes no Anexo I do presente Edital.

5.3.1. Em todas as provas, quando da citação de legislação, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até o último dia das inscrições.

5.3.2. As leis indicadas nas referências bibliográficas poderão ser usadas em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.

5.4. O tempo de duração da prova objetiva será de até 2 horas.

5.5. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

5.6. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 (uma) hora contada do seu efetivo início.

5.7. Durante as provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

5.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura dos Concursos Públicos e/ou Processos Seletivos, a Concursos SS1 poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

5.9. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS.

5.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo a FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS o único documento válido e

utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. É obrigação do candidato conferir seus dados na folha ótica de respostas e assinar no local indicado. A não entrega da folha ótica de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura na folha ótica de respostas poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.

5.11. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na folha ótica de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

5.12. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

5.13. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, a folha ótica de respostas devidamente preenchida e assinada.

5.14. Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes.

CAPÍTULO VI - DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA - Somente para o cargo de BOMBEIRO COMUNITÁRIO/DEFESA CIVIL (Feminino e Masculino)

6.1. O Teste de Aptidão Física poderá ser aplicado na mesma data da Prova Objetiva ou em data a ser informada por edital.

6.2. De acordo com o número de candidatos inscritos e das condições de realização do Teste de Aptidão Física, este poderá ocorrer na mesma data da Prova Objetiva, quando serão chamados a prestá-la todos os candidatos que participaram da Prova Objetiva.

6.2.1. O candidato reprovado na Prova Objetiva, mesmo tendo realizado o Teste de Aptidão Física, será considerado reprovado no Processo Seletivo.

6.3. Se aplicada em outra data, somente serão convocados a prestar o Teste de Aptidão Física os candidatos aprovados na primeira etapa do Processo Seletivo e ainda, apenas os 10 (dez) primeiros pré-classificados para cada cargo.

6.3.1. Os candidatos que não atingirem esta classificação também serão considerados reprovados no concurso, não prestando esta prova.

6.3.2. Em caso de empate na última nota classificada, serão chamados todos os casos de empate com a mesma.

6.4. Para concorrer a este teste o candidato deverá apresentar-se com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário previsto para seu início, em trajes apropriados para a prática desportiva, portando Cédula de Identidade, Documento de Inscrição e Atestado Médico recente (emitido 30 (trinta) dias antes do teste) que comprove boas condições para a prática desportiva e atividades físicas; caso o candidato não apresente o atestado médico no momento da realização do Teste de Aptidão Física ficará impedido de realizar o mesmo e será eliminado do Processo Seletivo.

6.4.1. Os custos e procedimentos necessários à obtenção do atestado médico serão suportados exclusivamente pelo candidato.

6.4.2. Não haverá repetição na execução dos testes conforme estipulado, exceto nos casos em que a Banca Examinadora concluir pela ocorrência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, que tenha prejudicado seu desempenho.

6.4.3. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do próprio candidato, não podendo interferir no andamento da prova.

6.4.4. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas, não sendo estas enquadradas como deficiência física, que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou realização de nova prova.

6.4.5. Caso se verifique a inviabilidade técnica para realização do teste na data fixada para sua realização, tendo em vista as condições meteorológicas do clima (chuva, tempestades, etc.) o Município poderá, caso entender conveniente, transferir a realização dos testes e fixará dentro de 3 (três) dias úteis, a nova data para a realização do Teste de Aptidão Física.

6.5. O teste consistirá na avaliação das condições físicas, através dos seguintes exercícios e respectivos índices mínimos exigidos:

Exercícios	Repetições e Distâncias		Tempo Máximo
	Masculino	Feminino	
Abdominal	25	20	1 minuto
Flexo-extensão de cotovelos - Apoio	10	07	1 minuto
Teste de Corrida	1800 metros	1400 metros	12 minutos

6.5.1. Abdominal - o candidato inicia o teste em decúbito dorsal, com os joelhos flexionados, as plantas dos pés apoiados no solo com os calcanhares unidos a uma distância de 30 a 45cm das nádegas, formando um ângulo menor que 90° graus. Os braços podem estar na cabeça com as mãos entrelaçadas na nuca ou cruzados no tronco, com as mãos apoiadas nos ombros opostos. O avaliador segura os pés do avaliado. O candidato deverá contrair a musculatura abdominal e levar a cabeça para frente, flexionando o tronco até tocar os joelhos com os cotovelos (se com as mãos entrelaçadas na nuca), ou até o "nível" em que ocorra o contato da face anterior dos antebraços com as coxas (se com as mãos cruzadas no tronco), retornando e retorna a posição inicial.

- Para o sexo masculino serão exigidas para aprovação 25 (vinte e cinco) repetições no mínimo;

- Para o sexo feminino serão exigidas para aprovação 20 (vinte) repetições no mínimo.

6.5.2. Flexo-extensão de cotovelos (Apoio)

- Para o sexo masculino: Esta prova consistirá em o candidato executar flexo-extensão dos cotovelos em apoio de frente no solo, com apoio simultâneo dos pés no solo. Posição inicial: Decúbito ventral, tronco e pernas estendidas e pés apoiados no solo, mãos apoiadas no solo na largura dos ombros, cotovelos estendidos. Durante a execução do exercício, deve haver flexão dos cotovelos até chegar próximo ao solo e retornar à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem o solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas. A execução do teste deverá ser ininterrupta, não sendo permitido o repouso ou pausa entre as repetições. Serão exigidas para aprovação 10 repetições no mínimo;

- Para o sexo feminino: Esta prova consistirá em o candidato executar flexo-extensão dos cotovelos em apoio de frente no solo, com apoio simultâneo dos pés no solo. Posição inicial: Decúbito ventral, tronco e pernas estendidas e pés apoiados no solo, mãos apoiadas no solo na largura dos ombros, cotovelos estendidos. Durante a execução do exercício, deve haver flexão dos cotovelos até chegar próximo ao solo e retornar à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem o solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas. A execução do teste deverá ser ininterrupta, não sendo permitido o repouso ou pausa entre as repetições. Serão exigidas para aprovação 07 repetições no mínimo.

6.5.3. Teste de corrida de 12 (doze) minutos - O teste deverá ser realizado em 12 (doze) minutos em uma pista de atletismo ou circuito de piso regular e plano. Partindo da posição inicial de pé, o candidato deverá correr ou andar, podendo haver ou não interrupções, modificação de ritmo ou paradas. Faltando 01 (um) minuto para o encerramento do teste, será emitido um sinal sonoro (com um apito) avisando os candidatos sobre o tempo já decorrido. Após 12 (doze) minutos será dado um sinal sonoro diferente e o candidato deverá parar no lugar em que estiver. O candidato deverá ficar em pé, andando transversalmente na pista onde aguardará a anotação do seu percurso pelo fiscal do teste. O candidato não poderá se retirar da pista para a parte interna ou externa da mesma antes de terminar o percurso mínimo e de ser autorizado pelo fiscal controlador de sua corrida. Caso isso ocorra, será considerado que o candidato abandonou o teste e será declarado ELIMINADO.

- Para os candidatos do sexo masculino, será considerado aprovado o candidato que percorrer nos 12 minutos a distância de 1.800m (um mil e oitocentos) metros no mínimo;

- Para os candidatos do sexo feminino, será considerada aprovada a candidata que percorrer nos 12 minutos a distância de 1.400 (um mil e quatrocentos) metros no mínimo.

6.6. O candidato(a) que não realizar o índice mínimo em qualquer uma das modalidades correspondentes acima, será considerado inapto e não realizará a modalidade seguinte, sendo considerado reprovado no exame físico, respectivamente.

CAPÍTULO VII - DOS RECURSOS

7.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
- b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
- c) Aos resultados parciais e finais do Processo Seletivo.

7.2. Todos os recursos, deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação por edital, de cada evento.

7.3. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site www.concursosss1.com.br, no prazo estipulado por Edital. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

7.4. Para cada questionamento deverá ser utilizado um formulário eletrônico, com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, no qual deve ser circunstanciada exposição a respeito das questões e pontos para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos, bem como as razões do pedido de revisão e o total dos pontos pleiteados.

7.5. Não se conhecerão os recursos que não contenham os dados acima e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.

7.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail) ou em desacordo com este Edital.

7.7. A Concursos SS1 não se responsabiliza por recurso não recebido por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão dos documentos solicitados.

7.8. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.

7.9. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

7.10. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários eletrônicos de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo. Os recursos que não estejam com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, não serão aceitos.

7.11. Os recursos serão analisados individualmente, porém as respostas poderão ser divulgadas por questão e não direcionadas a cada candidato.

CAPÍTULO VIII - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

8.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à nota obtida na prova objetiva, bem como o conceito apto na prova de aptidão física, conforme aplicada ao cargo.

8.2. A classificação final do Processo Seletivo será publicada por edital, apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

8.2.1. A lista final de classificação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde apresentará apenas os candidatos aprovados por área de atuação, ou seja, pela micro área escolhida, em que resida o candidato.

8.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:

8.3.1. Para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade.

8.3.2. Após a aplicação do critério acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:

- a) obtiver maior nota em legislação, conhecimentos gerais e específicos;
- b) obtiver maior nota em português;
- c) maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.

8.4. Persistindo o empate entre os candidatos, após aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

8.4.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

CAPÍTULO IX - DO PROVIMENTO DOS CARGOS

9.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados junto ao Município de São Ludgero.

9.3. A publicação da convocação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao Mural da Prefeitura de São Ludgero e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato via telefone, aplicativo de mensagens ou e-mail informados na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado pelo candidato.

9.3.1. É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados atualizados até a data da homologação final do Processo Seletivo.

9.4. Os candidatos aprovados convocados no serviço público municipal terão o prazo máximo de 15 (trinta) dias contados da publicação do Ato de contratação para apresentar-se em condições de iniciar as atividades do cargo. Será tornado sem efeito o Ato de contratação para o candidato que não cumprir os prazos legais, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato por ordem de classificação.

9.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento uma só vez.

9.6. O Processo Seletivo terá validade por 1 (um) ano a partir da data de homologação dos resultados, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Município de São Ludgero.

9.7. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de convocação, a contratação no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:

- a) a documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.6 deste Edital acompanhada de fotocópia;
- b) atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
- c) declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas.

9.8. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da contratação, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

9.9. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

CAPÍTULO X - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inexistência das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Município de São Ludgero em conjunto com a Concursos SS1.

10.3. Faz parte do presente Edital:

Anexo I - Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;

Anexo II - Modelo de Requerimento - Pessoas com Deficiência;

Anexo III - Modelo de Requerimento - Doador de Sangue/Doador de Medula;

Anexo IV - Cronograma de Execução.

Município de São Ludgero, 28 de abril de 2021.

IBANEIS LEMBECK

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANEXO I - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

PORTUGUÊS

Conteúdos: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Classes de palavras - identificação e flexões. 5) Sinônimos e antônimos.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Conteúdos: 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Conteúdo 1 - Legislação e Conhecimentos Gerais: 1) São Ludgero: a) História do Município. b) Símbolos municipais. c) Aspectos geográficos. D) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Noções sobre primeiros socorros. 5) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais.

- SÃO LUDGERO. Lei Orgânica do Município.

- SÃO LUDGERO. Lei Complementar nº 007/93. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Ludgero.

- <https://www.saoludgero.sc.gov.br/>

- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

Conteúdo 2 - Conhecimentos Específicos: 1) Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Estratégias e ações de educação e promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, em especial o Programa de Saúde da Família; Atenção primária à saúde. 2) Conceitos de territorialização, microárea e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. 3) Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. 4) Conhecimentos básicos sobre doenças. 5) O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes. Ética no trabalho em saúde. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Estratégia de saúde da família na Atenção Básica à saúde. Estratégias de abordagem a grupos sociais e famílias. Direitos humanos. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação; visita domiciliar. 6) Imunologia e Calendários de Vacinação. 7) Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. 8) Coleta de dados: e-SUS Atenção Básica. 9) Doenças de Notificação Compulsória. 10) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

- BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

- BRASIL. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

- BRASIL. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde.
- BRASIL. Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Educação em Saúde: diretrizes. Brasília: Funasa.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância Ambiental em Saúde. Brasília: Funasa.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança: menina. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderneta de Saúde da Criança: menino. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa de Saúde da Família.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 32) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, Hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 21) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Melhoria Contínua da Qualidade na Atenção Primária à Saúde: conceitos, métodos e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Como Ajudar no Controle da Hanseníase? Brasília: Ministério da Saúde. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso. Brasília: Ministério da Saúde. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. O Agente Comunitário de Saúde no Controle da Dengue. Brasília: Ministério da Saúde. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef. Carências de Micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos de Atenção Básica, n. 20) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

BOMBEIRO COMUNITÁRIO/DEFESA CIVIL (FEMININO E MASCULINO)

PORTUGUÊS

Conteúdos: 1) Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. 2) Ortografia. 3) Acentuação gráfica. 4) Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. 5) Classes de palavras. 6) Flexão nominal e verbal. 7) Colocação pronominal. 8) Emprego de modos verbais. 9) Vozes do verbo. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Paralelismo de regência. 13) Ocorrência de crase. 14) Pontuação. 15) Termos da oração. 16) Processos de coordenação e subordinação.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Conteúdos: 1) Operações fundamentais. 2) Números inteiros, racionais e reais. 3) Problemas de contagem. 4) Sistema de medidas decimais: metro, metro quadrado e cúbico, litro, grama. 5) Unidades de comprimento. 6) Medidas de área. 7) Medidas de Volume. 8) Razões e proporções. 9) Divisão proporcional. 10) Regras de três simples e compostas. 11) Porcentagens. 12) Equações e inequações de 1º e 2º graus. 13) Sistemas lineares. 14) Juros simples e compostos. 15) Transformação em dias, horas, minutos e segundos. 16) Probabilidades. 17) Resolução de problemas. 18) Logaritmos. 19) Probabilidade. 20) Progressão aritmética. 21) Progressão geométrica. 22) Análise combinatória.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Conteúdo 1 - Legislação e Conhecimentos Gerais: 1) São Ludgero: a) História do Município. b) Símbolos municipais. c) Aspectos geográficos. D) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Noções sobre primeiros socorros. 5) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais.
- SÃO LUDGERO. Lei Orgânica do Município.
- SÃO LUDGERO. Lei Complementar nº 007/93. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Ludgero.
- <https://www.saoludgero.sc.gov.br/>
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

Conteúdo 2 - Conhecimentos Específicos:

1) Noções básicas de: Primeiros Socorros; Socorro e atendimento pré-hospitalar; Busca terrestre; Resgate veicular; Salvamento em altura; Combate a incêndios; Segurança e proteção contra incêndio e pânico; Abordagem e transporte da vítima; Situações vitais; Enfarte e parada cardíaca; Parada respiratória; Estado de choque; Acidentes (carro, motocicleta, ônibus, avião); Afogamento; Alcoolismo; Corpos estranhos e asfixia; Choque elétrico; Exposição ao calor; Feridas; Fraturas, entorses, luxações e contusões; Hemorragias; Envenenamentos; Intoxicações; Mordidas de animais; Parto súbito; Aborto; Picadas de insetos; Queimaduras; Resfriamento. 2) Equipamentos de Proteção Individual, Coletiva e Respiratória - EPI, EPC e EPR. 3) Normas Regulamentadoras e Normas Técnicas. 4) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 11861: Mangueira de incêndio- Requisitos e métodos de ensaio.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13716: Equipamento de proteção respiratória - Máscara autônoma de ar comprimido com circuito aberto.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14023: Registro de atividades de bombeiros.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14064: Atendimento a emergência no transporte terrestre de produtos perigosos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14608: Bombeiro Civil - Requisitos e procedimentos.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15219: Plano de emergência contra incêndio - Requisitos.
- BRASIL. Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências.
- BRASIL. Normas Regulamentadoras. NR-6, NR-9, NR-16, NR-23.
- SANTA CATARINA. Decreto Estadual nº 4.909, de 18 de outubro de 1994. Normas de Segurança Contra Incêndio.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

ANEXO II - REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021 - MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

Vem REQUERER vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL☐ NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

Data: ____/____/____

Assinatura

ANEXO III - REQUERIMENTO - DOADOR DE SANGUE/DOADOR DE MEDULA**PROCESSO SELETIVO Nº 04/2021 - MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO**

Nome do candidato: _____

Cargo: _____

Nº Inscrição: _____

Eu, _____, venho requerer isenção de pagamento de taxa de inscrição no Processo Seletivo nº 04/2021, do Município de São Ludgero, nos termos da Lei Estadual nº 10.567/1997 e alterações do Estado de Santa Catarina e da Lei Ordinária nº 1967/2015, do Município de São Ludgero.

MARCAR ABAIXO O TIPO DE ISENÇÃO QUE DESEJA SOLICITAR:

☐ Doador de Sangue: Para isto, apresento comprovante de pelo menos uma doação de sangue nos últimos 12 meses anteriores a data de publicação deste edital, através de apresentação de documento digitalizado legível, expedido pela entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou Município.

☐ Doador de Medula Óssea: Para isto, apresento comprovante digitalizado e legível de cadastro no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (REDOME) - Carteirinha do REDOME, anexo a este requerimento.

Data: ____/____/____

Assinatura

ANEXO IV - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (1)

Data - 2021	Evento
28/04	Publicação do Edital
28/04 a 28/05	Período de inscrições e envio de documentos para Pessoas com Deficiência via site
28/04 a 07/05	Pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição e envio da documentação via site
14/05	Divulgação do resultado do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição
17 e 18/05	Período para interposição de recursos dos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição
21/05	Divulgação do resultado dos recursos
31/05	Último dia para pagamento da inscrição
07/06	Divulgação da homologação das inscrições e local da Prova Objetiva
08 e 09/06	Período para interposição de recursos das inscrições
14/06	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições
20/06	Prova Objetiva e Teste de Aptidão Física - TAF(2)
21/06	Divulgação do Gabarito Preliminar
22 e 23/06	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar
02/07	Divulgação do Gabarito Oficial, Resultado da Prova Objetiva e TAF e Classificação Final Preliminar
05 e 06/07	Período para interposição de recursos do Resultado da Prova Objetiva e TAF e Classificação Final Preliminar
Até 15/07	Divulgação do Resultado dos Recursos e Homologação Final

(1) Este cronograma tem caráter orientador, podendo sofrer alteração em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de São Ludgero em acordo com a Concursos SS1.

(2) Conforme o número de candidatos inscritos, a Teste de Aptidão Física poderá ser aplicada na mesma data da Prova Objetiva ou em outra data a ser informada por Edital.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.215, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004150

LEI ORDINÁRIA N. 2.215/2021

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE - FEBAVE QUE MANTÉM O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE

– UNIBAVE PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO E TRABALHO PARA ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IBANEIS LEMBECK, Prefeito de São Ludgero, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de São Ludgero, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores deliberou, aprovou, e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.975.236/0001-08, que mantém o Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE.

§1º – O valor descrito no caput deste artigo será repassado em 8 (oito) parcelas, mensais e sucessivas de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), iniciando a primeira em maio de 2021.

§2º - Para o repasse dos valores será firmado convênio entre as partes.

Art. 2º - O valor a ser repassado, será destinado a concessão de bolsas de estudo e trabalho à alunos residentes no Município de São Ludgero e que estejam regularmente matriculados em cursos de graduação do UNIBAVE, na seguinte proporção:

- 65% (sessenta e cinco por cento), à acadêmicos carentes financeiramente.
- 25% (vinte e cinco por cento), para bolsa de trabalho à acadêmicos carentes financeiramente.
- 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência e carentes.

Parágrafo Único – Caso não haja acadêmico inscrito para modalidade de bolsa descrita na alínea “b” e “c” do art. 2º desta lei, o valor será remanejado para a modalidade de bolsa definida na alínea “a” do art. 2º desta lei.

Art. 3º - Os critérios de seleção dos beneficiários serão regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo, que deverá se dar pelo grau de carência financeira, desempenho acadêmico, dentre outros.

Art. 4º - Caberá a Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE, proceder a seleção dos beneficiários, sendo que o procedimento será conduzido por comissão, que poderá ter a participação do Poder Executivo, Legislativo, dos acadêmicos e do UNIBAVE.

Parágrafo Único – A cada ano letivo deverá haver seleção de novos beneficiários, com renovação semestral.

Art. 5º As despesas desta lei, correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São Ludgero, SC, 27 de Abril de 2021.

IBANEIS LEMBECK

Prefeito de São Ludgero

LÉO FUCHTER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

SUGESTÃO DE MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO TERMO DE CONVÊNIO Nº /2021

CONVÊNIO DE DESCONTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE - UNIBAVE E O MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS DE INCLUSÃO SOCIAL NOS CURSOS SUPERIORES REGULARES OFERTADOS PELO UNIBAVE.

Por meio deste instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE, CNPJ N. 83.975.236/0001-08, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua Padre João Leonir DalAlba, 601, Bairro Murialdo, Orleans/SC, representado por seu Presidente, que passa a ser denominada simplesmente UNIBAVE; e do outro lado, MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.926.536/0001-05, com sede na Av. Monsenhor F. Tombrock, 1300 - Centro, CEP 88.730- 000, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor IBANEIS LEMBECK, brasileiro, casado, prefeito, inscrito no CPF sob o nº 690.817.519-72, residente e domiciliado à Rua Padre José, 600, Apto 101, São Ludgero – SC, doravante denominado(a) simplesmente MUNICÍPIO, resolvem CELEBRAR o presente CONVÊNIO DE BOLSAS DE INCLUSÃO SOCIAL, que será regido pelas disposições constantes na Lei n.º e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O objeto do presente convenio, tem por finalidade o estímulo a educação superior que consiste na disponibilização de recursos financeiros para bolsas de estudo a alunos matriculados no Centro Universitário Barriga Verde, mantido pela Fundação Educacional Barriga Verde.

CLAUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: O Município de São Ludgero se obriga:

- a. Repassar o valor global de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) em 8 (oito) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) cada, iniciando a primeira em e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, depositados na conta corrente. ;
- b. Indicar 2 (dois) representantes para compor a Comissão de Seleção e Classificação das Bolsas de Estudo;
- c. Fornecer semestralmente aos seus munícipes declaração comprobatória do vínculo com o MUNICÍPIO para a obtenção do benefício na forma prevista na Cláusula Primeira ou encaminhar a UNIBAVE relação de eventuais estudantes e estagiários interessados.

CLAUSULA TERCEIRA – DA DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES: A distribuição dos valores se dará na seguinte proporção:

- I. 65% (sessenta e cinco por cento), para bolsas de estudo à acadêmicos carentes financeiramente;
- II. 25% (vinte e cinco por cento), para bolsas de trabalho/estágio à acadêmicos carentes financeiramente;
- III. 10% (dez por cento) para bolsas de estudos a alunos portadores de deficiência e carentes.

§1º - Havendo sobra de recursos das bolsas de que tratam os incisos II e III desta Cláusula, os valores serão utilizados para as bolsas de estudo previstas no inciso I.

§2º - O percentual de cada bolsa de estudo de que trata os incisos I e III desta Clausula será de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do respectivo curso em que o acadêmico estiver matriculado.

§3º - A bolsa trabalho de que trata o inciso II desta Cláusula, será em número de 2 (duas) no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) cada e mais R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) de auxílio-transporte, sendo que será firmado com o aluno, Termo de Estágio de 20h (vinte horas semanais, trabalhando de segunda a sexta-feira, 4h (quatro horas) por dia.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO UNIBAVE: São obrigações do UNIBAVE:

- a. Efetuar a confecção de edital de seleção e classificação com ampla publicação;
- b. Fornecer mensalmente ao MUNICÍPIO, para efeito de controle e acompanhamento, listagem estatística dos estudantes beneficiados, informando Curso e Período em que estão matriculados, respeitando o sigilo das informações acadêmicas;
- c. Fornecer mensalmente ao MUNICÍPIO, para efeito de controle e acompanhamento, os valores dos recursos recebidos, relacionados às bolsas de inclusão social aos seus respectivos estudantes;
- d. Coordenar e executar administrativa, acadêmica, financeira e legalmente os processos de inscrição, seleção, matrícula e atendimento aos estudantes nos cursos oferecidos;
- e. Responsabilizar-se por toda a administração e coordenação das atividades letivas.

CLAUSULA QUINTA – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO: Os critérios para seleção e classificação são:

I. PARA ALUNOS CARENTES:

- a. Renda familiar per capita de 1,5 (um virgula cinco) salários mínimos nacional;
- b. Residir no Município de São Ludgero;
- c. Não ter mais de 75% (setenta e cinco por cento) de reprovação;
- d. Estar regularmente matriculado em cursos de graduação do UNIBAVE;

II. PARA BOLSA TRABALHO:

- a. Renda familiar per capita de 1,5 (um virgula cinco) salários mínimos nacional;
- b. Residir no Município de São Ludgero;
- c. Não ter mais de 75% (setenta e cinco por cento) de reprovação;
- d. Estar regularmente matriculado em cursos de graduação do UNIBAVE;
- e. Ter disponibilidade para trabalhar 20h por semana.

III. PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA:

- a. Renda familiar per capita de 1,5 (um virgula cinco) salários mínimos nacional;
- b. Residir no Município de São Ludgero;

- c. Não ter mais de 75% (setenta e cinco por cento) de reaprovação;
- d. Estar regularmente matriculado em cursos de graduação do UNIBAVE;
- e. Comprovação da deficiência

CLAUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA: O presente Convênio terá vigência até 31 de Dezembro de 2020.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES: Os contratantes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, por meio de Termo Aditivo, modificar este instrumento, desde que haja prévia e expressa comunicação entre as partes.

CLAUSULA OITAVA – DO FORO: Os contratantes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte – SC, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente ajuste, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

CLAUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Declaram os contratantes que este instrumento contratual corresponde a manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre eles celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo firmadas, que a tudo assistiram.

São Ludgero – SC, de de 2021.

PREFEITO DE SÃO LUDGERO	PRESIDENTE DO UNIBAVE
-------------------------	-----------------------

TESTEMUNHAS:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021-PMSL

Publicação Nº 3004162

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 041/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 028/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DE DEPARTAMENTOS VINCULADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data da Abertura do Processo Licitação: 18/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021- FMSL

Publicação Nº 3004170

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 018/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 13/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO DOS DEPARTAMENTOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Data da Abertura do Processo Licitação: 19/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13 h as 17 h, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Nilva Schlickmann Pickler

Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021- PMSL

Publicação Nº 3004148

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 025/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO.

Data da Abertura do Processo Licitação: 13/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2021- PMSL

Publicação Nº 3004151

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 039/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 026/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA REPOSIÇÃO NAS MANUTENÇÕES DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DENTRO DO PERÍMETRO DE JURISDIÇÃO DO MUNICÍPIO.

Data da Abertura do Processo Licitação: 14/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 14h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021- PMSL

Publicação Nº 3004155

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 040/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 027/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES EM EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS, REALIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data da Abertura do Processo Licitação: 14/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 09h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021- PMSL

Publicação Nº 3004158

MUNICIPIO DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 042/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

Nº PROCESSO P/ MODALIDADE: Nº 029/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA DE ALVENARIA E CARPINTARIA, A FINS DE ATENDER A DEMANDA DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Data da Abertura do Processo Licitação: 13/05/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 13h30min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 27 de abril de 2021.

Ibaneis Lembeck

Prefeito de São Ludgero

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PROCESSO SELETIVO 01/2021

Publicação N° 3003774

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2021

ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Sr. Vanderlei Bonaldo, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Ata de Classificação Preliminar referente ao Processo Seletivo n.º 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos a Ata de Classificação Preliminar do Processo Seletivo n.º 001/2021, do Município de São Miguel da Boa Vista, conforme Anexo I.
2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.
3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de abril de 2021.

VANDERLEI BONALDO

Prefeito Municipal

LUCIMAR MAXIMINO PEDROTTI

Presidente da Comissão de Acompanhamento

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 25-2021

Publicação N° 3003369

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2021 - Modalidade: Pregão Presencial

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ONIBUS NOVO, OKM, ANO DE FAB/MODELO, NO MÍNIMO, 2021/2021, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, a empresa SAN MARINO ÔNIBUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 93.785.822/0001-06, no valor total de R\$ 265.000,00. São Miguel da Boa Vista/SC, 27 de abril de 2021. VANDERLEI BONALDO - Prefeito Municipal

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO 01-2021

Publicação N° 3003772

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2021

GABARITO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, Sr. Vanderlei Bonaldo, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Gabarito Definitivo referente ao Processo Seletivo n.º 001/2021, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo o Gabarito Definitivo da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo n.º 001/2021, do Município de São Miguel da Boa Vista (SC), conforme segue:

ENSINO FUNDAMENTAL

Língua Portuguesa

01 – A	02 – D	03 – D
--------	--------	--------

Matemática

04 – C	05 – A
--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – A	07 – D	08 – C	09 – B	10 – E
--------	--------	--------	--------	--------

Motorista de Veículos Pesados e Transporte Escolar

11 – D	12 – C	13 – A	14 – E	15 – A	16 – B	17 – D	18 – E	19 – D	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

ENSINO MÉDIO**Língua Portuguesa**

01 – B	02 – B	03 – A
--------	--------	--------

Matemática

04 – D	05 – D
--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – A	07 – D	08 – C	09 – B	10 – E
--------	--------	--------	--------	--------

Agente Comunitário de Saúde

11 – E	12 – B	13 – E	14 – B	15 – D	16 – A	17 – B	18 – C	19 – B	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Técnico(a) em Enfermagem

11 – C	12 – C	13 – D	14 – C	15 – C	16 – B	17 – A	18 – E	19 – C	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

ENSINO SUPERIOR**Língua Portuguesa**

01 – A	02 – C	03 – B
--------	--------	--------

Matemática

04 – A	05 – B
--------	--------

Conhecimentos Gerais

06 – A	07 – D	08 – C	09 – B	10 – E
--------	--------	--------	--------	--------

Nutricionista

11 – A	12 – B	13 – E	14 – E	15 – C	16 – C	17 – A	18 – B	19 – E	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor II – Educação Infantil

11 – D	12 – D	13 – A	14 – B	15 – B	16 – B	17 – B	18 – C	19 – B	20 – C
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor III – Séries Iniciais do Ensino Fundamental

11 – D	12 – E	13 – C	14 – E	15 – D	16 – D	17 – A	18 – B	19 – B	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor IV – Artes

11 – C	12 – E	13 – D	14 – B	15 – A	16 – D	17 – D	18 – D	19 – A	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor IV – Educação Física e Expressão Corporal

11 – A	12 – C	13 – B	14 – E	15 – A	16 – C	17 – D	18 – D	19 – D	20 – A
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Professor IV – Inglês

11 – B	12 – D	13 – E	14 – C	15 – B	16 – A	17 – D	18 – E	19 – B	20 – D
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Segundo Professor de Turma

11 – D	12 – D	13 – A	14 – D	15 – B	16 – D	17 – C	18 – B	19 – B	20 – B
--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de São Miguel da Boa Vista (SC), 27 de abril de 2021.

VANDERLEI BONALDO
Prefeito Municipal

LUCIMAR MAXIMINO PEDROTTI
Presidente da Comissão de Acompanhamento

CÂMARA MUNICIPAL**APOSTILAMENTO BETHA 2021 - DO VALOR**

Publicação Nº 3004153

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DMINISTRATIVO N. 005/2018

REFERENTE: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2018

CONTRATANTE: Câmara Municipal de São Miguel da Boa Vista, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Miguel, nº 568, inscrita no CNPJ sob o nº 11.331.812/0001-36, neste ato representada por sua Presidente, Sr. Miguel Oli Thiago

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67

AMPARO LEGAL: Clausula11ª, item 2, do Contrato 005/2018 e art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

1. O objeto do presente apostilamento é o reajuste contratual no percentual de 6,94 %, pelo índice INPC (IBGE) acumulado nos últimos 12 meses, a partir 10/04/2021, a teor do item 3, da Cláusula Terceira do Contrato originário.
2. As despesas decorrentes do presente reajuste correrão por conta da correspondente dotação orçamentária do exercício de 2021.
3. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato não atingidas pelo presente Termo de Apostilamento.

São Miguel da Boa Vista/SC, 23 de abril de 2021.

EDSON CÉSAR RIGOTTI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

01 - EDITAL REURB- NUNES ABR 2021

Publicação Nº 3004196



**COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 013/2021

PROCEDIMENTO Nº 013/ 2021 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NUNES

Matrícula: 16.329 - CRISMO

Imóvel Privado

REURB-S

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DO DOMÍNIO E CONFROTANTES

O Presidente da Comissão de Regularização Fundiária de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, FAZ SABER aos terceiros eventualmente interessados e, especialmente, aos confrontantes marginais da GLEBA Nº 181, BLOCO I, Matrícula: 16.329 – CRISMO, situado no Bairro Santa Rita, perímetro urbano, município de São Miguel do Oeste, que tramita perante o Município o procedimento de Regularização Fundiária, sob n. 013/2021, denominado de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NUNES.

O “NÚCLEO URBANO INFORMAL “NUNES” pertencente gleba nº 181, bloco I, da Matrícula: 16.329 – CRISMO, sito No Bairro Santa Rita, com área de 5.004,00 m².

Os **Titulares do Domínio abaixo citados, terão 30 dias para a manifestação** conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

Loreci Nunes, Jari Nunes, Selio Nunes, Elizabete Nunes, Ornélcio Francisco Nunes, Celi Nunes Schmitt, Ariovaldo Nunes, Jair Nunes e Leonir Nunes.

Com área total a regularizar de 4.960,79 m², sendo essa uma área com uma concentração de 15 lotes. O loteamento é atendido pela Rua Projetada, que passará ao Domínio Público Municipal, bem com Rua João Venâncio de Camargo, conforme planta em anexo, dos lotes e confrontações, sendo o perímetro abrangido pela regularização é a seguinte:

MEMORIAL DESCRITIVO DA MATRÍCULA IMOBILIÁRIA Nº 16.329

Área: 4.960,79 m²**Insc. Imobiliária: 01.05.160.0072**

Inicia-se a descrição mais ao Norte, no vértice P01, na coordenada (EX: **250.821,1425** NY: **7.037.109,6983**), no azimute de **123°10'35"** a uma distância de **18,15 m** até o vértice P02, na coordenada (EX: **250.836,3399** NY: **7.037.099,7623**), confrontando com **Sanga do Açúde**, daí deflete à esquerda no azimute de **109°30'43"** a uma distância de **18,95 m** até o vértice P03, na coordenada (EX: **250.854,2116** NY: **7.037.093,4294**), confrontando com **Sanga do Açúde**, daí deflete à direita no azimute de **202°34'55"** a uma distância de **29,53 m** até o vértice P04, na coordenada (EX: **250.842,8782** NY: **7.037.066,1781**), confrontando com **Matrícula 1/ 31.315 de EJJ Empreendimentos Ltda e Matrícula 16.282 de Leontina da Silva**, daí deflete à direita no azimute de **202°53'04"** a uma distância de **26,00 m** até o vértice P05, na coordenada (EX: **250.832,7653** NY: **7.037.042,2192**), confrontando com **Matrícula 16.282 de Leontina da Silva, Matrícula 5/ 26.372 de Jéssica Luana Fanton, Matrícula 6/ 26.997 de Adão Muniz**, daí deflete à esquerda no azimute de **202°48'24"** a uma distância de **27,00 m** até o vértice P06, na coordenada (EX:



COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA

250.822,3042 NY: 7.037.017,3413), confrontando com Matrícula 6/ 26.997 de Adão Muniz, Matrícula 26.780 de Margarete Betoni, Matrícula 26.275 de Normélio Betoni, daí deflete à esquerda no azimute de 201°28'28" a uma distância de 10,60 m até o vértice P07, na coordenada (EX: 250.818,4212 NY: 7.037.007,4711), confrontando com Matrícula 26.275 de Normélio Betoni, Matrícula 1/ 26.341 de Tadeus Sierota, daí deflete à direita no azimute de 202°11'24" a uma distância de 16,53 m até o vértice P08, na coordenada (EX: 250.812,1777 NY: 7.036.992,1640), confrontando com Matrícula 1/ 26.341 de Tadeus Sierota, Matrícula 4/ 26.274 de Tadeus Sierota, daí deflete à direita no azimute de 202°48'24" a uma distância de 26,98 m até o vértice P09, na coordenada (EX: 250.801,7242 NY: 7.036.967,3041), confrontando com Matrícula 4/ 26.274 de Tadeus Sierota e Matrícula 48.117 de Izolina Castanho, daí deflete à direita no azimute de 292°28'50" a uma distância de 35,85 m até o vértice P10, na coordenada (EX: 250.768,5824 NY: 7.036.981,0187), confrontando com Rua João Venâncio de Camargo, daí deflete à direita no azimute de 21°55'59" a uma distância de 13,88 m até o vértice P11, na coordenada (EX: 250.773,7633 NY: 7.036.993,8851), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à esquerda no azimute de 21°45'14" a uma distância de 13,28 m até o vértice P12, na coordenada (EX: 250.778,6842 NY: 7.037.006,2170), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à direita no azimute de 23°32'26" a uma distância de 12,95 m até o vértice P13, na coordenada (EX: 250.783,8575 NY: 7.037.018,0916), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à esquerda no azimute de 22°15'12" a uma distância de 13,50 m até o vértice P14, na coordenada (EX: 250.788,9707 NY: 7.037.030,5879), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à esquerda no azimute de 20°59'24" a uma distância de 16,80 m até o vértice P15, na coordenada (EX: 250.794,9911 NY: 7.037.046,2797), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à direita no azimute de 22°19'59" a uma distância de 9,78 m até o vértice P16, na coordenada (EX: 250.798,7076 NY: 7.037.055,3267), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à direita no azimute de 22°53'02" a uma distância de 13,48 m até o vértice P17, na coordenada (EX: 250.803,9512 NY: 7.037.067,7498), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à direita no azimute de 23°16'26" a uma distância de 13,35 m até o vértice P18, na coordenada (EX: 250.809,2307 NY: 7.037.080,0241), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú, daí deflete à esquerda no azimute de 21°52'17" a uma distância de 31,98 m até o vértice P01, na coordenada (EX: 250.821,1425 NY: 7.037.109,6983), confrontando com Matrícula R 4- 16.821, Gleba nº 180 de Moacir Cantú. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área foram calculados no plano de projeção U T M.

Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação, salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto nº 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei Federal nº 13.465/2017.



**COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Os **confinantes externos abaixo citados, terão 30 dias para a manifestação** conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

- **EJF Empreendimentos LTDA** – Matrícula R-2/31.315;
- **Leontina da Silva Castanha** – Matrícula R-4/16.282;
- **Jéssica Luana Fanton** – Matrícula R-5/26.372;
- **Adão Muniz** – Matrícula R-6/26.997;
- **Lidavir Balbinot** – Matrícula R-6/26.780;
- **Normelio Betoni** – Matrícula R-1/26.275;
- **Tadeus Sierota** – Matrículas R-4/26.274 e R-1/26.341;
- **Fabiano Nunes** - Matrícula R-4/48.117;

Estando em termos, expediu-se o presente edital para notificação do supramencionamento, advertindo-se que não apresentada a discordância perante o Município de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, localizado na rua Marcílio Dias, 1199, Centro de São Miguel do Oeste, em 30 (trinta) dias subsequentes ao decurso do prazo do edital publicado, implicar em concordância e a perda do eventual direito que o notificado tem de titular sobre o imóvel objeto da regularização. Será o presente edital, por extrato, afixado nos átrios da Prefeitura, e publicado uma vez na imprensa oficial ou no jornal de circulação local. Eu, Paulo Henrique de Couto, Presidente da Comissão de Regularização Fundiária e Julio Antonio Bagetti, advogado público municipal firmam o presente para que surta seus efeitos jurídicos

Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31 § 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste/SC, 28 de abril de 2021.

Paulo Henrique de Couto
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária

Julio Antonio Bagetti
OAB/SC 11.820-B
M. 16.318-9



**COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA**

ANEXO I – IMAGEM AÉREA DA POLIGONAL



ANEXO II – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

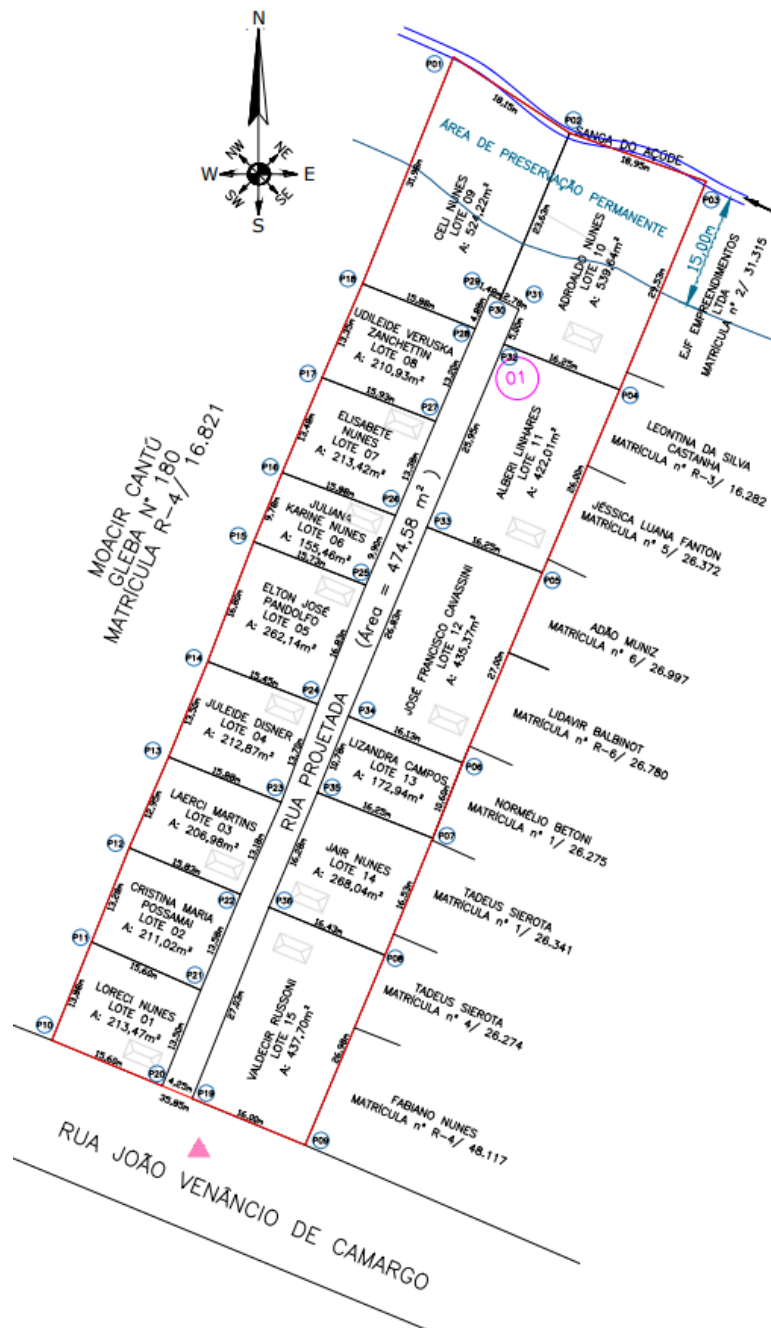
Rua Marcilio Dias, 1199
CEP: 89.900-000

Centro Administrativo Luiz Basso
www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste, SC
(49) 3631-2000



**COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ESTADO DE SANTA CATARINA**



Rua Marcílio Dias, 1199
CEP: 89.900-000

Centro Administrativo Luiz Basso
www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste, SC
(49) 3631-2000

DECRETO 9.536- DESDOBRAMENTO JEAN TRESSOLDI

Publicação Nº 3004192

DECRETO Nº 9.536/2021

APROVA O DESDOBRAMENTO DO IMÓVEL OBJETO DE MATRÍCULA IMOBILIÁRIA N. 39.890 DE PROPRIEDADE DE JEAN TRESSOLDI E JÉSSICA CRIS TRESSOLDI.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c com o art. 3º, II, 'b' e art. 82, §2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano), e

CONSIDERANDO o trâmite do memorando nº 8.537/2021;

CONSIDERANDO o parecer da Comissão de Regularização Fundiária que opinou pela aprovação do parcelamento em forma de Desdobramento.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do imóvel denominado de Lote Urbano nº 20-A, localizado na Rua Dona Celeste Loteamento Belvedere, objeto da Matrícula Imobiliária nº 39.890, de propriedade Jean Cleiton Tresoldi (CPF nº 104.548.679-56) e Jéssica Cris Tresoldi (CPF nº 088.355.959-59), com área de 447,125m², passando a ter as seguintes características e confrontações:

I – Lote Urbano nº 20-A-1, com área de 200,974m², confrontando: Inicia-se a descrição deste perímetro, ao Norte, no marco M6 de coordenada E= 248.102,78 N= 7.040.598,48, situado no vértice de divisa na confrontação ao Leste, por linha seca, com o Lote Urbano nº 20-A-2, de propriedade de Jéssica Cris Tresoldi e Jean Cleiton Tresoldi, com azimute de 179°38'19,61" e distância de 20,56 metros, segue até o marco M5 de coordenada E= 248.102,91 N= 7.040.577,86, situado no vértice de divisa na confrontação ao Sul, com a Rua Dona Celeste, com azimute de 268°35'02,83" e distância de 9,775 metros, segue até o marco M3 de coordenada E= 248.093,20 N= 7.040.577,62, situado no vértice de divisa na confrontação ao Oeste, por linha seca, com o Lote Urbano nº 21, de propriedade de Município de São Miguel do Oeste (Matrícula nº 49.103), com azimute de 359°38'15,81" e distância de 20,56 metros, segue até o marco M7 de coordenada E= 248.093,07 N= 7.040.598,18, situado no vértice de divisa na confrontação ao Norte, por linha seca, com o Lote Urbano nº 20-A-2, de propriedade de Jéssica Cris Tresoldi e Jean Cleiton Tresoldi, com azimute de 88°13'49,27" e distância de 9,775 metros, segue até o marco M6, vértice inicial da descrição deste perímetro". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo com Datum Sirgas 2000, MC 51° W. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. A coleta de dados foi realizada com aparelho GNSS-TRIUMPH-1 em modo RTK.

II- Lote Urbano nº 20-A-2, com área de 246,151m², confrontando: Inicia-se a descrição deste perímetro, ao Norte, no marco M1 de coordenada E= 248.105,68 N= 7.040.612,89, situado no vértice de divisa na confrontação ao Leste, por linha seca, com o Lote Urbano nº 20-B, de propriedade de Joseane Vicente Probst (Matrícula nº 39.209), com azimute de 179°38'22,01" e distância de 35,00 metros, segue até o marco M2 de coordenada E= 248.105,90 N= 7.040.577,93, situado no vértice de divisa na confrontação ao Sul, com a Rua Dona Celeste, com azimute de 268°39'31,94" e distância de 3,00 metros, segue até o marco M5 de coordenada E= 248.102,91 N= 7.040.577,86, situado no vértice de divisa na confrontação ao Oeste, por linha seca, com o Lote Urbano nº 20-A-1, de propriedade de Jéssica Cris Tresoldi e Jean Cleiton Tresoldi, com azimute de 359°38'19,61" e distância de 20,56 metros, segue até o marco M6 de coordenada E= 248.102,78 N= 7.040.598,48, situado no vértice de divisa na confrontação novamente ao Sul, por linha seca, com o Lote Urbano nº 20-A-1, de propriedade de Jéssica Cris Tresoldi e Jean Cleiton Tresoldi, com azimute de 268°13'49,27" e distância de 9,775 metros, segue até o marco M7 de coordenada E= 248.093,07 N= 7.040.598,18, situado no vértice de divisa na confrontação novamente ao Oeste, por linha seca, com o Lote Urbano nº 21, de propriedade de Município de São Miguel do Oeste (Matrícula nº 49.103), com azimute de 359°38'30,86" e distância de 14,44 metros, segue até o marco M4 de coordenada E= 248.092,98 N= 7.040.612,58, situado no vértice de divisa na confrontação ao Norte, por linha seca, com o Lote Urbano nº 17, de propriedade de Luiz Bido (Matrícula nº 43.039), com azimute de 88°36'06,19" e distância de 12,775 metros, segue até o marco M1, vértice inicial da descrição deste perímetro". Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, tendo com Datum Sirgas 2000, MC 51° W. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. A coleta de dados foi realizada com aparelho GNSS-TRIUMPH-1 em modo RTK.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários o registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de abril de 2021.

VARDELÍDIO EDENILSON ZANARDI

Prefeito Municipal em Exercício

Paulo Henrique Couto

Diretor de Habitação e Regularização Fundiária

Júlio Antônio Bagetti

Advogado

OAB/SC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 0126- ALTERA 04.2011- CÓDIGO DE OBRAS

Publicação N° 3003337

LEI COMPLEMENTAR N° 0126/2021

ALTERA AS NORMAS RELATIVAS AO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES - LEI COMPLEMENTAR 004/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

§ 2º A análise do projeto arquitetônico deverá ser efetuada num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis e, no caso de retorno do projeto, num prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, permanecendo suspenso na hipótese de a análise depender de documentação ou manifestação de órgãos desvinculados da Secretaria responsável pelo departamento de engenharia.

Art. 2º Fica alterado o inciso X, do Art. 12, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12

X - detalhamento da fossa séptica, fosso sumidouro ou filtro anaeróbio em escala 1/25, dentro das normas da ABNT, exceto para empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental, que deverão apresentar somente a locação do sistema;

Art. 3º Fica alterado o caput do Art. 54, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. Uma edificação é considerada multifamiliar quando possuir duas ou mais unidades autônomas destinadas ao uso residencial, podendo ser:

Art. 4º Fica alterado o Art. 55, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. São consideradas edificações residenciais multifamiliares permanentes aquelas que possuem duas ou mais unidades residenciais autônomas, agrupadas horizontalmente ou verticalmente, com áreas comuns de circulação interna e acesso ao logradouro público, e possuirão sempre:

Art. 5º Fica alterado o § 2º, do Art. 239, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 239.

§ 2º No pavimento térreo, as salas comerciais com área útil de até 100,00 m² terão pé-direito mínimo de 2,60 metros, aquelas com mais de 100,00 m² terão pé-direito mínimo de 3,00 metros e as sob forma de container terão pé-direito mínimo de 2,50 metros.”

Art. 6º Fica alterado o § 5º, do Art. 268, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 268.

§ 5º Quando o sistema de tratamento de efluentes tiver seu lançamento em rede pública, deverão ser apresentados detalhamentos e cálculos de dimensionamentos até o ponto de ligação com a rede pública.

Art. 7º Fica inserido o Art. 268-C à Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 268-C. Para empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental, prevalece o sistema de tratamento de efluentes adotado e

aprovado pelo órgão licenciador, dispensando-se a apresentação de projeto.”

Art. 8º Fica alterado o Art. 276, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 276. A concessão de Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra (habite-se) deverá ser precedida de vistoria da execução do sistema de tratamento de esgotamento sanitário, deixando-o descoberto para fins de comprovação da solução exigida pela Municipalidade, salvo no caso de empreendimentos submetidos ao licenciamento ambiental, hipótese em que será apresentado o projeto de locação sem detalhamento para verificação da locação do sistema.”

Art. 9º Fica alterado o Art. 299, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 299. As calçadas e passeios em logradouros públicos, na frente de terrenos edificadas ou não, deverão atender às disposições previstas em normas específicas.”

Art. 10. Fica inserido o § 3º, ao Art. 302, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 302.
.....

§ 3º Os balanços das edificações, incluindo os beirais, acima do pavimento térreo, não poderão ultrapassar 1/15 (um quinze avos) da largura do logradouro, respeitado o afastamento mínimo de 0,30 m (trinta centímetros) do meio-fio ou do posteamento.”

Art. 11. Fica alterado o caput do Art. 312 e inserido os §§ 1º, 2º e 3º ao mesmo artigo, da Lei Complementar 004, de 22 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 312. As edificações deverão atender às disposições de acessibilidade constantes do Decreto Federal nº 9.451/2018, da NBR 9050/2015 e da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e suas respectivas alterações, que dispõem sobre a acessibilidade das edificações.

§ 1º Caso a edificação se enquadrar no disposto no caput deste artigo, ao Município caberá somente analisar as áreas de uso comum, quanto ao que se refere a:

- a) Largura dos corredores;
- b) Dimensões dos banheiros e vestiários para P.C.D;
- c) Locação das bacias sanitárias e lavatórios;
- d) Inclinações das rampas de pedestres;
- e) Dimensões dos degraus das escadas;
- f) Demarcação e dimensões das vagas para P.C.D;
- g) Demarcação e dimensões do espaço para P.C.R;
- h) Dimensões e detalhamentos dos passeios;
- i) Rotas acessíveis.

§ 2º Os projetos que se enquadrem no § 1º deste artigo poderão ser apresentados somente em planta baixa.

§ 3º Fica dispensada a apresentação do projeto de acessibilidade das áreas privativas, bastando que o profissional técnico responsável pelo projeto apresente uma declaração atestando que o projeto permite adequações de acordo com as normas de acessibilidade mencionados no caput deste artigo.”

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.
Em, 26 de abril de 2021.

VARDELÍDIO EDENILSON ZANARDI
Prefeito Municipal em Exercício

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral do Município

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 3003825

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para elaboração e aprovação de licenciamento ambiental junto ao órgão competente para obra de canalização e/ou retificação de curso d'água da Sanga do Barro Preto, localizada no bairro São Jorge, município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 29 de abril até às 08h15min do dia 11 de maio de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 11 de maio de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 27 de abril de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

RESULTADO FINAL PSS 003-2021

Publicação Nº 3004630

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste
Resultado Final Processo Seletivo Simplificado 003/2021

Cargo Professor de Língua Portuguesa

Classificação	Candidato	Qualificação Profissional	Tempo de Experiência	Data de Nascimento	Somatória
1º	Vilma Maria Schmitt	3,0	4,0	26/01/1962	7,0
2º	Michele Schneiders	4,0	3,0	12/06/1993	7,0
3º	Paulo Ricardo Longhi	3,0	0,0	21/09/1974	3,0
----	Davi da Conceição	Desclassificado nos termos dos itens 4.4 e 3.1.			

Cargo Professor de Matemática

Classificação	Candidato	Qualificação Profissional	Tempo de Experiência	Data de Nascimento	Somatória
1º	Dayse Maria Terra Fabrício Pereira	3,0	6,0	13/04/1962	9,0
2º	Elana Mertens Rediske	2,0	0,0	09/03/1977	2,0
3º	David Luiz Kreuz	2,0	0,0	19/02/1993	2,0

São Miguel do Oeste, 28 de abril de 2021.

VARDELIDIO EDENILSON ZANARDI

Prefeito Municipal em Exercício

Abigail Lais Folmer Rothenbach
Membro da Comissão

Marialice Brassiani
Presidente da Comissão

Mônica Spiess
Membro da Comissão

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO N° 75/2021

Publicação N° 3004058

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N° 75/2021

Abre Crédito Adicional Extraordinário na Lei Orçamentária Anual para 2021.

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 06 de 15 de janeiro de 2021 e o Decreto nº 41 de 26 de fevereiro de 2021, que prorrogam a situação de Emergência em Saúde Pública no Município de São Pedro de Alcântara estabelecida pelo Decreto nº 30 de 19 de março de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no Orçamento de 2021- a Ação 2.108 - ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE – NACIONAL - CREDITO EXTRA-ORDINÁRIO - CORONAVÍRUS - COVID -19.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Extraordinário no Orçamento Municipal no valor de R\$ 16.797,43 (Dezesseis mil, setecentos e noventa e sete reais e quarente e três centavos) por conta do Superávit Financeiro de recursos – CORONAVIRUS -COVID 19 na dotação abaixo identificada:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.108 – Enfrentamento da Emergência de Saúde – Nacional-Crédito Extraordinário –

Coronavírus - covid -19 R\$ 16.797,43

3.1.9.00.00.00.00.00.03.1216.0106 – Aplicações Diretas R\$ 16.797,43 Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de abril de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 76/2021

Publicação N° 3004059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE: (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N° 76/2021

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 4º da Lei nº 1.319 de 08 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.055 – Funcionamento e Manutenção

Do ESF R\$ 133.560,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.02.0064.0110 – Aplicações Direta R\$ 133.560,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.02.0064.0124 – Aplicações Direta R\$ 133.560,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de abril de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 260/2021

Publicação N° 3003460

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 260/2021

Retira Função Gratificada do Servidor RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar do servidor RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2021.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de abril de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 041/2021

Publicação N° 3003784

EXTRATO CONTRATUAL N° 41/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: AÇOMAQ IND. E COM. LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE PIPA COM CAPACIDADE DE 12.000 LITROS PARA TRANSPORTE DE ÁGUA COM RECURSOS DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 232 DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO MUNICÍPIO DE SAUDADES.

VALOR: 87.950,00

PRAZO: 27/06/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 790/2021

MODALIDADE: PREGÃO N° 12/2021.

SAUDADES SC, 27/04/2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2021-PMS

Publicação Nº 3003833

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2021-PMS
PROCESSO Nº. 43/2021-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 27 de abril de 2021, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando a contratação de empresa especializada em reforma de pergolado de estrutura metálica e substituição de vidros danificados, existente em frente a recepção da Sede da Prefeitura do Município de Schroeder/SC, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial nº. 21/2021-PMS, realizar-se-á em 12 de maio de 2021, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h30min. Fone (47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 27 de abril de 2021.
Felipe Voigt
Prefeito Municipal

I ERRATA DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2021-PMS

Publicação Nº 3004227

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
I ERRATA DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2021-PMS
Leia-se:

O Prefeito Municipal, Felipe Voigt, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2021-PMS, PROCESSO Nº. 07/2021-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Vencedora: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.607.623/0001-91, estabelecida a Rua XV de Novembro nº. 4190, Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.216-201

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária, pavimentação asfáltica da Rua Carlos Pommerening, Rua Bandeirantes e Rua Alvina Pommerening, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 624,00 e área total de 6.453,44m² de acordo com Contrato de Repasse nº. 891665/2019/MDR/CAIXA, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Valor: R\$ 872.449,67 (oitocentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

Data da Assinatura: 12/03/2021 – Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt - Prefeito Municipal

I ERRATA EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2021-PMS

Publicação N° 3004240

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

I ERRATA Extrato do Contrato n°. 13/2021-PMS

Tomada de Preços n°. 01/2021-PMS - Processo n°. 07/2021-PMS

Leia-se:

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 82.607.623/0001-91, estabelecida a Rua XV de Novembro n°. 4190, Glória, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89.216-201

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária, pavimentação asfáltica da Rua Carlos Pommerening, Rua Bandeirantes e Rua Alvina Pommerening, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 624,00 e área total de 6.453,44m² de acordo com Contrato de Repasse n°. 891665/2019/MDR/CAIXA, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Valor do contrato: R\$ 872.449,67 (oitocentos e setenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

Data da Assinatura: 12/03/2021 – Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt - Prefeito Municipal

LEI N° 2.25/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004074

LEI N° 2.25/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

ALTERA A LEI MUNICIPAL N° 1.786/2010, INCLUINDO NA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA ESPECÍFICA PARA O ACOMPANHAMENTO E O CONTROLE SOCIAL SOBRE A DISTRIBUIÇÃO, A TRANSFERÊNCIA E A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB), DE QUE TRATA O ART. 212-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, fazer saber aos habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, será realizado por meio de Câmara Técnica específica prevista na estrutura do Conselho Municipal de Educação, de competência deliberativa e terminativa, nos termos do art. 48, caput e parágrafos, da Lei Federal n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§1º Diante da previsão do caput, extingue-se o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB previsto na Lei Municipal n° 1.670/2008, de 24 de junho de 2008.

§2º A Câmara Técnica específica prevista no caput, assim como seus membros, deverão cumprir todas as disposições previstas na Lei Federal n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, desde que não conflitem com os termos desta lei municipal.

Art. 2º Para atendimento ao disposto no art. 1º desta Lei, insere-se o Inciso XX, no art. 4º da Lei Municipal n° 1.786/2010, de 16 de março de 2010, nos seguintes termos:

Art. 4º

[...]

XX – realizar o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, por meio de Câmara Técnica específica, com competência deliberativa e terminativa.

Art. 3º Para atendimento ao disposto no art. 1º desta Lei, insere-se o Inciso XIII, no art. 5º da Lei Municipal n° 1.786/2010, de 16 de março de 2010, nos seguintes termos:

Art. 5º

[...]

XIII – 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, dos quais 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Art. 4º Para atendimento ao disposto no art. 1º desta Lei, altera-se o art. 5º, §§ 1º e 3º da Lei Municipal n° 1.786/2010, de 16 de março de 2010, que passam a conter a seguinte redação:

Art. 5º

[...]

§1º Para cada membro titular deverá ser nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no

conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

[...]

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Educação - COMED/SCH será de 04 (quatro) anos, vedada a recondução para o próximo mandato, e iniciar-se-á em 1º de janeiro do terceiro ano de mandato do respectivo titular do Poder Executivo.

Art. 5º Para atendimento ao disposto no art. 1º desta Lei, ficam inseridos os §§1º, 2º e 3º no art. 6º da Lei Municipal nº 1.786/2010, de 16 de março de 2010, nos seguintes termos:

[...]

§1º O Conselho contará, obrigatoriamente, com uma Câmara Técnica específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, com competência deliberativa e terminativa, que deverá reger-se em suas deliberações estritamente nos termos da legislação federal específica, em especial a prevista na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§2º Os membros da Câmara Técnica específica prevista no §1º deverão ser membros efetivos do Conselho Municipal de Educação, respeitando-se, na composição da respectiva Câmara, o previsto no art. 34, IV e art. 34, §1º, II e III, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§3º A composição da Câmara Técnica específica deverá ser objeto de deliberação pelo Conselho Municipal de Educação, respeitando as regras de composição previstas na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

§4º A Câmara Técnica específica deverá elaborar seu Regimento Interno, que será aprovado por, no mínimo, 2/3 de seus integrantes, respeitando integralmente as previsões insertas na Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 6º Ficam automaticamente prorrogados os mandatos dos atuais membros do Conselho Municipal de Educação, que passam a ter seu término na data de 31 de dezembro de 2022, como forma de permitir a adequada composição da Câmara Técnica específica, nos termos da previsão inserida no art. 42, §2º, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação deverá providenciar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de vigência desta lei, o ajuste das categorias eventualmente não representadas atualmente, bem como dos suplentes dos Conselheiros Titulares, nos termos das alterações promovidas por esta lei, cujos mandatos também terão vigência nos termos do caput.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.670/2008, de 24 de junho de 2008.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17 de junho de 2008.

Schroeder, 27 de abril de 2021.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ

Secretária Executiva

PORTARIA Nº. 8.900/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004070

PORTARIA Nº. 8.900/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, o afastamento por Licença Maternidade para a servidora Sra. Sara Michele Schumann, desempenhando a função de Professora B na Secretaria de Educação e Cultura, com fulcro no Art. 1º, da Lei nº 1.805/2010, de 09/07/2010, totalizando 06 (seis) meses.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos à 26 de abril de 2021.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 27 de abril de 2021.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação e Cultura

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

TERMO ADITIVO Nº. A46/2021 – PMS

Publicação Nº 3003565

TERMO ADITIVO Nº. A46/2021 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 129/2020– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 129/2020-PMS, celebrado em 12 de novembro de 2020, Modalidade Tomada de Preços nº. 33/2020-MS, Processo nº. 196/2020-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Itoupava, Trecho 02, Est. 11 + 7,00m à Est. 26 + 7,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 300,00m e área total de 3.000m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº. 2.495/2020, que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, §1º. da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente ao aditivo no valor de R\$ 42.823,52 (quarenta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando o valor R\$ 42.823,52 (quarenta e dois mil oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 373.145,78 (trezentos e setenta e três mil cento e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 129/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 27 de abril de 2021.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Daniela Samulescki	Nome: Valquiria Heidorn Eing
CPF nº. 053.350.739-18	CPF nº. 690.419.039-68

ATA PREGÃO PRESENCIAL 21_2021-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 3003798

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 21/2021 - PR</div>
	<div>Processo Administrativo:</div> <div>43/2021</div>
	<div>Processo de Licitação:</div> <div>01/04/2021</div>
	<div>Data do Processo:</div>
	<div>Folha: 1/1</div>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 38/2021 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada em reforma de pergolado de estrutura metálica e substituição de vidros danificados, existente em frente a recepção da Sede da Prefeitura do Município de Schroeder/SC

A comissão de licitação reuniu-se para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 27 de Abril de 2021

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Valderi Rocha de Camargo	- - EQUIPE DE APOIO
Ivandra de Souza	- - EQUIPE DE APOIO
Tânia Maria Zoz	- - EQUIPE DE APOIO
Valquiria Heidorn Eing	- - EQUIPE DE APOIO
Rafaela Suzan Kienen	- - EQUIPE DE APOIO

ATA TOMADA DE PREÇOS 03_2021-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 3003262

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2021 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2021 Data do Processo: 29/03/2021

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 37/2021 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de projeto de rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em diversas ruas deste Município, conforme projetos, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial bem como os documentos para credenciamento as empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA. e MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatou-se que o representante da empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA. está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. A empresa MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. não apresentou a última alteração contratual sendo que a alteração contratual apresentada está registrada na JUCESC em 26/06/2012 sob nº. 20122003446 e na Certidão Simplificada consta que houve uma nova alteração contratual em 06/01/2021 sob o nº. 20212296442, este documento é exigido no item 5.1.3 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.", sendo assim o representante da empresa não está credenciado pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas SERRANA ENGENHARIA LTDA. e MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatou-se que a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Já a empresa MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. não apresentou a última alteração contratual sendo que a alteração contratual apresentada está registrada na JUCESC em 26/06/2012 sob nº. 20122003446 e na Certidão Simplificada consta que houve uma nova alteração contratual em 06/01/2021 sob o nº. 20212296442, este documento é exigido no item 8.1.11 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio." e também não apresenta atividade econômica (CNAE), para execução do serviço licitado sendo assim não cumpre com a exigência no edital no item 7.1., sendo assim a empresa MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA não está habilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 06 de maio de 2021, às 14h para a continuação do certame com a abertura da proposta comercial da empresa habilitada, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 3/2021 - TP**

Processo Administrativo: 37/2021
Processo de Licitação:
Data do Processo: 29/03/2021

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 37/2021 (Sequência: 1)**

Schroeder, 27 de Abril de 2021

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Rafaela Susan Kienen	-	- MEMBRO
Ivandra de Souza	-	- MEMBRO
Valquiria Heidorn Eing	-	- MEMBRO
Marlene Neumann	-	- SECRETÁRIA
Valderi Rocha de Camargo	-	- MEMBRO SUPLENTE
Tânia Maria Zoz	-	- MEMBRO SUPLENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JOSIANE BENILDE ROCHA -

- Representante

ORUAM ELISMAR GOUVEA JUNIOR

-

- Representante

DECRETO Nº 5.544/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004064

DECRETO Nº 5.544/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.510/2020 de 30 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 83.627,17 (oitenta e três mil seiscentos e vinte e sete reais e dezessete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA**05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Material de Consumo	R\$	1.396,00
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Equipamentos e Material Permanente	R\$	37.964,76
05.04.12.365.0003.2.016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil		
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Equipamentos e Material Permanente	R\$	31.539,10
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Material de Consumo	R\$	894,00
05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins		
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Equipamentos e Material Permanente	R\$	11.525,31
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Material de Consumo	R\$	308,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de Abril de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 005/2021**

Publicação Nº 3004168

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2021
Dispensa de licitação nº. 019/2021

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSAO AO VIVO LTDA, Pessoa Jurídica, de direito privado, com sede na Rua Primeiro de Maio, nº 1208, Sala 3, Centro, Guaraciaba - SC, CEP 89.920-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.520.032/0001-34.

1. Contratação de prestação de serviços, de locação completa de equipamento e sistema patenteado e exclusivo de transmissão, em tempo real e gravação/armazenamento de vídeo em HD, das sessões da Câmara municipal de vereadores, denominado "TV do Legislativo".

2. Valor total do contrato: R\$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais).

3. Prazo de vigência: 12 meses com início em 24/03/2021.

Data da Assinatura: 22/03/2021.

Signatários:

Ildemar Zoz – Presidente

Willian Perondi - Proprietário

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 031/2021

Publicação Nº 3004138

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 31/2021 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 32/2021
Data: 26/04/2021

Folha: 1/2

Fornecedor: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 08.597.765/0001-62

Código: 260

Inscrição Estadual: 255.329.075

Objeto da Compra: COMPRA DE MATERIAL DE COPA E COZINHA (FILTRO PAPEL) E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (BALAS, BISCOITO, CAFÉ, LEITE EM PÓ).

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	CAFÉ EM PÓ 500 GRAMAS	UN	10,79	53,95
2	5,00	FILTRO DE PAPEL NÚMERO 102	UN	3,95	19,75
3	1,00	CAIXA DE LEITE INTEGRAL COM 12 UNIDADES	UN	35,40	35,40
5	5,00	FRETE	UN	0,00	0,001
6	20,00	BISCOITO WAFER	UN	1,69	33,80
7	4,00	LEITE EM PO LATA 400 GR	UN	13,99	55,96
8	10,00	BISCOITO PACOTE DOM 300 GRAMAS	UN	2,19	21,90

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

- MENOR PREÇO GLOBAL E ENTREGA NA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER.

Schroeder, 26 de Abril de 2021

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 31/2021 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes	Processo Nr.: 32/2021 Data: 26/04/2021	
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

26/04/2021

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 26 de Abril de 2021

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

220,76 (duzentos e vinte reais e seis centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2021

Publicação Nº 3004882

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021 DE 28/04/2021

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA JP COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA NOVA.

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor RAFAEL MARIN, portador do RG sob o nº 3.668.373/SSP/SC e CPF nº 006.201.999-62, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

A EMPRESA JP COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 16.791.325/0001-70, com sede Avenida Getúlio Dorneles Vargas, nº3748, Bairro Líder, Município de Chapecó/SC, neste ato representada pelo Sra. Osneide Baratto, residente e domiciliada no município de Xanxerê, portadora do RG nº 2.075.405, e do CPF sob nº 745.714.609-10, doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

Tem de comum acordo e com amparo legal nas Leis Federais nº, 8.666/93 e 8.883/94, autorizado pelo Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2021, homologado em 28/04/2021, entre si, certos e ajustados resolve contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o ITEM Nº01- MOTOCICLETA, NOVA, ANO/MODELO: 2021 Marca: YAMAHA- XTZ CROSSER 150Z, conforme sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "D" do edital em epígrafe.

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 015/2021, juntamente com seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1. A Motocicleta, nova, objeto deste contrato, deverá ser entregue em até 30 dias, após a emissão da Ordem de Compra, no Pátio do Centro Administrativo, sito à Avenida Dom Pedro II, 830 – Centro de Serra Alta /SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência até 30/05/2021 contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento do bem previsto na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 16.650,00 (Dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento do bem, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões) do orçamento vigente:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

07.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.700 – Assistência ao Produtor Rural

Despesa 73 – 44.90.00 DR 0001

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato à CONTRATADA em até 30 dias, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento do setor da tesouraria do Município de Serra Alta, mediante a apresentação da respectiva nota(s) fiscal(is), por parte da CONTRATADA, devidamente atestada(s) por servidor(es) responsável(is).

5.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO E DA FORMA DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA

6.1. A licitante deverá prestar garantia on site (isto é, no local onde estiver o bem por ela fornecido) de, no mínimo: 12 meses consecutivos, sendo que os prazos serão contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Bem. Não obstante, também com relação ao cumprimento da garantia, a(s) empresa(s) contratada(s) fica(m) sujeita(s) às disposições contidas no respectivo Contrato.

6.2. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e despesas inerentes à prestação do serviço de garantia acima citado, tais como deslocamentos, alimentação, hospedagem, fretes, etc.

6.3. Durante o período de garantia, o fornecedor ficará obrigado a efetuar, às suas expensas, a substituição ou reparo de todo e qualquer componente que apresente defeito de fabricação, regularmente constatado. Quando o período de garantia estabelecido pelo fabricante do item fornecido for superior ao acima mencionado, o ofertado pelo fabricante prevalecerá.

6.4. Além da obrigação de prestação de garantia, a CONTRATADA também se obriga a respeitar o prazo máximo de 12 (doze) horas, contadas da data de cada chamado, para o comparecimento a sede administrativa do Município de Serra Alta para a execução da assistência técnica. Se a distância entre a sede da CONTRATADA e a cidade de Serra Alta impossibilitar a prestação da assistência técnica dentro do prazo anteriormente fixado, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente subcontratar empresa com capacidade técnica para executar tal assistência, cuja sede deverá estar dentro de um raio de localização que viabilize o atendimento no prazo ora exigido.

6.5. A CONTRATADA deverá solucionar o problema que resultou no chamado técnico, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de comparecimento, registrada pelo servidor que fez o chamado.

6.6. Na hipótese de subcontratar a assistência técnica para a prestação da garantia, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE cópia autenticada ou via original do pertinente instrumento particular de contrato firmado entre ela (CONTRATADA) e a empresa terceirizada (com firmas devidamente reconhecidas em cartório), sob pena de rescisão unilateral do presente Termo Contratual, sem prejuízo das sanções dispostas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.1.2 e 8.1.3 será o valor inicial do Contrato.

8.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

8.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Serra Alta.

8.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

8.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

8.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. As partes declaram-se sujeitas às disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº123, de 15/12/2006, Lei Complementar nº147, de 07/08/2014 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a execução deste Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Serra Alta/SC, 28 de abril de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JP COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA
OSNEIDE BARATTO
Representante Legal
CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

MARCONDES LEONARDO MULLER	LUCIANO DOS SANTOS
CPF: 053.864.149-50	CPF: 030.509.349-56
Sec. de Administração	Professor III

DECRETO Nº 152/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004398

DECRETO Nº 152/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A DESAFETAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS AO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis para o Município de Serra Alta/SC, preservado o interesse público, os bens móveis a seguir relacionados, que compõe o patrimônio público deste Município.

Parágrafo Primeiro: Lote do Veículo FIAT SIENA ESSENCE 1.6, ANO 2016, COM CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEIROS DE COR BRANCO BANCHISA, CHASSIS 9BD19716TG3296179, RENAVAM 153031, Nº MOTOR 310ª50112936160, COMBUSTÍVEL GASOLINA/ALCOOL, POTÊNCIA DO MOTOR 117 CILINDRADAS, PLACAS QHW0774 (SC). Número do Patrimônio 4940.

Parágrafo Segundo: Lote do Veículo RENAULT MASTER TCA MIC 2.3, COR BRANCA, 2016/2017, PLACA: QHZ8029 (SC), CHASSI: 93YMA-FELEHJ383127. Número do Patrimônio 5096.

Parágrafo Terceiro: Lote do Equipamento Rodoviário ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220 4X2, ANO:2013, CAP: 173HP 18KG, SÉRIE: WP6G175E21, MOTOR DIESEL Nº 6P11J009555, CHASSI Nº A1303002 COM 06 CIL., PNEUS 12 LONAS, POTÊNCIA MÍNIMA 173HP, COR AMARELO. Número do Patrimônio 4373.

Parágrafo Quarto: Lote do Equipamento Agrícola ROÇADEIRA AGRÍCOLA ARTICULADA MFW 515 RC, ANO: 2017, CAP.: 1.080 KG, SÉRIE:

17Nº283, Número do Patrimônio 5231.

Parágrafo Quinto: Lote de Sucata de Equipamentos, identificados pelos seguintes números de patrimônio e descrição, conforme segue:

Nº Patrimônio	Descrição
4570	Mesa redonda, tampa em fórmica branca sem cadeira, tamanho 1,50x1,50x75
3307	Cadeira azul/preta metálica
960	Conjunto de 2 cadeiras estofadas na cor azul
2204	Roçadeira Sthil FS 280, cor laranja
2367	Motosserra Sthil 0387 av
3121	Cadeira em madeira empalhada
3061	Cadeira em madeira empalhada
4102	Lavadora de roupas (tanque) Super Star em fibra, cor branca, capacidade de lavagem 2,4KG, consumo de água 85l/ciclo, modelo/tensão: PL/220V
2217	Engraxadeira manual marca Bozza PA 7 KG referência 8522
2209	Engraxadeira manual Lubefep
2330	Armário 2 puxadores de cor branca
2334	Mesa de madeira cor branca (0,60 X 0,79 X 0,78m)
2338	Armário prático 2 portas de cor branca (1,24 X 0,58 X 1,70 m)
2339	Mesa de madeira cor branca (0,60 X 0,60 X 0,79m)
2323	Mesa de madeira (2,00 X 1,00 X 0,78m)
2320	Mesa de madeira na cor branca
2318	Balcão de cor branca com 2 portas
2300	Estante de aço (0,93 X 0,30 X 1,97m)
2309	Balcão de madeira com 3 gavetas e 2 prateleiras (1,50 X 0,60 X 0,77m)
2310	Armário de cor marrom com 2 portas (1,62 X 0,77 X 0,42m)
2296	Mesa de madeira cor branca (0,66 X 0,65 X 0,78m)
811	Armário em cerejeira com 8 portas e 4 prateleiras (2,00 X 1,70 X 0,45m)
271	Balcão em madeira de cor branca com 4 portas e 8 gavetas (1,15 X 0,54 X 2,02 m)
4620	Mesa em MDF.
289	Mesa de madeira na cor branca (0,60 X 1,00 X 0,80 m)
2711	Cadeira escolar pequena – na cor amarela
4795	Estabilizador 300VA Ragtech Side Way preto, 4 tomadas entrada bivolt, saída 115V 5303 NBR 14136
2597	Estabilizador marca sms de cor preta
4712	Forno Micro ondas MEF41 Branco 22060 Marca Eletrolux
428	Quadro Branco (1,00 X 1,50 m)
2956	Fogão auto limpante com 6 bocas marca Clarice
656	Carteira escolar com estrutura de fórmica
2875	Carteira escolar
973	Carteira escolar armação metálica cor cinza, tampo de madeira com fórmica lisa cor bege
3443	Máquina copiadora multifuncional digital SYSTEMS E-STUDIO 167 marca Semp Toshiba
424	Televisão Marca Philco cor cinza de 29"
2017	Bebedouro elétrico marca Belliere
425	Vídeo cassete cor cinza com controle remoto
4420	Um aparelho DVD com karaokê
1958	Forno micro-ondas marca Fischer de cor branca
1723	Balança marca Sunrise na cor preta e branca
4417	Aquecedor halógeno H-02 premium ventisol (saúde)
5630	Torneira elétrica Zagonel prima bancada parede 5500W BCO PTO
2717	Estabilizador marca Mirasol Sol1000/400
2645	Ventilador marca Britânia 40 cm - Branco
3537	Cadeira Cavaletti 4103 BKG injetada, cor azul com preto, giratória
875	Cadeira giratória com rodinha e encosto estofada na cor azul marca Cavaletti
576	Cadeira marca Cavaletti de cor azul
134	Monitor marca AOC de 15"
2295	DVD marca Philips de cor cinza
3164	Cadeira em madeira empalhada
4408	Aparelho de som rádio portátil
4710	Ventilador Britânia B40 ST Silencium PR 220V
3076	Cadeira em madeira empalhada
3606	Impressora HP Laserjet P1102W cor preta, NS BRBFC8B1J9, Modelo CE657A (PETI)
3096	Cadeira em madeira empalhada
128	Cadeira giratória com rodinha estofada na cor azul
445	Cadeira escolar com encosto para anotações
429	Cadeira escolar com encosto de madeira para anotações

438	Cadeira escolar com encosto para anotações
412	Cadeira escolar com encosto de madeira para anotações
189	Cadeira escolar com encosto de madeira
443	Cadeira escolar com encosto de madeira par anotações
441	Cadeira escolar com encosto de madeira para anotações
447	Cadeira escolar com encosto de madeira para anotações
430	Cadeira escolar com encosto para anotações
439	Cadeira escolar com encosto para anotações
431	Cadeira escolar com encosto de madeira para anotações
2292	Rack com rodinhas para televisão cor bordo (0,75 X 0,60 X 0,83 m)
630	Botijão de alumínio, cor branca, para conservar sêmen de touro.
4104	Bebedouro elétrico Acquatronic, modelo LABRACTR14S, Série 1EJQ282843, Potência 85W, tensão 127-2020V, cor branca
2735	Bomba transferidora de líquido 0,5 cv

Art. 2º - Justifica-se a necessidade da desafetação dos bens móveis especificados Parágrafos Primeiro ao Quinto, são inservíveis por não estarem sendo utilizados e alguns são considerados como sucata e, portanto, todos são inutilizados por este Órgão Público.

Art. 3º - Fica determinado a venda dos referidos bens, mediante processo licitatório competente e, avaliação prévia por comissão especialmente designada.

Art. 4º - Os bens móveis acima citados ficam desafetados das finalidades a eles inerentes, para fins de baixa do patrimônio municipal.

Art. 5º - As receitas decorrentes da aplicação do presente decreto serão classificadas de receitas de capital – alienação de bens móveis.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

DECRETO Nº 153/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004913

DECRETO Nº 153/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a comissão permanente de avaliação de bens móveis do município de Serra Alta/SC, conforme segue:

Presidente: Marcondes Leonardo Muller
Secretário: Vanderli Rui de Gaspari
Membros: Carlos Daniel Gassen
César de Carli
Amauri Nemerski

Art. 2º. Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a comissão permanente de avaliação de bens imóveis do município de Serra Alta/SC, conforme segue:

Presidente: Marcondes Leonardo Muller
Secretário: Cesar Speroto
Membro: Vanderli Rui de Gaspari
Loivo Bertoldi
Enrique Martini

Art. 3º. A comissão permanente de avaliação de bens móveis e imóveis terá o mandato de 2 (dois) anos, a contar da presente data.

Art. 4º. O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 958/2013, revogando o Decreto n. 196/2020, bem como demais disposições em contrário..

Serra Alta/SC, 27 de abril de 2021.

RAFAEL MARIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 059/2021 DE 28 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004897

PORTARIA Nº 059/2021 DE 28 DE ABRIL DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº015/2021, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionada:

CONTRATO Nº:		021/2021	
OBJETO:		AQUISIÇÃO DE UMA MOTOCICLETA NOVA PARA COMPOR A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, VISANDO ATENDER COM MAIOR AGILIDADE E EFICIÊNCIA AS NECESSIDADES DEMANDADAS PELA REFERIDA SECRETARIA, EM ESPECIAL AUXILIANDO NOS DESLOCAMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DIARIAMENTE.	
EMPRESA:		JP COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA	
CNPJ Nº:		16.791.325/0001-70	
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	MARCONDES LEONARDO MULLER		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	053.864.149-50	MATRÍCULA:	1240
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econ.		
EMAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	LUCIANO DOS SANTOS		
CARGO:	Professor III		
CPF:	CPF: 030.509.349-56	MATRÍCULA:	48
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
EMAIL:	agricultura@serraalta.sc.gov.br	FONE: (49) 3364-0092	

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Serra Alta/ SC, 28 de Abril de 2021.

RAFAEL MARIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015-2021

Publicação Nº 2998632

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SERRA ALTA CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2021 - PR Processo Administrativo: 15/2021 Processo de Licitação: 15/2021 Data do Processo: 25/03/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, RAFAEL MARIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2021
b) Licitação Nr.: 15/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 28/04/2021
e) Data da Adjudicação: 28/04/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objeto, a seleção de melhor proposta para a Aquisição de uma MOTOCICLETA NOVA para compor a Frota de veículos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, visando atender com maior agilidade e eficiência as necessidades demandadas pela referida secretaria, em especial auxiliando nos deslocamentos para a prestação dos serviços no interior do município diariamente.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$)
			Total dos Itens
- 007514 - JP COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA	1 1	0,0000	16.650,00 16.650,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.700.4.4.90.00.00.00.00.00 (73) Saldo: 250.000,00

Serra Alta, 28 de Abril de 2021.

AMAURO NEMERSKI
Pregoeiro(a)

RAFAEL MARIN - Prefeito Municipal de Serra Alta

Siderópolis

PREFEITURA

16/2021

Publicação N° 3003718

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 16/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS N°. 07/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de OXIGÊNIO MEDICINAL (RECARGA), visando a manutenção da demanda de consumo nas Unidades de Saúde do Município de Siderópolis.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 10/05/2021 às 09h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 27 de abril de 2021.
ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito

38/2021

Publicação N° 3003717

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 38/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS N°. 19/2021
AVISO DE LICITAÇÃO

1. Objeto: Registro de Preço para prestação de serviços horas de máquinas e equipamentos.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 10/05/2021 às 14h00min
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão estarão disponíveis no site do Município: www.sideropolis.sc.gov.br
6. Informações: e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br; telefone: (48) 3435-8900.
Siderópolis, 27 de abril de 2021.
ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito

LEI Nº 2.408, DE 05 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004199

LEI Nº 2.408, DE 05 DE ABRIL DE 2021

AMPLIA A ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam definidas como pertencentes ao perímetro urbano no Município de Siderópolis a área abaixo discriminada conforme mapa anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei:

I - Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, de coordenadas N 6.836.388,9058m e E 649.903,9367m; ; deste, segue confrontando com DIONE LUIZ BURNAGUE, MAT. 6.673, com os seguintes azimutes e distâncias: 90°00'00" e 426,593 m até o vértice 2, de coordenadas N 6.836.388,9058m e E 650.330,5300m; 92°04'25" e 13,149 m até o vértice 3, de coordenadas N 6.836.388,4300m e E 650.343,6700m; ; deste, segue confrontando com DILNEI PAZZETTO, MAT. 10.995, com os seguintes azimutes e distâncias: 158°34'17" e 184,977 m até o vértice 4, de coordenadas N 6.836.216,2400m e E 650.411,2500m; 270°00'00" e 80,720 m até o vértice 5, de coordenadas N 6.836.216,2400m e E 650.330,5300m; 179°48'39" e 96,835 m até o vértice 6, de coordenadas N 6.836.119,4058m e E 650.330,8497m; 179°48'39" e 134,751 m até o vértice 7, de coordenadas N 6.835.984,6558m e E 650.331,2945m; ; deste, segue confrontando com ADELIR SOMARIVA, MAT. 8.134, com os seguintes azimutes e distâncias: 179°48'39" e 97,536 m até o vértice 8, de coordenadas N 6.835.887,1200m e E

650.331,6165m; ; deste, segue confrontando com MARIA DE LURDES PAZZETTO MARCELINO, MAT. 17.110, com os seguintes azimutes e distâncias: 269°59'31" e 577,667 m até o vértice 9, de coordenadas N 6.835.887,0400m e E 649.753,9500m; ; deste, segue confrontando com HERMINIA DA ROCHA DA SILVA, MAT. 9.149, com os seguintes azimutes e distâncias: 0°00'00" e 100,800 m até o vértice 10, de coordenadas N 6.835.987,8400m e E 649.753,9500m; ; deste, segue confrontando com FRANCIELI AURORA ZAMPOLLI SCUSSEL, MAT. 11.467, com os seguintes azimutes e distâncias: 90°22'42" e 149,011 m até o vértice 11, de coordenadas N 6.835.986,8558m e E 649.902,9582m; 0°08'22" e 132,550 m até o vértice 12, de coordenadas N 6.836.119,4058m e E 649.903,2808m; 0°04'15" e 134,750 m até o vértice 13, de coordenadas N 6.836.254,1558m e E 649.903,4475m; 0°12'29" e 134,751 m até o vértice 1, ponto inicial da descrição deste perímetro.. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Perfazendo uma área de 237.595,158m².

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 07 de Abril de 2021.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 07 de Abril de 2021.

BARBARA MARIA BONASSA
Agente Administrativo

LEI Nº 2.409, DE 13 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004553

LEI Nº 2.409, DE 13 DE ABRIL DE 2021

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE TREVISO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar CONVÊNIO com o MUNICÍPIO DE TREVISO, visando à prestação de serviços de urgência e emergência, complementar do SUS, de modo a garantir atendimento no serviço de pronto atendimento hospitalar 24 horas.

Art. 2º - Fica estabelecido que em horários de funcionamento da atenção básica dos municípios envolvidos neste convênio, sendo de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 17:00hs, os pacientes devem ser devidamente encaminhados com a real necessidade de atendimento emergencial e não atendimento de rotina básica.

Parágrafo único: A prestação de serviços médicos que trata o caput deste artigo ocorrerá nas dependências do Pronto Atendimento Hugo Stopazzolli, na cidade de Siderópolis/SC.

Art. 3º O convênio consistirá no repasse financeiro por parte do Município de Treviso nos seguintes moldes:

- I. O valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) quando o número de atendimentos for de 0 (zero) a 30 (trinta) pacientes de Treviso;
- II. O valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais) quando o número de atendimentos for de 31 (trinta um) a 60 (sessenta) pacientes de Treviso;
- III. O valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais) quando o número de atendimentos for acima de 61 pacientes de Treviso.

Art. 4º - O repasse financeiro ocorrerá mensalmente mediante apresentação de relatório de atendimento fornecido pelo Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º - O termo de convênio de que trata esta lei vigorará por 12 (doze) meses, a partir da sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período na forma prevista no termo de convênio, não excedente a 5 (cinco) anos, sendo adotadas as formalidades legais pertinentes.

Art. 6º - Em havendo inadimplemento, fica autorizado o Município de Siderópolis em rescindir o convênio mediante comunicação antecedente de 30 dias.

Art. 7º - As demais disposições serão estabelecidas no Termo de Convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 8º - Esta Lei entre em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 13 de Abril de 2021.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 13 de Abril de 2021.

BARBARA MARIA BONASSA
Agente Administrativo

LEI Nº 2.410, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004562

LEI Nº 2.410, DE 27 DE ABRIL DE 2021

INSTITUI GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO – PREVINE BRASIL PARA PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANGELO FRANQUI SALVARO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 2.979 de 12 de novembro de 2019 que Institui o Programa PREVINE BRASIL, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 3.222, DE 10 de dezembro de 2019 que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa PREVINE BRASIL.

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 1.740 de 10 de julho de 2020 a qual estabelece o pagamento por desempenho do Programa PREVINE BRASIL considerando o resultado potencial de 100% (cem por cento) do alcance dos indicadores por equipe do Distrito Federal e municípios constantes no Anexo da Portaria nº 172/GM/MS, de 31 de janeiro de 2020, diante do contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 2.713 de 06 de outubro de 2020 que dispõe sobre o método de cálculo e estabelece o valor do incentivo financeiro federal de custeio do pagamento por desempenho, no âmbito do Programa PREVINE BRASIL.

Art.1º Fica instituído incentivo financeiro, Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL, a servidores da Secretaria Municipal de Saúde com base nas Portarias MS/GM 2.979 de 12 de novembro de 2019 e Portaria MS/GM 3.222 de 10 de dezembro de 2019.

Art.2º O incentivo financeiro por desempenho será transferido mensalmente, fundo a fundo, pelo Ministério da Saúde ao Município de Siderópolis, o qual será calculado a partir do cumprimento de meta para cada um dos indicadores estabelecidos conforme Portaria MS/GM nº 2.979 de 12 de novembro de 2019, e outras portarias que vierem a ser publicadas pelo Ministério da Saúde.

Art.3º A apuração dos indicadores será realizada pelo Ministério da Saúde quadrimestralmente (janeiro-abril, maio-agosto, setembro-dezembro) bem como a definição do valor do incentivo financeiro a ser repassado ao município com base no Indicador Sintético Final.

Art.4º O Incentivo financeiro por Desempenho possui os seguintes objetivos:

I. Estimular a participação dos servidores da Secretaria da Saúde no processo contínuo e progressivo de melhoria dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade dos serviços de saúde, o processo de trabalho e os resultados indicadores estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

II. Institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

III. Incentivar financeiramente o bom desempenho de servidores e equipes, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população;

IV. Garantir transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à atenção à saúde, permitindo-se o contínuo acompanhamento de suas ações e resultados pela sociedade.

Parágrafo Único. O município fica desobrigado do pagamento da gratificação de desempenho, caso o Ministério da saúde deixe de repassar recursos pertinentes ou as metas estabelecidas não sejam alcançadas.

Art.5º Do valor total referente ao “Incentivo Financeiro por Desempenho” repassado ao Município de Siderópolis pelo Ministério da Saúde serão destinados 60% (sessenta por cento) para pagamento da Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL aos servidores e 40% (quarenta por cento) em despesas de custeio para melhorar o acesso e qualidade dos serviços na atenção básica.

Art.6º O pagamento dos valores aos servidores estará condicionado ao repasse do Incentivo financeiro por Desempenho do Ministério da Saúde e será pago no mês subsequente a competência do repasse federal.

Art.7º Farão jus a Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL, os servidores listados no Anexo I e que cumprirem os critérios estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único – Não terá direito ao recebimento da Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL, profissionais que prestem serviço na Atenção Básica sem vínculo direto com o Município.

Art.8º Para definição do valor da Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL, a ser pago para cada servidor será realizado o seguinte cálculo:

I - o valor total a ser repassado aos servidores será dividido igualmente entre os servidores aptos a receberem o Incentivo por Desempenho.

§ 1º Os valores descontados pelos motivos mencionados no artigo 9º desta Lei, serão divididos igualmente entre os demais servidores aptos a receberem o incentivo.

§ 2º Considera-se apto a receber o incentivo o servidor que atender aos requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º O servidor perderá o direito a Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL nos seguintes casos:

I. Exoneração/Rescisão;

II. Quando licenciado;

III. Em licença maternidade;

IV. Quando afastado para tratamento de saúde, ou acompanhamento de familiar por período superior a 10 (dez) dias.

V. No gozo de férias.

Art. 10 O servidor afastado por atestado receberá parcialmente os valores relativos a Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL nos seguintes termos:

I - Afastamento de até 5 (cinco) dias acumulados contínuos ou alternados dentro do mês de apuração o desconto será proporcional ao número de horas não trabalhadas.

II – Afastamento de 06 (seis) a 10 (dez) dias acumulados contínuos ou alternados dentro do mês de apuração haverá o desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor da sua cota parte do rateio do Incentivo Financeiro mensal.

III - acima de 10 (dez) dias contínuos ou alternados dentro do mês de apuração implicam no não recebimento da sua cota parte do rateio do Incentivo Financeiro.

Art. 11 . Para o registro correto de informações relacionadas aos Indicadores de pagamento Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL e para o alcance das metas para cada indicador, os servidores deverão observar as fichas de qualificação do conjunto de indicadores que compõem o incentivo financeiro de Pagamento por Desempenho (Nota Técnica Nº 5/2020- DESF/SAPS/MS) e o Guia para Qualificação dos Indicadores da APS e outros documentos disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Saúde deverá apresentar até o dia 20 de cada mês relatório discriminado com respectivos valores devidos aos funcionários, devidamente testado pela Secretária de Saúde.

Art. 12 A Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL, em nenhuma hipótese, incorporará ao vencimento, não integrará os proventos de aposentadoria e não servirá de base de cálculo para quaisquer vantagens, sendo a sua natureza exclusivamente indenizatória.

Parágrafo Único. O valor do incentivo referido nesta lei será repassado, pelo Departamento de Gestão de Pessoas, mediante discriminação em folha de pagamento e depósito em conta bancária do servidor.

Art.13 O Incentivo Financeiro por Desempenho perdurará enquanto houver o repasse financeiro do Ministério da Saúde.

Art.14 Revoga-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº2.023/2012.

Art.15 Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 27 de Abril de 2021.

ANGELO FRANQUI SALVARO
Prefeito de Siderópolis

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin, em 27 de Abril de 2021.

BARBARA MARIA BONASSA
Agente Administrativo

ANEXO – I

Relação de funções que farão jus ao recebimento da “Gratificação por desempenho – PREVINE BRASIL”:

I. AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE;

II. AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL;

III. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS;

IV. ENFERMEIRA DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

V. MÉDICO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

VI. ODONTOLOGO DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

VII. RECEPCIONISTAS/AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

VIII. COORDENAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA;

IX. TÉCNICA DE ENFERMAGEM DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA;

X. TÉCNICA DE SAÚDE BUCAL

Os profissionais lotados nas equipes da saúde da família devem estar, obrigatoriamente lotados no CNES da equipe de saúde da família, para terem direito a receber o incentivo por desempenho.

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO 115/2021

Publicação Nº 3004537

DECRETO Nº. 115, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e Lei nº 2577, de 27 de abril de 2021.

Art. 1º Fica aberto Crédito Especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio, no valor de R\$ 80.735,00 (oitenta mil e setecentos e trinta e cinco reais), assim classificado:

07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2059 – Enfrentamento da Emergência COVID19

4.4.93.00.00.00.00.0070 – Aplicações Diretas R\$ 80.735,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação a ser apurado no exercício corrente.

Art. 3º Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de abril de 2021.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Edson Borba Martins
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

LEI 2577/2021

Publicação Nº 3004531

LEI Nº. 2577, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2021, LEI Nº. 2553, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhora Gislane Dias da Cunha, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio, no valor de R\$ 80.735,00 (oitenta mil e setecentos e trinta e cinco reais), assim classificado:

07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2059 – Enfrentamento da Emergência COVID19

4.4.93.00.00.00.00.0070 – Aplicações Diretas R\$ 80.735,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação a ser apurado no exercício corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de abril de 2021.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

Edson Borba Martins
Secretária Municipal de Administração e Planejamento

REPUBLICAÇÃO - TP 29/2021 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Publicação N° 3003214

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SOMBRIO – AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2021 – TOMADA DE PREÇOS N° 029/2021 – Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto na Rua André Justo Maggi, localizada no Bairro Nova Brasília, no município de Sombrio/SC. Conforme localização, condições, quantitativos e demais informações técnicas constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projeto, edital e anexos. Em virtude de retificação no edital, fica prorrogado o prazo para protocolo dos envelopes até as 09h00min do dia 13 de maio de 2021, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 14 de maio de 2021. Maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro, Sombrio/SC, no horário das 08h00 às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo Fone (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 27 de abril de 2021.

Gislane Dias da Cunha

Prefeita Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 131 DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004900

DECRETO Nº 131/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“ DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR DESASTRE NATURAL, FENÔMENO CLIMATOLÓGICO – ESTIAGEM – COBRADE 1.4.1.1.0, CONFORME IN/MI 02/2016”.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a intensificação da baixa precipitação pluviométrica que assola o município de Sul Brasil - SC, inferior ao normal ocasionando insuficiência na recarga dos mananciais, vem comprometendo o armazenamento de água, causando sérios problemas de abastecimento de consumo animal e humano;

CONSIDERANDO, que o Município de Sul Brasil - SC, tem sua maior fonte de economia advinda da agricultura (leite, suíno, avicultura e grãos);

CONSIDERANDO, que em decorrência da falta de chuva e os boletins meteorológicos nada promissores para os próximos meses do corrente ano, e previsão precipitada pluviométrica abaixo da média, está causando danos para o agronegócio, especialmente ao consumo humano, criadores de animais no sistema de integração e agricultura em geral;

CONSIDERANDO, a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria de Obras e Transportes intervirem na realização da distribuição de água nas propriedades rurais, através de caminhão tanques e pipa a fim de garantir a manutenção do consumo humano e para a produção de aves, suínos e leite;

CONSIDERANDO, o parecer do Conselho Municipal de Defesa Civil, elaborado nesta data, relatando a ocorrência desse desastre, é favorável a declaração da Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas Zonas urbana e rural do município, em virtude do desastre classificado e codificado como Situação de Emergência provocada pela estiagem que provocou a redução sustentada das reservas hídricas existentes no Município – COBRADE/1.4.1.1.0 – Estiagem, conforme IN/MI 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilidade de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações em resposta aos desastres, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da defesa civil, diretamente responsável pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a agirem conforme preconiza a norma constitucional.

I – Contratação de caminhões pipas e outros equipamentos para minimizar o problema de falta de água;

II – Usar de propriedade particular, para carregamento de água.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto Municipal nº 52/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 27 de abril de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

PRECESSO N°39 PREGÃO N°21 PRODUTOS QUÍMICOS

Publicação N° 3004144

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
Aviso de Licitação

Processo N.º 039/2021 - Pregão Presencial nº 021/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 021/2021 – decorrente do PROCESSO 039/2021, visando a AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes N° 01 – PROPOSTA COMERCIAL e N° 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 13H30MIN DO DIA 10 DE MAIO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 13H35MIN DO DIA 10 DE MAIO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 27 de abril de 2021. Maurilio Ostroski - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N°.04, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação N° 3004585

RESOLUÇÃO N°.04, DE 27 DE ABRIL DE 2021.
DISPÕE SOBRE O CARGO DE APOSSORIA LEGISLATIVA PARA OS "VEREADORES MIRINS".

A Mesa da Câmara de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 154, § 1º, 'g', do Regimento Interno da Câmara Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a carga horária para 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Fica alterada a remuneração mensal para R\$ 1.082,02 (um mil, oitenta e dois reais e dois centavo).

Art. 3º. Restam mantidas as demais determinações contidas na Resolução n.01, de 18 de fevereiro de 2019, assim como revoga-se a resolução n.º.07, de 02 de junho de 2020.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sul Brasil, 27 de abril de 2021.

Janice Possenti Cleonir Provenci
Presidente Vice- Presidente

Fábio da Silva Tiago Martins
1º Secretário 2º Secretário

Taió

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.389/2021

Publicação Nº 3003615

DECRETO Nº 7.389, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Apura superávit financeiro do exercício de dois mil e vinte, abre crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.220, de 08 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica apurado e demonstrado o saldo financeiro do exercício de dois mil e vinte a título de superávit financeiro, para abertura de crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um, conforme segue:

Tabela de Saldos de Recursos - B.B. Conta Movimento - Agência nº 0809 - Conta nº 1.832-5

SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RECURSO UTILIZADO	RECURSO A UTILIZAR
R\$ 343.603,67	x-x-x-x-x-	R\$ 343.603,67	x-x-x-x-x-	R\$ 343.603,67

Art. 2º Com o recurso proveniente do artigo antecedente deste Decreto, fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 64.540,00 (sessenta e quatro mil, quinhentos e quarenta reais), no Orçamento Anual do Município, permanecendo o saldo remanescente de R\$ 279.063,67 (duzentos e setenta e nove mil, sessenta e sete reais e sessenta e sete centavos), conforme segue:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

01 - Departamento de Ensino Fundamental

2.019 - Apoio Educacional a APAE

3.3.3.50.00.00.00.00.00.00.00.03.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 64.540,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 27 de abril de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN MAURA ALVES DE MELO
Prefeito do Município de Taió Secretária de Educação, Cultura e Esportes

DECRETO Nº 7.390/2021

Publicação Nº 3003616

DECRETO Nº 7.390, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Apura superávit financeiro do exercício de dois mil e vinte, abre crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.220, de 8 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Ficam apurados e demonstrados os saldos financeiros do exercício de dois mil e vinte a título de superávit financeiro, para abertura de crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um, conforme segue:

Tabela de Saldos de Recursos - B.B - Simples Nacional - Agência nº 0809 - Conta nº 13.252-7

SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RECURSO UTILIZADO	RECURSO A UTILIZAR
R\$ 204.255,94	x-x-x-x-x-	R\$ 204.255,94	R\$ 186.334,00	R\$ 17.921,94

Tabela de Saldos de Recursos - B.B - IPVA - Agência nº: 0809 - Conta nº: 15.017-7

SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RECURSO UTILIZADO	RECURSO A UTILIZAR
R\$ 236.415,52	-x-x-x-x-x-	R\$ 236.415,52	R\$ 223.237,66	R\$ 13.177,66

Art. 2º Com o recurso proveniente do artigo antecedente deste Decreto, fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 31.099,60 (trinta e um mil, noventa e nove reais e sessenta centavos), no Orçamento Anual do Município, conforme segue:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - Departamento de Administração, Finanças, Tributos e Fiscalização

1.067 - Reforma e Ampliação do Paço Municipal

3.4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 31.099,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 27 de abril de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN ELVES
Prefeito do Município de Taió

JOHNY SCHREIBER
Secretário de Administração e Finanças

Tangará

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PR 018/2021

Publicação N° 3003979

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO N° 034/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2021
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Corrige-se a descrição do item 01 e estende-se o edital para ampla concorrência, do Pregão Presencial n° 018/2021, objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DO LARVICIDA BIOLÓGICO - BTI E DE MODO ASSIM DAR CONTINUIDADE AO PROGRAMA DE CONTROLE DO BORRACHUDO.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 11/05/2021 até às 14h00min horas

Abertura dos envelopes: 11/05/2021 às 14h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, n° 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 27 de Abril de 2021.

Aldair Biasiolo

Prefeito Municipal de Tangará

RETIFICAÇÃO PR 029/2021

Publicação N° 3003107

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO N° 061/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2021
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Altera-se a data da sessão de julgamento do Pregão Presencial n° 029/2021, objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS EM PAINEL DIVILUX.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 11/05/2021 até às 09h00min horas

Abertura dos envelopes: 11/05/2021 às 09h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, n° 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 27 de Abril de 2021.

Aldair Biasiolo

Prefeito Municipal de Tangará

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 262/2021

Publicação Nº 3003701

DECRETO Nº 262, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Estabelece o Plano de Ação do Município de Tigrinhos, para atender o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, nos termos do parágrafo único, do art. 18º, do Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido para o Município de Tigrinhos, o Plano de Ação, constante do anexo único, que é parte integrante do presente decreto, com a finalidade de ajustar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, ao padrão mínimo de qualidade, estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.

Art. 2º. O SIAFIC corresponde à solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, incluindo a responsabilidade pela contratação, com ou sem rateio de despesas, utilizada pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, resguardada a autonomia.

§ 1º. É vedada a existência de mais de um SIAFIC no Município, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

§ 2º. O SIAFIC tem a finalidade de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, além de controlar e permitir a evidência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, dos Órgãos de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme art. 18, do Decreto Federal nº 10.540/2020.

At. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 27 de abril de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito

PLANO DE AÇÃO Nº 001/2021

CONSIDERANDO, o Decreto Federal nº 10.540 de 05 de novembro de 2020 que "Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle";

CONSIDERANDO, que o sistema de informática responsável pelos registros contábeis é regido pelo Contrato 020/2019, nos Poderes Executivo e no Legislativo Municipal Regido por contrato próprio.

CONSIDERANDO, que o atual sistema atende alguns dos requisitos mínimos do Decreto, tal como possuir a base de dados "compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada";

CONSIDERANDO, que o atual sistema não atende alguns dos requisitos mínimos do Decreto, tal como permitir o acesso de usuários apenas com o "código CPF e senha; ou certificado digital com código CPF";

CONSIDERANDO, que o Decreto nº 10.540/2020, estabelece que os requisitos deverão ser obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2023 e estabelece "o prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, para elaboração de plano de ação voltado para a adequação às suas disposições";

CONSIDERANDO, que o Contrato PMT 020/2019 não pode ser mais prorrogado;

O Contador juntamente com o Prefeito resolve propor o seguinte PLANO DE AÇÃO:

1º - Deverá ser procedida nova licitação, a fim de selecionar uma solução de informática com Sistema Único integrado de Execução Orçamentária, Administrativa, Financeira e Controle, nos Poderes Executivo e Legislativo, que atenda todos os requisitos do Decreto Federal nº 10.540/2020.

2º - A empresa Vencedora do certame licitatório deverá atender as exigências do Decreto 10.540/2020, até a data de 01 janeiro de 2023.

3º - Deve-se dar ciência desse plano de ação ao Controle interno e ao Controle externo.

Tigrinhos, 27 de Abril de 2021.

Lilian Santin
Contadora Pm Tigrinhos

Derli Antonio de Oliveira
Prefeito Municipal Tigrinhos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N°. 030/2021

Publicação N° 3004860

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 30/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°. 30/2021
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE BOMBEAMENTO DE ÁGUA DE POÇO ARTESIANO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 12/05/2021, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h45min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: (49)36580064, ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br Tigrinhos (SC), 28 de abril de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 066/PMT/2021 DA CONCORRÊNCIA N° 002/PMT/2021

Publicação N° 3003371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 066/PMT/2021
CONCORRÊNCIA N° 002/PMT/2021

Objeto: Concessão de uso remunerado para exploração comercial do espaço localizado no Terminal Rodoviário Miguel de Brito, no centro da cidade de Tijucas/SC, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Maior Oferta

Data de Abertura: 31 de maio de 2021, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/FMDR/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 004/FMDR/2021

Publicação N° 3003463

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/FMDR/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 004/FMDR/2021

RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de produto específico: Larvicida Biológico: Tipo BTI (BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENIS ou similar), para controle de borrachudo e larvas de mosquito, para Secretaria Municipal de Agricultura Pesca e Meio Ambiente, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global;

Data de Abertura: 11 de maio de 2021, às 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N° 1696, 27 DE ABRIL DE 2021. DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIJUCAS

Publicação N° 3004902

DECRETO N° 1696, 27 DE ABRIL DE 2021.
Dispõe sobre a Suplementação de Dotação
Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Tijucas.

ELÓI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2805/2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada em R\$55.157,00 (Cinquenta e Cinco Mil Cento e Cinquenta e Sete Reais) a dotação orçamentária que segue:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde

103010026 – 2045 – Atend. no Centro e Unidade de Saúde e Apoio ao Hospital

4.4.90.00 (07)06.38.3075 - Aplicação DiretaR\$ 55.157,00

Art. 2º - A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – Fundo Municipal de Saúde
103010026 – 2045 – Atend. no Centro e Unidade de Saúde e Apoio ao Hospital
3.3.90.00 (06)06.383075 - Aplicação Direta R\$ 55.157,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 27 de abril de 2021.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

PORTARIA Nº 152/2021

Publicação Nº 3003132

PORTARIA Nº 152, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, GABRIELLI COTA WOLINGER, CPF nº 118.416.329-45, para ocupar o cargo comissionado de Oficial de Gabinete, para prestar serviços no Gabinete do Prefeito (GAB), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 154/2021

Publicação Nº 3003141

PORTARIA Nº 154, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, ALICE ALAIDE VALTER, CPF nº 110.711.519-16, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Administração de Pessoal, para prestar serviços na Secretária de Administração (SAD), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155/2021

Publicação Nº 3003138

PORTARIA Nº 155, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, TATIANE GONÇALVES GERALDO, CPF nº 035.616.429.26, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Projetos, para prestar serviços na Secretária de Administração (SAD), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156/2021

Publicação Nº 3003143

PORTARIA Nº 156, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, ROGER LUCAS RONCALIO, CPF nº 098.590.349-07, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Conservação e Limpeza, para prestar serviços na Secretária de Administração (SAD), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2021

Publicação Nº 3003146

PORTARIA Nº 158, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, JOÃO DA SILVA JUNIOR, CPF nº 047.944.469-26, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Receita, para prestar serviços na Secretária de Finanças (SFI), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2021

Publicação Nº 3003153

PORTARIA Nº 161, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, HELIO BENTO DOS SANTOS, CPF nº 018.871.909-10, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte, para prestar serviços na Secretária de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2021

Publicação Nº 3003155

PORTARIA Nº 162, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, HEMILIN SAMAGAIA, CPF nº 108.498.689-20, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Obras Públicas, para prestar serviços na Secretária de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 163/2021

Publicação N° 3003157

PORTARIA N° 163, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, JULIA VIEIRA FURTADO, CPF nº 059.431.209-47, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Obras Particulares, para prestar serviços na Secretária de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 164/2021

Publicação N° 3003160

PORTARIA N° 164, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, LUCIANO BERNARDO SOUZA, CPF nº 924.064.089-49, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Limpeza Pública, para prestar serviços na Secretária de Obras, Transportes e Serviços Públicos (SOP), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 165/2021

Publicação N° 3003163

PORTARIA N° 165, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, LORENA MARIA MONTEIRO FLORENÇO, CPF nº 091.404.079-00, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Assistência Agropecuária, para prestar serviços na Secretária de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente (SAPMA), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 166/2021

Publicação N° 3003166

PORTARIA N° 166, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, SANSNY LUIZ BUENO, CPF nº 947.809.511-00, para ocupar o cargo comissionado de Coordenador de Atenção Básica de Saúde, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2021

Publicação Nº 3003170

PORTARIA Nº 167, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, JOSIANE DE AMORIM, CPF nº 036.214.209-24, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento Financeiro, para prestar serviços na Secretária de Saúde (FMS), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168/2021

Publicação Nº 3003180

PORTARIA Nº 169, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, DOUGLAS NICOLAU KOCK, CPF nº 811.039.569-49, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento Técnico Administrativo, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2021

Publicação Nº 3003184

PORTARIA Nº 169, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, DOUGLAS NICOLAU KOCK, CPF nº 811.039.569-49, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento Técnico Administrativo, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2021

Publicação Nº 3003188

PORTARIA Nº 171, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, ESI MANOEL DE MELO, CPF nº 799.292.069-49, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de SDepartamento de Técnicas Pedagógicas, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2021

Publicação Nº 3003189

PORTARIA Nº 171, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, ESI MANOEL DE MELO, CPF nº 799.292.069-49, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Biblioteca e Promoções Culturais, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2021

Publicação Nº 3003190

PORTARIA Nº 172, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, MIROZETE LOURENÇO DOS SANTOS, CPF nº 004.018.879-52, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Pessoal e Apoio, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 173/2021

Publicação Nº 3003193

PORTARIA Nº 173, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, LUAN VERISSIMO, CPF nº 076.152.539-42, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Ensino de Séries Finais, para prestar serviços na Secretária de Educação (SED), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174/2021

Publicação Nº 3003194

PORTARIA Nº 174, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, IARA STEINHEUSER, CPF nº 078.260.829-94, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Turismo, para prestar serviços na Secretária de Cultura, Juventude e Turismo (SCJT), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2021

Publicação Nº 3003197

PORTARIA Nº 175, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) senhor(a) GEOVANI SOUZA DA SILVA, CPF nº 048.120.529-20, do cargo comissionado de Coordenador de Departamento de Finanças da Fundação Municipal de Esportes (FME).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2021

Publicação Nº 3003203

PORTARIA Nº 176, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 3897/2018 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). ALINE MORAES LIMA, Professor Nível III (Português), matrícula nº 7414, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 03/02/2021 e término em 03/05/2021, referente ao período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2016, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 178/2021

Publicação Nº 3003290

PORTARIA Nº 178, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, GEOVANI SOUZA DA SILVA, CPF nº 048.120.529-20, para ocupar o cargo comissionado de Superintendente Adjunto de Administração e Finanças, para prestar serviços na Fundação Municipal de Esportes (FME), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2021

Publicação Nº 3003294

PORTARIA Nº 179, 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, GLAUCIA JANE BITENCOURT DE AMORIM, CPF nº 055.409.449-50, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Suprimentos e Patrimônio, para prestar serviços na Secretária Municipal de Administração (SAD), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/2021

Publicação Nº 3003299

PORTARIA Nº 180, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no inciso XVI do art. 6º e § 4º do art. 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c inciso IV, do art. 3º, da Lei Federal 10.520, de 11 de julho de 2002, na Lei Municipal 1992, de 07 de março de 2006 e no Decreto Municipal 159, de 09 de agosto de 2006, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR membro da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PRIMEIRO E SEGUNDO PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, que inclui a Administração Direita e Indireta, os servidores:

I – Glauca Jane Bitencourt de Amorim - matrícula nº 12326;

II – Marcia Brando Laus - matrícula nº 201;

III – Elisama Freitas - matrícula nº 9749;

IV – Rafaela Marques de Souza - matrícula nº 8334;

V – Adrielli da Silva - matrícula nº 11688.

§ 1º A presidência da Comissão será exercida pela servidora Glauca Jane Bitencourt de Amorim, ficando o servidor Marcia Brando Laus designado para secretariar os trabalhos desenvolvidos pela Comissão.

Art. 2º Como Primeiro Pregoeiro Oficial do Município de Tijucas fica designado à servidora Glauca Jane Bitencourt de Amorim, sendo o segundo pregoeiro o servidor Marcia Brando Laus, os demais membros da Comissão de Licitação farão parte da equipe de apoio.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente de Licitação, Primeiro e segundo Pregoeiro Oficial do Município de Tijucas e a respectiva equipe de apoio, cujas atribuições estão especificadas no decreto regulamentador, dentre outras, terão a função de receber as propostas e lances, promover a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como da habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício de 2021

Art. 4º Os membros integrantes da Comissão Permanente de Licitação, na função de presidente e secretário farão jus ao recebimento da Gratificação Mensal instituída pela Lei Municipal 1992, de 07 de março de 2006, em seu percentual Máximo.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 182/2021

Publicação N° 3003311

PORTARIA N° 182, 04 DE FEVEREIRO DE 2021.

VILSON JOSÉ PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82. e inciso I, do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, Sr.(a) JEAN PIERRE PINTO PICCINIO, do cargo Agente de Combate as Endemias (DENGUE), matrícula nº 12156, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSÉ PORCINCULA
Secretária de Saúde

PORTARIA N° 183/2021

Publicação N° 3003314

PORTARIA N° 183, 05 DE FEVEREIRO DE 2021

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e os incisos I e II do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, e demais disposições legais, e ainda;

CONSIDERANDO os termos do item 9.2 do edital nº 001/SME/2020, processo seletivo interno que dispõe sobre os critérios para seleção de profissionais da área da educação para o programa de prevenção em saúde mental da rede municipal de ensino fundamental,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de validade do edital nº 001/SME/2020, do processo seletivo interno, que tem por objetivo classificar profissionais da área da Educação para atuar no Programa de Prevenção em Saúde Mental e Educação Socioemocional, denominado "Professores da Alegria", visando atender crianças do Ensino Fundamental, por igual período de 01 (um) ano, viabilizando o preenchimento das vagas disponíveis para ano letivo de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA N° 184/2021

Publicação N° 3003631

PORTARIA N° 184, 05 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, GLAUCIA LEAL BAIXO DE MORAES, CPF nº 019.784.739-51, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Departamento de Assuntos da Juventude, para prestar serviços na Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Turismo (SMCJT), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 186/2021

Publicação N° 3003633

PORTARIA N° 186, 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 007/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 009/Edital 007/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), FERNANDA HELENA DE OLIVEIRA, para o cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em substituição a funcionária que encerrou o contrato, no período de 08/02/2021 a 07/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/2021

Publicação Nº 3003634

PORTARIA Nº 187, 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

VILSON JOSÉ PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82. e inciso I, do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, Sr.(a) KELLY DA ROSA PEDROSO, do cargo Auxiliar de Consultório Odontológico da Equipe da Saúde Bucal (ESF), matrícula nº 8263, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSÉ PORCINCULA
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 189/2021

Publicação Nº 3003637

PORTARIA Nº 189, 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, GEISIANE NUNES SANTOS, CPF nº 037.752.699-16, para ocupar o cargo comissionado de Presidente, para prestar serviços na Fundação Cultural Tradição Tijucas (FCTT), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2021

Publicação Nº 3003639

PORTARIA Nº 191, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 099/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ROSANGELA DOS SANTOS LAURATO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas), em substituição a funcionária que encerrou o contrato, no período de 10/02/2021 a 09/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2021

Publicação Nº 3003641

PORTARIA Nº 192, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis nº 2325/2011 e 2454/2013, conforme requerimento que aponta a necessidade temporária de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art 1º PRORROGAR o contrato de trabalho do(a) Sr(a). ALCEDINA GIACOMOSSI, no cargo de Auxiliar de Consultório Odontológico da Equipe de Saúde Bucal (ESF), matrícula nº 10929, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica Nilton Olinger (Campo Novo), da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 12/02/2021 a 12/02/2022.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2021

Publicação Nº 3003642

PORTARIA Nº 193, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82. e inciso I, do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, Sr.(a) ANA CAROLINE SOARES, do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 12031, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 194/2021

Publicação Nº 3003643

PORTARIA Nº 194, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 005/2020 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 115/Edital 005/2020.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), MANOELLA CAROLINI MARECO LAMARO, para o cargo de Odontólogo da Equipe de Saúde Bucal (ESF), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Centro de Especialidades Odontológica (ESF), em substituição a funcionária que encerrou o contrato, no período de 12/02/2021 a 11/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2021

Publicação Nº 3003647

PORTARIA Nº 196, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 005/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 042/Edital 005/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), LEANDRO JOÃO PEIXER, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 30 (trinta) horas

semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas), em substituição a funcionaria que acabou o contrato, no período de 12/02/2021 a 11/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2021

Publicação Nº 3003648

PORTARIA Nº 197, 15 DE FEVEREIRO DE 2021.

VILSON JOSÉ PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso VIII do art. 82. e inciso I, do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a pedido, Sr.(a) CRISTINA CELIA FRAINER, do cargo Enfermeira, matrícula nº 12169, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSÉ PORCINCULA
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 199/2021

Publicação Nº 3003650

PORTARIA Nº 199, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 117/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), CLAUDETE REIS GONÇALVES, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no setor de Transportes da Secretária Municipal de Saúde (FMS), em substituição a funcionaria que encerrou o contrato, no período de 17/02/2021 a 16/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2021

Publicação Nº 3003652

PORTARIA Nº 200, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 1095/2021 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr.(a). ELISANGELA COELHO CARDOSO, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº 368, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 18/02/2021 e término em 18/05/2021, referente ao período aquisitivo de 04/02/2007 a 03/02/2012, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 201/2021

Publicação Nº 3003661

PORTARIA Nº 201, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 0974/2021 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). VALDA KRUSCINSKI, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº 324, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 18/02/2021 e término em 18/05/2021, referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 a 31/07/2020, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 203/2021

Publicação Nº 3004822

PORTARIA Nº 203, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 0802/2021 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). BERENICE MARCHI, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº 296, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 18/02/2021 e término em 18/05/2021, referente ao período aquisitivo de 01/08/2005 a 31/07/2010, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 204/2021

Publicação Nº 3004823

PORTARIA Nº 204, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 123/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), GILVANE DE FATIMA FERNANDES, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços Na Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Turismo (SMCJT), para suprir as necessidades do ano de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2021

Publicação Nº 3004824

PORTARIA Nº 205, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), GENI SALETE KRONBAUER, para o cargo de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado, em substituição a servidora Maria Santana Filipe, afastada por ser do grupo de risco do COVID-19, conforme Decreto nº1525/2020, no período de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2021

Publicação Nº 3004825

PORTARIA Nº 206, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 132/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), GRAZIELA MACHADO BAIXO DA SILVA, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado, em substituição a servidora Deise Cristina da Silva, designada como Diretora do C.E.I. Mãe Aurora, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2021

Publicação Nº 3004826

PORTARIA Nº 207, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 135/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ANGELA MARIA SEZERINDO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2021

Publicação Nº 3004827

PORTARIA Nº 208, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 127/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), CAMILA SANT'ANNA COTA, para o cargo de Professor Nível II (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado e E.E.F. Brilho do Sol, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2021

Publicação Nº 3004828

PORTARIA Nº 209, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 132/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), TATIANI ROSANGELA DA VEIGA, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado. Em substituição a servidora Sandra Sartori Martins, em licença tratamento de saúde, no período de 18/02/2021 a 18/05/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2021

Publicação Nº 3004831

PORTARIA Nº 210, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 132/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), RITA CARINA DA LUZ PERIN, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Maria de Lourdes de Souza Furtado. Em substituição a servidora Renata Nascimento Silveira, designada como professora de Apoio Pedagógico no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2021

Publicação Nº 3004832

PORTARIA Nº 212, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), BIBIANA NAZÁRIO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Nair Ferreira, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2021

Publicação Nº 3004833

PORTARIA Nº 213, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de

Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 134/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), GABRIEL VELLER, para o cargo de Professor Nível II (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Nair Ferreira, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/2021

Publicação Nº 3004834

PORTARIA Nº 214, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), MARIA DE LOURDES MERLO, para o cargo de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Silvia Telles, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2021

Publicação Nº 3004835

PORTARIA Nº 215, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 135/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), MARISA RAULINO MACHADO, para o cargo de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Silvia Telles, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2021

Publicação Nº 3004836

. PORTARIA Nº 216, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), KYZZY BRESSAN SEEMANN DOS SANTOS, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação (SED), para prestar serviços na E.E.F. Osmário Giacomossi, em substituição ao servidor Maurici de Souza readaptado na Secretária do C.E.I. Profº Marco Aurélio de Oliveira, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 217/2021

Publicação Nº 3004837

. PORTARIA Nº 217, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 127/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), FRANCIELE DA SILVA, para o cargo de Professor Nível II (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação (SED), para prestar serviços na E.E.F. Osmário Giacomossi, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 218/2021

Publicação Nº 3004839

. PORTARIA Nº 218, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 141/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), SIMONE BECHTOLD HARBS, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), para prestar serviços na E.E.F. Osmário Giacomossi, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 219/2021

Publicação Nº 3004840

PORTARIA Nº 219, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 131/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), LETICIA SILVA FLORIANO, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Simone Barbosa de Souza Negrão, matrícula nº 7399, designada como Auxiliar de Direção na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2021

Publicação Nº 3004841

PORTARIA Nº 220, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), LYS THUANNY CRISTINA DOS SANTOS, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Adriana de Souza Duarte, matrícula nº 2027, designada para prestar serviços no Órgão Central da Secretária Municipal de Educação, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2021

Publicação Nº 3004842

PORTARIA Nº 221., 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), CINTIA ÉRICA PINTO, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Valmiria Reis, matrícula nº 370, designada como Diretora da E.E.F. Santa Terezinha, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 222/2021

Publicação Nº 3004843

PORTARIA Nº 222, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), LUCIANA FRANÇA DE MORAES, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Benta Maria Machado, matrícula nº 165, afastada por ser do grupo de risco do COVID-19, conforme Decreto nº 1525/2020, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 223/2021

Publicação Nº 3004844

PORTARIA Nº 223, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), SALETE ARIOTTI DUTRA, para o cargo de Merendeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2021

Publicação Nº 3004846

PORTARIA Nº 224, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 127/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), HALINI PEIXER PEREIRA PERECIN, para o cargo de Professor Nível II (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, para suprir as necessidades do ano letivo de 2021, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 226/2021

Publicação Nº 3004852

PORTARIA Nº 226, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ELAINE CRISTINE DO NASCIMENTO, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Neide Maria Reis, matrícula nº 108, designada como Auxiliar de Direção do NAES, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2021

Publicação Nº 3004854

PORTARIA Nº 227, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), DINAIR DE CASTRO, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Rosana Beatriz da Silva, matrícula nº 7595, em licença tratamento de saúde, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2021

Publicação Nº 3004855

PORTARIA Nº 228, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), EDNA HELENA VIEIRA, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Tatiani de Souza, matrícula nº 8192, designada para prestar serviços no Órgão Central da Secretária Municipal de Educação, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2021

Publicação Nº 3004856

PORTARIA Nº 229, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ALESSANDRA MARTINS ADRIANO, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Patrícia Eufrásio, matrícula nº 2228, designada para prestar serviços no Órgão Central da Secretária Municipal de Educação, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2021

Publicação Nº 3004857

PORTARIA Nº 230, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), SIMONI DE MELO, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Sheila Dias, matrícula nº 1627, designada para Coordenação de Proteção e da Defesa Civil, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2021

Publicação Nº 3004861

PORTARIA Nº 231, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ANDREIA DO NASCIMENTO, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Rosimere Marins dos Santos, matrícula nº 7208, readaptada na Biblioteca Pública Municipal Edmundo da Luz Pinto, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2021

Publicação Nº 3004862

PORTARIA Nº 232, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 118/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), SABRINA LAPA RAMOS, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Maria Dorendina Meschke dos Santos, matrícula nº 259, em licença tratamento de saúde, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2021

Publicação Nº 3004863

PORTARIA Nº 233, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 132/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ANDREIA COMPER DE SOUZA, para o cargo de Professor Nível I (creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Eloisa Helena Ternes, matrícula nº 7397, designada como Diretora do C.E.I. Profº Marco Aurelio de Oliveira, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 234/2021

Publicação N° 3004865

PORTARIA N° 234, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), RAQUEL ROCHA LAGE DA MOTA, para o cargo de Professor Nível I (creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Maria Goretti Weber, matrícula nº 7910, designada como Diretora do C.E.I. Profª Maria Helena Machado, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 235/2021

Publicação N° 3004866

PORTARIA N° 235, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), MARCOS UMBELINO, para o cargo de Professor Nível I (creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Profª Zilda Maria Peixer, em substituição a servidora Neuza Terezinha Barreto, matrícula nº 8289, readaptada no C.E.I. Mãe Aurora, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°153/2021

Publicação N° 3003134

PORTARIA N° 153, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) senhor(a) GLAUCIA JANE BITENCOURTE DE AMORIM, CPF nº 055.409.449-50, do cargo comissionado de Chefe de Seção de Contratos e Convênios da Secretária Municipal de Administração (SAD).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA N°157/2021

Publicação N° 3003145

PORTARIA N° 157, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, MAURI ANASTACIO FURTADO, CPF nº 417.735.609-30, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de

Departamento Financeiro, para prestar serviços na Secretária de Finanças (SFI), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº159/2021

Publicação Nº 3003149

PORTARIA Nº 159, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a senhora, MARISA COELHO, CPF nº 730.361.539-34, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Pagamentos, para prestar serviços na Secretária de Finanças (SFI), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº160/2021

Publicação Nº 3003151

PORTARIA Nº 160, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, RODRIGO JOSE FAGUNDES, CPF nº 091.872.109-16, para ocupar o cargo comissionado de Chefe de Seção de Cadastro, para prestar serviços na Secretária de Finanças (SFI), com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº177/2021

Publicação Nº 3003288

PORTARIA Nº 177, 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

VILSON JOSE PORCINCULA, Secretário Municipal de Saúde de Tijuca, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a partir do mês de Fevereiro/2021, a carga horária de trabalho do(a) Sr(a). ANA PAULA PADILHA ROSA, no cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 12631, alterar de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas) da Secretária Municipal de Saúde (FMS).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

VILSON JOSE PORCINCULA
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº181/2021

Publicação Nº 3003307

PORTARIA Nº 185, DE 08 DE FEVEREIRO 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII do art. 822 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, o(a) Sr(a). GEISIANE NUNES SANTOSANO DE VASCONCELOS NETO, por falecimento, conforme Certidão de Óbito matrícula nº 107102 01 55 2021 4 00003 267 0001357 10, apresentada.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº185/2021

Publicação Nº 3003632

PORTARIA Nº 185, 08 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o(a) senhor(a) GEISIANE NUNES SANTOS, CPF nº 037.752.699-16, do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Cultura da Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Turismo (SMCJT).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº188/2021

Publicação Nº 3003635

PORTARIA Nº 188, 09 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o senhor, MARCELO PACHECO, CPF nº 041.966.219-70, para ocupar o cargo comissionado de Coordenador de Projetos Especiais na Fundação Municipal de Esportes, com vencimento previsto em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº190/2021

Publicação Nº 3003638

PORTARIA Nº 190, 10 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 103/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), GISELE SIMAS, para o cargo de Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas), em substituição a funcionaria que encerrou o contrato, no período de 10/02/2021 a 09/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário..

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº195/2021

Publicação Nº 3003645

PORTARIA Nº 195, 12 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 005/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 034/Edital 005/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), GEANE CARLA DE SOUZA SILVA, para o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços no Pronto Atendimento (24 horas), em substituição a funcionaria que acabou o contrato, no período de 12/02/2021 a 11/02/2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº198/2021

Publicação Nº 3003649

PORTARIA Nº 198, 17 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 0801/2021 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). ELAINE GUEDES, Supervisor Escolar V, matrícula nº 178, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 17/02/2021 e término em 17/05/2021, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2020, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº202/2021

Publicação Nº 3004821

PORTARIA Nº 202, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

DEISE JULIANA SILVEIRA, Secretária Municipal de Educação de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, de acordo com o processo nº 0844/2021 e demais disposições legais.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, Licença Prêmio ao(a) servidor(a) Sr(a). ROSANE SGROTT MELZZI, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº 195, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, com início em 18/02/2021 e término em 18/05/2021, referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2010, conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

DEISE JULIANA SILVEIRA
Secretária de Educação

PORTARIA Nº211/2021

Publicação Nº 3004830

PORTARIA Nº 211, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 125/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), LESLIE REJANE MORAES GALVARROS, para o cargo de Professor Nível I (Creche), com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no C.E.I. Nair Ferreira, em substituição a servidora Carla Souza, matrícula nº 8378, designada como Diretora do C.E.I. Nair Ferreira, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº225/2021

Publicação Nº 3004849

PORTARIA Nº 226, 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 e Edital de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 119/Edital 001/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR o(a) Sr.(a), ELAINE CRISTINE DO NASCIMENTO, para o cargo de Professor Nível II (Anos Iniciais), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretária Municipal de Educação (SED), para prestar serviços no E.E.F. João Caetano, em substituição a servidora Neide Maria Reis, matrícula nº 108, designada como Auxiliar de Direção do NAES, no período de 18/02/2021 a 17/12/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/PMT/2021 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 038/PMT/2021

Publicação Nº 3003250

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/PMT/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 038/PMT/2021

Objeto: Contratação de Empresa Especializada na Elaboração, Execução de Projeto de Móveis sob Medida e Prestação de Confecção, Montagem e Instalação de Móveis Confeccionados em MDF, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Item;

Data de Abertura: 11 de maio de 2021, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 23/2021 CONVOCA APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 3003727

ATO CONVOCATÓRIO 23/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2019;
2. Os candidatos devem apresentar-se imediatamente, a não apresentação no prazo de 05 dias úteis será considerada desistente, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 26 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I
ATO CONVOCATÓRIO 23/2021

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
008 161626 Bruna Godinho Valim

Timbé do Sul, 26 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

DECRETO 75/2021 ESTABELECE NORMAS PARA VELÓRIOS, FUNERAIS E SERVIÇOS FÚNEBRES DURANTE A PANDEMIA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3003287

DECRETO Nº 75, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

Estabelece Normas Para Velórios, Funerais E Serviços Fúnebres Durante a Pandemia Covid-19 e Dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica;

Considerando a situação de emergência em Saúde Pública decorrente do COVID 19;

Considerando a situação da pandemia causada pelo novo coronavírus, da necessidade de adotar medidas de isolamento e distanciamento social, das recomendações para evitar aglomerações;

Considerando as referências do MINISTÉRIO DA SAÚDE: Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID 19 Brasília - DF. Publicado em 23/03/2020 e igualmente da Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina - Nota técnica conjunta nº 025/2020- DIVE/SES/SC. Orientações para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID 19) pós óbito para atividades de necrotérios, funerárias, cremação, serviço de verificação de óbito, transladação de cadáveres e velórios no Estado de Santa Catarina de 29/03/2020;

Considerando o risco contínuo de transmissão infecciosa por contato após o óbito, embora o risco seja geralmente menor do que para pacientes ainda vivos, os princípios das precauções padrão de controle de infecções e precauções baseadas na transmissão devem continuar sendo aplicados no manuseio do corpo e durante o sepultamento.

Considerando desta forma a necessidade de estabelecer normas, rotinas, recomendações e orientações a serem observadas para a realização de velórios e funerais.

Considerando a RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DO CÔMITE EXTRAORDINÁRIO REGIONAL COVID-19 AMESC N 002/2021 de 14 de abril de 2021 e pela necessidade de padronização na realização de velórios e funerais em todos os municípios da região da AMESC;

Decreta:
Art. 1º - Ficam determinadas as seguintes medidas na execução das atividades do Serviço Funerário Municipal, mesmo que o óbito não teve como suspeita ou causa o COVID 19:

I- Os velórios poderão ter no máximo 5 (cinco) horas de duração;

II- Quando o óbito ocorrer após as 15:00 horas, o velório só acontecerá no dia seguinte, e o corpo deverá permanecer devidamente guardado nas dependências da funerária e sem a presença de familiares;

III- Alimentos e bebidas estão proibidos de serem servidos e consumidos durante os velórios;

IV- Fica proibida a realização de velórios em residências e em ambientes com área inferior a 30m² (trinta metros quadrados);

V- Os presentes no velório não podem ultrapassar o número de dez pessoas ao mesmo tempo;

VI- Deverá ser observado o distanciamento de 1,5 m entre cada pessoa no velório, bem como na cerimônia de sepultamento;

VII- As janelas e portas do local do velório devem ser mantidas abertas para propiciar ventilação constante;

VIII) Ao entrar e sair dos locais dos velórios as pessoas devem realizar desinfecção das mãos com álcool gel 70%, que deve estar disponibilizado na entrada e em outros lugares visíveis e identificados;

IX) Fica proibido qualquer tipo de aglomeração de pessoas em velórios e sepultamentos, seja na área interna ou externa do local.

X) Todos os presentes deverão estar obrigatoriamente usando máscara de proteção;

XI) Cerimônias religiosas deverão acontecer com a maior brevidade possível;

XII) As funerárias, capelas mortuárias e cemitérios, dentro outros, deverão cumprir os decretos de enfrentamento à COVID 19, naquilo que lhes for cabível, sob pena de sofrerem as sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, bem como, comprovado o descumprimento reiterado, poderão ter suspensos seus alvarás de funcionamento.

Art. 2º - Quanto aos óbitos suspeitos ou confirmados decorrentes de COVID 19 com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena), ficam estabelecidas as orientações a serem observadas PELAS FUNERÁRIAS E HOSPITAIS, na forma que segue:

I- O corpo deverá ser colocado em saco impermeável, à prova de vazamento e selado por profissionais no local da ocorrência do óbito, não podendo ser aberto em hipótese alguma, conforme Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020. (Preferencialmente o saco deve ser resistente até cerca de 150 kg, tamanho aproximadamente de 80/220 cm, uma face impermeável plastificada no interior, com lençol protetor absorvente, com fecho éclair central, longitudinal, com abertura de cima para baixo e etiquetas de identificação);

II- Deve-se realizar a limpeza externa da urna (caixão) lacrada com álcool líquido a 70% ou solução de hipoclorito de sódio a 0,5% antes de levá-lo para o traslado;

III- Os profissionais da saúde e equipe de funerária envolvidos no manuseio do corpo devem ser informados sobre a classificação de risco biológico (classe 3);

IV) O hospital/instituição onde ocorreu o óbito deverá acionar o serviço funerário, que enviará veículo apropriado e pessoal treinado juntamente com o caixão/urna, que deverá ser devidamente lacrado, no próprio local, antes de seguir para o traslado /funerária;

V) não poderá ser realizado velório, e a urna funerária deverá ser encaminhada diretamente ao seu local de destino;

VI) Nos óbitos ocorridos durante o dia, os profissionais da equipe da funerária farão traslado do corpo, diretamente ao cemitério ou crematório;

VII) nos casos em que a liberação do corpo ocorrer durante o período noturno ou que não existir tempo hábil para realização do sepultamento durante o dia, o corpo deverá permanecer nas dependências da funerária devidamente conservado, até o dia seguinte, os familiares não poderão permanecer no local.

H) O sepultamento não deverá ter duração maior do que uma 1:30 horas (uma hora e trinta minutos), e deverá ser acompanhado apenas pelos familiares próximos, todos usando máscara e com distanciamento de no mínimo 1,5 metros.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 19 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Fernando Favarin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 76/2021 EXONERA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicação Nº 3003292

DECRETO Nº. 76, DE 19 DE ABRIL DE 2021.
EXONERA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado FERNANDO FAVARIN, matrícula nº 3875, do cargo de Secretário de Administração e Finanças, Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 19 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Joselia Scot Pezente
Agente Administrativo

DECRETO 77/2021 NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicação Nº 3003293

DECRETO Nº 77, DE 20 DE ABRIL DE 2021.
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado CELSO DA SILVA, CPF nº 417.941.339-68 e RG nº 1.973.385, no Cargo de Secretário de Administração e Finanças - CC-1, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Josélia Scot Pezente
Agente Administrativo

DECRETO 78/2021 ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

Publicação Nº 3003295

DECRETO Nº 78, DE 20 DE ABRIL DE 2021.
ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01 de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido ADEMAR VIEIRA PEDROSO, CPF nº 416.274.159-04 e RG 1.086.360, no Cargo de Diretor do Departamento de Projetos, Controle e Fiscalização de Obras, Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CELSO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 79/2021 EXONERA SECRETÁRIO DE SAÚDE

Publicação N° 3003301

DECRETO N°. 79, DE 20 DE ABRIL DE 2021.
EXONERA SECRETÁRIO DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar N° 01/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, FABIANO PELIZZARI WATERKEMPER, matrícula nº 3314, do cargo de Secretário de Saúde, Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, a partir de 23/04/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CELSO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 80/2021 ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

Publicação N° 3003304

DECRETO N° 80, DE 20 DE ABRIL DE 2021.
ADMITE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar N° 01 de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido FERNANDO FAVARIN, CPF nº 095.385.129-01 e RG nº 5.929.297, no cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito CC-2, Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 20 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CELSO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 81/2021 NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação N° 3003305

DECRETO N° 81, DE 20 DE ABRIL DE 2021.
NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal 01/2011 que Estabelece a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado VILMAR MAFFIOLETTE, CPF nº 445.551.219-53 e RG nº 854.125, no Cargo de Secretário de Saúde - CC-1, no Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul à partir de 26/04/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 20 de abril de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CELSON DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 82/2021 ALTERA COMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CEDE

Publicação N° 3003308

DECRETO N° 82, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA COMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CEDE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e em conformidade com o disposto na Lei nº 1.937/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica assim composta a Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico – CEDE, conforme disposto no Art. 15 da Lei nº 1.937 de 18/12/2018:

I – Poder Executivo:

1. Celso da Silva: Secretário de Administração e Finanças
2. Francisco Crepaldi: Secretário de Transportes e Obras
3. Valdecir Sachetti: Diretor do Departamento de Agricultura

II – Poder Legislativo:

1. Elias Makar: Presidente da Câmara de Vereadores.

III – Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL:

1. Edson Biava: Vice- Presidente CDL.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 22 de Abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 83/2021 DESLIGA SERVIDOR EFETIVO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3003313

DECRETO Nº 83, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

DESLIGA SERVIDOR EFETIVO DA FUNÇÃO DE DIREÇÃO DO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica e considerando a nomeação do Diretor Geral do SAMAE através do Decreto nº 48/2021;

DECRETA:

Art. 1º - Fica desligado da função de Direção do SAMAE, o Servidor Amarildo Scursel Alexandre, Matrícula nº 03, ocupante do cargo de Oficial de Administração do Quadro de Pessoal Efetivo.

Art. 2º - Fica retirada a Função Gratificada de Diretor do SAMAE – FG 03, concedida através do Decreto nº 82/2020 ao Servidor identificado no Art. 1º

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 23 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 84/2021 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 3003361

DECRETO Nº 84, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido DONIZETE VELHO, matrícula nº 3828, ocupante do cargo de Carpinteiro, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul a partir de 30/04/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 85/2021 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 3003362

DECRETO Nº 85, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a pedido, TATIANA DE AGUIAR MORO DE OLIVEIRA, matrícula nº 3964, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 33/2021 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TIMBÉ DO SUL - CMAS

Publicação Nº 3003281

PORTARIA Nº 33, DE 26 DE ABRIL DE 2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TIMBÉ DO SUL - CMAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 865/95;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social de Timbé do Sul:

I – ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular: Gigliola Olivo Cirimbelli

Suplente: Zelinda Pelizzari

b) Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Elias Donadel

Suplente: Jucevania Netto

c) Secretaria Municipal de Saúde;

Titular: Rejane Stecanella

Suplente: Nicolly Moro

d) Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Celso da Silva

Suplente: Deivid Marchesini

II – ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Associação Mantenedora Amigos do Hospital Santo Antonio de Timbé do Sul

Titular: Gilberto Carvalho

Suplente: Luiz Cunha de Souza

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Titular: Ivone Stecanella

Suplente: Amarildo Scursel Alexandre

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Maria Angela Zanzi ALESSIO

Suplente: Luiz Pizzoni

d) Associação Feminina de Assistência Social - AFASTS

Titular: Luara Scarpari

Suplente: Lucivone Fátima de Prá Mafiolette

Art. 2º - O conselho tem mandato de 02(dois) anos e sua Diretoria fica assim composta:

Presidente: Gigliola Olivo Cirimbelli

Secretário: Rejane Stecanella

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL, 26 DE ABRIL DE 2021

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 34/2021 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

Publicação N° 3003285

PORTARIA N° 34, DE 26 DE ABRIL DE 2021.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 1.959/2019, Artigo 79, de 16 de julho de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora INDIANARA MATIAS, matrícula nº 3759, ocupante do Cargo de Atendente De Farmácia, do Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, pelo período de 180 dias a partir de 23/04/2021, em conformidade com atestado médico apresentado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 26 de Abril de 2021.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Celso da Silva
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATO CONVOCATÓRIO 023 - 2021 - CHAMADA PÚBLICA - OBRAS - MOTORISTA - DOM**

Publicação N° 3004362

ATO CONVOCATÓRIO 23/2021 - EDITAL CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR N° 01/2020 VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N. 008/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS, designada pela Portaria nº 15 de 05 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os candidatos interessados, nas vagas constantes da tabela do ANEXO I desta convocação, para comparecerem nos respectivos dias e horários constantes da referida tabela, no Departamento de Recursos Humanos, localizado junto à Prefeitura Municipal de Timbó, na Avenida Getúlio Vargas n. 700, Centro, Timbó-SC.

Os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõe o Edital de Chamada Pública n. 001/2020 vinculado ao Processo Seletivo n. 008/2019

Os candidatos devem comparecer na data e horário determinados, munidos dos documentos abaixo:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Modelo Constante no Anexo II deste Instrumento);
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) do Grau de Escolaridade exigido para o cargo;
- Cópia do(s) documento(s) comprobatório(s) dos Títulos (Graduação/PósGraduação/Mestrado/Doutorado), se houver
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) de experiência na área de atuação – certidões e/ou carteira de trabalho, se houver
- Cópia do RG ou CNH

Não será permitido o preenchimento do formulário constante do ANEXO II no local. Não haverá disponibilidade para realização de fotocópia de documentos no local.

SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA OU COMPARECER APÓS HORÁRIO FIXADO NO ATO CONVOCATÓRIO.

OS CANDIDATOS DEVERÃO ESTAR CIENTES DE QUE AS ATIVIDADES DEVERÃO SER REALIZADAS NA MODALIDADE PRESENCIAL.

Timbó, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
Portaria nº 15/2021

ANEXO I
QUADRO DE CARGO/VAGAS, DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO:

CARGOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS

Cargo /Função principal*	Numero de vagas	Local de Trabalho	CARGA HORÁRIA	Prazo de duração do contrato**	DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Motorista	01	Local a ser definido de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	44 horas semanais	30 dias	5 de maio de 2021 das 08:00 às 12:00h e das 14:00h as 16:00h

*o descritivo de função do cargo, vencimento e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos nos Anexos I e II do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 008/2019;

**Prazo inicial poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade e nos termos da Lei n. 2045/98.

Timbó, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS
PORTARIA Nº 15/2021
ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS

Nome Completo: _____

RG: _____ data de expedição: _____ órgão expedidor: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Whatsapp: _____

Cargo Pleiteado: _____

Data: ____/____/2021

ASSINATURA DO CANDIDATO

Para preenchimento exclusivo do Departamento de Recursos Humanos:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

☐ Documento de identificação;☐ CPF;☐ Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;☐ comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);☐ Títulos de especialização na área (não obrigatório, exclusivo para pontuação):☐ especialização;☐ mestrado;☐ doutorado.

ANEXO III

Cargo	Requisitos Mínimos	Descrevo sintético das funções/atribuições
Motorista	Ensino Fundamental Completo e CNH categoria AD no mínimo	Serviços gerais de condução/direção de motos, veículos, caminhões, caminhão basculante, carreta para transporte de máquinas e ônibus, etc; Dirigir veículos para condução de servidores nos trabalhos externos e transportar máquinas e equipamentos; Viajar para localidades fora da sede, para conduzir servidores e usuários de serviços públicos, estudantes, etc...; transportar máquinas e equipamentos; Manutenção, conservação e proteção dos veículos, caminhões ou equipamentos sob sua responsabilidade; Verificar e controlar o nível de óleo do cárter, comparar a ficha de óleo com quilometragem rodada e providenciar o reabastecimento ou a troca, conforme o caso; Fazer as verificações rotineiras das condições dos freios, faróis, pisca-piscas, pneus, níveis de água da bateria e do radiador, encaminhar os veículos às oficinas ou providenciar os reparos que não exigirem especialização; Controlar o nível de combustível pelo hodômetro e providenciar o reabastecimento; Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pelas suas conservações; Anotar no relatório diário de uso de veículos, a hora de partida, o percurso, os passageiros, a hora de retorno do veículo à sede e demais ocorrências exigidas em normas próprias; Transmitir ordens e informações entre locais onde tenham ocorrido avarias nos sistemas; Executar pequenos reparos de emergência nos veículos e solicitar a manutenção periódica ao ser atingida a quilometragem estabelecida; Participar e executar serviços de plantões nos feriados, finais de semana e noturnos; Executar serviços auxiliares e correlatos ao bom desempenho dos serviços públicos; e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.

ATO CONVOCATÓRIO 024 - 2021 - CHAMADA PÚBLICA - SAÚDE - AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA - DOM

Publicação Nº 3004357

ATO CONVOCATÓRIO 24/2021 - EDITAL CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR Nº 01/2020 VINCULADO AO
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N. 008/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, designada pela Portaria nº 15 de 05 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os candidatos interessados, nas vagas constantes da tabela do ANEXO I desta convocação, para comparecerem nos respectivos dias e horários constantes da referida tabela, no Departamento de Recursos Humanos, localizado junto à Prefeitura Municipal de Timbó, na Avenida Getúlio Vargas n. 700, Centro, Timbó-SC.

Os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõe o Edital de Chamada Pública n. 001/2020 vinculado ao Processo Seletivo n. 008/2019

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Os candidatos devem comparecer na data e horário determinados, munidos dos documentos abaixo:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Modelo Constante no Anexo II deste Instrumento);
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) do Grau de Escolaridade exigido para o cargo;
- Cópia do(s) documento(s) comprobatório(s) dos Títulos (Graduação/PósGraduação/Mestrado/Doutorado), se houver
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) de experiência na área de atuação – certidões e/ou carteira de trabalho, se houver
- Cópia do RG ou CNH

Não será permitido o preenchimento do formulário constante do ANEXO II no local. Não haverá disponibilidade para realização de fotocópia de documentos no local.

SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA OU COMPARECER APÓS HORÁRIO FIXADO NO ATO CONVOCATÓRIO.

OS CANDIDATOS DEVERÃO ESTAR CIENTES DE QUE AS ATIVIDADES DEVERÃO SER REALIZADAS NA MODALIDADE PRESENCIAL.

Timbó, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portaria nº 15/2021

ANEXO I

QUADRO DE CARGO/VAGAS, DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO:

CARGOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Cargo /Função principal*	Numero de vagas	Local de Trabalho	CARGA HORÁRIA	Prazo de duração do contrato**	DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Agente de Saúde Pública	01	Local a ser definido de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	44 horas semanais	30 dias	5 de maio de 2021 das 08:00 às 12:00h e das 14:00h às 16:00h

*o descritivo de função do cargo, vencimento e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos nos Anexos I e II do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 008/2019;

**Prazo inicial poderá ser prorrogado, de acordo com a necessidade e nos termos da Lei n. 2045/98.

Timbó, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 15/2021

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL

Nome Completo: _____

RG: _____ data de expedição: _____ órgão expedidor: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP.: _____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Whatsapp: _____

Cargo Pleiteado: _____

Data: ____/____/2021

ASSINATURA DO CANDIDATO

Para preenchimento exclusivo do Departamento de Recursos Humanos:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

() Documento de identificação;

() CPF;

- () Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 () comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);
 () Títulos de especialização na área (não obrigatório, exclusivo para pontuação):
 () especialização;
 () mestrado;
 () doutorado.

ANEXO III

Cargo	Requisitos Mínimos	Descrevo sintético das funções/atribuições
Agente de Saúde Pública	Nível Médio Completo	Atuação no programa de combate e controle de vetores; Orientação e fiscalização em vigilância sanitária de baixa complexidade; Ações de controle de zoonoses, educação em saúde, visitas domiciliares para prevenção de proliferação de vetores; emissão de relatórios administrativos e boletins; participação na equipe multidisciplinar em saúde pública referendando os programas preconizados pelo Ministério da Saúde e/ou implantados a nível estadual e/ou municipal; atividades de prevenção (palestras, seminários, etc.) e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação. Desenvolver ações educativas e de mobilização da comunidade relativas ao controle das doenças/agraves, executar ações de controle de doenças/agraves interagindo com os ACS e equipe de Atenção Básica, identificar casos suspeitos dos agravos/doenças e encaminhar os pacientes para a Unidade de Saúde de referência e comunicar o fato ao responsável pela unidade de saúde, orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agente transmissor de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva, executar ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e/ou coleta de reservatórios de doenças, realizar cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de intervenção, executar ações de controle de doenças utilizando as medidas de controle químico, biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores, executar ações de campo em projetos que visem avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças, registrar as informações referentes às atividades executadas, realizar identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais, mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores. Realizar diagnóstico demográfico, social, cultural, ambiental, epidemiológico e sanitário do território em que atuam, contribuindo para o processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade, incluindo a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário, Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares, Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada aos fatores ambientais, realizando, quando necessário, bloqueio de transmissão de doenças infecciosas e agravos, Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva, Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território, Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores, Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis, Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde, Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais de relevância para a promoção da qualidade de vida da população, como ações e programas de educação, esporte e lazer, assistência social, entre outros e Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal

AVISO PREGAO PRESENCIAL SRP Nº 04 2021 FMDE

Publicação Nº 3004559

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
 AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 04/2021 FMDE

OBJETO: Aquisição de lâmpadas, luminárias, refletores e soquetes para substituição e/ou reposição de lâmpadas queimadas em atendimento às necessidades das diversas instituições municipais de ensino do Município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 17 de maio de 2021. ABERTURA: dia 17 de maio de 2021 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br ou telefone (47) 3380-7035.



Timbó (SC), 27/04/2021
ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 17 2021 PMT - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Publicação N° 3004549

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 17/2021 PMT

OBJETO: aquisição de equipamentos destinados aos setores de limpeza e tubulação para realização de suas atividades diárias, em atendimento as necessidades da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 14 de maio de 2021. ABERTURA: dia 14 de maio de 2021 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 27/04/2021
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40-02.2020 PMT - ELO BRASIL

Publicação N° 3004565

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40-02/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 40/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI, CNPJ N° 21.912.865/0001-02 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 40-02/2020, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 05/05/2021.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 27 de abril de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61-03.2020 PMT - HILEON CÉSAR SUCATELLI

Publicação N° 3004568

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 61-03/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 61/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, HILEON CESAR SUCATELLI ME, CNPJ N° 17.778.957/0001-66 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 61-03/2020, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 05/05/2021.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 27 de abril de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO E TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43.2020 PMT - FISTAROL

Publicação Nº 3004570

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43-03/2020 PMT
PRGÃO PRESENCIAL Nº 43/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, CNPJ Nº 83.953.067/0001-78 a comparecer para assinatura do Segundo e Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 43-03/2020, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 05/05/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 27 de abril de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECISÃO - INDEFERIMENTO DE REEQUILIBRIO ARP 43-04.2020 - CLEYBSON EDINEI VILA NOVA

Publicação Nº 3004579

DECISÃO
PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 43/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43-04/2020 PMT
CLEYBSON EDINEI VILA NOVA 14360279850 (MEI)

A CONTRATADA CLEYBSON EDINEI VILA NOVA 14360279850 (MEI) apresentou pedido de reequilíbrio econômico financeiro em relação à Ata de Registro de Preço nº 43-04/2020 PMT, decorrente do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 43/2020, justificando para tanto que o Item nº 08 - (ÁGUA MINERAL - SEM GÁS, FLUORETADA E RADIOATIVADA NA FONTE EM EMBALAGEM DO TIPO BOMBONA DE 20 LITROS) da referida Ata de Registro de Preço sofreu aumento em relação ao valor originalmente cotado, decorrente da alta de preço ocorridas no mercado.

Recebido o pedido, este foi encaminhado ao economista da municipalidade, junto com a documentação apresentada, o qual emitiu o Parecer Econômico-financeiro nº. 041/2021, cujo teor desde já adoto como razões de decidir.

Em síntese, no PARECER DE Nº 041/2020, o economista concluiu o seguinte:

"[...] Conforme pode ser observado na tabela acima, não houve aumento de custos no período e com isso não há que se falar em qualquer modificação no registro do preço do item em questão. Cabe ressaltar, que a contratada, reivindicou em seu pedido que o preço fosse alterado de R\$7,00 para R\$9,00, apresentou também uma nota fiscal, nº 8165 de 29/03/2021, onde o valor da embalagem de 20 litros da água estava R\$ 4,20, mas a nota fiscal levada em consideração para análise foi a nota fiscal mais atual, ou seja, a nº 8232, de 12/04/2021, cujo valor da embalagem de 20 litros é de R\$ 2,70, que como pode ser verificado na tabela acima, não houve aumento de custos em relação à época do pregão e com isso o pedido de reequilíbrio econômico financeiro está indeferido. [...]"

Diante do exposto, INDEFERE-SE o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro para o item nº 08, conforme as justificativas alhures e o apontado no parecer econômico-financeiro de nº 041/2021.

Timbó, 27 de abril de 2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 13-02.2021 PMT

Publicação Nº 3004580

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 13-02/2021
CREDENCIAMENTO Nº 13/2021

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

CONTRATADO: MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Credenciamento de empresa(s) especializada(s) para execução de serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama, roçada, poda de árvores, corte de árvores e plantio de mudas (conforme especificações do anexo I) para atender as necessidades da administração direta e indireta.

ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07.

DATA DA ASSINATURA: 20/04/2021

PRAZO: 20/04/2021 a 08/04/2022.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração.

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 41.2019 PMT

Publicação Nº 3004581

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 41/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução previsto na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 41/2019 por mais 12 meses, ou seja, até a data de 14/04/2022 e reajuste no percentual de 5,2%, correspondente ao IPCA acumulado nos últimos 12 meses, correspondente ao período de 04/2020 até 03/2021, sobre o valor unitário disposto na Cláusula Primeira, alterando-se o valor unitário do Item de nº 03 de R\$ 2.420,00 para R\$ 2.545,84 e do Item de nº 04 de R\$2.090,00 para R\$ 2.198,68; Acréscimo ao objeto do item 03, constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 41/2019, e Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 14/2019 PMT, 01 (uma) unidade, na seguinte forma/quantidade e valores:

ITEM	QTD.	QTD. VEÍCULOS ACRESC.	UND.	DESCRIÇÃO
03	12	01	Mês	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.8, DA CATEGORIA MINIVAN, COM TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA (VEDADA A TRANSMISSÃO AUTOMATIZADA) SEM MOTORISTA, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDRO ELÉTRICO (NO MÍNIMO NAS PORTAS DA FRENTE), TRAVA ELÉTRICA, ALARME, BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE PARA 07 (SETE) PASSAGEIROS, 05 (CINCO) PORTAS, APARELHO DE SOM, PELÍCULA PROTETORA NOS VIDROS, COR PRATA OU BRANCO, TAPETES DE BORRACHA, DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO. REFERÊNCIAS: SPIN, DOBLO OU SIMILAR.

E acréscimo das seguintes informações:

a) Quanto a Secretaria de Administração e Fazenda o seguinte: "Elemento reduzido 395 - sub elemento 3927".

DATA DA ASSINATURA: 09/04/2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 40.2019 PMT

Publicação Nº 3004592

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 40/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

AUTORIZADO: GUIA VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução previsto na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 40/2019 por mais 12 meses, ou seja, até a data de 11/04/2022 e reajuste no percentual de 8,593820 %, correspondente ao IPCA acumulados últimos 24 meses, correspondente ao período de 04/2019 - 02/2021, sobre o valor atualizado contido na Cláusula Terceira, alterando-se o valor unitário de R\$ 1.195,00 (mil cento e noventa e cinco reais) para R\$ 1.297,70 (mil duzentos e noventa e sete reais e setenta centavos); Acréscimo ao quantitativo do objeto do item nº 01, constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº. 40/2019, 03 (três) unidades na seguinte forma/quantidade:

ITEM	QTD.	QTD. VEÍCULOS ACRESC.	UND.	DESCRIÇÃO
1	12	03	Mês	LOCAÇÃO VEÍCULO TIPO PASSEIO, MOTORIZAÇÃO MÍNIMA 1.0, SEM MOTORISTA, COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, VIDRO ELÉTRICO (NO MÍNIMO NAS PORTAS DA FRENTE), TRAVA ELÉTRICA, ALARME, BICOMBUSTÍVEL, CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS, 05 (CINCO) PORTAS, APARELHO DE SOM, PELÍCULA PROTETORA NOS VIDROS, COR PRATA OU BRANCO, TAPETES DE BORRACHA, DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO. REFERÊNCIAS: SANDERO, GOL, PALIO, UNO OU SIMILAR.

E acréscimo das seguintes informações:

a) Quanto a Secretaria de Administração e Fazenda o seguinte: "Elemento reduzido 395 - sub elemento 3927",

b) Quanto a Secretaria de Direitos difusos "elemento reduzido 138 e 802 e sub elemento 3927".
DATA DA ASSINATURA: 09/04/2021.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA- F0106, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004485

PORTARIA No SEMFA- F0106, de 31 de Março de 2021

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidor ocupante de cargo estatutário.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, ao servidor abaixo listado, lotado na Secretaria Municipal da Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Djanildo Amorim de Moura	Agente de Trânsito	Um (01)	16.03.2021	RH16-0061
Djanildo Amorim de Moura	Agente de Trânsito	Três (03)	24.03.2021	RH16-0061

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA- F0107 DE 31 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004489

PORTARIA No SEMFA- F0107 de 31 de Março de 2021.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidora ocupante de cargo estatutário..

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora abaixo listada, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Tassiana Barros Neves	Médica Veterinária	Cinco (05)	12.03.2021	RH20-0171

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA- F0109, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004499

PORTARIA No SEMFA- F0109, de 31 de Março de 2021

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal da Educação				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Caroline Beatriz Silva Arndt	Professora C	Dois (02)	15.02.2021	RH21-0057
Caroline Beatriz Silva Arndt	Professora C	Dois (02)	17.02.2021	RH21-0057
Caroline Beatriz Silva Arndt	Professora C	Três (03)	28.03.2021	RH21-0057
Caroline Beatriz Silva Arndt	Professora C	Dois (02)	31.03.2021	RH21-0057
Debora Cristina da Silva Zapellini	Educadora Infantil	Um (01)	10.03.2021	RH21-0054
Delvan Araújo da Silva	Professor C	Um (01)	10.03.2021	RH21-0055
Delvan Araújo da Silva	Professor C	Um (01)	24.03.2021	RH21-0055
Denise de Fatima Costa Peroza	Educadora Infantil	Cinco (05)	15.03.2021	RH17-0263
Denise de Fatima Costa Peroza	Educadora Infantil	Dois (02)	15.03.2021	RH17-0263
Edite Putka	Auxiliar de Recreação Infantil	Um (01)	10.03.2021	RH14-0180
Edla Janice Perini Nones	Professora E	Quatro (04)	09.03.2021	RH10-0052
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	Quatro (04)	09.03.2021	RH06-0279
Graciana Livia Lenzi	Professora C	Meio (1/2)	25.03.2021	RH21-0053
Isabel Maria Beber	Educadora Infantil	Uma hora e meia (01h30min)	25.03.2021	RH18-0009
Josi Giovana Muller Rozza	Educadora Infantil	Meio (1/2)	12.03.2021	RH02-979
Joyce Aparecida Paul Suptitz	Educadora Infantil	Um (01)	08.03.2021	RH19-0319
Jucineide Mengarda	Educadora Infantil	Um (01)	30.03.2021	RH02-321
Karina Wisnieski Lemke	Auxiliar Operacional	Uma hora (01h)	11.03.2021	RH17-0267
Maria de Lourdes Ochner Zink	Educadora Infantil	Um (01)	15.03.2021	RH07-0334
Odaisa Teske Miranda	Auxiliar de Recreação Infantil	Um (01)	24.03.2021	RH21-0052
Patricia do Nascimento Amorim Kleinhempel	Educadora Infantil	Dois (02)	01.03.2021	RH17-0208
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professora	Meio (1/2)	22.03.2021	RH04-0083
Rita Fiamoncini Valcanaia	Professora	Dois (02)	23.03.2021	RH04-0083
Rita Janaina Tristão	Professora C	Meio (1/2)	18.02.2021	RH18-0123
Roberta Alessandra Cunha de Sena	Auxiliar de Recreação Infantil	Duas horas (02h)	10.03.2021	RH21-0056
Roberta Alessandra Cunha de Sena	Auxiliar de Recreação Infantil	Uma hora e meia (01h30min)	19.03.2021	RH21-0056
Sabrina Lippel Cristofolini	Professora C	Um (01)	04.03.2021	RH15-0129
Sandra Monika Ewers Mohr	Auxiliar Operacional	Duas horas e Quarenta e Cinco Minutos (2h45min)	15.03.2021	RH17-0314
Silvia Maria Formigari da Costa	Assessora de Departamento de Ensino	Um (01)	22.03.2021	RH21-0058
Tatiana Estefania Dreger	Auxiliar de Recreação Infantil	Um (01)	12.03.2021	RH14-0193

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-F0077, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004379

PORTARIA No SEMFA-F0077, de 01 de Março de 2021

Declara estável no serviço público municipal os servidores da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, por terem sido aprovados no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, os seguintes servidores:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Maurício Dargert	4041099	Auxiliar Operacional	215, de 10/04/2017	03/05/2020
Patrick do Nascimento Amorin	4041062	Auxiliar Operacional	215, de 10/04/2017	11/04/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-F0083, DE 08 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004392

PORTARIA No SEMFA-F0083, de 08 de Março de 2021

Declara estável no serviço público municipal a servidora da Secretaria Municipal de Educação, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Rosilda Santana Vidal Mattjie	404134542	Professor	565, de 29/01/2018	01/02/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NO SEMFA-F0105, DE 31 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004477

PORTARIA No SEMFA-F0105, de 31 de Março de 2021

Declara estável no serviço público municipal a servidora da Secretaria Municipal de Educação, por ter sido aprovada no Estágio Probatório.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.25 da Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, arts. 29 e 32 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterados pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998 e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar estável no serviço público municipal, diante da aprovação no Estágio Probatório e do efetivo cumprimento dos demais requisitos aplicáveis à espécie, inclusive os de ordem legal e constitucional, a seguinte servidora:

Servidor (A)	Matrícula	Cargo	Portaria de Nomeação	Estável a contar de:
Jaciara Paola Bell Saraiva	284840	Educadora Infantil	212, de 10/04/2017	22/11/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0082, DE 08 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004390

PORTARIA Nº SEMFA-F0082, de 08 de Março de 2021
Concede Licença Prêmio ao servidor José Rodrigues de Godois

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor JOSÉ RODRIGUES DE GODOIS, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, referente ao q-inq-ênio compreendendo o período aquisitivo de 06/02/2016 a 05/02/2021, por trinta dias (01/04/2021 a 30/04/2021), conforme Processo RH11-0041.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0091, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004423

PORTARIA Nº SEMFA-F0091, de 17 de Março de 2021
Concede Licença a Gestante à servidora Angela Borchardt

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora ANGELA BORCHARDT, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 15 de Março de 2021 (período de 15/03/2021 a 12/07/2021), conforme Processo RH21-0021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-F0092, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004426

PORTARIA Nº SEMFA-F0092, de 17 de Março de 2021
Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Angela Borchardt

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Angela Borchardt	SEMFA-F0091, de 17/03/2021	07/09/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0093, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004427

PORTARIA Nº SEMFA-F0093, de 18 de Março de 2021

Concede Licença a Gestante à servidora Katiane Moraes Bragagnolo Grundmann

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora KATIANE MORAES BRAGAGNOLO GRUNDMANN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 12 de Março de 2021 (período de 12/03/2021 a 09/07/2021), conforme Processo RH21-0045.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-F0094, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004431

PORTARIA Nº SEMFA-F0094, de 18 de Março de 2021

Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Katiane Moraes Bragagnolo Grundmann

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Katiane Moraes Bragagnolo Grundmann	SEMFA-F0093, de 18/03/2021	07/09/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Março 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0097, DE 22 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004444

PORTARIA Nº SEMFA-F0097, de 22 de Março de 2021
Concede Licença Prêmio à servidora Claudia da Silva Pellin

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora CLAUDIA DA SILVA PELLIN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao q-inq-ênio compreendendo o período aquisitivo de 06/02/2016 a 05/02/2021, por trinta dias (19/04/2021 à 18/05/2021), conforme Processo RH11-0261.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0099, DE 24 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004451

PORTARIA Nº SEMFA-F0099, de 24 de Março de 2021
Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 1º semestre de 2021

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- A servidora da Secretaria Municipal de Educação, referente ao primeiro semestre de 2021, matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Aline Daniele Jede Hertz da Silva	Pedagogia – 2º Semestre – UNIAS-SELVI (EAD)	40%	RH21-0048

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0100, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004454

PORTARIA Nº SEMFA-F0100, de 25 de Março de 2021
Concede Licença a Gestante à servidora Elisandra Marise Willrich Fernandes

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora ELISANDRA MARISE WILLRICH FERNANDES, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por cento e vinte (120) dias, a contar de 26 de Março de 2021 (período de 26/03/2021 a 23/07/2021), conforme Processo RH21-0021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária da Fazenda e Administração.

PORTARIA Nº SEMFA-F0101, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004461

PORTARIA Nº SEMFA-F0101, de 25 de Março de 2021
Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Elisandra Marise Willrich Fernandes

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Elisandra Marise Willrich Fernandes	SEMFA-F0100, de 25/03/2021	21/09/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0102, DE 25 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004465

PORTARIA Nº SEMFA-F0102, de 25 de Março de 2021
Concede Licença Prêmio ao servidor Marcos Alberto Lunardi

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor MARCOS ALBERTO LUNARDI, ocupante do cargo de Fiscal do Obras, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, referente ao q-inq-ênio compreendendo o período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2020, por trinta dias (05/04/2021 à 04/05/2021), conforme Processo RH21-0050.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA Nº SEMFA-F0103, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004468

PORTARIA Nº SEMFA-F0103, de 29 de Março de 2021
Concede Licença Prêmio à servidora Edla Janice Perini Nones

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora EDLA JANICE PERINI NONES, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao q-inq-ênio compreendendo o período aquisitivo de 01/09/2011 a 31/08/2016, por trinta dias (06/04/2021 à 05/05/2021), conforme Processo RH21-0051.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0074, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004376

PORTARIA NºSEMFA-F0074, de 01 de Março de 2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Laurita Pellin

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora LAURITA PELLIN, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0044;

I - com remuneração integral no período de 23/02/2021 a 27/02/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 28/02/2021 a 23/04/2021 (55 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0075, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004377

PORTARIA NºSEMFA-F0075, de 01 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sheila Manske da Costa.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora SHEILA MANSKE DA COSTA, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 03/03/2021 a 03/04/2021, por trinta (30) dias, conforme Processo RH20-0238;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0076, DE 01 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004378

PORTARIA NºSEMFA-F0076, de 01 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Paulo Seberino da Silva

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor PAULO SEBERINO DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a contar de 06/03/2021 a 06/09/2021, por sessenta (60) dias, conforme Processo RH14-0113;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Março; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0078, DE 02 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004381

PORTARIA NºSEMFA-F0078, de 02 de Março de 2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Isolde Blunk

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ISOLDE BLUNK, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH21-0039;

I - com remuneração integral no período de 23/02/2021 a 27/02/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 28/02/2021 a 04/03/2021 (05 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0080, DE 04 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004384

PORTARIA NºSEMFA-F0080, de 04 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marcela Conti Kannenberg

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde a servidora MARCELA CONTI KANNENBERG, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 01/03/2021 a 04/05/2021, por sessenta e cinco (65) dias, conforme Processo RH04-0079.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0081, DE 08 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004388

PORTARIA NºSEMFA-F0081, de 08 de Março de 2021
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dayse Fabiana Borchardt

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DAYSE FABIANA BORCHARDT, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH12-0060;

I - com remuneração integral no período de 24/02/2021 a 28/02/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 01/03/2021 a 05/03/2021 (05 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0084, DE 09 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004394

PORTARIA NºSEMFA-F0084, de 09 de Março de 2021
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Maiza Ferreira dos Reis Silva

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MAIZA FERREIRA DOS REIS SILVA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH21-0040;

I - com remuneração integral no período de 05/03/2021 a 09/03/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 10/03/2021 a 04/04/2021 (26 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0085, DE 09 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004396

PORTARIA NºSEMFA-F0085, de 09 de Março de 2021
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Crispim Cohn da Silveira

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor CRISPIM COHN DA SILVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, a contar de 05/02/2021 à 05/08/2021, por cento e oitenta e dois (182) dias, conforme Processo RH19-0098;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0086, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004399

PORTARIA NºSEMFA-F0086, de 12 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Emerson Ressuagli

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor EMERSON RESSUAGLI, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, a contar de 01/03/2021 a 01/06/2021, por noventa e três (93) dias, conforme Processo RH20-0241.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0087, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004402

PORTARIA NºSEMFA-F0087, de 12 de Março de 2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Lorivan de Mello

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor LORIVAN DE MELLO, ocupante do cargo de Agente de Trânsito e Transporte, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços – Fundo Municipal de Trânsito, conforme Processo RH16-0106;

I - com remuneração integral no período de 04/03/2021 a 08/03/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 09/03/2021 a 04/04/2021 (27 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0088, DE 12 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004407

PORTARIA NºSEMFA-F0088, de 12 de Março de 2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Elisandra Marise Willrich Fernandes

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ELISANDRA MARISE WILLRICH FERNANDES, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH21-0043;

I - com remuneração integral no período de 11/03/2021 a 15/03/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 16/03/2021 a 25/03/2021 (10 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0089, DE 15 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004414

PORTARIA NºSEMFA-F0089, de 15 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Adelita Helena Dalpiaz Moreira

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ADELITA HELENA DALPIAZ MOREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 07/04/2021 à 07/08/2021, por cento e vinte e três (123) dias, conforme Processo RH20-0028;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0090, DE 16 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004415

PORTARIA NºSEMFA-F0090, de 16 de Março de 2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Elizi Castilho Cardoso Stefanello

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ELIZI CASTILHO CARDOSO STEFANELLO, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme Processo RH12-0131;

I - com remuneração integral no período de 13/03/2021 a 17/03/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 18/03/2021 a 18/04/2021 (32 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0095, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004435

PORTARIA NºSEMFA-F0095, de 18 de Março de 2021
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Julio Hilario Arpini

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor JULIO HILARIO ARPINI, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH19-0262;

I - com remuneração integral no período de 05/03/2021 a 09/03/2021 (05 dias) e com remuneração equivalente ao salário de contribuição no período de 10/03/2021 a 19/03/2021 (10 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0096, DE 18 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004441

PORTARIA NºSEMFA-F0096, de 18 de Março de 2021
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Julio Hilario Arpini

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JULIO HILARIO ARPINI, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/03/2021 à 20/09/2021, por cento e oitenta e cinco (185) dias, conforme Processo RH19-0262;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0098, DE 23 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004448

PORTARIA NºSEMFA-F0098, de 23 de Março de 2021
Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sabrina Grassi

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor SABRINA GRASSI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 24/03/2021 à 24/05/2021, por sessenta e dois (62) dias, conforme Processo RH17-0195;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA NºSEMFA-F0104, DE 30 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004472

PORTARIA NºSEMFA-F0104, de 30 de Março de 2021

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Maiza Ferreira dos Reis Silva

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 170 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 539, de 21 de julho de 2020, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MAIZA FERREIRA DOS REIS SILVA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a contar de 05/04/2021 à 05/05/2021, por trinta e um (31) dias, conforme Processo RH21-0040;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

PORTARIA SEMFA-F0079, DE 03 DE MARÇO DE 2021

Publicação Nº 3004383

PORTARIA SEMFA-F0079, de 03 de Março de 2021

Concede readaptação temporária de função conforme Perícia Médica

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no art. 77 da Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011:

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER à servidora pública municipal ANDREA STREY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, readaptação temporária de função no período de 20/02/2020 a 19/02/2022, por trezentos e sessenta e cinco (365) dias.

Parágrafo Único. A presente readaptação temporária de função está de acordo com as limitações previstas em Laudo Médico decorrentes de Perícia realizada em 23/02/2021 pelo Dr. Marcelo Murilo da Rosa, Médico do Trabalho do Município de Timbó, nomeado pela Portaria n. 1382/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Março de 2021; 151º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP SRP 08.2021 PMT

Publicação Nº 3004593

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 08/2021

Tendo em vista a decisão proferida pela Equipe de Pregão, designada através da Portaria nº. 04/2021 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedores da licitação, objeto do Pregão Presencial nº. 08/2021, os participantes:

Vencedor (Valores expressos em R\$)					
246930 - JOSÉ NEI KOCH					
Item	Qtd.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	Produto
1	380	UN	4,99	1.896,20	ABACAXI - APLICAÇÃO ALIMENTAR. DEVERÁ SER PROCEDENTE DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS E SÃOS, FRESCOS, GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA E COR DA ESPÉCIE EVARIEDADE. APRESENTAR GRAU MÁXIMO DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, ESTAR LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS E SUJIDADES. NÃO ESTAR DANIFICADO POR QUALQUER LESÃO DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETE SUA APARÊNCIA. A POLPA DEVE SE APRESENTAR INTACTA E FIRME, NÃO SENDO - PERMITIDAS MANCHAS OU DEFEITOS NA CASCA.
2	140	KG	3,70	518,00	ABOBRINHA VERDE - PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE ENFERMIDADES, MATERIAIS TERROSOS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.
4	70	KG	25,40	1.778,00	ALHO - GRAÚDO, NOVO DE 1ª QUALIDADE, EM CABEÇAS DESENRESTIADO, EM EMBALAGEM RESISTENTE. VALIDADE SEMANAL.
5	820	KG	3,80	3.116,00	BANANA COMUM, SEM DEFEITOS GRAVES (PODRIDÃO, DANOS PROFUNDOS, FRUTOS PASSADOS), SEM MANCHAS OU DEFORMAÇÕES.
6	470	KG	2,99	1.405,30	BATATA DOCE - ESPÉCIE ROXA, LAVADA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL. CARACTERÍSTICAS: PRIMEIRA

					QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES, RACHADURAS E CORTES. SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS. FORNECIMENTO EM KG.
7	550	KG	3,70	2.035,00	BATATA INGLESA - NOVA, SÃ, DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, LIMPA (SEM BARRO), APRESENTADO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO REDE. VALIDADE SEMANAL.
8	192	KG	2,99	574,08	BETERRABA SEM FOLHAS. SEPARADO POR TAMANHO E CATEGORIA, CATEGORIA EXTRA, SEM DEFEITOS GRAVES (PODRIDÃO MOLE, DEFORMAÇÃO, LENHOSAS, RACHADAS, DANOS MECÂNICOS, MURCHAS, INJURIAS POR PRAGAS OU DOENÇAS).
9	380	UN	4,05	1.539,00	BRÓCOLIS, EM UNIDADE, GRAÚDO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM FORMADOS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, COM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO. EM EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE. VALIDADE QUINZENAL.
10	420	KG	4,75	1.995,00	CEBOLA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, SÃ, DE 1ª QUALIDADE, DESENRESTIADA, COM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO REDE. VALIDADE SEMANAL.
11	232	KG	3,15	730,80	CENOURA - TAMANHO MÉDIO, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, SEM FOLHAS, LIMPA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A

					CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO REDE. VALIDADE SEMANAL.
12	170	KG	4,50	765,00	CHUCHU. VERDE E FRESCO, EM PERFEITO ESTADO DE CONSUMO. CLASSE COM TAMANHO APROXIMADAMENTE MAIOR QUE 12 E MENOR QUE 14CM, SEM DEFEITOS GRAVES (PODRIDÃO, MURCHOS, QUEIMADOS, DANOS NÃO CICATRIZADOS, DEFORMADOS E COM AUSÊNCIA DE PEDÚNCULO, CATEGORIA EXTRA).
13	230	UN	5,15	1.184,50	COUVE-FLOR, EM UNIDADE, GRAÚDO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM FORMADOS E COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS E FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, COM PERFEITAS CONDIÇÕES DE MATURAÇÃO E CONSERVAÇÃO. EM EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE E RESISTENTE. VALIDADE SEMANAL.
14	1.010	KG	2,95	2.979,50	LARANJA PERA, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, MADURA. LARANJA CLASSIFICADA, BEM FORMADA E DEFINIDA. DEVERÁ APRESENTAR TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, COM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. VALIDADE SEMANAL.
15	680	KG	5,99	4.073,20	MAÇÃ VERMELHA, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO. DEVERÁ ESTAR LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, COM TAMANHO E COR UNIFORME E BOA DEFINIÇÃO SUPERFICIAL. AS MAÇÃS DEVEM SER SÃS, SEM RUPTURA E/OU PANCADAS NA CASCA. VALIDADE SEMANAL.
16	490	KG	4,75	2.327,50	MAMÃO FORMOSO. SEPARADOS POR COR, TAMANHO E QUALIDADE, SEM DEFEITOS GRAVES (AMASSADOS, DANOS PROFUNDOS, QUEIMADO DE SOL, PODRIDÃO, LESÃO OU MANCHAS EIMATURAS), CATEGORIA EXTRA.
17	875	KG	2,60	2.275,00	MELANCIA REDONDA, SEPARADA POR LOTES HOMOGÊNEOS, CATEGORIA EXTRA GRAÚDA, PESANDO ENTRE 11 E 12 QUILOS A UNIDADE, SEM DEFEITOS GRAVES (PODRIDÃO,

					DANOS PROFUNDOS, FRUTOS PASSADOS) SEM MANCHAS OU DEFORMAÇÃO.
18	271	KG	2,99	810,29	PEPINO COMUM, TAMANHO MÉDIO, NOVO, DE 1ª QUALIDADE, LIMPO. FRUTO VERDE ESCURO, CASCA LISA, ESTRIAS BRANCAS, ISENTO DE FERIMENTOS E AMASSAMENTOS, FIRME COM CASCA BRILHANTE, ISENTO DE DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO TRANSPORTE E MANUSEIO. VALIDADE SEMANAL.
19	255	UN	3,40	867,00	REPOLHO. GRUPO VERDE (BRANCO), COM FORMATO DA CABEÇA REDONDA, FOLHAS LISAS, CLASSE 04 (PESANDO ENTRE 1 A 1,5 QUILOS), SEM DEFEITOS GRAVES (PODRIDÃO, RACHADURAS, DANOS PROFUNDOS), SEM MANCHAS, DANOS SUPERFICIAIS, SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS OU PRESENÇA DE ORGANISMOS VIVOS) CATEGORIA EXTRA.
20	495	KG	4,50	2.227,50	TANGERINA COMUM, SEM DEFEITOS GRAVES (AMASSADOS, PODRIDÃO, MANCHAS), DE BOA QUALIDADE.
21	650	KG	4,60	2.990,00	TOMATE COMUM - GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO (COLORIDO), DE 1ª QUALIDADE, NOVO, SÃO, BEM FORMADO, LIVRE DE DEFEITOS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS, SEM PERFURAÇÕES OU CORTES. COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE RESÍDUOS DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS À SAÚDE, ISENTO DE SABOR E/OU ODORES ESTRANHOS AO PRODUTO. EM EMBALAGEM RESISTENTE, TIPO REDE. VALIDADE SEMANAL.
22	265	KG	7,95	2.106,75	VAGEM, TIPO MANTEIGA, TAMANHOS E FORMATOS HOMOGÊNEOS DE PRIMEIRA QUALIDADE, TENRAS, SEM QUEIMADURAS, MURCHAS OU DEFORMADAS, IMATURAS OU TORTAS. CATEGORIA EXTRA. LEGUME IN NATURA.
23	305	UN	2,90	884,50	ALFACE TIPO CRESPA IN NATURA - EM PÉS, NOVA, 1ª QUALIDADE, TAMANHO GRANDE. DEVE APRESENTAR FOLHAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS. DEVERÁ ESTAR SEM MANCHAS, APODRECIMENTO, SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.

24	280	MAÇO	1,99	557,20	CEBOLA VERDE TEMPERO IN NATURA, COLHEITA RECENTE EM MAÇOS DE APROX 250 GR.
25	100	KG	4,90	490,00	PIMENTÃO VERDE, NOVO, DE 1ª QUALIDADE.
26	210	MAÇO	2,20	462,00	SALSA VERDE - FRESCA, COLHEITA RECENTE EM MAÇOS DE APROX 250 GR.
27	560	KG	3,99	2.234,40	BANANA BRANCA - EM PENCAS, DESTINADA AO CONSUMO IN NATURA, FRESCA, GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, AROMA, COR E SABOR CARACTERÍSTICOS DA VARIEDADE, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, PERMANECENDO ADEQUADA PARA O CONSUMO IMEDIATO. SEM LESÕES PROVOCADAS POR INSETOS, DOENÇAS OU MECÂNICAS. SEM SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADE OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA. ISENTAS DE UMIDADES EXTERNAS ANORMAIS, AROMAS/OU SABOR ESTRANHOS, LIVRES DE RESÍDUOS E FERTILIZANTES. APRESENTAREM-SE NÃO EMPEDRADAS, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME (PADRONIZADA), NÃO TOTALMENTE MADURAS (APARÊNCIA ESVERDEADA), DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 12/78 DA CNNPA. VALIDADE SEMANAL.

Total: JOSÉ NEI KOCH - R\$ 42.821,72

4215966 - MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI					
Item	Qtd.	Und.	Preço Unit.	Preço Total	Produto
3	192	KG	5,75	1.104,00	AIPIM, NOVO, IN NATURA, DESCASCADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, PESO MÁXIMO DE 1KG POR EMBALAGEM. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS OU LARVAS. CONGELADO. ENTREGA SEMANAL.
Total: MP COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - R\$ 1.104,00					

Timbó/SC, 27 de abril de 2021.

ALFREDO JOÃO BERRI

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

FÁBIO MELERE

Secretário Municipal de Saúde
e Assistência Social

Secretária de Fazenda e
Administração, representando o
Fundo Municipal de
Reequipamento e Melhoria da
Polícia Militar de Timbó

Coordenador da Defesa Civil

MÁRCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Timbó Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº DP/122/2021 O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, VALDIR CARDOSO DOS SANTOS, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 103, INCISO, VIII E XI DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, R E S O L V E: ART. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDA

Publicação Nº 3004214

PORTARIA Nº DP/122/2021

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, VALDIR CARDOSO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 103, Inciso, VIII e XI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a Sra. ROSENI DE FATIMA PASA, inscrita no CPF sob n. 811.607.399-00, servidora do Município de Timbó Grande, ocupante do cargo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, matriculada sob o nº 2849201, com provento integral sobre a última remuneração, com paridade, com fulcro nos requisitos ensejadores da redação do art. 6º da EC 41/03 e no artigo 16, § 1º da Lei nº 0716/2008 que rege a Previdência Municipal, por força do permissivo do artigo 10, § 7º c/c art. 36, II, da Emenda Constitucional n. 103/2019.

Art. 2º - As despesas correrão por conta do Fundo Municipal de Previdência Social, nos termos do art. 45 da Lei Municipal n. 0716/2008.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27/04/2021.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Timbó Grande, 27 de abril de 2021.

valdir cardoso dos santos
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA NESTA SECRETARIA E PUBLICADA NO ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA DE 27/04/2021.

Adilson wendt
Secretário de Administração e finanças

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 24/2021

Publicação Nº 3003363

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
“AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL”.
Procedimento Licitatório nº. 24/2021 - Edital nº. 21/2021.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 11 de maio de 2021, Propostas para “REGISTRO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS” para manutenção da Secretaria de Saúde e das Unidades Básicas de Saúde do Município.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 11 de maio de 2021.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 27 de abril de 2021.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 281/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004401

DECRETO Nº 281/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

NOMEIA MEMBROS PARA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 895/19, de 13 de fevereiro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, sem ônus para o Município, os membros para comporem a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, na forma prevista pelo art. 7º, da Lei Municipal nº 895/19, a qual se compõe:

I - Coordenador Municipal:

a) Valentim Antônio Cimolim.

II - Secretário Executivo:

a) João Carlos Lenhani.

III - Grupo de Planejamento e Apoio:

a) Luciano Rubens Miotelli - Presidente da Câmara de Vereadores;

b) Sidinei Viola - Secretário de Viação, Obras e Serviços;

c) Giovani Piacentini - Engenheiro Civil.

IV - Grupo de Associações Emergenciais:

a) Jaldecir Pedro Mazzorana - Representante da EPAGRI;

b) Rivaui Antônio Pagani - Comandante do Grupamento Policial Militar de Treviso;

c) Claudio Nunes Goulart - Responsável pelo Destacamento da Polícia Civil de Treviso.

V - Núcleos de Defesa Civil:

a) Iris Messaggi - representando o Centro;

b) Nelson Comin - representando o Bairro Distrito Industrial;

c) Ivo José Piatì - representando o Bairro Nossa Senhora de Lourdes;

d) Michele Felisberto - representando o Bairro São Pedro;

e) Volnei Ruzza - representando o Bairro Rio Ferreira;

f) Margaret Raquel Moretti Ubiali - representando o Bairro São Cristovam;

g) Laudelino de Mattias - representando o Bairro Rio Manin;

h) Ancelmo Rizzatti - representando o Bairro Santa Cruz;

i) Renato de March - representando o Bairro Rio Morosini;

j) Ademir André Borges - representando o Bairro São Victor;

k) Paulo Renato Cadallóra Leites - representando o Bairro Santo Antônio;

l) Valdoni José Fenilli - representando o Bairro Vila Nesi;

m) Eliane Fronza - representando o Bairro Santa Bárbara;

n) Jaison Tasca - representando o Bairro Forquilha;

o) Reginaldo Rizzati - representando o Bairro Volta Redonda;

p) Marcio Machado - representando o Bairro Cirenaica;

q) Vandonir Miotelli - representando o Bairro Brasília;

r) Izidero Ariati - representando o Bairro Guanabara.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 312/17, de 02 de maio de 2017, 722/2019, de 17 de dezembro de 2019 e 127/2021, de 09 de fevereiro de 2021.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 27 de abril de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de abril de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 282/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004406

DECRETO Nº 282/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO À PEDIDO POR TEMPO DETERMINADO DO SERVIDOR ADSON POSSENTI BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 67/2021, de 01 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado à pedido, na data de 27 de abril de 2021, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerado o servidor ADSON POSSENTI BORGES das funções do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS EXTERNOS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 27 de abril de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de abril de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

Treze de Maio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 030/2021

Publicação Nº 3004463

DECRETO Nº. 030/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina o Artigo 8º da Lei Municipal nº. 1411/2020, de 27 de Outubro de 2020, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 - Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica incluído no Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, a classificação orçamentária (elemento de despesa e fonte de recurso), a qual passa a integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

<p>Órgão: 0600 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO Unidade: 0602 - Departamento de Obras e Viação 26.782.0014 – Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais Proj./Ativ.: 1.012 – Pavimentação de Ruas e Drenagem Pluvial Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.0.3.00 (307) – Obras e Instalações Fonte de Recurso: 0.3.00 – Recursos Ordinários - SUPERÁVIT FINANCEIRO Código Reduzido da Despesa: 307</p>
--

Artigo 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 575.803,45 (Quinhentos e Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos) no orçamento do Exercício de 2021, conforme abaixo especificado:

<p>Órgão: 0600 - SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO Unidade: 0602 - Departamento de Obras e Viação 26.782.0014 – Desenvolvimento Urbano e Estradas Vicinais Proj./Ativ.: 1.012 – Pavimentação de Ruas e Drenagem Pluvial Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.0.3.00 (307) – Obras e Instalações R\$ 575.803,45 SOMAR\$ 575.803,45</p> <p>TOTAL GERALR\$ 575.803,45</p> <p>Parágrafo Único: O recurso de que trata o artigo 1º estão creditados nas Contas Correntes nº: 002.995-5 - valor de R\$ 29.404,25, nº: 002.993-9 - valor de R\$ 217.748,34, nº: 011.840-0 - valor de R\$ 4.317,80, nº: 283.142-2 – valor de R\$ 9.398,12, nº: 008.200-7 – valor de R\$ 32.545,06, nº: 006.543-9 – valor de R\$ 36.670,59, nº: 000.019-1 – valor de R\$ 23.852,50, nº: 049.883-1 – valor de R\$ 14.822,90 nº: 008.774-2 – valor de R\$ 27.246,01 do Banco do Brasil, Agência 2736 e nº: 000.111-2 – valor de R\$ 71.874,02, nº: 000.032-9 – valor de R\$ 151.923,86 da Caixa Econômica Federal, Agência 2891.</p>		R\$
--	--	-----

Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1267/2017 de 22 de Agosto de 2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2021 – Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2021– Lei Municipal nº. 1411/2020 de 27 de Outubro de 2020, que se fizerem necessários em função da abertura do Crédito Adicional Suplementar constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Treze de Maio, 27 de Abril de 2021.

JAILSO BARDINI

Prefeito Municipal

Publicação: Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

CAMILA NANDI ZANELA

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 031/2021

Publicação Nº 3004471

DECRETO Nº. 031/2021, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE DE MAIO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que determina o Artigo 8º da Lei Municipal nº. 1411/2020, de 27 de Outubro de 2020, e

Considerando os dispositivos contidos na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2021 - Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020, em especial o contido no artigo 46;

Considerando os termos dos parágrafos 1, 2 e 3, do Prejulgado Nº 1794, resultante da Decisão Plenária Nº 1087/2006, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Considerando que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso na classificação orçamentária, não caracteriza alteração orçamentária do tipo abertura de crédito adicional especial,

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam incluídos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, as classificações orçamentárias (elementos de despesas e fonte de recurso), a qual passa a integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 0300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 0301 - Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
04.122.0003 – Administração Geral - Prefeitura
Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.6.54 (308) – Material de Consumo
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0.6.54 (309) – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.0.6.54 (310) – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: 0.6.55 – Convênio Trânsito - Militar - SUPERÁVIT FINANCEIRO
Código Reduzido da Despesa: 308 – 309 – 310

Artigo 2º - Ficam abertos créditos adicionais suplementares ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 12.655,77 (Doze mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Setenta e Sete Centavos) no orçamento do Exercício de 2021, conforme abaixo especificado:

Órgão: 0300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 0301 - Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
04.122.0003 – Administração Geral – Prefeitura
Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção dos Convênios da Rádio Patrulha, Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.0.6.54 (308) – Material de Consumo R\$ 7.410,77
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.0.6.54 (309) – Outros Serviços
Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 3.245,00
Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.0.6.54 (310) – Equipamentos e Material
Permanente R\$ 2.000,00
SOMA R\$ 12.655,77
TOTAL GERAL R\$ 12.655,77

Parágrafo Único: Os recursos de que tratam o artigo 1º estão creditados nas Contas Corrente nº: 000.108-2, da Caixa Econômica Federal,

Agência 2891 e nº 044.580-0 do Banco do Brasil, Agência 2736.

Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1267/2017 de 22 de Agosto de 2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2021 – Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2021– Lei Municipal nº. 1411/2020 de 27 de Outubro de 2020, que se fizerem necessários em função da abertura do Crédito Adicional Suplementar constante do presente Decreto.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Treze de Maio, 27 de Abril de 2021.

JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação: Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra.

CAMILA NANDI ZANELA
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2021

Publicação Nº 3004462

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: R.N. LOGISTICA & SOLUÇÕES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS LTDA

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Física e / ou Pessoa jurídica para locação de horas e quilometro rodado, de caminhão traçado e trucado com caçamba basculante, para atender as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura do Município de Treze Tílias.

VALOR: O Valor fixado para a prestação de serviços será acordo com a Proposta de Credenciamento, anexo I do Presente Edital, conforme segue:

Item	Un	Qtde	Descrição	Valor da hora subsidia- do pelo Município	Valor que deverá ser recolhido do produtor
01	Hora	1000	Prestação de serviços de locação de caminhão basculante truck, com tração mínima de 6 x 4, com motorista, ano de fabricação não inferior a 2005, com caçamba para transportar no mínimo 12m³ e 13 toneladas.	50,00	95,00
Item	Un		Descrição	Valor do Km será total- mente custeado pelo município	
			EXCLUSIVO PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO		
02	KM	2000	Prestação de serviços de locação de caminhão basculante truck por km rodado, com tração mínima de 6 x 4, com motorista, ano de fabricação não inferior a 2005 com caçamba para transportar no mínimo 12m³ e 13 toneladas. Modalidade exclusiva para transporte de calcário.	8,00/km	Isento

DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento atendidas com as dotações orçamentárias previstas para 2021: 12 5.09.01.2.017.33.90.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência a contar da data de assinatura até 31/12/2021.

DATA ASSINATURA: 20/04/2021

TREZE TÍLIAS, 27/04/2021

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2021

Publicação Nº 3004481

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: SR TERRAPLENAGEM EIRELI

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Física e / ou Pessoa jurídica para locação de horas e quilometro rodado, de caminhão traçado e trucado com caçamba basculante, para atender as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura do Município de Treze Tílias.

VALOR: O Valor fixado para a prestação de serviços será acordo com a Proposta de Credenciamento, anexo I do Presente Edital, conforme segue:

Item	Un	Qtde	Descrição	Valor da hora subsidia- do pelo Município	Valor que deverá ser recolhido do produtor
01	Hora	1000	Prestação de serviços de locação de caminhão basculante truck, com tração mínima de 6 x 4, com motorista, ano de fabricação não inferior a 2005, com caçamba para transportar no mínimo 12m³ e 13 toneladas.	50,00	95,00
Item	Un		Descrição	Valor do Km será total- mente custeado pelo município	
			EXCLUSIVO PARA TRANSPORTE DE CALCÁRIO		
02	KM	2000	Prestação de serviços de locação de caminhão basculante truck por km rodado, com tração mínima de 6 x 4, com motorista, ano de fabricação não inferior a 2005 com caçamba para transportar no mínimo 12m³ e 13 toneladas. Modalidade exclusiva para transporte de calcário.	8,00/km	Isento

DOTAÇÃO: As despesas advindas do objeto do presente credenciamento atendidas com as dotações orçamentárias previstas para 2021: 12 5.09.01.2.017.33.90.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente termo de credenciamento terá vigência a contar da data de assinatura até 31/12/2021.

DATA ASSINATURA: 23/04/2021

TREZE TÍLIAS, 27/04/2021



Trombudo Central

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 038/2021 - FMS

Publicação N° 3003179

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: VMT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Contrato N° 38/2021
Valor: 194.540,00
Término: 25/04/2022
Início: Vigência: 26/04/2021
Licitação: 10/2021
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA E PINTOR PARA MANUTENÇÃO, REPAROS E CONSTRUÇÃO A SEREM REALIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.
Trombudo Central, 27 de abril de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 039/2021 - FMS

Publicação N° 3003183

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: HILARIO WESTPHAL 50181939991
Contrato N° 39/2021
Valor: 42.800,00
Início: 26/04/2021
Término: 25/04/2022
Licitação: 10/2021
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA E PINTOR PARA MANUTENÇÃO, REPAROS E CONSTRUÇÃO A SEREM REALIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.
Trombudo Central, 27 de abril de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 086/2021 - PMTC

Publicação N° 3003171

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: VMT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Contrato N° 86/2021
Valor: 827.170,00
Início: Vigência: 26/04/2021
Término: 25/04/2022
Licitação: 10/2021
Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA E PINTOR PARA MANUTENÇÃO, REPAROS E CONSTRUÇÃO A SEREM REALIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.
Trombudo Central, 27 de abril de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2021 - PMTC

Publicação Nº 3003174

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: HILARIO WESTPHAL 50181939991

Contrato Nº 87/2021

Valor: 64.200,00

Início: Vigência: 26/04/2021

Término: 25/04/2022

Licitação: 10/2021

Objeto da Contratação: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PARCELADA, FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, ELETRICISTA E PINTOR PARA MANUTENÇÃO, REPAROS E CONSTRUÇÃO A SEREM REALIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021

DECRETO 053/21

Publicação Nº 3004809

DECRETO 053/21 DE 27 DE ABRIL DE 2021.

ALTERA O ANEXO "I", DO DECRETO 067/20 DE 01 DE JULHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM, DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso V do Art. 52 da Lei Orgânica do município.

CONSIDERANDO, as alterações promovidas nas Instruções de Trabalho do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, que disciplinam sobre serviços de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e, que compreendem o Anexo I do Decreto Municipal nº 067/20 de 01 de julho de 2020, que regulamenta a Lei Municipal nº 1982 de 24 de outubro de 2017, no que se refere ao Serviço de Inspeção Municipal dos produtos de origem animal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I do Decreto Municipal nº 067/20 de 01 de julho de 2020, que passa a vigorar na forma do Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto Foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2021

Publicação Nº 3004229

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, pessoa jurídica de direito público, torna público, e faz saber que, fará realizar LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, visando a FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LANCHES DIVERSOS PARA EVENTOS, CAPACITAÇÕES E CURSOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E CONSELHOS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Do cadastro da proposta e habilitação: até as 8h do dia 13 Maio de 2021; da abertura e julgamento das propostas: às 9h do dia 13 de Maio de 2021; início da sessão/disputa de lances: após a análise das propostas; plataforma eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br O edital em sua íntegra, poderá ser examinado e retirado, na sede Prefeitura Municipal de Trombudo Central, sito a Praça Arthur Siewierdt, 01, Bairro Centro,

Município de Trombudo Central/SC, ou pelos endereços eletrônicos www.trombudocentral.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br
Trombudo Central, 28 de Abril de 2021.

Geovana Gessner

Prefeita Municipal

TERMO ADITIVO 040/2021 - FMS

Publicação N° 3004048

Aditivo n° 040/2020

Contrato n° 028/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: N3 SERVIÇOS DE TERAPIA EM SAÚDE E

QUALIDADE DE VIDA LTDA - ME

Sequencial do Aditivo: 4

Término: 31/12/2021

Processo: 2/2018

Objeto da Contratação: 4º Termo Aditivo na prestação de serviços
concernente aos procedimentos aos usuários do Sistema Único de
Saúde – SUS – Atenção Básica, referenciados pela atenção básica
de saúde do município.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021

TERMO ADITIVO 041/2021 - FMS

Publicação N° 3004054

Aditivo n° 041/2020

Contrato n° 028/2018

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: N3 SERVIÇOS DE TERAPIA EM SAÚDE E

QUALIDADE DE VIDA LTDA - ME

Sequencial do Aditivo: 5

Término: 31/12/2021

Processo: 2/2018

Objeto da Contratação: 5º Termo Aditivo na prestação de serviços
concernente aos procedimentos aos usuários do Sistema Único de
Saúde – SUS – Apoio NASF, referenciados pela atenção básica
de saúde do município.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021

TERMO ADITIVO 088/2021 - PMTC

Publicação N° 3003256

Aditivo n° 088/2021

Contrato N° 16/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE

TROMBUDO CENTRAL

Sequencial do Aditivo: 5

Término: 31/12/2021

Licitação: 9/2018

Valor: 9.600,00

Objeto da Contratação: 5º Termo Aditivo na locação de imóvel não
Residencial para atividade da Secretaria Municipal da Agricultura e
Meio Ambiente.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021.

TERMO ADITIVO 089/2021 - PMTC

Publicação N° 3003511

Aditivo nº 089/2021

Contrato N° 61/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: CONSÓRCIO ILUMINAÇÃO LED

Sequencial do Aditivo: 3

Término: 27/08/2021

Licitação: 19/2020

Objeto da Contratação: 3º TERMO ADITIVO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA COM LUMINÁRIAS TIPO LED E A LOCAÇÃO DE ATIVOS DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA QUE DEVERÃO SER INSTALADOS, OPERADOS E MANTIDOS PELA LICITANTE NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL - SC, COM VERSÃO DA TITULARIDADE DOS EQUIPAMENTOS PARA O MUNICÍPIO AO FINAL DO PRAZO DA LOCAÇÃO, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E NOS SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 27 de abril de 2021.

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2210/2021

Publicação Nº 3003283

DECRETO Nº. 2210, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a supressão de parte da cobrança do contrato nº 49/2021, da empresa LENOIR ENGLER, nos termos que especifica.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto na Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,

CONSIDERANDO todas as medidas já decretadas no âmbito municipal até a presente data a fim de minimizar a disseminação do COVID-19 (Novo Coronavírus) no âmbito do território de Tunápolis;

CONSIDERANDO a situação de emergência em saúde pública evidenciada na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020;

CONSIDERANDO o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da situação de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, publicado no Diário do Congresso Nacional - DCN nº 9, da mesma data (edição extraordinária);

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas que visem a minimizar eventuais impactos negativos ao erário em decorrência da manutenção da execução de contratos administrativos de prestação de serviços considerados não essenciais à manutenção do serviço público;

CONSIDERANDO que, uma vez cessada a situação de emergência em saúde pública, assim como a de calamidade pública atualmente enfrentadas em todo País, deverão ser retomadas, de forma imediata, a execução de contratos de prestação de serviços cujo objeto se revele imprescindível para manutenção de políticas públicas constitucionalmente exigidas;

CONSIDERANDO, por oportuno, a necessidade de serem envidados esforços para que a suspensão de contratos ora determinada não inviabilize a mobilização imediata da mão de obra necessária à prestação dos serviços nele inserida, o que poderá impedir a retomada dos serviços e consequente prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO, a necessidade de minimizar a litigiosidade da questão, assim como de preservação do erário em face de eventuais e futuras responsabilizações subsidiárias na seara trabalhista;

CONSIDERANDO, por fim, que a empresa LENOIR ENGLER, requereu ao Município a isenção de pagamento das faturas de luz do Ginásio Municipal de Esportes "Cacildo Francisco Froeleich",

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensas as cobranças para a empresa LENOIR ENGLER, contrato nº 49/2021, a partir do mês de março, decorrentes das faturas de energia elétrica do medidor do Ginásio Municipal Cacildo Francisco Froeleich, enquanto perdurar as medidas de proibição em relação à prática de esportes pelo Estado de Santa Catarina, devendo para tanto os setores responsáveis tomar todas as medidas cabíveis, inclusive a baixa de eventuais lançamentos registrados junto ao setor de tributos do Município dos referidos períodos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 14 de abril de 2021.

Marino José Frey
Prefeito Municipal

Este ato foi publicado
na presente data

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2021

Publicação Nº 3004869

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 74/2021
Pregão Presencial nº 42/2021

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, REGISTRO DE PREÇO que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS E MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DESTA MUNICIPALIDADE, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 16h do dia 10 de abril de 2021.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

Tunápolis, SC., 28/04/2021.

Marino José Frey
Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS PROCESSO DE COMPRA Nº.: 90/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 50/2021 DATA EMISSÃO: 28/04/2021**

Publicação Nº 3004905

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 90/2021
Pregão Presencial nº: 50/2021
Data Emissão: 28/04/2021
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

- O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 9h do dia 11 de Maio de 2021 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas através de REGISTRO DE PREÇO, visando aquisição de Concreto Usinado e Serviço de Bombeamento para Concreto Usinado, destinados a manutenção de imóveis, locais públicos desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 9h do dia 11 de Maio de 2021
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS/SC,.28/04/2021

Marino José Frey
Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N° 4.837/2021

Publicação N° 3003255

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.837, de 27 de abril de 2021.

Dispõe sobre SUSPENSÃO de licença concedida à servidora pública municipal, para tratar de interesses particulares e dá outras providências”.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o §1º do art. 73 da Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando:

CONSIDERANDO Justificativa apresentada pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde mediante necessidade da servidora para execução dos serviços.

DECRETA:

Art.1º Fica suspensa, a LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES Concedida à Servidora Pública Municipal TANIA MARIA BRANCAGLIONE MEURER, ocupante do Cargo de TELEFONISTA, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através do Decreto nº 4.634/2021.

Art. 2º A servidora deverá reassumir o exercício das funções em até 30 (trinta) dias, sob pena de exoneração, conforme § 3º, do art. 73 da Lei 93/2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto nº 4.634/2021 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 27 de abril de 2021.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 009/2021

Publicação N° 3004082

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2021
PROCESSO DE COMPRA N° 011/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2021

Representante Legal, Prefeita Municipal, Mariza Costa, torna público objeto deste Pregão Eletrônico, destinado à contratação de empresa para prestação de serviço para análise do rendimento escolar e a implantação com capacitação, de um sistema de apoio pedagógico em ambiente on-line para os alunos das escolas do (4º aos 5º) da rede municipal de ensino, conforme anexo I no Termo de Referência. Data e horário do recebimento das propostas: até às 12h30min do dia 12/05/2021. Data e horário início da disputa: 13h00min do dia 12/05/2021. Disponibilização do edital no endereço eletrônico www.urubici.sc.gov.br, informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@urubici.sc.gov.br ou telefone (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Mariza Costa- Prefeita Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2021

Publicação Nº 3003558

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato: 43/2021
Data de Assinatura: 27/04/2021
Processo de Licitação: 22/2021
Pregão Presencial: 19/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CNPJ: 82.930.181/0001-10
Contratado: RODNEI DE NONI
CPNJ/CPF: 34.033.792/0001-12
Objeto: SERVIÇO DE HORAS DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Valor Global: R\$ 115.000,00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2021

Publicação Nº 3003355

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato: 42/2021
Data de Assinatura: 27/04/2021
Processo de Licitação: 21/2021
Pregão Presencial: 18/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CNPJ: 82.930.181/0001-10
Contratado: VALDECIR NUNES
CPNJ/CPF: 915.994.749-72
Objeto: SERVIÇO DE HORAS DE TRATOR AGRÍCOLA 4X4 PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
Valor Global: R\$ 282.500,00

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 28, DE 27 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3004180

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 28, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA LARISSA XAVIER TEIXEIRA BARASUOL, ASSISTENTE LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Ficam concedidas férias à servidora LARISSA XAVIER TEIXEIRA BARASUOL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Legislativo da Câmara Municipal de Urussanga, em segunda parcela, de 28 a 30 de abril de 2021, referentes ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 27 de abril de 2021.
Vereador Odivaldo Bonetti
Presidente

Vereador Rozemar Sebastião
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador Thiago Mutini
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br em 27 de abril de 2021.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

Publicação Nº 3004818

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2021

Credenciamento para Consultas de Neurologia

O Prefeito Municipal de Vargeão, SC, Sr. Volmir Felipe, comunica aos interessados que está procedendo CREDENCIAMENTO PÚBLICO para seleção de pessoas jurídicas especializadas em Neurologia, para fornecimento de consultas na referida especialidade, para pacientes encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde, por fila de espera cronológica e regulada pela central municipal de regulação, conforme avaliação do médico regulador, quantidades fica por conta da demanda mensal, não ultrapassando o quantitativo de 360 consultas por ano, conforme Termo de Referência constante no Anexo 1 do edital. Outras informações sobre o presente credenciamento serão prestadas pelo fone fax (49) 3434-0148 ou através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão, SC, 27 de Abril de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2021

Publicação Nº 3003209

Extrato de EDITAL de Pregão Presencial nº 25/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009, Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012 e Decreto Municipal nº 076/2019 de 07 de outubro de 2019, que realizará no dia 13 DE ABRIL DE 2021 às 14H15MIN, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por lote, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, para a contratação de empresa para consertos, confecção e fornecimento de Próteses Dentárias destinadas para atender os programas de saúde bucal dos ESFs, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, solicitadas de acordo com a necessidade, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão nº 25/2021. Informações complementares serão prestadas através do e-mail compras@vargeao.sc.gov.br, fone (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão: http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces

Vargeão- SC, 23 de abril de 2021. Volmir Felipe - Prefeito Municipal

PLANO DE AÇÃO DO SIAFIC CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020

Publicação Nº 3003393

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO

e-mail: controleinterno@vargeao.sc.gov.br

Rua Sete de Setembro, 477 – fone (49) 3050-5500

Plano de Ação do Siafic

Conforme Decreto 10.540/2020 que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentaria, administração Financeira e Controle, o SIAFIC, correspondente a solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, com a finalidade de registrar atos e fatos relacionados com a administração orçamentaria, financeira e patrimonial.

O poder executivo do município de Vargeão, elaborou o Plano de Ação do SIAFIC, o plano de ação tem a finalidade de levantar um diagnóstico da realidade do sistema de contabilidade atualmente utilizado pelo poder executivo do município de Vargeão.

As etapas foram definidas a partir do estudo do Decreto 10.540/2020, são etapas simples para o enquadramento ao programa SIAFIC, e podem ser alteradas de acordo com a evolução do programa até sua implantação definitiva no dia 1º de janeiro de 2023.

O quê?	Responsável	Prazo
Constituir comissão especial de avaliação do Decreto N° 10.540/2020 (Siafic).	Daniela	30/04/2021
Analisar a aderência do atual sistema utilizado no Município frente ao Decreto N° 10.540/2020.	Comissão	31/12/2021
Elaborar relação com os itens a serem atendidos pelo sistema utilizado no município. Sistema BETHA	Comissão	31/03/2022
Requisitar à atual empresa fornecedora de software o termo de compromisso com o atendimento às exigências nos prazos constantes no Decreto 10.540/2020.	Comissão	30/09/2022

Vargeão SC, 26 de abril de 2020.

Rosecler Oliveira de Prá
Controladora Interna

LEI Nº 1.710/2021, DE 26 DE ABRIL DE 2021

Publicação Nº 3003590

LEI nº 1.710/2021, de 26 de abril de 2021.**CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal de Vargeão a conceder revisão geral aos vencimentos dos Servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º A revisão prevista no Art. 1º, e de que trata o inciso X, do Art. 37 da Constituição Federal, é concedida a partir de 1º de maio de 2019, compreendendo a perda inflacionária acumulada medida pelo IPCA/IBGE, no período de maio de 2019 a abril de 2020, na ordem de 2,399% (dois virgula trezentos e noventa e nove por cento).

Art. 3º A reposição correspondentes aos meses de maio/2020 a abril/2021, inclusive, serão pagas na folha do mês de abril/2021.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por conta das dotações orçamentárias do Poder Legislativo.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a contar de 1º de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, SC, em 26 de abril de 2021.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2021

Publicação Nº 3003517

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2021**

Conforme laudo de avaliação emitido pela Comissão Avaliadora especialmente nomeada pela Portaria nº 115/2021, quanto às inscrições para contratação por tempo determinado para as funções do cargo de Segundo Professor de Turma referente ao Chamamento Público nº 06/2021, **RATIFICO E HOMOLOGO** o resultado final, em conformidade com o Edital publicado.

Resultado do Chamamento:

Segundo Professor de Turma:

- Não houve classificados para este cargo.

Vargeão-SC, 26 de abril de 2021.

VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO 035/2021

Publicação Nº 3003610

DECRETO N.º 035/2021, de 27 de abril de 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.205/2020 de 09 de dezembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

Modalidade 449000.00.00.03.0300.0000 – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas

Modalidade 449000.00.00.03.0300.0000 – Aplicações Diretas R\$ 166.650,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 27 de abril de 2021

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 28/04/2021, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

JANAINE ANTUNES DE OLIVEIRA

Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2021

Publicação Nº 3004304

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2021

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para confecção de lixeiras de ferro conforme termo de referência.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu Prefeito Municipal, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 38/2021 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 21/2021, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com as prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto Federal nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto Federal nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº 3.200/2019, de 28 de outubro de 2019 e com as condições constantes deste Edital e dos demais documentos que o integram.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006 (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014).

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: até às 10:30 hrs do dia 11 de maio de 2021.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:31 hrs do dia 11 de maio de 2021, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br

Vidal Ramos, 27 de abril de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2021

Publicação Nº 3004552

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006 (REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 2014).

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa para fornecimento de câmeras de segurança a serem instaladas na Escola Municipal Francisco Feifareck Junior e Escola Municipal Fazenda Rio Bonito do Município de Vidal Ramos, conforme termo de referência.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, através de seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2021, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto Municipal nº 3.200/2019, de 28 de outubro de 2019, e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 13:30 hrs do dia 11 de maio de 2021.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 13:31 hrs do dia 11 de maio de 2021, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br.

Vidal Ramos (SC), 27 de abril de 2021

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2021

Publicação Nº 3004859

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2021

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para eventual AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS, A SER ENTREGUE PELO LICITANTE VENCEDOR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS. Entrega fragmentada, mediante autorização de fornecimento.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº. 27/2021, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com as prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto Federal nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto Federal nº. 3.784 de 06/04/01, Decreto Municipal nº 3.200/2019, de 28 de outubro de 2019 e com as condições constantes deste Edital e dos demais documentos que o integram.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA: Dia 12/05/2021, às 09:00 hrs.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br ou licitacao@vidalramos.sc.gov.br.

Vidal Ramos, 28 de abril de 2021.

EDUARDO THECHRIN
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 18.054/21

Publicação Nº 3003524

DECRETO Nº 18.054/21, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia Agente Administrativo Previdenciário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, XIII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSÉ DIOGO SANTOS DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018 - INPREVID, homologado em 16 de abril de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Previdenciário, criado pela Lei Complementar nº 052/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de abril de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no INPREVID aos 23 dias do mês de abril de 2021.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 18.056/21

Publicação Nº 3003529

DECRETO Nº 18.056/21, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia Chefe do Centro de Inovação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANNA PAULA SCALSAVARA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Centro de Inovação, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 3 de maio de 2021.

Videira, 26 de abril de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2021.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO 17/2021- PMV

Publicação Nº 3003220

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2021 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2021 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 26/04/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ADILSON KOLING EMVEILER, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM O CEMEI APARECIDA, POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 13.305,60 (Treze mil, trezentos e cinco reais e sessenta centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 27 de abril de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON

Secretário Municipal de Gabinete

ENCERRAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - PMV

Publicação Nº 3003572

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
ENCERRAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2021-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE CONCRETO USINADO PARA SER UTILIZADO EM CONsertos de PASSEIOS, MUROS, ESCADARIAS e DEMAIS REPAROS, POR MEIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, foi encerrada sem vencedores, pelo fato dos preços apresentados pela empresa vencedora estarem acima o valor apresentado no próprio orçamento constante nos autos do processo. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 27 de abril de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104 E 105/2021

Publicação Nº 3004347

Ata Nº.: ATA 104/2021

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI

Valor : 869.984,00 (oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro reais)

Vigência : Início: 27/04/2021 Término: 27/04/2022

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 21/2021 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

Ata Nº.: ATA 105/2021

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: C. DOS SANTOS GRAVENA - CONFECÇÕES

Valor : 44.998,50 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e cinq-enta centavos)

Vigência : Início: 27/04/2021 Término: 27/04/2022

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 21/2021 - PMV

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

EXTRATO CONTRATO 55/2021 - PMV

Publicação N° 3003309

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: CT 55/2021
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: ADILSON KOLING EMVEILER 00694351970
Valor : 13.305,60 (treze mil trezentos e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 26/04/2021 Término: 30/06/2021
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 17/2021
Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ADILSON KOLING
EMVEILER, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR
PARA ALUNOS QUE FREQUENTAM O CEMEI APARECIDA, POR MEIO
DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

HOMOLOGAÇÃO PE 21/2021-PMV

Publicação N° 3004382

O Município de Videira comunica a homologação do seguinte ato:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 21/2021 - PMV
PROCESSO N° 42/2021 HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES ESCOLARES PARA OS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
CONTRATADO: FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 869.984,00 (oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e oitenta e quatro reais)
CONTRATADO: C. DOS SANTOS GRAVENA - CONFECÇÕES
VALOR DA DESPESA: R\$ 44.998,50 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e cinq-enta centavos)

Videira - SC, 27/04/2021

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 0390/2021

Publicação N° 3003526

PORTARIA n° 0390/2021
Revoga a Portaria n° 0686/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria n° 0689/19, que designa SCHEILA ADRIANA SAVIAN, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG- 1, junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Videira – VISAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de abril de 2021.

Videira, 13 de abril de 2021.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria na VISAN aos 13 dias do mês de abril de 2021.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Diretor Geral VISAN

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2021 – PMV

Publicação Nº 3004550

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2021 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ NA VDR - 409, COMUNIDADE DA LINHA RONDINHA, ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO: 18.005,35m², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. A Comissão Permanente de Licitações considera as empresas SAFIRA CONSTRUTORA EIRELI e NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – ME HABILITADAS COM RESSALVA, e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas CONSTRUTORA BRANGER EIRELI, PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI, VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, CONSBRITA LTDA e SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Fica designada a data para abertura e julgamento das propostas para o dia 06/05/2021 às 14:00h, desde que não haja interposição de recursos. Caso sejam interpostos recursos, os mesmos serão divulgados no site www.videira.sc.gov.br para que as demais empresas possam apresentar impugnações aos mesmos. Julgados os recursos e impugnações, será divulgada a data e horário para abertura e julgamento das propostas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.videira.sc.gov.br. Informamos que a ata de abertura e julgamento do processo licitatório em epígrafe encontra-se disponível no site do Município de Videira (www.videira.sc.gov.br).

Videira, 27 de abril de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2021 - PMV

Publicação Nº 3003229

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2021 – PMV

O Secretário Municipal de Gabinete comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 13/2021 – PMV para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A DRENAGEM COMPLEMENTAR DA RUA ÁLVARO BUENO DE OLIVEIRA, NO BAIRRO AMARANTE, COM EXTENSÃO DE 261,00M, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 18 de maio de 2021. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link “Transparência”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 27 de abril de 2021.

FABIANO LUIZ MARAFON

Secretário Municipal de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 02/2021 - CMV**

Publicação Nº 3003824

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 - CMV

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA COMUNICA A HOMOLOGAÇÃO DOS SEGUINTE ATOS:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 27/04/2021

CONTRATADA: CEAP TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO “ATUALIZAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS” A SER MINISTRADO PELA EMPRESA CEAP TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA, NOS DIAS 27 A 30 DE ABRIL DE 2021, EM FLORIANÓPOLIS/SC, PARA O SERVIDOR IVAIR CERON.

VALOR TOTAL: 780,00 (SETECENTOS E OITENTA REAIS).

FUNDAMENTO: ART. 25, INCISO II, C/C ART. 13, INCISO VI DA LEI Nº. 8.666/93. VIDEIRA - SC, 27 DE ABRIL DE 2021. WILMAR ANTUNES PEREIRA – PRESIDENTE.

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2021

Publicação Nº 3004186

DECRETO N. 021, DE 27 DE ABRIL DE 2021

ESTABELECE NORMAS RELATIVAS AO EXPEDIENTE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais:

DECRETA:

Art. 1º - A saída de servidores públicos municipais durante o expediente, para a realização de consultas médicas, odontológicas e afins, somente será permitida mediante autorização do Prefeito, Vice-Prefeito ou do Secretário da pasta em que o servidor é vinculado, devendo apresentar o respectivo atestado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

Ar. 2º - Fica proibida a saída de servidores públicos municipais para idas ao comércio durante o expediente;

Art. 3º - Em caso de necessidade do servidor ausentar-se do serviço para comparecer a algum setor público (Celesc, Correio, Casan ou Câmara de Vereadores), deverá comunicar o Secretário da respectiva pasta, bem como apresentar o respectivo Termo de Comparecimento;

Parágrafo Único: Fica dispensada a autorização, caso o servidor esteja acompanhado do Prefeito, Vice-Prefeito ou Secretário da respectiva pasta.

Art. 4º - Os períodos relativos às faltas não justificadas, nos termos do presente Decreto, bem como aqueles decorrentes do esquecimento da batida do ponto serão descontados da remuneração do servidor;

Art. 5º - Fica estabelecido o horário de intervalo das 09:40 às 10:00 horas, bem como das 15:50 às 16:10 horas para os servidores tomarem café, devendo procederem o revezamento de forma a evitar aglomerações;

Art. 6º - Será instalado sistema de monitoramento e segurança com o objetivo de proteger, fiscalizar e monitorar a entrada e saída de pessoas no prédio, visando que no mesmo existe um fluxo de pessoas desconhecidas que participam de licitações e até mesmo pessoas que vem à procura de informações.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 27 de abril de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito de Vitor Meireles

DECRETO Nº 022/2021

Publicação Nº 3004188

DECRETO N. 022, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

"ALTERA O DECRETO N. 59/2018 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB, DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES".

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

DECRETA:

Art. 1º. O inciso I e II, do art. 1º do Decreto n. 59/2018 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I – representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb – Tainá Silva Sa Britto";

II - representante da Secretaria Municipal da Secretaria da Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb – Greison Pianesser;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 27 de abril de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRENCIA 01-2021

Publicação Nº 3004329

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 14 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Concorrência
Para Concessões e Permissões de Serviços Públicos
1/2021
Processo Administrativo: 14/2021**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 12/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Concorrência nº. 1/2021, o(s) participante(s):

866946 - BRUNO LUCAS DE OLIVEIRA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCESSAO DE ESPACO FISICO PARA FINS DE EXPLORACAO COMERCIAL DE BAR/LANCHONETE, NO CENTRO INTEGRADODO DESPORTO E LAZER HELMUTH WIPPEL COM AREA TOTALDE 1.964,86 M².	MÊS		48	R\$730,00	R\$35.040,00
Total do Fornecedor:						R\$35.040,00

Valor Total:	35.040,00
---------------------	-----------

Vitor Meireles, 27 de abril de 2021

**BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito**

Xanxerê

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2021

Publicação Nº 3003509

1 Alteração PR E 0010
"PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EDITAL"

Processo Licitatório nº 0064/2021
Pregão Eletrônico nº 0010/2021

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados a suprir as necessidades dos programas vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, para o enfrentamento da epidemia da nova Covid-19, de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos.

DA ALTERAÇÃO DO ANEXO 02 DO EDITAL - DA HABILITAÇÃO:

Fica incluído a letra "c" do subitem "1.2.3" para os proponentes que cotarem o ITEM 06 (Luva procedimento não cirúrgica), conforme abaixo:

ANEXO 02

1.2.3 Outros documentos:

...

c) Apresentação de Certificado de Aprovação (C.A.) do Ministério do Trabalho e Emprego para agentes biológicos válido e registro do produto no Ministério da Saúde (ANVISA) válido, referente ao item 06 (Luva procedimento não cirúrgica), para os proponentes que cotarem o mesmo.

DA NOVA DATA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Recebimento das propostas: Até às 10:00 horas do dia 11 de maio de 2021.

Abertura das propostas: Dia 11 de maio de 2021, às 10:30 horas.

Local: blcompras.com

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Edital originário.

Xanxerê-SC, 27 de abril de 2021.

Adenilso Biasus
Prefeito Municipal em Exercício

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO 009/2021

Publicação Nº 3004808

TESTE SELETIVO Nº 009/2021
CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter temporário, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 009/2021.

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Teste Seletivo 009/2021

Classificação	ÁREA	NOME	CPF
1º	Farmacêutico	Elisabete Paula Dalla Cort	042.292.339-73

O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos para apresentar a documentação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e agendar a consulta admissional.

Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 28 de Abril de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 0054/2021

Publicação N° 3003419

Extrato de Contrato n° 0054/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: SONIA CARDOSO NUNES SCARPARO

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de Marmitas (almoço e/ou jantas) (Item 01) para o SAMU, CAPS, Centro Atendimento Covid e Secretaria Municipal de Saúde e fornecimento de Alimentação - almoço (Item 02) para o Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor total: R\$ 166.766,90

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 20 de abril de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal

PLANO DE AÇÃO 001-2021 - SIAFIC

Publicação N° 3004896

PLANO DE AÇÃO N° 001/2021

CONSIDERANDO, o Decreto Federal n° 10.540 de 05 de novembro de 2020 que "Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle";

CONSIDERANDO, que o sistema de informática responsável pelos registros contábeis é regido pelo Contrato 0135/2020 atendendo a toda Administração Pública municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo;

CONSIDERANDO, que o atual sistema atende alguns dos requisitos mínimos do Decreto, tal como possuir a base de dados "compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada";

CONSIDERANDO, que o atual sistema não atende alguns dos requisitos mínimos do Decreto, tal como permitir o acesso de usuários apenas com o "código CPF e senha; ou certificado digital com código CPF";

CONSIDERANDO, que o Decreto n° 10.540/2020, estabelece que os requisitos deverão ser obrigatórios a partir de 01 de janeiro de 2023 e estabelece "o prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de ação voltado para a adequação às suas disposições";

CONSIDERANDO, que o Contrato 0135/2020 pode ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei;

O Contador juntamente com o Prefeito resolvem propor o seguinte PLANO DE AÇÃO:

1º - Na prorrogação do Contrato n° 0135/2020 a Contratada deverá apresentar o cronograma para atendimento de todas os requisitos mínimos descritos no Decreto Federal n° 10.540/2020.

2º - Caso a Contratada não apresente tal cronograma, deverá ser procedida nova licitação, a fim de selecionar uma solução de informática que atenda todas as necessidades do município e a legislação atual.

3º - Deve-se dar ciência desse plano de ação a contratada, ao Controle Interno e ao Controle Externo.

Xanxerê, 20 de abril de 2021.

MARCOS ANTONIO BOSSINI Contador CRC/SC 18.287	OSCAR MARTARELLO Prefeito Municipal
--	--

PORTARIA N° 345/2021

Publicação N° 3003956

PORTARIA N° 345/2021

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL

ADENILSO BIASUS

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, § único do artigo 199 da Lei Municipal n° HW 1.775/91 e Lei Municipal n° AM 2.907/06 e Lei Municipal n° BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER, licença maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 22.04.2021 a 18.10.2021, a servidora pública municipal Sra. GABRIELA CZEPANHNIK RECH, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, portadora do RG n° 5.955.944 e CPF n° 106.352.149-11, contratada para o cargo TEMPORÁRIO DE PROFESSOR 1- 20 HORAS SEMANAIS conforme contrato de trabalho n°

762/2020, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Maternidade a partir de 22.04.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 22 de Abril de 2021.

ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal Em exercício

PORTARIA Nº 346/2021

Publicação Nº 3003215

PORTARIA Nº 346/2021
ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 40 HORAS SEMANAIS.
ATRIBUIR FUNÇÃO DE ASSISTENTE PEDAGÓGICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal de Xanxerê -SC Em exercício.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69. Lei Complementar 3755/2011 e a Lei Complementar 4242/2021.

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DE 20 PARA 40 HORAS SEMANAIS.
ATRIBUIR a partir de 23.04.2021, a função de Assistente Pedagógica a Servidora Pública Municipal a Sra. VANIA RODRIGUES FORTUNA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº. 7.146.354-0, CPF nº. 020.791.809-08, nomeada pelo Decreto Municipal Nº BLB 083/10, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, reenquadrada no cargo de PROFESSORA com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Fica autorizado a alteração de carga horária de 20 para 40 horas semanais, enquanto perdurar a função de Assistente Pedagógica conforme Portaria Nº 346/2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Abril de 2021.
ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal Em exercício

PORTARIA Nº 347/2021

Publicação Nº 3003744

PORTARIA Nº 347/2021
DETERMINAR HORÁRIO DE TRABALHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal de Xanxerê -SC Em exercício.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Art. 94, parágrafo único.

RESOLVE

DETERMINAR HORÁRIO DE TRABALHO a partir de 23.04.2021 ao Servidor Público Municipal Sr. RODRIGO WUSTRO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do CPF nº 949.674.749-34 e RG nº 2.724.718 nomeado pelo Decreto Municipal Nº BLB 150/10 no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

ESTABELECE o seu horário de trabalho de segunda-feira a sexta-feira das 12h30 às 18h30.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 23 de Abril 2021.
ADENILSO BIASUS
Prefeito Municipal Em exercício

PORTARIA Nº 348/2021

Publicação Nº 3003769

PORTARIA Nº 348/2021
CONCEDE FÉRIAS A EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL

ADENILSO BIASUS

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei Municipal nº 3.029/08, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 26.04.2021 a 10.05.2021, 15 (quinze) dias a Empregada Pública Municipal Sra. TEREZINHA APARECIDA CORADI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 2.722.112 e CPF nº 777.267.669-72, contratada pelo contrato de trabalho nº 213/2019 para o cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 01.04.2019 a 31.03.2020 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 23 de Abril de 2021.

ADENILSO BIASUS

Prefeito Municipal Em exercício

PORTARIA Nº 349/2021

Publicação Nº 3003810

PORTARIA Nº 349/2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

ADENILSO BIASUS

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 17.05.2021 a 31.05.2021, 15 (quinze) dias a Servidora Pública Municipal Sra. JOSIANE APARECIDA WOJJEIK, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 5.072.879 e CPF nº 067.827.039-20, nomeada pelo Decreto Municipal Nº AM 211/2018, para o cargo de BIOQUÍMICA, com 40 (quarenta) horas semanais, desempenhando suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 03.12.2018 a 02.12.2019 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 23 de Abril de 2021.

ADENILSO BIASUS

Prefeito Municipal Em exercício

TERMO ADITIVO 03 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 862

Publicação Nº 3003076

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 862

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e JÉSSICA DOS SANTOS TOMÉ, brasileiro (a), solteiro (a), Técnica de Enfermagem inscrita no COREN/SC 001.461.653, portador (a) da identidade nº 7.694.801, e CPF nº 453.393.168.58, residente a Avenida Juventino Pelizzare, 251, Centro – Passos Maia - SC, ora denominada EMPREGADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 03 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 862, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 3.402/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 862 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 010/2020, vigorando de 02/05/2021 até 30/06/2021, conforme previsão contida na cláusula segunda do Contrato acima referenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 862 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 27 de abril de 2021.

Município de Xanxerê
ANDREZA GALLAS

Jéssica dos Santos Tomé
CPF: 453.393.168.58

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

TERMO ADITIVO 03 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 878

Publicação Nº 3003094

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 878

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e JOCIMARA MARIA PERONDI, brasileiro (a), solteiro (a), Técnica de Enfermagem inscrita no COREN/SC 001.251.843, portador (a) da identidade nº 3.922.053, e CPF nº 059.545.269.82, residente a Rua Itacir Dallagnol, 104, Bairro São Jorge – Xanxerê - SC, ora denominado EMPREGADO, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 03 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 878, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 3.402/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 878 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 014/2020, vigorando de 02/05/2021 até 20/06/2021, conforme previsão contida na cláusula segunda do Contrato acima referenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 878 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 27 de abril de 2021.

Município de Xanxerê
ANDREZA GALLAS

Jocimara Maria Perondi
CPF: 059.545.269.82

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava
CPF: 004.965.519-14

Regina Amalia Gallon Toniai
CPF: 705.381.409-25

TERMO ADITIVO 03 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 880

Publicação Nº 3003103

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 880

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e TALITA DE SOUZA DOS SANTOS, brasileiro (a), solteiro (a), Enfermeira inscrita no COREN/SC 000.203.241, portador (a) da identidade nº 4.525.760, e CPF nº 052.414.919.45, residente a Rua Paraná, 850, Bairro Colatto – Xanxerê – SC, ora denominada EMPREGADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 03 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 880, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 3.402/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 880 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 010/2020, vigorando no período de 02/05/2021 até 30/06/2021, conforme previsão contida na cláusula segunda do Contrato acima referenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 880 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 27 de abril de 2021.

Município de Xanxerê	Talita de Souza dos Santos
ANDREZA GALLAS	CPF: 052.414.919.45

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava	Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 004.965.519.14	CPF: 705.381.409-25

TERMO ADITIVO 04 - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO 852

Publicação Nº 3003065

TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 852

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC, representado pela Secretária Municipal de Administração e Finanças Sra. ANDREZA GALLAS, ora denominado EMPREGADOR e LIDIA DE ARRUDA ANKLER, brasileiro (a), solteiro (a), Técnica de Enfermagem inscrita no COREN/SC 000.849.106, portador (a) da identidade nº 3.232.713, e CPF nº 014.915.179.99, residente a Rua Armando Marinho, 1370, Bloco G, Apto 202, Bairro São Jorge – Xanxerê – SC, ora denominada EMPREGADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO Nº 04 ao contrato de trabalho por prazo determinado nº 852, com permissivo legal no art. 37, IX da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 3.402/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o contrato por prazo determinado nº 852 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Processo Seletivo 010/2020, vigorando de 02/05/2021 até 12/06/2021, conforme previsão contida na cláusula segunda do Contrato acima referenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas previstas no contrato por prazo determinado nº 852 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 27 de abril de 2021.

Município de Xanxerê	Lidia de Arruda Ankler
ANDREZA GALLAS	CPF: 014.915.179.99

Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava	Regina Amalia Gallon Tonial
CPF: 004.965.519-14	CPF: 705.381.409-25

Xavantina

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2021 FMSXV

Publicação N° 3004220



Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE XAVANTINA

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2021 FMSXV

Objeto: Contratação de assessoria para execução e acompanhamento do **Sistema Nacional de Regulação - SISREG**, pautado na lei estadual n° 17.066, de 11 de janeiro de 2017.

ERRATA N° 001

O Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, N° 267, Centro, representado pelo Secretário o Senhor **DOMINGOS LUIS ZANANDREA, TORNA PÚBLICO** a ocorrência de **CORREÇÃO** no extrato da publicação do contrato n° 003/2021 FMSXV, realizado na data 02/03/2021 no Diário Oficial dos Municípios- DOM ato N° 2892336, com a seguinte conformidade:

1. DA ALTERAÇÃO

Onde se lê:

OBJETO: contratação de empresa para a prestação de serviços e assessoria para execução e acompanhamento do Sistema Nacional de Regulação - SISREG, pautado na lei estadual n° 17.066, de 11 de janeiro de 2017.
Xavantina, 25 de fevereiro de 2021.

Leia-se:

Contratação de pessoa física para a assessoria de execução e acompanhamento do Sistema Nacional de Regulação - SISREG, pautado na lei estadual n° 17.066, de 11 de janeiro de 2017.

2. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

2.1. Ficam mantidas integrais as demais disposições do Edital.

Xavantina/SC, em 27 de abril de 2021.

ARI PARISOTTO
Prefeito Municipal

Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro - CEP 89780-000 - Telefone: (49) 3454-3100

Xaxim

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 19/2021

Publicação Nº 3004062

Portaria nº 019, de 26 de abril de 2021.

Dispõe sobre medidas de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e revoga a Portaria 11/2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAXIM, no exercício de suas atribuições, com amparo no art. 19, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa,

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)";

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março deste ano, a Organização Mundial da Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo vírus COVID-19;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de estabelecer regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19, no âmbito desta casa legislativa;

CONSIDERANDO que o Município de Xaxim encontra-se em "risco potencial gravíssimo", conforme enquadramento do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o teor do art. 8º da Portaria 562, de 17 de abril de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, com a redação dada pelo Decreto 1.244/2021

CONSIDERANDO a necessidade de se manter as atividades legislativas e a representação da sociedade xaxiense, RESOLVE:

Art. 1º Este Ato dispõe sobre regras e procedimentos temporários para fins de prevenção à infecção e à propagação do vírus COVID-19 no âmbito da Câmara de Vereadores de Xaxim

Parágrafo único. As medidas de que trata este Ato vigorarão até que o risco potencial referente ao município seja reduzido, conforme enquadramento do Estado de Santa Catarina, ou até que outro ato disponha diversamente.

Art. 2º Fica autorizada a presença de público nas sessões presenciais, respeitando a capacidade de ocupação de 30% (trinta por cento) do espaço;

§ 1º. O uso de máscara é obrigatório a todos os presentes.

§ 2º. Na entrada do recinto, e em outros locais estratégicos, deve ser disponibilizado álcool em gel 70% (setenta por cento) para a higienização dos presentes;

§ 3º. Na entrada do recinto, deve ser realizada aferição de temperatura corporal, sem contato físico, dos vereadores, servidores e público;

§ 4º Caso algum participante apresente temperatura corporal igual ou superior a 37,8°C ou sintomas gripais como, por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, não permitir a participação no evento e orientá-lo a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;

Art. 3º Fica suspensa a realização, nas dependências desta casa legislativa, de quaisquer atividades não ligadas às atividades rotineiras do Poder Legislativo.

Parágrafo único. Nas atividades referidas no caput, somente terão acesso ao local os parlamentares e demais agentes públicos essenciais ao funcionamento da respectiva atividade.

Art. 4º Fica suspensa a realização, inclusive fora das dependências desta casa legislativa, de:

I - Sessões solenes e especiais;

II - Audiências Públicas, seminários, congressos, fóruns e outros programas e eventos patrocinados pela câmara, ou com sua parceria.

Art. 5º Fica suspensa a autorização de afastamento em missão oficial de parlamentares e servidores para locais onde houver infecção pelo vírus COVID-19, segundo lista do Ministério da Saúde (MS).

Art. 6º Os agentes políticos e públicos sintomáticos em relação ao COVID-19 serão afastados administrativamente por até 14 (quatorze) dias, devendo seguir os protocolos de saúde pública determinados pela autoridade sanitária.

Parágrafo único. Sempre que possível, o afastamento dos agentes públicos dar-se-á sob o regime de teletrabalho.

Art. 7º O atendimento ao público será realizado preferencialmente mediante agendamento prévio, via telefone ou e-mail, de forma que seja evitada aglomeração de pessoas nas dependências da sede desta casa legislativa.

Art. 8º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota os agentes públicos que convivem com:

I – pessoas acometidas pela COVID-19; ou

II – pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 1º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos:

I – que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

II – com 60 anos ou mais;

III – gestantes; e

IV – que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

§ 2º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão ser adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, e a redução do horário do expediente administrativo.

Art. 9º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria 11/2021.

Segio Jose Reginato
Presidente

Associações

AMMVI

RESOLUÇÃO 05/2021

Publicação N° 3003538

RESOLUÇÃO nº 05/2021

Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08, e dá outras providências.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto Social da AMMVI e mediante deliberação da Diretoria Executiva desta Associação, e

Considerando-se:

- a) o estabelecido nos incisos I, II e III do § 1º e no § 2º do art. 54 do Estatuto Social da AMMVI;
- b) o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta nº 27/2018 firmado em 22/08/2018 com o Ministério Público do Trabalho – MPT;
- c) a deliberação da Assembleia Extraordinária da AMMVI realizada em 18/03/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. O Regulamento Geral do Quadro de Pessoal, aprovado pela AGO de 27/02/2008 e instituído pela Resolução nº 06/08, de 19/03/2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I – DOS EMPREGOS DE CONFIANÇA:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário Mensal Inicial e Máximo	Referência Salarial Inicial e Máximo	Habilitações
1	Diretor Executivo	40 Horas	14.246,27 - 17.713,43	125 - 136	Curso Superior completo, com comprovada experiência na gestão pública de no mínimo 3 anos
1	Consultor em Gestão Fiscal e Integridade pública.	20 Horas	7.710,72 - 8.857,22	94 - 104	Curso Superior completo, com comprovada experiência, de no mínimo 3 anos, em questões afetas à contabilidade pública, a orçamento público e responsabilidade fiscal, devendo adicionalmente, possuir certificação ou comprovada experiência de 3 anos na área de integridade pública/compliance.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Blumenau - SC, em 14 de abril de 2021; 51º Ano de Fundação.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Presidente da AMMVI

AMOSC**RESOLUÇÃO N° 02/2021**

Publicação N° 3004224

RESOLUÇÃO N° 02/2021

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, torna público que a Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos, em reunião realizada em Chapecó – SC, de acordo com o disposto no Art. 15, Inciso VII, do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Homologar o Relatório de Atividades e o Balanço Anual relativo ao Exercício de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 23 de março de 2021.

NÉVIO ANTÔNIO MORTARI
Presidente da AMOSC

Consórcios

CIMVI

EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAP

Publicação Nº 3003325

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 108/2020 (2ª via - Prorrogação do Prazo de Validade)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 001/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendimento IBERIA INCORPORAÇÕES LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 25.094.409/0001-45, para a atividade de 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano, localizada em Rua Jerusalém, s/nº, Bairro Centro – Pomerode/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode/SC, 17 de julho de 2020. (A presente prorrogação de validade é expedida em 22/04/2021, na qual passará a contar da presente data para fins de apuração do prazo de vigência).

Município de Pomerode
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - AUA

Publicação Nº 3003318

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA 248/2020 (2ª Via – Retificada)

LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 170/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento EGON HACKBARTH, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 381.985.769-91, para a atividade 71.11.01 – Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será exercida no imóvel situado à Rua Carlos Muller, s/nº - Bairro Testo Rega – Pomerode/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Pomerode/SC, 02 de junho de 2020.

Município de Pomerode
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA 377/2021

LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 926/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento ANDERSON MICHEL VOIGT, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 38.283.436/0001-08, para a atividade 23.21.00 – Fabricação de artigos de material plástico, que será exercida no imóvel situado à Rua Leopoldo Blaese, nº 1.410, Bairro Pomerode Fundos, em Pomerode/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rio dos Cedros/SC, 16 de abril de 2021.

Município de Pomerode
Portaria nº 22.240/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA 378/2021

LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 516/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE POMERODE o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento METALFORT USINADOS EIRELI, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 28.812.609/0001-84, para a atividade 12.80.00 – Serviço industrial de usinagem, soldas e semelhantes, que será exercida no imóvel situado à Rua 15 de Novembro, nº 118, Bairro Carijós – Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº

06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.
Indaial/SC, 19 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017
Decreto nº 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - CCA

Publicação Nº 3003310

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 672/2021 (2ª Via – Retificada)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 90/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 17/02/2023, formulado pelo empreendedor CHARLES CLAVER ADAM, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 632.866.969-00, para a atividade 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) – AE(1) ≤ 2.000 m², que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH) e 02 (duas) unidades comerciais, situado na Rua Blumenau, nº 754 (Lote nº 01 - Matrícula nº 13.384, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro dos Estados, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 16 de abril de 2021.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 706/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 226/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 14/08/2025, formulado pelo empreendedor FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.392.200/0001-86, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais – “Condomínio AH Lote 08”, situado à Rua Arthur Hoeschl, s/nº (Matrícula nº 36.658, Livro nº 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial), que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH), sendo a unidade 01 (nº 133) com área de 47,79m² e unidade 02 (nº 139) com área de 47,79m². Bairro Warnow, Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 15 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 707/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 242/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 29/04/2024, formulado pelo empreendedor FINAN CONSTRUTORA, INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.392.200/0001-86, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais – “Condomínio GP 46”, situado à Rua Rudimar Nardelli, s/nº (Lote nº 46, do loteamento “Green Park” – Matrícula nº 35.082, Livro nº 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial), que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH), sendo a unidade 01 (nº 198) com área de 62,40m² e unidade 02 (nº 204) com área de 82,80m². Bairro Estrada das Areias, Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 19 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 708/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 258/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 10/02/2024, formulado pelo empreendedor MAURICIO CLIMACO FERREIRA, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 040.932.149-48, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será constituído por 02 (duas) Unidades Habitacionais (NH), situada na Rua Assunção, s/nº (Lote nº 37, do loteamento denominado "Capitais I" - Matrícula nº 24.757, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro Capitais, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó, 23 de abril de 2021.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL Nº 709/2021**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 257/2021 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até dia 05/04/2024, formulado pelo empreendedor AVANTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 32.986.688/0001-17, para a atividade 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais, que será constituído por 03 (três) Unidades Habitacionais (NH), situada na Rua Turquia, s/nº (Lote nº 20, do desdobramento denominado "Marlino Frederico Grether" - Matrícula nº 19.855, Livro nº 2, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), Bairro Imigrantes, Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó, 23 de abril de 2021.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - DANC

Publicação Nº 3003315

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1022/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 182/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 31/03/2022, formulado pela FAROL DO VALE ENGENHARIA SPE LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 36.232.730/0001-65, para a atividade Instalação e manutenção elétrica, situado na Rua Sibéria, nº 85, Bairro Centro, no Município de Timbó, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Timbó/SC, 31 de março de 2021.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1031/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 818/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 15/04/2022, formulado pela INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES BENAIA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 01.291.220/0001-84, para a atividade Confecções de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, situado na Rua Uberaba, nº 1916, Bairro Mulde, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 15 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1032/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 129/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 15/04/2022, formulado pela UZ3 INDUSTRIA TÊXTIL EIRELI, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 07.206.989/0001-33, para a atividade Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, situado na Rua Bertolina May Kechelle, nº 777, Bairro Mulde, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 15 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra
Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1033/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 894/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 20/04/2022, formulado pela LUCIANO MENDES DO AMARAL ME, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 35.292.716/0001-94, para a atividade Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, situado na Rua Ponta Grossa, nº 915, Galpão, Bairro Centro, no Município de Apiúna, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Apiúna/SC, 20 de abril de 2021.

Vilson Miliorini
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente
Portaria nº 078/2021

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1034/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 250/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 20/04/2022, formulado pela TRANSPORTES GABIROBA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.910.379/0001-53, para a atividade Serviços de manutenção e reparação de veículos automotores (sem pintura), situado à Estrada Geral Gabiroba, nº 675, Bairro Gabiroba, no Município de Botuverá, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Botuverá/SC, 20 de abril de 2021.

Márcio Francisco Colombi
Município de Botuverá
Portaria 132/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 1035/2021
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 222/2021 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade até 23/04/2022, formulado pela MODDO DISPENSER LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 41.179.999/0001-65, para a atividade Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria, situado na Rua Porto Alegre, nº 85, Bairro Tapajós, no Município de Indaial, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA; nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial/SC, 23 de abril de 2021.

Paulo Roberto Ledra

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente
Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - LAI

Publicação Nº 3003320

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 104/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 721/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendimento TERRAPLANAGEM JDA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 00.285.102/0001-09 para a atividade de 71.60.05 - Disposição final de rejeitos da construção civil, em aterros, que será exercida na Rua dos Imigrantes, s/nº, Bairro Centro - Rodeio/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rodeio/SC, 19 de abril de 2021.

Chaiane Dellagiustina
Município de Rodeio
Portaria nº 10.361/2021

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 106/2021 (3ª via – retificada)

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 792/2020 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendimento G&M INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA - EDIFÍCIO DIAMOND RESIDENCE, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 07.810.996/0001-40 para a atividade de 71.11.01 - Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade, que será exercida na Rua Expedicionário Pedro João Silva, nº 297, Bairro Das Capitais - Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó/SC, 14 de abril de 2021. (A presente 3ª Via da LAI é expedida em 20/04/2021, contudo, deverá ser observada a data de emissão da licença originária – 14/04/2021 - para fins de apuração do prazo de vigência).

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Portaria nº 4817/2018

EDITAL DE PUBLICIDADE 2021 - LAO

Publicação Nº 3003321

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 380/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 721/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor TERRAPLANAGEM JDA LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 00.285.102/0001-09, para as atividades 71.60.05 - Disposição final de rejeitos da construção civil, em aterros, que será exercida na Rua dos Imigrantes, s/nº – Bairro Centro, Rodeio/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rodeio/SC, 20 de abril 2021.

Chaiane Dellagiustina
Município de Rodeio
Portaria nº 10.361/2021

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 382/2021

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 973/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor J RAIMOND ADMINISTRADORA E INCORPORADORA EIRELI - RESIDENCIAL MADRI, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 08.777.788/0001-59, para as atividades 71.11.07 - Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da

atividade, que será exercida na Rua Barão do Rio Branco, nº 488 – Bairro Glória, Rodeio/SC, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rodeio/SC, 22 de abril 2021.

Chaiane Dellagiustina

Município de Rodeio

Portaria nº 10.361/2021

CINCATARINA

2.DECISÃO ATUALIZAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS - CHAMADA PÚBLICA Nº 0002_2020 - INFOTRIZ

Publicação Nº 3002824

DECISÃO

ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do requerimento para atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, apresentado pela empresa INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Pedro Mansur Elias, nº 111, Bairro Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, CEP: 88.140-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.586.694/0001-41 em conformidade §§ 1º e 2º do artigo 21 da Resolução do CINCATARINA nº 005 de 16 de março de 2015.

BENS REQUERIDOS PARA ATUALIZAÇÃO DA VALIDADE QUE FORAM DEFERIDOS

Especificações	Marca	Modelo	Código Aprovação Atualização	Chamada Pública	
				Item	Edital
GRAFITE 0,9MM 2B. KIT COM 10 TUBOS, CADA TUBO CONTENDO 24 MINAS DE GRAFITE. (CIN11076)	FABER CASTELL		11076-1	13	0002/2020

Justificativa: A requerente cumpriu os requisitos formais da Resolução nº 005/2015.

Diante do exposto, decido pela atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Florianópolis, 27 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Órgão Gerenciador

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AC21CIN0010 - REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME

Publicação Nº 3001820

TERMO ADITIVO AC21CIN0010

VIGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME
OBJETO:	Fornecimento de licença de uso de SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, para utilização do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, dos fornecedores, dos órgãos e ou entidades dos entes da federação consorciados e ou cooperados.
PROCESSO:	PAL Nº 0027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2018.

CONTRATO/ ADITIVOS:	CT18CIM0009 / AC18CIM0051 / AC19CIM0033 / AC19CIM0034 / AC19CIM0036 / AC19CIM0037 / AC19CIM0039 / AC19CIN0043 / AC19CIN0044 / AC19CIN0046 / AC19CIN0061 / AC20CIN0001 / AC20CIN0004 / AC20CIN0008 / AC20CIN0021 / AC20CIN0024 / AC20CIN0033 / AC20CIN0039 / AC20CIN0048 / AC20CIN0051 / AC20CIN0061 / AC21CIN0005 / AC21CIN0008
DATA:	24.09.2018
VIGÊNCIA:	01.10.2018 a 30.09.2021

Art. 1º - Em conformidade com o item 9.6 e 9.7 do Termo de Referência do edital, devido à inclusão do município de Entre Rios, Ipira, Otacílio Costa, São Bernardino, São Cristovão do Sul e Seara ao Programa de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 28,9972% para 30,6857%.

Art. 2º - Em conformidade com o a alínea "e" da cláusula quinta e tendo em vista a escala de contratação de 30,6857% fica concedido o desconto progressivo de 5%, conforme quatro abaixo.

ORDEM	MUNICÍPIO	PERCENTUAL DE UTILIZAÇÃO	VALOR	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO
1	Abdon Batista	0,2240%	325,94	309,64
2	Abelardo Luz	0,3963%	576,66	547,83
3	Agrolândia	0,2929%	426,23	404,92
5	Água Doce	0,2584%	376,09	357,28
8	Águas Mornas	0,2240%	325,94	309,64
10	Alto Bela Vista	0,2240%	325,94	309,64
13	Anita Garibaldi	0,2584%	376,09	357,28
14	Anitápolis	0,2240%	325,94	309,64
15	Antônio Carlos	0,2584%	376,09	357,28
21	Arroio Trinta	0,2240%	325,94	309,64
23	Ascurra	0,2240%	325,94	309,64
42	Bom Jesus	0,2240%	325,94	309,64
48	Braço do Trombudo	0,2240%	325,94	309,64
49	Brunópolis	0,2240%	325,94	309,64
51	Caçador	0,7064%	1.027,97	976,57
53	Calmon	0,2240%	325,94	309,64
58	Campos Novos	0,4997%	727,10	690,74
62	Capinzal	0,4307%	626,81	595,47
64	Catanduvas	0,2929%	426,23	404,92
66	Celso Ramos	0,2240%	325,94	309,64
70	Cocal do Sul	0,3618%	526,52	500,19
74	Coronel Martins	0,2240%	325,94	309,64
80	Curitibanos	0,5341%	777,24	738,38
83	Dona Emma	0,2240%	325,94	309,64
85	Entre Rios	0,2240%	325,94	309,64
87	Erval Velho	0,2240%	325,94	309,64
88	Faxinal dos Guedes	0,2929%	426,23	404,92
93	Fraiburgo	0,4997%	727,10	690,74
94	Frei Rogério	0,2240%	325,94	309,64
106	Guatambú	0,2240%	325,94	309,64
107	Herval d'Oeste	0,3963%	576,66	547,83
108	Ibiam	0,2240%	325,94	309,64
109	Ibicaré	0,2240%	325,94	309,64
113	Imaruí	0,2929%	426,23	404,92
117	Iomerê	0,2240%	325,94	309,64
118	Ipira	0,2240%	325,94	309,64
120	Ipuaçu	0,2584%	376,09	357,28
121	Ipumirim	0,2584%	376,09	357,28
123	Irani	0,2929%	426,23	404,92
125	Irineópolis	0,2929%	426,23	404,92
126	Itá	0,2584%	376,09	357,28
131	Itapoá	0,4307%	626,81	595,47
132	Ituporanga	0,4307%	626,81	595,47
133	Jaborá	0,2240%	325,94	309,64
138	Joaçaba	0,4652%	676,95	643,11
142	Lacerdópolis	0,2240%	325,94	309,64
143	Lages	1,0338%	1.504,34	1.429,13
145	Lajeado Grande	0,2240%	325,94	309,64
146	Laurentino	0,2240%	325,94	309,64

148	Lebon Régis	0,2929%	426,23	404,92
149	Leoberto Leal	0,2240%	325,94	309,64
150	Lindóia do Sul	0,2240%	325,94	309,64
151	Lontras	0,2929%	426,23	404,92
153	Luzerna	0,2240%	325,94	309,64
154	Macieira	0,2240%	325,94	309,64
160	Marema	0,2240%	325,94	309,64
162	Matos Costa	0,2240%	325,94	309,64
167	Monte Carlo	0,2584%	376,09	357,28
168	Monte Castelo	0,2584%	376,09	357,28
169	Morro da Fumaça	0,3963%	576,66	547,83
174	Nova Trento	0,3274%	476,38	452,56
177	Orleans	0,4307%	626,81	595,47
178	Otacílio Costa	0,3963%	576,66	547,83
179	Ouro	0,2240%	325,94	309,64
180	Ouro Verde	0,2240%	325,94	309,64
185	Palmeira	0,2240%	325,94	309,64
190	Passos Maia	0,2240%	325,94	309,64
191	Paulo Lopes	0,2240%	325,94	309,64
194	Peritiba	0,2240%	325,94	309,64
196	Petrolândia	0,2240%	325,94	309,64
198	Pinheiro Preto	0,2240%	325,94	309,64
199	Piratuba	0,2584%	376,09	357,28
203	Ponte Alta do Norte	0,2240%	325,94	309,64
204	Ponte Serrada	0,2929%	426,23	404,92
209	Presidente Castello Branco	0,2240%	325,94	309,64
214	Rancho Queimado	0,2240%	325,94	309,64
215	Rio das Antas	0,2584%	376,09	357,28
219	Rio dos Cedros	0,2929%	426,23	404,92
221	Rio Negrinho	0,5341%	777,24	738,38
226	Salete	0,2584%	376,09	357,28
228	Salto Veloso	0,2240%	325,94	309,64
230	Santa Cecília	0,3274%	476,38	452,56
234	Santa Terezinha	0,2240%	325,94	309,64
239	São Bernardino	0,2240%	325,94	309,64
240	São Bonifácio	0,2240%	325,94	309,64
242	São Cristovão do Sul	0,2240%	325,94	309,64
243	São Domingos	0,2584%	376,09	357,28
253	São Lourenço do Oeste	0,4307%	626,81	595,47
258	São Pedro de Alcântara	0,2240%	325,94	309,64
261	Seara	0,3963%	576,66	547,83
267	Tangará	0,2584%	376,09	357,28
272	Timbó Grande	0,2240%	325,94	309,64
273	Três Barras	0,3963%	576,66	547,83
276	Treze Tílias	0,2584%	376,09	357,28
282	Urubici	0,2929%	426,23	404,92
283	Urupema	0,2240%	325,94	309,64
285	Vargeão	0,2240%	325,94	309,64
286	Vargem	0,2240%	325,94	309,64
287	Vargem Bonita	0,2584%	376,09	357,28
289	Videira	0,6375%	927,68	881,29
292	Xanxerê	0,5686%	827,39	786,02
293	Xavantina	0,2240%	325,94	309,64
294	Xaxim	0,4652%	676,95	643,11
295	Zortéa	0,2240%	325,94	309,64
TOTAL:		30,6857%	44.653,92	42.421,22

Art. 3º - Fica alterado o valor do item 2 da tabela da cláusula primeira conforme abaixo a partir do mês de abril de 2021, considerando o desconto progressivo.

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRATADO R\$	VALOR ALTERADO R\$	VALOR COM DESCONTO PROGRESSIVO R\$
2	Serv. Mensal	Licença de Uso do Software	42.196,82	44.653,92	42.421,22

Art. 4º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 14.005,44 (quatorze mil e cinco reais e quarenta e quatro centavos) correspondentes à diferença entre o valor contratado anteriormente e o valor alterado aplicado a partir de abril de 2021, considerando o desconto progressivo.

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 31 de março de 2021

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATANTE	Revolucion Serviços de Informática Ltda – ME Roberto Pires Helt CONTRATADA
TESTEMUNHAS: Nome: CPF nº	Nome: CPF nº

AC21CIN0011 - QUARK ENGENHARIA EIRELI

Publicação Nº 3001830

TERMO ADITIVO AC21CIN0011

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	QUARK ENGENHARIA EIRELI
OBJETO:	Contratação de empresa do ramo para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e efficientização do sistema de iluminação pública, nos municípios do CINCATARINA, compreendendo o atendimento a eventos, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital de Licitação.
PROCESSO:	PAL Nº 0043/2018 – PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, Nº 0039/2018
CONTRATO/ADITIVO:	CT18CIM0011/AC19CIM0032/AC19CIN0060/AC20CIN0049/AC20CIN0068
DATA:	01.01.2019
VIGÊNCIA:	01.01.2019 a 31.12.2021

CONSIDERANDO previsão legal (art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93), instrução, parecer jurídico e decisão administrativa constantes do Processo Administrativo Eletrônico nº 3581/2021-e;

Art. 1º Fica concedido reequilíbrio econômico financeiro dos itens abaixo relacionados, passando a vigorar com os novos valores a partir de 1º de abril de 2021:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário Atual R\$	Valor Unitário Reequilibrado R\$	Valor Total Reequilibrado R\$
51	1.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x150mm. (CIM8245)	4,09	5,69	6.828,00
52	1.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x200mm. (CIM8246)	4,86	8,31	9.972,00
53	1.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x250mm. (CIM5401)	5,78	8,97	10.764,00
54	1.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x350mm. (CIM5402)	9,04	12,03	14.436,00
55	800	Peça	Parafuso galvanizado 16x70mm. (CIM5404)	2,66	4,02	3.216,00
56	2.800	Peça	Porca quadrada D16mm espess 13mm. (CIM47)	0,65	1,14	3.192,00
57	8.000	Peça	Base para Relé Fotoelétrico / Fotoeletrônico. (CIM54005)	4,71	7,56	60.480,00
58	6.000	Peça	Braço de iluminação Comum IP 25X 1000 mm galvanizado a fogo com sapa-ta. (CIM8247)	22,90	37,72	226.320,00

60	1.800	Peça	Braço de iluminação Especial tipo Cisne IP 49X2000 mm galvanizado a fogo com sapata. (CIM8249)	96,21	120,17	216.306,00
61	1.500	Peça	Braço de iluminação Especial tipo Cisne IP 49X3000 mm galvanizado a fogo com sapata. (CIM8250)	100,03	155,61	233.415,00
62	4.000	Peça	Braço de iluminação Especial tipo Cisne IP 60,3X4000 mm galvanizado a fogo com sapata. (CIM8251)	149,95	269,04	1.076.160,00
64	800	Peça	Cinta metálica para poste circular -150mm a -200mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. (CIM8252)	19,03	33,81	27.048,00
65	600	Peça	Cinta metálica para poste circular -210mm a -300mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo. (CIM8253)	20,21	32,28	19.368,00
67	1.800	Peça	Conector Cunha Tipo A padrão Celesc. (CIM25)	3,46	5,60	10.080,00
68	1.000	Peça	Conector Cunha Tipo B padrão Celesc. (CIM26)	3,04	4,26	4.260,00
69	1.600	Peça	Conector Tipo I. (CIM8255)	2,66	3,23	5.168,00
70	1.600	Peça	Conector Tipo II. (CIM28)	2,08	3,51	5.616,00
71	3.000	Peça	Conector Tipo III. (CIM29)	1,31	2,06	6.180,00
73	1.600	Peça	Conector de perfuração (piercing) 10x95-1,5x10mm padrão Celesc. (CIM5422)	4,59	5,23	8.368,00
86	1.200	Peça	Luminária pública em alumínio anodizado interior e exterior, para uso externo, potencia 070/150W fechada com poli-carbonato, com soquete E-27, fecho em aço inoxidável que permite o fechamento da parte superior e inferior com alta pressão. (CIM8269)	60,07	88,50	106.200,00
91	1.000	Peça	Reator vapor de Sódio 150 w - 220 v - baixa perda, uso externo galvanizado, com ignitor e capacitor incorporado, fator de potência maior ou igual a 0,93 - garantia mínima exigida de 5 anos, gravada de forma legível e indelével no corpo do reator, cabos conforme E-313. 0047 de 02/05/2011 - Selo PROCEL. (CIM8274)	39,77	49,65	49.650,00
103	1.000	Peça	Conector de perfuração para utilização em redes secundárias multiplexadas até 1kV, em material polimérico, conexão principal: 25-150mm², conexão secundária: 25-150mm², contatos em cobre estanhado. (CIM8284)	9,19	14,54	14.540,00
104	500	Peça	Haste terra cobre 3/4"x2400mm x 13mm alta camada com conector cunha cabo-haste. (CIM8285)	49,52	58,53	29.265,00
114	200	Peça	Tampão de Ferro Nodular 125kN NBR 10160, Padrão Celesc 700x460mm. (CIM8295)	331,13	460,50	92.100,00
122	300	peça	Eletroduto em aço galvanizado -2" por imersão a quente conforme NBR 5597/5598. (CIM8303)	54,29	132,31	39.693,00
135	30.000	Metro	Cabo de alumínio multiplexado, isolado 0,6/1kV, 1x1x10+10mm². (CIM8316)	2,14	3,68	110.400,00
138	40.000	Metro	Cabo de alumínio multiplexado, isolado 0,6/1kV, 3x1x10+10mm². (CIM8319)	4,54	4,95	198.000,00
139	10.000	Metro	Cabo de alumínio multiplexado, isolado 0,6/1kV, 3x1x16+16mm². (CIM8320)	6,51	6,56	65.600,00

140	24.000	Metro	Cabo de Cobre, #4mm ² , Isolação HEPR 90°C, 1kV, Classe de encordoamento 5, Anti chama, Sem chumbo. NBR NM 280. (CIM8321)	2,28	4,96	119.040,00
141	20.000	Metro	Cabo de Cobre, #6mm ² , Isolação HEPR 90°C, 1kV, Classe de encordoamento 5, Anti chama, Sem chumbo. NBR NM 280. (CIM8322)	3,04	6,19	123.800,00
142	16.000	Metro	Cabo de Cobre, #10mm ² , Isolação HEPR 90°C, 1kV, Classe de encordoamento 5, Anti chama, Sem chumbo. NBR NM 280. (CIM8323)	4,56	9,82	157.120,00
143	12.000	Metro	Cabo de Cobre, #16mm ² , Isolação HEPR 90°C, 1kV, Classe de encordoamento 5, Anti chama, Sem chumbo. NBR NM 280. (CIM8324)	5,68	9,87	118.440,00
145	8.000	Metro	Cabo de Cobre, #6mm ² , Isolação PVC 70°C, 750 V, Classe de encordoamento 5, Anti chama, Sem chumbo. NBR NM 280. (CIM8326)	2,49	4,05	32.400,00
149	14.000	Metro	Eletroduto corrugado -2" em PEAD conforme NBR 13.897. (CIM8330)	2,99	4,65	65.100,00
152	20.000	Metro	Cabo de cobre flexível, tempera mole, encordoamento classes 5, Bitola (1,50mm ²). Cobertura PVC, isolamento 750V. (CIM8333)	0,74	1,16	23.200,00

Art. 3º O valor total do contrato passa para R\$ 47.991.710,11 (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e dez reais e onze centavos).

Art. 4º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 13 de abril de 2021.

ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo CINCATARINA	BERNARDO VARGAS DE SOUZA Procurador Quark Engenharia Eireli
--	---

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AC21CIN0012 - QUARK ENGENHARIA EIRELI

Publicação Nº 3001838

TERMO ADITIVO AC21CIN0012

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	QUARK ENGENHARIA EIRELI
OBJETO:	Contratação de empresa do ramo para execução de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e eficiência do sistema de iluminação pública, nos municípios do CINCATARINA, compreendendo o atendimento a eventos, o fornecimento de materiais e destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados do sistema de iluminação pública, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência - ANEXO I do Edital de Licitação.
PROCESSO:	PAL Nº 0043/2018 – PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, Nº 0039/2018

CONTRATO/ADITIVOS:	CT18CIM0011/AC19CIM0032/AC19CIN0060/AC20CIN0049/AC20CIN0068
DATA:	05.12.2018
VIGÊNCIA:	01.01.2019 a 31.12.2021

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e contratuais, ajustam e contratam de comum acordo a:

I – Redução dos quantitativos e valores totais dos itens 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112 e 113, constantes da cláusula primeira, 1.2, do contrato em epígrafe, conforme tabela abaixo:

Itens Reduzidos

ITEM	QUANTIDADE REDUZIDA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL REDUZIDO R\$
98	1	Peça	Bocal de porcelana E27	R\$ 2,43	R\$ 2,43
106	25	Peça	Kit Postinho Trifásico 50A, 8/150daN, Padrão CELSC.	R\$ 1.699,70	R\$ 42.492,50
107	28	Peça	Poste Telecomônico curvo flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 6 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 1/2".	R\$ 643,88	R\$ 18.028,64
108	24	Peça	Poste Telecomônico curvo flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 10 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 3/4".	R\$ 1.304,47	R\$ 31.307,28
109	28	Peça	Poste Telecomônico curvo duplo, flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 6 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 1/2".	R\$ 798,92	R\$ 22.369,76
110	21	Peça	Poste Telecomônico curvo duplo, flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 10 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 3/4".	R\$ 1.393,49	R\$ 29.263,29
111	20	Peça	Poste Telecomônico reto flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 12 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 1".	R\$ 1.320,86	R\$ 26.417,20
112	21	Peça	Poste Telecomônico reto flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 13 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 1".	R\$ 2.102,51	R\$ 44.152,71
113	18	Peça	Poste Telecomônico reto flangeado, em aço galvanizado SAE 1020, 14 metros de altura. NBR-14744, com 4 chumbadores tipo "J" de 1".	R\$ 2.394,37	R\$ 43.098,66
Valor total da redução					R\$ 257.132,47

II – Acréscimo dos quantitativos e valores totais dos itens 50, 53, 55, 56, 61, 65, 67, 68, 70, 73 e 152, constantes da cláusula primeira, 1.2, do contrato em epígrafe, conforme tabela abaixo:

Itens Acrescidos

ITEM	QUANTIDADE ACRESCIDADA	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ACRESCIDO R\$
50	599	Peça	Arruela quadrada 38x3mm, d 18mm	0,52	311,48
53	1.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x250mm	8,97	10.764,00
55	3.200	Peça	Parafuso galvanizado 16x70mm	4,02	12.864,00
56	2.800	Peça	Porca quadrada D16mm espess 13mm	1,14	3.192,00
61	500	Peça	Braço de iluminação Especial tipo Cisne IP 49X3000 mm galvanizado a fogo com sapata	155,61	77.805,00
65	2.400	Peça	Cinta metálica para poste circular -210mm a -300mm com dois parafusos cabeça francesa 16x070mm aço zincado a fogo.	32,28	77.472,00
67	1.800	Peça	Conector Cunha Tipo A padrão Celesc	5,60	10.080,00
68	1.000	Peça	Conector Cunha Tipo B padrão Celesc	4,26	4.260,00
70	1.600	Peça	Conector Tipo II	3,51	5.616,00
73	1.600	Peça	Conector de perfuração (piercing) 10x95-1,5x10mm padrão Celesc		8.368,00
5,23					

152	40.000	Metro	Cabo de cobre flexível, têmpera mole, encordoamento classes 5, Bitola (1,50mm²). Cobertura PVC, isolamento 750V.	1,16	46.400,00
Valor total do acréscimo					R\$ 257.132,48

Art. 2º - Os itens 50, 54, 55, 56, 61, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 78, 101, 108, 146 e 152, constantes da cláusula primeira, 1.2, do contrato em epígrafe, passarão a vigorar com os novos quantitativos e valores, repactuados conforme tabela:

ITEM	QUANTIDADES CONTRATADAS	QUANTIDADES ACRÉSCIMOS DECRÉSCIMOS	NOVAS QUANTIDADES (Conforme este Aditivo)	VALORES UNITÁRIOS R\$	NOVO VALOR TOTAL R\$
50	600	599	1.199	0,52	623,48
53	1.200	1.200	2.400	8,97	21.528,00
55	800	3.200	4.000	4,02	16.080,00
56	2.800	2.800	5.600	1,14	6.384,00
61	1.500	500	2.000	155,61	311.220,00
65	600	2.400	3.000	32,28	96.840,00
67	1.800	1.800	3.600	5,60	20.160,00
68	1.000	1.000	2.000	4,26	8.520,00
70	1.600	1.600	3.200	3,51	11.232,00
73	1.600	1.600	3.200	5,23	16.736,00
98	3.000	- 1	2.999	2,43	7.287,57
106					
300					
- 25					
275					
1.699,70					467.417,50
107	2.000	- 28	1.972	643,88	1.269.731,36
108	1.000	- 24	976	1.304,47	1.273.162,72
109	2.000	- 28	1.972	798,92	1.575.470,24
110	1.000	- 21	979	1.393,49	1.364.226,71
111	1.000	- 20	980	1.320,86	1.294.442,8
112	600	- 21	579	2.102,51	1.217.353,29
113	600	- 18	582	2.394,37	1.393.523,34
152	20.000	40.000	60.000	1,16	69.600,00

Art. 3º - Fica alterado o valor total previsto na cláusula terceira do contrato em epígrafe para R\$ 47.991.710,12 (quarenta e sete milhões, novecentos e noventa e um mil, setecentos e dez reais e doze centavos), uma diferença a maior de R\$ 0,01 (um centavo centavos).

Art. 4º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 13 de abril de 2021.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA Elói Rönnau Diretor Executivo	QUARK ENGENHARIA EIRELI Bernardo Vargas de Souza Procurador Contratada
--	---

Testemunhas:

1ª –
2ª –

AC21CIN0013 - UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A

Publicação Nº 3001847

TERMO ADITIVO AC21CIN0013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A
OBJETO:	Serviço de fornecimento de telefonia IP por meio de PABX virtual, links de acesso Internet para a Sede e para a Central Executiva do CINCATARINA, link de transporte de dados para interligação via IP entre a Sede e a Central Executiva, instalação contemplando comodato de equipamentos, atividades de suporte técnico, atendimento e manutenções, para atendimento do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA.

PROCESSO:	PAL Nº 26973/2020-e - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0010/2020
CONTRATO/ADITIVOS:	CT20CIN0042/AC21CIN0004
DATA:	01.12.2020
VIGÊNCIA:	09.12.2020 a 08.12.2021

CONSIDERANDO a necessidade do CINCATARINA de ampliação do "Serviço de Telefonia IP (PABX Virtual), com disponibilização de 20 (vinte) novos ramais, em razão do crescimento e contratação de empregados públicos;

CONSIDERANDO que os valores dos novos ramais estão de acordo com o valor contratado;

Art. 1º - Fica alterada a Cláusula Sexta, item 6.2, alínea "f", para ampliar a disponibilização de 40(quarenta) para 60 (sessenta) ramais DDR (discagem direta a ramal), uma ampliação de 20(vinte) ramais.

Art. 2º - O valor unitário de cada ramal ampliado é de R\$ 11,90 (onze reais e noventa centavos) mensais, sendo o valor total mensal dos 20 (vinte) ramais totalizará o montante de R\$ 238,00 (Duzentos e trinta e oito reais) mensais.

Art. 3º - Fica aditado ao contrato o valor de R\$ 1.666,00 (um mil e seiscentos e sessenta e seis reais), correspondente ao valor mensal total dos 20(vinte) ramais, pelo período restante do contrato, ou seja, por 07 (sete) meses (maio a novembro de 2021).

Art. 4º - O valor total do contrato passa a ser R\$ 25.785,60 (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos).

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 20 de abril de 2021.

UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S/A Clever Mannes CONTRATADA	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA Elói Rönna Diretor Executivo CONTRATANTE
TESTEMUNHAS: Nome: CPF nº Nome: CPF nº	Assessoria Jurídica:

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

AT21CIN24597-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002913

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN24597
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES
FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
PAL: 000293/2021 - CINCATARINA
EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA
REGISTRO DE PREÇO
VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN24623-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002907

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN24623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25024-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E-PAL0002932021

Publicação Nº 3003000

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25200-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-PAL0002932021

Publicação Nº 3002934

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25200

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25215-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002926

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25215

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25229-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002930

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25229

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25238-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEÃO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002933

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25238

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25248-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002928

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25248

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25249-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002922

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25249

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25446-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-CIRÚRGICA FLORIANÓPOLIS COMERCIO DE MATERIAIS HOSP-PAL0002932021

Publicação Nº 3002983

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: CIRÚRGICA FLORIANÓPOLIS COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25600-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-WORKOUT COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002985

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25600

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: WORKOUT COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN25966-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO -PAL0002932021

Publicação Nº 3002979

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN25966

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26494-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002980

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26497-MUNICÍPIO DE CALMON-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002981

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CALMON

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CALMON, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26498-MUNICÍPIO DE IBIAM-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002974

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26498

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26501-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002973

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26501

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26502-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002971

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26506-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002962

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26506

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26507-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002968

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26509-CINCATARINA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002967

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26509

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26513-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002964

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26513

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26517-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002970

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26517

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26519-MUNICÍPIO DE LUZERNA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002999

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26519

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26520-MUNICÍPIO DE VARGEM-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002977

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26520

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26521-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002963

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26521

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26523-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002976

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26524-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002959

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26524

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26529-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002982

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26529

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26530-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002956

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26530

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26532-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002960

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26536-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002955

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26536

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26539-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002961

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26539

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26541-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002954

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26545-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002966

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26549-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ -MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002952

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26549

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26550-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002951

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26553-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA FMS -MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002969

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26556-MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002957

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26556

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26559-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002958

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26559

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26561-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002945

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26561

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26642-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-INCOTERM INDÚSTRIA DE TERMÔMETROS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002972

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26642

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: INCOTERM INDÚSTRIA DE TERMÔMETROS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN26751-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002829

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN26751

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: CQC-TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27003-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002943

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27003

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27005-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002953

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27005

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27008-AGROLÂNDIA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002950

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27008

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27009-DONA EMMA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002938

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27009

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27011-GUATAMBÚ-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002942

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27011

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27014-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002947

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27014

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27016-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002941

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27016

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27019-PETROLÂNDIA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação N° 3002948

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27019

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27020-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação N° 3002946

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27020

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27024-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação N° 3002944

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27024

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27025-URUPEMA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002935

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27025

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUPEMA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUPEMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27028-OTACÍLIO COSTA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002937

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27028

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27029-IPIRA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002832

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27029

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27031-IÇARA-MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORREL-PAL0002932021

Publicação Nº 3002940

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27031

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IÇARA

FORNECEDOR: MARINGÁ HOSPITALAR DISTR. DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IÇARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27094-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002921

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27094

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27097-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002916

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27097

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27119-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-KIENTRO BRASIL LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002975

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27119

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: KIENTRO BRASIL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27174-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002918

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27174

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27180-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002924

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27180

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27188-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002931

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27188

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: MMH MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27422-MUNICÍPIO DE LUZERNA-PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EX-PAL0002932021

Publicação Nº 3002995

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27545-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEÃO-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002929

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27552-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002919

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27555-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002925

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27555

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27583-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002911

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27583

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27588-URUPEMA-ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002909

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27588

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUPEMA

FORNECEDOR: ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUPEMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27597-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002905

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27597

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27609-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002906

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27609

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27703-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002965

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27717-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002989

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27717

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27727-MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3003002

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27727

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27737-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002996

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27737

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27748-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002991

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27748

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27808-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002997

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27808

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27827-PETROLÂNDIA-PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3003001

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27827

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27879-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EX-PAL0002932021

Publicação Nº 3002990

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27879

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN27880-PETROLÂNDIA-PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EX-PAL0002932021

Publicação Nº 3002994

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN27880

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: PROTEC EXPORT INDUSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28044-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA-MAYCON WILL EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002932

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28044

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: MAYCON WILL EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28057-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-MAYCON WILL EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002927

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28057

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: MAYCON WILL EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28084-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002856

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28084

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28093-COCAL DO SUL-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002830

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28093

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28095-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002831

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28095

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28098-DONA EMMA-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação N° 3002914

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28098

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE DONA EMMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28101-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002833

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28101

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28102-MUNICÍPIO DE SALETE-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002834

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28102

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28114-ENTRE RIOS-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002835

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28114

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28115-IPIRA-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002836

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28115

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPIRA

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28124-HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS-BE CARE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES L-PAL0002932021

Publicação Nº 3002837

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28124

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

FORNECEDOR: BE CARE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - FILIAL

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28133-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-BE CARE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES L-PAL0002932021

Publicação Nº 3002838

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28133

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: BE CARE COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA - FILIAL

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28136-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002839

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28136

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28141-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002840

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28141

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28142-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002841

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28142

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28146-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002842

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28146

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28148-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002843

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28148

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28151-CINCATARINA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002844

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28151

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28155-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação N° 3002845

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28155

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28159-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação N° 3002846

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28159

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28160-MUNICÍPIO DE ITÁ-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação N° 3002847

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28160

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITÁ

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28162-MUNICÍPIO DE LUZERNA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002848

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28162

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28165-MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002849

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28165

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28166-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002850

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28166

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28169-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002851

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28169

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28170-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002852

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28170

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28172-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002853

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28172

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28175-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002854

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28175

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28177-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002855

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28177

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28181-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002876

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28181

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28203-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002998

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28203

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28222-PETROLÂNDIA-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002993

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28222

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28331-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSU-PAL0002932021

Publicação Nº 3002992

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28341-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSU-PAL0002932021

Publicação Nº 3002986

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28341

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28360-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002908

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28365-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002904

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28365

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28371-MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002939

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28371

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28380-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002912

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28380

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28392-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002910

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28531-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002920

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28531

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28545-MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002923

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28564-MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002936

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28564

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28587-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002917

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28587

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28606-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002915

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28606

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: MORAES COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA SAÚDE LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28611-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002857

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28611

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28612-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002858

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28612

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28613-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002859

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28613

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28617-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002860

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28617

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28620-MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002861

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28620

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28623-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002862

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28623

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28624-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002863

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28624

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28628-MUNICÍPIO DE OURO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002864

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28628

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28629-MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002865

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28629

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28632-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002866

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28632

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28635-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002867

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28635

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28636-MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002868

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28636

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28638-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002869

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28638

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28643-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002870

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28643

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28645-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002871

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28645

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28649-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002872

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28649

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28653-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002873

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28653

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28659-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002874

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28659

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28661-MUNICÍPIO DE PERITIBA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002875

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28661

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28664-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002900

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28664

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAÇO DO TROMBUDO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28668-MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002877

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28668

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28672-OTACÍLIO COSTA-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002878

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28672

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28693-HOSPITAL STO ANTONIO-D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002978

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: D MED DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28772-URUPEMA-QUALIPLAX INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002988

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28772

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUPEMA

FORNECEDOR: QUALIPLAX INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUPEMA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28783-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E-PAL0002932021

Publicação Nº 3002984

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28783

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28786-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E-PAL0002932021

Publicação Nº 3002987

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28786

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: TOP NORTE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28816-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003004

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28816

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28817-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003052

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28817

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 12/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 12/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28902-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003050

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28902

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 13/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 13/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28905-CORREIA PINTO-BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003042

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28905

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 13/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 13/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28930-MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003047

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28930

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 13/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 13/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN28946-SEARA-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003048

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN28946

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SEARA

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 13/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SEARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 13/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29028-CORREIA PINTO-COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003046

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29028

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29054-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003039

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29054

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29055-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003051

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29055

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29056-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003006

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29056

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29057-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003005

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29057

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29058-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003035

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29058

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29059-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003037

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29059

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29060-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003044

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29060

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29061-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003045

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29061

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29062-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003038

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29062

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29071-CORREIA PINTO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0010362020

Publicação Nº 3003036

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29071

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29142-SÃO JOÃO BATISTA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO-PAL0002932021

Publicação Nº 3002879

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29142

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 14/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 14/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29186-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002881

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29186

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29191-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002882

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29191

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29250-CAMBORIÚ-BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIR-PAL0002932021

Publicação N° 3002885

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29250

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: BLOWOUT DISTRIBUIDORA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29254-FMS GUARAMIRIM-POSSATTO & POSSATTO LTDA-PAL0002932021

Publicação N° 3002883

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29254

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29256-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0002932021

Publicação N° 3002884

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29256

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29288-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.-PAL0002932021

Publicação Nº 3002880

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29288

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 15/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 15/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29330-CORREIA PINTO-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003009

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29331-CORREIA PINTO-CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL-PAL0010362020

Publicação Nº 3003031

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - FILIAL

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29332-CORREIA PINTO-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020

Publicação Nº 3003032

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29333-CORREIA PINTO-ILG COMERCIAL LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003040

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29333

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: ILG COMERCIAL LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29334-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL-PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LT-PAL0010362020

Publicação Nº 3003049

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29334

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29335-SÃO JOÃO BATISTA-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003041

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29335

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29336-SÃO JOÃO BATISTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003029

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29336

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29381-CAMBORIÚ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003026

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29381

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29382-CORREIA PINTO-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS-PAL0010362020

Publicação Nº 3003019

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELE

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29383-SÃO JOÃO BATISTA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003024

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29383

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29384-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003043

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29385-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003020

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29385

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29387-CORREIA PINTO-MEDITON FARMACÊUTICA LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003034

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29387

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: MEDITON FARMACÊUTICA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29388-CORREIA PINTO-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003025

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29389-CORREIA PINTO-PONTAMED FARMACEUTICA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003016

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29389

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29390-CORREIA PINTO-PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003022

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29391-CORREIA PINTO-PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LT-PAL0010362020

Publicação Nº 3003008

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29392-CORREIA PINTO-RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003030

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: RG2S DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29393-CORREIA PINTO-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003033

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29394-CORREIA PINTO-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003007

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29395-CORREIA PINTO-SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003027

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29396-CORREIA PINTO-WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003023

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

FORNECEDOR: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29413-SÃO CRISTOVÃO DO SUL-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003028

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29414-CAMBORIÚ-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002886

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29415-MUNICÍPIO DE VARGEM-NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003014

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 16/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 16/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29870-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003013

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29870

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29878-MUNICÍPIO DE VARGEM-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003015

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29878

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29880-MUNICÍPIO DE VARGEM-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação Nº 3003012

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29880

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29881-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003021

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29881

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29883-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003017

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29883

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29884-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME-PAL0010362020

Publicação N° 3003053

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29884

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29974-MUNICÍPIO DE PALMEIRA-S&R DISTRIBUIDORA LTDA-PAL0010362020

Publicação N° 3003010

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29974

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29975-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003011

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29975

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN29992-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA-PAL0010362020

Publicação Nº 3003018

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN29992

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA

PAL: 001036/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/05/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30077-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-POSSATTO & POSSATTO LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002887

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30077

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 19/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 19/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30122-MIRIM DOCE-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002893

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30122

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30125-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002889

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30125

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30130-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002888

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30130

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30133-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002890

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30133

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30224-IÇARA-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002891

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30224

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IÇARA

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IÇARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30226-MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-GD ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIR-PAL0002932021

Publicação Nº 3002892

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30226

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

FORNECEDOR: GD ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 20/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 20/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30388-FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002901

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30428-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-GOEDERT LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002949

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: GOEDERT LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30431-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002902

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30474-CAMBORIÚ-MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002895

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30476-CAMBORIÚ-NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS-PAL0002932021

Publicação Nº 3002897

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30481-CAMBORIÚ-VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI-PAL0002932021

Publicação Nº 3002899

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30481

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30487-CAMBORIÚ-ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES-PAL0002932021

Publicação Nº 3002898

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30487

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30493-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LT-PAL0002932021

Publicação Nº 3002896

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30493

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30494-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM-POSSATTO & POSSATTO LTDA-PAL0002932021

Publicação Nº 3002903

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: POSSATTO & POSSATTO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

AT21CIN30497-CAMBORIÚ-COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO -PAL0002932021

Publicação Nº 3002894

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT21CIN30497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FORNECEDOR: COTAÇÃO COM REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

PAL: 000293/2021 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2021 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 22/04/2021 a 15/04/2022

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 22/04/2021

Florianópolis (SC), terça-feira, 27 de abril de 2021

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DO PROGRAMA ESTÁGIO - DANRLEI CORRÊA

Publicação Nº 3004419

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2019 DO PROGRAMA ESTÁGIO "GESTÃO INOVADORA", COM ESTAGIÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 0032/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017. ESTAGIÁRIO (A) DANRLEI CORRÊA, CPF: 106.005.039-09, INÍCIO 18 DE JULHO DE 2019, RESCINDIDO A PEDIDO EM 27 DE ABRIL DE 2021.

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO DO PROGRAMA ESTÁGIO - JOÃO VITOR BORGES MATIAS DA SILVA

Publicação Nº 3004397

EXTRATO DE RESCISÃO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 005/2020 DO PROGRAMA ESTÁGIO "GESTÃO INOVADORA", COM ESTAGIÁRIOS DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 0032/2017, DE 25 DE SETEMBRO DE 2017. ESTAGIÁRIO (A) JOÃO VITOR BORGES DA SILVA MATIAS CPF: 092.987.879-52, INÍCIO 18 DE AGOSTO DE 2020, RESCINDIDO A PEDIDO EM 26 DE ABRIL DE 2021.

EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0009 - PATRÍCIA RUDECK SERVIÇOS DE TECNOLOGIA

Publicação Nº 3001659

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0009

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

CONTRATADA: PATRÍCIA RUDECK SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI

OBJETO: Contratação de serviços de gerenciamento de mídias sociais, através da criação de estratégias e aplicação de técnicas de publicidade nos canais eletrônicos (internet), criação de banners para publicação em meios eletrônicos, aquisição e gerenciamento de tráfego pago na internet, para divulgação institucional do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA.

Valor Total: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Data: 06.04.2021. Vigência: 06.04.2021 a 05.04.2022.

Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 4197/2021-e

Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0003/2021.

Florianópolis (SC), 26 de abril de 2021.

Elói Rönnaau

Diretor Executivo do CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0010 - BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

Publicação Nº 3001774

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0010

CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

CONTRATADA: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA

OBJETO: Aquisição de pedra brita ou bica corrida não classificada para utilização na manutenção rotineiras de rodovias não pavimentadas em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual nº 195 de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados no Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital, sendo

parte integrante do presente Contrato.
Valor Total: R\$ 1.428.000,00 (um milhão quatrocentos e vinte e oito mil reais)
Data: 07.04.2021. Vigência: 07.04.2021 a 06.04.2022.
Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 2666/2021-e
Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0016/2021.
Florianópolis (SC), 26 de abril de 2021.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CINCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0011 - MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

Publicação Nº 3001800

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
EXTRATO DO CONTRATO CT21CIN0011
CONTRATANTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA
CONTRATADA: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA

OBJETO: Aquisição de pedra brita ou bica corrida não classificada para utilização na manutenção rotineiras de rodovias não pavimentadas em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual nº 195 de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados no Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital, sendo parte integrante do presente Contrato.

Valor Total: R\$ 2.541.000,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e um mil reais)
Data: 07.04.2021. Vigência: 07.04.2021 a 06.04.2022.
Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 2666/2021-e
Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 0016/2021.
Florianópolis (SC), 26 de abril de 2021.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CINCATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 1º TRIMESTRE 2021

Publicação Nº 3002671

PRESTAÇÃO DE CONTAS 1º TRIMESTRE 2021
CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

1- INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º Andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

O CINCATARINA tem como objetivo estabelecer relações de cooperação federativa, através de ações de interesse comum, para promover a inovação e a modernização da gestão pública, e tem por finalidade o desenvolvimento de programas, projetos, atividades e operações especiais nas áreas de atuação governamental de Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental e Ciência e Tecnologia.

Durante o primeiro trimestre de 2021 consorciaram-se ao CINCATARINA os Municípios de Benedito Novo, Botuverá, Camboriú, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Guaramirim, Içara, Imbuia, Ipira, Jaguaruna, Mirim Doce, Otacílio Costa, Papanduva, Planalto Alegre, Rio do Campo, São Cristóvão do Sul, São João Batista, São José do Cerrito, São Ludgero, Taió, Trombudo Central e Vidal Ramos encerrando o trimestre com 139 Municípios Consorciados que ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções e que autorizou o ingresso no Consórcio Público.

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira até o primeiro trimestre de 2021.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser custeado com recursos oriundos de repasses municipais e convênios, adotam-se as normas de contabilidade pública para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas são registradas em obediência às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
As Disponibilidades compreendem os valores dos numerários depositados em conta corrente junto às instituições financeiras.
O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio público.
As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CINCATARINA, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

- Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;
- Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

- 0.1.00.0200 Recursos Não Vinculados – São lançadas nesta fonte as receitas de serviços, multas previstas em contratos, restituições e seus rendimentos bancários;
- 0.1.00.03[...]. Transferências a Consórcios Públicos – São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelos contratos de rateio e contratações diretas e seus rendimentos bancários.
- 0.1.64.0001 e 0.1.64.0502 Transferências de Convênios – Estado / Outros não relacionados à educação/saúde/assistência social - São lançadas nesta fonte os recursos de convênios.

5 - SALDO BANCÁRIO

Em 31 de março de 2021 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

Especificação	Fonte de Recurso	Saldo (R\$)
B. BRASIL CINCATARINA - 18.520-5	0.100.0200	27.660,50
B. BRASIL CINCATARINA - 20.413-7	0.100.0302	439.199,27
B. BRASIL CINCATARINA - 22.436-7	0.100.0301	1.130.935,97
B. BRASIL CINCATARINA - 2.864-8	0.100.0302	85.188,60
B. BRASIL CINCATARINA - 24.625-5	0.100.0302	132.264,90
B. BRASIL CINCATARINA - 27.997-8	0.100.0302	105.684,05
B. BRASIL CINCATARINA - CONVÊNIO PROJETO RECUPERAR – 27593-X	0.1.64.0502	1.064.448,64
B. BRASIL CINCATARINA - CONVÊNIO PROJETO RECUPERAR 02– 28852-7	0.1.64.0502	64.579,46
B. BRASIL CINCATARINA - CONVÊNIO PROJETO NOVOS RUMOS – 28927-2	0.1.64.0502	106.805,98
Total		3.156.767,37

6 – RECEITAS REALIZADAS

As receitas da instituição, para custeio e investimentos, são auferidas pelas receitas patrimoniais, transferências dos municípios e de suas entidades, receita de convênios, outras receitas correntes.

Receitas orçamentárias arrecadadas até 31 de março de 2021

Receitas	Valor (R\$)
0.1.00.0200 Recursos Ordinários	494,9
Remuneração Dep. Bancários (não Vinculados)	15,63
Outras receitas correntes	479,27
0.1.00.03[...] Transferências a Consórcios Públicos	8.172.352,14
Remuneração Dep. Bancários (vinculados)	1.120,78
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes)	8.002.018,79
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital)	170.333,35
0.1.64.0502 Transferências de Convênios - Estado/Outros	1.404,39
Remuneração Dep. Bancários - Convênios	1.404,39
Total	8.175.372,21

7 – DESPESAS

Despesas pagas até 31 de março de 2021, referente ao orçamento do exercício de 2021.

Despesas	Valor (R\$)
2001 – Ações Multifinalitárias de Interesse Comum	2.339.065,28
0.1.00.0301 – TCP – Licitações Compartilhadas	803.330,67
Pessoal e Encargos Sociais	536.013,11
Outras Despesas Correntes	266.338,37
Investimentos	979,19
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	1.535.734,61
Pessoal e Encargos Sociais	400.687,49
Outras Despesas Correntes	1.129.782,12
Investimentos	5.265,00

2003 - Ações de Interesse Comum - Urbanismo	1.803.205,43
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	1.803.205,43
Outras Despesas Correntes	1.803.205,43
2004 - Ações de Interesse Comum - Transporte	698.082,18
0.1.64.0502 - Transferência de Convênios - Estado/outros	698.082,18
Outras Despesas Correntes	698.082,18
0300 - Contribuição ao Pasep	10,39
0.1.0.00.0200 Recursos Não Vinculados	10,39
Outras Despesas Correntes	10,39
Total	4.840.363,28

Resumo das despesas por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor (R\$)
0.1.0.00.0200 – Recursos Não Vinculados	10,39
0.1.00.0301– TCP – Licitações Compartilhadas	803.330,67
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	3.338.940,04
0.1.64.0502 - Transferência de Convênios - Estado/outros	698.082,18
Total	4.840.363,28

Despesas pagas até 31 de março de 2021 referente restos a Pagar do exercício de 2020.

Despesas	Valor (R\$)
2001 – Ações Multifinalitárias de Interesse Comum	3.946.099,59
0.1.00.0301 – TCP – Licitações Compartilhadas	62.927,40
Pessoal e Encargos Sociais	31.211,91
Outras Despesas Correntes	13.483,59
Investimentos	18.231,90
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	3.883.172,19
Pessoal e Encargos Sociais	24.694,64
Outras Despesas Correntes	3.855.118,60
Investimentos	3.358,95
2003 - Ações de Interesse Comum - Urbanismo	6.032,00
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	6.032,00
Outras Despesas Correntes	6.032,00
2004 - Ações de Interesse Comum - Transporte	3.486.498,48
0.1.64.0502 - Transferência de Convênios - Estado/outros	3.486.498,48
Outras Despesas Correntes	3.486.498,48
0300 - Contribuição ao Pasep	10,59
0.1.0.00.0200 Recursos Não Vinculados	10,59
Outras Despesas Correntes	10,59
Total	7.438.640,66

Resumo das despesas por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Valor (R\$)
0.1.0.00.0200 – Recursos Não Vinculados	10,59
0.1.00.0301– TCP – Licitações Compartilhadas	62.927,40
0.1.00.0302 – TCP – Aplicação Direta	3.889.204,19
0.1.64.0502 - Transferência de Convênios - Estado/outros	3.486.498,48
Total	7.438.640,66

8 – DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS

Referente ao fechamento do exercício de 2016 ficou registrado no ativo do Balanço Patrimonial créditos a receber, destes em 31 de março de 2021 permanece conforme quadro abaixo:

Município	Objeto	Valor
Calmon	Rateio licitações Compartilhadas	19.928,32
Total (R\$)		19.928,32

O valor de R\$ 19.928,32 (dezenove mil, novecentos e vinte oito reais e trinta e dois centavos), refere-se a valores não transferidos pelo município ao consórcio público.

Referente ao fechamento do exercício de 2018 ficou registrado no ativo do Balanço Patrimonial créditos a receber, destes em 31 de março de 2021 permanece conforme quadro abaixo:

Município	Objeto	Valor (R\$)
São Francisco do Sul	Manutenção Iluminação Pública	25.217,70
Total		25.217,70

O valor de R\$ 25.217,70 (vinte e cinco mil duzentos e dezessete reais, e setenta centavos) refere-se a valor não transferido pelo município ao consórcio público.

Referente ao fechamento do exercício de 2019 ficou registrado no ativo do Balanço Patrimonial créditos a receber, destes em 31 de março de 2021 permanece conforme quadro abaixo:

Município	Objeto	Valor (R\$)
Rio do Sul	Ações Específicas e Individualizadas	4.560,00
Total		4.560,00

O valor de R\$ 4.560,00 (Quatro mil quinhentos e sessenta reais) refere-se a valor não transferido pelo município ao consórcio público.

Estes direitos a receber permanecem registrados nas contas Créditos de transferência a receber e Demais Créditos e valores a curto prazo, o qual serão compensados na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

Referente ao fechamento do exercício de 2020 ficou registrado no ativo do Balanço Patrimonial créditos a receber referente ações conjuntas em execução, referente trabalhos que estão sendo executados conforme quadro abaixo:

AÇÃO	Valor (R\$)
Diagnóstico Socioambiental	31.000,00
Ações Específicas e Individualizadas	101.276,00
Convênio Secretaria do Estado – Novos Rumos	6.000.000,00
Total	6.132.276,00

O valor de R\$ 6.132.276,00 (Seis milhões, cento e trinta e dois mil duzentos e setenta e seis reais), serão compensados na data da ocorrência dos créditos.

9 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 31 de março de 2021, consta a obrigação a pagar no valor de R\$692.979,26 (seiscentos e noventa e dois mil novecentos e setenta e nove reais e vinte e seis centavos), referente obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores, e demais obrigações a pagar.

10 – RELAÇÃO PATRIMONIAL

Em 31 de março de 2021 possui registrado no Balanço Patrimonial do CINCATARINA na conta Imobilizado, Bens Móveis o valor de R\$ 1.000.369,83 (um milhão trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos). Esse valor está distribuído para os Entes da Federação Consorciados conforme relação abaixo:

ENTE DA FEDERAÇÃO	Valor (R\$)
Município de Abdon Batista	10.965,67
Município de Abelardo Luz	7.817,92
Município de Agrolândia	1.077,31
Município de Água Doce	13.099,26
Município de Águas Mornas	5.323,51
Município de Alto Bela Vista	6.033,95
Município de Anita Garibaldi	5.170,03
Município de Anitápolis	3.612,22
Município de Antônio Carlos	5.382,01
Município De Arroio Trinta	19.065,93
Município de Ascurra	1.982,50

Município de Bom Jesus	5.404,03
Município de Botuverá	3,73
Município de Braço Do Trombudo	874,62
Município de Brunópolis	10.218,16
Município de Caçador	55.257,27
Município de Calmon	13.863,97
Município de Campos Novos	6.034,40
Município de Capinzal	7.642,67
Município de Catanduvas	5.472,72
Município de Celso Ramos	5.170,03
Município de Cocal Do Sul	2.130,51
Município de Coronel Martins	2.375,46
Município de Curitibaanos	23.333,56
Município de Dona Emma	1.029,53
Município de Entre Rios	9,56
Município de Erval Velho	13.620,11
Município de Faxinal Dos Guedes	6.449,80
Município de Forquilha	85,48
Município De Fraiburgo	84.684,65
Município De Frei Rogério	9.732,58
Município de Garuva	0,86
Município de Guatambú	1.570,16
Município de Herval Doeste	15.247,00
Município de Ibiam	21.999,59
Município de Ibicaré	8.568,47
Município de Imaruí	97,78
Município de Iomerê	17.595,84
Município de Ipuacu	5.170,03
Município de Ipumirim	3.574,93
Município de Irani	9.981,78
Município de Irineópolis	6.247,15
Município de Itá	8.742,20
Município De Itapoá	7.162,23
Município de Ituporanga	2.376,17
Município de Jaborá	6.639,18
Município de Joaçaba	34.757,83
Município de Lacerdópolis	11.057,62
Município de Lages	1.534,48
Município de Lajeado Grande	5.245,51
Município de Laurentino	3.140,71
Município de Lebon Régis	23.766,13
Município de Leoberto Leal	924,31
Município de Lindóia Do Sul	2.875,48
Município de Lontras	4.382,75
Município de Luzerna	14.133,59
Município de Macieira	20.250,77
Município de Major Gercino	833,26
Município de Marema	1.549,44
Município de Matos Costa	16.778,91
Município de Monte Carlo	11.557,46

Município de Monte Castelo	2.068,85
Município de Morro Da Fumaça	939,30
Município de Nova Trento	8.216,80
Município de Nova Veneza	71,49
Município de Orleans	1.683,89
Município de Otacílio Costa	9,56
Município de Ouro	6.197,89
Município de Ouro Verde	5.557,44
Município de Palmeira	1.101,46
Município de Passos Maia	4.958,51
Município de Paulo Lopes	5.403,95
Município de Peritiba	972,56
Município de Petrolândia	925,17
Município de Pinheiro Preto	25.128,63
Município de Piratuba	18.610,28
Município de Ponte Alta Do Norte	6.773,71
Município de Ponte Serrada	13.927,06
Município de Presidente Castelo Branco	5.466,26
Município de Quilombo	99,39
Município de Rancho Queimado	5.074,93
Município de Rio Das Antas	19.280,85
Município de Rio Do Sul	6.238,29
Município de Rio Dos Cedros	1.015,07
Município de Rio Negrinho	13.157,80
Município de Salete	939,29
Município de Salto Veloso	17.641,26
Município de Santa Cecília	6.658,24
Município de Santa Terezinha	5.576,48
Município de São Bernardino	9,56
Município de São Bonifácio	5.713,50
Município de São Cristóvão Do Sul	9,56
Município de São Domingos	2.375,44
Município de São Francisco Do Sul	14.837,06
Município de São Lourenço Do Oeste	2.291,96
Município de São Pedro De Alcântara	2.334,93
Município de Tangará	37.085,96
Município de Timbó Grande	17.872,98
Município de Três Barras	225,88
Município de Treze Tílias	10.514,70
Município de Urubici	6.711,22
Município de Urupema	9,56
Município de Vargeão	5.718,95
Município de Vargem	7.844,12
Município de Vargem Bonita	2.482,30
Município de Videira	71.513,34
Município de Xanxerê	6.160,01
Município de Xavantina	4.908,55
Município de Xaxim	12.189,08
Município de Zortéa	5.181,99
TOTAL	1.000.369,83

11 – CERTIDÕES NEGATIVAS

O CINCATARINA encontra-se regular com os órgãos da União, do Estado e do Município. Todas as certidões negativas estão atualizadas/vigentes.

12 – CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO

Em atendimento a Portaria 274 de 13 de maio de 2016 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio e contratações diretas, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

13 – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO

Em janeiro de 2021 foi encaminhado as informações ao Tribunal de contas do Estado de SC, através do sistema de fiscalização integrada de gestão (e-Sfinge) referente informações até o sexto bimestre de 2020, considerando que a partir do exercício de 2021 parte das informações a ser encaminhadas ao Tribunal serão encaminhadas de forma online estamos ajustando sistemas para envio conforme cronograma estabelecido pelo tribunal de contas.

Florianópolis, 23 de abril de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG
Presidente do CINCATARINA
Prefeito de Videira

ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo	LUIZ FERNANDO RALDI Diretor Financeiro
ANDRESSA SCHABERLE GATTI Contadora CRC SC 042273/O	MICHEL CLUVES DICK Controle Interno

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 143

Publicação N° 3002443

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – 143

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Canelinha e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:
Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Canelinha nos termos da Lei Municipal nº 3.780 de 07 de abril de 2021;
Publique-se.

Florianópolis, SC, 26 de abril de 2021.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito de Videira
Presidente do CINCATARINA

Publicação Nº 3004107



Loa: 2021 Período: Março a Março

27/04/2021 15:20:40



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 1

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.2.3.1.02.00.04.11.17.00.00	IOMERÊ	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.18.00.00	IPIRA	A	P	33.957,00	0,00	7.227,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.20.00.00	IPUAÇU	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.21.00.00	IPUMIRIM	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.23.00.00	IRANI	A	P	37.300,00	0,00	3.730,00	33.570,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.25.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	37.300,00	0,00	3.730,00	33.570,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.26.00.00	ITÁ	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.31.00.00	ITAPOÁ	A	P	47.250,00	0,00	0,00	47.250,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.32.00.00	ITUPORANGA	A	P	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.33.00.00	JABORÁ	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.35.00.00	JAGUARUNA	A	P	53.407,67	0,00	14.447,67	38.960,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.38.00.00	JOAÇABA	A	P	0,00	67.560,00	16.890,00	50.670,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.42.00.00	LACERDÓPOLIS	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.43.00.00	LAGES	A	P	119.000,00	0,00	11.900,00	107.100,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.45.00.00	LAJEADO GRANDE	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.46.00.00	LAURENTINO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.48.00.00	LEBON REGIS	A	P	37.300,00	0,00	3.730,00	33.570,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.49.00.00	LEOBERTO LEAL	A	P	29.700,00	0,00	5.940,00	23.760,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.50.00.00	LINDÓIA DO SUL	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.51.00.00	LONTRAS	A	P	37.300,00	0,00	3.730,00	33.570,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.53.00.00	LUZERNA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.54.00.00	MACIEIRA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.62.00.00	MATOS COSTA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.64.00.00	MIRIM DOCE	A	P	0,00	29.700,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.67.00.00	MONTE CARLO	A	P	0,00	40.200,00	3.350,00	36.850,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.68.00.00	MONTE CASTELO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.69.00.00	MORRO DA FUMAÇA	A	P	29.220,00	0,00	0,00	29.220,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.74.00.00	NOVA TRENTO	A	P	41.100,00	0,00	4.110,00	36.990,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.77.00.00	ORLEANS	A	P	58.440,00	0,00	14.610,00	43.830,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.78.00.00	OTACÍLIO COSTA	A	P	48.700,00	0,00	4.870,00	43.830,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.79.00.00	OURO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.80.00.00	OURO VERDE	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.85.00.00	PALMEIRA	A	P	35.640,00	0,00	8.910,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.90.00.00	PASSOS MAIA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.91.00.00	PAULO LOPES	A	P	32.670,00	0,00	5.940,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.94.00.00	PERITIBA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.96.00.00	PETROLÂNDIA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.98.00.00	PINHEIRO PRETO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.11.99.00.00	PIRATUBA	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.03.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.04.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.09.00.00	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.13.00.00	QUILOMBO	A	P	0,00	32.383,33	0,00	32.383,33
1.1.2.3.1.02.00.04.12.14.00.00	RANCHO QUEIMADO	A	P	35.640,00	0,00	8.910,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.15.00.00	RIO DAS ANTAS	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.16.00.00	RIO DO CAMPO	A	P	30.294,00	0,00	3.564,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.19.00.00	RIO DOS CEDROS	A	P	37.300,00	0,00	3.730,00	33.570,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.21.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	63.900,00	0,00	6.390,00	57.510,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.26.00.00	SALETE	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.28.00.00	SALTO VELOSO	A	P	35.640,00	0,00	8.910,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.30.00.00	SANTA CECILIA	A	P	41.100,00	0,00	4.110,00	36.990,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.34.00.00	SANTA TEREZINHA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.39.00.00	SÃO BERNARDINO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.40.00.00	SÃO BONIFÁCIO	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.42.00.00	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.43.00.00	SÃO DOMINGOS	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.52.00.00	SÃO JOSÉ DO CERRITO	A	P	0,00	28.116,00	0,00	28.116,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.53.00.00	SÃO LOURENÇO DO OESTE	A	P	67.560,00	0,00	22.520,00	45.040,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.58.00.00	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.61.00.00	SEARA	A	P	57.953,00	0,00	14.123,00	43.830,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.67.00.00	TANGARÁ	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.72.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.73.00.00	TRÊS BARRAS	A	P	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 1

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.2.3.1.02.00.04.12.76.00.00	TREZE TILIAS	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.77.00.00	TROMBUDO CENTRAL	A	P	0,00	27.621,00	891,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.82.00.00	URUBICI	A	P	41.030,00	0,00	3.730,00	37.300,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.83.00.00	URUPEMA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.85.00.00	VARGÊAO	A	P	26.730,00	0,00	2.970,00	23.760,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.86.00.00	VARGEM	A	P	35.640,00	0,00	0,00	35.640,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.87.00.00	VARGEM BONITA	A	P	33.500,00	0,00	3.350,00	30.150,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.89.00.00	VIDEIRA	A	P	67.770,00	0,00	0,00	67.770,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.92.00.00	XANXERÊ	A	P	64.350,00	0,00	0,00	64.350,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.93.00.00	XAVANTINA	A	P	29.700,00	0,00	2.970,00	26.730,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.94.00.00	XAXIM	A	P	67.560,00	0,00	22.520,00	45.040,00
1.1.2.3.1.02.00.04.12.95.00.00	ZORTÉA	A	P	35.640,00	0,00	8.910,00	26.730,00
1.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Demais créditos e valores a curto prazo	S		6.182.145,01	4.000,00	19.591,31	6.166.553,70
1.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos	S		4.500,00	4.000,00	4.000,00	4.500,00
1.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos concedidos - consolidação	S		4.500,00	4.000,00	4.000,00	4.500,00
1.1.3.1.1.99.00.00.00.00.00.00	Adiantamentos diversos concedidos	A	P	4.500,00	4.000,00	4.000,00	4.500,00
1.1.3.5.0.00.00.00.00.00.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados	S		0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.5.1.00.00.00.00.00.00.00	Depósitos restituíveis e valores vinculados - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.5.1.04.00.00.00.00.00.00	Depósitos especiais	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.0.00.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	S		6.177.645,01	0,00	15.591,31	6.162.053,70
1.1.3.8.1.00.00.00.00.00.00.00	Outros créditos a receber e valores a curto prazo - consolidação	S		6.177.645,01	0,00	15.591,31	6.162.053,70
1.1.3.8.1.29.00.00.00.00.00.00	Créditos a receber de entidades estaduais, distritais e municipais	S	P	6.177.645,01	0,00	15.591,31	6.162.053,70
1.1.3.8.1.29.00.02.00.00.00.00	MIP VARIÁVEL	S	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.02.07.00.00.00	SÃO FRANCISCO DO SUL	A	P	25.217,70	0,00	0,00	25.217,70
1.1.3.8.1.29.00.06.00.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.06.10.00.00.00	RIO DO SUL	A	P	4.560,00	0,00	0,00	4.560,00
1.1.3.8.1.29.00.07.00.00.00.00	AÇÕES CONJUNTAS EM EXECUÇÃO	S	P	147.867,31	0,00	15.591,31	132.276,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.00.00.00	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	S	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.01.01.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	31.000,00	0,00	0,00	31.000,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.00.00.00	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	S	P	9.245,31	0,00	9.245,31	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.01.00.00	IBICARÉ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.02.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.03.00.00	LACERDÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.04.00.00	RIO DO SUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.06.00.00	ABDON BATISTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.07.00.00	ANTÔNIO CARLOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.09.00.00	LEBON RÉGIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.11.00.00	MACIEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.12.00.00	MATOS COSTA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.15.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.18.00.00	MONTE CARLO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.19.00.00	SALTO VELOSO	A	P	9.245,31	0,00	9.245,31	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.22.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.24.00.00	VIDEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.26.00.00	AGROLÂNDIA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.27.00.00	CALMON	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.28.00.00	ERVAL VELHO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.29.00.00	FRAIBURGO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.30.00.00	FREI ROGÉRIO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.31.00.00	IBIAM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.32.00.00	ORLEANS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.35.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.36.00.00	PETROLÂNDIA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.37.00.00	SÃO LOURENÇO DO OESTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.38.00.00	TREZE TILIAS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.02.39.00.00	XAVANTINA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.00.00.00	AÇÕES ESPECÍFICAS E INDIVIDUALIZADAS	S	P	107.622,00	0,00	6.346,00	101.276,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.01.00.00	ITAPOÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.02.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.04.00.00	PONTE SERRADA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.05.00.00	CURITIBANOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.06.00.00	NOVA VENEZA	A	P	6.346,00	0,00	6.346,00	0,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 1

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
1.1.3.8.1.29.00.07.03.07.00.00	GARUVA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.03.08.00.00	CAPINZAL	A	P	101.276,00	0,00	0,00	101.276,00
1.1.3.8.1.29.00.07.04.00.00.00	SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL	S	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.04.01.00.00	CAÇADOR	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.07.04.02.00.00	CELSO RAMOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.00.00.00.00	DCC PARA FORMALIZAÇÃO DE CARTA DE CREDITO INTERNACIONAL	S	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.01.00.00.00	ABELARDO LUZ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.02.00.00.00	ANTÔNIO CARLOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.03.00.00.00	CAMPOS NOVOS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.04.00.00.00	CAPINZAL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.05.00.00.00	COCAL DO SUL	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.06.00.00.00	FRAIBURGO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.07.00.00.00	HERVAL DOESTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.08.00.00.00	IRINEÓPOLIS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.09.00.00.00	ITUPORANGA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.10.00.00.00	JABORÁ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.11.00.00.00	JOAÇABA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.12.00.00.00	MONTE CARLO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.13.00.00.00	NOVA TRENTO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.14.00.00.00	OURO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.15.00.00.00	PIRATUBA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.16.00.00.00	PONTE ALTA DO NORTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.17.00.00.00	RIO NEGRINHO	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.18.00.00.00	SÃO LOURENÇO DO OESTE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.19.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.20.00.00.00	TREZE TILIAS	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.21.00.00.00	URUBICI	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.22.00.00.00	VIDEIRA	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.23.00.00.00	XANXERÊ	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.24.00.00.00	XAXIM	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.08.25.00.00.00	AGUÁ DOCE	A	P	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3.8.1.29.00.09.00.00.00.00	CONVÊNIO SECRETARIA DO ESTADO	S	P	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00
1.1.3.8.1.29.00.09.01.00.00.00	CONVÊNIO NOVOS RUMOS Nº 2020TR873	A	P	6.000.000,00	0,00	0,00	6.000.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Ativo não circulante	S		1.000.369,83	0,00	0,00	1.000.369,83
1.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Imobilizado	S		1.000.369,83	0,00	0,00	1.000.369,83
1.2.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Bens móveis	S		1.000.369,83	0,00	0,00	1.000.369,83
1.2.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Bens móveis - consolidação	S		1.000.369,83	0,00	0,00	1.000.369,83
1.2.3.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	S		76.054,69	0,00	0,00	76.054,69
1.2.3.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Aparelhos de medição e orientação	A	P	9.816,00	0,00	0,00	9.816,00
1.2.3.1.1.01.02.00.00.00.00.00	Aparelhos e equipamentos de comunicação	A	P	27.323,08	0,00	0,00	27.323,08
1.2.3.1.1.01.05.00.00.00.00.00	Equipamento de proteção, segurança e socorro	A	P	3.817,50	0,00	0,00	3.817,50
1.2.3.1.1.01.07.00.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos energéticos	A	P	4.295,90	0,00	0,00	4.295,90
1.2.3.1.1.01.08.00.00.00.00.00	Máquinas e equipamentos gráficos	A	P	588,00	0,00	0,00	588,00
1.2.3.1.1.01.19.00.00.00.00.00	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	A	P	15.070,00	0,00	0,00	15.070,00
1.2.3.1.1.01.99.00.00.00.00.00	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	A	P	15.144,21	0,00	0,00	15.144,21
1.2.3.1.1.02.00.00.00.00.00.00	Bens de informática	S		426.118,40	0,00	0,00	426.118,40
1.2.3.1.1.02.01.00.00.00.00.00	Equipamentos de processamento de dados	A	P	426.118,40	0,00	0,00	426.118,40
1.2.3.1.1.03.00.00.00.00.00.00	Móveis e utensílios	S		144.660,74	0,00	0,00	144.660,74
1.2.3.1.1.03.01.00.00.00.00.00	Aparelhos e utensílios domésticos	A	P	4.747,04	0,00	0,00	4.747,04
1.2.3.1.1.03.02.00.00.00.00.00	Máquinas e utensílios de escritório	A	P	595,00	0,00	0,00	595,00
1.2.3.1.1.03.03.00.00.00.00.00	Mobiliário em geral	A	P	139.318,70	0,00	0,00	139.318,70
1.2.3.1.1.04.00.00.00.00.00.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação	S		12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.04.05.00.00.00.00.00	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	A	P	12.932,00	0,00	0,00	12.932,00
1.2.3.1.1.05.00.00.00.00.00.00	Veículos	S		306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.05.03.00.00.00.00.00	Veículos de tração mecânica	A	P	306.550,00	0,00	0,00	306.550,00
1.2.3.1.1.99.00.00.00.00.00.00	Demais bens móveis	S		34.054,00	0,00	0,00	34.054,00
1.2.3.1.1.99.99.00.00.00.00.00	Outros bens móveis	A	P	34.054,00	0,00	0,00	34.054,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 2

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Passivo e patrimônio líquido	S		(17.392.978,62)	4.898.122,70	5.254.435,73	(17.749.291,65)
2.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Passivo circulante	S		(336.666,23)	4.898.122,70	5.254.435,73	(692.979,26)
2.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	S		(79.699,14)	351.611,98	353.791,36	(81.878,52)
2.1.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar	S		0,00	274.256,88	274.256,88	0,00
2.1.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar - consolidação	S		0,00	274.256,88	274.256,88	0,00
2.1.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Pessoal a pagar do exercício	S		0,00	274.256,88	274.256,88	0,00
2.1.1.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Salários, remunerações e benefícios do exercício	S	M	0,00	232.727,60	232.727,60	0,00
2.1.1.1.1.01.01.02.00.00.00.00	Salários, remunerações e benefícios do exercício (F)	A	F	0,00	232.727,60	232.727,60	0,00
2.1.1.1.1.01.01.03.00.00.00.00	Férias	S	M	0,00	41.529,28	41.529,28	0,00
2.1.1.1.1.01.03.02.00.00.00.00	Férias (F)	A	F	0,00	41.529,28	41.529,28	0,00
2.1.1.4.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar	S		(79.699,14)	77.355,10	79.534,48	(81.878,52)
2.1.1.4.1.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar - consolidação	S		(29.854,00)	29.207,37	21.940,55	(22.587,18)
2.1.1.4.1.05.00.00.00.00.00.00	FGTS	S	M	(29.854,00)	29.207,37	21.940,55	(22.587,18)
2.1.1.4.1.05.00.02.00.00.00.00	FGTS (F)	S	F	(29.854,00)	29.207,37	21.940,55	(22.587,18)
2.1.1.4.1.05.00.02.01.00.00.00	FGTS - do exercício	A	F	(29.854,00)	29.207,37	21.940,55	(22.587,18)
2.1.1.4.3.00.00.00.00.00.00.00	Encargos sociais a pagar - inter OFSS - união	S		(49.845,14)	48.147,73	57.593,93	(59.291,34)
2.1.1.4.3.01.00.00.00.00.00.00	INSS a pagar	S	M	(49.845,14)	48.147,73	57.593,93	(59.291,34)
2.1.1.4.3.01.01.00.00.00.00.00	INSS - contribuição sobre salários e remunerações	S	M	(49.845,14)	48.147,73	57.593,93	(59.291,34)
2.1.1.4.3.01.01.02.00.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações (F)	S	F	(49.845,14)	48.147,73	57.593,93	(59.291,34)
2.1.1.4.3.01.01.02.01.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações - do exercício	A	F	(49.845,14)	48.147,73	57.593,93	(59.291,34)
2.1.1.4.3.01.01.02.02.00.00.00	INSS - contribuições sobre salários e remunerações - de exercícios anteriores	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	S		(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo	S		(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Fornecedores e contas a pagar nacionais a curto prazo - consolidação	S		(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Fornecedores nacionais	S		(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Fornecedores não financiados a pagar	S	M	(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.01.01.02.00.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F)	S	F	(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.01.01.02.01.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F) - do exercício	A	F	(159.691,37)	4.372.658,77	4.658.820,21	(445.852,81)
2.1.3.1.1.01.01.02.02.00.00.00	Fornecedores Não Financiados a Pagar (F) - de exercícios anteriores	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.4.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo	S		(893,63)	2.151,21	1.919,11	(661,53)
2.1.4.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com a união	S		(5,83)	10,39	4,56	0,00
2.1.4.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com a união - consolidação	S		0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.4.1.1.11.00.00.00.00.00.00	PIS/PASEP a recolher	S	M	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.4.1.1.11.00.02.00.00.00.00	PIS/PAEP a Recolher (F)	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.4.1.3.00.00.00.00.00.00.00	Obrigações fiscais a curto prazo com a união - inter OFSS - união	S		(5,83)	10,39	4,56	0,

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net

Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:20:40



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 2

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00.00.00	Imposto sobre a renda retido na fonte - irrf	S	F	(32.497,32)	32.658,09	34.262,56	(34.101,79)
2.1.8.8.1.01.04.01.00.00.00.00	IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	A	F	(32.193,17)	31.046,53	32.273,07	(33.419,71)
2.1.8.8.1.01.04.02.00.00.00.00	IRRF SERVIÇOS DE TERCEIROS	S	F	(304,15)	304,15	682,08	(682,08)
2.1.8.8.1.01.04.02.01.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS IPM INFORMÁTICA LTDA	A	F	(11,84)	11,84	11,84	(11,84)
2.1.8.8.1.01.04.02.05.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS ORBENK ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	A	F	(180,18)	180,18	186,65	(186,65)
2.1.8.8.1.01.04.02.07.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZEM DATACENTER LTDA	A	F	(39,80)	39,80	39,80	(39,80)
2.1.8.8.1.01.04.02.08.00.00.00	IRRF ELETTRON CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA	A	F	(72,33)	72,33	443,79	(443,79)
2.1.8.8.1.01.04.03.00.00.00.00	IRRF SERV TERCEIROS IGUATEMI CONSULTORIA E SERV ENGENHARIA LTDA	A	F	0,00	1.307,41	1.307,41	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00.00.00	ISS	S	F	(12.385,86)	38.108,12	39.816,90	(14.094,64)
2.1.8.8.1.01.08.01.00.00.00.00	ISS a Recolher Iomere	A	F	(310,65)	310,65	495,74	(495,74)
2.1.8.8.1.01.08.02.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio das Antas	A	F	(43,25)	408,97	405,62	(39,90)
2.1.8.8.1.01.08.03.00.00.00.00	ISS a Recolher Lebon Regis	A	F	(67,56)	67,56	191,56	(191,56)
2.1.8.8.1.01.08.04.00.00.00.00	ISS a Recolher Fraiburgo	A	F	(459,61)	5.134,31	10.393,75	(5.719,05)
2.1.8.8.1.01.08.05.00.00.00.00	ISS a Recolher Arroio Trinta	A	F	(452,30)	452,30	228,47	(228,47)
2.1.8.8.1.01.08.06.00.00.00.00	ISS a Recolher Videira	A	F	(573,77)	657,42	690,93	(607,28)
2.1.8.8.1.01.08.07.00.00.00.00	ISS a Recolher Cacador	A	F	(229,38)	229,38	233,41	(233,41)
2.1.8.8.1.01.08.08.00.00.00.00	ISS a Recolher Salto Veloso	A	F	(495,72)	495,72	188,44	(188,44)
2.1.8.8.1.01.08.09.00.00.00.00	ISS a Recolher Matos Costa	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.10.00.00.00.00	ISS a Recolher Calmon	A	F	0,00	0,00	37,36	(37,36)
2.1.8.8.1.01.08.11.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibiam	A	F	0,00	0,00	27,73	(27,73)
2.1.8.8.1.01.08.12.00.00.00.00	ISS a Recolher Macieira	A	F	0,00	0,00	129,24	(129,24)
2.1.8.8.1.01.08.13.00.00.00.00	ISS a Recolher Pinheiro Preto	A	F	(20,05)	20,05	21,08	(21,08)
2.1.8.8.1.01.08.14.00.00.00.00	ISS a Recolher Tangara	A	F	(55,34)	55,34	138,83	(138,83)
2.1.8.8.1.01.08.16.00.00.00.00	ISS a Recolher Frei Rogério	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.17.00.00.00.00	ISS A Recolher Brunópolis	A	F	0,00	0,00	99,96	(99,96)
2.1.8.8.1.01.08.18.00.00.00.00	ISS a Recolher Vargem	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.19.00.00.00.00	ISS a Recolher Abdon Batista	A	F	(59,33)	59,33	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.20.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Serrada	A	F	0,00	0,00	976,21	(976,21)
2.1.8.8.1.01.08.21.00.00.00.00	ISS a Recolher São Francisco do Sul	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.22.00.00.00.00	ISS a Recolher Ibicaré	A	F	(44,34)	247,01	257,06	(54,39)
2.1.8.8.1.01.08.23.00.00.00.00	ISS a Recolher Erval Velho	A	F	(24,81)	24,81	110,33	(110,33)
2.1.8.8.1.01.08.24.00.00.00.00	ISS a recolher Lacerdópolis	A	F	(676,13)	676,13	136,42	(136,42)
2.1.8.8.1.01.08.25.00.00.00.00	ISS a recolher Santa Cecília	A	F	0,00	3.351,67	3.351,67	0,00
2.1.8.8.1.01.08.26.00.00.00.00	ISS a Recolher Rio do Sul	A	F	(1.085,69)	1.085,69	872,48	(872,48)
2.1.8.8.1.01.08.27.00.00.00.00	ISS a Recolher Irineópolis	A	F	(307,67)	307,67	55,72	(55,72)
2.1.8.8.1.01.08.28.00.00.00.00	ISS a Recolher Santa Terezinha	A	F	(55,09)	55,09	156,37	(156,37)
2.1.8.8.1.01.08.29.00.00.00.00	ISS a Recolher Luzerna	A	F	(6.037,54)	6.037,54	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.30.00.00.00.00	ISS a Recolher Ituporanga	A	F	(42,84)	42,84	192,04	(192,04)
2.1.8.8.1.01.08.31.00.00.00.00	ISS a Recolher Florianópolis	A	F	(136,72)	2.751,55	2.751,55	(136,72)
2.1.8.8.1.01.08.32.00.00.00.00	ISS a Recolher Rancho Queimado	A	F	0,00	0,00	93,68	(93,68)
2.1.8.8.1.01.08.34.00.00.00.00	ISS a Recolher Ponte Alta do Norte	A	F	(44,60)	44,60	37,50	(37,50)
2.1.8.8.1.01.08.36.00.00.00.00	ISS a Recolher Antônio Carlos	A	F	(62,66)	62,66	63,23	(63,23)
2.1.8.8.1.01.08.38.00.00.00.00	ISS a recolher Joaçaba	A	F	0,00	7.274,15	7.274,15	0,00
2.1.8.8.1.01.08.39.00.00.00.00	ISS a Recolher Novo Horizonte	A	F	0,00	205,45	205,45	0,00
2.1.8.8.1.01.08.40.00.00.00.00	ISS a Recolher São Lourenço do Oeste	A	F	(1,72)	28,60	129,63	(102,75)
2.1.8.8.1.01.08.41.00.00.00.00	ISS a Recolher Quilombo	A	F	0,00	431,10	431,10	0,00
2.1.8.8.1.01.08.42.00.00.00.00	ISS a Recolher Água Doce	A	F	0,00	35,59	35,59	0,00
2.1.8.8.1.01.08.43.00.00.00.00	ISS a Recolher Campos Novos	A	F	0,00	3.411,86	3.411,86	0,00
2.1.8.8.1.01.08.44.00.00.00.00	ISS a Recolher Itapoá	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.47.00.00.00.00	ISS a Recolher Treze Tilias	A	F	(17,12)	72,29	389,86	(334,69)
2.1.8.8.1.01.08.49.00.00.00.00	ISS a Recolher Capinzal	A	F	0,00	0,00	222,85	(222,85)
2.1.8.8.1.01.08.50.00.00.00.00	ISS a Recolher Agrolândia	A	F	0,00	0,00	59,60	(59,60)
2.1.8.8.1.01.08.54.00.00.00.00	ISS a Recolher Coronel Martins	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.55.00.00.00.00	ISS a Recolher Monte Carlo	A	F	(417,76)	1.006,55	912,72	(323,93)
2.1.8.8.1.01.08.56.00.00.00.00	ISS a Recolher Orleans	A	F	(335,35)	335,35	1.647,39	(1.647,39)
2.1.8.8.1.01.08.58.00.00.00.00	ISS a Recolher Xavantina	A	F	0,00	0,00	57,23	(57,23)
2.1.8.8.1.01.08.61.00.00.00.00	ISS a Recolher Lontres	A	F	(172,84)	172,84	205,11	(205,11)
2.1.8.8.1.01.08.62.00.00.00.00	ISS a Recolher Dona Emma	A	F	(156,02)	156,02	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.65.00.00.00.00	ISS a Recolher Águas Mornas	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.66.00.00.00.00	ISS a Recolher Curitiba	A	F	0,00	2.241,57	2.241,57	0,00
2.1.8.8.1.01.08.68.00.00.00.00	ISS a Recolher Petrolândia	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.69.00.00.00.00	ISS a Recolher Angelina	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 2

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.1.8.8.1.01.08.70.00.00.00.00	ISS a Recolher Herval D'Oeste	A	F	0,00	158,46	158,46	0,00
2.1.8.8.1.01.08.71.00.00.00.00	ISS a Recolher Leoberto Leal	A	F	0,00	0,00	97,95	(97,95)
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00.00.00	Pensão alimentícia	A	F	0,00	3.300,00	3.300,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00.00.00	Outros consignatários	S	F	(0,83)	4.087,66	4.087,66	(0,83)
2.1.8.8.1.01.99.01.00.00.00.00	REDEBENEFÍCIOS	A	F	(0,83)	4.087,66	4.087,66	(0,83)
2.1.8.8.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros valores restituíveis	S	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.99.99.00.00.00.00.00	Outros valores restituíveis	S	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.99.99.01.00.00.00.00	DCC para importação de produtos	A	F	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.9.0.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo	S		0,00	8.944,06	8.944,06	0,00
2.1.8.9.1.00.00.00.00.00.00.00	Outras obrigações a curto prazo - consolidação	S		0,00	8.944,06	8.944,06	0,00
2.1.8.9.1.02.00.00.00.00.00.00	Diárias a pagar	A	F	0,00	4.640,00	4.640,00	0,00
2.1.8.9.1.03.00.00.00.00.00.00	Suprimentos de fundos a pagar	A	F	0,00	4.304,06	4.304,06	0,00
2.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Patrimônio líquido	S		(17.056.312,39)	0,00	0,00	(17.056.312,39)
2.3.7.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Resultados acumulados	S		(17.056.312,39)	0,00	0,00	(17.056.312,39)
2.3.7.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados	S		(17.056.312,39)	0,00	0,00	(17.056.312,39)
2.3.7.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits acumulados - consolidação	S		(17.056.312,39)	0,00	0,00	(17.056.312,39)
2.3.7.1.1.02.00.00.00.00.00.00	Superávits ou déficits de exercícios anteriores	A	P	(17.056.312,39)	0,00	0,00	(17.056.312,39)



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 3

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Variação patrimonial diminutiva	S		7.222.307,90	5.022.866,62	0,00	12.245.174,52
3.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Pessoal e encargos	S		739.249,36	394.537,33	0,00	1.133.786,69
3.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal	S		524.810,14	280.076,54	0,00	804.886,68
3.1.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS	S		524.810,14	280.076,54	0,00	804.886,68
3.1.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Remuneração a pessoal ativo civil - abrangidos pelo RGPS - consolidação	S		524.810,14	280.076,54	0,00	804.886,68
3.1.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil - RGPS	S		478.893,36	254.189,04	0,00	733.082,40
3.1.1.2.1.01.01.00.00.00.00.00	Vencimentos e salários	A		450.564,88	212.659,76	0,00	663.224,64
3.1.1.2.1.01.21.00.00.00.00.00	Férias vencidas e proporcionais	A		21.246,36	31.146,96	0,00	52.393,32
3.1.1.2.1.01.24.00.00.00.00.00	Férias - abono constitucional	A		7.082,12	10.382,32	0,00	17.464,44
3.1.1.2.1.04.00.00.00.00.00.00	Contratação por tempo determinado	S		45.916,78	25.887,50	0,00	71.804,28
3.1.1.2.1.04.25.00.00.00.00.00	Obrigações patronais	A		10.322,37	5.819,66	0,00	16.142,03
3.1.1.2.1.04.99.00.00.00.00.00	Outras contratações por tempo determinado	A		35.594,41	20.067,84	0,00	55.662,25
3.1.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais	S		138.879,07	73.714,82	0,00	212.593,89
3.1.2.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS	S		138.879,07	73.714,82	0,00	212.593,89
3.1.2.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Encargos patronais - RGPS - consolidação	S		138.879,07	73.714,82	0,00	212.593,89
3.1.2.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Contribuições previdenciárias - INSS	A		92.699,57	53.379,69	0,00	146.079,26
3.1.2.2.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros encargos patronais - RGPS	A		46.179,50	20.335,13	0,00	66.514,63
3.1.3.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal	S		75.560,15	40.745,97	0,00	116.306,12
3.1.3.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS	S		75.560,15	40.745,97	0,00	116.306,12
3.1.3.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Benefícios a pessoal - RGPS - consolidação	A		75.560,15	40.745,97	0,00	116.306,12
3.3.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	S		6.475.173,33	4.626.410,18	0,00	11.101.583,51
3.3.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Uso de material de consumo	S		3.380.680,90	498.350,49	0,00	3.879.031,39
3.3.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Consumo de material	S		3.380.680,90	498.350,49	0,00	3.879.031,39
3.3.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Consumo de material - consolidação	S		3.380.680,90	498.350,49	0,00	3.879.031,39
3.3.1.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Combustíveis e lubrificantes automotivos	A		7.691,56	6.036,16	0,00	13.727,72
3.3.1.1.1.06.00.00.00.00.00.00	Gêneros alimentação	A		542,00	0,00	0,00	542,00
3.3.1.1.1.16.00.00.00.00.00.00	Material de expediente	A		3.407,60	228,78	0,00	3.636,38
3.3.1.1.1.21.00.00.00.00.00.00	Material de copa e cozinha	A		55,95	0,00	0,00	55,95
3.3.1.1.1.22.00.00.00.00.00.00	Material de limpeza e produtos de higienização	A		1.098,55	906,00	0,00	2.004,55
3.3.1.1.1.26.00.00.00.00.00.00	Material elétrico e eletrônico	A		424.829,69	490.829,55	0,00	915.659,24
3.3.1.1.1.28.00.00.00.00.00.00	Material de proteção e segurança	A		2.851.735,06	0,00	0,00	2.851.735,06
3.3.1.1.1.39.00.00.00.00.00.00	Material para manutenção de veículos	A		2.450,81	350,00	0,00	2.800,81
3.3.1.1.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros materiais de consumo	A		88.869,68	0,00	0,00	88.869,68
3.3.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços	S		3.094.492,43	4.128.059,69	0,00	7.222.552,12
3.3.2.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Diárias	S		7.650,00	4.640,00	0,00	12.290,00
3.3.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Diárias - consolidação	S		7.650,00	4.640,00	0,00	12.290,00
3.3.2.1.1.01.00.00.00.00.00.00	Diárias pessoal civil	S		7.650,00	4.640,00	0,00	12.290,00
3.3.2.1.1.01.01.00.00.00.00.00	Diárias - pessoal civil - no país	A		7.650,00	4.640,00	0,00	12.290,00
3.3.2.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PF	S		26.628,68	14.588,27	0,00	41.216,95
3.3.2.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PF - consolidação	S		26.628,68	14.588,27	0,00	41.216,95
3.3.2.2.1.16.00.00.00.00.00.00	Estagiários	A		19.056,64	10.802,25	0,00	29.858,89
3.3.2.2.1.21.00.00.00.00.00.00	Locações	S		7.572,04	3.786,02	0,00	11.358,06
3.3.2.2.1.21.01.00.00.00.00.00	Locação de imóveis	A		7.572,04	3.786,02	0,00	11.358,06
3.3.2.3.0.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ	S		3.060.213,75	4.108.831,42	0,00	7.169.045,17
3.3.2.3.1.00.00.00.00.00.00.00	Serviços terceiros - PJ - consolidação	S		3.060.213,75	4.108.831,42	0,00	7.169.045,17
3.3.2.3.1.04.00.00.00.00.00.00	Comunicação	A		52.335,74	23.606,82	0,00	75.942,56
3.3.2.3.1.06.00.00.00.00.00.00	Manutenção e conservação	A		2.245.887,87	3.665.203,75	0,00	5.911.091,62
3.3.2.3.1.07.00.00.00.00.00.00	Serviços de apoio	A		4.425,50	4.624,51	0,00	9.050,01
3.3.2.3.1.08.00.00.00.00.00.00	Serviços de água e esgoto, energia elétrica, gás e outros.	A		3.762,08	2.329,15	0,00	6.091,23
3.3.2.3.1.10.00.00.00.00.00.00	Locações	A		8.924,56	4.462,28	0,00	13.386,84
3.3.2.3.1.11.00.00.00.00.00.00	Serviços relacionados a tecnologia da informação	A		82.164,01	49.338,14	0,00	131.502,15
3.3.2.3.1.29.00.00.00.00.00.00	Seguros em geral	A		1.840,00	0,00	0,00	1.840,00
3.3.2.3.1.32.00.00.00.00.00.00	Serviços bancários	A		1.993,82	1.709,55	0,00	3.703,37
3.3.2.3.1.46.00.00.00.00.00.00	Serviços gráficos e editoriais	A		630,00	0,00	0,00	630,00
3.3.2.3.1.51.00.00.00.00.00.00	Serviços técnicos profissionais	A		5.856,42	29.585,70	0,00	35.442,12
3.3.2.3.1.54.00.00.00.00.00.00	Locação de mão-de-obra	A		35.818,88	18.664,33	0,00	54.483,21
3.3.2.3.1.99.00.00.00.00.00.00	Outros serviços terceiros - PJ	A		616.574,87	309.307,19	0,00	925.882,06
3.7.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Tributárias	S		7.885,21	1.919,11	0,00	9.804,32
3.7.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	S		7.868,79	1.914,55	0,00	9.783,34
3.7.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Impostos	S		6.415,71	0,00	0,00	6.415,71
3.7.1.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Impostos - consolidação	S		6.415,71	0,00	0,00	6.415,71
3.7.1.1.1.05.00.00.00.00.00.00	IPTU	A		6.415,71	0,00	0,00	6.415,71
3.7.1.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Taxas	S		1.453,08	1.914,55	0,00	3.367,63

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net

Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:20:40

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Página 3

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
3.7.1.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Taxas - consolidação	S		1.453,08	1.914,55	0,00	3.367,63
3.7.1.2.1.01.00.00.00.00.00.00	Taxas pelo exercício do poder de polícia	A		1.453,08	1.914,55	0,00	3.367,63
3.7.2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições	S		16,42	4,56	0,00	20,98
3.7.2.1.0.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais	S		16,42	4,56	0,00	20,98
3.7.2.1.1.00.00.00.00.00.00.00	Contribuições sociais - consolidação	S		16,42	4,56	0,00	20,98
3.7.2.1.1.02.00.00.00.00.00.00	PIS/PASEP	A		16,42	4,56	0,00	20,98



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Página 8

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Entidade(s): 15907

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não Indicador de Superávit: Todos

Loa: 2021 Período: Março a Março

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
8.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Controles credores	S		(11.810.295,21)	11.533.104,40	15.046.434,64	(15.323.625,45)
8.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução dos atos potenciais	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução dos atos potenciais passivos	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.3.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução de obrigações contratuais	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.3.1.00.00.00.00.00.00	Execução de obrigações -consolidação	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.3.1.02.00.00.00.00.00	Contratos de serviços	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.3.1.02.01.00.00.00.00	A executar	S		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.1.2.3.1.02.01.00.00.21.00	Globalbot Tecnologia Ltda	A		0,00	0,00	18.680,00	(18.680,00)
8.2.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução da administração financeira	S		(11.810.295,21)	11.533.104,40	15.027.754,64	(15.304.945,45)
8.2.1.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução das disponibilidades por destinação	S		(11.810.295,21)	11.533.104,40	15.027.754,64	(15.304.945,45)
8.2.1.1.0.0.00.00.00.00.00.00	Execução da disponibilidade de recursos	S		(11.810.295,21)	11.533.104,40	15.027.754,64	(15.304.945,45)
8.2.1.1.1.00.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos	S		17.899.366,80	1.267.950,93	3.838.206,27	15.329.111,46
8.2.1.1.1.01.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos - disponível	A		17.899.366,80	1.267.950,93	3.838.206,27	15.329.111,46
8.2.1.1.1.02.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos - créditos	A		0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.1.1.2.00.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por empenho	A		(21.891.371,29)	5.366.726,71	1.268.254,99	(17.792.899,57)
8.2.1.1.3.00.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos comprometida por liquidação e entradas compensatórias	S		(336.666,21)	4.898.122,70	5.254.435,73	(692.979,24)
8.2.1.1.3.01.00.00.00.00.00	Comprometida por liquidação	A		(240.284,14)	4.735.366,02	5.023.474,74	(528.392,86)
8.2.1.1.3.02.00.00.00.00.00	Comprometida por consignações/retenções	A		(96.382,07)	162.756,68	230.960,99	(164.586,38)
8.2.1.1.3.03.00.00.00.00.00	Comprometida por entradas compensatórias	A		0,00	0,00	0,00	0,00
8.2.1.1.4.00.00.00.00.00.00	Disponibilidade por destinação de recursos utilizada	A		(7.481.624,51)	304,06	4.666.857,65	(12.148.178,18)

Ativo	14.183.298,55	Passivo	17.749.291,65
VPD	12.245.174,52	VPA	8.679.181,42
Contr. da Exec. do Plan. e Orçamento	117.376.590,19	Contr. da Aprov. do Plan. e Orçamento	117.376.590,19
Controlle Credores	15.323.625,45	Controlle Devedores	15.323.625,45
Total	159.128.688,71	Total	159.128.688,71

Publicação Nº 3004108



27/04/2021 15:21:10 -03:00

BALANÇO FINANCEIRO - TC 05

Publicação Nº 3004109

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-05 Balanço Financeiro
Período de Referência: Março / 2021

Pag 1 / 2

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		8.175.372,21	38.333.476,77
Ordinária		8.173.967,82	23.444.727,14
Vinculada		1.404,39	14.888.749,63
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		12.249.852,19	18.844.855,89
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		11.213.105,26	13.509.028,30
Inscrição de Restos a Pagar Processados		522.058,29	539.561,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		514.688,64	4.796.266,35
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		9.981.308,30	7.021.400,71
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.129.573,24	7.021.400,71
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.851.735,06	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		30.406.532,70	64.199.733,37

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		16.575.526,83	48.366.181,16
Ordinária		6.466.926,83	25.666.532,88
Vinculada		10.108.600,00	22.699.648,28
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		10.674.238,50	5.852.243,91
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		6.899.079,42	3.690.635,45
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		539.561,24	152.268,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.235.597,84	2.009.339,98
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		3.156.767,37	9.981.308,30

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1491103-138-DNPYZKYDROVR-1 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:21:55 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-05 Balanço Financeiro

Período de Referência: Março / 2021



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.156.767,37	7.129.573,24
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	2.851.735,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		30.406.532,70	64.199.733,37

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA. Data Emissão 27/04/2021, Hora emissão 15:22:06

Notas:

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - TC 08

Publicação Nº 3004110

Pag 1 / 2

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

LOA: 2021 Dotação: Período: Março

Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Despesas		
	Orçado	Suplementado	Anulado	Total	Valor/Mês	Acumulado
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33000000000000000000 - Despesas correntes	49.050.000,00	3.328.000,65	0,00	52.378.000,65	884.542,02	16.529.429,76
33100000000000000000 - Pessoal e encargos sociais	4.673.500,00	16.306,74	0,00	4.689.806,74	310.645,50	1.018.579,12
33190000000000000000 - Aplicações diretas	4.673.500,00	16.306,74	0,00	4.689.806,74	310.645,50	1.018.579,12
33190040000000000000 - Contratação por tempo determinado	0,00	0,00	0,00	0,00	25.887,50	71.804,28
33190040400000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.819,66	16.142,03
33190049900000000000 - Outros serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	20.067,84	55.662,25
33190100000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	0,00	0,00	0,00	220.742,64	733.082,40
33190110000000000000 - Vencimentos e salários	0,00	0,00	0,00	0,00	212.659,76	663.224,64
33190114500000000000 - Férias - abono constitucional	0,00	0,00	0,00	0,00	17.464,44	17.464,44
33190114600000000000 - Férias - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	6.062,16	52.393,32
33190130000000000000 - Obrigações patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	64.015,36	212.593,89
33190130100000000000 - FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	17.659,42	66.514,63
33190130200000000000 - Contribuições previdenciárias - INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	46.355,94	146.079,26
33190300000000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098,55
33190302200000000000 - Material limpeza e produtos de higienização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.098,55
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	44.376.500,00	3.311.693,91	0,00	47.688.193,91	573.896,52	15.510.850,64
33390000000000000000 - Aplicações diretas	44.376.500,00	3.311.693,91	0,00	47.688.193,91	573.896,52	15.510.850,64
33390140000000000000 - Diárias - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	4.640,00	12.290,00
33390140000000000000 - Diárias no país - civil	0,00	0,00	0,00	0,00	4.640,00	12.290,00
33390180000000000000 - Auxílio financeiro a estudantes	0,00	0,00	0,00	0,00	10.802,25	29.858,89
33390189900000000000 - Outros auxílios financeiros a estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	10.802,25	29.858,89
33390189900000000000 - Material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	282.192,08	2.317.715,45
33390300000000000000 - Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	38.658,95
33390300700000000000 - Gêneros de alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542,00
33390301600000000000 - Material de expediente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.052,30
33390301700000000000 - Material de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	579,94	579,94
33390302100000000000 - Material de copa e cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,95
33390302200000000000 - Material limpeza e produtos de higienização	0,00	0,00	0,00	0,00	162,00	1.073,98
33390302500000000000 - Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	0,00	0,00	266.100,14	1.097.507,36
33390303900000000000 - Material para manutenção de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	350,00	2.800,81
33390309600000000000 - Materiais de consumo - pago antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.444,16
33390309900000000000 - Outros materiais de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00
33390360000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.074,18
33390361500000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.074,18
33390370000000000000 - Locação de mão-de-obra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.811,87
33390370100000000000 - Apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.194,82
33390370200000000000 - Limpeza e conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.617,05
33390390000000000000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	216.020,20	12.240.858,48
33390390500000000000 - Serviços técnicos profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.635,68

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WPR v2013.01

Identificador: WPR1221101-138-VKFLPAGUJTG-3 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:22:13 -03:00

Pag 2 / 2

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-08 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada
LOA: 2021 Dotação: Período: Março
Valor: Empenhado



Conta	Créditos			Total	Despesas	
	Orçado	Suplementado	Anulado		Valor/Mês	Saldo
Órgão: 01 - CONSÓRCIO PÚBLICO						
33390391000000000000 - Locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.256,22
33390391500000000000 - Limpeza de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900,00
33390391900000000000 - Manutenção e conservação de veículos	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	1.187,87
33390392100000000000 - Manutenção e conservação de estradas e vias	0,00	0,00	0,00	0,00	142.290,24	10.898.911,03
33390394300000000000 - Serviços de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	95,18	17.695,18
33390394700000000000 - Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
33390394800000000000 - Serviços de seleção e treinamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	399,00
33390395100000000000 - Serviços de análises e pesquisas científicas	0,00	0,00	0,00	0,00	53.420,00	58.179,12
33390396900000000000 - Seguros em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.840,00
33390398100000000000 - Serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.250,00
33390399600000000000 - Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.626,64
33390399900000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	16.438,84	868.977,74
33390400000000000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	18.193,01	644.716,93
33390400100000000000 - Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	18.680,00	65.200,76
33390400400000000000 - Comunicação de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	(486,99)	22.942,61
33390400500000000000 - Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.869,23
33390400800000000000 - Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	385.477,93
33390401200000000000 - Serviços relacionados a computação em nuvem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.226,40
33390460000000000000 - Auxílio-alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	41.001,43	116.561,58
33390460100000000000 - Auxílio-alimentação em pecúnia	0,00	0,00	0,00	0,00	41.001,43	116.561,58
33390470000000000000 - Obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047,55	22.963,26
33390470200000000000 - Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.415,71
33390471000000000000 - Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	1.047,55	15.547,55
33390471200000000000 - Contribuição para o PIS/PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
34000000000000000000 - Despesas de capital	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	39.852,88	903.902,93
34400000000000000000 - Investimentos	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	39.852,88	903.902,93
34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	39.852,88	903.902,93
34490520000000000000 - Equipamentos e material permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	39.852,88	46.097,07
34490520600000000000 - Aparelhos e equipamentos de comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.265,00
34490521200000000000 - Aparelhos e utensílios domésticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	434,19
34490523000000000000 - Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	0,00	0,00	249,98	0,00
34490523300000000000 - Equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	0,00	0,00	12.867,00	0,00
34490523400000000000 - Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	3.020,00	0,00
34490523500000000000 - Equipamentos de processamento de dados	0,00	0,00	0,00	0,00	6.757,98	0,00
34490524200000000000 - Mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	16.957,92	0,00
Total Órgão	50.000.000,00	3.328.000,65	0,00	53.328.000,65	924.394,90	36.752.473,82
Total Geral	50.000.000,00	3.328.000,65	0,00	53.328.000,65	924.394,90	36.752.473,82

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1221101-138-VKPEIPAGOUTIG-3 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:22:13 -03:00

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA - TC 10

Publicação Nº 3004111

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 1

Prestação de Contas

Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Orçado Atualizado: Não Período: Janeiro até Março de 2021

Lei 4320/64 Artigo 101

Títulos	Conta	Receita		Diferença	
		Receita Orçada	Realizada	Para Mais(+)	Para Menos(-)
Receitas correntes	100000000000000000	49.370.000,00	8.005.038,86		41.364.961,14
Receita patrimonial	130000000000000000	55.500,00	2.540,80		52.959,20
Valores mobiliários	132000000000000000	40.500,00	2.540,80		37.959,20
Juros e correções monetárias	132100000000000000	40.500,00	2.540,80		37.959,20
Cessão de direitos	136000000000000000	15.000,00	0,00		15.000,00
Transferências correntes	170000000000000000	49.314.500,00	8.002.018,79		41.312.481,21
Transferências da união e de suas entidades	171000000000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Transferências da união - específica e/m	171800000000000000	1.000,00	0,00		1.000,00
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	172000000000000000	38.500.000,00	0,00		38.500.000,00
Transferências dos estados - específica e/m	172800000000000000	38.500.000,00	0,00		38.500.000,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	173000000000000000	10.813.500,00	8.002.018,79		2.811.481,21
Transferências dos municípios - específica e/m	173800000000000000	10.813.500,00	8.002.018,79		2.811.481,21
Outras receitas correntes	190000000000000000	0,00	479,27	479,27	
Indenizações, restituições e ressarcimentos	192000000000000000	0,00	479,27	479,27	
Restituições	192200000000000000	0,00	479,27	479,27	
Receitas de capital	200000000000000000	630.000,00	170.333,35		459.666,65
Transferências de capital	240000000000000000	630.000,00	170.333,35		459.666,65
Transferências dos municípios e de suas entidades	243000000000000000	630.000,00	170.333,35		459.666,65
Transferências dos municípios - de suas entidades	243800000000000000	630.000,00	170.333,35		459.666,65
Total Geral		50.000.000,00	8.175.372,21		41.824.627,79

Data de Emissão: 27/04/2021

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA - TC 03

Publicação Nº 3004112

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-03 Conciliação Bancária
Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5

Saldo da Contabilidade	27.660,50	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	27.660,50	Saldo de Extrato	27.660,50
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			
0,00			
Total (III)			
0,00			
Diferença Geral (I - II + III)			
0,00			

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7

Saldo da Contabilidade	439.199,27	Saldo de Aplicação	439.199,27
Saldo Conciliado	439.199,27	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7

Saldo da Contabilidade	1.130.935,97	Saldo de Aplicação	1.130.935,97
Saldo Conciliado	1.130.935,97	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
	Descrição		Descrição
	Valor		Valor
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8

Saldo da Contabilidade	85.188,60	Saldo de Aplicação	85.188,60
Saldo Conciliado	85.188,60	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Data			Documento
Descrição			Valor
Total (III)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

111111900011000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5

Saldo da Contabilidade	132.264,90	Saldo de Aplicação	132.264,90
Saldo Conciliado	132.264,90	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X

Saldo da Contabilidade	1.064.448,64	Saldo de Aplicação	1.064.448,64
Saldo Conciliado	1.064.448,64	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8

Saldo da Contabilidade	105.684,05	Saldo de Aplicação	105.684,05
Saldo Conciliado	105.684,05	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis		Pendências Bancárias	
Data	Documento	Data	Documento
	Descrição		Descrição
	Valor		Valor
Total (II)		Total (III)	
0,00		0,00	
Diferença Geral (I - II + III)			
		0,00	

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000114000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 02 conta 28852-7

Saldo da Contabilidade	64.579,46	Saldo de Aplicação	0,00
Saldo Conciliado	64.579,46	Saldo de Extrato	64.579,46
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Data			Documento
Descrição			Valor
Total (III)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Prestação de Contas

AN TC-03 Conciliação Bancária

Período: 01/03/2021 até 31/03/2021



Banco : Agência:

1111119000115000000 - B.Brasil - Convênio Projeto Novos Rumos conta 28927-2

Saldo da Contabilidade	106.805,98	Saldo de Aplicação	106.805,98
Saldo Conciliado	106.805,98	Saldo de Extrato	0,00
		Diferença conciliação (I)	0,00
Pendências Contábeis			
Pendências Bancárias			
Data	Documento	Descrição	Valor
Total (II)			0,00
Data			Documento
Descrição			Valor
Total (III)			0,00
Diferença Geral (I - II + III)			0,00

Florianópolis, 31 de março de 2021

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS - TC 06

Publicação Nº 3004114



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2021 Período: Março

Pág 1 / 5

Conta	Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária		
40000000000000000000	Receita Orçamentária	3.494.650,24 8.175.372,21
41000000000000000000	Receitas correntes	3.419.966,90 8.005.038,86
41300000000000000000	Receita patrimonial	1.502,69 2.540,80
41320000000000000000	Valores mobiliários	1.502,69 2.540,80
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	1.502,69 2.540,80
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	1.502,69 2.540,80
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	1.502,69 2.540,80
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários Licitação Compartilhada	451,62 579,40
41321001102000000000	Remuneração Dep. Bancários - Aplicação Direta para Aquisição de Bens e Serviços	419,49 541,38
41321001104000000000	Remuneração Dep. Bancários - Transferências de Estados a Consórcios Públicos	620,88 1.404,39
41321001105000000000	Remuneração Dep. Bancários - Recursos. não vinculados-outros	10,70 15,63
41700000000000000000	Transferências correntes	3.417.984,94 8.002.018,79
41730000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	3.417.984,94 8.002.018,79
41738000000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m	3.417.984,94 8.002.018,79
41738020000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	3.417.984,94 8.002.018,79
41738021000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	3.417.984,94 8.002.018,79
41738021100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos - principal	3.417.984,94 8.002.018,79
41738021101000000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - Licitação Compartilhada	494.031,67 1.107.788,66
4173802110110010000	Abdon Batista - LICITAÇÃO COMPARTILHADAS	2.470,00 7.410,00
4173802110110020000	Abelardo Luz - Licitação Compartilhada	13.110,00 13.110,00
4173802110110030000	Agrolândia - Licitação Compartilhada	3.230,00 9.690,00
4173802110110050000	Água Doce - Licitação Compartilhada	2.850,00 8.550,00
4173802110110080000	Águas Mornas - Licitação Compartilhada	7.410,00 7.410,00
4173802110110100000	Alto Bela vista - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110140000	Anitápolis - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110150000	Antônio Carlos - Licitação Compartilhada	2.850,00 8.550,00
4173802110110210000	Arroio Trinta - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110230000	Ascurra - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110420000	Bom Jesus - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110460000	Botuverá - Licitação Compartilhada	0,00 3.375,66
4173802110110480000	Braço do Trombudo - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110490000	Brunópolis - Licitação Compartilhada	4.940,00 7.410,00
4173802110110530000	Calmon - Licitação Compartilhada	7.410,00 7.410,00
4173802110110540000	Camboriú - Licitação Compartilhada	8.170,00 8.170,00
4173802110110580000	Campos Novos - Licitação Compartilhada	5.510,00 16.530,00
4173802110110610000	Capão Alto - Licitação Compartilhada	1.729,00 1.729,00
4173802110110620000	Capinzal - Licitação Compartilhada	4.750,00 14.250,00
4173802110110640000	Catanduvas - Licitação Compartilhada	6.460,00 12.920,00
4173802110110660000	Celso Ramos - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110670000	Cerro Negro - Licitação Compartilhada	4.363,66 4.363,66
4173802110110700000	Cocal do Sul - Licitação Compartilhada	3.990,00 11.970,00
4173802110110740000	Coronel Martins - Licitação Compartilhada	4.940,00 9.880,00
4173802110110750000	Correia Pinto - Licitação Compartilhada	31.331,00 31.331,00
4173802110110800000	Curitibanos - Licitação Compartilhada	5.890,00 17.670,00
4173802110110830000	Dona Emma - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110850000	Entre Rios - Licitação Compartilhada	2.470,00 6.422,00
4173802110110870000	Erval Velho - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110110880000	Faxinal dos Guedes - Licitação Compartilhada	3.230,00 9.690,00
4173802110110930000	Fraiburgo - Licitação Compartilhada	5.510,00 16.530,00
4173802110110940000	Frei Rogério - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110111040000	Guaramirim - Licitação Compartilhada	8.987,00 8.987,00
4173802110111060000	Guatambú - Licitação Compartilhada	5.700,00 8.550,00
4173802110111070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	4.370,00 13.110,00
4173802110111080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110111090000	Ibicaré - Licitação Compartilhada	2.470,00 7.410,00
4173802110111100000	Içara - Licitação Compartilhada	13.078,33 13.078,33

IPM Sistemas Ltda
Atende: Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1071101-138-TUUGTPDVWHFSQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:23:45 -03:00





CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2021 Período: Março

Pág 2 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
417380211011170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
417380211011180000	Ipira - licitação Compartilhada	6.010,34	6.010,34
417380211011120000	Ipuaçu - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	3.230,00	9.690,00
4173802110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	3.230,00	9.690,00
4173802110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110111300000	Imaruí - Licitação Compartilhada	8.550,00	17.486,34
4173802110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	0,00	14.250,00
4173802110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111350000	Jaguaruna - Licitação Compartilhada	12.964,34	12.964,34
4173802110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	15.390,00	15.390,00
4173802110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	11.400,00	34.200,00
4173802110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111460000	Laurentino - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	3.230,00	9.690,00
4173802110111490000	Leoberto Leal - Licitação Compartilhada	4.940,00	9.880,00
4173802110111500000	Líndia do Sul - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	3.230,00	9.690,00
4173802110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	0,00	29.640,00
4173802110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111640000	Mirim Doce - Licitação Compartilhada	2.470,00	2.470,00
4173802110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	2.850,00	2.850,00
4173802110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	0,00	26.220,00
4173802110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	3.610,00	10.830,00
4173802110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	13.110,00	13.110,00
4173802110111780000	Otacílio Costa - Licitação Compartilhada	4.370,00	10.633,66
4173802110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	7.410,00	7.410,00
4173802110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	4.940,00	7.410,00
4173802110111940000	Peritiba - Licitações Compartilhadas	2.470,00	7.410,00
4173802110111960000	Petrolândia - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	38.760,00
4173802110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	7.410,00	7.410,00
4173802110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112160000	Rio do Campo - Licitação Compartilhada	2.964,00	2.964,00
4173802110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	3.230,00	9.690,00
4173802110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	5.890,00	17.670,00
4173802110112260000	Salete - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	7.410,00	7.410,00
4173802110112300000	Santa Cecília - Licitação Compartilhada	3.610,00	10.830,00
4173802110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112390000	São Bernardino - Licitação Compartilhada	2.470,00	4.940,00
4173802110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112420000	São Cristovão do Sul - Licitação Compartilhada	2.470,00	5.269,33
4173802110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	20.520,00	20.520,00
4173802110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112610000	Seara - Licitação Compartilhada	12.673,00	12.673,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2021 Período: Março

Pág 3 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4173802110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112760000	Treze Tilias - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112770000	Trombudo Central - Licitação Compartilhada	741,00	741,00
4173802110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	3.230,00	6.460,00
4173802110112830000	Urupema - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	2.470,00	9.880,00
4173802110112870000	Vargem Bonita - Licitação Compartilhada	2.850,00	8.550,00
4173802110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	0,00	21.090,00
4173802110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	0,00	19.950,00
4173802110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	2.470,00	7.410,00
4173802110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	20.520,00	20.520,00
4173802110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	7.410,00	7.410,00
4173802110300000000	Aquisição de Bens e Serviços para Entes da Federação Consorciados	2.923.953,27	6.894.230,13
4173802110301000000	Serviços Urbanos e Ambientais	162.418,50	255.898,50
4173802110302000000	Serviços e Materiais Elétricos	883.018,88	1.818.235,23
4173802110303000000	Serviços de Telefonia Móvel	37.459,46	88.098,93
4173802110304000000	Outras Ações Multifinalitárias de Interesse Comum	1.841.056,43	4.731.997,47
4190000000000000000	Outras receitas correntes	479,27	479,27
4192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	479,27	479,27
4192200000000000000	Restituições	479,27	479,27
4192299000000000000	Outras restituições	479,27	479,27
4192299100000000000	Outras restituições	479,27	479,27
4192299110000000000	Outras restituições - principal	479,27	479,27
4200000000000000000	Receitas de capital	74.683,34	170.333,35
4240000000000000000	Transferências de capital	74.683,34	170.333,35
4243000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	74.683,34	170.333,35
4243800000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	74.683,34	170.333,35
4243801000000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	74.683,34	170.333,35
4243801100000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos	74.683,34	170.333,35
4243801110000000000	Transferências de municípios a consórcios públicos - principal	74.683,34	170.333,35
4243801110100000000	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos - Licitação Compartilhada	74.683,34	170.333,35
4243801110100010000	Abdon Batista - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110020000	Abelardo Luz - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110110030000	Agrolândia - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110050000	Água doce - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110080000	Águas Mornas - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110110100000	Alto Bela vista - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110140000	Anitápolis - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110150000	Antônio Carlos - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110210000	Arroio Trinta - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110230000	Ascurra - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110420000	Bom Jesus - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110460000	Botuverá - Licitação Compartilhada	0,00	683,34
4243801110110480000	Braço do Trombudo - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110490000	Brunópolis - Licitação Compartilhada	1.000,00	1.500,00
4243801110110530000	Calmon - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110110540000	Camboriú - Licitação Compartilhada	500,00	500,00
4243801110110580000	Campos Novos - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110610000	Capão Alto - Licitação Compartilhada	350,00	350,00
4243801110110620000	Capinzal - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110640000	Catanduvas - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.000,00
4243801110110660000	Celso Ramos - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110670000	Cerro Negro - Licitação Compartilhada	883,34	883,34
4243801110110700000	Cocal do Sul - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110740000	Coronel Martins - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.000,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Prestação de Contas
AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
LOA: 2021 Período: Março

Pág 4 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4243801110110750000	Correia Pinto - Licitação Compartilhada	4.850,00	4.850,00
4243801110110800000	Curitibanos - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110830000	Dona Emma - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110850000	Entre Rios - Licitação Compartilhada	500,00	1.300,00
4243801110110870000	Erval Velho - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110880000	Faxinal dos Guedes - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110930000	Fraiburgo - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110110940000	Frei Rogério - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111040000	Guaramirim - Licitação Compartilhada	716,67	716,67
4243801110111060000	Guatambú - Licitação Compartilhada	1.000,00	1.500,00
4243801110111070000	Herval D'Oeste - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111080000	Ibiam - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111090000	Ibicaré - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111100000	Içara - Licitação Compartilhada	983,34	983,34
4243801110111130000	Imaruí - Licitação Compartilhada	1.500,00	2.883,33
4243801110111170000	Iomerê - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111180000	Ipira - Licitação Compartilhada	1.216,66	1.216,66
4243801110111200000	Ipuacu - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111210000	Ipumirim - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111230000	Irani - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111250000	Irineópolis - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111260000	Itá - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111310000	Itapoá - Licitação Compartilhada	0,00	1.500,00
4243801110111330000	Jaborá - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111350000	Jaguaruna - Licitação Compartilhada	1.483,33	1.483,33
4243801110111380000	Joaçaba - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110111420000	Lacerdópolis - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111430000	Lages - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111450000	Lajeado Grande - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111460000	Laurentino - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111480000	Lebon Régis - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111490000	Leoberto Leal - Licitação Compartilhada	1.000,00	2.000,00
4243801110111500000	Lindoia do Sul - Licitações compartilhadas	500,00	1.500,00
4243801110111510000	Lontras - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111530000	Luzerna - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110111540000	Macieira - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111620000	Matos Costa - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111640000	Mirim Doce - Licitação Compartilhada	500,00	500,00
4243801110111670000	Monte Carlo - Licitação Compartilhada	500,00	500,00
4243801110111680000	Monte Castelo - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111690000	Morro da Fumaça - Licitação Compartilhada	0,00	3.000,00
4243801110111740000	Nova Trento - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111770000	Orleans - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110111780000	Otacílio Costa - Licitação Compartilhada	500,00	1.216,67
4243801110111790000	Ouro - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111800000	Ouro Verde - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111850000	Palmeira - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110111900000	Passos Maia - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111910000	Paulo Lopes - Licitação Compartilhada	1.000,00	1.500,00
4243801110111940000	Peritiba - Licitações Compartilhadas	500,00	1.500,00
4243801110111960000	Petrolândia - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111980000	Pinheiro Preto - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110111990000	Piratuba - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112030000	Ponte Alta do Norte - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112040000	Ponte Serrada - Licitação Compartilhada	0,00	6.000,00
4243801110112090000	Presidente Castello Branco - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112140000	Rancho Queimado - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110112150000	Rio das Antas - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Prestação de Contas
 AN TC-06 Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título
 LOA: 2021 Período: Março

Pág 5 / 5

Conta		Recebido no período	Recebido até o período
Receita Orçamentária			
4243801110112160000	Rio do Campo - Licitação Compartilhada	600,00	600,00
4243801110112190000	Rio dos Cedros - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112210000	Rio Negrinho - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112260000	Salete - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112280000	Salto Veloso - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
4243801110112300000	Santa Cecilia - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112340000	Santa Terezinha - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112390000	São Bernardino - Licitação Compartilhada	500,00	1.000,00
4243801110112400000	São Bonifácio - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112420000	São Cristovão do Sul - Licitação Compartilhada	500,00	1.066,67
4243801110112430000	São Domingos - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112530000	São Lourenço do Oeste - Licitação Compartilhada	2.000,00	2.000,00
4243801110112580000	São Pedro de Alcântara - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112610000	Seara - Licitação Compartilhada	1.450,00	1.450,00
4243801110112670000	Tangará - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112720000	Timbó Grande - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112760000	Treze Tílias - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112770000	Trombudo Central - Licitação Compartilhada	150,00	150,00
4243801110112820000	Urubici - Licitação Compartilhada	500,00	1.000,00
4243801110112830000	Urupema - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112850000	Vargeão - Licitação Compartilhada	500,00	2.000,00
4243801110112870000	Vargem Bonita - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112890000	Videira - Licitação Compartilhada	0,00	1.500,00
4243801110112920000	Xanxerê - Licitação Compartilhada	0,00	1.500,00
4243801110112930000	Xavantina - Licitação Compartilhada	500,00	1.500,00
4243801110112940000	Xaxim - Licitação Compartilhada	2.000,00	2.000,00
4243801110112950000	Zortéa - Licitação Compartilhada	1.500,00	1.500,00
Total Receita		3.494.650,24	8.175.372,21
Total Geral		3.494.650,24	8.175.372,21

RAZÃO ANALÍTICO PARA CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Publicação Nº 3004115

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 1 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

9317 -1111119000101000000 - B. Brasil Sa Movimento 18.520-5 - 18520-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	27.660,19
19/03/2021		
Pagamento de Empenho		(10,39)
	Total dia 19/03/2021	(10,39)
31/03/2021		
Receita Orçamentária		10,70
	Total dia 31/03/2021	10,70
	TOTAL	27.660,50


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 2 / 13

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Razão Contábil para Conciliação - Resumido
 Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	146.901,11
01/03/2021		
Receita Orçamentária		46.880,31
	Total dia 01/03/2021	46.880,31
04/03/2021		
Pagamento de Empenho		(7.605,73)
Receita Orçamentária		3.276,89
	Total dia 04/03/2021	(4.328,84)
05/03/2021		
Pagamento de Empenho		(3.482,31)
Receita Orçamentária		35.053,99
	Total dia 05/03/2021	31.571,68
08/03/2021		
Receita Orçamentária		5.472,00
	Total dia 08/03/2021	5.472,00
09/03/2021		
Pagamento de Empenho		(6.418,45)
Receita Orçamentária		13.469,48
	Total dia 09/03/2021	7.051,03
10/03/2021		
Pagamento de Empenho		(760,00)
Pagamento de Nota Extra		(5.818,34)
Receita Orçamentária		390,00
	Total dia 10/03/2021	(6.188,34)
11/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(4.671,07)
Receita Orçamentária		3.786,23
	Total dia 11/03/2021	(884,84)
12/03/2021		
Receita Orçamentária		12.120,06
	Total dia 12/03/2021	12.120,06
15/03/2021		
Receita Orçamentária		387.974,48
	Total dia 15/03/2021	387.974,48
16/03/2021		
Receita Orçamentária		12.022,32
	Total dia 16/03/2021	12.022,32
17/03/2021		
Pagamento de Empenho		(38.100,00)
Receita Orçamentária		23.066,17
	Total dia 17/03/2021	(15.033,83)
18/03/2021		
Receita Orçamentária		6.802,78
	Total dia 18/03/2021	6.802,78
19/03/2021		
Pagamento de Empenho		(10.902,70)
Pagamento de Nota Extra		(28.758,17)
Receita Orçamentária		20.650,88
	Total dia 19/03/2021	(19.009,99)
22/03/2021		
Receita Orçamentária		46.758,45
	Total dia 22/03/2021	46.758,45
23/03/2021		
Pagamento de Empenho		(88,78)
Receita Orçamentária		85.298,13

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 3 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19963 -1111119000104000000 - B. Brasil - Ctp1 Ctr3 - 20.413-7 - 20413-7		
Data		Valor
23/03/2021		
Total dia 23/03/2021		85.209,35
24/03/2021		
Pagamento de Restos		(4.749,41)
Receita Orçamentária		34.594,17
Total dia 24/03/2021		29.844,76
25/03/2021		
Pagamento de Empenho		(1.364,98)
Receita Orçamentária		105.420,13
Total dia 25/03/2021		104.055,15
26/03/2021		
Receita Orçamentária		39.982,41
Total dia 26/03/2021		39.982,41
29/03/2021		
Pagamento de Empenho		(143,85)
Total dia 29/03/2021		(143,85)
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(477.153,63)
Pagamento de Nota Extra		(972,67)
Receita Orçamentária		269,37
Total dia 31/03/2021		(477.856,93)
TOTAL		439.199,27


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 4 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	893.008,31
01/03/2021		
Pagamento de Empenho		(23.217,02)
Receita Orçamentária		19.107,00
	Total dia 01/03/2021	(4.110,02)
02/03/2021		
Receita Orçamentária		22.104,67
	Total dia 02/03/2021	22.104,67
03/03/2021		
Pagamento de Empenho		(678,83)
Receita Orçamentária		21.550,00
	Total dia 03/03/2021	20.871,17
04/03/2021		
Pagamento de Empenho		(937,31)
Receita Orçamentária		13.234,00
	Total dia 04/03/2021	12.296,69
05/03/2021		
Pagamento de Empenho		(27.751,37)
Receita Orçamentária		61.267,00
	Total dia 05/03/2021	33.515,63
08/03/2021		
Pagamento de Empenho		(2.068,40)
Receita Orçamentária		24.103,67
	Total dia 08/03/2021	22.035,27
09/03/2021		
Pagamento de Empenho		(21.733,12)
Receita Orçamentária		39.840,00
	Total dia 09/03/2021	18.106,88
10/03/2021		
Pagamento de Empenho		(52.812,03)
Pagamento de Nota Extra		(7.384,39)
Receita Orçamentária		45.427,67
	Total dia 10/03/2021	(14.768,75)
11/03/2021		
Pagamento de Empenho		(77,62)
Pagamento de Nota Extra		(12.386,82)
Receita Orçamentária		100.260,00
	Total dia 11/03/2021	87.795,56
12/03/2021		
Receita Orçamentária		32.120,00
	Total dia 12/03/2021	32.120,00
15/03/2021		
Pagamento de Empenho		(5.700,28)
Receita Orçamentária		3.350,00
	Total dia 15/03/2021	(2.350,28)
16/03/2021		
Receita Orçamentária		23.590,00
	Total dia 16/03/2021	23.590,00
17/03/2021		
Pagamento de Empenho		(1.483,60)
Receita Orçamentária		14.540,00
	Total dia 17/03/2021	13.056,40
18/03/2021		
Receita Orçamentária		27.630,00
	Total dia 18/03/2021	27.630,00


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 5 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19965 -1111119000106000000 - B. Brasil - LICITAÇÕES COMPARTILHADAS 22436-7 - 22436-7		
Data		Valor
19/03/2021		
Pagamento de Empenho		(38.361,60)
Pagamento de Nota Extra		(14.573,32)
Receita Orçamentária		48.201,00
	Total dia 19/03/2021	(4.733,92)
22/03/2021		
Receita Orçamentária		8.910,00
	Total dia 22/03/2021	8.910,00
23/03/2021		
Pagamento de Empenho		(615,19)
Receita Orçamentária		16.689,00
	Total dia 23/03/2021	16.073,81
24/03/2021		
Pagamento de Empenho		(434,19)
Receita Orçamentária		6.700,00
	Total dia 24/03/2021	6.265,81
25/03/2021		
Pagamento de Empenho		(4.944,25)
Receita Orçamentária		3.350,00
	Total dia 25/03/2021	(1.594,25)
26/03/2021		
Pagamento de Empenho		(3.278,11)
Receita Orçamentária		2.970,00
	Total dia 26/03/2021	(308,11)
29/03/2021		
Pagamento de Empenho		(2.873,15)
	Total dia 29/03/2021	(2.873,15)
30/03/2021		
Receita Orçamentária		891,00
	Total dia 30/03/2021	891,00
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(103.729,25)
Pagamento de Nota Extra		(6.199,12)
Receita Orçamentária		33.331,62
	Total dia 31/03/2021	(76.596,75)
	TOTAL	1.130.935,97



CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

Pág 6 / 13

19967 -1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8 - 22864-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	68.094,12
01/03/2021		
Receita Orçamentária		1.054,66
	Total dia 01/03/2021	1.054,66
02/03/2021		
Receita Orçamentária		1.401,02
	Total dia 02/03/2021	1.401,02
03/03/2021		
Receita Orçamentária		1.874,29
	Total dia 03/03/2021	1.874,29
04/03/2021		
Receita Orçamentária		1.591,43
	Total dia 04/03/2021	1.591,43
08/03/2021		
Receita Orçamentária		2.533,13
	Total dia 08/03/2021	2.533,13
09/03/2021		
Pagamento de Empenho		(715,72)
	Total dia 09/03/2021	(715,72)
10/03/2021		
Receita Orçamentária		32,93
	Total dia 10/03/2021	32,93
17/03/2021		
Pagamento de Empenho		(3.241,16)
Receita Orçamentária		2.385,51
	Total dia 17/03/2021	(855,65)
18/03/2021		
Receita Orçamentária		6.511,36
	Total dia 18/03/2021	6.511,36
19/03/2021		
Receita Orçamentária		2.306,12
	Total dia 19/03/2021	2.306,12
22/03/2021		
Receita Orçamentária		4.459,45
	Total dia 22/03/2021	4.459,45
23/03/2021		
Receita Orçamentária		3.669,06
	Total dia 23/03/2021	3.669,06
24/03/2021		
Receita Orçamentária		1.394,36
	Total dia 24/03/2021	1.394,36
25/03/2021		
Receita Orçamentária		3.266,62
	Total dia 25/03/2021	3.266,62
26/03/2021		
Receita Orçamentária		1.768,15
	Total dia 26/03/2021	1.768,15
29/03/2021		
Pagamento de Empenho		(16.505,54)
Receita Orçamentária		680,50
	Total dia 29/03/2021	(15.825,04)
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(415,19)
Receita Orçamentária		3.043,50
	Total dia 31/03/2021	2.628,31

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 7 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19967 -1111119000108000000 - B. Brasil - TELEFONIA 22864-8 - 22864-8	
Data	Valor
TOTAL	85.188,60


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 8 / 13

 Gestão Patrimonial e Contábil
 Razão Contábil para Conciliação - Resumido
 Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
	Saldo Anterior	87.302,13
02/03/2021		
Pagamento de Empenho		(1.040,00)
	Total dia 02/03/2021	(1.040,00)
04/03/2021		
Receita Orçamentária		1.520,00
	Total dia 04/03/2021	1.520,00
05/03/2021		
Pagamento de Empenho		(6.310,96)
Receita Orçamentária		4.598,00
	Total dia 05/03/2021	(1.712,96)
08/03/2021		
Pagamento de Empenho		(520,00)
	Total dia 08/03/2021	(520,00)
09/03/2021		
Pagamento de Empenho		(11.495,73)
	Total dia 09/03/2021	(11.495,73)
10/03/2021		
Pagamento de Empenho		(736,78)
	Total dia 10/03/2021	(736,78)
11/03/2021		
Pagamento de Empenho		(607,56)
Pagamento de Nota Extra		(7.421,58)
	Total dia 11/03/2021	(8.029,14)
12/03/2021		
Receita Orçamentária		2.861,00
	Total dia 12/03/2021	2.861,00
15/03/2021		
Pagamento de Empenho		(443,90)
	Total dia 15/03/2021	(443,90)
16/03/2021		
Receita Orçamentária		16.758,00
	Total dia 16/03/2021	16.758,00
17/03/2021		
Receita Orçamentária		17.290,00
	Total dia 17/03/2021	17.290,00
18/03/2021		
Pagamento de Empenho		(195,90)
Receita Orçamentária		24.168,00
	Total dia 18/03/2021	23.972,10
19/03/2021		
Pagamento de Empenho		(16.502,62)
Pagamento de Nota Extra		(7.414,62)
Receita Orçamentária		8.170,00
	Total dia 19/03/2021	(15.747,24)
22/03/2021		
Pagamento de Empenho		(49,64)
Receita Orçamentária		11.856,00
	Total dia 22/03/2021	11.806,36
23/03/2021		
Receita Orçamentária		52.777,50
	Total dia 23/03/2021	52.777,50
24/03/2021		
Pagamento de Empenho		(608,78)
Receita Orçamentária		14.554,00

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 9 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19970 -1111119000111000000 - B. BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS 24625-5 - 24625-5		
Data		Valor
24/03/2021		
	Total dia 24/03/2021	13.945,22
25/03/2021		
Pagamento de Empenho		(7.102,44)
Receita Orçamentária		4.636,00
	Total dia 25/03/2021	(2.466,44)
26/03/2021		
Receita Orçamentária		3.230,00
	Total dia 26/03/2021	3.230,00
29/03/2021		
Pagamento de Empenho		(1.040,00)
	Total dia 29/03/2021	(1.040,00)
30/03/2021		
Pagamento de Empenho		(1.500,00)
	Total dia 30/03/2021	(1.500,00)
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(54.306,84)
Pagamento de Nota Extra		(215,87)
Receita Orçamentária		57,49
	Total dia 31/03/2021	(54.465,22)
	TOTAL	132.264,90


CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Pág 10 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19971 -1111119000112000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 27593-X - 27593-X		
Data		Valor
	Saldo Anterior	1.562.253,77
01/03/2021		
Pagamento de Empenho		(6.478,62)
	Total dia 01/03/2021	(6.478,62)
03/03/2021		
Pagamento de Empenho		(186.436,08)
Pagamento de Restos		(187.026,62)
	Total dia 03/03/2021	(373.462,70)
05/03/2021		
Pagamento de Empenho		(70.760,77)
Pagamento de Nota Extra		(24,94)
Pagamento de Restos		(32.589,22)
	Total dia 05/03/2021	(103.374,93)
10/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(7.816,26)
	Total dia 10/03/2021	(7.816,26)
19/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(5.765,41)
	Total dia 19/03/2021	(5.765,41)
30/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(1.307,41)
	Total dia 30/03/2021	(1.307,41)
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(31,35)
Receita Orçamentária		431,55
	Total dia 31/03/2021	400,20
	TOTAL	1.064.448,64

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 11 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19972 -1111119000113000000 - B. Brasil - Ações Conjuntas 27997-8 - 27997-8		
Data		Valor
	Saldo Anterior	5.765,33
03/03/2021		
Receita Orçamentária		7.261,00
	Total dia 03/03/2021	7.261,00
04/03/2021		
Pagamento de Empenho		(753.796,87)
Receita Orçamentária		814.776,99
	Total dia 04/03/2021	60.980,12
10/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(5.433,16)
	Total dia 10/03/2021	(5.433,16)
18/03/2021		
Receita Orçamentária		876.094,04
	Total dia 18/03/2021	876.094,04
19/03/2021		
Pagamento de Empenho		(830.970,98)
	Total dia 19/03/2021	(830.970,98)
25/03/2021		
Pagamento de Empenho		(24.409,64)
Receita Orçamentária		6.328,00
	Total dia 25/03/2021	(18.081,64)
29/03/2021		
Pagamento de Empenho		(126.569,33)
Receita Orçamentária		136.596,40
	Total dia 29/03/2021	10.027,07
31/03/2021		
Pagamento de Empenho		(17,00)
Receita Orçamentária		59,27
	Total dia 31/03/2021	42,27
	TOTAL	105.684,05

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 12 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19973 -1111119000114000000 - B.Brasil - Convênio Projeto RECUPERAR 02 conta 28852-7 - 28852-7		
Data		Valor
	Saldo Anterior	413.786,49
05/03/2021		
Pagamento de Empenho		(339.808,04)
	Total dia 05/03/2021	(339.808,04)
10/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(5.593,24)
	Total dia 10/03/2021	(5.593,24)
19/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(3.841,67)
	Total dia 19/03/2021	(3.841,67)
31/03/2021		
Receita Orçamentária		35,92
	Total dia 31/03/2021	35,92
	TOTAL	64.579,46

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA**

Pág 13 / 13

Gestão Patrimonial e Contábil
Razão Contábil para Conciliação - Resumido
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021

19974 -1111119000115000000 - B.Brasil - Convênio Projeto Novos Rumos conta 28927-2 - 28927-2		
Data		Valor
	Saldo Anterior	1.123.899,27
05/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(6.012,60)
	Total dia 05/03/2021	(6.012,60)
19/03/2021		
Pagamento de Restos		(980.088,08)
	Total dia 19/03/2021	(980.088,08)
30/03/2021		
Pagamento de Nota Extra		(31.146,02)
	Total dia 30/03/2021	(31.146,02)
31/03/2021		
Receita Orçamentária		153,41
	Total dia 31/03/2021	153,41
	TOTAL	106.805,98

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo
CPF: 590.962.419-91

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro
CPF: 007.140.999-88

RELAÇÃO DE EMPENHOS EMITIDOS

Publicação Nº 3004118

Pag 1 / 3

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/03/2021 Até: 31/03/2021



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
20	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/01/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	0,00	104,82	(104,82)
52	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	04/01/2021	UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	0,00	486,99	(486,99)
106	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/01/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	0,00	127.045,98	(127.045,98)
107	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/01/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	0,00	197.424,08	(197.424,08)
131	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	03000301	21/01/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	62,69	(62,69)
203	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	15/02/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	0,00	118,92	(118,92)
272	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	01/03/2021	GUSTAVO MARCONDES	260,00	0,00	260,00
273	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	01/03/2021	STELLA STEFANIE SILVEIRA	260,00	0,00	260,00
274	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	01/03/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	260,00	0,00	260,00
275	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	01/03/2021	LUIZ GUSTAVO PAVELSKI	260,00	0,00	260,00
276	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	03/03/2021	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	4.896,00	0,00	4.896,00
277	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	03/03/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	1.000,00	122,45	877,55
278	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	04/03/2021	RAPHAELA MENEZES DA SILVEIRA	260,00	0,00	260,00
279	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	05/03/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	260,00	0,00	260,00
280	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	05/03/2021	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	21.075,56	0,06	21.075,50
281	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	05/03/2021	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	6.705,86	0,02	6.705,84
282	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	05/03/2021	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	11.495,76	0,03	11.495,73
283	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	08/03/2021	ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA	500,00	0,00	500,00
284	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	08/03/2021	ELÓI RONNAU	500,00	0,00	500,00
285	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	08/03/2021	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	1.468,90	0,00	1.468,90
286	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	09/03/2021	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMI	5.000,00	0,00	5.000,00
287	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	09/03/2021	TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLIS	3.420,00	0,00	3.420,00
288	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	10/03/2021	TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLIS	50.000,00	0,00	50.000,00
289	Estimativo	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302	10/03/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	160.480,23	18.189,99	142.290,24
290	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	10/03/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	200,00	0,00	200,00
291	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	10/03/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	520,00	0,00	520,00
292	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	12/03/2021	SX LIGHTING SECOND EIRELI	5.160,00	0,00	5.160,00
293	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	12/03/2021	DETRAN SC	128,85	0,00	128,85
294	Global	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	16/03/2021	GLOBALBOT TECNOLOGIA LTDA	18.680,00	0,00	18.680,00
295	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	16/03/2021	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	400,00	0,00	400,00
296	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	16/03/2021	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVI	350,00	0,00	350,00
297	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	16/03/2021	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVI	80,00	0,00	80,00
298	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	16/03/2021	MAYCON WILL EIRELI	162,00	0,00	162,00
299	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2021	ATIVA COMERCIO E INSTALACAO DE MAT	2.978,32	0,00	2.978,32
300	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2021	JEFFERSON KRUGER 04953784960	1.303,75	0,00	1.303,75
301	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	17/03/2021	JEFFERSON KRUGER 04953784960	1.359,17	0,00	1.359,17
302	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	18/03/2021	JOMIN DECORACOES LTDA	6.300,00	0,00	6.300,00
303	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3449000000000000000000	01000301	19/03/2021	GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA I	12.941,25	0,00	12.941,25
304	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.3449000000000000000000	01000301	19/03/2021	VENTISOL DA AMAZONIA INDUSTRIA DE A	3.020,00	0,00	3.020,00

IPM Sistemas Ltda
Atende Nat - WEO v.2013.01

Identificador: WEO081101-138-CMWQILHPNHQCVL-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:24:54 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Execução Orçamentária

Empenhos Emitidos

Data de Emissão: 01/03/2021 Até: 31/03/2021



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
305	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	19/03/2021	PARTNER TECNOLOGIA EIRELI	8.578,00	0,00	8.578,00
306	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	19/03/2021	PARTNER TECNOLOGIA EIRELI	4.289,00	0,00	4.289,00
307	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	19/03/2021	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	33.220,55	0,00	33.220,55
308	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	19/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	6.062,16	0,00	6.062,16
309	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	19/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	2.020,72	0,00	2.020,72
310	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	19/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	646,63	0,00	646,63
311	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	19/03/2021	INSS	1.697,41	0,00	1.697,41
312	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	128.000,00	0,00	128.000,00
313	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	198.000,00	0,00	198.000,00
314	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	GUSTAVO MARCONDES	520,00	0,00	520,00
315	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	STELLA STEFANIE SILVEIRA	520,00	0,00	520,00
316	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAMENTOS	218.891,25	0,00	218.891,25
317	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	23/03/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	520,00	0,00	520,00
318	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	25/03/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	1.500,00	0,00	1.500,00
319	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	26/03/2021	GRANMEYER MOVEIS E EQUIPAMENTOS	4.016,67	0,00	4.016,67
320	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	26/03/2021	DETRAN SC	128,85	0,00	128,85
321	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	29/03/2021	DETRAN SC	789,85	0,00	789,85
322	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/03/2021	LAN TECNOLOGIA EM REDES EIRELI	579,94	0,00	579,94
323	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	30/03/2021	LICITA HB INFORMATICA LTDA	6.757,98	0,00	6.757,98
324	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	30/03/2021	R S VAREJO EIRELI	249,98	0,00	249,98
325	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/03/2021	CLIMASEG AMBIENTAL LTDA ME	500,00	0,00	500,00
326	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/03/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGI	4.565,10	0,00	4.565,10
327	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	30/03/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - ESTÁGI	856,00	0,00	856,00
328	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ESTÁGIO I	2.739,06	0,00	2.739,06
329	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ESTÁGIO I	473,65	0,00	473,65
330	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ESTÁGIO NIVE	1.826,04	0,00	1.826,04
331	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ESTÁGIO NIVE	342,40	0,00	342,40
332	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	115.121,70	0,00	115.121,70
333	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	9.209,75	0,00	9.209,75
334	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	INSS	24.175,55	0,00	24.175,55
335	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - CONTR	7.943,52	0,00	7.943,52
336	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	635,48	0,00	635,48
337	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	30/03/2021	INSS	1.668,14	0,00	1.668,14
338	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	58.656,62	0,00	58.656,62
339	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	4.892,53	0,00	4.892,53
340	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	INSS	12.317,89	0,00	12.317,89
341	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - PLANEJ	6.062,16	0,00	6.062,16
342	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	484,97	0,00	484,97
343	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	INSS	1.273,05	0,00	1.273,05

IPM Sistemas Ltda
Arrenda Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO081101-138-CMWOLHPNHQCVL-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:24:54 - 03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
 Execução Orçamentária
 Empenhos Emitidos
 Data de Emissão: 01/03/2021 Até: 31/03/2021

Pag 3 / 3



Empenho	Espécie	Dotação	Vínculo	Emissão	Credor	Empenhado	Estornado	Líquido
344	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - EFICIÊN	38.881,44	0,00	38.881,44
345	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.110,51	0,00	3.110,51
346	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	INSS	8.165,09	0,00	8.165,09
347	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE EFICIÊ	6.062,16	0,00	6.062,16
348	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	484,97	0,00	484,97
349	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	30/03/2021	INSS	1.273,05	0,00	1.273,05
350	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMI	10.000,00	0,00	10.000,00
351	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	30/03/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	1.500,00	0,00	1.500,00
352	Ordinário	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	31/03/2021	BIQ BENEFÍCIOS LTDA	255,46	0,00	255,46
353	Estimativo	01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	31/03/2021	JEFFERSON KRUGER 04953784960	6.000,00	0,00	6.000,00
Total Empenhos Globais						18.680,00	486,99	18.193,01
Total Empenhos Ordinários						681.370,70	304,17	681.066,53
Total Empenhos Estimativos						567.900,23	342.764,87	225.135,36
Total Subempenhos						0,00	0,00	0,00
Total Geral						1.267.950,93	343.556,03	924.394,90

IPM Sistemas Ltda
 Aranda Net - WEO v2013.01

Identificador: WEO081101-136-CMWOLHPNHQCVL-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:24:54 - 03:00

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS EFETUADOS

Publicação Nº 3004120

Pág 1 / 10

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
01/03/2021	221	Emp.	256/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301		Retenção	1	5.083,52
01/03/2021	222	Emp.	260/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301		Retenção	1	5.782,26
01/03/2021	223	Emp.	69/2021	RAI SERVICOS EIRELI	722981	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - LICITAÇÃO	Retenção	1	276,98
01/03/2021	233	Emp.	32/2021	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRE	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		636,40
01/03/2021	234	Emp.	260/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		8.327,94
01/03/2021	235	Emp.	257/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		3.659,20
01/03/2021	236	Emp.	261/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		4.703,40
01/03/2021	237	Emp.	256/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		5.891,08
01/03/2021	238	Emp.	69/2021	RAI SERVICOS EIRELI	175		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		6.475,62
SubTotal 01/03/2021												40.838,40
02/03/2021	135	Rest.	680/2020	TEC -TECNICA DE ENGENHARIA C	201	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	1.099,93
02/03/2021	136	Rest.	898/2020	TEC -TECNICA DE ENGENHARIA C	203	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	4.983,96
02/03/2021	224	Emp.	36/2021	IPW SISTEMAS LTDA	33604	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301		Retenção	1	11,84
02/03/2021	225	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	473	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	1.706,70
02/03/2021	226	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	474	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	543,74
02/03/2021	227	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	475	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	83,34
02/03/2021	228	Emp.	77/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	272	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	358,63
02/03/2021	229	Emp.	77/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	273	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	231,36
02/03/2021	230	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000233	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	174,73
02/03/2021	231	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000233	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	134,29
02/03/2021	232	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000234	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	958,76
02/03/2021	239	Emp.	274/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA	21/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		260,00
02/03/2021	240	Emp.	273/2021	STELLA STEFANIE SILVEIRA	20/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		260,00
02/03/2021	241	Emp.	272/2021	GUSTAVO MARCONDES	19/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		260,00
02/03/2021	242	Emp.	275/2021	LUIZ GUSTAVO PAVELSKI	22/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		260,00
SubTotal 02/03/2021												11.327,28
03/03/2021	137	Rest.	900/2020	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	272		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		3.724,86
03/03/2021	138	Rest.	898/2020	TEC -TECNICA DE ENGENHARIA C	203		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		94.401,69
03/03/2021	139	Rest.	680/2020	TEC -TECNICA DE ENGENHARIA C	203		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		43.532,67
03/03/2021	140	Rest.	880/2020	TEC -TECNICA DE ENGENHARIA C	201		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		45.367,40
03/03/2021	243	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	473		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			38.928,98
03/03/2021	244	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	474		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			13.398,43
03/03/2021	245	Emp.	66/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	475		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			2.053,58
03/03/2021	246	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000234		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			67.523,98
03/03/2021	247	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000233		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			10.195,42
03/03/2021	248	Emp.	54/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	2021000000000233		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f			13.265,84
03/03/2021	249	Emp.	77/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	273		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		17.566,04
03/03/2021	250	Emp.	77/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	272		01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		23.503,81
03/03/2021	251	Emp.	144/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	478	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302		Retenção	1	30.385,56
03/03/2021	252	Emp.	114/2021	RAI SERVICOS EIRELI	178	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302		Retenção	1	216,56
03/03/2021	253	Emp.	92/2021	RAI SERVICOS EIRELI	177	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.3339000000000000000000	01000302		Retenção	1	820,00
03/03/2021	254	Emp.	32/2021	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRE	723574		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		678,83
SubTotal 03/03/2021												405.663,65
04/03/2021	17	Emp.	131/2021	LUIZ FERNANDO RALDI			01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		-62,69
04/03/2021	141	Rest.	172/2020	CONSTRUTORA ENGEFORTE LTD	2021000000000080	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	410,44
04/03/2021	255	Emp.	277/2021	LUIZ FERNANDO RALDI			01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.000,00
04/03/2021	256	Emp.	85/2021	PLANATERRA-TERRAPLENAGEM I	23252	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.3339000000000000000000	01640502		Retenção	1	861,86

IPM Sieninas Ltda
Atende Nat - WFC v.2013.01

Identificador: WFC161101-138-VSFBXKXYGXQ2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

27/04/2021 15:24:32 -03:00



IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01
Identificador: WFC161101-138-VSEFVBKXVYGXXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI
27/04/2021 15:24:32 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
10/03/2021	136	Ext.	235/2021	IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		2.614,83
10/03/2021	137	Ext.	227/2021	CONSTRUTORA ENFORTE LTD	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		410,44
10/03/2021	138	Ext.	220/2021	TEC - TECNICA DE ENGENHARIA C	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		3.411,86
10/03/2021	139	Ext.	216/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		20,66
10/03/2021	140	Ext.	212/2021	TEC - TECNICA DE ENGENHARIA C	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		588,79
10/03/2021	141	Ext.	210/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		35,59
10/03/2021	142	Ext.	208/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		55,17
10/03/2021	143	Ext.	204/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		83,65
10/03/2021	144	Ext.	202/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		365,72
10/03/2021	145	Ext.	199/2021	RAI SERVICOS EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		202,67
10/03/2021	146	Ext.	214/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		26,88
10/03/2021	147	Ext.	233/2021	PLANATERRA-TERRAPLENAGEM I	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		1.794,69
10/03/2021	148	Ext.	231/2021	PLANATERRA-TERRAPLENAGEM I	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		3.351,67
10/03/2021	149	Ext.	229/2021	PLANATERRA-TERRAPLENAGEM I	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio F	Débito Bancário		446,88
10/03/2021	150	Ext.	108/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		110,15
10/03/2021	151	Ext.	133/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		573,77
10/03/2021	152	Ext.	134/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		17,12
10/03/2021	153	Ext.	135/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		55,34
10/03/2021	154	Ext.	136/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		1,72
10/03/2021	155	Ext.	137/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		55,09
10/03/2021	156	Ext.	138/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		485,72
10/03/2021	157	Ext.	139/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		1.085,69
10/03/2021	158	Ext.	140/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		43,25
10/03/2021	159	Ext.	141/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		44,60
10/03/2021	160	Ext.	43/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		9,47
10/03/2021	161	Ext.	142/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		10,58
10/03/2021	162	Ext.	143/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		225,20
10/03/2021	163	Ext.	144/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		417,76
10/03/2021	164	Ext.	145/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		172,84
10/03/2021	165	Ext.	146/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		50,76
10/03/2021	166	Ext.	147/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		676,13
10/03/2021	167	Ext.	148/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		42,84
10/03/2021	168	Ext.	149/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		307,67
10/03/2021	169	Ext.	150/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		310,65
10/03/2021	170	Ext.	151/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		44,34
10/03/2021	171	Ext.	152/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		83,15
10/03/2021	172	Ext.	153/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		24,81
10/03/2021	173	Ext.	154/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		156,02
10/03/2021	174	Ext.	155/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		229,38
10/03/2021	175	Ext.	156/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		452,30
10/03/2021	176	Ext.	157/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		62,66
10/03/2021	177	Ext.	158/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		59,33
10/03/2021	178	Ext.	226/2021	RAI SERVICOS EIRELI	1		01.001.0015.0452.0001.2003.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		600,00
10/03/2021	179	Ext.	224/2021	RAI SERVICOS EIRELI	1		01.001.0015.0452.0001.2003.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		196,46
10/03/2021	180	Ext.	222/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0015.0452.0001.2003.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		4.674,70
10/03/2021	181	Ext.	186/2021	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		376,46
10/03/2021	182	Ext.	189/2021	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		136,72
10/03/2021	183	Ext.	162/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		6.871,21

Identificador: WFC161101-138-VSFVSBKXYGXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

27/04/2021 15:24:32 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
 Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
10/03/2021	296	Emp.	34/2021	EMANUELL PATRICIA HOSS BARE	202100000000615		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		38,00
10/03/2021	297	Emp.	23/2021	CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZ	7389		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.613,50
10/03/2021	298	Emp.	226/2021	CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ	1935, 1937, 1938, 1956, 1963, 1956		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.203,47
10/03/2021	299	Emp.	51/2021	SAQUETTI EQUIPAMENTOS E S	8885		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		235,00
10/03/2021	300	Emp.	8/2021	BECO CASTELO CONSTRUÇÕES	022021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.000,00
10/03/2021	301	Emp.	50/2021	REVOLUCION SERVICOS DE INFO	202100000000684		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		190,00
10/03/2021	302	Emp.	48/2021	REVOLUCION SERVICOS DE INFO	202100000000685		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		39.777,34
10/03/2021	303	Emp.	37/2021	IVETE REGINA ODORIZZI	03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		3.786,02
10/03/2021	304	Emp.	38/2021	IVETE REGINA ODORIZZI	04/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		93,70
10/03/2021	305	Emp.	40/2021	LACUNA SOFTWARE LTDA	2034		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.875,00
10/03/2021	306	Emp.	39/2021	JOSIANE ZAGO - MEI	133		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.000,00
10/03/2021	307	Emp.	229/2021	ELIZETE SCHADE KLAUS	202100000000952		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		45,00
10/03/2021	308	Emp.	111/2021	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORM	2021000000259888		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		715,00
10/03/2021	309	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476759070		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
10/03/2021	310	Emp.	229/2021	ELIZETE SCHADE KLAUS	202100000000952		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		90,00
10/03/2021	311	Emp.	35/2021	EMANUELL PATRICIA HOSS BARE	202100000000615		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		38,00
10/03/2021	312	Emp.	29/2021	SALOMÃO FRANCISCO FERREIRA			01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		520,00
SubTotal 10/03/2021												86.354,20
11/03/2021	184	Ext.	1702/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		605,24
11/03/2021	185	Ext.	1682/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		6.816,34
11/03/2021	186	Ext.	183/2021	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTR	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		72,33
11/03/2021	187	Ext.	175/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		605,24
11/03/2021	188	Ext.	173/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		3.993,50
11/03/2021	189	Ext.	165/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		359,74
11/03/2021	190	Ext.	162/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		9.666,01
11/03/2021	191	Ext.	120/2021	RETENÇÕES SOBRE FOLHA DE P	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.129,25
11/03/2021	192	Ext.	190/2021	CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZ	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		39,80
11/03/2021	193	Ext.	187/2021	ORBEK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		54,69
11/03/2021	194	Ext.	184/2021	ORBEK ADMINISTRAÇÃO E SERV	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		125,49
11/03/2021	195	Ext.	106/2021	IPM SISTEMAS LTDA	1		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		11,84
11/03/2021	313	Emp.	201/2021	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS	202100000000764		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		200,00
11/03/2021	314	Emp.	200/2021	GERAUTO COMÉRCIO DE PEÇAS	414		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		230,00
11/03/2021	315	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476798988		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
11/03/2021	316	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476785176		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
11/03/2021	317	Emp.	138/2021	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRI	16688		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		77,62
SubTotal 11/03/2021												25.164,65
12/03/2021	144	Rest.	786/2020	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTR	640		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302		Retenção	1	53,71
SubTotal 12/03/2021												53,71
15/03/2021	318	Emp.	20/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	20216870379100-52		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		351,32
15/03/2021	319	Emp.	21/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	20216870379102-88		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		165,05
15/03/2021	320	Emp.	93/2021	BECO CASTELO CONSTRUÇÕES	022021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		3.462,28
15/03/2021	321	Emp.	118/2021	JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA	9636		01.001.0004.0122.0001.2001.33190000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		159,57
15/03/2021	322	Emp.	36/2021	IPM SISTEMAS LTDA	33604		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		777,17
15/03/2021	323	Emp.	32/2021	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPR	725761		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		784,89
15/03/2021	324	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476822867		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78
15/03/2021	325	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476808850		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		88,78

Identificador: WFC161101-138-VSFYSBKXVYGXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
 Arrenda Net - WFC v.2013.01

27/04/2021 15:24:32 -03:00

Pag 5 / 10

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
 Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
15/03/2021	326	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	476808442		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO			88,78
15/03/2021	327	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	476808388		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO			88,78
15/03/2021	328	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA	476808272		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO			88,78
15/03/2021	329	Emp.	100/2021	ELETRON CONSTRUÇÕES ELÉTR	641	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302		Retenção	1	345,07
SubTotal 15/03/2021 6.489,25												
16/03/2021	330	Emp.	144/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	483	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.333900000000000000000000	01000302		Retenção	1	33.723,06
SubTotal 16/03/2021 33.723,06												
17/03/2021	331	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	16610909/03/2021, 16610907/03/2021, 180420/03/2021, 16610901/03/2021, 16610908/03/2021, 16610906/03/2021, 16627374/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		1.944,42
17/03/2021	332	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	0253643879, 0413174773		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		1.296,74
17/03/2021	333	Emp.	176/2021	FISIU EQUIPAMENTOS LTDA	388		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		83,70
17/03/2021	334	Emp.	96/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1654958202/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		570,18
17/03/2021	335	Emp.	96/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1639044801/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		829,72
17/03/2021	336	Emp.	3/2021	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAM	7334		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		22.800,00
17/03/2021	337	Emp.	172/2021	OPTIMUS TECHNOLOGY EQUIPAM	7333		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ctp1 Ctp3	Débito Bancário		15.300,00
SubTotal 17/03/2021 42.824,76												
18/03/2021	338	Emp.	107/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10716	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302		Retenção	1	269,29
18/03/2021	339	Emp.	107/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	10688, 10683, 10690, 10691, 10689, 10694, 10695, 10694, 10698, 10672, 10692, 10691, 10670, 10667, 10679, 10673, 10682, 10674, 10681, 10684, 10675, 10689, 10685, 10669, 10676, 10666, 10677, 10668, 10687, 10678, 10687, 10693, 10686		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		97,95
18/03/2021	340	Emp.	27/2021	CONSELHO DE ARQUITETURA E L	13772276		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		97,95
18/03/2021	341	Emp.	27/2021	CONSELHO DE ARQUITETURA E L	13767331		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		97,95
SubTotal 18/03/2021 39.770,80												
19/03/2021	145	Rest.	391/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS L	582	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Retenção	1	31.146,02
19/03/2021	146	Rest.	391/2020	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS L	582		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		980.088,08
19/03/2021	196	Ext.	198/2021	RAI SERVIÇOS EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		74,31
19/03/2021	197	Ext.	209/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		195,77
19/03/2021	198	Ext.	207/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		303,46
19/03/2021	199	Ext.	219/2021	TEC - TECNICA DE ENGENHARIA C	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		1.572,10
19/03/2021	200	Ext.	211/2021	TEC - TECNICA DE ENGENHARIA C	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		511,14
19/03/2021	201	Ext.	205/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		70,52
19/03/2021	202	Ext.	203/2021	QUALIDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		460,09
19/03/2021	203	Ext.	201/2021	QUALDADE MINERAÇÃO LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		1.340,98
19/03/2021	204	Ext.	217/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		753,31
19/03/2021	205	Ext.	215/2021	CEGE ENGENHARIA LTDA	1		01.001.0026.0782.0001.2004.333900000000000000000000	01640502	B.Brasil - Convênio f	Débito Bancário		113,63

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v2013.01

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA
Financeiro
Pagamentos Efetuados
Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
24/03/2021	368	Emp.	179/2021	INOVAR - COMERCIO DE EQUIP	2633		01.001.0004.0122.0001.2001.334890000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		434,19
SubTotal 24/03/2021												6.438,74
25/03/2021	255	Emp.	277/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	177		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		-122,45
25/03/2021	369	Emp.	92/2021	RAI SERVICOS EIRELI	980		01.001.0015.0452.0001.2003.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		19.180,00
25/03/2021	370	Emp.	269/2021	OBSERVES SERVICOS EIRELI	422851		01.001.0015.0452.0001.2003.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		5.229,64
25/03/2021	371	Emp.	197/2021	BRASOFTWARE INFORMATICA LT	422851		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		579,98
25/03/2021	372	Emp.	198/2021	BRASOFTWARE INFORMATICA LT	422851		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		2.029,02
25/03/2021	373	Emp.	199/2021	BRASOFTWARE INFORMATICA LT	422851		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇOS	Débito Bancário		963,15
25/03/2021	374	Emp.	29/2021	CONSELHO REGIONAL DE ENGEN	476944861		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇOS	Débito Bancário		88,78
25/03/2021	375	Emp.	19/2021	LUANDA COMERCIO DE SUPRIME	18825		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		166,50
25/03/2021	376	Emp.	19/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	20216908105146-44		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		629,86
25/03/2021	377	Emp.	22/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	20216976411938-4		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		118,08
25/03/2021	378	Emp.	18/2021	CELESC DISTRIBUICAO S A	20216908105143-56		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		623,24
25/03/2021	379	Emp.	318/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.500,00
25/03/2021	380	Emp.	308/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇOS	Débito Bancário		4.029,79
25/03/2021	381	Emp.	309/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.331900000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇOS	Débito Bancário		2.020,72
25/03/2021	382	Emp.	195/2021	J MARTINS COMERCIO DE SUPRIM	7383		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		110,00
25/03/2021	383	Emp.	194/2021	LUANDA COMERCIO DE SUPRIME	18826		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		450,00
25/03/2021	384	Emp.	193/2021	LUANDA COMERCIO DE SUPRIME	18827		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Ctr3	Débito Bancário		225,00
SubTotal 25/03/2021												37.821,31
26/03/2021	385	Emp.	207/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	303	Pagamento automático	01.001.0015.0452.0001.2003.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - LICITAÇÃO	Relação	1	1.667,07
26/03/2021	386	Emp.	300/2021	JEFFERSON KRUGER 04953784960	2021000000000050		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.303,75
26/03/2021	387	Emp.	301/2021	JEFFERSON KRUGER 04953784960	2021000000000051		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.359,17
26/03/2021	388	Emp.	32/2021	FUNDO DE MATERIAIS, P E IMPRE	729425		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		615,19
SubTotal 26/03/2021												4.945,18
29/03/2021	389	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684105/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		1.188,00
29/03/2021	390	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684107/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		376,67
29/03/2021	391	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684098/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		237,06
29/03/2021	392	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16695419/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		19,74
29/03/2021	393	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16693368/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		13,13
29/03/2021	394	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684095/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		600,50
29/03/2021	395	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684092/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		164,02
29/03/2021	396	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684100/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		34,29
29/03/2021	397	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684102/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		194,10
29/03/2021	398	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684097/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		100,55
29/03/2021	399	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684108/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		436,82
29/03/2021	400	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684096/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		736,25
29/03/2021	401	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684103/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		12,00
29/03/2021	402	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16693370/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		436,82
29/03/2021	403	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684104/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		626,36
29/03/2021	404	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16693366/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		27,97
29/03/2021	405	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16693371/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		224,54
29/03/2021	406	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684110/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		433,04
29/03/2021	407	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684094/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		55,80
29/03/2021	408	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16695421/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		392,89
29/03/2021	409	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684106/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		1.595,90
29/03/2021	410	Emp.	97/2021	TELEFONICA BRASIL	16684093/03/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.333900000000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		38,58

Identificador: WFC161101-138-VSFYSBKXVYGXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI
27/04/2021 15:24:32 03:00

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

Pag 8 / 10

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro

Pagamentos Efetuados

Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pagto	Valor
29/03/2021	411	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1669336703/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		502,76
29/03/2021	412	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	016.695.42003/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		389,80
29/03/2021	413	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	016.695.41803/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		182,13
29/03/2021	414	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1669336903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		192,87
29/03/2021	415	Emp.	97/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1668409903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		921,03
29/03/2021	416	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427703/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		754,34
29/03/2021	417	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426403/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		74,23
29/03/2021	418	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896428103/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		496,64
29/03/2021	419	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426303/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		21,90
29/03/2021	420	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426203/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		50,29
29/03/2021	421	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426503/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		99,99
29/03/2021	422	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426103/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		100,71
29/03/2021	423	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426603/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		185,81
29/03/2021	424	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		399,99
29/03/2021	425	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426703/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		28,20
29/03/2021	426	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427103/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		364,40
29/03/2021	427	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427803/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		962,23
29/03/2021	428	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426003/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		69,12
29/03/2021	429	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426703/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		44,02
29/03/2021	430	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427003/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		545,00
29/03/2021	431	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896426803/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		27,72
29/03/2021	432	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427203/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		41,88
29/03/2021	433	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896425903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		720,27
29/03/2021	434	Emp.	95/2021	CLARO S.A.	00896427903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		28,82
29/03/2021	435	Emp.	27/2021	TIM S.A.	4438613386		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		61,80
29/03/2021	436	Emp.	27/2021	TIM S.A.	4438613387		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		39,53
29/03/2021	437	Emp.	27/2021	TIM S.A.	4438613390		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		130,43
29/03/2021	438	Emp.	27/2021	TIM S.A.	4438761827		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - TELEFON	Débito Bancário		333,82
29/03/2021	439	Emp.	94/2021	CLARO S.A.	00896426003/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		149,93
29/03/2021	440	Emp.	183/2021	R.S. COMERCIO DE ELETRODOMÉ	791		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	03000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		55,95
29/03/2021	441	Emp.	202/2021	R.S. VAREJO EIRELI	2279		01.001.0004.0122.0001.2001.34490000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		545,00
29/03/2021	442	Emp.	192/2021	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTD	2726		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		134,85
29/03/2021	443	Emp.	96/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1668409903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		25,70
29/03/2021	444	Emp.	96/2021	TELEFÔNICA BRASIL	1669336903/2021		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.171,87
29/03/2021	445	Emp.	196/2021	SOMA COMERCIO DE TINTAS LTD	2722		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt C/3	Débito Bancário		143,85
29/03/2021	446	Emp.	315/2021	STELLA STEFANIE SILVEIRA	303		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		520,00
29/03/2021	447	Emp.	314/2021	GUSTAVO MARCONDES	476321832		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		126.569,33
29/03/2021	448	Emp.	207/2021	TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI	476321832		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000302	B. Brasil - Ações Cor	Débito Bancário		157,97
29/03/2021	449	Emp.	321/2021	DETRAN SC	476322028		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		157,97
29/03/2021	450	Emp.	321/2021	DETRAN SC	476322028		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		157,97
29/03/2021	451	Emp.	321/2021	DETRAN SC	476321786		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		157,97
29/03/2021	452	Emp.	321/2021	DETRAN SC	476321920		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		157,97
29/03/2021	453	Emp.	321/2021	DETRAN SC	476321955		01.001.0004.0122.0001.2001.33390000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		157,97
SubTotal 29/03/2021												147.131,87
30/03/2021	148	Rest.	664/2020	INEX SERVIÇOS EIRELI	2040	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Retenção	1	457,08
30/03/2021	223	Ext.	276/2021	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS L	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		24.471,87
30/03/2021	224	Ext.	277/2021	VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS L	1		01.001.0026.0782.0001.2004.33390000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio f	Débito Bancário		6.674,15

Identificador: WFC161101-138-VSFVSBKXVYGXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

27/04/2021 15:24:32 -03:00

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

Financeiro Pagamentos Efetuados

Período: 01/03/2021 até: 31/03/2021 Lista Retenção: Nenhum



Data	Ordem de Pagamento	Tipo do Emp.	Número do Emp.	Credor	Documento	Histórico	Dotação	Vínculo	Banco	Tipo	Doc. Pago	Valor
30/03/2021	225	Ext.	234/2021	IGUATEMI CONSULTORIA E SERV	1	Pagamento automático	01.001.0026.0782.0001.2001.3339000000000000000000	01640502	B. Brasil - Convênio F	Débito Bancário		1.307,41
30/03/2021	454	Emp.	332/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	26.110,22
30/03/2021	455	Emp.	335/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	1.174,38
30/03/2021	456	Emp.	338/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	12.503,03
30/03/2021	457	Emp.	341/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	1.305,22
30/03/2021	458	Emp.	344/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	9.440,40
30/03/2021	459	Emp.	347/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	1.305,22
30/03/2021	460	Emp.	351/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021	Pagamento automático	01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Convênio F	Retenção	1	1.500,00
SubTotal 30/03/2021												86.248,98
31/03/2021	116	Emp.	203/2021	LUIZ FERNANDO RALDI	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		-118,92
31/03/2021	226	Ext.	285/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.622,57
31/03/2021	227	Ext.	191/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		239,57
31/03/2021	228	Ext.	195/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.036,98
31/03/2021	229	Ext.	288/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.650,00
31/03/2021	230	Ext.	193/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		1.650,00
31/03/2021	231	Ext.	296/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		972,67
31/03/2021	232	Ext.	279/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		133,76
31/03/2021	233	Ext.	291/2021	ASSOCIAÇÃO REDE DEBENEFIC	1		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		82,11
31/03/2021	461	Emp.	326/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		4.565,10
31/03/2021	462	Emp.	327/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		856,00
31/03/2021	463	Emp.	335/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		6.769,14
31/03/2021	464	Emp.	332/2021	LICITAÇÕES COMPARTILHADAS -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000301	B. Brasil - LICITAÇÃO	Débito Bancário		89.011,48
31/03/2021	465	Emp.	330/2021	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ESTAC	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		1.826,04
31/03/2021	466	Emp.	331/2021	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ESTAC	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		342,40
31/03/2021	467	Emp.	347/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		4.756,94
31/03/2021	468	Emp.	344/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		29.441,04
31/03/2021	469	Emp.	328/2021	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ES	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		2.739,06
31/03/2021	470	Emp.	329/2021	PLANEJAMENTO DE CIDADES - ES	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3339000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		473,65
31/03/2021	471	Emp.	338/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		48.153,59
31/03/2021	472	Emp.	341/2021	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO -	032021		01.001.0004.0122.0001.2001.3319000000000000000000	01000302	B. BRASIL SERVIÇO	Débito Bancário		4.756,94
31/03/2021	473	Emp.	106/2021	QUARK ENGENHARIA EIRELI	5173, 5168, 5183, 5174, 5175, 5151, 5182, 5181, 5177, 5183, 5178, 5176, 5180, 5147, 5164, 5185, 5167, 5160, 5186, 5169, 5157, 5165, 5170, 5148, 5158, 5146, 5159, 5148, 5172, 5163, 5143, 5179, 5171			01000302	B. Brasil - Cpt1 Cpt3	Débito Bancário		187.550,12

Identificador: WFC161101-138-VSFVBKXVYGXQ-2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WFC v.2013.01

27/04/2021 15:24:32 -03:00

IPM Sistemas Ltda Atende Nef - WFC v.2013.01	Identificador: WFC161101-138-VSFYVBKXVYGXXQ2 - Emitido por: ANDRESSA SCHABERLE GATTI	27/04/2021 15:24:32 -03:00
---	--	----------------------------

CIS/AMARP**ATA 02 2021 REUNIÃO SECRETÁRIOS(AS)**

Publicação Nº 3004190

Ata da segunda reunião do Colegiado de Secretários de Saúde do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, realizada aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, às 13:59 horas, de forma virtual via aplicativo zoom, procedeu-se a análise de quórum para a abertura da reunião, onde verificou-se não haver quórum, as 14:14 horas, iniciada efetivamente a reunião com os(as) Secretários(as) de Saúde presentes. Inicialmente o Sr. Marcélio José Borsatti, Diretor Executivo do CISAMARP, cumprimentou os presentes, agradeceu suas presenças e informou os itens de pauta: Avaliação de inclusão de procedimentos na tabela CISAMARP, Avaliação de solicitações de Reajustes de valores de procedimentos, Programação mensal de gastos, Problemas de não inclusão de guias no sistema, Prestação de contas dos valores utilizados do convênio ESTADO SES 2020TR001679, Outros assuntos, falou também que todas as decisões são tomadas pelos secretários(as) presentes por consenso e não o havendo, por votação, permanecendo a decisão da maioria presente à reunião, disse também que enviou previamente a todos(as) lista com os valores solicitados, comparativo com outros consórcios e atualização dos valores da tabela CISAMARP pelos índices INPC, IGPM e IPCA, valores particulares e do SUS, e ainda a relação dos prestadores de serviços que já executam os itens, assim, subsidiando dados para a tomada das decisões. Foi exposto para cada item aos presentes as tabelas com os valores previamente enviada, lidos os documentos recebidos referentes a cada item, exposta a lista de prestadores que realizam o procedimento, aberta a palavra para considerações e colocados em votação, abaixo segue cada item e aprovação ou recusa, e na tabela como cada município votou. Iniciando pelo item I - Avaliação de solicitações de Reajustes de valores, ou inclusão de procedimentos na tabela CISAMARP//////////

(1) Solicitado pelo Município de Caçador – Inclusão do exame: TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA (BINOCULAR), passou a palavra a Sra. Roberta que expos os motivos da solicitação, em votação aprovada a inclusão na tabela pelo valor de R\$ 200,00. //////////

(2). Solicitação Clínica Seiko, reajuste do valor exame: Retinografia colorida Binocular, em votação aprovado o valor solicitado de R\$ 40,00. //////////

(3) Solicitação de reajuste do procedimento Monitoramento pelo sistema holter 24 hs (3 canais) pelo CONSULTÓRIO DR DIEGO ANSELMINI, votado e aprovado o valor de R\$ 140,00. //////////

(3.1) Solicitação de reajuste do procedimento Teste Ergométrico pelo CONSULTÓRIO DR DIEGO ANSELMINI, em votação aprovado o valor de R\$ 120,00//////////

(4) Inclusão do procedimento de Ressonância Magnética de próstata o qual já é realizado via procedimento Ressonância Magnética de Pelve, sugerido pela empresa DIGIMAX Videira, nesse caso, somente para organização da tabela e futuras estatísticas, votado e aprovada a inclusão pelo valor R\$ 268,75. //////////

(5) Solicitação do município de Água Doce, – inclusão de consulta de Cardiologia Pediátrica, palavra dada a Secretária Patrícia que expos motivos, votado a inclusão aprovada por R\$ 80,00. //////////

(6) Inclusão dos procedimentos, EXAME CITOPATOLÓGICO DE MAMA código 020301004-3 R\$ 35,34, EXAME DE CITOLOGIA (Exceto cervico-vaginal e mama) código 020301003-5 R\$ 20,96, Determinação de receptores tumorais hormonais código 020302001-4, R\$ 93,70, colocados em votação todos aprovados e com Valores SUS. //////////

Segue abaixo tabela com as votações, Aprovado (S), Negado (N), Ausente (A).

Item	1	2	3	3.1	4	5	6
Pedido	Inclusão	Reajuste	Reajuste	Reajuste	Inclusão	Inclusão	Inclusão
Município	Tomografia De Coerência Óptica (Binocular)	Retinografia Colorida Binocular	Holter 24 Hs 3 Canais	Teste Ergométrico	Rnm De Próstata	Consulta Cardiologia Pediátrica	Citopatológico De Mama, Exame De Citologia, Determinação de receptores tumorais hormonais.
AGUA DOCE	S	S	S	S	S	S	S
ARROIO TRINTA	S	S	S	S	S	S	S
CACADOR	S	S	S	S	S	S	S
CALMON	AUSENTE À REUNIÃO						
CAPINZAL	AUSENTE À REUNIÃO						
CATANDUVAS	AUSENTE À REUNIÃO						
ERVAL VELHO	S	S	S	S	S	S	S
FRAIBURGO	S	S	S	S	S	S	S
HERVAL D'OESTE	S	S	S	S	S	S	S
IBIAM	AUSENTE À REUNIÃO						
IBICARÉ	S	S	S	S	S	S	S
IOMERE	S	S	S	S	S	S	S
JOAÇABA	AUSENTE À REUNIÃO						
LACERDOPOLIS	S	S	S	S	S	S	S
LEBON REGIS	AUSENTE À REUNIÃO						
LUZERNA	S	S	S	S	S	S	S

MACIEIRA	A	A	A	A	A	A	A
MATOS COSTA	S	S	S	S	S	S	S
OURO	A	A	A	A	A	S	S
PINHEIRO PRETO	S	S	S	S	S	S	S
RIO DAS ANTAS	AUSENTE À REUNIÃO						
SALTO VELOSO	A	S	S	S	S	S	S
TANGARA	S	S	S	S	S	S	S
TIMBO GRANDE	AUSENTE À REUNIÃO						
TREZE TILIAS	AUSENTE À REUNIÃO						
VARGEM BONITA	AUSENTE À REUNIÃO						
VIDEIRA	AUSENTE À REUNIÃO						

Dando sequência a Reunião informou há necessidade de uma programação mensal de gastos que pode também subsidiar a informação da demanda mensal para a busca de novos prestadores de serviços, será informada por cada município em tabela do excel disponibilizada em drive, com a qual os municípios concordaram. Continuando expôs novamente sobre as Faltas de pacientes aos procedimentos, diz que o sistema CISON foi alterado possibilitando aos prestadores marcar os pacientes faltantes e assim que tiver dados iniciará o envio mensal aos municípios e prefeitos dos nomes dos faltantes para a tomada de atitudes cabíveis, porém, há municípios que não digitam as guias no sistema o que impossibilita a marcação da ausência, portanto, assim que agendado o procedimento a guia deve ser inserida no sistema. Na sequência apresentou os valores já utilizados pelos municípios, referente ao convênio ESTADO SES 2020TR001679, explicou a forma de desconto nas faturas e esclareceu questionamentos. Como último item passou a palavra ao secretário de saúde de Macieira que falou sobre a necessidade de seu município de cirurgias eletivas de diversas especialidades, e solicitou que as mesmas sejam pagas através do CISAMARP sem a utilização de AIH's, custeadas totalmente pelos municípios, passada a palavra aos demais presentes, não houve unanimidade, o assunto devido a sua complexidade não foi votado, Marcelo sugeriu agendar uma reunião para tratar especificamente do assunto, a qual foi agendada para o dia 26 de abril, às 14:00 horas. Na sequência a Sra. Monalisa falou sobre o credenciamento da casa de apoio em Chapecó e sanou as dúvidas. Participaram da reunião, Rodrigo DalaVechia, Rudimar Cornelli, Aires Roberta Brandalise, Amanda Vieira, Dalton Fagundes, Edson Medeiros, Juliana Serighelli, Marlene Alberghini, Patricia de Farias, Gabriela Mazzarino, Ticiane Moreira, Elissana Canal, Ivanete Bado, Adinéia Ferreira, Camila Filippiaki, Simone Dresch, Lidia Wiethorn, Gian Carlos Farinon, Gabriela Lopes Duarte, Marcelo José Borsatti, Viviam Fiabane Rissardi e Monalisa Giazsoni. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Marcelo deu por encerrada a reunião e para firmar as decisões solicitou a mim Viviam Fiabane Rissardi, que lavrasse a presente ata que será assinada oportunamente pelos presentes.

CIS/AMVI

CONVOCAÇÃO AGO 06.05.2021

Publicação Nº 3004243

CONVOCAÇÃO 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2021

O Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 28 do contrato de consórcios público, CONVOCA os consorciados para a 3ª Assembleia Geral Ordinária de 2021, que se realizará no dia 06 de maio de 2021, às 14h, com a presença da maioria simples dos consorciados. A Assembleia acontecerá em conjunto com a AMMVI.

Local: Auditório AMMVI – Rua Aberto Stein, 466 – Velha – Blumenau – SC.

PAUTA

1. Aprovação da ata de 01/04/2021.
2. Aprovação dos Contratos de Serviços:
 - a. Matriciamento em Saúde Mental.
 - b. Programa de Capacitação 1º Semestre.
 - c. Assessoria aos Gestores.
3. Implantação e.CIGA.
4. Reconsideração sobre o Processo Administrativo de Responsabilidade nº 15/2020.
5. Assuntos Gerais.

Blumenau - SC, 26 de abril de 2021.

ÉRCIO KRIEK
Presidente do Conselho Administrativo
Prefeito de Pomerode

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE N° 019/2021**

Publicação N° 3003066

RESOLUÇÃO N° 019/2021

“Dispõe sobre a dispensa do controle de jornada de trabalho (registro de ponto) aos titulares de empregos em comissão no quadro de servidores do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.”

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) fixou o entendimento de que a natureza dos cargos comissionados é de estreita proximidade, ampla confiança e até mesmo relação pessoal com a autoridade a que está vinculado (Consulta nº 0000028-12.2011.2.00.0000, Relator Jefferson Luís Kravchychyn, 123ª Sessão, j. 29.03.2011);

CONSIDERANDO que a relação de confiança que existe entre o ocupante do emprego em comissão e a autoridade a que está vinculado demanda dedicação integral, podendo exigir a realização de trabalho fora do horário normal de expediente, inclusive não dando direito ao recebimento de horas extras ou à formação de banco de horas, em razão da natureza especial do cargo;

CONSIDERANDO que não é obrigatória a instituição de controle de jornada para servidores titulares de empregos em comissão, uma vez que o seu exercício pressupõe dedicação exclusiva e pode demandar a realização de trabalho fora do horário normal de expediente;

CONSIDERANDO que caso o CISAM Meio Oeste venha realizar tal controle, não poderá pagar horas extras ou formar banco de horas para os ocupantes de empregos comissionados,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar, a partir de 01/05/2021, o controle de jornada de trabalho (registro de ponto) para os titulares de empregos em comissão que integram o quadro de servidores do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 27 de abril de 2021.

Nilvo Dorini
Presidente do CISAM Meio Oeste

QUIRIRI

RESOLUÇÃO CIQ 103/2021

Publicação Nº 3004089



RESOLUÇÃO CIQ Nº 103/2021

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA
DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – CERT, DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, e de conformidade com a Resolução CIQ nº 092/2020, **RESOLVE**:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo – CERT, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Quiriri, sendo composta em seu quadro por representantes dos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, da seguinte forma:

I – Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Campo Alegre:

Titular – Mateus Gabriel Gorniak

Suplente – Samille Kesterling Neumann

II- Conselho Municipal de Turismo de Campo Alegre:

Titular – Thomas Ostermayer

III – Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer de Corupá:

Titular – Rogério Lauro Tomazelli

Suplente – Lorian Rogério Costa

IV- Conselho Municipal de Turismo de Corupá:

Titular – Débora Aparecida Tomelin

V – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Rio Negrinho:

Titular – Luiza da Silva

Suplente – Odilaine Liebl

VI- Conselho Municipal de Turismo de Rio Negrinho:

Titular – Mario Tureck

VII – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de São Bento do Sul:

Titular – Andréa Maristela Bauer Tamanine

Suplente – Joel Henrique Machado

VIII- Conselho Municipal de Turismo de São Bento do Sul:

Titular: Sueli Robl

IX – Do Consórcio Intermunicipal Quiriri:

Titular: Cristiana Maria Demarchi Hastreiter

Suplente: Eloah Talisse Kresko



Art. 2º – O mandato da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 28 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito de São Bento do Sul
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

RESOLUÇÃO CIQ 104/2021

Publicação Nº 3004092

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 104/2021**

Nomeia Joel Henrique Machado para acompanhar e deliberar sobre atos praticados pela empresa KEILA MARIELI KONZEN DIAS (AK3 Turismo Receptivo e Eventos), conforme Contrato nº 017/2020

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear o Diretor de Turismo do Município de São Bento do Sul, Sr. Joel Henrique Machado, para acompanhar, avaliar e deliberar sobre trabalhos da empresa AK3 TURISMO RECEPTIVO E EVENTOS, na execução do objeto constante do Contrato de Prestação de Serviços nº 017/2020 e seus aditivos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 28 de abril de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO

Prefeito de São Bento do Sul
Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

 www.quiriri.com.br
 [/consorcioquiriri](https://www.facebook.com/consorcioquiriri)
 [@consorcioquiriri](https://www.instagram.com/consorcioquiriri)

Sede - Travessa Theodoro Koch, n.30, sala 20
Centro, São Bento do Sul/SC - CEP: 89280-181
quiriri@quiriri.com.br 47.3512.9903

Campo Alegre - Corupá - Rio Negrinho - São Bento do Sul

CVC**22º ATA REUNIÃO**

Publicação Nº 3003754

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 001/2020 PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 10:00 (dez) horas do dia quinze do mês de abril do ano de 2021, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a rua Iguazu, 264, Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 002/2021 assim constituída: pregoeira: Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, e Gerente de Projetos: Gustavo André Foppa para apreciação e análise de: PEDIDO DE REQUERIMENTO DE RECISÃO AMIGÁVEL dos itens, 121 SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). 122 SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). 123 SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). 352 SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML. 835 SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML 836 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML.

A empresa informa que o item mencionado acima vem sofrendo ONERAÇÃO EXCESSIVA DE CUSTO devido a vários fatores que estão afetando a economia do país, sem condições de manter o valor originalmente proposto, além da falta do item nas indústrias devido à falta de matéria prima.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 121 SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO), apresentado pela empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tivemos retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,4000 para R\$ 0,5098.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 122 SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tivemos retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,1200 para R\$ 0,1659.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 123 SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOL, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOL DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tivemos retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,1400 para R\$ 0,1867.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 352 SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tivemos retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO

HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,4500 para R\$ 0,5735.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 835 SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tiveram retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,2500 para R\$ 0,3386.

- PEDIDO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO do item 836 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que alguns não tiveram retorno e outros não aceitaram fornecer os itens com valor abaixo do reequilíbrio solicitado. De tal forma será concedido o reequilíbrio de preço para o fornecedor ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. O valor passa de R\$ 0,4000 para R\$ 0,5098.

Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Gustavo André Foppa, Gerente de Projetos digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

ATA DA 25ª REUNIÃO

Publicação Nº 3003759

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 003/2020 PREGÃO ELETRÔNICO 003/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 08:00 (oito) horas do dia vinte e sete do mês de abril do ano de 2021, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a rua Iguazu, 264, Centro, Coronel Freitas – SC, o pregoeiro e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 002/2021 assim constituída: pregoeira: Sra. FLAVIA ROLIM DE MOURA, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, e Gerente de Projetos: Gustavo André Foppa para apreciação e análise de: PEDIDO DE REALINHAMENTO DE PREÇO do item, 650 SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO, apresentado pela empresa BASCEL SOLUÇÕES LTDA.

A empresa informa que o item mencionado teve reajuste considerável no período, ficando inviável o fornecimento do mesmo. Foram consultados por ordem de classificação os demais licitantes classificados no item, sendo que o fornecedor PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI aceitou o fornecimento do item no valor de R\$ 2,0400 ficando como fornecedor atual. De tal forma será realizada a ata de registro de preço passando o item 650 para o fornecedor PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI. Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Gustavo André Foppa, Gerente de Projetos digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

EXTRATO 3º ADITIVO - ATA 32

Publicação Nº 3003760

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020.

Contratado PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica incluído o lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
650	10800	FR	SOLUÇÃO ISOTÔNICA DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SISTEMA FECHADO	EQUIPLEX	2,0400

VIGENCIA: 31.07.2021

EXTRATO 5º ADITIVO - ATA 04

Publicação Nº 3003758

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL CVC
5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA REVISÃO DE PREÇO DO LOTE LISTADO NA TABELA ABAIXO À CLAUSULA DÉCIMA QUARTA:

Fica alterado o preço do lote abaixo na Tabela da Cláusula Décima Quarta:

14.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
------	------	-------	-----------	--------------	-------------------

121	12750	UN	SERINGA 20ML LS (BICO LISO), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	0,5098
122		UN	SERINGA 3ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO).	SR	0,1659
123		UN	SERINGA 5ML LL (BICO ROSCA), HIPODÉRMICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, DE SRUSO ÚNICO PARA USO GERAL EM OCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E CONSTITUÍDA POR CILINDRO E ÊMBOLO, CILINDRO DIVIDIDO EM CORPO COM SILICONIZAÇÃO INTERNA, BICO TIPO LUER LOK E FLANGE, ÊMBOLO DIVIDIDO EM HASTE E ROLHA DE BORRACHA (LATEX FREE) ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVERÁ CONSTAR EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). 352 SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML	SR	0,1867
352		UN	SERINGA DESC. S/ AGULHA LUER SLIP 20 ML	SR	0,4500
835		UN	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	SR	0,2500
836		UN	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML.	SR	0,5098

VIGENCIA: 31.05.2021

LAMBARI

ATA FINAL PREGÃO Nº06_2021

Publicação Nº 3003075

ATA FINAL

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense

Pregão Eletrônico nº 06/2021

Às 09:00 do dia 22/04/2021, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é Aquisição de Pedra Britada, Serviços de Roçada e drenagem para recuperação de Estrada Estadual não pavimentada ligando Ipumirim até a Divisa com o Município de Vargeão, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital.

Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances e dado prosseguimento aos demais tramites do processo, até sua fase de homologação.

Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
07/04/2021 07:37	07/04/2021 13:30	16/04/2021 17:00	22/04/2021 08:30	22/04/2021 09:00

Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001		LOTE 1 - SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL E ROÇADA MECANIZADA COSTAL				
	0001	LIMPEZA DA PLATAFORMA ESTRADAL	16.840,10	1	UN	Deserto
		CÓDIGO DESCRIÇÃO				
		UNID. QUANTIDADE P. UNIT.				
		TOTAL				
		49190 ROÇADA MANUAL				
		M2				
		18.765,00				
		0,42				
		7.909,74				
		49210 ROÇADA MECANIZADA COSTAL				
		M2				
		43.785,00				
		0,20				
		8.930,36				
		VALOR TOTAL ESTIMADO	16.840,10			
0002		FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA NO LOCAL DA OBRA				

0001	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS	150.940,61	1 t	Aceito
	CÓDIGO DESCRIÇÃO			
	UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL			
	TRANSPORTE DE MATERIAIS DE PRIMEIRA, SEGUNDA E TERCEIRA CATEGORIA. DMT = 30KM PAVIMENTADA E 11 KM NÃO PAVIMENTADA			
	T			
	2.591,70			
	22,82			
	59.142,59			
	FORNECIMENTO DE PEDRISCO D=1,59T/M3			
	T			
	2.591,70			
	35,42			
	91.798,01			
	O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE NO PÁTIO DA ESCOLA ISOLADA DA COMUNIDADE DE LINHA BONITO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM (DISTÂNCIA APROXIMADA DE 11 A 12 KMS DO CENTRO DO MUNICÍPIO).			
	VALOR TOTAL ESTIMADO	150.940,61		
0003	DRENAGEM			
0001	DRENAGEM	4.913,28	1 UN	Deserto
	CÓDIGO DESCRIÇÃO			
	UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL			
	95095 ESC MEC DE VALAS P/OAC - 1A CAT			
	M3			
	10,00			
	24,03			
	240,26			
	48150 REATERRO E APILOAMENTO EM CAMADAS DE 20CM			
	M3			
	6,00			
	27,24			
	163,41			
	95340 BSTC 60 COM ENROCAMENTO			
	M			
	10,00			
	297,05			
	2.970,46			
	95218 BOCA BSTC D=60 CM - NORMAL			
	UNID.			
	1,00			
	763,77			
	763,77			
	95240 CX COLETORA DE SARJETA D=60 CM			
	UNID.			
	1,00			
	775,37			
	775,37			
	VALOR TOTAL ESTIMADO	4.913,28		

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
07/04/2021	Processo 07 - Pregão 06 - Materiais e Serviços - Rodovia não Pavimentada.pdf
07/04/2021	SC 154 - N_PAVIMENTADA_IPUMIRIM A PONTE RIO IRANI - 30_03_21 - Pedrisco - final.pdf

Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
22/04/2021 - 09:41	Negociação aberta para o processo 06/2021	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 2 do processo 06/2021. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
22/04/2021 - 09:42	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 22/04/2021 às 11:45.

Vencedores

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/ Fabricante	Melhor Lance	Valor Total
0001 *		LOTE 1 - SERVIÇOS DE ROÇADA MANUAL E ROÇADA MECANIZADA COSTAL					
	0001	LIMPEZA DA PLATAFORMA ESTRADAL				0,00	0,00
		CÓDIGO					
		DESCRIÇÃO					
		UNID.					
		QUANTIDADE					
		P. UNIT.					
		TOTAL					
		49190 manual	Roçada				
		m2					
		18.765,00					
		0,42					
		7.909,74					
		49210 Roçada mecanizada costal					
		m2					
		43.785,00					
		0,20					
		8.930,36					
0002		FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA NO LOCAL DA OBRA					

0001	CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS	BRITAX	BRITAX	150.836,94	150.836,94
	CÓDIGO				
	DESCRIÇÃO				
	UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL				
	Transporte de Materiais de Primeira, Segunda e Terceira Categoria. DMT = 30km pavimentada e 11 km não pavimentada				
	T				
	2.591,70				
	22,82				
	59.142,59				
	Fornecimento de pedrisco D=1,59T/M3 t				
	2.591,70				
	35,42				
	91.798,01				
	O Material deverá ser entregue no Pátio da Escola Isolada da Comunidade de Linha Bonito, Interior do Município de Ipumirim (distância aproximada de 11 a 12 kms do Centro do Município).				
	VENCEDOR	BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA		150.836,94	
0003 *	DRENAGEM				

0001	DRENAGEM		0,00	0,00
	CÓDIGO			
	DESCRIÇÃO			
	UNID. QUANTIDADE			
	P. UNIT.			
	TOTAL			
	95095 Esc Mec			
	de valas p/OAC - 1A			
	CAT			
	m3			
	10,00			
	24,03			
	240,26			
	48150 Reaterro e			
	apiloamento em			
	camadas de 20cm			
	m3			
	6,00			
	27,24			
	163,41			
	95340 BSTC 60			
	com enrocamento			
	M			
	10,00			
	297,05			
	2.970,46			
	95218 Boca			
	BSTC D=60 CM -			
	NORMAL			
	UNID.			
	1,00			
	763,77			
	763,77			
	95240 Cx			
	coletora de sarjeta			
	D=60 cm			
	UNID.			
	1,00			
	775,37			
	775,37			

Lotes marcados com "" estão cancelados.

Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
Declaração de Inexistência de Impeditivos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

Propostas Enviadas

LOTE 0001 - ITEM 0001 - LIMPEZA DA PLATAFORMA ESTRADAL

CÓDIGO DESCRIÇÃO

UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL

49190 Roçada manual

m2

18.765,00

0,42

7.909,74

49210 Roçada mecanizada costal

m2

43.785,00

0,20

8.930,36

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

LOTE 0002 - ITEM 0001 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS

CÓDIGO DESCRIÇÃO

UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL

Transporte de Materiais de Primeira, Segunda e Terceira Categoria. DMT = 30km pavimentada e 11 km não pavimentada

T

2.591,70

22,82

59.142,59

Fornecimento de pedrisco D=1,59T/M3 t

2.591,70

35,42

91.798,01

O Material deverá ser entregue no Pátio da Escola Isolada da Comunidade de Linha Bonito, Interior do Município de Ipumirim (distância aproximada de 11 a 12 kms do Centro do Município).

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	21.157.133/0001-46	14/04/2021 - 14:54:30	BRITAX	BRITAX	1	150.836,94	150.836,94	Não

LOTE 0003 - ITEM 0001 - DRENAGEM

CÓDIGO DESCRIÇÃO

UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL

95095 Esc Mec de valas p/OAC - 1A CAT

m3

10,00

24,03

240,26

48150 Reaterro e apiloamento em camadas de 20cm m3

6,00

27,24

163,41

95340 BSTC 60 com enrocamento

M

10,00

297,05

2.970,46

95218 Boca BSTC D=60 CM - NORMAL

UNID.

1,00

763,77

763,77

95240 Cx coletora de sarjeta D=60 cm

UNID.

1,00

775,37

775,37

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
Deserto								

Validade das Propostas

Fornecedor	CPF/CNPJ	Validade (conforme edital)
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	21.157.133/0001-46	60 dias

Lances Enviados

LOTE 0001 - ITEM 0001 - CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS

CÓDIGO DESCRIÇÃO

UNID. QUANTIDADE P. UNIT. TOTAL

Transporte de Materiais de Primeira, Segunda e Terceira Categoria. DMT = 30km pavimentada e 11 km não pavimentada

T

2.591,70

22,82

59.142,59

Fornecimento de pedrisco D=1,59T/M3 t

2.591,70

35,42

91.798,01

O Material deverá ser entregue no Pátio da Escola Isolada da Comunidade de Linha Bonito, Interior do Município de Ipumirim (distância aproximada de 11 a 12 kms do Centro do Município).

Data	Valor	CNPJ	Situação
14/04/2021 - 14:54:30	150.836,94 (proposta)	21.157.133/0001-46	Válido

Documentos dos Fornecedores

Fornecedor	Data/Hora	Enviado por	Número	Órgão de Expedição	Data de Expedição	Data de Validade	Arquivo
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:10	Valmir Patzlaff	2134728	SSPSC	20/04/2021	-	RG
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:11	Valmir Patzlaff	21157133000146	Receita Federal	20/04/2021	-	CNPJ
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:12	Valmir Patzlaff	0	TJSC	14/03/2021	-	CertidãoNegativade FalênciaouConcordata
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:13	Valmir Patzlaff	-	Receita Federal	20/04/2021	19/07/2021	CertidãoNegativade DívidasAtivadasUnião
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:13	Valmir Patzlaff	-	TJSC	14/04/2021	14/06/2021	CertidãoNegativade Débitosrelativosa Tributos
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:14	Valmir Patzlaff	-	prefeitura municipal	14/04/2021	05/04/2021	CertidãoNegativade DébitosMunicipais
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:14	Valmir Patzlaff	-	-	20/04/2021	-	ContratoSocial
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:15	Valmir Patzlaff	0	TST	15/12/2020	05/06/2021	CertidãoNegativade DébitosTrabalhistas
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:17	Valmir Patzlaff	0	caixa	01/04/2021	01/05/2021	Certificadode Regularidadejuntoao FGTS
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:21	Valmir Patzlaff	0	Receita Estadual	20/04/2021	12/06/2021	CertidãoNegativade DébitosEstaduais
BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	20/04/2021 - 17:22	Valmir Patzlaff	0	-	-	-	CPF

Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
22/04/2021 - 17:00	--	--

Chat

Data	Apelido	Frase
22/04/2021 - 09:17:44	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	O lote 0001 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo pregoeiro.
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	O lote 0003 não recebeu propostas ou não teve propostas aceitas pelo pregoeiro.
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 5,00. Se o lance for inferior ao limite mínimo, ele será desconsiderado.
22/04/2021 - 09:18:20	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
22/04/2021 - 09:18:31	Pregoeiro	Bom dia Senhores
22/04/2021 - 09:18:41	Pregoeiro	analisado a proposta estamos abrindo a sessão para os lances do pregão
22/04/2021 - 09:19:43	Sistema	O lote 0002 foi aberto pelo pregoeiro.
22/04/2021 - 09:29:45	Sistema	O lote 0002 foi encerrado.
22/04/2021 - 09:41:29	Sistema	O lote 0002 teve como arrematante BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP/SS com valor total de R\$ 150.836,94.
22/04/2021 - 09:41:29	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
22/04/2021 - 09:42:00	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 22/04/2021 às 11:45.
22/04/2021 - 09:42:10	Pregoeiro	Alguma possibilidade de novo lance
22/04/2021 - 09:42:12	Pregoeiro	?
22/04/2021 - 09:49:52	F. BRITAX - BRITAGEM...	Documentação Lote 0002: Bom dia!
22/04/2021 - 09:50:08	F. BRITAX - BRITAGEM...	Documentação Lote 0002: Já estamos com a proposta no limite.
22/04/2021 - 09:50:14	F. BRITAX - BRITAGEM...	Documentação Lote 0002: não conseguimos reduzir
22/04/2021 - 14:03:46	Sistema	Para o lote 0002 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.
22/04/2021 - 14:04:04	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 22/04/2021 às 17:00.
26/04/2021 - 08:09:27	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados para cada item, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Vencedores e foi concedido o prazo de intenção de recurso. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

Vanderlei Roberto Picinini
Pregoeiro(a)

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Autoridade Competente

Roberto Kurts Pereira
Apoio

CONTRATO ATA PREGÃO Nº06_2021

Publicação Nº 3003084

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02
PROCESSO DE LICITAÇÃO 07/2021
PREGÃO ELETRONICO 06/2021
VALIDADE:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI, Consórcio Público Multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º Andar do Edifício Mirage Office, Centro, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Presidente, Sr. ROGERIO LUCIANO PACHECO, doravante denominado CONTRATANTE RESOLVE registrar o preço da empresa BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada dos Coqueiros S/Nº, Interior, Município cidade de Concórdia/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.157.133/0001-46, neste ato representada pelo Seu Sócio Administrador o Sr VALMIR PATZLAFFF, Inscrição junto ao CPF 776.081.439-91 RG 2.134.728, doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato/Ata de Registro de Preços, na Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes, e ainda de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Objeto do Contrato/Ata de Registro de Preços é Aquisição de Pedra Britada, Serviços de Roçada e drenagem para recuperação de Estrada Estadual não pavimentada ligando Ipumirim até a Divisa com o Município de Vargeão, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe os anexos do Edital.

Transporte de Materiais de Primeira, Segunda e Terceira Categoria. DMT = 30km pavimentada e 11 km não pavimentada	T	2.591,70	22,82	59.142,60
Fornecimento de pedrisco D=1,59T/M3	t	2.591,70	35,38	91.694,34
		TOTAL		150.836,94

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas no edital e neste Contrato/Ata de Registro de Preços.

2.2 – São de total responsabilidade da Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes na SIE – SC e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

2.3 – Durante todo o período de execução dos serviços e até o recebimento definitivo, eventuais materiais e os serviços executados deverão ser protegidos contra a ação destrutiva das intempéries, do tráfego e de agentes que possam danificá-los, não cabendo qualquer remuneração adicional à Contratada por estas tarefas.

2.4 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços deverá cercar-se de todas as precauções necessárias para que os materiais transportados não venham a causar danos aos usuários das vias afetadas pela obra, ou às próprias vias. Eventuais danos causados a terceiros são de inteira responsabilidade da Contratada, a quem caberá todo e qualquer ônus.

2.5 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços deverá produzir Diários de Obras, obrigatoriamente assinados pelo Engenheiro Civil da Contratada, pelo Engenheiro Civil da Empresa Supervisora, para posteriormente ser assinado pelo Engenheiro Civil Fiscal da Contratante.

2.6 – Sempre que considerar conveniente, a Fiscalização poderá solicitar ensaios para verificação e controle de qualidade dos materiais eventualmente utilizados;

2.7 – O Consórcio Lambari além de sua capacidade instalada, utilizará serviços indiretos de empresa especializada para execução de serviços de complementação da supervisão e de subsídios à Fiscalização dos serviços objeto deste edital.

2.8 – A execução de todos os serviços citados neste Edital deve estar em conformidade com as legislações vigentes estaduais e federais, com os Manuais e Especificações de Serviço do DNIT e DEINFRA, Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

2.9 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a Contratada deverá assumir a responsabilidade técnica relativa a estes serviços.

2.10 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do presente Contrato/Ata de Registro de Preços é de R\$ 150.836,94 (cento e cinquenta mil, oitocentos e trinta e seis reais, noventa e quatro centavos, para o ITEM 02 – Pedra brita disposta no local da obra.

3.2 – O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente Licitação será feito em favor da Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas dos serviços, acompanhados da respectiva nota fiscal.

3.3 – A execução dos serviços será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

3.4 – Nesta empreitada por preço unitário o preço foi fixado por unidade determinada para cada serviço. Os pagamentos corresponderão ao relatório dos serviços efetivamente executados acompanhados do relatório de serviços e da respectiva Nota Fiscal.

3.5 – Será pago a Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços somente o valor dos serviços efetivamente executados de acordo com objeto do Edital após aprovação/aceite do Contratante e da Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE - SC, se assim exigido.

3.6 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.7 – A forma de pagamento será em parcela única em até 30(trinta) dias após o recebimento definitivo de cada serviço, com a respectiva nota fiscal.

3.8 – Será pago à Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços somente o valor dos serviços efetivamente executados, conforme relatório.

3.9 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.10 – A Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços deverá apresentar relatórios provisórios, cumulativos, e relatório final dos serviços procedidos de acordo com as instruções para os serviços de obras vigentes no DEINFRA e/ou do DNIT.

3.11 – De cada valor, proveniente de relatórios de serviços, será feito o pagamento, mediante nota fiscal, em moeda corrente do País.

3.12 – Os resultados dos relatórios dos serviços serão lançados em formulários apropriados, de acordo com as normas adotadas pelo Contratante.

3.13 – Os relatórios dos serviços serão obrigatoriamente assinados com identificação pelo Engenheiro Civil Fiscal do Contratante e pelo Engenheiro Civil preposto da Empresa Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços.

3.14 – Eventuais variações dos preços dos serviços durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços.

3.15 – Considerando que os quantitativos previstos para cada um dos itens foram estimados, poderá ocorrer sobras (saldos de itens não utilizados), assim os valores correspondentes serão cancelados após o atingimento das quantidades previstas ou com o fim da vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços.

3.16 – Os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente, com o mínimo de 12 (doze) meses de vigência.

3.17 – O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos “Índices de Reajustamento de Obras Rodoviárias”, calculados pela Fundação Getúlio Vargas para o DNIT, aplicáveis para serviços de mesma natureza do objeto deste Edital, de acordo com a Instrução de Serviço/DG/DNIT Nº 02/2002 de 09/09/2002.

3.18 – O cálculo do reajustamento será procedido aplicando-se a seguinte fórmula:

Onde: R = Valor da parcela de reajustamento procurado;

V = Valor a Preços Iniciais da parcela do Contrato/Ata de Registro de Preços de obra ou serviço a ser reajustado;

II = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

I0 = Índice de preço verificado no mês de apresentação da proposta que deu origem ao Contrato/Ata de Registro de Preços.

3.19 – Este Contrato/Ata de Registro de Preços poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato/Ata de Registro de Preços, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou

ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual ou ainda em razão de acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar novo salário normativo da categoria profissional.

3.20 – O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços que não comprove o desequilíbrio sofrido.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão a seguinte classificação orçamentária:

Órgão	01-00 – CONSÓRCIO LAMBARI
Unidade	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE- CONSÓRCIO LAMBARI
Funcional	0026.0782.0001-2.005 – Projeto Recuperar Lambari/Estado de SC

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 – No caso de atraso injustificado por parte do Contratado/Detentor da Ata de Registro de Preços para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato/Ata de Registro de Preços.

5.2 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato/Ata de Registro de Preços o Consórcio Lambari poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato/Ata de Registro de Preços, suspensão temporária de participação em Licitação, impedimento de contratar com o Consórcio Lambari e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato/Ata de Registro de Preços.

5.4 – Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do Contrato/Ata de Registro de Preços, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias.

II – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no Contrato/Ata de Registro de Preços, será considerado rescindido o Contrato/Ata de Registro de Preços, canceladas as ordens de serviços e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do Contrato/Ata de Registro de Preços.

III – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao Consórcio Lambari ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado/Detentor da Ata de Registro de Preços o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade.

5.5 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 – O presente Contrato/Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 – O presente Contrato/Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal n. 8.883/1994.

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 06/2021– Pregão Eletrônico 05/2021– Consórcio Lambari

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e neste Contrato/Ata de Registro

de Preços.

9.2 – Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos do Contratante.

9.3 – A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

9.4 – A CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS obriga-se a colocar à disposição os equipamentos necessários para execução dos serviços, os quais poderão ser reforçados ou substituídos, conforme determinação da Fiscalização.

9.5 – A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços e eventuais materiais é exclusividade da CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, reservando-se o direito a Contratante, de quando julgar necessário, fazer suas verificações. A não execução dos serviços dentro dos padrões exigidos implicará na não aceitação dos mesmos.

9.6 – Reserva-se o direito a Contratante de apresentar redução ou acréscimo nos quantitativos dos serviços, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

9.7 – A CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS deve garantir, durante a execução dos serviços, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas.

9.8 – As obras deverão ser garantidas pela CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, em atendimento ao art. 618 do Código Civil Brasileiro.

9.9 – A CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão.

9.10 – Alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto deste Edital.

9.11 – Realizar com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, observando as normas e especificações, realizando verificação in loco e a melhor metodologia, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

9.12 – Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os resíduos e entulhos, realizando o transporte de maneira apropriada e dando-lhes o destino ambientalmente adequado.

9.13 – Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Contratante em relação a serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do Contrato/Ata de Registro de Preços, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

9.14 – Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

9.15 – Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a Fiscalização.

9.16 – Providenciar junto ao CREA a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa aos serviços objeto da presente Licitação, de acordo com a legislação vigente.

9.17 – Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao Contratante.

9.18 – Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante.

9.19 – Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina no trabalho e elaborar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com as normativas vigentes e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.

9.20 – Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares, cabendo à Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

9.21 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

9.22 – Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados

estiverem filiados, sem ônus adicional ao Contratante.

9.23 – Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do Contrato/Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.24 – Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

9.25 – A inadimplência da Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços, com referência aos encargos decorrentes do Contrato/Ata de Registro de Preços, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante.

9.26 – No caso de falhas, erros, discrepâncias, omissões ou transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à Contratada/Detentor da Ata de Registro de Preços formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.

9.27 – Antecipar, sempre que possível, a execução dos serviços visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.

9.28 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou dos materiais eventualmente utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da ciência pela CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ou no prazo para tanto, estabelecido pela Fiscalização.

9.29 – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta Licitação, sem prévia autorização do Contratante.

9.30 – Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital.

9.31 – Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao CONSÓRCIO LAMBARI ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

9.32 – Iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias corridos a contar da ordem de serviço.

9.33 – A CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS só poderá iniciar os serviços mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante.

9.34 – Os serviços de mobilização e desmobilização de pessoal, ferramentas, equipamentos e demais necessidades deverão ser de responsabilidade da vencedora, devendo exceder total vigilância nos locais dos serviços, responsabilizando-se por roubos e atos de vandalismo que porventura vierem a ocorrer durante a execução da obra.

9.35 – Implantar, organizar, manter e controlar o Diário de Obras, o qual será submetido à vistoria da Fiscalização do Contratante e onde serão lançados diariamente todos os atos e fatos incidentes.

9.36 – Efetuar reunião, com a participação do Engenheiro Civil da CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e o Fiscal do Contratante, onde deverão ser entregues os Diários de Obras, os quais serão analisados para determinação de eventuais alterações, correções e regularizações dos serviços executados e/ou que serão executados.

9.37 – Obriga-se a CONTRATADA/DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, quando da assinatura deste instrumento, a apresentar a planilha de preços e a composição dos preços unitários, também em meio digital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato/Ata de Registro de Preços e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contrato/Ata de Registro de Preços e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – É competente o foro da Comarca Concórdia/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato/Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Contrato/Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Concórdia/SC em 26 de Abril de 2021

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Presidente do CONSÓRCIO LAMBARI

VALMIR PATZLAFF
BRITAS BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Testemunhas:

1ª –

2ª –

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N°06_2021

Publicação N° 3003077

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense

Pregão Eletrônico nº 06/2021

Após analisados todos os atos e adjudicados todos os itens referentes ao presente pregão, homologo o presente processo e autorizo a despesa, para cada empresa vencedora, conforme abaixo:

Resultado da Homologação

Lote: 0002

Descrição: Fornecimento de Pedra Brita no local da Obra

Valor Referência 150.940,61

Valor Total: 150.836,94

Situação: Homologado em 26/04/2021 08:13:11 Por: ROGERIO LUCIANO PACHECO Nome da Empresa: BRITAX - BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

ROGERIO LUCIANO PACHECO

Autoridade Competente

Página 1 de 1

CIRSURES**RESOLUÇÃO 7/2021 CIRSURES**

Publicação N° 3003245

RESOLUÇÃO CIRSURES nº 7/2021

Ementa: Dispõe sobre a adoção dos procedimentos iniciais para regularização patrimonial, disciplina procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens patrimoniais do ativo permanente, e estabelece rotinas de controle durante o inventário do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES) e dá outras providências.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Orleans, **Jorge Luiz Koch**, no uso de suas atribuições, em especial as constantes no art. 29, incisos IV, V e XII, da Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES,

CONSIDERANDO a padronização e a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

CONSIDERANDO as determinações contidas no art. 96 da Lei Federal nº 4.320/64, bem como os prazos e as regras estabelecidas na Portaria STN nº 548/2015 e nº 877/2018;

CONSIDERANDO a necessidade em estabelecer critérios para o reconhecimento e avaliação inicial dos bens permanentes, apurando e atualizando o Patrimônio e os valores registrados na Contabilidade do Consórcio;

CONSIDERANDO a necessidade em disciplinar procedimentos de Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação e Amortização dos bens móveis do ativo permanente;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos, normas e rotinas de controle patrimonial a fim de garantir a manutenção do sistema de custos, conforme estabelece o § 3º, inciso VI do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. O Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES) deverá realizar os procedimentos de adoção inicial, compreendendo o reconhecimento e avaliação inicial de seus ativos e efeitos, a fim de ajustar o balanço patrimonial, evidenciando a realidade dos seus elementos patrimoniais, bem como, desenvolver ações no sentido de promover a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens patrimoniais do ativo permanente, observando as normas estabelecidas nesta Resolução.

Página 1 de 13

§ 1º. O reconhecimento ou a avaliação inicial é a mensuração pelo custo ou valor justo, de acordo com as novas normas de contabilidade pública, devendo este critério ser evidenciado em notas explicativas.

§ 2º. O valor justo obtido por meio da avaliação inicial é considerado, para fins contábeis, como custo atribuído, isto é, o novo custo, em substituição aos valores anteriormente existente na contabilidade, devendo seus efeitos serem registrados como ajustes de exercícios anteriores.

§ 3º. Após o reconhecimento inicial, deverão ser adotados os procedimentos de mensuração, reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização.

Art. 2º. Para a realização do inventário de regularização e atualização patrimonial, fica determinada a data de corte 31/12/2020, de modo que, todos os bens do ativo permanente adquiridos até esta data possam sofrer a nova avaliação e consequentemente os ajustes iniciais.

RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO INICIAL

Art. 3º. A avaliação inicial se dará pelo critério do valor justo, mediante laudo ou parecer técnico, elaborado e/ou ratificado pela Comissão Especial de Patrimônio que se basearão pelos seguintes parâmetros:

- I. valor de referência de mercado, ou de reposição;
- II. estado físico do bem;
- III. capacidade de geração de benefícios futuros, em anos;
- IV. obsolescência tecnológica em anos; e
- V. desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não operacionais.

§ 1º. Em caráter excepcional, e formalmente justificado, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residuais diferenciados quando se tratar de bens singulares que possuam características de uso peculiares.

§ 2º. Fica dispensado, sendo facultativo o uso dos procedimentos de que trata o *caput* deste artigo, os bens:

- a) se a vida útil seja inferior a 2 (dois) anos;
- b) se a avaliação inicial for inferior a R\$ 300,00 (trezentos reais);
- c) inservíveis por ocasião de excedência, obsolescência ou irrecuperabilidade;
- d) se enquadre em pelo menos um dos seguintes critérios:

CRITÉRIO	JUSTIFICATIVA
Durabilidade	Quando o material pelo uso normal perde ou têm reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos.

Fragilidade	Cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrespirabilidade e/ou perda de sua identidade.
Permissibilidade	Quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal.
Incorporabilidade	Quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal.
Finalidade	Quando, adquirido para distribuição gratuita;
Economicidade	Quando o custo for superior ao benefício resultando do controle do bem. (princípio da economicidade – Art. 70CF)

§ 3º. A reavaliação para fins de avaliação inicial dos bens patrimoniais móveis poderá ser executada por lotes, quando se tratar de bens similares, com vida útil idêntica e utilizada em condições semelhantes.

Art. 4º. Os bens que ao final de sua vida útil estimada não serem baixados, deverão ser reavaliados na forma prevista no art. 3º desta Resolução, reiniciando-se novo ciclo para depreciação ou amortização.

Art. 5º. Os bens móveis recebidos por doação bem como os localizados por ocasião do inventário e que estejam sem identificação patrimonial, serão avaliados e incorporados ao patrimônio do Consórcio por meio de tombamento, aplicando-se os critérios do art. 3º desta norma, estando aptos a receber os novos procedimentos contábeis.

Art. 6º. Os bens adquiridos a partir de 01/01/2021, estarão aptos a receber os procedimentos contábeis, pois já estão mensurados ao valor justo.

AValiação, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Art. 7º. Os bens móveis e imóveis serão avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Parágrafo único. Não se aplicam o disposto no *caput*, os bens que por ocasião da regularização patrimonial, tiveram seus valores ajustados, nos termos do art. 3º.

Art. 8º. A reavaliação e a redução ao valor recuperável deverão ser realizadas a cada 4 (quatro) anos, de modo a manter o patrimônio municipal avaliado a valor justo, cuja referência é o valor de mercado, obedecendo os critérios definidos no art. 3º.

§ 1º. A reavaliação ocorrerá em prazo distinto do previsto no *caput*, excepcionalmente, nas seguintes situações:

- I. para os bens móveis cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados, a reavaliação ocorrerá anualmente;
- II. para os bens móveis que ainda estão em condições de uso, a reavaliação ocorrerá ao final do período de vida útil, estimando-se sua vida útil remanescente;
- III. para os bens recebidos por doação, adjudicação ou transferência, a reavaliação

ocorrerá concomitantemente à incorporação ao patrimônio do Consórcio, através de tombamento, aplicando-se os mesmos critérios estabelecidos no art. 3º.

§2º. A reavaliação de bens móveis poderá ser realizada por lotes, quando se referir a um conjunto de bens similares, com vida útil idêntica e utilizados em condições semelhantes.

Art. 9º. Nos casos dos bens reavaliados, a depreciação, amortização ou exaustão, deverão ser calculadas e registradas sobre o valor reavaliado, considerada a vida útil econômica indicada em relatório/laudo ou parecer da Comissão, aplicando-se os critérios do art. 3º desta Resolução, iniciando-se a depreciação, amortização ou exaustão a partir da data do respectivo relatório/laudo ou parecer.

Art. 10. Os relatórios contendo a avaliação inicial, bem como, a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização ou exaustão dos bens patrimoniais, deverão conter, no mínimo as seguintes informações:

I. placa de identificação, descrição detalhada de cada bem, natureza, estado de conservação, conta contábil, localização física e responsável pelo bem e/ ou respectivo centro de custo;

II. critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação;

III. vida útil remanescente do bem;

IV. taxa de depreciação e valor residual, se houver; e

V. data de avaliação;

VI. documentação pertinente quando houver; número do registro no Cartório de Registro de Imóveis; e se houver o número da inscrição imobiliária do bem imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal (quando se tratar de imóveis).

Parágrafo único. Deverá ser arquivada cópia do relatório/parecer ou laudo dos bens avaliados ou que sofreram reavaliação, no setor de contabilidade com cópia para o setor de patrimônio.

DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

Art. 11. Todos os bens submetidos à nova política contábil, serão depreciados, utilizando como base a tabela de depreciação constante no anexo I;

Parágrafo único. Para a elaboração da tabela de que trata o *caput*, foram consideradas as tabelas de depreciação utilizadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Receita Federal, levando em consideração a realidade e utilização dos bens pelo Consórcio.

Art. 12. O registro da depreciação será realizado de forma analítica, pelo Departamento de Patrimônio, e sintética, pelo Departamento de Contabilidade.

Art. 13. O registro da depreciação é mensal, cabendo ao setor de patrimônio o envio das informações à contabilidade que registrará nas contas de resultado.

Parágrafo único. Excepcionalmente no exercício de 2021, os bens serão depreciados ao final do exercício, estando dispensados os lançamentos mensais.

Art. 14. A depreciação cessará ao término do período de vida útil do bem e desde que o seu valor contábil seja igual ao valor residual, sendo facultada a reavaliação do mesmo.

Art. 15. O registro da depreciação terá como método linear, ou cotas constantes, em que se utiliza de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere.

Art. 16. A depreciação inicia-se no mês seguinte à colocação do bem em condições de uso, não havendo depreciação em fração menor que um mês.

Parágrafo primeiro. Caso o bem a ser depreciado já tenha sido usado anteriormente à sua posse pela Administração Pública, o mesmo será reavaliado de acordo com os critérios estabelecidos no art. 3º.

Art. 17. Não estão sujeitos ao regime de depreciação, amortização ou exaustão:

- I. bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
- II. bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- III. bens de propriedade do órgão que não estejam alugados e que não estejam em uso;
- IV. animais que se destinam à exposição e à preservação; e
- V. terrenos rurais e urbanos.

Art. 18. Havendo necessidade, independente do prazo estabelecido no art. 11 os bens poderão ter sua vida útil e valor residual, promovendo-se as alterações quando as expectativas diferirem das estimativas anteriores.

Art. 19. Nos casos de bens reavaliados, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor, considerada a vida útil indicada no correspondente laudo.

ROTINAS ADOTADAS DURANTE O INVENTÁRIO

Art. 20. Nos períodos em que se realizará o inventário ficam proibidas quaisquer transferências, aquisições ou entrega de bens permanentes, salvo aquelas consideradas necessárias para continuidade dos serviços ou em caráter emergencial, devendo imediatamente ser comunicado formalmente ao responsável pelo patrimônio.

Art. 21. Fica proibido o uso de bens permanentes particulares por ocupantes de emprego/cargo público, na sede do Consórcio, salvo quando previamente autorizado por documento específico ou Termo para Permissão de Uso de Bem Particular – TPUBP. (Anexo II);

§1º. Nos casos de existir bens de uso particular sem a autorização, deverá ser providenciado imediatamente o documento pertinente ou a retirada do bem.

§2º. Para fins de inventário, todos os bens que estejam fora do local de origem, seja para manutenção, cessão ou empréstimo a outros órgãos ou entidades, deverão retornar a sua

origem imediatamente, salvo em casos excepcionais, cuja movimentação deve estar respaldada com o Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais – TMBP. (Anexo III)

Art. 22. Todos os bens que eventualmente estiverem sob o poder de ocupantes de cargos ou emprego público para o uso durante as atividades *home office*, ou que por qualquer outro motivo não esteja na sede do Consórcio, fica obrigatório a adoção do Termo para Permissão de Uso de Bem Público – TPUB. (Anexo IV)

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23. Todos os atos da comissão serão formalizados e registrados em atas e/ou relatórios e autuados ao final das atividades.

Art. 24. A comissão poderá, quando achar conveniente, disciplinar procedimentos, inclusive estabelecer cronograma e elaborar os papéis de trabalhos que nortearão as atividades.

Art. 25. Sempre que os serviços forem executados por terceiros, caberá à Comissão, a fiscalização, o acompanhamento e a ratificação das atividades.

Art. 26. Qualquer irregularidade cometida com relação ao patrimônio, bem como na inobservância das regras determinadas por essa Resolução e em normas complementares, os empregado, servidor, agente público ou qualquer outro usuário do bem público estará sujeito às responsabilidades civil e criminal, nos termos do código civil e penal, bem como as constantes no Estatuto e Regimentos da instituição.

Art. 27. Fazem parte desta Resolução os seguintes anexos:

Anexo I. Tabela de Depreciação.

Anexo II. Termo de Permissão para Uso de Bem Particular – TPUBP;

Anexo III. Termo de Movimentação de Bens Públicos – TMBP;

Anexo IV. Termo de Permissão para Uso de Bem Público – TPUB;

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urussanga/SC, 9 de março de 2021.

Jorge Luiz Koch
Presidente do CIRSURES
Prefeito de Orleans/SC

ANEXO I**TABELA DE DEPRECIAÇÃO, VALOR RESIDUAL E VIDA ÚTIL DOS BENS**

MÁSCARA	DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO OU AMORTIZAÇÃO (%)	PRAZO DE VIDA ÚTIL (ANOS)	VALOR RESIDUAL
123110100	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS			
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10%	10	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	20%	5	10%
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES	10%	10	10%
123110104	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10,00%	10	10%
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10,00%	10	10%
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	5,00%	20	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10,00%	10	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10,00%	10	10%
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10,00%	10	10%
123110110	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	20,00%	5	10%
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	20,00%	5	10%
123110116	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	6,67%	15	10%
123110117	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	10,00%	10	10%
123110118	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10,00%	10	10%
123110119	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	10,00%	10	10%
123110120	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS	10,00%	10	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10,00%	10	10%
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10,00%	10	10%

123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10,00%	10	10%
123110200	BENS DE INFORMÁTICA			
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	20,00%	5	10%
123110202	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20,00%	5	10%
123110203	SISTEMAS APLICATIVOS – SOFTWARES	20,00%	5	10%
123110300	MÓVEIS E UTENSÍLIOS			
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10,00%	10	10%
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10,00%	10	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10,00%	10	10%
123110304	UTENSÍLIOS EM GERAL	10,00%	10	10%
123110400	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO			
123110401	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10,00%	10	10%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	0,00%	0	10%
123110403	DISCOTECAS E FILMOTECAS	20,00%	5	10%
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10,00%	10	10%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	20,00%	5	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0,00%	0	10%
123110499	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10,00%	10	10%
123110500	VEÍCULOS			
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	6,67%	15	10%
123110502	VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	3,33%	30	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	20,00%	5	10%
123110504	CARROS DE COMBATE	3,33%	30	10%
123110600	PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO	10,00%	10	10%
123110700	BENS MÓVEIS EM ANDAMENTO			
123110701	BENS MÓVEIS EM ELABORAÇÃO	10,00%	10	10%
123110704	ALMOXARIFADO DE MATERIAIS A SEREM APLICADOS EM BENS EM ANDAMENTO	10,00%	10	10%
123110800	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	10,00%	10	10%
123110801	ESTOQUE INTERNO	10,00%	10	10%
123110803	BENS MÓVEIS A REPARAR	10,00%	10	10%
123110804	BENS MÓVEIS EM REPARO	10,00%	10	10%
123110805	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	10,00%	10	10%
123110900	ARMAMENTOS	5,00%	20	10%

123111000	SEMOVENTES	10,00%	10	10%
123119900	DEMAIS BENS MÓVEIS	10,00%	10	10%
123119901	BENS MÓVEIS A ALIENAR	10,00%	10	10%
123119902	BENS EM PODER DE OUTRA UNIDADE OU TERCEIROS	10,00%	10	10%
123119904	ARMAZENS ESTRUTURAIS - COBERTURAS DE LONA	10,00%	10	10%
123119908	BENS MÓVEIS A CLASSIFICAR	10,00%	10	10%
123119909	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10,00%	10	10%
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	10,00%	10	10%
123210103	EDIFÍCIOS	2,86%	30	10%
123210104	TERRENOS/GLEBAS	Não deprecia		

ANEXO II**TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE BEM PARTICULAR - TPUBP**

Eu, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo de _____, do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES), solicito, pelo presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA BEM PARTICULAR a autorização para o uso dos bens móveis de minha propriedade conforme relação abaixo, para serem utilizados estritamente neste setor, por período indeterminado.

ITEM	BEM	OBSERVAÇÕES
1		
2		
3		
4		
5		
6		

Responsabilizo-me por qualquer desgaste, dano ou outro sinistro, inclusive furto e roubo, que venha ocorrer aos mesmos, salvando a Administração de qualquer ônus que possa surgir a este respeito.

Comprometo-me informar ao Setor de Patrimônio de forma escrita, quando proceder a retirada do bem móvel do Setor/Instituição, seja por minha vontade ou do responsável pela Entidade, procedendo assim o término deste Termo.

Em conformidade com esta relação e ciente de minhas obrigações dato e assino este Termo.

Solicitante	Responsável pela autorização	Patrimônio
<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo</p> <p>Data: ____/____/____</p>	<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo</p> <p>Data: ____/____/____</p>	<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo</p> <p>Data: ____/____/____</p>

--	--	--

Obs: O solicitante deverá obrigatoriamente estar em posse deste documento sempre que estiver utilizando o bem na repartição pública.

Emitir 2 (duas) vias: (1) uma para o Solicitante e (1) uma para Setor de Patrimônio

ANEXO III

TERMO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS – TMBP nº

Unidade Administrativa:			
Órgão Usuário:			
Responsável:			
Destino:			
Responsável:			
Solicito a transferência do(s) bem(s) abaixo especificado(s) pelo motivo de:			
<input type="checkbox"/> Transferência Definitiva <input type="checkbox"/> Transferência com prazo determinado ____/____/____			
<input type="checkbox"/> Transferência para Conserto <input type="checkbox"/> Solicitação de Baixa:			
1 – Alienação			
2 – Antieconômico			
3 - Descarte/Irrecuperável/inservível			
4 – Ocioso			
5 - Extravio/furto			
6 – Doação			
Item	Nº Patrimônio	Especificação do Bem	Situação do bem
1			
2			
3			
4			
5			
6			

Classificar a situação do bem em 1 (novo), 2 (bom), 3 (regular), 4 (ruim) e 5 (péssimo)

Remetente	Destinatário	Patrimônio
—	—	—
Assinatura e carimbo	Assinatura e carimbo	Assinatura e carimbo

Data: ____/____/____	Data: ____/____/____	Data: ____/____/____
----------------------	----------------------	----------------------

Obs: Este documento obrigatoriamente deverá acompanhar o(s) bem(s) até o seu destino

Emitir 3 (duas) vias: (1) uma para o Remetente, (1) uma para o Destinatário, (1) uma para Setor de Patrimônio

ANEXO IV

TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE BEM PÚBLICO – TPUB

Eu, _____, inscrito no CPF nº _____ e ocupando o cargo de _____, assumo a responsabilidade dos Bens abaixo descritos, e solicito a permissão do uso dos mesmos em outros setores diferentes deste. Comprometo-me a comunicar imediatamente para a autoridade superior a ocorrência de roubo, furto, desaparecimento. Também estou ciente que posso ser submetido a processo/inquérito administrativo por conduta culposa ou dolosa que resulte no desaparecimento ou extravio dos bens sob minha responsabilidade, conforme relação a seguir:

ÓRGÃO:		
CENTRO DE CUSTO:		
ITEM	Nº PATRIMÔNIAL	ESPECIFICAÇÃO DO BEM
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Solicitante	Responsável pela autorização	Patrimônio
_____	_____	_____
—	—	—

Assinatura e carimbo Data: ____/____/____	Assinatura e carimbo Data: ____/____/____	Assinatura e carimbo Data: ____/____/____
--	--	--

Obs: Este documento obrigatoriamente deverá acompanhar o(s) bem(s) até o seu destino

Emitir 2 (duas) vias: (1) uma para o Remetente, (1) uma para Setor de Patrimônio

RESOLUÇÃO 8/2021 CIRSURES

Publicação Nº 3003247

RESOLUÇÃO CIRSURES nº. 8/2021

Designa membros para compor a Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais e dá outras providências do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL (CIRSURES), por intermédio do seu Presidente e Prefeito do município de Orleans, Jorge Luiz Koch, no uso de suas atribuições, em especial as constantes no art. 29, incisos IV, V e XII, da Quinta Alteração do Estatuto do CIRSURES;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal nº 4.320/64, capítulo III, que versa acerca da contabilidade patrimonial;
CONSIDERANDO a adoção e o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
CONSIDERANDO a necessidade em realizar os procedimentos de ajustes para que o Balanço Patrimonial demonstre a sua realidade conforme as disposições contidas no Manual de Contabilidade Prática Aplicada ao Setor Público (MPCASP);
CONSIDERANDO a obrigatoriedade em manter atualizado o Patrimônio Público conforme a Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018 e;
CONSIDERANDO os prazos estabelecidos no anexo da Portaria 548/2015 – PIPCP, de 24 de setembro de 2015;
CONSIDERANDO as alterações introduzidas pela Portaria nº 72/12, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos Consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil em conformidade com o pressuposto da responsabilidade fiscal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída, a Comissão de Inventário de Bens Patrimoniais, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES);

Art. 2º. Para compor a Comissão de Inventário, ficam designados sob a presidência do primeiro, os membros abaixo qualificados:

I – Thiago Maragno Biava, matrícula nº 1, Diretor do CIRSURES;

II – Renata De Brida Rosso, matrícula nº 14, empregada pública do CIRSURES;

III – Fabíola Zimmermann, matrícula nº 15, empregada pública do CIRSURES;

Art. 3º. Ficam outorgado poderes à Comissão de Inventário para abertura de processo para anexar documentos necessários aos inventários patrimoniais, inclusive para o inventário de Regularização Patrimonial, necessário à adequação às novas políticas contábeis relacionadas ao controle de bens patrimoniais.

§ 1º. O Inventário de Regularização Patrimonial de que trata o caput deste artigo será realizado por empresa especializada, contratada especificamente para esse fim.

§ 2º. O inventário de Regularização Patrimonial compreenderá o levantamento físico e financeiro dos bens do ativo permanente e os ajustes necessários ao reconhecimento e à avaliação inicial de que trata as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Art. 4º. Além das atribuições de identificação, contagem e conferência dos bens que formam o Patrimônio do Consórcio, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e ratificação dos serviços contratados para o "inventário de regularização patrimonial", bem como, para os demais procedimentos pertinentes.

Art. 5º. Todos os atos da Comissão serão formalizados em atas ou relatórios e deverão integrar no processo de ajuste inicial ao término dos trabalhos de regularização patrimonial.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Urussanga/SC, 9 de março de 2021.

Jorge Luiz Koch
Presidente do CIRSURES
Prefeito de Orleans/SC